PODER JUDICIÁRIO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº: 151/2020 Divulgação: quarta-feira, 17 de junho Publicação: quinta-feira, 18 de junho

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Praça dos Três Poderes
Brasília - DF
CEP: 70175-900
Telefone: (61) 3217-3000
www.stf.jus.br

Ministro Dias Toffoli
Presidente

Ministro Luiz Fux
Vice-Presidente

Eduardo Silva Toledo
Diretor-Geral

©2020

PRESIDÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO

Ata da Centésima Trigésima Nona Distribuição realizada em 10 de junho de 2020.

Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo sistema de processamento de dados:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.453 (1)
ORIGEM : 6453 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.454 (2)
ORIGEM : 6454 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.455 (3)
ORIGEM : 6455 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.456 (4)
ORIGEM : 00952827820201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : ASSOCIACAO MUNICIPAL DOS ASSISTENTES DE GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS E AGENTES DE APOIO DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : MARCELO APARECIDO ZAMBIANCHO (143449/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.457 (5)
ORIGEM : 6457 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.458 (6)
ORIGEM : 6458 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : WALBER DE MOURA AGRA (00757/PE)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.459 (7)
ORIGEM : 6459 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 868.411 (8)
ORIGEM : 10024061913349001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS IPSM
ADV.(A/S) : VINICIUS GODINHO SILVEIRA (100484/MG)
ADV.(A/S) : ARILDO RICARDO (26482/MG)
AGDO.(A/S) : JUSTINO CARLOS PERPETUO
ADV.(A/S) : WAGNER ANDRADE VIEIRA DUTRA (102636/MG)
ADV.(A/S) : ADRIANA NICOMEDES LOPES GONCALVES (102966/MG)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.757 (9)
ORIGEM : 186757 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : MICHAEL KONONENKO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

IMPTE.(S) : MICHAEL KONONENKO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.784 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.790 **(10)**
ORIGEM : 186790 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : PAULO CESAR APARECIDO FERREIRA
IMPTE.(S) : PAULO CESAR APARECIDO FERREIRA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.896 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.810 **(11)**
ORIGEM : 186810 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : ADEMIR ZANANDREA
IMPTE.(S) : SOMER IDEA (60821/RS) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.815 **(12)**
ORIGEM : 186815 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : OSVALDO PEREIRA
IMPTE.(S) : ANA PAULA DE HOLANDA (324851/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 579.396 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.864 **(13)**
ORIGEM : 186864 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : A.E.
IMPTE.(S) : CARLOS EDUARDO FERREIRA SANTOS (279725/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 121.226 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.868 **(14)**
ORIGEM : 186868 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : GERSON TEODORO MIRANDA
IMPTE.(S) : EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA (199856/MG, 367641/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.844 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.869 **(15)**
ORIGEM : 186869 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : JOSE FAGUNDES MAIA NETO
PACTE.(S) : MARIA DE FATIMA GONCALVES DOS SANTOS MAIA
IMPTE.(S) : PAULO EMILIO CATTA PRETA DE GODOY (13520/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.870 **(16)**
ORIGEM : 00951112420201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : A.S.R.
IMPTE.(S) : ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 559.000 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.871 **(17)**
ORIGEM : 186871 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : ÉMILE MARIA DE SOUZA GONDIM
IMPTE.(S) : CARLOS VENICIUS FERREIRA RIBEIRO JUNIOR (3851/AC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.454 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.872 **(18)**
ORIGEM : 186872 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : MAURICIO FARID DE SOUZA BORGES
IMPTE.(S) : TAYLA NILESSA DE LIMA (435189/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 577.474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DO DEECRIM 5ª RAJ DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE

HABEAS CORPUS 186.873 **(19)**
ORIGEM : 186873 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JHEINY VALENTIM NOGUEIRA
IMPTE.(S) : FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI (194390/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.874 **(20)**
ORIGEM : 186874 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : J.G.C.S.
IMPTE.(S) : RAPHAEL HENRIQUE DUTRA RIGUEIRA (136725/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RESP Nº 1.842.935 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.875 **(21)**
ORIGEM : 186875 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : MARCOS FERREIRA BAPTISTA
IMPTE.(S) : MAURO ATUI NETO (266971/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.878 **(22)**
ORIGEM : 186878 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : VITOR PIRES RODRIGUES JUNIOR
IMPTE.(S) : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO (366341/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.879 **(23)**
ORIGEM : 186879 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ERICO LUIS BARROSO MARTINS
IMPTE.(S) : MAURO ATUI NETO (266971/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RESP Nº 1.813.398 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.880 **(24)**
ORIGEM : 00951225320201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : DANIELA FURQUIM CAMARGO
IMPTE.(S) : GISLAINE DE OLIVEIRA (172064/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.881 **(25)**
ORIGEM : 186881 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : MAYRIESLEN BEATRIZ MIRANDA DIAS
IMPTE.(S) : RODRIGO BIAGIONI (209989/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 538.247 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.882 **(26)**
ORIGEM : 186882 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : MIZAEL ANTÔNIO DE CAMARGO
IMPTE.(S) : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.228 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.885 **(27)**
ORIGEM : 186885 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : ISABELLA MARIA BANDEIRA TEIXEIRA
IMPTE.(S) : GABRIELA ROGERIO BORELLA (51153/PE) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 567.170 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.886 **(28)**
ORIGEM : 186886 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : VINICIUS DE LIMA SILVA
IMPTE.(S) : FLAVIO VIEIRA DOMINGUES (99276/MG)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.888 **(29)**
ORIGEM : 186888 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : PAULO DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : PAULO DE OLIVEIRA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 480.574 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.890 **(30)**
ORIGEM : 186890 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTI
IMPTE.(S) : FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTI
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE SÃO PAULO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.892 **(31)**
ORIGEM : 186892 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : LEILSON LIMA TAVARES DA SILVA
IMPTE.(S) : EVALDO DA SILVA BRITO NETO (20005/PB) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.893 **(32)**
ORIGEM : 186893 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : VICTOR IENDIS DA SILVA CAMARGO
IMPTE.(S) : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.255 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.894 **(33)**
ORIGEM : 186894 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : FILIPE OTONIEL PAULINO DOS REIS
IMPTE.(S) : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 584.857 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.895 **(34)**
ORIGEM : 186895 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : RODRIGO MULLER JORGE
PACTE.(S) : KARINA IANCOVICH NICOLICHI
IMPTE.(S) : LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES (98517/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 558.329 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.896 **(35)**
ORIGEM : 186896 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ROBSON XAVIER GOMES
IMPTE.(S) : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI (223745/RJ, 127964/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.897 **(36)**
ORIGEM : 186897 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : JOSIVAN BARBOSA DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : JOSE AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (34619/PE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 124.278 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.898 **(37)**
ORIGEM : 186898 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EDINALDO HENRIQUE DA SILVA
IMPTE.(S) : LUIZ FELIPE LIMA DE MENEZES (58439/DF)
IMPTE.(S) : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE (49773/DF, 33626/PE)
IMPTE.(S) : JOSE AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (34619/PE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 571.491 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.899 **(38)**
ORIGEM : 186899 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : FILIPE DA ROCHA KUGNHARSKI
IMPTE.(S) : ALI TAWFEIQ (60909/PR)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.900 **(39)**
ORIGEM : 186900 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : GILSON FERREIRA MARTINS
IMPTE.(S) : WELLINGTON CORREA DA COSTA JUNIOR (93311/RJ) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.901 **(40)**
ORIGEM : 186901 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : VICTOR OLIMPIO CITRO BARBOSA
IMPTE.(S) : JOSE HENRIQUE QUIROS BELLO (296805/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.902 **(41)**
ORIGEM : 186902 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUCAS ROCHA PEREIRA
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.284 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.903 **(42)**
ORIGEM : 186903 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ALEX SANDRO DE SOUZA ALVES
PACTE.(S) : BRUNA AMORIM DA SILVA
IMPTE.(S) : LUIZ ANTONIO E SILVA (286639/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 186.904 **(43)**
ORIGEM : 186904 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : MARCELO VIEIRA ARMENTANO SILVA
IMPTE.(S) : ANTONIO JOSE CARVALHO SILVEIRA (92285/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 585.186 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.905 **(44)**
ORIGEM : 186905 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : WALMYR FRANCISCO PERETO
IMPTE.(S) : EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI (223745/RJ, 127964/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO ARESP Nº 746.463 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.906 **(45)**
ORIGEM : 186906 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : MAICON PITER DE ANDRADE TADEU
IMPTE.(S) : VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA (75834/RS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.680 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.907 **(46)**
ORIGEM : 186907 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JANIFFER INAMARA SILVA LOUREIRO
IMPTE.(S) : JACKSON JOSE SCHNEIDER SEILONSKI (50048/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 124.145 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.908 **(47)**
ORIGEM : 186908 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : KEVIN ROBERTO DOS SANTOS SILVA
PACTE.(S) : KLEBER ALBERTO DOS SANTOS SILVA
IMPTE.(S) : NARCISO FUSER (91824/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.290 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.909 **(48)**
ORIGEM : 186909 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : FERNANDO PEREIRA MACHADO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.910 **(49)**
ORIGEM : 186910 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : ALEXANDRO AMARAL
IMPTE.(S) : CRISTIAN ROBERTO PERIN (59027/RS) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.352 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.911 **(50)**
ORIGEM : 186911 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : JORGE VICTOR OLIVEIRA MELO
IMPTE.(S) : MARUZAN ALVES DE MACEDO (41134/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.912 **(51)**
ORIGEM : 186912 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : JOSE CARLOS DOS SANTOS ALVES
IMPTE.(S) : GABRIEL FREIRE TALARICO (62947/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.285 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.913 **(52)**
ORIGEM : 186913 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : SANDRO GUARAGNI (78594/RS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.616 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.914 **(53)**
ORIGEM : 186914 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : LOUSIVAL QUARTEZANI
PACTE.(S) : VALDINEI LOPES
PACTE.(S) : ERLI EDUARDO DO NASCIMENTO
PACTE.(S) : JOSÉ TEIXEIRA DE ARAUJO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.915 **(54)**
ORIGEM : 186915 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : MAURÍCIO AMORIM DE ARAÚJO
IMPTE.(S) : MAURO ATUI NETO (266971/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 571.822 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.916 **(55)**
ORIGEM : 186916 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : FERNANDO DE JESUS LIMA
IMPTE.(S) : LUIS FERNANDO CABRAL DE MEDEIROS (304514/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.917 **(56)**
ORIGEM : 186917 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ELISSANDRO JOSE
PACTE.(S) : LUCIO MAURO SANTANA
IMPTE.(S) : PAULO SERGIO DA SILVA (246212/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.339 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.918 **(57)**
ORIGEM : 186918 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : IVAN ERBSON FERREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : BRUNO FELIX DE PAULA (375946/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.919 **(58)**
ORIGEM : 186919 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : LUIZ RAMOS DE MOURA
IMPTE.(S) : ANDRE FINI TERCAROLLI (253556/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.969 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.920 **(59)**
ORIGEM : 186920 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : DIOGENES DOS SANTOS SAMARITANO
IMPTE.(S) : LUIZ VICTOR ALMEIDA DE ARAUJO (20955/PA)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.970 DO SUPERIOR

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.921 **(60)**
ORIGEM : 186921 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : J.L.D.
IMPTE.(S) : FRANCIS DANIEL PIO (342569/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.920 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.922 **(61)**
ORIGEM : 186922 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : VINICIUS DE SOUZA
IMPTE.(S) : LUIZ FERNANDO BARBOSA (404506/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 573.149 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.923 **(62)**
ORIGEM : 186923 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS
IMPTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS (330354/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.924 **(63)**
ORIGEM : 186924 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS
IMPTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS (330354/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.925 **(64)**
ORIGEM : 186925 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : G.F.V.F.
IMPTE.(S) : FELIPE NANINI NOGUEIRA (356679/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 580.512 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.926 **(65)**
ORIGEM : 186926 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : L.A.O.
IMPTE.(S) : FELIPE NANINI NOGUEIRA (356679/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 586.232 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.927 **(66)**
ORIGEM : 186927 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : CARLOS HENRIQUE MOREIRA
IMPTE.(S) : DIEGO ENEAS GARCIA (344196/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.928 **(67)**
ORIGEM : 186928 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : L.M.
IMPTE.(S) : RICARDO SARAIVA AMBROSIO (269667/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 577.662 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.929 **(68)**
ORIGEM : 186929 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ULISSES CORREIA DE ARAUJO JUNIOR
IMPTE.(S) : JOSE BENEDITO ANTUNES (230359/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.930 **(69)**
ORIGEM : 186930 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : LUIS FERNANDES
IMPTE.(S) : ANDRE LUIZ PRIETO (19163-A/MS, 7360/B/MT)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 578.956 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.932 **(70)**
ORIGEM : 583082 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : BAHIA
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : MISAEL PEREIRA DA SILVA
PACTE.(S) : JESSICA SANTOS SOUZA
IMPTE.(S) : HELINZBENDER DOS SANTOS NASCIMENTO (34183/BA)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 583.082 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.933 **(71)**
ORIGEM : 186933 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ADRIANO ALVES PEREIRA
IMPTE.(S) : ANDRE EDUARDO HEINIG (28532/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.599 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.934 **(72)**
ORIGEM : 186934 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : MAYK VINICIUS DAMIM
IMPTE.(S) : ANDRE EDUARDO HEINIG (28532/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.619 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.936 **(73)**
ORIGEM : 186936 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : SERGIO BENINCA
IMPTE.(S) : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES (33007/DF, 108329/RJ, 271947/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.412 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.937 **(74)**
ORIGEM : 186937 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : ROSSINI ALVES DIAS
PACTE.(S) : UILDO ALVES RODRIGUES
IMPTE.(S) : ELIDIO FERREIRA DA SILVA (106303/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.939 **(75)**
ORIGEM : 186939 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA
IMPTE.(S) : JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA (11061/GO)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4.781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.943 **(76)**
ORIGEM : 186943 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : RILDEMAR BARBOSA DA CAMARA JUNIOR
IMPTE.(S) : FLAVIO MANOEL DIAS JUNIOR (51460/SC)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 563.262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.945 **(77)**
ORIGEM : 186945 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA
IMPTE.(S) : PIERPAOLO CRUZ BOTTINI (25350/DF, 163657/SP)
IMPTE.(S) : IGOR SANT ANNA TAMASAUSKAS (25399/DF, 173163/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 580.685 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

HABEAS CORPUS 186.949 **(78)**
ORIGEM : 186949 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : CAROLAINE DE FATIMA FRANCISCO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS (356869/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA VARA PLANTÃO DA COMARCA DE ITAPETININGA

HABEAS CORPUS 186.953 **(79)**
ORIGEM : 186953 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ROBERTO DOS SANTOS REZENDE
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 566.548 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 186.955 **(80)**
ORIGEM : 186955 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : EDNO DA SILVA PEREIRA
IMPTE.(S) : ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (15814/PA)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE PLANTÃO DA COMARCA DE SANTARÉM

HABEAS CORPUS 186.956 **(81)**
ORIGEM : 186956 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S) : EMANUEL JONAS COUTINHO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 576.406 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.313 **(82)**
ORIGEM : 7313 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
IMPTE.(S) : VITOGRAF ACABAMENTOS DE SERVICOS GRAFICOS EIRELI - EPP E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : DANIEL OLIVEIRA MATOS (106346A/RS, 47202/SC, 315236/SP)
IMPDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

MANDADO DE INJUNÇÃO 7.314 **(83)**
ORIGEM : 7314 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
IMPTE.(S) : BELIZARIO GONCALVES OLIVEIRA
ADV.(A/S) : FABIANA CUNHA GONCALVES DE ALMEIDA (139209/MG)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
IMPDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

MANDADO DE SEGURANÇA 37.181 **(84)**
ORIGEM : 37181 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
IMPTE.(S) : V.F.C.S.
ADV.(A/S) : GABRIEL DUTRA PIETRICOVSKY DE OLIVEIRA (53924/DF)
IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

PETIÇÃO 8.923 **(85)**
ORIGEM : 8923 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
REQDO.(A/S) : EDUARDO PAZUELLO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

PETIÇÃO 8.927 **(86)**
ORIGEM : 8927 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : GLEISI HELENA HOFFMANN
ADV.(A/S) : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP)
REQDO.(A/S) : DANIEL LUCIO DA SILVEIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.505 **(87)**
ORIGEM : 41505 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : ATHOS PEDROSO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCELO HENRIQUE BRABO MAGALHAES (4577/AL, 01626/PE)
RECLDO.(A/S) : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.542 **(88)**
ORIGEM : 41542 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECLTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DOS OFICIAIS DO MINISTERIO PUBLICO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LAURA AGRIFOGLIO VIANNA (99017/PR, 215866/RJ, 18668/RS) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
BENEF.(A/S) : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL ¿ SIMPE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - APROJUS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS - FENAMP
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.543 **(89)**
ORIGEM : 41543 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECLTE.(S) : COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADV.(A/S) : PITAGORAS CUSTODIO MARINHO (4700/RO)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : JORGE BRITO NOBRE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.544 **(90)**
ORIGEM : 41544 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE ESMERALDAS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECLAMAÇÃO 41.545 **(91)**
ORIGEM : 41545 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECLTE.(S) : SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA
ADV.(A/S) : LEIZER PEREIRA SILVA (8437/GO)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : ANTONIO LUCIO FERRARI PINHEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.546 **(92)**
ORIGEM : 41546 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECLTE.(S) : CLEBER STEVENS GERAGE
ADV.(A/S) : CLEBER STEVENS GERAGE (355105/SP)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ATIBAIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : FACEBOOK DO BRASIL S.A
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.547 **(93)**
ORIGEM : 41547 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECLTE.(S) : JOAO BOSCO RAMOS DE ARRUDA
ADV.(A/S) : ADRIANO ROBERTO COSTA (233286/SP)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 6ª RAJ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECLAMAÇÃO 41.548 **(94)**
ORIGEM : 41548 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECLTE.(S) : CLEBER DE OLIVEIRA COSTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ESTELINA MARIA DE ARAUJO COSTA (098161/RJ) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.549 **(95)**
ORIGEM : 41549 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : CLEBER STEVENS GERAGE
ADV.(A/S) : CLEBER STEVENS GERAGE (355105/SP)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ATIBAIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : FACEBOOK DO BRASIL S.A
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.550 **(96)**
ORIGEM : 41550 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADV.(A/S) : PITAGORAS CUSTODIO MARINHO (4700/RO)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : APARECIDA DE FATIMA CARVALHO DE RAMALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.551 **(97)**
ORIGEM : 41551 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECLTE.(S) : FABIANO CONTARATO
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO ALVES CORREA DOS PASSOS (64481/DF)
RECLDO.(A/S) : AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.552 **(98)**
ORIGEM : 41552 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECLTE.(S) : DAVID WILLIAN PEREIRA GARCIA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S) : JUÍZA DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 9ª RAJ DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.553 **(99)**
ORIGEM : 41553 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : LAURENIO LOPES VALDERRAMAS
ADV.(A/S) : ARTUR BARROS FREITAS OSTI (18335/O/MT)
RECLDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.554 **(100)**
ORIGEM : 41554 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECLTE.(S) : WASHINGTON BISPO CLAUDINO RICARDO
ADV.(A/S) : MATHEUS PIOVATTO LINDO (371125/SP)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECLAMAÇÃO 41.555 **(101)**
ORIGEM : 41555 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECLTE.(S) : JOÃO LUCAS DA SILVA SANTOS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S) : JUÍZA DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 1ª RAJ DA COMARCA DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECLAMAÇÃO 41.556 **(102)**
ORIGEM : 41556 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RECLDO.(A/S) : QUARTA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.557 **(103)**
ORIGEM : 41557 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
RECLTE.(S) : FERNANDO CAPEZ
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON (40063/DF, 65371/SP)
RECLDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 12ª VARA CÍVEL FEDERAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.558 **(104)**
ORIGEM : 41558 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
RECLTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 20277-09.2016.5.04.0012 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : PAULO JOSSIE LISBOA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.559 **(105)**
ORIGEM : 41559 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S) : UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PRISCILA DE PAULA CABRAL (106540/RJ)
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 101298-56.2016.5.01.0055 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : SIDINEI DA SILVA MARINHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.560 **(106)**
ORIGEM : 41560 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECLTE.(S) : COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
ADV.(A/S) : AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MARA CELY DOS SANTOS FERNANDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : PUBLIKIMAGEM PROJETOS E MARKETING LTDA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.561 **(107)**
ORIGEM : 41561 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S) : EDUARDO ABONISSIO
ADV.(A/S) : EDER PEREIRA BAHIA (287830/SP)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL - DEECRIM 4ª RAJ DA COMARCA DE CAMPINAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECLAMAÇÃO 41.562 **(108)**
ORIGEM : 41562 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S) : UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SHEILA DE LIMA GRYNSZPAN (153259/RJ)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : CLAUDIA MARIA LAGE MEDEIROS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.563 **(109)**
ORIGEM : 41563 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S) : UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PRISCILA DE PAULA CABRAL (106540/RJ)
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 100945-03.2016.5.01.0027 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (NOME NOS AUTOS)
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MAX LUIZ RODRIGUES GOMES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.564 **(110)**
ORIGEM : 41564 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
RECLTE.(S) : CARLOS EDUARDO SALES CARDOSO
ADV.(A/S) : JORGE SANTORO FILHO (024412/RJ) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 0032776-53.2020.8.19.000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECLAMAÇÃO 41.565 **(111)**
ORIGEM : 41565 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE ASSU
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ASSU
RECLDO.(A/S) : PRESIDENTE DA 3ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MARIA DA CONCEICAO DA SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.566 **(112)**
ORIGEM : 41566 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S) : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 114-33.2015.5.05.0006 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : KATIA MARIA TEIXEIRA CARDOSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL PIERRE BOURDIEU
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.567 **(113)**
ORIGEM : 41567 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE CRUZEIRO
ADV.(A/S) : PRISCILA ARECO MOURA DA SILVA (241068/SP)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : SEBASTIAO BENEDITO DA SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECLAMAÇÃO 41.568 **(114)**
ORIGEM : 41568 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : LUANE DOS SANTOS PEREIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.569 **(115)**
ORIGEM : 41569 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S) : ACAO CONTACT CENTER LTDA
ADV.(A/S) : HENRIQUE GUILHERME REZENDE FERREIRA (155040/MG) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : SARAH SANY RIBEIRO DA SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.570 **(116)**
ORIGEM : 41570 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECLTE.(S) : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A
ADV.(A/S) : MAURICIO PEREIRA DA SILVA (14435/PR) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA 1ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE ARAUCÁRIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : ELISEU MAURINO HICKMANN E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.571 **(117)**
ORIGEM : 41571 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
RECLTE.(S) : FRANCISCO RODRIGUES FRANCA
ADV.(A/S) : MISAQUE MOURA DE BARROS (341890/SP)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MUNICIPIO DE PRADOPOLIS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS

RECLAMAÇÃO 41.572 **(118)**
ORIGEM : 41572 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE CRUZEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NATALIA APARECIDA SILVA BATISTA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.573 **(119)**
ORIGEM : 41573 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : TIAGO SIMOES MARTINS PADILHA (270807/SP)
RECLDO.(A/S) : COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : VALDELENA BASSO BATISTA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO 41.574 **(120)**
ORIGEM : 41574 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S) : RAFAEL HENRIQUE MORO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA 2ª RAJ DA COMARCA DE ARAÇATUBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.530 **(121)**
ORIGEM : 02280855320138190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECDO.(A/S) : ABRAAO MARCIO DE ALCANTARA NASCIMENTO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NATHALIA CESAR DA COSTA (104898/RJ)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.698 **(122)**
ORIGEM : 50297042820174040000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO INCRA NO ESTADO DO PARANA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JACEGUAY FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS (45439/PE, 04395/PR)
ADV.(A/S) : EVALDO CICERO BUENO (44219/PR)
ADV.(A/S) : PATRICIA EMILIA GOMES RIBAS (72910/PR)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.791 **(123)**
ORIGEM : 00003067120148190034 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECDO.(A/S) : LEA BASTOS NUNES DE CARVALHO
ADV.(A/S) : ZULMAR DE OLIVEIRA PIMENTEL (122895/RJ)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.792 **(124)**
ORIGEM : 50026030720184047105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : FUNDIMISA - FUNDICAO E USINAGEM LTDA.
ADV.(A/S) : CLAUDIO ROBERTO DE FREITAS GOLGO (53262/RS, 55624/SC, 241715/SP)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.793 **(125)**
ORIGEM : 50073306720134047207 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S) : ALEXSANDER FERNANDES MENDES
ADV.(A/S) : TARCISIO DE MEDEIROS (17563/SC)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.465 **(126)**
ORIGEM : 08032217420154058400 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
ADV.(A/S) : FREDERICO AUGUSTO BORBA DE SOUZA (916-A/RN)
RECDO.(A/S) : EUCLIDES ALVES DA SILVA NETO
ADV.(A/S) : ANTONIO ALEXANDRE DE LIMA CASTRO (8725/AL)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.561 **(127)**
ORIGEM : 08010040820174058103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
RECTE.(S) : ESPÓLIO DE FRANCISCO TARCÍSIO RODRIGUES
ADV.(A/S) : MARION SILVEIRA REGO (22769/BA, 156123/RJ, 91116A/RS, 9960/SC, 307042/SP)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.675 **(128)**
ORIGEM : 50040860920124047000 - TRIBUNAL REGIONAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : JUARI DE OLIVEIRA BARTOLOMEI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (49789/DF, 23510/PR)
ADV.(A/S) : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (111180/MG, 19095/PR, 330617/SP)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.730 (129)
ORIGEM : PROC - 50089044120164047104 - TRF4 - RS - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S) : EMILIO PAULO CALIERON
ADV.(A/S) : LEONARDO SOUSA FARIAS (38848-A/CE, 26682/ES, 23894-A/PB, 205769/RJ, 87452/RS)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.119 (130)
ORIGEM : 40153756620198240000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S) : MARIO HENRIQUE CALDEIRA DE ANDRADA RAMOS
ADV.(A/S) : MAURO RAFAELI MUNIZ FILHO (24590/SC)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.346 (131)
ORIGEM : 00015648420168240074 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : E.H.I.S.
ADV.(A/S) : MARCIO LIMA DA COSTA JUNIOR (39973/SC)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.763 (132)
ORIGEM : 00018688920114058200 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : MANOEL BRAS SOBRINHO
ADV.(A/S) : AMARO GONZAGA PINTO FILHO (5616/PB)
RECDO.(A/S) : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.776 (133)
ORIGEM : 70079634036 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : FABIANO MESQUITA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : CASSIA JULIANA VARGAS DORNELLES (94817/RS)
ADV.(A/S) : GUSTAVO ABU DHEIBA DE SAMPAIO (110622/RS)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.907 (134)
ORIGEM : 00015888620178260603 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : JOSE EDUARDO THOMAZ DE ARAUJO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.032 (135)
ORIGEM : 00003242920178260540 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : DIEGO PEREIRA VILELA DA SILVA
ADV.(A/S) : DATIVO - IDELI DE MELLO (166169/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.073 (136)
ORIGEM : 09478741420008060001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : RACINE PEIXOTO DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (9165/CE)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.181 (137)
ORIGEM : PROC - 50442833020174047000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : DJULIANI FERNANDO CECCATO
ADV.(A/S) : LEANDRO MENDES (53535/PR)
ADV.(A/S) : GABRIELLE KACZALOVSKI MARIN (66510/PR)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.215 (138)
ORIGEM : 00000489320138240119 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : LUIZ CARLOS RUCKEL
ADV.(A/S) : LAERCIO DOALCEI HENNING (20992/SC)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.271 (139)
ORIGEM : 00090066420188210026 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : NATHANAEL EDUARDO DE BORBA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.288 (140)
ORIGEM : 00123323820178210003 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : CLODOALDO ALBUQUERQUE SANGUINE
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.289 (141)
ORIGEM : 70079587671 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : CESAR AUGUSTO MARTINS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.330 (142)
ORIGEM : 00389120320138190068 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : LEILSO TAVARES SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (00000/DF)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.659 (143)
ORIGEM : 20180310063143 - TJDFT - 2ª TURMA RECURSAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : MATEUS MOREIRA DA SILVA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.674 (144)
ORIGEM : 00867009320088190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : GERALDO MOREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOSE RICARDO CERQUEIRA LOPES (046626/RJ)
ADV.(A/S) : NERIVALDO LIRA ALVES (23974/DF, 111386/RJ, 245957/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.775 (145)
ORIGEM : 70081656852 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
RECTE.(S) : R.B. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EZEQUIEL VETORETTI (64616/RS)
ADV.(A/S) : ROGER CENCI ZAQUIA (96774/RS)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.255 (146)
ORIGEM : 02037411220158040015 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCED. : AMAZONAS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S) : ALESSANDRO FERREIRA DOS SANTOS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.319 (147)
ORIGEM : 00343634620148260576 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : ROMANO VOLTOLINI
ADV.(A/S) : GILBERTO ANTONIO LUIZ (13880/AL, 13880-A/MS, 76663/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.474 (148)
ORIGEM : 00072346220168240023 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : ELSON JOSE PORTO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.669 (149)
ORIGEM : 00593546520118090091 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
RECDO.(A/S) : F.G.S.
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.728 (150)
ORIGEM : 08010178320174058401 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : LAIRE ROSADO FILHO
ADV.(A/S) : SAMARA MARIA MORAIS DO COUTO (3982/RN)
ADV.(A/S) : CID AUGUSTO DA ESCOSSIA ROSADO (10178/RN)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.108 (151)
ORIGEM : 00008317320188160009 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : JOAO VACCARI NETO
ADV.(A/S) : LUIZ FLAVIO BORGES D URSO (83933/PR, 69991/SP)
ADV.(A/S) : RICARDO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ (31417/BA, 182634/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.111 (152)
ORIGEM : 00060119020178260635 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : RODRIGO HENRIQUE SIMERMAM GELLACIC
ADV.(A/S) : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA (225178/SP)
ADV.(A/S) : THIAGO FELICIO DE OLIVEIRA LIMA (400794/SP)
ADV.(A/S) : SERGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO (74389/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.247 (153)
ORIGEM : 165536 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : MAURO KRONKA SANT ANNA
ADV.(A/S) : MARCELO CORREIA MILLAN (100424/SP)
ADV.(A/S) : CRISTIANO DE JESUS DA SILVA (304882/SP)

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.484 (154)
ORIGEM : 00051340420158260189 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : CELSO FELIX DE SOUZA
ADV.(A/S) : AUGUSTO CESAR MENDES ARAUJO (249573/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.179 (155)
ORIGEM : 37179 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S) : GERSON MAURICIO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : PEDRO FRANCISCO DE LIMA FILHO (73465/RJ)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.883 **(156)**
ORIGEM : 186883 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : MARCOS ROBERTO PEREIRA
ADV.(A/S) : JOSE BELGA ASSIS TRAD (10790/MS, 418795/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.884 **(157)**
ORIGEM : 186884 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : EDUARDO BRANDAO DE AZEREDO
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (23750/DF, 7725/MG) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

MINISTRO	DISTR	REDIST	TOT
MIN. CELSO DE MELLO	16	0	16
MIN. MARCO AURÉLIO	13	0	13
MIN. GILMAR MENDES	13	0	13
MIN. RICARDO LEWANDOWSKI	18	0	18
MIN. CÁRMEN LÚCIA	13	0	13
MIN. LUIZ FUX	22	0	22
MIN. ROSA WEBER	11	0	11
MIN. ROBERTO BARROSO	13	0	13
MIN. EDSON FACHIN	17	0	17
MIN. ALEXANDRE DE MORAES	21	0	21
TOTAL	157	0	157

Nada mais havendo, foi encerrada a presente Ata de Distribuição. **ANTONIO JULIANO DE SOUZA**, Coordenador de Processamento Inicial, **PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS**, Secretário(a) Judiciário(a).

Brasília, 10 de junho de 2020.

DECISÕES E DESPACHOS

PETIÇÃO 8.835 **(158)**
ORIGEM : 8835 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : FABIANO CONTARATO
ADV.(A/S) : FABIANO CONTARATO (31672/ES)
REQDO.(A/S) : ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho:

Vistos.

Vieram os autos conclusos à Presidência, em razão do seguinte despacho do eminente Ministro **Marco Aurélio**:

"1. O assessor Rafael Ferreira de Souza prestou as seguintes informações:

Fabiano Contarato, senador da República e advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 31.672/ES, apresenta notícia de fatos supostamente criminosos atribuídos a Roberto Jefferson Monteiro Francisco. Aponta o cometimento dos delitos tipificados nos artigos 16 (integrar ou manter associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça), 17 (tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito), e 22 (fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social), todos da Lei nº 7.170/1983.

Alude ao inquérito nº 4.828, relator ministro Alexandre de Moraes, no âmbito do qual, conforme aduz, investigada a existência de grupo voltado à organização de atos contra o sistema democrático e as instituições brasileiras. Menciona haver Roberto Jefferson apoiado manifestações, no que caracterizada participação nos possíveis crimes apurados no citado inquérito.

Frisa ter publicado, em 9 de maio de 2020, na rede social Twitter, mensagem de conteúdo conspiratório contra as instituições democráticas, com o seguinte teor: 'Bolsonaro para atender o povo e tomar as rédeas do governo, precisa de duas atitudes inadiáveis: demitir e substituir os 11 ministros do STF, herança maldita. Precisa cassar, agora, todas as concessões de rádio e TV das empresas concessionárias Globo. Se não fizer, cai.' Salienta veiculada, na mesma página digital, fotografia na qual aparece portando uma arma de fogo, constando, segundo assevera, a legenda: ' Estou me preparando para combater o bom combate. Contra o comunismo, contra a ditadura, contra a tirania, contra os traidores, contra os verdilhões da Pátria. Ressalta declaradas ofensas ao ministro Alexandre de Moraes, no que escritas as seguintes palavras no sítio eletrônico: 'Ministro do Supremo tem que ser juiz de carreira. A Corte Constitucional deve coroar carreiras de juízes de direito. Não pode um ex-advogado de narcotraficantes milionários, envergar a toga sagrada. O Conselho Nacional da Magistratura indicaria lista Tríplice para o Pr escolher um.' Diz evidenciada incitação da população e dos governantes a atacarem o Supremo Tribunal Federal e o Estado Democrático de Direito, com emprego de violência e armas de fogo.

Postula seja a notícia encaminhada à Procuradoria-Geral da República, bem como determinada a expedição de mandado de busca e apreensão da arma de fogo ostentada pelo requerido.

Os autos foram distribuídos a Vossa Excelência em 13 de maio de 2020.

2. O requerente noticia a suposta prática de crimes por Roberto Jefferson Monteiro Francisco, dizendo-os relacionados aos fatos objeto do inquérito nº 4.828, relator ministro Alexandre de Moraes. Incide o artigo 69, cabeça, do Regimento Interno, com o seguinte teor:

[…] Art. 69. A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência. […]

3. Ao Presidente, ministro Dias Toffoli, que melhor dirá sobre a erronia da distribuição verificada. "

O eminente Ministro **Luiz Fux**, no exercício da presidência, encaminhou os autos à Secretaria Judiciária para que informasse a respeito.

As informações foram oportunamente prestadas no seguinte sentido:

"Trata a Petição nº 8.835 de 'notícia de fato' apresentada pelo Senador *Fabiano Contarato* em face do sr. *Roberto Jefferson Monteiro Francisco*, em razão de manifestações em redes sociais datadas de 09/05/2020. Alega que, em razão dessas manifestações, o requerido teria incorrido em tipos penais previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170 de 1983). O Requerente menciona o Inq nº 4.828, de relatoria do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes que teria por objeto, segundo sua própria afirmação afirma, '*a organização e participação de cidadãos em atos contra o sistema democrático e as instituições brasileira (...)*'.

Ocorre que mencionado Inquérito tramita sob regime de sigilo e em autos físicos. Quando da distribuição da Petição nº 8.835, em 13/05/2020, os autos do Inq nº 4.828 encontravam-se com vista à Procuradoria-Geral da República, de onde retornaram somente em 27/05/2020. Essas circunstâncias impediram a verificação do objeto do Inquérito multicitado.

Por esses motivos, foi a Pet nº 8.835 distribuída livremente ao Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio.

A Pet nº 8.849, por sua vez, trata de 'representação' apresentada por vários Deputados Federais em face do mesmo Sr. *Roberto Jefferson Monteiro Francisco*, pelos mesmos fatos (postagens em redes sociais nas datas de 08/05 e 09/05/2020).

Assim, considerando a identidade de objetos, a Pet nº 8.849 foi distribuída por prevenção ao Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio, em 14/05/2020."

Decido.

Consoante se vislumbra do despacho encaminhado a esta Presidência pelo eminente Relator, o ora requerido teria "apoiado manifestações, no que caracterizada participação nos possíveis crimes apurados (...)" no Inq nº 4.828, sob a relatoria do Ministro **Alexandre de Moraes**.

Logo, é de todo pertinente que o presente feito seja submetido ao Relator do Inq nº 4.828 para ciência e deliberação, já que Sua Excelência, sendo conhecedor de todas as informações contidas no bojo da **persecutio criminis**, dispõe de melhores condições para avaliar a pertinência dos fatos aqui apontados.

Nessa conformidade, à luz do art. 69, **caput**, do RISTF, determino a redistribuição do feito ao Ministro **Alexandre de Moraes**.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Dias Toffoli**
Presidente
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.812 **(159)**
ORIGEM : 8815075800 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
REGISTRADO : MINISTRO PRESIDENTE
RECTE.(S) : CLAUDEMIRO UNDICIATTI
ADV.(A/S) : MARCOS ALVES DE SOUZA (152825/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : VANDERLEA MARTINS BENTO - ME

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : VINICIUS RODRIGUES DE FREITAS (238344/SP)
INTDO.(A/S) : ALCEU TRIZZI
ADV.(A/S) : SANDOVAL APARECIDO SIMAS (144708/SP)

DESPACHO:

Trata-se de recurso extraordinário com agravo contra decisão de inadmissão do recurso extraordinário.

Analisados os autos, verifica-se que a parte recorrente não foi intimada no Tribunal de origem para regularização o preparo.

Ante o exposto, determino a intimação da parte recorrente para regularização do referido vício, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inadmissibilidade (CPC, art. 932, parágrafo único).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **DIAS TOFFOLI**
Presidente
Documento assinado digitalmente

SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA 286 **(160)**

ORIGEM : STA - 150294 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
REGISTRADO : MINISTRO PRESIDENTE
REQTE.(S) : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
REQDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (PROCESSO Nº 200833000033058)
INTDO.(A/S) : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DA BAHIA - CREA
ADV.(A/S) : CELSON RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (15470/BA, 44408/DF)
INTDO.(A/S) : CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS DA BAHIA - CRA/BA
INTDO.(A/S) : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
INTDO.(A/S) : INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL - IPHAN
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO DA BAHIA - ADEMI-BA
ADV.(A/S) : JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO (8242/DF)

DECISÃO:

Vistos.

Cuida-se de pedido de suspensão de tutela, ajuizado há mais de dez anos e no qual foram proferidas diversas decisões.

Por fim, em despacho datado de 1º/3/18, a então presidente, Ministra **Cármen Lúcia**, intimou as partes a manifestarem interesse no eventual prosseguimento, esclarecendo o andamento atualizado da ação principal.

Em resposta, apenas a ADEMI-BA aduziu não mais ter interesse, ao passo que o Município de Salvador respondeu afirmativamente, por ainda estar em andamento a ação principal.

Porém, consulta ao andamento do aludido processo, demonstra que já transitou em julgado, no dia 20/2/19, a decisão lá proferida por esta Suprema Corte (ARE nº 1.138.833/BA), tendo os autos já baixados à origem.

Constata-se, assim, que, como a ordem de suspensão perdura até o trânsito em julgado da decisão proferida no processo original, o que já ocorreu no presente caso, não há mais razão para o processamento desta medida de contracautela.

Forçoso reconhecer, destarte, a superveniente perda de interesse do requerente com o ajuizamento desta suspensão, bem como dos recursos internos aqui interpostos.

Desse modo, em virtude **da perda superveniente do interesse processual do requerente, bem como do próprio objeto da presente suspensão, julgo extinto este processo (art. 485, IV, do Código de Processo Civil), insubsistentes as liminares deferidas nos autos e prejudicados os agravos e embargos aqui interpostos.**

Publique-se.

Brasília, 8 de junho de 2020.

Ministro **Dias Toffoli**
Presidente
Documento assinado digitalmente

PLENÁRIO

Decisões

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(PUBLICAÇÃO DETERMINADA PELA LEI Nº 9.868, DE 10.11.1999)

ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 861 **(161)**

ORIGEM : ADI - 11278 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e Moreira Alves, e, nesta assentada, o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente. Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Plenário, 22.04.2002.

Decisão: O Tribunal determinou a retirada do processo da pauta do plenário em face da aposentadoria do Relator. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 08.5.2002.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, tornou definitiva apenas em parte a liminar deferida e julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade apenas do art. 1º, III, e da expressão "priorizar as empresas instaladas no Estado e", contida no art. 3º, *caput*, da Lei nº 64/1993 do Estado do Amapá, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 28.2.2020 a 5.3.2020.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 64/1993, DO ESTADO DO AMAPÁ. PESCA INDUSTRIAL DE ARRASTO DE CAMARÕES E APROVEITAMENTO COMPULSÓRIO DA FAUNA ACOMPANHANTE. NORMAS INCIDENTES SOBRE PESCA, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE POR DANO AO MEIO AMBIENTE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. ARTA. 5º, *CAPUT*, 19, III, 22, I E XI, 24, VI E VIII, 170, VI, 178, E 225, § 1º, V e VII, E § 3º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. Ao disciplinar, no âmbito do Estado federado, a pesca industrial de arrasto de camarões e o aproveitamento compulsório da fauna acompanhante, a Lei nº 64/1993 do Estado do Amapá veicula normas incidentes sobre pesca, proteção do meio ambiente e responsabilidade por dano ao meio ambiente, matérias a respeito das quais, a teor do art. 24, VI e VIII, da CF, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente.

2. No modelo federativo brasileiro, estabelecida pela União a arquitetura normativa da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca (hoje consubstanciada na Lei nº 11.959/2009), aos Estados compete, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender suas peculiaridades locais, respeitados os critérios (i) da preponderância do interesse local, (ii) do exaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais – até mesmo para prevenir conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares – e (iii) da vedação da proteção insuficiente. Precedente: ADI 3829/RS, Relator Ministro Alexandre de Moraes, em 11.4.2019, DJe 17.5.2019.

3. Não se confunde a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre pesca e proteção do meio-ambiente (art. 24, VI, da CF) com a competência privativa da União para legislar sobre embarcações (arts. 22, I e XI, e 178 da CF). Ao condicionar o emprego de embarcações estrangeiras arrendadas, na pesca industrial de arrasto de camarões, à satisfação de exigências relativas à transferência de tecnologia e inovações, o art. 1º, III, da Lei nº 64/1993 exorbita da competência estadual, invadindo a competência privativa da União para legislar sobre embarcações.

4. Ao orientarem o controle do esforço de pesca em consideração ao poder de pesca, o desempenho das embarcações e o volume da fauna acompanhante desperdiçada, estipularem limites de aproveitamento da fauna acompanhante à pesca industrial de arrasto de camarões e veicularem normas destinadas à mitigação do impacto ambiental da atividade, os arts. 1º, § 2º, e 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 64/1993 mantêm-se dentro dos limites da competência legislativa concorrente do Estado (art. 24, VI, da CF), além de consonantes com o postulado da proporcionalidade e os imperativos de preservação e defesa do meio ambiente mediante o controle do emprego de técnicas, métodos e práticas potencialmente danosos à fauna (arts. 170, VI, e 225, § 1º, V e VII, da CF) e não destoam das normas gerais sobre a matéria objeto da legislação federal (Lei nº 11.959/2009). Precedente: ADI 2030/SC, Relator Ministro Gilmar Mendes, em 09.8.2017, DJ 17.10.2018.

5. É inconstitucional a previsão de tratamento privilegiado às empresas instaladas no Estado do Amapá, por afronta ao princípio da isonomia em seu aspecto federativo (arts. 5º, *caput* e I, e 19, III, da Constituição Federal).

6. Ação direta julgada parcialmente procedente.

SECRETARIA JUDICIÁRIA
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

SECRETÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA Nº 80/2020 - Elaborada nos termos do art. 935 do Código de Processo Civil e do art. 83 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, para julgamento do(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.142 **(162)**

ORIGEM : ADI - 15522 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC
ADV.(A/S) : ANDRÉA SALGADO ESPÍNDOLA (92600/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ABRAFIX - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO
ADV.(A/S) : PAULO DE BARROS CARVALHO (30214/DF, 122874/SP)
AM. CURIAE. : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ABRASF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
AM. CURIAE. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ISS/ Imposto sobre Serviços

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.287 **(163)**

ORIGEM : ADI - 88076 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : ALEC - ASSOCIAÇÃO DOS LOCADORES DE EQUIPAMENTOS A CONSTRUÇÃO CIVIL
ADV.(A/S) : LUIZ OTAVIO PINHEIRO BITTENCOURT (0147224/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ISS/ Imposto sobre Serviços

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.068 **(164)**

ORIGEM : ADI - 51064 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
INTDO.(A/S) : SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL
ADV.(A/S) : CLEMERSON MERLIN CLEVE (9361/PR)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.219 **(165)**

ORIGEM : ADI - 30003 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE, 439314/SP) E OUTRO(A/S)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Concurso Público / Edital
Exigência de Prática Forense

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.398 **(166)**

ORIGEM : ADI - 4398 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S) : PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS (0031036/DF)
AM. CURIAE. : GAETS - GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Execução Penal
Pena de Multa

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.454 **(167)**

ORIGEM : ADI - 4454 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD (46560A/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ABCON - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO
ADV.(A/S) : VICTOR DAHER (032754/DF)
ADV.(A/S) : MARIA BEATRIZ CAPOCCHI PENETTA (140724/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Contratos Administrativos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.507 **(168)**

ORIGEM : ADI - 4507 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.551 **(169)**

ORIGEM : ADI - 4551 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

NORTE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade
Inconstitucionalidade Material

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.768 **(170)**
ORIGEM : ADI - 4768 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS
INTDO.(A/S) : SENADO FEDERAL
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : IGOR TAMASAUSKAS E OUTRO(S) (SP173163/)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS - ANADEF
ADV.(A/S) : RAFAEL DA CAS MAFFINI (25953/DF, 44404/RS, 446744/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : ALBERTO GOSSON JORGE JUNIOR (0132969/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(S) (SP065371/)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade
Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.625 **(171)**
ORIGEM : ADI - 5625 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S) : SAMUEL DA SILVA ANTUNES (21795/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : PRÓ-BELEZA BRASIL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PROFISSIONAIS EMPREENDEDORES EM MODA, BELEZA E ESTÉTICA
ADV.(A/S) : PÉRICLES HERMÍNIO COELHO DA SILVA (299137/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS SALÕES DE BELEZA - ABSB
ADV.(A/S) : MARCIA ANTONIA CIA RIBEIRO SANTOS (344543/SP)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Espécies de Contratos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.163 **(172)**
ORIGEM : 6163 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCELLO TERTO E SILVA (GO021959/)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 274 **(173)**
ORIGEM : ADI - 274 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade
Processo Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 349 (174)
ORIGEM : ADPF - 349 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Fato Gerador/Incidência

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.227.836 (175)
ORIGEM : 01106221120148260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : EDUARDO DOS SANTOS PEREIRA
ADV.(A/S) : ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES (221336/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.911 (176)
ORIGEM : PROC - 00006089120125030026 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
AGDO.(A/S) : MAURICIO EVANGELISTA COSTA
ADV.(A/S) : ADELCIO MAGNO MALAQUIAS DE ARAUJO (117429/MG)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho
Anulação

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.979 (177)
ORIGEM : PROC - 00006403020115030027 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
AGDO.(A/S) : ANTONIO COSTA DO VALE
ADV.(A/S) : ADELCIO MAGNO MALAQUIAS DE ARAUJO (117429/MG)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Duração do Trabalho

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.166.869 (178)
ORIGEM : PROC - 00110637820135030027 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
AGDO.(A/S) : MAURÍLIO RODRIGUES JARDIM JÚNIOR
ADV.(A/S) : CRISTIANO COUTO MACHADO (77797/MG)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho
Anulação

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.166.884 (179)
ORIGEM : PROC - 00114675820155030028 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
AGDO.(A/S) : CARLOS RIBEIRO ROSA
ADV.(A/S) : CRISTIANO COUTO MACHADO (77797/MG)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho
Anulação

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.024 (180)
ORIGEM : AC - 50010281320134047113 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : COFAVA FUNDICAO DE PRECISAO LTDA
ADV.(A/S) : GLEISON MACHADO SCHUTZ (62206/RS, 420243/SP)
ADV.(A/S) : LUCAS HECK (104124/PR, 67671/RS)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Contribuições
Contribuições Previdenciárias

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.143 (181)
ORIGEM : 01349627420028050001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : SIMARA NOGUEIRA ELLERY
ADV.(A/S) : ANTONIO LAGO JUNIOR (16833/BA)
ADV.(A/S) : PAULA SARNO BRAGA (18670/BA)
AGDO.(A/S) : BANCO DO BRASIL S/A
AGDO.(A/S) : BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A
ADV.(A/S) : NEI CALDERON (1059A/BA, 33485-A/CE, 24363/DF, 44132/GO, 98730/MG, 15115-A/MS, 00812/PE, 12379/PI, 002693-A/RJ, 1162-A/RN, 905A/SE, 114904/SP)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Responsabilidade Civil
Indenização por Dano Moral

SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.119.383 (182)
ORIGEM : AREsp - 01391482320078260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : NAIR DOS SANTOS MEDINA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARIA CRISTINA LAPENTA (86711/SP)
ADV.(A/S) : GABRIELA VALENCIO DE SOUZA (284785/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.223.742 (183)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 201603343447 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MARIA GECI FREITAS MARGALHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MÁRIO DAVID PRADO SÁ (6286/PA)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Gratificações Estaduais Específicas

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.270 **(184)**
ORIGEM : 36270 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : TANIA GARCIA DE FREITAS BORGES
ADV.(A/S) : ANDRE LUIZ BORGES NETO (62141/DF, 5788/MS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Agentes Políticos
Magistratura
Processo Disciplinar / Sindicância

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.080 **(185)**
ORIGEM : 37080 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : MAURICIO NUCCI
ADV.(A/S) : MAURICIO NUCCI (189310/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RE Nº RE 964.159 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Recurso
Cabimento

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.202.651 **(186)**
ORIGEM : PROC - 50101373220144047108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MARGARETE MARIA DA SILVA
ADV.(A/S) : MARGO CAMARGO DOS SANTOS (52150/RS)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.228.896 **(187)**
ORIGEM : 70067460246 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : INTELIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADV.(A/S) : JOSE LUIZ DE ARAUJO AYMAY (83849/RS)
AGDO.(A/S) : UNIMED LITORAL SUL/RS - COOPERATIVA MEDICA LTDA
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA (50660/RS)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Espécies de Contratos
Prestação de Serviços

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.238.915 **(188)**
ORIGEM : 00061658820164025051 - TRF2 - ES - TURMA RECURSAL ÚNICA
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : JOSIANE HYBNER RODRIGUES RAMOS
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS (9219/ES)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Limitações ao Poder de Tributar
Isenção

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.239.344 **(189)**
ORIGEM : AREsp - 1067603 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : AIRTON LISLE CERQUEIRA LEITE SEELAENDER
ADV.(A/S) : JOANIR FERNANDO RIGO (41715/SC)
ADV.(A/S) : EDUARDO UBALDO BARBOSA (47242/DF)
AGDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Atos Administrativos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.240.017 **(190)**
ORIGEM : 00289443320128260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS E INSPECAO - ABENDI
ADV.(A/S) : SIDNEY EDUARDO STAHL (101295/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO CANTELLI ROCCA (237805/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ISS/ Imposto sobre Serviços

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.147 **(191)**
ORIGEM : 00138553220138260506 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : CARLOS EDUARDO FERREIRA SANTOS ARARAQUARA - ME
ADV.(A/S) : SERGIO FRANCO DE LIMA FILHO (216437/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO
ADV.(A/S) : ROSANGELA APARECIDA DO NASCIMENTO (88008/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Responsabilidade da Administração
Indenização por Dano Material

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.250.097 **(192)**
ORIGEM : 10296193720168260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN
ADV.(A/S) : JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA (103745/SP)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.139 **(193)**
ORIGEM : 00058292520088160045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : TAVERI PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA
ADV.(A/S) : FABIO DE CAMPOS LILLA (35870/DF, 25284/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE ARAPONGAS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Intervenção do Estado na Propriedade
Desapropriação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.509 **(194)**
ORIGEM : 00256904120178260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE PIRACICABA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
AGDO.(A/S) : HENRIQUE SOUZA QUEIROZ DI DONATO
AGDO.(A/S) : RITA DE CASSIA FRANZIN
AGDO.(A/S) : WAGNER RAMOS
ADV.(A/S) : ALEXANDRE AUGUSTO GUALAZZI (41802/SP)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE AUGUSTO SCHIAVUZZO GUALAZZI (332931/SP)
ADV.(A/S) : ERICA SCHIAVUZZO GUALAZZI SIGUIN (286994/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Adicional de Desempenho

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.085 **(195)**
ORIGEM : 00042828220124036130 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : SUPERGAUSS PRODUTOS MAGNÉTICOS LTDA.
ADV.(A/S) : RODRIGO FREITAS DE NATALE (178344/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Contribuições
Contribuições Previdenciárias

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.266 **(196)**
ORIGEM : 00012851720154036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : LIRA ARTES GRAFICAS LTDA
ADV.(A/S) : FELIPE SIMONETTO APOLLONIO (206494/SP)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
IPI/ Imposto sobre Produtos Industrializados

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.564 **(197)**
ORIGEM : 00322367520168080024 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
ADV.(A/S) : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM (64676/BA, 01941/A/DF, 17670/ES, 19415-A/MA, 822A/MG, 14530-A/MS, 51049/PE, 25467/PR, 002056-A/RJ, 15076/SC, 76921/SP)
AGDO.(A/S) : RIO NEGRO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - ME
ADV.(A/S) : LETICIA RANGEL SERRAO CHIEPPE (19789/DF, 10673/ES)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Espécies de Contratos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.243 **(198)**
ORIGEM : 90884643220098260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : LABORATORIO DE PATOLOGIA BACCHI LTDA
ADV.(A/S) : JULIANO ROTOLI OKAWA (64002/DF, 179231/SP)
ADV.(A/S) : IGOR NASCIMENTO DE SOUZA (36441/DF, 173167/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE BOTUCATU
ADV.(A/S) : JANAINA REGIS DA FONSECA (298600/SP)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ISS/ Imposto sobre Serviços

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.487 **(199)**
ORIGEM : 00085784420114030000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA
ADV.(A/S) : WALDIR LUIZ BRAGA (01397/A/DF, 31399/ES, 181694/RJ, 6831/SC, 51184/SP)
ADV.(A/S) : CESAR MORENO (26622/DF, 165075/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Anistia

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.567 **(200)**
ORIGEM : 00421470720138210008 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EVA DE LOURDES DOS SANTOS
ADV.(A/S) : MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA (55433/BA, 21934/DF, 109016/RJ)
ADV.(A/S) : CESAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA (44720/PR, 148292/RJ, 28947/RS)
ADV.(A/S) : CICERO TROGLIO (148627/RJ, 24537/RS)
ADV.(A/S) : CARLA LUCIANA DOS SANTOS (48290/RS)
ADV.(A/S) : ANDRE DIAS RIBEIRO (71544/RS)
AGDO.(A/S) : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADV.(A/S) : FABIANO CASTILHOS DE MATTOS (60168/RS)
ADV.(A/S) : FLAVIO RICARDO COMUNELLO (220722/RJ, 52311/RS, 29162/SC)
AGDO.(A/S) : FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (3801/AC, 7566A/AL, A671/AM, 2215-A/AP, 17769/BA, 20015/DF, 12289/ES, 30476/GO, 8882-A/MA, 93271/MG, 15384-A/MS, 15103/A/MT, 15410-A/PA, 20283-A/PB, 808-A/PE, 5725/PI, 55288/PR, 020283/RJ, 517-A/RN, 5015/RO, 415-A/RR, 56888A/RS, 30029/SC, 392A/SE, 169709/SP, 5425/TO)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : FABIO KORENBLUM (68743/PR, 130697/RJ, 92135A/RS, 38662/SC)
AGDO.(A/S) : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A
ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Espécies de Contratos
Previdência privada

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.619 **(201)**
ORIGEM : 08021491520188150000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : JOSE FRANCISCO GOMES FILHO
ADV.(A/S) : JAMERSON NEVES DE SIQUEIRA (10026/PB)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Militar
Regime
Promoção

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.068 **(202)**
ORIGEM : 100088320175030114 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : RAIMUNDO NONATO PINTO
ADV.(A/S) : EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES (21688/DF, 335887/SP)
AGDO.(A/S) : ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
ADV.(A/S) : CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO (06930/DF, 22294/GO, 301919/SP)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Rescisão do Contrato de Trabalho
Despedida / Dispensa Imotivada

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.389 **(203)**
ORIGEM : 00147118020178259010 - TURMA RECURSAL DE JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MARIA DA PUREZA ROCHA RAMOS
ADV.(A/S) : JOSE NARULENO RAMOS (1202/SE)
AGDO.(A/S) : BANCO DO BRASIL SA
ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO)
AGDO.(A/S) : BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
ADV.(A/S) : DAVID SOMBRA PEIXOTO (4775/AC, 14673A/AL, A1175/AM, 3503-A/AP, 39585/BA, 16477/CE, 52043/DF, 31885/ES, 43245/GO, 10661-A/MA, 195596/MG, 24595-A/MS, 26982/A/MT, 24346-A/PA, 16477-A/PB, 02038/PE, 7847/PI, 185026/RJ, 807-A/RN, 8222/RO, 524-A/RR, 858A/SE, 388253/SP, 9777-A/TO)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Repetição de indébito

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.399 **(204)**
ORIGEM : 00012651020178259010 - TURMA RECURSAL DE JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : PEDRO JOSE DA SILVA FILHO
ADV.(A/S) : JOSE NARULENO RAMOS (1202/SE)
ADV.(A/S) : ANDREA DE ANDRADE MATOS (88812/SE)
AGDO.(A/S) : BANCO DAYCOVAL S/A
ADV.(A/S) : IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (64873/BA, 33645/ES, 55669A/GO, 199855/MG, 16521-A/MS, 22582/A/MT, 32909/SP)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Adimplemento e Extinção
Remissão das Dívidas

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.459 **(205)**
ORIGEM : 03004008320198240016 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ALCIDO VALDIR KIRST E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : IVONIR LUIZ MAESTRI (8872/SC)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE CAPINZAL
ADV.(A/S) : HILARIO CHIAMOLERA (7681/SC)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Reintegração

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.535 **(206)**
ORIGEM : PROC - 50020841820174047121 - TRF4 - RS - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MARCELA ROSSONI BARUFI DA SILVA
ADV.(A/S) : ADRIANO NARDI DA SILVA (81507/RS)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Benefícios em Espécie
Salário-Maternidade (Art. 71/73)

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.907 **(207)**
ORIGEM : 08453521520148060001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : COMERCIAL DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LESSA EIRELI
ADV.(A/S) : MOYSES BARJUD MARQUES (13496/CE)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.967 **(208)**
ORIGEM : 00426748520208217000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MOVELPAR INDUSTRIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
ADV.(A/S) : MARK GIULIANI KRAS BORGES (50889/RS)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.006 (209)

ORIGEM : PROC - 50041656720174047111 - TRF4 - RS - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : HELIO LAWALL
ADV.(A/S) : LEO LAWALL (104050/RS)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física
Incidência sobre Aposentadoria

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.210 (210)

ORIGEM : 10076745820198260224 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : GESTAR - ASSESSORIA A ENTIDADES SINDICAIS, ASSISTENCIAIS, CULTURAIS E FILANTROPICAS PARA GERENCIAMENTO DE PLANOS DE AMPARO E BENEFICENTES LTDA
ADV.(A/S) : RENATO NARDINI MAZETO (237666/SP)
ADV.(A/S) : DAIANA APARECIDA ROSA (265864/SP)
ADV.(A/S) : ADEMIR BATISTA BRAGA (116120/SP)
AGDO.(A/S) : RED MULT SERVICO TERCEIRIZADO LTDA - EPP
ADV.(A/S) : ANTONIO MARIANO DE SOUSA (144797/SP)

Matéria:
DIREITO DO CONSUMIDOR
Responsabilidade do Fornecedor
Indenização por Dano Moral
Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.486 (211)

ORIGEM : AREsp - 1354801 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : SILVIO ANTONIO DE PAULA PERISSE
ADV.(A/S) : BENITON TEIXEIRA (271692/SP)
ADV.(A/S) : LILIAN CLAUDIA JORGE (190256/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : RENATO SAVERIO SOUZA COSTA
ADV.(A/S) : HERACLITO ANTONIO MOSSIN (29689/SP)
ADV.(A/S) : JULIO CESAR DE OLIVEIRA GUIMARAES MOSSIN (254921/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.655 (212)

ORIGEM : 201551011185261 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : RUSTON ALIMENTOS LTDA
ADV.(A/S) : LUIZ OTAVIO PINHEIRO BITTENCOURT (147224/SP)
AGDO.(A/S) : BLACK RIVER CAFE LTDA - EPP
ADV.(A/S) : RICARDO DO NASCIMENTO (186169/RJ, 130218/SP)
ADV.(A/S) : ANA BEATRIZ NUNES GUERRA (093338/RJ, 327025/SP)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Coisas
Propriedade
Propriedade Intelectual / Industrial
Marca

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.730 (213)

ORIGEM : 00010617620178160098 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : L.G.M.R.
ADV.(A/S) : FERNANDO BOBERG (28212/PR)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.764 (214)

ORIGEM : 00031842620168260576 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : KAIO LUKA BELLO
ADV.(A/S) : AUGUSTO CESAR MENDES ARAUJO (249573/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.766 (215)

ORIGEM : 00084115920118260127 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : C.V.U.
AGTE.(S) : E.O.C.
ADV.(A/S) : JOAO CARLOS CAMPANINI (258168/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 194 (216)

ORIGEM : ADPF - 127161 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : JUIZ CORREGEDOR DA 1ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE MACAPÁ - AP
INTDO.(A/S) : CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : OFICIALA SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MACAPÁ - AP
INTDO.(A/S) : OFICIALA SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE GUARAPARI - ES
INTDO.(A/S) : TITULAR DO 8º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG-BR

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : ANTENOR MADRUGA (25930/DF) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANDRE MACEDO DE OLIVEIRA (15014/DF, 196186/RJ, 357031/SP)
ADV.(A/S) : MAURICIO GARCIA PALLARES ZOCKUN (55420/BA, 156594/SP)
ADV.(A/S) : DIXMER VALLINI NETTO (17845/DF)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.914 **(217)**
ORIGEM : ADI - 91110 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS - COBRAPOL
ADV.(A/S) : EDWAR BARBOSA FELIX (9056/ES)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Organização Político-administrativa / Administração Pública
Criação / Extinção / Reestruturação de Orgãos ou Cargos Públicos

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.674 **(218)**
ORIGEM : ADI - 19162 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.674 **(219)**
ORIGEM : ADI - 19162 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.475 **(220)**
ORIGEM : ADI - 5475 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA
PROC.(A/S)(ES) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.027 **(221)**
ORIGEM : 6027 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : UNAFISCO NACIONAL - ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCELO BAYEH (270889/SP)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.206 **(222)**
ORIGEM : 6206 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CONTIC
ADV.(A/S) : MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33954/DF, 90211/MG) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
EMBDO.(A/S) : CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Processo e Procedimento

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.234.190 **(223)**
ORIGEM : 10118288920158260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : GRAN PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADV.(A/S) : MAURICIO MONTEIRO FERRARESI (179863/SP)
ADV.(A/S) : GABRIEL GRIGOLETTO MARTINS DE SOUZA (387581/SP)
ADV.(A/S) : CLAUDIA LIBRON FIDOMANZO (212726/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.167.829 **(224)**
ORIGEM : 10481573220178260053 - TJSP - 1º COLÉGIO RECURSAL - CENTRAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ARTUR RISSO DE BRITO
ADV.(A/S) : AUGUSTO FAUVEL DE MORAES (202052/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução
Obrigação de Fazer / Não Fazer

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.190.804 **(225)**
ORIGEM : 00629334920148070001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : R.P.A.
ADV.(A/S) : JAIME GRABOIS MOURA ROCHA (195967/RJ, 433229/SP)
EMBDO.(A/S) : G.C.S.G.
ADV.(A/S) : JOAO BATISTA COSTA SARAIVA (86735/RS)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Família
Relações de Parentesco
Guarda

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.231.937 **(226)**
ORIGEM : 02898394820158090051 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : COMPANHIA ULTRAGAZ S A
ADV.(A/S) : RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO (235177/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO SIMOES FLEURY (273434/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.584 **(227)**
ORIGEM : 07238886420168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : PIERRE FERREIRA BARBOZA
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Gratificações de Atividade

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.191 **(228)**
ORIGEM : 02208706420168210001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : TALIAN SUPERMERCADO EIRELI
ADV.(A/S) : GLEISON MACHADO SCHUTZ (62206/RS, 420243/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias
Nao Cumulatividade

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.448 **(229)**
ORIGEM : 07117551820178070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : CARLA PATRICIA FURTADO DA SILVA
ADV.(A/S) : GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (34832-A/CE, 21243/DF, 31622/GO)
EMBDO.(A/S) : CONDOMINIO ESTANCIA QUINTAS DA ALVORADA
ADV.(A/S) : RICARDO HUMBERTO CEZE (20221/DF)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Coisas
Propriedade
Condomínio em Edifício
Despesas Condominiais

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.948 **(230)**
ORIGEM : 10039299320158260100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : SERGIO RIBEIRO CAVALCANTE
ADV.(A/S) : SERGIO RIBEIRO CAVALCANTE (89166/SP)
EMBDO.(A/S) : MARIA DO SOCORRO DA SILVA SOUSA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANGELO DONIZETI BERTI MARINO (106467/SP)
ADV.(A/S) : ESTELA BUJATO (313284/SP)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Obrigações
Espécies de Contratos
Prestação de Serviços

EMB.DECL. NO AG.REG. NA SUSPENSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA 102 **(231)**
ORIGEM : 102 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FERNANDO LOPES HARGREAVES (93177/PR, 100157/RJ, 384046/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : TERCEIRA VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 276 **(232)**
ORIGEM : ADPF - 276 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE
ADV.(A/S) : JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA (14090/GO)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Direito Sindical e Questões Análogas

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.552 **(233)**
ORIGEM : RESP - 975105 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S) : DERMAPELLE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : FRANCISCO PREHN ZAVASCKI (58888/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
AM. CURIAE. : MUNICIPIO DE SAO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM
ADV.(A/S) : PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA (33940/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO FARMACEUTICO
ADV.(A/S) : LEONARDO RAMOS GONÇALVES (28428/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMACÊUTICOS MAGISTRAIS - ANFARMAG
ADV.(A/S) : WANDER DA SILVA SARAIVA RABELO (197530/SP)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 748.543 **(234)**
ORIGEM : RESP - 1322072 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S) : TRADENER LTDA
ADV.(A/S) : CLÁUDIO OTÁVIO MELCHIADES XAVIER (13253/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES LIVRES - ABRACE
ADV.(A/S) : THIAGO SANDOVAL FURTADO (237408/SP)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 754.917 **(235)**
ORIGEM : AC - 70030147441 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S) : ADEGRÁFICA EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA
ADV.(A/S) : ROBERTO MEDAGLIA MARRONI NETO (50942/RS)
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS/Importação

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 770.149 **(236)**
ORIGEM : PROC - 20090500070816601 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE
ADV.(A/S) : LEONARDO AZEVEDO SARAIVA (24034/PE, 024034D/PE)
ADV.(A/S) : WILLIAMS RODRIGUES FERREIRA (38498/PE)
ADV.(A/S) : EVELLYN CASÉ DE ARAÚJO (40725/PE)
ADV.(A/S) : ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (PE018558/) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
CND/Certidão Negativa de Débito
Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 796.376 **(237)**
ORIGEM : AMS - 062100031694 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LUSFRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
ADV.(A/S) : TIAGO MENDONÇA (31119/SC) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA
ADV.(A/S) : CARLOS SIMAS ROCHA (18895B/SC)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ITBI - Imposto de Transmissão Intervivos de Bens Móveis e Imóveis

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.025.986 **(238)**
ORIGEM : AREsp - 214819200 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LOCALIZA RENT A CAR SA
ADV.(A/S) : CHISTIANO PIRES GUERRA XAVIER (MG083083/)
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO (20118/DF, 9007/MG, 112794/RJ, 249347/SP)
ADV.(A/S) : TIAGO CONDE TEIXEIRA (24259/DF, 126457/MG, 164996/RJ, 304475/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE NERY MASSARA (128362/MG)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS - FENABRAVE
ADV.(A/S) : EDUARDO PEREZ SALUSSE (48095/DF, 002630-A/RJ, 117614/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE VANO BAENA (206354/SP)
INTDO.(A/S) : ASSOCIACAO NACIONAL DE EMPRESAS DE ALUGUEL DE VEICULOS E GESTAO DE FROTAS
ADV.(A/S) : DANIEL MONTEIRO PEIXOTO (238434/SP)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

REFERENDO EM TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 635 **(239)**
ORIGEM : 635 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : DANIEL ANTONIO DE MORAES SARMENTO (63551/DF, 73032/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRO-DESCENDENTES E CARENTES
ADV.(A/S) : WALLACE DE ALMEIDA CORBO (186442/RJ)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (00000/DF)
AM. CURIAE. : JUSTIÇA GLOBAL
ADV.(A/S) : DANIELA FICHINO (166574/RJ)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Brasília, 16 de junho de 2020.
Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

ACÓRDÃOS

Nonagésima Primeira Ata de Publicação de Acórdãos, realizada nos termos do art. 95 do RISTF.

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 747 **(240)**
ORIGEM : ACO - 99092 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado pelo Estado do Rio de Janeiro, condenando-o ao pagamento dos honorários advocatícios, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou, pelo autor, o Dr. Marcelo Rocha de Mello Martins, Procurador do Estado. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. BÔNUS DE ASSINATURA. ART. 45, II, DA LEI 9.478/1997. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO, PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, EM TAL VERBA RECEBIDA PELA UNIÃO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. LITÍGIO QUE ULTRAPASSA O MERO INTERESSE PATRIMONIAL. REPARTIÇÃO DE RECEITAS ORIGINÁRIAS. CONFLITO POTENCIALMENTE CAPAZ DE VULNERAR O PRINCÍPIO FEDERATIVO. ART. 102, I, *F*, DO TEXTO CONSTITUCIONAL. PARCELA QUE CORRESPONDE AO VALOR PAGO PELA CONCESSIONÁRIA VENCEDORA DE LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE CAMPOS DE PETRÓLEO. PAGAMENTO QUE SE REALIZA EM COTA ÚNICA, NO MOMENTO DE ASSINATURA DO CONTRATO. VERBA DESVINCULADA DE QUALQUER ATIVIDADE PRODUTIVA. O DIREITO SUBJETIVO DE PARTICIPAÇÃO PREVISTO NO ART. 20, § 1º, DA CRFB/88 APENAS ALCANÇA AS PARCELAS DECORRENTES DO RESULTADO DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO. PREVISÃO CONSTITUCIONAL QUE NÃO ALCANÇA O BÔNUS DE ASSINATURA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE PREVEJA O DIREITO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS À PARTICIPAÇÃO NAS VERBAS RELATIVAS AO BÔNUS DE ASSINATURA. INEXISTÊNCIA DO DIREITO ALEGADO. PEDIDO QUE SE JULGA IMPROCEDENTE.

1. O bônus de assinatura constitui-se como parcela devida pela própria adjudicação do contrato licitado, não sendo estimado em relação às futuras receitas do concessionário advindas de suas atividades, sendo paga anteriormente ao início de qualquer atividade de exploração e independentemente do êxito do empreendimento.

2. O bônus de assinatura (art. 45, II, da Lei 9.478/1997) corresponde ao valor pago pela concessionária vencedora de licitação de campos exploratórios de petróleo, cujo pagamento se dá no ato da assinatura do contrato, com a própria finalidade de que aquela entidade seja a vencedora do procedimento licitatório, obtendo a concessão para realização das atividades de pesquisa e exploração em determinada área licitada.

3. No âmbito do contrato de concessão de petróleo, das quatro formas de participação governamental previstas pelo art. 45 da Lei 9.478/1997 – royalties, participação especial, bônus de assinatura e pagamento pela ocupação ou retenção de área – apenas aquelas duas primeiras são resultantes das atividades de exploração de petróleo, sendo somente essas duas, como consectário lógico de tal premissa fática, alcançadas pela previsão constitucional do § 1º do art. 20.

4. O § 1º do art. 20 do texto constitucional não alcança, portanto, o bônus de assinatura, não havendo qualquer previsão legal – constitucional ou infraconstitucional – que preveja o direito dos Estados, Distrito Federal e Municípios à participação nas verbas a ele referentes.

5. O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar originariamente as causas que, nos termos do art. 102, I, *f*, da CRFB/88, envolva conflito potencialmente capaz de abalar o princípio federativo.

6. Ação cível originária que se julga **improcedente**. Honorários advocatícios.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.242 **(241)**
ORIGEM : ADI - 71502 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FLÁVIO COURI (29504/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei 10.743/2003, que dispõe sobre o Processo de Kimberley para certificação de diamantes brutos. 3. Medida Provisória 125/2003. Submissão à Comissão Mista de Deputados e Senadores antes de sua conversão em lei. Parecer do relator lido no Plenário da Câmara dos Deputados. 4. As ilações do autor a respeito da existência de uma convenção internacional que regula o Processo de Kimberley não bastam para demonstrar sua realidade. É ônus processual do requerente provar os fatos caracterizadores de vício formal no processo legislativo, para afastar a presunção de regularidade e veracidade de seus atos. Precedente. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.782 **(242)**
ORIGEM : ADI - 120617 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

INTDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : SIND-JUSTIÇA - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do artigo 25 da Lei nº 4.620/2005, do Estado do Rio de Janeiro, e conferir interpretação conforme à Constituição aos seus artigos 17 e 18, para que o reenquadramento neles previsto se faça apenas para os servidores que cumpriam as exigências de qualificação para o novo cargo à época de sua admissão no serviço público, e modulou os efeitos da presente decisão de inconstitucionalidade, de modo a garantir que os servidores não sofram redução de seus vencimentos em razão do reenquadramento aqui determinado, sendo os valores auferidos a maior absorvidos pelos aumentos futuros, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio apenas quanto à modulação dos efeitos da decisão. Falou, pelo *amicus curiae*, a Dra. Alice Streit Lucena. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Artigos 17, 18 e 25 da Lei 4.620/2005 do Estado do Rio de Janeiro. Plano de cargos e carreira do Judiciário. 3. É possível ao Supremo Tribunal Federal analisar a validade de normas revogadas, quando seus efeitos são mantidos pelas normas cuja constitucionalidade é impugnada. 4. A organização de cargos de distintas atribuições e exigências de qualificação (técnico de atividade judiciária e analista judiciário) em carreira única constitui meio de provimento derivado, vedado pela Constituição. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei 4.620/2005 e conferir interpretação conforme à Constituição a seus arts. 17 e 18, para que o reenquadramento se faça a partir do cargo de admissão dos servidores. 6. Modulação de efeitos, de forma a garantir que os servidores não tenham decréscimo remuneratório, sendo a diferença absorvida pelos aumentos futuros.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.840 **(243)**
ORIGEM : ADI - 200097 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLTATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.637, de 6 de junho de 2006, do Estado de Rondônia, e modulou os efeitos da decisão, de modo a garantir que os servidores tenham o pagamento do valor correspondente ao reajuste mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos a eles, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio apenas quanto à modulação dos efeitos da decisão. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Servidor público do Poder Judiciário. Revisão geral das remunerações. 3. Lei 1.637, de 6 de junho de 2006, do Estado de Rondônia. Iniciativa do Tribunal de Justiça. 4. Violação aos arts. 37, X, e 61, §1º, II, a, da Constituição Federal. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. 6. Modulação de efeitos da decisão. Manutenção do pagamento do valor correspondente ao reajuste, até que seja absorvido por quaisquer reajustes futuros.

AG.REG. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.923 **(244)**
ORIGEM : 36923 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MARCELO MENDES POEIRAS
ADV.(A/S) : SONIA MARIA SOARES POEIRAS (99343/MG)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO ARE Nº 1.169.095 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: *AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. NÃO CABIMENTO CONTRA ATO DE MINISTRO OU DE TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*

AG.REG. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.965 **(245)**
ORIGEM : 36965 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : DOUGLAS POLICARPO
ADV.(A/S) : ERICA RODRIGUES RAMOS (8103/MS)
AGDO.(A/S) : PRIMEIRA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: *AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. NÃO CABIMENTO CONTRA ATO DE MINISTRO OU DE TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.792 **(246)**
ORIGEM : 00294646519944019199 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : RIVIA BARBOSA DE ARAUJO
ADV.(A/S) : FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUSA PÔRTO (2450/DF)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental nos embargos de declaração no recurso extraordinário com agravo. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a parte deve impugnar, na petição de agravo regimental, todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental do qual não se conhece, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.253.189 **(247)**
ORIGEM : 00139683820144013300 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : JANAILTON CORREIA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : FLAVIA ANDREA DE CASTRO ROCHA (28248/BA)
AGDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : MYRON DE MOURA MARANHAO (11631/BA)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental nos embargos de declaração no recurso extraordinário com agravo. Sobrestamento do feito. Ausência de identidade. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes.

1. No caso concreto não se analisa o mérito da insurgência, e sim o cabimento do próprio recurso extraordinário, pressuposto objetivo de admissibilidade do recurso, não se cogitando de sobrestamento do feito, ante a ausência de qualquer efeito prático.

2. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator em processo que tramitava na Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Bahia.

3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1021, § 4º, do CPC).

4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 162.285 **(248)**

ORIGEM : 162285 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : LEONARDO JOSE ARANTES
ADV.(A/S) : PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO (26544/DF, 48566A/GO, 327460/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DA AC Nº 4.388 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que negava provimento ao agravo regimental, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Luiz Fux e Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 11.9.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Não participou desta votação o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 19.12.2019.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 606/ STF. PRECEDENTES.

1. Não cabe ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL conhecer de *Habeas Corpus* impetrado contra decisão proferida por Ministro do Supremo Tribunal Federal. Incidência, por analogia, da Súmula 606/STF (cf. HC 137.701-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, Dje de 13/3/2017; HC 136.097-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, Dje de 3/11/2016; HC 132.400-AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, DJe de 6/9/2016 e HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.550 **(249)**

ORIGEM : MI - 6550 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
ADV.(A/S) : GIOVANI BORTOLINI (58747/RS)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE INJUNÇÃO. APOSENTADORIA ESPECIAL DE SERVIDOR PÚBLICO. ART. 40, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONVERSÃO DE PERÍODO ESPECIAL EM COMUM. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A concessão do mandado de injunção, na hipótese do art. 40, § 4º, da Lei Fundamental, reclama a demonstração do preenchimento dos requisitos para aposentadoria especial e a impossibilidade *in concreto* de usufruí-la ante a ausência da norma regulamentadora.

2. O alcance da decisão proferida por esta Corte, quando da integração legislativa do art. 40, § 4º, inciso III, da CRFB/88, não tutela o direito à contagem diferenciada do tempo de serviço prestado em condições prejudiciais à saúde e à integridade física. Precedentes.

3. Inexiste procedência injuncional o reconhecimento da contagem diferenciada e da averbação do tempo de serviço prestado pelo Impetrante em condições insalubres por exorbitar da expressa disposição constitucional. Precedentes.

4. Agravo interno a que se **NEGA PROVIMENTO**.

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.816 **(250)**

ORIGEM : 36816 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : LUIS CARLOS CREMA
ADV.(A/S) : LUIS CARLOS CREMA (20287/DF, 52500/GO, 168134/MG, 15692-A/MS, 49904/PR, 85319A/RS, 27104/ SC, 319510/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTRO GILMAR MENDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : MINISTRO DIAS TOFFOLI
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Impedido o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MINISTROS DESTA SUPREMA CORTE. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO *WRIT*. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE CONDUCENTE À ADMISSÃO DA AÇÃO MANDAMENTAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. MANDADO DE SEGURANÇA EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS MOTIVOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. O agravo interno deve impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do recurso, nos termos do artigo 932, III, c/c 1.021, § 1º, do CPC/2015.

2. Deveras, o princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito suficientes à reforma da decisão objurgada, trazendo à baila argumentações capazes de infirmar todos os fundamentos do *decisum* que se pretende modificar.

3. A Arguição de Suspeição é processo incidente com classe própria, previsto no artigo 55, VII, e artigos 277 a 287, do RI/STF. Trata-se do instrumento adequado à pretensão de afastamento do julgador de suas atribuições, pleito esse incompatível com a via do mandado de segurança.

4. É inadmissível mandado de segurança contra atos praticados por membros do Supremo Tribunal, no exercício da prestação jurisdicional, sejam eles proferidos por seus Ministros, monocraticamente, ou por seus órgãos colegiados. Precedentes.

5. *In casu*, o agravante não impugnou os fundamentos da decisão atacada, limitando-se a repisar as alegações veiculadas no *mandamus*.

6. Agravo interno **NÃO CONHECIDO.**

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.075 **(251)**

ORIGEM : 37075 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : SUELY NERIS SANDI
ADV.(A/S) : SUELEM NERIS SANDI (81927/PR)
AGDO.(A/S) : SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu do agravo e determinou a certificação do trânsito em julgado e o imediato arquivamento dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento, nos termos do voto do Relator, vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que não conhecia do agravo sem as medidas relativas ao trânsito em julgado e ao arquivamento do processo. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. PRECEDENTES. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO IMEDIATO DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PÚBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO REFERENTE AO PRESENTE JULGAMENTO.

1. O agravo interno deve impugnar especificadamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do recurso. Inteligência dos arts. 932, III, c/c 1.021, §1º, do CPC/2015.

2. Agravo Interno manifestamente incabível não produz o efeito de interromper o prazo para interposição de outros recursos. Precedentes: ARE 738.488 AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA (Presidente), Pleno, DJe de 24/3/2014; ARE 789.860 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 18/9/2014; ARE 1.047.515 ED-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 11/9/2018.

3. Recurso de Agravo não conhecido. Determinação de certificação do trânsito em julgado e arquivamento imediato dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento.

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.521 **(252)**

ORIGEM : REsp - 1744609 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : JOAO LINO ALVES
ADV.(A/S) : GABRIEL DE CASTRO GUEDES (331359/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Ambiental. Novo Código Florestal. Aplicação retroativa. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A controvérsia relativa à aplicação retroativa do Novo Código Florestal tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.968 **(253)**

ORIGEM : 71007988892 - TJRS - 2ª TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ODETE TEREZINHA POMPERMAIER BERTOL
ADV.(A/S) : SERGIO MACHADO CEZIMBRA (48538/DF, 71765/PR, 48091/RS, 373686/SP)
ADV.(A/S) : ANA AMELIA PIUCO (28064-A/PB, 71763/PR, 48122/RS)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Processual Civil. Recurso extraordinário fundado na alínea d do inciso III do art. 102 da Constituição Federal. Acórdão recorrido que julga válida lei local contestada em face de lei federal. Não ocorrência. Precedentes.

1. No acórdão recorrido, não se julgou válida lei local contestada em face de lei federal, razão pela qual fica inviabilizado o processamento do recurso extremo pela alínea d do inciso III do art. 102 da Constituição Federal.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.070 **(254)**

ORIGEM : 6852004006403 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S) : NORMANDO DELGADO DOS SANTOS (9701/PB)
ADV.(A/S) : HERBERT MILHOMENS DE VASCONCELOS (29585/DF)
ADV.(A/S) : RAFAEL ARAUJO VIEIRA (29481/DF)
AGDO.(A/S) : ELMO PINTO VIEIRA
ADV.(A/S) : ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI (232-B/ES)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Dispensa imotivada. Nulidade. Consequências. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa às consequências jurídicas da nulidade da dispensa imotivada na justiça trabalhista tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.071 **(255)**

ORIGEM : 1310000420015130002 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S) : HERBERT MILHOMENS DE VASCONCELOS (29585/DF)
ADV.(A/S) : EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA (07460/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MANOEL VIEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : SOSTHENES MARINHO COSTA (4886/PB)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Dispensa imotivada. Nulidade. Consequências. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa às consequências jurídicas da nulidade da dispensa imotivada na justiça trabalhista tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.986 **(256)**

ORIGEM : 07333799520168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MOACIR ALVIM DA SILVA
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Agente penitenciário estadual. Gratificação de atividade policial. Cumulação com adicional de periculosidade. Pagamento por subsídio. Prescrição do fundo de direito. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A afronta aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, dos limites da coisa julgada ou da prestação jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da análise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal.

2. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional. Incidência da Súmula nº 280/STF.

3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.762 **(257)**

ORIGEM : 10057158820198260309 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : FABIANA BATISTA BREDOFF ALVES
ADV.(A/S) : ANTONIO JOSE BOLDRIN (118385/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Servidora pública estadual. Contrato temporário.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Licença-gestante. Legislação local. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional, bem como o reexame dos fatos e das provas dos autos (Súmulas nºs 279 e 280/STF).

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.233 **(258)**

ORIGEM : 00038398620148210097 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : INDUSTRIA FLORENSE DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
ADV.(A/S) : MARK GIULIANI KRAS BORGES (50889/RS)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Tributário. Regime especial de fiscalização. Sanções. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional. Incidência da Súmula nº 280/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.120 **(259)**

ORIGEM : 05002353220194059840 - TRF5 - RN - TURMA RECURSAL ÚNICA
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ADEMIR LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S) : JOAO PAULO DOS SANTOS MELO (29542-A/CE, 51965/DF, 41578/GO, 16468-A/MA, 5291-A/PB, 7852/PI, 5291/RN)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a parte deve impugnar, na petição de agravo regimental, todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental do qual não se conhece, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.181 **(260)**

ORIGEM : 55995747820148090051 - TJGO - 4ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : KENJI MAIA XAVIER TAKAFASHI
ADV.(A/S) : SANDRO DE ABREU SANTOS (28253/GO)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Deficiência de fundamentação do recurso extraordinário. Súmula nº 284/STF. Precedentes.

1. É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência de sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula nº 284/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.745 **(261)**

ORIGEM : 10013951220198260077 - TJSP - COLÉGIO RECURSAL - 36ª CJ - ARAÇATUBA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE BIRIGUI-BIRIGUIPREV
ADV.(A/S) : ALEXANDRE MARANGON PINCERATO (186512/SP)
AGDO.(A/S) : FRANCIELI GOMES BELOTI
ADV.(A/S) : FRANCO GUSTAVO PILAN MERANCA (167611/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Servidor público. Licença sem vencimentos. Contribuição previdenciária. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria ínsita ao plano normativo local, tampouco para o reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 279 e 280/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.790 **(262)**

ORIGEM : 10102830420188260077 - TJSP - COLÉGIO RECURSAL - 36ª CJ - ARAÇATUBA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE BIRIGUI-BIRIGUIPREV
ADV.(A/S) : ALEXANDRE MARANGON PINCERATO (186512/SP)
AGDO.(A/S) : ROBERTA SANCHES VIEIRA
ADV.(A/S) : FABIO DUTRA BERTOLIN (171788/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Servidor público. Licença sem vencimentos. Contribuição previdenciária. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria ínsita ao plano normativo local, tampouco para o reexame de fatos e provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 279 e 280/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.929 **(263)**

ORIGEM : 00051109420168270000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ROSIMAR BASTOS GLORIA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE LAGOA DO TOCANTINS
ADV.(A/S) : MARCUS DOS SANTOS VIEIRA (7600/TO)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO TOCANTINS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Concurso público. Cadastro de reserva. Nomeação. Preterição. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.112 **(264)**

ORIGEM : 3035401320035020061 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S) : HERBERT MILHOMENS DE VASCONCELOS (29585/DF)
ADV.(A/S) : EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA (07460/DF)
AGDO.(A/S) : ENEAS GONCALVES DA LUZ
ADV.(A/S) : CLARISSE MENDES D AVILA (83422/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Dispensa imotivada. Nulidade. Consequências. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa às consequências jurídicas da nulidade da dispensa imotivada na justiça trabalhista tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.283 **(265)**

ORIGEM : 00027412420168160004 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : PEPSICO DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : MARIA FERNANDA CASTANHEIRA SAAB (346025/SP)
ADV.(A/S) : LUCIA ANCONA LOPEZ DE MAGALHAES DIAS (209216/SP)
ADV.(A/S) : CRISTIANO RODRIGO DEL DEBBIO (29021/DF, 173605/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Processual Civil. Decisão mista. Capítulo em que se aplica a sistemática da repercussão geral. Não cabimento de recurso dirigido ao Supremo Tribunal Federal. Questões remanescentes. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. É incabível dirigir recurso ao Supremo Tribunal Federal contra a aplicação da sistemática da repercussão geral no juízo de origem.

2. A orientação consolidada na Corte foi agasalhada no Código de Processo Civil de 2015, que prevê como instrumento processual adequado contra a aplicação do instituto da repercussão geral a interposição de agravo interno perante o próprio tribunal de origem (art. 1.030, § 2º, do CPC).

3. Embora cabível, em tese, o agravo previsto no art. 1.042 do CPC quanto às questões remanescentes, não se presta o recurso extraordinário para a análise de legislação infraconstitucional, nem para o reexame dos fatos e das provas dos autos (Súmula nº 279/STF).

4. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

5. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.406 **(266)**

ORIGEM : 00005197320124036130 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A
ADV.(A/S) : LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA (21360/DF, 21659/ES, 129738/RJ, 130824/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Honorários advocatícios. Majoração. Possibilidade. Precedentes.

1. A majoração dos honorários advocatícios é aplicável somente quando houver fixação da referida verba pelas instâncias ordinárias, conforme disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil.

2. Agravo regimental não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.799 **(267)**

ORIGEM : PROC - 50173360720154047000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : RESNAUER MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
ADV.(A/S) : GLEISON MACHADO SCHUTZ (62206/RS, 420243/SP)
ADV.(A/S) : LUCAS HECK (104124/PR, 67671/RS)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental e determinou o retorno dos autos ao Tribunal de origem para aplicação da sistemática da repercussão geral (tema 985), no que se refere a incidência da contribuição previdenciária sobre as férias anuais remuneradas, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente), vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Tributário. Contribuição previdenciária patronal. Incidência. Férias anuais remuneradas. Tema 985. Base de cálculo. Habitualidade e natureza jurídica da verba. Questão infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa à incidência da contribuição previdenciária patronal sobre as férias anuais remuneradas e o respectivo adicional de um terço teve sua repercussão geral reconhecida no RE nº 1.072.485 (Tema 985).

2. A tese firmada no julgamento do RE nº 565.160 (Tema 20), de que a base de cálculo da contribuição previdenciária a cargo do empregador é composta pelos ganhos habituais do empregado, a qualquer título, quer anteriores, quer posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998, não afasta a necessidade da definição individual da natureza jurídica das verbas controvertidas e de sua habitualidade.

3. A controvérsia acerca da habitualidade e da natureza jurídica das

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

verbas questionadas, para fins de delimitação da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

4. Devolução dos autos ao Tribunal de origem para aplicação da sistemática da repercussão geral (Tema 985) no que se refere à incidência da contribuição previdenciária sobre as férias anuais remuneradas.

5. Agravo regimental não provido em relação às questões remanescentes.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.809 **(268)**

ORIGEM : PROC - 50226775720184040000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EVANDRO CARNEIRO DA COSTA
ADV.(A/S) : SERGIO ANTONIO DE JESUS CATALDO (178742/RJ)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Processual Civil. Ação rescisória. Cabimento. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A afronta aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, dos limites da coisa julgada ou da prestação jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da análise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal.

2. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula nº 279/STF), nem para a análise da legislação infraconstitucional.

3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.102 **(269)**

ORIGEM : PROC - 02136002420085090657 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S) : THIAGO ARAÚJO LOUREIRO (28724/DF)
ADV.(A/S) : RAFAEL ARAUJO VIEIRA (29481/DF)
AGDO.(A/S) : JANETE DE SOUZA MARTINS
ADV.(A/S) : DENISE MARTINS AGOSTINI (02028/A/DF, 17344/PR)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Dispensa imotivada. Nulidade. Consequências. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa às consequências jurídicas da nulidade da dispensa imotivada na justiça trabalhista tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.272 **(270)**

ORIGEM : 00285926120138060000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE
ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLETO GOMES (5864/CE)
AGDO.(A/S) : ESPÓLIO DE MARIA VIRGILINA DE FRANCISCO VIANA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MINERVINO DE CASTRO NETO (8162/CE)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Deficiência de fundamentação do recurso extraordinário. Súmula nº 284/STF. Precedentes.

1. É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência de sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula nº 284/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.592 **(271)**

ORIGEM : 50014419220184047002 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : UNIDAS S.A.
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE NERY MASSARA (128362/MG)
ADV.(A/S) : TÚLIO CÉSAR COSTA PIERONI (MG132971/)
ADV.(A/S) : VERIDIANA CAROLINA COUTO DE OLIVEIRA (111858/MG)
ADV.(A/S) : VICTOR PORTO FLORES NETO (148509/MG)
ADV.(A/S) : MARIANNA DE BRITO MARTINS (182033/MG)
ADV.(A/S) : LUDMILA MELO FARIA (181495/MG)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Tributário. Apreensão de veículo utilizado para transporte de bens objeto de descaminho. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da causa à luz da interpretação dada à legislação infraconstitucional, tampouco para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula nº 279/STF).

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.166 **(272)**

ORIGEM : 10049341820168260068 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : ANTONIO FERNANDO FORCINETTI
ADV.(A/S) : PEDRO ROSSI LOPES (378874/SP)
AGDO.(A/S) : JUBRAN ENGENHARIA S A
ADV.(A/S) : MARLENE DE MELO (142466/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a parte deve impugnar, na petição de agravo regimental, todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental do qual não se conhece, com imposição de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.313 **(273)**

ORIGEM : 50037088620134047204 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADV.(A/S) : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS (11694/DF, 785-A/RN, 414489/SP)
AGDO.(A/S) : SILVANA ELENOR DA RE DESTRO
ADV.(A/S) : DAISSON FLACH (36.768/RS)
ADV.(A/S) : RICARDO ZENERE FERREIRA (87039/RS)
ADV.(A/S) : REGIS ELENO FONTANA (A654/AM, 29199/DF, 58441/PR, 27389/RS, 25014/SC, 266450/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo e Previdenciário. FUNCEF. Complementação de aposentadoria. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. Ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação dos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal (ARE nº 748.371/MT, Relator o Ministro **Gilmar Mendes** , Tema 660, DJe de 1º/8/13).

2. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da causa à luz da interpretação dada à legislação infraconstitucional, tampouco para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula nº 279/STF).

3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.666 **(274)**

ORIGEM : 00024480220128260397 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE SALES OLIVEIRA
ADV.(A/S) : LUCIMARA SEGALA (163929/SP)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALES OLIVEIRA
AGDO.(A/S) : AILTON MARIA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MURILO ABRAHAO SORDI (201085/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Decisão de admissibilidade do recurso extraordinário. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Súmula nº 287/STF. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, devem ser impugnados especificamente, na petição do agravo, todos os fundamentos da inadmissão do apelo extremo. Incidência da Súmula nº 287/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.125 **(275)**

ORIGEM : 71008582041 - TJRS - 3ª TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : MARIA DO PATROCINIO CORREA JAQUES
ADV.(A/S) : SERGIO MACHADO CEZIMBRA (48538/DF, 71765/PR, 48091/RS, 373686/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a parte deve impugnar, na petição de agravo regimental, todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental do qual não se conhece, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.838 **(276)**

ORIGEM : PROC - 10023494220145020242 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : INDUSTRIA DE MAQUINAS MIRUNA LTDA
ADV.(A/S) : DIB ANTONIO ASSAD (13631/SP)
AGDO.(A/S) : RICARDO ALEXANDRE ZANELATO FELIPE
ADV.(A/S) : FABRIZIO BOMPAN (271120/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes.

1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.842 **(277)**

ORIGEM : PROC - 00118970220165030181 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : STOLA DO BRASIL LTDA.
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
ADV.(A/S) : FRANCISCO JOSE FERREIRA DE SOUZA ROCHA DA SILVA (148972/MG, 182432/SP)
AGDO.(A/S) : EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA
ADV.(A/S) : ANTONIO CARLOS RODRIGUES (133291/MG)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral não demonstrada. Requisito de admissibilidade. Precedentes.

1. A ausência de argumentação expressa, formal e objetivamente articulada pela parte recorrente para demonstrar, nas razões do recurso extraordinário, a existência de repercussão geral da matéria nele suscitada inviabiliza o exame do referido recurso.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.057 **(278)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 03005303720178240083 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : LOREDI DE JESUS DA SILVA
ADV.(A/S) : ROSELITO EVERALDO DE LINS (23873/SC)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE CORREIA PINTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Decisão de admissibilidade do recurso extraordinário. Fundamentos. Ausência de impugnação específica. Súmula nº 287/STF. Precedentes.

1. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, devem ser impugnados especificamente, na petição do agravo, todos os fundamentos da inadmissão do apelo extremo. Incidência da Súmula nº 287/STF.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.102 **(279)**

ORIGEM : PROC - 02124009520085070023 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S) : ALINE MARTINS LIMA (15923/DF)
AGDO.(A/S) : MARIA SOCORRO DE FREITAS
ADV.(A/S) : ERIKA RODRIGUES CARVALHO VASCONCELOS (18027/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Dispensa imotivada. Nulidade. Consequências. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. A matéria relativa às consequências jurídicas da nulidade da dispensa imotivada na justiça trabalhista tem natureza infraconstitucional. A afronta ao texto constitucional, caso ocorresse, seria reflexa ou indireta, o que não enseja a abertura da via extraordinária.

2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).

SEGUNDO NAACORDO NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 165 **(280)**

ORIGEM : ADPF - 23244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD (46560A/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : HELOÍSA SCARPELLI SOLER MARQUES (166101/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CONSUMIDOR - ABRACON
ADV.(A/S) : MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO (0065342/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA ATIVA DOS CONSUMIDORES DO BRASIL - APROVAT
ADV.(A/S) : TONY LUIZ RAMOS (15007/SC)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
ADV.(A/S) : WALTER JOSE FAIAD DE MOURA (17390/DF)
ADV.(A/S) : ANDREA LAZZARINI SALAZAR (142206/SP)
ADV.(A/S) : MARCOS VICENTE DIEGUES RODRIGUES (89320/SP)
AM. CURIAE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - APDC
ADV.(A/S) : ILMAR NASCIMENTO GALVÃO (19153/DF)
ADV.(A/S) : JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO (23437/DF)
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO PEREIRA (336324/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL
ADV.(A/S) : ANDRÉA ANGERAMI CORREA DA SILVA (98391/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES MUTUÁRIOS DA HABITAÇÃO, POUPADORES DA CADERNETA DA POUPANÇA, BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE APOSENTADORIA E REVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - PROCOPAR
ADV.(A/S) : THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (35670/PR)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DO CONSUMIDOR - BRASILCON
ADV.(A/S) : WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA (17390/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS CONTRIBUINTES DAS REGIÕES SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORDESTE - ACONTEST
ADV.(A/S) : RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI (184479/SP)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (002525/PI) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON
ADV.(A/S) : FÁBIO RONAN MIRANDA ALVES (33891/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIÊNCIA COMPLEMENTAR
ADV.(A/S) : LARA CORREA SABINO BRESCIANI (24162/DF, 188430/RJ, 94601A/RS, 281148/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, homologou o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Planos Econômicos, com fulcro no art. 487, III, do Código de Processo Civil, pelo prazo de 30 meses, ao término do qual as partes deverão prestar contas do número de aderentes e valores recebidos e a receber, para eventual prorrogação por mais 30 meses, devendo as controvérsias que possam surgir no curso da execução da avença ser solucionadas nestes mesmos autos, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Impedido o Ministro Roberto Barroso. Afirmou suspeição o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 22.05.2020 a 28.05.2020.

Ementa: TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE PLANOS ECONÔMICOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. VIABILIDADE. LEGITIMADOS COLETIVOS PRIVADOS. NATUREZA DELIBATÓRIA DA HOMOLOGAÇÃO. REQUISITOS FORMAIS PRESENTES. REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA. PUBLICIDADE AMPLA. PARECER FAVORÁVEL DO *PARQUET*. SALVAGUARDAS PROCESSUAIS PRESENTES. PROCESSO COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA. PLEITO GENÉRICO DE SUSPENSÃO DE PROCESSOS. INDEFERIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTINGENTES DEVIDOS. REGRAS RELATIVAS AO CONTRATO DE MANDATO. INCENTIVOS FINANCEIROS PARA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE CIVIL NA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS. JUSTA REMUNERAÇÃO DOS PATRONOS DE AÇÕES COLETIVAS. APRIMORAMENTO DO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO. BASE TERRITORIAL DA SENTENÇA COLETIVA. INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AOS POUPADORES. NÃO VINCULAÇÃO ÀS TESES JURÍDICAS VEICULADAS NO ACORDO. CONTRATOS BANCÁRIOS DE ADESÃO. SUBMISSÃO À ARBITRAGEM. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. CARÁTER SIGILOSO DO PROCEDIMENTO. EVENTUAL CONTROVÉRSIA HAVIDA NO CURSO DA EXECUÇÃO DO ADITIVO QUE DEVERÁ SER SOLUCIONADA NESTES MESMOS AUTOS. INCIDENTE PROCESSUAL RESOLVIDO COM A HOMOLOGAÇÃO DO ADITIVO COLETIVO PELO PRAZO DE 30 MESES, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS, PARA ANÁLISE DE EVENTUAL PRORROGAÇÃO POR IGUAL PRAZO.

I – Pedido de homologação de Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Planos Econômicos que aprimora as condições de anterior Instrumento de Acordo Coletivo, prevendo o pagamento das diferenças relativas aos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II.

II – Viabilidade do acordo firmado por legitimados coletivos privados, em processo de índole objetiva, dada a existência de notável conflito intersubjetivo subjacente e a necessidade de conferir-se efetividade à prestação jurisdicional.

III – Presença das formalidades extrínsecas e das salvaguardas necessárias para a chancela do acordo, notadamente das relativas à representatividade adequada, publicidade ampla dos atos processuais, admissão de *amici curiae* e complementação da atuação das partes pela fiscalização do Ministério Público.

IV – Indeferimento do pedido genérico de suspensão de processos individuais e coletivos.

V – Divergências entre a parte e seu advogado quanto à adesão do acordo solucionam-se por meio das regras relativas ao contrato de mandato.

VI – Adoção de um sistema de honorários advocatícios contingentes

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

que é de suma importância para fortalecer a posição do autor coletivo e, consequentemente, do próprio processo coletivo.

VII – Cláusulas que fazem referência à base territorial abrangida pela sentença coletiva originária devem ser interpretadas favoravelmente aos poupadores, aplicando-se o art. 103 do Código de Defesa do Consumidor, em detrimento do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública, prestigiando-se o atual posicionamento do STJ a respeito, tal como cristalizado no Recurso Especial 1.243.887/PR, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema 480).

VIII – Necessidade de pacificação da controvérsia espelhada nestes autos, a qual, há décadas, se arrasta irresolvida nos distintos foros do País, possibilitando-se aos interessados aderir ou não ao ajuste, conforme a conveniência de cada um.

IX – Ausência de comprometimento desta Suprema Corte com as teses jurídicas veiculadas na avença, especialmente aquelas que pretendam, explícita ou implicitamente, vincular terceiras pessoas ou futuras decisões do Poder Judiciário.

X – Direitos dos poupadores que não podem estar sujeitos, ainda que indiretamente, à solução arbitral, sob pena de ofensa ao art. 4º, § 2º, da Lei da Arbitragem e, ainda, porque o interesse público que caracteriza este processo contrasta com o sigilo do procedimento arbitral, notadamente aquele levado a efeito pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

XI – Eventual controvérsia havida no curso da execução da avença deverá ser solucionada nestes mesmos autos.

XI – Homologação de acordo judicial, pelo prazo inicial de 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, com prestação de contas na forma da fundamentação.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.921 **(281)**

ORIGEM : ADI - 91120 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : MUNICÍPIO DE MACUCO
ADV.(A/S) : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES (1109/AL, 01465/A/DF, 102152/PR, 2251-A/RJ)

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGITIMIDADE RECURSAL DE* AMICUS CURIAE *EM PROCESSO DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. INAPLICABILIDADE DO § 1º DO ART. 138 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.*

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.267 **(282)**

ORIGEM : ADI - 5267 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ALESSANDRA STRAMBI DE ALMEIDA MITRE (80779/MG) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 10 DA LEI ESTADUAL 10.254/1990; ARTIGO 7º, § 1º, DA LEI ESTADUAL 9.726/1988; E ARTIGO 289 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, TODAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PETIÇÃO SUBSCRITA PELO PROCURADOR-GERAL E POR PROCURADORES DO ESTADO. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ILEGITIMIDADE RECURSAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. A legitimidade recursal no controle concentrado é paralela à legitimidade ativa *ad causam*, de forma que os Estados-membros e as respectivas Procuradorias-Gerais não possuem a prerrogativa de recorrer das decisões tomadas pela Corte em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Precedentes: ADI 4.420-ED-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 28/5/2018; ADPF 205-AgR-segundo, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 1º/8/2017; ADPF 317-AgR-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 8/6/2016; ADI 1.663-AgR-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 5/8/2013; ADI 3.702-ED, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 26/9/2011.

2. A petição recursal foi subscrita tão somente pelo Procurador-Geral e por procuradores do Estado, não havendo assinatura do Governador do Estado, único legitimado, *in casu*, a instaurar processos objetivos de constitucionalidade e a interpor os respectivos recursos.

3. Embargos de declaração **não conhecidos**.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 7.029 **(283)**

ORIGEM : 7029 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO SINAIT
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou os embargos declaratórios e aplicou multa de 2% sobre o valor atualizado da causa (art. 1.026, § 2º, do CPC), nos termos do voto do Relator, vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que negava provimento aos embargos declaratórios sem a imposição de multa. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE INJUNÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PROVA DA INVIABILIDADE DE EXERCÍCIO DO DIREITO EM RAZÃO DA MORA LEGISLATIVA. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

1. 1. Para que a demanda possa ser apreciada em sede de mandado de injunção, é essencial que haja: i) omissão legislativa relativa a um direito ou liberdade garantidos constitucionalmente; ii) inviabilização do direito da parte pela ausência desta norma infraconstitucional regulamentadora. Não demonstrado por meio de prova inequívoca o preenchimento destas condições ou pressupostos constitutivos, resta obstado o prosseguimento da ação.

2. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

3. Embargos de declaração rejeitados. Fixação de multa em 2% do valor atualizado da causa, constatado o manifesto intuito protelatório, conforme art. 1.026, § 2º, do CPC.

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.937 **(284)**

ORIGEM : 00860669320201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : ANA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : BRUNO FILIPE DE OLIVEIRA RIBEIRO (187086/RJ)
EMBDO.(A/S) : SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado e o imediato arquivamento dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que negava provimento aos embargos, sem as medidas relativas ao trânsito em julgado e ao arquivamento do processo. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS MANIFESTAMENTE INCABÍVEIS NÃO INTERROMPEM O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. PRECEDENTES. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO IMEDIATO DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PÚBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO REFERENTE AO PRESENTE JULGAMENTO.

1. O acórdão embargado não apresenta omissão, contradição, obscuridade ou erro material. O ofício judicante realizou-se de forma completa e satisfatória, não se mostrando necessários quaisquer reparos.

2. A parte embargante pretende dar nítido caráter infringente aos declaratórios, os quais não estão vocacionados a essa função, salvo em situações excepcionais, não caracterizadas no caso.

3. Embargos manifestamente incabíveis não produzem o efeito de interromper o prazo para interposição de outros recursos. Precedentes: ARE

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

738.488 AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe de 24/3/2014; AI 241.860 AgR-ED-ED-ED-AgR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ de 8/11/2002).

4. Embargos de Declaração não conhecidos. Determinação de certificação do trânsito em julgado e arquivamento imediato dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.240.240 **(285)**

ORIGEM : 00892294020018260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : SENA PARK AUTO POSTO LTDA.
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO (3458/AC, 3726A/AL, 840A/BA, 16012-A/CE, 20013/DF, 97276/MG, 11338-A/PB, 11338/PE, 18838/PI, 002483/RJ, 66120A/RS, 311A/SE, 161899/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.636 **(286)**

ORIGEM : 00060058120178030002 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : MARCIO KESIO SANTOS LIMA
ADV.(A/S) : JOSE DE ARIMATEIA DE FARIAS AIRES (570-A/AP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.873 **(287)**

ORIGEM : 00086651620124025101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : CINDI CRISTINE MENDES DE MORAES
ADV.(A/S) : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA (148792/RJ)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Beneficiário da justiça gratuita. Possibilidade. Precedentes.

1. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

2. O beneficiário da justiça gratuita não é isento do pagamento da referida multa, devendo, contudo, quanto à exigibilidade da sanção, observarem-se as condições suspensivas previstas nos arts. 98, § 3º, e 1.021, § 5º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.734 **(288)**

ORIGEM : 00284818720158030001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : MARIA AMELIA MAGAVE PONTES DA SILVA
ADV.(A/S) : DAVI IVA MARTINS DA SILVA (1648-A/AP, 32762/DF, 50.870/RS)
ADV.(A/S) : ANSELMO JOSE DA COSTA PAES (2659/AP, 53260/DF, 105566A/RS)
ADV.(A/S) : ERICKA PATRICIA LOBATO TORRINHA (2199/AP, 106675A/RS)
ADV.(A/S) : ANA LUIZA PAUXIS ROCHA COSTA (2757/AP, 114649A/RS)
ADV.(A/S) : TIAGO STAUDT WAGNER (1234-A/AP, 44651/DF, 93821/PR)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.430 **(289)**

ORIGEM : 07338354520168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : FELIX DE CANTALICIO GOMES BARBOSA
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Cabimento. Honorários advocatícios. Majoração. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a majoração dos honorários advocatícios também em sede de agravo interno.

4. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.255 **(290)**

ORIGEM : 03701147320138130105 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S) : PATRICIA HENRIQUES RIBEIRO (65610/MG)
ADV.(A/S) : VIRGINIA AFONSO DE OLIVEIRA MORAIS DA ROCHA (58964/DF, 96187/MG)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : MARCELA LEMOS CARVALHO (188211/MG)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
EMBDO.(A/S) : ANNA BEATRIZ RODRIGUES FORTUNATO
ADV.(A/S) : PAULO JOSE NALON DE ANDRADE (112716/MG)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.285 **(291)**

ORIGEM : 10105150169255001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE GOVERNADOR VALADARES
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S) : PATRÍCIA HENRIQUES RIBEIRO (065610/MG)
EMBDO.(A/S) : GUIOMAR CONSOLACAO FIGUEIREDO
ADV.(A/S) : RENAN DE OLIVEIRA WERNER (129099/MG)
ADV.(A/S) : PEDRO HENRIQUE DE SOUZA (157525/MG)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.878 **(292)**

ORIGEM : PROC - 00001129320175080205 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : GRACIETE DAMASCENO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JEAN E SILVA DIAS (928/AP)
EMBDO.(A/S) : CAIXA ESCOLAR VILA DO CUNANI
ADV.(A/S) : KAIO DE ARAUJO FLEXA (3257/AP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.916 **(293)**

ORIGEM : 17292220165080206 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : MARIZA PEREIRA LEITE
ADV.(A/S) : JEAN E SILVA DIAS (928/AP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.997 **(294)**

ORIGEM : 07338467420168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : EDILIO EDSON APOSTOLO DE LIMA
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Cabimento. Honorários advocatícios. Majoração. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a majoração dos honorários advocatícios também em sede de agravo interno.

4. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.303 **(295)**

ORIGEM : 07237223220168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : JACIARA DOS SANTOS TENORIO
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Cabimento. Honorários advocatícios. Majoração. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a majoração dos honorários advocatícios também em sede de agravo interno.

4. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.063 **(296)**

ORIGEM : 18917920145080208 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : ALDAIR JOSE FERREIRA
ADV.(A/S) : WALBER LUIZ DE SOUZA DIAS (282/AP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.614 **(297)**

ORIGEM : 07297155620168020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : VICTOR AUGUSTO TEIXEIRA ROCHA
ADV.(A/S) : SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Cabimento. Honorários advocatícios. Majoração. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível a majoração dos honorários advocatícios também em sede de agravo interno.

4. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.358 **(298)**

ORIGEM : 00004488220134013902 - TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : JOSE MACIEL DA MOTA
ADV.(A/S) : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (A972/AM, 24127/BA, 22697/GO, 96442/MG, 11325-A/MS, 10368/A/MT, 13253-A/PA, 140741-A/PB, 01677/PE, 59572/PR, 883-A/RN, 32682/SC, 140741/SP, 3407-A/TO)
EMBDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo manifesta improcedência no recurso anteriormente interposto, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.830 **(299)**

ORIGEM : PROC - 00006656820165080208 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
EMBDO.(A/S) : SANDRA MARIA DA SILVA FREITAS DOS SANTOS
ADV.(A/S) : JEAN E SILVA DIAS (928/AP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Embargos de declaração no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material a serem sanados. Multa imposta no julgamento do agravo regimental. Possibilidade. Precedentes.

1. No julgamento do recurso, as questões postas pela parte recorrente foram enfrentadas adequadamente. Inexistência dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Havendo o Tribunal Pleno, por unanimidade, assentado o caráter manifestamente improcedente do agravo regimental, é cabível a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 554 **(300)**

ORIGEM : 554 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DAS CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO
ADV.(A/S) : CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG (14005/DF, 214341/RJ, 389410/SP)
ADV.(A/S) : FELIPE TEIXEIRA VIEIRA (31718/DF, 27809/A/MT, 214342/RJ, 389419/SP)
ADV.(A/S) : GUSTAVO DE GODOY LEFONE (325505/SP)
EMBDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio, que divergia do Relator apenas quanto à baixa imediata do processo. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO PROLATADO NO JULGAMENTO DE ADI ESTADUAL, QUE REPUTOU INCONSTITUCIONAL A EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL 46/2018. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA TITULARIDADE DA INICIATIVA LEGISLATIVA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO PREVISTO NO ARTIGO 37, § 12, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECISÃO JUDICIAL IMPUGNADA EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO SATISFAÇÃO DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. ARTIGO 4º, § 1º, DA LEI FEDERAL 9.882/1999. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO EM RAZÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO JUDICIAL IMPUGNADA. REPETIÇÃO DOS EMBARGOS ANTERIORES. NÃO CABIMENTO. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA EMBARGANTE. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. DETERMINADA A CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO, COM A CONSEQUENTE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. Os embargos de declaração não têm a finalidade de revisão, reforma ou anulação do julgado, uma vez que não se destinam à produção de uma nova decisão. Eventuais alterações no ato judicial embargado são restritas à correção dos vícios de obscuridade, omissão, contradição ou erro material (artigo 1.022 do CPC/2015), de forma que a decisão dos embargos terá caráter meramente integrativo. Precedentes: ADI 5.357-MC-Ref-ED, Rel. Min. Edson Fachin, Plenário, *DJe* de 7/3/2017; ADI 3.794-ED-ED, Rel. Min.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 21/9/2017.

2. Embargos de declaração subsequentes somente são cabíveis em face de vícios surgidos na própria decisão que julgou os embargos de declaração anteriores, não se prestando à reiteração de ataques à decisão originalmente embargada, já repelidos na decisão anterior. Precedentes: ADI 3.552-ED-ED, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 16/3/2020; ADI 5.336-ED-segundos-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Plenário, *DJe* de 10/5/2019; ADI 2.669-ED-ED, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, *DJe* de 28/3/2019; ADI 3.794-ED-ED-ED, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 10/9/2018.

3. *In casu*, o acórdão que julgou os embargos de declaração anteriores consignou que o acórdão originalmente embargado, ao assentar a inobservância do requisito da subsidiariedade no manejo da arguição de descumprimento de preceito fundamental, que tem por objeto acórdão prolatado no bojo de **ação objetiva, ajuizada no âmbito estadual**, ante a possibilidade de interposição de recurso extraordinário – que inclusive já foi interposto e julgado por esta Corte (**ARE 1.222.297**) –, não incorreu em vícios de **contradição** e **omissão**, restando devidamente fundamentado que não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental nas hipóteses em que existe outro meio eficaz de solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.

4. Os presentes embargos de declaração consubstanciam mera repetição dos embargos anteriores, revelando-se manifestamente procrastinatórios, notadamente em função da reiterada rejeição, nas sedes recursais anteriores, dos argumentos repetidamente expendidos pela embargante.

5. Embargos de declaração NÃO CONHECIDOS.

6. Determinada a certificação do TRÂNSITO EM JULGADO na data deste julgamento, com a consequente BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, independentemente da publicação do acórdão.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.114.148 **(301)**

ORIGEM : 02005640320038260515 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : DELMO MARANI
ADV.(A/S) : EDSON LUIZ DOMINGUES (98370/SP)
ADV.(A/S) : ROBSON THOMAS MOREIRA (223547/SP)
ADV.(A/S) : LUIZA FAVARO BATISTA (373985/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : JULIO CESAR EVANGELISTA FERNANDES
ADV.(A/S) : THAIS PIRES DE CAMARGO REGO MONTEIRO (205657/SP)

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração, com a determinação de imediata certificação do trânsito em julgado para o embargante e a devolução dos autos à origem, nos termos do voto da Relatora, vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que divergia apenas quanto à determinação da certificação do trânsito em julgado do acórdão atacado e de baixa imediata do processo à origem. Plenário, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA INOCORRENTES. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. REITERAÇÃO DE VÍCIO JÁ APONTADO NOS ANTERIORES DECLARATÓRIOS. PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE INEXISTENTES. DECLARATÓRIOS OPOSTOS SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. CARÁTER MERAMENTE INFRINGENTE E PROCRASTINATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. Não se prestam os embargos de declaração, não obstante sua vocação democrática e sua finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas no acórdão embargado.

2. Ausência de omissão justificadora da oposição de embargos declaratórios, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, a evidenciar o caráter meramente infringente da insurgência.

3. A sucessiva interposição de recursos manifestamente inadmissíveis ou improcedentes traduz o intuito meramente protelatório da parte, a autorizar o imediato cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, independentemente da publicação do acórdão. Precedentes.

4. Embargos de declaração não conhecidos, com determinação de imediata certificação do trânsito em julgado para o embargante e de devolução dos autos à origem.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.218.333 **(302)**

ORIGEM : 2242049120138090051 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : RAFAELA WIEZEL ALVES
ADV.(A/S) : SANDRO DE ABREU SANTOS (28253/GO)
EMBDO.(A/S) : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
ADV.(A/S) : LEONARDO LEMES DA COSTA (34073/GO)
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado e a baixa imediata dos autos ao Juízo de origem imediatamente, nos termos do voto do Relator, vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio nos pontos relativos ao trânsito em julgado e à baixa imediata do processo. Plenário, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, QUE EXAMINOU OS PRIMEIROS EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO. DETERMINAÇÃO DE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os segundos embargos de declaração devem dirigir-se ao acórdão que examinou os primeiros embargos.

2. À falta de fundamentação minimamente adequada, os segundos embargos não merecem ser conhecidos.

3. Recurso manifestamente incabível não produz o efeito interruptivo, de modo que o prazo para impugnações ao julgado atacado seguiu fluindo até seu termo final.

4. Embargos de declaração não conhecidos. Certificação do trânsito em julgado e determinação de baixa **imediata** dos autos à origem.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.183.314 **(303)**

ORIGEM : 00008184520038060117 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE
EMBTE.(S) : ERLON PAIVA DE SOUZA
ADV.(A/S) : EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (15499/CE)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado do aresto ora embargado e a consequente baixa imediata dos autos à origem, independentemente da publicação deste acórdão, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

Terceiros embargos de declaração no agravo regimental no agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Matéria criminal. Inexistência de contradição no aresto questionado. Questões afastadas nos julgamentos anteriores. Recurso manifestamente protelatório. Não conhecimento dos embargos. Precedentes. Certificação do trânsito em julgado do aresto embargado. Baixa imediata dos autos à origem, independentemente da publicação do acórdão.

1. O acórdão questionado não incorreu em contradição.

2. A parte pretende promover, com a interposição de sucessivos recursos manifestamente infundados, um novo julgamento do feito, o qual foi legitimamente decidido nos termos da jurisprudência da Suprema Corte.

3. Essa circunstância revela sua intenção de obstar o trânsito em julgado da condenação e, assim, postergar, o quanto possível, a execução de seus termos, o que é coibido pelo Supremo Tribunal Federal, que admite a determinação de baixa dos autos independentemente da publicação de seus julgados, seja quando há risco iminente de prescrição, seja no intuito de repelir a utilização de sucessivos recursos com nítido abuso do direito de recorrer.

4. Não conhecimento dos terceiros embargos de declaração.

5. Certificação do trânsito em julgado do aresto ora embargado e a consequente baixa imediata dos autos à origem, independentemente da publicação da decisão.

EMB.INFR. NA AÇÃO RESCISÓRIA 1.056 **(304)**

ORIGEM : AR - 82933 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
EMBTE.(S) : MARIA JOSÉ JORGE
ADV.(A/S) : CARLA PADUA ANDRADE CHAVES CRUZ (09698/DF)
ADV.(A/S) : MANOEL ARANHA DOS REIS (527/GO)
ADV.(A/S) : MOACIR BELCHIOR (221/DF)
ADV.(A/S) : ROMULO GONÇALVES (385A/DF)
EMBTE.(S) : CARMO JOSE FERREIRA
ADV.(A/S) : CARLA PADUA ANDRADE CHAVES CRUZ (09698/DF)
EMBDO.(A/S) : FRANCISCO BARBOSA DE AMORIM
ADV.(A/S) : JOSE FRANCISCO VAZ (3999/GO)
EMBDO.(A/S) : ANTONIO DE LUCCA
ADV.(A/S) : JOSÉ CAMPOS (576/GO)
EMBDO.(A/S) : PETRONIO DE AQUINO
ADV.(A/S) : PAULO TORMINN BORGES (379/GO)
EMBDO.(A/S) : JUAREZ GOMES CARDOSO
ADV.(A/S) : CLEOMAR DE BARROS LOYOLA (403/GO)
EMBDO.(A/S) : LEONARDO GRACIA JUNIOR
ADV.(A/S) : PAULO TORMINN BORGES (379/GO)
EMBDO.(A/S) : MARIA LUIZA DIAS GRACIA, INVENTARIANTE DO ESPÓLIO DE ANTONIO LEONARDO ASTOLPHI GRACIA
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF)
EMBDO.(A/S) : FRANCISCO WALMIR PESSOA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu dos embargos infringentes e negou-lhes provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

E M E N T A

EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. AÇÃO NÃO CONHECIDA POR VISAR À DESCONSTITUIÇÃO DE ACÓRDÃO EM QUE ACOLHIDA A ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO. INVIABILIDADE DA RESCISÓRIA. DESATENDIMENTO DO *CAPUT* DO ARTIGO 485 DO CPC/1973.

1. Consoante o *caput* do artigo 485 do CPC/1973, o objeto da ação rescisória é uma "sentença de mérito", que se traduz em decisão que julga a lide, acolhendo ou rejeitando o pedido do autor.

2. A qualificação "de mérito", estabelecida pelo legislador no Código de Processo Civil de 1973, denota ato revestido pela coisa julgada material, em que não se enquadra a decisão terminativa, mediante a qual se põe termo ao processo sem apreciação do litígio.

3. Acolhida, no acórdão rescindendo proferido na ação demarcatória do imóvel "Conceição", a alegação de coisa julgada – ocorrida nos embargos de terceiro em processo de divisão do imóvel "Impertinente" –, tem-se como efetivamente inadmissível a ação rescisória, por visar à desconstituição de decisão em que extinto o processo sem resolução de mérito (CPC/1973, artigo 267, V).

4. Embargos infringentes conhecidos e não providos.

Processos com Ementas Idênticas:
RELATOR: MIN. GILMAR MENDES

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.392 **(305)**
ORIGEM : ADI - 4893 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS - CNPL
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Art. 1º, da Emenda Constitucional nº 45/2004, na parte em que deu nova redação ao art. 114, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal. 3. Necessidade de "mutuo acordo" para ajuizamento do Dissídio Coletivo. 4. Legitimidade do MPT para ajuizar Dissídio Coletivo em caso de greve em atividade essencial. 5. Ofensa aos artigos 5º, XXXV, LV e LXXVIII, e 60, § 4º, IV, da Constituição Federal. Inocorrência. 6. Condição da ação estabelecida pela Constituição. Estímulo às formas alternativas de resolução de conflito. 7. Limitação do poder normativo da justiça do trabalho. Violação aos artigos 7º, XXVI, e 8º, III, e ao princípio da razoabilidade. Inexistência. 8. Recomendação do Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho. Indevida intervenção do Estado nas relações coletivas do trabalho. Dissídio Coletivo não impositivo. Reforma do Poder Judiciário (EC 45) que visa dar celeridade processual e privilegiar a autocomposição. 9. Importância dos acordos coletivos como instrumento de negociação dos conflitos. Mútuo consentimento. Precedentes. 10. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.423 **(306)**
ORIGEM : ADI - 20715 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S) : AGILBERTO SERODIO (10675/DF)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC
ADV.(A/S) : ANA MARIA RIBAS MAGNO (01224/DF)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES - CNTTT
ADV.(A/S) : UBIRACY TORRES CUOCO (510/PA)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - CNTA
ADV.(A/S) : SID HARTA RIEDEL DE FIGUEIREDO (1509-A/DF, 11497/SP)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO - CONTEC
ADV.(A/S) : JOSE TORRES DAS NEVES (00943/DF)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS - CNPL
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE
ADV.(A/S) : DELAIDE ALVES MIRANDA ARANTES (5094/GO) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNTEEC
ADV.(A/S) : FERNANDO PIRES ABRÃO (162163/SP)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE - CNTS
ADV.(A/S) : MARCO TÚLIO DE ALVIM COSTA (46855/MG)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM
ADV.(A/S) : JOAO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS (DF001663/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO E PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICAS E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, TINTAS E VERNIZES, PLÁSTICOS, RESINAS SINTÉTICAS, EXPLOSIVOS E SIMILARES DO ABCD, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC
ADV.(A/S) : ANGELA MARIA GAIA (58690/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO RIO GRANDE DO SUL - SEPRORGS
ADV.(A/S) : CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (22356/RS) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Falaram: pela requerente Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, o Dr. Samuel da Silva Antunes; pela requerente Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CNTA, a Dra. Rita de Cassia Barbosa Lopes Vivas; pela requerente Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito - CONTEC, o Dr. Caio Antonio Ribas da Silva Prado; e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM, o Dr. Cristiano Brito Alves Meira. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: Idêntica ao de nº 305

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Brasília, 16 de junho de 2020.
Fabiano de Azevedo Moreira
Coordenador de Processamento Final

PRIMEIRA TURMA

NOTAS E AVISOS DIVERSOS

CANCELAMENTO E CONVOCAÇÃO DE SESSÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA

De ordem da Excelentíssima Senhora Ministra Rosa Weber, Presidente da Primeira Turma, informo o **CANCELAMENTO** da Sessão Ordinária prevista para o dia 23 de junho e a **CONVOCAÇÃO** de Sessão Ordinária para o dia **30 de junho de 2020**, com início às 14 horas, a realizar-se por **VIDEOCONFERÊNCIA** (art. 1º da Resolução nº 672, de 26 de março de 2020).

Brasília, 16 de junho de 2020.
Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA Nº 84/2020 - Elaborada nos termos do art. 935 do Código de Processo Civil e do art. 83 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, para julgamento dos processos abaixo relacionados:

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.940 **(307)**
ORIGEM : ACO - 2940 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.949 **(308)**
ORIGEM : ACO - 2949 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 29.149 **(309)**
ORIGEM : 00001285720164036202 - TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ENILDA DA CONCEICAO RIBEIRO
ADV.(A/S) : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO (0005291/RN)
INTDO.(A/S) : TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 16.329 **(310)**
ORIGEM : 7735980420008060001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA
ADV.(A/S) : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : NOVO TEMPO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA
AGDO.(A/S) : EDUARDO BRIGIDO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S) : HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO (7447/CE) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 24.941 **(311)**
ORIGEM : AR - 00008698920104030000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINSPREV/SP
ADV.(A/S) : THIAGO CECCHINI BRUNETTO (51519/RS)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 3ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 39.475 **(312)**
ORIGEM : 39475 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : THIAGO DAVID FERNANDES
ADV.(A/S) : RAPHAEL CAPELLETI VITAGLIANO (164360/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Partes e Procuradores
Procuração

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.209 **(313)**
ORIGEM : 04090284619928260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : SCHWING EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADV.(A/S) : CELIA MARISA SANTOS CANUTO (51621/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença
Precatório
Liquidação Parcelada

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.154 **(314)**
ORIGEM : 00093735120148260071 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MARCELO PEREIRA PIRES
ADV.(A/S) : JOSE CARLOS CAPOSSI JUNIOR (318658/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Empregado Público / Temporário

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.701 **(315)**
ORIGEM : 00073905220124040000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : FABIO DE OLIVEIRA DALECIO
ADV.(A/S) : ROOSEVELT ARRAES (34724/PR) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Jurisdição e Competência

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO **(316)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

COM AGRAVO 1.247.170
ORIGEM : 10109565420148260071 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ANDRE NASCIMENTO DONATI
ADV.(A/S) : JOSE CARLOS CAPOSSI JUNIOR (318658/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Empregado Público / Temporário

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.681 **(317)**
ORIGEM : 185681 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : LUCAS MOREIRA
ADV.(A/S) : SIDERLEY GODOY JUNIOR (14423/AL, 14423-A/MS, 133107/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Tráfico de Drogas e Condutas Afins

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.835 **(318)**
ORIGEM : 185835 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : GLÁUCIO VARGAS FERNANDES
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA (242824/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.166 **(319)**
ORIGEM : 186166 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : WALISSON DANILO GOMES DA SILVA
ADV.(A/S) : EVANDRO OLIVETTI (365427/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 575.355 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.360 **(320)**
ORIGEM : 186360 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ARNO CABRAL FILHO
ADV.(A/S) : DIEGO ROSSI MORETTI (54505/SC) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 537.653 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.409 **(321)**
ORIGEM : 186409 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : DOUGLAS CONCEIÇÃO DA CRUZ
AGTE.(S) : MAYCON CABRERA DA SILVA
ADV.(A/S) : RODRIGO ANDRADE MARTINI (351667/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 581.162 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.487 **(322)**
ORIGEM : 186487 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : E.S.S.F.
ADV.(A/S) : JOSE ALBINO NETO (275310/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RHC Nº 124.900 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.108 **(323)**
ORIGEM : 36108 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ANTONIO GRASSANO NETO
ADV.(A/S) : PATRICIA GRASSANO PEDALINO (16932/PR, 224960/RJ, 366765/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : JUIZ DIRETOR DO FÓRUM DA COMARCA DE MARINGÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 25.456 **(324)**
ORIGEM : PROC - 00043186820155040000 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JUÍZES CLASSISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAJUCLA
ADV.(A/S) : EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRAO (09378/DF, 18322/GO, 150062/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Atos Processuais
Nulidade
Nulidade - Não Observância da Reserva de Plenário

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 33.119 **(325)**
ORIGEM : 33119 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : EDER DE SOUZA VERISSIMO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S) : BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ (87253/MG)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Responsabilidade Solidária / Subsidiária
Tomador de Serviços / Terceirização

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 34.426 **(326)**
ORIGEM : 34426 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGTE.(S) : CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S) : ALEX CAMPOS BARCELOS (42336/DF, 117084/MG) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : VANDERLEI SILVA MEIRELES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CRISTAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Responsabilidade Solidária / Subsidiária
Tomador de Serviços / Terceirização

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.806 **(327)**
ORIGEM : 36806 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
ADV.(A/S) : VITOR PIAZZAROLLO LOUREIRO (426166/SP)
AGDO.(A/S) : JOAO ANTONIO COSTA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 11576-40.2017.5.03.0016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Rescisão do Contrato de Trabalho
Reintegração / Readmissão ou Indenização

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.341 **(328)**
ORIGEM : 38341 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE GIRAU DO PONCIANO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO
AGDO.(A/S) : JOSÉ CÍCERO ALEXANDRE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Jurisdição e Competência

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.530 **(329)**
ORIGEM : 39530 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : BRA LOGISTICA DE TRANSPORTES LTDA - ME
ADV.(A/S) : MARCELO SENA SANTOS (30007/BA, 22504-A/MS)
ADV.(A/S) : LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA (27586/BA, 31883/ES, 103952/MG)
ADV.(A/S) : MURILO GOMES DE SOUZA E SILVA (34533/BA)
AGDO.(A/S) : SERGIO LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.841 **(330)**
ORIGEM : 39841 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : DANIELA PEREIRA BRANDAO
ADV.(A/S) : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP)
AGDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : RELATOR DO ROT Nº 0001494-46.2017.5.10.0018 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Concurso Público / Edital
Classificação e/ou Preterição

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.682 **(331)**
ORIGEM : 40682 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA
ADV.(A/S) : DORIVAL DE PAULA JUNIOR (159408/SP)
AGDO.(A/S) : MIRIAM MARIA DOS SANTOS SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Responsabilidade Solidária / Subsidiária
Tomador de Serviços / Terceirização

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 555.511 **(332)**
ORIGEM : PROC - 104020001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGDO.(A/S) : ESPÓLIO DE MARIA HELENA BELLO CABRAL DE MELO
ADV.(A/S) : CARLOS ANTONIO ALVES MONTEIRO DE ARAUJO (0002674/PE)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.245.240 **(333)**
ORIGEM : 20705935920198260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : CAMARA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA
ADV.(A/S) : MARCIO BOSSOLAN (210662/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE ARACOIABA DA SERRA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA DA SERRA

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.255.453 **(334)**
ORIGEM : 00441848219944025101 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : HUGO HARTZ E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SERGIO BERMUDES (02192/A/DF, 10039/ES, 177465/MG, 17587/RJ, 64236A/RS, 33031/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Responsabilidade da Administração

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.259.151 **(335)**
ORIGEM : PROC - 50093401720184047108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : MAXIFORJA COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
ADV.(A/S) : MAURICIO LEVENZON UNIKOWSKI (64211/RS)

Matéria:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Incentivos fiscais

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.262.700 **(336)**
ORIGEM : 08190350819878260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : LE MOULIN EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS LTDA
AGDO.(A/S) : RESTAURANTE LEÃO DE OURO LTDA
ADV.(A/S) : MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA (83747/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença
Valor da Execução / Cálculo / Atualização
Juros

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.840 **(337)**
ORIGEM : PROC - 50172283720184047108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : LUIZ FUGA INDUSTRIA DE COURO LTDA.
ADV.(A/S) : LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES (47231/RS)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Contribuições
Contribuições Sociais
Cofins

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.264.117 **(338)**
ORIGEM : 80099383520188050001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ROSANGELA CONCEICAO SANTOS
ADV.(A/S) : YURI OLIVEIRA ARLEO (43522/BA)
ADV.(A/S) : JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA (20541/BA)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Piso Salarial

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.349 **(339)**
ORIGEM : PROC - 50154165720184047108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : SINDICATO DA INDUSTRIA DE CALCADOS, COMPONENTES PARA CALCADOS DE TRES COROAS-RS
ADV.(A/S) : LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES (47231/RS)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Incentivos fiscais

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.082.402 **(340)**
ORIGEM : PROC - 90866875320168130024 - 1ª TURMA ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGDO.(A/S) : JOSE DE PAULO MAGALHAES
ADV.(A/S) : RICARDO MAURICIO CHUCRE DIAS JUNIOR (141336/MG)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Empregado Público / Temporário

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.189.435 **(341)**
ORIGEM : 00010356020134025104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA
ADV.(A/S) : GERALDO VALENTIM NETO (201420/RJ, 196258/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Limitações ao Poder de Tributar
Imunidade

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.202.809 **(342)**
ORIGEM : 00374915020034036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : PAULO PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA (23167/DF)
ADV.(A/S) : MARCO ANTONIO AYUB BEYRUTH JUNIOR (271797/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : FORCA SINDICAL
ADV.(A/S) : ALYSSON SOUSA MOURAO (18977/DF)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Atos Administrativos
Improbidade Administrativa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.225.897 **(343)**
ORIGEM : 10105903620178260224 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : VIG VEICULOS LTDA
AGTE.(S) : FELICIO VIGORITO & FILHOS LTDA
AGTE.(S) : KIN VEICULOS LTDA
ADV.(A/S) : JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA (103745/SP)
ADV.(A/S) : LUIS FELIPE BALIEIRO LIMA (142981/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.236.207 **(344)**
ORIGEM : 10341861420168260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : GERALDO APARECIDO JULIANO
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME (34934/DF, 136359/MG, 42843/PE, 71086/PR, 172953/RJ, 195805/SP)
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : FLAVIO LUIZ DE FREITAS LEONEL (212960/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Agentes Políticos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Parlamentares
Prestação de Contas

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.309 **(345)**
ORIGEM : 07002693720188010010 - TJAC - 2ª TURMA RECURSAL - RIO BRANCO
PROCED. : ACRE
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AGDO.(A/S) : MARILEIDE MARTINS DE SOUZA
ADV.(A/S) : WAGNER ALVARES DE SOUZA (3930/AC, A813/AM/AM, 4514/RO)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Promoção / Ascensão

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.399 **(346)**
ORIGEM : 00151539820134036143 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : MARCELO MONTALVÃO MACHADO (34391/DF)
ADV.(A/S) : ROSIANE LUZIA FRANCA (370141/SP)
AGDO.(A/S) : VICENTE A.OLIVEIRA & CIA LTDA - ME
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Entidades Administrativas / Administração Pública
Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional e Afins
Multas e demais Sanções

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.257.206 **(347)**
ORIGEM : 70079736617 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MARCELO D AGOSTINI
ADV.(A/S) : FLAVIO LUIS ALGARVE (25733/RS)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.737 **(348)**
ORIGEM : 00550582720044030000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : AES ELPA S/A E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD (1474-A/DF, 6582/RJ, 46560/SP)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE DE MENDONCA WALD (01505/A/DF, 1242A/MG, 057808/RJ, 107872/SP)
ADV.(A/S) : MARIANA TAVARES ANTUNES (002669-A/RJ, 154639/SP)
ADV.(A/S) : MARINA GAENSLY BLATTNER (108831/RJ, 229618/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Atos Administrativos
Improbidade Administrativa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.840 **(349)**
ORIGEM : 00096550620118260068 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : J.G.F.
ADV.(A/S) : MARCELO FELLER (296848/SP)
ADV.(A/S) : GABRIEL HERRERO THOMPSON DE CARVALHO (376352/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.521 **(350)**
ORIGEM : 03100364320078090006 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : BANCO BRADESCO SA
ADV.(A/S) : ROBSON CUNHA DO NASCIMENTO JUNIOR (24692/GO)
AGDO.(A/S) : JOAO PIRES NETO
ADV.(A/S) : ANTONIO RAMOS CAIADO NETO (3948/GO)
ADV.(A/S) : JOSE EUSTAQUIO ROSA CARDOSO (5661/GO)
ADV.(A/S) : PEDRO HENRIQUE FLEURY NASCIMENTO (36217/GO)
ADV.(A/S) : JHULIANNE CRISTIAN DA SILVA FEITOSA (52682/GO)

Matéria:
DIREITO DO CONSUMIDOR
Contratos de Consumo
Bancários
Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.409 **(351)**
ORIGEM : 70082463944 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : RIQUENA NETO AR CONDICIONADO LTDA
ADV.(A/S) : JULIO CESAR GOULART LANES (9340A/AL, 22398/BA, 21994-A/CE, 29745/DF, 17664/ES, 30401/GO, 119130/MG, 13449-A/MS, 13329/A/MT, 46648-A/PB, 01088/PE, 43861/PR, 156273/RJ, 712-A/RN, 4365/RO, 46648/RS, 24166/SC, 519A/SE, 285224/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.033 **(352)**
ORIGEM : 00161678020008050001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S) : ELZA SIQUEIRA SANTOS CUNHA
AGDO.(A/S) : HILZA ROSA DE ARAUJO
ADV.(A/S) : EVELIN DIAS CARVALHO DE MAGALHAES (18624/BA)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Gratificações Estaduais Específicas

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.435 **(353)**
ORIGEM : MS - 7430 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGTE.(S) : MARIA IZABEL CAMARGO MATHIAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (18970/BA, 05939/DF, 385604/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Ensino Superior

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.426 **(354)**
ORIGEM : MS - 21315 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : PAULO RODRIGUES VIEIRA
ADV.(A/S) : VIVIANE BARCI DE MORAES (SP166465/)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO RESCISÓRIA 2.690 **(355)**
ORIGEM : 2690 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : GUSTAVO SEBASTIAO LESSA RAFARE
ADV.(A/S) : ROBERTO SARDINHA JUNIOR (177421/MG, 66540/RJ, 310322/SP)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.181.348 **(356)**
ORIGEM : AREsp1091032 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : C.J.M.
ADV.(A/S) : EUNICE DAMARIS ALVES PEREIRA (130235/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS SEGUNDOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 **(357)**
ORIGEM : 200583080012502 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : WILTON PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CLAUDVAN COSTA E SILVA
ADV.(A/S) : MARCOS TULIO ARAUJO DE ALENCAR BARRETO (00942/PE, 112707/RJ)
INTDO.(A/S) : FRANCISCO LEANDRO SOBRINHO
ADV.(A/S) : JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Tipicidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 **(358)**
ORIGEM : 200583080012502 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : FRANCISCO LEANDRO SOBRINHO
ADV.(A/S) : JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CLAUDVAN COSTA E SILVA
ADV.(A/S) : MARCOS TULIO ARAUJO DE ALENCAR BARRETO (00942/PE, 112707/RJ)
INTDO.(A/S) : WILTON PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Tipicidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.442 **(359)**
ORIGEM : EAREsp - 1336987 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : J.V.C.
ADV.(A/S) : GILBERTO ANTONIO LUIZ (13880/AL, 13880-A/MS, 76663/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Suspeição

EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.309 **(360)**
ORIGEM : 180309 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : RAFAEL TADEU SIMÕES
EMBTE.(S) : RENATA LÚCIA GUIMARÃES RISSO
EMBTE.(S) : SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA (12330/DF, 1565A/MG) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Jurisdição e Competência

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 34.652 **(361)**
ORIGEM : 34652 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : VERINES DA PAIXAO SILVA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : AEC CENTRO DE CONTATOS S/A
ADV.(A/S) : JOAO LUIZ JUNTOLLI (69339/MG, 20550-A/PB, 419935/SP)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.171 **(362)**
ORIGEM : 36171 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : TEXTIL FARBE LTDA
ADV.(A/S) : SHIRLEY HENN (17829/SC, 365182/SP)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Base de Cálculo
Exclusão - ICMS

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.628 **(363)**
ORIGEM : 36628 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : EDINO CEZAR FRANZIO DE SOUZA
ADV.(A/S) : ARISTELLA INGLEZDOLFE DE MELLO CASTRO (28818/DF)
EMBDO.(A/S) : BANCO DO BRASIL SA
ADV.(A/S) : GIOVANNI SIMAO DA SILVA (19401/DF)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO
Rescisão do Contrato de Trabalho
Despedida / Dispensa Imotivada

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 975.172 **(364)**
ORIGEM : 20070020025801REE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : J.H.S.A.
EMBTE.(S) : R.C.S.A.
ADV.(A/S) : VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (19680/DF, 72922/MG)
ADV.(A/S) : JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL (379/DF)
ADV.(A/S) : RAIMUNDA CEARÁ SERRA AZUL (3633/DF)
EMBDO.(A/S) : J.D.A.R.
ADV.(A/S) : LUIS MAURÍCIO DAOU LINDOSO (6136/DF)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Medida Cautelar
Liminar

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.898 **(365)**
ORIGEM : 00179893920148220002 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : E.M.S.
ADV.(A/S) : THIAGO SENNA LEONIDAS GOMES (34269/DF)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes contra os Costumes
Estupro de vulnerável

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.720 **(366)**
ORIGEM : 00206135120118180140 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCED. : PIAUÍ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
EMBDO.(A/S) : RAIMUNDA SOARES DE CARVALHO
ADV.(A/S) : SERGIO RICARDO DE CARVALHO REIS (1802/PI)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.538 **(367)**
ORIGEM : 10027120109734001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ELISEU XAVIER DIAS
ADV.(A/S) : ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA (108768/MG)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : EVANDRO EVANGELISTA MAIA
ADV.(A/S) : LEONARDO CRISTIANO DINIZ (121243/MG)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Jurisdição e Competência

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.625 **(368)**
ORIGEM : 70076204205 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : MAICON RODRIGO SCHUSTER
EMBTE.(S) : DARCI JOSE SCHUSTER
ADV.(A/S) : RODRIGO TORRES (51761/RS)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 **(369)**
ORIGEM : 200583080012502 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : CLAUDVAN COSTA E SILVA
ADV.(A/S) : ISADORA PEREIRA FURTADO PINTO (32292/CE)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : FRANCISCO LEANDRO SOBRINHO
INTDO.(A/S) : WILTON PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Tipicidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.854 **(370)**
ORIGEM : 00001524320078140000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROCED. : PARÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : CRISTINA CARNEIRO FERREIRA DE QUEIROZ
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
EMBDO.(A/S) : CARMEN SYLVIA POMBO TOCANTINS
ADV.(A/S) : SERGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (17772-B/PA)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Concurso Público / Edital

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.561 **(371)**
ORIGEM : 17285053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ITAMAR DOMINGUES DOS SANTOS
ADV.(A/S) : GUILHERME RODRIGUES CARVALHO BARCELOS (56724/DF, 85529/RS) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ALCIR GHIDINI

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : ALVARO CESAR SABBI (40658/PR)

Matéria:
DIREITO PENAL
Fato Atípico

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.032 **(372)**
ORIGEM : 10065723320168260506 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : DAZIO VASCONCELOS
ADV.(A/S) : DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO (67277/SP) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : RUBEM MAYNARDES ARAUJO JUNIOR
ADV.(A/S) : CARLOS SIMAO NIMER (104052/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NA PETIÇÃO 8.662 **(373)**
ORIGEM : 8662 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
EMBDO.(A/S) : BANCO CLASSICO SA
ADV.(A/S) : CAROLINA PEDERNEIRAS LOPES (131899/RJ)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Recurso
Efeitos

SEGUNDOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.231.550 **(374)**
ORIGEM : AREsp - 684636 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : PEDRO VIEIRA DE SOUSA NETO
ADV.(A/S) : LEUCES TEIXEIRA DE ARAUJO (62346/MG)
ADV.(A/S) : ELPIDIO DONIZETTI NUNES (45290/MG)
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (42391/DF, 128887/MG, 385575/SP)
ADV.(A/S) : GABRIELA DOURADO NUNES DE LIMA (106800/MG)
ADV.(A/S) : TULIO FIGUEIREDO DUARTE (121019/MG)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.873 **(375)**
ORIGEM : 01117393720148260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : W.L.S.H.
ADV.(A/S) : RODRIGO ANTONIO SERAFIM (245252/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO (206320/SP)
ADV.(A/S) : GUILHERME RODRIGUES DA SILVA (309807/SP)
EMBDO.(A/S) : S.L.G.
ADV.(A/S) : JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (63185/DF, 225737/RJ, 107106/SP)
ADV.(A/S) : ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA (234928/SP)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.174.611 **(376)**
ORIGEM : PROC - 01029006520075100017 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : GILVAN DANTAS DO NASCIMENTO
ADV.(A/S) : GILVAN DANTAS DO NASCIMENTO (24635/DF)
ADV.(A/S) : JOSE FERREIRA (06963/DF)
EMBDO.(A/S) : SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
ADV.(A/S) : LEANDRO LUIZ FERNANDES DE LACERDA MESSERE (28769/DF)

Matéria:
DIREITO DO TRABALHO

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 150.953 **(377)**
ORIGEM : 1672018 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : LEONARDO RAMOS DE CASTRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Tráfico de Drogas e Condutas Afins

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 160.861 **(378)**
ORIGEM : 160861 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : APHITSARA SATTARAM
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 167.710 **(379)**
ORIGEM : 167710 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : DIEGO AMARO CÂNDIDO SANTOS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 168.153 **(380)**
ORIGEM : 168153 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : FABRYCIO BRITO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 171.022 **(381)**
ORIGEM : 171022 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : PEDRO CAVALCANTE DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RENATA FELIX MARTINEZ (226737/SP)
ADV.(A/S) : WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS (190813/SP)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EMBDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 496.749 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 29.065 **(382)**
ORIGEM : PROC - 02006949720092000000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : APARECIDO DONIZETE VICTOR
ADV.(A/S) : RENATA POLIANE VICTOR (55940/PR) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 41.019 **(383)**
ORIGEM : 41019 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : BANCO BRADESCO SA
ADV.(A/S) : LEONARDO HENKES THOMPSON FLORES (24718/DF, 32013/GO)
EMBDO.(A/S) : PEDRO CARVALHO DE ARAUJO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO CONSUMIDOR
Contratos de Consumo
Bancários
Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.590 **(384)**
ORIGEM : PROC - 50117320520194047201 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : MOVEIS SERRALTENSE LTDA
ADV.(A/S) : ARAO DOS SANTOS (26613/PR, 213438/RJ, 9760/SC)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Incentivos fiscais

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.985 **(385)**
ORIGEM : 40042916520158040000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE MAUES
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MAUÉS
EMBDO.(A/S) : CILENA MARIA ROLIM DE MATOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (A422/AM, 1519/RO)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Exoneração

HABEAS CORPUS 133.529 **(386)**
ORIGEM : AI - 1298358 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : IDELSON MARTINS DOS SANTOS
IMPTE.(S) : HUMBERTO LEME HURTADO (191975/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS 141.007 **(387)**
ORIGEM : 880184 - JUIZ DE DIREITO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOSÉ DI BENE NETO
IMPTE.(S) : JOSÉ DI BENE NETO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

HABEAS CORPUS 143.268 **(388)**
ORIGEM : 386116 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RODRIGO DOS REIS SILVA
IMPTE.(S) : CLEITON MONTEIRO URBIETA (18380/MS)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 147.010 **(389)**
ORIGEM : 410997 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONI JÚNIOR DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO CORTEZ ABBONDANZA (69524/PR)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 410.997 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Suspensão

HABEAS CORPUS 147.178 **(390)**
ORIGEM : 412049 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ALINE DIEL
IMPTE.(S) : MIGUEL ANTONIO RUAS LUBI (24850/SC)
IMPTE.(S) : DANIEL DECESARO (47956/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 412.049 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Substituição da Pena

HABEAS CORPUS 159.639 **(391)**
ORIGEM : 159639 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOÃO VICTOR DOS SANTOS
IMPTE.(S) : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 436.416 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 164.817 **(392)**
ORIGEM : 164817 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 105.065 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ABIMAEL MENDES DE SOUZA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

INTDO.(A/S) : JOSÉ FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA
ADV.(A/S) : FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES PEREIRA (13076/CE)
INTDO.(A/S) : ANTONIO GILLIARD OLIVEIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (30537/CE)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

HABEAS CORPUS 168.216 **(393)**
ORIGEM : 168216 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ELIAS MORAIS GOMES
IMPTE.(S) : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES (331639/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 491.618 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Trancamento

HABEAS CORPUS 169.358 **(394)**
ORIGEM : 169358 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUCAS PENA DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR (70042/MG, 18514-A/PA) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 497.816 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 170.394 **(395)**
ORIGEM : 170394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : REGINALDO VITALINO DA SILVA
PACTE.(S) : VICENTE SEVERINO COSTA FILHO
PACTE.(S) : JHONATAN COSTA DE OLIVEIRA
PACTE.(S) : ROSIEL EVANGELISTA SILVA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 170.735 **(396)**
ORIGEM : 170735 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : AVELINE MACHADO DE FREITAS
IMPTE.(S) : JOAO FRANCISCO NETO (147291/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Contra as Finanças Públicas
Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores

HABEAS CORPUS 172.424 **(397)**
ORIGEM : 172424 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUIZ EDUARDO PINHEIRO CORREA
IMPTE.(S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
ADV.(A/S) : JOSIMARY ROCHA DE VILHENA (1039/AP, 334889/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 172.642 **(398)**
ORIGEM : 172642 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : HELTON PIRES DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : GUSTAVO HENRIQUE SILVA (390601/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 498.771 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Contra a Administração da Justiça
Fraude processual

HABEAS CORPUS 176.977 **(399)**
ORIGEM : 176977 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ELCIO ALVES COSTA
IMPTE.(S) : HUGO BENICIO BONFIM DAS VIRGENS (9287/MS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 538.349 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 177.082 **(400)**
ORIGEM : 177082 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DENIZE XAVIER DA SILVA
IMPTE.(S) : MARLON CHARLES BERTOL (10693/SC, 326082/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA TP Nº 2.354 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade

HABEAS CORPUS 177.429 **(401)**
ORIGEM : 177429 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FLAVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA
IMPTE.(S) : FABRICIO DE OLIVEIRA CAMPOS GIORI (10328/ES) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 540.932 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ANDRE LUIZ CRUZ NOGUEIRA
ADV.(A/S) : MARCELO GOMES DA SILVA (29858/ES)
INTDO.(A/S) : ALMIR BRAGA ROSA
ADV.(A/S) : ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES (1465A/DF)
ADV.(A/S) : CAROLINA ABREU (18074/DF)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE CAPUA MARTIGNAGO (DF020574/)
INTDO.(A/S) : JOSE CARLOS GRATZ
ADV.(A/S) : CARLOS GUILHERME MACEDO PAGIOLA CORDEIRO (16203/ES)
INTDO.(A/S) : CEZAR AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA
ADV.(A/S) : TATIANA COSTA JARDIM (12040/ES)
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FERNANDES (22885/ES)
INTDO.(A/S) : JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA LIMA
ADV.(A/S) : LEONARDO GAGNO (10805/ES)
INTDO.(A/S) : RENATA PEIXOTO SILVA
ADV.(A/S) : RIVELINO AMARAL (8963/ES)
ADV.(A/S) : MARCIO AZEVEDO SCHNEIDER (16291/ES)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Execução Penal
Execução Penal Provisória - Cabimento

HABEAS CORPUS 177.453 **(402)**
ORIGEM : 177453 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JULIO CESAR FRETES GARCIA
IMPTE.(S) : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO (130672/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 540.612 DO SUPERIOR

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

HABEAS CORPUS 178.241 **(403)**
ORIGEM : 178241 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : TIAGO SOUZA MELO
IMPTE.(S) : ADELIO NOGUEIRA DA GAMA NETO (127783/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 116.371 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

HABEAS CORPUS 178.393 **(404)**
ORIGEM : 178393 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DIOGNER LUIZ CRIVELARI
IMPTE.(S) : GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA MARTINEZ (428121/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 542.757 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 178.687 **(405)**
ORIGEM : 178687 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JEFFERSON LUCAS
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
ADV.(A/S) : VANILDO JOSE DA COSTA JUNIOR (106780/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 486.424 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

HABEAS CORPUS 179.085 **(406)**
ORIGEM : 179085 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LEONARDO OLIVEIRA GRESPAN
IMPTE.(S) : EDER PEREIRA BAHIA (287830/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 512.113 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 179.449 **(407)**
ORIGEM : 179449 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARIANA DE ALMEIDA BREVIGLIERI
PACTE.(S) : SHEILA SANTOS LIMA
IMPTE.(S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 550.130 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva

HABEAS CORPUS 180.156 **(408)**
ORIGEM : 180156 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOSÉ RENATO GRANADO FERREIRA
IMPTE.(S) : ALEXIS LEMOS COSTA (22986/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº º 549.981 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal

HABEAS CORPUS 180.363 **(409)**
ORIGEM : 180363 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DANILO AFONSO PECHIN
IMPTE.(S) : EDUARDO BRUNO AVELLAR MILHOMENS (100603/MG, 280676/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA TP Nº 2.479 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : WILSON DECARIA JUNIOR
ADV.(A/S) : MAURO OTAVIO NACIF (23477/SP)
INTDO.(A/S) : ANDERSON DA SILVA SOARES
ADV.(A/S) : CLEITON CESAR SILVA SANTOS (286951/SP)
INTDO.(A/S) : CARLOS EDUARDO SOARES FONTES
ADV.(A/S) : VINICIUS ALVARENGA FREIRE JUNIOR (176480/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 180.976 **(410)**
ORIGEM : 180976 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JULIO CESAR FRETES GARCIA
IMPTE.(S) : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO (130672/MG)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 181.158 **(411)**
ORIGEM : 181158 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ISRAEL HERCILIO BENTO
IMPTE.(S) : CESAR CASTELLUCCI LIMA (22369/SC) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 559.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 181.502 **(412)**
ORIGEM : 181502 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONALDO PEREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO COELHO AVELAR (58427/DF, 22325/GO) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Execução Penal
Execução Penal Provisória - Cabimento

HABEAS CORPUS 181.503 **(413)**
ORIGEM : 181503 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FRANKLIN DOS SANTOS SILVA
IMPTE.(S) : CRISTIANO VIVAS DE OLIVEIRA (13614/ES)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 560.195 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 182.257 **(414)**
ORIGEM : 182257 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CRISTIANO GIL ROBERTO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO PONTES DE BRITO (158242/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 564.118 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 182.438 **(415)**
ORIGEM : 182438 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JAQUELINE CRISTINA DOS REIS
IMPTE.(S) : DOUGLAS TEODORO FONTES (222732/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 543.728 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 182.439 **(416)**
ORIGEM : 182439 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : PAULO HENRIQUE DE JESUS GOMES
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 183.404 **(417)**
ORIGEM : 183404 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EVERTON ALEXANDRE FORCEL
IMPTE.(S) : GUILHERME GIBERTONI ANSELMO (239075/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 560.819 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 183.526 **(418)**
ORIGEM : 183526 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RICARDO JOSE FIGUEIREDO JUNIOR
IMPTE.(S) : DANIELE ROCHA NOVAES (147003/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 183.614 **(419)**
ORIGEM : 183614 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARIANA DE ALMEIDA BREVIGLIERI
PACTE.(S) : SHEILA SANTOS LIMA
IMPTE.(S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 568.939 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 183.631 **(420)**
ORIGEM : 183631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : NELSON ANTONIO MIGUEL
IMPTE.(S) : GUSTAVO VIRGILIO ROCHA PEREIRA (132347/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 183.665 **(421)**
ORIGEM : 183665 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ONIVALDO ALVES DE MATOS
IMPTE.(S) : LEOPOLDO LUIS LIMA OLIVEIRA (203522/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

HABEAS CORPUS 183.707 **(422)**
ORIGEM : 183707 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FERNANDO HENRIQUE SALLES DE ALMEIDA
IMPTE.(S) : CONRADO DE SOUZA FRANCO (247620/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 183.726 **(423)**
ORIGEM : 183726 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : UEIDER PEDRO MENDES
IMPTE.(S) : ADRIANO COSTA SANTIAGO (125816/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 570.150 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

HABEAS CORPUS 183.912 **(424)**
ORIGEM : 183912 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : GERALDO FERREIRA CHAVES
IMPTE.(S) : LUIZ GUSTAVO DA LUZ (105523/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.942 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 183.964 **(425)**
ORIGEM : 183964 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : NILSON DA MOTTA RODRIGUES
IMPTE.(S) : RONALDO JOSE DOS SANTOS (141496/RJ) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 570.496 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 184.223 **(426)**
ORIGEM : 184223 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOÃO PAULO VIANA ROCHA
IMPTE.(S) : SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS (19207/CE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 123.786 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 184.349 **(427)**
ORIGEM : 184349 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ADENIR DE CELLES FERREIRA
IMPTE.(S) : FERNANDO GABRIEL NAMI FILHO (209080/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 184.522 **(428)**
ORIGEM : 184522 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EDMUNDO ROCHA GORINI
IMPTE.(S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.915 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 184.798 **(429)**
ORIGEM : 184798 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONALDO FERNANDO DE ALMEIDA
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 575.056 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 184.821 **(430)**
ORIGEM : 184821 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : WELLINGTON LINHARES FURTADO
IMPTE.(S) : KENNEDY SARAIVA DE OLIVEIRA (21622/CE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 538.839 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Excesso de prazo para instrução / julgamento

HABEAS CORPUS 184.825 **(431)**
ORIGEM : 184825 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MATEUS ARACI ALMEIDA SOARES
IMPTE.(S) : ANTONIO CARLOS FERREIRA FILHO (55387/GO)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 574.521 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 184.937 **(432)**
ORIGEM : 184937 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JADILSON VIEIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : KARINA NUNES DE VINCENTI DOMINGUES (234572/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

HABEAS CORPUS 185.237 **(433)**
ORIGEM : 185237 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ADIEL BATISTA VIEIRA NETO
IMPTE.(S) : MARUZAN ALVES DE MACEDO (41134/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 575.686 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 185.321 **(434)**
ORIGEM : 185321 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : VENICIO BACELLAR COSTA
IMPTE.(S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ANDRÉ LUIS BACELLAR DE FRANCA
ADV.(A/S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDÃO E OUTRO(S)
ADV.(A/S) : ALINE CRISTINE ARAUJO ARGOLO (64302/BA)
ADV.(A/S) : ANA LUISA GONCALVES ROCHA (64379/DF)
INTDO.(A/S) : IKARO DA COSTA SANTOS
ADV.(A/S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF)
ADV.(A/S) : ANA LUISA GONCALVES ROCHA (64379/DF)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva

HABEAS CORPUS 185.533 **(435)**
ORIGEM : 185533 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JULIO CESAR FRETES GARCIA
IMPTE.(S) : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO (130672/MG)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 185.598 **(436)**
ORIGEM : 185598 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CARLOS ALAN FELIX MACIEL
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 185.753 **(437)**
ORIGEM : 185753 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUCAS ROCHA PEREIRA
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

HABEAS CORPUS 185.902 **(438)**
ORIGEM : 185902 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ANA CLAUDIA SIMÕES SILVA
IMPTE.(S) : LUIZ FABIANO PEREIRA (373573/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 545.866 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

HABEAS CORPUS 186.299 **(439)**
ORIGEM : 186299 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CLEUNEDE ARMSTRONG DE SOUSA
IMPTE.(S) : LEONARDO COUTO VILELA (39971/GO)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 580.768 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Liberdade Provisória

RECLAMAÇÃO 19.010 **(440)**
ORIGEM : AI - 20140714834 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : MUNICIPIO DE CELSO RAMOS
ADV.(A/S) : JOÃO GUILHERME BISCARO (28375/SC)

RECLAMAÇÃO 31.316 **(441)**
ORIGEM : 31316 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DE SÃO JORGE D'OESTE
BENEF.(A/S) : MARIA APARECIDA GAIO PAIXAO
ADV.(A/S) : CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY (031143/PR)
ADV.(A/S) : POLLYANE CELI GUSSO (60933/PR)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Nepotismo

RECLAMAÇÃO 33.116 **(442)**
ORIGEM : 33116 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
BENEF.(A/S) : HILTON SANTIN ROVEDA
BENEF.(A/S) : ANA CLAUDIA LANCARIN PORTES ROVEDA
ADV.(A/S) : FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (20738/PR, 43381-A/SC) E OUTRO(A/S)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Nepotismo

RECLAMAÇÃO 36.482 **(443)**
ORIGEM : 36482 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
BENEF.(A/S) : ZENAIDE SALETE GALLAS WERLE
ADV.(A/S) : GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI (17507/PR, 17940/SC)
ADV.(A/S) : RAUL JOSE PROLO (05360/PR)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Nepotismo

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.356 **(444)**
ORIGEM : 36356 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : FABIO DOMINGUES CASULARI DA MOTTA
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Concurso Público / Edital

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.232 **(445)**
ORIGEM : HC - 194855 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : CARLOS ANDRE PEREIRA DA SILVA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes contra o Patrimônio
Furto

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 171.620 **(446)**
ORIGEM : 171620 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : JORGELINA ESCOBAR
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Tráfico de Drogas e Condutas Afins

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.980 **(447)**

ORIGEM : 182980 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LEONARDO JOSE DE FREITAS SANTOS
ADV.(A/S) : MARCOS ROBERTO AZEVEDO (269917/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Tráfico de Drogas e Condutas Afins

Brasília, 16 de junho de 2020.
Luiz Gustavo Silva Almeida
Secretário da Primeira Turma

SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da 11ª (décima primeira) Sessão Ordinária da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, realizada por videoconferência em 2 de junho de 2020 (Resolução nº 672/2020).

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Secretário da Turma, João Paulo Oliveira Barros.

Abriu-se a Sessão às quatorze horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

JULGAMENTOS

SEXTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 **(448)**

ORIGEM : inq - 4435 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) E OUTRO(A/S)
AGTE.(S) : EDUARDO DA COSTA PAES
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Preliminarmente, e por maioria de votos, a Turma decidiu pelo não cabimento de sustentação oral em sede de agravo em Inquérito, consoante o disposto no art. 131, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator. Por unanimidade, negou provimento ao sexto agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 29.637 **(449)**

ORIGEM : 07022998720178070018 - JUIZ DE DIREITO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA
ADV.(A/S) : LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA (12002/DF)
ADV.(A/S) : JOSÉ RUBENS BATTAZZA IASBECH (39539/DF)
AGDO.(A/S) : COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL METRO DF
ADV.(A/S) : LUCIANA CAIXETA GANIM (22353/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CONSELHO DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após os votos dos Ministros Luiz Fux, Relator, e Alexandre de Moraes, que davam parcial provimento ao agravo interno, exclusivamente para arbitrar novo valor da causa; e dos Ministros Luís Roberto Barroso e Marco Aurélio, que proviam o agravo e julgavam improcedente a Reclamação, pediu vista dos autos a Ministra Rosa Weber, Presidente. Falou o Dr. Leonardo Peres da Rocha e Silva pela Agravante. Primeira Turma, 02.06.2020.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 31.346 **(450)**

ORIGEM : 31346 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGDO.(A/S) : ART DA COSTA TOURINHO
AGDO.(A/S) : SERGIO EMILIO SCHLANG ALVES
AGDO.(A/S) : SONIA MARIA DA SILVA FRANCA
AGDO.(A/S) : ZULEIK CARVALHO OLIVEIRA
AGDO.(A/S) : NAILTON PASSOS BRITO
ADV.(A/S) : BRUNO BITTAR (0016512/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que negava provimento ao agravo, pediu vista dos autos o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Ministro Luiz Fux. Primeira Turma, 25.6.2019.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que conhecia do agravo e negava-lhe provimento; e do voto do Ministro Luís Roberto Barroso, que dava provimento ao agravo regimental, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, Sessão Virtual de 1.5.2020 a 8.5.2020.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, deu provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Ministro Luís Roberto Barroso, Redator para o acórdão que, nesta data, não participou, justificadamente, deste julgamento, vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

HABEAS CORPUS 147.584 **(451)**

ORIGEM : 959515 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOAO PAULO BENICIO DE MELO
IMPTE.(S) : MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA (130730/RJ, 415825/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Luiz Fux. Falaram: o Dr. Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma pelo Paciente, e a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

HABEAS CORPUS 154.508 **(452)**

ORIGEM : 154508 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DIEGO LEITE PEREIRA
IMPTE.(S) : JOAO LIMA ARANTES (183315/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que indeferia a ordem e declarava prejudicado o pedido de medida acauteladora, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falaram: o Dr. João Lima Arantes pelo Paciente, e a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

HABEAS CORPUS 161.658 **(453)**

ORIGEM : 161658 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JORGE MIGUEL FERREIRA
IMPTE.(S) : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO (161735/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : EVANDRO LUIZ ALVAREZ FERNANDES
INTDO.(A/S) : GUILHERME DE JESUS FANTE
INTDO.(A/S) : JOSÉ LEONARDO RODRIGUES FLORENCIO
INTDO.(A/S) : DAIANE DE FATIMA RODRIGUES DA CRUZ
ADV.(A/S) : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO (1617325/SP)
ADV.(A/S) : CARLOS ALBERTO PEREIRA (116253/SP)
ADV.(A/S) : JOAO FRANCISCO (25599-A/MS, 335081/SP)

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que deferia a ordem, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 14.04.2020.

Decisão: Por **empate** na votação, a Turma deferiu a ordem, para assentar a nulidade a partir da audiência de instrução e julgamento, quando inobservada a norma processual, e afastar a prisão preventiva do paciente, implementada no processo nº 0000003-95.2017.8.26.0571, da Primeira Vara Criminal da Comarca de Tatuí/SP, devendo ser advertido na necessidade de permanecer com a residência indicada ao Juízo, atendendo aos chamamentos judiciais, de informar possível transferência e de adotar a postura que se aguarda do cidadão integrado à sociedade, estendendo os efeitos da decisão, com as mesmas cautelas, por ser idêntica, no tocante ao

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

excesso de prazo, a situação jurídica dos corréus José Leonardo Rodrigues Florência, Guilherme de Jesus Fante, Daiane de Fátima Rodrigues Cruz, Evandro Luiz Álvares Fernandes e Wilton da Silva Reis, nos termos do voto do Relator, vencidos, em parte, os Ministros Alexandre de Moraes e Luiz Fux. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

HABEAS CORPUS 178.252 **(454)**

ORIGEM : 178252 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JONACI SILVA HEREDIA
IMPTE.(S) : JOSE SOUSA DE LIMA (58166/DF)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 542.857 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio, Relator, que indeferia a ordem, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falou o Dr. José Sousa de Lima pelo Paciente. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 17.03.2020.

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator, com ressalvas quanto ao cabimento da impetração. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 02.06.2020.

Brasília, 2 de junho de 2020.
João Paulo Oliveira Barros
Secretário da Primeira Turma

ACÓRDÃOS

Nonagésima Primeira Ata de Publicação de Acórdãos, realizada nos termos do art. 95 do RISTF.

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 28.403 **(455)**

ORIGEM : 00060015320164036100 - JUIZ FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ANDRE FILIPE SZALONTAI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF)
ADV.(A/S) : CESAR RODOLFO SASSO LIGNELLI (207804/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DA 1ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Afastada a aplicação da penalidade porquanto não atingida a unanimidade prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INSTAURAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. POSSIBILIDADE. TEORIA DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. À luz do princípio da causalidade, é possível a fixação de honorários de sucumbência nas reclamações constitucionais ajuizadas após o Código de Processo Civil de 2015. Precedentes.

2. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 170.404 **(456)**

ORIGEM : 170404 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : FRANKLIN JOSE DE ASSIS
ADV.(A/S) : FRANKLIN JOSE DE ASSIS (27269/SC) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 445.881 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. *WRIT* SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INADMISSIBILIDADE. IMPEDIMENTO DE JUÍZES. HIPÓTESES DO ARTIGO 252 DO CPP. *NUMERUS CLAUSUS*. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

2. É estável a compreensão desta Suprema Corte no sentido de que as hipóteses de impedimento previstas no artigo 252 o CPP são *numerus clausus*. Precedentes.

3. Não constitui hipótese vedada por impedimento a atuação, em mesmo caso criminal, de magistrados cônjuges que titularizam unidades jurisdicionais diversas**.** Inteligência do artigo 252, I, do CPP.

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 171.797 **(457)**

ORIGEM : 171797 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MARCEU JOSE DE FREITAS
ADV.(A/S) : ALVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES (DF044588/)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE HOMICÍDIO E DE HOMICÍDIO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 121 E ARTIGO 121 C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO PARA HOMICÍDIO CULPOSO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. MATÉRIA A SER DIRIMIDA PELO JUÍZO NATURAL À LUZ DOS FATOS E SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A desclassificação do homicídio doloso para o culposo tem como consectário lógico o exame do elemento subjetivo do tipo penal, o qual é incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Precedentes: HC 121.654, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Edson Fachin, *DJe* de 19/10/2016; HC 132.036, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 25/4/2016; RHC 120.417, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 26/3/2014.

2. O juízo de pronúncia evidencia o convencimento do magistrado acerca da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo ser resguardada a atuação do Tribunal do Júri, órgão jurisdicional constitucionalmente imbuído da competência para o exame sobre as teses defensivas. Precedente: HC 114.223, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 12/11/2015.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. *In casu*, o paciente foi pronunciado em razão da prática dos crimes tipificados no artigo 121 e 121 c/c artigo 14, II, do Código Penal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 175.688 **(458)**

ORIGEM : 175688 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : RODRIGO MATHEUS VICTAL CASTAGINI
ADV.(A/S) : ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 461.709 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 691/STF. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIA PROBATÓRIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A parte recorrente não impugnou os fundamentos da decisão agravada, o que impossibilita o conhecimento do recurso, na linha da pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Precedentes.

2.O STF consolidou o entendimento que é inadmissível a impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF).

3.Constitui ônus da parte impetrante instruir a petição do *habeas corpus* com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Precedentes.

4.A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "*indeferimento da diligência pelo magistrado de primeiro grau não configura cerceamento de defesa, uma vez que o próprio Código de Processo Penal prevê, no § 1º do art. 400, a possibilidade de o juiz indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, sem que isso implique em nulidade da respectiva ação penal*" (RHC 120.551, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

5.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.305 **(459)**

ORIGEM : 176305 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : RODRIGO VALICELI ROCHA
ADV.(A/S) : ALTAIR BRAGA JUNIOR (316383/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 534.599 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE PEQUENA QUANTIDADE DE DROGA. ILEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1.A prisão preventiva de jovem com 27 anos de idade, primário, pelo tráfico de pequena quantidade de entorpecentes (104,72g de cocaína) produz um efeito ruim sobre a sociedade de uma maneira geral, configurando medida contraproducente do ponto de vista de política criminal.

2.Situação que atrai a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a prisão cautelar exige a demonstração, empiricamente motivada, dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes.

3.Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.524 **(460)**

ORIGEM : 176524 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MARCELO COELHO DE SOUZA
ADV.(A/S) : MARCELO COELHO DE SOUZA (122210/RJ)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA, ILEGALIDADE FLAGRANTE OU ABUSO DE PODER.

1.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito discutida na impetração.

2.As peças que instruem o feito não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder no presente caso.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.672 **(461)**

ORIGEM : 176672 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : GABRIEL LOPES DORNELA
ADV.(A/S) : SENEZIO MODESTO DE OLIVEIRA (114967/MG)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 492.859 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO *WRIT*. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.

1.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito discutida na impetração.

2.A orientação jurisprudencial desta Corte é no sentido de que constitui ônus do impetrante instruir a petição do *habeas corpus* com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida (HC 95.434, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 116.523, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 100.994, Relª. Minª. Ellen Gracie; HC 94.219, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). Caso em que o agravante não instruiu o feito com cópia da decisão do Superior Tribunal de Justiça.

3.Ausência de ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique a concessão da ordem de ofício.

4.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.827 **(462)**

ORIGEM : 176827 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : CLEITON LOPES DUARTE
ADV.(A/S) : PAULO FERNANDO CHADU RIBEIRO BORGES (22447/GO) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. MATERIALIDADE DELITIVA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. COMPROVAÇÃO. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS.

1.A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido que a falta de laudo pericial não conduz, necessariamente, à inexistência de prova da materialidade de crime que deixa vestígios, a qual pode ser demonstrada, em casos excepcionais, por outros elementos probatórios constante dos autos da ação penal, notadamente por laudo preliminar. Precedentes.

2.Quanto à alegação de que não restou comprovada a existência de associação criminosa, para dissentir das instâncias de origem, seria necessário o revolvimento da matéria fático-probatória, o que não é possível na via estreita do *habeas corpus*.

3.Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.912 **(463)**

ORIGEM : 176912 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ANDERSON RIDETO PEREIRA
ADV.(A/S) : ENEIAS RODRIGUES DE CASTRO (346938/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 512.714 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E DE HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 121, § 2º, II, E 121, § 2º, II, C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA NULIDADE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. TEMA NÃO DEBATIDO PELO TRIBUNAL *A QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. INEXISTÊCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 121, § 2º, II e 121, § 2º, II, c/c artigo 14, II, por duas vezes, do Código Penal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/05/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.100 **(464)**

ORIGEM : 177100 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : RICARDO PIRES DE MOURA
ADV.(A/S) : SERGIO DE CARVALHO SAMEK (66063/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS.

1.As teses defensivas não foram apreciadas pelo Tribunal estadual, nem pelo Superior Tribunal de Justiça, o que impede o imediato exame da matéria pelo STF, sob pena de dupla supressão de instâncias.

2.A orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o não comparecimento a sessões de julgamento e a mudança de endereço sem comunicação ao juízo são elementos aptos a, conforme as circunstâncias do caso concreto, configurar a necessidade de assegurar a aplicação da lei penal por meio da prisão preventiva. Precedentes.

3.Não há nenhuma espécie de teratologia, abuso de poder ou ilegalidade flagrante no presente caso.

4.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.202 **(465)**

ORIGEM : 177202 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : EDNALDO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : JANAINA SOCCIO PEREIRA DE BRITO (322792/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 512.449 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. ARTIGO 155, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019; HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018.

2. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, não são passíveis de aferição na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; HC 141.167-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 16/6/2017; RHC 152.050-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 28/5/2018.

3. O regime inicial mais gravoso para o cumprimento de pena fundamentado na valoração negativa de circunstância judicial guarda consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes: HC 154.417-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 21/5/2018; RHC 113.437, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 6/9/2012.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, bem como ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, em razão da prática do crime tipificado no artigo 155, § 4º, II e IV, do Código Penal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.489 **(466)**

ORIGEM : 177489 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : CICERO BARROS SOBRINHO
AGTE.(S) : EUTACIO PEREIRA BARROS
ADV.(A/S) : WELLINGTON CARLOS VASCONCELOS DE SOUZA E OUTRO(S) (MG107094/)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública que tem como fundamento a periculosidade dos agentes, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Precedentes: HC 163.215-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 1º/3/2019; HC 148.831-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 18/12/2017; HC 138.912-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 14/11/2017; HC 144.904-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 2/3/2018.

2. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

3. *In casu*, os pacientes foram pronunciados pela suposta prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, tendo sido mantida a prisão preventiva anteriormente decretada.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado contra sucedâneo de recurso em revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.592 **(467)**

ORIGEM : 178592 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JONATHAN DA SILVA BITTENCOURT
ADV.(A/S) : FERNANDA TRAJANO DE CRISTO SOARES (46826/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE POSSE OU PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO, MARCA OU QUALQUER OUTRO SINAL DE IDENTIFICAÇÃO RASPADO, SUPRIMIDO OU ADULTERADO. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006 E ARTIGO 16, IV, DA LEI 10.826/2003. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013; RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013; HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013; e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

4/2/2016; HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

3. O Relator guarda poderes para, monocraticamente, negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, sendo certa a ausência de violação ao princípio da colegialidade quando do exercício dessa faculdade (art. 21, § 1º, RISTF).

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 8 (oito) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, em razão da prática dos crimes tipificados nos artigos 33 da Lei 11.343/2006 e 16, IV, da Lei 10.826/2003. Foram apreendidos *"133 pedras de crack, pesando aproximadamente 25,5g", "além de numerário expressivo, arma de fogo, munições, colete balísticos e outros petrechos indicativos da traficância".*

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental DESPROVIDO

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.791 **(468)**

ORIGEM : 178791 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : CHRISTIAN GOMES DA SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR. CRIME DE DESERÇÃO. ARTIGO 187 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ALEGADA PERDA DA CONDIÇÃO DE PROSSEGUIBILIDADE DA AÇÃO PENAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A condição de militar no crime de deserção deve ser aferida no momento do recebimento da denúncia, sendo despiciendo se perquirir sobre a posterior exclusão do agente do serviço das forças armadas. Precedentes: HC 152.740-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 25/10/2019; e HC 146.355-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 1º/8/2018.

2. *In casu*, o paciente foi condenado, perante o juízo de primeiro grau, à pena de 6 (seis) meses de detenção, com direito ao *sursis,* à detração penal e à recorrer em liberdade, sendo que a denúncia foi recebida em 9/4/2018, momento anterior ao afastamento do paciente do quadro das forças armadas.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 179.771 **(469)**

ORIGEM : 179771 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : EDILSON DOS SANTOS SILVA
ADV.(A/S) : JUVENAL FERREIRA PERESTRELO (186097/RJ, 31199/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 550.741 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ARTIGO 14 DA LEI 10.826/03. PLEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME. TEMA NÃO DEBATIDO PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO DE MÉRITO NO TRIBUNAL *A QUO*. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A impetração é incabível, consoante enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. *In casu*, o paciente foi condenado definitivamente à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no artigo 14 da Lei 10.826/03.

5. A alteração superveniente do quadro processual, consubstanciada na modificação do *decisum* objurgado, torna impetração prejudicada. Precedentes: HC 141.122, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 8/10/2018; e HC 141.156-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 15/2/2018.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 179.987 **(470)**

ORIGEM : 179987 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MARCOANTONIO PINTO NETO
ADV.(A/S) : LINCOLN DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO (235857/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 543.964 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIME DE FRAUDE À LICITAÇÃO. ARTIGO 90 DA LEI 8.666/1993. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO ENGENDRADO NOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no artigo 90 da Lei 8.666/1993.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.511 **(471)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 180511 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : VALMAR MERYS SOARES DAS CHAGAS JUNIOR
ADV.(A/S) : ALAN DOS SANTOS BARBOSA (4373/AC)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CRIME DE ROUBO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE OU ABUSO DE PODER. SÚMULA 691/STF. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPETRAÇÃO FORMALIZADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). MODIFICAÇÃO SUPERVENIENTE DO QUADRO PROCESSUAL.

1.O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou orientação no sentido da inadmissibilidade de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). A hipótese dos autos não autoriza a superação do entendimento consolidado na Súmula 691/STF.

2.A jurisprudência do STF é no sentido de que *"a superveniente modificação do quadro processual, resultante de inovação do estado de fato ou de direito ocorrida posteriormente à impetração do 'habeas corpus', faz instaurar situação configuradora de prejudicialidade (RTJ 141/502), justificando-se, em consequência, a extinção anômala do processo"* (HC 83.799-AgR, Rel. Min. Celso de Mello). Caso em que sobreveio o julgamento de mérito do *habeas corpus* interposto no STJ.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.539 **(472)**
ORIGEM : 180539 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : ANA LÚCIA JORDÃO LEMOS
ADV.(A/S) : MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA (130730/RJ, 415825/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. FATOS E PROVAS. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. ALEGAÇÃO DE DENÚNCIA INEPTA. INEXISTÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.O trancamento da ação penal, por meio do *habeas corpus,* só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa. Na concreta situação dos autos, não é possível acolher, de imediato, a tese defensiva, notadamente se se considerar que o STF já decidiu que alegação de ausência de autoria e materialidade é insuscetível de deslinde em sede de *habeas corpus*, que, como é cediço, não comporta reexame de fatos e provas (RHC 117.491, Rel. Min. Luiz Fux).

2.Tal como assentou o STJ, "*a alegação relativa à atipicidade do crime de lavagem de dinheiro em razão de os fatos terem ocorrido quando os crimes contra a ordem tributária não faziam parte do rol taxativo dos crimes antecedentes não foi debatida na origem"*. Essa circunstância impede o imediato exame da matéria pelo STF, sob pena de dupla supressão de instâncias.

3.A jurisprudência do STF é no sentido de que, "*se tratando de crimes praticados por mais de um agente, não se pode confundir a* ***denúncia*** *genérica com a* ***denúncia geral,*** *sendo certa a impossibilidade de, nesse momento processual, se exigir do órgão acusador o esgotamento das minúcias dos fatos incriminadores postos sob investigação*" (HC 178.837, Rel. Min. Luiz Fux). E mais: nos *"crimes societários é prescindível a descrição minuciosa e detalhada das condutas de cada autor, bastando a descrição do fato típico, das circunstâncias comuns, os motivos do crime e indícios suficientes da autoria ainda que sucintamente, a fim de garantir o direito à ampla defesa e contraditório*" (HC 136.822, Rel. Min. Luiz Fux).

4.Hipótese em que inexiste risco de prejuízo irreparável à acionante, que bem poderá articular toda a matéria de defesa no momento processual oportuno, nas instâncias próprias.

5.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.671 **(473)**
ORIGEM : 180671 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : GABRIEL MATHEUS SEBALLO CHINAGLIA
ADV.(A/S) : LINDICE CORREA NOGUEIRA (276806/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA, ILEGALIDADE FLAGRANTE OU ABUSO DE PODER.

1.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito discutida na impetração.

2.As peças que instruem o feito não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder no presente caso.

3.Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.827 **(474)**
ORIGEM : 180827 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : ANA CAROLINA MORAES DA SILVA
ADV.(A/S) : LETICIA GIRIBELO GOMES DO NASCIMENTO (328222/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 498.246 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE OU ABUSO DE PODER. SÚMULA 691/STF. INSTRUÇÃO *DO WRIT*. DEFICIÊNCIA. GRAVIDADE EM CONCRETO DO CRIME. PRISÃO DOMICILIAR. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). A hipótese dos autos não autoriza a superação do entendimento consolidado na Súmula 691/STF.

2.A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que constitui ônus do impetrante instruir a petição do *habeas corpus* com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida. Precedentes.

3.O STF tem entendido que a gravidade em concreto do crime e a periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi*, constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva. Precedentes.

4.Acerca da concessão de prisão domiciliar, cabe pontuar, assim como consta no decreto prisional, que *"o crime foi praticado com violência e contra o próprio filho"*.

5.Não há nenhuma espécie de teratologia, abuso de poder ou ilegalidade flagrante que autorize o acolhimento da pretensão defensiva no presente caso.

6.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.860 **(475)**
ORIGEM : 180860 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : CRISTIANO JOSÉ GOMES
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA.

1.O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a aferição de eventual demora injustificada na tramitação da ação penal depende das condições objetivas da causa (complexidade da causa, número de acusados e a necessidade de expedição de cartas precatórias, por exemplo).

2Tal como assentou o STJ, o paciente teve a prisão novamente decretada em razão do descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão, e, além disso, *"foi requerido pela defesa a instauração de incidente de insanidade mental, que como bem observou o Tribunal* ***a quo****: 'se trata de um procedimento complexo, que requer uma extrema cautela, além de não depender exclusivamente do Poder Judiciário'"*.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.882 **(476)**
ORIGEM : 180882 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : GABRIEL MATHEUS SEBALLO CHINAGLIA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : LINDICE CORREA NOGUEIRA (276806/SP)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA, ILEGALIDADE FLAGRANTE OU ABUSO DE PODER.

1.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito discutida na impetração.

2.As peças que instruem o feito não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder no presente caso.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.895 **(477)**
ORIGEM : 180895 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : JOSE ORESTE MOTA COSENDEY
ADV.(A/S) : HOSIANE FERREIRA DO NASCIMENTO (218389/RJ)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux). Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Precedentes.

2.As teses defensivas não foram apreciadas pelo STJ, o que impede o imediato exame da matéria pelo STF, sob pena de supressão de instância.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.995 **(478)**
ORIGEM : 180995 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : LUIZ DAMIAO CAMPOS SANTOS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.A autoridade impetrada deixou de analisar a tese, alegando, para tanto, ausência de prequestionamento da matéria. O imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal acarretaria indevida supressão de instância.

2.A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático-probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da *"motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão"* (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.247 **(479)**
ORIGEM : 181247 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ANTÔNIO FILHO ALVES PEREIRA
AGTE.(S) : FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES DE SOUSA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E DE ROUBO MAJORADO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 157, § 2º, I E II, E ARTIGO 157, §2º, I E II, C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO ENGENDRADO NOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; HC 141.167-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 16/6/2017; RHC 156.585-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 3/4/2019, e RHC 152.050-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 28/5/2018.

2. *In casu*, os pacientes foram condenados à pena de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes tipificados nos artigos 157, § 2º I e II, 157, § 2º, I e II c/c art. 14, II, ambos c/c art. 71, par. único, do Código Penal.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.520 **(480)**
ORIGEM : 181520 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : JEFFERSON DIEGO ALVES DE ANDRADE
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS. WRIT* SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. CRIME DE PESCA ILEGAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.

1. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

2. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando os aspectos relevantes da conduta imputada.

3. Inexistência de manifesto constrangimento ilegal ou teratologia no ato apontado como coator que, fundado nas especificidades circunstanciais do caso concreto, manteve o afastamento do vetor "*reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento",* para não aplicar o princípio da insignificância.

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.521 **(481)**
ORIGEM : 181521 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ANTONIO MARCELINO DA CRUZ
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS. WRIT* SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. CRIME DE PESCA ILEGAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.

1. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

2. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada considerando os aspectos relevantes da conduta imputada.

3. Inexistência de manifesto constrangimento ilegal ou teratologia no ato apontado como coator que, fundado nas especificidades circunstanciais do caso concreto, manteve o afastamento do vetor "*reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento",* para não aplicar o princípio da insignificância.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.695 **(482)**

ORIGEM : 181695 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : CLEITON PEREIRA NUNES
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 469.801 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DO *WRIT* IMPETRADO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A complexidade dos fatos e do procedimento, permitem seja ultrapassado o prazo legal da instrução processual. Precedentes: RHC 132.322, Segunda Turma Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 7/4/2016; HC 131.055, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/3/2016; e HC 120.027, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 24/11/2015.

2. A razoável duração do processo é insuscetível de ser aferida de modo dissociado das especificidades da hipótese *sub examine*. Precedentes: HC 132.610-AgR, Segunda Turma, rel. min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016; HC 125.144-AgR, Primeira Turma, rel. min. Rosa Weber, *DJe* de 28/6/2016; HC 103.835, rel. min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, *DJe* de 8/2/2011.

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão, bem como ao pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, em razão da prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos "*25 porções de crack, como peso total aproximado de 6,1g (seis gramas e um decigrama)",* sendo que o Tribunal *a quo* destacou que "*mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal".* Além disso, registrou-se que "*a impetrante sustenta a nulidade da prova referente à análise das conversas constantes no aparelho celular das testemunhas e do paciente, ante à ausência de autorização judicial",* bem como "*a ilicitude, também, do ingresso da polícia em sua residência sem mandado judicial de busca e apreensão"*, o que demonstra a complexidade do caso dos autos.

4. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.771 **(483)**

ORIGEM : 181771 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JAIME TOZZO JUNIOR
ADV.(A/S) : CESAR JOSE ROSA FILHO (263348/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFIDADO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 121, § 2º, II, IV, C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BAGATELA IMPRÓPRIA. ALEGADA DESNECESSIDADE DA PENA. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA DO JUÍZO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; HC 141.167-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 16/6/2017; RHC 152.050-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 28/5/2018.

2. O regime inicial fixado pelo juízo *a quo*, ainda que mais rigoroso do que o cominado em lei com base no *quantum* da pena, revela-se viável diante das particularidades do caso concreto, máxime diante da valoração negativa de circunstância judicial. Precedentes: HC 158.659-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 16/11/2018; HC 158.667-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 30/10/2018.

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 8 (oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, II, IV, c/c artigo 14, II, do Código Penal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

6. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

7. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

8. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.783 **(484)**

ORIGEM : 181783 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ROBSON DE SOUZA CRUZ
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. CRIME DE HOMICÍDIO. ARTIGO 205 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE HOMICÍDIO CULPOSO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no artigo 205 do Código Penal Militar.

3. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

4. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.805 **(485)**

ORIGEM : 181805 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : SIDINEI DUTRA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE CONTRABANDO. ARTIGO 334-A DO CÓDIGO PENAL. PENA RESTRITIVA DE DIREITO CONSUBSTANCIADA EM PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; HC 141.167-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 16/6/2017; RHC 152.050-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 28/5/2018.

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018; HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019.

3. *In casu*, *i*) o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em razão da prática do crime tipificado no artigo 334-A do Código Penal, tendo sido a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); e ii) de acordo com o Tribunal de origem, *"logo após ter concorrido para a importação, adquiriu, recebeu, ocultou, guardou, manteve em depósito e transportou 12.920 maços de cigarros de procedência estrangeira, cujos armazenamento, importação, distribuição e comercialização no território nacional são proibidos."*

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.807 **(486)**

ORIGEM : 181807 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ALEXANDRE IGOR MEDEIROS BICALHO DE CARVALHO
ADV.(A/S) : BIANCA DE MORAIS FARIA (170022/MG)
AGDO.(A/S) : RELATORA DO HC Nº 560.702 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. TEMA NÃO DEBATIDO PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO DE MÉRITO NO TRIBUNAL *A QUO*. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

2. A impetração é incabível, consoante enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

3. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

4. *In casu,* o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 500 (quinhentos) dias-multa, em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos *"aproximadamente 1.200 gramas de maconha"*.

5. A alteração superveniente do quadro processual, consubstanciada na modificação do *decisum* objurgado, torna impetração prejudicada. Precedentes: HC 141.122, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 8/10/2018; e HC 141.156-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 15/2/2018.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.832 **(487)**

ORIGEM : 181832 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : CLAUDEIR JOSE RODRIGUES DA SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. ARTIGO 34 DA LEI 9.605/1998. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. O princípio da insignificância é afastado quando ausente o preenchimento cumulativo dos vetores reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes: HC 158.973-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 30/10/2018; e RHC 125.566, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 28/11/2016.

2. *In casu*, *i*) foram apreendidos 15 kg (quinze quilos) de pescados diversos; *ii*) o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a tipicidade material da conduta imputada ao paciente e determinou o retorno dos autos ao Tribunal de origem.

3. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso revisão criminal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. O *habeas corpus* não comporta inovação argumentativa preclusa, tampouco tese já apreciada pelo Colegiado desta Corte, por decisão transitada em julgado, porquanto não aduzida em momento processual anterior. Precedentes: HC 127.975 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* 3/8/2015, RHC 124.715 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* 19/5/2015, e AI 518.051-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 17/2/2006.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.833 **(488)**

ORIGEM : 181833 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : DURVAL BASILIO DA CRUZ
ADV.(A/S) : ANDRE ALVINO PEREIRA SANTOS (406694/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO AFASTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A progressão de regime pressupõe o adimplemento dos requisitos de índole objetiva e subjetiva. Precedentes: HC 134.249, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 3/6/2016; HC 135.748, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 13/2/2017; HC 156.894-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 5/9/2018; RHC 143.817-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/11/2017; HC 148.845-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 23/4/2019; e HC 163.092-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 19/2/2019.

2. *In casu*, ao paciente foi indeferida a progressão de regime em razão da prática de falta grave no curso da execução penal.

3. O *habeas corpus* não é compatível com a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.846 **(489)**

ORIGEM : 181846 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : KAYKE LEONARDO SAMBINELLI COLANERI
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PAULO
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 546.334 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE RESISTÊNCIA. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006 E 329 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. REDISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. INOCORRÊNCIA DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA DO JUÍZO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. REITERAÇÃO DAS RAZÕES.

1. A dosimetria da pena bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013; RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013; HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013; e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 4/2/2016; e HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

3. A gravidade concreta da conduta legitima a fixação de regime inicial mais gravoso para cumprimento de pena. Precedentes: HC 149.439-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 28/11/2018; HC 155.037-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 10/8/2018; HC 139.839, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 28/11/2018; RHC 128.827, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 13/3/2017.

4. *In casu*, o paciente foi condenado às penas de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/06, e de 2 (dois) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, pela infração ao disposto no artigo 329 do Código Penal. Foram apreendidas 38 (trinta e oito) porções de cocaína, perfazendo um total de 5,9g (cinco gramas e nove decigramas).

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 06/08/2019; e HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019.

6. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

7. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

8. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

9. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

10. Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.915 **(490)**

ORIGEM : 181915 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : VALMIR FERREIRA CARDOSO
ADV.(A/S) : CESAR AUGUSTO MOREIRA (129373/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. ALEGADO EQUÍVOCO NA CONTAGEM DE PRAZO EM RECURSO INTERPOSTO PERANTE A INSTÂNCIA ANTECEDENTE. INVIABILIDADE DO *WRIT* PARA REANALISAR PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo* . Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. O objeto da tutela em *habeas corpus* é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, artigo 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização para examinar eventual irregularidade na publicação de decisão em instância precedente.

3. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, em razão da prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/06.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.919 **(491)**

ORIGEM : 181919 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ADALBERTO FERREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : BORIS MARQUES DA TRINDADE (2032-A/PB, 02032/PE, 994-A/RN) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL E PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*: *i*) o paciente foi pronunciado em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, II, do Código Penal, tendo sido decretada sua prisão preventiva; *ii*) a fundamentação da decisão do Tribunal *a quo* reside na insuscetibilidade da atuação do Superior Tribunal de Justiça, porquanto *"a defesa se olvidara de levantar, perante a Corte de origem, as questões aqui suscitadas no writ, ficando impedido o exame [daquela] eg. Corte Superior, tendo em vista a ausência de manifestação do eg. Tribunal a quo, o que ensejaria, ao proceder de modo diverso, a indevida supressão de instância"*, sendo certo que "*se o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca da quaestio ventilada na presente impetração, tendo se manifestado, todavia, sobre questões diversas, menos quanto ao aventado no presente writ, fica [impedido o Superior Tribunal de Justiça] de proceder à sua análise, sob pena de indevida supressão de instância. Por outro lado, mostra-se inviável a concessão do excepcional efeito modificativo pois, sob o pretexto de ocorrência de omissão na decisão embargada, pretende-se rediscutir matéria"*.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.976 **(492)**

ORIGEM : 181976 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : LUIS MARIO DA SILVA OLIVEIRA
ADV.(A/S) : FRANCISCO CARLOS DE SOUSA (27845-B/CE)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que eventual demora injustificada na tramitação da ação penal depende das condições objetivas da causa (complexidade da causa, número de acusados e a necessidade de expedição de cartas precatórias, por exemplo).

2.A decisão impugnada negou seguimento a *habeas corpus* impetrado no Superior Tribunal de Justiça, destacando "*a regularidade na condução do feito já que o envolveu a apuração de crime grave, com quebra de sigilo telefônico, expedição de carta precatória, atuação de assistente de acusação, entre outros atos que naturalmente demandam maior tempo para sua efetivação*".

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.017 **(493)**

ORIGEM : 182017 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : DIEGO RODRIGUES
ADV.(A/S) : MILTON FERNANDO TALZI (205033/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. ART. 306 DO CTB. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. REGIME SEMIABERTO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TREBUNAL FEDERAL.

1.O "*habeas corpus não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado"* (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). Precedentes: HC 128.840-AgR, de minha Relatoria; RHC 116.108, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 117.762, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 91.711, Relª. Minª. Cármen Lúcia.

2.O acórdão impugnado está alinhado com o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que "*surge correta decisão na qual, ante a reincidência, afasta-se o regime aberto* (HC 127.071, Rel. Min. Marco Aurélio). Precedentes: HC 177.771-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes e RHC 156.006-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes. Caso em que o próprio STJ não identificou violação à Súmula 269/STJ.

3.Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.036 **(494)**

ORIGEM : 182036 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : W.M.F.
ADV.(A/S) : CLOVIS ALBERTO VOLPE FILHO (56882A/GO, 225076/RJ, 225214/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, DE CORRUPÇÃO ATIVA E CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS. ARTIGOS 288 E 333 DO CÓDIGO PENAL E 1º, I, DO DECRETO-LEI 201/1967. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. INEXISTÊCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública justifica-se ante a gravidade concreta do crime, evidenciada pelo *modus operandi* e pela existência de risco de fuga. Precedentes: HC 124.535, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 19/12/2014; HC 180.018-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia; HC 172.803-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 2/4/2020.

2. A complexidade dos fatos e do procedimento, permitem seja ultrapassado o prazo legal da instrução processual. Precedentes: HC 125.144-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 28/6/2016; e HC 132.610-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016.

3. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018; HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019**.**

4. *In casu, i*) o paciente foi condenado à pena de 18 (dezoito) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 288 e 333 do Código Penal, e no artigo 1º, I, do Decreto-Lei 201/1967, tendo sido mantida a prisão preventiva anteriormente decretada; e *ii*) o Tribunal *a quo* assentou que "*nos termos da sentença condenatória, a periculosidade do recorrente restou evidenciada pelo modus operandi da conduta delitiva, tendo envolvido cerca de 80 pessoas na empreitada criminosa que causou prejuízo aos cofres públicos*". Destacou, ainda, que "*a prisão preventiva foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a possibilidade de frustração da aplicação da lei penal, haja vista que o paciente permaneceu foragido por 8 meses*".

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelos agravantes na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.053 **(495)**

ORIGEM : 182053 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ALUISIO SANDRO DE LIMA
ADV.(A/S) : HARLEYSON FERNANDO SOBREIRA MARINHO (9382A/AL, 22660/PE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 544.852 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A complexidade dos fatos e do procedimento, permitem seja ultrapassado o prazo legal da instrução processual. Precedentes: RHC 132.322, Segunda Turma Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 7/4/2016; HC 131.055, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/3/2016; e HC 120.027, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 24/11/2015.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) vinte dias de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 1.547 (mil quinhentos e quarenta e sete) dias-multa, pelos crimes tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, em ação penal que *"envolve 5 réus, o que justifica o elastério dos prazos processuais"*, conformem bem ressaltou o Tribunal *a quo*. Foram apreendidas "*03 (três) porções de material do vegetal Cannabis Setiva Lenneu, popularmente conhecida por maconha, com massa bruta total de 20g (vinte), várias pedras de cocaína em sua forma sólida, com massa bruta total de 1,350kg (um quilograma, trezentos e cinquenta gramas), 06 1/2 (seis e meio) tabletes de cocaina em sua forma sólida, com massa bruta total de 6,965kg (seis quilogramas, novecentos e sessenta e cinco gramas), além de 5g (cinco gramas) de cocaina em forma de pó"*.

3. O *habeas corpus* é inadmissível diante da ausência de julgamento colegiado acerca do mérito da questão levada ao conhecimento do Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019 e HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 6/8/2019.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos. Precedente.

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.088 **(496)**

ORIGEM : 182088 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : RAFAEL ANDRADE DE MEDEIROS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR. CRIME DE ADMINISTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM DESACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA. ARTIGO 290 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO ENGENDRADO NOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, pela prática do crime previsto no artigo 290 do Código Penal Militar.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.255 **(497)**

ORIGEM : 182255 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : LEVY AUGUSTO MELO DA SILVA
AGTE.(S) : JOAO WELLDER BARBOSA LIMA ARAUJO
AGTE.(S) : BRUNO DE LIMA DIAS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. *WRIT* SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. FURTO QUALIFICADO (ART. 240, § 5º E § 6º, DO CÓDIGO PENAL MILITAR). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

1. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

2. O ato dito coator que delimita os bens jurídicos tutelados pela norma penal e motiva fundamentadamente o afastamento do princípio da insignificância, observando as balizas fixadas no julgamento do HC 84.412, Rel. Min. *Celso de Mello*, 2ª Turma, DJe 19.11.2004, não é eivado de ilegalidade ou abuso de poder repelíveis pelo *writ* constitucional.

3. Em observância aos princípios de hierarquia e disciplina inerentes às instituições militares, inaplicável, na hipótese, o princípio da insignificância no contexto castrense dada a alta reprovabilidade da conduta. Precedentes.

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.290 **(498)**

ORIGEM : 182290 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : J.M.B.F.
ADV.(A/S) : CELIO AVELINO DE ANDRADE (02726/PE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. ARTIGO 214 DO CÓDIGO PENAL (REVOGADO PELA LEI 12.015/2009). ALEGADA NULIDADE PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO *"PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF"*. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. O reconhecimento da nulidade alegada pressupõe a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, sendo descabida a sua presunção, no afã e se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional.

2. *In casu*, *i*) o paciente foi condenado à pena de 15 (quinze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 214 do Código Penal (redação anterior); *ii*) restou assentado pelo Tribunal *a quo* que *"o acusado foi acompanhado pela Defensoria Pública, que o acompanhou nas audiências e apresentou alegações finais, tendo atuado de forma diligente na defesa do acusado durante toda a instrução processual (e-STJ, fl. 51). Assim, não obstante o esforço argumentativo dos impetrantes, verifica-se que, ao contrário do afirmado, não se constata insuficiência da defesa técnica"*.

3. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.325 **(499)**

ORIGEM : 182325 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : GILMAR FLORES
ADV.(A/S) : JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI (34557/SC)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. ALEGADA NULIDADE. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. OITIVA REALIZADA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACOMPANHADA DE DEFESA TÉCNICA E OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A manifestação de investigado, acompanhada de defesa técnica, com a observância do princípio do contraditório em procedimento administrativo de apuração de falta grave, em sede de execução penal, é lídima, sendo desnecessária nova oitiva antes da homologação da infração disciplinar. Precedentes: RHC 167.849-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 13/2/2020; e HC 176.077-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 18/12/2019.

2. *In casu*, *i*) o juízo das Execuções homologou procedimento administrativo disciplinar no qual foi reconhecida a prática de falta grave pelo paciente, tendo-lhe sido imposta a perda de 1/5 dos dias remidos bem como a alteração da data-base para obtenção de novos benefícios no curso da execução; *ii*) o Tribunal *a quo* assinalou que *"não há qualquer mácula na decisão agravada, acerca da fundamentação das decisões das instâncias ordinárias que reconheceram a prática de falta grave na conduta do agravante, uma vez restou assentado que foram encontradas uma bateria de celular, micro cartões de memória e adaptadores USB junto aos pertences do recorrente (fl. 154), na medida em que tal conduta foi apurada mediante a instauração de procedimento administrativo disciplinar, conforme enunciado n. 533 da Súmula do STJ, e se circunscreve à conduta do art. 50, VII, da LEP. Pretendendo, em verdade, a rediscussão de matéria já analisada e superada pela decisão atacada"*.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. A irresignação recursal é incompatível com a realização de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

inovação argumentativa preclusa, ante a ausência de insurgência em momento processual anterior. Precedentes: HC 127.975-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* 3/8/2015, RHC 124.715-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* 19/5/2015, e AI 518.051-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJ* de 17/2/2006.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.387 **(500)**

ORIGEM : 182387 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ELTON DE ARAUJO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE CONTRABANDO. ARTIGO 334-A DO CÓDIGO PENAL. PENA RESTRITIVA DE DIREITO CONSUBSTANCIADA EM PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE ATO CONCRETO, ATUAL OU IMINENTE DE AMEAÇA OU RESTRIÇÃO ILEGAL DO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O objeto da tutela em *habeas corpus* é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, artigo 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização quando não demonstrada a existência de fatos aptos a tolherem a liberdade de ir e vir do paciente.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, pela prática do crime tipificado no artigo 334-A, § 1º, IV, do Código Penal, tendo sido a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária no valor de 10 (dez) salários mínimos.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *writ* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.391 **(501)**

ORIGEM : 182391 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MARCELO SIMOES ABRAO
ADV.(A/S) : LUAN BENVENUTTI NOGUES MOYANO (370353/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE PERALTA COLLARES (13870/DF)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARTIGO 337-A, III, DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INVIABILIDADE DO *WRIT* PARA EXAME DE QUESTÕES ALHEIAS AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O reconhecimento da nulidade alegada pressupõe a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, sendo descabida a sua presunção, no afã e se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional.

2. O objeto da tutela em *habeas corpus* é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, artigo 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização quando indissociável do reexame de pressupostos de admissibilidade de recursos de outros tribunais.

3. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018; HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no artigo 337-A, III, do Código Penal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *writ* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A irresignação recursal é incompatível com a realização de inovação argumentativa preclusa, ante a ausência de insurgência em momento processual anterior. Precedentes: HC 127.975 AgR, Segunda Turma, rel. min. Teori Zavascki, *DJe* 3/8/2015, RHC 124.715 AgR, Primeira Turma, rel. min. Roberto Barroso, *DJe* 19/5/2015, e AI 518.051-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ellen Gracie, DJ de 17/2/2006.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.425 **(502)**

ORIGEM : 182425 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : GERALDO DOS SANTOS FILHO
ADV.(A/S) : ANDRE RICARDO DE LIMA (285379/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARUERI

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 12 E 14 DA LEI 6.368/1976. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO ENGENDRADO NOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime integralmente fechado, bem como ao pagamento de 125 (cento e vinte e dias) dias-multa, pela prática dos crimes tipificados nos artigos 12 e 14, da Lei 6.368/76. Foram apreendidos "*12,105 quilogramas de cocaína*".

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.456 **(503)**

ORIGEM : 182456 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : CHARLES ANTONIO OLIVEIRA SILVA
ADV.(A/S) : ROBERTA TOLEDO CAMPOS (87347/MG)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 563.203 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo e julgou prejudicado os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. CRIME DE CORRUPÇÃO ATIVA. ARTIGO 333 DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE EXPEDIÇÃO DE GUIA DE EXECUÇÃO DEFINITIVA INDEPENDENTEMENTE DO RECOLHIMENTO AO CÁRCERE. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

3. O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no artigo 333 do Código Penal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental **DESPROVIDO. PREJUDICADOS** os embargos de declaração.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.788 **(504)**

ORIGEM : 182788 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MARIA EDUARDA DA SILVA SOARES
ADV.(A/S) : EDGLEY MARCIO ALVES DA SILVA (44827/PE)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. CRIMES DE HOMICÍDIO, DE RECEPTAÇÃO E DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO *WRIT*. INVIABILIDADE DE CONHECIMENTO DA IMPETRAÇÃO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da inadmissão do *habeas corpus* quando não instruído o *writ* com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal. Precedentes.

2. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.830 **(505)**

ORIGEM : 182830 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MARANHÃO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MARCOS VASCONCELOS DE OLIVEIRA TORRES
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE, 439314/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 545.261 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO E DE CORRUPÇÃO ATIVA. ARTIGOS 304 E 333 DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE NULIDADE DA AÇÃO PENAL. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO *"PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF"*. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O reconhecimento da nulidade alegada pressupõe a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, sendo descabida a sua presunção, no afã e se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional.

2. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 9 (nove) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 304 e 333 do Código Penal. Restou assentado pelo Tribunal *a quo* que *"o Magistrado não fez nenhuma menção ao teor do depoimento da testemunha Pedro Reis França, pessoa liberada pelo alvará de soltura. A autoria e materialidade do delito estão baseadas em outras provas, sobretudo na quebra de sigilo telefônico e na delação do corréu Rogério Oliveira de Aquino".*

4. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, rel. min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, rel. min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.944 **(506)**

ORIGEM : 182944 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : EZEQUIEL MIRANDA DA SILVA
ADV.(A/S) : JOSE MIGUEL DA SILVA JUNIOR (237340/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGO 2º, § 4º, II E IV, DA LEI 12.850/2013. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública que tem como fundamento a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela necessidade de se interromper a atuação de organização criminosa e se evitar a reiteração delitiva, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Precedentes: HC 132.172, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 9/5/2016; HC 144.420-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 14/11/2017; HC 149.350-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 25/4/2018; HC 155.579-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/9/2018.

2. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

3. *In casu*, o paciente foi o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 2º, § 4º, II e IV, da Lei 12.850/2013.

4. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.103 **(507)**

ORIGEM : 183103 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JOSE ROBERTO MALAGUETA
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO DELMONDI (165200/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, I E II, DA LEI 8.137/1990. INVIABILIDADE DO WRIT PARA REANALISAR PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo* e Corte Superior. Precedentes: HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019; e RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018.

2. O objeto da tutela em *habeas corpus* é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, artigo 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização para examinar eventual irregularidade na publicação de decisão em instância precedente.

3. *In casu*, em sede de apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso de apelação do Ministério Público, para condenar o paciente à pena de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

4. O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.104 **(508)**

ORIGEM : 183104 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : KHALED JABER
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO TRASNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1. A questão suscitada não foi analisada pelo Superior Tribunal de Justiça e, portanto, qualquer juízo desta CORTE sobre a matéria implicaria supressão de instância, o que não é admitido pela jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2. De todo modo, a dosimetria da pena está ligada ao mérito da ação penal, ao juízo que é realizado pelo magistrado sentenciante após a análise do acervo probatório amealhado ao longo da instrução criminal. Daí ser inviável, na via estreita do *Habeas Corpus*, reavaliar os elementos de convicção, a fim de se redimensionar a sanção. O que está autorizado, segundo reiterada jurisprudência desta CORTE, é apenas o controle da legalidade dos critérios invocados, com a correção de eventuais arbitrariedades, não verificadas na espécie

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.318 **(509)**

ORIGEM : 183318 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : VANDERLEIA DA ROSA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 535.114 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 121, § 2º, II, C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. TEMAS NÃO DEBATIDOS PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO. ALTERAÇÃO DO QUADRO FÁTICO PROCESSUAL. PREJUÍZO DA IMPETRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A impetração é incabível, consoante enunciado da Súmula nº 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar".*

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

3. A razoável duração do processo é insuscetível de ser aferida de modo dissociado das especificidades da hipótese *sub examine*. Precedentes: HC 132.610-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016; HC 125.144-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 28/6/2016; HC 103.835, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, *DJe* de 8/2/2011.

4. *In casu,* a paciente se encontra presa preventivamente em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, II, c/c o artigo 14, II, do Código Penal.

5. A alteração superveniente do quadro processual, consubstanciada na modificação do *decisum* objurgado, torna impetração prejudicada. Precedentes.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.338 **(510)**

ORIGEM : 183338 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ANTONIO SALAZAR NUEZ
ADV.(A/S) : MARCELO LIENDRO DA SILVA AMARAL (20474/PA)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 568.603 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO VOLTADA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES.

1. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014 ; HC 122.381-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 27/8/2014; RHC 114.961, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

2. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional caracterizadores de flagrante constrangimento ilegal.

4. Além disso, convém registrar que a Primeira Turma desta CORTE deferiu pedido de extradição do paciente formulado pelo Governo da Bélgica

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(Ext 1499, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 20/3/2018).

5. Agravo Regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.357 **(511)**

ORIGEM : 183357 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : SEVERINO PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : ROGERIO LUIS ADOLFO CURY (5004/AC, 34252/DF, 186605/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 566.967 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO. ARTIGO 121 DO CÓDIGO PENAL. DETRAÇÃO. PRETENDIDO SALVO-CONDUTO. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. Compete ao juízo da execução decidir sobre detração penal. Precedentes: HC 157.209-AgR/RO, Rel Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 11/12/2019; RHC 174.660-AgR/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 16/10/2019; HC 133.867/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* de 30/06/2016; e HC 119.004/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, *DJe* de 25/11/2015.

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, em razão da prática do crime tipificado no artigo 121 do Código Penal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

5. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.359 **(512)**

ORIGEM : 183359 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : FRANCISCO ROBERTO DE MORAES
ADV.(A/S) : RAFAEL JOSE SANCHES (289595/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, III, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública justifica-se ante a gravidade concreta do crime e pela evasão do distrito da culpa. Precedentes: HC 159.593-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 13/11/2018; HC 143.802-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 1º/8/2017.

2. A complexidade dos fatos e do procedimento, permitem seja ultrapassado o prazo legal da instrução processual. Precedentes: HC 125.144-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 28/6/2016; e HC 132.610-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016.

3. O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do Ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

4. *In casu*, o paciente foi pronunciado em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, III, do Código Penal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

7. A reiteração dos argumentos trazidos pelos agravantes na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

8. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.370 **(513)**

ORIGEM : 183370 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ADRIANO LOPES
ADV.(A/S) : MARCO AURELIO GOMES DE ALMEIDA (222938/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 229.113 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PLEITO DE SAÍDA ANTECIPADA. PANDEMIA DA COVID-19. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

3. *In casu*, o paciente cumpre pena em regime semiaberto no Centro de Progressão Penitenciário de Valparaíso/SP.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

5. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.394 **(514)**

ORIGEM : 183394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : VILMA MARIA DINIZ GONCALVES
ADV.(A/S) : FREDERICO THADEU DE TORRES FERREIRA PEIXOTO (128312/MG) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR, DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, DE FRAUDE À LICITAÇÃO E CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. ARTIGOS 298 E 299 DO CÓDIGO PENAL; ARTIGO 90 DA LEI 8.666/1993 E ARTIGO 1º, I, DO DECRETO-LEI 201/1967. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A decretação da custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal justifica-se ante a intenção do investigado de embaraçar a investigação e a existência de risco de fuga do distrito da culpa. Precedentes: HC 178.189-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 6/3/2020; HC 175.153-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 2/12/2019; e HC 150.034-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 19/11/2018.

2. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

3. *In casu*, a paciente foi presa preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 298 e 299 do Código Penal; artigo 90 da Lei 8.666/1993 e artigo 1º, I, do Decreto-Lei 201/1967.

4. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.477 **(515)**

ORIGEM : 183477 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : RICHARD RODRIGO BOTELHO BATISTA
ADV.(A/S) : WILLIAM DE QUADROS DA SILVA (84803/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E DE POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006 E ARTIGO 12 DA LEI 10.826/2003. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*, o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, e artigo 12 da Lei 10.826/2003. Foram apreendidos "*um revólver, munições de dois calibres, R$ 310,00 em notas diversas, dois celulares, além de três invólucros de cocaína*".

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.763 **(516)**

ORIGEM : 183763 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : PHELIPE BATISTA SILVA
ADV.(A/S) : EDER ANTUNES SILVEIRA (56009/DF)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 570.135 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO DE MÉRITO NO TRIBUNAL A QUO. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

2. A impetração é incabível, consoante enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

3. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

4. *In casu*, o paciente foi condenado às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006, e de 1 (um) mês de prisão simples, como incurso no artigo 45 da Lei de Contravenções Penais, tendo sido mantida a prisão preventiva anteriormente decretada. Nos termos da inicial acusatória, o paciente foi preso em flagrante quando "*trazia consigo, para fins de difusão ilícita, 26 (vinte e seis) comprimidos de tonalidade rosa conhecido como Ecstasy, acondicionados em segmentos de plástico com fecho zip, perfazendo a massa líquida de 8,75g (oito gramas e setenta e cinco decigramas) e 1 (um) microsselo confeccionado em papel carbono vulgarmente conhecido como LSD, de formado quadrado, sem acondicionamento específico, perfazendo a massa liquída de 0,02g (dois centigramas)*".

5. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.810 **(517)**

ORIGEM : 183810 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : RICARDO PIVA
ADV.(A/S) : ALTAMIR FRANCA (21986/SC)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 4/2/2016; e HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

3. O Relator guarda poderes para, monocraticamente, negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, sendo certa a ausência de violação ao princípio da colegialidade quando do exercício dessa faculdade (art. 21, § 1º, RISTF).

4. *In casu,* o paciente, em sede recursal, teve a pena agravada para 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, em razão da prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos *"433 (quatrocentos e trinta e três) tabletes de substância Cannabis Sativa, vulgarmente conhecida como 'maconha', compactadas e acondicionadas individualmente em embalagem*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de fita adesiva de cor bege, apresentando a expressiva massa bruta de 329kg (trezentos e vinte e nove quilogramas)".

5. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pela agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.815 **(518)**

ORIGEM : 183815 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ALEXSANDRO DA CONCEIÇÃO
ADV.(A/S) : CELIO AVELINO DE ANDRADE (02726/PE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 565.057 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* SÚMULA Nº 691/STF. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Não se conhece de *habeas corpus* impetrado contra indeferimento de liminar por Relator em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior. Súmula nº 691. Óbice superável apenas em hipótese de manifesta ilegalidade ou teratologia.

2. Inviável o exame das teses defensivas não analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

3. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.875 **(519)**

ORIGEM : 183875 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : PEDRO HENRIQUE MITA DE OLIVEIRA LIMA
ADV.(A/S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL E PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*, o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos *"60 pinos contendo Cocaína".*

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019; HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018.

4. O Relator guarda poderes para, monocraticamente, negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, sendo certa a ausência de violação ao princípio da colegialidade quando do exercício dessa faculdade (art. 21, § 1º, RISTF)

5. O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do Ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

6. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

7. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

8. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/05/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

9. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

10. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.924 **(520)**

ORIGEM : 183924 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ISAQUE FERREIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PEDIDO DE EXTENSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. SITUAÇÕES DISTINTAS ENTRE CORRÉUS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. PRECEDENTES.

1. A questão suscitada não foi analisada pelo Superior Tribunal de Justiça e, portanto, qualquer juízo desta CORTE sobre a matéria implicaria supressão de instância, o que não é admitido pela jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2. De todo modo, a ausência de identidade da situação jurídica do paciente com a do corréu beneficiado impede a incidência da regra prevista no artigo 580 do Código de Processo Penal. Além disso, para afastar a conclusão implementada pelas instâncias antecedentes, seria necessário proceder à análise de fatos e provas, providência incompatível nesta via processual.

3. Agravo regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.956 **(521)**

ORIGEM : 183956 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : RAPHAEL FERNANDES FERREIRA
ADV.(A/S) : JOAO CARLOS CAMPANINI (258168/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 569.724 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MISSÃO. ARTIGO 196 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ALEGADA OFENSA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO DE MÉRITO NO TRIBUNAL *A QUO*. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A impetração é incabível, consoante enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

3. *In casu*, foi instaurado contra o paciente inquérito policial militar para apurar suposta prática do crime previsto no artigo 196 do Código Penal Militar. Contudo, o Juízo de origem determinou o arquivamento dos autos. Em sede de correição parcial ofertada pelo Juiz Corregedor, o Tribunal de Justiça Militar deu provimento à correição para determinar a cassação do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

arquivamento, com a consequente remessa do feito ao Procurador Geral de Justiça, para devida apreciação.

4. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.000 **(522)**

ORIGEM : 184000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : LEANDRO DA SILVA FERREIRA MENEZES
ADV.(A/S) : LEANDRO PEREIRA DA SILVA (32821/GO)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 513.262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E DE RESISTÊNCIA. ARTIGO 157, § 2º, I E 329 DO CÓDIGO PENAL. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DO *WRIT* IMPETRADO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A complexidade dos fatos e do procedimento, permitem seja ultrapassado o prazo legal da instrução processual. Precedentes: RHC 132.322, Segunda Turma Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 7/4/2016; HC 131.055, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/3/2016; e HC 120.027, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 24/11/2015.

2. A razoável duração do processo é insuscetível de ser aferida de modo dissociado das especificidades da hipótese *sub examine*. Precedentes: HC 132.610-AgR, Segunda Turma, rel. min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016; HC 125.144-AgR, Primeira Turma, rel. min. Rosa Weber, *DJe* de 28/6/2016; HC 103.835, rel. min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, *DJe* de 8/2/2011.

3. *In casu*, o paciente foi preso preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 157, § 2º, I, e 329 do Código Penal, tendo o Tribunal *a quo* consignado na decisão que indeferiu o pedido liminar no *habeas corpus* lá impetrado que "*a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet",* o que demonstra a complexidade do caso dos autos.

4. O Relator guarda poderes para, monocraticamente, negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, sendo certa a ausência de violação ao princípio da colegialidade quando do exercício dessa faculdade (art. 21, § 1º, RISTF).

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.019 **(523)**

ORIGEM : 184019 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JOHN LENON PEREIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : ANTONIO MARCOS PEREIRA DA SILVA (370696/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL E PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*, o paciente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos três tabletes de maconha, com peso líquido total de 290,79 (duzentos e noventa gramas e setenta e nove centigramas).

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019; HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018.

4. O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do Ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

7. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

8. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.299 **(524)**

ORIGEM : 184299 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : LEANDRO ALVES FERREIRA
ADV.(A/S) : JOSE PEDRO SAID JUNIOR (125337/SP)
ADV.(A/S) : HENRIQUE ZIGART PEREIRA (386652/SP)
ADV.(A/S) : PAULO ANTONIO SAID (146938/SP)
ADV.(A/S) : GABRIEL MARTINS FURQUIM (331009/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. ARTIGO 121, § 2º, II E IV, C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A decretação da custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública justifica-se ante a periculosidade do paciente, bem como diante da a notícia de ameaça às vítimas. Precedentes: HC 165.839, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, *DJe* de 9/12/2019; e HC 125.463-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 12/5/2015.

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

3. *In casu*, o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, II e IV, c/c artigo 14, II, do Código Penal.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.372 **(525)**

ORIGEM : 184372 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ANDRE LUIZ DO AMARAL ROCHA
ADV.(A/S) : MARCELO DA SILVA TROVAO (96532/RJ)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 559.660 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO VOLTADA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES.

1. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014 ; HC 122.381-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 27/8/2014; RHC 114.961, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

2. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional caracterizadores de flagrante constrangimento ilegal.

4. Agravo Regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.377 **(526)**

ORIGEM : 184377 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : JOÃO PEDRO MESQUITA GUEDES
ADV.(A/S) : FLAVIO SOARES CRELIER (130892/RJ)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO ATIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. IMPROCEDÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A decisão que manteve a segregação cautelar apresenta fundamentação jurídica idônea, já que lastreada nas circunstâncias do caso para resguardar a ordem pública, ante a periculosidade social do agente, apontado como integrante de associação estável, permanente e organizada para prática do comércio ilegal de drogas na comunidade do "Complexo do Anaia". Destaca-se, ainda, a existência de pagamentos espúrios a policiais militares da região com o fim de permitir o livre comércio de entorpecentes. Precedentes.

2. Este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL tem entendido inexistir excesso de prazo em caso de demora no processamento do recurso de Apelação interposto, quando a demora é devidamente justificada pelas peculiaridades do caso concreto. Precedentes.

3. Agravo Regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.395 **(527)**

ORIGEM : 184395 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : DENISE BERNARDES COSTA FARIAS
AGTE.(S) : FABIANO DE JESUS FARIAS
ADV.(A/S) : REGINALDO JOSE DO PRADO (88557/MG)
ADV.(A/S) : VINICIUS FONSECA LIMA (160978/MG)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ESTELIONATO, DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E DE FALSIDADE IDEOLÓGICA. ARTIGOS 171, 288 E 299 DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*, os pacientes foram presos temporariamente pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 171, 288 e 299 do Código Penal. Posteriormente, a prisão temporária foi revogada mediante a imposição de medidas cautelares diversas, dentre elas a obrigação de os pacientes permanecerem exclusivamente na cidade de Uberlândia.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.427 **(528)**

ORIGEM : 184427 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : FABIO BRITO DE SOUZA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 572.364 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO VOLTADA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES.

1. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014 ; HC 122.381-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 27/8/2014; RHC 114.961, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

2. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional caracterizadores de flagrante constrangimento ilegal.

4. Agravo Regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.610 **(529)**

ORIGEM : 184610 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : JOÃO PEDRO MESQUITA GUEDES
ADV.(A/S) : FLAVIO SOARES CRELIER (130892/RJ)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RHC Nº 124.643 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO VOLTADA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES.

1. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014 ; HC 122.381-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 27/8/2014; RHC 114.961, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

2. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional caracterizadores de flagrante constrangimento ilegal.

4. Agravo Regimental a que se **nega provimento**.

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.636 **(530)**

ORIGEM : 184636 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MATEUS CUNHA GALVAO
ADV.(A/S) : EMANUEL ELIAS GOMES SOUZA BOMFIM DOS SANTOS (62486/BA) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006 E ARTIGO 16, I, DA LEI 10.826/2003. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *habeas corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo*. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011; HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011; HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011; e HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. *In casu*, o paciente foi preso em flagrante em razão da suposta prática dos crimes tipificados no artigo 33 da Lei 11.343/2006 e no artigo 16, I, da Lei 10.826/2003, tendo sido convertido em prisão preventiva. Segundo a inicial acusatória, o paciente trazia consigo "*01 (uma) pistola da marca Bersa, calibre 380, numeração suprimida, com 01 (um) carregador, sem numeração e 09 (nove) munições intactas, calibre 380, 08 (oito) porções de maconha, 14 (quatorze) pinos de plástico contendo cocaína, 27 (vinte e sete) porções de crack*".

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018; e HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019.

6. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

7. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 31.244 **(531)**

ORIGEM : MS - 31244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS)
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, deu parcial provimento ao agravo, unicamente para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas (TC) nº 026.294/2016-8, analise novamente o pleito do agravante: (i) no que diz respeito aos quintos e décimos/VPNI, observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no bojo do RE n. 638.115 -ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020; (ii) no que concerne às parcelas do IPCr, mantida sua correta determinação de ilegalidade pelo TCU, porém sem determinar a devolução das quantias recebidas a maior pelos substituídos do sindicato impetrante, pois revestidas de boa-fé e fruto de erro da própria Administração do Tribunal, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ATIVIDADE FISCALIZADORA. INSPEÇÃO. ART. 240 DO REGIMENTO INTERNO DO TCU. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA EM FACE DE TERCEIROS. DESNECESSIDADE. CUMULAÇÃO DE VALOR INTEGRAL DE FUNÇÃO COMISSIONADA OU CARGO EM COMISSÃO COM REMUNERAÇÃO DE CARGO EFETIVO. VANTAGEM CONCEDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PERCENTUAL DE 10,87% (IPCr). DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS. SEGURANÇA CONCEDIDA PARCIALMENTE. RE 638115. MODULAÇÃO DE EFEITOS SUPERVENIENTE. NECESSIDADE DE PARCIAL REPARAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. DEFERÊNCIA. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS. ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDAS À CORTE DE CONTAS. ART. 71 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O contraditório é prescindível nos procedimentos abstratos de controle perante o Tribunal de Contas da União, nos moldes retratados nos autos, em que não há análise de qualquer situação individualizada que resulte efeitos concretos e imediatos, restando incalculável o número de possíveis litisconsortes, como *v.g.*, o procedimento de inspeção do TJDFT. Precedentes: MS 25.198, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJ 26/8/2005; MS 31.344, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, *DJe* 14/5/2013, e MS 26.809-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, *DJe* 2/9/2014.

2. *In casu*, inexiste decadência administrativa (Lei 9.784/1999, art. 54), porquanto as informações constantes do Acórdão TCU 2.640/2010 dão conta de que o prazo quinquenal não foi alcançado. Deveras, os valores referentes ao percentual de 10,87% (IPCr) foram percebidos em decorrência de decisões liminares judiciais, enquanto o pagamento relativo à acumulação de cargo em comissão ou função comissionada com a remuneração de cargo efetivo e VPNI respaldou-se em decisão administrativa emitida pelo TJDFT em 9/7/2002, ratificada em 25/11/2002 e 15/1/2003, sendo revogada em 22/2/2005.

3. Enquanto valor constitucional digno de tutela, descabe a aplicação do princípio da segurança jurídica de modo genérico e abstrato, sem atentar para as balizas do caso concreto e harmonizá-lo com os demais princípios constitucionais, sobretudo o da legalidade. Dessa maneira, o simples decurso do tempo não pode ser considerado suficiente para a consolidação de vantagens ilegais. Trata-se de dar azo à coexistência fundamental e sinérgica entre o binômio segurança jurídica e legalidade. Doutrina.

4. Consectariamente, o único pleito plausível formulado pelo sindicato agravante é o já concedido na decisão agravada, máxime da firme jurisprudência desta Corte no sentido de que descabe a "*restituição de valores percebidos indevidamente em circunstâncias, tais como a dos autos, em que o servidor público está de boa-fé*" (MS 36.227-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, PLENO, j. 3/4/2020; MS 25.921/DF-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, PRIMEIRA TURMA, *DJe* de 28/9/2015). Afinal, o reconhecimento posterior da ilegalidade de vantagem remuneratória "*não determina, automaticamente, a restituição ao erário dos valores recebidos, salvo se comprovada a má-fé do servidor, o que não foi demonstrado nos autos.*" (MS 26.085, Rel. Min. Cármen Lúcia, PLENO, *DJe* 13/6/2008). *In casu*, restaram evidentes **(i)** a boa-fé dos servidores, **(ii)** o caráter alimentício dos valores percebidos e **(iii)** a ocorrência de errônea interpretação da lei por parte do TJDFT.

5. O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 638.115 (Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 3/8/2015), decidiu, em sede repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a edição da Medida Provisória 2.225-48/2001. Ocorre que, supervenientemente, houve a modulação dos efeitos da decisão anteriormente proferida no Recurso Extraordinário n. 638.115, em sede de repercussão geral (*RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020)*.

6. Consectariamente, o Pleno deste Supremo Tribunal Federal proferiu **três importantes entendimentos**. **Em primeiro lugar**, *por maioria,*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

acolheu parcialmente os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reconhecer indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado. **Em segundo lugar,** quanto *ao recebimento dos quintos em virtude de decisões administrativas, o Tribunal, em razão de voto médio, rejeitou os embargos e, reconhecendo a ilegitimidade do pagamento dos quintos, modulou os efeitos da decisão de modo que aqueles que continuam recebendo até a presente data em razão de decisão administrativa tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores.* Por fim, **em terceiro lugar**, *o Tribunal, por maioria, também modulou os efeitos da decisão de mérito do recurso, de modo a garantir que aqueles que continuam recebendo os quintos até a presente data por força de decisão judicial sem trânsito em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores.*

7. Deveras, a prudência democrática e o entendimento desta Corte apontam para a presunção da melhor capacidade institucional e habilitação técnica do Tribunal de Contas da União para analisar as particularidades do caso concreto da agravante, podendo o órgão deliberar com maior vagar e expertise sobre eventuais outras questões fático-probatórias. É que além de suas decisões serem amparadas em juízo de expertise sobre o tema, o Tribunal de Contas é o órgão constitucionalmente habilitado para assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade (art. 71, IX, da Constituição Federal).

8. Nesse sentido, há maior razoabilidade em delegar ao próprio órgão que reavalie a decisão, porém em estrita observância às novas balizas desta Suprema Corte.

9. Agravo regimental a que se dá **PARCIAL PROVIMENTO unicamente** para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas (TC) 026.294/2016-8, analise novamente o pleito do agravante:

(i) no que diz respeito aos quintos e décimos/VPNI, observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no bojo do RE n. 638.115 *(RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020)*;

(ii) no que concerne às parcelas do IPCr, mantida sua correta determinação de ilegalidade pelo TCU, porém sem determinar a devolução das quantias recebidas a maior pelos substituídos do sindicato impetrante, pois revestidas de boa-fé e fruto de erro da própria Administração do TJDFT.

SEGUNDO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 31.244 **(532)**

ORIGEM	: MS - 31244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S)	: RUDI MEIRA CASSEL (165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS)
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES REFERENTES AOS QUINTOS E AO PERCENTUAL DE 10,87% (IPCr). IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. VANTAGEM CONCEDIDA POR INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM DECORRÊNCIA DO CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS. PERCEPÇÃO DE BOA-FÉ. NATUREZA ALIMENTAR DA VERBA. SEGURANÇA CONCEDIDA PARCIALMENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. As quantias percebidas pelos servidores em razão de decisão administrativa dispensam a restituição quando: ***(i)*** auferidas de boa-fé; ***(ii)*** há ocorrência de errônea interpretação da Lei pela Administração; ***(iii)*** ínsito o caráter alimentício das parcelas percebidas, e ***(iv)*** constatar-se o pagamento por iniciativa da Administração Pública, sem ingerência dos servidores. Precedentes.

2. *In casu*, o TCU determinou a devolução de quantias recebidas por servidores do TJDFT, relativas ao pagamento de valores referentes ao percentual de 10,87%, em razão de decisões judiciais, bem como ao pagamento do valor integral de função comissionada ou cargo em comissão cumulado com remuneração de cargo efetivo e VPNI, devido à decisão administrativa do Tribunal de Justiça interpretando a Lei 10.475/2002.

3. Em sede monocrática, concedeu-se parcialmente a segurança pleiteada **UNICAMENTE** para impedir qualquer determinação do Tribunal de Contas da União no sentido de devolução das quantias recebidas a maior, por parte dos substituídos do sindicato impetrante.

4. Consoante firme entendimento desta Suprema Corte, descabe a "*restituição de valores percebidos indevidamente em circunstâncias, tais como a dos autos, em que o servidor público está de boa-fé*" (MS 25.921/DF-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, PRIMEIRA TURMA, *DJe* de 28/9/2015). É que o reconhecimento posterior da ilegalidade de vantagem remuneratória "*não determina, automaticamente, a restituição ao erário dos valores recebidos, salvo se comprovada a má-fé do servidor, o que não foi demonstrado nos autos.*" (MS 26.085, Rel. Min. Cármen Lúcia, PLENO, *DJe* 13/6/2008).

5. Especificamente em relação aos quintos/décimos, o próprio Supremo Tribunal Federal expressamente ressaltou sua ilegalidade, porém modulou os efeitos decisórios a fim de proteger os princípios da boa-fé e da segurança jurídica (RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, *DJe* em 31/1/2020).

6. Agravo regimental a que se **NEGA PROVIMENTO**.

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.744 **(533)**

ORIGEM	: 36744 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
AGTE.(S)	: ANA MARCIA BONELI VASCONCELLOS
ADV.(A/S)	: RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
AGDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, deu parcial provimento ao agravo, apenas para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas, analise novamente o pleito do agravante observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no RE n. 638.115- ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou o Dr. Daniel Hilário pela Impetrante. Afirmou suspeição o Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA ENTRE A EDIÇÃO DA LEI 9.624/1998 E A MEDIDA PROVISÓRIA 2.225-48/2001. ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO IMEDIATA DOS ENTENDIMENTOS FIRMADOS PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REPERCUSSÃO GERAL, INDEPENDENTEMENTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DO PARADIGMA. RE 638115. MODULAÇÃO DE EFEITOS SUPERVENIENTE. NECESSIDADE DE PARCIAL REPARAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. DEFERÊNCIA. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS. ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDAS À CORTE DE CONTAS. ART. 71 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

1. O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 638.115 (Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 3/8/2015), decidiu, em sede repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a edição da Medida Provisória 2.225-48/2001.

2. *In casu*, monocraticamente, neguei seguimento ao mandado de segurança pleiteado em razão de o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas 034.306/2011-0 – Acórdão 3.345/2019, ter somente seguido a mencionada orientação jurisprudencial desta Suprema Corte vigente à época, assim, negando o registro de aposentadoria da ora agravante em razão de incorporação de quintos/décimos após a edição da Lei 9.624/1998

3. Descabe, portanto, a infundada alegação da agravante no sentido de que o TCU não poderia ter aplicado o entendimento esposado pelo pleno deste Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral. Conforme firme orientação desta Suprema Corte, em havendo o julgamento do mérito de recurso extraordinário com repercussão geral, é autorizada a aplicação imediata do posicionamento firmado no RE às causas que versem sobre o mesmo tema, independentemente do trânsito em julgado do paradigma. Precedentes.

4. Ocorre que, supervenientemente, houve a modulação dos efeitos da decisão anteriormente proferida no Recurso Extraordinário n. 638.115, em sede de repercussão geral (*RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020).*

5. Consectariamente, o Pleno deste Supremo Tribunal Federal proferiu **três importantes entendimentos**. **Em primeiro lugar**, "*por maioria, acolheu parcialmente os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reconhecer indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado".* **Em segundo lugar,** quanto "*ao recebimento dos quintos em virtude de decisões administrativas, o Tribunal, em razão de voto médio, rejeitou os embargos e, reconhecendo a ilegitimidade do pagamento dos quintos, modulou os efeitos da decisão de modo que aqueles que continuam recebendo até a presente data em razão de decisão administrativa tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores."* Por fim, **em terceiro lugar**, *"o Tribunal, por maioria, também modulou os efeitos da decisão de mérito do recurso, de modo a garantir que*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

aqueles que continuam recebendo os quintos até a presente data por força de decisão judicial sem trânsito em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores".

6. Deveras, a prudência democrática e o entendimento desta Corte apontam para a presunção da melhor capacidade institucional e habilitação técnica do Tribunal de Contas da União para analisar as particularidades do caso concreto da agravante, podendo o órgão deliberar com maior vagar sobre eventuais outras questões fático-probatórias.

7. De fato, o enfrentamento de questões afetas à Corte de Contas firmam-se em critério técnico por parte do órgão de controle e deve produzir presunção de razoabilidade quanto aos meios adotados. É que além de suas decisões serem amparadas em juízo de expertise sobre o tema, o Tribunal de Contas é o órgão constitucionalmente habilitado para apreciar, sob fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão (art. 71, III, da Constituição Federal).

8. Nesse sentido, há maior razoabilidade em delegar ao próprio órgão que reavalie a decisão, porém em estrita observância às novas balizas desta Suprema Corte.

9. Agravo regimental a que se dá **PARCIAL PROVIMENTO**, apenas para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas 034.306/2011-0, analise novamente o pleito da agravante **observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal** (RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, *DJe* em 31/1/2020***).***

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.869 **(534)**

ORIGEM	: 36869 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
AGTE.(S)	: VALDO DARLAN RESENDE CONSTANCIO
ADV.(A/S)	: RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
AGDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, deu parcial provimento ao agravo, apenas para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas, analise novamente o pleito do agravante observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no RE n. 638.115- ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou o Dr. Rudi Cassel pelo Impetrante. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. NEGATIVA DE REGISTRO A ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INOCORRÊNCIA. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO, NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA, DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA (GAE) COM PARCELA DE QUINTOS TRANSFORMADA EM VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA (VPNI). VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO E À SEGURANÇA JURÍDICA. NÃO CONFIGURADA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA ENTRE A EDIÇÃO DA LEI 9.624/1998 E A MEDIDA PROVISÓRIA 2.225-48/2001. ILEGALIDADE. RE 638115. MODULAÇÃO DE EFEITOS SUPERVENIENTE. NECESSIDADE DE PARCIAL REPARAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. DEFERÊNCIA. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS. ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDAS À CORTE DE CONTAS. ART. 71 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

1. *In casu,* o *mandamus* foi impetrado contra Acórdãos emanados pela Primeira Câmara da Corte de Contas da União, os quais negaram registro ao ato de concessão de aposentadoria do ora agravante, mercê de consignar indevida cumulação, nos proventos, de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) com Gratificação de Atividade Externa (GAE).

3. Deveras, tal como aduz a Súmula Vinculante 3, o contraditório e a ampla defesa são excetuados na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria. Consectariamente, tornam-se obrigatórios somente após superados os cinco anos desde o recebimento do processo administrativo pelo TCU. *In casu*, contudo, inexistiu tal lapso temporal ou qualquer excepcionalidade à previsão da Súmula Vinculante n. 3 e à jurisprudência da Corte, razão pela qual descabe a alegação de violação ao devido processo legal. Precedentes.

4. Descabe acolher a alegação de ocorrência da decadência prevista no art. 54 da Lei 9.784/1999, máxime do firme entendimento desta Corte de que não se opera a decadência no período entre a emanação de ato administrativo concessivo de aposentadoria e o julgamento de sua legalidade e de seu registro pela Corte de Contas. Precedentes.

5. Devido à complexidade jurídica do ato administrativo concessivo de aposentadoria, o seu aperfeiçoamento ocorre somente após apreciação pelo TCU. Por ser ainda ato administrativo precário e pendente de aperfeiçoamento, descabe falar em violação da segurança jurídica, do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Precedentes.

6. Inexiste violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos quando a redução dos proventos incide sobre aposentadoria concedida em desacordo com a lei ou com a Constituição. Precedentes. Ademais, sólido é o entendimento deste Tribunal de que vantagens concedidas sob o mesmo fundamento não são cumuláveis. Precedentes. Entender de forma divergente, no caso concreto, demandaria sensível reavaliação do acervo fático-probatório e consequente dilação probatória, o que é manifestamente inviável em sede de ação mandamental.

7. Em verdade, *in casu*, há somente UM ponto na argumentação do agravante, trazida supervenientemente já em sede memorial, que demanda o reparo de minha decisão monocrática anterior.

8. O Plenário deste Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 638.115 (Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 3/8/2015), decidiu, em sede repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a edição da Medida Provisória 2.225-48/2001.

9. Ocorre que, supervenientemente, houve a modulação dos efeitos da decisão anteriormente proferida no Recurso Extraordinário n. 638.115, em sede de repercussão geral (*RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe em 31/1/2020)*.

10. Consectariamente, o Pleno deste Supremo Tribunal Federal proferiu **três importantes entendimentos**. **Em primeiro lugar**, "*por maioria, acolheu parcialmente os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para reconhecer indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado".* **Em segundo lugar,** quanto "*ao recebimento dos quintos em virtude de decisões administrativas, o Tribunal, em razão de voto médio, rejeitou os embargos e, reconhecendo a ilegitimidade do pagamento dos quintos, modulou os efeitos da decisão de modo que aqueles que continuam recebendo até a presente data em razão de decisão administrativa tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores."* Por fim, **em terceiro lugar**, *"o Tribunal, por maioria, também modulou os efeitos da decisão de mérito do recurso, de modo a garantir que aqueles que continuam recebendo os quintos até a presente data por força de decisão judicial sem trânsito em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores".*

11. Deveras, a prudência democrática e o entendimento desta Corte apontam para a presunção da melhor capacidade institucional e habilitação técnica do Tribunal de Contas da União para analisar as particularidades do caso concreto da agravante, podendo o órgão deliberar com maior vagar sobre eventuais outras questões fático-probatórias.

12. De fato, o enfrentamento de questões afetas à Corte de Contas firmam-se em critério técnico por parte do órgão de controle e deve produzir presunção de razoabilidade quanto aos meios adotados. É que além de suas decisões serem amparadas em juízo de expertise sobre o tema, o Tribunal de Contas é o órgão constitucionalmente habilitado para apreciar, sob fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão (art. 71, III, da Constituição Federal).

13. Nesse sentido, há maior razoabilidade em delegar ao próprio órgão que reavalie a decisão, porém em estrita observância às novas balizas desta Suprema Corte.

14. Agravo regimental a que se dá **PARCIAL PROVIMENTO**, apenas para que o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo de Tomada de Contas (TC) nº 026.294/2016-8, analise novamente o pleito da agravante **observando a nova orientação proferida pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal** (RE 638.115-ED-ED, Min. Rel. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, *DJe* em 31/1/2020***).***

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.135 **(535)**

ORIGEM	: 37135 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
AGTE.(S)	: BMW DO BRASIL LTDA
ADV.(A/S)	: LUIZ VIRGILIO PIMENTA PENTEADO MANENTE (02324/A/DF, 199746/MG, 180676/RJ, 90404A/RS, 104160/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: BM POINT DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
ADV.(A/S)	: LUIZ MÁRIO SEGANFREDDO PADÃO (33602/RS)
AGDO.(A/S)	: MARCELO DE CARVALHO MAGALHAES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE MÁ APLICAÇÃO DE TEMA DA REPERCUSSÃO GERAL. MANIFESTA INVIABILIDADE DO RECURSO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE UTILIDADE DA RECLAMAÇÃO.

1.Corretas as conclusões deduzidas na decisão reclamada, no sentido da incidência dos efeitos da ausência de repercussão geral, com base nos Temas 424 e 339. O recurso extraordinário também encontra óbice no Tema 660 e na Súmula 279/STF. De modo que falta interesse processual à parte reclamante que pretende dar trâmite a recurso manifestamente inadmissível.

2.Agravo interno desprovido, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.320 **(536)**

ORIGEM : 37320 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : SEBASTIAO TEIXEIRA RAMOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 180-13.2017.5.10.0003 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, deu provimento ao recurso de agravo para julgar procedente o pedido, de forma seja cassado o acórdão reclamado na parte em que atribui responsabilidade subsidiária à agravante, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos a Ministra Rosa Weber, Relatora, e, em parte, o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA À RECLAMANTE SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA VIOLAÇÃO AO QUE DECIDIDO NA ADC 16 E NO RE 760.931. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador.

2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente da agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

3. Recurso de agravo ao qual se dá provimento.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.462 **(537)**

ORIGEM : 37462 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : RIVANNA KEYLA BEZERRA TAVARES FURIATI
ADV.(A/S) : DAVI ANGELO LEITE DA SILVA (36499/PE)
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE CARUARU
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, nos termos do voto da Relatora. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 5.5.2020.

EMENTA

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. RE 590.829-RG (TEMA 223). AUSÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A reclamação constitucional é ação vocacionada para a tutela específica da competência e autoridade das decisões proferidas por este Supremo Tribunal Federal, pelo que, não consubstancia como sucedâneo recursal ou ação rescisória.

4. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.501 **(538)**

ORIGEM : 39501 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE CURITIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
AGDO.(A/S) : NILDA CAMARGO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÍVIDAS TRABALHISTAS EM CASO DE TERCEIRIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À ADC 16 E À TESE DO RE 760.931 - TEMA Nº 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. NÃO ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS.

1.O Supremo Tribunal Federal firmou, no julgamento do RE 760.931, redator para acórdão o Ministro Luiz Fux, a seguinte tese: "*O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93*" (tema nº 246 da repercussão geral).

2.Em 02.05.2017, data em que foi publicada a ata do julgamento do RE 760.931, ocorreu a substituição do parâmetro sobre a matéria. A partir de então, tornou-se inviável a propositura de reclamações com fundamento no julgado da ADC 16.

3.A alegação de descumprimento de tese firmada em repercussão geral exige o esgotamento das vias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015).

4.Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.788 **(539)**

ORIGEM : 00889379620201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESPÓLIO DE CLEMENS VAZ SAMPAIO
ADV.(A/S) : LEONARDO DIAS DA SILVA TELLES (10898/BA, 433445/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : CONDOMINIO SANTO AMARO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO PRESIDENTE DA TURMA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Afastada a aplicação da penalidade porquanto não atingida a unanimidade prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OBSERVÂNCIA DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. INVIABILIDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Juízo reclamado, ao obstar seguimento ao agravo interno interposto contra a decisão pela não admissão do apelo extremo, utilizou precedentes de repercussão geral que guardam similitude e adequação com a espécie dos autos. Usurpação da competência desta Suprema Corte não demonstrada.

2. A reclamação constitucional é ação vocacionada para a tutela específica da competência e autoridade das decisões proferidas por este Supremo Tribunal Federal, pelo que não se consubstancia como sucedâneo recursal ou ação rescisória.

3. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.037 **(540)**

ORIGEM : 40037 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JESSICA THAIS CAPISTRANO FERREIRA
ADV.(A/S) : LUCIANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA (335471/SP)
AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ENUNCIADO 26 DA SÚMULA VINCULANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO 62/2020, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. INCOGNOSCIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. (a) A Súmula Vinculante 26 estabelece que "*Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico*".

(b) O enunciado 26 da Súmula Vinculante não proibiu a determinação de prévia realização do exame criminológico, para análise do cabimento da progressão de regime. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Precedentes.

2. (a) O pedido de soltura com fundamento na atual pandemia de COVID-19, que acomete diversos países e também o Brasil, não comporta conhecimento originário pelo Supremo Tribunal Federal.

(b) O Conselho Nacional de Justiça, em atenção à emergência de saúde pública, editou a Recomendação 62/2020 que, em seu art. 5º, I, orienta os "*magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus*", considerem a "*concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante no 56 do Supremo Tribunal Federal*".

(c) A disciplina da matéria pelo Conselho Nacional de Justiça não autoriza o ajuizamento de Reclamação originária perante o Supremo Tribunal Federal, conforme decidido, pelo Plenário desta Corte, no recente julgamento da ADPF 347-TPI-MC-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), oportunidade em que foi negado referendo à decisão do ministro Relator, mantendo na esfera de competência dos juízes de execução a análise da situação individual de cada preso.

3. *In casu*, (a) a decisão que determinou a realização do exame criminológico encontra-se fundamentada em elementos concretos dos autos, não se podendo falar em ausência de fundamentação do *decisum*.

(b) Deveras, o indeferimento do pedido de progressão de regime, antecipadamente à realização do exame criminológico, fundou-se em que "*os elementos constantes dos autos se mostram insuficientes à formação da convicção do Juízo, sobretudo considerando a gravidade, condições e circunstâncias da conduta ilícita, bem como a extensão da pena imposta*".

(c) Consectariamente, diante dos fundamentos empregados para o indeferimento do pedido, inviável a apreciação da presente Reclamação, sob pena de convolá-la em sucedâneo recursal.

4. *Ex positis*, ausente violação do conteúdo da Súmula Vinculante 26 deste Supremo Tribunal Federal e incognoscível o pleito quanto à aplicação da Recomendação 62/2020 do CNJ, NEGO PROVIMENTO ao agravo regimental.

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.063 **(541)**

ORIGEM	: 40063 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S)	: PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A
ADV.(A/S)	: JOAO BOSCO DA NOBREGA CUNHA (222760/SP)
ADV.(A/S)	: MARIA FERNANDA DI DONATO ROSIN (195581/SP)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou o Dr. João Bosco da Nóbrega Cunha pela Agravante. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA POR ESTA SUPREMA CORTE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A reclamação constitucional não pode ser utilizada para rediscutir matéria já decidida por esta SUPREMA CORTE. A impugnação de decisões proferidas por Ministros ou pelos órgãos que compõe o TRIBUNAL, no exercício de suas atribuições, são de competência do próprio STF, somente podendo ser realizada por interposição de recursos adequados.

2. O acórdão reclamado foi objeto de Agravo em Recurso Extraordinário (ARE 1.243.148), ao qual neguei seguimento. Em sede de Agravo Interno, a Primeira Turma desta CORTE negou provimento ao recurso, ratificando a decisão monocrática anteriormente proferida. Na sequência, o ora agravante interpôs embargos de divergência, que inadmiti. Contra essa decisão, foi interposto novo agravo interno, ao qual o Plenário deste TRIBUNAL negou provimento, na sessão virtual encerrada em 8/5/2020.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.689 **(542)**

ORIGEM	: PROC - 667850400 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S)	: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: ANDREA RASCOVSKI ICKOWICZ (130317/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO. PETIÇÃO ASSINADA PELO PROCURADOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL. ILEGITIMIDADE RECURSAL. CONSONÂNCIA DA DECISÃO AGRAVADA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. Na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, somente os legitimados para a propositura da ação de inconstitucionalidade estão aptos a recorrer. O procurador jurídico da Câmara Municipal não possui legitimidade para manejar recurso extraordinário em sede de controle normativo abstrato, sem que o recurso esteja subscrito ou ratificado pelo Presidente.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Agravo interno conhecido e não provido.

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.224.396 **(543)**

ORIGEM	: 00216850420178070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AGTE.(S)	: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: JOSE WILSON PORTO (14763/DF)
ADV.(A/S)	: ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA (21809/DF)
ADV.(A/S)	: SIMARA MOREIRA (31566/DF)
AGDO.(A/S)	: ASSOCIACAO DOS DEFENSORES PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: EDVALDO FERREIRA DA SILVA (5671/DF)
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: AGRAVOS INTERNOS. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. CÓDIGO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. LEI DISTRITAL 5.969/2017. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO DA PENA. AUTONOMIA DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA A CONDUÇÃO DE DETERMINADOS ATOS. INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA LEGISLAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ENTE FEDERATIVO. PRECEDENTES. NORMAS QUE NÃO INTERFEREM NO PROCEDIMENTO EM SI, APENAS ESPECIFICAM OS DIREITOS QUE O ORDENAMENTO JURÍDICO JÁ RECONHECE AOS DETENTOS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. O princípio geral que norteia a repartição de competência entre os entes componentes do Estado Federal brasileiro é o princípio da predominância do interesse, tanto para as matérias cuja definição foi preestabelecida pelo texto constitucional, quanto em termos de interpretação em hipóteses que envolvem várias e diversas matérias, como na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

2. A própria Constituição Federal, portanto, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, *a priori*, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

3. O Direito Penitenciário, no ordenamento jurídico brasileiro, compreende um conjunto de regras e princípios que não estão reunidos em um único estatuto, mas emergem de diversas fontes: Constituição Federal, Lei de Execução Penal - LEP, Tratados Internacionais, os Códigos Penal e de Processo Penal, leis estaduais e atos administrativos emanados dos órgãos superiores de Política Penitenciária.

4. A execução da pena é uma atividade mista. Os órgãos judiciários têm papel preponderante na condução do processo judicial; de outro lado, a participação e a incidência dos órgãos administrativos são marcantes, inclusive com autonomia na realização de alguns atos.

5. Revela-se louvável o intuito do legislador distrital de assegurar condições mais adequadas às específicas necessidades dos internos portadores de necessidades especiais, assim como das travestis e dos transexuais. Tais normas, inclusive, vão ao encontro da Convenção de Nova York (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto 6.946/2009), e da Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à discriminação, que instituiu novas regras para acolhimento LGBT em unidades prisionais.

6. Não se trata de legislação distrital criando direitos e deveres aos presos, que, até então, seriam inexistentes. O que a legislação impugnada realizou foi a repetição e enumeração dos direitos dos presos previstos constitucional e legalmente.

7. A jurisprudência da CORTE registra que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo pelo art. 61, § 1º, II, *e*, para legislar sobre a organização administrativa no âmbito do ente federativo, interdita aos demais legitimados para o processo legislativo a propositura de leis que criem, alterem ou extingam órgãos públicos, ou que lhes cominem novas atribuições. Precedentes.

8. Portanto, são inconstitucionais formalmente os artigos da Lei Distrital 5.969/2017 que contêm disposições normativas em que há nítida interferência na estrutura e funcionamento de órgãos públicos sujeitos à direção superior do Chefe do Executivo.

9. Todavia, são constitucionais normas que não interferem no procedimento em si, apenas especificam os direitos que o ordenamento jurídico já reconhece aos detentos.

10. Inaplicável a Súmula Vinculante 5 nos procedimentos disciplinares relativos a apuração de falta grave. Esse Enunciado é aplicável apenas em procedimentos de natureza cível.

11. Agravos internos a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.239.632 **(544)**

ORIGEM : 07080443420198070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AGDO.(A/S) : DIEGO MOURÃO DE AMORIM
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO. CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA BRANCA. LEI 13.654/2018 DECLARADA INCONSTITUCIONAL POR ÓRGÃO ESPECIAL DO TJDFT. AGRAVO DESPROVIDO.

1.O acórdão recorrido, ao declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 13.654/2018, no ponto em que modificou a redação do inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal, contrariou a orientação que tem sido adotada por esta Corte no sentido de que "*não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo*" (RE 1.261.502, Rel. Min. Alexandre de Moraes). No mesmo sentido: RE 1.257.182, Rel. Min. Luiz Fux.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.243.782 **(545)**

ORIGEM : 07100675020198070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AGDO.(A/S) : VALDIR RODRIGUES DOS SANTOS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO. CRIME DE ROUBO COM EMPREGO DE ARMA BRANCA. LEI 13.654/2018 DECLARADA INCONSTITUCIONAL POR ÓRGÃO ESPECIAL DO TJDFT. AGRAVO DESPROVIDO.

1.O acórdão recorrido, ao declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 13.654/2018, no ponto em que modificou a redação do inciso I do § 2º do art. 157 do Código Penal, contrariou a orientação que tem sido adotada por esta Corte no sentido de que " *não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo*" (RE 1.261.502, Rel. Min. Alexandre de Moraes). No mesmo sentido: RE 1.257.182, Rel. Min. Luiz Fux.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.249.252 **(546)**

ORIGEM : 08005968620158150371 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : WALKIRIA ROCHA FERNANDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno e impôs ao agravante, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, a multa de 5% sobre o valor da causa devidamente corrigido, a reverter em benefício da parte agravada, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

AGRAVO – OBJETO – IMPUGNAÇÃO – DEFICIÊNCIA – ARTIGO 932, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Visando o recurso reformar certa decisão, as razões devem estar direcionadas a infirmá-la. O descompasso entre o fundamento assentado no ato atacado e a minuta do agravo interno conduz ao não conhecimento deste último. Precedente: agravo regimental nos embargos de divergência no agravo regimental no recurso extraordinário nº 598.609/MG, Pleno, ministro Edson Fachin, acórdão publicado no Diário da Justiça de 17 de agosto de 2017.

AGRAVO – MULTA – ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Se o agravo é manifestamente inadmissível ou improcedente, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância protelatória.

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.250.041 **(547)**

ORIGEM : 00077428020188070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AGDO.(A/S) : ROBSON BATISTA SANTOS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. ARTIGO 157, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL (REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 13.654/2018). VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 5º, XL, E 58, § 2º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DE ACÓRDÃO QUE JULGOU INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE LEI, MEDIANTE INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS REGIMENTAIS DA CASA LEGISLATIVA. ATO *INTERNA CORPORIS* NÃO SUJEITO AO CONTROLE JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.312 **(548)**

ORIGEM : 04587684720128090084 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE MATRINCHÃ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATRINCHÃ
ADV.(A/S) : DANILO SIQUEIRA DE REZENDE (21926/GO)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : MANOEL DE OLIVEIRA MOTA (2626/GO)

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS). RETENÇÃO. PARCELA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. CONSONÂNCIA DA DECISÃO ORA RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento assinalado na decisão ora agravada está em consonância com a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal.

2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.182 **(549)**

ORIGEM : 00003618420198070000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AGDO.(A/S) : ANTONIO JOSE ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. ARTIGO 157, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL (REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 13.654/2018). VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 5º, XL, E 58, § 2º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DE ACÓRDÃO QUE JULGOU INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE LEI, MEDIANTE INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS REGIMENTAIS DA CASA LEGISLATIVA. ATO *INTERNA CORPORIS* NÃO SUJEITO AO CONTROLE JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.265 **(550)**

ORIGEM : 20170510071417 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AGDO.(A/S) : GABRIEL DOS SANTOS ARAUJO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. ARTIGO 157, § 2º, I, DO CÓDIGO PENAL (REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 13.654/2018). VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 5º, XL, E 58, § 2º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DE ACÓRDÃO QUE JULGOU INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE LEI, MEDIANTE INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS REGIMENTAIS DA CASA LEGISLATIVA. ATO *INTERNA CORPORIS* NÃO SUJEITO AO CONTROLE JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 849.769 **(551)**

ORIGEM : CC - 91276 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : JOEL DA CONCEIÇÃO SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA (013418/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : TV ÔMEGA LTDA
ADV.(A/S) : ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS (6811/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MÁRIO IORIO GABRIEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ISMAEL ALVES FREITAS (115881/SP)
INTDO.(A/S) : LUIZ FERNANDO PINHEIRO DE MENEZES
ADV.(A/S) : ANTONIO BITINCOF (0313680/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : JOSÉ CARLOS SANTOS CATALDI
ADV.(A/S) : VANESSA MARTINIANO NUNES DOS SANTOS (164802/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CARLOS DA CUNHA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARGARET DE OLIVEIRA BERALDO MAGALHÃES (79658/RJ)
INTDO.(A/S) : RENATO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA JÚNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CARLOS EDUARDO MACEDO RODRIGUES E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : SERGIO BATALHA MENDES (0062857/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : JOSÉ DE FREITAS DIAS
ADV.(A/S) : ANTONIO FERNANDES GATTO (00019291/RJ)
INTDO.(A/S) : DJANIRA MARTINS DINIZ
ADV.(A/S) : AGOSTINHO TOFOLI (49389/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LIMITES DA COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CONSONÂNCIA DA DECISÃO AGRAVADA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, I, "O", DA LEI MAIOR. REVOLVIMENTO DO QUADRO FÁTICO DELINEADO NA ORIGEM. PROCEDIMENTO VEDADO EM SEDE EXTRAORDINÁRIA. SÚMULA Nº 279/STF. APELO EXTREMO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Lei Maior, nos moldes com que solvida a controvérsia pelas instâncias de origem, bem como observados os limites com que devolvida a matéria à apreciação deste Supremo Tribunal Federal, demandaria vedada incursão à legislação infraconstitucional aplicada ao caso (art. 102 da Constituição da República).

2. A controvérsia, nos termos do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, bem como o revolvimento do quadro fático delineado na origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

3. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

4. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 872.053 **(552)**

ORIGEM : AC - 00187046320118050001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA - EMBASA
ADV.(A/S) : LÍCIO BASTOS SILVA NETO (17392/BA) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

AGRAVO – OPORTUNIDADE – EXAME. Tratando-se de pressuposto recursal, incumbe o exame da tempestividade do recurso independentemente de provocação da parte.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.175.092 **(553)**

ORIGEM : 50706577920144047100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
AGDO.(A/S) : HINEZ ROLDAO LALAU E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CEZAR ROBERTO BITENCOURT (20151/DF,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

103836/PR, 218023/RJ, 11483/RS, 9311-A/TO)
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO SANTOS (346533/SP)
INTDO.(A/S) : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : WILLIAM SILVEIRA DE OLIVEIRA (91053/RS)

Decisão: A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo interno e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 1.5.2020 a 8.5.2020.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA FÁTICA. O recurso extraordinário não é meio próprio ao revolvimento da prova.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.210.567 **(554)**

ORIGEM : REsp - 1512206 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : KATIUSCIA MACHADO DA SILVA
ADV.(A/S) : KATIUSCIA MACHADO DA SILVA (57334/RS)
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS PRESTES DE LEON (14348/RS)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : LUCIANO GOMES DOS REIS
ADV.(A/S) : CAMILA DE SOUZA CORREA (89609/RS)
INTDO.(A/S) : JACKSON JULIANO SILVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : EDUARDO LIMA FREITAS HOLETZ (63767/RS)
INTDO.(A/S) : HEMERSON TEIXEIRA
INTDO.(A/S) : EVERTON LUIZ CARVALHO DA SILVA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INTDO.(A/S) : DAURILTON DA SILVA RODRIGUES
ADV.(A/S) : ITACI VICENTE MURLIKI OLIVEIRA (35935/RS)
INTDO.(A/S) : NATALINO GASPAR DA SILVA
ADV.(A/S) : KATIUSCIA MACHADO DA SILVA (57334/RS)
INTDO.(A/S) : CEZAR AUGUSTO LERINA SALDANHA JUNIOR
ADV.(A/S) : ANDERSON REMBOWSKI (65512/RS)

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

AGRAVO – OBJETO – IMPUGNAÇÃO – DEFICIÊNCIA – ARTIGO 932, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Visando o recurso reformar certa decisão, as razões devem estar direcionadas a infirmá-la. O descompasso entre o fundamento assentado no ato atacado e a minuta do agravo interno conduz ao não conhecimento deste último. Precedente: agravo regimental nos embargos de divergência no agravo regimental no recurso extraordinário nº 598.609/MG, Pleno, relator ministro Edson Fachin, acórdão publicado no Diário da Justiça de 17 de agosto de 2017.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.214.469 **(555)**

ORIGEM : 00186428420188217000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S) : NELLY BERTA BRUSQUE DE ABREU E SILVA
AGDO.(A/S) : JULIO SERGIO FIALHO POETA
ADV.(A/S) : HENRIQUE OSVALDO POETA ROENICK (73028/RS)

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO APOSENTADOS PELO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL. MANUTENÇÃO DOS PROVENTOS ATÉ QUE SEJA EFETIVADA A MIGRAÇÃO PARA O REGIME GERAL. SEGURANÇA JURÍDICA. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento adotado no acórdão recorrido não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, no sentido da possibilidade de, em casos excepcionais, considerados os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, "***ressalvar os aposentados*** *e os indivíduos que implementaram os requisitos para aposentação até a data da publicação da ata de julgamento,* ***mantidos estes no regime próprio dos servidores***" (ADI 1301 ED, Rel. Min. Roberto Barroso). Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.949 **(556)**

ORIGEM : APn - 874 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS (56258/DF, 53731/RS)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO COM AGRAVO. SÚMULA 284/STF. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. PRERROGATIVA DE FORO. GOVERNADOR. MANDATOS SUCESSIVOS. HIATO. CONTEMPORANEIDADE E PERTINÊNCIA TEMÁTICA ENTRE OS FATOS EM APURAÇÃO E O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.Quanto à alegação de que o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar a demanda, nos termos do art. 105, I, "a", da CF, a parte ora agravante, na petição do recurso extraordinário, não atacou os fundamentos utilizados pelo Tribunal para decidir a causa. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência da Súmula 284/STF. Da mesma forma, a atrair a incidência da referida súmula, com relação à suposta violação ao art. 14, § 5º, c/c o art. 60, § 4º, II, da CF, a defesa não comprovou de maneira clara e inequívoca de que forma tais dispositivos teriam sido violados pelo acórdão recorrido, não bastando a mera alusão ao teor dos referidos artigos nas razões recursais.

2.O Supremo Tribunal Federal já decidiu tratar-se de matéria infraconstitucional a questão relativa à afronta ao princípio do juiz natural. Nessa linha, vejam-se o AI 839.398, Rel. Min. Joaquim Barbosa; o AI 735.009, Rel. Min. Cezar Peluso; o AI 681.668-AgR, Relª. Minª. Ellen Gracie; o AI 845.223 AgR-ED, Rel. Min. Luiz Fux; e o RE 255.639, Rel. Min. Ilmar Galvão.

3.Tal como consta no parecer Ministerial, *"conforme bem destacado pelo Tribunal de origem, considerando-se que o foro por prerrogativa de função "exige contemporaneidade e pertinência temática entre os fatos em apuração e o exercício da função pública –, o término de um determinado mandato temporário acarreta, por si só, a cessação do foro por prerrogativa de função em relação ao ato nele praticado, tendo como consequência o encaminhamento do processo que o apura ao órgão jurisdicional do primeiro grau de jurisdição."* Nessa linha, vejam-se o Inq 4.358 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli; e o RE 1.185.838, Rel. Min. Alexandre de Moraes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.250.048 **(557)**

ORIGEM : 00061084620168260564 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : FABRICIO GOMES DE SOUZA
ADV.(A/S) : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA (28980/CE)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.035, §§ 1º E 2º, DO CPC/2015. INVIABILIDADE DO APELO SEM A PRELIMINAR FUNDAMENTADA DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. Inocorrente violação do art. 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento. Enfrentadas todas as causas de pedir veiculadas pela parte capazes de, em tese, influenciar o resultado da demanda, fica dispensado o exame detalhado de cada argumento suscitado, considerada a compatibilidade entre o que alegado e o entendimento fixado pelo órgão

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

julgador.

2. Não houve, no recurso extraordinário interposto sob a égide do CPC/2015, demonstração da existência de repercussão geral. Inobservância do art. 1.035, §§ 1º e 2º, do CPC/2015.

3. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

4. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.949 **(558)**

ORIGEM : 00047239120158260566 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : PATRICIA MARIA DOS REIS CANEDO
ADV.(A/S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. VIOLAÇÃO INOCORRENTE. REVOLVIMENTO DO QUADRO FÁTICO DELINEADO NA ORIGEM. PROCEDIMENTO VEDADO EM SEDE EXTRAORDINÁRIA. SÚMULA Nº 279/STF. APELO EXTREMO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. Inexiste violação do art. 93, IX, da Constituição Federal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento. Enfrentadas todas as causas de pedir veiculadas pela parte capazes de, em tese, influenciar o resultado da demanda, fica dispensado o exame detalhado de cada argumento suscitado, considerada a compatibilidade entre o que alegado e o entendimento fixado pelo órgão julgador.

2. A controvérsia, nos termos do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria o revolvimento do quadro fático delineado na origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "*a*", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

3. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

4. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.576 **(559)**

ORIGEM : 00001604820148080030 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : JOSEDIR MARIN
ADV.(A/S) : VINICYUS LOSS DIAS DA SILVA (15721/ES)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

AGRAVO – OBJETO – IMPUGNAÇÃO – DEFICIÊNCIA – ARTIGO 932, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Visando o recurso reformar certa decisão, as razões devem estar direcionadas a infirmá-la. O descompasso entre o fundamento assentado no ato atacado e a minuta do agravo interno conduz ao não conhecimento deste último. Precedente: agravo regimental nos embargos de divergência no agravo regimental no recurso extraordinário nº 598.609/MG, Pleno, relator ministro Edson Fachin, acórdão publicado no Diário da Justiça de 17 de agosto de 2017.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.641 **(560)**

ORIGEM : 00240935420054047000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ERICSON MACEDO GAIO
ADV.(A/S) : GUILHERME BRENNER LUCCHESI (50580/PR)
ADV.(A/S) : IVAN NAVARRO ZONTA (58184/PR)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. Inexiste violação do art. 93, IX, da Constituição Federal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento. Enfrentadas todas as causas de pedir veiculadas pela parte capazes de, em tese, influenciar o resultado da demanda, fica dispensado o exame detalhado de cada argumento suscitado, considerada a compatibilidade entre o que alegado e o entendimento fixado pelo órgão julgador.

2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

3. Agravo interno conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.511 **(561)**

ORIGEM : 00341489520124030000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : EDERSON LEITE BRAGA (7862/PI)
ADV.(A/S) : DANIEL MICHELAN MEDEIROS (172328/SP)
ADV.(A/S) : KATIA APARECIDA MANGONE (241798/SP)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DESAPROPRIAÇÃO. JUSTA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 279/STF. COISA JULGADA. LIMITES OBJETIVOS. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL.

1. Para divergir do entendimento do acórdão recorrido, seria imprescindível aferir os limites objetivos da coisa julgada, além de uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. Precedentes.

2.Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve fixação de honorários advocatícios contra o recorrente.

3.Agravo interno a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.221 **(562)**

ORIGEM : 00025503120168260123 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : JOSÉ MARIA SANT'ANA
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS SILVA LEITE (103686/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : LEANDRO PEREIRA DE SOUSA
ADV.(A/S) : EDUARDO ANTONIO DOS SANTOS (337777/SP)

Decisão: A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTEMPESTIVIDADE. CONTAGEM DE PRAZO EM DIAS CORRIDOS. PROCESSO PENAL. ART. 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. QUINQUÍDEO LEGAL PREVISTO PELO ART. 39 DA LEI Nº 8.038/1990 E PELO ART. 317 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a contagem do prazo processual penal é disciplinada por norma específica que dispõe sobre a matéria, no caso o artigo 798 do Código de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Processo Penal, o que afasta a incidência do artigo 219 do Código de Processo Civil.

2. A norma especial da Lei n° 8.038/1990, que prevê o prazo de 5 (cinco) dias para a interposição do agravo regimental, não foi expressamente revogada pela Lei n° 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), prazo este que também é previsto pelo art. 317 do Regimento Interno desta CORTE.

3. A intempestividade do Agravo Regimental impede o seu conhecimento.

4. Agravo Regimental não conhecido.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 145.598 **(563)**

ORIGEM : 351006 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : SOLANGE APARECIDA BARBOSA DA MOTA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. AFASTAMENTO DA MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/2006. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

1. A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Pertinente à dosimetria da pena, encontra-se a aplicação da causa de diminuição da pena objeto do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006.

2. A tese defensiva de aplicação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, afastada pelas instâncias anteriores dada a constatação de a Recorrente integrar organização criminosa e/ou dedicar-se à atividades delitivas, demanda o reexame e a valoração de fatos e provas, para o que não se presta a via eleita. Precedentes.

3. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 166.328 **(564)**

ORIGEM : 166328 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : JULIO CESAR DA SILVA MACHADO
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO (58804/DF, 071111/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. RECURSO ORDINÁRIO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. *WRIT* SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. REGIME PRISIONAL.

1. Há óbice ao conhecimento de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de *writ,* do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes.

2. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

3. A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena.

4. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao *quantum* da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, conforme remissão do art. 33, § 3º, do referido diploma legal. Precedentes.

5. A orientação jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte é no sentido de que *"o regime inicial fixado pelo juízo a quo, ainda que mais rigoroso do que o cominado em lei com base no quantum da pena, revela-se viável diante das particularidades do caso concreto, máxime diante da valoração negativa de circunstância judicial e do reconhecimento da reincidência. Precedentes: HC 158.659-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 16/11/2018; HC 158.667-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 30/10/2018; HC 127.010-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 16/9/2016"* (HC 176943-AgR-SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 16.3.2020).

6. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 171.698 **(565)**

ORIGEM : 171698 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : IVO SANTA LUCIA
ADV.(A/S) : ANDREI ZENKNER SCHMIDT (51319/RS, 298844/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 4º, II, "A", DA LEI 8.137/1990. ALEGADA NULIDADE PROCESSUAL. TEMA NÃO DEBATIDO PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: HC 100.595, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 9/3/2011, HC 100.616, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 14/3/2011, HC 103.835, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 8/2/2011, HC 98.616, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 22/2/2011.

2. A extinção da pena privativa de liberdade torna incognoscível o *habeas corpus, ex vi* do enunciado 695 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis: Não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade.*

3. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, convertida em 200.000 (duzentos mil) BTNs, em razão da prática do crime tipificado no artigo 4º, II, "a", da Lei 8.137/1990.

4. O Relator guarda poderes para, monocraticamente, negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário a jurisprudência dominante ou a súmula do Tribunal, sendo certa a ausência de violação ao princípio da colegialidade quando do exercício dessa faculdade (art. 21, § 1º, RISTF)

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 174.290 **(566)**

ORIGEM : 174290 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : LEONARDO MARCELO RODRIGUES DA SILVA
ADV.(A/S) : ROGERIO BATISTA GABBELINI (176163/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE RECEPTAÇÃO. ARTIGO 180 DO CÓDIGO PENAL. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

COLEGIADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA DO JUÍZO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019; e HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019.

2. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

3. O regime inicial fixado pelo juízo *a quo*, ainda que mais rigoroso do que o cominado em lei com base no *quantum* da pena, revela-se viável diante das particularidades do caso concreto, máxime diante da valoração negativa de circunstância judicial e do reconhecimento da reincidência. Precedentes: HC 158.659-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 16/11/2018; HC 158.667-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 30/10/2018; HC 127.010-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 16/9/2016.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa, em razão da prática do crime tipificado no artigo 180 do Código Penal, tendo sido o regime inicial mais gravoso fixado em razão de ter sido reconhecida "*além da reincidência, a existência de circunstância judicial desfavorável ao Paciente, o que levou a fixação da pena-base acima do mínimo legal, justificando, portanto, o estabelecimento do regime prisional mais severo, conforme a interpretação conjunta dos arts. 59 e 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal*".

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 174.857 **(567)**

ORIGEM : 174857 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : FABIO LUIZ DE ANDRADE PEREIRA
ADV.(A/S) : ALVARO MEDINA LOUZADA (181302/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. USO DE ALGEMAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO DA CONDENAÇÃO. TRIBUNAL DO JÚRI. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF).

1.A parte agravante não se desincumbiu do seu dever processual de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a repetir quase o inteiro teor dos fundamentos trazidos no recurso ordinário, o que inviabiliza o acolhimento da pretensão defensiva. Precedentes.

2.Eventual acolhimento da tese defensiva no sentido de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que nãi é possível na via restrita do *habeas corpus*.

3.Tal como consta no parecer ministerial, *"o magistrado justificou adequadamente a necessidade da medida, para salvaguardar a integridade física dos presentes, considerado inclusive o reduzido número de policiais disponível para a manutenção da ordem e a garantia da segurança. Cumpre lembrar que, nos termos dos artigos 251 e 794 do Código de Processo Penal, os juízes são responsáveis pela polícia das audiências, podendo determinar o que for conveniente à manutenção da ordem"*.

4.Quanto à alegação de que o paciente foi ouvido pela autoridade policial sem ser previamente advertido do seu direito ao silêncio, não há comprovação da sua ocorrência, nem de eventual prejuízo, nem de situação de ilegalidade flagrante ou abuso de poder capaz de justificar o acolhimento da pretensão defensiva neste ponto.

5.A Primeira Turma do STF já decidiu que não viola o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade a execução da condenação pelo Tribunal do Júri, independentemente do julgamento da apelação ou de qualquer outro recurso (HC 118.770, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso). Nesse sentido, ainda, o HC 144.712, do qual fui redator para o acórdão.

6. Agravo regimental desprovido.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 175.629 **(568)**

ORIGEM : 175629 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : MARCELO VIEIRA DE FREITAS
ADV.(A/S) : SERGIO GUIMARAES RIERA (93068/RJ) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: A Turma, por maioria, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. USO DE DOCUMENTO FALSO E FRAUDE PROCESSUAL. DOSIMETRIA. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. *WRIT* SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.

1. Inviável o exame das teses defensivas não analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

2. Na linha da orientação jurisprudencial desta Suprema Corte, *"eventual acolhimento da pretensão defensiva acerca da aplicação do princípio da consunção demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que não é possível na via restrita do habeas corpus"* (RHC 172.827-AgR/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 30.10.2019).

3. Inadmissível o emprego do *habeas corpus* como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes.

4. Agravo regimental conhecido e não provido.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 176.032 **(569)**

ORIGEM : 176032 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ITALO NATA MUNHOZ DE LIMA
ADV.(A/S) : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI (253642/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE ROUBO E DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL E ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. INOCORRÊNCIA DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* quando ausente o exame colegiado de mérito perante a Corte Superior. Precedentes: RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018; e HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019.

3 O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 4/2/2016; HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 157 do Código Penal e 33 da Lei 11.343/2006. Foram apreendidos "*112 (cento e doze) pinos de cocaína, contendo 95,7 (noventa e cinco gramas e sete decigramas)*".

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

8. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

9. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.081 **(570)**

ORIGEM : 182081 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : DENILSON DOS SANTOS ORTEGA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ARTIGOS 33 DA LEI 11.343/2006 E 16 DA LEI 10.826/2003. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. UTILIZAÇÃO DE ANTERIOR CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO HÁ MAIS DE CINCO ANOS COMO MAUS ANTECEDENTES. INOCORRÊNCIA DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013; RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013; HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013; e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 4/2/2016; e HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

3. A condenação criminal transitada em julgado cuja pena tenha sido extinta há mais de cinco anos tem o condão de ser reconhecida como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base. Precedentes: RE 1.204.335-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 14/6/2019; HC 144.209, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 14/12/2018.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 da Lei 11.343/2006 e 16 da Lei 10.826/2003. O paciente foi apreendido com "*98g de pasta base de cocaína, 10 munições calibre .380, 40 munições calibre magnum .357, de uso restrito e um revólver calibre .357".*

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

6. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

7. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

8. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.242 **(571)**

ORIGEM : 182242 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JONES MICHEL GUEDES
ADV.(A/S) : LEANDRO LOURENCO DE CAMARGO (213736/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO COLEGIADO DO *HABEAS CORPUS* IMPETRADO PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE. PERDA DE OBJETO DA IMPETRAÇÃO. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO *WRIT* NESTA CORTE. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O título judicial superveniente decorrente do julgamento do *habeas corpus* pelo tribunal de origem torna prejudicada a impetração. Precedentes: HC 113.812, Red. p/ acórdão, Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/6/2018; HC 143.357-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 27/9/2017, e HC 152.853-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 10/5/2018.

2. A supressão de instância impede o conhecimento de *Habeas Corpus* impetrado *per saltum*, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal *a quo* e Corte Superior. Precedentes: HC 165.659-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 26/2/2019 e HC 151.473-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 31/8/2018.

3. *In casu,* o recorrente foi condenado à pena de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/06.

4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo Regimental **DESPROVIDO.**

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.647 **(572)**

ORIGEM : 182647 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JHONE ALEXANDRE FOGAÇA
ADV.(A/S) : LEANDRO LOURENCO DE CAMARGO (213736/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/2006. AUSÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. REDISCUSSÃO DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. INOCORRÊNCIA DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA DO JUÍZO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013; RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013; RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013; HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013; e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. O tráfico privilegiado, para ser reconhecido, imprescinde do preenchimento cumulativo dos vetores estabelecidos pelo legislador. Precedentes: HC 129.360, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 4/2/2016; e HC 123.430, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 18/11/2014.

3. A gravidade concreta da conduta legitima a fixação de regime inicial mais gravoso para cumprimento de pena. Precedentes: HC 149.439-ED, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 28/11/2018; HC 155.037-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 10/8/2018; HC 139.839, Primeira Turma, Red. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, *DJe* de 28/11/2018; RHC 128.827, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 13/3/2017.

4. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Segundo a inicial acusatória, o paciente tinha em depósito a "*quantia de 25,8g (vinte e cinco gramas e oito decigramas) de 'Cannabis Sativa', vulgarmente conhecida como 'maconha', acondicionadas em dezesseis invólucros de plástico incolor, dotados de fecho tipo 'zip'; a quantia de 10,0g (dez gramas) de cocaína, acondicionadas em treze microtubos de plástico incolor, dotados de tampa plástica própria, do tipo 'eppendorf' e a quantia de 3,0g (três gramas) de cocaína na forma de 'crack', acondicionadas em oito invólucros de plástico incolor, fechados por nó*".

5. O *habeas corpus* é ação inadequada para impugnação de *decisum* monocrático proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Precedentes: HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019; e HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019.

6. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

7. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

8. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 8/8/2016.

9. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

10. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.953 **(573)**

ORIGEM : 182953 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : GREGORIO BAZAN CANIDO
AGTE.(S) : MANOEL CRESPIM RODRIGUES RIBEIRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. FATOS E PROVAS. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. *BIS IN IDEM*. INEXISTÊNCIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS.

1.A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático-probatório, não sendo possível em *habeas corpus* a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. A discussão quanto à dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "*motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão*" (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

2.A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) é firme no sentido de que natureza e a quantidade da droga apreendida justificam a fixação da pena-base em patamar acima do mínimo legal (HC 126.055, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 118.389, Rel. Min. Teori Zavascki).

3.As instâncias de origem deixaram de aplicar a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06, tendo em vista que a conduta do paciente "***está umbilicalmente ligada à prática de atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas***". Nessas condições, *"configura ilegítimo* ***bis in idem*** *considerar a natureza e a quantidade da substância ou do produto para fixar a pena base (primeira etapa) e, simultaneamente, para a escolha da fração de redução a ser imposta na terceira etapa da dosimetria (§ 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006). Todavia, nada impede que essa circunstância seja considerada para incidir, alternativamente, na primeira etapa (pena-base) ou na terceira (fração de redução)"* (HCs 112.776 e 109.193, Rel. Min. Teori Zavascki).

4. Quanto ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, a questão não foi analisada pelo Tribunal de origem, nem pelo STJ, o que impede o imediato exame da matéria pelo STF, sob pena de dupla supressão de instâncias.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.958 **(574)**

ORIGEM : 182958 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ELIELSON COSTA LOPES
ADV.(A/S) : VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (11505/PA)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO ENGENDRADO NOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena, bem como os critérios subjetivos considerados pelos órgãos inferiores para a sua realização, são insindicáveis na via estreita do *habeas corpus*, por demandar minucioso exame fático e probatório inerente a meio processual diverso. Precedentes: HC 114.650, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 14/8/2013, RHC 115.213, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 26/6/2013, RHC 114.965, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 27/6/2013, HC 116.531, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 11/6/2013, e RHC 100.837-AgR, Primeira Turma, Rel. Min Roberto Barroso, *DJe* de 3/12/2014.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

4. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

5. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

6. Agravo regimental **DESPROVIDO**.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 183.076 **(575)**

ORIGEM : 183076 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : JOSE AUGUSTO NEVES REGHINI
ADV.(A/S) : FLAVIO MODENA CARLOS (20234-A/MS, 57574/PR)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGADA DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos.

2. *In casu*, o paciente foi condenado à pena de 16 (dezesseis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 121, § 2º, II, do Código Penal, tendo o Tribunal *a quo*, assentado que "*a instância ordinária entendeu que 'não ocorreu a ação sob domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação, tendo em vista ter ocorrido um lapso temporal considerável entre a 'fechada' realizada pela vítima e a conduta criminosa praticada pelo Requerente'*".

3. O *habeas corpus* é impassível de ser manejado como sucedâneo de recurso em revisão criminal.

4. A reiteração dos argumentos trazidos pela parte agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 17/5/2016; e RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 1º/7/2015.

5. Agravo regimental DESPROVIDO.

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 183.097 **(576)**

ORIGEM : 183097 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : SANDRO WELTER DA SILVA
AGTE.(S) : HELIO LEAL MACHADO
ADV.(A/S) : ITAGUACI JOSE MEIRELLES CORREA (17287/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: A Turma, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADES. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO DOS JURADOS CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Quanto à alegada nulidade "*do processo, ocorrida após a pronúncia, materializada na falta de entrega de cópia do libelo",* a orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que a "*demonstração de prejuízo, de acordo com o art. 563 do CPP, é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta"* (RHC 122.467, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

2.Quanto à alegada nulidade ocorrida na quesitação, o acórdão recorrido está alinhado com a jurisprudência do STF no sentido de que *"as partes anuíram à quesitação, conforme se depreende da ata de julgamento. Pelo que o caso é de preclusão da matéria, nos exatos termos do inciso VIII do art. 571 do Código de Processo Penal".* (HC 96.469, Rel. Min. Ayres Britto).

3.Eventual acolhimento da tese defensiva de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que não é possível na via restrita do *habeas corpus*.

4.Agravo regimental desprovido.

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.938 **(577)**

ORIGEM : 36938 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : SERGIO RIBEIRO CAVALCANTE
ADV.(A/S) : SERGIO RIBEIRO CAVALCANTE (89166/SP)
EMBDO.(A/S) : RELATOR DA RCL Nº 35.895 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGOS 1.022 E 1.024 DO CPC/2015. MANDAMUS CONTRA DECISÃO JUDICIAL DE MINISTRO DO STF. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. CARÁTER INFUNDADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. DETERMINAÇÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO.

1. A omissão, contradição, obscuridade ou erro material, quando inocorrentes, tornam inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do artigo 1.022 do CPC/2015.

2. *In casu*, o embargante impetrou mandado de segurança contra ato praticado por Ministro deste Supremo Tribunal Federal, relator da Reclamação nº 35.895, o qual não conheceu dos embargos opostos pelo impetrante naquele feito. Ademais, o embargante já opôs embargos da decisão monocrática que negou seguimento ao *mandamus*, bem como interpôs agravo interno desse *decisum*, o qual sequer foi conhecido por esta Primeira Turma, por decisão unânime.

3. Deveras**,** percebe-se que o recurso é manifestamente protelatório e a pretensão absolutamente infundada, mercê de contrária à firme jurisprudência desta Suprema Corte, razão pela qual é autorizada a determinação do trânsito em julgado da contenda. Precedentes.

4. Reconsidero a decisão constante no e-doc. 25, tornando-a sem efeito, máxime da posterior constatação de necessidade de submissão dos presentes embargos ao órgão colegiado fracionário. Defiro o pedido de gratuidade de justiça formulado (CPC/2015, artigo 99, *caput* c/c §2°).

5. Embargos de declaração **NÃO CONHECIDOS**, com a determinação de certificação do trânsito em julgado e consequente baixa imediata dos autos, independentemente de publicação do acórdão.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 15.724 **(578)**

ORIGEM : ACP - 00009332920115090028 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : AUTOPISTA LITORAL SUL S/A
ADV.(A/S) : INDALÉCIO GOMES NETO (23465/PR) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, acolheu os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo regimental e julgar procedente o pedido, de forma que seja cassado o acórdão impugnado, com determinação para que a autoridade reclamada observe o entendimento fixado no Tema 725 da Repercussão Geral (RE 958.252, Rel. Min. Luiz Fux) e ADPF 324 (Rel. Min. Roberto Barroso), uma vez que esta Corte já se posicionou pela declaração de inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Rosa Weber, Relatora e Presidente. Primeira Turma, 5.5.2020.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO RE 958.252 (TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL). EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. A controvérsia, nestes autos, é comum tanto ao decidido no julgamento da ADPF 324, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, quanto ao objeto de análise do Tema 725 (RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX), em que esta CORTE fixou tese no sentido de que: É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

2. Por esse motivo, apesar da decisão impugnada ter sido proferida antes da conclusão do julgamento da ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), o processo em que proferida tal decisão encontra-se sobrestado no Tribunal Superior do Trabalho com base no Tema 725, a sugerir, consequentemente, que a solução do presente caso deve observância às diretrizes deste TRIBUNAL quanto ao ponto.

3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo interno.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 24.810 **(579)**

ORIGEM : PROC - 00138925019964010000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : TATIANA ZUCONI VIANA MAIA (00015539/DF) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. MERA REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS. RECURSO QUE VEICULA MERA IRRESIGNAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. CERTITICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO, COM A CONSEQUENTE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. Os embargos de declaração voltam-se à correção de eventuais equívocos de julgamento, que produzam, no acórdão recorrido, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a impedir a exata compreensão do que foi decidido. Incabíveis, por conseguinte, para mera obtenção de efeitos infringentes quanto à matéria decidida, objeto de irresignação do embargante.

2. *In casu*, não se verificam quaisquer omissões, na medida em que o acórdão embargado se manifestou expressamente sobre todas as questões relevantes ao deslinde da causa, sendo desnecessário o exame pormenorizado de cada uma das alegações formuladas (AI 791.292 – Tema 339 da sistemática da repercussão geral). Destarte, os presentes embargos de declaração veiculam mera irresignação e, portanto, se revelam manifestamente incabíveis e inaptos a impedir a consumação do trânsito em julgado. Precedentes.

3. Embargos de declaração **não conhecidos,** com a determinação de certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.190 **(580)**

ORIGEM : 38190 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES (15182/DF)
EMBDO.(A/S) : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Afirmou suspeição o Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. MERA REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS. RECURSO QUE VEICULA MERA IRRESIGNAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. CERTITICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO, COM A CONSEQUENTE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. Os embargos de declaração voltam-se à correção de eventuais equívocos de julgamento, que produzam, no acórdão recorrido, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a impedir a exata compreensão do que foi decidido. Incabíveis, por conseguinte, para mera obtenção de efeitos infringentes quanto à matéria decidida, objeto de irresignação do embargante.

2. *In casu*, trata-se de embargos de declaração, que veiculam mera irresignação e que, portanto, se revelam manifestamente incabíveis e inaptos a impedir a consumação do trânsito em julgado. Precedentes.

3. Embargos de declaração **não conhecidos,** com a determinação de certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.201 **(581)**

ORIGEM : 39201 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO (3458/AC, 3726A/AL, 840A/BA, 16012-A/CE, 20013/DF, 97276/MG, 11338-A/PB, 11338/PE, 18838/PI, 002483/RJ, 66120A/RS, 311A/SE, 161899/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado e o arquivamento imediato dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS MANIFESTAMENTE INCABÍVEIS NÃO INTERROMPEM O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO IMEDIATO DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PÚBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO REFERENTE AO PRESENTE JULGAMENTO.

1. O acórdão embargado não apresenta omissão, contradição, obscuridade ou erro material. O ofício judicante realizou-se de forma completa e satisfatória, não se mostrando necessários quaisquer reparos.

2. A parte embargante pretende dar nítido caráter infringente aos declaratórios, os quais não estão vocacionados a essa função, salvo em situações excepcionais, não caracterizadas no caso.

3. Embargos manifestamente incabíveis não produzem o efeito de interromper o prazo para interposição de outros recursos. Precedentes: ARE 738.488 AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe de 24/3/2014; AI 241.860 AgR-ED-ED-ED-AgR, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ de 8/11/2002).

4. Embargos de Declaração não conhecidos. Determinação de certificação do trânsito em julgado e arquivamento imediato dos autos, independentemente da publicação do acórdão referente ao presente julgamento.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.230.446 **(582)**

ORIGEM : 00088578220094058200 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : MARCELO RAPOSO DE FRANCA
ADV.(A/S) : RONNIE PREUSS DUARTE (64349/DF, 16528/PE)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, aplicou a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015 e, por maioria, determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido, nesse ponto, o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. IMPRESCINDIBILIDADE. ARTIGO 41, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. TEORIA DO FATO CONSUMADO E PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE PARA AFASTAR O CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE EMBARGANTE. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ARTIGO 1.026, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. DETERMINADA A CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO, COM A CONSEQUENTE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.233.160 **(583)**

ORIGEM : 90000498820078260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : RODRIGO AUGUSTO FABRIS
ADV.(A/S) : FABIO TOFIC SIMANTOB (220540/SP)
ADV.(A/S) : MARIA JAMILE JOSE (257047/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma, por maioria, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECLARATÓRIOS OPOSTOS SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. Não se prestam os embargos de declaração, não obstante sua vocação democrática e sua finalidade precípua de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, para o reexame das questões de fato e de direito já apreciadas no acórdão embargado.

2. Ausência de omissão justificadora da oposição de embargos declaratórios, nos termos do art. 619 do CPP, a evidenciar o caráter meramente infringente da insurgência.

3. Embargos de declaração rejeitados.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.579 **(584)**

ORIGEM : 00000028420176100034 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
PROCED. : MARANHÃO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : COLIGAÇÃO UNIDOS SOMOS MAIS FORTES
ADV.(A/S) : VICENTE DE PAULO DE MOURA VIANA (34318/DF, 8595/PI)
ADV.(A/S) : AMANDA VICTORIA PRADO LAGES (54923/DF)
EMBDO.(A/S) : RAIMUNDO SANTANA DE CARVALHO
ADV.(A/S) : JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (02977/DF)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração e, por maioria, determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. PREFEITO E VICE-PREFEITO. CONDUTA VEDADA. SUPRESSÃO DE VANTAGENS DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PERÍODO DEFESO. ARTIGO 73, INCISO V, DA LEI FEDERAL 9.504/1997. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL PARA AFASTAR A CASSAÇÃO DOS DIPLOMAS, MANTENDO-SE A APLICAÇÃO DA MULTA. SUPOSTA OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA SEM REPERCUSSÃO GERAL – TEMA 181. APLICAÇÃO DE MULTA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TIDOS POR PROTELATÓRIOS – TEMA 197. RECURSO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONTRA DECISÃO DE TRIBUNAL QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE EMBARGANTE. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. DETERMINADA A CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO, COM A CONSEQUENTE BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.544 **(585)**

ORIGEM : 36544 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : CAMILA AFONSO BERNADES CAEXETA
ADV.(A/S) : ALINE REBELLO DOS SANTOS (14967/O/MT)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração e determinou a certificação do trânsito em julgado com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CLÁUSULA DE BARREIRA. CORREÇÃO DE PROVA DISCURSIVA. CANDIDATO ELIMINADO. ALEGAÇÃO DE PRETERIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REAVALIAÇÃO DAS PROVAS PRODUZIDAS. PRETENSÃO QUE EXTRAPOLA A VIA MANDAMENTAL INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se à correção de vícios de julgamento que produzam ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão recorrido, aptos a impedir, ou dificultar, a correta compreensão da decisão ou, até mesmo, o seu devido cumprimento.

2. *In casu*, inexistem omissões ou contradições no Acórdão proferido por esta Primeira Turma. Em verdade, a parte, em sede de embargos de declaração, não apresenta a existência de qualquer obscuridade, omissão ou contradição, basicamente impugna todo o Acórdão, como se estivesse maculado como um todo, para tentar reformá-lo.

3. A embargante alega a existência de contradição entre (a) o objetivo do mandado de segurança pleiteado (correção da prova discursiva) e (b) o *decisum* desta Primeira Turma, o qual supostamente teria negado provimento ao agravo interposto afirmando ter o *writ* intuito de assegurar direito à nomeação em concurso púbico. Ocorre que o Acórdão foi expresso ao elucidar que "*o writ foi impetrado no Superior Tribunal de Justiça objetivando assegurar a correção de prova discursiva*".

4. Deveras, os argumentos apresentados são manifestamente infundados e protelatórios. O Acórdão impugnado foi expresso ao rechaçar as alegações reiteradas pela embargante, por engendrarem a necessidade de dilação probatória. Inexiste direito líquido e certo demonstrado de plano, mercê de não terem sido acostadas nos autos provas cabais ou, ao menos, suficientes para convergir com a tese da embargante e discordar do já apresentado pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça.

5. Descabe falar em omissão por não determinar a "*distinção entre o caso concreto e o leading case oriundo do colegiado máximo do TRF-5". O acórdão foi explícito ao demonstrar que* o acervo fático-probatório presente nestes autos ilustra situação de rigorosa aplicação dos precedentes desta Suprema Corte, mormemente o RE 635.739, Rel. Min. Gilmar Mendes, (DJe 03/10/2014). Ademais, é absolutamente incompatível com a via processual eleita a tentativa de que o Supremo Tribunal Federal determine que "*o leading case a ser observado é o acórdão exarado*" por Tribunal diverso deste STF, com competências e jurisdições totalmente distintas.

6. O recurso é fruto de mero inconformismo, máxime do notório intuito de rediscutir a matéria já amplamente decidida não só pelo Superior Tribunal de Justiça, como também por este Supremo Tribunal Federal, razão pela qual não cumpre com o disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, de 2015. Consectariamente, conforme determina a jurisprudência desta Corte, torna-se necessária a certificação do trânsito em julgado, sob pena de vulnerar os princípios da duração razoável do processo e da eficiência. Precedentes.

7. Embargos de declaração **NÃO CONHECIDOS.** Determinação de certificação do trânsito em julgado e consequente baixa imediata dos autos, independentemente de publicação do acórdão.

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 176.738 **(586)**

ORIGEM : 176738 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : WALDEMAR CINIGLIA
ADV.(A/S) : MARCELLO RAMALHO DA SILVA (141050/RJ) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração e, por maioria, determinou a certificação do trânsito em julgado, com a consequente baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão, nos termos do voto do Relator, vencido, nesse ponto, o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE PECULATO NA FORMA TENTADA E DE ESTELIONATO. ARTIGO 312, C/C ARTIGO 14, II, E ARTIGO 171 DO CÓDIGO PENAL. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. ALEGADAS NULIDADES PROCESSUAIS. TEMAS NÃO DEBATIDOS PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. INEXISTÊCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO APTO A ENSEJAR QUALQUER DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDOS. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E BAIXA IMEDIATA DOS AUTOS, INDEPENDENTEMENTE DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. O reconhecimento do vício alegado pressupõe a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, sendo descabida a sua presunção, no afã de se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional. Precedentes: RHC 125.242-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 15/3/2017; HC 125.610, Primeira Turma, red. p/ o acórdão min. Edson Fachin, *DJe* de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

5/8/2016; RHC 126.885, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 1°/2/2016; HC 107.882-ED-segundos, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 6/3/2015; HC 106.902, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 4/5/2011; e HC 91.599-ED, Segunda Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 9/5/2008.

2. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Inexistentes quaisquer desses vícios, não se pode falar em cabimento do recurso de embargos de declaração.

2. *In casu*, verifica-se que a pretensão do embargante é o rejulgamento da impetração, inviável na via estreita dos embargos declaratórios.

3. A pretensão de rediscutir toda matéria de fundo constante da impetração é inviável na via estreita dos embargos declaratórios, máxime quando inexiste nulidade processual a ser sanada.

4. Embargos declaratórios DESPROVIDOS com determinação de certificação de trânsito em julgado e a baixa imediata dos autos, independentemente da publicação do acórdão.

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 176.323 **(587)**

ORIGEM : 176323 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S) : DIONARIO APARECIDO ARAUJO DE JESUS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: PPROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. DETRAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A controvérsia dos autos não foi apreciada pelo Tribunal estadual, nem pelo Superior Tribunal de Justiça. Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias. Precedentes.

2.Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 179.647 **(588)**

ORIGEM : 179647 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S) : JOSE VANDERLEI LOMBARDI SILVA
ADV.(A/S) : EDSON MENDONCA JUNQUEIRA (83761/SP)
EMBDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 390.533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM *HABEAS CORPUS.* CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ALEGAÇÃO DE NULIDADES. PREJUÍZO. SÚMULA 691/STF. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DA IMPETRAÇÃO FORMALIZADA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MODIFICAÇÃO SUPERVENIENTE DO QUADRO PROCESSUAL.

1.Tendo em vista o caráter infringente da pretensão formulada pela parte recorrente de ver reformada a decisão impugnada, os embargos de declaração devem ser recebidos como agravo regimental. Precedentes: HC 152.642-ED, Rel. Min. Luiz Fux; ARE 732.028-ED, Rel. Min. Celso de Mello; ARE 684.535-ED, Relª. Minª. Rosa Weber.

2.O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF).

3.As peças que instruem a impetração não evidenciam ilegalidade flagrante ou abuso de poder capaz de justificar o imediato acolhimento da pretensão defensiva, notadamente se se considerar que a orientação jurisprudencial do STF é firme no sentido de que o *"princípio do **pas de nullité sans grief** exige, em regra, a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, podendo ser ela tanto a nulidade absoluta quanto a relativa, pois não se decreta nulidade processual por mera presunção"* (HC 132.149-AgR, Rel. Min. Luiz Fux).

4O STF já decidiu que "*a superveniente modificação do quadro processual, resultante de inovação do estado de fato ou de direito ocorrida posteriormente à impetração do 'habeas corpus', faz instaurar situação configuradora de prejudicialidade (RTJ 141/502), justificando-se, em consequência, a extinção anômala do processo". (*HC 83.799-AgR, Rel. Min. Celso de Mello). No caso, em consulta à página oficial do Superior Tribunal de Justiça na internet, verifico que, em 03.03.2020, sobreveio o trânsito em julgado do julgamento de mérito da impetração lá formalizada (HC 390.533).

5.Embargos declaratórios recebidos como agravo regimental a que se nega provimento.

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 183.691 **(589)**

ORIGEM : 183691 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : LUAN HENRIQUE DELFINO MORAES
ADV.(A/S) : DANIEL RESENDE MACIEL (129769/MG)
EMBDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 557.769 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO VOLTADA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES.

1. Ante o notório propósito infringente, em nome do princípio da fungibilidade recursal, os presentes Embargos serão recebidos como Agravo Regimental.

2. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014 ; HC 122.381-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 27/8/2014; RHC 114.961, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

3. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 117.798, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

4. Inexistência de teratologia ou caso excepcional caracterizadores de flagrante constrangimento ilegal.

5. Embargos de Declaração recebidos como Agravo Regimental, ao qual se **nega provimento.**

EMB.DECL. NO INQUÉRITO 4.418 **(590)**

ORIGEM : INQ - 4418 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA
ADV.(A/S) : FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (31440/DF) E OUTRO(A/S)
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Após o voto da Ministra Rosa Weber, Relatora, que recebia os embargos de declaração como agravo regimental e negava-lhe provimento, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, Sessão Virtual de 28.6.2019 a 5.8.2019.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moraes, que divergia da Ministra Rosa Weber, Relatora, no sentido de acolher os embargos de declaração para determinar o imediato arquivamento do feito pela ausência de justa causa; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que a acompanhava, pediu vista do processo o Ministro Luiz Fux, Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, 12.11.2019.

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Alexandre de Moraes. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 28.04.2020.

Ementa: **Direito Processual Penal. Denúncia. Inquérito Policial. Foro Especial por prerrogativa de função. Restrição. Entendimento do Supremo Tribunal Federal em Questão de Ordem na Ação Penal 937-RJ. Hipótese restritiva. Exigências temporal e de pertinência funcional não verificadas. Parlamentar federal não reeleito. Declinação de competência com implicação de efeitos imediatos. Rejeição da denúncia. Descabimento. Supressão de instância. Ofensa ao Princípio do Promotor**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Natural. Inexistência. Ausência de comprovação de atuação casuística. Princípio da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público. 1. O foro especial por prerrogativa de função, de que cuida o art. 53, § 1º, da CF (Deputados Federais e Senadores), contempla os delitos praticados no cargo e em razão dele. **2.** Parlamentar Federal não reeleito e conduta desvinculada do exercício da função. **3** Situações concretas que não se amoldam às hipóteses de competência definidas pelo Supremo Tribunal Federal. **4.** Pedido de trancamento de ação penal que não se amolda ao feitio constitucional. **5.** Ofensa ao princípio do Promotor Natural. **6.** Ausência de comprovação de atuação casuística. **7.** Competência declinada para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas para redistribuição para um dos juízos eleitorais de Manaus/AM.

Embargos de declaração contra decisão monocrática recebidos como agravo regimental, à que se nega provimento.

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.895 **(591)**

ORIGEM : 36895 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : JOAO CARLOS STRAPPAZZON
ADV.(A/S) : JAQUELINE MARIATH DUTRA (17758/RS)
EMBDO.(A/S) : CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo interno, vencido o Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. CONSELHO NACIONAL DE JUSUTIÇA. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO. ATUAÇÃO DO CNJ CONFORME SUAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS E ATENTO AO PREVISTO EM SEU REGIMENTO INTERNO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O impetrante não logrou comprovar a ilegalidade decorrente da decisão que determinou o arquivamento da Reclamação Disciplinar em questão, por entender desnecessária a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça, ante os satisfatórios esclarecimentos prestados, pelo órgão censor local, sobre a apuração dos fatos na origem.

2. Restou comprovado que o CNJ atuou conforme suas prerrogativas constitucionais e de acordo com o previsto em seu Regimento Interno, não incorrendo em qualquer ilegalidade ou abuso de poder, ao extinguir a reclamação disciplinar.

3. Ratifica-se o entendimento aplicado, de modo a manter, em todos os seus termos, a decisão recorrida.

4. Embargos de Declaração recebidos como Agravo Interno, ao qual se nega provimento.

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 741.901 **(592)**

ORIGEM : AC - 10702084587642001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
EMBTE.(S) : FRECE LUBRIFICANTES LTDA
ADV.(A/S) : MARCELA CUNHA GUIMARÃES (84177/MG)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. DERIVADOS DE PETRÓLEO. IMUNIDADE. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OPERAÇÃO INTERNA. INCIDÊNCIA. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973.

1. A jurisprudência desta Suprema Corte firmou-se no sentido de que incabíveis embargos de declaração opostos contra decisão monocrática. Recebimento como agravo regimental com fundamento no princípio da fungibilidade.

2. O acórdão proferido na origem não diverge do entendimento adotado no âmbito desta Suprema Corte, no sentido da imunidade, com relação ao ICMS, das operações interestaduais envolvendo produtos derivados de petróleo (art. 155, § 2º, X,"b", da Lei Maior).

3. Eventual ofensa reflexa à Constituição Federal não viabiliza o recurso extraordinário, desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior.

4. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.350 **(593)**

ORIGEM : 00047002320064036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : NEVES VIANNA COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS LTDA - EPP
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO BETTIOL (06558/DF, 237748/SP)
ADV.(A/S) : ANTONIO JOSE DANTAS CORREA RABELLO (05870/PE)
ADV.(A/S) : THIAGO SANDOVAL FURTADO (43956/DF, 237408/SP)
ADV.(A/S) : RODRIGO DE SALAZAR E FERNANDES (19095/PE)
ADV.(A/S) : LUZIA CORREA RABELLO (211334/SP)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração com agravo interno, vencido o Ministro Marco Aurélio. Por unanimidade, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Afastada a aplicação da penalidade porquanto não atingida a unanimidade prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O órgão julgador pode converter, em agravo interno, os embargos de declaração que notoriamente visam a reformar a decisão monocrática do Relator, sendo desnecessária a intimação do embargante para complementar suas razões quando o recurso, desde logo, exibir impugnação específica a todos os pontos da decisão embargada. Inteligência do art. 1.024, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. O acórdão do Tribunal de origem revela-se em conformidade com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

3. Embargos de Declaração recebidos como Agravo Interno, ao qual se nega provimento. Na forma do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, em caso de votação unânime, fica condenado o agravante a pagar ao agravado multa de um por cento do valor atualizado da causa, cujo depósito prévio passa a ser condição para a interposição de qualquer outro recurso (à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final).

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.014 **(594)**

ORIGEM : 00113498820188160182 - TJPR - 4ª TURMA RECURSAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : MARIA ELENA MICHALOWSKI
ADV.(A/S) : GUILHERME AUGUSTO BECKER (51716/PR)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: A Turma, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo interno e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Afastada a aplicação da penalidade porquanto não atingida a unanimidade prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015. Primeira Turma, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. AGRAVO DO ART. 1.042 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS OS FUNDAMENTOS APTOS, POR SI SÓS, PARA SUSTENTAR A DECISÃO AGRAVADA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO.

1. O órgão julgador pode converter, em agravo interno, os embargos de declaração que notoriamente visam a reformar a decisão monocrática do Relator, sendo desnecessária a intimação do embargante para complementar suas razões quando o recurso, desde logo, exibir impugnação específica a todos os pontos da decisão embargada. Inteligência do art. 1.024, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. Não pode ser conhecido o agravo do art. 1.042 do CPC quando não impugna especificamente a decisão que inadmitira o recurso extraordinário.

3. Embargos de Declaração recebidos como Agravo Interno, ao qual se nega provimento. Na forma do art. 1.021, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil de 2015, em caso de votação unânime, fica condenado o agravante a pagar ao agravado multa de um por cento do valor atualizado da causa, cujo depósito prévio passa a ser condição para a interposição de qualquer outro recurso (à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 153.594 **(595)**
ORIGEM : 432637 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JULIANA ELISA MELLEM
IMPTE.(S) : FERNANDA PAULA SOUSA CRUZ (400678/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC N° 432.637 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber acompanharam o Relator com ressalvas quanto à inadequação da via eleita. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL – ADEQUAÇÃO. O *habeas corpus* é adequado em se tratando de impugnação a ato de colegiado ou individual.

ABSOLVIÇÃO – MATERIALIDADE E AUTORIA – COMPROVAÇÃO. Ante a materialidade e a comprovação de autoria, é inadequada a absolvição.

PENA – CAUSA DE DIMINUIÇÃO – TRÁFICO DE ENTORPECENTES – INADEQUAÇÃO. Ante a dedicação do paciente a atividades criminosas, surge inadequada a observância da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.

HABEAS CORPUS 154.225 **(596)**
ORIGEM : 154225 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : BRASIL POVO DE DEUS
IMPTE.(S) : MARCOS ROBERTO DA SILVA (209766/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Decisão: A Turma, por unanimidade, assentou a inadequação do *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 28.04.2020.

HABEAS CORPUS – MAZELAS SOCIAIS – INADEQUAÇÃO. O *habeas corpus* pressupõe o cerceio à liberdade de ir e vir.

HABEAS CORPUS 159.024 **(597)**
ORIGEM : 159024 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EDSON JUNIOR LOPES DA SILVA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 1.5.2020 a 8.5.2020.

FURTO – OBJETO – PEQUENO VALOR – INSIGNIFICÂNCIA – INADEQUAÇÃO. O princípio da insignificância não se coaduna com a previsão do § 2º do artigo 155 do Código Penal, a revelar que, sendo primário o paciente e de pequeno valor a coisa furtada, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de 1/3 a 2/3 ou somente aplicar a multa.

HABEAS CORPUS 160.071 **(598)**
ORIGEM : 160071 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RAFFAELE ARISCI
IMPTE.(S) : MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO (239535/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, deferiu a ordem, para determinar ao Juízo da execução que verifique o atendimento dos requisitos para a progressão a regime menos gravoso de cumprimento da pena, tendo em vista o tempo de prisão provisória, observados a sentença e o acórdão formalizados no processo nº 0002427-04.2012.4.03.6119, da Quarta Vara Federal da Décima Nona Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, Guarulhos/SP, nos termos do voto do Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 14.04.2020.

PENA – REGIME DE CUMPRIMENTO. A teor do disposto no § 2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, o período de custódia provisória repercute na fixação do regime de cumprimento da pena.

HABEAS CORPUS 161.417 **(599)**
ORIGEM : 161417 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JEAN CARLOS DA COSTA
IMPTE.(S) : ANDRE RICARDO DE LIMA (285379/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 465.419 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 1.5.2020 a 8.5.2020.

HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL – ADEQUAÇÃO. O *habeas corpus* é adequado em se tratando de impugnação a ato de colegiado ou individual.

PENA – REGIME DE CUMPRIMENTO – ARTIGO 387, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. O versado no § 2º do artigo 387 do Código de Processo Penal não trata de detração da pena, e sim de consideração do período de privação da liberdade, para fins de definição do regime inicial de cumprimento.

PENA – CUMPRIMENTO – REGIME. O regime de cumprimento é definido ante o patamar alusivo à condenação e as circunstâncias judiciais – artigo 33, parágrafos 2º e 3º, do Código Penal.

PENA – CUMPRIMENTO – PROGRESSÃO – EXAME CRIMINOLÓGICO. Sendo o resultado do exame criminológico negativo, fica afastado o direito à progressão no regime de cumprimento da pena.

HABEAS CORPUS 179.977 **(600)**
ORIGEM : 179977 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOSÉ HENRIQUE PREVATTO
IMPTE.(S) : MARCELO DA SILVA CÂNDIDO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar o prejuízo da impetração.

HABEAS CORPUS 180.291 **(601)**
ORIGEM : 180291 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ALEX SANDRO DA SILVA MORAES
IMPTE.(S) : LESSANDRO PITANGA ARAUJO DA ANNUNCIACAO (181988/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 180.461 **(602)**
ORIGEM : 180461 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : AVELINO GOULARTE GHISI
IMPTE.(S) : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO (26790/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 551.880 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 180.560 **(603)**
ORIGEM : 180560 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARCELO PEREIRA DA SILVA
IMPTE.(S) : DEILTON GABRIEL DE OLIVEIRA (183189/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 180.719 **(604)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 180719 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA DA COSTA
IMPTE.(S) : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS (54394/PR) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 181.532 **(605)**
ORIGEM : 181532 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DARCI GONÇALVES PEREIRA
IMPTE.(S) : ANTONIO RICARDO DA CUNHA (96544/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 561.128 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 182.481 **(606)**
ORIGEM : 182481 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DELMAR MULLER
IMPTE.(S) : MATTHEUS EDUARDO LEAL URBANEK (54625/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 548.532 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 182.622 **(607)**
ORIGEM : 182622 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ULLY CRISTINA MARCONDES
IMPTE.(S) : DOUGLAS LUIZ ABREU SOTELO (232969/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

HABEAS CORPUS 182.812 **(608)**
ORIGEM : 182812 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ROGERIO BONFIM DE ALMEIDA
IMPTE.(S) : JENNER SILVERIO JACULI (157983/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por unanimidade, julgou prejudicada a impetração, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Ante a perda de objeto, cumpre declarar prejudicada a impetração.

RECLAMAÇÃO 39.570 **(609)**
ORIGEM : 39570 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECLTE.(S) : MARIA DAS DORES DE HOLANDA CARVALHO ALVES
ADV.(A/S) : JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO (34626/PE, 17587/PI)
RECLDO.(A/S) : MUNICIPIO DE ARARIPINA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou seguimento à Reclamação, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

EMENTA: **RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO. OMISSÃO. ALEGADA OFENSA ÀS TESES VINCULANTES FIXADAS NOS JULGAMENTOS DO RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 837.311 E 598.099 – TEMAS 784 E 161 DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. NÃO AJUIZAMENTO DE AÇÃO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DAS VIAS RECURSAIS. ART. 988, §5º, II, DO CPC. CARÁTER EMINENTEMENTE EXCEPCIONAL DA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.**

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 149.698 **(610)**
ORIGEM : HC - 399889 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : FLAVIO EDUARDO PINTO
ADV.(A/S) : FABRICIO MOREIRA GIMENEZ (199635/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por unanimidade, indeferiu a ordem, nos termos do voto do Relator, com ressalvas do Ministro Luís Roberto Barroso. Primeira Turma, Sessão Virtual de 8.5.2020 a 14.5.2020.

RECURSO ORDINÁRIO – *HABEAS CORPUS* ORIGINÁRIO – CONVERSÃO. Considerada a envergadura da ação, no que voltada à preservação da liberdade de ir e vir do cidadão, mostra-se cabível receber, como *habeas corpus* originário, recurso ordinário inadmissível.

PENA – CAUSA DE DIMINUIÇÃO – TRÁFICO DE ENTORPECENTES – INADEQUAÇÃO. Ante a dedicação do recorrente a atividades criminosas, surge inadequada a observância da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006.

Brasília, 16 de junho de 2020.
Fabiano de Azevedo Moreira
Coordenador de Processamento Final

SEGUNDA TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA Nº 50 - Elaborada nos termos do art. 935 do Código de Processo Civil e do art. 83 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, contendo os seguintes processos:

SEXTO AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 **(611)**
ORIGEM : 1030 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA
ADV.(A/S) : GAMIL FÖPPEL (17828/BA) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores

AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.101.748 **(612)**
ORIGEM : REsp - 91950240820038260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : WILSON LUIZ GUARE
ADV.(A/S) : RICARDO ALESSI DELFIM (136346/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Aposentadoria

AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.221.329 **(613)**
ORIGEM : AREsp - 872670 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SANTA CATARINA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
AGTE.(S) : JOSÉ ERALDO SOARES
ADV.(A/S) : MARCEL LODETTI FABRIS (37255/SC) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Extinção da Punibilidade
Prescrição

AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 165.024 **(614)**
ORIGEM : HC - 450507 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : HANNE ELPIDIO MARTINEZ VELASQUEZ
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.197.268 **(615)**
ORIGEM : 00093648920148260071 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S) : DAIANE CESARIO MARTINS
ADV.(A/S) : JOSE CARLOS CAPOSSI JUNIOR (318658/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Empregado Público / Temporário

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 984.504 **(616)**
ORIGEM : 00023922520124058500 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S) : TAVEX BRASIL S/A
ADV.(A/S) : MARCOS CÉZAR NAJJARIAN BATISTA (127352/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Benefícios em Espécie
Aposentadoria por Invalidez

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.353 **(617)**
ORIGEM : 2290409620065020084 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S) : JULIO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAVALLARO (62908/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADV.(A/S) : MARCELO OLIVEIRA ROCHA (1047A/BA, 33541-A/CE, 24361/DF, 44131/GO, 98729/MG, 15113-A/MS, 00811/PE, 002683-A/RJ, 1153-A/RN, 56381A/RS, 49115/SC, 113887/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Jurisdição e Competência
Competência
Competência da Justiça do Trabalho

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.356 **(618)**
ORIGEM : PROC - 02273000320065020085 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S) : WALTER ROUBAUD DIAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAVALLARO (62908/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADV.(A/S) : MARCELO OLIVEIRA ROCHA (1047A/BA, 33541-A/CE, 24361/DF, 44131/GO, 98729/MG, 15113-A/MS, 00811/PE, 002683-A/RJ, 1153-A/RN, 56381A/RS, 49115/SC, 113887/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Entidades Administrativas / Administração Pública
Tribunal de Contas

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 166.526 **(619)**
ORIGEM : 166526 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S) : RUPERTO PINCHEIRA MESQUITA
ADV.(A/S) : CLEBER LOPES DE OLIVEIRA (15068/DF, 50206/GO) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 174.120 **(620)**
ORIGEM : 174120 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
AGTE.(S) : RODRIGO AFONSO BANDEIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : MARCELO CARLET FERREIRA (60406/RS)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 524.605 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Execução Penal
Pena Privativa de Liberdade
Progressão de Regime

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.716 **(621)**
ORIGEM : 178716 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : THALES FERNANDES LAGE RODRIGUES
ADV.(A/S) : NAIGUEL CRISTIAN GOMES (184810/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO ARESP Nº 967.766 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.007 **(622)**
ORIGEM : 180007 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
AGTE.(S) : JOSE FERREIRA DAVID JUNIOR
ADV.(A/S) : ORLANDO AMARAL MIRAS (22316/PR)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGDO.(A/S) : RELATOR DO RHC Nº 111.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.156 **(623)**
ORIGEM : 181156 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : DIEGO PEREIRA DE SOUZA FERNANDES
ADV.(A/S) : AHMAD LAKIS NETO (294971/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.021 **(624)**
ORIGEM : 182021 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ANDRÉ LUIZ CAMPOS EMÍLIO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.361 **(625)**
ORIGEM : 182361 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : RAFAEL BRUNO CAMELO DE VERAS
ADV.(A/S) : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA (225178/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 562.108 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.409 **(626)**
ORIGEM : 182409 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : RONALDO SANTOS DA SILVA
AGTE.(S) : MARCELO OLIVEIRA DE CASTRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.114 **(627)**
ORIGEM : 183114 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : CLODOALDO INACIO DA SILVA BERNADINO
ADV.(A/S) : JOALLYSON GUEDES RESENDE (16427/PB)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 567.073 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.274 **(628)**
ORIGEM : 183274 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MARIA CILENE VARELO
ADV.(A/S) : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA (28980/CE)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RHC Nº 110.604 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.513 **(629)**
ORIGEM : 183513 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : TEREZA PADILHA
ADV.(A/S) : EDNO DAMASCENA DE FARIAS (11134/O/MT)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 569.836 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.496 **(630)**
ORIGEM : 184496 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : LUIZ INACIO LULA DA SILVA
ADV.(A/S) : CRISTIANO ZANIN MARTINS (32190/DF, 96503/PR, 153599/RJ, 172730/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 574.794 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.238 **(631)**
ORIGEM : 185238 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ANDERSON MOREIRA GOMES
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.682 **(632)**
ORIGEM : 185682 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : CARLOS PASQUAL JUNIOR
ADV.(A/S) : ANTONIO DONATO (45278/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO ARE Nº 1.259.957 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Suspensão

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.691 **(633)**
ORIGEM : 185691 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : PAULO RICARDO LINHARES DE SOUZA MENDES
ADV.(A/S) : JOSE CARLOS LEITAO ISAIAS (095056/RJ)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 559.756 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.892 **(634)**
ORIGEM : 185892 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGTE.(S) : BRUNO MARTINS ANTUNES
ADV.(A/S) : PARAGUACU SOARES NEVES JUNIOR (68373/RS)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva
Revogação

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.895 **(635)**
ORIGEM : 185895 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : GEOCONDO GERBASIO TEIXEIRA FILHO
ADV.(A/S) : GIANLUCA SA MANTUANO (34064/BA) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATORA DO HC Nº 577.813 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.220 **(636)**
ORIGEM : 186220 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MARANHÃO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FRANCISCO DE ASSIS NERES DA SILVA
ADV.(A/S) : BRUNO GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA (8064-A/MA, 3788/TO) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes contra a vida
Homicídio Qualificado

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.373 **(637)**
ORIGEM : 186373 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : TATIANE MAROTTI
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Suspensão

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.393 **(638)**
ORIGEM : 183393 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FABIO DE SOUZA MIRANDA
ADV.(A/S) : ESTEVAO FERREIRA DE MELO (39225/DF, 96241/MG) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 582.519 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.394 **(639)**
ORIGEM : 186394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : R.S.C.
ADV.(A/S) : BRUNO FELIX DE PAULA (375946/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.427 **(640)**
ORIGEM : 186427 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : SEVERINO CAVALCANTE DA SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes contra o Patrimônio
Furto

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.455 **(641)**
ORIGEM : 186455 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : CLAUDINEI GANZELLA
ADV.(A/S) : MARCOS MESSIAS DE SOUZA (204538/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 1.664.063 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.472 **(642)**
ORIGEM : 186472 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : LEANDRO MARTINS DE LIRA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : RELATORA DO HC N° 583.249 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.491 **(643)**
ORIGEM : 186491 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CLAUDIA APARECIDA GALI
AGTE.(S) : PAULO CESAR MARTINS
AGTE.(S) : CLARICE LOURENCO THERIBA
ADV.(A/S) : RODRIGO CASTOR DE MATTOS (36994/PR, 35502/SC)
ADV.(A/S) : RAPHAEL RICARDO TISSI (45052/PR)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral
Peculato

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.597 **(644)**
ORIGEM : 186597 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : F.O.M.N.
ADV.(A/S) : MATHEUS GONCALVES DOS SANTOS TRINDADE (101928/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.609 **(645)**
ORIGEM : 186609 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : G.R.A.
ADV.(A/S) : AUGUSTO DE AZEVEDO TELESCA MOTA (94176/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.697 **(646)**
ORIGEM : 186697 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : PAULO ROBERTO PITTOL
ADV.(A/S) : DELANO SANTOS CAMARA (7747/ES) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Suspensão

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.225 **(647)**
ORIGEM : 36225 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : JOSE ROMULO PLACIDO SALES
ADV.(A/S) : ANNA PAULA MARCELA DOS SANTOS CARNEIRO (13837/PI)
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Aposentadoria
Especial

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.396 **(648)**
ORIGEM : 36396 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADV.(A/S) : DINO ARAUJO DE ANDRADE (36799/BA, 20182/DF)
AGDO.(A/S) : FABIO LUIZ BEZERRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Jurisdição e Competência
Competência

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.252 **(649)**
ORIGEM : 40252 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : VICENTE ALEXANDRE DE ARAUJO
ADV.(A/S) : JOSE SEBASTIAO DA SILVA (15861/PB, 01291/PE)
AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie
Data de Início de Benefício (DIB)

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.770 **(650)**
ORIGEM : 40770 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ALEXSANDER PINHO MOREIRA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO

Matéria:
QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE, GRANDE IMPACTO E REPERCUSSÃO
COVID-19

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.781 **(651)**
ORIGEM : 40781 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : AXEL FERNANDES DOS SANTOS FAUSTINO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : NÃO INDICADO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Domiciliar / Especial

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.993 **(652)**
ORIGEM : 40993 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ASSOCIACAO DOS PROCURADORES MUNICIPAIS DE MARINGA - APROMMAR
ADV.(A/S) : GIULIANI GRAZYELLA MARQUES SILVA (97582/PR)
INTDO.(A/S) : MARCELO COELHO SILVA
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Partes e Procuradores
Litigância de Má-Fé

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 626.415 **(653)**
ORIGEM : AC - 1812085000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : SINDICATO DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCESP
ADV.(A/S) : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP)
AGDO.(A/S) : SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : CRISTIANE DE FREITAS BAPTISTON (138070/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Intervenção no Domínio Econômico
Controle de Preços

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.061.966 **(654)**
ORIGEM : 08000180920148150000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : ERICK MAX RAMOS DE ALMEIDA
AGDO.(A/S) : KELLY LEITE AGRA
ADV.(A/S) : ANDRE MARTINS PEREIRA NETO (16180/PB)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Nomeação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.181.279 **(655)**
ORIGEM : 00079331920108140051 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AGDO.(A/S) : SILKA FERNANDES VIANA SANTOS
ADV.(A/S) : GLEYDSON ALVES PONTES (012347/PA)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Contratos Administrativos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.185.829 **(656)**
ORIGEM : 00051691320168260032 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGDO.(A/S) : APARECIDO DIAS DA SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Tipicidade

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.188.853 **(657)**
ORIGEM : 21512346820188260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ADV.(A/S) : FABIO NADAL PEDRO (131522/SP)
ADV.(A/S) : RONALDO SALLES VIEIRA (85061/SP)
INTDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Atos Administrativos
Infração Administrativa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.193.895 **(658)**
ORIGEM : 21600181072 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : VILMAR SANTOS DOS REIS
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Substituição da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.203.534 **(659)**
ORIGEM : 00095693720168260625 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : DEOCLECIO ROBERTO DE PAULA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.237.120 **(660)**
ORIGEM : 50101396620134047001 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : A.Y.
ADV.(A/S) : MARCUS BECHARA SANCHEZ (26888/PR, 149849/SP)
ADV.(A/S) : ANDREA CAROLINA LEITE BATISTA (56594/PR)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença
Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.237.758 **(661)**
ORIGEM : 00340224119994013400 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : SINAL - SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS AUTÁRQUICOS NOS ENTES DE FORMULAÇÃO, PROMOÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO CRÉDITO
ADV.(A/S) : LUCIANO DE ARAUJO FERRAZ (64572/MG)
ADV.(A/S) : ADRIANO CARDOSO DA SILVA (98540/MG)
ADV.(A/S) : DANIEL MARTINS E AVELAR (132704/MG)
AGDO.(A/S) : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Atos Administrativos

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.243.855 **(662)**
ORIGEM : 00448702020118160004 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AGDO.(A/S) : CRODOALDO SILVA DE ARAUJO
AGDO.(A/S) : JAILSON LUIS DE SOUZA
AGDO.(A/S) : JOSE CARLOS FARIA DE LIMA
AGDO.(A/S) : JULIO CESAR BRASSANINI
AGDO.(A/S) : RICARDO DE MEDEIROS MORES
AGDO.(A/S) : DIRCEU JOSE WOZNIAK
AGDO.(A/S) : EIGI NAKAMURA
AGDO.(A/S) : GENERVAL APARECIDO PECORAL
AGDO.(A/S) : MOACIR ALOIR DE MORAES
AGDO.(A/S) : WALDEMAR JENSEN NETO
ADV.(A/S) : GUILHERMO PARANAGUA E CUNHA (37358/PR)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Gratificações de Atividade

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.244.456 **(663)**
ORIGEM : 07187162920128040001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE MANAUS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução
Obrigação de Fazer / Não Fazer

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.245.428 **(664)**
ORIGEM : RHC - 109952 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : THIAGO ANDRÉ DA MAIA
ADV.(A/S) : MARLON CHARLES BERTOL (10693/SC, 326082/SP)
ADV.(A/S) : GIOVANI ACOSTA DA LUZ (17635/SC, 402576/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Matéria:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

DIREITO PENAL
Parte Geral
Extinção da Punibilidade
Prescrição

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.248.100 **(665)**
ORIGEM : 00113405620148140301 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AGDO.(A/S) : NADIA REGINA MARTINS DAS NEVES
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Contribuições
Contribuições Especiais
FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.211 **(666)**
ORIGEM : 08340658120068260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S) : PATRICIA BARBIERI DIEZEL (209547/SP)
ADV.(A/S) : ARLINDO FELIPE CUNHA (115827/SP)
ADV.(A/S) : ROSANA HARUMI TUHA (131041/SP)
ADV.(A/S) : BEVERLI TERESINHA JORDÃO (SP085269/)
ADV.(A/S) : SANDRA MACEDO PAIVA (93166/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS DE SOUZA (109718/SP)
AGDO.(A/S) : MARIA SAMPAIO FRANCO
ADV.(A/S) : SILVIO VALENTIM VALENTE (17208/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Intervenção do Estado na Propriedade
Desapropriação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.254.886 **(667)**
ORIGEM : 00337945120168190000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : JANIA MARIA DE SOUZA (067758/RJ)
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade
Inconstitucionalidade Material

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.010 **(668)**
ORIGEM : 50009637320134047127 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : E.G.
ADV.(A/S) : MARTA LILIANE SILVEIRA DA SILVA (70157/RS)
AGDO.(A/S) : E.N.D.
ADV.(A/S) : FABIO ANDRE GISCH (71942/RS)
ADV.(A/S) : PAULA PEREIRA DUARTE (87336/RS)

Matéria:
DIREITO CIVIL
Fatos Jurídicos
Prescrição e Decadência

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.100 **(669)**
ORIGEM : REsp - 1355695 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ALBERTO FERNANDES DA SILVA
ADV.(A/S) : NEY FAYET DE SOUZA JUNIOR (25581/RS, 412465/SP)
ADV.(A/S) : TIAGO LIMA GAVIAO (67956/RS)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Extinção da Punibilidade
Prescrição

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.262.912 **(670)**
ORIGEM : PROC - 90601355120168130024 - 1ª TURMA ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGDO.(A/S) : BEATRIZ VIEIRA DA COSTA
ADV.(A/S) : GABRIEL PEREIRA (22409/MG)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Empregado Público / Temporário

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.052 **(671)**
ORIGEM : 00018978920198120001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGDO.(A/S) : LUCAS OTAVIO ALVES CORREA
ADV.(A/S) : MARIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA (17313/MS)

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 764.029 **(672)**
ORIGEM : AC - 03851680620118190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
ADV.(A/S) : GUSTAVO HENRIQUE DE AGUIAR SABLEWSKI (208769/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS (02462/DF)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE PACHECO BASTOS (52682/DF)
ADV.(A/S) : BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA (0015315/DF)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.032.990 **(673)**
ORIGEM : AREsp - 394292016 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : FRANCISCA BENTA DE CAMPOS SILVA
ADV.(A/S) : CARLOS MAGNO KNEIP ROSA (6960/O/MT)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Denúncia/Queixa
Rejeição

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.519 **(674)**
ORIGEM : AREsp - 00032892320098260196 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ORLANDO CARDOSO GOMES JÚNIOR
ADV.(A/S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : DANILO MARTINS BORGES
ADV.(A/S) : ERIC ANTUNES PEREIRA DOS SANTOS (191792/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Denúncia/Queixa
Desclassificação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.519 **(675)**
ORIGEM : AREsp - 00032892320098260196 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : DANILO MARTINS BORGES
ADV.(A/S) : ERIC ANTUNES PEREIRA DOS SANTOS (191792/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ORLANDO CARDOSO GOMES JÚNIOR
ADV.(A/S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Denúncia/Queixa
Desclassificação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.859 **(676)**
ORIGEM : AREsp - 00013196720159260010 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : HENRIQUE PEREIRA PINTO
AGTE.(S) : FLAVIO GALEGO MORALES JUNIOR
AGTE.(S) : DEIVID PEREIRA PINTO
ADV.(A/S) : JOAO CARLOS CAMPANINI (258168/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Ausência de Fundamentação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.147.407 **(677)**
ORIGEM : 13910286 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : JESUALDO PADILHA
ADV.(A/S) : DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO (22812/DF)
ADV.(A/S) : JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES (24638/DF)
AGDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO
ADV.(A/S) : ROSAMARIA BORGES VIEIRA FERACIN (27780/PR)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Acumulação de Proventos

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.932 **(678)**
ORIGEM : AREsp - 97030232701 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (21445/DF)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Contribuições
Contribuições Sociais
PASEP

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.176.501 **(679)**
ORIGEM : 00810501920158217000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S) : SINDICATO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - SINDET/RS
ADV.(A/S) : HELEN GOULART VEGA (65874/RS)
ADV.(A/S) : JEVERTON ALEX DE OLIVEIRA LIMA (45412/RS)
ADV.(A/S) : PAULO CEZAR LAUXEN (29160/RS)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.190.410 **(680)**
ORIGEM : PROC - 00825001620075040011 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.
ADV.(A/S) : DANTE ROSSI (3161/RS)
AGDO.(A/S) : PAULO HENRIQUE POTI HOMRICH
ADV.(A/S) : VITOR HUGO LORETO SAYDELLES (22985/RS, 299357/SP)
ADV.(A/S) : DIEGO POHLMANN GARCIA (80061/RS)
ADV.(A/S) : GUILHERME BARCELLOS BLUMBERG (116316/RS)
ADV.(A/S) : RICARDO BARROS CANTALICE (49579/RS, 292505/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Liquidação / Cumprimento / Execução de Sentença
Precatório

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.213.204 **(681)**
ORIGEM : 00000633020158260574 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : M.C.S.
ADV.(A/S) : DANIEL ROBERTO DE SOUZA (289297/SP)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.216.980 **(682)**
ORIGEM : 00085801720028260562 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : RICARDO NEO CRUZ
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.225.195 **(683)**
ORIGEM : 00167678120158120001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : TIANO WALDENOR DE MORAES
ADV.(A/S) : RODRIGO NASCIMENTO DA SILVA (9571/MS)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.232.798 **(684)**
ORIGEM : 00229409520138260068 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : FRANCISCO DE CALDAS PEREIRA
ADV.(A/S) : AGNALIO NERI FERREIRA FILHO (325011/SP)
ADV.(A/S) : PAULO DOMINGOS DOS SANTOS (361851/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.064 **(685)**
ORIGEM : 00054835120128260079 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : WELLINGTON CESAR THOME
ADV.(A/S) : VITOR CARLOS DELEO (239314/SP)
ADV.(A/S) : EVERALDO CECILIO (299143/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Excludentes
Legítima Defesa

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.073 **(686)**
ORIGEM : 09001813620169260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : SERGIO NOCCE
AGTE.(S) : OSMAR JATOBA JUNIOR
AGTE.(S) : ALADIO PALMIERI JOSE ADRIANO
ADV.(A/S) : JOAO CARLOS CAMPANINI (258168/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MARCELO PALMEIRA ZACCARO
ADV.(A/S) : MOSAI DOS SANTOS (290883/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Competência
Competência da Justiça Estadual

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.236.773 **(687)**
ORIGEM : 00008162220128200133 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Garantias Constitucionais

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.439 **(688)**
ORIGEM : 201161810072013 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : DENIZE SIQUEIRA
ADV.(A/S) : ROGERIO LUIS ADOLFO CURY (5004/AC, 34252/DF, 186605/SP)
ADV.(A/S) : DANIELA MARINHO SCABBIA CURY (238821/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Medidas Assecuratórias
Indisponibilidade / Seqüestro de Bens

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.694 **(689)**
ORIGEM : 00021513320148260588 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : F.B.
ADV.(A/S) : HUGO ANDRADE COSSI (131768/MG, 110521/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Cerceamento de Defesa

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.141 **(690)**
ORIGEM : 00166031820098260590 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : JÚLIO CESAR DEOLINDO DA SILVA
AGTE.(S) : MICHEL JACKSON DA SILVA AMANTE
AGTE.(S) : RODNEY LEYDSON DO NASCIMENTO BORGES
ADV.(A/S) : ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP)
ADV.(A/S) : MAYARA GIL FONSECA (364786/SP)
ADV.(A/S) : NICOLLE COSTA DO ESPIRITO SANTO (365799/SP)
ADV.(A/S) : RENAN DE LIMA CLARO (442753/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.221 **(691)**
ORIGEM : 10019595820188010000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : FRANCIONE DA COSTA CARUTA
ADV.(A/S) : DOUGLLAS JONATHAN SANTIAGO DE SOUZA (3132/AC)
AGDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
ADV.(A/S) : NEYARLA DE SOUZA PEREIRA BARROS (3502/AC)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.370 **(692)**
ORIGEM : REsp - 1584614 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : JOAO BYRON DE FIGUEIREDO FROTA
AGTE.(S) : DALTON SOUSA CARVALHO
AGTE.(S) : FRANCISCO TORQUILHO NETO
ADV.(A/S) : JOSE BARBOSA HISSA (2035/CE)
AGDO.(A/S) : NAUTICO ATLETICO CEARENSE
ADV.(A/S) : JOSE PATRIARCA BRANDAO SOUZA (23569/CE)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Domínio Público
Patrimônio Histórico / Tombamento

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.738 **(693)**
ORIGEM : 3272720135230000 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED. : MATO GROSSO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : RUMO MALHA NORTE S.A.
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL (00513/DF, 197854/MG)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE RONDONÓPOLIS E REGIÃO - STTRR
ADV.(A/S) : SILVIO MARINHO DO NASCIMENTO (6304/O/MT)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Jurisdição e Competência
Competência
Competência da Justiça do Trabalho

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.156 **(694)**
ORIGEM : 00276588020168260602 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : FERNANDO CAVALHEIRO MARTINS
ADV.(A/S) : GENESIO DOS SANTOS FILHO (254527/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ANDREZA DE CAMPOS
INTDO.(A/S) : PAULO CESAR VIZCARRA
ADV.(A/S) : CLOVIS FRANCISCO CARDOZO (274014/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.993 **(695)**
ORIGEM : 00000756119928260441 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : ESPÓLIO DE SAUL RENATO SERSON E RENATA SERSON
ADV.(A/S) : JANICE INFANTI RIBEIRO ESPALLARGAS (97385/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Intervenção do Estado na Propriedade
Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941

TERCEIRO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 **(696)**
ORIGEM : 00077172620168240045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : L.M.V.
AGDO.(A/S) : F.O.C.
ADV.(A/S) : OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 **(697)**
ORIGEM : 00077172620168240045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : L.M.V.
ADV.(A/S) : OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : F.O.C.
ADV.(A/S) : OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 **(698)**
ORIGEM : 00077172620168240045 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : F.O.C.
ADV.(A/S) : OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : L.M.V.
ADV.(A/S) : OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.413 **(699)**
ORIGEM : 00003887819998260052 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AGTE.(S) : WILTON COSTA PAES
ADV.(A/S) : ROSA MARIA NEVES ABADE (109664/SP)
ADV.(A/S) : ROGERIO NERES DE SOUSA (203548/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.528 **(700)**
ORIGEM : 00290254920168260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : FERNANDO CARDOSO TORRES
ADV.(A/S) : WILLIAM FERNANDES CHAVES (236257/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas
Prova Ilícita

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.257.026 **(701)**
ORIGEM : 00041778820104036126 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DE SAO PAULO
ADV.(A/S) : MARCELO MONTALVAO MACHADO (34391/DF, 4187/SE, 357553/SP)
AGDO.(A/S) : DROGARIA BASILEIA LTDA - ME
AGDO.(A/S) : CLOVIS TASAKA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO DO CONSUMIDOR
Contratos de Consumo
Seguro

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.133 **(702)**
ORIGEM : 04081683220108060001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : EDVAN MENDES OLIVEIRA
ADV.(A/S) : EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (15499/CE)
ADV.(A/S) : ANA LETICIA LEITE DA SILVA BEZERRA (22998/CE) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Ausência de Fundamentação

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.806 **(703)**
ORIGEM : 00002063520134013802 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : G.Z.A.
ADV.(A/S) : LEUCES TEIXEIRA DE ARAUJO (62346/MG)
ADV.(A/S) : ANTONIO RICARDO DA CUNHA (96544/MG)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.032 **(704)**
ORIGEM : 02460112720153000000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS.
ADV.(A/S) : THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER (154860/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A
ADV.(A/S) : SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL (66905/SP) E OUTRO(A/S)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Contratos Administrativos

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 181.896 **(705)**
ORIGEM : 181896 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MARCOS FABIANO DA SILVA GONCALVES
ADV.(A/S) : JOSE RICARDO CERQUEIRA LOPES (046626/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Lesões Corporais
Seguida de Morte

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.574 **(706)**
ORIGEM : 182574 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : JORGE DANIEL CESPEDES PENITEZ
ADV.(A/S) : JOSÉ EDUARDO IOP (065174/RS)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Previstos na Legislação Extravagante
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas
Tráfico de Drogas e Condutas Afins

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.086 **(707)**
ORIGEM : 186086 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : VERGILIO BARBOSA FERREIRA
ADV.(A/S) : LUCAS MOISES GARCIA FERREIRA (266955/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes Contra as Finanças Públicas
Assunção de Obrigação no Último Ano do Mandato ou Legislatura

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 956.322 **(708)**
ORIGEM : PROC - 70063469993 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : JORGE GILBERTO KLOCKNER
ADV.(A/S) : FABIANO BARRETO DA SILVA (57761/RS)
EMBDO.(A/S) : ANTONIO SERGIO DE VARGAS MOTA
ADV.(A/S) : GÉRSON LUÍS BAÚ DANIEL (46784/RS)
INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Controle de Constitucionalidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.220.543 **(709)**
ORIGEM : 00596002020128240023 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S) : BERTOLINO PEDRO DUTRA FILHO
ADV.(A/S) : SIGFRIDO MAUS (12578/SC)
EMBDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPREV
ADV.(A/S) : MELISSA AGUIAR BATTISTI PORTO (39676/SC)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Militar
Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância
Licenciamento / Exclusão

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.302 **(710)**
ORIGEM : 00684263120118260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : C.S.D.
ADV.(A/S) : VITOR RICARDI SIQUEIRA (425524/SP)
ADV.(A/S) : CRISTIANE ARAUJO MENDES (233619/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH (4708/AC, 26966/DF, 200706/MG, 18407/A/MT, 56927/PR, 212740/RJ, 5536/RO, 396605/SP)
ADV.(A/S) : FELIPE FERNANDES DE CARVALHO (44869/DF)
ADV.(A/S) : IVAN CANDIDO DA SILVA DE FRANCO (52737/DF)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 159.444 **(711)**
ORIGEM : 159444 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : MARTIN AFONSO DE SOUSA BUENO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE SINIGALLIA CAMILO PINTO (26957-A/PA, 131587/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MAURÍCIO SILVA LEITE (SP164483/)
ADV.(A/S) : PAOLA MARTINS FORZENIGO (330827/SP)
ADV.(A/S) : GUILHERME PINHEIRO AMARAL (329761/SP)
ADV.(A/S) : MARCELA VIEIRA DA SILVA (406910/SP)
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade

EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.495 **(712)**
ORIGEM : 181495 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ANETILIA FREIRE DA SILVA
ADV.(A/S) : RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO (1954/AL) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas
Prova Ilícita

EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.358 **(713)**
ORIGEM : 183358 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
EMBDO.(A/S) : WILSON MIRANDA DA SILVA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INTDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Substituição da Pena

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.863 **(714)**
ORIGEM : 36863 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : DEIZIMARA ALBUQUERQUE FRANKLIN
ADV.(A/S) : GABRIEL MIRANDA MOREIRA DOS SANTOS (188801/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.872 **(715)**
ORIGEM : 36872 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : LUZINETE PEREIRA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : LUCIANA VIANA DA ROCHA (197458/RJ)
INTDO.(A/S) : CHEFE DA DIVISÃO DE CONCESSÃO E REVISÃO DE PENSÕES - MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.876 **(716)**
ORIGEM : 36876 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : BELKIS LOYOLA DE CAMARGO GONCALVES
ADV.(A/S) : ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA (33954/PR, 32323/SC)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.912 **(717)**
ORIGEM : 36912 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : JOSELIA MARIA VIEIRA RIBEIRO
ADV.(A/S) : GALTIERE DE OLIVEIRA CARNEIRO (24023/BA)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Pensão
Restabelecimento

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.467 **(718)**
ORIGEM : 39467 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DA BARRA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
EMBDO.(A/S) : FERNANDA MEDEIROS MALVESTE PIRES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.101.195 **(719)**
ORIGEM : 90663397520068260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : ROHM AND HAAS BRASIL LTDA
ADV.(A/S) : PAULO AUGUSTO ROSA GOMES (117750/SP)

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
Partes e Procuradores
Sucumbência

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.185.506 **(720)**
ORIGEM : 200772000041908 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : R.L.G.
EMBTE.(S) : C.M.G.
ADV.(A/S) : GUSTAVO BRITTA SCANDELARI (62294/DF, 40675/PR)
ADV.(A/S) : LUIS OTAVIO SALES DA SILVA JUNIOR (62144/DF, 45531/PR, 35834/SC)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas
Prova Ilícita

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.248.722 **(721)**
ORIGEM : PROC - 50080777120184047003 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
EMBDO.(A/S) : ROMAGNOLE PRODUTOS ELETRICOS S.A.
ADV.(A/S) : JOAO JOAQUIM MARTINELLI (5578/AC, 17600A/AL, A1383/AM, 4609-A/AP, 64225/BA, 43608-A/CE, 01805/A/DF, 31218/ES, 58806A/GO, 21615-A/MA, 1796A/MG, 15429-A/MS, 27764/A/MT, 28342-A/PA, 01723/PE, 18961/PI, 25430/PR, 139475/RJ, 1489 - A/RN, 10665/RO, 611-A/RR, 45.071A/RS, 3210/SC, 1211A/SE, 175215/SP, 10.119-A/TO)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Crédito Tributário
Incentivos fiscais

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.446 **(722)**
ORIGEM : 00043531720104058000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : ALAGOAS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : USINA SERRA GRANDE SA
ADV.(A/S) : ANTONIO JOSE DANTAS CORREA RABELLO (05870/PE)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Matéria:
DIREITO TRIBUTÁRIO
Impostos
IPI/ Imposto sobre Produtos Industrializados
Não Cumulatividade

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.127.544 **(723)**
ORIGEM : 07057034920178070018 - TJDFT - 3ª TURMA RECURSAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : NILZA DE FREITAS CARVALHO
ADV.(A/S) : REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA (25480/DF, 199077/RJ, 415764/SP)
ADV.(A/S) : MURILLO DOS SANTOS NUCCI (24022/DF, 199213/RJ, 415760/SP)
EMBDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Concurso Público / Edital
Anulação

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.156.652 **(724)**
ORIGEM : 20130111604218 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ANA MARIA STAMILLO ALIMENTI E SOUZA PINTO
ADV.(A/S) : ULISSES RIEDEL DE RESENDE (968/DF)
EMBDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ALYSSON SOUSA MOURAO (18977/DF)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Regime Estatutário
Acumulação de Cargos

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.185.674 **(725)**
ORIGEM : 00000815120148180140 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCED. : PIAUÍ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ESTADO DO PIAUÍ
EMBTE.(S) : FUNDACAO PIAUI PREVIDENCIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
EMBDO.(A/S) : MARIA NATIVIDADE MATOS SILVEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : NATHALIE CANCELA CRONEMBERGER CAMPELO (9191-A/MA, 2953/PI)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Serviços
Concessão / Permissão / Autorização
Tabelionatos, Registros, Cartórios

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.212.994 **(726)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 10100560720158260566 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : PATRICIA CRISTINA SORIANO ADAMI
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO FREITAS FAUVEL (112460/SP)
INTDO.(A/S) : MARIA APARECIDA SANTOS
ADV.(A/S) : GABRIELA DO PRADO WERNECK (284585/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Responsabilidade da Administração
Indenização por Dano Material

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.237.458 **(727)**
ORIGEM : 00971677620148260050 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : M.B.F.
ADV.(A/S) : GIOVANNA CARDOSO GAZOLA (63180/DF, 194742/SP)
ADV.(A/S) : RAUL ABRAMO ARIANO (373996/SP)
ADV.(A/S) : FERNANDA PETIZ MELO BUENO (329214/SP)
ADV.(A/S) : FABIANA SANTOS SCHALCH (393243/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.623 **(728)**
ORIGEM : 02080288120068090051 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : AMARILDO PEREIRA
ADV.(A/S) : TADEU BASTOS RORIZ E SILVA (22793/GO)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Ausência de Fundamentação

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.478 **(729)**
ORIGEM : 10275523620158260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : CARLOS HENRIQUE DE LIMA ALVES VITA (232496/SP)
EMBDO.(A/S) : BERNARDO EMILIO DOMINGOS
ADV.(A/S) : RONALDO TOVANI (62100/SP)

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Militar
Sistema Remuneratório e Benefícios

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.879 **(730)**
ORIGEM : 10074140040614001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : EDSON FERREIRA RANGEL
ADV.(A/S) : ROSILENO ARIMATEA MARRA (71595/MG)
ADV.(A/S) : CLAUDIO BITARELLO PERISSE (126342/MG)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Matéria:
DIREITO PENAL
Parte Geral
Aplicação da Pena
Regime inicial

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.659 **(731)**
ORIGEM : 00507185520148060167 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED. : CEARÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : FRANCISCO GILSON LOPES JUSTINO
ADV.(A/S) : EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (15499/CE)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Provas

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 160.840 **(732)**
ORIGEM : 160840 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : ALEXANDER LADISLAU MENEZES
ADV.(A/S) : BRUNO RODRIGUES (02042/A/DF, 084559/RJ) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PENAL
Crimes contra o Patrimônio
Estelionato Majorado

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 505.639 **(733)**
ORIGEM : PROC - 10518040712334001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S) : SIRLEI LOPES FRIZO DOS REIS
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA (47254/MG)
EMBDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS
ADV.(A/S) : MÁRIO MARQUES DE OLIVEIRA (55836/MG, 55836/MG)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS

Matéria:
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Servidor Público Civil
Sistema Remuneratório e Benefícios
Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.237 **(734)**
ORIGEM : PROC - 50021733920104047201 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : AGUSTINHO CAGLIONI NETO
ADV.(A/S) : LUIS CLEI ROSA (27714/SC)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Ausência de Fundamentação

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.227.082 **(735)**
ORIGEM : 08054509720138130000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
EMBTE.(S) : AMADEU ANTÔNIO RIBEIRO
ADV.(A/S) : JULIO FIRMINO DA ROCHA FILHO (96648/MG)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Ação Penal
Nulidade
Ausência de Fundamentação

EXTRADIÇÃO 1.437 **(736)**
ORIGEM : PPE - 772 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNO DA ITÁLIA
EXTDO.(A/S) : GIOVANNI FILIPETTI OU FILIPETTI GIOVANNI OU GIOVANNI FILIPPETTI
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Matéria:
DIREITO PROCESSUAL PENAL
Prisão Preventiva

EXTRADIÇÃO 1.607 **(737)**
ORIGEM : 1607 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNO DA ARGENTINA
EXTDO.(A/S) : GABRIEL ANDRES CUEVAS REINAO OU CUEVAS REINAO GABRIEL ANDRES OU CUEVAS REINAO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Matéria:
DIREITO INTERNACIONAL
Estrangeiro
Admissão / Entrada / Permanência / Saída

Brasília, 16 de junho de 2020
Cíntia da Silva Gonçalves
Secretária Substituta

SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da 13ª (décima terceira) Sessão Ordinária da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, realizada em 9 de junho de 2020.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Alcides Martins.

Secretária, Dra. Cintia da Silva Gonçalves.

Abriu-se a sessão às catorze horas, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

AGRADECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento, inicialmente, não apenas Vossa Excelência, mas também os eminentes pares que integram a egrégia Segunda Turma. Cumprimento também o representante do Ministério Público, os Senhores Advogados e demais presentes.

E, cumprimento, com especial ênfase, os nossos servidores, sempre presentes e indispensáveis para darem o apoio adequado aos nossos trabalhos. Merecem todos os encômios, inclusive porque se encontram aqui em plena pandemia, arrostando, inclusive, a quarentena, diante do elevado múnus público que exercem. Portanto, aproveito agora para, realmente, demonstrar o meu especial apreço pelos servidores desta Casa.

JULGAMENTOS

AÇÃO PENAL 1.002 **(738)**
ORIGEM : INQ - 3984 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REVISOR : MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
ASSIST.(S) : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADV.(A/S) : TALES DAVID MACEDO (20227/DF)
RÉU(É)(S) : ANÍBAL FERREIRA GOMES
ADV.(A/S) : GUSTAVO ADOLPHO DANTAS SOUTO (14717/DF) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MANOEL AGUIMON PEREIRA ROCHA (27230/DF)
ADV.(A/S) : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH (4708/AC, 26966/DF, 18407/A/MT, 56927/PR, 212740/RJ, 5536/RO, 396605/SP)
RÉU(É)(S) : LUIS CARLOS BATISTA SÁ
ADV.(A/S) : BRUNO PIRES DE OLIVEIRA (102263/MG)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo Ministério Público Federal, a Dra. Cláudia Sampaio Marques; pelo réu Anibal Ferreira Gomes, os Drs. Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch e Manoel Aquimon Pereira Rocha; e, pelo réu Luis Carlos Batista Sá, o Dr. Bruno Pires de Oliveira. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. **2ª Turma**, 10.12.2019.

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que rejeitava a preliminar e votava pela parcial procedência da ação, no que foi acompanhado integralmente pelo Ministro Celso de Mello (Revisor), foi suspenso o julgamento, que terá continuidade no início da próxima sessão do dia 9 de junho de 2020, a partir do voto do Ministro Ricardo Lewandowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. **2ª Turma**, 2.6.2020.

Decisão: A Turma, por unanimidade, rejeitou a preliminar. No mérito, julgou parcialmente procedente a denúncia, nos termos do voto do Relator, para condenar, por maioria, o denunciado Aníbal Ferreira Gomes pelo crime do § 1° do art. 317 do CP, vencidos, nesse ponto, os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes que o desclassificava para o crime do art. 332, do CP (tráfico de influência), e, por unanimidade, pelo art. 1°, *caput*, da Lei 9613/1998, por 19 vezes, e, ainda, condenar, por maioria, o denunciado Luis Carlos Batista Sá no *caput* do art. 317 do CP, vencidos, nesse ponto, os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, em razão da desclassificação para o art. 332, do CP (tráfico de influência) e, por unanimidade, nas sanções do art. 1°, caput, da Lei 9613/1998, por 19 vezes, na forma do art. 29 daquela lei. Destarte, foi absolvido, por unanimidade, o denunciado Aníbal Ferreira Gomes da imputação da prática do crime de corrupção ativa, tipificado no art. 333, do Código Penal, com base no inciso VII do art. 386 do Código de Processo Penal, bem como absolvidos ambos os réus, também por unanimidade, da imputação da prática do crime de lavagem de dinheiro em 15 fatos descritos nos itens 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35. Quanto à dosimetria da pena, nos termos do voto do Relator, a Turma, por maioria, aplicadas as regras do concurso material em razão da condenação pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, estabeleceu para Aníbal Ferreira Gomes a reprimenda em 13 (treze) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 101 (cento e um) dias-multa, fixando o valor do dia-multa em 3 (três) salários-mínimos vigentes à época dos fatos, corrigidos monetariamente por ocasião da execução desta decisão, bem como o regime fechado para o início de cumprimento da pena privativa de liberdade, sem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena, vencidos, em parte, os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, que entendiam ser vedada a exacerbação das penas-base nos limites impostos pelo Relator, e para Luis Carlos Batista Sá, quanto ao crime de corrupção passiva, fixou a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e pagamento de 25 (vinte e cinco) dias-multa, declarando a extinção da punibilidade, na forma do art. 107, IV, do Código Penal, e quanto ao crime de lavagem de dinheiro, fixou a pena em 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão e pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, fixando o valor do dia-multa em 3 (três) salários-mínimos vigentes à época dos fatos, corrigidos monetariamente por ocasião da execução desta decisão, determinando o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena privativa de liberdade, sem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena, vencidos, em parte, os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes quanto à majoração da pena-base. Quanto aos danos materiais, a Turma, por unanimidade, não acolheu a pretensão do Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator. Quanto aos danos morais coletivos, a Turma, por maioria, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, fixou como valor mínimo indenizatório a quantia de R$ 6.085.075, 33 (seis milhões, oitenta e cinco mil, setenta e cinco reais e trinta e três centavos), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.357/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão. Quanto à perda de bens, a Turma, por unanimidade, decretou a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto da lavagem em relação a qual foram os acusados condenados, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé. Quanto à perda do mandato parlamentar, a Turma, por maioria, assentou a perda de objeto, vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. Quanto à inabilitação temporária para o exercício de função pública, por unanimidade, decretou, com fundamento no art. 7º, II, da Lei 9.613/1998, a interdição dos acusados Aníbal Ferreira Gomes e Luis Carlos Batista Sá para o exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma Lei, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada. Por fim, também por unanimidade, a Turma condenou os acusados ao pagamento

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

das custas processuais e determinou a expedição de guia de execução das reprimendas cominadas a ambos os acusados tão logo esgotada a análise das insurgências cognoscíveis interpostas contra esta decisão colegiada, tudo nos termos do voto do Relator. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. **2ª Turma**, 9.6.2020.

Brasília, 9 de junho de 2020
CINTIA DA SILVA GONÇALVES
Secretária Substituta

ACÓRDÃOS

Nonagésima Primeira Ata de Publicação de Acórdãos, realizada nos termos do art. 95 do RISTF.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.223.370 **(739)**

ORIGEM : 201803000000919 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : L.C.L.
AGTE.(S) : M.G.C.
ADV.(A/S) : FERNANDO JOSE DA COSTA (198212/MG, 155943/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : S.E.M.M.
ADV.(A/S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
INTDO.(A/S) : J.D.F.
ADV.(A/S) : RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGAO (123723/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : P.S.J.
INTDO.(A/S) : S.V.K.P.
ADV.(A/S) : HERMENEGILDO COSSI NETO (66645/SP)
INTDO.(A/S) : C.R.C.
INTDO.(A/S) : M.C.C.
INTDO.(A/S) : J.D.L.G.
INTDO.(A/S) : E.P.
INTDO.(A/S) : C.I.C.
INTDO.(A/S) : C.C.C.
INTDO.(A/S) : C.A.S.S.
INTDO.(A/S) : W.J.P.
ADV.(A/S) : LUCAS VICENTE ROMERO RODRIGUES FRIAS DOS SANTOS (374156/SP)
ADV.(A/S) : WILLIAN RAFAEL GIMENEZ (356592/SP)
INTDO.(A/S) : E.G.
INTDO.(A/S) : J.G.P.S.
INTDO.(A/S) : E.R.S.E.
INTDO.(A/S) : R.V.
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : J.C.R.
ADV.(A/S) : GUILHERME CREMONESI CAURIN (272098/SP)
INTDO.(A/S) : M.O.G.C.
ADV.(A/S) : FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (131364/SP)

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 29.5.2020 a 5.6.2020.

Agravo regimental no recurso extraordinário. 2. Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. 3. Crimes atribuídos a prefeito municipal. Art. 89 da Lei 8.666/1993; art. 1º, inciso I, do Decreto-lei 201/1967; art. 288 do Código Penal; art. 4º, inciso II, da Lei 8.137/1990 e art. 1º da Lei 9.613/1998. 4. Competência. Foro por prerrogativa de função objeto do art. 29, X, da Constituição Federal. 5. Prefeito municipal reeleito de forma sequencial e ininterrupta. Manutenção, no caso, da competência por prerrogativa de função, ainda que os eventuais fatos delituosos tenham sido praticados no exercício do mandato anteriormente ocupado. 6. Precedentes. 7. Agravo regimental não provido.

Brasília, 16 de junho de 2020.
Fabiano de Azevedo Moreira
Coordenador de Processamento Final

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões e Despachos dos Relatores

PROCESSOS ORIGINÁRIOS

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.321 **(740)**

ORIGEM : 3321 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

As partes manifestaram desinteresse na produção de provas (eventos 34 e 37).

Vista às partes, no prazo sucessivo de 05 dias, a começar pelo autor, para apresentarem suas razões finais, e, na sequência, vista ao Procurador-Geral da República (artigo 249 do RISTF).

Após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.406 **(741)**

ORIGEM : 8913 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AUTOR(A/S)(ES) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RÉU(É)(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. PEDIDO DE RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE SE FUNDA A AÇÃO. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19. LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2020. CONDIÇÃO EXIGIDA PARA ADESÃO AO PROGRAMA. HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO. ARTIGO 487, III, 'C', DO CPC. PROCESSO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Decisão: Trata-se de Ação Cível Originária proposta pelo Estado de Pernambuco em face da União Federal e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a finalidade de obter provimento judicial que autorize o autor a utilizar os recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - que já se encontram à sua disposição, disponibilizando os aludidos recursos, por meio do cartão de alimentação escolar, aos pais e responsáveis dos estudantes da rede estadual de ensino, exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios em favor dos aludidos alunos, durante o período de suspensão das aulas presenciais, por força da pandemia da Covid-19.

Consta dos documentos acostados aos autos que a União interpôs agravo de instrumento contra decisão do juízo de primeiro grau que deferiu pedido de tutela antecipada para autorizar o Estado de Pernambuco a utilizar os recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - que estejam à sua disposição - para os fins postulados na exordial e tão somente durante o excepcional período de suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia da COVID-19.

Ao analisar o recurso, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região reconheceu a incompetência absoluta da Justiça Federal para processamento do feito em questão, por força do art. 102, I, *f,* da CRFB/**88,** e determinou, por conseguinte, a remessa dos autos a este Supremo Tribunal Federal, oportunidade em que foram distribuídos à minha relatoria.

Por intermédio da **Petição STF 41.048/2020**, o Estado de Pernambuco apresenta renúncia ao direito em que se funda a ação, pugnando pela sua homologação, afirmando que *"já tinha requerido, em primeiro grau, a desistência da ação, renunciando ao direito sob o qual se funda (e-DOC. 02) nos termos do art. 5º, § 7º, da Lei Complementar nº 173, de 27"* .

É o relatório. **DECIDO.**

Tratando das hipóteses em que cabe ao juiz resolver o mérito do processo, o art. 487 do Código de Processo Civil de 2015 assim dispõe em seu inciso III:

"Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:
[…]
III - homologar:
[…]
c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção."

Informa o requerente que aderiu ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19 previsto na Lei Complementar nº 173/2020, sendo uma das condições necessárias para adesão ao referido programa sua renúncia ao direito em que se funda a presente ação, nos termos do art. 5º, § 7º, da referida norma.

Haja vista a concordância implícita da União, responsável pela instituição do programa ao qual aderiu o requerente e estipuladora da renúncia pretendida, desnecessária sua intimação para que se manifeste sobre o presente pedido.

Ex positis, **HOMOLOGO** o pedido de **RENÚNCIA** formulado na Petição STF 41.048/2020 e **EXTINGUO** o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, *c,* do CPC.

DETERMINO à Secretaria que registre e certifique o trânsito em

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

julgado dos autos, independente de publicação, procedendo-se à baixa na distribuição.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.599 **(742)**

ORIGEM	: ADI - 4599 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE.	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: CÂMARA BRASILEIRA DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL -CBDL
ADV.(A/S)	: JOÃO PAULO MORELLO (112569/SP) E OUTRO(A/S)

DECISÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS. REVOGAÇÃO EXPRESSA DO § 11 DO ART. 3º DA LEI ESTADUAL N. 7.098/1998 E DOS DECRETOS ESTADUAIS N. 2.033/2009 E 312/2011. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AÇÃO DIRETA PREJUDICADA EM PARTE. § 5º DO ART. 3º DA LEI ESTADUAL N. 7.098/1998. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. AÇÃO DIRETA À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra os arts. 1º e 2º do Decreto n. 2.033/2009 de Mato Grosso, e os incs. III e IV do art. 1º Decreto n. 312/2011 de Mato Grosso:

"Art. 1º Acrescentado o artigo 216-M-1 as disposições permanentes do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n° 1.944, de 6 de outubro de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 216-M-1 Sem prejuízo de outras situações previstas neste regulamento ou das fixadas no artigo precedente, nas hipóteses adiante arroladas, o remetente localizado em outra unidade federada deverá previamente inserir no Sistema de Informações de Notas Fiscais de Saída e de Outros Documentos Fiscais, os dados relativos às respectivas operações ou prestações, bem como atender, no que couber, as demais disposições deste capítulo:

I - em relação às operações e prestações cuja aquisição ocorrer a distância ou de forma não presencial no estabelecimento remetente;

II - que destinem mercadorias a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS ou pessoa física domiciliada neste Estado.

§ 1º Na forma do §2º será exigida na entrada no estado a antecipação do imposto relativo às hipóteses a que se referem os incisos do caput, quando a operação ou prestação:

I – for irregular ou inidônea;

II - não for previamente registrada no sistema de controle a que se refere o caput;

III – se referir a remetente ou destinatário que se encontre em situação irregular ou não inscrito perante o cadastro de contribuintes do imposto;

IV – for pertinente a remetente sujeito ao regime administrativo cautelar a que se referem os artigos 444 e 445 das disposições permanentes;

V – aconteça em volume ou habitualidade que caracteriza intuito comercial do destinatário não inscrito no cadastro de contribuintes do imposto;

VI – estiver beneficiada com incentivo ou benefício fiscal não autorizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;

VII – estiver desacompanhada do comprovante a que se refere o artigo 216-N;

VIII – cuja documentação fiscal não for tempestivamente apresentada ao fisco estadual por ocasião da entrada no estado;

IX – quanto for verificado subfaturamento, preço aviltado ou desconto que o avilte. (Redação retificada nos termos do Decreto 2.621/10, efeitos a partir de 10.07.09)

§ 2º Observado o disposto no §4º, a antecipação a que se refere o §1º será exigida do remetente localizado em outra unidade federada, por ocasião da entrada do Estado, ainda que a operação ou prestação seja destinada a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS ou pessoa física, hipótese em que será determinada mediante aplicação dos percentuais equivalente a:

I – 9% (nove por cento) aplicado sobre o valor da operação constante do respectivo documento fiscal ou preço no mercado varejista;

II – 18% (dezoito por cento) aplicado sobre o valor da operação constante do respectivo documento fiscal ou preço no mercado varejista, quando em volume ou habitualidade que caracterize intuito comercial do destinatário.

§ 3º Fica dispensado da observância do disposto neste artigo a operação de remetente localizado em outra unidade federada:

I – inscrito no cadastro mato-grossense de contribuintes do imposto, relativamente a operação cujo trânsito foi acobertado por Nota Fiscal Eletrônica – NF-e emitida pelo estabelecimento localizado neste estado;

II – que realize transferência de mercadoria ao estabelecimento mato-grossense do mesmo titular, ainda que a transferência seja promovida com o intuito de entregar bem ou mercadoria adquirido na forma do caput;

III - quando a operação se originar de outra unidade federada e se destinar a estabelecimento inscrito no cadastro mato-grossense de contribuintes do imposto que fará a entrega ao adquirente localizado neste Estado;

IV - quando o valor da operação ou o preço total dos bens ou mercadorias no mercado varejista for igual ou inferior a 30 (trinta) UPFMT.

§ 4º A exigência da antecipação a que se referem os §§1º e 2º deste artigo será efetuada em nome do remetente localizado em outra unidade federada e terá como vencimento:

I - a data fixada no instrumento a que se refere o artigo 467-G das disposições permanentes deste Regulamento, hipótese em que o adquirente mato-grossense será nomeado fiel depositário dos respectivos bens ou mercadorias;

II – a mesma data fixada para o recolhimento do ICMS Garantido Integral, nas demais hipóteses.

§ 5° Para fins do disposto neste artigo:

I - será concedida Inscrição Estadual ao remetente localizado em outra unidade federada, a qual não acarretará ao contribuinte sujeição às demais obrigações acessórias previstas na legislação tributária, salvo as fixadas neste capítulo ou artigo ou pertinentes a revisão de lançamento ou restituição;

II - a inscrição a que se refere o inciso anterior será utilizada para acesso ao Sistema de Informações de Notas Fiscais de Saída e de Outros Documentos Fiscais, hipótese em que o remetente localizado em outra unidade federada que destinar bem ou mercadoria a adquirente localizado no território mato-grossense deverá solicitar credenciamento e liberação da respectiva senha, mediante acesso à lista de serviços disponibilizados pela SEFAZ na Internet, no sítio www.sefaz.mt.gov.br, utilizando a pasta 'contribuintes' e efetuando a opção 'credenciamento';

III – a inscrição a que se refere o inciso I deste parágrafo poderá ser utilizada pelo remetente para exercício da opção a que se refere o inciso I do §3º deste artigo.

§ 6° A baixa do comprovante relativo ao registro da operação ou prestação na forma do caput será efetuada observando o disposto no artigo 216-N, sem prejuízo do respectivo cruzamento eletrônico de dados em que se efetuará o eventual lançamento pertinente as omissões que apurar em relação ao remetente localizado em outra unidade federada.

§ 7º O cancelamento do comprovante a que se refere o artigo 216-N, relativo ao registro da operação ou prestação na forma do caput, será requerido pelo remetente localizado em outra unidade federada na forma do artigo 216-V.

§ 8º Até o prazo fixado no inciso V do §1º do artigo 467-A poderá o remetente localizado em outra unidade federada promover o saneamento do registro perante o sistema a que se refere o caput, hipótese em que, exclusivamente quanto a operação regular e idônea, poderá mediante o processo previsto no artigo 573, devidamente instruído com decisão favorável proferida nos termos do artigo 570-A, lhe ser restituída a importância antecipada líquida do imposto e acréscimos eventualmente devidos.

§ 9º A restituição da antecipação a que se refere o §8º não implica em devolução ou nulificação das cominações legais decorrentes de infração a legislação tributária."".

"Art. 2º Fica revogado o artigo 97-A, introduzido pelo Decreto nº 1.949, de 27 de maio de 2009, nas disposições permanentes do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n° 1.944, de 6 de outubro de 1989.

§ 1º A exigência da antecipação do imposto prevista no revogado artigo a que se refere o caput será mantida em nome do remetente localizado em outra unidade federada, tendo como vencimento a data fixada no instrumento a que se refere o artigo 467-G das disposições permanentes deste Regulamento, hipótese em que o adquirente mato-grossense será nomeado fiel depositário dos respectivos bens ou mercadorias.

§ 2º Aplica-se o disposto nos §§8º e 9º do artigo 216-M-1, na redação fixada neste Decreto, às importâncias antecipadas na vigência do artigo 97-A a que se refere o caput, hipótese em que fica estabelecido o prazo de quarenta e cinco dias, contados da publicação do presente Decreto, para saneamento e registro da respectiva operação na forma prevista no artigo 216-M-1".

"Art. 1º (…)

III – acrescentado o § 2°-A ao artigo 216-M-1, com a redação adiante indicada:

"Art. 216-M-1 .....

§ 2°-A O disposto no parágrafo anterior não se aplica as operações enquadradas nas hipóteses descritas no artigo 398-Z-5 deste regulamento. (efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

…..."

IV – acrescentados o Capítulo XXI ao Título VI do Livro I do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n° 1.944, de 6 de outubro de 1989, e o artigo 398-Z-5 que o integra, conforme segue:

"LIVRO I

….....

TÍTULO VI

….....

CAPÍTULO XXI

DAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS QUE DESTINAM BENS E MERCADORIAS A CONSUMIDOR FINAL DESTE ESTADO, ADQUIRIDOS DE FORMA NÃO PRESENCIAL NO ESTABELECIMENTO DO REMETENTE

Art. 398-Z-5 Nas operações interestaduais que destinarem bem ou mercadoria a consumidor final, pessoa física ou jurídica não contribuinte do imposto, domiciliado no território mato-grossense, adquiridos de forma não presencial, por meio de internet, telemarketing ou showroom, será exigida a parcela do ICMS devida ao Estado de Mato Grosso, em conformidade com o disposto neste artigo. (cf. caput da cláusula primeira do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 1° O estabelecimento remetente, na condição de substituto tributário, será responsável pela retenção e recolhimento do ICMS, em favor deste Estado, apurado na forma do parágrafo seguinte. (cf. cláusula segunda do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 2° A parcela do imposto devida ao Estado de Mato Grosso será obtida pela aplicação da alíquota interna, fixada para o bem ou mercadoria, sobre o valor da respectiva operação, deduzindo-se o valor equivalente aos seguintes percentuais aplicados sobre a base de cálculo utilizada para cobrança do imposto devido na origem: (cf. caput da cláusula terceira do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

I – 7% (sete por cento) para as mercadorias ou bens oriundos das Regiões Sul e Sudeste, exceto do Estado do Espírito Santo;

II – 12% (doze por cento) para as mercadorias ou bens procedentes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do Estado do Espírito Santo.

§ 3° O ICMS devido à unidade federada de origem da mercadoria ou bem, relativo à obrigação própria do remetente, é calculado com a utilização da alíquota interestadual. (cf. parágrafo único da cláusula terceira do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 4° A parcela do imposto a que se refere o caput deste artigo deverá ser recolhida pelo estabelecimento remetente, antes da saída do bem ou mercadoria, por meio de Documento de Arrecadação – DAR1/AUT, exceto quando o remetente for credenciado como substituto tributário junto à Secretaria de Estado de Fazenda, na forma indicada no artigo 5° do Anexo XIV deste regulamento, hipótese em que o recolhimento deverá ser efetuado até o dia nove do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. (cf. caput da cláusula quarta do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 5° Sem prejuízo da incidência dos acréscimos legais cabíveis, será exigível a partir do momento do ingresso do bem ou mercadoria no território deste Estado, o pagamento do imposto relativo à parcela a que se refere o caput deste artigo, quando o bem ou mercadoria estiverem desacompanhados do documento correspondente ao recolhimento do ICMS e a operação:

I – for precedente do Estado do Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo ou do Tocantins; (cf. inciso I do parágrafo único da cláusula quarta do Protocolo ICMS 21/2011, combinado com o Protocolo ICMS 30/2001 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

II – for precedente de unidade federada não arrolada no inciso anterior, na hipótese em que o estabelecimento remetente não esteja regularmente credenciado junto à Secretaria de Estado de Fazenda, na forma preconizada no § 4° deste artigo. (cf. inciso II do parágrafo único da cláusula quarta do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 6° O disposto neste artigo não se aplica às operações de que trata o Convênio ICMS 51/00, de 15 de dezembro de 2000. (cf. cláusula quinta do Protocolo ICMS 21/2011 – efeitos a partir de 1° de maio de 2011)

§ 7° Às operações a que se refere o caput deste artigo aplicam-se, ainda, as disposições do caput e dos §§ 5°, 6° e 7° do artigo 216-M-1 deste regulamento.

§ 8° Fica dispensada a observância do disposto no caput do artigo 216-M-1 deste regulamento quando a operação de remessa do bem ou mercadoria para este Estado, nas hipóteses descritas no caput deste artigo, for acobertada por Nota Fiscal Eletrônica – NF-e."".

2. Na petição inicial, o autor alega que, "*pelo Decreto Estadual nº 2.033/2009 o Estado do Mato Grosso passou a exigir ICMS no montante adicional de 9% (nove por cento) ou 18% (dezoito por cento), a depender do volume de compras ou habitualidade, por ocasião da entrada no território estadual de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação*".

Sustenta que "*referido ente federativo acrescentou, pelo Decreto Estadual nº 312/2011, o art. 398-Z5 (vigência a partir de 1º/05/2011), que trata do adicional de ICMS nas operações interestaduais que destinam bens e mercadorias a consumidor final no Estado e adquiridos de forma não presencial no estabelecimento remetente*".

Enfatiza que "*tais normativos (…) instituíram obrigações acessórias não previstas e não autorizadas em lei, tais como a obrigação de fazer cadastro estadual do vendedor, bem como a obrigação de registro no sistema de controle da Secretaria de Fazenda do Mato Grosso*".

Aponta que "*o Decreto Estadual nº 2.033/2009 (…), ao acrescentar o art. 216-M-1 no Regulamento do ICMS (Decreto Estadual nº 1944/1989) institui exação adicional que funciona como barreira comercial em razão da origem*".

Anota que "*do mesmo modo procedeu o Estado do Mato Grosso ao acrescentar o Capítulo XXI ao Título VI do Livro I do Regulamento do ICMS, estabelecendo, por meio do art. 398-Z-5, a tributação das operações interestaduais que destinam bens e mercadorias a consumidor final*".

Defende que "*a inconformidade desses normativos com a Constituição Federal é manifesta, sobretudo porque esta, em seu art. 152, veda expressamente o estabelecimento de diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência, evidenciando o chamado princípio da não-discriminação*".

Argumenta que, "*da leitura dos Decretos Estaduais nºs 2.033/2009 e 312/2011 resta evidente o espírito das normas: a bitributação de operações interestaduais que destinem bens ao consumidor final não contribuinte*".

Salienta que "*os Decretos Estaduais nº 2.033/2009 e 312/2011, ao estabelecerem que as vendas de produtos oriundos de outros Estados da Federação sejam acrescidos de um percentual, não obstante esta seja realizada diretamente ao consumidor final do produto, instituiu uma modalidade totalmente fictícia, repartindo o ICMS incidente na operação de venda direta tal como se houvesse uma operação tributada posterior*".

Afirma que, "*ao estabelecer que a venda de produtos oriundos de outros Estados da Federação sejam acrescidos de um percentual antecipado (9% e 18% no Decreto nº 2.033/2009, e 7% e 12% no Decreto nº 312/2011), não obstante esta seja realizada diretamente ao consumidor final do produto, o Estado do Mato Grosso acabou por criar um novo tributo*", o que ofenderia o princípio do pacto federativo.

Assevera que, "*ao fixar alíquotas variáveis da operação tributada o § 2º do art. 216-M-1 do Decreto Estadual nº 2.033/2009 (9% e 18%) e o § 2º do art. 398-Z-5 instituído pelo Decreto Estadual nº 312/2011 (7% e 12%), apresentam-se flagrantemente inconstitucionais em cotejo com o art. 155, § 2º, IV, da Constituição Federal*".

Ressalta que, "*o deferimento do pedido seja em cautelar (art. 11, § 2º, Lei nº 9.868/99) seja no próprio mérito (art. 27, Lei nº 9.868/99) implica TAMBÉM na manifestação expressa desse Eg. Tribunal acerca da incompatibilidade dos Decretos Estaduais nºs 2.033/2009 e 312/2011 com a Carta Federal, o que ora se requer*".

Eis o teor do requerimento e do pedido:

"*Ante o exposto, pugna o Requerente:*

a) pela notificação do GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO, por intermédio de seu Governador, para que, como órgão responsável pela elaboração dos Decretos ora impugnados manifeste-se, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o pedido de concessão de medida cautelar, com base no art. 10 da Lei nº 9.868/99;

b) seja concedida a medida liminar para suspender a eficácia da íntegra dos arts. 1º e 2º do Decreto Estadual nº 2.033/2009 (que acrescentou o art. 216-M-1 ao Regulamento do ICMS), bem como dos inciso III (que acrescentou o § 2º-A ao art. 216-M-1 ao Regulamento do ICMS) e IV (que acrescentou o art. 398-Z-5 ao Regulamento do ICMS) do Decreto nº 312/2011, ambos do Estado do Mato Grosso;

c) a notificação do GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO, por intermédio de seu Governador, para que, como órgão responsável pela elaboração dos Decretos ora impugnados, manifeste-se, querendo, sobre o mérito da presente ação, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.868/99;

d) a notificação do Exmo. Sr. Advogado-Geral da União para se manifestar sobre o mérito da presente ação, nos termos do Art. 8º da Lei nº 9.868/99 e da exigência constitucional do Art. 103, § 3º;

e) a notificação do Exmo. Sr. Procurador Geral da República para que emita o seu parecer, nos termos do art. 103, § 1º da Carta Política;

f) pede, ao final, seja declarada a inconstitucionalidade da íntegra dos arts. 1º e 2º do Decreto Estadual nº 2.033/2009, e incisos III e IV do Decreto Estadual nº 312/2011, do Estado do Mato Grosso".

3. Em 18.5.2011, o Ministro Dias Toffoli adotou o rito do art. 12 da Lei n. 9.868/1999.

4. Em 19.5.2011, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil apresentou aditamento à petição inicial para incluir no pedido de declaração de inconstitucionalidade o § 5º, na norma originária e na norma alterada pela Lei n. 9.226/2009, e o § 11, ambos do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, pois seriam essas normas seriam "*fundamento de validade para os dispositivos impugnados nos Decretos Estaduais 2.033/2009 e 312/2011*".

Este o teor dessas normas:

"*Art. 3º (…)*

§ 5º O recolhimento será exigido, ainda, na entrada no território mato-grossense de mercadoria ou bem cujo pagamento do imposto já deveria ter sido efetuado através da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, conforme previsto na legislação tributária.

§ 5º O recolhimento será exigido, ainda, na entrada do território mato-grossense de mercadoria ou bem cujo pagamento do imposto já deveria ter

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

sido efetuado, conforme previsto na legislação tributária. (Nova redação dada pela Lei 9.226/09) (…)

§ 11 Observado o disposto nesta lei e na legislação complementar, a antecipação do imposto poderá, também, ser exigida do estabelecimento situado em outra unidade da Federação que efetuar remessas de bens ou mercadorias a pessoa jurídica não contribuinte do ICMS ou a pessoa física, domiciliada no território mato-grossense, cuja aquisição ocorrer à distância ou de forma não presencial no estabelecimento do remetente, hipótese em que será determinada mediante aplicação dos percentuais equivalentes a:

I – 9% (nove por cento) aplicado sobre o valor da operação constante do respectivo documento fiscal ou preço no mercado varejista;

II – 18% (dezoito por cento) aplicado sobre o valor da operação constante do respectivo documento fiscal ou preço no mercado varejista, quando em volume que caracterize intuito comercial do destinatário".

5. Em 23.11.2011, o Ministro Dias Toffoli deferiu o pedido de aditamento.

6. O Governador de Mato Grosso prestou informações, manifestando-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pois "*a ação direta de inconstitucionalidade enfatizada é inteiramente descabida, já que a análise de compatibilidade das normas estaduais com a Constituição pressupõe a interpretação de normas infraconstitucionais (Lei Complementar nº 87/96)*".

No mérito, manifestou-se pela improcedência do pedido.

7. A Advocacia-Geral da União manifestou-se pelo conhecimento parcial da ação direta e, no mérito, pela procedência parcial do pedido:

"*Tributário. Estado de Mato Grosso. Dispositivos de lei e de decretos estaduais que tratam da incidência de ICMS nas operações interestaduais de circulação de bens e mercadorias. Preliminar. Ausência parcial de procuração com poderes específicos. Mérito. O artigo 1º, incisos III e IV, do Decreto estadual nº 312/11 violam os princípios da liberdade de tráfego e da não discriminação tributária, bem como estabelecem sistema de alíquotas interestaduais incompatível com o Texto Constitucional. Ofensa aos artigos 1º; 18; 150, inciso V; 152; e 155, § 2º, incisos IV e VII, da Carta Política. Manifestação pelo não conhecimento parcial da ação direta e, no mérito, pela parcial procedência do pedido*".

8. A Procuradoria-Geral da República opinou pela procedência parcial do pedido, "*para que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 3º, § 11, da Lei n. 7.098/1998; do artigo 216-M-1, § 2º, do Decreto n. 1.944/1989, com a redação conferida pelo Decreto nº 2.033/2009; e do artigo 1º, incisos III e IV, do Decreto n. 312/2011; todos do Estado do Mato Grosso*".

9. O Estado de São Paulo e a Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL) foram admitidos como *amici curiae*.

10. Em 11.4.2018, o Ministro Dias Toffoli concedeu prazo de dez dias para que o autor promovesse a regularização de sua representação, o que foi feito em 18.4.2018.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

11. A presente ação direta está parcialmente prejudicada em razão da perda superveniente de objeto.

Esta ação direta de inconstitucionalidade foi ajuizada contra o § 5º, na norma originária e na norma alterada pela Lei n. 9.226/2009, e o § 11, ambos do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, os arts. 1º e 2º do Decreto n. 2.033/2009 de Mato Grosso, e os incs. III e IV do art. 1º Decreto n. 312/2011 de Mato Grosso.

O § 11 do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998 foi revogado pelo art. 11 da Lei estadual n. 10.337/2015, o Decreto estadual n. 2.033/2009 foi revogado pelo art. 1º do Decreto estadual n. 2.500/2014 e o Decreto estadual n. 312/2011 foi revogado pelo art. 1º do Decreto n. 2.582/2014.

12. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal quanto ao prejuízo da ação direta de inconstitucionalidade por perda superveniente de interesse de agir do autor, quando sobrevém a revogação da norma cuja validade jurídico-constitucional é questionada, ou sua alteração substancial.

Nesse sentido, por exemplo: ADI n. 4.575-AgR, Relator o Ministro Edson Fachin, Plenário, DJe 23.2.2017; ADI n. 3.408-AgR, Relator o Ministro Dias Toffoli, Plenário, DJe 15.2.2017; ADI n. 1.461, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Redator para o acórdão o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJ 19.10.2007; ADI n. 1.920, Relator o Ministro Eros Grau, Plenário, DJ 2.2.2007; ADI n. 1.442, Relator o Ministro Celso de Mello, Plenário, DJ 29.4.2005; ADI n. 254-QO, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 5.12.2003; e ADI n. 221, Relator o Ministro Moreira Alves, Plenário, DJ 22.10.1993.

Seguindo essa linha de entendimento, firmou-se a orientação de que eventuais efeitos concretos produzidos pela lei ou ato normativo revogado devem ser debatidos nas vias processuais ordinárias:

"4. quanto aos eventuais efeitos que a lei revogada possa ter produzido no período de sua vigência, não pode ser ele abarcado pelo específico interesse de agir, reservado exclusivamente às pessoas e entidades arroladas no artigo 103 da Constituição, que é a declaração 'in abstrato' da inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual.

5. A discussão dos efeitos concretos da lei revogada, no período em que esteve vigente, por não condizer com a via excepcional da ação direta, deve ser remetida às vias ordinárias por ser esta a adequada à discussão das situações jurídicas individuais e concretas" (ADI 709, Relator Ministro Paulo Brossard, Tribunal Pleno, DJ 20.5.1994).

Ressalvam-se dessa orientação situações excepcionais, como por exemplo: *a*) quando esteja evidenciado que a lei foi revogada como forma de burlar a jurisdição constitucional deste Supremo Tribunal, configurando hipótese de fraude processual (cf. ADI n. 3.306, Relator Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJe 7.6.2011); ou *b*) nas ações cujo mérito já foi decidido e a revogação da norma legal só foi arguida posteriormente, em sede de embargos de declaração (cf. ADI n. 951-ED, Relator Ministro Roberto Barroso, Plenário, DJe 21.6.2017).

No caso em exame, nenhuma dessas circunstâncias se faz presente, pelo que deve-se concluir que a presente ação direta de inconstitucionalidade está prejudicada quanto ao § 11 do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, aos arts. 1º e 2º do Decreto estadual n. 2.033/2009 e aos incs. III e IV do art. 1º Decreto estadual n. 312/2011.

13. Quanto ao § 5º do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, na norma originária e na norma alterada pela Lei n. 9.226/2009, a ação direta também não pode ter seu mérito apreciado.

A firme jurisprudência deste Supremo Tribunal é no sentido de dever o autor, ao formular a petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, indicar especificamente as normas impugnadas e os fundamentos pelos quais se contesta sua validade jurídico-constitucional, sob pena de inépcia da exordial:

"*(…) é ônus da parte requerente, de indeclinável observância, argumentar consistentemente, cotejando de modo específico as disposições constitucionais malferidas e as que contra essas atentariam (ADI 561, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, DJ de 23/3/2001), devendo indicar as normas de referência - que são aquelas inerentes ao ordenamento constitucional e que se revestem, por isso mesmo, de parametricidade - em ordem a viabilizar, com apoio em argumentação consistente, a aferição da conformidade vertical dos atos normativos de menor hierarquia (ADI 514, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Decisão monocrática, DJe de 31/3/2008)*" (ADI n. 282, Relator o Ministro Alexandre de Moraes, Plenário, DJe 28.11.2019).

"*O Supremo Tribunal Federal assentou entendimento segundo o qual não se há de conhecer de ações diretas de inconstitucionalidade que impugnem normas de forma genérica e abstrata*" (ADI n. 4.040, de minha relatoria, Plenário, DJe 1º.7.2013).

"(…) 7. Insuficiência de fundamentação da inicial dado o número de dispositivos legais alterados pela Medida Provisória, sem que se particularize, pontualmente, como convém, a motivação a justificar a declaração de sua invalidade.

8. Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida, por falta de motivação específica quanto à pretendida declaração de inconstitucionalidade". (ADI n. 1.811-MC, Relator Ministro Néri da Silveira, Plenário, DJ 25.2.2000)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – CAUSA DE PEDIR E PEDIDO – Cumpre ao Autor da ação proceder à abordagem, sob o ângulo da causa de pedir, dos diversos preceitos atacados, sendo impróprio fazê-lo de forma genérica. (…)". (ADI n. 1.708, Relator Ministro Marco Aurélio, Plenário, DJ 13.3.1998)

"– Ação direta de inconstitucionalidade. Inépcia da inicial.

– É necessário, em ação direta de inconstitucionalidade, que venham expostos os fundamentos jurídicos do pedido com relação as normas impugnadas, não sendo de admitir-se alegação genérica de inconstitucionalidade sem qualquer demonstração razoável, nem ataque a quase duas dezenas de medidas provisórias em sua totalidade com alegações por amostragem.

Ação direta de inconstitucionalidade que não se conhece". (ADI n. 259, Relator Ministro Moreira Alves, Plenário, DJ 19.2.1993)

14. Na espécie, o autor não impugnou o § 5º do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998 na petição inicial. O pedido de declaração de inconstitucionalidade dessa norma foi veiculado posteriormente em aditamento à inicial. Nessa petição, contudo, o autor limitou-se a afirmar que o dispositivo legal serviria "*de fundamento de validade para os dispositivos impugnados nos Decretos Estaduais 2.033/2009 e 312/2011*".

Não consta da petição inicial ou do aditamento os fundamentos de direito pelos quais entende o autor ser inconstitucional o § 5º do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998. Por essa razão, a ação direta não pode ser conhecida quanto a esse dispositivo legal.

15. Pelo exposto, **julgo prejudicada a ação direta de inconstitucionalidade com relação ao § 11 do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, aos arts. 1º e 2º do Decreto estadual n. 2.033/2009 e aos incs. III e IV do art. 1º Decreto estadual n. 312/2011 e, quanto ao § 5º do art. 3º da Lei estadual n. 7.098/1998, a ela nego seguimento** (§ 1º do art. 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.163 **(743)**

ORIGEM	: 6163 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCELLO TERTO E SILVA (GO021959/)

Petição/STF nº 39.942/2019
DESPACHO
JULGAMENTO VIRTUAL – EXCEPCIONALIDADE – SUSTENTAÇÃO ORAL.

1. A crise é aguda. Sem qualquer previsão de o Tribunal voltar às sessões presenciais, há de viabilizar-se, em ambiente colegiado, a jurisdição.

2. Aciono, em caráter excepcional, o sistema virtual e passo a liberar, considerado o fator tempo, os processos.

A sustentação oral deve observar o disposto no artigo 5º-A da Resolução STF nº 642/2019, incluído pela Resolução STF nº 669/2020.

3. Publiquem.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.254 **(744)**

ORIGEM : 6254 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
ADV.(A/S) : MARCO AURELIO MARRAFON (37805/DF, 7364/A/MT, 40092/PR)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MESA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão:

1.**Petição nº 43.514/2020:** A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – FENAJUFE requer o destaque do feito para julgamento em sessão por videoconferência, a fim de possibilitar o debate amplo e público da matéria.

2.De fato, o tema tratado nos autos é de extrema relevância. No entanto, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

3.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

4.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

5.Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.254 **(745)**

ORIGEM : 6254 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
ADV.(A/S) : MARCO AURELIO MARRAFON (37805/DF, 7364/A/MT, 40092/PR)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MESA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão:

1.**Petição nº 42.150/2020:** A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP requer que o processo seja retirado da pauta do Plenário virtual, tendo em vista a importância da matéria nele discutida. Afirma serem imprescindíveis a convocação de audiência pública e a constituição de comissão de peritos previamente à análise das ações pelo colegiado.

2.Não obstante a relevância do tema em debate, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

3.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

4.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

5.Diante disso, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.258 **(746)**

ORIGEM : 6258 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIACAO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL
ADV.(A/S) : ARIANE COSTA GUIMARAES (29766/DF, 226490/RJ, 430298/SP)
ADV.(A/S) : PAULO CAMARGO TEDESCO (51970/DF, 58951A/GO, 200596/MG, 79463/PR, 207177/RJ, 119036A/RS, 234916/SP)
ADV.(A/S) : GABRIELA SILVA DE LEMOS (52224/DF, 211711/RJ, 208452/SP)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MESA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FORUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO - FONACATE

Decisão:

1.**Petição nº 43.518/2020:** A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – FENAJUFE requer o destaque do feito para julgamento em sessão por videoconferência, a fim de possibilitar o debate amplo e público da matéria.

2.De fato, o tema tratado nos autos é de extrema relevância. No entanto, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

3.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

4.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

5.Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.258 **(747)**

ORIGEM : 6258 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ASSOCIACAO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL
ADV.(A/S) : ARIANE COSTA GUIMARAES (29766/DF, 226490/RJ, 430298/SP)
ADV.(A/S) : PAULO CAMARGO TEDESCO (51970/DF, 58951A/GO, 200596/MG, 79463/PR, 207177/RJ, 119036A/RS, 234916/SP)
ADV.(A/S) : GABRIELA SILVA DE LEMOS (52224/DF, 211711/RJ, 208452/SP)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MESA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FORUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO - FONACATE

Decisão:

1.**Petição nº 41.081/2020:** O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE requer que o processo seja retirado de pauta até a apreciação dos pedidos de ingresso como *amicus curiae* formulados nos autos.

2.Em decisão de 12.06.2020, apreciei todas as petições relacionadas a esse tema, tendo, inclusive, admitido o ingresso do FONACATE no feito.

3.Não obstante a relevância do tema em debate, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

4.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

5.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

6.Diante disso, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.271 **(748)**

ORIGEM : 00339980620191000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG (14005/DF, 214341/RJ, 389410/SP)
ADV.(A/S) : FELIPE TEIXEIRA VIEIRA (31718/DF, 27809/A/MT, 214342/RJ, 389419/SP)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MECA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão:

1.**Petição nº 43.519/2020:** A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União – FENAJUFE requer o destaque do feito para julgamento em sessão por videoconferência, a fim de possibilitar o debate amplo e público da matéria.

2.De fato, o tema tratado nos autos é de extrema relevância. No entanto, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

3.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

4.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

5.Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.367 **(749)**

ORIGEM : 6367 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : UNAFISCO NACIONAL - ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MESA DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO:

1.**Petição nº 41.335/2020:** A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – UNAFISCO NACIONAL requer que o processo seja retirado da pauta do Plenário virtual, tendo em vista o ineditismo, a complexidade e a importância da matéria nele discutida. Afirma serem imprescindíveis a convocação de audiência pública e a constituição de comissão de peritos previamente à análise das ações pelo colegiado.

2.Não obstante a relevância do tema em debate, o que se colocou em julgamento virtual foi tão-somente o referendo da decisão que negou a medida cautelar quanto a algumas das normas impugnadas nas ações diretas relacionadas à Reforma da Previdência realizada pela Emenda Constitucional nº 103/2019. O provimento jurisdicional submetido à apreciação do Plenário apenas reconheceu a validade e eficácia dos dispositivos em questão, cuja constitucionalidade já era presumida.

3.Além disso, a Emenda Regimental nº 53, de 18 de março de 2020, alterou o Regimento Interno desta Corte, para estabelecer que serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico as medidas cautelares em ações de controle concentrado e o referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias (v. art. 21-B, II e III, do RISTF). Há, portanto, expressa autorização regimental para o julgamento virtual ora questionado.

4.Outras mudanças recentes nas sessões virtuais buscaram aproximá-las, tanto quanto possível, das sessões presenciais, permitindo aos advogados a apresentação de sustentação oral, memoriais e esclarecimentos de fato (art. 21-B, § 2º, do RISTF). Os votos dos Ministros passaram a ficar disponíveis, na medida em que proferidos, na página do Tribunal na *internet* (Resolução STF nº 675/2020).

5.Diante disso, **indefiro** o pedido.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

AÇÃO ORIGINÁRIA 2.024 **(750)**

ORIGEM : AO - 326754520144013400 - JUIZ FEDERAL DA 1ª REGIÃO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
RÉU(É)(S) : UNIÃO
RÉU(É)(S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

AÇÃO ORIGINÁRIA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – RESOLUÇÃO Nº 184/2013 – AÇÃO AJUIZADA POR ENTIDADE ASSOCIATIVA – ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ILEGITIMIDADE ATIVA – EXTINÇÃO.

1. Eis as informações prestadas pela assessora Isabela Leão Monteiro:

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA ajuizou ação sob o rito ordinário, com pedido liminar, contra a União, visando a suspensão dos efeitos e a desconstituição da Resolução nº 184/2013 do Conselho Nacional de Justiça, a versar critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no Poder Judiciário.

Formalizado o processo perante o Juízo da Décima Sexta Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi encaminhado ao Supremo, a teor do artigo 102, inciso I, alínea "n", da Constituição Federal.

Vossa Excelência, em 19 de dezembro de 2015, assentou a competência do Tribunal para julgar o processo, consideradas as consequências diretas do ato para o exercício da atividade judicante, evidenciado interesse direto ou indireto de todos os membros da magistratura. Indeferiu tutela antecipada e instou o Ministério Público Federal a se manifestar.

A Procuradoria-Geral da República opina pela inadmissão da ação, tendo em conta a ilegitimidade ativa em razão de não haver autorização dos associados. No mérito, preconiza a improcedência da pretensão.

2. O Pleno, no recurso extraordinário nº 573.232, examinado sob a sistemática da repercussão geral – Tema 82 –, com acórdão por mim redigido e publicado no Diário da Justiça de 19 de setembro de 2014, proclamou necessária, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Lei Maior, representação específica dos associados visando defesa, pela associação, dos direitos. Previsão estatutária genérica surge insuficiente a legitimar a atuação, em Juízo, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia.

A associação não apresentou autorização de cada associado ou de assembleia geral designada para esse fim.

3. Julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Condeno a autora nas despesas processuais, arbitrando, em favor do réu, honorários advocatícios no valor de R$ 1.000,00, considerado o disposto no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973, pertinente, no caso, uma vez formalizada a demanda em 2014.

4. Publiquem.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AÇÃO RESCISÓRIA 2.710 **(751)**

ORIGEM : 2710 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REVISORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AUTOR(A/S)(ES) : GUSTAVO ADRIANO FONTANA
ADV.(A/S) : GUSTAVO ADRIANO FONTANA (84972/PR)
RÉU(É)(S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Trata-se de ação rescisória proposta por Gustavo Adriano Fontana contra o Município de São José dos Pinhais/PR, com o objetivo de rescindir a decisão monocrática de relatoria do Ministro Teori Zavascki, proferida no Recurso Extraordinário com Agravo 932.846/PR, sob fundamento do art. 966, V, do Código de Processo Civil.

O autor alegou que fora considerado inapto em exame oftalmológico, requisito do concurso de guarda municipal, mas obteve tutela provisória para prosseguir no certame, tendo tomado posse e exercido o cargo por 4 anos, durante os quais se submeteu a novo exame médico pericial realizado pelo Município. Desta vez, foi considerado apto para exercer as funções inerentes ao cargo.

Relatou que, entretanto, a ação foi julgada improcedente, o que o levou a ajuizar uma segunda ação judicial, com pedido de antecipação de tutela, autuada sob o nº. 22181- 20.2010.8.16.0035, em face do Município de São José dos Pinhais, alegando que a inaptidão anteriormente declarada pela comissão do concurso não mais subsistia.

Informou que, em primeira instância, esse processo foi extinto sem resolução do mérito, pelo acolhimento da preliminar da coisa julgada, apesar de já ter adquirido a estabilidade no novo cargo, eis que o novo exame pericial, realizado após 3 anos do laudo negativo, reconheceu sua aptidão para as funções. Sublinhou que, em segunda instância, sua apelação foi provida, mas, após a interposição de recurso extraordinário pela Municipalidade, a sucumbência foi novamente invertida. Disse que esta última decisão monocrática, proferida no Recurso Extraordinário com Agravo 932.846/PR, incorreu em violação da norma jurídica (art. 966, V, do Código de Processo Civil).

Requereu a concessão de tutela provisória de urgência para reintegração ao cargo de Guarda Municipal de São José dos Pinhais e, no mérito, a rescisão do julgado, reconduzindo-se o autor ao serviço público.

Deferi a tutela provisória para reintegrar o autor ao cargo de Guarda Municipal daquele Município (documento eletrônico 38).

O autor apresentou novo exame pericial em que foi considerado apto para exercer as funções do cargo por médico do trabalho integrante da divisão de avaliação do serviço de saúde e segurança do trabalhador do Município (documento eletrônico 47).

O Município contestou a ação rescisória, alegando que não houve violação à dignidade da pessoa humana, segurança jurídica e primazia do interesse público.

Arguiu que não se aplica a Teoria do Fato Consumado, sob risco de violação da regra constitucional do concurso público, vetor do regime jurídico administrativo, segundo o qual a acessibilidade dos cargos públicos deve acontecer por meio da aprovação em concurso público.

Acrescentou que a revogação liminar com caráter *ex tunc* afastaria quaisquer fatos posteriores e que, se o ato fosse convalidado, haveria ofensa à isonomia, à legalidade, à segurança jurídica e à própria dignidade dos demais candidatos que foram submetidos ao referido exame. Portanto, em razão da ausência dos requisitos legais autorizativos, o réu requereu a improcedência da ação rescisória (documento eletrônico 50).

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela improcedência (documento eletrônico 66).

É o relatório. Decido.

Bem examinados os autos, verifico, primeiramente, que a ação é tempestiva, uma vez que foi proposta em 21/9/2018, dentro do prazo de dois anos a contar da data do trânsito em julgado (12/11/2016).

Por oportuno, transcrevo o inteiro teor da decisão impugnada:

"Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em demanda visando à reintegração do autor ao cargo de guarda municipal, sob o fundamento de nulidade de sua desclassificação no concurso público promovido pelo Município de São José dos Pinhais.

No apelo extremo, interposto com base no art. 102, III, da Constituição Federal, a parte recorrente sustenta a existência de repercussão geral da matéria e aponta ofensa, pelo juízo recorrido, a dispositivos constitucionais.

Em contrarrazões, a parte recorrida postula, preliminarmente, o não conhecimento do recurso, em virtude da inexistência de confronto analítico

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

entre o aresto impugnado e o precedente paradigma indicado. No mérito, pede o desprovimento do recurso.

2. Não procede a alegação do recorrido relativamente à preliminar de não conhecimento do apelo, o qual preenche os requisitos constitucionais e legais exigidos para a sua admissão. Sobre o óbice apontado, cumpre asseverar que não constitui pressuposto de admissibilidade do extraordinário a demonstração pormenorizada da divergência jurisprudencial suscitada.

3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, entendeu que "não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado (RE 608.482, de minha relatoria, DJe de 30/10/2014, Tema 486).

No caso dos autos, consta do acórdão que (a) o recorrido foi considerado inapto no exame oftalmológico a que se submeteu durante o concurso para o cargo de Guarda Municipal e, na época, ajuizou ação cautelar inominada para prosseguir no certame; (b) tendo obtido a medida liminar nessa demanda, pôde participar do curso de formação; (c) logo após, ajuizou ação declaratória, porém, o pedido foi julgado improcedente e a tutela de urgência deferida naquele primeiro processo revogada; (d) em decorrência disso, o autor, que já estava desempenhando suas funções de guarda municipal há anos e havia sido aprovado no estágio probatório, acabou sendo exonerado; (e) na presente demanda, o recorrido postulou sua reintegração ao cargo, alegando nulidade na sua desclassificação no certame público, porquanto a inaptidão declarada pela comissão do concurso não mais subsiste, pois, no novo exame médico pericial realizado ao final do estágio probatório, declarou-se que o candidato estava "apto para exercer as funções do cargo"(fl. 544).

Em face desse quadro, o Tribunal a quo entendeu aplicar-se ao caso a teoria do fato consumado, tendo em vista as seguintes circunstâncias: a) o tempo transcorrido – mais de 4 anos – entre a posse do candidato, assegurada pelo provimento judicial de natureza precária, e sua exoneração; e (b) aprovação no estágio probatório, com bom aproveitamento, inclusive no exame médico realizado nessa ocasião (fls. 548/549).

Todavia, embora o recorrido tenha sido aprovado na segunda avaliação médica, o reconhecimento do direito à nomeação, que ocorreu apenas por força da liminar concedida na ação cautelar, implicaria a preterição de outros candidatos, até mais bem colocados na lista de classificação, contudo desclassificados justamente por conta da reprovação no exame admissional. Nesse contexto, nos termos do precedente em caso de repercussão geral, incabível a oposição da teoria do fato consumado para garantir à parte o direito de ser reintegrado no exercício do cargo público.

4. Registre-se que o requisito da repercussão geral está atendido em face do que prescreve o art. 543-A, §3º, do CPC/1973: Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.

5. Diante do exposto, com base no art. 544, §4º, II, "c", do CPC/1973, conheço do agravo para dar provimento ao recurso extraordinário, julgando improcedente o pedido inicial. Os ônus da sucumbência deverão ser arcados totalmente pelo recorrido. (ARE 932.846, Relator Ministro Teori Zavaski)."

Quanto ao mérito, observo que a decisão impugnada merece reparo.

Entendo que o entendimento firmado no RE 608.482 /RG, de relatoria do Ministro Teori Zavascki (Tema 476), não se aplica ao caso em comento, haja vista as peculiaridades da conjuntura da presente lide.

Cabe esclarecer que o candidato concluiu satisfatoriamente todas as fases do processo seletivo e logrou êxito em todas, inclusive no curso de formação. No entanto, foi reprovado por 0.5 grau de astigmatismo, no exame oftalmológico. Nesse cenário, o autor ingressou com ação judicial, em que lhe foi concedida a antecipação da tutela, tendo sido nomeado e empossado.

Nesse ínterim, o candidato, por já ter ultrapassado o prazo do estágio probatório, foi submetido a uma nova avaliação médica no respectivo órgão responsável, em 19/10/2009. Neste exame, o resultado foi-lhe favorável para o exercício do cargo de guarda municipal.

A divergência entre os laudos periciais, que foram antagônicos, sendo o mais recente plenamente favorável ao autor, justifica a manutenção de sua nomeação e posse como guarda municipal de São José dos Pinhais.

Nesse sentido, o art. 493 do Código de Processo Civil preceitua que:

"Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão."

Por essa razão, observo que o atual resultado do segundo exame oftalmológico não pode ser desconsiderado.

No mais, a prova documental comprova que há vagas remanescentes para o referido cargo, estando o quadro funcional incompleto, de forma que a manutenção do autor no cargo atende, também, ao interesse público.

Relembro o teor da decisão tomada pelo Ministro Roberto Barroso no RE 996.452/RJ, cuja situação fática assemelha-se com esta demanda. Veja-se:

"O Plenário desta Corte, no RE 608.482-RG, julgado sob a relatoria do Ministro Teori Zavascki, assentou a inviabilidade da aplicação da denominada 'teoria do fato consumado' no tocante à manutenção de nomeação e posse de candidato em cargo público, exclusivamente por força de execução provisória ou outro provimento judicial de natureza precária.

Não se aplica, contudo, ao presente caso o entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmado no mencionado RE 608.482-RG, em face da distinção fática verificada entre os processos.

No paradigma, discutiu-se a situação de candidata que logrou aprovação na primeira fase do certame (prova escrita), fora reprovada na segunda (aptidão física), não concluíra a terceira (exame psicotécnico) e concluíra a quarta (curso de formação profissional). Naquele caso, a candidata havia obtido êxito judicial em sua pretensão de manutenção da nomeação e posse no cargo público, exclusivamente pela aplicação da 'teoria do fato consumado', tendo em vista que, até a data da prolação da sentença, havia transcorrido prazo maior que 5 (cinco) anos de exercício efetivo da função, garantido por força de decisão liminar anteriormente deferida.

Nestes autos, ao contrário, o candidato concluiu satisfatoriamente todas as fases do concurso, conforme assentado pelas instâncias ordinárias. É certo que a realização da cirurgia corretiva ocorreu após o exame oftalmológico feito pela banca do certame. Entretanto, o fato não foi objeto de impugnação específica da parte recorrente, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF."

Nesse mesmo sentido, destaco o RE 552.145/DF, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, o qual preceituou:

"Finalmente, cumpre destacar que, ao manter a decisão monocrática que considerou a acórdão do STJ compatível com o texto constitucional, não se está a aplicar a teoria do fato consumado, a qual não é adotada por esta Corte, conforme orientação confirmada no julgamento em sede de repercussão geral do RE 608.482, Rel. Min. Teori Zavascki, uma vez que no presente caso não se está a convalidar situação inconstitucional dotada de precariedade, mas se está diante de situação que foi reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, cuja autoridade foi contestada, sendo que durante este período transcorreram mais de 20 anos em que o recorrido vem exercendo o cargo de delegado de polícia, estando, possivelmente próximo da aposentadoria, sendo que a reversão de tal situação seria mais lesiva aos princípios fundamentais protegidos pela Carta Magna do que a sua manutenção."

Cito, ainda, o RE 513.970/MG, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, em que constou:

"O acórdão, o qual manteve a sentença, decidiu que a doença do candidato não seria incapacitante para o ingresso no curso de formação, tendo em vista não apresentar o recorrido daltonismo na forma absoluta, segundo atestado médico particular. Além disso, ressaltou que o exame do recorrido estaria de acordo com a Resolução no 3.444, de 1998, a qual regia o concurso quanto ao exame de acuidade visual e oftalmológico.

[...]

No caso concreto, não se discute a legitimidade do exame médico oftalmológico, visto que havia previsão legal quanto à sua exigência. O debate restringe-se ao enquadramento ou não da doença do candidato àquelas descritas na Resolução no 3.444, de 1998, o que o eliminaria do certame.

O recorrido foi considerado inapto no exame por ser portador da CID H 53.5, a qual inclui as seguintes deficiências da visão cromática: 'Acromatopsia, Cegueira para as cores, Deficiência adquirida da visão cromática, Deuteranomalia, Deuteranopia, Protanomalia, Protanopia, Tritanomalia e Tritanopia.'

Dessa forma, verifica-se que o candidato foi afastado com base em uma classificação não prevista na Resolução no 3.444, de 1998, não podendo ser excluído do certame.

Ademais, o recorrido comprovou, por meio de exame oftalmológico particular, que a sua visão quanto à percepção de cores é normal (fl. 11).

Assim, nego seguimento ao recurso (art. 557, caput, do CPC)".

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RISTF, julgo procedente a presente ação rescisória para rescindir a decisão proferida no Recurso Extraordinário com Agravo 932.846/PR, e para, em juízo rescisório, confirmar a antecipação de tutela e determinar a manutenção do autor no cargo em que foi investido.

Nos termos do art. 85, § 8º, I, do CPC, condeno o município réu a arcar com os ônus da sucumbência, incluindo honorários advocatícios que fixo em R$ 5.000,00.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

AG.REG. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.818 **(752)**

ORIGEM	: 36818 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: SYLVIA REGINA CARDOSO ROHAN GAVIAO
ADV.(A/S)	: ANA LUCIA VIANNA DE OLIVEIRA (154798/RJ)
AGDO.(A/S)	: DIVISÃO DE CONCESSÃO E REVISÃO DE PENSÕES DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Despacho: Intime-se a parte embargada para se manifestar sobre o agravo regimental, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC.
Publique-se.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 32.931 **(753)**

ORIGEM : 32931 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CIA.REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRE
ADV.(A/S) : ARY CHAVES PIRES CAMARGO NETO (138277/SP)
ADV.(A/S) : RENAN BRUNO BARROS GUMIERI RIBEIRO (307169/SP)
ADV.(A/S) : ANA CAROLINA RIBEIRO DE ANDRADE (274810/SP)
AGDO.(A/S) : INALDO ANTERO DOS SANTOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : JUÍZA DO TRABALHO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO: A reclamante, *ora agravante*, **deverá** fornecer, *para efeito de intimação* (**CPC**, art. 1.021, § 2º), o endereço da parte **beneficiária** do ato impugnado nesta sede reclamatória, **sob pena** *de extinção deste processo* (**CPC**, art. 321, parágrafo único).
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AG.REG. NA RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS 150.278 **(754)**

ORIGEM : 85569 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : RONALDO ANSELMO GONCALVES
ADV.(A/S) : EWERTHON GOMES CAMPOS (203125/RJ)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO RHC Nº 85.569 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(**Petição nº 4.278/2018**)
DESPACHO: Tendo em vista *o trânsito em julgado* da decisão proferida nesta causa, *em 05/12/2017*, **conforme** certidão **exarada** pela Secretaria Judiciária, **e nada mais havendo** a prover, **determino**, *novamente*, **o arquivamento** dos presentes autos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 174.649 **(755)**

ORIGEM : 174649 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : BO HANS VILHELM LJUNGBERG
ADV.(A/S) : JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO (08862/PR, 394655/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: 1. Por intermédio da Petição STF 43.699/2020, protocolada em 15.6.2020, a defesa constituída de Bo Hans Vilhelm Ljungberg apresenta pedido de destaque para a retirada do respectivo agravo regimental do ambiente virtual de julgamento, com a consequente inserção na pauta presencial realizada pelo sistema de videoconferência, no intento de acompanhar o julgamento do recurso.

É o relatório. Decido.

2. Anoto, de início, que a Resolução 642/2019, que disciplina o julgamento em ambiente eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na redação promovida pelas Resoluções STF 669/2020 e 675/2020, prescreve o seguinte:

"Art. 1º Todos os processos de competência do Tribunal poderão, a critério do relator ou do ministro vistor com a concordância do relator, ser submetidos a julgamento em listas de processos em ambiente presencial ou eletrônico, observadas as respectivas competências das Turmas ou do Plenário.

§ 1º Serão julgados preferencialmente em ambiente eletrônico os seguintes processos:

I - agravos internos, agravos regimentais e embargos de declaração;

(...)

Art. 4º Não serão julgados em ambiente virtual as listas ou os processos com pedido de destaque feito:

I - por qualquer ministro;

II - por qualquer das partes, desde que requerido até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão e deferido pelo relator".

Depreendo, todavia, que as razões subjacentes ao pedido de destaque formulado pelo requerente não justifica a alteração do julgamento para ambiente presencial por videoconferência.

Cumpre ressaltar, em tal avaliação, que as recentes alterações promovidas no sistema de julgamento virtual do Supremo Tribunal Federal, dentre as medidas adotadas para a prevenção de contágio em decorrência da pandemia declarada em 11.3.2020 pela Organização Mundial da Saúde, intentaram, em primeiro plano, a modernização e a transparência dessas sessões, dilatando o espaço de participação da defesa constituída, de modo a possibilitar-lhe atuação similar àquela conformada no modo presencial.

Sob essa renovada perspectiva, há a previsão de disponibilização do relatório e dos votos inseridos no ambiente virtual no sítio eletrônico do Supremo Tribunal durante a sessão de julgamento. Enquanto não encerrado o prazo de votação, o Ministro pode, inclusive, alterar a compreensão outrora externada.

A partir dessas alterações, facultou-se aos advogados e procuradores, nas hipóteses cabíveis, a realização de sustentações orais por meio eletrônico, que serão automaticamente disponibilizadas no sistema de votação dos Ministros e na página eletrônica do STF durante a sessão de julgamento; ou, nos termos do § 6º do art. 5º-A, "*realizar esclarecimentos exclusivamente sobre matéria de fato, por meio do sistema de peticionamento eletrônico do STF, os quais serão automaticamente disponibilizados no sistema de votação dos Ministros*".

Nesse cenário, a par da circunstância de o julgamento ocorrer de forma assíncrona, não há especial circunstância a dificultar o acompanhamento do caso a contento pela defesa constituída, que justifique o acolhimento da pretensão nos moldes como formulada.

3. Diante do exposto, **indefiro** o pedido formulado pelo agravante Bo Hans Vilhelm Ljungberg.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.817 **(756)**

ORIGEM : 184817 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : DALCI FILIPETTO
AGTE.(S) : MARIZETE FATIMA TALGATTI
ADV.(A/S) : ALEXANDRE LANGARO (44270/DF, 18716/A/MT, 32836/RS) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vistos etc.
Em 19.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 22.5.2020, manejou agravo regimental em 27.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.959 **(757)**

ORIGEM : 184959 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ANA CRISTINA DA SILVA PINTO
ADV.(A/S) : EVERALDO CECILIO (299143/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 569.084 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 11.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 18.5.2020, manejou agravo regimental em 22.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.992 **(758)**

ORIGEM : 184992 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : JACKSON DE SOUZA LIMA
ADV.(A/S) : JOAO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA (376092/SP)
AGDO.(A/S) : RELATORA DO HC Nº 569.858 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 12.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 14.5.2020, manejou agravo regimental em 18.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.054 **(759)**
ORIGEM : 1850054 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : GILENO CANDIDO DA SILVA
ADV.(A/S) : WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO (161735/SP) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO ARESP Nº 1.635.015 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 05.6.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 09.6.2020, manejou agravo regimental em 11.6.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.188 **(760)**
ORIGEM : 185188 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : SEVERINO SALES DANTAS
ADV.(A/S) : SILDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO (5806/RN)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 575395 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 11.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 14.5.2020, manejou agravo regimental em 19.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.325 **(761)**
ORIGEM : 185325 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : SANDRO SOBRAL
ADV.(A/S) : BRUNO BARROS MENDES (376553/SP)
AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 18.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 21.5.2020, manejou agravo regimental em 22.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.448 **(762)**
ORIGEM : 185448 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : WICTOR FELIPE GOMES DOS SANTOS
ADV.(A/S) : SANTIAGO PASQUETTE PERES (408136/SP)
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 566.211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Em 14.5.2020, neguei seguimento ao presente *habeas corpus*. A Defesa, intimada da decisão monocrática em 18.5.2020, manejou agravo regimental em 19.5.2020.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.460 **(763)**
ORIGEM : 185460 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AGTE.(S) : LARISSA CABRAL DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 551.291 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.
Referente à Petição 39.889/2020.
Trata-se de agravo regimental manejado por Larissa Cabral de Oliveira da decisão de minha lavra que negou seguimento ao *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática da lavra do Ministro Rogerio Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem do HC 551.291/SP.
Na presente via recursal, insiste a Agravante na revogação da prisão preventiva e, sucessivamente, na aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Requer o provimento do agravo regimental.
É o relatório.
Decido.
O agravo regimental, em regra, deve ser submetido a julgamento pelo órgão colegiado.
Entretanto, não é esse o caso quando verificada a ocorrência de intempestividade recursal.
Nos termos do art. 317 do RISTF, o agravo regimental da decisão do Relator deve ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de sua publicação.
A decisão agravada foi publicada no DJe de 20.5.2020, quarta-feira, e, diante da contagem em dobro para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o prazo recursal fluiu até 01.6.2020, segunda-feira, operando-se o trânsito em julgado em 02.6.2020, terça-feira.
O agravo regimental foi protocolado somente em 03.6.2020, quarta-feira, razão pela qual é intempestivo.
Ante o exposto, **nego seguimento** ao agravo regimental (art. 21, § 1º, do RISTF).
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.571 **(764)**
ORIGEM : 38571 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AGTE.(S) : CLARISSA BARROS ASSED MATHEUS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO)
AGDO.(A/S) : LUIZ ZVEITER
ADV.(A/S) : WANDERLEY REBELLO DE OLIVEIRA FILHO (037470/RJ)
ADV.(A/S) : LEONARDO FERRARO DE SOUZA (114057/RJ)
INTDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Registro, inicialmente, que o agravo não terá efeito suspensivo, conforme o disposto no § 4º do art. 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF).
Ademais, a recorrente limitou-se a reproduzir genericamente conceitos jurídicos indeterminados previstos na legislação processual - que disciplina a tutela de urgência -, sem apontar, contudo, os riscos concretos do dano irreparável ou de difícil reparação. Some-se a isso que, por força da decisão monocrática, da lavra do Ministro Dias Toffoli, a penhora dos seus ativos financeiros já foi levantada. (e-doc.46).
Sendo assim, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso.
Intime-se o beneficiário do ato, Luiz Zveiter, para se manifestar sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.663 **(765)**

ORIGEM : 38663 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : ANA PAULA DE JESUS SANTIAGO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 1891-40.2014.5.02.0372 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

1. A Secretaria desta Suprema Corte juntou Aviso de Recebimento referente ao ato de intimação de Ana Paula de Jesus Santiago**,** o qual foi devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT com a anotação de "não existe o nº" (E-doc 24).

2. Informe a agravante o endereço da parte agravada, no prazo de dez dias, a fim de dar cumprimento ao exigido no art. 1.021, § 2º, do CPC de 2015.

3. Após, voltem conclusos**.**
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra Rosa Weber
Relatora

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.886 **(766)**

ORIGEM : 39886 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S) : AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
AGDO.(A/S) : ANIEL GOMES COSTA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSTRUTORA REMO LTDA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Trata-se de reclamação com pedido liminar proposta pela Cemig Distribuição S/A, contra decisão proferida pela 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos da Ação Trabalhista 0011276-08.2016.5.03.0180, que teria afrontado a autoridade do julgado proferido por esta Suprema Corte na ADPF 324/DF e negado vigência à Súmula Vinculante 10 (documento eletrônico 1).

Na decisão constante do documento eletrônico 20, consignei que, em caso de eventual interposição de recurso, o beneficiário da decisão impugnada deveria ser citado (art. 319, II, combinado com o art. 989, III, do CPC), podendo implicar em condenação ao pagamento da verba prevista no art. 85 do CPC à parte sucumbente e da multa prevista no art. 1.021, § 4°, do CPC.

Assim, diante da interposição do agravo regimental (documento eletrônico 21), determino a citação do beneficiário do ato reclamado (pág. 8 do documento eletrônico 21) para, querendo, apresentar contrarrazões.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.731 **(767)**

ORIGEM : 40731 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD
ADV.(A/S) : PITAGORAS CUSTODIO MARINHO (4700/RO)
AGDO.(A/S) : ANA LUCIA TEIXEIRA GRECIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : JUÍZA DO TRABALHO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO
AGRAVO – CONTRADITÓRIO.
1. Ante a garantia constitucional do contraditório, abro vista à parte agravada para, querendo, manifestar-se.
2. Publiquem.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 41.011 **(768)**

ORIGEM : 41011 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S) : AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
AGDO.(A/S) : ROBERTA RIBEIRO GOMES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 10156-29.2017.5.03.0071 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Ouça-se a parte agravada, no prazo legal de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Após, nova conclusão.
Publique-se. Intime-se.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 41.074 **(769)**

ORIGEM : 41074 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : ALDO DE OLIVEIRA BARCHA
ADV.(A/S) : ELIEZER PEREIRA MARTINS (168735/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : QUARTA TURMA CÍVEL DO COLÉGIO RECURSAL DE ARARAQUARA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO: Intime-se a parte **beneficiária** da decisão impugnada nesta sede reclamatória (Estado de São Paulo), **para**, *querendo,* **manifestar-se sobre** *o agravo interno* **deduzido** nos presentes autos (**CPC**, art. 1.021, § 2º, **c/c o** art. 183, "*caput*").
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro CELSO DE MELLO
Relator

AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.319 **(770)**

ORIGEM : 182319 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ORLANDO LEANDRO DE PAULA FULGENCIO
ADV.(A/S) : CAROLINA LUIZA DE LACERDA ABREU (18074/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Despacho
Por meio da Petição 40377/2020, a parte agravante requer o julgamento presencial do processo.
Não há motivos que justifiquem o pedido de destaque.
O julgamento em ambiente virtual não prejudica a discussão sobre a matéria, prevalecendo, portanto, a faculdade regimental conferida ao relator pelo art. 317, § 5º, do RISTF, com redação da Emenda Regimental 51/2016, de submissão do agravo interno a julgamento por meio eletrônico.
Ante o exposto, indefiro o pedido.
Publique-se.
Brasília, 10 de junho de 2020.
Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 572 **(771)**

ORIGEM : 572 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : KAMILA RODRIGUES ROSENDA (32792/DF)
ADV.(A/S) : FILIPE TORRI DA ROSA (35538/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AM. CURIAE. : COLEGIO DE PRESIDENTES DOS INSTITUTOS DE ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : JOSE HORACIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO SEGMENTADA ¿ ANATEC
ADV.(A/S) : PAULO ROGERIO TEIXEIRA PIMENTA (163390/SP)
AM. CURIAE. : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (28328/DF, 137677/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG)

Despacho: Bernardo Pires Kuster, por meio da Petição n. 44156, requer seu ingresso no feito como terceiro interessado, noticiando que é investigado no inquérito e que, apesar do termos da Súmula Vinculante n. 14, *"seus advogados não tiveram acesso integral aos autos do INQ 4.781 do STF, gerando flagrante cerceamento de defesa do mesmo, criando-se uma situação teratológica e trazendo graves consequências ilegais, inconstitucionais, sem perder de vistas o constrangimento do petitante e seus advogados."* (eDOC 154, p.5)

Previamente ao exame do pleito, oficie-se ao Ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito n. 4781, solicitando informações.

Brasília, 16 de junho de 2020

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.798 **(772)**
ORIGEM : 36798 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : MARIA ANGELICA ARNALDO SENNA
ADV.(A/S) : ALINE DA CRUZ DE MELLO PEREIRA (43290/DF)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Trata-se de pedido de cumprimento da decisão proferida no presente mandado de segurança, cujo pedido foi julgado procedente em decisão monocrática mantida pela Segunda Turma.

Na petição apresentada pela Impetrante, pleiteia-se a intimação da parte requerida para o pagamento referente ao mês de outubro de 2019 em que o benefício foi suspenso.

É o relatório. Decido.

A presente impetração foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal em razão da autoridade coatora ser o Tribunal de Contas da União, que causou a atração da competência originária desta Corte. A execução, no entanto, não contará com a participação do TCU ou exigirá qualquer atuação deste.

Por força da concessão parcial da segurança, confirmada em sede de agravo regimental e em sede de embargos de declaração, remanesce, em cumprimento de sentença, a liquidação do valor a ser pago pelo órgão que administra o benefício de pensão, sujeito à jurisdição da Justiça Federal de Primeiro Grau. A liquidação e a individualização do crédito são matérias estranhas à jurisdição desta Corte.

Neste sentido:

"Questão de ordem em cumprimento de sentença em mandado de segurança. Artigo 102, I, m, da CF/88. Interpretação teleológica. Ausência de competência, no caso, para processar a demanda. Questão de ordem resolvida pela incompetência da Corte. 1. Para atração da competência da Corte com base na alínea m do art. 102, I, da CF/88 (execução de seus julgados), se faz necessário perquirir sobre a manutenção da ratio que justificou, até a prolação da sentença, o exame da demanda pela Corte. 2. Questão de ordem resolvida no sentido de que não compete originariamente ao STF a execução individual de sentenças genéricas de perfil coletivo, inclusive aquelas proferidas em sede mandamental coletiva, cabendo essa atribuição aos órgãos competentes de primeira instância. 3. Aplicação do entendimento, no caso, da remessa dos autos ao juízo federal de primeira instância" (Pet 6076 QO, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 25.04.2017).

Do exposto, com fundamento no § 1º do art. 21 do RISTF e na esteira do que restou decidido na Pet nº 6.076-QO/DF, deixo de conhecer o pedido, por incompetência desta Corte para processar o respectivo cumprimento de sentença.

Remetam-se os autos à Justiça Federal.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.264 **(773)**
ORIGEM : 36264 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ZILDA MARIA BELTRAME FRANCA
ADV.(A/S) : ZILDA MARIA BELTRAME FRANCA (13417/O/MT)
EMBDO.(A/S) : FUNDACAO ESCOLA SUPERIOR DO MIN PUBLICO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA TURMA RECURSAL ÚNICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – EFEITO MODIFICATIVO – CONTRADITÓRIO.

1. Os embargos veiculam pedido de modificação da decisão proferida.

2. Diga a parte embargada.

3. Publiquem.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 34.586 **(774)**
ORIGEM : 34586 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
EMBTE.(S) : AGROTERENAS S.A. CITRUS
ADV.(A/S) : ELIMARA APARECIDA ASSAD SALLUM (74970/SP) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : ALEX PEDRO ALVES PRIMO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de novos embargos de declaração **opostos** a decisão que, **por mim proferida** *em 01/06/2020*, **não conheceu** dos primeiros embargos de declaração, **também** opostos pela parte reclamante, **ora embargante**.

Sustenta-se, *nesta sede recursal*, **a ocorrência de vícios** a que se refere o art. 1.022 do CPC.

Cabe verificar, *inicialmente*, **se se revelam processualmente viáveis** *os presentes embargos de declaração*, **considerada** a norma **inscrita** no art. 1.024, § 2º, do CPC, **e tendo em vista**, *ainda*, os poderes que essa **mesma** regra legal **confere** ao Relator da causa.

Os embargos de declaração, *como se sabe*, **destinam-se**, *precipuamente*, **a desfazer** obscuridades, **a afastar** contradições, **a suprir** omissões **e a corrigir** erros materiais que eventualmente se registrem na decisão impugnada. Essa modalidade recursal **só permite** o reexame do ato decisório embargado, **quando** utilizada com o **específico** objetivo de viabilizar um pronunciamento jurisdicional *de caráter integrativo-retificador*, vocacionado **a afastar** as situações de obscuridade, omissão, contradição **ou** erro material **e a complementar e esclarecer** o conteúdo da decisão proferida (**RTJ** 191/372-373 – **RTJ** 194/325-326, *v.g.*).

Desse modo, a decisão recorrida – **que aprecia**, *como no caso*, **com plena exatidão e em toda a sua inteireza**, determinada pretensão jurídica – **não permite** o emprego da via recursal dos embargos de declaração, **sob pena** *de grave disfunção jurídico-processual* dessa modalidade de recurso, **eis que inocorrentes**, *em tal situação*, **os pressupostos que justificariam** *a sua adequada utilização*:

"***Embargos declaratórios***. ***Inexistência*** *de omissão, contradição, obscuridade ou dúvida, no acórdão embargado (art. 337 do RISTF).*

Embargos rejeitados."

(**RTJ 134/1296**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **grifei**)

"***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO*** – ***INOCORRÊNCIA*** *DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE* ***OU*** *OMISSÃO –* ***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS***.

– Os embargos de declaração ***destinam-se****, precipuamente,* ***a desfazer*** *obscuridades,* ***a afastar*** *contradições* ***e a suprir*** *omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal.* ***A inocorrência*** *dos pressupostos de embargabilidade,* ***a que se refere*** *o art. 535 do CPC,* ***autoriza a rejeição*** *dos embargos de declaração,* ***por incabíveis***."

(**AI 338.127-ED-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"*(...)* ***I – Os embargos de declaração apenas são cabíveis, nos termos do art. 1.022 do CPC****, quando no acórdão recorrido* ***estiver presente omissão, contradição, obscuridade ou erro material****.*

II – São manifestamente incabíveis os embargos quando exprimem *apenas* ***o inconformismo da parte embargante*** *com o resultado do julgamento,* ***ao buscar rediscutir matéria julgada, sem lograr êxito em demonstrar a presença de um dos vícios previstos*** *no art. 1.022 do CPC.*

III – Embargos de declaração rejeitados."

(**Rcl 30.192-AgR-ED/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI –

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

grifei)

"*(...)* ***1. A omissão, contradição, obscuridade ou erro material, quando inocorrentes, tornam inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração****, em face dos estreitos limites do* ***art. 1.022*** *do CPC/2015.*

2. A revisão do julgado*, com manifesto caráter infringente,* ***revela-se inadmissível em sede de embargos*** *quando* ***inocorrentes*** *seus requisitos autorizadores. Precedentes:* ***ARE*** *944537 AgR-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 10/08/2016;* ***ARE*** *755228 AgR-ED-EDv-AgR-ED, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe 12/08/2016; e* ***RHC*** *119325 ED, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 09/08/2016. (...).*"

(**RE 898.060-ED/SC**, Rel. Min. LUIZ FUX – **grifei**)

O exame dos autos **evidencia** que a decisão ora embargada **apreciou**, *de modo inteiramente adequado*, as questões cuja análise apresentava-se cabível, **não havendo**, *por esse motivo*, **qualquer** vício a corrigir, **mesmo porque os fundamentos** em que se apoiou o julgado objeto **deste** recurso *revelavam-se plenamente suficientes* **para desautorizar** a pretensão recursal deduzida pela parte embargante, **tanto que não foram conhecidos** os embargos de declaração *por ela* **opostos** contra o ato decisório que **negou seguimento** a esta reclamação.

A inviabilidade dos presentes embargos de declaração, **em decorrência** da razão mencionada, **impõe** *uma observação final*: **no desempenho** dos poderes processuais de que dispõe, **assiste** ao Ministro Relator **competência plena** para exercer, *monocraticamente*, o controle das ações, pedidos **ou recursos** dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, *em consequência*, os atos decisórios que, *nessa condição*, venha a praticar.

Nem se alegue que tal procedimento **implicaria transgressão** *ao princípio da colegialidade*, **eis que** o postulado em questão **sempre** restará preservado **ante a possibilidade** de submissão da decisão singular **ao controle recursal** *dos órgãos colegiados* **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal (**CPC**, art. 1.021, "*caput*"), **consoante esta Corte tem reiteradamente proclamado** (**RTJ 181/1133-1134**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 159.892-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e considerando a competência** do Relator para examinar *a própria admissibilidade dos embargos de declaração*, **ainda que opostos a decisão monocrática**, **não conheço**, *por manifestamente incabíveis*, **dos presentes** embargos de declaração (**CPC**, art. 1.024, § 2º).

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 35.754 **(775)**

ORIGEM	: 35754 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
EMBDO.(A/S)	: MAURICIO TINTORI PIQUEIRA
ADV.(A/S)	: MARIA LUCIA MORENO LOPES (162321/SP)
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática mediante a qual julguei procedente o pedido, nos seguintes termos (eDOC 44):

Trata-se de reclamação ajuizada em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do Processo 0037826-67.2011.8.26.0554/50001, que, ao apreciar a apelação, teria afrontado a decisão desta Corte proferida no RE 598.099, Tema 161 da sistemática da repercussão geral, bem como desrespeitado a *"decisão monocrática do Ministro Edson Fachin no RE 1084747, na medida em que o Tribunal de Justiça de São Paulo se negou a adequar o julgamento proferido na ação de origem"* (eDOC 1, p. 6).

Sustenta-se, em suma, ter sido o reclamante aprovado em primeiro lugar em concurso público para provimento do cargo de historiador, no município de Santo André, dentro do número de vagas disponibilizadas para provimento, e que a municipalidade, durante o período de validade do concurso não procedeu à nomeação, ao fundamento de que "*optou por não fazer a contratação"*(eDOC 1, p. 10).

Aduz-se que não houve por parte da municipalidade menção a *"qualquer uma das situações excepcionalíssimas estabelecidas na decisão desta Corte a ensejar o afastamento do direito do reclamante"* (eDOC 1, p. 11).

Proposta a ação na origem, esta foi julga improcedente. Os recursos que se seguiram foram desprovidos, vindo a matéria a esta Corte por força de recurso extraordinário com agravo (ARE 1.084.747), o qual foi a mim distribuído. Na oportunidade, determinei à baixa ao tribunal de origem para aplicar à tese contida no Tema 161 (eDOC 11).

Remetidos os autos à origem, a Turma Julgadora desproveu a apelação, mantendo a sentença de improcedência. Foram interpostos novos recursos, os quais não lograram êxito.

Requer-se, a procedência desta reclamação para a cassação das decisões proferidas pelo TJSP.

A autoridade reclamada prestou informações (eDOC 23).

A parte beneficiaria, em contestação, pugna pela improcedência da ação, aduzindo, em suma, que (eDOC 27, p. 11/12):

"Embora à época do edital a Administração Municipal tenha previsto a criação de mais cargos de historiador pela necessidade daquele momento, tal situação se alterou com o decorrer do tempo, notadamente em razão da mudança de governo, razão pela qual deixou de haver interesse na criação do cargo.

Não há, assim, qualquer ilegalidade no ato impugnado.

(…)

Trata-se de critério de conveniência e oportunidade do administrador, que reserva para si o direito de proceder as nomeações em número que atenda ao seu interesse e necessidades, de acordo com a disponibilidade orçamentária e vagas existentes."

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela procedência da reclamação (eDOC 42).

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, l, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis* :

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

IV garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

I proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

II proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação."

In casu, ao apreciar a apelação, em juízo de adequação, arts. 1.036 do CPC e 328 do RISTF, a 4ª Câmara de Direito Público do TJSP assim asseverou (eDOC 12):

"Em primeira instância a ação foi julgada improcedente (fls. 188/189).

Inconformado, apelou o autor, com as considerações de fls. 191/201, postulando a reforma do julgado.

O V. Acórdão de fls. 228/229, no exame da apelação, manteve a sentença que julgou improcedente a ação com as seguintes considerações:

"O autor pretende nomeação e posse no cargo de Historiador, **para o qual foi disponibilizada uma vaga** (fls. 3 e 55) e **ele foi aprovado,** pelo que consta (fls. 3 e 87), **em primeiro lugar.**

Ocorre que, como se observou na sentença, o pedido não pode ser acolhido pelo simples fato de que, **nos quadros da Administração Municipal existe apenas um cargo de Historiador (fls. 168/170), o qual estás provido desde 20/02/1.992 por servidora concursada (fls. 167).**

Em tais condições, não tem o autor direito subjetivo algum à nomeação pretendida, certo que o acolhimento do pedido demandaria criação de cargo, o que depende de lei, a envolver o Legislativo Municipal, o que não se poderia impor à Administração Municipal.

A ação havia mesmo de ser julgada improcedente, como foi, em sentença que fica aqui mantida."

O autor, inconformado, interpôs recurso extraordinário de fls. 245/259.

Tendo em vista o decidido no RE nº 598.099, em 2011, os autos retornaram a esta Câmara (inciso II do art. 1.030 do CPC) para eventual adequação ou manutenção da decisão.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Ocorre que o decidido no Colendo STF em RE nº 598.099 em nada contraria o que decidiu a Câmara. Não há conflito, tendo em vista a peculiaridade ressaltada no acórdão de fls. 228/229 e aqui reiterada, entre os dois julgados.

Assim sendo, fica mantida a decisão da Câmara tal como proferida."

Destaco, ainda, os seguintes trechos da sentença (eDOC 2, p.2/3):

"Pois bem. Assiste razão ao autor ao defender que a aprovação em concurso público – para o qual o candidato se esmerou, tanto que foi aprovado, e arcou com o pagamento de taxa de inscrição – gera direito subjetivo à nomeação e posse nos termos da orientação sufragada pelos Tribunais pátrios.

(…)

Entrementes, o empeço reside na inexistência de cargo correspondente à vaga posta em concurso, considerando-se que nos quadros da Administração Direta Municipal existe apenas um cargo de historiador (fls. 168/170), o qual está provido, desde 20.02.1992, por servidora concursada (fls. 167).

Desse modo, **ainda que se divise a ilegalidade da abertura do concurso sem cargo correspondente, não é possível a nomeação em caráter efetivo uma vez inexistente cargo vago, como se observa na espécie.**

Inviável, pois, o acolhimento do pedido inicial, ressalvado eventual direito do autor ao ressarcimento de danos a ser discutido em sede própria."

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 598.099, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 3.10.2011, Tema 161 da sistemática da repercussão geral, relativo à nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público, fixou a seguinte tese:

"O candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital possui direito subjetivo à nomeação."

O acórdão restou assim ementado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EM EDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS.

I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. **Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.**

II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BOA-FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. **O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público.** Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. **Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento.** Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos.

III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. **Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores.** Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: **a) Superveniência:** os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; **b) Imprevisibilidade:** a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; **c) Gravidade:** os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; **d) Necessidade:** a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário.

IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. **O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos.** O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público.

V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO." (Grifos nossos)

Verifico que os fundamentos que embasaram o ato reclamado não se revelam acobertados por uma das situações excepcionais explicitadas no processo paradigma, quais sejam, situações caracterizadas pela superveniência, imprevisibilidade, gravidade ou necessidade, capazes de conceder à Administração Pública o direito de recusar-se a nomear o candidato que logrou ser aprovado em concurso público, cujo período de validade ainda não tenha expirado, dentro do número de vagas disponibilizadas no edital.

Na espécie, constata-se que a sentença foi julgada improcedente sob o fundamento de que *"não é possível a nomeação em caráter efetivo uma vez inexistente cargo vago"*; e o acórdão reclamando, por sua vez, manteve o que decidido anteriormente ao entendimento de que *"nos quadros da Administração Municipal existe apenas um cargo de Historiador (fls. 168/170), o qual estás provido desde 20/02/1.992 por servidora concursada (fls. 167). Em tais condições, não tem o autor direito subjetivo algum à nomeação pretendida".*

Como se extrai da ementa RE 598.099, o dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público, em respeito aos princípios da segurança jurídica e do Estado de Direito.

Destaco, por oportuno, o que asseverado pela Procuradoria-Geral da República, no parecer oferecido nestes autos:

"Ora, no caso concreto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não amparou sua decisão em fato *superveniente* e *imprevisível* que impossibilitasse a Administração de nomear o reclamante, mas em fato antecedente ao edital e conhecido pela administração ao tempo de sua publicação. O fato de o administrador haver eventualmente se equivocado acerca do número de cargos vagos de Historiador não pode gerar prejuízo ao administrado, que confiou no edital do certame e, ao obter a aprovação em primeiro lugar, julgou-se, corretamente, detentor de direito subjetivo à nomeação."

Conforme esclarecido pela parte beneficiária, em contestação, a não nomeação, ou a não criação do cargo, deveu-se à falta de interesse da administração *"notadamente em razão da mudança de governo"* (eDOC 27, p. 11).

Como bem ressalvado no acórdão paradigma, a Administração pode, em determinadas situações excepcionais, recusar-se à nomeação do servidor novo, no entanto, há que justificar o *"excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação"*. No caso, nos termos que constam da sentença e do acórdão reclamado, não verifico a ocorrência de excecional situação a autorizar a mitigação do direito à nomeação do candidato aprovado.

Como bem expressado pelo Min. Gilmar Mendes, por ocasião do julgamento do processo paradigma, *"Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento"*.

Sendo assim, o acórdão reclamado não se mostra em harmonia com o acórdão paradigma, mas, ao contrário, a ele vulnera quando, sem atentar aos princípios da segurança jurídica e da boa fé, mitigam o direito subjetivo à nomeação do candidato que, aprovado em concurso público, no período de validade do concurso, tenha alcançado classificação dentro do número de vagas oferecidas no edital, mormente quando não comprovada qualquer das situações excepcionais que justifiquem a não nomeação.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, julgo procedente à reclamação para, cassando a decisão que apreciou a apelação, determinar que nova decisão seja proferida com a observância do que decidido por este Tribunal no RE 598.099.

Nas razões dos embargos, alega-se, em síntese, que há omissão no

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

julgado, tendo em vista que a presente reclamação funcionaria como inadmissível sucedâneo recursal (eDoc 46).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. **Decido.**

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material. Na hipótese, não constato nenhum dos referidos vícios, nomeadamente em face da inequívoca conclusão do julgamento.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante. Nesse sentido já se pronunciou esta Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - O embargante busca, tão somente, a rediscussão da matéria nestes embargos de declaração, os quais, por sua vez, não constituem meio processual adequado para a reforma do *decisum*, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Embargos de declaração rejeitados. (RE 558.258-ED, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 30/6/11)

1. RECURSO. Embargos de declaração. Pretensão de alteração do teor decisório. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição. Inadmissibilidade. Embargos rejeitados. Inteligência do art. 535 do CPC. Embargos declaratórios não se prestam a modificar capítulo decisório, salvo quando a modificação figure consequência inarredável da sanação de vício de omissão, obscuridade ou contradição do ato embargado. (Ext 928-ED, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 25.05.07)

REJULGAMENTO DA CAUSA NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA (...) 3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa. São admissíveis em caráter infringente somente em hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente (RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 18.2.05). 4. Embargos de declaração rejeitados. (MS 23.605-AgR-ED, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 14.10.05)

Por meio da decisão embargada, julgou-se procedente o pedido para fazer cumprir a orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 161 da sistemática da repercussão geral.

As vagas razões trazidas pela parte Embargante quanto à suposta omissão do julgado não demandam qualquer complementação da decisão.

Ressai, no ponto, o nítido caráter infringente das alegações recursais, porquanto pretendida a mera revisão das razões que redundaram na decisão embargada. Não há o vício apontado ou fundamento que permita a alteração de premissas fático-probatórias de modo a influenciar na conclusão já exarada.

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios, na forma do art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 38.860 **(776)**

ORIGEM	: 38860 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: PALOMA DE ALMEIDA AMORIM
ADV.(A/S)	: KARINA DE FATIMA CAMPOS (101154/MG)
EMBDO.(A/S)	: AEC CENTRO DE CONTATOS S/A
ADV.(A/S)	: JOAO LUIZ JUNTOLLI (69339/MG, 20550-A/PB, 419935/SP)
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática em que julguei procedente o pedido para cassar o ato reclamado, nos seguintes termos (eDOC 42):

Trata-se de reclamação com pedido de medida liminar ajuizada em face de acórdão da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos do Processo 0000384.34.2012.5.03.0001, que, ao afastar a aplicação do art. 25, §1º, da Lei 8.987/95, teria afrontado o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10/STF, por não lhe ter declarado expressamente a inconstitucionalidade, em reserva de plenário (art. 97, CRFB), bem como deixado de observar o julgamento proferido por esta Corte na ADPF 324 e no RE 958.252.

Alega, em apertada síntese, que a Justiça do Trabalho vem reiteradamente esvaziando o conteúdo do citado dispositivo, ao declarar ilegal a terceirização nos moldes autorizados por lei.

Em 17 de janeiro de 2020, a Presidência desta Casa solicitou informações e determinou a citação da parte beneficiária (eDOC 31).

O Tribunal Regional da Terceira Região prestou as seguintes informações (eDOC 34):

"De ordem do Des. Presidente, informo-lhe que, na ocasião do ajuizamento da reclamação 38860, em 17.01.2020, o ato atacado, consubstanciado no acórdão proferido pela 9ª Turma deste Tribunal Regional nos autos do Processo 0000384-34.2012.5.03.0001, já havia sido substituído, na forma do art. 1.008 do CPC e da Súmula 192, II, do TST, por acórdão do Tribunal Superior do Trabalho em agravo de instrumento em recurso de revista.

Acrescento que, interposto recurso extraordinário, o processo foi suspenso por decisão da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho em 5.11.18, o que denota o inadequado direcionamento da irresignação do reclamante contra este Regional."

Em contestação, a parte beneficiária afirma que já houve interposição de reclamação em face do mesmo ato reclamado – Rcl 31.149 – cujo trânsito em julgado já se operou, motivo pelo haveria a preclusão do pedido (eDOC 36, p. 5).

Deixei de remeter os autos à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RI/STF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

Inicialmente convém esclarecer que a Rcl 31.149, da mesma parte e mesmo ato reclamado foi julgada parcialmente procedente para determinar o sobrestamento dos autos na origem, até julgamento final do Tema 739 da repercussão, o que já se operou.

Observa-se ainda, em consulta aos sítios eletrônicos do TRT da 3ª Região e do TST, constata-se que o recurso extraordinário interposto pela parte reclamante em face de acórdão que julgou o agravo no recurso de revista, não foi conhecido, motivo que justifica nova análise em face desta ação processual.

No mais, o cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, *l*, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação".

Na espécie, verifica-se que a questão jurídica ora posta identifica-se exatamente com o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADC 57, DJe 5.12.2019, e da ADC 26, DJe 9.9.2019, de minha relatoria, esta última assim ementada:

"Ementa: AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA AUTORA. ART. 25, § 1º, DA LEI 8.987/1995. CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. SÚMULA 331 DO TST. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO RE 958.252 TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PROCEDÊNCIA. (...) 2. Declaração de constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

3. Jurisprudência do STF consolidada nos julgamentos da ADPF 324, Rel. Ministro Roberto Barroso e, sob a sistemática da repercussão geral, do RE 958.252, Rel. Ministro Luiz Fux (tema 725), no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, afastando a incidência do enunciado sumular trabalhista. 4. Pedido julgado procedente para declarar a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995."

Como consta dessa ementa, esta Corte, ao apreciar a ADPF 324, reconhecera a inconstitucionalidade do critério de distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude ou ilicitude da terceirização, afastando a incidência da interpretação conferida pelo TST à Súmula 331 daquele Tribunal.

De igual forma, quando do julgamento do RE 958.252-RG (Tema 725), o qual alegava como violados os artigos 5º, II, LIV e LV, e 97 da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese:

"É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante."

Verifica-se, assim, que a jurisprudência recente deste Supremo Tribunal orientou-se no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, superando, inclusive, a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude da terceirização, afastando-se a incidência da Súmula 331 do TST.

Assim, com a ressalva do entendimento que adotei nos precedentes firmados, entendo que a decisão reclamada vai de encontro à autoridade das decisões do STF, devendo a questão ser definitiva e igualitariamente uniformizada.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para, cassando-se o ato reclamado, determinar que outro seja proferido em seu lugar, com a observância das teses definidas por esta Corte no julgamento da ADC 26, da ADC 57, da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (Tema 725).

Nas razões dos embargos, alega-se, em síntese, a ocorrência de contradição. Segundo a parte Embargante, o propósito da presente reclamação é obter o segundo juízo de retratação quanto ao recurso extraordinário, o que não se deve admitir (eDoc 44).

Devidamente intimada, a parte Embargada apresentou manifestação em que argumenta que "o juízo de retratação positivo/negativo, não obsta a interposição de Reclamação Constitucional e; em momento algum foi utilizado como alternativa para novo juízo de retratação" (eDOC 47, p. 3).

É o relatório. **Decido.**

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material. Na hipótese, não constato nenhum dos referidos vícios, nomeadamente face à inequívoca conclusão do julgamento.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante. Nesse sentido já se pronunciou esta Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - O embargante busca, tão somente, a rediscussão da matéria nestes embargos de declaração, os quais, por sua vez, não constituem meio processual adequado para a reforma do *decisum*, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Embargos de declaração rejeitados. (RE 558.258-ED, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 30/6/11)

1. RECURSO. Embargos de declaração. Pretensão de alteração do teor decisório. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição. Inadmissibilidade. Embargos rejeitados. Inteligência do art. 535 do CPC. Embargos declaratórios não se prestam a modificar capítulo decisório, salvo quando a modificação figure consequência inarredável da sanação de vício de omissão, obscuridade ou contradição do ato embargado. (Ext 928-ED, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 25.05.07)

REJULGAMENTO DA CAUSA NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA (...) 3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa. São admissíveis em caráter infringente somente em hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente (RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 18.2.05). 4. Embargos de declaração rejeitados. (MS 23.605-AgR-ED, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 14.10.05)

Na decisão embargada, assentei que a jurisprudência da Suprema Corte orientou-se no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, superando, inclusive, a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude da terceirização, afastando-se a incidência da Súmula 331 do TST.

Identifiquei, ainda, o descompasso entre a decisão reclamada e esse entendimento, ao qual agregam-se as teses de julgamento das ADCs 26 e 57, justificando-se a procedência do pedido para garantir a autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal.

É, portanto, irrelevante a prévia negativa, pela autoridade reclamada, do juízo de retratação a que alude o art. 1.030, II, do CPC. Observa-se, em verdade, o nítido caráter infringente das alegações recursais, porquanto se busca a revisão das razões que redundaram na decisão embargada. Não há o vício apontado ou fundamento que permita a alteração de premissas fático-probatórias de modo a influenciar na conclusão já exarada.

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios, na forma do art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 39.669 **(777)**

ORIGEM	: 39669 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: GILDO DE SOUZA
ADV.(A/S)	: VALDIR PALMIERI (246394/SP)
EMBDO.(A/S)	: JOAQUINA GUILHERME DA SILVA
ADV.(A/S)	: AGNALDO RIBEIRO ALVES (130509/SP)
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática mediante a qual neguei seguimento à reclamação, nos seguintes termos (eDOC 23):

Trata-se de reclamação constitucional em face de ato do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo AIRR 2359- 81.2015.5.02.0044, que, ao desprover agravo interno e determinar a baixa dos autos ao Tribunal de origem, teria afrontado a Sumula 727 desta Corte.

Requer-se, liminarmente, a suspensão da tramitação do processo de origem, e no mérito, seja cassada a decisão reclamada.

Dispenso o pedido de informações à autoridade reclamada, bem como o parecer da Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RI/STF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 988, § 5º, I, do CPC, é inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho na internet, verifica-se que a decisão ora reclamada teve o acórdão publicado no DEJT em 19.2.2020, com trânsito em julgado em 4.3.2020.

Porém, a presente reclamação somente foi protocolada nesta Corte em 13.3.2019, sexta-feira (eDOC 21, p. 2), ou seja, após o trânsito em julgado do ato reclamado.

Assim, a presente reclamação revela-se incabível.

A propósito, *"Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal" (*Súmula 734 desta Corte, no mesmo sentido o disposto no art. 988, § 5º, I, do CPC).

Ante o exposto, com base nos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à reclamação, ficando prejudicado o pedido liminar.

Nas razões dos embargos, alega-se, em síntese, que a decisão produz injustiça, por não obstar a constrição do único bem imóvel do embargante (eDoc 24).

Em contraminuta, a parte Embargada pede a manutenção da decisão (eDoc 28).

É o relatório. **Decido.**

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante. Nesse sentido já se pronunciou esta Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - O embargante busca, tão somente, a rediscussão da matéria nestes embargos de declaração, os quais, por sua vez, não constituem meio processual adequado para a reforma do *decisum*, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Embargos de declaração rejeitados. (RE 558.258-

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ED, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 30/6/11)

1. RECURSO. Embargos de declaração. Pretensão de alteração do teor decisório. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição. Inadmissibilidade. Embargos rejeitados. Inteligência do art. 535 do CPC. Embargos declaratórios não se prestam a modificar capítulo decisório, salvo quando a modificação figure consequência inarredável da sanação de vício de omissão, obscuridade ou contradição do ato embargado. (Ext 928-ED, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 25.05.07)

REJULGAMENTO DA CAUSA NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA (…) 3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa. São admissíveis em caráter infringente somente em hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente (RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 18.2.05). 4. Embargos de declaração rejeitados. (MS 23.605-AgR-ED, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 14.10.05)

A decisão embargada funda-se na aplicação da Súmula 734 do Supremo Tribunal Federal. A parte Embargante, por sua vez, limita-se a questionar a injustiça que subjaz ao provimento.

Observa-se o nítido caráter infringente das alegações recursais, porquanto pretendida a mera revisão das razões que redundaram na decisão embargada. Não há vício ou fundamento que permita a alteração de premissas fático-probatórias de modo a influenciar na conclusão já exarada.

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios, na forma do art. 21, § 1º, do RISTF.

De ofício, determino também, com fundamento no art. 494, I, do Código de Processo Civil, a correção de erro material no provimento monocrático para que, **onde se lê** *"a presente reclamação somente foi protocolada nesta Corte em 13.3.2019"*, **leia-se** *"a presente reclamação somente foi protocolada nesta Corte em 13.3.2020"*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 40.319 **(778)**

ORIGEM	: 40319 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
EMBTE.(S)	: SIND.TRAB.NAS IND.DA CONST.DO MOBIL.DE UBERLANDIA,TRIANG.MIN.E ALTO PARANAIBA
ADV.(A/S)	: JOAO BRAULIO FARIA DE VILHENA (55446/MG)
ADV.(A/S)	: CLAUDIO AUGUSTO FIGUEIREDO NOGUEIRA (63605/MG)
ADV.(A/S)	: LUIZ FELIPE BRAGA BASTOS (100938/MG)
ADV.(A/S)	: ROBERTA ROUSIE FREITAS LOPES (117605/MG)
ADV.(A/S)	: PAULO EMILIO RIBEIRO DE VILHENA NETO (162630/MG)
EMBDO.(A/S)	: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S)	: AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
INTDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CELMINAS LTDA - EPP
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de embargos de declaração **opostos** a decisão que, **por mim proferida** *nestes autos*, **julgou procedente** a reclamação ajuizada pela parte autora, **ora embargada**.

Sustenta-se, *nesta sede recursal*, **a ocorrência de vícios** a que se refere o art. 1.022 do CPC.

Cabe verificar, *inicialmente*, **se se revelam processualmente viáveis** *os presentes embargos de declaração*, **considerada** a norma **inscrita** no art. 1.024, § 2º, do CPC, **e tendo em vista**, *ainda*, os poderes que essa **mesma** regra legal **confere** ao Relator da causa.

Os embargos de declaração, *como se sabe*, **destinam-se**, *precipuamente*, **a desfazer** obscuridades, **a afastar** contradições, **a suprir** omissões **e a corrigir** erros materiais que eventualmente se registrem na decisão impugnada. Essa modalidade recursal **só permite** o reexame do ato decisório embargado, **quando** utilizada com o **específico** objetivo de viabilizar um pronunciamento jurisdicional *de caráter integrativo-retificador*, vocacionado **a afastar** as situações de obscuridade, omissão, contradição **ou** erro material **e a complementar e esclarecer** o conteúdo da decisão proferida (**RTJ** 191/372-373 – **RTJ** 194/325-326, *v.g.*).

Desse modo, a decisão recorrida – **que aprecia**, *como no caso*, **com plena exatidão e em toda a sua inteireza**, determinada pretensão jurídica – **não permite** o emprego da via recursal dos embargos de declaração, **sob pena** *de grave disfunção jurídico-processual* dessa modalidade de recurso, **eis que inocorrentes**, *em tal situação*, **os pressupostos que justificariam** *a sua adequada utilização*:

"***Embargos declaratórios***. ***Inexistência*** *de omissão, contradição, obscuridade ou dúvida, no acórdão embargado (art. 337 do RISTF).*

Embargos rejeitados."

(**RTJ 134/1296**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **grifei**)

"***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO*** – ***INOCORRÊNCIA*** *DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE* ***OU*** *OMISSÃO –* ***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS***.

– Os embargos de declaração ***destinam-se****, precipuamente,* ***a desfazer*** *obscuridades,* ***a afastar*** *contradições* ***e a suprir*** *omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal.* ***A inocorrência*** *dos pressupostos de embargabilidade,* ***a que se refere*** *o art. 535 do CPC,* ***autoriza a rejeição*** *dos embargos de declaração,* ***por incabíveis***."

(**AI 338.127-ED-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"*(...)* ***I – Os embargos de declaração apenas são cabíveis, nos termos do art. 1.022 do CPC****, quando no acórdão recorrido* ***estiver presente omissão, contradição, obscuridade ou erro material****.*

II – São manifestamente incabíveis os embargos quando exprimem *apenas* ***o inconformismo da parte embargante*** *com o resultado do julgamento,* ***ao buscar rediscutir matéria julgada, sem lograr êxito em demonstrar a presença de um dos vícios previstos*** *no art. 1.022 do CPC.*

III – Embargos de declaração rejeitados."

(**Rcl 30.192-AgR-ED/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **grifei**)

"*(...)* ***1. A omissão, contradição, obscuridade ou erro material, quando inocorrentes, tornam inviável a revisão da decisão em sede de embargos de declaração****, em face dos estreitos limites do* ***art. 1.022*** *do CPC/2015.*

2. A revisão do julgado*, com manifesto caráter infringente,* ***revela-se inadmissível em sede de embargos*** *quando* ***inocorrentes*** *seus requisitos autorizadores. Precedentes:* ***ARE*** *944537 AgR-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 10/08/2016;* ***ARE*** *755228 AgR-ED-EDv-AgR-ED, Rel. Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe 12/08/2016; e* ***RHC*** *119325 ED, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 09/08/2016. (...).*"

(**RE 898.060-ED/SC**, Rel. Min. LUIZ FUX – **grifei**)

O exame dos autos **evidencia** que a decisão embargada **apreciou**, *de modo inteiramente adequado*, as questões cuja análise apresentava-se cabível, **não havendo**, *por essa razão*, **qualquer** vício a corrigir, **mesmo porque os fundamentos** em que se apoiou o julgado objeto **deste** recurso *revelavam-se plenamente suficientes* **para desautorizar** a pretensão jurídica deduzida pela parte embargante.

A inviabilidade dos presentes embargos de declaração, **em decorrência** da razão mencionada, **impõe** *uma observação final*: **no desempenho** dos poderes processuais de que dispõe, **assiste** ao Ministro Relator **competência plena** para exercer, *monocraticamente*, o controle das ações, pedidos **ou recursos** dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, *em consequência*, os atos decisórios que, *nessa condição*, venha a praticar.

Nem se alegue que tal procedimento **implicaria transgressão** *ao princípio da colegialidade*, **eis que** o postulado em questão **sempre** restará preservado **ante a possibilidade** de submissão da decisão singular **ao controle recursal** *dos órgãos colegiados* **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal (**CPC**, art. 1.021, "*caput*"), **consoante esta Corte tem reiteradamente proclamado** (**RTJ 181/1133-1134**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 159.892-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e considerando a competência** do Relator para examinar *a própria admissibilidade dos embargos de declaração*, **ainda que opostos a decisão monocrática**, **não conheço**, *por manifestamente incabíveis*, **dos presentes** embargos de declaração (**CPC**, art. 1.024, § 2º).

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 40.448 **(779)**

ORIGEM	: 40448 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: ANA CLARA GARCIA DE LIMA AGUIAR (7622/RN)
EMBDO.(A/S)	: CARLOS LUCENA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: JUIZ DO TRABALHO DA 13ª VARA DO TRABALHO DE NATAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática mediante a qual neguei seguimento à reclamação, nos seguintes termos (eDOC 12):

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada pela Sociedade de Economia Mista Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, em face do Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Natal/RN,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

nos autos do Processo nº 0000940-85.2019.5.21.0002, que, ao exigir da reclamante o recolhimento prévio de custas processuais e depósito recursal para recorrer, quando submetido ao regime de execução por precatório, teria desrespeitado a autoridade da decisão proferida por esta Corte no julgamento da ADPF 556.

A reclamante alega que o direito à execução de débitos trabalhistas mediante precatório é incompatível com a exigência de preparo recursal, porquanto desnecessário garantir o juízo.

Nesse contexto, requer liminarmente, a suspensão da decisão reclamada e, no mérito, sua cassação para que seja determinado o "*processamento do recurso ordinário independentemente do preparo recursal (custas processuais e depósito recursal) que, somente será paga a condenação, na execução por meio do procedimento de precatório, a teor da decisão na ADPF nº 556."* (eDOC 1, p. 12).

Dispenso o pedido de informações a autoridade reclamada e a remessa à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RISTF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

Cumpre recordar que o cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, l , CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

O Tribunal Pleno desta Corte, ao julgar a ADPF 556, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, DJe 06.03.2020, assim consignou:

"ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FINANCEIRO. DECISÕES JUDICIAIS DE BLOQUEIO, PENHORA, ARESTO E SEQUESTRO DE RECURSOS PÚBLICOS DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE CAERN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. APLICABILIDADE DO REGIME DE PRECATÓRIOS. PRECEDENTES. INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES. LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA. ARGUIÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, JULGADA PROCEDENTE. 1. Não autoriza análise de ato questionado por arguição de descumprimento de preceito fundamental quando se cuidar de ofensa reflexa a preceitos fundamentais. Precedentes. 2. A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte CAERN é sociedade de economia mista, prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito primário de lucro: aplicação do regime de precatórios (art. 100 da Constituição da República). Precedentes. 3. Decisões judiciais de bloqueio, penhora, aresto e outras formas de constrição do patrimônio público de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial: ofensa à legalidade orçamentária (inc. VI do art. 167 da Constituição), à separação funcional de poderes (art. 2º da Constituição) e à continuidade da prestação dos serviços públicos (art. 175 da Constituição). Precedentes. 4. Arguição parcialmente conhecida e, nesta parte, julgada procedente para determinar a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte CAERN."

A decisão apontada como reclamada ao determinar recolhimento do depósito recursal e das custas processuais apoiou-se nos seguintes fundamentos (eDOC 9, p. 2):

"A reclamada Caern não foi equiparada de forma integral às autarquias que possuem personalidade jurídica de direito público, consoante decisão ADPF 556 DO STF

"O Tribunal, por maioria, não conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental quanto aos pedidos de concessão de prazo em dobro para recorrer, isenção de custas processuais e dispensa de depósito recursal à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, e julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora,arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte- CAERN, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio, que inadmitia a arguição."

Nesse sentido, a CAERN tem ciência que não está dispensada do depósito recursal e mesmo assim se vale dessa medida. intime-se a reclamada para que, no prazo de cinco dias percfetibilizar em dobro o depósito recursal e das custas, sob pena de deserção, nos termos do artigo 1007, 4º do NCPC.

Verifica-se que a decisão apontada como reclamada não negou a aplicação do regime de precatórios à ora reclamante, mas, tão somente, exigiu recolhimento de depósito recursal e das custas para o conhecimento de recurso interposto.

Assim, do cotejo entre o ato trazido como reclamado e o paradigma apontado, verifica-se a ausência da imperativa aderência estrita, requisito indispensável para o cabimento de reclamação.

Nesse sentido:

"Agravo regimental na reclamação. Ausência de identidade de temas entre o ato reclamado e a ADI nº 3.460/DF. Reclamação como sucedâneo de recurso. Agravo regimental não provido. 1. Deve haver aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo da decisão paradigmática do STF para que seja admitido o manejo da reclamatória constitucional. 2. Agravo regimental não provido." (Rcl 11463 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 13.2.2015)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. ADC 16. RE 760.931. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA. DESCABIMENTO DA RECLAMAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. É inviável a reclamação quando o ato reclamado não possui aderência estrita ao paradigma apontado como afrontado. 2. Ao contrário do alegado, o ato impugnado não contraria as decisões proferidas na ADC 16 e no Tema 246 do ementário da repercussão geral (RE 760.931). 3. Não é cabível o manejo de reclamação para se obter o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (Rcl 29373 AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 6.11.2019).

Ademais, a reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, sendo instrumento inidôneo para o reexame do conteúdo do ato reclamado. Assim, por exemplo:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO ÀS SÚMULAS VINCULANTES Nº 4 E 10 DO STF. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ENTRE PARADIGMA E CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL (CPC/2015, ART. 1.030, I). ALEGADA USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E APLICAÇÃO EQUIVOCADA DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE TERATOLOGIA. NÃO CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO PARA APRECIAR A ADEQUAÇÃO DO PRECEDENTE AO CASO CONCRETO QUANDO NÃO RECONHECIDA A REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (Rcl. n. 26.339-AgR, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 17.9.2018).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DE TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não se configura inobservância de autoridade de decisão desta Corte não restou configurada, pois a negativa de seguimento do agravo fundamentou-se na correta aplicação de tema da sistemática de repercussão geral, em que há identidade de circunstâncias fáticas, no caso concreto, a exigirem a mesma ratio decidendi de tema previamente analisado pelo STF. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC" (Rcl. n. 28.785-AgR, Relator o Ministro Edson Fachin, Segunda Turma, DJe 17.9.2018). 8. Pelo exposto, nego seguimento à presente reclamação, prejudicada, por óbvio, a medida liminar requerida (§ 1º do art. 21 e parágrafo único do art. 161 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Pelo exposto, nos termos dos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à reclamação.

Nas razões dos embargos, alega-se, em síntese, que a decisão é contraditória, pois reconhece que a ora Embargante tem direito a pagar débitos pelo regime de precatórios, à luz do entendimento firmado na ADPF 556, mas não impede a imediata cobrança, pelo juízo reclamado, de custas processuais e preparo recursal (eDoc 13).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. **Decido.**

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material. Na hipótese, não constato nenhum dos referidos vícios, nomeadamente em face da inequívoca conclusão do julgamento.

O Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante. Nesse sentido já se pronunciou esta Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. I - Ausência dos pressupostos do art. 535, I e II, do Código de Processo Civil. II - O embargante busca, tão somente, a rediscussão da matéria nestes embargos de declaração, os quais, por sua vez, não constituem meio processual adequado para a reforma do *decisum*, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no caso em questão. III - Embargos de declaração rejeitados. (RE 558.258-ED, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 30/6/11)

1. RECURSO. Embargos de declaração. Pretensão de alteração do teor decisório. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição. Inadmissibilidade. Embargos rejeitados. Inteligência do art. 535 do CPC. Embargos declaratórios não se prestam a modificar capítulo decisório, salvo quando a modificação figure consequência inarredável da sanação de vício de omissão, obscuridade ou contradição do ato embargado. (Ext 928-ED, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJ de 25.05.07)

REJULGAMENTO DA CAUSA NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

IMPOSSIBILIDADE, SALVO HIPÓTESES EXCEPCIONAIS. ART. 535, I E II, DO CPC. VIA PROCESSUAL INADEQUADA (...) 3. Os embargos de declaração têm pressupostos certos [art. 535, I e II, do CPC], de modo que não configuram via processual adequada à rediscussão do mérito da causa. São admissíveis em caráter infringente somente em hipóteses, excepcionais, de omissão do julgado ou erro material manifesto. Precedente (RE n. 223.904-ED, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 18.2.05). 4. Embargos de declaração rejeitados. (MS 23.605-AgR-ED, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 14.10.05)

Na decisão embargada, assentei a falta de aderência entre a providência requerida com relação às custas e despesas processuais do feito subjacente e o paradigma de julgamento invocado, no qual deliberou-se pelo não conhecimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental quanto aos pedidos de concessão de prazo em dobro para recorrer, isenção de custas processuais e dispensa de depósito recursal à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN (ADPF 556/RN, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 5.3.2020).

Inexiste contradição a reparar, diante da devida concatenação dos fundamentos do julgado embargado.

Ressai, no ponto, o nítido caráter infringente das alegações recursais, porquanto pretendida a mera revisão das razões que redundaram na decisão embargada. Não há o vício apontado ou fundamento que permita a alteração de premissas fático-probatórias de modo a influenciar na conclusão já exarada.

Ademais, os Embargos de Declaração opostos com a mesma finalidade na ADPF n. 556 foram rejeitados.

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios, na forma do art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator
Documento assinado digitalmente

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.726 **(780)**

ORIGEM : 36726 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EXQTE.(S) : REGINA KMITA
ADV.(A/S) : ROSSANNA ALVES MOURE (15835/PR)
EXCDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Trata-se de pedido de cumprimento da decisão proferida no presente mandado de segurança, cujo pedido foi julgado procedente em decisão monocrática mantida pela Segunda Turma.

Na petição apresentada pela Impetrante (eDOC 49), pleiteia-se a intimação da parte requerida para o pagamento referente ao mês de outubro de 2019 em que o benefício foi suspenso.

É o relatório. Decido.

A presente impetração foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal em razão da autoridade coatora ser o Tribunal de Contas da União, que causou a atração da competência originária desta Corte. A execução, no entanto, não contará com a participação do TCU ou exigirá qualquer atuação deste.

Por força da concessão parcial da segurança, confirmada em sede de agravo regimental e em sede de embargos de declaração, remanesce, em cumprimento de sentença, a liquidação do valor a ser pago pelo órgão que administra o benefício de pensão, sujeito à jurisdição da Justiça Federal de Primeiro Grau. A liquidação e a individualização do crédito são matérias estranhas à jurisdição desta Corte.

Neste sentido:

"Questão de ordem em cumprimento de sentença em mandado de segurança. Artigo 102, I, m, da CF/88. Interpretação teleológica. Ausência de competência, no caso, para processar a demanda. Questão de ordem resolvida pela incompetência da Corte. 1. Para atração da competência da Corte com base na alínea m do art. 102, I, da CF/88 (execução de seus julgados), se faz necessário perquirir sobre a manutenção da ratio que justificou, até a prolação da sentença, o exame da demanda pela Corte. 2. Questão de ordem resolvida no sentido de que não compete originariamente ao STF a execução individual de sentenças genéricas de perfil coletivo, inclusive aquelas proferidas em sede mandamental coletiva, cabendo essa atribuição aos órgãos competentes de primeira instância. 3. Aplicação do entendimento, no caso, da remessa dos autos ao juízo federal de primeira instância" (Pet 6076 QO, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 25.04.2017).

Do exposto, com fundamento no § 1º do art. 21 do RISTF e na esteira do que restou decidido na Pet nº 6.076-QO/DF, deixo de conhecer o pedido, por incompetência desta Corte para processar o respectivo cumprimento de sentença.

Remetam-se os autos à Justiça Federal.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 141.325 **(781)**

ORIGEM : 1071620157070007 - SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUANDERSON DA SILVA BEZERRA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DECISÃO

CRIME MILITAR – FATOR TEMPO.

RESPONSABILIDADES – ADMINISTRATIVA E PENAL – INDEPENDÊNCIA.

***HABEAS CORPUS* – LIMINAR –INDEFERIMENTO.**

1. O assessor Edvaldo Ramos Nobre Filho prestou as seguintes informações:

O Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da Sétima Circunscrição Judiciária Militar, no processo nº 107-16.2015.7.07.0007, condenou o paciente a 1 ano de reclusão, em regime inicial de cumprimento aberto, ante o cometimento do crime previsto no artigo 290, cabeça (posse de entorpecente), do Código Penal Militar. Concedeu o benefício da suspensão condicional da pena, pelo período de 2 anos.

O Superior Tribunal Militar desproveu apelação interposta pela defesa.

A Defensoria Pública da União afirma inexistir condição para a ação penal em razão do licenciamento do paciente das fileiras militares. Ressalta que, nos delitos militares, é obrigatório o vínculo com a caserna tanto para a deflagração da ação penal quanto para a sequência do processo. Destaca violados os artigos 124 da Constituição Federal, 9º, inciso I, alínea "e", 22 do Código Penal Militar e 31 da Lei do Serviço Militar. Salienta configurada dupla punição pelo mesmo fato, nos âmbitos disciplinar e penal, aludindo ao afastamento compulsório do Exército e à condenação criminal. Conforme realça, inexiste autonomia entre as responsabilidades administrativa e penal, reportando-se aos parágrafos 4º e 5º do artigo 14 do Decreto nº 4.346 – Regulamento Disciplinar do Exército –, a versarem que, no caso de prática simultânea de ilícito penal e disciplinar, este é absorvido por aquele. Diz cabível o reconhecimento de causa extintiva de punibilidade atípica, tendo em vista a imposição da sanção administrativa.

Requer o deferimento da ordem, mediante decisão individual, na forma do artigo 192 do Regimento Interno, visando o reconhecimento da sobreposição. Sucessivamente, busca o acolhimento do pedido de medida de urgência para suspender os efeitos do título condenatório até o julgamento final desta impetração e, alfim, o implemento da ordem, nos termos da pretensão principal.

A fase é de apreciação da liminar.

2. Relativamente ao deferimento da ordem, necessária é a observância do princípio da colegialidade, mostrando-se inadequado potencializar o previsto no artigo 192 do Regimento Interno deste Tribunal.

No tocante à alegada descaracterização da condição da ação, considerada a prática de crime militar e o posterior licenciamento, não surge relevante o articulado. O princípio balizador versado no artigo 5º da Lei substancial militar, que trata do tempo do delito, conhecido no jargão jurídico pela expressão "o tempo rege o ato", amolda-se à situação, prevalecendo o momento da conduta.

Quanto ao pedido sucessivo, este sim situado no campo de análise individual, percebam que sanção administrativa não repercute no campo penal. A teor do disposto no artigo 935 do Código Civil, as responsabilidades civil e penal são independentes. Somente há repercussão, ante o decidido em processo-crime, se declarada a inexistência do fato ou da autoria.

3. Indefiro a medida acauteladora.

4. Colham o parecer da Procuradoria-Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 142.054 **(782)**

ORIGEM : 346425 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARCELO MUSSOLINI
IMPTE.(S) : MARCELO MUSSOLINI
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 346.425 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

PENA – REGIME DE CUMPRIMENTO – FALTA GRAVE.

***HABEAS CORPUS* – LIMINAR – INDEFERIMENTO.**

1. O assessor Edvaldo Ramos Nobre Filho prestou as seguintes informações:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

O Juízo da Primeira Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Ribeiro Preto/SP, na execução nº 460.954, ante o cometimento de falta grave, consistente em evasão da unidade prisional, determinou a regressão do paciente ao regime fechado e o reinício do lapso temporal para obter progressão.

Chegou-se ao Superior Tribunal de Justiça com o *habeas corpus* nº 346.425, o qual teve o pedido de liminar indeferido.

O paciente-impetrante aponta constrangimento ilegal decorrente da interrupção do prazo necessário ao implemento da progressão.

Requer, no campo precário e efêmero, o afastamento do reinício da contagem de tempo para fins de progressão. No mérito, busca a confirmação da providência.

A fase é de exame da medida acauteladora.

2. Os pronunciamentos do Supremo são reiterados no sentido de, praticada falta grave, haver novo termo inicial para o cômputo do período visando a progressão no regime. De nada adiantaria estar prevista a regressão se, no dia seguinte, o reeducando voltasse a progredir.

3. Indefiro a liminar.

4. Colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 15 de junho 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 178.255 **(783)**

ORIGEM : 178255 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DIEGO LEONARDO BORGES
PACTE.(S) : NATALIE KAZUMI IKAWA
IMPTE.(S) : ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR (51619/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 543.240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* – PEÇAS ESSENCIAIS.**

1. Com a inicial não vieram cópias do mandado de prisão com a data do devido cumprimento, da sentença, do acórdão de apelação e da decisão que indeferiu a progressão de regime. À míngua de elementos, não se pode apreciar o pleito de liminar.

2. Ao impetrante, para providenciar a juntada das mencionadas peças.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 180.732 **(784)**

ORIGEM : 180732 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : BENTO MENDES CARDOSO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E HOMICÍDIO TENTADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADES. INEXISTÊNCIA.

1.Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão unânime da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Min. Rogerio Schietti Cruz, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA TRANSITADA EM JULGADO. INIMPUTABILIDADE DO RÉU. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. NULIDADE DA DECISÃO DE ABSOLVIÇÃO. EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA TESE DEFENSIVA. INEXISTÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS. PRECLUSÃO DA PRONÚNCIA. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A anulação de sentença que absolveu sumariamente o réu, com aplicação de medida de segurança – diante da superveniência de laudo atestando certo grau de insanidade –, não ofende o art. 415, parágrafo único, do CPP, quando existiam outras teses defensivas – legítima defesa e desclassificação dos delitos – cuja competência para análise era do Tribunal do Júri e cujo exame poderia importar, inclusive, em situação mais benéfica ao réu.

2. A alegação de *reformatio in pejus* só estará configurada caso a nova sentença venha a ser mais gravosa do que aquela estabelecida no *decisum* anulado.

3. Transitada em julgado a pronúncia, a competência para o exame de eventual inimputabilidade do réu é do Tribunal do Júri. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido."

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado e pronunciado pela prática do crime previsto no art. 121, § 2°, II e IV, e art. 121, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal.

3.Após a preclusão da pronúncia, o Juízo da origem absolveu o acusado, nos termos do art. 415, IV, do Código de Processo Penal, aplicando-lhe medida de segurança.

4.O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contudo, anulou a sentença de absolvição sumária e determinou que o paciente fosse julgado pelo Tribunal do Júri, ao fundamento de que a inimputabilidade não foi a única tese alegada pela defesa. Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

5.Ainda irresignada, a defesa interpôs recurso especial. O Ministro Rogério Schietti Cruz, ao analisar o REsp 1.478.330, negou provimento ao recurso, e, posteriormente, a Sexta Turma do STJ desproveu o agravo regimental.

6.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta que as instâncias de origem violaram o art. 415, parágrafo único, do CPP, sob o central argumento de que a única tese defensiva na fase de alegações finais consistiu na inimputabilidade do paciente. De modo que não seria dado ao Tribunal de segundo grau, em recurso exclusivo da defesa, submeter o acusado ao Júri.

7.Nesse contexto, a defesa requer a concessão da ordem a fim de reformar o *"acórdão que reconheceu a nulidade do feito pela suposta existência de outras teses de defesa, determinando-se, ainda, que o Tribunal local profira novo julgamento da apelação interposta pela defesa (em seu mérito), conforme entender de direito, afastando-se, contudo, a possibilidade de nova incursão na questão da nulidade do processo por suposta existência de outras teses defensivas, pois o advogado subscritor, em sua manifestação de fls. 280 a 283, somente sustentou a inimputabilidade do recorrente".*

8.**Decido.**

9.O *habeas corpus* não deve ser concedido.

10.A principal alegação defensiva está na consideração de que, em alegações finais, o único argumento apresentado pelo defensor constituído consistiu na tese de inimputabilidade do paciente. Ocorre que as instâncias de origem, soberanas na análise da prova, deixaram consignado que a submissão do paciente a julgamento pelo Tribunal do Júri teve por fundamento o fato de que a inimputabilidade não foi a única tese defensiva alegada.

11.Nessas condições, tenho por acertado o parecer do Ministério Público Federal pela denegação da ordem, cujos fundamentos reproduzo:

"[...]

Conforme previsto no parágrafo único do art. 415 do Código de Processo Penal, embora o acusado seja declarado inimputável, ele não será absolvido com base no inciso IV da referida norma (causa de isenção de pena ou de exclusão do crime) caso o seu defensor tenha alegado outras teses defensivas.

Na espécie, tem-se que o anterior defensor dativo do paciente, ao oferecer alegações finais (fls. 226/231), sustentou as teses de legítima defesa e desclassificação dos crimes de homicídio qualificado consumado e tentativa de homicídio para, respectivamente, homicídio simples e lesões corporais graves. O Juízo de primeiro grau, ao pronunciar o paciente (fls. 238/246), se manifestou sobre as referidas teses (…).

[…]

Assim, tendo em vista que na espécie, além da inimputabilidade, foi alegada a tese de legítima defesa, foi acertada a decisão do Tribunal local que determinou o retorno dos autos ao Tribunal do Júri para que seja decidido pelo Conselho de Sentença se o paciente agiu sob excludente de ilicitude.

Portanto não há que se falar em violação ao art. 415 do Código de Processo Penal e, consequentemente, em nulidade do acórdão do TJ/PR.

[…]."

12.A jurisprudência desta Corte é no sentido de que *"o órgão constitucionalmente competente para julgar os crimes contra a vida e, portanto, apreciar as questões atinentes ao elemento subjetivo da conduta do agente aqui suscitadas,* ***inclusive sobre sua inimputabilidade****, é o Tribunal do Júri, de modo que não cabe ao Supremo Tribunal Federal, na via estreita do habeas corpus, antecipar-se ao juízo natural da causa"* (HC 176.593, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

13.Na hipótese de que se trata, a autoridade impetrada não divergiu desse entendimento, ao assentar que, *"conforme ensinam Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto,* ***"Pronunciado o réu não é mais cabível o reconhecimento de sua inimputabilidade pelo Juiz togado"*** *(Tribunal do Júri: Procedimento Especial Comentado por Artigos – 4. ed. Salvador: Ed. JusPudivm, 2018. p. 416, grifei)".*

14.Transcrevo, nesse sentido, as seguintes passagens do acórdão do STJ:

"[...]

(…) a se considerar que a insanidade mental do acusado foi apontada apenas depois de haver sido ele pronunciado, não há dúvidas de que **foram sustentadas outras teses em defesa do recorrente, além da sua inimputabilidade, pois a defesa técnica "pugnou pela desclassificação do primeiro fato para homicídio simples e pela desclassificação do segundo fato para lesões corporais"** (fl. 230, grifei)**, e o acusado confessou o crime e alegou ter agido em legítima defesa** (fl. 230, destaquei). Tanto foi assim, que a referida excludente de ilicitude foi analisada na decisão de pronúncia.

Dessa forma, embora esteja consignado no agravo que "a defesa

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

técnica em nenhum momento sustentou a tese de legítima defesa" (fl. 596), não se pode ignorar as palavras do réu, que alegou estar acobertado pelo manto da legítima defesa, pois "A garantia constitucional **à ampla defesa** nos processos judiciais, prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, **engloba a autodefesa**, exercida pelo próprio acusado, e a defesa técnica, a qual deve ser plena e efetiva, sob pena de ofensa ao aludido preceito" (HC n. 334.600/PE, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 10/11/2015).

Diante dessa constatação, percebe-se **não haver a apontada violação, uma vez que o Tribunal a quo decidiu de acordo com o entendimento desta Corte,** atento, inclusive, à possibilidade de, ante à existência da alegada legítima defesa, o insurgente vir a ser absolvido, sem o ônus da medida de segurança.

Importante consignar que, embora a defesa aduza ter havido *reformatio in pejus*, a apontada reforma para pior só estará configurada caso a nova sentença venha a ser mais gravosa do que aquela estabelecida no *decisum* anulado.

[…]

Ademais, conforme ensinam Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, **"Pronunciado o réu não é mais cabível o reconhecimento de sua inimputabilidade pelo Juiz togado"** (Tribunal do Júri: Procedimento Especial Comentado por Artigos – 4. ed. Salvador: Ed. JusPudivm, 2018. p. 416, grifei).

[…]."

15.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 181.508 **(785)**

ORIGEM : 181508 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JESSE DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : TIAGO ASSIS DA SILVA (115870/MG, 67074/PR)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 555.539 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do HC 555.539/PR.

Alega o impetrante que: a) o paciente, por estar foragido, teve contra si decretada a prisão preventiva pela prática dos crimes capitulados nos arts. 306 e 307 do Código de Trânsito Brasileiro, condutas cujas penas máximas não ultrapassam os 4 (quatro) anos de privação de liberdade, determinando-se, ainda, a inserção de seu nome em lista de difusão vermelha da Interpol, medida desproporcional diante dos fatos que lhe foram imputados; b) foi pleiteada, porém indeferida, a revogação da medida decretada; c) o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não adentrou o mérito do *habeas corpus* que lhe foi dirigido, sob o fundamento de que já havia julgado impetração anterior, ignorando a existência de fatos novos; d) interposto recurso ordinário, o Superior Tribunal de Justiça dele não conheceu, ressaltando-se que o parecer do Ministério Público Federal não guarda correspondência com o pedido.

Busca-se, em suma, a revogação da prisão preventiva e a retirada do nome do paciente da lista de difusão vermelha da Interpol.

É o relatório. **Decido**.

1. Cabimento do *habeas corpus:*

Inicialmente, destaco que esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por membro de Tribunal Superior, visto que, a teor do art. 102, I, *i*, da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que Tribunal Superior, por meio de órgão colegiado, atue em tal condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do *habeas corpus* no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que **restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.** Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, i, da **Constituição como regra de competência,** estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, **há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea i), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental** (HC 114.557 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*)."

Não se inaugura a competência deste Supremo nas hipóteses em que não esgotada a jurisdição antecedente, visto que tal proceder acarretaria indevida supressão de instância, dado **o cabimento de agravo regimental.** Precedentes:

"**É inadmissível o *habeas corpus* que se volta contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente**." (HC 141.316 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 05.05.2017, *grifei*)

"1. […] **O exaurimento da jurisdição e o atendimento ao princípio da colegialidade, pelo tribunal prolator, se dá justamente mediante o recurso de agravo interno, previsto em lei, que não pode simplesmente ser substituído por outra ação de *habeas corpus*, de competência de outro tribunal**. 2. A se admitir essa possibilidade estar-se-á atribuindo ao impetrante a faculdade de eleger, segundo conveniências próprias, qual tribunal irá exercer o juízo de revisão da decisão monocrática: se o STJ, juízo natural indicado pelo art. 39 da Lei 8.038/1990, ou o STF, por via de *habeas corpus* substitutivo. **O recurso interno para o órgão colegiado é medida indispensável não só para dar adequada atenção ao princípio do juiz natural, como para exaurir a instância recorrida, pressuposto para inaugurar a competência do STF**. (HC 130.719 AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 03.11.2015, *grifei*)

No caso concreto, por contrariar frontalmente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *habeas corpus* não merece conhecimento, na medida em que ataca decisão monocrática que não conheceu da impetração, sem ter manejado irresignação regimental.

2. Análise da possibilidade de concessão da ordem de ofício no caso concreto:

Devido ao caráter excepcional da superação da jurisprudência da Corte, a concessão da ordem de ofício configura providência a ser tomada tão somente em casos absolutamente aberrantes e teratológicos, em que a ilegalidade deve ser cognoscível de plano, sem a necessidade de produção de quaisquer provas ou colheita de informações, **o que, no caso concreto, não se verifica.**

Destarte, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem de ofício.

Por fim, relativamente às alegações que dizem respeito à pandemia da Covid-19, verifico não haver nos autos notícia de seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, seria prematuro que a Suprema Corte, por meio de qualquer de seus integrantes, procedesse à sua apreciação no presente momento, porquanto o conhecimento originário dessa matéria pelo Supremo Tribunal Federal, a toda evidência, configuraria supressão de instância.

3. Diante do exposto, com fulcro no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento ao *habeas corpus*.**

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 183.976 **(786)**

ORIGEM : 183976 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : GUSTAVO ALEF SCHMITZ
IMPTE.(S) : JONAS SOUSA DE MELO (322171/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 570.390 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

***HABEAS CORPUS* – DESISTÊNCIA – HOMOLOGAÇÃO.**

1. Por meio da petição/STF nº 43.310/2020, o impetrante diz não mais haver interesse na sequência deste processo, requerendo a desistência.

2. Ante o quadro, homologo o pedido para que produza os efeitos legais.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 184.901 **(787)**

ORIGEM : 184901 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : WILLIAM LINO GOMES
PACTE.(S) : DARLISSON DA CONCEIÇÃO SANTOS
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*", com pedido de medida

liminar, **impetrado** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal Militar, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

"***RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. MPM. FURTO QUALIFICADO. BEM PERTENCENTE A FAZENDA NACIONAL. ROMPIMENTO DE LACRE. REJEIÇÃO DE DENÚNCIA. FURTO ATENUADO. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. MERA ATENUAÇÃO DA PENA. 'IN DUBIO PRO SOCIETATE'. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, UNÂNIME.***

Recurso ministerial contra Decisão do Juiz-Auditor que rejeitou a Denúncia pelo delito de furto qualificado*, em virtude da reparação do dano causado à Administração Militar antes do início da Ação Penal.*

Os §§ 1º e 2º do art. 240 do CPM estabelecem condições a serem cumpridas para caracterização do furto atenuado*. O § 1º estabelece que a coisa deve ser de pequeno valor, enquanto o § 2º, por sua vez, exige a restituição da coisa furtada ou a reparação do dano.*

Em análise dos §§ 1º e 2º do art. 240 do CPM*, verifica-se que as condições fixadas devem ser analisadas em conjunto. Assim, em consonante com a segunda parte do § 1º,* ***não há possibilidade de aplicar a desclassificação para infração disciplinar, com a consequente rejeição da Denúncia****,* ***tendo em vista que a quantia usurpada na conduta delituosa não se amolda ao entendimento de pequeno valor****.*

Ademais*,* ***o furto praticado contra a Fazenda Nacional e com o rompimento de lacre atrai****,* ***ainda mais****,* ***a necessidade de tutela penal****, e afasta, definitivamente, o Princípio da Insignificância ou da Fragmentariedade, conforme jurisprudência desta Corte.*

Quando se tem elevado grau de reprovabilidade*,* ***não há como desclassificar a conduta dos agentes para considerá-la como infração disciplinar****, mas tão somente atenuá-la, caso assim entenda o Juízo, pela restituição integral do valor indevidamente obtido, Faz-se mister ressaltar que, na fase de recebimento da Denúncia, reconhece-se o primado do 'in dubio pro societate'. Nessa etapa processual, perfazem-se necessários os indícios de autoria e de materialidade. Precedentes desta Corte.*

Recurso conhecido e provido*.* ***Decisão unânime****.*"

(**Recurso em Sentido Estrito nº 7000951-52.2018.7.00.0000**, Rel. Min. Alte Esq CARLOS AUGUSTO DE SOUSA – **grifei**)

Busca-se, em sede cautelar, "*(...)* ***a sustação dos efeitos*** *do Acórdão prolatado nos Autos nº 7000951-52.2018.7.00.0000,* ***até o julgamento final*** *da presente impetração*" (**grifei**).

O exame dos fundamentos **em que se apoia** o acórdão ora impugnado *parece descaracterizar,* ao menos em juízo **de estrita** delibação, *a plausibilidade jurídica* da pretensão **deduzida** pela parte impetrante.

Cumpre assinalar, *por relevante*, **que o deferimento** da medida liminar, **resultante** do concreto exercício do poder geral de cautela **outorgado** aos juízes e Tribunais, **somente se justifica** em face de situações **que se ajustem** aos seus específicos pressupostos: **a existência** de plausibilidade jurídica ("*fumus boni juris*"), *de um lado*, **e a possibilidade** de lesão **irreparável ou** de **difícil** reparação ("*periculum in mora*"), *de outro*.

Sem que concorram esses dois requisitos – que são *necessários*, *essenciais* **e** *cumulativos* –, **não se legitima** a concessão da medida liminar.

Sendo assim, *e sem prejuízo* **de ulterior reapreciação** da matéria no julgamento final do presente "*writ*" constitucional, **indefiro** o pedido de medida liminar.

2. **Ouça-se** a douta Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HABEAS CORPUS 185.220 **(788)**

ORIGEM	: 185220 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
PACTE.(S)	: HERALDO AUGUSTO JESUS DA SILVA
IMPTE.(S)	: VINICIUS MACHADO VILAR (411228/SP)
COATOR(A/S)(ES)	: PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Vinicius Machado Vilar, em favor de Heraldo Augusto Jesus da Silva, contra decisão monocrática do Ministro Presidente do STJ que indeferiu liminarmente o HC 568.839/SP.

Colho da decisão impugnada:

"Depreende-se do writ que o paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 121, caput, do Código Penal, ao cumprimento da pena de 6 anos de reclusão, em regime semiaberto, com a expedição do competente mandado de prisão.

O impetrante relata que o paciente compareceu espontaneamente à delegacia de polícia a fim de cumprir com a ordem de prisão imposta. Narra também que ele possui vínculo de emprego e que há a necessidade do cumprimento de suas atividades laborais na cidade onde reside, sendo imprescindível manter o paciente em unidade prisional naquela municipalidade, ou, de forma subsidiária, que se estabeleça sua prisão domiciliar.

Requer, portanto, 'A concessão da ordem em caráter liminar em favor do Paciente para fazer cessar o constrangimento ilegal em virtude da decretação de sua prisão EM COMARCA DIFERENTE DA QUE MANTÉM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, e ORDENAR A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DO REEDUCANDO para cumprimento imediato de sua pena na mesma comarca em que trabalha para que possa, exercê-lo' (fl. 5)." (eDOC 6, p. 1)

No STJ a ordem foi indeferida liminarmente em razão do óbice constituído pela Súmula 691 do STF (eDOC 6).

Na presente impetração, a defesa repisa argumentos pretéritos, enfatizando que o paciente é primário, possui residência e trabalho fixo e que seu empregador expressa o desejo de mantê-lo no exercício de suas funções (eDOC 1).

Nesse sentido requer, em sede liminar, seja decretado o cumprimento imediato de sua pena na mesma comarca em que mantém vínculo empregatício. No mérito, fazendo coro à apreciação colegiada deste *writ*, pugna pela confirmação da liminar.

É o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de *habeas corpus* no qual a defesa insurge-se contra decisão monocrática proferida pelo Ministro João Otávio de Noronha do STJ, que indeferiu liminarmente o HC 568.839/SP.

Segundo jurisprudência consolidada deste Tribunal, não tendo sido a questão de mérito objeto de exame definitivo pelo STJ, ou inexistindo prévia manifestação das demais instâncias inferiores, a apreciação do pedido da defesa implica supressão de instância, o que não é admitido. Nesse sentido: HC 103.282/PA, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 28.8.2013; HC 114.867/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 14.8.2013; HC 127.975-AgR/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 3.8.2015 e HC 131.320-AgR/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 10.2.2016.

Além disso, cumpre destacar a ausência de interposição de agravo regimental contra a decisão do STJ. Aliás, no que se refere ao tema, tenho-me posicionado na 2ª Turma, juntamente com Sua Excelência o Ministro Celso de Mello, no sentido da possibilidade de conhecimento do *habeas corpus* em casos idênticos.

Ocorre que a Segunda Turma já se manifestou no sentido de não conhecer dos *writs* (HC 119.115/MG, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 13.2.2014 e HC 114.087/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 2.10.2014), com fundamento na carência de exaurimento da jurisdição e por inobservância ao princípio da colegialidade, previsto no art. 102, inciso II, alínea a, da Constituição Federal.

No mesmo sentido, já havia se firmado o entendimento da Primeira Turma desta Corte. A esse propósito, cito: RHC 111.935/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 30.9.2013; RHC 108.877/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 19.10.2011 e RHC 111.639/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 30.3.2012.

Evidentemente, em obediência ao princípio da proteção judicial efetiva (CF, art. 5º, XXXV), a aplicação dos entendimentos jurisprudenciais trazidos à baila pode ser afastada no caso de configuração de patente constrangimento ilegal ou abuso de poder.

No entanto, não vislumbro constrangimento ilegal manifesto a justificar excepcional conhecimento deste HC.

Conforme aludido, a presente impetração objetiva, em suma, a transferência do paciente para a comarca de Piracicaba/SP, onde possui vínculo empregatício, a fim de que o cumprimento da pena, no regime semiaberto, permita a continuidade do exercício de suas funções laborais.

Em 29.11.2019, o Juízo da Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Piracicaba/SP determinou fosse oficiado à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) solicitando vaga para o paciente em estabelecimento prisional adequado (eDOC 4, p. 406).

Atendendo à solicitação, o Departamento de Controle e Execução Penal da SAP comunicou ter autorizado a Direção do Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Hortolândia/SP a incluir o então sentenciado no regime semiaberto daquela Unidade (eDOC 4, p. 416).

Na sequência, o juízo *a quo* determinou a expedição de mandado de prisão, observando a especificação da SAP quanto à Unidade designada para o cumprimento da pena (eDOC 4, p. 417).

Atendendo ao despacho por meio do qual determinei a intimação do impetrante para que juntasse as decisões que indeferiram o direito do paciente de cumprir pena na mesma comarca em que trabalha (eDOC 15), a defesa manifestou-se nos seguintes termos:

"Inicialmente, de se observar que o objeto do presente writ é a negativa de concessão de cumprimento de seu regime semiaberto na unidade de Piracicaba interior do Estado de São Paulo mesmo considerando que o paciente mantém até os dias atuais seu vínculo empregatício ativo.

Ocorre que por deficiência técnica da defesa, o paciente não teve seu pedido requerido junto ao DEECRIM (juízo prevento à análise) o que, por si só, geraria no entender da defesa, infelizmente, a perda do objeto desta ação ou a supressão de instância.

Tal fato ocorreu pois, diante da pandemia do Sars-CoV-2 a defesa formulou somente pedido de prisão domiciliar, e deixou de apresentar o pedido de transferência de unidade junto ao DEECRIM.

Não obstante, o paciente foi encaminhado para o CPP (Centro de Progressão Penitenciária) de Hortolândia "professor Ataliba Nogueira" vindo a cumprir sua pena no regime fechado – sendo-lhe concedida atividade laboral após insistência de seus patronos.

Neste sentido a defesa requer as vênias necessárias ajuntar documentação extrajudicial que comprova o pedido de transferência

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

para a unidade de Piracicaba encaminhado à formulado junto às unidades prisionais, o qual foi negado de forma administrativa por meio de telefone (ligação junto do CRC – Campinas telefone 19 38824442).

Assim, mesmo entendendo que o inconformismo do paciente pautado na negativa administrativa deveria culminar na hipótese de impetração de habeas corpus no juízo de primeiro grau (DEECRIM), ou, ao menos pedido nos autos da execução, e que a sua falta acarreta a perda do objeto desta impetração ou supressão de instância, requer digne-se Vossa Excelência em reconhecer de ofício a arbitrariedade aqui apontada concedendo-se a ordem." (eDOC 16, p. 1, grifei)

Ademais, juntou *e-mail*, destinado ao endereço eletrônico do CPP de Hortolândia/SP, por meio do qual solicitara a transferência do reeducando à cidade de Piracicaba/SP (eDOC 17), ao que foi respondida com a instrução de que entrasse em contato com a CRC – Campinas pela via telefônica (eDOC 21).

Pois bem.

Dos documentos que instruem estes autos, depreende-se que o juízo de piso solicitou, adequadamente, a destinação de vaga para o paciente em estabelecimento prisional compatível com o regime que se fixara em seu desfavor. A Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, por sua vez, autorizou a inclusão do paciente no Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia/SP, **inexistindo qualquer indício de que a disponibilização da vaga se deu de forma irregular, desrespeitando as determinações do juízo competente ou submetendo o paciente a constrangimento ilegal.**

A própria defesa sublinhara que, por lapso, deixou de formular o pedido de transferência junto ao DEECRIM, registrando-o somente na via administrativa e recebendo a negativa por telefone.

Nesse sentido, impossível apurar a existência de qualquer ilegalidade manifesta, abuso de poder ou constrangimento ilegal no indeferimento do pleito de transferência. Ademais, conforme ressaltei, inexiste ilegalidade patente no trâmite de designação de vaga para o cumprimento da pena ora examinada.

Destarte, muito embora tenha-se alegado que o paciente possui vínculo de emprego na cidade de Piracicaba/SP, evidencia-se a completa inadequação da via do *habeas corpus* para a apreciação do pleito ora formulado, uma vez ausentes as hipóteses autorizadoras de seu excepcional conhecimento.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao pedido formulado neste *habeas corpus* (artigo 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 185.254 **(789)**

ORIGEM : 185254 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : ADILIO FERREIRA DA SILVA
IMPTE.(S) : LEONARDO DA ROCHA DE SOUZA (14589/ES) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.

Referente à Petição STF 36.216/2020.

Em 25.5.2020, a Defesa formulou pedido de reconsideração da decisão em que neguei seguimento ao *habeas corpus* forte na instrução deficiente do *writ* (HC 151.059-ED/GO, de minha relatoria, 1ª Turma, DJe 17.5.2018). Para tanto, a Defesa, por intermédio da referida petição, esclarece que instruiu o feito com os documentos necessários à apreciação do *writ*.

Superado o referido óbice e no exercício, pois, de juízo de retratação, reconsidero a decisão em que neguei seguimento ao *habeas corpus* pela deficiência na instrução, prosseguindo em sua análise.

O presente *habeas corpus*, com pedido de liminar, foi impetrado por Leonardo da Rocha de Souza e outros em favor de Adílio Ferreira da Silva, contra decisão monocrática da lavra do Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o HC 572.797/ES.

O paciente foi preso cautelarmente, em 03.02.2017, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, § 2º, I e IV do Código Penal.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que indeferiu a liminar.

A questão, então, foi submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, que, via decisão monocrática da lavra do Ministro João Otávio de Noronha, indeferiu liminarmente o HC 572.797/ES .

No presente *writ*, os Impetrantes pugnam pelo afastamento da Súmula 691/STF. Sustentam o excesso de prazo para encerramento da primeira fase do procedimento especial do júri, custodiado o paciente desde 03.02.2017. Requerem, em medida liminar e no mérito, o relaxamento da prisão do paciente.

É o relatório.

Decido.

Extraio do ato dito coator:

"*(…).*

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

(…).

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

(…).

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus".

Como se observa, o Superior Tribunal de Justiça alicerçou-se no entendimento sumulado por esta Suprema Corte para indeferir liminarmente a impetração. Aduziu que o *writ* se voltava contra decisão monocrática proferida por Relator do Tribunal de Justiça, o qual indeferira liminar em *habeas corpus* impetrado naquela Corte Estadual.

Ao rejeitar o pedido liminar, o Tribunal de Justiça não reputou presentes requisitos autorizadores da imediata soltura do Paciente, reservando a definição da matéria ao pronunciamento do colegiado.

Da decisão singular, a Defesa impetrou *habeas corpus* originário no Superior Tribunal de Justiça e, ante a negativa de seguimento, novo *writ*, desta feita neste Supremo Tribunal Federal. Constato, pois, não esgotada a jurisdição da Corte Superior, na medida em que o ato impugnado é decisão monocrática extintiva do *writ*, e não o resultado de julgamento colegiado (HC 122.275-AgR/SP, Rel. Min. *Teori Zavascki*, 2ª Turma, DJe 01.7.2014).

Logo, dar trânsito ao *writ* significaria duplicar a tramitação da ação constitucional, *sub judice* no âmbito da Corte Estadual; apreciá-lo no mérito implicaria suprimir instâncias de julgamento, em inobservância às regras do devido processo legal e do juiz natural.

Anoto, por fim, que, em 16.3.2020, o magistrado de primeiro grau exarou sentença de pronúncia (Processo 0021.417-18.2016.8.08.0012), oportunidade em que mantida a prisão preventiva do paciente.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 185.352 **(790)**

ORIGEM : 185352 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : CLIVISON VICENTE DA SILVA
IMPTE.(S) : ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA NETO (329718/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.

Referente à Petição STF 40.286/2020.

Em 28.5.2020, a Defesa formulou pedido de reconsideração da decisão em que neguei seguimento ao *habeas corpus*, forte na instrução deficiente do *writ* (HC 103.240-AgR/RS, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe 11.4.2011). Para tanto, a Defesa, por intermédio da referida petição, instrui o feito com os documentos necessários à apreciação do *writ.*

Superado o referido óbice e no exercício, pois, de juízo de retratação, reconsidero a decisão em que neguei seguimento ao *habeas corpus* pela deficiência na instrução, prosseguindo em sua análise.

O presente *habeas corpus*, com pedido de liminar, foi impetrado por Armando de Oliveira Costa Neto e outro(s) em favor de Clivison Vicente da Silva, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da lavra do Ministro Ribeiro Dantas, que negou provimento ao agravo regimental no HC 568.771/SP.

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes de roubo circunstanciado e de dano (arts. 157, § 2º, V, e § 2º-A, I, e 163 do CP). Ato contínuo, o magistrado de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/SP, que indeferiu a liminar.

A questão, então, foi submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, que, via decisão monocrática da lavra do Ministro Ribeiro Dantas, que indeferiu liminarmente o HC 568.771/SP. Posteriormente, manejado, sem sucesso, agravo regimental defensivo.

No presente *writ*, o Impetrante pugna, preliminarmente, pelo afastamento da Súmula 691/STF. Alega, em síntese, falta de fundamentação idônea do decreto prisional, porquanto lastreada na gravidade abstrata dos delitos e ausentes os requisitos autorizadores. Sustenta a necessidade de reapreciação da constrição cautelar, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP. Requer, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, sucessivamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

prisão.

É o relatório.

Decido.

Extraio do ato dito coator:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. ROUBO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. LIMINAR EM *HABEAS CORPUS* INDEFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. NÃO COMPROVAÇÃO DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA ALEGADAS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar".

2. Na hipótese, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva menciona que o paciente teria cometido o delito de roubo mediante emprego de arma de fogo e restrição de liberdade da vítima, o que torna o delito passível de maior reprimenda. Ademais, foi praticado com emprego de violência real, contra vítima em pleno exercício de atividade laborativa, a qual teve uma arma apontada para sua cabeça e ameaças com um gargalo de garrafa quebrado, o que demonstra a periculosidade social do autuado e a necessidade de manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. Tais circunstâncias afastam a incidência da Súmula 691/STF.

3. As possíveis ilegalidades e teratologias aptas à mitigação da mencionada Súmula a justificar manifestação antecipada deste Superior Tribunal de Justiça não foram demonstradas pela defesa.

4. Agravo regimental desprovido."

Como se observa, o Superior Tribunal de Justiça alicerçou-se no entendimento sumulado por esta Suprema Corte ao negar provimento ao agravo regimental defensivo. Aduziu que o *writ* se voltava contra decisão monocrática proferida por Relator do Tribunal de Justiça, o qual indeferira liminar em *habeas corpus* impetrado naquela Corte Estadual.

Ao rejeitar o pedido liminar, o Tribunal de Justiça não reputou presentes requisitos autorizadores da imediata soltura do Paciente, reservando a definição da matéria ao pronunciamento do colegiado.

Logo, dar trânsito ao *writ* significaria duplicar a tramitação da ação constitucional, *sub judice* no âmbito da Corte Estadual; apreciá-lo no mérito implicaria suprimir instâncias de julgamento, em inobservância às regras do devido processo legal e do juiz natural.

Anoto, por fim, que à míngua de pronunciamento judicial conclusivo pela Corte Superior quanto à matéria trazida nestes autos, inviável a análise do *writ* pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de indevida supressão de instância. Cito, nessa linha, precedentes: HC 134.957-AgR/MG, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 24.02.2017; RHC 136.311/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 21.02.2017; RHC 133.974/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 03.3.2017; e HC 136.452-ED/DF, de minha relatoria, 1ª Turma, DJe 10.02.2017.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 185.822 **(791)**

ORIGEM	: 185822 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: VALÉRIO CATUREBA CONCEIÇÃO
IMPTE.(S)	: THIAGO DA CRUZ SILVA (34556/BA)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATORA DO HC Nº 184.907 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato jurisdicional de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A impetração, todavia, não merece seguimento.

A jurisprudência sumulada desta Suprema Corte estabelece que "não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso" (Súmula 606).

Ademais, em recentes julgados, o Plenário decidiu pela impossibilidade de impetração de *writ* também contra ato jurisdicional de Ministro desta Suprema Corte, a incidir, por analogia, à referida Súmula 606.

Esses acórdãos possuem as seguintes ementas:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 606/STF.

1. Manifesto o descabimento deste *habeas corpus*, enquanto se volta contra acórdão da Segunda Turma desta Casa. Consabido que sedimentada a jurisprudência deste STF no sentido, nas palavras de seu eminente Ministro Decano, da 'inadmissibilidade de *'habeas corpus'*, quando impetrado contra decisões emanadas dos órgãos colegiados desta Suprema Corte (Plenário ou Turmas) ou de quaisquer de seus juízes, inclusive quando proferidas em sede de procedimentos penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal' (HC 109021 AGr/SP, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 18.12.2013).

2. Assentada tal diretriz, na aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF: 'não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso'.

3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC 181.680 AgR/PR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 2/6/2020).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO DO STF. PRECEDENTES. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO.

1. No âmbito da jurisdição do Supremo Tribunal Federal, não cabe sustentação oral no julgamento de agravo regimental de decisão monocrática proferida pelo Relator em sede de habeas corpus. Constitucionalidade do art. 131, § 2º, do RISTF. Precedentes.

2. Não cabe pedido de *habeas corpus* originário para o Supremo Tribunal Federal contra ato de Ministro ou órgão colegiado do STF. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido" (HC 164.593 AgR/AM, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 10/6/2020).

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Prejudicado o pleito cautelar.

Encaminhe-se cópia desta decisão ao Gabinete da autoridade apontada como coatora.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 185.830 **(792)**

ORIGEM	: 185830 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
PACTE.(S)	: GABRIEL DA SILVA PENHA
IMPTE.(S)	: GABRIEL DA SILVA PENHA
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Despacho: No presente *writ*, o paciente/impetrante requer assistência jurídica compatível com sua condição de hipossuficiência econômica.

À Secretaria Judiciária a fim de que intime a Defensoria Pública da União (DPU) para a assistência cabível, devendo promover a emenda da inicial no prazo de 20 (dez) dias.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.006 **(793)**

ORIGEM	: 186006 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: C.C.B.
IMPTE.(S)	: RUBENS RODRIGUES FRANCISCO (58665/DF, 189859/RJ, 347767/SP)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 185.677 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato jurisdicional de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A impetração, todavia, não merece seguimento.

A jurisprudência sumulada desta Suprema Corte estabelece que "não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso" (Súmula 606).

Ademais, em recentes julgados, o Plenário decidiu pela impossibilidade de impetração de *writ* também contra ato jurisdicional de Ministro desta Suprema Corte, a incidir, por analogia, à referida Súmula 606.

Esses acórdãos possuem as seguintes ementas:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 606/STF.

1. Manifesto o descabimento deste *habeas corpus*, enquanto se volta

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

contra acórdão da Segunda Turma desta Casa. Consabido que sedimentada a jurisprudência deste STF no sentido, nas palavras de seu eminente Ministro Decano, da 'inadmissibilidade de *'habeas corpus'*, quando impetrado contra decisões emanadas dos órgãos colegiados desta Suprema Corte (Plenário ou Turmas) ou de quaisquer de seus juízes, inclusive quando proferidas em sede de procedimentos penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal' (HC 109021 AGr/SP, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 18.12.2013).

2. Assentada tal diretriz, na aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF: 'não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso'.

3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC 181.680 AgR/PR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 2/6/2020).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO DO STF. PRECEDENTES. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO.

1. No âmbito da jurisdição do Supremo Tribunal Federal, não cabe sustentação oral no julgamento de agravo regimental de decisão monocrática proferida pelo Relator em sede de habeas corpus. Constitucionalidade do art. 131, § 2º, do RISTF. Precedentes.

2. Não cabe pedido de *habeas corpus* originário para o Supremo Tribunal Federal contra ato de Ministro ou órgão colegiado do STF. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido" (HC 164.593 AgR/AM, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 10/6/2020).

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Prejudicado o pleito cautelar.

Encaminhe-se cópia desta decisão ao Gabinete da autoridade apontada como coatora.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.335 **(794)**

ORIGEM : 186335 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO
IMPTE.(S) : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA AÇÃO PENAL Nº 957 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO: Solicitem-se prévias informações ao eminente Ministro Relator **da AP** 957/MG, **em curso** perante o E. Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HABEAS CORPUS 186.377 **(795)**

ORIGEM : 186377 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : MARCOS TUDELA NETO
IMPTE.(S) : ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA (188301/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 185.877 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DECISÃO:

Ementa: Processual penal. *Habeas corpus* contra ato de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Inadequação da via eleita.

1. A jurisprudência atual e majoritária do Supremo Tribunal Federal não admite a impetração de *habeas corpus* contra ato de Ministro do STF. Precedente específico: HC 105.959, Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin.

2. Hipótese em que os autos não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a concessão da ordem de ofício.

3. *Habeas Corpus* não conhecido, por inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, no qual Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é apontado como autoridade coatora.

2.Extrai-se dos autos que o Juízo das execuções indeferiu pedido de prisão domiciliar formulado em favor do paciente. Contra a decisão, foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Indeferida a liminar, sobreveio impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça (HC 580.460 – SP). O Relator, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, indeferiu liminarmente o *writ*. Na sequência, a defesa impetrou HC no Supremo Tribunal Federal (HC 185.877), não conhecido monocraticamente pelo Relator, Min. Celso de Mello.

3.Neste *habeas corpus,* a parte impetrante requer seja deferida "*A PRISÃO DOMICILIAR AO PACIENTE ATÉ O FIM DA PANDEMIA, NOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO 62/20 DO CNJ e demais dispositivos do Código de Processo Penal"*. Para tanto, alega, em síntese, que o "*paciente cumpre pena em regime SEMIABERTO por crimes sem violência ou grave ameaça*" e que, além disso, "*é acometido DIABETES*".

4.**Decido**.

5.O *habeas corpus* não pode ser conhecido.

6.O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido do descabimento da impetração de *habeas corpus* contra ato de Ministro, Turma ou do Plenário do Tribunal (Súmula 606/STF; HC 100.738, Redatora para o acórdão a Ministra Cármen Lúcia; HC 101.432, Redator para o acórdão o Ministro Dias Toffoli; HC 88.247-AgR-AgR, Rel. Min. Celso de Mello; HC 91.020-AgR, Rel. Min. Celso de Mello; HC 86.548, Rel. Min. Cezar Peluso).

7.Muito embora essa orientação jurisprudencial tenha sido rediscutida no julgamento do HC 127.483, Rel. Min. Dias Toffoli (oportunidade em que se verificou o empate na votação), o Plenário do STF "*reafirmou sua jurisprudência no sentido de não ser cabível 'habeas corpus' impetrado contra decisão monocrática de ministro da Corte."* Refiro-me ao HC 105.959, Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin, julgado com a participação de todos os integrantes do Tribunal. De modo que o processo deve ser extinto sem resolução do mérito.

8.Não bastasse, observo que o STJ (HC 580.460 – SP) deixou de analisar o pleito defensivo ao argumento de que a "*questão […] necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao habeas corpus no momento adequado*". Circunstância que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

9.As peças que instruem a impetração não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique a concessão da ordem de ofício. Tudo a recomendar que se aguarde o pronunciamento definitivo das instâncias judicantes competentes.

10.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 03 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.478 **(796)**

ORIGEM : 186478 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ALAN WILLIAN ALBINO
PACTE.(S) : DAVI DO NASCIMENTO
IMPTE.(S) : FABIO GAMA LEITE (85224/MG)
IMPTE.(S) : JHONATAN ARMANDO LOPES (166632/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 566.960 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS.* PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTITO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006 E 16 DA LEI 10.826/03. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.**

- Seguimento negado, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do *habeas corpus* lá manejado, HC 566.960.

Colhe-se dos autos que o paciente Alan Willian Albino foi condenado à pena de 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06. De outro lado, o paciente Davi do Nascimento foi condenado à reprimenda de 11 (onze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nos delitos tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06 e 16 da Lei 10.826/03. A sentença condenatória negou aos pacientes o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. Contudo, a ordem foi denegada.

Contra esse *decisum*, foi manejado novo *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do *writ*.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na constrição da liberdade dos pacientes.

A argumentação defensiva é no sentido da ausência de fundamentação atual e concreta apta a justificar a manutenção da custódia cautelar.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

A peça inicial narra que em momento anterior à prolação da sentença condenatória, os pacientes foram beneficiados, em sede de *habeas corpus*, por decisão do Ministro Marco Aurélio, que deferiu o pedido liminar nos autos do HC 160.453, para revogar a prisão preventiva imposta. Contudo, quando da análise do mérito, o *writ* não foi conhecido, tendo sido revogada a medida liminar anteriormente deferida.

A defesa destaca que "*durante todo o tempo em que os Pacientes estão em liberdade (quase 02 anos) não houve qualquer notícia de reiteração delitiva, influência na instrução criminal ou indícios de risco à aplicação da Lei Penal*".

Entende que "*a Magistrada de primeiro grau justificou de forma genérica, patentemente não individualizada e sem apresentação de fatos novos ou contemporâneos, a necessidade da custódia cautelar*".

Argumenta que, *in casu*, "*não estão presentes os requisitos da custódia cautelar, previstos no Art. 312 do Código de Processo Penal, sendo manifestamente cabível a sua substituição pelas medidas cautelares alternativas*".

Ao final, formula pedido nos seguintes termos, *in verbis:*

"Em face de todo o exposto, os Pacientes, confiados na sabedoria, serenidade e prudência do ínclito MINISTRO RELATOR e de seus doutos Pares, integrantes da Colenda Turma deste Egrégio Supremo Tribunal Federal, após o exame e concessão da liminar, como se espera, requer:

Sejam requisitadas, com urgência, as informações de estilo, à Autoridade Coatora, representada pela Colenda Quinta Turma Julgadora do Superior Tribunal de Justiça;

Seja colhido, em seguida, o parecer da Procuradoria da República.

E, ao final, seja CONCEDIDA A ORDEM impetrada, para REVOGAR a prisão preventiva decretada em desfavor dos Pacientes, aplicando-se as Medidas Cautelares Alternativas, previstas no Art. 319 do CPP, com a consequente expedição de contramandado de prisão em relação ao Paciente Davi do Nascimento e Alvará de Soltura ao Paciente Alan Willian Albino".

É o relatório, **DECIDO**.

Ab initio, verifico, em consulta ao sítio eletrônico da Corte Superior, a ausência julgamento colegiado acerca do mérito da questão levada a seu conhecimento. Nesse contexto, assento que não restou exaurida a jurisdição no âmbito daquela Corte, conforme exigido pelo artigo 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância ***pelos Tribunais Superiores****, se denegatória a decisão"* (grifei).

O constituinte fez clara opção pelo princípio da colegialidade ao franquear a competência desta Corte para apreciação de *habeas corpus* – consoante disposto na alínea *a* do inciso II do artigo 102, da CRFB, – **quando decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.** E não há de se estabelecer a possibilidade de flexibilização dessa regra constitucional de competência, pois, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENDAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DOSIMETRIA DA PENA. REGIME INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito discutida na impetração. 2. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "habeas corpus não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado" (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). 3. A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático e probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão" (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). 4. A fixação da pena-base acima do mínimo legal, a imposição de regime prisional mais severo e a vedação da conversão da pena privativa de liberdade foram justificados com apoio em dados empíricos da causa, notadamente na presença de circunstância judicial desfavorável (culpabilidade do agravante). Hipótese em que não se verifica ilegalidade flagrante que justifique o acolhimento da pretensão defensiva. 5. A possibilidade da detração penal não foi arguida na petição inicial do habeas corpus, tendo sido suscitada somente nesta via recursal. Trata-se, portanto, de inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O agravante apenas reitera os argumentos anteriormente expostos na inicial do habeas corpus, sem, contudo, aduzir novos elementos capazes de afastar as razões expendidas na decisão agravada. II – A orientação firmada pela Segunda Turma, quando do julgamento do HC 119.115/MG, de minha relatoria, é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado, impede o conhecimento do habeas corpus por esta Suprema Corte, pois, do contrário, permitiria ao jurisdicionado a escolha do Tribunal para conhecer e julgar a sua causa, o que configuraria evidente abuso do direito de recorrer. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019)

A Constituição Federal restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior, considerando o princípio da colegialidade. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.

Demais disso, inexiste excepcionalidade que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Conforme relatado, busca-se, no presente writ, a revogação da prisão preventiva dos pacientes.

O Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva dos pacientes, sob os seguintes fundamentos:

(…)

Por ocasião da prolação da sentença, foi indeferido o recurso em liberdade. As referidas segregações antecipadas foram mantidas pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos:

(…)

O Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifico estarem presentes elementos concretos a justificar a imposição da segregação antecipada. As instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, entenderam demonstrada a periculosidade dos pacientes, evidenciada pelo fato de serem integrantes de organização criminosa voltada para a prática direta de tráfico de drogas na comarca de Varginha/MG e cidades vizinhas, sendo esta considerada uma associação bem articulada, estável e permanente com a finalidade de promover a mercancia de drogas, com elevada movimentação de dinheiro proveniente da venda dos entorpecentes; recomendando-se, assim, a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública, para assegurar a aplicação da lei penal, e, principalmente, com o intuito de impedir a reiteração delitiva por parte dos integrantes de organizações criminosas.

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

(…)

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não impede a decretação da prisão preventiva.

Confira-se:

(…)

Ademais, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Nesse sentido:

(…)

Por fim, a alegada ausência de contemporaneidade não foi apreciada pelo Tribunal a quo, ficando esta Corte impedida de apreciar o tema sob pena de incidir em indesejada supressão de instância. No mesmo sentido:

(…)

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar dos pacientes.

Ante o exposto, não conheço do presente habeas corpus".

Na hipótese *sub examine*, o Tribunal *a quo* apontou estar "*demonstrada a periculosidade dos pacientes, evidenciada pelo fato de serem integrantes de organização criminosa voltada para a prática direta de tráfico de drogas na comarca de Varginha/MG e cidades vizinhas, sendo esta*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

considerada uma associação bem articulada, estável e permanente".

Com efeito, cabível se mostra o entendimento de que a custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública justifica-se ante a gravidade concreta do crime. Deveras, a prisão preventiva que tem como fundamento a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de organização criminosa, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Releva notar que o fato de os pacientes ostentarem condições pessoais favoráveis não lhes garante o direito de liberdade. Nesse sentido, *verbis:*

"Habeas corpus. 2. Operação Mymba Kuera (tráfico, associação para o tráfico, lavagem de dinheiro e violação de sigilo profissional). 3. Pedido de liberdade provisória. 4. Alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Não ocorrência. Complexidade da causa (pluralidade de réus). 5. Prisão preventiva. Necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. Gravidade demonstrada pelo modus operandi e possibilidade de reiteração delitiva. Réu acusado de integrar organização criminosa conhecida por Primeiro Comando da Capital – PCC. Periculosidade concreta do acusado. Fundamentação idônea que recomenda a medida constritiva. 6. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada." (HC 132.172, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 9/5/2016)

"*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Constitui ônus do impetrante instruir a petição do habeas corpus com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida (HC 95.434, Relator o Min. Ricardo Lewandowski; HC 116.523, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 100.994, Rel.ª Min.ª Ellen Gracie; HC 94.219, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). 2. A necessidade de interromper a atuação de organização criminosa constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar (HC 141.170-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 140.299-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes; HC 140.089, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 140.608-AgR, Rel.ª Min.ª Rosa Weber). 3. Eventual acolhimento da pretensão defensiva – no sentido de que o agravante não integra organização criminosa – demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável na via restrita do habeas corpus. 4. Agravo regimental a que se nega provimento."* (HC 144.420-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 14/11/2017)

"*EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. 1. O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido da inadmissibilidade de habeas corpus contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). 2. A necessidade de interromper a atuação de organização criminosa constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar. Precedentes. 3. O eventual acolhimento da alegação da tese defensiva no sentido de que o agravante não integra organização criminosa demandaria a análise do conjunto fático-probatório, o que não é possível na via restrita do habeas corpus. 4. Agravo regimental desprovido."* (HC 149.350-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 25/4/2018)

"*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO.PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. 1. Inexiste violação ao princípio da colegialidade na utilização, pelo Ministro relator, da faculdade prevista no art. 21, § 1º, do RI/STF para negar seguimento ao habeas corpus. 2. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa, assim como a natureza e quantidade da droga apreendida que evidenciam a gravidade concreta da conduta, constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva. Precedentes. 3. O art. 580 do Código de Processo Penal estabelece que, "No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros". Hipótese em que inexiste identidade de situação jurídica que autorize a extensão dos efeitos da decisão do Superior Tribunal de Justiça que revogou a prisão processual de corréu. 4. Agravo regimental a que se nega provimento."* (HC 155.579-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 17/09/2018)

Outrossim, eventual exame da pretensão defensiva demandaria uma indevida incursão na moldura fática delineada nos autos. Desta sorte, impende consignar, ainda, que o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I. HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (HC nº 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/05/2016)

Demais disso, cumpre destacar a ausência de vulneração ao artigo 93, IX, da Constituição Federal. O referido dispositivo resta incólume quando o Tribunal prolator da decisão impugnada, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, máxime quando o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, quando já tiver fundamentado sua decisão de maneira suficiente e fornecido a prestação jurisdicional nos limites da lide proposta. Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Alegada violação do art. 93, IX, da CF/88. Não ocorrência. Ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada. Súmula nº 287/STF. 1. O art. 93, IX, da Constituição Federal não determina que o órgão judicante se manifeste sobre todos os argumentos de defesa apresentados, mas, sim, que ele explicite as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento. 2. A jurisprudência de ambas as Turmas deste Tribunal é no sentido de que se deve negar provimento ao agravo quando, como no caso, não são impugnados todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula nº 287 da Corte. 3. Agravo regimental não provido". (AI 783.503-AgR, rel. min. Dias Toffoli, Primeira Turma, *DJe* 16/9/2014)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. 1. ALEGADA CONTRARIEDADE AO ART. 93, INC. IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA AINDA QUE NÃO ANALISADOS TODOS OS ARGUMENTOS DA PARTE. PRECEDENTES. 2. MILITAR. PROVENTOS DO GRAU HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. ANÁLISE PRÉVIA DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. 3. RECURSO INCABÍVEL PELAS ALINEAS C E D DO INC. III DO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS NECESSÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (RE 724.151-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 28/10/2013)

Noutro giro, no que tange à alegação de ausência de contemporaneidade, verifico que o Tribunal *a quo* não se manifestou sobre o tema. Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento deste ponto da impetração sem que a instância precedente tenha examinado o mérito da matéria no *habeas corpus* lá impetrado consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

Por fim, vale ressaltar que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido."* (HC 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *habeas corpus*, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido liminar.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.532 **(797)**

ORIGEM : 186532 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : ADEMIR JUNIOR FRANCISCO
IMPTE.(S) : ADEMIR JUNIOR FRANCISCO
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
COATOR(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO:

Ementa: Processual penal. *Habeas corpus*. Reiteração de impetração anterior.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, no qual a Procuradoria-Geral da República é apontada como autoridade coatora.

2.A parte impetrante, por meio de petição inicial de difícil compreensão, alega que o Presidente da República, ao participar de aglomerações e de manifestações, sem o uso de máscara, pode praticar livremente crimes contra a saúde pública. Todavia, os demais cidadãos estão sujeitos à prisão, em caso de descumprimento das medias sanitárias impostas pelo poder público. Ademais, embora ciente de tais ações delitivas, o Procurador-Geral da República não adotou nenhuma providência no sentido de apurar eventual prática, pelo Presidente da República, de crimes previstos no Código Penal.

3.Com essa argumentação, a defesa requer a concessão da ordem a fim de que:

"I. Seja expedido salvo-conduto permitindo ao paciente convocar manifestações, participar de manifestações que não organizou, sair sem máscara e adentrar qualquer estabelecimento de cunho próprio e, mesmo não testado para covid-19, intencionalmente compartilhar sem a anuência do terceiro fluidos corporais;

II. Reconheça o salvo-conduto TÁCITO conferido pelas autoridades do Ministério Público Federal e pelos órgãos de polícia ao SR. JAIR MESSIAS BOLSONARO, de forma a ser um precedente para demais cidadãos serem isentados da punibilidade por incidência em crime sanitário;

III. Reconheça não terem eficácia, por subsunção, os arts. 268 e 300 do Código Penal, vez que para o SR. JAIR MESSAS BOLSONARO não tem eficácia e o Brasil é um Estado Democrático de Direito pautado pelo PRINCÍPIO DA IGUALDADE, estampado na Carta Magna;

IV. Reconheça vigorar e ter eficácia o art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, de modo a abrigar todas as ações criminais as quais, mesmo conhecidas, não foi imputado crime, do Sr. JAIR MESSIAS BOLSONARO, a estender a eficácia de seus salvo-condutos a todos os cidadãos brasileiros ou em território nacional;

V. Seja concedida liminar assim do conhecimento da presente ação, haja vista do elevado risco (i) ou de contaminação comunitária grave e dolosa ou (ii) de vulnerabilização do preceito da Igualdade tão caro dos países democráticos;

VIII. Seja conhecido o recurso, pois é de interesse nacional, questiona matéria constitucional e envolve discussão jurídica acerca de atos do Presidente da República e do d. Procurador-Geral da República, além de depender de decisão célere, cumprindo, então, todos os requisitos constitucionais para conhecimento do recurso."

4.**Decido.**

5.Para além de observar que a petição inicial do *habeas corpus* não foi instruída com nenhum elemento que permita a exata compreensão da controvérsia, o fato é que a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a "*mera reiteração de pedido, que se limita a reproduzir, sem qualquer inovação de fato e/ou de direito, os mesmos fundamentos subjacentes a postulação anterior, torna inviável o próprio conhecimento da ação de habeas corpus..."* (HC 118.043-AgR, Rel. Min. Celso de Mello). De modo que o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, por inadequação da via eleita, notadamente porque este *habeas corpus* é mera reiteração do HC 186.533, do qual não conheci.

6.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, não conheço do *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.668 **(798)**

ORIGEM : 186668 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : SANDRO NUNES DE JESUS
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 505.697 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PENAL. FURTO QUALIFICADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA 691/STF.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu o pedido liminar no HC 505.697, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado, em 18.09.2017, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal. O Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santo André/SP condenou o paciente à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e a 12 (doze) dias-multa. Dessa decisão, foi interposta apelação, que teve parcial provimento para redimensionar a pena pecuniária. Inconformada, a defesa impetrou HC no Superior Tribunal. A Ministra Laurita Vaz do STJ indeferiu o pedido liminar do *writ*.

3.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a aplicabilidade, no caso, do princípio da insignificância, em razão do pequeno valor da *res furtiva*: *"02 (duas) latas de massa corrida "Real Premium", de l8 litros/cada, avaliadas a fls. 14 no total de R$78,00"*.

4.A defesa requer a concessão da ordem a fim de absolver o paciente ou mesmo para conceder ao acusado o privilégio previsto no art.155, §2º, do Código Penal. Subsidiariamente, pede para suspender o cumprimento da pena no processo de execução da pena nos autos de nº 0001897-05.2017.8.26.0540, até que seja analisado pelo STJ o mérito do HC nº 505697 / SP.

5.**Decido.**

6.O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). No entanto, o rigor na aplicação do enunciado sumular vem sendo mitigado nos casos de evidente ilegalidade ou abuso de poder, de decisões de Tribunal Superior manifestamente contrárias à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de decisões teratológicas.

7.Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

8.A orientação do STF é firme no sentido de que o trancamento de ação penal só é possível quando estiverem comprovadas, de logo, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa (HC 103.891, Redator para o acórdão o Min. Ricardo Lewandowski; HC 86.656, Rel. Min. Ayres Britto; HC 81.648, Rel. Min.Ilmar Galvão; HC 118.066-AgR, Rel.ª Min.ª Rosa Weber, e HC 104.267, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Além disso, o Plenário do STF tem entendimento consolidado no sentido de que o princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (i) mínima ofensividade da conduta do agente; (ii) nenhuma periculosidade social da ação; (iii) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento; e (iv) inexpressividade da lesão jurídica provocada, ressaltando, ainda, que a contumácia na prática delitiva impede a aplicação do princípio.

10.Na hipótese de que se trata, embora o paciente tenha sido condenado pelo furto de 02 (duas) latas de massa corrida, avaliadas no total de R$78,00 (setenta e oito reais), trata-se de crime de furto qualificado e os autos demonstram que o paciente ostenta maus antecedentes. De modo que – para além de observar que o paciente foi condenado no regime aberto – não se mostra possível a adoção do princípio da insignificância ou do privilégio disposto no art. 155, §2º, do Código Penal. Transcrevo, nesse sentido, a seguinte passagem da decisão do TJ/SP:

"[...]

Afasta-se, preliminarmente, a alegação de incidência, ao presente caso, do Princípio da Insignificância, haja vista que tal princípio não tem por teleologia a proteção a criminosos habituais. O mesmo há de ser dito com relação ao privilégio indicado pelo §2º do art. 155 do Código Penal. Igualmente, eventual estado de necessidade (estado famélico) não se faz acolhível, quer em vista de sua não demonstração durante a instrução encerrada, quer pelo fato de os corréus já terem se envolvido em outros incidentes de natureza criminal, de modo que estavam plenamente cientes

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

das possíveis consequências de suas condutas.

[…].”

11.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, não conheço do *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.807 **(799)**

ORIGEM : 186807 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : A.M.A.S.
IMPTE.(S) : ALAN DOS SANTOS BARBOSA (4373/AC)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 178.529 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato jurisdicional de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A impetração, todavia, não merece seguimento.

A jurisprudência sumulada desta Suprema Corte estabelece que “não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso” (Súmula 606).

Ademais, em recentes julgados, o Plenário decidiu pela impossibilidade de impetração de *writ* também contra ato jurisdicional de Ministro desta Suprema Corte, a incidir, por analogia, à referida Súmula 606.

Esses acórdãos possuem as seguintes ementas:

“AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 606/STF.

1. Manifesto o descabimento deste *habeas corpus*, enquanto se volta contra acórdão da Segunda Turma desta Casa. Consabido que sedimentada a jurisprudência deste STF no sentido, nas palavras de seu eminente Ministro Decano, da ‘inadmissibilidade de *‘habeas corpus’*, quando impetrado contra decisões emanadas dos órgãos colegiados desta Suprema Corte (Plenário ou Turmas) ou de quaisquer de seus juízes, inclusive quando proferidas em sede de procedimentos penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal’ (HC 109021 AGr/SP, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 18.12.2013).

2. Assentada tal diretriz, na aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF: ’não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso’.

3. Agravo regimental conhecido e não provido” (HC 181.680 AgR/PR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 2/6/2020).

“AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO DO STF. PRECEDENTES. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO.

1. No âmbito da jurisdição do Supremo Tribunal Federal, não cabe sustentação oral no julgamento de agravo regimental de decisão monocrática proferida pelo Relator em sede de habeas corpus. Constitucionalidade do art. 131, § 2º, do RISTF. Precedentes.

2. Não cabe pedido de *habeas corpus* originário para o Supremo Tribunal Federal contra ato de Ministro ou órgão colegiado do STF. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido” (HC 164.593 AgR/AM, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 10/6/2020).

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Encaminhe-se cópia desta decisão ao Gabinete da autoridade apontada como coatora.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 186.827 **(800)**

ORIGEM : 186827 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : NELSON PAZ DOS SANTOS
IMPTE.(S) : HERMES ALEXANDRE ROCKENBACH (57568/DF, 112215A/RS) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC N° 580.654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. INDULTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu liminarmente o HC 580.654, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 204 (duzentos e quatro) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes de furto qualificado (três vezes), furto simples, roubo majorado (quatorze vezes), latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, associação criminosa e resistência.

3.Durante o cumprimento da pena, o Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Porto Alegre/RS concedeu ao paciente o indulto natalino, previsto no Decreto Presidencial 7.420, de 31.12.2010.

4.O Juízo da execução, a requerimento do Ministério Público, cassou a decisão anterior e indeferiu a concessão do indulto, sob o fundamento de que, *“em que pese o apenado tenha preenchido o requisito objetivo, qual seja, o cumprimento de mais de vinte anos da pena, tenho que não preenche o requisito subjetivo”*.

5.Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, não provido. Após, impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O *writ* teve seguimento negado. Contudo a ordem foi concedida de ofício *“para determinar ao Juízo da Vara de Execuções Criminais que promova nova análise do pedido de indulto formulado pelo paciente, restringindo-se aos requisitos do Decreto Presidencial n. 7.420/2010”*.

6.Em cumprimento à decisão do STJ, o Juízo da execução efetuou nova análise da possibilidade da concessão do indulto, tendo indeferido o benefício em razão da ausência do preenchimento do requisito objetivo.

7.Em seguida, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJ/RS, não conhecido. Na sequência, sobreveio nova impetração de HC no STJ. O Relator do HC 580.654, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, indeferiu liminarmente o *writ*.

8.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta que, ao contrário do que assentou o Juízo da execução, o paciente preenche o requisito objetivo necessário à obtenção do indulto natalino, previsto no Decreto Presidencial 7.420/2010, qual seja, o cumprimento ininterrupto de 20 anos da pena, até a data da publicação do Decreto (25.12.2010). Afirma que, *“na data do decreto o apenado cumpria pena ininterruptamente desde 03/10/1990, PORTANTO MAIS DE 20 ANOS*”, destacando que *“[a]s referidas fugas do apenado se deram antes de 03/10/1990, SENDO ESTA DATA SEU ÚLTIMO INGRESSO NO SISTEMA CARCERÁRIO”*.

9.A defesa requer a concessão da ordem a fim de “*decretar O IMEDIATO RESTABELECIMENTO DO INDULTO JÁ CONCEDIDO, DECRETO 7.420/2010, retificando assim a carta guia do apenado”*. Subsidiariamente, pleiteia que sejam desconsiderados *“os dois meses que o apenado esteve fora do sistema carcerário, passando a manter o prazo de cumprimento da pena de forma ininterrupta desde 03/10/1990, o que daria ao impetrante 30 (trinta) anos de prisão ininterrupta, devendo ser imediatamente posto em liberdade*”, ou ainda, *“[a] desconsideração da alteração da data base, UMA VEZ QUE OS EFEITOS DO INDULTO ESTARIAM DA MESMA FORMA CASSADOS”*.

10.**Decido.**

11.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

12.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão Min. Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes. II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte. III – Agravo regimental a que se nega provimento.”

13.As alegações da defesa não foram sequer apreciadas pelas instâncias de origem (TJ/RS e STJ). Fato que impede imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

14.Não bastasse isso, as peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Dou especial relevância ao fundamento adotado pelo Juízo da execução:

[…] "o pedido do apenado não pode ser acolhido com base no inciso V do artigo 1º do Decreto n. 7.420/2010, uma vez que quando da publicação do mencionado decreto, embora tenha cumprido mais de 20 anos, não o fez de forma ininterrupta, uma vez que empreendeu fugas no início do cumprimento da pena (fuga em 17.08.1987, com recaptura em 09.11.2017; fuga em 12.04.1998, com recaptura em 01.05.1988; fuga em 16.01.1990, com recaptura 30.05.1990 e fuga 20.08.1990, com recaptura em 03.10.1990). Assim, porquanto não satisfeitos os requisitos objetivos, indefiro o pedido de indulto".

15.Nessas condições, eventual acolhimento da tese defensiva no sentido de que o paciente cumpriu 20 anos de ininterruptos da pena até a data da publicação do Decreto Presidencial n. 7.420/2010 – e, portanto, preenche o requisito subjetivo para a obtenção do induto natalino – demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável em *habeas corpus*.

16.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.828 **(801)**

ORIGEM : 186828 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : BELTRAN FORTUNATO PRIETO NOGUEIRA
IMPTE.(S) : ERES FIGUEIRA DA SILVA JUNIOR (19929/MS)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus,* com pedido de medida liminar, impetrado pela Eres Figueira da Silva Junior, em favor de Beltran Fortunato Prieto Nogueira, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não conheceu do HC 571.136/MS

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito descrito no arts. 33, caput, da Lei n° 11.343/2006 em razão da apreensão de 40 tabletes de maconha, com peso de 38kg. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância e o qual, logo após, indeferiu pedido de revogação da custódia cautelar

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus no TJMS postulando, em suma, a revogação da prisão cautelar (informação extraída pelo petição inicial e pelo ato coator do Superior Tribunal de Justiça, devida a ausência do documento)

Daí a impetração de novo *writ* no STJ, que também denegou a ordem sob os seguintes fundamentos:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. VIA ELEITA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE ENTORPECENTES. RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. PLEITO DE APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N.º 62/2020 DO CNJ. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. 1. Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus. 2. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do Agente, a indicar a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública, considerando-se, sobretudo, a quantidade das drogas apreendidas – 38kg de maconha –, além do risco concreto de reiteração delitiva, pois destacado pelo Juízo processante que o Paciente "possui diversas passagens criminais, inclusive ostenta a condição de multirreincidente". 3. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema. 4. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade. 5. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese, na qual o Paciente foi preso em 24/12/2019, a denúncia foi ofertada em 29/01/2020, tendo sido determinada a notificação dos réus pra defesa, em 06/02/2020, a qual já foi apresentada pela Defesa do Paciente, aguardando-se a apresentação da defesa do corréu. 6. A questão referente à Recomendação n.º 62/2020 do CNJ não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Desse modo, apreciar a insurgência da Parte Impetrante acarretaria indevida supressão de instância. 7. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (eDOC 14)

Nesta Corte, o impetrante reitera os pedidos pretéritos e enfatiza o argumento no sentido de que os pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão da carência de fundamentação concreta do decreto cautelar, reputando ausentes os requisitos autorizadores da medida, previstos no arts. 312 e 313 do CPP.

Além do mais, reitera que há excesso de prazo para a formação da culpa e a existência da possibilidade de substituição da prisão por medidas cautelares diversas, em razão da propagação do coronavírus nas prisões.

É o relatório.

Passo a decidir.

De modo geral, a prisão preventiva deve indicar, de forma expressa, os seguintes fundamentos para sua decretação, nos termos do artigo 312 do CPP: I) garantia da ordem pública; II) garantia da ordem econômica; III) garantia da aplicação da lei penal; e IV) conveniência da instrução criminal.

Na linha da jurisprudência deste Tribunal, porém, não basta a mera explicitação textual dos requisitos previstos, sendo necessário que a alegação abstrata ceda à demonstração concreta e firme de que tais condições realizam-se na espécie.

Dessa forma, a tarefa de interpretação constitucional para análise de excepcional situação jurídica de constrição da liberdade exige que a alusão a esses aspectos esteja lastreada em elementos concretos, devidamente explicitados.

Por oportuno, transcrevo trechos do acórdão proferido pelo STJ que denegou a ordem e manteve a prisão preventiva do acusado:

No que se refere aos fundamentos para a manutenção da prisão cautelar, o Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em preventiva nos seguintes termos (fl. 48; sem grifos no original): "Todavia, na hipótese, verifica-se pelas condições do delito, em especial pela gravidade da conduta, natureza do crime, espécie e quantidade de substância apreendida (maconha), contexto da apreensão e presença de elementos que indicam envolvimento em atividade traficante, aliados aos antecedentes, sendo inclusive reincidentes (f. 24/30), não ser recomendável a concessão de medida cautelar mais branda, por serem insuficientes, nos termos do artigo 310, II, in fine, CPP. À vista dos autos, há prova da materialidade e indícios de autoria, a revelar presente o *fumus comissi delicti.* De igual forma, em razão, não só da gravidade do delito e das circunstâncias em que praticado, mas pelos antecedentes criminais, resta evidente o *periculum libertatis.* Dessa forma, havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, presentes o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, entendo necessária a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, à luz do artigo 312, do CPP, imprescindível no caso ora em análise para garantia da ordem pública e também da aplicação da lei penal." Ao indeferir o pedido de revogação da custódia, o Magistrado processante destacou o que segue (fls. 49-50; grifos diversos do original): "Destaco que a gravidade do delito é concreta, pois, segundo o coletado, na ocasião da prisão em flagrante do(a) requerente, foi apreendida grande quantidade de droga, consistente em 39 (trinta e nove) tabletes e 01 (uma) porção de maconha, totalizando 38 (trinta e oito) quilogramas de substância entorpecente (f. 19-21, autos n. 0010741-56.2019). Ainda, verifico que o requerente possui diversas passagens criminais, inclusive ostenta a condição de multirreincidente (f. 24-28, autos n. 0010741-56.2019), razão pela qual se recomenda a segregação cautelar, com o fim de obstar a reiteração criminosa, visando garantir a ordem pública."

(...)

Na hipótese, a prisão preventiva foi devidamente decretada em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pela diversidade de drogas apreendidas em poder do Acusado – 38kg de maconha –, além do risco concreto de reiteração delitiva, pois destacado pelo Juízo processante que o Paciente "possui diversas passagens criminais, inclusive ostenta a condição de multirreincidente". Nesse aspecto, a jurisprudência da Suprema Corte dispõe que "a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva" (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe 25/04/2018).

(…)

Consigno que a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese. A propósito: "HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES (9,94 G DE COCAÍNA, 233,79 G DE MACONHA E 51,97 G DE CRACK). PRISÃO PREVENTIVA. INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO. 1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. 2. No caso, a manutenção da constrição cautelar está baseada em elementos vinculados à realidade, pois as instâncias ordinárias fazem referência às

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

circunstâncias fáticas justificadoras, destacando, além da quantidade e da variedade de drogas encontradas na residência do paciente (9,94 g de cocaína, 233,79 g de maconha e 51,97 g de crack), a apreensão de apetrechos utilizados no tráfico de drogas. Tudo a revelar a periculosidade in concreto da agente sós, garantir a revogação da prisão preventiva. 4. Ordem denegada." (HC 549.416/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020; sem grifos no original.) Ressalto, ainda, que "[...] não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal" (HC 438.179/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018).

(…)

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE da impetração e, na parte conhecida, DENEGO a ordem de habeas corpus. (eDOC 14, p. 6)

Assim, da leitura dos trechos acima transcritos, verifico que o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos.

Observo que a prisão do acusado justifica-se principalmente, em razão da possibilidade de reiteração delitiva, haja vista possuir condenações anteriores também pelo delito de tráfico de entorpecentes.

Por oportuno, destaco precedentes desta Corte, no sentido de ser idônea a prisão decretada para resguardo da ordem pública considerada a gravidade concreta do crime (HC 119.715/TO, rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 29.5.2014; HC 127.488/SP, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 1º.7.2015; e HC 127.043/MG, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 7.5.2015).

Vê-se, portanto, que a medida extrema lastreou-se em elementos concretos colhidos dos próprios autos, harmonizando-se a constrição da liberdade do acusado com a jurisprudência do STF.

Quanto à questão relacionada a pandemia do coronavírus, o Plenário do STF na ADPF 347, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, negou referendo à medida liminar quanto à matéria de fundo, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, a análise deverá ser feita caso a caso segundo a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 192, caput, do RISTF, **denego a ordem.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.832 **(802)**

ORIGEM : 186832 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : EDSON SIQUEIRA NOBRE
IMPTE.(S) : CLAUDIO CESAR BARBOSA PEREIRA FILHO (14193/AL)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.081 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Execução penal. *Habeas corpus*. Pedido de prisão domiciliar. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu liminarmente o HC 583.081, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente – atualmente cumprindo pena de 10 (dez) anos, 6 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime previsto no art. 121 do Código Penal – requereu ao Juízo da execução a concessão da prisão domiciliar. O pedido foi indeferido.

3.Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Indeferida a liminar, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 583.081, Ministro Nefi Cordeiro, indeferiu liminarmente o *writ*.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante afirma que o paciente se encontra no grupo considerado de risco da pandemia do COVID-19, tendo em vista que *"é idoso (60 anos de idade); hipertenso de grau IV, considerado de difícil controle; portador de hérnia inguinal bilateral e hidrocele testicular bilateral, sendo ambas tratadas com procedimento cirúrgico"*.

5.A defesa requer a concessão da ordem a fim de conceder ao acionante a prisão domiciliar.

6.**Decido.**

7.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

8.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

9. Ademais, as peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Até porque a hipótese é de paciente condenado pelo crime de homicídio. Não bastasse isso, dou especial relevância ao fundamento adotado pelo STJ, no sentido de que, *"apesar de ser idoso e possuir hipertensão e hérnia inguinal (…), consta dos autos que este (o paciente) vem recebendo tratamento médico regular (…), não tendo sido demonstrado que a sua condição de saúde possa ser atualmente agravada pelo risco de contágio pela Covid-19, nos termos da Recomendação n. 62/2020-CNJ"*.

10.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.833 **(803)**

ORIGEM : 186833 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : J.F.A.
IMPTE.(S) : JUVENAL EVARISTO CORREIA JUNIOR (229554/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Execução penal. *Habeas corpus*. Pedido de prisão domiciliar. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão unânime da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA POR CUSTÓDIA DOMICILIAR. PANDEMIA DE COVID-19. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O acórdão impugnado não analisou a tese da defesa, evidenciando-se, assim, a impossibilidade de conhecimento do tema, sob pena de vedada supressão de instância.

2. Agravo regimental não provido."

2.Extrai-se dos autos que o paciente – atualmente cumprindo pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime semiaberto – requereu ao Juízo da execução a concessão de prisão domiciliar. O pedido foi indeferido.

3.Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não conhecido. Ato contínuo, foram opostos embargos declaratórios, rejeitados. Na sequência, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 577.047, Ministro Rogerio Schietti Cruz, indeferiu liminarmente o *writ*. Contra essa decisão, foi interposto agravo regimental, não provido.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta que o paciente faz parte do grupo considerado de risco da pandemia do COVID-19, tendo em vista que possui 60 anos de idade e *"sofre de hipertensão arterial sistemática (HAS) e diabetes mellitus (DM)"*. Afirma que o acionante *"foi internado com dificuldades para respirar, no qual foi diagnosticado como DERRAME PLEURAR, no qual se faz necessário cirurgia"*.

5.A defesa requer a concessão da ordem a fim de conceder ao acionante a prisão domiciliar.

6.**Decido.**

7.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

8.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

9. Ademais, as peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Até porque a hipótese é de paciente condenado pelo crime de estupro de vulnerável. Dou especial relevância ao fundamento adotado pelo Juízo da execução, no sentido de que, *"[n]o que concerne à saúde do sentenciado, não restou demonstrada pela defesa, comprovação inequívoca e recente de que o custodiado esteja acometido das doenças por ele narradas e do seu estado de saúde. (…) Anoto também que não restou provado a limitação de atividades e restrição de participação ou a dependência de terceiros para as atividades diárias do executado ou a impossibilidade de receber o tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra"*.

10.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.840 **(804)**

ORIGEM : 186840 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : JOSÉ BERNARDINO DE MOURA
IMPTE.(S) : CAIO CESAR ARANTES (182128/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 579.335 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que negou seguimento ao HC 579.335, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pelo crime previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal, vedado o direito de recorrer em liberdade.

3.Na sequência, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Denegada a ordem, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 579.335, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, negou seguimento ao *writ*.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta que o paciente está inserido no grupo considerado de risco da pandemia do COVID-19, por ser idoso, com 62 anos de idade. Daí o pedido de concessão da ordem a fim de substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar. Subsidiariamente, pleiteia a progressão do acionante para o regime aberto.

5.**Decido.**

6.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

7.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

8. As peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Até porque a hipótese é de paciente condenado pelo crime de homicídio.

9.Quanto ao mais, verifico que a possibilidade da progressão do acionante para o regime aberto não foi sequer analisada pelas instâncias de origem (TJ/SP e STJ). Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

10.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.841 **(805)**

ORIGEM : 186841 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : JOSÉ BERNARDINO DE MOURA
IMPTE.(S) : CAIO CESAR ARANTES (182128/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 579.335 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE IMPETRAÇÃO ANTERIOR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que negou seguimento ao HC 579.335, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pelo crime previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal, vedado o direito de recorrer em liberdade.

3.Na sequência, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Denegada a ordem, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 579.335, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, negou seguimento ao *writ*.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta que o paciente está inserido no grupo considerado de risco da pandemia do COVID-19, por ser idoso, com 62 anos de idade. Daí o pedido de concessão da ordem a fim de substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar. Subsidiariamente, pleiteia a progressão do acionante para o regime aberto.

5.**Decido.**

6.Para além de observar que, do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem), o fato é que a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a "*mera reiteração de pedido, que se limita a reproduzir, sem qualquer inovação de fato e/ou de direito, os mesmos fundamentos subjacentes a postulação anterior, torna inviável o próprio conhecimento da ação de habeas corpus..."* (HC 118.043-AgR, Rel. Min. Celso de Mello). De modo que o processo deve ser extinto, sem resolução do mérito, por inadequação da via eleita, notadamente porque este *habeas corpus* é mera reiteração do HC 186.840, ao qual neguei seguimento.

7.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, não conheço do *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.870 **(806)**

ORIGEM : 00951112420201000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : A.S.R.
IMPTE.(S) : ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 559.000 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão proferida pelo Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do HC 559.000/SP.

Consta dos autos, em síntese, que o paciente (nascido em 9/2/1991) foi preso preventivamente e denunciado pela prática dos crimes de tráfico de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

drogas (arts. 33, *caput,* c/c art. 40, I, da Lei 11.343/2006) e organização criminosa (art. 2º, § 4º, IV e V, da Lei 12.850/2013).

Inconformada com a custódia, a defesa impetrou *Habeas Corpus* no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que denegou a ordem.

Na sequência, nova impetração, desta vez direcionada ao Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do pedido, com recomendação, entretanto, *ao Juízo processante, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no encerramento da ação penal*. Colhe-se da decisão:

Segundo consta dos autos, em decorrência das investigações na denominada *Operação Brabo*, o paciente foi denunciado, **juntamente com outros 155 corréus** em 22/11/2017, pela prática, por 11 vezes, dos crimes previstos no art. 33, *caput,* c/c o art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006, e no art. 2.º, c/c o § 4º, IV e V, da Lei n. 12.850/2013, em concurso material. O Juízo de primeiro grau decretou sua prisão preventiva, uma vez que descumpriu as medidas cautelares outrora impostas, estando, contudo, **foragido até o momento**.

A ação penal em referência se originou de operação da policia federal iniciada em razão de informações repassadas por agentes da *DEA – Drug Enforcement Administration*, nas quais fora relatada a existência de uma organização criminosa ligada ao Primeiro Comando da Capital – PCC, dedicada ao tráfico internacional de entorpecentes, envolvendo grande quantidade de drogas enviadas pelo porto de Santos para fora do Brasil.

[…]

Decido.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC n. 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC n. 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Superior Tribunal constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

No caso, busca-se, em síntese, a revogação de prisão preventiva decretada diante do descumprimento de medidas cautelares outrora impostas. Segundo a denúncia, o paciente, **juntamente com outros 155 corréus** teria praticado, por 11 vezes, as condutas descritas no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006, e no art. 2.º, c/c o § 4º, IV e V, da Lei n. 12.850/2013, em concurso material. A ação penal em referência se originou de operação da policia federal (*Operação Brabo*) iniciada em razão de informações repassadas por agentes da *DEA – Drug Enforcement Administration*, nas quais fora relatada a existência de uma organização criminosa ligada ao Primeiro Comando da Capital – PCC, dedicada ao tráfico internacional de entorpecentes, envolvendo grande quantidade de drogas enviadas pelo porto de Santos para fora do Brasil.

Pois bem.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

[...]

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de periculum libertatis. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não se justifica a prisão.

[…]

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal Federal e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

[…]

No caso, o Tribunal a quo, assim se manifestou, denegando a ordem requerida (e-STJ fls. 16/18, grifei):

[...] *Ao ser recebida a denúncia oferecida em desfavor de Artur Santana Randi, em 22.11.2017, o Juízo de primeiro grau determinou o desmembramento dos autos originários quanto ao paciente e demais acusados e impôs a eles medidas cautelares diversas da prisão, consistentes em (cfr. Id n. 93215973 e, sua reprodução, no documento Id n. 93222334):*

a) comparecimento em Juízo, na Subseção em que reside, mensalmente, para informar e justificar suas atividades (artigo 319, I, do Código de Processo Penal);

b) proibição de mudança de endereço ou de se ausentar por mais de oito dias da Subseção Judiciária onde reside, sem comunicar o Juízo (artigo 319, IV, c. c. o artigo 328, ambos do Código de Processo Penal);

c) comparecimento a todos os atos do processo (artigo 328 do Código de Processo Penal);

d) não se envolver novamente em qualquer outra ocorrência policial;

e) não manter contato com os outros acusados (artigo 319, III, do Código de Processo Penal);

f) proibição de saída do País, sem autorização do Juízo.

Em 24.01.2018, foi expedida Carta Precatória para o Juízo de Direito da Comarca de Guarujá/SP, para que houvesse a citação de (cfr. Id n. Artur Santana Randi 93222340, pág. 60).

Em 23 de fevereiro de 2018, foi certificado pelo Oficial de Justiça a impossibilidade de citar, em razão de não residir no endereço Artur Santana Randi indicado ao Juízo como o de sua residência (Id n. 93222340, pág. 69).

A despeito de os presentes autos de processo não virem instruídos com a decisão judicial que determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor de Artur, é possível depreender, pelos elementos dos autos, ser provável que Santana Randi tenha ela ocorrido, na medida em que, apesar de ser assegurado ao paciente o direito de manter-se em liberdade, desde que cumprisse as medidas cautelares impostas contra si, não foi encontrado para receber citação no endereço indicado como o de sua residência (cfr. Id n. 93222340, pág. 69).

Com efeito, embora não suficientemente instruído, penso ser possível apreciar o pedido de liminar pleiteado em favor do paciente, em razão da fundamentação adotada pelos impetrantes, quanto ao particular.

Isso porque o exame da impetração revela a gravidade real das condutas imputadas ao paciente, a demonstrar a necessidade de manutenção da sua prisão, já que lastreada em elementos concretos, extraídos das circunstâncias colhidas nos autos, devidamente fundamentada na presença dos requisitos do artigo 312 do CPP, já que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

De fato, para a decretação da custódia cautelar, ou para a negativa de liberdade provisória, exigem-se indícios suficientes de autoria, que, quanto ao particular, encontra-se suficientemente demonstra pelos elementos dos autos da ação penal originária.

Em um primeiro momento, o Juízo de primeiro grau entendeu presentes as circunstâncias autorizadoras para a imposição de medidas acautelatórias previstas pelo artigo 319 do Código de Processo Penal em substituição à prisão preventiva do paciente (cfr. Id n. 93215973 e, sua reprodução, no documento Id n. 93222334).

No entanto, em razão de descumprir a proibição de mudança de endereço ou de se ausentar por mais de oito dias da Subseção Judiciária onde reside, sem comunicar o Juízo (artigo 319, IV, c. c. o artigo 328, ambos do Código de Processo Penal), criou-se condição legal para revogar-se tais medidas acautelatórias com a consequente determinação de sua prisão preventiva.

Com efeito, ***encontrando-se o paciente foragido até a presente data, não há falar em qualquer ilegalidade derivada de eventual expedição de mandado de prisão em seu desfavor.***

Mesmo porque, a pena máxima prevista para o crime estabelecido nos artigos artigo 33, c. c. o artigo 40, I, da Lei n. 11.343/2006, e artigo 2º, § 4º, IV e V, da Lei n. 12.850/2013 (tráfico internacional de drogas e organização criminosa), cujas penas previstas são de 5 a 15 anos e de 3 a 8 anos de reclusão, respectivamente, aumentadas ainda de 2/3 (dois terços), autoriza a segregação cautelar da paciente, nos termos do artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

Verificados os requisitos da necessidade e da adequação, a manutenção da prisão preventiva é medida que se impôs (artigo 282, , inciso II c. c. o §6º, ambos do caput Código de Processo Penal).

Por outro lado, verifico que eventual atraso quanto à formação de culpa do paciente, não se mostra razoável para indicar potencial excesso de prazo a macular restrições a seu direito de ir e vir.

Observo que os atos processuais foram realizados pelo Juízo de primeiro grau em tempo razoável, para o fim de dar regular processamento ao feito.

De fato, a denúncia foi recebida em 22.11.2017 e, em razão de o acusado encontrar-se foragido, o Juízo de primeiro grau determinou o desmembramento dos autos originários quanto ao paciente e sua citação por carta precatória (Id n. 93222340, pág. 60) expedida ao Juízo de Direito da Comarca do Guarujá/SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Nesse particular, ***note-se que a citação do paciente para integrar a presente relação jurídico-processual não foi concretizada em razão de o mesmo não informar corretamente seu endereço de residência (cfr. Id n. 93222340, pág. 69), o que, inclusive, impossibilitou o regular processamento do feito.***

Verifique-se que o limite de qualquer prazo fixado para o início ou término da instrução processual (quer o réu esteja preso, quer esteja em liberdade) não possui natureza peremptória e deve ser analisado em consonância com a complexidade do feito posto em julgamento e nas causas que ensejaram eventual excesso de prazo, mas entendido com razoabilidade, de acordo com a complexidade do feito, justificando-se, sobretudo quando tal demora não se deva ao órgão judiciário ou ao ministério público, mas às circunstâncias peculiares do caso, inclusive, para a perfeição da ampla defesa do acusado.

Com efeito, em razão do já mencionado andamento processual, não há falar no particular em excesso de prazo para a formação de culpa do paciente, haja vista a notável complexidade da ação penal em referência.

Em razão de tais fundamentos, entendo que nessa fase preambular, em razão dos elementos de prova que instruíram este habeas corpus, não há qualquer ilegalidade na manutenção da prisão preventiva imposta em desfavor da paciente.

Ante o exposto, ***denego a ordem*** *habeas corpus.*

Ora, é da jurisprudência pátria a impossibilidade de se recolher alguém ao cárcere se inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, não em meras conjecturas.

Note-se ainda que a prisão preventiva se trata propriamente de uma prisão provisória; dela se exige venha sempre fundamentada, uma vez que ninguém será preso senão por ordem escrita e **fundamentada** de autoridade judiciária competente (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI), mormente porque a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (CRFB, art. 93, inciso IX).

A seu turno, no que tange ao aventado excesso de prazo para a formação da culpa, cumpre lembrar que a Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser assegurados às partes no curso do processo.

Mencione-se, por outro lado, que, com o fim de assegurar que a prisão não se estenda por período superior ao necessário, configurando verdadeiro cumprimento antecipado da pena, a alteração promovida pela Lei n. 13.964/19 ao art. 316 do Código Penal, estabeleceu que o magistrado revisará a cada 90 dias a necessidade da manutenção da prisão, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Necessário, porém, considerar que, cumprido tal requisito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional

[…]

In casu, o Tribunal afastou a alegação de excesso de prazo por entender que o processo apresenta tramitação regular, não se constatando morosidade ou desídia na condução do feito, sobremaneira se considerada a complexidade da ação penal que envolve 156 corréus e visa à apuração de condutas graves (tráfico internacional de entorpecentes); o que naturalmente, exige maior tempo na execução dos atos processuais.

[…]

Se não o bastante, *[s]egundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não há reconhecimento de excesso de prazo da custódia cautelar quando o Paciente encontra-se foragido* (HC n. 523.155/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 4/2/2020, DJe 17/2/2020).

[…]

Por fim, destaco o bem lançado parecer do Ministério Público Federal (e-STJ fls. 2079/2092):

[...] In casu, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal, pois trata-se de decisão concretamente fundamentada exarada pela autoridade judiciária competente, não havendo que se cogitar de qualquer ilegalidade ou abuso de poder.

No que concerne ao fumus comissi delicti, insta salientar que há indícios de autoria e materialidade do crime imputado ao paciente, uma vez que a partir das informações repassadas por agentes da DEA, foi aberta uma investigação pela Polícia Federal do Brasil, na qual constatou-se a participação do paciente em organização criminosa destinada ao tráfico internacional de entorpecentes, possuindo várias ramificações, dentre as quais o PCC (Primeiro Comando da Capital). Para tanto, foram autorizadas interceptações telefônicas e monitoramento de fluxo telemático de endereço eletrônicos de alguns investigados, dentre eles o paciente.

Segundo a denúncia, o paciente e seu irmão Marco Alberto Santana Randi seriam os responsáveis pela coordenação do recebimento armazenamento da droga, bem como por toda a logística de embarque dos carregamentos de cocaína em navios com destino ao exterior, na área da Baixada Santista envolvendo esta organização criminosa (fl. 88 e-STJ). Assim, patente a presença de justa causa.

Outrossim, quanto ao periculum libertatis, afigura-se necessária a prisão ante tempus, traduzida na necessidade de manter o paciente segregado do convívio social, pois poderá inviabilizar a instrução processual e a aplicação da lei penal, uma vez que lhe foram fixadas medidas cautelares diversas da prisão, tendo sido algumas destas descumpridas.

[...]

As medidas previstas nas alíneas a e b acima transcritas foram claramente descumpridas pelo paciente, autorizando o decreto de prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, para fins de aplicação da lei penal.

Ressalte-se que o paciente está foragido há mais de dois anos.

[...]

Noutro eito, cumpre salientar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva, que autorizem a sua decretação e manutenção.

[...]

presente ação penal, é cediço que os prazos indicados servem apenas como parâmetro geral, eis que podem variar diante das circunstâncias do caso concreto, razão por que, à luz do princípio da razoabilidade, a jurisprudência os tem mitigado.

[...]

Efetivamente, a lei não disciplinou a duração máxima da custódia cautelar, mas a doutrina e a jurisprudência se posicionaram no sentido de que não se considera, para caracterizar o excesso de prazo, apenas a soma aritmética dos prazos previstos na lei para realização dos atos processuais.

É necessário também verificar as peculiaridades do caso, atentando para a complexidade da causa, a quantidade de réus e a atuação do Estado. Impõe-se, em suma, proceder conforme os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para se aferir aquilo que a própria Constituição denominou duração razoável do processo.

Na espécie, a denúncia foi recebida em 22.11.2017 e, em razão de o acusado e alguns réus encontrarem-se foragidos, o Juízo de primeiro grau determinou o desmembramento dos autos originários em 4, tendo sido o paciente citado por carta precatória expedida ao Juízo de Direito da Comarca do Guarujá/SP.

Em 02 de fevereiro de 2018, foi determinada a intimação do patrono do paciente para apresentar resposta à acusação. Em 16/05/2019 o paciente foi citado por edital, uma vez que não localizado. O juízo de primeiro grau informa que muitos dos réus não foram localizados, dificultando a colheira de suas respostas à acusação (informações contidas no julgamento do habeas corpus impetrado no TRF 3ª Região).

Assim, verifica-se que o caso para além de complexo e possuir vários réus (número de 156), ainda apresenta dificuldades decorrentes da ausência de localização de vários dos acusados para apresentar defesa, o que atrasa o andamento processual.

No entanto, a situação fático-processual do paciente de descumprir medidas cautelares impostas anteriormente e exercer função de comando da organização, justificam a manutenção da prisão preventiva.

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*. Recomendo, entretanto, ao Juízo processante, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no encerramento da ação penal.

Nesta ação, o impetrante alega, em suma, a ausência dos pressupostos autorizadores da prisão cautelar. Enfatiza que (a) o paciente *não está sendo acusado de ocupar posição de comando na organização criminosa;* e (b) *a Lei Processual, com a alteração promovida pelo popularmente conhecido 'Pacote Anticrime', previu com clareza a consequência jurídica à decisão que não for revisada a cada 90 dias: torna-se ilegal .*

Requer, assim, a concessão da ordem, para que seja revogado o decreto prisional.

É o relatório. Decido.

No presente caso, incide óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, uma vez que se impugna *decisão monocrática* de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, determinando a extinção do *Habeas Corpus* ajuizado naquela Corte (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

De fato, o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta CORTE (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

Como bem apontado pelo Ministro LUIZ FUX, com base em diversos outros precedentes desta Primeira Turma, em regra, a flexibilização dessa norma implicaria afastamento do texto da Constituição, pois a competência deste SUPREMO TRIBUNAL, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades, no caso, membros de Tribunais Superiores, cujos atos não estão submetidos à apreciação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (HC 139.262, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 23/3/2017).

Esta Primeira Turma vem autorizando, somente em circunstâncias específicas, o exame de *habeas corpus* quando não encerrada a análise na instância competente, óbice superável apenas em hipótese de teratologia (HC 138.414/RJ, Primeira Turma, DJe de 20/4/2017) ou em casos excepcionais (HC 137.078/SP, Primeira Turma, DJe de 24/4/2017), como bem destacado pela Ministra ROSA WEBER.

No particular, entretanto, não se apresentam as hipóteses de teratologia ou excepcionalidade.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE *HABEAS CORPUS*.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.872 **(807)**

ORIGEM : 186872 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : MAURICIO FARID DE SOUZA BORGES
IMPTE.(S) : TAYLA NILESSA DE LIMA (435189/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 577.474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DO DEECRIM 5ª RAJ DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus,* com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão proferida pelo Ministro FELIX FISCHER, do Superior Tribunal de Justiça, no HC 577.474/SP.

Pelo que se depreende, o paciente (nascido em 6/8/1985) cumpre pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime semiaberto, pela prática do crime de tráfico de drogas.

Consta das informações prestadas pelo Juízo de origem ao Tribunal estadual (Autos 0000863-60.2017.8.26.0583):

[...] a quantidade de maconha [2,26 g + 34,95 g + 250,05 g], fracionamento em porções, instrumentos de pesagem [balança de precisão] e embalagem, dinheiro apreendido e laudo de dependência negativo demonstram a destinação da droga ao fornecimento a terceiros.

[...]

O denunciado já sofreu condenação definitiva por tráfico de drogas (fls. 100\103: feito nº 0015024-68.2009.8.26.0482 da 1ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Prudente) gerando mau antecedente.

Invocando a pandemia decorrente da Covid-19, a defesa formulou *pedido de progressão antecipada da pena e de substituição da custódia por prisão domiciliar* ao Juízo das Execuções, que o indeferiu, nos termos seguintes:

Assiste razão ao Ministério Público. Os pedidos são improcedentes.

Constata-se, em análise dos autos, que o sentenciado cumpre pena no regime semiaberto, pela prática de tráfico de drogas, crime equiparado a hediondo (condenação definitiva).

Não preenche o requisito objetivo para fins de progressão ao regime aberto ou obtenção do livramento condicional.

De efeito, consigne-se que no caso em exame, o sentenciado cumpre pena no regime semiaberto, o que impede, objetivamente, receber o benefício da prisão domiciliar.

Anote-se, aliás, que em 31/10/19, pedido pelos mesmos fundamentos (a exceção, obviamente, da pandemia "covid-19") foi indeferido pela E. Superior Instância:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. Indulto humanitário, com base no Decreto 8.940/16. Prisão albergue domiciliar. Indeferimento pelo Juízo a quo. Defesa pede a concessão do indulto humanitário e, subsidiariamente, a obtenção do benefício da prisão domiciliar. Alega que o sentenciado possui diabetes e hipertensão arterial, fazendo jus à concessão dos benefícios. Impossibilidade. Agravante foi condenado por crime equiparado a hediondo, sendo vedada a concessão de indulto. Em relação à prisão albergue domiciliar, tem-se que os problemas de saúde do sentenciado que não servem de fundamento para a concessão do benefício almejado. A enfermidade que acomete o reeducando não o impede de ser tratado dentro do cárcere, o qual possui corpo administrativo para tanto. Existência, ademais, de previsão legal no sentido de remoção de estabelecimento prisional para fins de tratamento médico, mediante escolta, sempre que precisar (LEP, art. 120, II), bastando, para tanto, que o fato seja levado ao conhecimento do Juiz do feito ou mesmo do próprio diretor do presídio (LEP, arts. 14, § 2°, e 120, parágrafo único). Recurso improvido". (Agravo de Execução Penal nº 0003750-68.2019.8.26.0996)

Ademais, não existe previsão legal para a progressão direta ao regime aberto sem o cumprimento dos requisitos legais.

Como é notório, os fatos noticiados pelo defensor não se enquadram no permissivo legal do artigo 117 da Lei nº 7.210/84, eis que este dispositivo se refere ao beneficiário que esteja em regime aberto, que não é o caso do sentenciado que está cumprindo pena no regime intermediário.

Ressalte-se que a prisão domiciliar prevista no artigo 318 do CPP, tange à medida cautelar de prisão domiciliar, cabível em substituição à prisão preventiva e não prisão definitiva decorrente de condenação transitada em julgado, como é o caso dos autos.

No caso dos autos, o sentenciado não preenche nem o requisito do regime prisional, muito menos as condições pessoais previstas no artigo 117 da LEP.

Anote-se, inclusive, que sendo o isolamento a principal medida preventiva, a manutenção dos segregados na unidade, sem contato com terceiros, é situação que melhor atende a preservação de sua condição.

Outrossim, a liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, não foi referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), além do mais "*O Judiciário não tem atribuição de induzir uma forma atípica de indulto*" (Ministro Luiz Edson Fachin).

Registre-se, aliás, por fim que a "saída temporária" foi obstada pela E. Corregedoria Geral da Justiça do E. TJSP, assim como as visitas à unidade prisional.

Assim, diante do exposto, **INDEFIRO** o pedido de progressão antecipada da pena e de prisão domiciliar, postulados em favor de Mauricio Farid de Souza Borges, CPF: 339.200.068-01, MT: 588714-6, RG: 45044965, RJI: 170086607-51, recolhido no(a) Penitenciária de Presidente Prudente.

Contra essa decisão, a defesa impetrou *Habeas Corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, indeferido liminarmente pelo Ministro Relator, em decisão assim fundamentada:

Pelo que se afere da exordial, o **habeas corpus** investe contra denegação de decisão de Juiz de 1º Grau.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível.

Passo a analisar a situação concreta aqui posta.

Como se apreende, foi bem fundamentada a r. decisão que indeferiu o pedido de prisão domiciliar, mesmo em se tratando da atual situação de pandemia de coronavírus.

Repita-se que, sobre o EFETIVO RESGUARDO À SAÚDE DO **PACIENTE, assim consignou o d. Juízo a quo (fl. 33):** [...]

Contudo, ao fim, o eg. Tribunal **a quo** ainda não se manifestou acerca do tema da presente impetração, ficando impedida esta eg. Corte de proceder à sua análise (art. 105, I e II, da CF; e art. 13, I e II, do RISTJ).

Nesta ação, a defesa requer *o envio imediato do paciente, beneficiado com a progressão de regime semiaberto e que está em regime fechado, para prisão domiciliar ou regime aberto domiciliar, com a fixação das devidas condições pelo juízo coator, [...] até o fim da Pandemia pelo COVID-19 e o surgimento de vagas no regime semiaberto.*

É o relatório. Decido.

No presente caso, incide óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, uma vez que se impugna *decisão monocrática* de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, determinando a extinção do *Habeas Corpus* ajuizado naquela Corte (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

De fato, o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta CORTE (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

Como bem apontado pelo Ministro LUIZ FUX, com base em diversos outros precedentes desta Primeira Turma, em regra, a flexibilização dessa norma implicaria afastamento do texto da Constituição, pois a competência deste SUPREMO TRIBUNAL, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades, no caso, membros de Tribunais Superiores, cujos atos não estão submetidos à apreciação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (HC 139.262, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 23/3/2017).

Esta Primeira Turma vem autorizando, somente em circunstâncias específicas, o exame de *habeas corpus* quando não encerrada a análise na instância competente, óbice superável apenas em hipótese de teratologia (HC 138.414/RJ, Primeira Turma, DJe de 20/4/2017) ou em casos excepcionais (HC 137.078/SP, Primeira Turma, DJe de 24/4/2017), como bem destacado pela Ministra ROSA WEBER.

No particular, entretanto, não se apresentam as hipóteses de teratologia ou excepcionalidade.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE *HABEAS CORPUS.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.878 **(808)**

ORIGEM	: 186878 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
PACTE.(S)	: VITOR PIRES RODRIGUES JUNIOR
IMPTE.(S)	: GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO (366341/SP)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão proferido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC 563.582/SP, assim ementado (eDOC 7):

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS.* TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DOSIMETRIA. ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Corte estadual, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, concluiu pela existência de elementos concretos e coesos que revelaram vínculo associativo entre os réus, e não mero concurso de agentes para a prática do tráfico de drogas objeto desses autos. Por essas razões, mostra-se inviável a absolvição dos réus sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

2. "*No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não cabendo na angusta via do writ o exame aprofundado de prova no intuito de reanalisar as razões e motivos pelos quais as instâncias anteriores formaram convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do paciente*" (HC n. 267.027/DF, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma DJe 22/5/2013).

3. A prova da responsabilização penal não está adstrita exclusivamente à análise da simples ocorrência dos fatos, mas sim a uma análise pormenorizada de todos os elementos circunstanciais que envolvem o fato delituoso, o que foi observado no presente caso.

4. Comprovadas, tanto na fase investigativa quanto na fase judicial, a autoria e a materialidade dos delitos, a condenação do agravante era medida que se impunha, não existindo, portanto, nenhuma ilegalidade ou teratologia a ser reparada.

5. Agravo regimental desprovido.

Narra o impetrante que: a) o paciente, juntamente com o corréu, foi condenado pela prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput,* e 35, ambos da Lei 11.343/2006, às penas de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses e 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, respectivamente, em regime inicial fechado; b) a condenação foi mantida em sede de apelação; c) o constrangimento ilegal decorre da ausência de comprovação da materialidade quanto ao crime do art. 35, bem como pela violação ao art. 155 do CPP, uma vez que a condenação fundou-se em elementos exclusivos do inquérito policial e que não foram confirmadas no contraditório.

À vista do exposto, pugna pela absolvição do paciente com relação ao delito previsto no art. 35 da Lei de Drogas, bem como a revogação da prisão preventiva, para que o paciente possa recorrer em liberdade.

É o relatório. **Decido**.

1. Cabimento do *habeas corpus*:

O sistema de recursos e meios de impugnação previsto na Constituição Federal, lida enquanto regra de distribuição de competências, tem uma razão de ser. Até então, acompanhando entendimento fixado na Primeira Turma, sustentei que não há como se admitir *habeas corpus* impetrado em substituição a instrumento recursal constitucionalmente previsto, como é o **recurso ordinário**. Nesse sentido:

"A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido da **inadmissibilidade do uso da ação de *habeas corpus* em substituição ao recurso ordinário** previsto na Constituição Federal." (HC 128.617 AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04.08.2015, *grifei*).

Contudo, a Segunda Turma desta Corte uniformizou posicionamento para admitir *writ* substitutivo de recurso ordinário constitucional. Nessa esteira:

"A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal **admite a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso ordinário constitucional** (art. 102, II, a, da Constituição Federal)." (HC 122.268, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 24.03.2015, *grifei*).

Outrossim, o Tribunal Pleno, **por maioria**, assentou a admissibilidade de impetração originária substitutiva de recurso ordinário constitucional no âmbito desta Suprema Corte (HC 152.752, de minha relatoria, julgado em 04.04.2018).

Sendo assim, ressalvado posicionamento pessoal sobre a matéria, em observância ao princípio da colegialidade, admito o *habeas corpus*.

2. No caso dos autos, a apontada ilegalidade **não pode** ser aferida de pronto.

2.1. Verifico que a sentença condenatória concluiu pela devida comprovação da materialidade e da autoria do delito de associação para o tráfico, nos seguintes termos (eDOC 3):

"[...]

As provas acima enumeradas são o suficiente para apontar que os réus se associaram de forma estável e perene para a prática da traficância.

O relatório policial de páginas 85/99 aponta com riqueza de detalhes a movimentação dos réus. Aponto que todos os locais indicados são pontos de vendas de drogas, haja vista as inúmeras prisões ocorridas nesses locais e que resultaram em condenações perante esta vara que atuo há mais de sete anos.

Extrai-se do relatório policial que havia organização para a venda das drogas, com divisão de tarefas entre o grupo. As fotografias apontam os locais e os acusados em típica situação de traficância, isto é, entregando um volume para a pessoa que está na rua e ora recebendo algo. Assim, a divisão de tarefas era clara.

E a prisão dos acusados juntos no apartamento e com grande quantidade de drogas prontas para a entrega para o comércio indicam a estabilidade da organização. Acrescente-se que os policiais afirmaram que Alef quebrou o aparelho celular quando os policiais ingressaram no apartamento, tudo com a finalidade de inviabilizar a perícia no aparelho. Enfim, o relatório policial apresenta fotografias dos acusados nos pontos de venda de drogas e em típica atuação de comercialização de drogas."

O Tribunal de origem manteve a condenação, ressaltando o trabalho investigativo realizado pelos policiais, que prestaram depoimento em juízo (eDOC 4, p. 45-49):

"[…]

Paralelamente, não houve violação ao artigo 155 do Código de Processo Penal, pois a condenação não está apoiada, exclusivamente, nos elementos colhidos na fase extrajudicial, conforme se verá adiante.

[…]

Apesar da negativa do réu Vitor, as provas amealhadas o comprometem e a solução condenatória com elas é compatível.

O policial militar Fabio Bosco, ouvido na Comarca de Itapetininga por meio de carta precatória, informou que havia denúncia indicando o local onde duas pessoas procuradas estavam. Foi ao local indicado e os réus tentaram fugir, mas foram detidos. Havia entorpecentes no interior do imóvel (mídia). Esse policial militar prestou novas declarações no juízo de origem, tendo reproduzido, na essência, o mesmo relato (mídia).

O policial militar Claudinei Roberto esclareceu que Vitor e Alef eram procurados pela justiça. De posse do endereço onde eles poderiam ser localizados, os acusados foram detidos. No apartamento foram encontrados crack, maconha e cocaína. Alef admitiu que o entorpecente era seu (mídia).

O policial civil Antonio narrou que havia investigação indicando os réus como traficantes de drogas. Foram realizadas campanas, constatando-se o envolvimento dos acusados na venda de entorpecentes (mídia).

O investigador Hector declarou que havia denúncia do envolvimento dos apelantes com o tráfico.

Foram requisitados mandados de busca e apreensão e mandados de prisão temporária. No dia das buscas, na residência dos suspeitos, nada foi encontrado. Eles não estavam no local. Dias depois, tomou conhecimento que policiais militares prenderam os réus em flagrante (mídia).

[…]

Além de demonstrado o tráfico, ficou provado também o crime de associação. O acompanhamento dos passos dos réus demonstrou que havia efetivamente entre eles uma estrutura organizada com divisão de tarefas.

Com efeito, os investigadores ressaltaram que investigações pretéritas foram realizadas, sendo possível descobrir o envolvimento dos réus, inclusive com outras pessoas. E o relatório de folhas 85/99 comprova a eficaz investigação realizada pela polícia civil, identificando a atuação de pessoas com o tráfico de drogas.

A prisão dos réus em flagrante, junto com significativa quantidade de drogas, somente reforçou o trabalho feito pela polícia judiciária, sendo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

permitido concluir que ambos agiam em conjunto, de forma estável e permanente."

Na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça, (eDOC 6):

"Conforme esclarecido na decisão agravada, o Tribunal local, após a ponderação acerca dos elementos probatórios colhidos em observância aos princípios do devido processo legal substancial, do contraditório e da ampla defesa, entendeu estarem devidamente comprovadas tanto a autoria quanto a materialidade do delito imputado ao paciente.

[…]

Como visto, as peculiaridades da causa, como os depoimentos dos réus e das autoridades policiais, contribuíram para a formação do convencimento dos Magistrados quanto à existência do vínculo associativo entre os réus, e não apenas um concurso eventual de agentes para a prática desse tráfico de drogas.

Tal ponderação não revelou qualificação jurídica desarrazoada dos fatos, motivo pelo qual não há que se falar em constrangimento ilegal passível de correção em *habeas corpus*."

Observo que as instâncias ordinárias, soberanas quanto à matéria fática, concluíram pela comprovação do ânimo associativo entre o paciente e o corréu. Não há ilegalidade nessa conclusão.

A despeito do inconformismo defensivo, presente fundamentação razoável, descabe à Suprema Corte dissentir da conclusão das instâncias de origem quanto à demonstração do vínculo para a prática delitiva entre os agentes, o que pressuporia revolvimento de fatos e provas, ao que não se presta o *habeas corpus*. No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO QUANTO AO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. AGRAVANTE REINCIDENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (HC 182.313 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe 05.05.2020)

"Processual penal. Agravo regimental em habeas corpus. Associação para o tráfico de drogas. Pedido de absolvição. Fatos e provas. 1. No caso, as instâncias ordinárias reconheceram a associação da paciente para a prática de tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/2006) com base em dados fáticos da causa, de modo que não é possível, nesta via, reexaminar o material probatório da ação penal para, eventualmente, concluir-se em sentido diverso. 2. Agravo regimental desprovido. (HC 173.512 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 25.10.2019)

Trata-se, à obviedade, de juízo empreendido à luz das particularidades do caso em apreço, descabendo à Suprema Corte reanalisar tais aspectos inerentes à discricionariedade afeta à dosimetria da pena.

2.2. Quanto ao pleito de liberdade provisória, verifico que o decreto preventivo descreveu razões aptas a sustentar minimamente a prisão processual. Na oportunidade, aduziu-se que a expressiva quantidade de droga, bem como o fato de que os acusados já estivessem sendo investigados em outro procedimento persecutório recomendavam a custódia, com fundamento na garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, nos seguintes termos (eDOC 02, p. 11):

"E, na análise da suficiência e adequação das medidas cautelares, verifico que, no caso dos autos, o crime imputado aos investigados, tráfico de drogas, provoca sensação de insegurança social, como de fato, verifica-se dos autos de flagrante delito, eis que os autuados, **foram surpreendidos na posse de 280 porções de cocaína, 56 porções de crack e 56 porções de maconha**, embaladas apropriadamente para a entrega a consumo, conforme autos de exibição e apreensão de fls. 10/12 e auto de constatação preliminar de substância entorpecente de fls. 13/14, caracterizando-se que as drogas se destinam à venda. **Os acusados já estavam sendo investigados pela Polícia Civil, inclusive, já havia sido decretada a prisão temporária dos acusados nos autos nº 1501105-56.2018.8.26.00**. Além disso, não possuem os autuados emprego fixo, pelo que há razões suficientes para se entender que sua liberdade coloca em risco **a ordem pública, a aplicação da lei penal e processual penal**." (Grifei)

A custódia cautelar foi mantida tanto na sentença condenatória quanto no acórdão, ocasião em que Tribunal *a quo* assentou persistirem "*os motivos que justificaram a manutenção da prisão ao longo da instrução, reforçados agora pela confirmação da condenação*" (eDOC 4, p. 50).

Pontuo que o *habeas corpus*, a fim de alcançar o prestígio e envergadura que lhe foram conferidos constitucionalmente, consubstancia via afunilada, célere e eminentemente documental. Nessa ótica, não se presta ao reexame das premissas fático-probatórias que lastreiam a decisão vergastada.

Logo, conforme acima demonstrado, segundo depreende-se dos autos, restou devidamente justificada a indispensabilidade da segregação preventiva, e, por consequência, a insuficiência da imposição de medidas cautelares alternativas, razão pela qual não é o caso de concessão da ordem.

3. Posto isso, com fulcro no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento ao *habeas corpus***.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.885 **(809)**

ORIGEM	: 186885 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
PACTE.(S)	: ISABELLA MARIA BANDEIRA TEIXEIRA
IMPTE.(S)	: GABRIELA ROGERIO BORELLA (51153/PE) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 567.170 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 567.170, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante delito em 21.08.2019, pela suposta prática do crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06. O Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda/PE, nos termos do art. 310, II, do Código de Processo Penal, converteu a prisão em flagrante em preventiva.

3. Inconformada com a prisão, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Denegada a ordem, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 567.170, Ministro Joel Ilan Paciornik, não conheceu do *writ*.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a *"NULIDADE DA CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PREVENTIVA"*. Afirma que a *"prisão em flagrante foi convertida em preventiva, apesar de o órgão ministerial ter requerido a conversão em prisão domiciliar, violando-se frontalmente o princípio acusatório e o disposto no art. 311 do CPP, plenamente aplicável ao caso concreto. Em consequência, é nula a prisão em debate, nos termos do art. 564, IV do CPP"*.

5.Prossegue a narrativa para sustentar a ausência de fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva, destacando que a paciente possui duas filhas (de 8 anos e de 1 ano e 8 meses), que dependem de seus cuidados. Por fim, destaca a necessidade da revogação da prisão cautelar, em razão da pandemia do COVID-19.

6.A defesa requer a concessão da ordem a fim de declarar a *"NULIDADE da determinação da prisão preventiva, nos termos do art. 564, do CPP"*. Subsidiariamente, pleiteia a revogação da prisão processual da acionante, ou, ainda, a substituição da custódia preventiva por outras medidas cautelares ou pela prisão domiciliar.

7.**Decido.**

8.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10.As alegações de nulidade da prisão preventiva, em razão da inobservância do disposto no art. 311 do CPP, e de necessidade de revogação da custódia, tendo em vista a pandemia do COVID-19, não foram sequer apreciadas pelas instâncias de origem (TJ/PE e STJ). Fato que impede o imediato exame das matérias pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

11.Não bastasse isso – em que pese a quantidade da droga apreendida (94,590 g de crack) não impressione –, as peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de poder que autorize o imediato acolhimento da pretensão defensiva, notadamente se se considerar que, tal como assentou o STJ, *"a prisão domiciliar foi negada à paciente, em razão das instâncias ordinárias ressaltarem que a paciente é associada a outros comparsas para praticar o tráfico de drogas e, estando seu companheiro, líder da associação criminosa, preso, a paciente utilizava seu filho, que no momento da prisão estava em seu colo, para levar drogas para o seu companheiro dentro do presídio sem levantar suspeitas".*

12.Ainda nesse sentido, transcrevo as seguintes passagens do acórdão do TJ/PE:

"(...)

Quanto a ausência de fundamentação concreta de sua prisão preventiva, não merece prosperar. Verifica-se dos autos que a Paciente foi presa em flagrante delito no dia 21/08/2019, e, por ocasião da audiência de custódia ocorrida no dia 22/08/2019, a sua prisão flagrancial foi convertida em preventiva, especialmente para fins de garantia da ordem pública.

(…)

Ressalta, ainda, a autoridade apontada coatora em suas informações de fls. 204-v/205, que 'não obstante os argumentos do Impetrante, a prisão preventiva da paciente, decretada em sede de audiência de custódia, persiste até o presente momento, porquanto o juízo indigitado de coator entende que **a gravidade em concreto dos fatos é insofismável, seja pela multiplicidade de agentes, que, pela narrativa descrita na peca incoativa revela a existência de uma pequena associação criminosa dirigida por um detento do interior do Sistema Carcerário, seja pelo fato de a paciente, no momento de sua prisão, estar com uma criança no colo, valendo-se dessa circunstância para então entregar a droga apreendida (considerável porção de crack) de forma a não levantar suspeitas**. **Como é sabido, especialmente com a consolidação do HC Coletivo acima descrito (STF – 143.641/SP), algumas organizações criminosas estão cooptando mulheres/genitoras/gestante para a atividade do tráfico, valendo-se desse subterfúgio para não serem atingidos pelas consequências criminais do ato'.**

Diante do exposto, inexiste falar em ausência de fundamentação no decreto preventivo da Paciente, uma vez que **sua segregação se encontra devidamente fundamentada a bem da ordem pública, sendo evidente a gravidade concreta do delito, pelas circunstâncias que norteiam o fato, tratando-se de Paciente associada com outros indivíduos, que cumprem ordens de um presidiário chamado (…), também enunciado, ora companheiro da Paciente**. Ressalte-se também a quantidade da droga apreendida, cerca de 94,590 gramas de crak, droga essa de alto poder devastador que assola a comunidade é responsável por tantos outros delitos, devendo, dessa forma, a prisão preventiva da Paciente ser mantida, sendo incabível a aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, com pretende a Impetrante, pois insuficientes que seriam no caso concreto.

Pretende, ainda, a Impetrante considerando ser a Paciente genitora de 02 (duas) crianças menores de idade, que dela necessitam cuidados, a teor do HC coletivo 143.611/SP, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar. Vejamos.

Quanto a tal pleito, assim se manifestou o Juiz singular nas já mencionadas fls. 66/67:

(…) Observe-se, ainda, que há fortes indícios nos autos de que a autuada estaria – **valendo-se da condição da existência de filho men**or – utilizando encontrada com a mesma, tendo levado para o ato seu filho menor. Leve-se em consideração ainda que **a autuada fazia entrega de droga para o seu marido, que de dentro do presídio comanda o tráfico, fato que deve ser veementemente apurado pelas Autoridades policiais.** Não faz jus, ao meu sentir, portanto, neste momento a autuada, a qualquer outra medida cautelar diferente da prisão, sendo absolutamente necessária a sua segregação cautelar pra se fazer cessar a atividade criminosa do tráfico'.

(…)

(…) não se pode privar o magistrado de primeira instância de analisar a situação de cada acusado para, somente então, decidir sobre a possibilidade ou não de concessão do benefício da prisão domiciliar.

No caso concreto, conforme acima anotado, extrai-se dos atuso que **a Paciente é apontada como integrante de uma pequena organização criminosa, comandada por um presidiário de dentro do estabelecimento prisional, sendo ele seu companheiro, além de que 'no momento de sua prisão, estar com uma criança no colo, valendo-se dessa circunstância para então entregar a droga apreendida** (considerável porção de crack **de forma a não levantar suspeitas**', evidencia a gravidade do delito, devendo a medida de exceção ser mantida a fim de garantir a ordem pública, evitando-se, assim, a reiteração criminosa.

Cuida-se, dessa forma, de situação excepcional em que se mostra claramente inadequada a concessão do benefício da prisão domiciliar, mesmo porque **há evidências de que a Paciente poderia continuar a delinquir, inclusive, utilizando-se do seu filho menor.**

(…)

Por outro lado, verifica-se que a autoridade apontada como coatora solicitou um estudo social acerca da situação dos filhos menores da Paciente e, com a sua chegada, deverá ela analisar mais uma vez a necessidade de sua segregação.

(...)" - Sem grifos no original.

13.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.890 **(810)**

ORIGEM : 186890 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTI
IMPTE.(S) : FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTI
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE SÃO PAULO

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* – PEÇAS ESSENCIAIS.**

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

1. A impetração foi formalizada, a próprio punho, por réu preso. Com a inicial, não veio cópia dos documentos necessários ao exame do pedido formulado neste *habeas corpus*. À míngua de elementos, não se pode apreciar o pleito de deferimento da ordem.

2. Intimem a Defensoria Pública da União para prestar assistência ao paciente-impetrante e providenciar a juntada das peças.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 186.904 **(811)**

ORIGEM : 186904 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : MARCELO VIEIRA ARMENTANO SILVA
IMPTE.(S) : ANTONIO JOSE CARVALHO SILVEIRA (92285/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HC Nº 585.186 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão

Trata-se de *Habeas Corpus,* com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão monocrática da Ministra LAURITA VAZ, do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o HC 585.186/SP.

Consta dos autos que, em 23/8/2019, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 155, §1º e §4º, I, do Código Penal, *por ter subtraído uma televisão e dois notebooks, mediante destruição de obstáculo e durante o período de repouso noturno.* (Doc. 2, fls. 40-41). Em audiência de custódia, foi-lhe concedida a liberdade provisória, com fiança no valor de R$ 1.000,00 (Doc. 2 – fls. 85-86).

O paciente foi indiciado pela prática, em tese, de novo crime da mesma natureza, razão pela qual o Juízo de primeiro grau deu por quebrada a fiança e revogou a liberdade provisória concedida, determinando a expedição de mandado de prisão em 18/9/2019 (Doc. 2 – fl. 115).

Inconformada com a custódia, a defesa impetrou *Habeas Corpus* junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu a medida acauteladora (Doc. 2 – fls. 227-228).

Sucedeu-se nova impetração, desta vez dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, monocraticamente indeferida, nos termos seguintes (Doc. 2 – fl. 236-238):

[...]

Na situação dos autos, não verifico, *prima facie*, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados desta Corte, notadamente porque o decreto prisional não se encontra, em juízo de cognição sumária, desprovido de fundamentação, tendo sido justificada a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, notadamente porque, em um curso espaço tempo, "*o Réu foi **indiciado pela prática de novo delito, de mesma natureza,** nos autos 1501599-46.2019, tendo, supostamente, confessado informalmente a prática delitiva, **fica evidente o risco de reiteração criminosa**. Entende o Legislador que, desde que a permanência do indiciado em liberdade possa dar motivo a novos crimes ou cause repercussão danosa no meio social, cabe ao Juiz manter a custódia cautelar como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança, para evitar que, sob o manto da impunidade retorne à prática de crime*" (fl. 113; sem grifos no original).

Ademais, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **para que se configure a ilegalidade por excesso de praz**o é imprescindível, além da inobservância dos prazos processuais, a demonstração de efetivo descaso **imotivado** do Juízo, o que *prima facie* não ficou comprovado na espécie.

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no habeas corpus originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte a quo, mormente se o writ está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Nesta ação, a defesa sustenta, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para o término da instrução criminal, pois está preso preventivamente desde 18/9/2019.

Requer, assim, a concessão da ordem, para que o paciente seja posto em liberdade, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido.

No presente caso, incide óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, uma vez que se impugna *decisão monocrática* de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, determinando a extinção do *Habeas Corpus* ajuizado naquela Corte (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

De fato, o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta CORTE (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

Como bem apontado pelo Ministro LUIZ FUX, com base em diversos outros precedentes desta Primeira Turma, em regra, a flexibilização dessa norma implicaria afastamento do texto da Constituição, pois a competência deste Supremo Tribunal, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades, no caso, membros de Tribunais Superiores, cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal (HC 139.262, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 23/3/2017).

Esta Primeira Turma vem autorizando, somente em circunstâncias específicas, o exame de *writ* quando não encerrada a análise na instância competente, óbice superável apenas em hipótese de teratologia (HC 138.414/RJ, Primeira Turma, DJe de 20/4/2017) ou em casos excepcionais (HC 137.078/SP, Primeira Turma, DJe de 24/4/2017), como bem destacado pela Ministra ROSA WEBER.

No particular, entretanto, não se apresentam as hipóteses de teratologia ou excepcionalidade.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO a ordem de *HABEAS CORPUS.*

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.907 **(812)**

ORIGEM : 186907 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JANIFFER INAMARA SILVA LOUREIRO
IMPTE.(S) : JACKSON JOSE SCHNEIDER SEILONSKI (50048/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 124.145 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* – PEÇAS ESSENCIAIS.**

1. Com a inicial não veio cópia do mandado de prisão com a data do devido cumprimento. À míngua de elementos, não se pode apreciar o pleito de liminar.

2. Ao impetrante, para providenciar a juntada da mencionada peça.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 186.915 **(813)**

ORIGEM : 186915 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : MAURÍCIO AMORIM DE ARAÚJO
IMPTE.(S) : MAURO ATUI NETO (266971/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 571.822 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Processual Penal. *Habeas corpus*. Prisão preventiva. Fundamentos. Excesso de prazo. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus,* com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 571.822, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que, em 18.06.2018, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § , II, c/c o art. 157, § 2º-A, c/c o art. 61, II, ***c***, na forma do art. 70, todos do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

3.Foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Denegada a ordem, sobreveio impetração de *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça (HC 571.822). O Relator, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca não conheceu do *writ.* Contudo, recomendou, "*ao Juízo processante, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no encerramento da ação penal".*

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante alega que "*o Paciente está preso cautelarmente há mais de 01 (um) ano e 11 (onze) meses de reclusão, sem a formação da sua culpa e sem que tenha dado causa a essa demora excessiva [...] e, ainda, sem data prevista para a prolação de sentença, ainda mais face a Pandemia COVID-19*".

5.Prossegue a impetração para sustentar a "*ausência de fundamentação idônea da decisão que manteve a segregação cautelar nos termos do artigo 316, parágrafo único, do CPP"*; e a "*ausência de fundamentação concreta e individualizada da não aplicação das medidas cautelares – Violação do artigo 282, §2º, do CPP quando da fundamentação posta à luz do artigo 316, §único do CPP*".

6.A defesa requer a concessão da ordem a fim de "*substituir a prisão preventiva do paciente [...] pelas medidas cautelares do artigo 319 do CPP*".

7.**Decido.**

8. Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do STF, entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes. II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte. III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10.Não é caso de concessão da ordem de ofício.

11.O STF já decidiu que eventual demora injustificada na tramitação da ação penal depende das condições objetivas da causa (complexidade da causa, número de acusados e a necessidade de expedição de cartas precatórias, por exemplo).

12.No caso, o Tribunal de origem deixou consignado tratar-se de "*caso complexo, envolvendo outros dois corréus, sendo necessária a expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas e vítimas, o que naturalmente demanda maior tempo processual*". Nessas condições, não verifico ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize o imediato acolhimento do pleito defensivo, notadamente se se considerar que a autoridade impetrada recomendou ao Juízo processante "*celeridade no encerramento da ação penal*".

13.Ademais, observo que as instâncias de origem estão alinhadas com a orientação do STF no sentido de que a fundada probabilidade de reiteração criminosa constitui fundamentação idônea para a decretação da

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

custódia preventiva (HC 137.234, Rel. Min. Teori Zavascki; HC 136.298, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 136.935-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli). Não bastasse isso, o caso atrai o entendimento do STF de que a gravidade em concreto do crime e a periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi*, constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva (HC 137.234, Rel. Min. Teori Zavascki; HC 136.298, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 136.935-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli). No ponto, transcrevo as seguinte passagem da decisão impugnada:

"[...] a prisão preventiva do paciente foi decretada e mantida t com espeque na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista o modus operandi do delito (o paciente e outros, mediante emprego de arma de fogo e emboscada, teriam rendido os seguranças de uma construção, amarrando-os no interior da obra, e subtraído diversos bens de valor, inclusive dois tratores retroescavadeiras; empreenderam fuga em alta velocidade pela rodovia, e após denúncia, foram presos em flagrante pela autoridade policial); e os dados da sua vida pregressa (com condenação anterior pela prática de crime contra o patrimônio), que seriam reveladores de periculosidade social. "

14.Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.923 **(814)**

ORIGEM : 186923 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS
IMPTE.(S) : ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS (330354/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisão:

1. Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado em causa própria requerendo salvo-conduto, tendo em vista o receio de, no exercício da liberdade de expressão, sofrer constrangimento decorrente de alguma decisão no trâmite do inquérito n.º 4.781.

2. Cabe, no entanto, salientar a inadequação do *habeas corpus* para fins de debate da questão subjacente.

Com efeito, a Constituição da República (art. 5°, LXVIII) assenta o cabimento de "*habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*".

Porém, nem todo ato jurisdicional proferido na esfera criminal legitima o manejo do *habeas corpus*, relevantíssima garantia com assento constitucional que conta com diversas particularidades processuais direcionadas a fazer frente, a tempo e modo, à tutela do estado de liberdade do cidadão.

A jurisprudência desta Suprema Corte sedimentou-se no sentido de que, para fins de adequação do *habeas corpus*, o direito de locomoção deve ser objeto ou de coação efetiva ou de ameaça concreta, em ambas as hipóteses fruto do ato apontado como coator que alegadamente configuraria ilegalidade ou abuso de poder.

Em outras palavras, o cabimento da impetração passa, de modo indispensável, pela afirmação de que o direito de locomoção do paciente encontra-se lesado ou concretamente ameaçado por decorrência do pronunciamento impugnado.

Esse quadro, contudo, não se verifica nesta impetração.

Em sentido semelhante, cito elucidativo precedente de relatoria do ilustre decano desta Suprema Corte:

"Com a cessação, em 1926, da doutrina brasileira do 'habeas corpus', a destinação constitucional do remédio heróico restringiu-se, no campo de sua específica projeção, ao plano da estreita tutela da imediata liberdade física de ir, vir e permanecer dos indivíduos, pertencendo, residualmente, ao âmbito do mandado de segurança, a tutela jurisdicional contra ofensas que desrespeitem os demais direitos líquidos e certos, mesmo quando tais situações de ilicitude ou de abuso de poder venham a afetar, ainda que obliquamente, a liberdade de locomoção física das pessoas. (…) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem salientado que, não havendo risco efetivo de constrição à liberdade de locomoção física, não se revela pertinente o remédio do '*habeas corpus*', cuja utilização supõe, necessariamente, a concreta configuração de ofensa, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas." (HC 83966 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2004, grifei)

Ainda nessa linha:

"A liberdade de locomoção, bem jurídico tutelado pelo *Habeas Corpus*, tem como pressupostos constitucionais a efetiva vulneração ou ameaça, em razão de ilegalidade ou abuso de poder desse direito, restando inviável sua utilização nas hipóteses de ausência demonstração objetiva e concreta da ameaça ou constrição ilegítima ao direito de liberdade de locomoção do paciente." (HC 123784 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2018)

"...Ora, o Habeas Corpus exige a demonstração de constrangimento ilegal que implique coação ou iminência direta de coação à liberdade de ir e vir. Com efeito, não cabe vulgarizar e banalizar a garantia fundamental do *writ*, 'empregando-a se não há prisão ou constrangimento atual, iminente ou pelo menos próximo à liberdade de locomoção' (HC 103.779, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 1º/8/2012). Nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, 'conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção'. À míngua de risco ao direito de liberdade do paciente, é incabível o presente writ. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE HABEAS CORPUS." (HC 166210, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 13/12/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-271 DIVULG 17/12/2018 PUBLIC 18/12/2018)

Nessa mesma direção, observo que já decidi em idêntico sentido, conforme se infere de acórdão de minha lavra em julgamento implementado na seara do Plenário desta Corte:

"O habeas corpus destina-se, por expressa injunção constitucional (art. 5°, LXVIII), à tutela da liberdade de locomoção, desde que objeto de ameaça concreta, ou efetiva coação, fruto de ilegalidade ou abuso de poder." (HC 152752, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 04/04/2018, grifei)

Por tais razões, ao não depreender aptidão do ato questionado pela defesa para o fim de acarretar ameaça concreta ao direito de locomoção da paciente, concluo pela inadequação do *habeas corpus*.

Efetivamente, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF, ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem.

Ademais, caso houvesse algum ato, este Supremo Tribunal tem jurisprudência consolidada no sentido de não caber *habeas corpus* contra ato de Ministro no exercício da atividade judicante, incidindo, por analogia, a Súmula 606 deste STF (HC 118.459 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 24.10.2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 25.04.2013)

Assim, em razão da intransponibilidade de tais obstáculos, a impetração não merece conhecimento, sendo manifestamente incabível.

3. Diante do exposto, nos termos do art. 21, §1°, RISTF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.936 **(815)**

ORIGEM : 186936 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : SERGIO BENINCA
IMPTE.(S) : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES (33007/DF, 108329/RJ, 271947/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.412 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: O impetrante, por meio da petição nº 42.706/2020, formulou pedido de desistência do *writ*, nos seguintes termos:

"SERGIO BENINCÁ, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio de seu advogado subscritor, requerer a desistência do presente writ, com a consequente homologação do pedido, tendo em vista a decisão técnica de oposição de embargos de declaração em face do despacho proferido no habeas corpus n. 584.412, em trâmite perante o eg. STJ, objeto do presente remédio constitucional."

Ex positis, homologo a desistência, com fundamento no artigo 21, VIII, do RISTF.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.938 **(816)**

ORIGEM : 186938 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : MOACIR LEVI CORREIA
IMPTE.(S) : JOSE ANIBAL BENTO CARVALHO (202624/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra ato jurisdicional de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A impetração, todavia, não merece seguimento.

A jurisprudência sumulada desta Suprema Corte estabelece que "Não

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso" (Súmula 606).

Ademais, em recentes julgados, o Plenário decidiu pela impossibilidade de impetração de *writ* também contra ato jurisdicional de Ministro desta Suprema Corte, a incidir, por analogia, à referida Súmula 606.

Esses acórdãos possuem as seguintes ementas:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA Nº 606/STF. 1. Manifesto o descabimento deste *habeas corpus*, enquanto se volta contra acórdão da Segunda Turma desta Casa. Consabido que sedimentada a jurisprudência deste STF no sentido, nas palavras de seu eminente Ministro Decano, da 'inadmissibilidade de *habeas corpus*, quando impetrado contra decisões emanadas dos órgãos colegiados desta Suprema Corte (Plenário ou Turmas) ou de quaisquer de seus juízes, inclusive quando proferidas em sede de procedimentos penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal' (HC 109021 AGr/SP, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJe 18.12.2013). 2. Assentada tal diretriz, na aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF: 'não cabe *habeas corpus* originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em *habeas corpus* ou no respectivo recurso'. 3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC 181.680-AgR/PR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 2/6/2020, Tribunal Pleno).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUSTENTAÇÃO ORAL POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO. IMPOSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO DO STF. PRECEDENTES. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE ÓRGÃO FRACIONÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. No âmbito da jurisdição do Supremo Tribunal Federal, não cabe sustentação oral no julgamento de agravo regimental de decisão monocrática proferida pelo Relator em sede de *habeas corpus*. Constitucionalidade do art. 131, § 2º, do RISTF. Precedentes. 2. Não cabe pedido de habeas corpus originário para o Supremo Tribunal Federal contra ato de Ministro ou órgão colegiado do STF. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido" (HC 164.593-AgR/AM, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 10/6/2020, Tribunal Pleno).

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Prejudicado o pleito cautelar.

Encaminhe-se cópia desta decisão ao Gabinete da autoridade apontada como coatora.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 186.939 **(817)**

ORIGEM	: 186939 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
PACTE.(S)	: JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA
IMPTE.(S)	: JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA (11061/GO)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO INQ Nº 4.781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisão:

1. Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado em causa própria requerendo salvo-conduto, tendo em vista o receio de, no exercício da liberdade de expressão, sofrer constrangimento decorrente de alguma decisão no trâmite do inquérito n.º 4.781.

2. Cabe, no entanto, salientar a inadequação do *habeas corpus* para fins de debate da questão subjacente.

Com efeito, a Constituição da República (art. 5°, LXVIII) assenta o cabimento de "*habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*".

Porém, nem todo ato jurisdicional proferido na esfera criminal legitima o manejo do *habeas corpus*, relevantíssima garantia com assento constitucional que conta com diversas particularidades processuais direcionadas a fazer frente, a tempo e modo, à tutela do estado de liberdade do cidadão.

A jurisprudência desta Suprema Corte sedimentou-se no sentido de que, para fins de adequação do *habeas corpus*, o direito de locomoção deve ser objeto ou de coação efetiva ou de ameaça concreta, em ambas as hipóteses fruto do ato apontado como coator que alegadamente configuraria ilegalidade ou abuso de poder.

Em outras palavras, o cabimento da impetração passa, de modo indispensável, pela afirmação de que o direito de locomoção do paciente encontra-se lesado ou concretamente ameaçado por decorrência do pronunciamento impugnado.

Esse quadro, contudo, não se verifica nesta impetração.

Em sentido semelhante, cito elucidativo precedente de relatoria do ilustre decano desta Suprema Corte:

"Com a cessação, em 1926, da doutrina brasileira do 'habeas corpus', a destinação constitucional do remédio heróico restringiu-se, no campo de sua específica projeção, ao plano da estreita tutela da imediata liberdade física de ir, vir e permanecer dos indivíduos, pertencendo, residualmente, ao âmbito do mandado de segurança, a tutela jurisdicional contra ofensas que desrespeitem os demais direitos líquidos e certos, mesmo quando tais situações de ilicitude ou de abuso de poder venham a afetar, ainda que obliquamente, a liberdade de locomoção física das pessoas. (…) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem salientado que, não havendo risco efetivo de constrição à liberdade de locomoção física, não se revela pertinente o remédio do '*habeas corpus'*, cuja utilização supõe, necessariamente, a concreta configuração de ofensa, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas." (HC 83966 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2004, grifei)

Ainda nessa linha:

"A liberdade de locomoção, bem jurídico tutelado pelo *Habeas Corpus*, tem como pressupostos constitucionais a efetiva vulneração ou ameaça, em razão de ilegalidade ou abuso de poder desse direito, restando inviável sua utilização nas hipóteses de ausência demonstração objetiva e concreta da ameaça ou constrição ilegítima ao direito de liberdade de locomoção do paciente." (HC 123784 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2018)

"...Ora, o Habeas Corpus exige a demonstração de constrangimento ilegal que implique coação ou iminência direta de coação à liberdade de ir e vir. Com efeito, não cabe vulgarizar e banalizar a garantia fundamental do *writ*, 'empregando-a se não há prisão ou constrangimento atual, iminente ou pelo menos próximo à liberdade de locomoção' (HC 103.779, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 1º/8/2012). Nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, 'conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção'. À míngua de risco ao direito de liberdade do paciente, é incabível o presente writ. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE HABEAS CORPUS." (HC 166210, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 13/12/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-271 DIVULG 17/12/2018 PUBLIC 18/12/2018)

Nessa mesma direção, observo que já decidi em idêntico sentido, conforme se infere de acórdão de minha lavra em julgamento implementado na seara do Plenário desta Corte:

"O habeas corpus destina-se, por expressa injunção constitucional (art. 5°, LXVIII), à tutela da liberdade de locomoção, desde que objeto de ameaça concreta, ou efetiva coação, fruto de ilegalidade ou abuso de poder." (HC 152752, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 04/04/2018, grifei)

Por tais razões, ao não depreender aptidão do ato questionado pela defesa para o fim de acarretar ameaça concreta ao direito de locomoção da paciente, concluo pela inadequação do *habeas corpus*.

Efetivamente, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF, ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem.

Ademais, caso houvesse algum ato, este Supremo Tribunal tem jurisprudência consolidada no sentido de não caber *habeas corpus* contra ato de Ministro no exercício da atividade judicante, incidindo, por analogia, a Súmula 606 deste STF (HC 118.459 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 24.10.2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 25.04.2013)

Assim, em razão da intransponibilidade de tais obstáculos, a impetração não merece conhecimento, sendo manifestamente incabível.

3. Diante do exposto, nos termos do art. 21, §1°, RISTF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.941 **(818)**

ORIGEM	: 186941 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
PACTE.(S)	: CLAUDINEY ANTÔNIO LOPES
IMPTE.(S)	: JONATAS CESAR CARNEVALLI LOPES (334208/SP)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 567.694 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Processual Penal. *Habeas Corpus*. Tráfico de drogas. Condenação transitada em julgado. Prisão decorrente de sentença penal condenatória irrecorrível. Regime inicial. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 567.694, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, V, da Lei 11.343/06.

3.O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento à apelação da defesa a fim de reduzir a pena para 7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, mantido o regime inicial fechado.

4.Em seguida, a defesa impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 567.694, Ministro Felix Fischer, não conheceu do *writ*.

5.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a imposição de regime inicial mais gravoso.

6.A defesa requer o deferimento de medida liminar *"para que seja garantido ao paciente o direito de aguardar o julgamento de mérito do presente writ em liberdade"*. No mérito, pleiteia a concessão da ordem a fim de que seja fixado o regime inicial intermediário.

7.**Decido.**

8.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10.Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

11.A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o *"**habeas corpus** não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado"* (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). Confiram-se, nessa mesma linha, os seguintes precedentes: HC 128.840-AgR, de minha Relatoria; RHC 116.108, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 117.762, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 91.711, Relª. Minª. Cármen Lúcia. No caso, conforme certidão juntada aos autos (doc-e 3), verifico que a condenação transitou em julgado em 02.10.2019.

12.O caso atrai o entendimento do STF de que a *"prisão decorrente de sentença criminal transitada em julgado encontra arrimo na jurisprudência consolidada deste Supremo Tribunal Federal. O ajuizamento da ação revisional não impede a execução da pena definitiva"* (HC 120.492, Relª. Minª. Rosa Weber).

13.Quanto ao mais, reconheço que a "*imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea*" (Súmula 719/STF). Mas o fato é que, na hipótese de que se cuida, o regime inicial fechado foi fixado, com apoio em dados empíricos idôneos, extraídos da prova judicialmente colhida, notadamente a quantidade da droga apreendida (390 kg de maconha). Não verifico, assim, ilegalidade flagrante que justifique a concessão da ordem de ofício.

14.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.942 **(819)**

ORIGEM : 186942 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : MATHEUS HENRIQUE DE PAULA MACHADO
IMPTE.(S) : ANDRESSA ANDRADE LIRIO (125225/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 566.871 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ÓBICE DA SÚMULA 691/STF.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu a cautelar requerida nos autos do HC 566.871, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que foi instaurado inquérito policial contra o paciente para apurar a suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06. Em 09.08.2019, o Juízo da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Santa Luzia/MG decretou a prisão preventiva do investigado.

3.Inconformada com a prisão, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Denegada a ordem, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 566.871, Ministro Joel Ilan Paciornik, indeferiu a medida cautelar. Ato contínuo, a defesa interpôs pedido de reconsideração, indeferido.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva. Alega, ainda, o excesso de prazo da prisão cautelar.

5.A defesa requer a concessão da ordem a fim de revogar a prisão processual do acionante.

6.**Decido.**

7.O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). No entanto, o rigor na aplicação do enunciado sumular vem sendo mitigado nos casos de evidente ilegalidade ou abuso de poder, de decisões de Tribunal Superior manifestamente contrárias à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de decisões teratológicas.

8.A hipótese de que se trata não autoriza a superação do entendimento da Súmula 691/STF.

9.A alegação de ausência de fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva não foi sequer apreciada pelas instâncias de origem (TJ/MG e STJ). Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

10.Ainda que assim não fosse, as peças que instruem este processo não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva, notadamente se se considerar que o Juízo de origem justificou a necessidade da prisão, em razão da *"forte conexão entre todos os representados e grande volume de armas e de drogas por eles comercializados"*. O magistrado destacou, ainda, que *"não há a menor dúvida de se estar diante de um importante e considerável núcleo da traficância em Santa Luzia"*.

11.Quanto ao mais, o STF já decidiu que eventual demora injustificada na tramitação da ação penal depende das condições objetivas da causa (complexidade da causa, número de acusados e a necessidade de expedição de cartas precatórias, por exemplo).

12.No caso, tal como assentou o TJ/MG – para além de observar que foi *"informado pela autoridade impetrada que já fora oferecida denúncia em desfavor do paciente e demais corréus"* –, o fato é que *"não se verifica, ao menos por ora, o alegado constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo, mormente diante da dificuldade instrutória do feito, revelada pela gravidade concreta dos fatos narrados na peça acusatória e, principalmente, pela pluralidade de réus"*. Transcrevo, nesse sentido, as seguintes passagens do acórdão do TJ/MG:

"[...]

Em que pesem os argumentos lançados na impetração, entende-se que não deve prosperar a alegação de excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, porquanto informado pela autoridade impetrada que já fora oferecida denúncia em desfavor dos pacientes e demais corréus.

[…]

Do exame dos autos, verifica-se que se trata de ação penal de especial complexidade, que conta com 22 (vinte e dois) réus, os quais foram acusados de terem, em tese, praticado os delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Ao que se apura, a ação penal é resultado de extensa investigação policial, que contou, inclusive, com interceptações telefônicas que perduraram por meses, as quais apontaram indícios de existência de suposto grupo criminoso constituído com a finalidade de comercializar entorpecentes de forma reiterada e com a participação de adolescentes nos bairros Kennedy e Bom Jesus, ambos na cidade de Santa Luzia/MG.

Ainda que o feito se encontre em seu limiar, aguardando a notificação e apresentação de defesa prévia dos acusados, não se verifica, ao menos por ora, o alegado constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo, mormente diante da dificuldade instrutória do feito, revelada pela gravidade concreta dos fatos narrados na peça acusatória e, principalmente, pela pluralidade de réus.

[...]".

13.Diante do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.943 **(820)**

ORIGEM : 186943 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
PACTE.(S) : RILDEMAR BARBOSA DA CAMARA JUNIOR
IMPTE.(S) : FLAVIO MANOEL DIAS JUNIOR (51460/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 563.262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão do Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do HC 563.262/SC.

É o relatório. Decido.

É da jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL o entendimento de que é inadmissível a impetração que se traduz em mera repetição de pedido anteriormente formulado (HC 169361 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 8/5/2019; HC 96.760-AGR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 28/9/2011; HC 108.568-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 22/6/2012; HC 113.537-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 16/10/2012; HC 126.835-AGR/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 17/8/2015, v.g.):

HABEAS CORPUS REITERAÇÃO DE PEDIDO INVOCAÇÃO DOS MESMOS FUNDAMENTOS DE DIREITO E/OU DE FATO DEDUZIDOS QUANDO DE ANTERIOR IMPUGNAÇÃO RECURSO IMPROVIDO.

- A mera reiteração de pedido, que se limita a reproduzir, sem qualquer inovação de fato e/ou de direito, os mesmos fundamentos subjacentes a postulação anterior, torna inviável o próprio conhecimento da ação de habeas corpus. Precedentes.

(HC 118.043-AGR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJ 27/11/2013)

Na espécie, trata-se de reprodução dos fundamentos expostos no HC 183.161/SC, que também impugnou ato decorrente do HC 563.262/SC, do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE *HABEAS CORPUS.*

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.944 **(821)**
ORIGEM : 186944 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. GILMAR MENDES**
PACTE.(S) : JORGE HENRIQUE DA COSTA NUNES
IMPTE.(S) : JAQUELINE QUINTELA DE LIMA FIRMO FRANCA (111413/RJ) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO ARE Nº 918.843 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* contra decisão de Ministro Relator desta Corte, que indeferiu o pedido de destaque da defesa, nos autos dos embargos de divergência opostos contra acórdão de minha relatoria.

Decido.

O presente *writ* é manifestamente inadmissível.

Primeiramente, registro que o impetrante busca, por meio de *habeas corpus*, o direito de realizar sustentação oral nos autos de **processo cível**, a evidenciar a integral ausência de risco ao direito de locomoção do paciente, ainda que indiretamente.

Incabível, pois, o presente *writ,* razão pela qual dele não conheço.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.950 **(822)**
ORIGEM : 186950 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
PACTE.(S) : RENATA RIBEIRO DA SILVA
IMPTE.(S) : FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (5255/CE) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DOS HC'S Nº 576.724 E Nº 580.751 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisões monocráticas, proferidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu o HC 576.274/CE e indeferiu liminarmente o HC 580.751/CE.

Busca-se, em síntese, a concessão de prisão domiciliar à paciente, presa preventivamente pela suposta prática de tráfico de entorpecentes, *"devido a pandemia do COVID-19, sendo a paciente portadora de 'diabetes', e devida debilidade, encontrando-se no grupo de risco, bem como, o excesso de prazo para instrução criminal."*

É o relatório. **Decido**.

1. Cabimento do *habeas corpus:*

Inicialmente, destaco que esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por membro de Tribunal Superior, visto que, a teor do art. 102, I, *i*, da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que Tribunal Superior, por meio de órgão colegiado, atue em tal condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do *habeas corpus* no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que **restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.** Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, i, da **Constituição como regra de competência,** estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, **há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea i), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental** (HC 114.557 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*)."

Não se inaugura a competência deste Supremo nas hipóteses em que não esgotada a jurisdição antecedente, visto que tal proceder acarretaria indevida supressão de instância, dado **o cabimento de agravo regimental.** Precedentes:

"**É inadmissível o *habeas corpus* que se volta contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente**." (HC 141.316 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 05.05.2017, *grifei*)

"1. […] **O exaurimento da jurisdição e o atendimento ao princípio da colegialidade, pelo tribunal prolator, se dá justamente mediante o recurso de agravo interno, previsto em lei, que não pode simplesmente ser substituído por outra ação de *habeas corpus*, de competência de outro tribunal**. 2. A se admitir essa possibilidade estar-se-á atribuindo ao impetrante a faculdade de eleger, segundo conveniências próprias, qual tribunal irá exercer o juízo de revisão da decisão monocrática: se o STJ, juízo natural indicado pelo art. 39 da Lei 8.038/1990, ou o STF, por via de *habeas corpus* substitutivo. **O recurso interno para o órgão colegiado é medida indispensável não só para dar adequada atenção ao princípio do juiz natural, como para exaurir a instância recorrida, pressuposto para inaugurar a competência do STF**. (HC 130.719 AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 03.11.2015, *grifei*)

No caso concreto, por contrariar frontalmente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *habeas corpus* não merece conhecimento, na medida em que ataca decisão monocrática que indeferiu liminarmente a impetração, sem ter manejado irresignação regimental.

2. Análise da possibilidade de concessão da ordem de ofício no caso concreto:

Devido ao caráter excepcional da superação da jurisprudência da Corte, a concessão da ordem de ofício configura providência a ser tomada tão somente em casos absolutamente aberrantes e teratológicos, em que a ilegalidade deve ser cognoscível de plano, sem a necessidade de produção de quaisquer provas ou colheita de informações, **o que, no caso concreto, não se verifica.**

Destarte, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem de ofício.

3. Diante do exposto, com fulcro no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento ao *habeas corpus*.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília,15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.951 **(823)**
ORIGEM : 186951 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S) : DJAVAN SANTOS DA CONCEICAO
IMPTE.(S) : EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JUNIOR (3828/RN, 1189A/SE)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ que não conheceu do HC 548.290/BA, de relatoria do Ministro Joel Ilan Paciornik, assim ementado:

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. SEQUESTRO QUALIFICADO POR QUADRILHA E RESULTADO MORTE. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ADC 43, 44 E 54. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE DA CONDUTA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. OUTROS REGISTROS CRIMINAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

2. Cumpre salientar que, em 8/11/2019, ao concluir o julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 45, o Supremo Tribunal Federal – STF alterou seu posicionamento anterior e passou a entender pela constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal – CPP, na redação trazida pela Lei n. 12.403/2011, reconhecendo a inadmissibilidade da execução da pena, antes do trânsito em julgado da condenação. Importante ressaltar que tal entendimento não afasta a possibilidade da decretação da prisão preventiva, antes do trânsito em julgado da condenação, desde que devidamente fundamentada sua necessidade, com base nos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

3. O Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

4. A manutenção da prisão preventiva na sentença condenatória foi adequadamente motivada, tendo sido demonstradas pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela condenação à prática dos crimes de sequestro qualificado por quadrilha com resultado morte e ocultação de cadáver, à pena de 29 anos de reclusão, pelo seu alto poder de articulação com outros criminosos dentro e fora de presídios e pela contumácia delitiva, uma vez que ele responde a outros processos criminais, demonstrando o risco ao meio social.

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

6. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

7. *Habeas corpus* não conhecido" (doc. eletrônico 7).

É contra essa decisão que se insurge o impetrante neste *habeas corpus*.

Argumenta que "a decisão guerreada manteve os mesmos erros da sentença de primeiro grau e do acórdão de segundo grau, decretando uma prisão preventiva para quem respondeu a toda a ação penal em liberdade e ainda discute a ausência de autoria e várias nulidades em recurso especial e extraordinário" (pág. 3 da petição inicial).

Registra que, "se deix[aram] de existir os motivos do decreto preventivo, e sequer foram fixadas medidas diversas da prisão ao paciente, não cabe na sentença, apenas porque houve uma condenação que ainda não fez coisa julgada, ser decretada a prisão alegando exatamente a existência de processos que não foram óbice quando da concessão da revogação no ano de 2011" (págs. 4-5 da petição inicial).

Defende que "nada de novidade foi elencada […] para a decretação da nova prisão preventiva, incorrendo em desrespeito à legislação em vigor, que exige a existência concreta de fatos novos" (pág. 16 da petição inicial).

Requer, ao final, "a concessão da presente ORDEM DE *HABEAS CORPUS,* com a expedição do competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor do Paciente, até a conclusão e sentença definitiva de qualquer processo em que poderá figurar como acusado, fixando, se for o caso, condições a ser cumpridas pelo paciente, devendo tal decisão ser confirmada no mérito" (pág. 21 da petição inicial).

É o relatório. Decido.

Bem examinados os autos, entendo que o caso é de denegação da ordem.

Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada: (i) como garantia da ordem pública ou econômica; (ii) por conveniência da instrução criminal ou; (iii) para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

No caso, verifico que o Magistrado de primeiro grau fundamentou a necessidade da prisão preventiva, essencialmente, na garantia da ordem pública, haja vista a "grande periculosidade do agente, consubstanciada nos processos a que respondeu, na prática de crimes de dentro do sistema prisional, do alto poder de articulação com outros marginais dentro ou fora da prisão, da personalidade voltada para a prática de crimes e na gravidade do delitos praticados".

Transcrevo as seguintes passagens do voto proferido no Superior Tribunal de Justiça, que revelam essas circunstâncias:

"Quanto aos motivos para a manutenção da prisão preventiva, por oportuno, o paciente foi condenado pela prática dos crimes previstos no art. 159, §§ 1º e 3º, e no art. 211, ambos do Código Penal – CP, à pena de 29 anos de reclusão, em regime inicial fechado, tendo sido decretada a prisão preventiva do paciente, nos seguintes termos:

Em razão da grande periculosidade do agente, consubstanciada nos processos a que respondeu, na prática de crimes de dentro do sistema prisional, do alto poder de articulação com outros marginais dentro ou fora da prisão, da personalidade voltada para a prática de crimes e na gravidade do delitos praticados, decreto a sua prisão preventiva, de modo que deverá ser recolhido ao cárcere caso solto, ou recomendado na prisão onde se encontra, se ainda preso, condicionando a apresentação de recurso ao seu recolhimento (fl. 52).

A referida segregação foi mantida pelo Tribunal de origem, com a seguinte fundamentação:

Ratifico a manutenção da prisão cautelar do Apelante, na forma sentenciada (fl. 781), uma vez que persiste a necessidade de conservação dos motivos ensejadores da constrição provisória, qual seja, a garantia da ordem pública, sobretudo em face das peculiaridades do caso concreto (fl. 38).

O Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifico que a manutenção da prisão preventiva na sentença condenatória foi adequadamente motivada, tendo sido demonstradas pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela condenação à prática dos crimes de sequestro qualificado por quadrilha com resultado morte e ocultação de cadáver, à pena de 29 anos de reclusão, pelo seu alto poder de articulação com outros marginais dentro e fora de presídios e pela contumácia delitiva, uma vez que ele responde a outros processos criminais, demonstrando o risco ao meio social.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

[…]

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis não impede a decretação da prisão preventiva. Confira-se:

[…]

Por fim, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública" (págs. 5-10 do doc. eletrônico 8).

A motivação utilizada pelo Superior Tribunal de Justiça está em consonância com a jurisprudência assentada nesta Suprema Corte, no sentido de que a periculosidade do agente, evidenciada pelas circunstâncias em que o delito foi cometido, demonstra a necessidade de acautelar-se o meio social, para que seja resguardada a ordem pública, e constituem fundamento idôneo para a prisão preventiva.

Com efeito, a gravidade *in concreto* do delito, ante o *modus operandi* empregado, permite concluir pela periculosidade social do paciente e pela consequente presença dos requisitos autorizadores da prisão cautelar, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial para garantia da ordem pública. Confiram-se os seguintes julgados proferidos em casos análogos:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR *HABEAS CORPUS*: CF, ART. 102, I, 'D' E 'I'. ROL TAXATIVO. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA: PARADOXO. ORGANICIDADE DO DIREITO. DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública, em razão do *modus operandi* e da evasão do distrito da culpa, justifica-se ante a gravidade *in concrecto* do crime (Precedentes: HC 137.027, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 08/05/2017, HC 137.310-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 13/03/2017 e HC 130.412, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 19/11/2015). 2. *In casu*, a recorrente foi denunciada pela suposta prática da infração penal prevista no artigo 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, tendo sido decretada sua prisão preventiva pelo juízo natural. 3. A competência originária do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar *habeas corpus* está definida, exaustivamente, no artigo 102, inciso I, alíneas d e i, da Constituição da República, sendo certo que o paciente não está arrolado em qualquer das hipóteses sujeitas à jurisdição desta Corte. 4. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos. 5. Agravo regimental desprovido" (HC 143.802 AgR/RJ, Rel. Min. Luiz Fux).

"Agravo regimental em *habeas corpus*. Processual Penal. Homicídio qualificado. Prisão preventiva mantida na pronúncia. Remissão aos mesmos fundamentos do decreto originário. Admissibilidade. fundamentação *per relationem*. Precedentes. Revogação da custódia. Impossibilidade. Medida extrema justificada na periculosidade do agravante para a ordem pública. Legitimidade da medida extrema. Precedentes. Agravo regimental não provido. 1. A sentença de pronúncia que mantém a prisão preventiva do acusado com remissão aos mesmos fundamentos do decreto originário não pode ser interpretada como desprovida de fundamentação. […] 3. A prisão preventiva do agravante foi devidamente justificada em sua periculosidade para a ordem pública, tendo em vista a gravidade em concreto da conduta e seu *modus operandi*. Segundo os autos, ele seria um dos mandantes de um homicídio qualificado, praticado 'em plena luz do dia, mediante paga ou recompensa, com diversos disparos de arma de fogo e na presença das filhas menores da vítima (de 3 e 7 anos)'. 4. É do entendimento da Corte que a periculosidade do agente, evidenciada pela gravidade em concreto da conduta criminosa e seu *modus operandi* legitimam a manutenção da segregação cautelar. 5. A existência de condições subjetivas favoráveis ao agravante, tais como primariedade, residência fixa e trabalho lícito, não obsta a segregação cautelar, desde que presentes nos autos elementos concretos a recomendar sua manutenção, como se verifica na espécie. 6. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC 142.435 AgR/PR, Rel. Min. Dias Toffoli).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE E PRISÃO CAUTELAR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO IDÔNEO PARA PRISÃO PREVENTIVA E DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS PARA SOLTURA DO AGRAVANTE: IMPROCEDÊNCIA. PEDIDO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Considerado o que decidido nas instâncias antecedentes e as circunstâncias em que praticado o delito, a decisão de prisão preventiva do Agravante harmoniza-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, que assentou que a periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi*, constitui motivo idôneo para a custódia cautelar. 2. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que as condições subjetivas favoráveis do Agravante, tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar. Precedentes. 3. Pode o Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal, negar seguimento ao *habeas corpus* manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento" (HC 127.486 AgR/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia).

"*Habeas corpus*. 2. Direito processual penal. 3. Homicídio doloso. 4. Prisão preventiva. Necessidade de garantia da ordem pública e de aplicação da lei penal. 5. Gravidade demonstrada pelo *modus operandi*. Periculosidade concreta do acusado. Fundamentação idônea que recomenda a medida constritiva. 6. Réu foragido. Nítido intuito de furtar-se à aplicação da lei penal. 7. Ausência de constrangimento ilegal. 8. Ordem denegada" (HC 133.210/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes).

"Agravo regimental em *habeas corpus*. Homicídio qualificado (CP, art. 121, § 2º). Processual Penal. Prisão preventiva (CPP, art. 312). Falta de fundamentação para justificar a medida extrema. Não ocorrência. Garantia da ordem pública. Gravidade em concreto da conduta e real periculosidade do agravante. Risco real de reiteração delitiva. Fuga do distrito da culpa. Custódia preventiva devidamente fundamentada. Regimental não provido. 1. Mostra-se idôneo o decreto de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela gravidade *in concreto* do delito, em razão do seu *modus operandi*, como também pelo risco real da reiteração delitiva. […]. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento" (HC 127.578 AgR/SP, Rel. Min. Dias Toffoli).

Com o mesmo entendimento, cito os seguintes julgados: RHC 122.647/SP, de relatoria do Ministro Roberto Barroso; HC 112.783/SP, de relatoria da Ministra Rosa Weber; RHC 128.797/SP, de relatoria do Ministro Dias Toffoli; HC 101.132/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux; HC 109.054/SP, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia; HC 122.622/MG, de relatoria do Ministro Teori Zavascki; RHC 123.085/DF, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes; e HC 120.835/SP, de minha relatoria.

Dessa forma, entendo que a custódia cautelar encontra-se devidamente lastreada em requisitos autorizadores descritos no art. 312 do Código Processual Penal, qual seja, para garantir a ordem pública, não sendo adequado, por conseguinte, fixar outras cautelares alternativas previstas no art. 319 do mesmo Diploma Processual.

Anoto, por fim, que a primariedade, a residência fixa e os bons antecedentes não obstam a decretação da custódia cautelar quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. *Vide*: HC 139.585/CE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes; HC 124.306/RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, Relator para o acórdão Ministro Roberto Barroso; HC 127.486 AgR/SP, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia; HC 122.409/SP, de relatoria do Ministro Luiz Fux.

Isso posto, denego a ordem de *habeas corpus* (art. 192 do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 186.959 **(824)**

ORIGEM : 186959 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : ANDRE ANTONIO DA SILVA
IMPTE.(S) : JOAO AUGUSTO MAZZONI MASSARI (417770/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 578.955 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. REGIME INICIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 578.955, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

3.O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento à apelação da defesa a fim de reduzir a pena para 6 (seis) anos de reclusão, mantido o regime inicial fechado.

4.Na sequência, a defesa impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 578.955, Ministro Felix Fischer, não conheceu do *writ*.

5.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a imposição de regime inicial mais gravoso e requer a concessão da ordem a fim de que seja fixado o regime inicial aberto.

6.**Decido.**

7.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

8.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

9.Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

10.A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "habeas corpus *não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado"* (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). Confiram-se, nessa mesma linha, os seguintes precedentes: HC 128.840-AgR, de minha Relatoria; RHC 116.108, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 117.762, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 91.711, Relª. Minª. Cármen Lúcia. No caso, em consulta à página oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na internet, verifico que a condenação transitou em julgado em 02.05.2019, para o Ministério Público, e em 09.04.2019, para a defesa.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

11.Ademais, reconheço que a "*imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea*" (Súmula 719/STF). Mas o fato é que, no caso, o regime fechado foi fixado com apoio em dados empíricos idôneos, extraídos da prova judicialmente colhida, notadamente em razão da gravidade em concreto do crime. Transcrevo, nesse sentido, o seguinte trecho do acórdão do TJ/SP:

"A manutenção do regime inicial fechado é imperiosa (…), seja pela situação fática (emprego de armas de fogo; o número exacerbado de agentes; crime praticado contra a família durante o repouso noturno; duração da violência ou grave ameaça por mais de 4 horas)".

12. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.960 **(825)**

ORIGEM : 186960 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : JHONNATAS WILLIAM RODRIGUES FERNANDES
IMPTE.(S) : JAIME ANGELO NONATO FUSCO (109456/RJ) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Processual penal. Deficiência na instrução do *writ*. Prisão preventiva. Pedido de extensão. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão unânime da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior, que indeferiu o pedido de extensão formulado pelo ora paciente nos autos do HC 542.818.

2.A parte impetrante sustenta a possibilidade de extensão ao paciente – condenado às penas de 12 (doze) anos e de 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes previstos nos arts. 35 e 33, respectivamente, ambos c/c o art. 40, I, da Lei 11.343/06 – dos efeitos da decisão do Superior Tribunal de Justiça que revogou a prisão preventiva do corréu Fernão Lopes Dutra.

3.Prossegue a narrativa para afirmar que *"[n]a prolação da sentença condenatória em 14.12.2018 o Douto Magistrado sustentou a manutenção da prisão preventiva de forma genérica, sem individualizar os argumentos para cada um dos acusados, utilizando os mesmos argumentos para todos, sem trazer um motivo concreto e contemporâneo para justificar tal medida extrema*". Ocorre que *"[o] corréu Fernão Lopes Dutra, acusado na denúncia de ser um dos lideres do pseudo esquema criminoso, obteve o direito de apelar em liberdade, em decisão unanime pela Colenda Sexta Turma nos termos do voto relator no Habeas Corpus 542.818"*. Contudo, *"[e]m 14 de fevereiro deste ano foi requerida a extensão do beneficio para o paciente também apelar em liberdade conforme foi permitido ao corréu Fernão, ocorre que a decisão que determinou a liberdade do corréu Fernão, não foi extensiva ao paciente, mesmo a sexta turma reconhecendo que aquela decisão que manteve a prisão preventiva em primeira instância era genérica e ausente estava a fundamentação com base em fatos novos e concretos"*.

4.A defesa requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão processual do acionante.

5.**Decido.**

6.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

7.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

8.Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

9.A petição inicial do *habeas corpus* não foi instruída com cópia do inteiro teor do acórdão impugnado, o que impede a exata compreensão da controvérsia, assim como atrai a orientação jurisprudencial do STF no sentido de que constitui ônus da parte impetrante instruir a petição do *habeas corpus* com as peças necessárias ao exame da pretensão nela deduzida (HC 95.434, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 116.523, Rel. Min. Dias Toffoli; HC 100.994, Relª. Minª. Ellen Gracie; HC 94.219, Rel. Min. Ricardo Lewandowski).

10.Não bastasse isso, as peças que instruem este processo não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Até porque a hipótese é de paciente condenado pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, tendo o magistrado assentado que *"[a] associação criminosa foi monitorada por meses por meio de interceptações telefônicas judicialmente autorizadas, até que, em 06 de setembro de 2017, foram apreendidos **295 quilos de cloridato de cocaína** em poder do grupo investigado"* (sem grifos no original).

11.Diante do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.965 **(826)**

ORIGEM : 186965 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : FABIO LUIZ DOS SANTOS
IMPTE.(S) : VICENTE AMENDOLA (430692/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 541.452 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. REDISCUSSÃO DE CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DA PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.**

- Seguimento negado, com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça no *habeas corpus* nº 541.452.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de advertência sobre os efeitos das drogas, *ex vi* do art. 28, I, da Lei 11.343/06. O Parquet apelou, e o recurso foi provido para condená-lo como incurso no art. 33 do mesmo diploma legal, fixada a reprimenda em 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado. Interpostos embargos declaratórios, foram rejeitados*"*.

Ato contínuo, foi impetrado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual não foi conhecido.

Houve nova impetração na Corte *a quo*, HC 563.205, a qual ensejou a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal.

Sobreveio este *habeas corpus*, no qual a defesa alega, em síntese, constrangimento ilegal consubstanciado na dosimetria da pena imposta ao paciente.

Narra que *"redutor previsto no §4° do Art. 33, da Lei n° 11.343/06, é sim um direito subjetivo do réu, de sorte que, atendidos os requisitos legais, mister a aplicação da referida causa redutora de pena"*.

Aduz que *"não há qualquer prova que revele seu [do paciente] envolvimento profundo no tráfico de drogas, inclusive na data em que foi proferido acórdão que reformou a sentença de absolvição de piso, o paciente estava trabalhando com carteira assinada (registro anexo). As circunstancias que ocorreu a prisão também não revelam qualquer prova de habitualidade do paciente na pratica delitiva, uma vez que o paciente sequer foi encontrado em sua residência no momento que foi apreendido as drogas, e as drogas estavam no bolso de uma bermuda dentro de seu quarto não relevando sequer que se destinavam ao comercio, tanto é verdade que em 1° instancia a sentença do paciente foi de desclassificação para o Art. 28, da Lei de Drogas"*.

Ao final, formula pedido nos seguintes termos*:*

"Diante de todo exposto, por qualquer ângulo que se queira analisar a hipótese deste Habeas Corpus Substitutivo de Agravo Regimental, a r. decisão monocrática combatida não pode sobreviver.

Assim, contando com os doutos suprimentos de Vossas Excelências, aguarda-se o seu provimento para que a Egrégia 6ª Turma possa apreciar o tema de fundo e fazer JUSTIÇA com a concessão ex officio da ordem de Habeas Corpus!"

É o relatório, **DECIDO.**

Ab initio, verifico, em consulta ao sítio eletrônico da Corte Superior, a ausência julgamento colegiado acerca do mérito da questão levada a seu conhecimento. Nesse contexto, assento que não restou exaurida a jurisdição

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

no âmbito daquela Corte, conforme exigido pelo artigo 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância ***pelos Tribunais Superiores****, se denegatória a decisão"* (grifei).

O constituinte fez clara opção pelo princípio da colegialidade ao franquear a competência desta Corte para apreciação de *habeas corpus* – consoante disposto na alínea *a* do inciso II do artigo 102, da CRFB, – **quando decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.** E não há de se estabelecer a possibilidade de flexibilização dessa regra constitucional de competência, pois, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENDAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DOSIMETRIA DA PENA. REGIME INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito discutida na impetração. 2. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "habeas corpus não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado" (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). 3. A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático e probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão" (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). 4. A fixação da pena-base acima do mínimo legal, a imposição de regime prisional mais severo e a vedação da conversão da pena privativa de liberdade foram justificados com apoio em dados empíricos da causa, notadamente na presença de circunstância judicial desfavorável (culpabilidade do agravante). Hipótese em que não se verifica ilegalidade flagrante que justifique o acolhimento da pretensão defensiva. 5. A possibilidade da detração penal não foi arguida na petição inicial do habeas corpus, tendo sido suscitada somente nesta via recursal. Trata-se, portanto, de inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O agravante apenas reitera os argumentos anteriormente expostos na inicial do habeas corpus, sem, contudo, aduzir novos elementos capazes de afastar as razões expendidas na decisão agravada. II – A orientação firmada pela Segunda Turma, quando do julgamento do HC 119.115/MG, de minha relatoria, é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado, impede o conhecimento do habeas corpus por esta Suprema Corte, pois, do contrário, permitiria ao jurisdicionado a escolha do Tribunal para conhecer e julgar a sua causa, o que configuraria evidente abuso do direito de recorrer. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019)

A Constituição Federal restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior, considerando o princípio da colegialidade. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.

Noutro giro, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"(...)

Em consulta ao processo de origem no banco de dados do site desta Corte Superior, constatou-se que o presente habeas corpus é mera reiteração do HC n. 431.022/SP, de minha relatoria, cuja ordem foi denegada em 11/4/2018.

Ante o exposto, não conheço do habeas corpus."

Deveras, em relação à matéria de fundo, verifico, no indigitado ato coator, a ausência de decisão de mérito do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento desta impetração sem que a instância precedente tenha examinado o mérito do *habeas corpus* lá impetrado consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, rel. min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

Além disso, o atendimento da pretensão defensiva e eventual divergência do entendimento firmado pelas instâncias anteriores implica o reexame da matéria fática. Com efeito, o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS . PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I . HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."* (HC nº 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016)

Impende consignar, ainda, que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido."* (HC nº 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento."* (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *writ,* com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.970 **(827)**

ORIGEM : 186970 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : ROBSON BRANDÃO CASCIANO
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (00000/DF)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão unânime da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Ministro Joel Ilan Paciornik, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. MAJORAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE. ART. 42 DA LEI N. 11.343/06. MAUS ANTECEDENTES. PERÍODO DEPURADOR DE 5 ANOS (ART. 64, I, DO CÓDIGO PENAL – CP). IRRELEVÂNCIA. INCIDÊNCIA DO REDUTOR PREVISTO NO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/06. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Na hipótese dos autos, não se mostra desarrazoado, excessivo ou desproporcional o aumento da pena-base, tendo em vista os maus antecedentes do réu, a quantidade e o grau deletério da droga apreendida, além das circunstâncias judiciais concretamente valoradas negativas pela instância ordinária, conforme dispõe o art. 42 da Lei n. 11.343/06.

2. Condenações anteriores, alcançadas pelo período depurador de 5 anos, previsto no art. 64, I, do Código Penal, podem ser consideradas como maus antecedentes. Precedentes.

3. O voto condutor no acórdão recorrido negou a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 ressaltando a dedicação do réu em atividades criminosas. A mudança desse entendimento constitui matéria que refoge ao restrito escopo do habeas corpus, porquanto demanda percuciente exame de fatos e provas, inviável no rito eleito.

4. Agravo regimental desprovido. "

2.Extrai-se dos autos que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deu provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público a fim de condenar o paciente à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06.

3.A defesa impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça (HC 572.224). O Relator, Min. Joel Ilan Paciornik, não conheceu do *writ*. Contra a decisão, foi interposto agravo regimental, desprovido.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta, em síntese, "*a inidoneidade da exasperação da pena básica com base na nocividade da droga, presente a pequena quantidade; […] a impossibilidade de sopesar como maus antecedentes condenações pretéritas antiquíssimas, transitadas em julgado há mais de 14 anos; e [...] a inidoneidade da negativa da incidência do tráfico privilegiado que se limita a reproduzir as idênticas razões que motivaram a condenação, ausente a demonstração, de maneira fundamentada, da dedicação às atividades criminosas*".

5.A defesa requer "*a concessão da ordem para readequar a pena básica no mínimo legal – 5 anos –, RECONHECENDO a incidência da causa de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei 11343/06, na fração de 2/3, estipulando o regime inicial ABERTO, com a SUBSTITUIÇÃO da reprimenda privativa de liberdade por restritiva de direitos*".

6.**Decido**.

7.O *habeas corpus* não deve ser concedido.

8.A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático-probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "*motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão"* (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

9.No caso de que se trata, tal como assentou a autoridade impetrada, "*a causa especial de redução da pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 não foi aplicada, por ter o acórdão recorrido concluído que o réu dedicava-se à atividade criminosa*". Sendo assim, o acolhimento da pretensão defensiva, no ponto, demandaria o reexame do material probatório da ação penal, o que não é possível na via restrita do *habeas corpus*.

10.Além disso, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 925.136-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, decidiu que "*[c]ondenações anteriores transitadas em julgado, alcançadas pelo decurso do prazo de 5 anos previsto no art. 64, I, do Código Penal, embora afastem os efeitos da reincidência, não impedem a configuração de maus antecedentes".*

11.Veja-se, no mesmo sentido, o RHC 116.070, Relª. Minª. Cármen Lúcia:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO DA DEFESA. IMPETRAÇÃO DE *HABEAS CORPUS* NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE NÃO IMPEDE A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. FIXAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE CONDENAÇÕES TRANSITADAS HÁ MAIS DE CINCO ANOS COMO MAUS ANTECEDENTES.

1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal, o *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal.

2. **As condenações criminais transitadas em julgado há mais de cinco anos podem ser consideradas como maus antecedentes do Recorrente para fins de exacerbação da pena-base.**

3. Recurso a que se nega provimento." (Sem grifos no original)

12.Embora tenha ocorrido a suspensão do julgamento plenário do RE 593.818-RG, de minha relatoria, ante pedido de vista regimental, a maioria dos Ministros que já votaram até o momento se pronunciou na mesma linha da jurisprudência retratada nestes autos. De modo que não é possível falar em teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder.

13.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
RELATOR

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.980 **(828)**

ORIGEM : 186980 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JORDANIO ALVES RIBEIRO
IMPTE.(S) : RAFAEL KHALIL COLTRO (424062/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de acórdão, proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça no AgRg no HC 578.364/SP, assim ementado (eDOC 10, p. 1):

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS E FURTO QUALIFICADO. PANDEMIA DA COVID-19. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Ao analisar a razoabilidade da prisão preventiva e a possibilidade de aplicação da Recomendação 62/2020 do CNJ, devem ser ponderados, além do risco de contágio e o prazo de 90 dias da custódia, a gravidade da conduta delitiva e a vivência criminosa do paciente.

2. O Tribunal estadual validamente não revogou a custódia cautelar, porque não se verificou comprovação de que o recorrente esteja inserido no grupo de risco ou que o estabelecimento prisional em que ele se encontra está com ocupação superior à capacidade, que possui instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus ou, ainda, que não disponha de equipe de saúde lotada no estabelecimento.

3. É válida a prisão preventiva quando além de o Juiz destacar a quantidade de droga apreendida - 4 porções de cocaína, 10 frascos de lança-perfume e 9 comprimidos de ecstasy - ressaltou que o réu já se viu condenado pela prática do delito de tráfico de drogas e por receptação.

4. Agravo improvido.

Busca-se, em suma, a revogação da prisão preventiva do paciente, ainda que com a fixação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido**.

Cumpre assinalar, por relevante, que o deferimento da medida liminar, resultante do concreto exercício do poder geral de cautela outorgado aos juízes e tribunais, somente se justifica em face de situações que se ajustem aos seus específicos pressupostos: a existência de plausibilidade jurídica (*fumus boni iuris*), de um lado; e a possibilidade de lesão irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), de outro. Sem que concorram esses dois requisitos, essenciais e cumulativos, não se legitima a concessão da medida liminar.

Num juízo de cognição sumária, próprio desta fase processual, não depreendo ilegalidade flagrante na decisão atacada a justificar a concessão da liminar.

Outrossim, o deferimento de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional por sua própria natureza, que somente se justifica quando a situação demonstrada nos autos representar manifesto constrangimento ilegal, o que, nesta sede de cognição, não se confirmou.

Sendo assim, *prima facie,* não verifico ilegalidade evidente, razão pela qual **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Desembargador Relator da Apelação 1521784-90.2019.8.26.0228 no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, especialmente quanto às condições a que o paciente se encontra sujeito na unidade prisional onde está recolhido.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Publique-se. Intime-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 186.982 **(829)**

ORIGEM : 186982 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : CARLOS ANTONIO BORGES DA SILVA
IMPTE.(S) : FELIPE PEDROSA TAVARES THEOFILO MACHADO (17086/PB) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 579.398 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA 691/STF.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu a cautelar requerida nos autos do HC 579.398, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente, preso preventivamente, está sendo processado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, c/c art. 40, IV e VI, e artigo 35, *caput,* todos da Lei 11.343/2006 c/c art. 69 (concurso material) do Código Penal.

3.A defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Denegada a ordem, sobreveio impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça (HC 579.398). O Relator, Ministro Jorge Mussi, indeferiu o pedido de liminar.

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta, em síntese, que, "*além da ausência dos fundamentos (*periculum*) inerentes à manutenção do cárcere preventivo, exsurge elementar a presença do excesso de prazo na formação de culpa na hipótese dos autos (03 anos de prisão provisória sem perspectiva nenhuma de conclusão da relação processual)*".

5.A defesa requer "*a concessão da ordem de* habeas corpus *em favor do paciente para determinar a revogação, relaxamento ou substituição DE SUA PRISÃO PREVENTIVA originária por cautelares pessoais diversas*".

6.**Decido.**

7.O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade da impetração de *habeas corpus* contra decisão denegatória de provimento cautelar (Súmula 691/STF). No entanto, o rigor na aplicação do enunciado sumular vem sendo mitigado nos casos de evidente ilegalidade ou abuso de poder, de decisões de Tribunal Superior manifestamente contrárias à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de decisões teratológicas.

8.A hipótese de que se trata não autoriza a superação do entendimento da Súmula 691/STF.

9.O STF já decidiu que a aferição de eventual demora injustificada na tramitação da ação penal depende das condições objetivas da causa (complexidade da causa, número de acusados e a necessidade de expedição de cartas precatórias, por exemplo).

10.No caso, as peças que instruem este processo não evidenciam ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique o acolhimento do pleito defensivo, a recomendar, contudo, que se aguarde o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça, à vista das informações que forem prestadas pelo Tribunal e Juízo de origem.

11.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 186.999 **(830)**

ORIGEM : 186999 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : JORGE ALBERTO DOS REIS GARCIA
IMPTE.(S) : NERY ROQUE DA CUNHA (23350/RS) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 576.813 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Nery Roque da Cunha e outros, em favor de Jorge Alberto dos Reis Garcia, contra decisão proferida pelo Ministro Jorge Mussi do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu a liminar no HC n. 576.813/RS.

Consta dos autos que após deflagrada a Operação denominada "Velho Oeste", o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, caput, e 35, caput, da Lei 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus no TJRS postulando, em suma, a revogação da constrição cautelar.

A ordem foi denegada.

Daí a impetração de novo *writ* no Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu o pedido liminar, pendente o julgamento do mérito.

Nesta Corte a impetrante reitera os pedidos pretéritos e enfatiza a concessão de liberdade provisória, pois paciente tem 51 anos de idade, de modo que faz parte do grupo de risco.

Alega, ainda, que com o avanço da contaminação do COVID-19, a manutenção da prisão do réu viola os direitos humanos.

Este *habeas corpus* veio distribuído por prevenção ao HC 158.677/RS. (eDOC 25)

É o relatório.

Passo a decidir.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é no sentido da inadmissibilidade da impetração de habeas corpus nas causas de sua competência originária, contra decisão denegatória de liminar em ação de mesma natureza articulada perante tribunal superior, antes do julgamento definitivo do writ. Conforme jurisprudência: HC (QO) 76.347/MS, Rel. Min. Moreira Alves, Primeira Turma, unânime, DJ 8.5.1998; HC 79.238/RS, Rel. Min. Moreira Alves, Primeira Turma, unânime, DJ 6.8.1999; HC 79.776/RS, Rel. Min. Moreira Alves, Primeira Turma, unânime, DJ 3.3.2000; HC 79.775/AP, Rel. Min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, maioria, DJ 17.3.2000; e HC 79.748/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, maioria, DJ 23.6.2000. E mais recentemente: HC-AgR 129.907/RJ, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, unânime, DJe 13.10.2015; HC-AgR 132.185/SP, por mim relatado, Segunda Turma, unânime, DJe 9.3.2016; HC 133.158/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 11.3.2016; e HC 133.287/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 7.3.2016.

Essa conclusão está representada na Súmula 691 do STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*.

É bem verdade que o rigor na aplicação de tal entendimento tem sido abrandado por julgados desta Corte em hipóteses excepcionais, em que: a) seja premente a necessidade de concessão do provimento cautelar para evitar flagrante constrangimento ilegal; ou b) a negativa de decisão concessiva de medida liminar pelo tribunal superior importe na caracterização ou na manutenção de situação que seja manifestamente contrária à jurisprudência do STF (cf. as decisões colegiadas: HC 84.014/MG, Primeira Turma, unânime, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 25.6.2004; HC 85.185/SP, Pleno, por maioria, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 1º.9.2006; HC 88.229/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para acórdão Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, maioria, DJ 23.2.2007; HC 129.554/SP, Primeira Turma, unânime, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 14.10.2015; e HC 129.872/SP, Segunda Turma, unânime, de minha relatoria, DJe 29.9.2015; e a seguinte decisão monocrática: MC-HC 85.826/SP).

Na hipótese dos autos, não vislumbro nenhuma dessas situações ensejadoras do afastamento da incidência da Súmula 691 do STF.

Cito trechos da decisão proferida pelo STJ:

"Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, exatamente como ocorre no caso em exame. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 13-14):

[...]

A alegação restringe-se ao risco de contaminação pelo COVID-19. Conforme referido por ocasião da análise da liminar, consta nos autos que o paciente integra lista da casa prisional como portador de diabetes e hipertensão, mas que não se enquadra no grupo para o qual foi concedida prisão domiciliar em face do risco de contaminação.

O paciente cumpre pena por tráfico de drogas e associação para o tráfico, com comprovada posição de destaque no grupo criminoso.

Acrescento que, conforme certidão de antecedentes, ele responde a dois outros processos por tráfico de drogas, junto com vários corréus inclusive, bem como outro processo por receptação.

O histórico criminal revela potencial recidivância criminosa, o que contraindica o benefício, ponderando-se os valores em conflito.

Não se trata, assim, de identidade fático-processual com corréus eventualmente beneficiados neste processo em razão da pandemia.

Neste contexto, não vislumbro constrangimento ilegal na manutenção da segregação.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de habeas corpus e em recurso ordinário em habeas corpus, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, indefere-se a liminar". (eDOC 2)

Quanto à questão relacionada a pandemia do coronavírus, o Plenário do STF na ADPF 347, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, negou referendo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

à medida liminar quanto à matéria de fundo, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, a análise deverá ser feita caso a caso segundo a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, não se tratando de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, e salvo melhor juízo na apreciação de eventual impetração de novo pedido de habeas corpus a ser distribuído nos termos da competência constitucional desta Corte (CF, artigo 102), deve-se aplicar a Súmula 691 do STF.

Ante o exposto, o **nego seguimento** ao *habeas copus*.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.003 **(831)**

ORIGEM	: 187003 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: AISHA ALLI FATHI AKRABI
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal Justiça – STJ que negou provimento ao Agavo Regimental no AREsp 1.642.400/SP, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA. 7,028KG (SETE QUILOS E VINTE E OITO GRAMAS) DE COCAÍNA. 'MULA' DO TRÁFICO. PATAMAR DA REDUÇÃO. FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Corte regional reconheceu que a Agravante se enquadra na situação fática vulgarmente denominada de 'mulas do tráfico', ou seja, pessoas recrutadas por organizações criminosas para o transporte pontual de drogas. Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte Superior entende que é adequada a aplicação da minorante do tráfico privilegiado em fração inferior a 2/3 (dois terços). Portanto, a fração de 1/6 (um sexto) está justificada.

2. Agravo regimental desprovido" (pág. 431 do doc. eletrônico 2).

Neste *habeas corpus*, a impetrante sustenta que "a dosimetria da pena realizada no acórdão proferido pelo TRF3 [Tribunal Regional Federal da 3ª Região] revela um rigor excessivo na fixação da pena-base da paciente, […] 1 (um) ano e 3 (três) meses acima do mínimo legal, em razão da natureza, da quantidade da droga apreendida, bem como em razão do fato da paciente se enquadrar como 'mula'" (pág. 2 da petição inicial).

Defende, ainda, que, "se a paciente preenche todos os requisitos exigidos para a concessão do benefício previsto no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, evidenciando serem favoráveis às circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, induvidosamente a redução da pena prevista no § 4° do art. 33 deve ser fixada em seu máximo, ou seja, 2/3" (pág. 5 da petição inicial).

Requer, ao final, "a concessão da presente ordem, para diminuição da pena-base em seu mínimo legal, bem como a aplicação da causa de diminuição – art. 33, par. 4° da Lei n° 11.343/06, em seu patamar máximo de dois terços" (pág. 6 da petição inicial).

É o relatório. Decido.

O *habeas corpus* merece parcial conhecimento.

Isso porque, no agravo regimental interposto para o órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria insurgiu-se somente quanto à fração de redução a incidir na última etapa da dosimetria, tanto que postulou o "[…] parcial provimento ao recurso especial, a fim de reduzir a pena da agravante, na terceira fase da dosimetria, na fração de 2/3 ou 1/2, nos termos do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343, de 2006 […]" (pág. 424 do doc. eletrônico 2).

Assim, o exame da fixação da pena-base acima do mínimo legal pelo Supremo Tribunal Federal implicaria supressão de instância, com evidente extravasamento dos limites de competência descritos no art. 102 da Constituição Federal (*vide* HC 135.001 AgR/MS, Rel. Min. Edson Fachin; HC 136.452 ED/DF, Rel. Min. Rosa Weber; RHC 131.539 AgR/SP, Rel. Min. Roberto Barroso; e RHC 136.311/RJ, de minha relatoria).

Quanto ao segundo ponto desta impetração, a jurisprudência desta Suprema Corte é firme no sentido de que "[o] magistrado não está obrigado a aplicar a causa de diminuição prevista no § 4° do art. 33 da Lei 11.343/06 em seu patamar máximo quando presentes os requisitos para a concessão de tal benefício, tendo plena autonomia para aplicar a redução no *quantum* reputado adequado de acordo com as peculiaridades do caso concreto" (HC 99.440/SP, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma).

Na mesma linha de orientação, menciono os seguintes julgados:

"*HABEAS CORPUS*. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006 EM SEU GRAU MÁXIMO (2/3). UTILIZAÇÃO DAS MESMAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM DUAS DAS TRÊS FASES DA DOSIMETRIA. INOCORRÊNCIA. REPRIMENDA ADEQUADA PARA REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE DE SE AVALIAR, NA VIA DO *HABEAS CORPUS*, QUAL SERIA A PENA ADEQUADA AO FATO PELO QUAL FORAM CONDENADOS OS PACIENTES. ORDEM DENEGADA. I - Tenho que o magistrado não se utilizou das mesmas circunstâncias judiciais (quantidade e qualidade da droga) para fixar as penas-bases dos pacientes e, em ato posterior, diminuí-las no patamar mínimo (1/6), decorrente da aplicação do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006. II - O juiz não está obrigado a aplicar o máximo da redução prevista, quando presentes os requisitos para a concessão desse benefício, tendo plena liberdade de aplicar a redução no patamar conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, segundo as peculiaridades de cada caso concreto. Do contrário, seria inócua a previsão legal de um patamar mínimo e um máximo. III - O *habeas corpus* não pode ser utilizado como forma de se verificar qual a pena adequada para os delitos pelos quais o paciente foi condenado, uma vez que representaria um novo juízo de reprovabilidade. IV - Ordem denegada" (HC 102.487/MS, de minha relatoria, Primeira Turma).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/2006. APLICAÇÃO EM SEU PATAMAR MÁXIMO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. A questão de direito versada nestes autos diz respeito à não-aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06 em seu patamar máximo. 2. O fato de o paciente possuir bons antecedentes e boa conduta social, apesar de permitir a incidência da causa especial de diminuição de pena, não obriga sua aplicação em seu grau máximo, mormente quando, na espécie, o réu possui personalidade voltada ao mundo do crime. 3. Foi grande a quantidade de droga apreendida, o que reforça a impossibilidade de se reduzir a pena em 2/3 (dois terços). 4. *Habeas corpus* denegado" (HC 100.755/AC, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma).

No caso, o Ministro Relator do STJ destacou os seguintes aspectos para manter a fração de 1/6 de redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343.2006 estabelecida em primeiro grau de jurisdição:

"Nessa ocasião, a Corte federal de origem manteve a modulação do redutor da pena em 1/6 (um sexto) com amparo no seguinte fundamento (fls. 268-269, sem grifos no original):

'Da causa de diminuição de pena prevista no § 4° do art. 33 da Lei 11.343/06.

A causa de diminuição de pena prevista no § 4° do art. 33 da Lei 11.343/06 prevê redução de 1/6 a 2/3 para o agente que seja primário, possua bons antecedentes e não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa.

O dispositivo foi criado a fim de facultar ao julgador ajustar a aplicação e a individualização da pena às múltiplas condutas envolvidas no tráfico de drogas, notadamente o internacional, porquanto não seria razoável tratar o traficante primário, ou mesmo as 'mulas', com a mesma carga punitiva a ser aplicada aos principais responsáveis pela organização criminosa que atuam na prática deste ilícito penal.

Dos elementos coligidos nos autos, constata-se que a conduta da apelante se enquadra no que se convencionou denominar no jargão do tráfico internacional de droga de 'mula', isto é, pessoa que funciona como agente ocasional no transporte de drogas, pois não se subordina de modo permanente às organizações criminosas nem integra seus quadros. Trata-se, em regra, de mão-de-obra avulsa, esporádica, de pessoas que são cooptadas para empreitada criminosa sem ter qualquer poder decisório sobre o modo e o próprio roteiro do transporte, cabendo apenas obediência às ordens recebidas. Pouco ou nada sabem a respeito da organização criminosa.

Em suma, do fato puro e simples de determinada pessoa servir como 'mula' para o transporte de droga não é possível, por si só, inferir a inaplicabilidade da causa de diminuição de pena prevista no § 4° do artigo 33 da Lei 11.342/2006, por supostamente integrar organização criminosa.

Trata-se de apelante primária, que não ostenta maus antecedentes, conforme comprovam os documentos acostados aos autos, bem como considerando que não há prova nos autos de que se dedique a atividades criminosas, nem elementos para concluir que integra organização criminosa, apesar de encarregado do transporte da droga. Caberia à acusação fazer tal comprovação, o que não ocorreu no caso dos autos. Certamente, estava a serviço de bando criminoso internacional, o que não significa, porém, que fosse integrante dele.

[…]

A ré registra duas viagens anteriores ao Brasil (fl. 41 fls. 137/138), o que seria um indicativo de que ela faz do tráfico internacional de entorpecentes o seu meio de vida. Contudo, a magistrada prolatora da sentença apelada registrou na sentença que não há provas de que ela tenha praticado o tráfico nessas oportunidades e não há apelação da acusação.

Portanto, a ré faz jus à aplicação causa de diminuição de pena prevista no § 4° do artigo 33 da Lei 11.342/2006, entretanto, na fração mínima de 1/6 (um sexto), pois se associou, de maneira eventual e esporádica, a uma organização criminosa de tráfico internacional de drogas, cumprindo papel de importância para o êxito da citada organização.'

Nas razões do recurso especial, a Defesa apontou violação ao art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, ao argumento de que a fixação do redutor no mínimo de 1/6 (um sexto) lastreou-se em suposições e em fundamentos estranhos à letra da lei.

Requereu, assim, a fixação do redutor da pena no máximo legal.

Contudo, como já asseverado, a Corte regional reconheceu que a Agravante se enquadra na situação fática vulgarmente denominada de 'mulas do tráfico', ou seja, pessoas recrutadas por organizações criminosas para o

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

transporte pontual de drogas. Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte Superior entende que é adequada a aplicação da minorante do tráfico privilegiado em fração inferior a 2/3 (dois terços)" (págs. 434-436 do doc. eletrônico 2).

Com efeito, tendo sido apontada a condição de mula da paciente, circunstância que, somada a outros elementos, poderia até mesmo impedir a incidência da referida redutora, não há falar em desproporcionalidade, cabendo reiterar que o magistrado não está obrigado a aplicar o máximo da redução prevista, quando presentes os requisitos para a concessão do benefício previsto no § 4° do art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo plena liberdade de aplicar a redução no patamar conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, segundo as peculiaridades de cada caso concreto.

No mesmo sentido, destaco os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. CAUSA DE DIMINUIÇÃO. 'MULA'. INCIDÊNCIA DA MINORANTE. CONDIÇÕES DA PRÁTICA DO DELITO. INFLUÊNCIA SOBRE O PERCENTUAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA. 1. A condição de 'mula' do tráfico não autoriza o afastamento da causa de diminuição do § 4º do art. 33 da Lei de Tóxicos, sob o fundamento de dedicação do agente a atividades criminosas ou de sua integração a organização criminosa. Precedentes. 2. Não obstante, o fato de as instâncias ordinárias terem concluído que a Paciente contribuiu com rede de atuação articulada para o tráfico internacional de drogas constitui fator de influência na fixação da fração de diminuição de sua pena. 3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC 133.480 AgR/SP, Rel. Min. Rosa Weber).

"*HABEAS CORPUS*. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PENA-BASE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006. APLICAÇÃO EM SEU GRAU MÍNIMO (1/6). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBLIDADE. PENA SUPERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. OBRIGATORIEDADE DO REGIME INICIAL FECHADO. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI 8.072/1990 (REDAÇÃO CONFERIDA DA PELA LEI 11.464/2007). ORDEM CONCEDIDA EM PARTE. […] II – O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao dar parcial provimento à apelação da defesa, fez incidir a causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 e estabeleceu a redução na fração 1/6, porque 'as assim denominadas 'mulas', conquanto não integrem, em caráter estável e permanente, a organização criminosa, têm plena e perfeita consciência de que estão a serviço de grupo dessa natureza', não merecendo, assim, uma redução maior. III – O juiz não está obrigado a aplicar o máximo da redução prevista quando presentes os requisitos para a concessão desse benefício, possuindo plena discricionariedade para aplicar, de forma fundamentada, a redução no patamar que entenda necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, como ocorreu no caso concreto. IV – A reprimenda fixada, definitivamente, em 5 anos, 4 meses e 5 dias de reclusão, num intervalo que varia de 5 a 15 anos, não desbordou os lindes da proporcionalidade e da razoabilidade, não havendo, a meu ver, flagrante ilegalidade ou teratologia que justifiquem a concessão da ordem, sendo certo que não se pode utilizar 'o *habeas corpus* para realizar novo juízo de reprovabilidade, ponderando, em concreto, qual seria a pena adequada ao fato pelo qual condenado o Paciente' (HC 94.655/MT, Rel. Min. Cármen Lúcia). […] VII – Ordem concedida em parte, para determinar ao magistrado da execução que fixe, motivadamente, o regime inicial de cumprimento da pena afastando a regra do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/1990, declarado inconstitucional pelo Plenário desta Corte" (HC 115.149/SP, de minha relatoria).

Ressalto, ainda, que "[não] se presta o *habeas corpus* para realizar novo juízo de reprovabilidade, ponderando, em concreto, qual seria a pena adequada ao fato pelo qual condenado o Paciente" (HC 94.645/MT, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma).

Isso posto, conheço parcialmente deste *habeas corpus* e, na parte conhecida, denego a ordem (art. 192 do Regimento Interno do STF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 187.008 **(832)**

ORIGEM : 187008 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : GABRIEL GOIS OLIVEIRA SILVA
IMPTE.(S) : NATHALIA POETA (40441/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.808 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 583.808, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado pelo crime previsto no art. 33, *caput,* da Lei 11.343/06 (500 g de maconha, uma balança de precisão e R$ 47.880,00).

3.A defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Denegada a ordem, sobreveio impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça (HC 583.808). O Relator, Min. Reynaldo Soares da Fonseca, não conheceu do *habeas corpus*. Contudo, recomendou "*ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o disposto na Lei n. 13.964/2019, e a situação de pandemia pelo coronavírus (Recomendação n. 62 do CNJ)*".

4.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta, em síntese, a "*ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva*". Alega que, "*com base na quantidade ínfima apreendida com Gabriel, a conduta praticada se encaixa naquela descrita no art. 28 da Lei de Drogas, já que apreendida na sua posse apenas 15 (quinze) gramas de maconha para consumo pessoal, bem como não há qualquer prova que a mesma se destinava ao comércio*".

5.Prossegue a impetração para ressaltar a situação de risco decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid-19), fazendo referência à Recomendação n. 62 do CNJ.

6.A defesa requer a concessão da ordem a fim de que "*seja revogada a prisão preventiva decretada em face do ora paciente*".

7.**Decido.**

8.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10.As peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Tal como assentou a autoridade impetrada, "*as instâncias ordinárias destacaram a necessidade da medida extrema, para fins de garantia da ordem pública, tendo em vista a quantidade de substância entorpecente apreendida, mais de 500g de maconha, uma balança de precisão e R$ 47.880,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais) em espécie, além dos dados da sua vida pregressa (responde a outra ação penal por tráfico e associação), que indicam reiteração na prática delitiva, com adequação aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal*".

11.Nessas condições, o caso atrai o entendimento do STF no sentido de que a natureza e a quantidade da droga apreendida evidenciam a gravidade concreta da conduta capaz de justificar a ordem prisional (HC 115.125, Rel. Min. Gilmar Mendes; HC 113.793, Relª. Minª. Cármen Lúcia; HC 110.900, Rel. Min. Luiz Fux); e de que a fundada probabilidade de reiteração criminosa constitui fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva (HC 137.234, Rel. Min. Teori Zavascki; HC 136.298, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; HC 136.935-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli).

12.Ademais, quanto à alegação de que "*não há qualquer prova que a [droga] se destinava ao comércio",* registro a orientação jurisprudencial do STF no sentido de que a alegação de ausência de autoria e materialidade é insuscetível de deslinde em sede de *habeas corpus*, que, como é cediço, não comporta reexame de fatos e provas (RHC 117.491, Rel. Min. Luiz Fux).

13.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 187.010 **(833)**

ORIGEM : 187010 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PACTE.(S) : EDMUNDO FONSECA DA CRUZ
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.189 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que indeferiu liminarmente o HC 584.189, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito em 24.05.2020, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 155, *caput*, do Código Penal e no art. 28 da Lei 11.343/06. O Juiz Plantonista da Comarca de Vilhena/RO manteve a fiança arbitrada pela autoridade policial (no valor de R$ 1.050,00), mediante o *"cumprimento das seguintes condições e medidas cautelares: a) fornecer endereço certo por ocasião do cumprimento do alvará de soltura; b) comparecimento em Juízo todas as vezes que isso for determinado; c) comunicação, pelo flagranteado, a este Juízo, de qualquer alteração de endereço"*.

3.Na sequência, os autos foram distribuídos ao Juízo da 1º Vara Criminal da Comarca de Vilhena, que revogou *"a decisão que concedeu a liberdade provisória mediante recolhimento de fiança"* e decretou a prisão preventiva do acusado.

4.Inconformada com a prisão, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Indeferida a liminar, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. A Presidência do STJ indeferiu liminarmente o *writ*.

5.Neste *habeas corpus*, a parte impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva. Afirma que *"a referida prisão, após a reforma do Código de Processo Penal por meio da lei denominada Pacote Anticrime, não pode ser decretada de ofício, bem como deve se pautar em fatos concretos, que apontem para o perigo real que a liberdade do agente representa à paz social, não bastado meras conjecturas ou suposições, dissociadas da situação em análise"*.

6.A defesa requer a concessão da ordem a fim de revogar a prisão processual do acionante. Subsidiariamente, pleiteia a substituição da custódia por outra medida cautelar.

7.**Decido.**

8.Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10. Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

11.As alegações da defesa não foram sequer apreciadas pelas instâncias de origem (TJ/RO e STJ). Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de dupla supressão de instâncias.

12.Ademais, as peças que instruem este processo não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva, notadamente se se considerar que, tal como assentou o Juízo de origem, *"o acusado já possui condenações criminais e estava em cumprimento de livramento condicional, o que demonstra que mesmo já condenado continua a praticar delitos"*.

13.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator

HABEAS CORPUS 187.012 **(834)**

ORIGEM : 187012 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : ALINE MARA LEANDRO ARAÚJO
IMPTE.(S) : JEAN HENRIQUE DA SILVA BENTO (420949/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 586.322 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Jean Henrique da Silva Bento e outro em favor de Aline Mara Leandro Araújo, contra decisão monocrática da lavra do Ministro Joel Ilan Paciornik, que indeferiu liminarmente o HC 586.322/SP *(evento 6)*.

A paciente foi presa em flagrante delito pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006. O magistrado de primeiro grau converteu o flagrante em prisão preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar *(evento 7)*.

A questão foi então submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, que, via decisão monocrática da lavra do Ministro Joel Ilan Paciornik, indeferiu liminarmente o HC 586.322/SP (*evento 6*).

No presente *writ,* os Impetrantes pugnam, preliminarmente, pelo afastamento da Súmula 691/STF. Alegam inidônea a manutenção da prisão preventiva e sustentam a possibilidade de prisão domiciliar em favor da paciente que possui filhos menores de 12 (doze) anos. Apontam a pandemia da Covid-19, a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça e que a paciente é portadora de comorbidade preexistente. Requerem, em medida liminar e no mérito, a concessão de prisão domiciliar e, sucessivamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

Extraio do ato dito coator:

"(...).

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de mandamus impetrado contra decisão que indefere liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido decisum.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

(…).

Na hipótese, ao menos em juízo perfunctório, não vislumbro a possibilidade de superação do mencionado enunciado sumular. Note-se que o indeferimento da tutela de urgência pautou-se em fundamentação idônea ao afirmar que o constrangimento ilegal aventado pelo impetrante não estava manifesto e detectável de plano, de modo que a análise das alegações foi reservada ao colegiado. Assim, de acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar indevida supressão de instância, deve-se aguardar o julgamento de mérito da impetração pela Corte de origem. Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente habeas corpus".

Como se observa, o Superior Tribunal de Justiça alicerçou-se no entendimento sumulado por esta Suprema Corte para indeferir liminarmente a impetração. Aduziu que o *writ* se voltava contra decisão monocrática proferida por Relator do Tribunal de Justiça, o qual indeferira liminar em *habeas corpus* impetrado na Corte Estadual.

Ao rejeitar o pedido liminar, o Tribunal de Justiça não reputou presentes requisitos autorizadores da imediata soltura da paciente, reservando a definição da matéria ao pronunciamento do colegiado.

Da decisão singular, a Defesa impetrou *habeas corpus* originário no Superior Tribunal de Justiça e, ante a negativa de seguimento, novo *writ*, desta feita neste Supremo Tribunal Federal. Constato, pois, não esgotada a jurisdição da Corte Superior, na medida em que o ato impugnado é decisão monocrática extintiva do *writ*, e não o resultado de julgamento colegiado.

Cumpriria à Defesa, pretendendo a reforma da decisão monocrática, ter aviado agravo regimental para que a questão fosse apreciada pelo órgão colegiado do STJ (HC 122.275-AgR/SP, Rel. Min. *Teori Zavascki*, 2ª Turma, DJe 01.7.2014).

Logo, dar trânsito ao *writ* significaria duplicar a tramitação da ação constitucional, *sub judice* no âmbito da Corte Estadual; apreciá-lo no mérito implicaria suprimir instâncias de julgamento, em inobservância às regras do devido processo legal e do juiz natural.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 187.014 **(835)**

ORIGEM : 187014 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : LUCAS DA SILVA MENDES
IMPTE.(S) : HELDER FERREIRA DA SILVA (424496/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 573.444 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* com pedido de medida liminar, impetrado pela Helder Ferreira da Silva, em favor de Lucas da Silva Mendes, contra decisão proferida pelo Ministro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não conheceu do HC 573.444/SP, mas concedeu a ordem de ofício a fim de abrandar o regime inicial de cumprimento de pena.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito descrito no art. 33 da Lei 11.343/2006, à pena de 5 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. (eDOC 12).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no STJ, que negou seguimento ao *writ,* mas concedeu a ordem, de ofício, a fim de fixar o regime semiaberto. (eDOC 12)

Nesta Corte o impetrante reitera os pedidos pretéritos e enfatiza o reconhecimento do tráfico privilegiado, haja vista o paciente ser primário e possuidor de bons antecedentes.

É o relatório.

Passo a decidir.

No caso, destaco que a decisão impugnada do STJ é monocrática e não houve a interposição de agravo regimental. No ponto, registro que, na Turma, tenho-me posicionado, juntamente com Sua Excelência o Ministro Celso de Mello, no sentido da possibilidade de conhecimento do habeas corpus em casos idênticos.

Ocorre que a Segunda Turma já se posicionou no sentido de não conhecer dos writs (HC 119.115/MG, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, sessão de 6.11.2013), com fundamento na carência de exaurimento da jurisdição e por inobservância ao princípio da colegialidade, insculpido no art. 102, inciso II, a , da Constituição Federal.

No mesmo sentido, já havia se firmado o entendimento da Primeira Turma desta Corte. A esse propósito, cito: RHC 111.935/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 30.9.2013; RHC 111.639/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 30.3.2012; e RHC 108.877/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 19.10.2011.

Contudo, ressalte-se que, em obediência ao princípio da proteção judicial efetiva (CF, art. 5º, XXXV), a aplicação desse entendimento jurisprudencial pode ser afastada no caso de configuração de patente constrangimento ilegal ou abuso de poder.

Na hipótese dos autos, verifico situação de ilegalidade apta a afastar a incidência do aludido entendimento.

A defesa busca o reconhecimento do tráfico privilegiado em seu patamar máximo.

De início, ressalto que são requisitos para concessão da causa de diminuição de pena, segundo os termos do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006: (i) ser o agente primário; (ii) possuir bons antecedentes; (iii) não se dedicar a atividades criminosas e (iv) não integrar organização criminosa.

Tudo indica que a intenção do legislador, ao inserir a redação contida no § 4º do artigo 33, foi distinguir o traficante contumaz e profissional daquele iniciante na vida criminosa, bem como do que se aventura na vida da traficância por motivos que, por vezes, confundem-se com a sua própria sobrevivência e/ou de sua família. Daí, acredito essencial, para legitimar o afastamento do redutor, fundamentação corroborada em elementos capazes de afastar um dos requisitos legais, sob pena de desrespeito ao princípio da individualização da pena e de fundamentação das decisões judiciais.

Nesse aspecto, da leitura da sentença condenatória, o qual afastou a aplicação, ao paciente, do redutor a que se refere a Lei de Entorpecentes, percebe-se ter-se fundamentado apenas na quantidade da droga apreendida.

Da sentença transcrevo os seguintes trechos:

"Na primeira fase da dosimetria da pena, observando as circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal, observo que o **réu é primário e não registra maus antecedentes,** motivo pelo qual fixo a pena-base no mínimo legal, ou seja, 05 anos de reclusão e 500 dias-multa.

Na segunda fase da dosimetria da pena, **não existem circunstâncias agravantes ou atenuantes a serem consideradas.**

Na terceira fase do calculo da pena, ausentes causas de aumento ou diminuição de pena, mantenho a reprimenda no mesmo patamar. Vale ressaltar que, em que pese a primariedade do réu, o presente caso não se subsume às hipóteses de aplicação do privilégio previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. Isso porque tal privilégio foi previsto aos agentes primários que possuem bons antecedentes e não se dediquem às atividades criminosas nem integrem organização criminosa, o que não é o caso, **já que o réu negociava de forma tranquila a venda de drogas em aplicativos de internet "Whatsapp" e na rede social "Facebook Messenger"**, conforme laudo pericial de degravação de celular (fls. 316/350) e relatório de dados (fls. 74/85), tudo a indicar que faz do tráfico de drogas o seu meio de vida. Nesse contexto, vale ressaltar ainda que a quantidade e a natureza da droga apreendida em poder do réu também devem ser consideradas, a saber, **5,69g de "cocaína",** sendo que tal substancia traz maior grau de censurabilidade à conduta do réu, bem como o fato de o réu guardar substância entorpecente com alto valor no mercado ilícito, pois se toda a quantidade de "cocaína" encontrada com o réu entrasse em circulação, certamente destruiria a vida de muitos jovens e suas respectivas famílias.

A propósito, é pacífico o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça que a quantidade, a diversidade e a natureza da droga justificam a não aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

(…)

Fixo o regime fechado para início do cumprimento de pena, nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 e do art. 33, § 2º, alínea "a", c.c. art. 59 do Código Penal, tendo em vista que o tráfico ilícito de substância entorpecente é conduta das mais deletérias, que atenta contra a saúde e até mesmo a vida de considerável parcela da população, composta basicamente por jovens adolescentes, os quais, uma vez iniciados no vício, raramente dele conseguem se livrar. Além disso, se constitui em porta aberta para o cometimento de outros crimes, notadamente voltados contra o patrimônio, sabido que não raro usuário destituído de capacidade econômica subtrai bens alheios para conseguir dinheiro para sustentar o vício. Cuida-se, ademais, de conduta equiparada a crime hediondo. Mesmo que, em alguns casos, possa não ser mais considerado hediondo, ainda assim o crime de tráfico é sempre muito grave, comportando, dessarte, o regime inicial fechado. Tudo, enfim, a justificar maior rigor na retribuição". (eDOC 12, p. 17-20)

Da leitura das decisões transcritas não vislumbro fundamentação apta a justificar a não aplicação da causa de diminuição.

Conforme assentado na doutrina: "A habitualidade e o pertencimento a organizações criminosas deverão ser comprovados, não valendo a simples presunção. Não havendo prova nesse sentido, o condenado fará jus à redução de pena" (QUEIROZ, Paulo; LOPES, Marcus. Comentários à Lei de Drogas . 2016. p. 50).

Assim, a quantidade e natureza da droga são circunstâncias que, apesar de configurarem elementos determinantes na modulação da causa de diminuição de pena, por si sós, não são aptas a comprovar o envolvimento com o crime organizado ou a dedicação à atividade criminosa, devendo o juízo condenatório obter outros elementos hábeis a embasar tal afirmativa. Nesse sentido, assentou a Segunda Turma deste Supremo Tribunal:

"*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. LEI 11.343/2006. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4°, DA LEI 11.343/2006. GRANDE QUANTIDADE DE MACONHA APREENDIDA (132,85 KG). DEDICAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PACIENTE ABSOLVIDA PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONTRADIÇÃO ENTRE OS FUNDAMENTOS. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO ORDINÁRIO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO EM PARTE. I A grande quantidade de entorpecente, apesar de não ter sido o único fundamento utilizado para afastar a aplicação do redutor do art. 33, § 4°, da Lei 11.343/2006, foi, isoladamente, utilizado como elemento para presumir-se a participação da paciente em uma organização criminosa e, assim, negar-lhe o direito à minorante. II A quantidade de drogas não poderia, automaticamente, proporcionar o entendimento de que a paciente faria do tráfico seu meio de vida ou integraria uma organização criminosa. Ausência de fundamentação idônea, apta a justificar o afastamento da aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4°, da Lei 11.343/2006. Precedentes. III - É patente a contradição entre os fundamentos expendidos para absolver a paciente da acusação da prática do delito tipificado pelo art. 35 da Lei 11.343/2006 e aqueles utilizados para negar-lhe o direito à minorante constante do art. 33, § 4°, do mesmo diploma legal. Precedentes. IV - Recurso ordinário ao qual se dá provimento, em parte, para reconhecer a incidência da causa de diminuição da pena prevista no art. 33, § 4°, da Lei 11.343/2006, e determinar que o juízo a quo, após definir o patamar de redução, recalcule a pena e proceda ao reexame do regime inicial do cumprimento da sanção e da substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos, se preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal". (RHC 138.715, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe 09.06.2017)

Nos termos assentados na doutrina: "(...) militará em favor do réu a presunção de que é primário e de bons antecedentes e de que não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa. O ônus da prova, nesse caso, é do Ministério Público (...)" (GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. Lei de Drogas anotada . 2009. p. 109).

Ademais, o argumento de que "o réu negociava de forma tranquila a venda de drogas em aplicativos de internet 'Whatsapp' e na rede social 'Facebook Messenger'" não é apto a demonstrar envolvimento com organização criminosa ou afastar a aplicação do redutor por outro motivo. Trata-se de paciente primário, sem maus antecedentes, preso com pouca quantidade de entorpecentes.

Tecidas as considerações pertinentes, verifico que o paciente preenche os requisitos legais previstos no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, de forma que faz jus ao redutor.

Ante o exposto, **concedo parcialmente a ordem de habeas corpus** para determinar que o **juízo de origem refaça a dosimetria com a aplicação do redutor** previsto no art. 33, § 4°, da Lei 11.343/2006, em fração a ser motivadamente determinada.

Em seguida, determino que o juízo de origem analise, com a devida motivação e em conformidade com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de conversão da pena em restritiva de direitos e o regime inicial adequado à nova pena fixada.

Comunique-se com urgência.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.019 **(836)**

ORIGEM : 187019 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : FERNANDO DA FONSECA E CASTRO
IMPTE.(S) : DAVID DE CASTRO (360170/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se *habeas corpus* com pedido de medida liminar, impetrado por David de Castro, em favor de Fernando da Fonseca e Castro, contra decisão monocrática proferida por Ministra Relatora do STJ, nos autos do ARE no RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL N. 1.498.085/SP.

O impetrante reitera questão contida no HC 185.154, de minha relatoria.

Esta Corte é pacífica no sentido de não se admitir reiteração de *habeas corpus*, *verbis*:

"Agravo regimental no *habeas corpus*. 2. Reiteração. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não se admitir reiteração de habeas corpus. 4. Agravo improvido". (AgR no HC 163.428, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 23.8.2019)

Ante o exposto, **nego seguimento** ao *habeas corpus*. (art. 21, § 1º, RISTF)

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.021 **(837)**

ORIGEM : 187021 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : GUILHERME DOS SANTOS DO COUTO
IMPTE.(S) : JAIR RODRIGUES MENDES (70738/RS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 519.654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Jair Rodrigues Mendes, em favor de Guilherme dos Santos do Couto, contra decisão monocrática proferida por Ministro do STJ, nos autos do HC 519.654/RS.

Colho da decisão impugnada:

"Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de Guilherme dos Santos do Couto, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao Recurso em Sentido Estrito n. 0353684-24.2018.8.21.7000.

Colhe-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do paciente, em 9/9/2016, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado e corrupção de menores (fls. 14/16).

Em 6/12/2016, o Magistrado primevo substituiu a custódia cautelar por prisão domiciliar (fls. 35/38).

Foi requerida a revogação da custódia cautelar do paciente, a qual foi deferida pelo Juízo singular, na data de 29/11/2017, em razão do excesso de prazo na instrução processual (fls. 45/46).

Irresignado, o órgão ministerial interpôs recurso em sentido estrito, o qual foi provido, por unanimidade, pelo Colegiado estadual em 18/6/2019, em aresto assim ementado (fl. 47):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA. Mostra-se inaceitável a extrapolação dos prazos processuais, se decorrente de inércia ou negligência do juízo, devidamente demonstradas, o que não ocorre no caso vertente. A gravidade dos fatos cuja prática é imputada aos recorridos (teriam, em virtude da suposta subtração por parte da vítima da quantia de quarenta reais, pertencente a um adolescente que também concorreu para a prática do delito, juntamente com outros três adolescentes, desferido golpes de faca contra o ofendido, levando-o à morte), revela a índole violenta dos agentes e a presença de concreto risco à ordem pública, a ensejarem a segregação cautelar. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, afastarem a prisão cautelar, com o que o fato de serem os recorridos primários em nada obsta sua segregação cautelar. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA.

Daí o presente mandamus, no qual se alega, em suma, que não se encontram presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão preventiva.

Ressalta-se que o Magistrado a quo, após decretar a prisão preventiva do impetrante, inicialmente converteu a prisão preventiva em prisão domiciliar em 6/12/2016 e, após, concedeu-lhe a liberdade provisória, isto em 29/11/2017, ou seja, já se passou mais de 1 ano e 8 meses em liberdade provisória, sem que fosse registrada nenhuma outra ocorrência policial em seu desfavor (fl. 5).

Destacam-se as condições pessoais favoráveis do paciente, como primariedade e residência fixa.

Requer-se, assim, a concessão da ordem para que o paciente possa responder ao processo em liberdade. (eDOC 7)

No STJ, a ordem foi denegada.

Nesta Corte, a defesa reitera o pedido formulado naquele Tribunal.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, registro que o mérito da controvérsia aqui posta não foi apreciado pelo **colegiado** do Superior Tribunal de Justiça, de modo que a apreciação por esta Corte resultaria em **supressão de instância**.

Segundo jurisprudência consolidada deste Tribunal, não tendo sido a questão objeto de exame definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça ou ausente prévia manifestação colegiada das demais instâncias inferiores, a apreciação do pedido da defesa implica supressão de instância, o que não é admitido. Nesse sentido: HC-AgR 131.320/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 10.2.2016; HC 140.825/PR, Rel. Min. Luiz Fux, decisão monocrática, DJe 3.3.2017; e HC 139.829/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, decisão monocrática, DJe 8.3.2017.

É bem verdade que, em casos de manifesta e grave ilegalidade, tais entendimentos podem ser flexibilizados, inclusive por meio da concessão da ordem de ofício, o que **não é o caso dos autos**.

O impetrante afirma que a prisão temporária foi decretada de ofício, pois não havia representação do Ministério Público nem da autoridade policial.

Observe-se o teor do ato impugnado:

Quanto aos fundamentos da prisão, de acordo com as reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade da restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

O Tribunal estadual, ao prover o recurso em sentido estrito para restabelecer a prisão preventiva, assim fundamentou sua decisão no que interessa (fls. 47/55 - grifo nosso):

[...] A prisão preventiva dos recorridos, fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, foi decretada no dia 9 de setembro de 2016, tendo sido os mandados efetivamente cumpridos em 12 de setembro de 2016 (Alisson) e 13 de setembro de 2016 (Guilherme).

Com o recebimento da denúncia, seguiu-se a instrução do processo até que, no dia 29 de novembro de 2017, o magistrado revogou a segregação ao argumento do excesso de prazo na formação da culpa, nos termos seguintes (fl. 456):

[...] Assim posta a questão, revela-se presente o fumus comissi delicti, não subsistindo o argumento ventilado pelo magistrado para concessão da liberdade aos recorridos, consistente, em síntese, na primariedade destes.

Isso porque, na esteira do recente posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, "condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da constrição", com o que o fato de serem os recorridos primários em nada obsta sua segregação cautelar, sobretudo se o acusado ALISSON registra uma condenação irrecorrível pela prática anterior de receptação e porte de arma de fogo de uso permitido (n. 012/2.18.0000718-3), bem como está a responder a processo outro, pelo cometimento de tráfico de drogas e associação para o tráfico (n. 012/2.19.0000459-3).

Ademais, a gravidade do fato cuja prática é imputada aos recorridos (teriam, em virtude da suposta subtração por parte da vítima da quantia de quarenta reais, pertencente a um adolescente que também concorreu para a prática do delito, juntamente com outros três adolescentes, desferido golpes de faca contra o ofendido, levando-o à morte), revela a índole violenta dos agentes e a presença de concreto risco à ordem pública, a ensejarem a segregação cautelar. [...]

Ademais, merece destaque a afirmação feita pelo magistrado ao acolher a representação policial e decretar a prisão preventiva dos acusados, no sentido de que a testemunha ocular do fato (Bruna dos Santos Rocha) afirmou, em sede policial, que "foi ameaçada pelos investigados caso lhes entregasse para a Polícia" e que "continua sendo ameaçada, tanto que registrou ocorrência sob n. 3257/2016, buscando amparo do Poder Judiciário", o que, à evidência, também põe à mostra a necessidade da prisão cautelar por conveniência da instrução criminal. [...]

Não foi outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Durval Tadeu Guimarães em seu parecer, ressaltando que (fl. 105 - grifo nosso):

[...] 4. Conforme bem entendeu o Tribunal de origem, a prisão preventiva do paciente é medida necessária para a garantia da ordem pública, notadamente diante da extrema gravidade dos fatos delituosos que lhe são imputados na denúncia (fls. 8/11), a saber, a) homicídio triplamente qualificado (consta que o paciente e demais acusados perseguiram a vítima devido ao suposto furto da quantia de RS 40.00 e, ao alcançá-la, passaram a lhe atacar com golpes de faca, facão e pedra, vindo-lhe a causar a morte, b) corrupção de menores e c) coação no curso do processo. [...]

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

6. Não merece prosperar o argumento de que o paciente permaneceu mais de 01 ano e 08 meses, desde que lhe foi concedida a liberdade provisória pelo juiz de primeiro grau, sem praticar nenhum ato ilícito, o que demonstraria a desnecessidade do restabelecimento de sua prisão preventiva. Mais relevante do que isso c o lato de o paciente ter ameaçado de morte a testemunha Bruna caso ela procurasse a polícia para noticiar o homicídio, o que, relevante observar, foi considerado como coação no curso do processo, conforme o delito imputado ao paciente na denúncia (3º fato delituoso).

7. Nesse contexto, a prisão preventiva é medida que se impõe para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, sendo irrelevante invocarem-se condições pessoais favoráveis. [...]

Da leitura das peças que compõem estes autos, verifica-se que a prisão cautelar está devidamente amparada em elementos concretos para garantia da ordem pública, considerando-se as circunstâncias concretas do fato delituoso em análise, reveladoras, pelo modus operandi empregado, da real gravidade do crime (corrupção de menores e homicídio qualificado, em concurso de agentes, cometido com emprego de armas brancas e pedradas, por suposta vingança de um furto de R$ 40,00 - quarenta reais). Aliado a tal fundamento, destacou-se, ainda, a imprescindibilidade da custódia para a conveniência da instrução criminal, em razão da notícia de que o paciente teria ameaçado a testemunha presencial do delito. Isso confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

Com efeito, temos entendido que a periculosidade do agente, revelada pelo modo de agir, justifica a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (RHC n. 81.343/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 6/4/2017).

[…]

Assim, destacou-se, ainda, a imprescindibilidade da custódia para a conveniência da instrução criminal, em razão das notícias de que o réu intimidou testemunha.

Como se vê, a prisão preventiva foi decretada, em razão da elevada periculosidade do paciente e da violência concreta aplicada na execução do crime.

Por oportuno, destaco precedentes desta Corte, no sentido de ser idônea a prisão decretada para resguardo da ordem pública considerada a gravidade concreta do crime (HC 122.894/PR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 1º.9.2014; HC-AgR 125.290/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 19.12.2014; HC 119.715/TO, rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 29.5.2014; HC 127.488/SP, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 1º.7.2015; e HC 127.043/MG, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 7.5.2015).

Ademais, há registro de ameaça à testemunha, motivo suficiente para a prisão cautelar, *verbis*:

Agravo regimental no habeas corpus. 2. Penal e Processo Penal. 3. Prisão preventiva. Tribunal do Júri. Ameaça às testemunhas. 4. Sentença de pronúncia prolatada. Encerramento da instrução na primeira fase. 5. Risco de comprometimento da instrução persistente. Oitiva de testemunhas em Plenário. 6. Agravo a que se nega provimento. (AgR no HC 152.600, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 14.6.2019)

Ante o exposto, **nego seguimento** ao *habeas corpus* (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.034 **(838)**

ORIGEM : 187034 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : MURILO DETOGNE SANTOS
IMPTE.(S) : RENATA ROJAS (218011/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisão:

1. Trata-se de *Habeas Corpus* em que se requer salvo-conduto em razão do receio de, no exercício da liberdade de expressão, sofrer constrangimento decorrente de alguma decisão no trâmite do inquérito n.º 4.781.

2. Cabe, no entanto, salientar a inadequação do *habeas corpus* para fins de debate da questão subjacente.

Com efeito, a Constituição da República (art. 5°, LXVIII) assenta o cabimento de "*habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*".

Porém, nem todo ato jurisdicional proferido na esfera criminal legitima o manejo do *habeas corpus*, relevantíssima garantia com assento constitucional que conta com diversas particularidades processuais direcionadas a fazer frente, a tempo e modo, à tutela do estado de liberdade do cidadão.

A jurisprudência desta Suprema Corte sedimentou-se no sentido de que, para fins de adequação do *habeas corpus*, o direito de locomoção deve ser objeto ou de coação efetiva ou de ameaça concreta, em ambas as hipóteses fruto do ato apontado como coator que alegadamente configuraria ilegalidade ou abuso de poder.

Em outras palavras, o cabimento da impetração passa, de modo indispensável, pela afirmação de que o direito de locomoção do paciente encontra-se lesado ou concretamente ameaçado por decorrência do pronunciamento impugnado.

Esse quadro, contudo, não se verifica nesta impetração.

Em sentido semelhante, cito elucidativo precedente de relatoria do ilustre decano desta Suprema Corte:

"Com a cessação, em 1926, da doutrina brasileira do 'habeas corpus', a destinação constitucional do remédio heróico restringiu-se, no campo de sua específica projeção, ao plano da estreita tutela da imediata liberdade física de ir, vir e permanecer dos indivíduos, pertencendo, residualmente, ao âmbito do mandado de segurança, a tutela jurisdicional contra ofensas que desrespeitem os demais direitos líquidos e certos, mesmo quando tais situações de ilicitude ou de abuso de poder venham a afetar, ainda que obliquamente, a liberdade de locomoção física das pessoas. (…) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem salientado que, não havendo risco efetivo de constrição à liberdade de locomoção física, não se revela pertinente o remédio do '*habeas corpus'*, cuja utilização supõe, necessariamente, a concreta configuração de ofensa, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas." (HC 83966 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2004, grifei)

Ainda nessa linha:

"A liberdade de locomoção, bem jurídico tutelado pelo *Habeas Corpus*, tem como pressupostos constitucionais a efetiva vulneração ou ameaça, em razão de ilegalidade ou abuso de poder desse direito, restando inviável sua utilização nas hipóteses de ausência demonstração objetiva e concreta da ameaça ou constrição ilegítima ao direito de liberdade de locomoção do paciente." (HC 123784 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/08/2018)

"...Ora, o Habeas Corpus exige a demonstração de constrangimento ilegal que implique coação ou iminência direta de coação à liberdade de ir e vir. Com efeito, não cabe vulgarizar e banalizar a garantia fundamental do *writ*, 'empregando-a se não há prisão ou constrangimento atual, iminente ou pelo menos próximo à liberdade de locomoção' (HC 103.779, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 1º/8/2012). Nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, 'conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção'. À míngua de risco ao direito de liberdade do paciente, é incabível o presente writ. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE HABEAS CORPUS." (HC 166210, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, julgado em 13/12/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-271 DIVULG 17/12/2018 PUBLIC 18/12/2018)

Nessa mesma direção, observo que já decidi em idêntico sentido, conforme se infere de acórdão de minha lavra em julgamento implementado na seara do Plenário desta Corte:

"O habeas corpus destina-se, por expressa injunção constitucional (art. 5°, LXVIII), à tutela da liberdade de locomoção, desde que objeto de ameaça concreta, ou efetiva coação, fruto de ilegalidade ou abuso de poder." (HC 152752, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 04/04/2018, grifei)

Por tais razões, ao não depreender aptidão do ato questionado pela defesa para o fim de acarretar ameaça concreta ao direito de locomoção do paciente, concluo pela inadequação do *habeas corpus*.

Efetivamente, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF, ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem.

Ademais, caso houvesse algum ato, este Supremo Tribunal tem jurisprudência consolidada no sentido de não caber *habeas corpus* contra ato de Ministro no exercício da atividade judicante, incidindo, por analogia, a Súmula 606 deste STF (HC 118.459 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 24.10.2013; HC 97.009, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 25.04.2013)

Assim, em razão da intransponibilidade de tais obstáculos, a impetração não merece conhecimento, sendo manifestamente incabível.

3. Diante do exposto, nos termos do art. 21, §1°, RISTF, nego seguimento ao *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.036 **(839)**

ORIGEM : 187036 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ROBINSON MANFRIN

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

IMPTE.(S) : LUCAS TREVISAN FONSECA (407728/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 515.392 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* – PEÇAS ESSENCIAIS.**

1. Com a inicial não veio cópia da decisão formalizada, em 6 de maio de 2020, no processo incidental nº 0016152-83.2020.8.06.0001, alusivo à pedido de liberdade provisória. À míngua de elementos, não se pode apreciar o pleito de liminar.

2. Aos impetrantes, para providenciarem a juntada da mencionada peça.

3. Publiquem.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 187.046 **(840)**

ORIGEM : 187046 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : FABIANO DE HOLANDA HADDAD
PACTE.(S) : JOSE ROBERTO DE SOUZA
IMPTE.(S) : MARCELO MARUN DE HOLANDA HADDAD (141567/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.**

- Seguimento negado, com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça no *habeas corpus* 571.290.

Colhe-se dos autos que os pacientes foram presos preventivamente em razão da suposta prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei 11.343/06. De acordo com a denúncia, foram apreendidos *"16 (dezesseis) fardos de cocaína (cf. auto de exibição e apreensão de fls. 16), pesando aproximadamente 506,6kg (quinhentos e seis quilos e seiscentos gramas)"*.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo sido a medida liminar indeferida.

Ato contínuo, foi impetrado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual foi indeferido liminarmente.

Sobreveio este *habeas corpus*, no qual a defesa alega, em síntese, constrangimento ilegal consubstanciado na prisão preventiva dos pacientes.

Narra que *"o MM. Juiz apontado como Coator, somente enfrenta os pedidos da defesa, sob a ótica subjetiva que, os Réus foram presos com mais de 500kg de droga, ou seja, ingressa na matéria fática, ingressa na matéria de conhecimento, sem a Ação Penal estar nessa fase processual"*.

Aduz que a ordem constritiva da liberdade careceria de fundamentação adequada.

Entende ausentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva.

Informa que "*o Paciente Fabiano de Holanda Haddad, tem filho menor de 06 (seis) anos de idade, como prova certidão de nascimento em anexo – Nathan Vistoca Haddad, indo ao encontro do art. 318, inciso III do Código de Processo Penal, e tendo em vista o que dispõem os artigos 317 "caput" e o art. 318, inciso III, ambos do Código de Processo Penal, a prisão cautelar preventiva, deverá ser transposta para o Regime Domiciliar"*.

Aponta a necessidade de observância da "*Recomendação 62 de 17.3.2020 do Conselho Nacional de Justiça"*.

Ao final, formula pedido nos seguintes termos*:*

"Diante do exposto, espera e confia que este PRETÓRIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dará conhecimento e provimento a presente ORDEM DE HABEAS CORPUS C/C LIMINAR, impetrada, consubstanciada no 5º, inciso LXVIII da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, c.c com o art. 647 e art. 648, inciso I, VI e seguintes do CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, para anular o V. Acórdão de fls. 72-75 do Superior Tribunal de Justiça , inferindo-se o Princípio da Inafastabilidade do Judiciário e o V. Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo as fls. 163-168 ou alternativamente reformá-los, pois, não houve a devida FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL, sendo-a deficitária e ainda, julgou diversamente dos pedidos e fundamentos opostos na inicial de fls. 1/23, dando-se conhecimento e provimento a ORDEM DE HABEAS CORPUS C/C LIMINAR, impetrada, consubstanciada no 5º, inciso LXVIII da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, c.c com o art. 647 e art. 648, inciso I, VI e seguintes do CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, impetrada a favor dos Pacientes FABIANO DE HOLANDA HADDAD e JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, para reconhecer a NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, por ausência ou deficiência de fundamentação legal que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, NULIDADE da audiência de custódia, por não ser intimado o advogado que atuou nos autos do flagrante, e ainda, nulidade da Ação Penal, pois, a denúncia de fls. 01-05 é genérica, anulando-se o feito desde as fls. 01 e como pedido ALTERNATIVO, lhe sejam concedido Liberdade Provisória – revogando-se a prisão preventiva, pois, os mesmos preencheram aos requisitos objetivos da Lei, determinando ainda, a revogação da Prisão Preventiva, pois, os Paciente não se encaixam ou se vislumbra hipótese de infringência aos art. 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal, posto que a matéria é exclusivamente de direito, pelos motivos acima bem explanados, expedindo-se para tanto, o almejado ALVARÁ DE SOLTURA CLAUSURADO, pois, já se exauriu os motivos da prisão preventiva, de acordo com o art. 316 do Código de Processo Penal, por ser medida da mais salutar justiça.

Requer ainda, diante da farta documentação anexada, bem como, da FLAGRANTE FUNDAMENTAÇÃO PRECÁRIA, diante da determinação do Parágrafo Segundo do art. 660 do Cód. Proc. Penal, seja concedida da medida LIMINAR inaldita altera parte, até o julgamento em definitivo deste Remédio Constitucional Heroico, por ser medida da mais sábia e serena Justiça."

É o relatório, **DECIDO.**

In casu, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"(...)

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

(…)

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus."

Deveras, em relação à matéria de fundo, verifico que a fundamentação da decisão do Tribunal *a quo* reside na insuscetibilidade de sua atuação, porquanto *"a matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário"*.

Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento desta impetração sem que a instância precedente tenha examinado o mérito do *habeas corpus* lá impetrado consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, rel. min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

Deveras, no que tange às alegações, veiculadas perante a instância precedente, referentes ao atual estado de pandemia provocado pelo novo coronavírus, entendo que o exame da matéria, em razão das particularidades subjetivas que envolvem cada caso, deve ser submetido, primeiramente, ao juízo de origem, a fim de se permitir, de modo seguro, a aferição das informações lançadas no pleito.

Nesse sentido é a recente decisão do Plenário desta Corte que negou referendo à medida cautelar na ADPF 347-TPI-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), circunscrevendo a transferência de custodiados para prisão domiciliar aos termos da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que contém orientações para a análise da situação individual de cada preso pelos juízos locais competentes.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Além disso, o atendimento da pretensão defensiva e eventual divergência do entendimento firmado pelas instâncias anteriores implica o reexame da matéria fática. Com efeito, o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS . PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I . HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*" (HC nº 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016)

Impende consignar, ainda, que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido.*" (HC nº 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.*" (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *writ,* com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 187.047 **(841)**

ORIGEM : 187047 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : WILLIAN FERREIRA DE SOUZA
IMPTE.(S) : WILLIAN FERREIRA DE SOUZA
IMPTE.(S) : ERIVELTO DINIZ CORVINO (229802/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 122.709 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPACHO

***HABEAS CORPUS* – PEÇAS ESSENCIAIS.**

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

1. A impetração foi formalizada, a próprio punho, por paciente-impetrante. Com a inicial, não veio cópia dos documentos necessários ao exame do pedido formulado neste *habeas corpus*. À míngua de elementos, não se pode apreciar o pleito de deferimento da ordem.

2. Intimem a Defensoria Pública da União para prestar assistência ao paciente-impetrante e providenciar a juntada das peças.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

HABEAS CORPUS 187.048 **(842)**

ORIGEM : 187048 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : MANOEL JOSE DE SOUZA FILHO
IMPTE.(S) : MANOEL JOSE DE SOUZA FILHO
IMPTE.(S) : ERIVELTO DINIZ CORVINO (229802/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 558.031 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

Ementa: Processual Penal. *Habeas Corpus*. Prisão preventiva. Inadequação da via eleita.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra decisão que não conheceu do HC 558.031, do Superior Tribunal de Justiça.

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime previsto no art. 304 c/c o art. 297, ambos do Código Penal, vedado o direito de recorrer em liberdade.

3.Na sequência, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Denegada a ordem, sobreveio a impetração de HC no Superior Tribunal de Justiça. O Relator do HC 558.031, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador Convocado do TJ/PE, não conheceu do *writ*.

4.De próprio punho, a parte impetrante sustenta negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o STJ não teria se manifestado sobre as teses arguidas pela defesa. Além disso, aponta a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da custódia preventiva. Alega, ainda, o excesso de prazo para o julgamento da apelação interposta pela defesa.

5.Prossegue a narrativa para afirmar que o paciente encontra-se no grupo considerado de risco na pandemia do COVID-19, tendo em vista que possui *"58 anos de idade e está acometido por doença grave preexistente (hipertensão), controlada por uso de medicação de uso contínuo"*.

6.A defesa requer a concessão da ordem a fim de revogar a prisão processual do acionante. Subsidiariamente, pleiteia a substituição da custódia por outra medida cautelar.

7.**Decido.**

8. Do ponto de vista processual, o caso é de *habeas corpus* substitutivo de agravo regimental (cabível na origem). Nessas condições, tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), entendo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux).

9.Inexistindo pronunciamento colegiado do STJ, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Nesse sentido foram julgados os seguintes precedentes: HC 113.468, Rel. Min. Luiz Fux; HC 117.502, Redator para o acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso; HC 108.141-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki; e o HC 122.166-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 422 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA POR MINISTRO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO POR MEIO DE AGRAVO REGIMENTAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADOS. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I - No caso sob exame, verifica-se que a decisão impugnada foi proferida monocraticamente. Desse modo, o pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõe seja a coação praticada por Tribunal Superior. Precedentes.

II – O agravante não atacou os fundamentos da decisão agravada, o que atrai, por analogia, o teor da Súmula 283 desta Corte.

III – Agravo regimental a que se nega provimento."

10. Não é o caso de concessão da ordem de ofício.

11.Verifico que as alegações da defesa não foram sequer apreciadas pelo STJ. Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de supressão de instância.

12.Ademais, pontuo que as peças que instruem este processo não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize a imediata revogação da custódia preventiva. Até porque, tal como assentou o Tribunal estadual, o paciente *"tem vasto histórico criminal, envolvendo a prática de crimes graves, tais como, diversos roubos majorados (contra Bancos, inclusive), extorsões mediante sequestro, estelionatos, furtos e também crimes contra a fé pública (…). A carreira criminosa de (…) remonta há mais de três décadas, tendo se iniciado nos anos 80. Trata-se de indivíduo perigoso, envolvido com recorrentes crimes à mão armada. Certo é que (…), já enfrentando uma série de condenações penais, conseguiu, em determinando momento, evadir-se do sistema prisional. Assim é que, em condições ainda não conhecidas, (…) falsificou documentos passando a se identificar como (…). Nada obstante, (…) já agindo como (…), continuou suas*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

empreitadas criminosas, colecionando, ao menos outras duas ações penais encontradas no sistema E-SAJ: uma por roubo (…) e outra por extorsão mediante sequestro (…). A falsa identidade de (…) tanto induziu as autoridades em erro que este foi processado criminalmente como se fosse a pessoa de (…), cujo RG é falso. Portanto, o denunciado faz uso de falsas identidades para se eximir da Justiça e dos demais órgãos de repressão penal, ocultando eficazmente suas ações criminosas".

13.Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

14.Determino, contudo, o envio de cópia integral do pedido à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
RELATOR

HABEAS CORPUS 187.050 **(843)**

ORIGEM : 187050 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : WESLEY DE SOUZA NASCIMENTO
IMPTE.(S) : DANILO VOGADO DA ROCHA (423834/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COATOR(A/S)(ES) : JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LEME
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 2123268-62.2020.8.26.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Danilo Vogado da Rocha em favor de Wesley de Souza Nascimento, contra decisão monocrática da lavra do Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o HC 586.599/SP.

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal orienta no sentido do não conhecimento de *habeas corpus* quando não devidamente instruído o feito (HC 151.059-ED/GO, de minha relatoria, 1ª Turma, DJe 17.5.2018; HC 138.443-ED/PB, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 11.4.2017; e HC 130.240-AgR/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 16.12.2015). É o caso da presente impetração, em que não foi colacionada aos autos cópia do ato dito coator.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 187.067 **(844)**

ORIGEM : 187067 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
PACTE.(S) : D.V.
IMPTE.(S) : EDUARDO SAMOEL FONSECA (34953/DF, 297154/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO:

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE.

1.Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de concessão de liminar, impetrado contra acórdão unânime da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, da Relatoria do Ministro Jorge Mussi, que negou provimento ao RHC 126.871-AgR.

2.A parte impetrante sustenta que:

(i) há *"cerceamento de defesa no julgamento do Agravo Regimental em Recurso em Habeas Corpus nº 126.871/SP, realizado no dia 09/06/2020, porquanto a inserção do feito não obedeceu o prazo regimental estabelecido nos artigos 184-C, II e 184-D, § único, todos do RISTJ";*

(ii) "de *forma repentina, os impetrantes foram surpreendidos, já na noite do dia 05/06/2020 (sexta-feira), com a inserção do feito na pauta de julgamento já para o dia 09/06/2020, terça-feira, conforme andamento processual registrado no sítio eletrônico (doc. 1). O lapso de um dia útil entre a inserção e o julgamento não permitiu nem a publicação do andamento em Diário Oficial e muito menos o decurso do prazo regimental*". Sendo assim, o "*exíguo tempo de inserção, ausência de publicação no Diário Oficial e o pedido expresso da defesa para adiamento tornam flagrante a hipótese de constrangimento ilegal, porquanto a dicção do artigo 184-D, parágrafo único, RISTJ, é clara quanto a exigência de cinco dias úteis para, se querendo, as partes possam pedir eventual adiamento ou inserção no Plenário físico*".

3.A defesa requer a concessão da ordem a fim de que seja declarada a *"nulidade do julgamento do Recurso em Habeas Corpus nº 126.871/SP e determinação de novo julgamento com obediência aos ditames regimentais".*

4.**Decido.**

5.O *habeas corpus* não deve ser concedido.

6.As alegações da defesa não foram sequer apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça. Fato que impede o imediato exame da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de supressão de instância.

7. Por fim, pontuo que as peças que instruem os autos não evidenciam situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique o pronto acolhimento da pretensão defensiva.

8.Diante do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao *habeas corpus.*

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

HABEAS CORPUS 187.068 **(845)**

ORIGEM : 187068 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
PACTE.(S) : VICENZO BIZZOTTO
IMPTE.(S) : ALEXANDRE CELIOTO CONTIN (176428/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.445 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão proferida pelo Ministro RIBEIRO DANTAS, do Superior Tribunal de Justiça, no HC 585.445/MG.

Pelo que se depreende dos autos, o paciente (nascido em 23/1/1995) foi preso preventivamente em razão da prática dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006), lavagem de capitais (art. 1º, § 1º, II, da Lei 9.613/1998) e de crime contra a fauna (art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/1998).

Invocando a pandemia decorrente da Covid-19, a defesa formulou pedido de liberdade provisória junto ao Juízo de origem, que o indeferiu, nos termos seguintes: (Doc. 8):

[...]

1. Cuida-se de pedido de liberdade provisória de CLOVIS HENRIQUE DA SILVA MORAES, ANA CLARA PEREIRA NERES PINHEIRO DA SILVA, TAINÃ ARIEL DOS REIS, LUIZ EDUARDO SILVIO JUNIOR, VICENZO BIZZOTTO, FELIPE HENRIQUE DE SOUZA SANTOS, YUMI HELENA DA FONSECA SATO, IGOR SEBASTIÃO CANTARELI LIMA, PAOLA AZEVEDO CORREA, PAULO GUILHERME MARTINS NUSSA, FELIPE GUEDES MUNIZ, RAPHAEL MARTINS e GUILHERME ALVES FIGUEIREDO GIRARDELLI, com base na Recomendação nº 62/2020 e portarias conjuntas n º 946/2020 e 19/2020 do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

[...]

3. INDEFIRO o pedido de concessão de liberdade provisória com expedição de alvará de soltura, com fundamento na Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020, eis que a mencionada portaria possui caráter de recomendação e não vinculação, a todos, exceto os citados no n. 02, que ainda serão apreciados.

4. Ademais, no presente caso não enquadram os réus em nenhuma das hipóteses da recomendação e das portarias do Egrégio Tribunal de Justiça.

5. Observo que neste difícil momento onde a sociedade está fragilizada, assolada por problemas de todos os tipos, não se pode, colocar pessoas que estão a cumprir medidas de prisão provisória ou condenações criminais simplesmente soltas. Com o que se colocaria a sociedade mais em risco do que já se encontra.

6. Alguém que fundamentada decisão judicial, passível de recurso no momento próprio, já teve sua liberdade segregada com base na Lei, não pode ser solta, simplesmente ante a pandemia.

7. O Estado que custodia o preso, já tem diretrizes para evitar sua contaminação e, não há segurança nenhuma que solto, não venha a se contaminar, eis que as portarias já trazem efetivos cuidados que o sistema prisional deverá adotar, não se podendo valer das mesmas para eventual nova apreciação de prisão preventiva já estabelecida ou outra medida.

8. Não se demonstrou qualquer hipótese de saúde relevante de nenhum dos réus, que leve a prisão domiciliar, já demonstrada durante o cumprimento de sua pena ou prisão provisória.

9. Por fim ressalto que a Portaria nº , de nosso Eg. Tribunal de Justiça, em seu art. 2º, § 1º, I, estabelece que :

"não serão apreciados pedidos de reconsideração nem reiteração de pedidos anteriores, salvo quando versarem sobre medidas urgentes"

10. Ressalto que o caso que enquadrava-se nas portarias conjuntas e recomendação foi devidamente apreciado às fls. 3760 pelo MM. Juiz de Direito titular da respectiva Vara Criminal.

11. Razão pela qual ratifico as decisões referentes a sua prisão/manutenção das mesmas, motivo que ficam os pedidos **INDEFERIDOS, com a exceção que segue**.

Inconformada, a defesa impetrou *Habeas Corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a ordem, conforme ementa:

- Se não há demonstração de estar o paciente privado do uso de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

seus medicamentos para asma brônquica na unidade prisional em que se encontra custodiado, não existe afronta ao disposto no art. 6º, da Portaria Conjunta nº 19/PR-TJMG/2020.

- Se a autoridade impetrada revisou a necessidade de manutenção da prisão preventiva a menos de 90 (noventa) dias, não há que se falar em violação ao disposto no art. 316, Parágrafo Único, do CPP.

Na sequência, nova impetração, dessa vez dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu a medida acauteladora.

Nesta ação, o impetrante alega, em suma, que o paciente (a) *é portador de asma brônquica;* e (b) *é primário, de bons antecedentes, estudante universitário, com residência fixa e encontra-se preso preventivamente, sem nenhuma condenação, desde 31/05/2019, por acusação que não envolve violência ou grave ameaça.* Requer, assim, *seja concedida, excepcionalmente, a prisão domiciliar em razão da pandemia mundial e da comorbidade (asma brônquica) da qual o Paciente está acometido.*

É o relatório. Decido.

Nos termos da Súmula 691/STF, não cabe ao SUPREMO *TRIBUNAL* FEDERAL conhecer de *Habeas Corpus* voltado contra decisão proferida por relator que indefere o pedido de liminar em impetração requerida a tribunal superior, sob pena de indevida supressão de instância. O rigor na aplicação desse enunciado tem sido abrandado por julgados desta CORTE somente em caso de manifesto constrangimento ilegal, prontamente identificável (HC 138.946, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 25/4/2018; HC 128.740, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 24/10/2016; HC 138.945- AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 7/3/2017).

Na espécie, entretanto, não se constata a presença de flagrante ilegalidade apta a justificar a intervenção antecipada da SUPREMA CORTE.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE *HABEAS CORPUS*.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.070 **(846)**

ORIGEM	: 187070 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RONDÔNIA
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
PACTE.(S)	: CRISTINA MOREIRA SAMPAIO DA SILVA
IMPTE.(S)	: GLICIA LAILA GOMES OLIVEIRA (6899/RO) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 586.206 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que, no HC 586.206/RO, indeferiu o pedido liminar (eDOC.11).

Depreende-se das alegações do impetrante e dos documentos que instruem a inicial que: a) a paciente foi presa em flagrante, tendo-lhe sido imputada a prática da conduta descrita no art. 33 da Lei 11.3432006; b) o decreto de prisão preventiva se revela desprovido de fundamentação suficiente, porquanto está baseado na gravidade abstrata da conduta, sem elementos concretos que o lastreiem; c) quantidade de droga apreendida em seu poder não pode ser considerada elevada (aproximadamente 15g de cocaína), circunstância, aliás, que motivou a prolação de voto divergente pela desembargadora vogal no âmbito do TJRO; d) a paciente, além de ser primária e de ter bons antecedentes e residência fixa, possui dois filhos menores de 12 (doze) anos de idade, um deles lactente, razão pela qual a medida restritiva de liberdade deve ser substituída pela prisão domiciliar.

À vista do exposto, pugna pela expedição de alvará de soltura em favor da paciente, ou, subsidiariamente, a conversão de sua prisão preventiva em prisão domiciliar.

É o relatório. **Decido**.

1. Cabimento do *habeas corpus:*

1.1. Esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por **membro** de Tribunal Superior, visto que, a teor do artigo 102, I, "i", da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que **Tribunal Superior,** por meio de órgão colegiado, atue nessa condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do habeas corpus no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que ***restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.*** *Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, "i", da* ***Constituição como regra de competência****, estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.*

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, ***há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea "i"), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental"*** (HC 114557 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*).

Nessa perspectiva, tem-se reconhecido o descabimento de *habeas corpus* dirigido ao combate de decisão **monocrática de indeferimento de liminar** proferida no âmbito do STJ. Tal entendimento pode ser extraído a partir da leitura da Súmula 691/STF:

"**Não compete** ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado **contra decisão do Relator** que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, **indefere a liminar."**

1.2. Não bastasse, a exigência de motivação estabelecida pelo artigo 93, IX, CF, deve ser compreendida à luz do cenário processual em que o ato se insere. Vale mencionar, por exemplo, a evidente distinção da motivação exigida entre medidas embrionárias, que se contentam com juízo sumário, e o édito condenatório, que desafia a presença de arcabouço robusto para fins de desconstituição do estado de inocência presumido.

Cumpre assinalar que o deferimento de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional por sua própria natureza, que somente se justifica quando a situação demonstrada nos autos representar, desde logo, manifesto constrangimento ilegal.

No contexto do *habeas corpus*, a concessão da tutela de urgência é exceção, e, nesse particular, seu indeferimento deve ser motivado de acordo com essa condição.

Sendo assim, o ônus argumentativo (quanto a isso) para afastar o pleito liminar é extremamente reduzido. Calha reiterar que, em tais hipóteses, não há pronunciamento de mérito da autoridade apontada como coatora, de modo que se mostra recomendável aguardar a manifestação conclusiva do Juízo natural.

2. Possibilidade de concessão da ordem de ofício:

Ainda que ausentes hipóteses de conhecimento, a Corte tem admitido, excepcionalmente, a concessão da ordem de ofício.

Calha enfatizar que tal providência tem sido tomada tão somente em casos absolutamente aberrantes e teratológicos, em que *"a) seja premente a necessidade de concessão do provimento cautelar para evitar* ***flagrante*** *constrangimento ilegal; ou b) a negativa de decisão concessiva de medida liminar pelo tribunal superior importe na caracterização ou na manutenção de situação que seja* ***manifestamente*** *contrária à jurisprudência do STF"* (HC 95009, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 06/11/2008, *grifei*).

Devido ao caráter excepcional da superação da jurisprudência da Corte, a ilegalidade deve ser cognoscível de plano, sem a necessidade de produção de quaisquer provas ou colheita de informações. Nesse sentido, não pode ser atribuída a pecha de flagrante à ilegalidade cujo reconhecimento demande dispendioso cotejamento dos autos ou, pior, que desafie a complementação do caderno processual por meio da coleta de elementos externos.

Como reforço, cumpre assinalar que o Código de Processo Penal, ao permitir que as autoridades judiciárias concedam a ordem de ofício em *habeas corpus*, apenas o fez quanto aos processos que já lhes são submetidos à apreciação:

"Art. 654. (…)

(…)

§ 2º Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, ***quando no curso de processo*** *verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal."*

De tal modo, ao meu sentir, não se admite que o processo tenha como nascedouro, pura e simplesmente, a alegada pretensão de atuação *ex officio* de Juiz ou Tribunal, mormente quando tal proceder se encontra em desconformidade com as regras de competência delineadas na Constituição da República. Em outras palavras: somente se cogita da expedição da ordem de ofício nas hipóteses em que não se desbordar da competência do órgão, de modo que essa não pode ser a finalidade precípua da impetração.

3. Análise da possibilidade de concessão da ordem de ofício no caso concreto:

3.1. No caso dos autos, ressalvada a minha compreensão da matéria à luz da racionalidade sistemática de índole constitucional, **verifico hipótese de constrangimento ilegal a autorizar a concessão do *habeas corpus.***

Na sessão de julgamento de 20.02.2018, a Segunda Turma do STF, conheceu do *habeas corpus* coletivo (HC 143.641), impetrado pela Defensoria Pública da União, em favor de todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães de crianças sob sua responsabilidade, bem como em nome das próprias crianças.

Nos termos da certidão de julgamento, a Turma concedeu a ordem para ***"determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar -***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas nesse processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Estendeu a ordem, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas acima. Quando a detida for tecnicamente reincidente, o juiz deverá proceder em atenção às circunstâncias do caso concreto, mas sempre tendo por norte os princípios e as regras acima enunciadas, observando, ademais, a diretriz de excepcionalidade da prisão. Se o juiz entender que a prisão domiciliar se mostra inviável ou inadequada em determinadas situações, poderá substituí-la por medidas alternativas arroladas no já mencionado art. 319 do CPP. Para apurar a situação de guardiã dos filhos da mulher presa, dever-se-á dar credibilidade à palavra da mãe, podendo o juiz, na dúvida, requisitar a elaboração de laudo social, devendo, no entanto, cumprir desde logo a presente determinação. Caso se constate a suspensão ou destituição do poder familiar por outros motivos que não a prisão, a presente ordem não se aplicará. *A fim de se dar cumprimento imediato a esta decisão, deverão ser comunicados os Presidentes dos Tribunais Estaduais e Federais, inclusive da Justiça Militar Estadual e Federal, para que prestem informações e, no prazo máximo de 60 dias a contar de sua publicação, implementem de modo integral as determinações estabelecidas no presente julgamento,* ***à luz dos parâmetros ora enunciados.*** *Com vistas a conferir maior agilidade, e sem prejuízo da medida determinada acima, também deverá ser oficiado ao DEPEN para que comunique aos estabelecimentos prisionais a decisão, cabendo a estes, independentemente de outra provocação, informar aos respectivos juízos a condição de gestante ou mãe das presas preventivas sob sua custódia. Deverá ser oficiado, igualmente, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para que, no âmbito de atuação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, avalie o cabimento de intervenção nos termos preconizados no art. 1º, § 1º, II, da Lei 12.106/2009, sem prejuízo de outras medidas de reinserção social para as beneficiárias desta decisão. O CNJ poderá ainda, no contexto do Projeto Saúde Prisional, atuar junto às esferas competentes para que o protocolo de entrada no ambiente prisional seja precedido de exame apto a verificar a situação de gestante da mulher. Tal diretriz está de acordo com o Eixo 2 do referido programa, que prioriza a saúde das mulheres privadas de liberdade. Os juízes responsáveis pela realização das audiências de custódia, bem como aqueles perante os quais se processam ações penais em que há mulheres presas preventivamente, deverão proceder à análise do cabimento da prisão, à luz das diretrizes ora firmadas, de ofício. Embora a provocação por meio de advogado não seja vedada para o cumprimento desta decisão, ela é dispensável, pois o que se almeja é, justamente, suprir falhas estruturais de acesso à Justiça da população presa. Cabe ao Judiciário adotar postura ativa ao dar pleno cumprimento a esta ordem judicial. Nas hipóteses de descumprimento da presente decisão, a ferramenta a ser utilizada é o recurso, e não a reclamação, como já explicitado na ADPF 347"* (grifei).

Assinalo que fiquei vencido em segmento expressivo desse julgamento. Não obstante, cumpre levar a efeito a devida consideração da colegialidade.

3.2. Feitas tais considerações, enfatizo que não é dado ao Supremo Tribunal Federal, ao se deparar com panorama processual que atinja ilicitamente a liberdade da paciente em razão de fundamentação deficiente e com a finalidade inconfessável de justificar o meio pelo fim, mergulhar no conjunto probatório do caso concreto com o nítido intuito de amealhar razões que desbordem da decisão atacada, visto que, ainda que se verifiquem fundamentos aptos a amparar a custódia *ante tempus*, a fundamentação inidônea constitui, isoladamente, constrangimento ilegal sanável via *habeas corpus*.

No caso específico, o Magistrado de origem deixou de substituir a prisão preventiva pela domiciliar com base nos seguintes fundamentos (eDOC 4):

"A defesa trouxe em mãos documentos relativos à certidão de nascimento de duas crianças, comprovante de residência e documentos pessoais com o fim de demonstrar que a acusada possui filhos menores.

Pois bem. Com relação à fundamentação no art. 318 do Código de Processo Penal e Lei n. 13.257/2016, que pede a conversão em prisão domiciliar, haja vista a existência de menores em tenra idade, é certo que consiste em faculdade a substituição, mediante análise das circunstâncias do caso concreto, não se tratando de medida obrigatória.

No caso, embora a requerente afirme que possua dois filhos que necessitam de seu auxílio e que a lei garante este benefício, o contexto da apreensão da droga e a vultosa quantia em dinheiro, bem como outros apetrechos apreendidos na residência devem ser visto com cautela em favor dos menores, pois nesta condição em que moram, em meio ao possível tráfico, podem estar em situação de risco.

(…)

A requerente perfaz risco à integridade dos infantes, pois encontrado em sua casa entorpecente e as investigações apontaram movimentação intensa de pessoas usuárias de droga no local, assim evidenciado manifesto risco as crianças. Em caso análogo, esta matéria já foi apreciada pela 1ª Câmara do TJRO, no HC nº 0000414-48.2019.8.22.0000, tendo sido denegada a ordem e mantida a prisão preventiva. Ainda, é necessário que a concessão da medida substitutiva não acarrete perigo à garantia da ordem pública, à conveniência da instrução criminal ou implique risco à aplicação da lei penal.

Portanto, não desconheço o entendimento formulado pelo STF no HC coletivo nº 143.641, inclusive a atual modificação da sistemática processual, por meio da Lei nº 13.769/18, a qual acrescentou os artigos 318-A e 318-B do CPP, estabelecendo, de forma expressa, os critérios e as exceções para a substituição da prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência por prisão domiciliar. Contudo deve-se resgardar os interesse do menor.

Também, observo que não no momento da prisão havia no local um familiar que disse que morava no local, com sua cunhada, há dois meses. Assim, neste momento, as crianças não encontram-se desemparadas e como visto, o próprio STJ tem rechaçado a substituição da prisão preventiva por domiciliar nos casos em que a criança pode ser envolvida no tráfico, colocando sua vida em risco, o que vai na contramão ao entendimento do STF no HC coletivo (HC nº 457.100, STJ). Além disso, não se mostra comprovada a situação de ausência de cuidados em relação aos menores, filhos da requerente.

Portanto, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime praticado. Ainda, para a concessão da prisão domiciliar se faz indispensável a comprovação da necessidade da criança aos cuidados e dependência exclusiva da genitora, o que no presente caso, sem base documental, não há indicativo de abandono." (eDOC.06, fl. 81)

Na mesma linha asseverou o TJRO, embora em decisão não unânime. Transcrevo o que se extrai de essencial do voto vencedor e vencido, para adequado deslinde da causa:

"Quanto ao pedido de prisão domiciliar ao argumento de que a paciente é mãe de duas crianças, não merece acolhida.

Como cediço, a partir da decisão do STF que concedeu habeas corpus coletivo às mulheres presas (HC 143.641), sejam elas gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, excetuados os casos de crimes por elas praticados mediante violência ou grave ameaça contra seus descendentes, incorpora-se como novo critério geral à concessão da prisão domiciliar da gestante ou mãe, havendo a necessidade de o magistrado justificar a excepcionalidade para a não concessão.

Na hipótese, entendo que a substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar não resguarda o interesse dos filhos da paciente, havia um familiar (cunhada) que morava no local, de modo que não se demonstra a imprescindibilidade de seus cuidados.

Não bastasse isso, conforme decisão de ID 8564179, a paciente perfaz risco à integridade dos infantes, pois encontrado em sua casa entorpecente e as investigações apontaram movimentação intensa de pessoas usuárias de droga no local, assim evidenciado manifesto risco às crianças, quer pela exposição de pessoas estranhas na casa, quer pela própria presença da droga.

Portanto, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e repressão do crime praticado. Ainda, para a concessão da prisão domiciliar se faz indispensável a comprovação da necessidade da criança aos cuidados e dependência exclusiva da genitora, o que, no presente caso, sem base documental.

Por fim, no tocante ao pedido de concessão de liberdade provisória, decorrente do risco de contaminação provocada pelo coronavírus (COVID-19), constato que a paciente não trouxe aos autos provas de que se enquadra no chamado grupo de vulneráveis, portanto, não há como conceder a ordem, até porque em sede de a prova deve ser habeas corpus pré-constituída." (Voto vencedor proferido pelo Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior no julgamento do HC 0802660-47.2020.8.22.0000 – eDOC.06, fls. 05/06)

"Peço vênia ao relator para divergir de seu judicioso voto.

É consabido que, atualmente, principalmente em virtude das modificações promovidas pela Lei 12.403/2011, a prisão preventiva está reservada somente às hipóteses mais graves, notadamente quando não for possível, por incompatibilidade, sua substituição por outras medidas cautelares diversas, de acordo com a inteligência dos artigos 282, §§ 4º e 6º; 310, II; e 321, todos do CPP.

No caso em análise, constato que a prisão preventiva da paciente CRISTINA MOREIRA SAMPAIO DA SILVA, em minha ótica, não se mostra imperiosa, uma vez que ela demonstra não ter periculosidade incompatível com o estado de liberdade, especialmente por ser primária e sem antecedentes (ID 8564174), possuir residência fixa, cujo endereço (ID 8564201) coincide com aquele por ele declarado perante a autoridade policial (ID 8564190), e não ser expressiva a quantidade de entorpecente apreendido, fatores que afastam a possibilidade de maior risco à ordem pública ou mesmo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

à aplicação da lei penal.

Assim, sob o prisma da proporcionalidade e razoabilidade, entendo como suficiente ao caso a aplicação de medidas cautelares elencadas do artigo 319, incisos I, IV e V, determinando:

1) o comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar suas atividades;

2) a proibição de ausentar-se da Comarca de Porto Velho (localidade de sua residência) sem prévia autorização do juízo processante; e

3) o recolhimento domiciliar no período noturno a partir das 21:00 horas.

Em face do exposto, CONCEDO A ORDEM, para que sejam aplicadas à paciente as medidas cautelares acima descritas, ficando ciente, desde já, que eventual descumprimento ensejará prisão preventiva se outra medida não lhe for suficiente, no exato teor do art. 282, § 4º, do CPP. " (Voto vencido proferido pela Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno no julgamento do HC 0802660-47.2020.8.22.0000 – eDOC.06, fls. 06/07)

De início, importa ressaltar que o art. 318-A do CPP determina a substituição da prisão preventiva pela custódia cautelar à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, excepcionando os casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa ou contra filho ou dependente. Diz o art. 318-A, *in verbis*:

"Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente."

Na espécie, trata-se de suposto cometimento de tráfico de drogas por uma mãe de duas crianças, o que afasta, de pronto, os óbices contidos no referido artigo.

Como se nota, a fundamentação exarada pelas instâncias ordinárias ao negarem a prisão domiciliar desborda das balizas traçadas por esta Corte, bem como da previsão contida no art. 318-A do CPP, na medida em que se centra na gravidade abstrata do delito praticado pela paciente, e também no fato de que, *in casu*, não se teria a *"indispensável a comprovação da necessidade da criança aos cuidados e dependência exclusiva da genitora"*

Primeiramente, considerações abstratas acerca da gravidade do crime não se prestam a fundamentar a negativa à substituição pretendida, pois, no caso, o que visa a garantir, de forma precípua, é o resguardo ao interesse de pessoa em desenvolvimento.

Com efeito, a prevalecer o entendimento de que acusadas por tráfico de drogas não poderiam se beneficiar da substituição pretendida a providência determinada por esta Egrégia Corte no julgado paradigma restaria quase que totalmente esvaziada, já que dados atualizados do INFOPEN revelam que o maciço contingente carcerário feminino é composto, justamente, por presas que incidiram no tipo penal ora em comento. Em verdade, o julgamento do Supremo Tribunal Federal direciona-se especificamente à parcela de presas que se encontram em situação análoga à da paciente, primária, acusada de crime sem violência ou grave ameaça e que, **ao que tudo indica**, em nenhum momento exerceu ato atentatório à dignidade e/ou incolumidade física e moral de seus filhos.

No caso concreto, a quantidade de droga apreendida não é elevada (15g de cocaína), cabendo destacar que Corte, reiteradamente tem considerado ilegal fundamentação que, centrada em quantidade de droga semelhante a do presente caso, repercutiu em restrição cautelar da liberdade do paciente.

Nesse sentido, cito: HC 94767, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowksi (12g de maconha); HC 112766/SP, Relator(a): Min. Rosa Weber (164g de maconha; HC 123.765/SP, Relator(a): Min. Gilmar Mendes (9g de maconha); HC 140454/SP Relator(a): Min. Ricardo Lewandowski (43g de maconha); HC 143147/SP, Relator(a) Roberto Barroso (158g de cocaína); HC 144199/AM, Relator(a): Alexandre de Moraes (3g de maconha; 2g de cocaína e 2g de crack.

Ademais, embora a droga tenha sido apreendida na residência onde também viviam os infantes não há comprovação de que eram eles expostos a qualquer constrangimento moral ou físico, e nem que tivessem participação na comercialização da substância ilícita. Em verdade sequer há a demonstração de que tinham conhecimento da suposta atividade exercida pela genitora.

Assim não se pode presumir que o contato com a mãe, ainda que acusada de crime a que a lei comina pena elevada, seja mais pernicioso que alijar as crianças por completo de seu convívio, mormente considerando que uma das crianças possui pouco mais de 1 (um) ano e é lactante e de que já estão privadas do contato com o outro genitor, também custodiado em Penitenciária local.

O viés que se deve a analisar a matéria, portanto, não é, tão somente, o da reprovabilidade da conduta praticada pelos pais, mas também o resguardo aos direitos das crianças, estabelecido com prioridade absoluta no art. 227 da Constituição Federal, como bem ressaltado pelo e. Min. Ricardo Lewandowski no emblemático julgado, ora utilizado como paradigma:

"Os cuidados que devem ser dispensados à mulher presa ***direcionam-se também aos seus filhos,*** *que sofrem injustamente as consequências da prisão da mãe, em flagrante contrariedade ao art. 227 da Constituição, o qual estabelece a prioridade absoluta na consecução dos direitos destes:*

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Aqui, não é demais relembrar, por oportuno, que o nosso texto magno estabelece, taxativamente, em seu art. 5º, XLV, que ***nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo escusado anotar que, no caso das mulheres presas, a privação de liberdade e suas nefastas consequências estão sendo estendidas às crianças que portam no ventre e àquelas que geraram****.*

(…)

Conforme explicam, existe uma experiência compartilhada pela qual todos os seres humanos devem passar. E tal experiência é de suma importância para o desenvolvimento sensorial e emocional. Sem ela, os órgãos, assim como o sistema nervoso, podem, sobretudo em épocas críticas do desenvolvimento infantil, sofrer danos permanentes. A consistência do afeto que recebem é da máxima relevância para a formação de pessoas saudáveis e capazes de estabelecer relações sociais profundas.

Trazendo tais reflexões para o caso concreto, não restam dúvidas de que a segregação, seja nos presídios, seja em entidades de acolhimento institucional, terá grande probabilidade de causar dano irreversível e permanente às crianças filhas de mães presas.

Nos cárceres, habitualmente estão limitadas em suas experiências de vida, confinadas que estão à situação prisional. Nos abrigos, sofrerão com a inconsistência do afeto, que, numa entidade de acolhimento, normalmente, restringe-se ao atendimento das necessidades físicas imediatas das crianças.

Finalmente, a entrega abrupta delas à família extensa, como regra, em seus primeiros meses de vida, privando-as subitamente da mãe, que até então foi uma de suas únicas referências afetivas, é igualmente traumática. Ademais, priva-as do aleitamento materno numa fase em que este é enfaticamente recomendado pelos especialistas.

Por tudo isso, é certo que o Estado brasileiro vem falhando enormemente no tocante às determinações constitucionais que dizem respeito à prioridade absoluta dos direitos das crianças, prejudicando, assim, seu desenvolvimento pleno, sob todos os aspectos, sejam eles físicos ou psicológicos."

Assim, a gravidade concreta da conduta pratica, *in casu,* não inviabiliza a substituição pleiteada.

Partindo da mesma premissa, tampouco o argumento remanescente invocado pelas instâncias ordinárias, de que não havia, *in casu*, se demonstrado a imprescindibilidade da presença da genitora aos cuidados das crianças, presta-se a afastar a concessão da prisão domiciliar.

Com efeito, diversamente do que constou nos *decisum* vergastados, com a alteração produzida com o advento das Leis nº 13.257/2016 e 13.769/2018, a invocada demonstração de imprescindibilidade dos cuidados não é mais necessária.

A lei, em verdade, presume a necessidade e importância do acompanhamento materno ao infante menor de 12 (doze) anos, tanto que propositalmente o legislador retirou da redação do art. 312,V do CPP, a comprovação de que seria ela *"imprescindível aos cuidados"* do menor, a qual se faz necessária em outros casos do mesmo artigo.

Dito isto, tenho que a avaliação empreendida pelo Juízo singular e corroborada, em decisão não unânime, pelo TJRO por sua generalidade e abstração, não satisfaz a necessidade de motivação das decisões judiciais, nem demonstra a presença de situação excepcional a justificar o óbice à concessão de prisão domiciliar à paciente, mãe de duas crianças menores de 12 (doze) anos, segundo o que consta dos autos.

Nesse tocante, impõe-se o imediato reparo da ilegalidade constatada, sendo o caso de se conceder a ordem, nos termos do voto vencido exarado no âmbito de HC apreciado pelo TJRO, a fim de prestigiar o entendimento, ainda que não unânime, exarado pela Corte local.

4. Isso posto, não conheço do *habeas corpus*, mas **concedo a ordem de ofício, para determinar a substituição da prisão preventiva pela medida cautelar de prisão domiciliar, na forma estabelecida no voto vencido exarado pelo TJRO, no julgamento do HC 0802660-47.2020.8.22.0000.**

Comunique-se, com urgência e pelo meio mais expedito, ao Juiz da causa, a quem incumbirá o implemento desta decisão.

Comunique-se também ao TJRO e ao STJ sobre os termos desta decisão, encaminhando-se cópia integral.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.087 **(847)**

ORIGEM	: 187087 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
PACTE.(S)	: ANDRE DE ABREU MOTA
IMPTE.(S)	: ANGELINO DA SILVA MASCARENHAS (083141/RJ)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra decisão proferida pelo Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o HC 577.684/RJ.

Consta dos autos, em síntese, que o paciente (nascido em 11/1/1975) foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de organização criminosa (art. 2º, §4º, II, da Lei 12.850/2013). Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Colhe-se da denúncia:

Cuidam os autos de investigação perpetrada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado - GAECO, em parceria com a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro - SSINTE, para apurar a prática de condutas criminosas, especialmente a constituição de organização criminosa para a prática de crimes de corrupção de agentes públicos lotados no Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO, além de crimes de corrupção ativa e passiva de agentes públicos (fiscais do DETRO e Policiais Militares).

A partir de provas produzidas durante a investigação que tramitou no inquérito policial 405-00146/DRACO-IE (Operação Stelios), que apurou a prática de crimes de organização criminosa, roubo, extorsão, falsificação de documentos públicos, dentre outras condutas, praticados por grupo criminoso, verificou-se, durante o monitoramento telefônicos dos alvos da citada investigação, a existência de outro bando criminoso voltada para a prática de crimes ligados ao transporte alternativo irregular desenvolvido no Município de São Gonçalo.

O inquérito policial 405-00146/DRACO-IE foi concluído e deu origem à ação penal 0083302-57.2016.8.19.0002, que tramita na 1ª Vara Criminal de Niterói.

Na referida ação penal, foi deferido, pelo R. Juízo da 1ª Vara Criminal de Niterói, o compartilhamento de provas, que serviram de base para a instauração do presente Procedimento de Investigação Criminal (PIC 2017.00298012/GAECO).

Instaurado o presente PIC, foi distribuída ao Juízo da 1º Vara Criminal de São Gonçalo medida cautelar sigilosa de quebra de dados telefônicos e telemáticos, tendo sido iniciado, após o deferimento pelo referido Juízo, o monitoramento telefônico.

Durante o monitoramento, restou apurado que os denunciados constituíram e integravam organização criminosa para fins de prática de crimes de corrupção ativa e passiva de funcionários públicos lotados no DETRO, na APTRAN (Auto Patrulha de Trânsito) e MPTRAN (Moto Patrulha do Trânsito) do 70Batalhão de Polícia Militar.

As informações extraídas do monitoramento telefônico acabaram por revelar, de forma bem clara, que parte dos denunciados, composta por fiscais do DETRAN, auxiliares (motoristas) e outros, recebia propina para não reprimir a atividade irregular de transporte de passageiros por vans, veículos de lotada e moto táxis. Já a outra parte dos denunciados atuava no transporte alternativo irregular e praticava e participava dos crimes de corrupção ativa, tanto de agentes públicos lotados no DETRO, quanto de policiais militares lotados em órgão de fiscalização rodoviária. Todos os denunciados faziam parte da organização criminosa.

Além do material obtido durante o monitoramento telefônico, foram realizadas diversas diligências que evidenciaram que, apesar de não regulamentada, a atividade de transporte alternativo de passageiros é realizada diariamente na Cidades. A falta de regulamentação reforça, evidentemente, o funcionamento da organização criminosa, na medida em que quem tem que impedir o exercício da atividade ilícita recebe propina para não reprimi-la, paga por quem exerce ou controla a atividade clandestina.

[…]

A - DA ESTRUTURA ORDENADA E DA DIVISÃO DE TAREFAS DA ORGANIZACÃO CRIMINOSA.

[...]

ANDRÉ DE ABREU MOTA, vulgo **"MOTA DA COOPASA FILHO"** atuava, assim como o denunciado **ALEXANDRE "RATINHO"**, no controle de pontos e linhas de vans e lotadas.

Para alcançar o referido "status", **ANDRÉ** tinha ligação direta com policiais militares" que atuavam na fiscalização do transporte alternativo, lotados em órgãos do 70BPM - São Gonçalo.

Durante o monitoramento telefônico, restou evidenciado que **ANDRE "MOTA DA COOPASA FILHO"** ocupava função de chefia, coordenando a arrecadação de propinas dos motoristas de vans e lotadas de suas "linhas e pontos" para posterior repasse de parte dos valores arrecadados a policiais militares atuantes em órgãos de fiscalização do transito (APTRAN e MPTRAN).

A ligação de **ANDRÉ** com o também denunciado e "dono de pontos e linhas de vans e lotadas" **ALEXANDRE "RATINHO"** evidenciou que ele atuava da mesma fornna52que o citado denunciado, na medida em que pagava propina a agentes da lei para que veículos cadastrados e listados não fossem autuados e apreendidos em blitz de repressão ao transporte irregular.

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou *Habeas Corpus* no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que indeferiu a liminar. Na sequência, nova impetração, dessa vez dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, indeferida liminarmente, com fundamento na Súmula 691/STF.

Nesta ação, o impetrante sustenta, em suma, a ausência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva. Enfatiza que: *com a prisão iniciada no dia 17.12.2018, na data da protocolização do presente habeas corpus, o paciente se encontra enclausurado aproximadamente 1 ano, 5 meses e 24 dias, sem sequer ser garantida no juízo das execuções penais a progressão de regime do fechado para o semiaberto.* Destaca, ainda, a pandemia decorrente da Covid-19. Requer, assim, a concessão da ordem, para que seja revogado o decreto prisional, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido.

No presente caso, incide óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, uma vez que se impugna *decisão monocrática* de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, determinando a extinção do *Habeas Corpus* ajuizado naquela Corte (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013).

De fato, o exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta CORTE (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014).

Como bem apontado pelo Ministro LUIZ FUX, com base em diversos outros precedentes desta Primeira Turma, em regra, a flexibilização dessa norma implicaria afastamento do texto da Constituição, pois a competência deste SUPREMO TRIBUNAL, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades, no caso, membros de Tribunais Superiores, cujos atos não estão submetidos à apreciação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (HC 139.262, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 23/3/2017).

Esta Primeira Turma vem autorizando, somente em circunstâncias específicas, o exame de *habeas corpus* quando não encerrada a análise na instância competente, óbice superável apenas em hipótese de teratologia (HC 138.414/RJ, Primeira Turma, DJe de 20/4/2017) ou em casos excepcionais (HC 137.078/SP, Primeira Turma, DJe de 24/4/2017), como bem destacado pela Ministra ROSA WEBER.

No particular, entretanto, não se apresentam as hipóteses de teratologia ou excepcionalidade.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, INDEFIRO A ORDEM DE *HABEAS CORPUS*.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.090 **(848)**

ORIGEM : 187090 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : RUSTENIA MYRIA SOUZA DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : EDNILSON SIQUEIRA PAIVA (9757/PB)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 558.674 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/06. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. NECESSIDADE DE SE AFERIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO À LUZ DAS ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.**

- Seguimento negado, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do *habeas corpus* lá impetrado, HC 558.674.

Colhe-se dos autos que a paciente foi presa preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

11.343/2006.

Em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Contra esse *decisum*, a defesa manejou novo *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do *writ*.

Na presente impetração, sustenta, em síntese, a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para formação da culpa.

Afirma que a paciente "*se encontra presa de forma preventiva, há exatos 547(quinhentos e quarenta e sete)dias*".

A tese defensiva é no sentido de que os fundamentos utilizados pela autoridade coatora para justificar o excesso de prazo "*não condizem com a verdade dos autos*", pontuando que "*o processo foi cindido e conta com apenas 4(quatro)denunciados*", além de não haver necessidade de expedição de carta precatória.

Ao final, formula pedido nos seguintes termos:

"*Ante o exposto, e ainda contando com os doutos suprimentos exarados da lavra de Vossa Excelência, depois de cumpridas as formalidades de praxe, requer:*

1º A concessão da liminar pleiteada, sem a qual o presente HC se tornará inócuo, pois, quando, e se, o mérito for julgado, o processo já estará encerrado;

2º A concessão do WRIT no mérito para que cesse o constrangimento ilegal, com a consequente expedição do ALVARÁ DE SOLTURA em favor de RUSTENIA MYRIA SOUZA DE OLIVEIRA, isso como medida de direito e de justiça".

É o relatório, **DECIDO**.

Ab initio, verifico, em consulta ao sítio eletrônico da Corte Superior, a ausência julgamento colegiado acerca do mérito da questão levada a seu conhecimento. Nesse contexto, assento que não restou exaurida a jurisdição no âmbito daquela Corte, conforme exigido pelo artigo 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância ***pelos Tribunais Superiores****, se denegatória a decisão"* (grifei).

O constituinte fez clara opção pelo princípio da colegialidade ao franquear a competência desta Corte para apreciação de *habeas corpus* – consoante disposto na alínea *a* do inciso II do artigo 102, da CRFB, – **quando decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.** E não há de se estabelecer a possibilidade de flexibilização dessa regra constitucional de competência, pois, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENDAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DOSIMETRIA DA PENA. REGIME INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito discutida na impetração. 2. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "habeas corpus não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado" (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). 3. A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático e probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão" (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). 4. A fixação da pena-base acima do mínimo legal, a imposição de regime prisional mais severo e a vedação da conversão da pena privativa de liberdade foram justificados com apoio em dados empíricos da causa, notadamente na presença de circunstância judicial desfavorável (culpabilidade do agravante). Hipótese em que não se verifica ilegalidade flagrante que justifique o acolhimento da pretensão defensiva. 5. A possibilidade da detração penal não foi arguida na petição inicial do habeas corpus, tendo sido suscitada somente nesta via recursal. Trata-se, portanto, de inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O agravante apenas reitera os argumentos anteriormente expostos na inicial do habeas corpus, sem, contudo, aduzir novos elementos capazes de afastar as razões expendidas na decisão agravada. II – A orientação firmada pela Segunda Turma, quando do julgamento do HC 119.115/MG, de minha relatoria, é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado, impede o conhecimento do habeas corpus por esta Suprema Corte, pois, do contrário, permitiria ao jurisdicionado a escolha do Tribunal para conhecer e julgar a sua causa, o que configuraria evidente abuso do direito de recorrer. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019)

A Constituição Federal restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior, considerando o princípio da colegialidade. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.

Demais disso, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do habeas corpus em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação ex officio, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Inicialmente, quanto ao alegado excesso de prazo para a formação de culpa, cumpre destacar que, consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, os lapsos temporais indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos prazos legais.

De fato, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação nos referidos prazos, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Embora seja dever do Estado primar pela célere prestação jurisdicional, em homenagem ao princípio constitucional da razoável duração do processo, forçoso reconhecer que, no caso examinado, não se vislumbra manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Tribunal Superior.

Denota-se dos autos que foi oferecida denúncia em desfavor da paciente e de 40 (quarenta) investigados, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006.

Assim, considerada a complexidade da causa, o impetrante não logrou demonstrar de que maneira a autoridade judicial ou a acusação teriam agido ou se omitido de modo a estender injustificadamente a duração do feito, razão pela qual não há falar em excesso de prazo para a formação da culpa, apto a afastar a medida cautelar.

Nesse norte (grifos acrescidos):

(…)

Finalmente, desconstituir o entendimento proferido pelo Tribunal de origem de que não há comprovação de a paciente ser a única responsável pelo tratamento da genitora, de modo a que lhe seja concedido o benefício de prisão domiciliar, demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do writ.

A propósito (grifos acrescidos):

(…)

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, não se conhece do habeas corpus. Recomenda-se, entretanto, de ofício, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019.

Publique-se. Intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos".

Na hipótese *sub examine*, o Tribunal *a quo* assentou que "*considerada a complexidade da causa, o impetrante não logrou demonstrar de que maneira a autoridade judicial ou a acusação teriam agido ou se omitido de modo a estender injustificadamente a duração do feito, razão pela qual não há falar em excesso de prazo para a formação da culpa*".

Deveras, impende consignar que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a complexidade dos fatos e do procedimento, bem como a pluralidade de réus e testemunhas, permitem seja ultrapassado o prazo legal. Nesse sentido, trago à guisa de exemplo, os seguintes julgados:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. ALEGAÇÃO DE DEMORA INJUSTIFICADA PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO CRIMINAL. COMPLEXIDADE DO FEITO. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA JUDICIAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Não se há cogitar de desídia judicial na tramitação do recurso de apelação da defesa no Tribunal Regional Federal da Terceira Região. O acórdão recorrido harmoniza-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal no sentido de não ser procedente a alegação de excesso de prazo quando a complexidade justifica a tramitação mais alongada do processo. 2. Recurso ao qual se nega provimento." (RHC 132.322, Segunda

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Turma Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 7/4/2016).

"Habeas corpus. 2. Formação de quadrilha, receptação e estelionato. 3. Pedido de liberdade provisória. 4. Demonstrada a necessidade da segregação provisória para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, tendo em vista a comprovação da periculosidade do acusado, líder de organização criminosa. Alta probabilidade de que, em liberdade até o trânsito em julgado da ação penal, dê prosseguimento às atividades ilícitas. Precedentes. 5. Alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Não ocorrência. Complexidade do feito (pluralidade de réus, defensores e testemunhas). Processo concluso aguardando sentença. 6. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada." (HC 131.055, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/3/2016).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. OPERAÇÃO POLICIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. CABIMENTO. COMPLEXIDADE DA INVESTIGAÇÃO. DEFERIMENTO DE MEDIDA INVESTIGATIVA. POSTERIOR DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. VALIDADE. JUÍZO APARENTE. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. RISCO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. Não se admite habeas corpus substitutivo de recurso ordinário constitucional, sob pena de desvirtuamento das regras e prazos processuais, peremptoriamente previstos em lei. 2. É possível a prorrogação do prazo de autorização para interceptação telefônica, ainda que sucessivamente, especialmente quando, em razão do número de fatos e investigados, o caso seja dotado de complexidade que demande uma investigação diferenciada, profícua e contínua. 3. Segundo a teoria do juízo aparente, não há nulidade na medida investigativa deferida por magistrado que, posteriormente, vem a declinar da competência por motivo superveniente e desconhecido à época da autorização judicial. 4. Caracteriza-se indevida supressão de instância o enfrentamento de argumento não analisado pela instância a quo. 5. Habeas corpus não conhecido, revogando-se a liminar anteriormente deferida." (HC 120.027, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* de 24/11/2015).

Demais disso, cabe referir que não pode a razoável duração do processo ser aferida de modo dissociado das especificidades da hipótese *sub examine*. Nesse sentido, *in verbis:*

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. 1. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional. 2. Prisão preventiva decretada forte na garantia da ordem pública, presentes as circunstâncias concretas reveladas nos autos. Precedentes. 3. A razoável duração do processo não pode ser considerada de maneira isolada e descontextualizada das peculiaridades do caso concreto. 4. Agravo regimental conhecido e não provido.*" (HC 125.144-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber. *DJe* de 28/6/2016).

"*Agravo regimental em habeas corpus. Matéria criminal. Writ denegado monocraticamente na forma do art. 192 do RISTF. Demora no julgamento de impetração perante o STJ não reconhecida. Conhecimento do agravo regimental. Agravo não provido. 1. Segundo o art. 192 do Regimento Interno da Corte, "quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal, o Relator poderá desde logo denegar ou conceder a ordem, ainda que de ofício, à vista da documentação da petição inicial ou do teor das informações". 2. Está sedimentado, em ambas as Turmas da Suprema Corte, que a demora no julgamento do writ impetrado ao Superior Tribunal de Justiça, por si só, não pode ser interpretada como negativa de prestação jurisdicional, não se ajustando ao presente caso as situações fáticas excepcionais. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.*" (HC 132.610-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 6/6/2016).

Outrossim, eventual exame da pretensão defensiva, mormente quanto à alegada ausência de complexidade da causa, demandaria uma indevida incursão na moldura fática delineada nos autos. Desta sorte, impende consignar, ainda, que o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I. HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (HC nº 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/05/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *habeas corpus,* com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.091 **(849)**

ORIGEM : 187091 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : JOSE ROBERTO DA SILVA
IMPTE.(S) : EDER INACIO DA SILVA (20133/MS)
IMPTE.(S) : VALDEIR APARECIDO DA SILVA (16978/MS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 583.165 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Eder Inácio da Silva e outro em favor de José Roberto da Silva, contra decisão monocrática da lavra do Ministro Antonio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu a liminar no HC 583.165/MS (*evento 12, fls. 3/5*).

O paciente foi preso em flagrante delito, em 08.02.2020, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput* c/c art. 40, V, da Lei 11.343/2006). O magistrado de primeiro grau converteu o flagrante em prisão preventiva (*evento 11, fls. 62/64*).

Extraio do ato dito coator:

"(...).

A liminar em habeas corpus, bem como em recurso ordinário em habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar. (...)".

No presente *writ*, os Impetrantes pugnam pelo afastamento da Súmula 691/STF. Sustentam o excesso de prazo para formação de culpa. Alegam ocorrência de nulidade processual pela ausência de intimação da Defesa para realização da sessão de julgamento. Apontam a pandemia da Covid-19, a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça e que o paciente é portador de comorbidade preexistente. Requerem, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, sucessivamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou a concessão de prisão domiciliar em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

À falta de pronunciamento final do colegiado do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão esbarra na Súmula nº 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

A compreensão expressa em tal verbete sumular tem sido abrandada em julgados desta Corte em hipóteses excepcionais, de flagrante ilegalidade ou abuso de poder na denegação da tutela de eficácia imediata. Nesse sentido, v.g, as seguintes decisões colegiadas: HC 154.149-AgR/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 28.5.2019; HC 155.878-AgR/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 10.4.2019; HC 169.068-AgR/PI, Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, DJe 08.5.2019; e HC 153.411/SP, Rel. p/ acórdão Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 26.4.2019.

Ao exame dos autos, não detecto a ocorrência de situação autorizadora do afastamento do mencionado verbete, pois, de acordo com o ato dito coator, *'Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência'.*

À míngua de pronunciamento judicial conclusivo pela Corte Superior quanto à matéria trazida nestes autos, inviável a análise do *writ* pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de indevida supressão de instância. Cito, nessa linha, precedentes: HC 134.957-AgR/MG, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 24.02.2017; RHC 136.311/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 21.02.2017; RHC 133.974/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 03.3.2017; e HC 136.452-ED/DF, de minha relatoria, 1ª Turma, DJe 10.02.2017.

Por outro lado, a razoável duração do processo não pode ser considerada de maneira isolada e descontextualizada das peculiaridades do caso concreto, até porque a melhor compreensão do princípio constitucional aponta para *processo sem dilações indevidas*, em que a demora na tramitação do feito há de guardar proporcionalidade com a complexidade do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

delito nele veiculado e as diligências e os meios de prova indispensáveis a seu deslinde. Nesse sentido o magistério de Daniel Mitidiero, que se endossa (Curso de Direito Constitucional, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, Revista dos Tribunais).

A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal é no sentido de que "*o excesso de prazo da instrução criminal não resulta de simples operação aritmética, impondo-se considerar a complexidade do processo, atos procrastinatórios da defesa e número de réus envolvidos, fatores que, analisados em conjunto ou separadamente, indicam ser, ou não, razoável o prazo para o encerramento"* (HC 180.426/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 07.8.2012).

De acordo com o sítio eletrônico disponibilizado pela Corte Estadual e considerada a custódia do paciente em 08.02.2020, a ação penal de origem tramita regularmente perante o juízo de primeiro grau.

Anoto, por fim, que, nada colhe o alegado excesso de prazo para formação da culpa, porquanto inexistente '*situação anômala'* a comprometer *'a efetividade do processo*' ou '*desprezo estatal pela liberdade do cidadão*' (HC 142.177/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 19.9.2017).

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 187.095 **(850)**

ORIGEM : 187095 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : SUELY IVANISE DA SILVA LIMA
IMPTE.(S) : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE (49773/DF, 33626/PE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 586.595 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL E PENAL. CRIMES DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/06. PLEITO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. TEMA NÃO DEBATIDO PELA INSTÂNCIA PRECEDENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.**

- Seguimento negado, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu a medida liminar no HC 586.595, *in verbis*:

"*A concessão de liminar em habeas corpus constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.*

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Especificamente com relação ao risco ao paciente, diante da pandemia pelo novo coronavírus, verifica-se que a questão não foi objeto de julgamento no acórdão impugnado, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância, consoante entendimento desta Corte:

(…)

Ademais, registro que o Supremo Tribunal Federal, pela voz do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO, em decisão recente, conclamou os Juízes a atender pleitos como o presente. Ocorre que o Pleno do STF não chancelou tal orientação. Como se pode ler no próprio sítio eletrônico da Corte (http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439697vi=1), acerca de pedido do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) para prevenir a propagação do novo coronavírus no sistema de justiça penal e socioeducativo, onde se pleiteara, entre outras coisas, o livramento de presos de mais de 60 anos, e a autorização para que aqueles com HIV, tuberculose, câncer, diabetes e doenças respiratórias, cardíacas e imunodepressoras cumpram prisão domiciliar:

(…)

Assim, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano - PE, notadamente a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente, bem como a senha para consulta ao processo, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer".

Colhe-se dos autos que a paciente foi presa preventivamente em razão da suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06.

Em *habeas corpus* manejado perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Contra esse *decisum*, a defesa impetrou novo *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu o pedido liminar, nos termos da decisão supratranscrita.

Sobreveio a presente impetração, na qual a defesa aponta a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no indeferimento da prisão domiciliar.

Argumenta que "*a paciente se encontra hoje custodiada a quase (02) dois anos por suposto delito não tendo até a presente data previsão de conclusão (decisão anexa), sendo certo que a paciente tem 02 (dois) filhos menores de 12 (doze) anos de idade*".

Alega, ainda, que "*está inserida em grupo de risco e que a unidade prisional o qual se encontra recolhido não dispõe de infraestrutura para conter o avanço da pandemia*".

Ao final, formula pedido, nos seguintes termos:

"*Ante o exposto, demonstrado a ilegalidade da decisão, requer seja o presente habeas corpus conhecido e provido, concedendo-se a ordem para que:*

a) Em sede de liminar, REQUER O AFASTAMENTO DA SUMULA 691/STF, e a substituída a prisão preventiva por prisão domiciliar, pelos motivos expostos, enquanto não julgado definitivamente o presente writ, vez que se fazem presentes os requisitos autorizadores da medida pretendida, como exaustivamente já demonstrado neste feito;

b) A concessão da ordem de Habeas Corpus ratificando a liminar requerida".

É o relatório, **DECIDO.**

O Supremo Tribunal Federal segue, de forma pacífica, a orientação de que não lhe cabe julgar *habeas corpus* de decisão liminar proferida em idêntico remédio constitucional em curso nos tribunais superiores, conforme o enunciado nº 691 da Súmula desta Corte, *verbis*: "*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"*.

In casu, não ressai teratologia ou flagrante ilegalidade da decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça apta a tornar a matéria aduzida no presente *writ* cognoscível, porquanto a instância *a quo,* ao negar o pedido de liminar, não enfrentou o mérito do *habeas corpus* lá impetrado e, em observância às cautelas necessárias a essa espécie de ação constitucional, limitou-se a solicitar informações e, após, remeter os autos ao Ministério Público Federal. Nesse sentido, *verbis:*

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. CRIME DE ESTUPRO. NULIDADE PROCESSUAL. INTIMAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 1. Não se conhece de habeas corpus impetrado contra indeferimento de liminar por Relator em habeas corpus requerido a Tribunal Superior. Súmula 691. Óbice superável apenas em hipótese de teratologia. 2. Inviável o exame da tese defensiva não analisada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido."* (HC 134.584-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 22/9/2016).

"*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. EFEITOS INFRINGENTES. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PENAL. MEDIDA LIMINAR EM HABEAS CORPUS INDEFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE JURÍDICA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO."* (HC 135.569-ED, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 6/9/2016).

Com efeito, esta Suprema Corte não pode, em razão da sua competência constitucionalmente delineada e da organicidade do direito, conhecer, nesta via mandamental, questões não examinadas definitivamente no Tribunal *a quo*, sob pena de estimular a impetração de *habeas corpus per saltum*, em detrimento da atuação do Superior Tribunal de Justiça, órgão jurisdicional que igualmente ostenta competências de envergadura constitucional.

A propósito da organicidade e dinâmica do direito, impondo-se a "*correção de rumos",* bem discorreu o Ministro Marco Aurélio no voto proferido no HC 109.956, *verbis*:

"O Direito é orgânico e dinâmico e contém princípios, expressões e vocábulos com sentido próprio. A definição do alcance da Carta da República há de fazer-se de forma integrativa, mas também considerada a regra de hermenêutica e aplicação do Direito que é sistemática.

[...] O Direito é avesso a sobreposições e impetrar-se novo habeas, embora para julgamento por tribunal diverso, impugnando pronunciamento em idêntica medida implica inviabilizar, em detrimento de outras situações em que requerida, a jurisdição."

Ademais, qualquer antecipação desta Corte sobre o mérito do pedido de *habeas corpus* implicaria indevida supressão de instância, devendo aguardar-se o fim da tramitação do pedido no STJ para, se for o caso, interpor-se o recurso cabível.

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *habeas corpus,* com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.102 **(851)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 187102 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : WANDERSON DE SOUSA DE ANDRADE
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Por isso, este pleito não deve prosseguir.

O art. 102, I, **i**, da Constituição Federal preceitua que a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente o *habeas corpus* será inaugurada

"[...] **quando o coator for Tribunal Superior** ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância" (grifei).

Na espécie, a ausência da análise dos fundamentos constantes da decisão monocrática pelo colegiado de Tribunal Superior impede o conhecimento do *writ* nesta Suprema Corte.

Nesse sentido:

"*HABEAS CORPUS* CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. RECORRIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. 1. **Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça** (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013). 2. **O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte** (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014). 3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional que caracterizem flagrante constrangimento ilegal. 4. *Habeas corpus* não conhecido" (HC 165.860/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, redator p/ acórdão Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma; grifei).

Ademais, não verifico teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder que possam ser constatados *ictu oculi* e que mitigariam a impossibilidade da análise *per saltum* das questões trazidas no presente *habeas corpus*.

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1°, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 187.106 **(852)**

ORIGEM : 187106 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JOSE CLAUDIO MARCIO SILVA SANTOS
IMPTE.(S) : THIAGO PINHEIRO SILVA (10065/SE) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que, no HC 586.546/SE, indeferiu liminarmente a impetração (eDOC 9).

Busca-se, em suma, a concessão do direito de aguardar o deslinde do feito em liberdade ou ao menos que se determine urgência na solução do processo ante o alegado excesso de prazo em sua tramitação.

É o relatório. **Decido**.

1. Esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por **membro** de Tribunal Superior, visto que, a teor do art. 102, I, "i", da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que **Tribunal Superior,** por meio de órgão colegiado, atue nessa condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do *habeas corpus* no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que **restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.** Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, "i", da **Constituição como regra de competência**, estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, **há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea "i"), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental"** (HC 114.557 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*).

Nessa perspectiva, tem-se reconhecido o descabimento de *habeas corpus* dirigido ao combate de decisão **monocrática de indeferimento de liminar** proferida no âmbito do STJ. Tal entendimento pode ser extraído a partir da leitura da Súmula 691/STF:

"**Não compete** ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado **contra decisão do Relator** que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, **indefere a liminar."**

2. Não bastasse, a exigência de motivação estabelecida pelo art. 93, IX, CF, deve ser compreendida à luz do cenário processual em que o ato se insere. Vale mencionar, por exemplo, a evidente distinção da motivação exigida entre medidas embrionárias, que se contentam com juízo sumário, e o édito condenatório, que desafia a presença de arcabouço robusto para fins de desconstituição do estado de inocência presumido.

Cumpre assinalar que o deferimento de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional por sua própria natureza, que somente se justifica quando a situação demonstrada nos autos representar, desde logo, manifesto constrangimento ilegal.

Ou seja, no contexto do *habeas corpus*, a concessão da tutela de urgência é exceção, e, nesse particular, seu indeferimento deve ser motivado de acordo com essa condição.

Sendo assim, o ônus argumentativo para afastar o pleito liminar é extremamente reduzido. Calha reiterar que, em tais hipóteses, não há pronunciamento de mérito da autoridade apontada como coatora, de modo que se mostra recomendável aguardar a manifestação conclusiva do Juízo natural.

Além disso, de acordo com a tradicional jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é admissível a superposição de *habeas corpus* contra decisões denegatórias de liminar (HCs 79.238/RS e 79.776/RS, Rel. Min. Moreira Alves, DJU de 06.08.1999 e de 03.03.2000, respectivamente; HC 79.748/RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJU de 23.06.2000; HC 79.775/AP, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJU de 17.03.2000).

Sendo assim, a decisão do STJ, ao aplicar a Súmula 691/STF, não merece reproche.

3. Destarte, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, com fulcro na Súmula 691/STF e no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento** ao *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.107 **(853)**

ORIGEM : 187107 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S) : BRENDA CONCEICAO DANTAS REIS
IMPTE.(S) : CRISTIANO CAMINADA (40820/PE)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Cristiano Caminada em favor de Brenda Conceição Dantas Reis, contra decisão monocrática da lavra do Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o HC 586.736/PE *(evento 17)*.

A paciente foi presa preventivamente pela suposta prática dos crimes de estelionato e de falsa identidade (arts. 171 e 307 do Código Penal).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que indeferiu a liminar *(evento 16)*.

A questão foi então submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, que, via decisão monocrática da lavra do Ministro João Otávio de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Noronha, indeferiu liminarmente o HC 586.736/PE *(evento 17)*.

No presente *writ,* pugna, preliminarmente, pelo afastamento da Súmula 691/STF. Alega inidônea a fundamentação do decreto prisional e desproporcionalidade da prisão. Sustentam que '*não existe elemento concreto que ampare a fundamentação do decreto prisional no sentido de que a paciente continue investindo na prática delitiva*'. Apontam falta de justa causa. Requerem, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, sucessivamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

Extraio do ato dito coator:

"(...).

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

(…).

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

(…).

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular. Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus".

Como se observa, o Superior Tribunal de Justiça alicerçou-se no entendimento sumulado por esta Suprema Corte para indeferir liminarmente a impetração. Aduziu que o *writ* se voltava contra decisão monocrática proferida por Relator do Tribunal de Justiça, o qual indeferira liminar em *habeas corpus* impetrado na Corte Estadual.

Ao rejeitar o pedido liminar, o Tribunal de Justiça não reputou presentes requisitos autorizadores da imediata soltura da paciente, reservando a definição da matéria ao pronunciamento do colegiado.

Da decisão singular, a Defesa impetrou *habeas corpus* originário no Superior Tribunal de Justiça e, ante a negativa de seguimento, novo *writ*, desta feita neste Supremo Tribunal Federal. Constato, pois, não esgotada a jurisdição da Corte Superior, na medida em que o ato impugnado é decisão monocrática extintiva do *writ*, e não o resultado de julgamento colegiado.

Cumpriria à Defesa, pretendendo a reforma da decisão monocrática, ter aviado agravo regimental para que a questão fosse apreciada pelo órgão colegiado do STJ (HC 122.275-AgR/SP, Rel. Min. *Teori Zavascki*, 2ª Turma, DJe 01.7.2014).

Logo, dar trânsito ao *writ* significaria duplicar a tramitação da ação constitucional, *sub judice* no âmbito da Corte Estadual; apreciá-lo no mérito implicaria suprimir instâncias de julgamento, em inobservância às regras do devido processo legal e do juiz natural.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

HABEAS CORPUS 187.109 **(854)**

ORIGEM : 187109 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : JOSE MARCOS DOS SANTOS
IMPTE.(S) : THIAGO PINHEIRO SILVA (10065/SE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 586.577 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO. ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.**

- Seguimento negado, com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça no *habeas corpus* 586.577.

Colhe-se dos autos que o paciente cumpre pena de 8 (oito) anos, 3 (três) meses e 8 (oito) dias pela prática do crime previsto no art. 157 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, contudo não logrou êxito.

Ato contínuo, foi impetrado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual foi indeferido liminarmente.

Sobreveio este *habeas corpus*, no qual a defesa alega, em síntese, constrangimento ilegal consubstanciado na demora para a concessão da de progressão de regime a que supostamente o paciente teria direito.

Narra que *"A Lep. Não fixou prazo para encerramento de procedimentos nela previsto. Entretanto conforme dispõe a parte final do caput do art. 2º da Lep. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento executório as normas previstas no Código do Processo Penal. Razão pela qual entendeu-se que estando a sentenciada presa, a conclusão do procedimento não deverá exceder o prazo de 60 (sessenta) lei 11.719/2008 fixado em reiteradas decisões dos tribunais pátrios para conclusão do processo crime onde figure réu preso. A propósito, colhe-se do Superior Tribunal de Justiça a seguinte decisão. A cerca da demora injustificável na análise de benefício"* (sic).

Ao final, formula pedido nos seguintes termos*:*

"Posto isto e tendo atendido todas as exigências legais, requer em caráter de urgência e excepcional a concessão, da medida liminar da progressão de regime fechado, para o semiaberto, entendendo dessa forma Vossa Excelência, poderá está convicta de que estará prestando mais um honroso tributo ao direito e a mais pura e cristalina justiça em condescender ao requerido.

E no mérito pede que seja mantida a decisão liminar. Garantindo-se ao paciente o direito de progredir de regime, também:

a) Quando do julgamento do méritum causae que aflora do presente Writ, promova-se a intimação dos mesmos no escopo de vir a promover a sustentação oral perante a Câmara Criminal, nos moldes do regimento interno do STF.

b) Requer-se que sejam dispensadas as informações da autoridade coatora, por esta a petição devidamente instruída com cópia de todo processo. Não entendendo dessa forma oficiese a autoridade coatora para prestar as necessárias informações no prazo de 24h.E após a juntada das informações seja analisada e medida liminar.

c) Não sendo concedida a medida liminar, seja aberta vista ao MPE, para emitir parecer no prazo de 48h.

d) Não sendo concedido o mérito do presente pedido, seja concedida a ordem de ofício, não entendendo dessa forma, seja determinado urgência com recomendação na solução do feito."

É o relatório, **DECIDO.**

In casu, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"(...)

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Além disso, verifica-se dos autos que o writ impetrado perante o Tribunal de origem foi indeferido liminarmente por decisão monocrática do Desembargador-Relator.

Assim, as teses deduzidas na presente impetração não foram analisadas na decisão atacada, bem como não foram levadas à análise do órgão colegiado do Tribunal de origem, considerando que não houve a interposição do devido agravo regimental. Assim, não compete a esta Corte Superior, a análise do mérito da impetração, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

(…)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente a presente impetração."

Deveras, em relação à matéria de fundo, verifico que a fundamentação da decisão do Tribunal *a quo* reside na insuscetibilidade de sua atuação, porquanto *"não compete [àquela] Corte Superior, a análise do mérito da impetração, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância".*

Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento desta impetração sem que a instância precedente tenha examinado o mérito do *habeas corpus* lá impetrado consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, rel. min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

Além disso, o atendimento da pretensão defensiva e eventual divergência do entendimento firmado pelas instâncias anteriores implica o reexame da matéria fática. Com efeito, o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS . PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I . HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."* (HC 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016)

Impende consignar, ainda, que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido."* (HC 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento."* (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *writ,* com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.110 **(855)**

ORIGEM	: 187110 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE.(S)	: WILLIAN MONTEIRO FERREIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ que denegou a ordem no HC 565.133/SP, assim ementado:

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. *MODUS OPERANDI*. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada pois, segundo a decisão que a impôs, além do contexto de continuidade delitiva, já que 'tentou subtrair a motoneta I Shineray utilizando uma chave falsa' e, em seguida, 'dirigiu-se ao VW/Gol, que se encontrava estacionado na via pública, e, com o emprego de chave falsa, forçou a porta do automóvel, a fim de abri-lo', tendo sido impedido por populares em ambos os casos, o paciente é reincidente e 'possui longo histórico criminal - com condenações por roubo e lesão corporal no âmbito familiar'. Dessarte, evidenciada a sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Como sedimentado em farta jurisprudência desta Corte, maus antecedentes, reincidência ou até mesmo outras ações penais em curso configuram motivação válida para a imposição de segregação cautelar como forma de evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública. Precedentes.

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Ordem denegada" (pág. 1 do doc. eletrônico 5).

É contra essa decisão que se insurge a impetrante.

Alega que "não é razoável a manutenção da prisão decretada em desfavor de paciente primário, preso por crime sem violência ou ameaça e sem previsão de realização da audiência" (pág. 5 da petição inicial).

Defende, ademais, que, "embora a reincidência esteja prevista como um dos requisitos a admitir a prisão cautelar, nos termos do art. 313, inciso II, do Código de Processo Penal, não pode ser empregada como único fundamento para a manutenção da prisão preventiva" (pág. 5 da petição inicial).

Registra que o "suposto envolvimento com outros fatos que acarretaram a movimentação do Poder Judiciário, por si só, não é hábil a revelar conduta social que impediria a concessão da liberdade provisória, análise que tem de estar adstrita tão somente aos requisitos de cautelaridade" (pág. 10 da petição inicial).

Salienta que "a manutenção da prisão é teratológica e viola o devido processo legal, permitindo a odiosa antecipação integral da pena e abrindo espaço para a ocorrência de erro judiciário, caso ele venha a ser absolvido ou fixado regime diverso do fechado" (pág. 11 da petição inicial).

Entende, nesse contexto, que é "razoável a aplicação da medida cautelar concernente à proibição de o acusado ausentar-se da Comarca, a fim de também evitar que se frustre o regular andamento do processo" (pág. 13 da petição inicial).

Requer, ao final, a concessão da ordem, "a fim de que seja cassada a r. decisão impugnada, concedendo liberdade provisória ao Paciente ou, subsidiariamente, seja-lhe aplicada medida cautelar diversa da prisão, exceto fiança por ser o acusado pessoa pobre que não tem condições de arcar com prestações pecuniárias sem o prejuízo do próprio sustento ou de sua família" (pág. 14 da petição inicial).

É o relatório suficiente. Decido.

Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada: (i) como garantia da ordem pública ou econômica; (ii) por conveniência da instrução criminal ou; (iii) para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

No caso, o Magistrado de primeira instância fundamentou a necessidade da prisão preventiva na garantia da ordem pública, a fim de evitar reiteração delitiva, pois "o custodiado possui longo histórico criminal - com condenações por roubo e lesão corporal no âmbito familiar". O Tribunal de origem, por sua vez, apontou esses mesmos aspectos, salientando, ademais, as circunstâncias em que os delitos foram praticados.

Veja-se o que consta do acórdão questionado:

"No caso, são estes os fundamentos invocados para a decretação da prisão preventiva, *in verbis* (e-STJ fls. 38/39):

No que concerne à prisão do autuado, observando-se as regras trazidas pela Lei nº 12.403/11, constato ser incabível a concessão de quaisquer das medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, sendo de rigor a manutenção de sua custódia.

Com efeito, os elementos existentes nos autos demonstram a existência de indícios fortes de autoria, vez que o custodiado foi detido por populares no momento em que tentava subtrair veículos automotores. Anoto ainda que o custodiado possui longo histórico criminal - com condenações por roubo e lesão corporal no âmbito familiar –, não exerce atividade formal e informa fazer uso de entorpecentes, demonstrando que faz do crime o meio para manutenção de seu vício, havendo risco concreto de reiteração delitiva. Destaco, por fim, que não existe nos autos indício concreto de patologias psicológica e o réu se apresenta lúcido em audiência. Sendo assim, a fim de que seja garantida a ordem pública e tendo em vista a conveniência da instrução processual, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA DE WILLIAN MONTEIRO FERREIRA, uma vez que estão presentes todos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. (Grifei)

O Tribunal de origem, ao vislumbrar que a soltura do paciente caracterizaria risco à ordem pública, denegou a ordem valendo-se dos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

seguintes fundamentos (e-STJ fls. 70/71):

De acordo com a acusação, o paciente deliberou a prática dos crimes de furto e dirigiu-se ao local indicado acima, onde tentou subtrair a motoneta I Shineray utilizando uma chave falsa. Todavia, ao perceber a presença de pessoas no local, empreendeu fuga.

Na sequência, Willian dirigiu-se ao VW/Gol, que se encontrava estacionado na via pública, e, com o emprego de chave falsa, forçou a porta do automóvel, a fim de abri-lo. Ao presenciar a tentativa de subtração, o ofendido T. gritou, provocando a fuga do paciente; ato contínuo, T. e populares saíram em seu encalço e o detiveram nas proximidades do local dos fatos. A polícia militar foi acionada e o conduziu à delegacia de polícia. Willian confessou os fatos perante a autoridade policial.

[…]

In casu, a prisão decretada não se mostra ilegal ou arbitrária para justificar a concessão da ordem. A menção das favoráveis condições pessoais do paciente contrapõe-se às condutas imputadas na denúncia, em trâmite no Juízo *a quo*: sair de casa disposto a subtrair o patrimônio de pessoas honestas, retirando a tranquilidade da sociedade. Ademais, a reincidência (cf. Certidão de fls. 52/53 processo nº 0005053-79.2015.8.26.0278) comprova a personalidade distorcida de quem, reiteradamente, insiste em praticar condutas ilícitas.

Depreende-se da leitura dos excertos acima transcritos que a prisão do paciente foi decretada como forma de acautelar a ordem pública, pois, além do contexto de continuidade delitiva, já que 'tentou subtrair a motoneta I Shineray utilizando uma chave falsa' e, em seguida, 'dirigiu-se ao VW/Gol, que se encontrava estacionado na via pública, e, com o emprego de chave falsa, forçou a porta do automóvel, a fim de abri-lo', tendo sido impedido por populares em ambos os casos, o paciente é reincidente e 'possui longo histórico criminal - com condenações por roubo e lesão corporal no âmbito familiar'.

Dessa forma, justifica-se a imposição da prisão preventiva do paciente pois, como sedimentado em farta jurisprudência desta Corte, maus antecedentes, reincidência ou até mesmo outras ações penais em curso configuram motivação válida para a imposição de segregação cautelar como forma de evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública.

[…]

Dessa maneira, mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes" (págs. 5-8 do doc. eletrônico 5).

Como se vê, a decisão do Superior Tribunal de Justiça alinha-se perfeitamente à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmada no sentido de que a prisão preventiva pode ter fundamento na reiteração criminosa, como violadora da ordem pública, quando demonstrada a presença de registro de prática de crimes na folha de antecedentes criminais do réu. Com essa orientação, cito os seguintes julgados:

"*HABEAS CORPUS*. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. ARTIGO 155, § 4º, IV, DO CÓDIGO PENAL. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. 1. A custódia preventiva para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal justifica-se ante a gravidade *in concrecto* do crime, máxime diante da possibilidade concreta de reiteração delitiva. Precedentes: HC 145.562-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 21/5/2018; e HC 129.168, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 16/12/2015. 2. *In casu*: i) o paciente teve a prisão preventiva decretada em razão da suposta prática do crime de furto qualificado, tipificado no artigo 155, § 4º, IV, do Código Penal, por ter subtraído exemplares raros de livros da biblioteca da ESALQ-USP. ii) o juízo de primeiro grau apontou que o acusado se revela contumaz na prática delitiva. Comprova-se isso pela condenação recentemente suportada nos autos 3030531-16.2013.8.26.0114, da 4.ª Vara Criminal de Campinas/SP, onde foi recentemente condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 03 (três) anos de reclusão, em regime aberto, substituída por duas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviços à comunidade e limitação de fins de semana, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade e de forma a ser definida pelo Juízo das Execuções, como incurso no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal, tendo o Tribunal de origem, registrado, ainda, que em outra oportunidade o paciente teria subtraído o quadro enterro, do pintor Cândido Portinari, do museu da cidade de Olinda, Pernambuco. iii) o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar a pretensão defensiva, assentou que a custódia cautelar foi decretada para o resguardo da ordem pública, em razão da reiteração delitiva do acusado, bem como que as peculiaridades do caso são indicativas da necessidade do encarceramento. 3. O *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos. 4. DENEGO A ORDEM, ficando revogada a medida cautelar anteriormente deferida" (HC 160.701/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, sendo Relator p/ o acórdão o Min. Luiz Fux)

"*HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE MOTIVADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 1. É da jurisprudência desta SUPREMA CORTE o entendimento de que o risco concreto de reiteração delitiva justifica a decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. 2. O ato impugnado não enfrentou a alegação de excesso de prazo. Desse modo, torna-se inviável a esta SUPREMA CORTE conhecer dela originariamente, sob pena de indevida supressão de instância e violação das regras constitucionais de repartição de competências. Inexistência de ilegalidade. 3. *Habeas corpus* indeferido" (HC 165.098/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, sendo Relator p/ o acórdão o Min. Alexandre de Moraes).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR *HABEAS CORPUS*: CF, ART. 102, I, 'D' E 'I'. *ROL* TAXATIVO. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA: PARADOXO. ORGANICIDADE DO DIREITO. ROUBO QUALIFICADO. FUNDADA PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO NA PRÁTICA CRIMINOSA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. *HABEAS CORPUS* EXTINTO POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. A prisão preventiva pode ter como fundamento idôneo a probabilidade de reiteração na prática criminosa. Precedentes: HC 113.793, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 28.05.13; HC 106.702, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de 27.05.11. 2. *In casu*, os pacientes foram condenados, respectivamente, a 10 (dez) anos e 8 (oito) meses de reclusão, e a 8 (oito) de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal. Na sentença, o magistrado decretou a prisão preventiva, com fundamento na necessidade de evitar a reiteração na prática criminosa, destacando que se trata de pacientes reincidentes específicos, com extensas fichas de registros criminais e que se encontravam presos pela prática de outros crimes por ocasião da prolação da sentença condenatória. […] 4. Ademais, *in casu*, após a decretação da prisão preventiva foi proferida sentença penal condenatória. 5. *Habeas corpus* extinto por inadequação da via eleita" (HC 122.090/DF, Rel. Min. Luiz Fux).

"Processual penal. *Habeas corpus*. Crime de organização criminosa. Prisão preventiva. Risco de reiteração delitiva. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Pedido de extensão. Impossibilidade. 1. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa e o risco concreto de reiteração delitiva justificam a decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. Precedentes. […] 3. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC 138.522 AgR/DF, Rel. Min. Roberto Barroso).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, II, DO CP), DESACATO (ART. 331 DO CP) E CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP). PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO ADEQUADA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. 1. O decreto prisional preventivo está apoiado no resguardo da ordem pública, pois, além da prática de crimes contra o patrimônio envolvendo pessoa idosa e condutas dirigidas a corromper agente responsável pela segurança pública, o paciente é 'reincidente específico, ostentando duas condenações já transitadas em julgado por crimes da mesma espécie'. 2. O modus operandi pelo qual o delito fora praticado e o fundado receio de reiteração delituosa constituem fundamentos idôneos à determinação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, conforme precedentes desta CORTE. 3. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC 174.140 AgR/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes).

"*Habeas corpus*. 2. Furto qualificado pelo rompimento de obstáculo e pelo concurso de pessoas. Prisão preventiva decretada. 3. Alegação de ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar (art. 312 do CPP). Necessidade da prisão para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Reiteração delitiva. Réu acusado de praticar outros furtos. Fuga do distrito da culpa. 4. A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que é válido o decreto cautelar fundamentado na fuga do distrito da culpa, notadamente quando demonstrada a pretensão de se furtar à aplicação da lei penal, sob pena de o deslinde do crime em questão ficar à mercê de seu suposto autor. 5. Ordem denegada" (HC 129.168/GO, Rel. Min. Gilmar Mendes).

"*HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO. 1. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ARGUMENTO DISTINTO DAQUELES APRESENTADOS NA INSTÂNCIA ANTECEDENTE: IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. 2. PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO. IMPROCEDÊNCIA. HABEAS CORPUS DO QUAL SE CONHECE EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGA-SE A ORDEM. […] 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a possibilidade de reiteração criminosa é motivação idônea para a manutenção da custódia cautelar. 3. *Habeas corpus* do qual se conhece em parte e, na parte conhecida, denega-se a ordem" (HC 104.391/MG, Rel. Min. Cármen Lúcia).

Isso posto, denego a ordem de *habeas corpus* (art. 192 do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 187.111 **(856)**

ORIGEM : 187111 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S) : ANDRÉ CESAR DO NASCIMENTO
IMPTE.(S) : RUBENS DOS SANTOS JUNIOR (350011/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 578.903 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS.* PROCESSUAL PENAL E PENAL. CRIMES DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E DE USO DE DOCUMENTO FALSO. ARTIGOS 297 E 304 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE EXAME COLEGIADO NA INSTÂNCIA PRECEDENTE. PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.**

- Seguimento negado, com esteio no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus,* com pedido de liminar, impetrado contra decisão do Superior Tribunal de Justiça no HC 578.903.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos artigos 297 e 304 do Código Penal.

Foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, contudo, a defesa não logrou êxito.

Ato contínuo, foi manejado *writ* perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual foi denegado.

Sobreveio a impetração deste *mandamus,* no qual a defesa aponta, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado na constrição da liberdade do paciente.

Sustenta que *"nos autos, em momento algum restou demonstrada a periculosidade ou conduta temerária do Paciente, cabendo ressaltar que o delito o qual se encontra incurso não deve ser equiparado aos crimes que acarretam lesão ou ameaça de lesão à vida ou a integridade física de alguém, pois foi crime cometido sem violência ou grave ameaça"*.

Considera ausentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva e entende cabível a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Aponta a necessidade de observância da Recomendação n° 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Ao final, formula pedido nos seguintes termos, *in verbis:*

"Assim, diante do exposto é a presente para requerer a concessão da medida Liminar, concedendo a liberdade provisória em face de André Cesar do Nascimento, aplicando-se uma das medidas cautelares que Vossas Excelências julgarem cabíveis, expedindo-se assim o competente alvará de soltura em seu favor. E, ao final, a concessão da ordem de "habeas corpus" impetrada, por medida de Justiça!!!"

É o relatório, **DECIDO**.

Ab initio, verifico, em consulta ao sítio eletrônico da Corte Superior, a ausência julgamento colegiado acerca do mérito da questão levada a seu conhecimento. Nesse contexto, assento que não restou exaurida a jurisdição no âmbito daquela Corte, conforme exigido pelo artigo 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância ***pelos Tribunais Superiores****, se denegatória a decisão"* (grifei).

O constituinte fez clara opção pelo princípio da colegialidade ao franquear a competência desta Corte para apreciação de *habeas corpus* – consoante disposto na alínea *a* do inciso II do artigo 102, da CRFB, – **quando decididos em única instância pelos Tribunais Superiores.** E não há de se estabelecer a possibilidade de flexibilização dessa regra constitucional de competência, pois, sendo matéria de direito estrito, não pode ser interpretada de forma ampliada para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONDENDAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. DOSIMETRIA DA PENA. REGIME INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) examinar a questão de direito discutida na impetração. 2. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que o "habeas corpus não se revela instrumento idôneo para impugnar decreto condenatório transitado em julgado" (HC 118.292-AgR, Rel. Min. Luiz Fux). 3. A dosimetria da pena é questão relativa ao mérito da ação penal, estando necessariamente vinculada ao conjunto fático e probatório, não sendo possível às instâncias extraordinárias a análise de dados fáticos da causa para redimensionar a pena finalmente aplicada. Nesse sentido, a discussão a respeito da dosimetria da pena cinge-se ao controle da legalidade dos critérios utilizados, restringindo-se, portanto, ao exame da "motivação [formalmente idônea] de mérito e à congruência lógico-jurídica entre os motivos declarados e a conclusão" (HC 69.419, Rel. Min. Sepúlveda Pertence). 4. A fixação da pena-base acima do mínimo legal, a imposição de regime prisional mais severo e a vedação da conversão da pena privativa de liberdade foram justificados com apoio em dados empíricos da causa, notadamente na presença de circunstância judicial desfavorável (culpabilidade do agravante). Hipótese em que não se verifica ilegalidade flagrante que justifique o acolhimento da pretensão defensiva. 5. A possibilidade da detração penal não foi arguida na petição inicial do habeas corpus, tendo sido suscitada somente nesta via recursal. Trata-se, portanto, de inovação insuscetível de apreciação neste momento processual. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 167.996-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 6/8/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL QUE NÃO INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INVIABILIDADE DO WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O agravante apenas reitera os argumentos anteriormente expostos na inicial do habeas corpus, sem, contudo, aduzir novos elementos capazes de afastar as razões expendidas na decisão agravada. II – A orientação firmada pela Segunda Turma, quando do julgamento do HC 119.115/MG, de minha relatoria, é no sentido de que a não interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça e, portanto, a ausência da análise da decisão monocrática pelo Colegiado, impede o conhecimento do habeas corpus por esta Suprema Corte, pois, do contrário, permitiria ao jurisdicionado a escolha do Tribunal para conhecer e julgar a sua causa, o que configuraria evidente abuso do direito de recorrer. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 171.492-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2019)

A Constituição Federal restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior, considerando o princípio da colegialidade. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.

Noutro giro, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis* :

"(...)

Como já adiantado no exame da liminar, a decisão apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias do delito, pois restou demonstrado que há multirreincidência na espécie, inclusive por crimes contra o patrimônio e de associação criminosa, e que, depreende-se da folha de antecedentes do autuado que ele faz do crime seu meio de vida, ostentando apontamentos nas Comarcas da Capital, de Guarulhos, Jundiaí, Mairiporã, Registro, São José dos Campos, Ubatuba e Valinhos. Além disso, verifica-se que o autuado tornou a delinquir enquanto cumpre pena em regime aberto.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014. No que tange às questões atinentes à pandemia da Covid-19, assim dispôs o Tribunal de origem (fl. 14):

Além disso, não é possível conceder a liberdade provisória ao paciente, que, ao menos do que consta destes autos, não integra grupo de risco e não se encontra detido em estabelecimento prisional em que tenha sido identificado algum caso suspeito de contaminação pelo COVID-19.

Como se vê, a Corte estadual entendeu que não restou comprovado, na hipótese, que o paciente integra grupo de risco e não se encontra detido em estabelecimento prisional em que tenha sido identificado algum caso suspeito de contaminação pelo COVID-19. É certo que a crise mundial do Covid-19 trouxe uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento – a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistemas prisional acarretam seu enquadramento como pessoas em condições de risco.

Contudo, a Recomendação 62/2020 do CNJ, em seu art. 4º, determina aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, reavaliem as prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Como visto acima, ainda que o crime não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça e a prisão seja superior a 90 dias, cumpre ainda destacar que não consta dos autos qualquer documentação que comprove suscetibilidade do paciente ao contágio do Covid-19 no estabelecimento onde se encontra preso, tampouco há informação de que componha um dos grupos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de risco elencados na Recomendação n. 62/2020 do CNJ. Falta também comprovação de superlotação ou de que a unidade de internação não siga os ditames sanitários cabíveis ou, ainda, de que não tenha assistência médica adequada.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o procedimento do habeas corpus não permite a dilação probatória, pois exige prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração (AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014).

Ante o exposto, denego o habeas corpus."

Com efeito, cabível se mostra o entendimento de que a custódia preventiva para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública justifica-se ante a gravidade concreta do crime. Deveras, a prisão preventiva que tem como fundamento a possibilidade reiteração delitiva encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Releva notar que o fato de o paciente ostentar condições pessoais favoráveis não lhe garante o direito de liberdade. Nesse sentido, *verbis:*

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA (CPP, ART. 312). CONDIÇÕES SUBJETIVAS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. 1. Os fundamentos utilizados revelam-se idôneos para manter a segregação cautelar do paciente, na linha de precedentes desta Corte. É que a decisão aponta de maneira concreta a necessidade de (a) garantir a ordem pública, considerada a possibilidade de reiteração criminosa; (b) assegurar a aplicação da lei penal, dado o fundado receio de fuga; e (c) por conveniência da instrução criminal, ante a existência de indícios de que, em liberdade, o acusado interfira na colheita de provas. 2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a primariedade, a residência fixa e a ocupação lícita não possuem o condão de impedir a prisão cautelar, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorre no caso. 3. Habeas corpus denegado." (HC 124.535, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, *DJe* de 19/12/2014)

"Agravo regimental em habeas corpus. 2. Tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo (artigos 33, caput, da Lei 11.343/2006 e 16 da Lei 10.826/2003). 3. Prisão preventiva. Necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública. 4. Gravidade concreta dos delitos. Possibilidade de reiteração delitiva (acusado ostenta condenações por tráfico de drogas, receptação e dano). 5. Fundamentação idônea que recomenda a medida constritiva. 6. Ausência de constrangimento ilegal. Negativa de provimento ao agravo regimental." (HC 157.708-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 16/4/2019)

E nem se argumente pela violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal. O referido dispositivo resta incólume quando o Tribunal prolator da decisão impugnada, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, máxime quando o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, quando já tiver fundamentado sua decisão de maneira suficiente e fornecido a prestação jurisdicional nos limites da lide proposta. Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Alegada violação do art. 93, IX, da CF/88. Não ocorrência. Ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada. Súmula nº 287/STF. 1. O art. 93, IX, da Constituição Federal não determina que o órgão judicante se manifeste sobre todos os argumentos de defesa apresentados, mas, sim, que ele explicite as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento. 2. A jurisprudência de ambas as Turmas deste Tribunal é no sentido de que se deve negar provimento ao agravo quando, como no caso, não são impugnados todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula nº 287 da Corte. 3. Agravo regimental não provido" (AI 783.503-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, *DJe* 16/9/2014).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. 1. ALEGADA CONTRARIEDADE AO ART. 93, INC. IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA AINDA QUE NÃO ANALISADOS TODOS OS ARGUMENTOS DA PARTE. PRECEDENTES. 2. MILITAR. PROVENTOS DO GRAU HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. ANÁLISE PRÉVIA DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. 3. RECURSO INCABÍVEL PELAS ALINEAS C E D DO INC. III DO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS NECESSÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE 724.151-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* 28/10/2013).

Noutro giro, no que concerne aos argumentos relativos ao novo coronavírus, inexistiu manifestação da Corte *a quo* acerca desse aspecto do mérito da impetração, tendo se limitado a afirmar que *"não consta dos autos qualquer documentação que comprove suscetibilidade do paciente ao contágio do Covid-19 no estabelecimento onde se encontra preso, tampouco há informação de que componha um dos grupos de risco elencados na Recomendação n. 62/2020 do CNJ. Falta também comprovação de superlotação ou de que a unidade de internação não siga os ditames sanitários cabíveis ou, ainda, de que não tenha assistência médica adequada"*.

Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento deste ponto da impetração sem que a instância precedente tenha examinado essa matéria, consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

Deveras, no que tange às alegações referentes ao atual estado de pandemia provocado pelo novo coronavírus, entendo que o exame da matéria, em razão das particularidades subjetivas que envolvem cada caso, deve ser submetido, primeiramente, ao juízo de origem, a fim de se permitir, de modo seguro, a aferição das informações lançadas no pleito.

Nesse sentido é a recente decisão do Plenário desta Corte que negou referendo à medida cautelar na ADPF 347-TPI-Ref (Rel. Min. Marco Aurélio), circunscrevendo a transferência de custodiados para prisão domiciliar aos termos da Recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que contém orientações para a análise da situação individual de cada preso pelos juízos locais competentes.

Demais disso, o exame das questões de fato suscitadas pela defesa, além de não ter sido realizado pela Corte *a quo,* demanda uma indevida incursão na moldura fática delineada nos autos. Com efeito, o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I. HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (HC 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016)

Destaco, ainda, que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido."* (HC 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *writ,* com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido de liminar.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.114 **(857)**

ORIGEM : 187114 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : SANDERSON ALMECI DE JESUS
IMPTE.(S) : PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO (45650/SC)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho:

Diante da relevância do tema vertido na inicial do *habeas corpus*, faz-se *mister* que se ouça a Procuradoria-Geral da República previamente.

Destarte, abra-se vista à PGR.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.118 **(858)**

ORIGEM : 187118 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
PACTE.(S) : CINTIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
IMPTE.(S) : EDINA TOTOLI DUARTE (394290/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.908 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* com pedido de medida liminar, impetrado por Edina Totoli Duarte, em favor de Cintia Cristina dos Santos Silva, contra decisão proferida pelo Ministro Joel Ilan Paciornik da Fonseca do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu liminarmente o HC n. 585.908/SP.

Consta dos autos que a paciente foi condenada pela prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei 11.343/2006, à pena de 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no TJSP postulando, em suma, a concessão de liberdade provisória ou prisão domiciliar até ao trânsito em julgado da ação penal.

O pedido liminar foi indeferido, pendente o julgamento do mérito. (eDOC 12)

Daí a impetração de novo *writ* no STJ, o qual indeferiu liminarmente o *mandamus* por óbice da Súmula 691/STF. (eDOC 9)

Nesta Corte, o impetrante sustenta inidônea a fundamentação da constrição cautelar da paciente, porquanto lastreada na gravidade abstrata do delito, além de ausentes os requisitos autorizadores previstos no art. 312 do CPP.

Argumenta, ainda, que a paciente possui 3 filhos menores de 12 anos que dependem de seus cuidados.

Alega, por fim, que com o avanço da contaminação do COVID-19, a manutenção da prisão da ré viola os direitos humanos.

É o relatório.

Passo a decidir.

Trata-se de *habeas corpus* no qual a defesa insurge-se contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Joel Ilan Paciornik do STJ, que indeferiu liminarmente o HC n. 585.908/SP.

Segundo jurisprudência consolidada deste Tribunal, não tendo sido a questão de mérito objeto de exame definitivo pelo STJ, ou inexistindo prévia manifestação das demais instâncias inferiores, a apreciação do pedido da defesa implica supressão de instância, o que não é admitido. Nesse sentido: HC 103.282/PA, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 28.8.2013; HC 114.867/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 14.8.2013; HC 127.975-AgR/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 3.8.2015 e HC 131.320-AgR/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 10.2.2016.

Além disso, cumpre destacar a ausência de interposição de agravo regimental contra a decisão do STJ. Aliás, no que se refere ao tema, tenho-me posicionado, na 2ª Turma, juntamente com Sua Excelência o Ministro Celso de Mello, no sentido da possibilidade de conhecimento do habeas corpus em casos idênticos.

Ocorre que a Segunda Turma já se manifestou no sentido de não conhecer dos *writs* (HC 119.115/MG, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 13.2.2014 e HC 114.087/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 2.10.2014), com fundamento na carência de exaurimento da jurisdição e por inobservância ao princípio da colegialidade, previsto no art. 102, inciso II, alínea a, da Constituição Federal.

No mesmo sentido, já havia se firmado o entendimento da Primeira Turma desta Corte. A esse propósito, cito: RHC 111.935/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 30.9.2013; RHC 108.877/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 19.10.2011 e RHC 111.639/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 30.3.2012.

Evidentemente, em obediência ao princípio da proteção judicial efetiva (CF, art. 5º, XXXV), a aplicação dos entendimentos jurisprudenciais trazidos à baila pode ser afastada no caso de configuração de patente constrangimento ilegal ou abuso de poder.

No entanto, **não vislumbro** constrangimento ilegal manifesto a justificar excepcional conhecimento deste HC.

Isso porque, o Tribunal de origem, ao manter a prisão da paciente, consignou o seguinte:

"Conforme decidido a fls. 470-473, a prisão preventiva se faz necessária para resguardo da ordem pública e garantia da aplicação da lei penal.

Há elevado grau de culpabilidade, em razão da quantidade e da natureza altamente destrutiva da droga apreendida (90 porções de crack – 17,23 gramas, conforme laudo de fls. 21-23), já evidenciando a necessidade da prisão.

É ainda de ressaltar-se que CINTIA já foi condenada duas vezes por tráfico de drogas, a última delas na mesma residência.

Indefiro ainda o pedido de substituição da prisão preventiva pela modalidade domiciliar, pois a medida visa garantir proteção à infância e à maternidade, com fundamento no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, e sua concessão deve considerar as peculiaridades de cada caso.

De fato, não se olvida da importância da presença da mãe na formação e desenvolvimento de seus filhos. No entanto, referida decisão deve ser aplicada com temperamentos de modo diligente.

E, no caso em tela, para além da presença da avó no mesmo imóvel em que a família reside, o que lhes garante o necessário amparo, reputo que a convivência com a mãe, pessoa dedicada à criminalidade, representa, na verdade, risco para o desenvolvimento dos filhos.

Além disso, a defesa não comprovou a imprescindibilidade da presença da mãe para os filhos que, anoto, não estavam sob os cuidados exclusivos da sentenciada, que voltou a delinquir logo que saiu do sistema carcerário.

Posto isso, e somadas as bem lançadas razões do Ministério Público (fls. 494-498) INDEFIRO o pedido de fls. 473-487". (eDOC 10)

Da leitura do trecho acima transcrito, verifica-se que a prisão encontram-se lastreadas em dados concretos e não apenas na gravidade abstrata dos delitos.

Vê-se, portanto, que a medida extrema lastreou-se em elementos concretos colhidos dos próprios autos, harmonizando-se a constrição da liberdade das acusadas com a jurisprudência do STF.

Por fim, a defesa alega que a paciente possui 3 filhos menores de doze anos, que necessitam de seus cuidados.

É cediço que, enquanto estiver sob a custódia do Estado (provisória ou decorrente de condenação definitiva), são garantidos ao preso diversos direitos que devem ser respeitados pelas autoridades públicas.

Esses direitos, naquilo que for compatível, podem ser outorgados também ao preso provisório, tendo em vista as peculiaridades que cada situação exige (artigo 42 da LEP).

Registro, também, que, por diversas vezes, a Segunda Turma do STF tem concedido habeas corpus para substituir a prisão preventiva de pacientes gestantes e lactantes por prisão domiciliar (HC 134.104/SP, de minha relatoria, DJe 19.8.2016; HC 134.069/DF, de minha relatoria, DJe 1º.8.2016; HC 133.177/SP, de minha relatoria, DJe 1º.8.2016; HC 131.760/SP, de minha relatoria, DJe 13.5.2016; HC 130.152/SP, de minha relatoria, DJe 1º.2.2016; HC 128.381/SP, de minha relatoria, DJe 1º.7.2015).

No entanto, o fato da ré possuir filhos, por si só, não autoriza a imediata concessão de liberdade provisória.

Principalmente ante a notícia nos autos, de que a ré, de fato, não é responsável pelas crianças, tendo em vista estarem sob a guarda dos avós.

Consta ainda, que a paciente é reincidente no delito de tráfico e que as drogas eram comercializadas na casa onde as crianças residem.

Quanto à questão relacionada a pandemia do coronavírus, o Plenário do STF na ADPF 347, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, negou referendo à medida liminar quanto à matéria de fundo, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, a análise deverá ser feita caso a caso segundo a Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Feitas essas considerações, ressalvo a minha posição pessoal, mas, em homenagem ao princípio do colegiado, adoto a orientação no sentido de não conhecer do presente HC.

Ante o exposto, **denego a ordem**, com fundamento no artigo 192, *caput,* do RISTF. Remeto os autos ao Juiz da origem para que reavalie a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

prisão preventiva do paciente, à luz da recomendação n. 62/2020 do CNJ, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto.

Comunique-se ao juízo de origem, ao TJSP e ao STJ.

Publique-se.

Brasília,15 de janeiro de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.124 **(859)**

ORIGEM : 187124 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : JOSÉ ROBSON DOS SANTOS
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 574.973 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em vista disto, este pleito não deve prosseguir.

O art. 102, I, **i**, da Constituição Federal preceitua que a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente o *habeas corpus* será inaugurada

"[...] **quando o coator for Tribunal Superior** ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância" (grifei).

Na espécie, a ausência da análise pelo colegiado de Tribunal Superior, dos fundamentos constantes da decisão monocrática, impede o conhecimento do *writ* nesta Suprema Corte.

Ademais, não verifico teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder que possam ser constatados *ictu oculi* e que mitigariam a impossibilidade da análise *per saltum* das questões trazidas no presente *habeas corpus*.

Nesse sentido:

"*HABEAS CORPUS* CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. RECORRIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. 1. Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013). 2. O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014). 3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional que caracterizem flagrante constrangimento ilegal. 4. *Habeas corpus* não conhecido" (HC 165.860/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, redator p/ acórdão Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma).

Reforço, por fim, diante da situação de pandemia declarada publicamente pela Organização Mundial de Saúde - OMS, a necessidade da observância do teor da Recomendação 62/2020 pelo juízo de primeiro grau, que deverá considerar as orientações estabelecidas pelo CNJ nos casos de sua competência, pois dispõe de melhores condições para avaliar o preenchimento, pelo paciente, dos requisitos nela elencados.

Isso posto, nego seguimento a este *writ* (art. 21, § 1°, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Prejudicado o exame do pleito cautelar.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 187.132 **(860)**

ORIGEM : 187132 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ANDREIA APARECIDA DA SILVA
IMPTE.(S) : LEO CRISTIAN ALVES BOM (268276/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 573.943 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de "*habeas corpus*", com pedido de medida liminar, **impetrado** *contra decisão monocrática* que, **emanada** de eminente Ministro do E. Superior Tribunal de Justiça **em sede de outra** ação de "*habeas corpus*" (**HC** 573.943/SP), **não conheceu** do "*writ*" lá ajuizado em favor da ora paciente.

Sendo esse o quadro, **passo a apreciar a admissibilidade** do presente "*writ*". **E**, *ao fazê-lo*, **devo considerar** *que ambas as Turmas* do Supremo Tribunal Federal **firmaram** orientação *no sentido da incognoscibilidade* desse remédio constitucional, **quando ajuizado**, *como no caso em análise*, em face de decisão monocrática **proferida por Ministro** de Tribunal Superior da União (**HC 116.875/AC**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **HC 117.346/SP**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **HC 117.798/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **HC 118.189/MG**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **HC 119.821/TO**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **HC 121.684-AgR/SP**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **HC 122.381-AgR/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **HC 122.718/SP**, Rel. Min. ROSA WEBER – **RHC 114.737/RN**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RHC 114.961/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*):

"'***HABEAS CORPUS'. CONSTITUCIONAL. PENAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA***.

I *– (…)* ***verifica-se*** *que a decisão impugnada* ***foi proferida monocraticamente****. Desse modo,* ***o pleito não pode*** *ser conhecido,* ***sob pena*** *de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal,* ***o qual pressupõe*** *seja a coação praticada* ***por Tribunal Superior****.*

….....

III *– '****Writ' não conhecido****.*"

(**HC 118.212/MG**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **grifei**)

Esta Suprema Corte, *como se vê dos precedentes acima referidos*, **compreende** que a cognoscibilidade da ação de "*habeas corpus*" **supõe**, *em contexto idêntico ao de que ora se cuida*, **a existência** *de decisão colegiada* da Corte Superior **apontada** como coatora, **situação inocorrente na espécie**.

Embora respeitosamente dissentindo dessa diretriz jurisprudencial, **por entender possível** a impetração de "*habeas corpus*" **contra** *decisão monocrática* de Ministro de Tribunal Superior da União, **devo aplicar**, *observado o princípio da colegialidade*, **essa orientação restritiva** que se consolidou em torno da utilização do remédio constitucional em questão, **motivo pelo qual**, *em atenção à posição dominante* na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **não conheço** da presente ação de "*habeas corpus*", **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

HABEAS CORPUS 187.141 **(861)**

ORIGEM : 187141 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S) : CARLOS DANIEL DA SILVA CORTES SOARES
IMPTE.(S) : GEORGIO DA COSTA E SILVA (380469/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Por isso, este pleito não deve prosseguir.

O art. 102, I, **i**, da Constituição Federal preceitua que a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente o *habeas corpus* será inaugurada

"[...] **quando o coator for Tribunal Superior** ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância" (grifei).

Na espécie, a ausência da análise dos fundamentos constantes da decisão monocrática pelo colegiado de Tribunal Superior impede o conhecimento do *writ* nesta Suprema Corte.

Nesse sentido:

"*HABEAS CORPUS* CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. RECORRIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. 1. **Incidência de óbice ao conhecimento da ordem impetrada neste Supremo Tribunal Federal, uma vez que se impugna decisão monocrática de Ministro do Superior de Tribunal de Justiça** (HC 151.344-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 21/3/2018; HC 122.718/SP, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 3/9/2014; HC 121.684-AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma,

DJe de 16/5/2014; HC 138.687-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2017; HC 116.875/AC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 17/10/2013; HC 117.346/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 22/10/2013; HC 117.798/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014; HC 119.821/TO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 29/4/2014; HC 122.381-AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 9/10/2014; RHC 114.737/RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 18/4/2013; RHC 114.961/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 8/8/2013). 2. **O exaurimento da instância recorrida é, como regra, pressuposto para ensejar a competência do Supremo Tribunal Federal, conforme vem sendo reiteradamente proclamado por esta Corte** (HC 129.142, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 10/8/2017; RHC 111.935, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 30/9/2013; HC 97.009, Rel. p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2014; HC 118.189, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 24/4/2014). 3. Inexistência de teratologia ou caso excepcional que caracterizem flagrante constrangimento ilegal. 4. *Habeas corpus* não conhecido" (HC 165.860/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, redator p/ acórdão Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma; grifei).

Ademais, não verifico teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder que possam ser constatados *ictu oculi* e que mitigariam a impossibilidade da análise *per saltum* das questões trazidas no presente *habeas corpus*.

Isso posto, nego seguimento a este *habeas corpus* (art. 21, § 1°, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

HABEAS CORPUS 187.149 **(862)**

ORIGEM	: 187149 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
PACTE.(S)	: SIMCHA SCHAUBERT
IMPTE.(S)	: MAURO ANTONIO BUENO CORSI (287890/SP)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

***HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE AMEAÇA. ARTIGOS 129, § 9º, E 147 DO CÓDIGO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL.**

- Seguimento negado, com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça no *habeas corpus* nº 547.094, cuja ementa transcrevo abaixo:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA AMPARADA EM PERMISSIVOS LEGAIS E REGIMENTAIS. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA 691/STF. PRECEDENTE. OMISSÃO QUANTO AO ART. 36, III, DA LEI COMPLEMENTAR N. 35/1979. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NO ATO COATOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

Agravo regimental improvido."

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) meses e 7 (sete) dias de detenção, em razão da prática dos crimes tipificados nos artigos 129, § 9º, e 147 do Código Penal.

A defesa narra que, após deferimento de pedido de adiamento de sessão de julgamento, houve a inclusão errônea do recurso em pauta e o respectivo julgamento.

Aponta que isso motivou o manejo de exceção de suspeição do Desembargador Relator, o qual foi arquivado.

Ato contínuo, foi impetrado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual foi denegado.

Sobreveio este *habeas corpus*, no qual a defesa alega, em síntese, constrangimento ilegal consubstanciado no arquivamento do incidente processual promovido pela defesa perante o Tribunal de origem.

Narra que *"não há, data máxima vênia, como se aceitar que a matéria (artigo 36, III, da LOM) não fora debatida no ato coator"*.

Aduz que o *"fato de se anular o julgamento (o que não ocorreu), ou de se "constatar erro material" pela zelosa Secretaria, e apagar a tira de julgamento, ou suprimir o V. Acórdão por uma certidão de "supressão" por erro material, e, ao depois incluir uma tira de julgamento informado que a sessão fora adiada a pedido da defesa, não ilide o fato de que o Eminente Desembargador Relator proferiu seu voto, e foi acompanhado por seus pares, à unanimidade"*.

Considera que "*tivesse sido anulada referida decisão, ou seja, caso o Ilustre Desembargador Relator excepto, tivesse acolhido a petição do paciente pleiteando a anulação do julgamento da apelação, outra sessão teria sido designada e outra (ou a mesma) poderia ter sido proferida pela mesma câmara julgadora. Todavia, tal não se deu! A decisão, sua respectiva tira de julgamento, simplesmente foram suprimidas, como se nada tivesse ocorrido"*.

Ao final, formula pedido nos seguintes termos:

"Posto isto, estando presentes os requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora, é a presente para o fim e requerer a V. Exa. a concessão da medida liminar para o fim de suspender-se a tramitação dos autos da APELAÇÃO Nº 0000763-53.2016.8.26.0450, até julgamento final do presente MANDAMUS, eis que sua sessão de julgamento foi designada para o dia 18 de junho próximo."

É o relatório, **DECIDO.**

In casu, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia na decisão atacada, flagrante ilegalidade ou abuso de poder. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"(...)

O presente agravo regimental deve ser conhecido, dado que reúne os requisitos de admissibilidade.

No mérito, todavia, não deve ser conhecido.

Quanto à alegação de violação do princípio da colegialidade, a prolação de decisão monocrática pelo ministro relator está autorizada tanto pelo RISTJ, quanto pelo Código de Processo Civil.

Além disso, temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao Colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

Depois, importante destacar que o writ nem sequer deveria ter sido conhecido, visto que, nos termos da Súmula 691/STF, não é cabível habeas corpus contra decisão de relator que indefere medida liminar em ação de igual natureza ou que não conhece do writ impetrado nos Tribunais de segundo grau, salvo nas hipóteses em que houver manifesta teratologia ou ilegalidade evidente. Esse óbice também incide nas impetrações contra decisões monocráticas, visto que essa decisão deve ser devolvida ao órgão colegiado competente, via agravo.

(…)

Além disso, conforme destaquei na decisão agravada, o tema relativo à incidência da Lei Complementar n. 35/1979 não foi objeto de apreço no ato apontado como coator às fls. 99/103.

É firme, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que, nesta Corte, não há como se dispensar o necessário debate acerca da questão controvertida, sob pena de incursão em indevida supressão de instância.

Nesse sentido: o AgRg no HC n. 472.533/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 13/12/2018; o AgRg no AgRg no HC n. 453.621/ES, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/10/2018; e o AgRg no REsp n. 1.746.280/TO, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 10/10/2018.

Por fim, a apontada Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar n. 35/1979) estabelece a vedação, aos magistrados, de manifestarem opinião sobre as causas pendentes de julgamento no Título III, referente à Disciplina Judiciária, no Capítulo I, Dos Deveres do Magistrado. Essa norma não tem implicação intraprocessual, visto que as hipóteses de afastamento do magistrado por violação de parcialidade estão descritas no art. 145 do Código de Processo Civil e arts. 252 e 254 do Código de Processo Penal. "

Deveras, em relação à pretendida incidência da Lei Complementar nº 35/79, verifico que a fundamentação da decisão do Tribunal *a quo* reside na insuscetibilidade de sua atuação, porquanto o *"tema relativo à incidência da Lei Complementar n. 35/1979 não foi objeto de apreço no ato apontado como coator às fls. 99/103"*.

Nesse contexto, impende consignar que o conhecimento desta impetração sem que a instância precedente tenha examinado esse aspecto do mérito do *habeas corpus* lá impetrado consubstancia, de igual forma, indevida supressão de instância e, por conseguinte, violação das regras constitucionais definidoras da competência dos Tribunais Superiores, valendo conferir os seguintes precedentes desta Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – DECISÃO EMANADA DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE JULGOU PREJUDICADO O "WRIT" LÁ IMPETRADO – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO ÓRGÃO JUDICIÁRIO APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. – Revela-se insuscetível de conhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, o recurso ordinário em "habeas corpus", quando interposto com suporte em fundamento que não foi apreciado pelo Tribunal apontado como coator, conforme devidamente assentado pela decisão agravada. Precedentes. Se se revelasse lícito ao recorrente agir "per saltum", registrar-se-ia indevida supressão de instância, com evidente subversão de princípios básicos de ordem processual. Precedentes." (RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, rel. min. Celso de Mello, *DJe* de 27/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO DE CORTE SUPERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE DO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – O pleito

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

não pode ser conhecido, sob pena de indevida supressão de instância e de extravasamento dos limites de competência do Supremo Tribunal Federal, descritos no art. 102 da Constituição Federal, que pressupõem seja a coação praticada por Tribunal Superior. II – Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 161.764-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 28/2/2019)

De outro lado, o exame da pretensão defensiva, tem por pressuposto lógico a análise em torno da forma de realização de ato processual perante a instância *a quo* sem qualquer reflexo direto sobre o direito de locomoção do paciente. Desta sorte, esclareço que o objeto da tutela em *habeas corpus* é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, art. 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização para reexaminar ações e incidentes da competência de outros tribunais, conforme entendimento pacificado neste Tribunal, *mutatis mutandis*:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXAME DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DE OUTROS TRIBUNAIS. INVIABILIDADE. 1. O objeto da tutela em Habeas Corpus "é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, art. 5º, LXVIII), descabendo sua utilização para reexaminar pressupostos de admissibilidade de recursos de outros tribunais" (HC 149831, DJe de 15/3/2018). Ausente quadro de flagrante ilegalidade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 155.055-AgR, Primeira Turma, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 27/6/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA. EXAME EXCLUSIVO DE PRESSUPOSTOS DE RECURSO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE AMEAÇA AO DIREITO DE IR E VIR. INVIABILIDADE DA IMPETRAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. No art. 5º, inc. LXVIII, da Constituição da República, condiciona-se a concessão do habeas corpus às situações nas quais alguém sofra ou esteja ameaçado de sofrer violência ou coação na liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. 2. A questão posta a exame na ação restringe-se à apreciação de item processual analisado pela autoridade tida como coatora, revelando-se utilização do habeas corpus como sucedâneo recursal, para julgamento de situações estranhas à liberdade de locomoção. Discute-se, na espécie vertente, a decisão do Superior Tribunal de Justiça pela qual se concluiu ausente pressuposto de admissibilidade recursal. Tal matéria não se comporta em sede de habeas corpus. Precedentes. 3. O Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal, pode negar seguimento ao habeas corpus manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (HC 129.822-AgR, Segunda Turma, rel. min. Cármen Lúcia, *DJe* de 20/10/2015)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. ARTIGO 34, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI 9.605/98. INVIABILIDADE DO WRIT PARA REANALISAR PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS OU AÇÕES DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRETENDIDA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O objeto da tutela em habeas corpus é a liberdade de locomoção quando ameaçada por ilegalidade ou abuso de poder (CF, artigo 5º, LXVIII), não cabendo sua utilização para examinar eventual irregularidade na publicação de decisão em instância precedente. 2. A supressão de instância impede o conhecimento de Habeas Corpus impetrado per saltum, porquanto ausente o exame de mérito perante o Tribunal a quo e Corte Superior. Precedentes: HC 161.764-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe de 28/2/2019; e RHC 158.855-AgR, Segunda Turma, rel. min. Celso de Mello, DJe de 27/11/2018. 3. O princípio da insignificância é afastado quando ausente o preenchimento cumulativo dos vetores reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes: HC 158.973-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 30/10/2018; e RHC 125.566, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 28/11/2016. 4. In casu, o paciente foi condenado à pena de 1 (um) ano de detenção, em regime inicial aberto, substituída por pena restritiva de direitos consubstanciada em prestação de serviços à comunidade, em razão da prática do crime tipificado no artigo 34, parágrafo único, II, da Lei 9.605/98. 5. O habeas corpus não pode ser manejado como sucedâneo de recurso revisão criminal. 6. O habeas corpus é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático-probatório engendrado nos autos. 7. O habeas corpus não comporta inovação argumentativa preclusa, tampouco tese já apreciada pelo Colegiado desta Corte, por decisão transitada em julgado, porquanto não aduzida em momento processual anterior. Precedentes: HC 127.975 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 3/8/2015, RHC 124.715 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 19/5/2015, e AI 518.051-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 17/2/2006. 8. A impugnação específica da decisão agravada, quando ausente, conduz ao desprovimento do agravo regimental. Precedentes: HC 137.749-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 17/5/2017; e HC 133.602-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 8/8/2016. 9. A reiteração dos argumentos trazidos pelo agravante na petição inicial da impetração é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedentes: HC 136.071-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 9/5/2017; HC 122.904-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 17/5/2016; RHC 124.487-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 1º/7/2015. 10. Agravo regimental desprovido."* (HC 176.670, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 02/04/2020)

Ainda, cumpre destacar posição firme desta Corte no sentido de que as nulidades alegadas, para serem reconhecidas, pressupõem a comprovação do prejuízo, nos termos do artigo 563 do Código de Processo Penal, não podendo esse ser presumido, a fim de se evitar um excessivo formalismo em prejuízo da adequada prestação jurisdicional. A propósito, cuida-se de aplicação do princípio cognominado de "*pas de nullité sans grief*", aplicável tanto a nulidades absolutas quanto relativas. Nessa linha:

"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS" – PROCESSO PENAL – NULIDADE – INOCORRÊNCIA ***– "PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF" (CPP, art. 563) – PRINCÍPIO APLICÁVEL ÀS NULIDADES ABSOLUTAS E RELATIVAS – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO, QUE NÃO SE PRESUME – PRECEDENTES*** *– CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO – EXCEPCIONALIDADE DE SUA DESCONSTITUIÇÃO MEDIANTE "HABEAS CORPUS" – INADMISSIBILIDADE NO CASO – REVISÃO CRIMINAL COMO INSTRUMENTO PROCESSUAL ADEQUADO – PRECEDENTES – MECANISMO DE CONVOCAÇÃO E DE SUBSTITUIÇÃO NOS TRIBUNAIS – MATÉRIA SOB RESERVA DE LEI – INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DA LOMAN (art. 118) c/c A RESOLUÇÃO CNJ n. 72/2009 E A PORTARIA TJ/PA n. 1.258/2012 – CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, PARA ATUAR NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – POSSIBILIDADE – PLENA LEGITIMIDADE DESSE ATO CONVOCATÓRIO – ESCOLHA FUNDADA EM DELIBERAÇÃO COLEGIADA (PLENO) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – ESTRITA OBSERVÂNCIA DA LOMAN (art. 118) E DA RESOLUÇÃO CNJ n. 72/2009 – INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL (CF, art. 5º, INCISO LIII) – SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA POLÍTICO-JURÍDICA DESSE POSTULADO CONSTITUCIONAL – O TEMA DA COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU MEDIANTE CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – O "STATUS QUAESTIONIS" NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – LEGITIMIDADE DA CONDENAÇÃO PENAL IMPOSTA AOS RECORRENTES – VALIDADE JURÍDICA DO JULGAMENTO PROFERIDO, EM SEDE DE APELAÇÃO, POR ÓRGÃO COLEGIADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO."* (RHC 125.242-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 15/03/2017)

"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO SIMPLES E FRAUDE PROCESSUAL. PRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO. JULGAMENTO DE RECURSO PELO COLEGIADO NO STJ. PARTICIPAÇÃO DE MINISTRO IMPEDIDO. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. VOTO QUE NÃO INTERFERIU NO RESULTADO. ORDEM DENEGADA. ***1. No processo penal, o postulado pas de nullité sans grief exige a efetiva demonstração de prejuízo para o reconhecimento de nulidade.*** *2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a participação de julgador impedido, quando do julgamento do recurso no órgão colegiado do tribunal, não acarreta automática nulidade da decisão proferida se, excluindo-se o voto do referido magistrado, o resultado da votação permanecesse incólume. 3. Ordem denegada."* (HC 125.610, Primeira Turma, Rel. p/ Acórdão: Min. Edson Fachin, DJe de 05/08/2016)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. SUPENSÃO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DECORRENTE DA DISTRIBUIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES PROVENIENTES DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO: AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Os princípios constitucionais do juiz natural e do promotor natural têm seu emprego restrito às figuras dos magistrados e dos membros do Ministério Público, não podendo ser aplicados por analogia às autoridades policiais ou ao denominado "delegado natural", que obviamente carecem da competência de sentenciar ou da atribuição de processar, nos termos estabelecidos na Constituição da República. 2. A conexão probatória e objetiva estabelecida entre os crimes antecedentes e os delitos imputados ao Recorrente torna prevento o Juízo. 3. O inquérito é peça informativa que não contamina a ação penal. Precedentes. ***4. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o princípio do pas de nullité sans grief exige, em regra, a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, podendo ser ela tanto a de nulidade absoluta quanto à relativa, pois não se decreta nulidade processual por mera presunção.*** *Precedentes. 5. Recurso ao qual se nega provimento."* (RHC 126.885, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 01/02/2016)

Além disso, o atendimento da pretensão defensiva e eventual divergência do entendimento firmado pelas instâncias anteriores implica o reexame da matéria fática. Com efeito, o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS . PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I . HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*" (HC nº 130.439, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016)

Impende consignar, ainda, que não cabe a rediscussão da matéria perante essa Corte e nesta via processual, porquanto o *habeas corpus* não é sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PRECÍPUA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. 1. Compete constitucionalmente ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do recurso especial, cabendo-lhe, enquanto órgão ad quem, o segundo, e definitivo, juízo de admissibilidade positivo ou negativo quanto a tal recurso de fundamentação vinculada. Salvo hipóteses de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, inadmissível o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 2. Inadmissível a utilização do habeas corpus como sucedâneo de recurso ou revisão criminal. Precedentes. 3. Agravo regimental conhecido e não provido.*" (HC nº 133.648-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 7/6/2016)

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO PROFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS NESTE SUPREMO TRIBUNAL APÓS TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL: IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trânsito em julgado do acórdão objeto da impetração no Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de não ser viável a utilização de habeas corpus como sucedâneo de revisão criminal. 2. Não estando o pedido de habeas corpus instruído, esta deficiência compromete a sua viabilidade, impedindo que sequer se verifique a caracterização, ou não, do constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.*" (HC 132.103, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/3/2016)

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *writ,* com esteio no artigo 21, § 1º do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.183 **(863)**

ORIGEM : 187183 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : JOSE RIBEIRO BANDEIRA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 585.552 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão:

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que, no HC 585.552/SP, indeferiu liminarmente a impetração (eDOC.02, fls. 88/89).

Busca-se, em síntese, a concessão de prisão domiciliar ao ora paciente, condenado à pena de 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 20 (vinte) dias, em regime fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas, pois estaria custodiado em unidade prisional superlotada e integraria o grupo de risco para o contágio do novo coronavírus.

É o relatório. **Decido**.

1. Cabimento do *habeas corpus:*

Inicialmente, destaco que esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por membro de Tribunal Superior, visto que, a teor do art. 102, I, *i*, da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que Tribunal Superior, por meio de órgão colegiado, atue em tal condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do *habeas corpus* no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que **restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.** Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, i, da **Constituição como regra de competência,** estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, **há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea i), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental** (HC 114.557 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*)."

Não se inaugura a competência deste Supremo nas hipóteses em que não esgotada a jurisdição antecedente, visto que tal proceder acarretaria indevida supressão de instância, dado **o cabimento de agravo regimental.** Precedentes:

"**É inadmissível o *habeas corpus* que se volta contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente**." (HC 141.316 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 05.05.2017, *grifei*)

"1. […] **O exaurimento da jurisdição e o atendimento ao princípio da colegialidade, pelo tribunal prolator, se dá justamente mediante o recurso de agravo interno, previsto em lei, que não pode simplesmente ser substituído por outra ação de *habeas corpus*, de competência de outro tribunal**. 2. A se admitir essa possibilidade estar-se-á atribuindo ao impetrante a faculdade de eleger, segundo conveniências próprias, qual tribunal irá exercer o juízo de revisão da decisão monocrática: se o STJ, juízo natural indicado pelo art. 39 da Lei 8.038/1990, ou o STF, por via de *habeas corpus* substitutivo. **O recurso interno para o órgão colegiado é medida indispensável não só para dar adequada atenção ao princípio do juiz natural, como para exaurir a instância recorrida, pressuposto para inaugurar a competência do STF**. (HC 130.719 AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 03.11.2015, *grifei*)

No caso concreto, por contrariar frontalmente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o *habeas corpus* não merece conhecimento, na medida em que ataca decisão monocrática que indeferiu liminarmente a impetração, sem ter manejado irresignação regimental.

2. Análise da possibilidade de concessão da ordem de ofício no caso concreto:

Devido ao caráter excepcional da superação da jurisprudência da Corte, a concessão da ordem de ofício configura providência a ser tomada tão somente em casos absolutamente aberrantes e teratológicos, em que a ilegalidade deve ser cognoscível de plano, sem a necessidade de produção de quaisquer provas ou colheita de informações, **o que, no caso concreto, não se verifica.**

Destarte, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, não é o caso de concessão da ordem de ofício.

3. Diante do exposto, com fulcro no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento ao *habeas corpus*.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

HABEAS CORPUS 187.188 **(864)**

ORIGEM : 187188 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
PACTE.(S) : CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA (225178/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 584.101 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, proferida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que, nos autos do HC 584.101/MG, que indeferiu a liminar.

Busca-se a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medida cautelar diversa.

É o relatório. **Decido**.

1. Esta Corte tem posição firme pela impossibilidade de admissão de *habeas corpus* impetrado contra decisão proferida por **membro** de Tribunal Superior, visto que, a teor do artigo 102, I, "i", da Constituição da República, sob o prisma da autoridade coatora, a competência originária do Supremo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Tribunal Federal somente se perfectibiliza na hipótese em que **Tribunal Superior,** por meio de órgão colegiado, atue nessa condição. Nessa linha, cito o seguinte precedente:

"É certo que a previsão constitucional do habeas corpus no artigo 5º, LXVIII, tem como escopo a proteção da liberdade. Contudo, não se há de vislumbrar antinomia na Constituição Federal, que ***restringiu a competência desta Corte às hipóteses nas quais o ato imputado tenha sido proferido por Tribunal Superior. Entender de outro modo, para alcançar os atos praticados por membros de Tribunais Superiores, seria atribuir à Corte competência que não lhe foi outorgada pela Constituição.*** *Assim, a pretexto de dar efetividade ao que se contém no inciso LXVIII do artigo 5º da mesma Carta, ter-se-ia, ao fim e ao cabo, o descumprimento do que previsto no artigo 102, I, "i", da* ***Constituição como regra de competência****, estabelecendo antinomia entre normas constitucionais.*

Ademais, com respaldo no disposto no artigo 34, inciso XVIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, pode o relator negar seguimento a pedido improcedente e incabível, fazendo-o como porta-voz do colegiado. Entretanto, ***há de ser observado que a competência do Supremo Tribunal Federal apenas exsurge se coator for o Tribunal Superior (CF, artigo 102, inciso I, alínea "i"), e não a autoridade que subscreveu o ato impugnado. Assim, impunha-se a interposição de agravo regimental"*** (HC 114.557 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 12.08.2014, *grifei*).

Nessa perspectiva, tem-se reconhecido o descabimento de *habeas corpus* dirigido ao combate de decisão **monocrática de indeferimento de liminar** proferida no âmbito do STJ. Tal entendimento pode ser extraído a partir da leitura da Súmula 691/STF:

"**Não compete** ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado **contra decisão do Relator** que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, **indefere a liminar."**

2. Não bastasse, a exigência de motivação estabelecida pelo artigo 93, IX, CF, deve ser compreendida à luz do cenário processual em que o ato se insere. Vale mencionar, por exemplo, a evidente distinção da motivação exigida entre medidas embrionárias, que se contentam com juízo sumário, e o édito condenatório, que desafia a presença de arcabouço robusto para fins de desconstituição do estado de inocência presumido.

Cumpre assinalar que o deferimento de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional por sua própria natureza, que somente se justifica quando a situação demonstrada nos autos representar, desde logo, manifesto constrangimento ilegal.

Ou seja, no contexto do *habeas corpus*, a concessão da tutela de urgência é exceção, e, nesse particular, seu indeferimento deve ser motivado de acordo com essa condição.

3. Destarte, como não se trata de decisão manifestamente contrária à jurisprudência do STF ou de flagrante hipótese de constrangimento ilegal, com fulcro na Súmula 691/STF e no art. 21, §1º, do RISTF, **nego seguimento** ao *habeas corpus.*

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

INQUÉRITO 4.800 **(865)**

ORIGEM	: 4800 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: JOSÉ WILSON SANTIAGO
ADV.(A/S)	: LUIS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO (0028512/DF) E OUTRO(A/S)
INVEST.(A/S)	: JOÃO BOSCO NONATO FERNANDES
ADV.(A/S)	: FERNANDO ERICK QUEIROZ DE CARVALHO (20189/PB)
INVEST.(A/S)	: GEORGE RAMALHO BARBOSA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INVEST.(A/S)	: EVANI RAMALHO
ADV.(A/S)	: DIEGO CAZE ALVES DE OLIVEIRA (23690/PB)
ADV.(A/S)	: VALBERTO ALVES DE AZEVEDO FILHO (11477/PB)
ADV.(A/S)	: RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA (11589/PB)
ADV.(A/S)	: GUSTAVO BOTTO BARROS FELIX (11593/PB)
ADV.(A/S)	: EDUARDO DE ARAUJO CAVALCANTI (8392/PB, 01892/PE)
INVEST.(A/S)	: ISRAEL NUNES DE LIMA
ADV.(A/S)	: RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH (26966/DF)
ADV.(A/S)	: FELIPE FERNANDES DE CARVALHO (00044869/DF)
ADV.(A/S)	: ROMULO RHEMO PALITOT BRAGA (8635/PB)
INVEST.(A/S)	: SEVERINO BATISTA DO NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: FERNANDO ERICK QUEIROZ DE CARVALHO (20189/PB)
INVEST.(A/S)	: LUIZ CARLOS DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: BRUNO LOPES DE ARAÚJO (7588A/PB)
ADV.(A/S)	: JOHNSON GONÇALVES DE ABRANTES (1663/PB)

DECISÃO: **Trata-se** de denúncia **oferecida** pela douta Procuradoria-Geral da República **contra o Deputado Federal** *José Wilson Santiago* **e o Prefeito do Município de Uiraúna/PB**, *João Bosco Nonato Fernandes*, **bem assim contra** *Evani Ramalho, Israel Nunes de Lima, Severino Batista do Nascimento, Luiz Carlos de Almeida* **e** *George Ramalho Barbosa*, **pela suposta prática** dos crimes *de organização criminosa* (**Lei nº 12.850/2013**, art. 2º, "*caput*", **c/c o § 4º, inciso** II) **e** *de corrupção passiva* (**CP**, art. 317, "*caput*").

Em referida peça acusatória, **protocolada** nesta Corte na data de 21/12/2019 (**Petição** nº 81.307/2019), o eminente Senhor Procurador- -Geral da República *então* em exercício, Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA, ao justificar as acusações penais **imputadas** aos acusados em questão, **postulou** o que se segue (fls. 336/337):

"***Ante do exposto, a Procuradoria-Geral da República requer:***

a) o desmembramento do Inquérito 4800 para continuidade da apuração dos fatos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro, fraude à licitação e peculato *que teriam sido levados a efeito pelos denunciados,* ***com a autuação de novo Inquérito, instruído com cópia do INQ 4800****, inclusive mídias correspondentes;*

b) a requisição junto à Junta Comercial do Estado da Paraíba do contrato social e suas alterações *da COENCO CONTRUÇÕES, EMPREENDIMENTOS E COMÉRCIO LTDA., CNPJ 00.431.864/0001-68;*

c) a requisição junto à Câmara dos Deputados dos atos de nomeação e exoneração, além da ficha funcional e remuneração *de EVANI RAMALHO, ISRAEL NUNES DE LIMA e LUIZ CARLOS DE ALMEIDA;*

d) a requisição junto à Prefeitura do Município de Uiraúna/PB dos atos de nomeação e exoneração, além da ficha funcional e remuneração *de SEVERINO BATISTA DO NASCIMENTO NETO;*

e) a alteração da classe deste INQ 4800 para Ação Penal, com apensamento dos originais da PET 8635, PET 8636, PET 8637 *e juntada dos documentos e mídia anexos;*

f) a notificação dos denunciados*, na forma da Lei n. 8.038/90,* ***para apresentar resposta preliminar****;*

g) o recebimento da denúncia*, com a citação dos réus para responder aos termos da ação penal e a instrução processual com a oitiva das testemunhas abaixo arroladas;*

h) ao final da instrução, seja julgada procedente a pretensão punitiva para condenar os réus *nas penas correspondentes à sua culpabilidade,* ***bem como na obrigação de indenizar solidariamente os cofres públicos*** *no valor histórico de R$ 14.894.713,74, a ser corrigido monetariamente e com a incidência dos juros legais."* (**grifei**)

O eminente Ministro GILMAR MENDES, em decisão **proferida**, *nestes autos*, no exercício da competência **prevista** no art. 38, I, do RISTF (fls. 491/493), **determinou** "***a notificação*** *para que os denunciados apresentem* ***resposta*** *à denúncia* ***no prazo de 15 (quinze) dias****, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.038/90*" (fls. 493, letra "**c**" – **grifei**).

2. *Sendo esse o contexto*, **passo a analisar** os pleitos que, **formulados** pelo eminente Chefe do Ministério Público da União, **são passíveis de exame** por este Relator, *em sede de juízo monocrático* (**RISTF**, art. 21, **incisos** I, II **e** XV).

E, *ao fazê-lo*, **observo**, desde logo, **que incide** sobre os autos **do presente** Inquérito *regime de sigilo* que **não deve** *mais* subsistir, **motivo pelo qual determino,** *fiel à minha convicção no tema em referência* (**Pet 4.848/DF,** Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*)**, o seu afastamento**, em ordem **a que este** procedimento investigatório **tramite** *sob a égide do princípio da publicidade*.

Desse modo, a Secretaria Judiciária deverá efetuar **a reautuação** deste procedimento penal, para que, *nele*, **prevaleça** *o regime de ampla publicidade*.

3. **Verifico**, *de outro lado*, **que restou frustrada**, até a presente data – **quando já transcorridos** *mais de 05 (cinco) meses* da data do oferecimento da denúncia –, **e** *não obstante as reiteradas tentativas nesse sentido* (fls. 526v. **e** 576), **a notificação** do acusado José Wilson Santiago, *que é Deputado Federal*, para a apresentação, *querendo*, de resposta prévia à acusação penal contra ele formulada (**Lei nº 8.038/90**, art. 4º, "*caput*"), **valendo transcrever**, a esse respeito, *por necessário*, **o teor das certidões que atestam o fato em questão**:

"***Certifico e dou fé que DEIXEI DE NOTIFICAR o Deputado Federal WILSON SANTIAGO pelos motivos abaixo expostos:***

No dia 11.03, às 10h, o gabinete do deputado se comprometeu a agendar dia e horário para colher a assinatura do parlamentar. Todavia, no dia 15.03, foi-nos informado *pela Doutora Bárbara (98347.7400)* ***que o deputado viajou para seu estado de origem (PB) sem previsão de retorno*** *em face da pandemia do coronavírus."* (fls. 526v. – **grifei**)

"***Certifico que****, em cumprimento ao r. mandado,* ***compareci aos endereços mencionados no mandado, nos dias 13 e 14 de abril de 2020****, às 18:30, 17:00 hs, 09:00 hs e 10:00 horas,* ***NOTIFIQUEI****, respectivamente, EVANI RAMALHO, GEORGE RAMALHO BARBOSA, ISRAEL NUNES DE LIMA E LUIZ CARLOS DE ALMEIDA, dando-lhes conhecimento do inteiro teor do presente mandado, que após leitura, exararam suas notas de cientes. Entreguei-lhes contrafé, que aceitaram.* ***Certifico, ainda, que deixei de notificar JOSÉ WILSON SANTIAGO, uma vez que o mesmo se encontra***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

em Brasília-DF, segundo informação do esposo da faxineira, Edilson e do porteiro, não havendo quem soubesse declarar o seu endereço residencial em Brasília. Dou fé." (fls. 576 – **grifei**)

Determino que se renove *a diligência de notificação*, porque as circunstâncias **evidenciam**, segundo as certidões exaradas nos autos, que o comportamento do congressista, *ora notificando*, **parece justificar** a ocorrência de "*suspeita de ocultação*", **o que torna aplicável** ao caso, por efeito **do que prescreve** o art. 362, "*caput*", do CPP, **c/c os** arts. 252, 253 **e** 254 do **novo** CPC, o procedimento da "*ficta vocatio*".

Cabe advertir, *por necessário*, **que** – uma vez **concluída** a notificação em referência **e transcorrido**, "*in albis*", o prazo legal de 15 (quinze) dias (**Lei nº 8.038/90**, art. 4º, "*caput*") –, **ser-lhe-á nomeado defensor dativo** para o patrocínio de sua defesa (**CPP**, art. 362, parágrafo único), **sem prejuízo** da atuação, *em favor desse acusado*, dos ilustres Advogados por ele já constituídos nos presentes autos, que deverão ser intimados para tanto.

A providência que ora se ordena *encontra integral apoio em autorizado magistério doutrinário* (MARCO ANTONIO DE BARROS, "**Processo Penal: da Investigação até a Sentença**", p. 312/313, item n. 7.6.4, 2ª ed., 2020, Juruá; ROGÉRIO SANCHES e RONALDO BATISTA PINHO, "**Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados**", p. 934/935, 2017, *Jus*PODIVM; GUILHERME DE SOUZA NUCCI, "**Código de Processo Penal Comentado**", p. 909/910, itens ns. 24/24-B, 18ª ed., 2019, Forense; DANIEL MARCHIONATTI, "**Processo Penal contra Autoridades**", p. 218, item n. 1.4.1, 2019, Forense, *v.g.*), **valendo referir**, *ante a inquestionável precisão de sua abordagem*, **a lição** de RENATO BRASILEIRO DE LIMA ("**Código de Processo Penal Comentado**", p. 976/977, item n. 2, 2016, *Jus*PODIVM):

"***Em relação àquele que não foi encontrado*** *para ser citado, a ele se reserva a suspensão do processo e da prescrição (CPP, art. 366).* ***Porém, se o acusado se oculta para não ser citado, inviável se apresenta a suspensão do processo e da prescrição, sob pena de se premiar sua própria torpeza****. (...) Se se ocultou ardilosamente com o objetivo de fugir da citação pessoal, não pode alegar ignorância quanto ao processo que contra ele foi instaurado.* ***De mais a mais, se o acusado se ocultou para não ser citado*** *(...)* ***isso significa dizer que tomou conhecimento****, efetivo ou potencial,* ***da acusação****. (...)* ***Por isso****, sem embargo de ter sido citado fictamente,* ***deve o processo ter regular prosseguimento, com a nomeação de defensor dativo****. Nessa linha, aliás, o próprio art. 565 do CPP estabelece que nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa ou para a qual tenha concorrido.*" (**grifei**)

Diversa não é, *no tema*, a orientação jurisprudencial **prevalecente** na prática processual **desta** Suprema Corte:

"***Inquérito. Competência originária. Penal e Processual Penal.*** *2. Conexão. Julgamento conjunto. Inquéritos 3.204, 3.221 e 3.516.* ***3. Notificação por hora certa. Lei 11.719/08, que alterou o art. 362. Compatibilidade com o rito do procedimento penal originário. Denunciado que se oculta para não receber a notificação pessoal. Inexistência de nulidade****. (...).*"

(**Inq 3.204/SE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **grifei**)

Cabe rememorar, *no ponto*, **que o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao julgar o RE 635.145/RS**, Red. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX, **confirmou,** *em sede de repercussão geral*, **a plena validade constitucional** *do art. 362 do CPP*, **na redação que lhe foi dada** pela Lei nº 11.719/2008, **assim legitimando** *a utilização da notificação com hora certa no processo penal*:

"***RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO PENAL. CITAÇÃO POR HORA CERTA. ARTIGO 362 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTITUCIONALIDADE. NEGADO PROVIMENTO*** *AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.*

1. É constitucional a citação por hora certa, prevista no art. 362, do Código de Processo Penal*.*

2. A conformação dada pelo legislador à citação por hora certa ***está de acordo*** *com a Constituição Federal e com o Pacto de São José da Costa Rica.*

3. A ocultação do réu *para ser citado infringe cláusulas constitucionais do devido processo legal e viola as garantias constitucionais do acesso à justiça e da razoável duração do processo.*

4. O acusado que se utiliza de meios escusos para não ser pessoalmente citado atua em exercício abusivo de seu direito de defesa*. Recurso extraordinário* ***a que se nega*** *provimento.*" (**grifei**)

Expeça-se, *pois*, o respectivo *mandado de notificação*, **fazendo-se dele constar**, *expressamente*, **a advertência antes mencionada** (**CPP**, art. 362, parágrafo único). O mandado judicial em questão **deverá ser instruído** com **cópia** da presente decisão **e** do inteiro teor destes autos (**incluída** a reprodução das mídias a ele anexadas).

Assino *o prazo máximo* de 10 (dez) dias para a realização dessa diligência (*notificação com hora certa*) pelos Oficiais de Justiça desta Corte, **devendo** a Secretaria Judiciária do STF, **tão logo concluído** referido ato de comunicação processual, **dar imediato cumprimento** ao disposto no art. 254 do Código de Processo Civil, **c/c** o art. 362 do CPP, *se for o caso*.

4. Sem prejuízo *dessa notificação com hora certa*, caso se torne necessária, **e para que não se alegue** *qualquer* nulidade processual, **determino**, *ainda*, **que se reitere a expedição** *de nova Carta de Ordem* para que o Deputado Federal Wilson Santiago **seja notificado**, para os fins e efeitos a que se refere o art. 4º da Lei nº 8.038/90, **no Estado da Paraíba**, nos seguintes endereços: (**a**) Rua Padre José Trigueiro, 78, apt. 601, Cabo Branco, João Pessoa; **e** (**b**) Av. Pres. Epitácio Pessoa, 3869, Miramar, João Pessoa, **observando-se**, *no que couber*, **se** preciso for, **o que se fez constar do item anterior** (**CPP**, art. 362, *"caput"*, **c/c o CPC/15**, arts. 252, 253 **e** 254).

5. **É de registrar-se**, de outro lado, **que**, *regularmente notificados* (fls. 583/585), **os acusados** *João Bosco Nonato Fernandes* **e** *Severino Batista do Nascimento Neto* – cujas defesas são patrocinadas **pelo mesmo** Advogado (v. procurações **juntadas** a fls. 425 **e** 753 da **Pet** 8.637/DF) –, **bem assim** a denunciada *Evani Ramalho,* **que também constituiu** Advogados para a sua defesa técnica (fls. 429/430), **deixaram transcorrer**, "*in albis*", o prazo legal para o oferecimento de resposta à denúncia.

Com efeito, **havendo** *João Bosco* **e** *Severino Batista* **sido notificados** *no dia 08/05/2020* (certidão de fls. 583), *sexta-feira*, o prazo de 15 (quinze) dias para a prática do ato processual em causa (**Lei nº 8.038/90**, art. 4º, "*caput*") – **que flui** *de modo contínuo* **e** *peremptório*, "*não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado*" (**CPP**, art. 798, "*caput*") – **iniciou-se** *em 11/05/2020*, segunda-feira, **e esgotou-se** *em 25/05/2020*, segunda-feira.

De igual modo, **no que concerne** à denunciada Evani Ramalho, tendo sido ela notificada na data de 13/04/2020, *segunda-feira* (certidão de fls. 576), **exauriu-se** no dia 28/04/2020, *terça-feira*, o prazo disposto no art. 4º, "*caput*", da Lei nº 8.038/90.

Não constitui demasia rememorar, *no ponto*, que, **tratando-se** *de prazo processual penal*, **o modo de sua contagem** *é disciplinado* por norma legal *que expressamente dispõe sobre a matéria* (**CPP**, art. 798, "*caput*" **e §** 5º, "**a**"), **o que torna inaplicáveis** as regras fundadas nos arts. 219, "*caput*", **e** 231, **inciso** II, **c/c o §** 1º, do Código de Processo Civil de 2015, **pois**, *como se sabe*, **a possibilidade** *de aplicação analógica* da legislação processual civil ao processo penal, **embora autorizada** pelo art. 3º *do próprio* Código de Processo Penal, **depende**, *no entanto*, para incidir, **da existência** *de omissão* na legislação processual penal (**Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**, art. 4º).

Com efeito, **inexiste omissão**, no Código de Processo Penal, *quanto à regulação* ***do modo de contagem*** dos prazos processuais penais, **eis que**, nessa **específica** matéria, *há cláusula normativa expressa* **que estabelece** que "***Todos os prazos*** *(...)* ***serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo*** *por férias, domingo ou dia feriado*" (**CPP**, art. 798, "*caput*" – **grifei**), **bem assim** que, "*Salvo os casos expressos,* ***os prazos correrão****: a)* ***da intimação***" (**CPP**, art. 798, **§** 5º, "**a**" – **grifei**).

Esse entendimento – *que tem o beneplácito de autorizado magistério doutrinário* (EUGÊNIO PACELLI e DOUGLAS FISCHER, "**Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**", p. 1.543/1.549, itens ns. 798.1/798.4.1, 9ª ed., Atlas, *v.g.*) – **nada mais reflete senão** *a jurisprudência consolidada no âmbito desta Suprema Corte* (**RTJ 133/1179**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ARE 811.413/DF**, Rel. Min. ROSA WEBER – **ARE 1.115.857-AgR/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **HC 83.619/MS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 92.618/SP**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **Súmula** nº 710/STF, *v.g.*), **cuja orientação**, *no tema*, **adverte** que, *no domínio do processo penal*, o estatuto de regência **pertinente** *ao modo de contagem dos prazos* (em dias corridos **e não** em dias úteis) **e** *ao início de sua fluência* (a partir da respectiva intimação **e não** da juntada aos autos do mandado cumprido) **reside** no art. 798, "*caput*", **c/c o §** 5º, "**a**", do CPP:

"***AGRAVO DE INSTRUMENTO – PROCESSO DE NATUREZA PENAL – INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO (CPP, ART. 798, § 5º, 'A') – DATA DA EFETIVA INTIMAÇÃO (E NÃO DA JUNTADA, AOS AUTOS, DO MANDADO DE INTIMAÇÃO)*** *– INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO INTERPOSTO – RECURSO NÃO CONHECIDO.*

– ***O início do prazo, em sede processual penal, há de se contar da data da efetiva ocorrência da intimação, e não da data em que se registrou****, em momento ulterior,* ***a juntada, aos autos, do respectivo mandado****. Inteligência do art. 798, § 5º, 'a', do CPP. Doutrina.* ***Súmula 710/STF****.*"

(**AI 557.351-AgR/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

*"'**HABEAS CORPUS**'. EXTINÇÃO DO PROCESSO (**SÚMULA** 691/STF). **AGRAVO INTERNO**. ADMISSIBILIDADE. **PRAZO DE INTERPOSIÇÃO**: CINCO (05) DIAS (**LEI Nº 8.038/90**, ART. 39). **INAPLICABILIDADE** DO ART. 1.070 DO CPC/2015. **MODO DE CONTAGEM** DESSE PRAZO RECURSAL **EM SEDE PROCESSUAL PENAL**: '**DIAS CORRIDOS**'. **EXISTÊNCIA**, NESSA MATÉRIA, **DE REGRA LEGAL ESPECÍFICA** INERENTE AO PROCESSO PENAL (**CPP**, ART. 798, 'caput'). **NÃO INCIDÊNCIA** DO ART. 219, 'caput', **DO NOVO** CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. **PRECEDENTES ESPECÍFICOS** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **E** DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA **A RESPEITO** DESSAS DUAS (2) QUESTÕES (PRAZO RECURSAL **E** MODO DE SUA CONTAGEM). **FORMULAÇÃO**, NO CASO, **SOMENTE** DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PLEITO **QUE NÃO SE REVESTE** DE EFICÁCIA INTERRUPTIVA **OU** SUSPENSIVA DOS PRAZOS RECURSAIS, QUE SÃO PEREMPTÓRIOS **E** PRECLUSIVOS. **PRECEDENTES**. **DECURSO**, 'IN ALBIS', **DO QUINQUÍDIO RECURSAL** PREVISTO NA LEI Nº 8.038/90 (ART. 39). **CONFIGURAÇÃO**, NA ESPÉCIE, DA COISA JULGADA MERAMENTE FORMAL **OU** EM SENTIDO INTERNO. **DECISÃO** QUE, POR HAVER-SE TORNADO IRRECORRÍVEL, **MOSTRA-SE INSUSCETÍVEL** DE SER*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ALTERADA. ***PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO*** *DE QUE NÃO SE CONHECE*."

(**HC 134.554-Rcon/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, **e em observância** à diretriz consagrada em decisões proferidas **por eminentes Juízes** que compõem esta Suprema Corte *no exame de situações análogas à que ora se verifica nestes autos* (**Inq 3.009/PB**, Rel. Min. ROSA WEBER – **Inq 3.221/SE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **Inq 3.224/SE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **Inq 4.699/RN**, Rel. Min. EDSON FACHIN, *v.g.*), **intimem-se**, na forma do art. 370, **§ 1º**, do CPP (**ou seja**, *mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico*), **os ilustres Advogados** dos acusados João Bosco Nonato Fernandes, Severino Batista do Nascimento Neto **e** Evani Ramalho, **para que ofereçam resposta** à acusação no prazo legal, **sob pena** de, *em não o fazendo*, a defesa de tais denunciados ficar a cargo da Defensoria Pública da União, **que deverá**, uma vez transcorrido, "*in albis*", o prazo anteriormente referido, **ser imediata e pessoalmente intimada**, *independentemente* de novo pronunciamento judicial, para os fins **prescritos** no art. 4ª, "*caput*", da Lei nº 8.038/90.

6. **Determino** à Secretaria Judiciária desta Suprema Corte **que inclua** na autuação, *para efeito de intimação*, o nome do ilustre Advogado Fernando Erick Queiroz de Carvalho, **constituído** pelos acusados João Bosco Nonato Fernandes **e** Severino Batista do Nascimento Neto.

7. **Defiro os pedidos** *de acesso* **e** *de cópia* dos presentes autos **formulados** pelo investigado João Bosco Nonato Fernandes (fls. 598/606v.), **assinalando** que seu ilustre Advogado – **que**, *não custa insistir*, **também responde** pela defesa do acusado Severino Batista do Nascimento Neto (fls. 753 **da Pet** 8.637/DF) – **dispõe** de procuração **que lhe foi outorgada** pelo ora requerente (fls. 607), **aplicando-se-lhe**, *por inteiro*, **o enunciado constante** *da Súmula Vinculante nº 14/STF*.

Com efeito, **a jurisprudência constitucional** do Supremo Tribunal Federal *hoje consubstanciada na Súmula Vinculante nº 14* **tem garantido** *a qualquer pessoa* ***sob investigação*** *do Estado* **e**, também, *ao seu Advogado* (**não importando** que se trate de inquérito policial, de inquérito parlamentar, de procedimento de investigação penal instaurado pelo Ministério Público **ou** de processo penal) **o direito de conhecer** as informações ***já formalmente produzidas*** nos autos (**excluídas**, *portanto*, **aquelas** diligências ***ainda em curso de execução***), mesmo que se cuide de investigação promovida *em caráter sigiloso*:

"***RECLAMAÇÃO***. ***DESRESPEITO AO ENUNCIADO*** *CONSTANTE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14/STF*. ***PERSECUÇÃO PENAL*** *AINDA NA FASE DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL*. ***REGIME DE SIGILO***. ***INOPONIBILIDADE*** *AO ADVOGADO* ***CONSTITUÍDO*** *PELO INDICIADO* ***OU*** *PELO RÉU*. ***DIREITO DE DEFESA***. ***COMPREENSÃO GLOBAL*** *DA FUNÇÃO DEFENSIVA*. ***GARANTIA CONSTITUCIONAL***. ***PRERROGATIVA PROFISSIONAL*** *DO ADVOGADO* (***LEI Nº 8.906/94***, *ART. 7º*, ***INCISOS*** *XIII* ***E*** *XIV*). ***CONSEQUENTE ACESSO*** *AOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS* ***JÁ DOCUMENTADOS, PRODUZIDOS E FORMALMENTE INCORPORADOS*** *AOS AUTOS DA PERSECUÇÃO PENAL (INQUÉRITO POLICIAL* ***OU*** *PROCESSO JUDICIAL)* ***OU*** *A ESTES REGULARMENTE APENSADOS*. ***POSTULADO DA COMUNHÃO OU DA AQUISIÇÃO DA PROVA***. ***PRECEDENTES*** *(STF)*. ***DOUTRINA***. *MEDIDA CAUTELAR* ***DEFERIDA***.

– ***O sistema normativo brasileiro assegura*** *ao Advogado* ***regularmente constituído*** *pelo indiciado (ou pelo réu)* ***o direito de pleno acesso*** *aos autos de persecução penal, mesmo que sujeita, em juízo* ***ou*** *fora dele, a regime de sigilo* (***necessariamente*** *excepcional),* ***limitando-se****, no entanto, tal prerrogativa jurídica às provas já produzidas* ***e*** *formalmente incorporadas ao procedimento investigatório,* ***excluídas****, consequentemente, as informações* ***e*** *providências investigatórias ainda em curso de execução* ***e****, por isso mesmo,* ***não documentadas*** *no próprio inquérito ou processo judicial.* ***Precedentes***. ***Doutrina***."

(**Rcl 18.399-MC/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Vê-se, *portanto*, **que a diretriz jurisprudencial** firmada **por esta** Suprema Corte na matéria ora em exame **confere plena legitimidade** ao pleito deduzido pelo ilustre Advogado **constituído** pelos acusados João Bosco Nonato Fernandes **e** Severino Batista do Nascimento Neto.

8. **Indefiro**, *no entanto*, em parte, o pedido **apresentado** pela defesa do acusado João Bosco, *unicamente* **no sentido de atribuir-se** "*imediata publicidade ao(s) acordo(s) de delação premiada eventualmente entabulados com colaborador(es), assim como às respectivas decisões que homologaram o termo de colaboração*" (fls. 606, item n. "**ii**"), uma vez que tal postulação **encontra óbice intransponível** na cláusula **inscrita** no art. 7º, **§ 3º**, da Lei nº 12.850/2013 (**na redação dada** pela Lei nº 13.964/2019), **de cuja literalidade** extrai-se a *imposição do regime de sigilo ao acordo celebrado* – "*sendo* ***vedado*** *ao magistrado decidir por sua* ***publicidade em qualquer*** *hipótese*" (**grifei**) –, **que só deixará de subsistir** uma vez recebida a denúncia formulada pelo Ministério Público, **fato esse que ainda não se registrou na espécie dos autos**.

Essa orientação – *é importante acentuar* – **encontra apoio** *no magistério jurisprudencial desta Suprema Corte* (**Inq 4.405-AgR/DF**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **Inq 4.619-AgR/DF**, Rel. Min. LUIZ FUX, *v.g.*), **que também enfatiza** – *ressalvada a incidência da Súmula Vinculante nº 14/STF quanto a peças* ***já formalmente incorporadas*** *aos autos de procedimentos investigatórios* – **a impossibilidade** de conferir-se, **antes de recebida** a denúncia, **ampla publicidade** *ao conteúdo* dos depoimentos **prestados** *em acordo de colaboração premiada,* **porque tal abertura tornaria acessíveis**, *desde logo*, **a terceiros**, **os elementos** constantes de referido negócio jurídico-processual:

"***PENAL***. ***PROCESSO PENAL***. ***COLABORAÇÃO PREMIADA***. ***PEDIDO DE ACESSO AO CONTEÚDO DE DEPOIMENTOS COLHIDOS***. ***DECLARAÇÕES RESGUARDADAS POR SIGILO***, ***NOS TERMOS DA LEI 12.850/2013***.

1. ***O conteúdo dos depoimentos prestados em regime de colaboração premiada está sujeito a regime de sigilo****, que, a teor da Lei 12.850/2013 (art. 7º, § 3º), regra geral, perdura até o recebimento da denúncia e, de modo especial,* ***deve ser observado em momento anterior à instauração formal de procedimento investigatório****. (...)*."

(**Pet 6.351-AgR/DF**, Rel. Min. EDSON FACHIN – **grifei**)

"***RECLAMAÇÃO***. ***AGRAVO REGIMENTAL***. ***ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE 14***. ***INEXISTÊNCIA***. ***TERMOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA QUE NÃO DIZEM RESPEITO À ACUSAÇÃO À QUAL RESPONDE O RECLAMANTE***. ***DEPOIMENTOS CUJO CONTEÚDO ENCONTRAVA-SE SUBMETIDO AO SIGILO DO ART. 7º DA LEI 12.850/2013***. *NÃO EVIDENCIADA A PRÁTICA DE ATOS VIOLADORES AO ENUNCIADO SUMULAR VINCULANTE. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. O enunciado sumular vinculante 14 assegura ao defensor legalmente constituído o direito de acesso às 'provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, consequentemente, as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentados no próprio inquérito ou processo judicial' (***HC 93.767***, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 01-04-2014).*

2. ***O conteúdo dos depoimentos pretendidos*** *pelo reclamante, embora posteriormente tornado público e à disposição,* ***encontrava-se****, à época do ato reclamado,* ***submetido a sigilo, nos termos do art. 7º da Lei 12.850/2013****,* ***regime esse que visa****, segundo a lei de regência,* ***a dois objetivos básicos****: (****a****)* ***preservar os direitos assegurados ao colaborador****, dentre os quais o de 'ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados' (****art. 5º****, II) e o de 'não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito' (****art. 5º****, V, da Lei 12.850/2013);* ***e*** *(****b****)* ***'garantir o êxito das investigações' (****art. 7º****, § 2º e* ***art. 8º****, § 3º).*

3. ***Enquanto não instaurado formalmente o inquérito propriamente dito acerca dos fatos declarados****,* ***o acordo de colaboração e os correspondentes depoimentos estão sujeitos a estrito regime de sigilo****.* ***Instaurado o inquérito****, '****o acesso aos autos será restrito ao juiz****,* ***ao Ministério Público e ao delegado de polícia****,* ***como forma de garantir o êxito das investigações****, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento' (art. 7º, § 2º). Assegurado, como assegura, o acesso do investigado aos elementos de prova carreados na fase de inquérito, o regime de sigilo consagrado na Lei 12.850/2013 guarda perfeita compatibilidade com a Súmula Vinculante 14.*

Agravo *regimental* ***a que se nega provimento****.*"

(**Rcl 22.009-AgR/PR**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **grifei**)

Acolho, *no entanto*, **o pleito de acesso** *ao acordo de colaboração premiada* (**e** *à decisão que o homologou*), **observados**, *porém*, **os limites impostos** pelo art. 7º, **§ 2º**, da Lei nº 12.850/2013.

No caso concreto, **todos** os elementos de prova **pertinentes** ao exercício do direito de defesa **já se encontram incorporados** *tanto* aos autos da **Pet** 8.637/DF *quanto* aos do presente Inquérito – **incluindo** o "*Termo de Declarações de GEORGE RAMALHO BARBOSA, acompanhado de mídia eletrônica (DVD) contendo a filmagem de seu depoimento*" (fls. 02/03, 11/13 **e** 19) –, **cujo irrestrito acesso**, *ora deferido aos Advogados* ***de todos*** *os denunciados*, **atende** ao comando **inscrito** na Súmula Vinculante nº 14/STF.

9. **Por fim**, **defiro**, *em termos*, os requerimentos **formulados** pela douta Procuradoria-Geral da República **constantes** das letras "**a**", "**b**", "**c**" **e** "**d**" da peça acusatória (fls. 336/337) **e**, *em consequência*, **determino o desmembramento** do presente procedimento penal, **com a autuação** *de novo Inquérito*, **para o fim de apurar-se**, *nele*, a suposta prática, pelos ora denunciados, dos "*crimes de lavagem de dinheiro, fraude à licitação e peculato*". Esse **novo** procedimento **deverá ser** "***instruído com cópia do INQ 4800****, inclusive* ***mídias*** *correspondentes*" (**grifei**).

A Secretaria Judiciária desta Suprema Corte **deverá oficiar**: (**a**) **à Junta Comercial** do Estado da Paraíba, *requisitando-lhe* cópia do contrato social (e respectivas alterações) da empresa *Coenco Construções, Empreendimentos e Comércio Ltda.*, **CNPJ** 00.431.864/0001-68; **e** (**b**) **à Prefeitura do Município de Uiraúna/PB**, *para que encaminhe* a esta Corte os "*atos de nomeação e exoneração, além da ficha funcional e remuneração de SEVERINO BATISTA DO NASCIMENTO NETO*".

De outro lado, **oficie-se** ao eminente Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, **para que se digne encaminhar** a esta Suprema Corte **cópia** dos "*atos de nomeação e exoneração, além da ficha funcional e remuneração de EVANI RAMALHO, ISRAEL NUNES DE LIMA e LUIZ CARLOS DE ALMEIDA*".

10. **Transmita-se cópia** da presente decisão ao eminente Senhor Procurador-Geral da República, Dr. AUGUSTO ARAS, **bem assim** ao Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Federal, Dr. FABIANO EMIDIO DE LUCENA MARTINS, **que preside** esta investigação penal.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro CELSO DE MELLO
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA 36.274 **(866)**

ORIGEM : 36274 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
IMPTE.(S) : VERLANO DE QUEIROZ MEDEIROS
ADV.(A/S) : VERLANO DE QUEIROZ MEDEIROS (3812/RN)
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS. : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA. CONDENAÇÃO DE PARECERISTA JURÍDICO AO PAGAMENTO DE MULTA DETERMINADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. VISTA À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA.

Relatório

1. Mandado de segurança impetrado por Verlano de Queiroz Medeiros, em 7.2.2019, contra ato Tribunal de Contas da União, que, no julgamento da Tomada de Contas Especial TC 029.826/2014-(Plenário), condenou o impetrante ao pagamento de multa, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), *"em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais geridos em sua administração, recebidos por força do Convênio 844/2007 (Siafi 638396), celebrado entre a Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte da Fundação Nacional de Saúde (Suest/RN) e o Município de Sítio Novo/RN"* (inicial, fl. 4).

2. Deferida a liminar, a União interpôs agravo interno, em 2.12.2019.

3. Intimada da decisão, a Procuradoria-Geral da República reservou-se *"para se manifestar, como* custos legis*, após a apresentação das contrarrazões pela parte agravada"*(e-doc. 105).

4. Em 10.2.2020, a Secretaria Judiciária certificou o decurso de prazo sem a apresentação das contrarrazões (e-doc. 108).

5. Vista ao Procurador-Geral da República para, querendo, manifestar-se também quanto ao mérito da impetração (art. 12 da Lei n. 12.016/2009 e art. 205 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

MANDADO DE SEGURANÇA 36.940 **(867)**

ORIGEM : 36940 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
IMPTE.(S) : JOSE AUGUSTO MAIA
ADV.(A/S) : TALLYS AUGUSTO DE LIMA MAIA (32824/PE)
IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO:

Ementa: Direito administrativo e processual civil. Mandado de segurança. Tribunal de Contas da União. Decadência da impetração.

1. Mandado de segurança contra acórdão do TCU que reputou irregulares as contas apresentadas pelo impetrante sobre a execução de convênio celebrado com o Ministério das Cidades.

2. Intimado do acórdão e da decisão que apreciou pedido de reconsideração contra ele interposto, o impetrante deixou transcorrer o prazo decadencial de 120 dias para a propositura do presente *writ*.

3. Mandado de segurança a que se nega seguimento.

1.Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado contra o Acórdão 8.619/2016, proferido pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU, no âmbito do procedimento de Tomada de Contas Especial nº 007.633/2015-7. O ato considerou irregulares as contas prestadas pelo impetrante, na qualidade de Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe/PE, sobre a aplicação de recursos oriundos de convênio celebrado com o Ministério das Cidades.

2.O impetrante alega não ter sido citado no processo, para apresentar defesa, e tampouco notificado do referido acórdão, para que interpusesse os recursos cabíveis. Argui ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório na via administrativa.

3.Em sede liminar, requer a suspensão dos efeitos do Acórdão nº 8.619/2016, da Segunda Câmara do TCU. No mérito, pede a confirmação da medida acauteladora.

4.É o relatório. Decido.

5.Dispenso as informações, por considerar o feito suficientemente instruído, bem como o parecer ministerial, diante do caráter reiterado da matéria (RI/STF, art. 52, p. único).

6.A presente impetração está dirigida contra o Acórdão 8.619/2016, da Segunda Câmara do TCU, que assentou a irregularidade das contas prestadas sobre a aplicação de recursos oriundos de convênio celebrado com o Ministério das Cidades, e condenou o impetrante à restituição dos valores repassados e ao pagamento de multa. A nulidade do ato decorreria da inexistência de citação do impetrante, para a apresentação de defesa no processo, assim como da ausência de sua intimação do acórdão que reprovou a prestação de contas, para interposição de recurso.

7.As alegações não merecem prosperar. Em consulta realizada no sítio eletrônico do TCU, nos andamentos do procedimento de Tomada de Contas Especial nº 007.633/2015-7, colho a informação de que o impetrante foi regularmente intimado tanto do Acórdão 8.619/2016, da Segunda Câmara do TCU, como do Acórdão 199/2018, também da Segunda Câmara do TCU, que apreciou pedido de reconsideração interposto contra aquele. Com efeito, conforme despacho dado em 07.06.2018, a parte tomou ciência do Acórdão 8.619/2016 por meio do Ofício nº 1.457/2016, na data de 28.09.2016, e, do Acórdão 199/2018, pelo Ofício nº 114/2018, na data 26.02.2018. *In verbis*:

"Em cumprimento ao Acórdão 8619/2016 – TCU – 2ª Câmara, da relatoria do Ministro André Luís de Carvalho, Sessão de 19/7/2016, Ata 25/2016 – 2ª Câmara (peça 31), *foram notificados Antônio Figueiroa de Siqueira e José Augusto Maia, por meio respectivamente dos Ofício 1153/2016 datado de 26/7/2016 e Ofício 1457/2016 datado de 19/9/2016 (peças 35 e 50)*.

O Sr. Antônio Figueiroa de Siqueira tomou ciência do aludido ofício em 4/8/2016 conforme documento de peça 43 e *José Augusto Maia em 28/9/2016 conforme documento de peça 51*.

O responsável Antônio Figueiroa de Siqueira interpôs Recurso de Reconsideração, apreciado por meio do Acórdão 199/2018 – 2ª Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, Sessão de 30/1/2018, Ata 2/2018 (peça 58), que não foi conhecido, *sendo essa decisão comunicada aos responsáveis por meio dos Ofícios 113/2018 e 114/2018 (peças 61 e 62), entregues em 26/2/2018 (peças 67 e 68)*."

8.Considerando que a notificação do Acórdão 8.619/2016 foi efetuada em 28.09.2016, desde essa data estava em curso o prazo decadencial de 120 dias para a sua impugnação pela via mandamental. Apesar disso, o impetrante somente ajuizou a presente demanda em 10.02.2020, sendo inconteste ter decaído do direito de manejar o *writ*, nos termos do art. 23, da Lei nº 12.016/2009. Ainda que se tenha como termo inicial de fluência do prazo a data de ciência do Acórdão 199/2018, 26.02.2018, a parte teria deixado que transcorresse *in albis*, tendo, de todo modo, decaído do direito de impetrar mandado de segurança, conforme o citado art. 23, da Lei nº 12.016/2009.

9.Diante do exposto, com base no art. 23, da Lei nº 12.016/2009, e 200, parágrafo único, do RI/STF, **nego seguimento** ao mandado de segurança. Custas pelo impetrante. Sem honorários (art. 25, da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 512/STF).

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de junho de 2020
Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.168 **(868)**

ORIGEM : 37168 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
IMPTE.(S) : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCAO PIAUI
ADV.(A/S) : CELSO BARROS COELHO NETO (9356-A/MA, 2688/PI) E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Despacho: Notifique-se a autoridade coatora para apresentar informações e dê-se ciência do feito à Advocacia-Geral da União.

Em seguida, apreciarei o pedido liminar.
Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

MANDADO DE SEGURANÇA 37.180 **(869)**

ORIGEM : 37180 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
IMPTE.(S) : EURICO BARBOSA DOS SANTOS FILHO
ADV.(A/S) : PAULO SERGIO HERNANDO (36546/GO)
IMPDO.(A/S) : RELATORA DA RCL Nº 40.667 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ATO COATOR. DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

FEDERAL. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DO *WRIT*. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE CONDUCENTE À ADMISSÃO DA AÇÃO MANDAMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Decisão: Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por Eurico Barbosa dos Santos Filho contra suposto ato coator, consubstanciado em decisão da Min. Rosa Weber, que concedeu liminar em favor de Fernando dos Santos Carneiro, nos autos da Reclamação 40.667.

Narra o impetrante que "*figura como beneficiário da reclamação que lhe move o impetrado FERNANDO DOS SANTOS CARNEIRO (doc. em anexo), que tramita perante esta SUPREMA CORTE, que tem como relatora a Ministra ROSA MARIA PIRES WEBER, processo este autuado sob o nº Rcl 40.667 (doc. em anexo 01), que tem como pedido o retorno do impetrado ao cargo de Procurador de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás*" (Doc. 1, p. 2).

Aduz que, a autoridade coatora concedeu a liminar "*contrariando aos precedentes dessa Suprema Corte (Súmula 281, 284 e 626 STF), e a decisão proferida pelo Presidente desta Corte na Suspensão de Segurança de nº 5.325 (doc. em anexo 03), que negou a suspensão do acórdão proferido no mandado de segurança nº 0213925.37.1999.8.09.0051 (doc. em anexo 02), que tramita perante a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, além disso, sem ao menos fazer a distinção exigida pelo artigo 988, II, do Código de Processo Civil, em virtude, da reclamação (doc. em anexo 01) ter fundamentação vinculada, requisito não atendido*" (Doc. 1, p. 2).

Em amparo de sua pretensão, sustenta que, "*ao restaurar decisão nula, a liminar deferida na Reclamação nº 40.667, afrontou os artigos 64, § 4º, e 281, do CPC/2015, uma vez que a decisão foi expressamente revogada pelo juízo competente*" (Doc. 1, p. 3).

Alega que "*a petição inicial da reclamação proposta pelo impetrado é inepta, pois tem como objeto sua manutenção no cargo em decorrência da vitaliciedade do cargo de Procurador de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, já o acórdão do Mandado de Segurança nº 0213925.37.1999.8.09.0051 (doc. em anexo 02), que tramita perante a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, tem como objeto a nulidade de concurso por vícios insanáveis e seus atos subsequentes. Fundamentos absolutamente diversos*" (Doc. 1, p. 6).

Ressalta, ainda, "*que a decisão transitada em julgado dos autos de Suspensão de Segurança de nº 5.325 (doc. em anexo), só pode ser impugnada por ação rescisória e não por Reclamação Constitucional, conforme versa o artigo 966, do CPC/2015, e artigo 259, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*" (Doc. 1, p. 9).

Conclui, finalmente, que houve violação às Súmulas 281, 284 e 626 do STF, e que a decisão impugnada foi teratológica, o que possibilitaria a via do mandado de segurança.

Por derradeiro, formula o pedido nos seguintes termos , *in verbis*:

"a) LIMINARMENTE, que seja anulada a decisão proferida nos autos do processo de nº Rcl 40667, que tem como Relatora a Ministra Rosa Weber, para que seja impedido o impetrado o senhor Fernando dos Santos Carneiro de voltar a ocupar o cargo de Procurador de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

(…)

d) que no mérito este Presidente DIAS TOFFOLI, se digne a conceder a segurança, no sentido de se reformar a decisão judicial prolatada nos autos do processo de nº Rcl 40667, que tem como Relatora a Ministra Rosa Weber, para que seja impedido o impetrado o senhor Fernando dos Santos Carneiro de voltar a ocupar o cargo de Procurador de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, pelas ilegalidades insanáveis apontadas." (Doc. 1, p. 21)

Em 10/6/2020, o impetrante, requereu a "*redistribuição do feito ao Presidente deste Tribunal, em. Min. Dias Toffoli, por se tratar de competência absoluta, por prevenção, nos termos do art. 13, inciso VI, do RISTF*" (Doc. 101, p. 2)

No mesmo dia, submeti os presentes autos à Presidência desta Suprema Corte, para que fosse examinada a ocorrência de prevenção e a necessidade de redistribuição.

Em 15/6/2020, os autos retornaram da Presidência, sob o fundamento de que a "*a natureza da ação impetrada afasta a incidência especial da norma contida no art. 70, § 4º, do RISTF*" (Doc. 106, p. 2).

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, dispenso as informações, por considerar o feito suficientemente instruído, bem como o parecer ministerial, mormente porque o Supremo Tribunal Federal já firmou jurisprudência sobre a matéria processual (art. 52, parágrafo único, do RI/STF).

No caso *sub examine*, o presente *writ* visa à cassação de decisão judicial proferida pela Ministra Rosa Weber nos autos da Rcl 40.667, que concedeu medida liminar contrariamente aos interesses do impetrante.

Inicialmente, relembro que a jurisprudência deste Tribunal é invariável ao afirmar o descabimento de mandado de segurança contra atos provenientes de seus membros ou órgãos colegiados no exercício da prestação jurisdicional, porquanto impugnáveis somente pelos recursos próprios ou pela via da ação rescisória, como consectário do sistema processual, na linha dos seguintes precedentes, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA EM FACE DE ATO JURISDICIONAL DE MINISTRO, DAS TURMAS OU DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO ADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO." (MS 28.635-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Plenário, *DJe* de 19/8/2014)

"MANDADO DE SEGURANÇA – IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE CONTEÚDO JURISDICIONAL EMANADO DE ÓRGÃO COLEGIADO (PLENÁRIO OU TURMAS) DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU PROFERIDO POR QUAISQUER DE SEUS JUÍZES – INADMISSIBILIDADE – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

***Não cabe mandado de segurança contra julgamento impregnado de conteúdo jurisdicional, não importando se monocrático ou colegiado, proferido no âmbito do Supremo Tribunal Federal**. É que tal decisão, ainda quando emanada de Ministro Relator, somente será suscetível de desconstituição mediante utilização do recurso pertinente ou, tratando-se de pronunciamento de mérito já transitado em julgado, ajuizamento originário de ação rescisória. Precedentes."* (MS 36.152-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 19/8/2019, destaquei)

"MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO CONTRA ATO DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE CONCEDERA MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. PODER DO RELATOR. LEI N. 8038/90, ART. 38.

*A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido da **inadmissibilidade de mandado de segurança contra ato jurisdicional da Corte**. A tese dos impetrantes da suposta incompetência do relator para denegar seguimento a mandado de segurança, encontra firme repudio neste Tribunal. A Lei 8038/90, art. 38, confere-lhe poderes processuais para, na direção e condução do processo, assim agir. Agravo regimental improvido."* (MS 21.734- AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, Plenário, DJ de 15/10/1993)

"AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ART. 543-B DO CPC/1973. NÃO CABIMENTO DO WRIT. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

*1. **É inadmissível mandado de segurança contra atos praticados por membros do Supremo Tribunal, no exercício da prestação jurisdicional, sejam eles proferidos por seus Ministros, monocraticamente, ou por seus órgãos colegiados**. Precedentes: MS 31.019-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 16/6/2014 e RMS 31.214-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 14/12/2012.*

2. Esta Suprema Corte já firmou orientação no sentido do não conhecimento de mandados de segurança contra decisão que aplica a sistemática da repercussão geral. Precedentes: MS 31.955- AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 18/8/2014 e MS 28.379-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 30/10/2014.

3. In casu, o ato impugnado foi praticado por membro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, monocraticamente, nos autos do RE 603.213/AL.

4. Agravo regimental a que se NEGA PROVIMENTO." (MS 33.459-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 15/9/2016, destaquei)

Com efeito, é inequívoco que, no *decisum* hostilizado, inexiste qualquer excepcionalidade flagrante que justifique a admissão de mandado de segurança contra ato de Ministro do Supremo Tribunal Federal e seus órgãos colegiados. Trata-se de regular deliberação da Ministra Relatora, a qual, em caso de irresignação, deve ser combatida por meio dos recursos cabíveis já tendo sido interposto, inclusive, agravo regimental pelo ora impetrante nos autos da Reclamação n. 40667 (eDoc n. 77 do referido processo).

Data vênia, além do já exposto, este *mandamus* é absolutamente incabível eis que busca suprimir, por vias transversas, o livre desenvolvimento da referida Reclamação. Não por acaso, perceba-se o quão inviável é o pleito do impetrante, *verbis (eDoc n. 21)*:

"*Ocorre que **o mandado de segurança tem como objeto a preservação da decisão** do **Presidente deste egrégio Supremo Tribunal** Federal em. Min. Dias Toffoli, acórdão já transitado em julgado nos autos da Suspensão de Segurança de nº 5.325 (doc. em anexo), datado de 17.10.2019 e publicada no DJe nº 228, de 21.10.2019.*"

Ex positis, diante do manifesto descabimento da ação proposta, **JULGO EXTINTO** o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, I, do Novo Código de Processo Civil, c/c art. 10 da Lei 12.016/2009, restando prejudicada a análise do pedido de medida liminar.

Transmita-se à eminente Ministra Relatora da Rcl. 40.667 cópia da presente decisão.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

PETIÇÃO 7.639 **(870)**

ORIGEM	: 7639 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: MARCOS ROBERIO RIBEIRO MONTEIRO
ADV.(A/S)	: WILKER MACEDO LIMA (22542/CE) E OUTRO(A/S)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

REQDO.(A/S) : JOSE AIRTON FELIX CIRILO DA SILVA
ADV.(A/S) : LEANDRO DUARTE VASQUES (10698/CE) E OUTRO(A/S)

Despacho:

Dado o transcurso do tempo sem manifestações, notifiquem-se querelante e querelado para informar se houve reconciliação entre as partes, nos termos do art. 520 do CPP, e se há, por parte do querelante, interesse no prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator
Documento assinado digitalmente

PETIÇÃO 8.902 **(871)**

ORIGEM : 8902 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : RODRIGO MARINHO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : RODRIGO MARINHO DE OLIVEIRA (324326/SP)
REQDO.(A/S) : CELSO DE MELLO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Trata-se de interpelação judicial apresentada por Rodrigo Marinho de Oliveira em face do Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Celso de Mello, alegando suposta prática de crime de abuso de autoridade e delitos contra a honra.

Segundo afirma, na qualidade de apoiador do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o autor teria interesse no esclarecimento de declarações supostamente exteriorizadas pelo Ministro Celso de Mello, as quais seriam ofensivas à honra do Chefe do Poder Executivo Federal e daqueles que o apoiam, configurando, portanto, os ilícitos penais indicados em sua peça inicial.

É o relatório do necessário. Decido.

Bem examinados os autos, entendo que o caso é de arquivamento sumário da interpelação judicial.

Registro, inicialmente, que o art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF atribui ao relator o poder de negar seguimento a pedido contrário à jurisprudência dominante ou manifestamente improcedente, sendo este o caso dos autos.

Sublinho, ainda, que pode ser dispensada a vista à Procuradoria-Geral da República, na forma do art. 52, parágrafo único, do RISTF.

De plano, verifico a impropriedade do uso da medida manejada pelo autor, cujo objeto envolve fatos sem quaisquer indícios mínimos de materialidade delitiva por parte do Ministro Celso de Mello, decano desta Suprema Corte.

Mais ainda, nada dizem respeito à finalidade do instituto da interpelação judicial para fins de futura propositura de ação penal por crimes contra a honra, observando-se, assim, manifesta ilegitimidade ativa *ad causam* do autor para ajuizamento da medida.

Isso porque, ao indicar a suposta ocorrência de "crime de abuso de autoridade", sem ao menos apontar quais seriam as figuras típicas específicas, o autor não observou que tais delitos – de resto, nem ao menos remotamente configurados - são objeto de ação penal pública incondicionada (art. 3º da Lei 13.869/2019), cabendo ao Ministério Público – e somente a ele - o monopólio para a sua propositura, ressalvada a hipótese de ação privada subsidiária, na forma dos § 1º e § 2º do referido artigo.

Assim, o emprego deste instrumento jurisdicional, que se presta à futura propositura de ação penal privada, com caráter preparatório, consubstancia medida exclusiva de quem for o destinatário das declarações dúbias, ambíguas ou equivocadas feitas por terceiros. Ou seja, cuida-se de interesse personalíssimo, que deve ser exercido individualmente pelo ofendido, não se admitindo qualquer espécie de substituição processual nestas hipóteses.

Nesse sentido, confira-se precedente do saudoso Ministro Teori Zavascki, nos autos da PET 4.593 AgR/DF:

"1. Segundo a jurisprudência do STF, a entidade de classe não possui legitimidade ativa para a propositura de interpelação judicial em face de suposto crime contra a honra de seus associados. **Trata-se de direito personalíssimo que deve ser exercido individualmente pelos ofendidos, não se admitindo a substituição processual**.

2. Agravo regimental improvido." (grifei).

Ocorre que nenhuma das supostas declarações teria sido endereçada diretamente ao autor, tampouco dizem respeito a qualquer atributo por ele pessoalmente ostentado, ou mesmo ao exercício da advocacia, daí porque inexiste qualquer nexo entre tais declarações e o eventual direito alegado na inicial.

Destaco que o fato de o autor dizer-se entusiasta do Chefe do Poder Executivo Federal não o torna sujeito passivo de toda e qualquer afirmação que diga respeito a este grupo de seus eleitores ou apoiadores. Tal elasticidade hermenêutica das elementares típicas do delito, destaco, é de todo incompatível com a legalidade estrita inerente às condutas subsumidas à esfera do Direito Criminal.

Em verdade, o exame dos fundamentos desta interpelação revela que o autor, ao requerer esclarecimentos ao decano desta Suprema Corte, supostamente tendentes a prejudicar o Presidente da República e seu governo, acaba por postular, em nome próprio, tutela jurisdicional de direitos alheios personalíssimos, sem prévia autorização legal.

A tese sustentada – no sentido de que o subscritor da inicial teria legitimidade ativa para o manejo da presente medida judicial – se acolhida, implicaria reconhecer que também ao autor incumbiria, em nome próprio, ajuizar a pertinente ação penal privada, ou formular a representação, nos casos de ação penal pública condicionada, sempre que reputasse presente situação configuradora de crimes contra a honra do Chefe do Executivo Federal, o que é manifestamente descabido.

Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade da medida, seja por ilegitimidade ativa do autor, seja por ausência de seus pressupostos processuais, a negativa de seguimento é medida que se impõe.

Isso posto, nego seguimento à interpelação judicial, nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

PETIÇÃO 8.921 **(872)**

ORIGEM : 8921 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PETIÇÃO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ARTIGO 1.030, INCISO I, ALÍNEA *A*, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. MANIFESTO DESCABIMENTO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PEDIDO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ROL TAXATIVO QUE PREVÊ A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA INSURGÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. PETIÇÃO À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Decisão: Trata-se de Petição apresentada pelo Município de São Paulo, na qual postula a concessão de efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2064901-79.2019.8.26.0000, em trâmite perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narra o requerente que cuida-se, na origem, de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretende seja declarada a inconstitucionalidade de dispositivos previstos nas Leis Municipais 13.478/2.002 e 13.522/2003, os quais criam cargos de provimento em comissão no âmbito do Município requerente.

Relata que interpôs Recurso Extraordinário contra o acórdão que julgou parcialmente procedente o pedido, requerendo fosse concedido efeito suspensivo ao mesmo, na forma do art. 1.029, § 5°, III, do CPC.

O apelo extremo teve seu seguimento negado, nos termos do art. 1.030, I, *a*, do CPC. Contra tal decisão o requerente interpôs agravo interno, ao qual dirige-se o efeito suspensivo ora pretendido.

Fundamenta sua insurgência alegando que a urgência da suspensão "*decorre do fato de que não será possível promover as adequações legislativas necessárias no prazo de modulação fixado pela Corte de origem, bem como que a imediata exoneração de servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão declarados inconstitucionais engendrará manifesto prejuízo à prestação de serviço ".*

Requer, por fim, *"seja concedido o provimento cautelar pleiteado, isto em caráter liminar, para que seja deferida a concessão de Efeito Suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 2064901-79.2019.8.26.0000, em trâmite perante o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo".*

É o relatório. **Decido**.

Os casos que justificam a competência do Supremo Tribunal Federal para processamento e julgamento originário estão previstos no art. 102, I, da CRFB/88. Deveras, a jurisprudência desta Corte há muito tem assentado que esses casos são exaustivamente arrolados pelas alíneas do dispositivo constitucional mencionado. Nessa linha, colaciono os seguintes precedentes de ambas as Turmas desta Corte (grifos nossos):

"RECLAMAÇÃO – INVIABILIDADE – INOCORRÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS QUE AUTORIZAM A SUA UTILIZAÇÃO – INEXISTÊNCIA, NO CASO, DE SITUAÇÃO CARACTERIZADORA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE – ACÓRDÃO PROFERIDO, EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA, PELO E. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ EM FACE DE ATO COATOR

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

IMPUTÁVEL AO PRESIDENTE DESSE MESMO E. TRIBUNAL, E NÃO, COMO ALEGADO NESTA SEDE RECLAMATÓRIA, AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) – A QUESTÃO DAS ATRIBUIÇÕES JURISDICIONAIS ORIGINÁRIAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (CF, ART. 102, I, "d") – ***CARÁTER ESTRITO E TAXATIVO DO ROL FUNDADO NO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA*** *– REGRA DE COMPETÊNCIA QUE NÃO COMPREENDE A APRECIAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA DEDUZIDO CONTRA ATO EMANADO DE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – SÚMULA 624/STF – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO."* (Rcl 14.566-AgR, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, *DJe* de 4/5/2015)

"Agravo regimental em ação originária. Falta de impugnação dos fundamentos da decisão agravada. Incompetência do Supremo Tribunal Federal para apreciar originariamente a demanda. Não provimento do agravo. 1. Os fundamentos da decisão agravada não foram infirmados pelo agravante. Não subsiste o agravo regimental que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão monocrática (art. 317, § 1º, RISTF). Precedentes. 2. ***A competência originária do Supremo Tribunal Federal submete-se a regime de direito estrito. Hipóteses taxativamente previstas no art. 102, inciso I, da Constituição****. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido."* (AO 7.971-AgR, rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 15/4/2015)

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONCEDIDA EX OFFICIO. 1. Não cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar habeas corpus substitutivo de recurso ordinário, e****m razão da taxatividade da competência da Corte definida em rol numerus clausus pela Constituição da República (CF, art. 102, I, d e i). Precedente: HC 109.956, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 07/08/2012). 2. O Supremo Tribunal Federal rechaça a prisão preventiva decretada somente com base na gravidade em abstrato do delito ou mediante a repetição dos predicados legais e a utilização de fórmulas retóricas que, em tese, serviriam para qualquer situação. Precedentes: RE 217631, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgado em 09/09/1997; HC 98006, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, julgado em 24/11/2009). 3. In casu, o magistrado plantonista não analisou as circunstâncias concretas do delito praticado, se limitando a repetir os pressupostos legais para a prisão preventiva. In foco, ao utilizar expressões como "o delito de tráfico de drogas […] se qualifica como um delito de origem para vários outros, especialmente que envolvem violência ou grave ameaça à pessoa, com grave perturbação da paz social" o Juízo a quo tomou como fundamento da segregação cautelar a gravidade em abstrato do delito. 4. Habeas Corpus julgado extinto, concedida a ordem ex officio."* (HC 114.932, rel. Min. Marco Aurélio, rel. para o acórdão Min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 6/2/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAMENTO DO WRIT. Constatado que a alegada supressão remuneratória não decorreu de ato concreto e individualizado praticado pelo Tribunal de Contas da União, ausente a legitimidade do referido órgão para figurar no polo passivo do mandado de segurança. A competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União decorre de ***expressa previsão no art. 102, I, 'd', da Constituição da República****. Emanado o ato impugnado de autoridade outra, não referida* ***no rol taxativo do texto constitucional****, a consequência é a não inserção do presente mandamus no âmbito da competência originária do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental conhecido e não provido."* (MS 31.897-AgR, rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 17/9/2014)

Nesse cenário, observa-se que dentre as disposições do mencionado dispositivo constitucional, não há qualquer previsão de competência originária desta Corte para concessão de efeito suspensivo a agravo interno interposto contra decisão que inadmite recurso extraordinário mediante aplicação de tese de repercussão geral, mormente por se tratar de recurso cuja competência para julgamento é exclusivamente dos Tribunais inferiores, mas não desta Corte Suprema.

É justamente essa a circunstância processual delineada no caso *sub examine*, o que evidencia o descabimento do pedido de suspensão ora formulado.

Com efeito, *in casu*, da análise dos autos na origem, extrai-se que o recurso extraordinário interposto pelo requerente foi inadmitido com aplicação de precedente proferido em sede de repercussão geral (Tema 1.010), *in verbis*:

"O Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE nº 1.041.210, reconhecendo a existência de repercussão geral, que ensejou a edição do tema de número 1.010, fixou a tese de que [a] a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento,não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais; [b] tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; [c] o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; [d] as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

[...]

Assim, como o caso sub examine amolda-se a esse tema e o acórdão recorrido converge ao tratamento jurídico dispensado quando do julgamento do leading case (28/9/2018), com o permissivo do art. 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil,nego seguimento ao recurso extraordinário."

No caso, a decisão impugnada reconheceu que a questão constitucional combatida pelo recurso extraordinário estaria em conformidade com o entendimento firmado nesta Corte quando da análise do Tema 1.010 da repercussão geral, que, à luz do art. 37, II e V, da Constituição Federal, fixou os requisitos constitucionais para a legítima criação de cargos em comissão. Nessa hipótese, o único recurso cabível seria o agravo interno, devidamente julgado pelo Tribunal *a quo*.

No ponto, é de se ressaltar que a Constituição Federal, ao estabelecer de modo taxativo a competência deste Supremo Tribunal Federal, não prevê a realização de juízo de admissibilidade "definitivo" de Recurso Extraordinário por parte desta Corte, não havendo substrato lógico ou jurídico que ampare o pedido de suspensão ora formulado, já que compete aos próprios Tribunais de origem a análise da admissibilidade dos apelos extremos, inclusive mediante aplicação de precedentes firmados em repercussão geral.

Deveras, o instituto da repercussão geral, introduzido no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional 45/2004 (artigo 102, § 3º, da Constituição da República), resultou em verdadeira cisão na competência funcional quanto ao julgamento do recurso extraordinário, nos seguintes moldes: 1) a matéria de direito constitucional dotada de repercussão geral é julgada pelo Supremo Tribunal Federal; 2) o restante da matéria de fato ou de direito é apreciada pelo Tribunal de origem.

Nesse sistema de repartição de competências, é evidente que, uma vez decidida a matéria em sede de repercussão geral, cabe exclusivamente ao Tribunal de origem aplicar tal entendimento ao caso concreto a fim de evitar o desnecessário processamento do recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal.

Ao realizar essa atividade, o Tribunal de origem deverá efetuar o cotejo entre os fatos provados nos autos e a norma jurídica haurida da decisão oriunda da Corte Suprema, quando isso for cabível, ou apontar a distinção, quando não se constatar essa correlação (*distinguishing*).

Isso porque a própria legislação processual vigente prevê, em seu artigo 1.030, como competência do tribunal que recebe a petição de recurso extraordinário, a negativa de seguimento do recurso em face de decisão que guarda conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de Repercussão Geral.

Assim, cabendo essa incumbência à Corte precedente, não pode o Supremo Tribunal Federal avocar competência que não consta expressamente do catálogo *numerus clausu*s constante da Constituição Federal.

Releva notar, ademais, que não se revela cabível o manejo do agravo em recurso extraordinário (ARE) nos casos em que interposto contra decisão da Presidência de Tribunal ou de Colégio Recursal que, ao negar seguimento ao apelo extremo, apoia-se, para tanto, em entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado em regime de repercussão geral (*caput* do artigo 1.042 do CPC). Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. ***RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM SEGUIMENTO NEGADO NA ORIGEM. ATO JUDICIAL AMPARADO EM PRECEDENTE DO STF FORMULADO SOB O RITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSOEXTRAORDINÁRIO. IMPUGNAÇÃO RECURSAL MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. SÚMULA 727 DO STF. AFASTAMENTO NA ESPÉCIE****. INSTRUMENTO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL UTILIZADO COMO EXPEDIENTE E ATALHO RECURSAL. INVIABILIDADE.*

1. Cabe agravo interno contra a decisão da instância de origem que nega seguimento a recurso extraordinário com base em precedente do SUPREMO produzido sob o rito da repercussão geral (§ 2º do art. 1.030 do CPC).

2. ***O Juízo de origem não deve encaminhar ao SUPREMO o agravo em face da decisão que não admite recurso extraordinário com base em precedente formado sob a sistemática da repercussão geral****.*

3. ***Tal diretriz não ofende a Súmula 727 desta CORTE****, concebida antes do instituto da repercussão geral.*

4. Precedente em caso idêntico: Rcl 30583 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 06-08-2018.

5. Agravo Interno ao qual se nega provimento." (Rcl 30.877-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 16/10/2018, grifei)

É de notar-se que tal circunstância, juntamente com aquela que serviu de respaldo à interposição do agravo interno, evidencia que, sob qualquer ótica, não se poderia admitir a chegada nesta Corte do recurso extraordinário interposto pelo requerente e, via de consequência, não se pode deferir a presente suspensão.

Dessarte, a pretensão formulada pelo autor revela-se manifestamente incabível.

Ex positis, nos termos do inciso VIII do artigo 932 do Código de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Processo Civil c/c § 1º do artigo 21 do Regimento Interno do STF, **NEGO SEGUMENTO** à presente Petição.

Publique-se. Int..

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 32.927 **(873)**

ORIGEM	: 32927 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RONDÔNIA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S)	: LUIS FELIPE BELMONTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADV.(A/S)	: BRUNO MARTINS VALE (33877/DF) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Trata-se de reclamação proposta por Luís Felipe Belmonte & Advogados Associados contra decisão proferida pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CGJT, nos autos da Correição Parcial 1000651-63.2018.5.00.0000, sob alegação de ofensa à autoridade do Supremo Tribunal Federal -STF.

O reclamante indica como paradigma os acórdãos proferidos nos seguintes recursos: (i) RE 607.520/MG (Tema 305); (ii) ARE 694.294/MG (Tema 645); (iii) RE 883.642/AL (Tema 823); (iv) ARE 772.496-AgR/RJ; (v) ARE 689.575/RS; (vi) AI 790.478/RS; (vii) ARE 951.533 AgRSegundo/ES; (viii) medida cautelar deferida na Rcl 32.690/RO.

Segundo narra, no ano de 1989, foi ajuizada reclamação trabalhista no Estado de Rondônia (Processo 2.039/1989), para reenquadramento dos servidores daquele antigo Território no Plano Único da Área de Educação, previsto na Lei 7.596/1987, o que ensejaria diferenças de até 140% nas suas remunerações.

Em seguida, afirma que, *verbis*:

"Em 1992 o Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito pleiteado na ação e, iniciada a liquidação da sentença, o advogado Luís Felipe Belmonte dos Santos juntou aos autos seu contrato de honorários, pedindo a dedução de honorários contratuais, na forma da Lei 4.215/1963 (então vigente), o que foi deferido em 1993. Posteriormente os referidos créditos foram cedidos à Belmonte Advocacia, hoje com a nova denominação de Luís Felipe Belmonte e Advogados Associados, ora reclamante.

[...]

A decisão de desconto dos honorários foi confirmada e cumprida ao longo dos anos, por meio do deferimento expresso do pagamento dos honorários advocatícios contratuais, mas que em 2011, após a concretização de alguns pagamentos, uma advogada teria falsificado procurações e levantado quantias indevidas, o que levou a uma investigação criminal e à responsabilização de alguns advogados que não têm nenhuma relação com o reclamante."

Diz da auditoria realizada para comprovação da higidez nos pagamentos levados a efeito nas autos da reclamação trabalhista, mas que, contudo, o Ministério Público do Trabalho – MPT passou a questionar o recebimento dos valores de honorários sucumbenciais por parte dos advogados do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia.

Informa que, quando a discussão passou à alçada do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região -TRT14, em razão de agravo de petição interposto pelo MPT, quase a totalidade de seus membros deu-se por impedido ou suspeito, à exceção de uma desembargadora, que passou a decidir os recursos a ela remetidos.

Quanto ao seu direito de crédito, o autor destaca ser evidente o equívoco da decisão proferida pela CGJT ao acolher a correição parcial interposta pelo MPT, determinando nova suspensão dos pagamentos, em manifesta ofensa aos paradigmas indicados em sua peça inicial.

Evidencia que a CGJT encaminhou ao STF todos os recursos relativos ao Processo 2.039/1989, diante das declarações de suspeição e impedimento dos membros do TRT14, desconsiderando a possibilidade regimental de convocação de magistrados singulares, o que configurou decisão *extra petita.*

Assim, pugna pela concessão de medida cautelar, para:

"[...] suspensão imediata da liminar concedida pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nos autos da Correição Parcial nº CorPar 1000651-63.2018.5.00.0000, obstativa da liberação de honorários contratuais já depositados, cumprindo-se assim as decisões da Primeira e Segunda Instância da Justiça do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Processo nº 02039.1989.001.14.00-0 e Agravo de Petição nº 0203900-75.1989.5.14.0002-, em função de extrapolação de funções correcionais administrativas, de a Justiça do Trabalho não deter competência para decidir a respeito de validade de contrato de honorários, mas unicamente para determinação de desconto e pagamento ao advogado, nos termos dos arts. 22, § 4º e 23 da Lei nº 8.906/94, não se admitindo que usurpe competência da Justiça Comum."

No mérito, o autor postula a procedência integral dos pedidos, com o fim de:

" [..] reconhecimento da violação à autoridade das decisões proferidas por essa Colenda Corte Excelsa, que reconhecem a competência da Justiça Comum para deliberar a respeito de validade e eficácia de honorários advocatícios contratuais, bem como a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar ações ou questionamentos que não derivem de relações trabalhistas, assim como a ilegitimidade do Ministério Público para postular ou vindicar direitos disponíveis e heterogêneos, determinando-se o trancamento e arquivamento da Correição Parcial aludida, quanto ao ponto relativo a honorários advocatícios contratuais, por se tratar de matéria estranha e alheia a suas atribuições e competência constitucional, em clara afronta à autoridade dos julgados dessa Colenda Suprema Corte."

Solicitei prévias informações ao Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, vindo aos autos notícia de que a correição parcial em questão ataca decisão monocrática proferida pela Desembargadora Vânia Abensur, do TRT14, que deixou de conhecer o agravo de petição interposto pelo MPT e determinou o pagamento dos honorários advocatícios contratuais cumulados com assistenciais aos advogados dos substituídos pelo sindicato (documento eletrônico 27).

A CGJT relatou também que todos os integrantes do TRT14 declaram-se suspeitos ou impedidos para atuar no presente caso, à exceção da referida Desembargadora designada pela Presidência da Corte local como relatora dos recursos, quando então, segundo o MPT, foram praticados diversos atos em ofensa ao Regimento Interno daquele Tribunal.

Assim, por entender configurada situação extrema e excepcional, a CGJT deferiu a liminar para suspensão dos pagamentos, com amparo no seu regimento interno, com vistas a garantir o resultado útil do processo.

Citado, o Ministério Público Federal - MPF apresentou contestação, suscitando preliminar de prevenção dos Ministros da Primeira Turma do STF, em razão da prévia distribuição da Rcl 32.690/RO, cujo objeto seria o mesmo da presente reclamação. No mérito, requereu a improcedência do pedido sob os seguintes fundamentos: (i) ausência de esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC); (ii) ausência de aderência estrita; (iii) decisões paradigmas proferidas em demandas de índole subjetiva e sem caráter vinculante; (iv) não cabimento de reclamação para reexame de provas (documento eletrônico 29).

O autor manifestou-se em réplica sobre a contestação, impugnando pontualmente os argumentos do MPF e reiterando os pedidos iniciais (documento eletrônico 39).

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento da reclamação, em parecer assim ementado:

"RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS NO RE 607.520/MG (TEMA 305), NO ARE 694.294/MG (TEMA 645) E NO RE 883.642/AL (TEMA 823). NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE LIMINAR PROFERIDA NA RCL 32.690/RO. SUPERVENIENTE NEGATIVA DE SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LIMINAR. OFENSA AOS JULGADOS PROFERIDOS NO ARE 772.496-AGR/RJ, NO ARE 689.575/RS, NO AI 790.478/RS E NO ARE 951.533 AGR-SEGUNDO/ES. PROCESSOS DE NATUREZA SUBJETIVA. EFEITOS INTER PARTES. SÚMULA VINCULANTE 47. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. NÃO CONHECIMENTO. 1. É inadmissível a reclamação proposta com o objetivo de garantir a observância de pronunciamento submetido à sistemática da repercussão geral quando não esgotadas as instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC). 2. Fica prejudicada a alegada afronta a decisão de deferimento de liminar proferida em outra reclamação em decorrência da superveniente negativa de seguimento à aludida ação constitucional, com a consequente revogação da medida de urgência. 3. A decisão proferida em ação de natureza subjetiva só alcança a relação jurídica circunscrita ao caso, não servindo como paradigma em reclamação ajuizada com vistas a estender seus efeitos a terceiros. 4. A decisão reclamada, por meio da qual foi declarada a competência do STF para julgar agravo regimental interposto pelo MPT, com amparo no art. 102, I , n, da CF, e deferida liminar de suspensão da dedução de honorários advocatícios contratuais dos créditos judiciais dos substituídos pelo sindicato em ação trabalhista, até julgamento final do agravo regimental, não guarda aderência estrita à Súmula Vinculante 47, que versa sobre a natureza alimentar dos honorários advocatícios e a possibilidade de fracionamento de execução movida contra a Fazenda Pública, para fins de pagamento em separado dessa verba. — Parecer pelo não conhecimento da reclamação." (documento eletrônico 43).

É o relatório necessário. Decido.

Preliminarmente, vejo que a arguição de prevenção dos Ministros da Primeira Turma do STF, suscitada pela Procuradoria-Geral da República, já encontra-se superada, conforme decisão do documento eletrônico 38.

Passando ao tema de fundo, constato que a presente reclamação não comporta conhecimento.

Bem examinados os autos, a controvérsia cinge-se à decisão proferida pela CGJT, determinando a suspensão dos pagamentos referentes a honorários advocatícios em ação que tramita há mais de 30 anos na Justiça Trabalhista de Rondônia.

Rememoro que o reclamante indica como paradigmas os acórdãos proferidos no RE 607.520/MG (Tema 305), ARE 694.294/MG (Tema 645), RE

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

883.642/AL (Tema 823), ARE 772.496-AgR/RJ, ARE 689.575/RS, AI 790.478/RS, ARE 951.533 AgRSegundo/ES e na medida cautelar deferida na Rcl 32.690/RO.

Quanto à decisão impugnada, observo que a correição parcial traduz via de impugnação na Justiça do Trabalho, prevista no art. 13, *caput,* do Regimento Interno da sua Corregedoria-Geral, *in verbis*:

"Art. 13. A Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico.

Parágrafo único- Em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotadas as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente".

Pois bem. De início, destaco a existência de óbice insuperável ao cabimento da presente reclamação, ao indicar como paradigmas decisões proferidas na sistemática da repercussão geral, uma vez que, quando ocorrida a sua distribuição, ainda não estavam exauridas as instâncias recursais ordinárias.

Com efeito, antes da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil -CPC, a jurisprudência desta Suprema Corte era pacífica quanto ao descabimento de reclamações que apontassem como paradigma um *leading case* inserido na sistemática da repercussão geral (Rcl 15.378-AgR/SP, Rel. Min. Edson Fachin).

Entretanto, após a entrada em vigor do novo CPC, passou a ser cabível a reclamação na qual indique-se como parâmetro de controle decisões submetidas à sistemática da repercussão geral, contudo, desde que esgotadas as instâncias ordinárias, nos termos do art. 988 do CPC, *verbis:*

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para :

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência."

Ademais, o § 5° do mesmo artigo, em seu inciso II, informa que a reclamação não será admitida quando:

"[...] **proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias**"(grifei).

Neste tema, o STF tem interpretado o novo requisito do esgotamento das instâncias ordinárias como a necessidade de exaurimento de todos os recursos cabíveis. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PROPOSTA PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Em se tratando de reclamação para o STF, a interpretação do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 deve ser fundamentalmente teleológica, e não estritamente literal. O esgotamento da instância ordinária, em tais casos, significa o percurso de todo o íter recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte. **Ou seja, se a decisão reclamada ainda comportar reforma por via de recurso a algum tribunal, inclusive a tribunal superior, não se permitirá acesso à Suprema Corte por via de reclamação.**

2. Agravo regimental não provido (Rcl 24.686-ED-AgR/RJ, Rel. Min. Teori Zavascki, grifei).

Como acima afirmado, não havia ocorrido o esgotamento das instâncias ordinárias quando distribuída a presente reclamação, pois ainda encontrava-se pendente o julgamento dos embargos de declaração opostos contra a decisão reclamada.

Somente após o julgamento dos embargos de declaração, caso rejeitados, é que poderia ser ajuizada a reclamação para demonstrar eventual equívoco na aplicação da sistemática da repercussão geral, o que constato não ter acontecido no caso sob exame.

Assim, como acima afirmei, existe óbice inafastável ao cabimento da presente reclamação, aferido com base nos estritos limites das normas de regência, pretendendo o reclamante, em verdade, a reanálise do ato reclamado.

Há, ainda, outro obstáculo ao conhecimento da presente reclamação, uma vez que a jurisprudência desta Suprema Corte exige também que haja aderência estrita entre a decisão reclamada e o aresto ou súmula tidos por desrespeitados.

Os atos questionados em qualquer reclamação, nos casos em que se sustenta desrespeito ou garantia à autoridade de decisão proferida pelo STF, hão de se ajustar, com exatidão e pertinência, a esses julgamentos invocados como paradigmas de confronto, em ordem a permitir, pela análise comparativa, a verificação da conformidade, ou não, da deliberação estatal impugnada em relação ao parâmetro de controle emanado deste Tribunal. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA PARA SUSTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA ENTRE O ATO RECLAMADO E O ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DA ADI 3.715/TO. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. REITERAÇÃO DO PEDIDO INICIAL. SUBSISTÊNCIA DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - As razões do agravo regimental são inaptas para desconstituir os fundamentos da decisão agravada, que, por isso, se mantêm hígidos. II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4°, do CPC" (Rcl 25.416-AgR-segundo/SP, de minha relatoria, Segunda Turma).

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NA CONTA VINCULADA AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO FGTS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTA SUPREMA CORTE NOS JULGAMENTOS DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 567.985 E 580.963 - TEMAS 27 E 312 DA REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE A DECISÃO RECLAMADA E OS PARADIGMAS QUE SE REPUTAM VIOLADOS. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMADO EM REPERCUSSÃO GERAL (ARTIGO 1.030, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). ADMISSÍVEL, NA ESPÉCIE, UNICAMENTE O RECURSO DE AGRAVO INTERNO (ARTIGO 1.030, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). NÃO CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO PARA APRECIAR A ADEQUAÇÃO DO PRECEDENTE POR AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL AO CASO CONCRETO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A aderência estrita entre objeto do ato reclamado e o conteúdo do verbete sumular apontado pelo reclamante como paradigma é requisito essencial para a admissibilidade da reclamação constitucional. 2. O Recurso Extraordinário 567.985, Tema 27 da Repercussão Geral, foi palco da discussão atinente aos meios de comprovação do estado miserabilidade do idoso para fins de percepção de benefício de assistência continuada, enquanto no Recurso Extraordinário 580.963, Tema 312 da Repercussão Geral, a discussão cingiu-se à análise da constitucionalidade de norma que estabelece a renda familiar mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo como requisito obrigatório para concessão do benefício assistencial de prestação continuada. 3. *In casu*, a controvérsia objeto da decisão reclamada cinge-se à discussão acerca da validade da aplicação da Taxa Referencial como índice de correção monetária dos depósitos efetuados na conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS do ora reclamante. 4. Destarte, verifica-se a ausência da estrita aderência entre o ato ora reclamado e os paradigmas tidos por violados, circunstância que conduz à inadmissibilidade do pleito reclamatório. 5. Demais disso, a jurisprudência do STF é firme no sentido de que não cabe reclamação contra decisão que nega seguimento a recurso extraordinário cuja questão constitucional debatida nesta Corte Suprema não tenha reconhecido a existência de repercussão geral (art. 1.030, § 2°, do Código de Processo Civil). 6. Agravo interno desprovido" (Rcl 33.738-AgR/CE, Rel. Min. Luiz Fux).

Feitos esses registros, a decisão reclamada circunscreve-se à incompetência do TRT14 para processar e julgar o agravo de petição interposto pelo MPT, e todos os outros recursos a ele relacionados, diante da suspeição e impedimento de quase a totalidade dos membros daquele tribunal, à exceção de uma desembargadora.

Ora, o conteúdo da decisão proferida pela CGJT possui natureza estritamente procedimental ao tornar sem efeito a distribuição dirigida do recurso do MPT à referida desembargadora, não se adentrando à legitimidade do Ministério Público para suscitar as questões ora controvertidas e à existência de eventual ato jurídico perfeito.

Em verdade, apenas entendeu-se prudente, até para evitar situação irreversível de dano aos trabalhadores, suspender a liberação dos valores até o julgamento do mérito do agravo regimental interposto contra a decisão proferida no agravo de petição, diante das alegações do MPT e considerando os valores envolvidos – superiores a R$ 120 milhões de reais.

Trata-se de decisão correicional, estritamente administrativa, em matéria procedimental, não se referindo à competência da Justiça do Trabalho para decidir sobre a cobrança de honorários contratuais, tema cuja discussão está circunscrita à ação principal.

Nada tem a ver, portanto, com o mérito da execução coletiva, nem com a impossibilidade jurídica de percepção cumulada de honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais por parte do sindicato e dos seus advogados.

Não fosse o bastante, ao passar para o detido exame dos julgados indicados como paradigma, constato, de plano, que a liminar deferida na Rcl 32.690/RO, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, já está revogada, pois negado seguimento àquela reclamação.

As demais decisões apontadas pelo reclamante tratam da competência material da Justiça do Trabalho e de outros temas que não são objeto da decisão impugnada, como bem demonstrado, uma a uma, pelo MPF em sua contestação:

"Por outro lado, os julgados ditos paradigmas versam exclusivamente sobre competência material para apreciação de demandas que tratam de pagamento de valores a advogados; legitimidade do Ministério Público e de sindicatos; e sobre a irretroatividade de nova regra de contagem de prazo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

prescricional às pretensões já ajuizadas e em curso, em observância ao princípio da segurança jurídica:

• RE 607.520-RG/MG: acórdão reconhece a competência da Justiça Comum para apreciar demanda individual movida por advogado em face do Estado para cobrança de valores decorrentes de sua atuação como dativo. Quando do julgamento, realizado sob sistemática da repercussão geral, fixou-se a seguinte tese (Tema 305): "Compete à Justiça comum estadual processar e julgar as ações de cobrança ou os feitos executivos de honorários advocatícios arbitrados em favor de advogado dativo em ações cíveis e criminais."

• ARE 772.496-AgR/RJ: acórdão confirma decisão monocrática que reconhece a competência da Justiça Comum para apreciar demanda individual movida por parte vencedora em ação trabalhista em face da parte vencida, com vistas à obtenção de ressarcimento de valores por aquela pagos a advogado particular atuante na causa.

• Súmula Vinculante 47: "Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza".

• RCL 32.690/RO: decisão monocrática que deferiu medida cautelar para suspender os efeitos do julgado no agravo interno prolatado pelo Órgão Especial do TST nos autos de ação civil pública promovida pelo MPT, em que se busca a condenação por danos sociais do Sindicato profissional e dos causídicos, pelas fraudes trabalhistas perpetradas na execução em reclamatória trabalhista. Ao final, essa reclamação teve seu seguimento negado, com a revogação da medida liminar, conforme já antecipado.

• ARE 689.575 AgR/RS: acórdão, sem repercussão geral, que negou seguimento a recurso extraordinário, em que se discutia a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública em defesa de direito individual homogêneo, por ser inviável o reexame do conjunto fático-probatório em sede de apelo extremo.

• AI 790.478/RS: decisão monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento em recurso extraordinário, em que se discutia a natureza jurídica do direito a ser tutelado em ação civil proposta pelo Ministério Público, em razão do caráter infraconstitucional da controvérsia.

• ARE 694.294 RG/MG: acórdão que reafirmou jurisprudência do STF no sentido de o Ministério Público não possuir legitimidade ativa ad causam para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo (Tema 645). " (documento eletrônico 29, fl. 7).

Inexiste, assim, aderência estrita entre a decisão reclamada e os arestos e súmula tidos por desrespeitados, o que leva, também por este motivo, ao não cabimento da presente reclamação.

Registro, ainda, que esta Suprema Corte assentou a impossibilidade da propositura de reclamação que tenha por objetivo assegurar o cumprimento de decisões desprovidas de eficácia vinculante e efeitos *erga omnes*.

Logo, somente são legitimados à propositura de reclamação constitucional aqueles prejudicados por atos contrários às decisões de eficácia vinculante e geral ou, ainda, a parte que compôs a relação processual, onde a decisão, que se objetiva preservar, tenha alcance subjetivo, o que não ocorre na espécie.

No sentido do que aqui afirmado, transcrevo a ementa do seguinte julgado:

"Agravo regimental em reclamação. Paradigma extraído de processo de caráter subjetivo. Eficácia vinculante restrita às partes nele relacionadas. Precedentes. Ilegitimidade ativa configurada. Reclamação utilizada como atalho processual. Submissão da controvérsia ao exame direto do Supremo Tribunal Federal. Inadmissibilidade. Precedente. Agravo regimental a que se nega provimento. 1. Por atribuição constitucional, presta-se a reclamação para preservar a competência da Corte e garantir a autoridade de suas decisões (art. 102, inciso I, alínea **l**, CF/88), bem como para resguardar a correta aplicação das súmulas vinculantes (art. 103-A, § 3º, CF/88). 2. O reclamante não figura na relação processual do paradigma apontado, o qual é de índole subjetiva, revestindo-se de eficácia vinculante restrita somente às partes nele relacionadas. 3. O reconhecimento da repercussão geral tem por precisa consequência esgotar a cognição nesta Corte e recomendar todos os processos, principais ou acessórios, à respectiva origem, a fim de aguardarem pronunciamento definitivo sobre o processo-paradigma no STF, após o que competirá à Corte de origem proceder ao que dispõe o § 3º do art. 543-B do CPC. 4. Reclamação constitucional usada como sucedâneo de recurso colocado à disposição da parte para se insurgir contra decisão da Corte de origem, com o intuito de confrontar a decisão proferida no caso concreto e o entendimento firmado no STF em sede de repercussão geral e, caso existente matéria nova, fazer subir a discussão da matéria à Suprema Corte. 5. O uso da reclamação constitucional como sucedâneo recursal é vedado pela Corte, conforme reiterada jurisprudência: Rcl nº 11.022-DF-ED, Tribunal Pleno, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 7/4/11; Rcl nº 4.803/SP, Tribunal Pleno, de minha relatoria, DJe de 22/10/10; Rcl nº 9.127/RJ-AgR, Relator Ministro Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJe de 20/8/10; e Rcl nº 6.078/SC-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe de 30/4/10, entre outros. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (Rcl 14638 AgR/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli).

Dentre todas as decisões indicadas como paradigma, somente as três primeiras, além do enunciado 47 da Súmula Vinculante do STF, poderiam, em tese, cumprir este requisito (RE 607.520- RG/MG -Tema 305, ARE 694.294/MG -Tema 645 e RE 883.642/AL -Tema 823). Contudo, como acima afirmado, falta a elas o requisito da aderência estrita.

Quanto aos demais paradigmas, não havendo o reclamante figurado como parte nos aludidos processos, falta-lhe também legitimidade para arguir o descumprimento desses julgados pela via da reclamação.

De fato, a natureza subjetiva da lide, que vincula a parte beneficiária daquela decisão, impede a produção de efeito *erga omnes,* conforme lição de Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha, para quem a "reclamação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou por quem seja parte ou assistente num processo prévio" (*In Curso de Direito Processual Civil.* 13. ed. Salvador: ed. JusPodivm, 2016, pág. 558. v. 3).

Anote-se, por fim, que "[o] remédio constitucional da reclamação não pode ser utilizado como um (inadmissível) atalho processual destinado a permitir, por razões de caráter meramente pragmático, a submissão imediata do litígio ao exame direto do Supremo Tribunal Federal" (Rcl 22.539-AgR/RS, Min. Celso de Mello).

No mesmo sentido, faço menção às seguintes decisões monocráticas: Rcl 33.031/SC, de relatoria do Ministro Edson Fachin; Rcl 32.674/SC, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes; Rcl 36.171/SC, de relatoria do Ministro Marco Aurélio; Rcl 31.458/RS, de relatoria do Ministro Roberto Barroso.

Conclui-se, portanto, uma vez constatados os referidos óbices ao conhecimento da pretensão do reclamante, que o não cabimento da presente reclamação é medida inafastável.

Isso posto, não conheço da presente reclamação.

Ocorrida a angularização da relação jurídica processual, caracterizada pela citação e apresentação de contestação, o reclamante deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios, arbitrados equitativamente em R$ 10 mil reais, tendo em vista a exorbitância do valor dado à causa (art. 85 do CPC).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECLAMAÇÃO 34.100 **(874)**

ORIGEM	: 34100 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE NILO PECANHA
ADV.(A/S)	: LUIS MARCOS DOS SANTOS (28448/BA)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE VALENÇA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MARLY MARIA DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: HELENILSON QUARESMA DE SOUZA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática em que neguei seguimento à reclamação, nos seguintes termos (eDOC 10):

Cuida-se de reclamação constitucional, com pedido liminar, ajuizada em face de decisão mediante a qual a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, nos autos do Processo nº 0019076-30.2017.5.16.0006, assentou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista ajuizada por pessoa contratada para prestar serviços junto à Administração municipal.

Aponta-se, em síntese, afronta à autoridade do acórdão proferido na ADI 3.395-MC, e sustenta-se caracterizada relação de caráter jurídico-administrativo com o Poder Público. Logo, a competência para o julgamento do feito seria da Justiça Comum.

Dispenso as informações, assim como a remessa à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RISTF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Medida Cautelar na ADI 3.395, referendou liminar anteriormente deferida pelo Ministro Nelson Jobim, a qual suspendeu toda e qualquer interpretação atribuída ao inciso I do art. 114 da CF/88, na redação dada pela EC 45/2004, que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas as quais sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, em acórdão assim ementado:

"INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Competência. Justiça do Trabalho. Incompetência reconhecida. Causas entre o Poder Público e seus servidores estatutários. Ações que não se reputam oriundas de relação de trabalho. Conceito estrito desta relação. Feitos da competência da Justiça Comum. Interpretação do art. 114, inc. I, da CF, introduzido pela EC 45/2004. Precedentes. Liminar deferida para excluir outra interpretação. O disposto no

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária." (ADI 3.395 MC, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJ 10.11.2006)

A partir deste precedente, é necessário extrair, da decisão apontada como com ele conflitante, a natureza da relação jurídica deduzida em juízo – se 1) estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, de um lado; ou se 2) celetista, de outro. A esse propósito, cito julgado esclarecedor:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO - DEFINIÇÃO DO ALCANCE MATERIAL DA DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NA ADIn 3.395-MC/DF - 2. **O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária, entendida esta como a relação de cunho jurídico-administrativo originada de investidura em cargo efetivo ou em cargo em comissão. Tais premissas são suficientes para que este Supremo Tribunal Federal, em sede de reclamação, verifique se determinado ato judicial confirmador da competência da Justiça do Trabalho afronta sua decisão cautelar proferida na ADIn 3.395/ DF. 3. A investidura do servidor em cargo em comissão define esse caráter jurídico-administrativo da relação de trabalho.** 4. Não compete ao Supremo Tribunal Federal, no âmbito estreito de cognição próprio da reclamação constitucional, analisar a regularidade constitucional e legal das investiduras em cargos efetivos ou comissionados ou das contratações temporárias realizadas pelo Poder Público. 5. Agravo regimental desprovido, à unanimidade, nos termos do voto do Relator." (AgRgMC-RCL 4.785/SE, Rel. Min. Gilmar Mendes) (grifos nossos)

No caso dos autos, verifica-se que a questão da competência foi tratada na decisão reclamada, que se apoia nos seguintes fundamentos sintetizados (eDOC 13, p. 3):

"A competência *ratione materiae* é definida no momento da propositura da ação (art. 43 do CPC/2015 c/c art. 769 da CLT), pelo pedido e causa de pedir, a partir da qual é aferida, *in status assertionis*, a natureza da relação jurídica material deduzida em juízo, à luz da exegese lógico-sistemática do art. 114 da CF/88.

Consoante narrativa da inicial, subsidiada pelas provas dos autos a reclamante foi contratada diretamente pelo Estado do Maranhão, sem prévia aprovação em concurso público, tendo exercido a função professora de 12 de setembro de 2012 a 30/06/2016.

Trata-se de relação contratual nula com o Poder Público, desde o nascedouro, por inobservância do art. 37, II, da CF/88, o que atrai a competência desta Especializada para apreciar o feito, nos termos da Súmula n° 1 do TRT 16, editada após o julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência (Processo IUJ nº. 033/2014 - 23/02/2015)

[…]

Ressalte-se que, não obstante o recorrido defenda a ocorrência de contratação temporária, nos moldes do art. 37, IX, da CF c/c Lei Estadual n° 6.915/1997, não há nos autos elementos que atestem a regularidade de tal modalidade de contratação, tendo em vista que não restou comprovada a existência de situação que justificasse a contratação da reclamante por contrato temporário, além do que, como bem ressaltou o Julgador "as sucessivas prorrogações distorceram a natureza do contrato temporário, que visa, precipuamente, preencher cargos vagos até que a Administração Pública se programe para realizar um novo concurso público, em conformidade com o art. 37, II, da CRFB", restando claro que "não se pode atribuir ao contrato de trabalho firmado entre a parte reclamante e o Estado reclamado o atributo de contrato temporário, haja vista que o ajuste contratual perdurou por mais de dez anos", concluindo-se que a atividade desenvolvida pela demandante estava inserida no âmbito das atividades permanentes da Administração Pública.

Destarte, como a hipótese dos autos se amolda ao disposto no verbete sumular citado (contrato nulo), por disciplina judiciária, ressalvado o meu posicionamento em sentido adverso, impõe-se a conclusão de que a Justiça do Trabalho detém competência para apreciar o feito."

Inicialmente, relembro que, para alterar o entendimento fundamentado na decisão atacada, seria necessária a alteração das premissas fático-probatórias, para o que não se presta a reclamação.

Daí que, no cotejo da decisão atacada com o paradigma constitucional de controle indicado, a ADI 3.395, verifica-se a ausência da alegada afronta.

Ressalte-se que na lide vertente, a parte autora da ação reclamatória trabalhista está pleiteando direitos que decorrem de um contrato regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – como verbas fundiárias –, ficando descaracterizada a competência da Justiça Comum e reconhecida a competência da Justiça do Trabalho para a julgar o presente feito, sem arrostar o acórdão suscitado como paradigma.

Diante de todo o exposto, com base nos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à presente reclamação, ficando prejudicado o pedido de liminar.

Nas razões recursais, sustenta-se a ocorrência de erro material. Argumenta-se, nesse sentido, que "a decisão em questão faz referência fatos e documentos que não constam nos autos, vez que esta reclamação visa atacar as sentenças (eDOC. 3), oriundas dos processos nºs 0000830-41.2018.5.05.0431 e 0000831-26.2018.5.05.0431, proferidas pela Vara do Trabalho de Valença do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e não acórdão 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, nos autos do Processo no 0019076-30.2017.5.16.000" (eDoc 11, p. 4).

Determinada a intimação dos embargados, apenas quanto a Helenilson Quaresma de Souza a providência se perfez.

Ordenou-se a busca pelo endereço de Marly Maria dos Santos nos sistemas INFOJUD, WEBSERVICE e de informações eleitorais. Até 15.5.2020, no entanto, não chegaram à Corte as informações solicitadas.

Vieram-me os autos conclusos.

Identifica-se, no corpo da decisão embargada, erro material na indicação dos processos subjacentes ao pleito e do juízo reclamado.

Considero apropriado, portanto, fazer uso da faculdade prevista no art. 494, *caput* e inciso I, do Código de Processo Civil para, de ofício, corrigir imediatamente a decisão monocrática, mediante prolação de novo julgamento, em prejuízo dos embargos de declaração.

Passo a reapreciar a reclamação.

Cuida-se de reclamação constitucional, com pedido liminar, ajuizada em face de decisão mediante a qual a Vara do Trabalho de Valença, nos autos dos Processos 0000831-26.2018.5.05.0431 e 0000830-41.2018.5.05.0431, assentou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamações trabalhistas ajuizadas por pessoas contratadas para prestar serviços junto à Administração municipal.

Aponta-se, em síntese, afronta à autoridade do acórdão proferido na ADI 3.395-MC e sustenta-se caracterizada relação de caráter jurídico-administrativo com o Poder Público. Logo, a competência para o julgamento do feito seria da Justiça Comum.

Dispenso as informações, assim como a remessa à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RISTF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Medida Cautelar na ADI 3.395, referendou liminar anteriormente deferida pelo Ministro Nelson Jobim, a qual suspendeu toda e qualquer interpretação atribuída ao inciso I do art. 114 da CF/88, na redação dada pela EC 45/2004, que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas as quais sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, em acórdão assim ementado:

"INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Competência. Justiça do Trabalho. Incompetência reconhecida. Causas entre o Poder Público e seus servidores estatutários. Ações que não se reputam oriundas de relação de trabalho. Conceito estrito desta relação. Feitos da competência da Justiça Comum. Interpretação do art. 114, inc. I, da CF, introduzido pela EC 45/2004. Precedentes. Liminar deferida para excluir outra interpretação. O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária." (ADI 3.395 MC, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJ 10.11.2006)

A partir deste precedente, é necessário extrair, da decisão apontada como com ele conflitante, a natureza da relação jurídica deduzida em juízo – se 1) estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, de um lado; ou se 2) celetista, de outro. A esse propósito, cito julgado esclarecedor:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO - DEFINIÇÃO DO ALCANCE MATERIAL DA DECISÃO LIMINAR PROFERIDA NA ADIn 3.395-MC/DF - 2. **O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária, entendida esta como a relação de cunho jurídico-administrativo originada de investidura em cargo efetivo ou em cargo em comissão. Tais premissas são suficientes para que este Supremo Tribunal Federal, em sede de reclamação, verifique se determinado ato judicial confirmador da competência da Justiça do Trabalho afronta sua decisão cautelar proferida na ADIn 3.395/ DF. 3. A investidura do servidor em cargo em comissão define esse caráter jurídico-administrativo da relação de trabalho.** 4. Não compete ao Supremo Tribunal Federal, no âmbito estreito de cognição próprio da reclamação constitucional, analisar a regularidade constitucional e legal das investiduras em cargos efetivos ou comissionados ou das contratações temporárias realizadas pelo Poder Público. 5. Agravo regimental desprovido, à unanimidade, nos termos do voto do Relator." (AgRgMC-RCL 4.785/SE, Rel. Min. Gilmar Mendes) (grifos nossos)

No caso dos autos, verifica-se que a questão da competência foi tratada nas decisões reclamadas, que se apoiam nos seguintes fundamentos sintetizados:

O Reclamado sustenta que a relação de trabalho firmada com a Reclamante deu-se por meio de contrato em regime especial de direito administrativo - REDA, vinculado ao regime estatutário, nos termos do Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, combinado com a Lei Municipal n° 207/2007.

Daí entender que a competência para apreciar os contratos regidos por lei que disciplina o Regime Jurídico Especial é da Justiça Comum, já que a matéria a ser posta será de índole administrativa e não trabalhista, não podendo, portanto, ser apreciado por esta Justiça Especializada.

Pois bem.

Em sede de competência material da Justiça do Trabalho, a causa de pedir tem sido sua pedra de toque delimitadora. Com efeito, conforme

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

entendimento da jurisprudência deste Regional, delimitando-se a competência material da Justiça do Trabalho pela causa de pedir exposta na peça de ingresso, compete-lhe instruir e julgar o feito, ainda quando existe controvérsia a respeito da natureza jurídica do vínculo que existiu entre o servidor reclamante e o ente público reclamado (se de natureza administrativa ou celetista), uma vez que o exame dessa questão se caracteriza como prejudicial a ser enfrentada pelo julgador.

Nesse contexto, os pedidos formulados - depósitos de FGTS, entre outros - são nitidamente de natureza trabalhista, já que fundados na alegação de contrato de emprego. Tratando-se pedidos trabalhistas, a Justiça do Trabalho é a única competente, conforme art. 114, I da Constituição da República. Isto porque a competência material é fixada pelo pedido e pela causa de pedir. Nesta direção, convém citar a jurisprudência consolidada deste E. Tribunal:

Súmula TRT5 nº 15: "A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar os processos em que se discute a natureza da relação jurídica mantida entre ente integrante da administração pública direta e seus servidores nas situações em que a causa de pedir constante da petição inicial é a existência de vínculo de natureza celetista e as pretensões nela formuladas têm por lastro a legislação trabalhista, ainda que o ente público, em sede de defesa, conteste a natureza alegada ao argumento de que mantinha com o servidor relação jurídica de natureza estatutária ou administrativa."

Por tudo exposto, quando a pretensão concerne à relação jurídica de emprego, a competência será, indiscutivelmente, da Justiça do Trabalho. Se as provas conduzirem à conclusão de que inexistiu o vínculo trabalhista ante a ocorrência de contrato temporário excepcional ou outra relação pelo regime estatutário, dar-se-á não a incompetência desta Justiça Laboral, mas sim de improcedência da ação. Logo, há plena competência material. REJEITA-SE (eDoc 3, pp. 2-3, eDoc 3, pp. 8-9; grifos acrescidos).

Inicialmente, relembro que, para alterar o entendimento fundamentado na decisão atacada, seria necessária a alteração das premissas fático-probatórias, para o que não se presta a reclamação.

Daí que, no cotejo da decisão atacada com o paradigma constitucional de controle indicado, a ADI 3.395, verifica-se a ausência da alegada afronta.

Ressalte-se que nas lides vertentes, a parte autora da ação reclamatória trabalhista está pleiteando direitos que decorrem de um contrato regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – como verbas fundiárias –, ficando descaracterizada a competência da Justiça Comum e reconhecida a competência da Justiça do Trabalho para a julgar o presente feito, sem arrostar o acórdão suscitado como paradigma.

Diante de todo o exposto, com base nos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à presente reclamação, ficando prejudicado o pedido de liminar.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 34.258 **(875)**

ORIGEM : 34258 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : TANIA MARIA DA SILVA DUTRA
ADV.(A/S) : GALENO LIBORIO DOS SANTOS (22880/BA)
ADV.(A/S) : ISRAEL SALVADOR FREIRE (22886/BA)
RECLDO.(A/S) : TERCEIRA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : MYRON DE MOURA MARANHAO (11631/BA)
ADV.(A/S) : MARCELA PORTELA NUNES BRAGA (29929/DF)

DESPACHO
INFORMAÇÕES – SILÊNCIO – REITERAÇÃO.

1. A Secretaria Judiciária certificou que o Órgão reclamado não prestou informações necessárias à instrução do processo.

2. Reiterem os termos do Ofício nº 766/R, sublinhando o silêncio até aqui notado.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 37.302 **(876)**

ORIGEM : 37302 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECLTE.(S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AIRR Nº 286-74.2017.5.17.0101 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : EDVALDO SALERME LOPES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : WFC CONCEITO EM ALIMENTAÇÃO LTDA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Diante da informação prestada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, de que a Carta de Ordem 07/2020 foi encaminhada à Vara do Trabalho de Venda Nova do Imigrante e remetida à Central de Mandados em 18/03/2020 para o devido cumprimento, **DETERMINO** à Secretaria que aguarde o cumprimento da referida Carta de Ordem e, após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 38.696 **(877)**

ORIGEM : 38696 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECLTE.(S) : AIRTON GRAZZIOLI
ADV.(A/S) : MARCELO KNOEPFELMACHER (169050/SP)
ADV.(A/S) : FELIPE LOCKE CAVALCANTI (93501/SP)
RECLDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO: **Trata-se** de reclamação, *com pedido de medida liminar*, **na qual se sustenta** que o ato ora questionado – **emanado** de Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAECO – Núcleo da Capital) – **teria desrespeitado** o enunciado constante da **Súmula Vinculante nº 14/STF**, que possui o seguinte teor:

"***É direito do defensor**, no interesse do representado, **ter acesso amplo** aos elementos de prova que, **já documentados** em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, **digam respeito** ao exercício do direito de defesa.*" (**grifei**)

Sendo esse o contexto, **passo ao exame** do pedido **formulado** nesta sede reclamatória. **E**, *ao fazê-lo*, **verifico a ocorrência**, *na espécie*, de hipótese configuradora de perda **superveniente** de objeto da reclamação.

Com efeito, a autoridade reclamada, **ao prestar** informações nestes autos, **esclareceu** que, no âmbito **do Procedimento** nº 94.0509.0000050/2019-2, "*(...) foi baixada determinação (…) com a concessão de vista do procedimento investigatório aos advogados (…), que foram comunicados, por 'e-mail', no mesmo dia (...)*".

A existência desse fato – *concessão de vista* no procedimento investigatório – **assume** relevo processual, **eis que faz instaurar**, *no caso*, **situação de prejudicialidade**, apta a gerar a extinção **desta** ação reclamatória, **em face da superveniente perda** de seu objeto.

É importante assinalar, *neste ponto*, por oportuno, que as informações oficiais **prestadas** por autoridades públicas, **mesmo** em sede de reclamação, **revestem-se** de presunção "*juris tantum*" de veracidade.

E a razão é uma só: **precisamente** porque constantes de documento subscrito por agente estatal, **tais informações devem prevalecer**, pois, como se sabe, **as declarações** emanadas de agentes públicos **gozam**, quanto ao seu conteúdo, **da presunção de veracidade**, **consoante assinala** o magistério da doutrina (CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, "**Curso de Direito Administrativo**", p. 373, item n. 59, 13ª ed., 2001, Malheiros; MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, "**Direito Administrativo**", p. 182/184, item n. 7.6.1, 20ª ed., 2007, Atlas; DIOGENES GASPARINI, "**Direito Administrativo**", p. 63, item n. 7.1, 1989, Saraiva; JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "**Direito Administrativo Brasileiro**", p. 54, item n. 43, 1999, Forense; JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, "**Manual de Direito Administrativo**", p. 116, item n. 2, 12ª ed., 2005, Lumen Juris, *v.g.*).

Esse entendimento – que põe em evidência **o atributo de veracidade** inerente aos atos **emanados** do Poder Público **e** de seus agentes – **é perfilhado**, *igualmente*, **pela jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal (**RTJ** 133/1235-1236 – **RTJ** 161/572-573, *v.g.*), **notadamente** quando tais declarações **compuserem e instruírem**, *como na espécie*, **as informações** prestadas **pela própria** autoridade apontada como reclamada:

"– ***As informações** prestadas em mandado de segurança pela autoridade apontada como coatora **gozam da presunção** 'juris tantum' **de veracidade**.*"

(**MS 20.882/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Nem se diga que, **em sede** de reclamação, **as informações seriam destituídas** de significação **e** importância.

Tive o ensejo de acentuar, em decisão **proferida**, nesta Corte Suprema, *em processo de reclamação*, a alta relevância **das informações** prestadas por autoridades estatais *apontadas como reclamadas*,

enfatizando, *então*, **no tema**, que "***declarações emanadas*** *de agentes públicos,* ***quando prestadas****, como no caso,* ***em razão*** *do ofício que exercem,* ***qualificam-se pela nota da veracidade****,* ***prevalecendo eficazes até que sobrevenha*** *prova idônea e inequívoca* ***em sentido contrário****,* ***não lhes sendo oponíveis meras alegações discordantes***" (**Rcl 1.473/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, *e em face das razões expostas*, **julgo prejudicada** esta reclamação, **em virtude da perda superveniente** de seu objeto, **inviabilizando-se**, *em consequência*, **a apreciação** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECLAMAÇÃO 39.088 **(878)**

ORIGEM : 39088 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GOIÂNIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : ANTÔNIO GERALDO DE ÁVILA ALVES
BENEF.(A/S) : NOEMIA PEREIRA LORENZO
BENEF.(A/S) : ALEXANDRE ALVES DOS SANTOS
BENEF.(A/S) : FABIANA CAMARGO MILIACHILI
BENEF.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS CORREIA
BENEF.(A/S) : NEUSA PATRÍCIO MAGALHÃES
BENEF.(A/S) : ADEVALDO DE SOUZA ALMEIDA

Decisão: Cite-se o beneficiário Adevaldo de Souza Almeida por oficial de justiça, via carta de ordem, nos termos do art. 249 do CPC/2015.

Em caso de insucesso, intime-se o reclamante para que forneça novo endereço atualizado da parte beneficiária, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito.

Após, dê-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República pelo prazo de 5 dias (art. 991, CPC).

À Secretaria para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.219 **(879)**

ORIGEM : 39219 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECLTE.(S) : SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP PASSAGEIROS NO EST MG E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LEANDRO HENRIQUES GONCALVES (117061/MG, 21603-A/MS, 403058/SP)
ADV.(A/S) : RAFAEL ANTUNES FREDERICO (55571/GO, 110076/MG, 21604-A/MS)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, ajuizada em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos do Processo 0010139-07.2020.5.03.0000.

Sustenta-se, em suma, que a autoridade reclamada deixou de observar o que determinado por esta Corte na decisão de suspensão nacional de todos os processos cuja discussão envolva a validade de pactos coletivos proferida pelo Ministro Gilmar Mendes, relator do ARE 1.121.633, paradigma do Tema 1.046.

Com amparo nesses argumentos, pleiteia-se, liminarmente e no mérito, a concessão de medida liminar para a suspensão do processo em referência, até o julgamento final do Tema 1.046 por esta Corte.

Em 31 de março de 2020, dispensei o pedido de informações, bem como a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República, e apreciei, de imediato, o mérito desta reclamação, negando-lhe seguimento (eDOC 25).

No entanto, a parte reclamante opôs embargos de declaração sustentando, em suma, que a decisão embargada teria sido omissa quanto à análise de possível conexão desta ação com a Rcl 37.842, de relatoria do Ministro Marco Aurélio (eDOC 26).

Instado a manifestar-se, o Ministério Público Federal, então embargado, manifestou-se pelo acolhimento dos embargos e declaração, para sanar a omissão da decisão recorrida quanto ao pleito de distribuição do presente feito por dependência à Rcl 37.842/MG, indeferindo-o (eDOC 29).

Diante disso, em 13.5.2020, acolhi os embargos declaratórios para cassar a decisão embargada e determinar o encaminhamento da reclamação à Presidência do STF, para análise de possível prevenção ao Ministro Marco Aurélio (eDOC 31).

Os autos foram encaminhados à Presidência, que determinou o retorno do processo a este Relator sob os seguintes fundamentos (eDOC 34):

"O caso, **data venia**, não é de redistribuição.

Isso porque, consoante se infere dos autos, esta reclamação insurgese contra decisão do TRT3, nos autos da Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais nº 00101-07.2020.5.03.0000, que teria, em tese, violado autoridade de decisão desta Corte no ARE nº 1.121.633.

Como bem apontado pela Secretaria Judiciária, a ação na origem foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face do reclamante e outros, com objetivo de declarar a nulidade de cláusulas da Convenção Coletiva 2019/2021.

Por sua vez, a Rcl nº 37.842, de relatoria do Ministro **Marco Aurélio**, foi ajuizada também pelo ora reclamante contra decisão do TRT3 no bojo da Ação Anulatória de Cláusula Convencional nº 0010168- 91.2019.5.03.0000.

Nesta ação, como destaca a Secretaria em suas informações, o Ministério Público do Trabalho litiga contra o reclamante e o Sindicado do Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Lavras, objetivando a declaração de nulidade da cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020.

Tem-se, portanto, que esta reclamação e a reclamação sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio têm como escopo a impugnação de decisões do TRT3, prolatadas em processos distintos, que, como visto, se referem a diferentes convenções coletivas de trabalho, o que afasta eventual conexão para justificar a reunião dos feitos.

Nessa conformidade, determino o retorno dos autos ao gabinete do Ministro Edson Fachin."

Os autos retornaram-me conclusos em 18.5.2020.

É o relatório. Decido.

Reitero o que tive oportunidade de consignar quando da primeira análise deste processo, realizada em 31.3.2020.

Uma vez que a pretensão final da reclamante consiste na cassação do ato reclamado, a fim de que a tramitação do processo de origem seja suspensa, julgo, de imediato, o mérito desta reclamação.

Inicialmente, registro que a reclamação se caracteriza como uma demanda de fundamentação vinculada, vale dizer, cabível somente quando se fizer presente alguma das hipóteses para ela estritamente previstas.

Partindo de construção jurisprudencial a instrumento com expresso assento constitucional, trata-se de ação vocacionada, precipuamente, a duas diferentes finalidades.

De um lado, visa a reclamação à (i) tutela da autoridade das decisões proferidas por esta Corte e das súmulas vinculantes por ela editadas. De outro, à (ii) proteção do importante rol de competências atribuídas ao Supremo Tribunal Federal. É o que se vê nos artigos 102, I, *l*, e 103-A, §3º, da Constituição da República.

A presente reclamação cinge-se à primeira hipótese, sustentando a reclamante que a decisão prolatada pelo Justiça do Trabalho descumpre decisão proferida no julgamento do ARE 1.121.633.

A ordem de suspensão emanada de Ministro desta Corte, no ARE 1.121.633, ao determinar a suspensão nacional dos processos em trâmite, observou:

"A recorrente interpôs recurso extraordinário, que teve seu seguimento negado, ocasião em que foi interposto agravo (artigo 1042 do Código de Processo Civil), que igualmente teve seu seguimento negado, ao que a recorrente interpôs agravo interno perante o Supremo Tribunal Federal, o que então ensejou a reconsideração da decisão anterior e a respectiva apreciação do recurso extraordinário no Plenário Virtual.

Em 3.5.2019, o STF, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada e, no mérito, não reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, que será submetida a posterior julgamento no Plenário físico (tema 1.046).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) requer sua admissão no feito na qualidade de *amicus curiae* (§4º do artigo 1035 do CPC c/c §3º do artigo 323 do Regimento Interno do STF), bem como a suspensão das ações que versam sobre o tema.

A intervenção do *amicus curiae* cabe quando houver "relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia" (art. 138, caput, do CPC/2015). Não resta dúvida acerca da importância da causa, cujo tema (validade de cláusula de acordo coletivo) vai além do interesse das partes, apresentando, pois, repercussão transindividual ou institucional.

Ademais, até o reconhecimento da presente repercussão geral, muitas dessas ações tinham sua improcedência determinada pela aplicação dos fundamentos determinantes do paradigma (RE-RG 590.415, Min. Roberto Barroso), que consignou a possibilidade de redução de direitos por meio de negociação coletiva e a inaplicabilidade do princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas ao direito coletivo do trabalho. Uma vez recortada nova temática constitucional (semelhante à anterior) para julgamento, e não aplicado o precedente no Plenário Virtual desta Suprema Corte, existe o justo receio de que as categorias sejam novamente inseridas em uma conjuntura de insegurança jurídica, com o enfraquecimento do instituto das negociações

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

coletivas.

Posto isso, admito a Confederação Nacional da Indústria (CNI) como *amicus curiae* (art. 138, caput, do CPC/2015).

Determino, ainda, a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, nos termos do artigo 1035, §5º, do CPC, uma vez que o plenário virtual do STF reconheceu a repercussão geral do tema."

Por sua vez, a autoridade apontada como reclamada assim decidiu (eDOC 22, p. 49):

"no presente caso, a matéria disposta na ação anulatória cinge-se às regras para contratação de aprendizes e pessoas com limitação física, que sequer chegaram a ter formalizados os contratos de trabalho.

Logo, a decisão do r. Ministro Gilmar Mendes, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.121.633/GO, não alcança processos como o presente, tendo em vista a finalidade normativa da Seção de Dissídios Coletivos - SDC e de seus julgamentos, cuja natureza jurídica de suas decisões é de cunho declaratório-constitutivo, possuindo efeitos *erga omnes*, não havendo uma condenação propriamente dita, mas apenas elucidação declaratória da existência (ou inexistência) da norma jurídica, sem a apreciação de um caso concreto, salvo hipótese de análise de movimentos paredistas.

Desse modo, verifica-se nos autos da presente ação anulatória de cláusula coletiva que não se discute a "*validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista*", mas a própria existência da norma no seu nascedouro.

Não se aplica ao caso, portanto, o Tema nº 1.046, transcrito a seguir: "T*ítulo: Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. Descrição: Recurso extraordinário com agravo em que se discute, à luz dos arts. 5º, incisos II, LV e XXXV; e 7º, incisos XIII e XXVI, da Constituição Federal, a manutenção de norma coletiva de trabalho que restringe direito trabalhista, desde que não seja absolutamente indisponível, independentemente da explicitação de vantagens compensatórias*" (ARE nº 1.121.633/GO, g. n., grifei)

Indefiro, pois, a pretensão suspensiva e reconsideratória formulada pelos Réus às f. 81/83 (ID d61bb30)."

Portanto, não há relação de estrita pertinência, necessária ao cabimento da reclamação, entre o conteúdo do ato reclamado e o teor do parâmetro de controle. Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DO FEITO PARA AGUARDAR O JULGAMENTO DE TEMA DA REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DE COGNOSCIBILIDADE DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. ARTIGO 988, INCISOS I, II, III E IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU OUTRAS AÇÕES CABÍVEIS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, ex vi do artigo 102, I, l, da CF além de salvaguardar o estrito cumprimento dos enunciados da Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º da Constituição, incluído pela EC n. 45/2004. Neste particular, o exercício regular e funcional do direito de demandar pela via processual da reclamação pressupõe: i) a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida pela Constituição Federal em rol numerus clausus; ii) a impossibilidade de utilização per saltum da reclamação, suprimindo graus de jurisdição ou outros instrumentos processuais adequados; iii) a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado ao conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma; iv) a inexistência de trânsito em julgado do ato jurisdicional reclamado; v) o não revolvimento da moldura fática delineada nos autos em que proferida a decisão objurgada, devendo a reclamação se ater à prova documental (artigo 988, § 2º, do CPC), sob pena de se instaurar nova instrução processual, paralela à da demanda de origem. 2. In casu, insurgem-se as reclamantes contra decisão que indeferiu pedido de sobrestamento do feito na origem, em que pese a pendência de julgamento de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, cujo objeto supostamente guardaria identidade com a discussão posta nos autos. Tal situação não se amolda à nenhuma das hipóteses de cabimento da Reclamação, previstas nos incisos I a IV do art. 988, do Código de Processo Civil. 3. A reclamação não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual (Rcl nº 4.381/RJ-AgR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe de 5/8/11). 4. A reiteração dos argumentos trazidos pelas agravantes na petição inicial é insuscetível de modificar a decisão agravada. Precedente: Rcl 22.048-ED, Tribunal Pleno, DJe de 23/08/2016. 5. Agravo interno desprovido." (Rcl 33.04-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 12.06.2019)

"Agravo regimental em reclamação. 2. Direito Tributário e Processual Civil. 3. Repartição de receitas tributárias. Repasse da parcela do ICMS a município. 4. Reclamação em face de acórdão que, na origem, aplica paradigma da sistemática da repercussão geral (RE-RG 705.423, tema 653). Pretensão de aplicação do RE-RG 572.762 (tema 42). 5. Descabimento da ação reclamatória. Usurpação de competência do STF. Inocorrência. 6. Ausência de aderência estrita entre o ato reclamado e o paradigma apontado como violado. 7. Impossibilidade de utilização da reclamação como sucedâneo recursal. 8. Argumentos incapazes de infirmar a decisão agravada. 9. Agravo regimental desprovido." (Rcl 32.648-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 31.05.2019)

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à reclamação, ficando prejudicado o pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.246 **(880)**

ORIGEM	: 39246 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: REFERENCIAL ENGENHARIA LTDA
ADV.(A/S)	: BERNARDO MENICUCCI GROSSI (97774/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIAO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: JOSE FARIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ARTIGO 25, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.987/1995. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO QUE SE JULGA PROCEDENTE.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada pela empresa Referencial Engenharia Ltda contra acórdão da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região proferido nos autos do processo 0001232-18.2017.5.06.0371, sob a alegação de afronta à Súmula Vinculante 10.

Eis a ementa da decisão ora reclamada, *in verbis*:

"RECURSO ORDINÁRIO. EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. RELAÇÃO DE EMPREGO. CONFIGURAÇÃO. ART. 9º DA CLT. SÚMULA 331, I, DO C. TST. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. DECISÃO DE NATUREZA JURÍDICA INTERLOCUTÓRIA. POSTERGADO O MOMENTO DE RECORRER. ART. 893, §1º DA CLT. I - Define-se a relação empregatícia diretamente com o tomador de serviços, sempre que o trabalhador cumprir tarefas essenciais ao empreendimento, voltadas à sua atividade-fim, de modo subordinado e remunerado. Essa realidade, que demonstra o intuito de facilitar a perpetração de fraudes à legislação trabalhista e previdenciária, permite concluir pela violência à ordem legal e constitucional, a qual há de ser afastada com escopo no artigo 9º da CLT, que emoldura a exegese da Súmula 331, I, do C. TST. II - Recurso do demandante provido para, reputando-se ilícita a terceirização, admitir o vínculo de emprego diretamente com a instituição demandada, bem assim determinar a devolução dos autos ao Juízo de Origem para julgamento dos demais títulos da demanda, como entender de direito. Tal é medida que se impõe, eis que o juízo natural é de ser preservado, em um primeiro momento, e secundariamente, o próprio e tradicional duplo grau de jurisdição, sendo certo que, neste caso, a decisão revisional traria inteira análise de mérito, acerca de temas sobre os quais o Juízo de Primeiro Grau não ofereceu pronunciamento em sentido qualquer."

Narra a parte reclamante que é demandada em processo no qual se discute a responsabilização subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas, em razão da suposta ilicitude de terceirização realizada entre si e a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em ação proposta por José Farias dos Santos.

Relata que o Tribunal Regional da Sexta Região deu provimento ao Recurso Ordinário do autor da ação trabalhista, declarando a ilicitude da terceirização havida entre as partes e reconhecendo o vínculo empregatício diretamente com a tomadora de serviços.

Sustenta que ao acolher a tese de ilicitude da terceirização da atividade-fim, o juízo reclamado teria negado vigência ao artigo 25, § 1˚, da Lei 9.897/95 sem, contudo, declarar a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo, contrariando, dessa forma, a Súmula Vinculante 10 do STF.

Argumenta, ademais, que *"a regularidade da terceirização de atividade-fim constitui tema altamente relevante e enfrentado por este Supremo Tribunal Federal em diversas ações, não apenas em Reclamações, tais como a ADC 48 (Rel. Min. Luis Roberto Barroso), e nos recursos extraordinários nos quais foi reconhecida a repercussão geral da matéria, tais como a Repercussão Geral 725 (Rel. Min. Alexandre de Moraes) e a Repercussão Geral 739 (Rel. Min. Luiz Fux), além de inúmeros outros recursos individuais".*

Requer, ao final, a procedência do pedido, para que *"se proceda à cassação do Acórdão reclamado por violação à Súmula Vinculante n˚. 10, determinando-se o retorno dos autos ao TRT-6 a fim de que profira nova decisão".*

Devidamente citado (Doc. 25), na forma do inciso III do art. 989 do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

CPC, o beneficiário da decisão reclamada deixou de apresentar contestação.

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e a garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do artigo 102, inciso I, alínea l, além de salvaguardar a estrita observância de preceito constante em enunciado de Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal. A propósito, a jurisprudência desta Suprema Corte fixou diversas condições para a utilização da via reclamatória, de sorte a evitar o desvirtuamento do referido instrumento processual. Disso resulta: *i)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição; *ii)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida em rol *numerus clausu* ; e *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado e o conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma.

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"*Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:*

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam. (...)."

A propósito, a jurisprudência desta Suprema Corte fixou diversas condições para a utilização da via reclamatória, de sorte a evitar o desvirtuamento do referido instrumento processual. Disso resulta: *i)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição; *ii)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida em rol *numerus clausus*; e *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado e o conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma.

Feitas tais ponderações, antes de examinar se, de fato, há desobediência ao teor da Súmula Vinculante 10, é preciso esclarecer o que ela dispõe:

"*Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.*"

Por outro lado, constou do acórdão ora impugnado:

"De notar, pois, que ***o negócio jurídico firmado evidencia que a contratação do acionante se deu para consecução de atividades diretamente relacionadas com a atividade-fim do empreendimento****, a título oneroso, de modo ininterrupto, exclusivo, sujeito a horário e controle de frequência e subordinação.*

A realidade que emerge do feito é, na verdade, de prática de ato ilícito, com o fito de mascarar relação jurídica de emprego e de fraudar o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, pois inadmissível terceirização de serviços em tais moldes, *por expressa limitação legal, impondo-se ao julgador, desde que instado a tanto, obstaculizar o intento, seguindo a exegese do artigo 9º da CLT.*

Demais disso, sobre a interpretação do art. 25, §1º, da Lei 8.987/95, de ser demarcado que, como é curial, não atende à facilitação de fraudes, como a analisada e ratificada, em sua declaração. ***Não houve terceirização lícita e, se possível fosse, em face da atividade-fim recepcioná-la, interpretando de modo mais ampliativo os termos desse dispositivo, não haveria como validá-la.*** *A segunda reclamada está atrelada, por meio de estatuto soberano, a finalidade outra, que não se presta ao tipo de pactuação levado a cabo, de modo que a incidência da Súmula 331, IV, do TST é inafastável."* (Grifei)

E, ainda, de decisão posterior do juízo reclamado que, após devolução dos autos pelo TST, reafirmou os termos do *decisum* reclamado e consignou:

*"****Reconhecida terceirização ilícita, não se trata nos autos de equiparação salarial nos ditames do art. 461 da CLT. Impende-se, neste esteio, observar as regras relativas à isonomia salarial, a fim de, inclusive, impedir a continuidade da prática empresarial de terceirização ilícita de serviços.***

[...]

Para apuração, também deverão ser observados eventuais reajustes conferidos em norma coletiva ou por força do próprio plano de cargos e salários no decorrer do tempo do vínculo empregatício". (Grifei)

Nesse contexto, ao realizar a leitura do *decisum* reclamado, verifico que houve afronta ao conteúdo da súmula vinculante em apreço. Deveras, a decisão do Tribunal reclamado, ao considerar ilícita a terceirização, sob o argumento de que os serviços especializados ligados à atividade-fim da tomadora seriam insuscetíveis de terceirização lícita, não deixou qualquer espaço para discussão sobre a aplicabilidade, ou não, ao caso vertente, da Lei 8.987/1995, cujo conteúdo permite a terceirização em atividades-fim da empresa tomadora de serviços.

Com efeito, dispõe o artigo 25, § 1º, da Lei 8.987/1995:

"*Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.*

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, ***a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido****, bem como a implementação de projetos associados.*" (Grifei)

Dessa forma, verifica-se que, ao invocar a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o órgão fracionário afastou integralmente os comandos legais que permitem a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido, em afronta à Súmula Vinculante 10, uma vez que destituiu "*a norma de qualquer carga de eficácia jurídica, esvaziando por completo a pretensão originária do legislador, seja ela qual tenha sido*" (Reclamação 25.508, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 22/8/2017).

Ao apreciarem casos semelhantes ao presente, em que a **Referencial Engenharia Ltda**, ora reclamante, também figurava no polo ativo das demandas, diversos Ministros desta Suprema Corte reconheceram a afronta ao verbete vinculante em apreço: Rcl 30.773, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 10/6/2019; Rcl 30.176, Rel. Min. Rosa Weber, *DJe* de 2/3/2020; Rcl 30.188, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 4/9/2018, e Rcl 30.198, Rel. Min, Cármen Lúcia, *DJe* de 5/6/2019, esta última assim ementada:

"RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TERCEIRIZAÇÃO. LEI N. 8.987/1995 AFASTADA SEM OBSERVÂNCIA DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE N. 10 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE."

No mesmo sentido cito as seguintes decisões monocráticas: Reclamações 10.132, rel. min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/5/2014; 23.024, rel. min. Roberto Barroso, *DJe* de 13/11/2017; e 25.508, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 22/08/2017.

Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** a presente reclamação, para cassar o acórdão proferido pela 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região proferido nos autos do processo 0001232-18.2017.5.06.0371, e determinar que outro seja proferido, observando-se a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Comunique-se o teor desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e ao Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.450 **(881)**

ORIGEM	: 39450 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A
ADV.(A/S)	: SERGIO CARNEIRO ROSI (27165/ES, 55287/GO, 71639/MG, 20971-A/MS, 22346/A/MT, 69162/PR, 184164/RJ, 312471/SP, 8548-A/TO)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: RENATO RIBEIRO REIS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL (00513/DF, 197854/MG)

DECISÃO: Trata-se de reclamação com pedido de medida liminar ajuizada em face de acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos do Processo nº 0010648-91.2016.5.03.0059, que, ao afastar a aplicação da norma do inciso II do art. 94 da Lei 9.472/1997, teria afrontado o conteúdo da Súmula Vinculante 10, bem como deixado de observar a decisão desta Corte proferida na ADPF 324.

Requereu-se, liminarmente, a suspensão do processo de origem, e no mérito, a cassação da decisão reclamada.

Em 3.3.2020, deferi a medida liminar para determinar a suspensão da decisão reclamada até a decisão final da presente Reclamação (eDOC 29).

A parte beneficiária, devidamente citada, não contestou (eDOC 38).

Deixei solicitar informações à autoridade reclamada, bem como a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

manifestação da Procuradoria-Geral da República por entender que o processo está devidamente instruído e em condições de julgamento e ante a existência de pareceres em processos a versarem a mesma matéria.

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, *l*, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; *(Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; *(Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. *(Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)*

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação".

Importa ressaltar que o esgotamento das instâncias ordinárias é requisito cuja observância é imposta nas hipótese de reclamação exclusivamente fundada em paradigma resultante do julgamento de recurso extraordinário apreciado sob a sistemática da repercussão geral (art. 988, § 5º, II, do CPC), o que não é a hipótese dos autos.

Consigno também que a "*jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é necessário que a decisão dita violada tenha sido proferida em momento anterior à decisão reclamada, já que não se pode dizer que houve ofensa ao paradigma se ele sequer existia à época*" (Rcl 24845 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 17.9.2018).

No entanto, se faz necessária distinção em relação às reclamações ajuizadas para garantir a autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade (art. 102, I, *l*, CRFB, c/c art. 988, III, parte final, do CPC).

A esses casos entendo possível afastar a exigência de que o paradigma seja anterior à decisão reclamada.

Trata-se, afinal, de uma consequência inerente à teoria da nulidade da norma inconstitucional, que impõe, em regra, a retroatividade das decisões em controle concentrado.

Serve, assim, a reclamação, ao menos enquanto não transitada em julgado a decisão reclamada, à uniformização da jurisprudência sobre a questão constitucional decidida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, com efeitos *ex tunc* e vinculantes, além de eficácia *erga omnes* (art. 102, § 2º, CRFB).

Preserva-se, a partir de tal compreensão sistêmica, a necessária isonomia.

Ademais, a presente ação também possui fundamento em alegada ofensa à Súmula Vinculante 10 deste Tribunal, aprovada em 18.6.2008 e publicada no DJe e DOU de 27.6.2008.

Na espécie, ao apreciar a questão, a autoridade reclamada assim consignou (eDOC 5, p. 45):

"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ILICITUDE. FORMAÇÃO DE VÍNCULO COM O TOMADOR DE SERVIÇOS. Comprovado nos autos que houve terceirização de atividade-fim da segunda reclamada, impõe-se o reconhecimento da ilicitude da terceirização havida. Por conseguinte, o vínculo de emprego forma-se diretamente com a tomadora dos serviços, com base no art. 9º da CLT e a teor do que dispõe a Súmula 331, I, do c. TST."

Depreende-se do acórdão que a autoridade reclamada, afastando a aplicação da norma do inc. II do art. 94 da Lei 9.472/1997, assentou a ilicitude da terceirização ao fundamento de que os serviços terceirizados se inserem no âmbito das atividades-fim da tomadora.

Ao deferir a medida liminar, consignei que a questão jurídica ora posta identifica-se exatamente com o decidido pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Rcl 10.132, relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DJe de 1.8.2018, cuja ementa transcrevo:

"Agravo regimental na reclamação. 2. Recurso interposto por assistente simples. Possibilidade 3. Terceirização da atividade-fim. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. 4. Ofensa à Súmula Vinculante 10. 5. Temas 725 e 739 da sistemática da repercussão geral. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental desprovido." (Rcl 10132 AgR, Rel. Min. Gilmar Medes, Segunda Turma, DJe 18.3.2019)

Na ocasião, acompanhei o relator, que entendeu que o julgado proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao afastar a aplicação do art. 25, §1º, da Lei 8.987/95, teria afrontado o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 desta Corte, por não lhe ter declarado expressamente a inconstitucionalidade, em reserva de plenário, com base nos seguintes fundamentos:

"... a questão posta nos autos diz respeito à observância da Súmula Vinculante 10 desta Corte pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho que procedeu ao afastamento da incidência do art. 94, II, da Lei 9.472/1997, em relação às atividades Call Center da empresa reclamante.

O voto condutor do acórdão reclamado expressamente assentou o seguinte:

"(…) Portanto, ao contrário do que sustenta a Parte, a atividade de atendimento telefônico prestado aos consumidores (sistema call center) está ligada à sua atividade-fim, sendo vedada a terceirização, sob pena de se permitir que empresa do ramo de telecomunicações funcione sem a presença de empregados, mas apenas prestadores de serviços, implicando em evidente precarização dos direitos dos trabalhadores, em confronto com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da busca do pleno emprego, previstos nos arts. 1º, III e 170, VIII, da Carta Magna, respectivamente, e com o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, insculpido no item III do art. 3º da Constituição Federal".

Entendeu o TST que as concessionárias de telefonia, não obstante a previsão do art. 94, II, da Lei 9.472/97, não poderiam contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades-fim, já que tal exegese confrontaria com o texto da Súmula 331/TST, sob pena de incorrer em terceirização ilícita.

Conforme extenuado na decisão agravada, entendo que o julgado proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho violou a Súmula Vinculante 10.

Isso porque, o Tribunal de origem, ao considerar ilícita a terceirização, afastou a aplicação do § 1º do art. 25 da Lei 8.987/95, que tem a seguinte redação:

"§1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados".

Nesses termos, verifico que a autoridade reclamada conferiu interpretação que resulta no esvaziamento da eficácia do citado dispositivo, sem declaração de sua inconstitucionalidade, por meio de seu órgão fracionário. Assim, vislumbra-se a violação ao artigo 97 da Constituição Federal, cuja proteção é reforçada pela Súmula Vinculante 10 do STF, que assim dispõe:

"Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte".

No mesmo sentido, confiram-se ainda os seguintes acórdãos de ambas as Turmas desta Corte:

"Ementa: AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA EMPRESA CONTRATANTE. AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO, PELO ÓRGÃO FRACIONÁRIO RECLAMADO, DO COMANDO LEGAL QUE PERMITE A TERCEIRIZAÇÃO PELAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, DAS ATIVIDADES INERENTES AO SERVIÇO CONCEDIDO. ARTIGO 25, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.987/1995. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO RECLAMADA SE MANTERIA POR OUTROS FUNDAMENTOS. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO RECLAMADO PARA APLICAR AO CASO CONCRETO O CONTEÚDO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 992 DO CPC. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (Rcl 34.032 ED-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 1º.10.2020)

"Ementa: Direito do Trabalho e Administrativo. Agravo Interno em Reclamação. Terceirização da atividade-fim. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Súmula Vinculante nº 10. 1. De acordo com a Súmula Vinculante nº 10, o afastamento da incidência de lei, mesmo sem declaração expressa de inconstitucionalidade, exige a observância da cláusula de reserva de plenário. Essa regra não é observada quando a decisão do órgão fracionário, sob o fundamento de interpretar dispositivo legal, não deixa qualquer espaço para que ele seja aplicado. 2. Viola a Súmula Vinculante nº 10 a decisão que, invocando o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, afasta genericamente o comando que permite a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido. 3. Agravo interno a que se nega provimento. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015." (Rcl 27169 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 25.6.2018)

"EMENTA Reclamação constitucional. Súmula Vinculante nº 10. Contrato de terceirização de serviços relacionados com a atividade-fim de concessionária de serviço público. Compreensão da expressão "atividades inerentes" prevista na Lei nº 9.472/97 (art. 94, II) e na Lei nº 8.987/95 (art. 25, § 1º). Necessidade de observância da cláusula de reserva de plenário (CF/88, art. 97). Matéria submetida à sistemática da repercussão geral (ARE nº 791.932/DF). Esgotamento da cognição no STF de feitos com fundamento em idêntica controvérsia. Reclamação parcialmente procedente, tão somente para determinar que se observe, na solução do caso concreto, a norma de interpretação constitucional a ser fixada pelo STF no Tema 739 de repercussão geral. 1. Há tendência de objetivação da análise pelo STF do recurso extraordinário veiculador de matéria dotada de repercussão geral, trazendo, por consequência, o esgotamento da cognição na Suprema Corte de feitos com fundamento em idêntica controvérsia e recomendar todos os processos, principais ou acessórios, à respectiva origem, a fim de aguardarem pronunciamento do STF, e, após, serem submetidos à concretização da norma de interpretação exarada do precedente. 2. Ante a necessidade de racionalização e estabilização da prestação jurisdicional, a solução da reclamatória orienta-se pelos efeitos da submissão da matéria constitucional ora controvertida à sistemática da repercussão geral no ARE nº 791.932/DF. 3. Reclamação julgada parcialmente procedente, tão somente para determinar que se observe, na solução do caso concreto, a norma de interpretação constitucional a ser fixada pelo STF no Tema 739 da repercussão geral." (Rcl 27.163, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 15.10.2018)

Na espécie, verifica-se que a questão jurídica ora posta identifica-se exatamente com o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADC 57, DJe 5.12.2019, da ADC 26, DJe 9.9.2019, ambos de minha relatoria, e do ARE 791.932 (Tema 739), Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 6.3.2019, cuja ementa transcrevo:

"Ementa: CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO POR DESRESPEITO A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97 E SV 10). NEGATIVA PARCIAL DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA AO INCISO II, DO ART. 94 DA LEI 9.472/1997 (LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES) POR ÓRGÃO FRACIONÁRIO COM BASE NA SÚMULA 331/TST. IMPOSSIBILIDADE. LICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO DE TODA E QUALQUER ATIVIDADE, MEIO OU FIM, NÃO SE CONFIGURANDO RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE A CONTRATANTE E O EMPREGADO DA CONTRATADA (ADPF 324 E RE 958.252). AGRAVO CONHECIDO. RECURSO PROVIDO. 1. A inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta da totalidade dos membros do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal. 2. A cláusula de reserva de plenário atua como condição de eficácia jurídica da própria declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público, aplicando-se para todos os tribunais, via difusa, e para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, também no controle concentrado (CF, art. 97 e SV 10). 3. É nula a decisão de órgão fracionário que, ao negar a aplicação do inciso II, do art. 94 da Lei 9.472/1997, com base na Súmula 331/TST, e declarar ilícita a terceirização e atividade-fim, reconhece a existência de vínculo trabalhista entre a contratante e o empregado da contratada, pois exerceu controle difuso de constitucionalidade, declarando a parcial nulidade sem redução de texto do referido dispositivo sem observar a cláusula de reserva de Plenário. AGRAVO PROVIDO. 4. O PLENÁRIO DA CORTE declarou parcialmente inconstitucional a SÚMULA 331/TST e proclamou a licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim; para afirmar a inexistência de relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. 5. Agravo conhecido e recurso extraordinário provido para restabelecer a sentença de primeiro grau, com a fixação da seguinte tese no TEMA 739: 'É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC.'"

Como consta dessa ementa, esta Corte, ao apreciar a ADPF 324, reconhecera a inconstitucionalidade do critério de distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude ou ilicitude da terceirização, afastando a incidência da interpretação conferida pelo TST à Súmula 331 daquele Tribunal.

De igual forma, quando do julgamento do RE 958.252-RG (Tema 725), o qual alegava como violados os artigos 5º, II, LIV e LV, e 97 da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese:

"É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante."

Verifica-se, assim, que a jurisprudência recente deste Supremo Tribunal orientou-se no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, superando, inclusive, a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude da terceirização, afastando-se a incidência da Súmula 331 do TST.

Assim, com a ressalva do entendimento que adotei nos precedentes firmados, entendo que a decisão reclamada vai de encontro à autoridade das decisões do STF, devendo a questão ser definitiva e igualitariamente uniformizada.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para, cassando-se o ato reclamado, determinar que outro seja proferido em seu lugar com a observância da Súmula Vinculante 10, bem como do que decidido por esta Corte na ADPF 324.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.520 **(882)**

ORIGEM	: 39520 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE BARRA BONITA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: SAMANTA APARECIDA ANDOLFATO PUGLIESI RODRIGUES
ADV.(A/S)	: AURELIO SAFFI JUNIOR (139944/SP)

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada em face de acórdão da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos autos do Processo 0010435-30.2017.5.15.0055, que, ao condenar o Município de Barra Bonita ao pagamento de diferenças salariais em favor de servidora, com apoio na interpretação das Leis Municipais 2.189/2002, 2.468/2006, 2.554/2007 e 2.685/2008, teria afrontado a Súmula Vinculante 37.

Sustenta-se, em síntese, não ter havido revisão geral anual, a teor do art. 37, X, da Constituição Federal, mas mera *"majoração de salários com a finalidade de melhorar os níveis salariais mais baixos para reduzir as desigualdades que existem nos diversos padrões salariais",* e que a decisão reclamada concedeu aumento salarial sem que houvesse previsão legal.

Requereu-se, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão reclamada e de decisões proferidas sobre questão idêntica à ora em análise e, no mérito, a cassação dos pronunciamentos referidos.

Em 13 de março de 2020, deferi parcialmente a medida liminar requerida, para suspender os efeitos do acórdão exarado nos autos do Processo 0010435-30.2017.5.15.0055 até o julgamento final desta reclamação (eDOC 29).

A autoridade reclamada prestou informações (eDOC 32).

Em contestação, sustenta a parte beneficiária, em suma, que (eDOC 34, p. 2):

"... não há o que se falar em afronta à Súmula 339 do STF, convertida na Súmula Vinculante 37 do STF, eis que não cuida os autos de hipótese de omissão legislativa na edição de lei para a revisão geral anual, ou aumento salarial pelo Poder Judiciário, cuja competência privativa é do chefe do Poder Executivo; mas apenas correção pelo Judiciário, retificando as distorções decorrente das leis municipais que aplicaram índices distintos/diversos nas revisões gerais dos salários dos servidores municipais de Barra Bonita, inclusive nos salários do requerido, que teve índices de revisão anual de salários inferiores aos demais servidores, ao passo que o artigo 37, X da Constituição Federal assegura que a revisão anual de salários deverá ser concedida sem distinção de índices, tratando-se de hipótese diversa da Súmula Vinculante nº 37 do C. STF."

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela procedência da reclamação (eDOC 40).

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, *l*, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

Conforme consignei por ocasião da medida liminar, a decisão ora reclamada considerou que os abonos concedidos pelas Leis Municipais 2.121/2001, 2.189/2002, 2.468/2006, 2.554/2007 e 2.685/2008 consistiram em revisão geral anual e que a majoração dos vencimentos dos servidores municipais pelo mesmo valor fixo, promoveu a distorção do índice do reajuste, competindo ao Poder Judiciário determinar a correção da distorção gerada entre tais servidores (eDOC 26, p. 4/5):

"Os abonos concedidos pelas Leis Municipais nº 2.121/2001 (R$ 50,00), nº 2.189/2002 (R$ 50,00), nº 2.468/2006 (R$ 30,00), nº 2.554/2007 (R$ 40,00) e nº 2.685/2008 (R$ 50,00), implicaram por majorar, indistintamente, os salários de todos os servidores públicos municipais, por meio de abonos fixos, com valor uniforme, com notável natureza salarial e

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

integração à remuneração obreira.

Assim, cinge-se a controvérsia em saber se tal procedimento fere ou não o disposto no art. 37, X da CF, que assim dispõe:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"

Nesse sentido, ao majorar todos os vencimentos dos servidores públicos municipais com o mesmo valor fixo, independente do cargo, cria-se uma distorção no índice de reajuste, pois implica percentual maior para os cargos com vencimentos inferiores e, por outro lado, percentual menor em relação aos vencimentos superiores.

(...)

Em verdade, os valores concedidos correspondem sim à revisão geral anual de que cogita o art. 37, X, CF, já que, em primeiro lugar, cabia ao reclamado provar que os reajustes tiveram o intuito de reestruturar seu quadro funcional, ônus não atendido a contento, e, em segundo lugar, a forma como estabelecidos os aumentos - genericamente a todos os funcionários - denota uma clara intenção de revisão geral anual, na qual se veda a distinção de índices, conforme dispositivo constitucional supra mencionado.

(...)

Como se vê, no presente caso, o deferimento das diferenças salariais pleiteadas por esta Justiça Especializada não extrapola seus limites de atuação, nem ofende ao princípio da tripartição dos Poderes, na medida em que, o que se verifica aqui, repito, é a concessão de reajuste aos servidores, pelo recorrido, de forma a magoar os ditames constitucionais, sendo que o Poder Judiciário, instado a se manifestar, determinou a correção da distorção gerada entre tais servidores.

Ademais, considerando os argumentos do Município, dando conta de que deve atender o princípio da legalidade, ressalte-se que é exatamente porque a Administração Pública deve atender ao princípio da legalidade (dentre outros) que as distorções ora em comento devem ser corrigidas e a Constituição Federal devidamente atendida, em seu artigo 37, inciso X."

A fundamentação contida no ato reclamado, segundo entendimento desta Corte, revela a utilização do princípio da isonomia para justificar aumento de vencimento. O acórdão reclamado, ao considerar que a aludida implementação de abonos em valor fixo constituiu-se em verdadeira revisão geral remuneratória, mantendo desse modo a sentença que determinou a incorporação ao vencimento da ora beneficiária das diferenças salariais decorrentes da aplicação uniforme dos índices de revisão deferidos aos servidores, nos termos das Leis Municipais em questão, deixou de observar a orientação jurisprudencial deste Supremo Tribunal Federal, consolidada na Sumula Vinculante 37, cujo teor é o seguinte:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia."

No mesmo sentido, cito julgamentos de ambas as Turmas desta Corte:

"Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. LEIS MUNICIPAIS 1.000/2009 E 1.121/2011 DO MUNICÍPIO DE MOGI-GUAÇU. REAJUSTES DE 17,74% E 18,33%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. OFENSA À SUMULA VINCULANTE 37. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (Rcl 28.818 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeiro Turma, DJe 6.6.2018)

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTE SALARIAL COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS NºS 1.000/2009 E 1.121/2011 QUE INSTITUÍRAM ABONOS EM VALORES FIXOS. OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 37. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com a atual jurisprudência desta Corte, o deferimento de diferenças salariais com base no princípio da isonomia, visando à recomposição dos padrões salariais dos servidores municipais ante distorção decorrente da concessão de abonos em valores fixos a diferentes categorias de servidores, ofende a Súmula Vinculante nº 37 deste STF 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Rcl 29.859 AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 9.10.2019)

Ressalto a impossibilidade de acolhimento do pedido de extensão dos efeitos desta decisão a todas as ações relativas ao tema ora em análise, dado o caráter subjetivo da reclamação e a consequente ofensa ao devido processo legal que tal medida processual implicaria, ao alcançar a esfera jurídica de terceiros que não integraram o processo.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, julgo parcialmente procedente esta reclamação, para cassar a decisão reclamada e determinar que nova decisão seja proferida com a observação da Súmula Vinculante 37.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.654 **(883)**

ORIGEM	: 39654 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A
ADV.(A/S)	: SERGIO CARNEIRO ROSI (27165/ES, 55287/GO, 71639/MG, 20971-A/MS, 22346/A/MT, 69162/PR, 184164/RJ, 312471/SP, 8548-A/TO)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CELSO MARCOS AMARAL JUNIOR
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de reclamação com pedido de medida liminar ajuizada em face de acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos do Processo nº 0001525-20.2014.5.03.0098, que, ao afastar a aplicação da norma do inciso II do art. 94 da Lei 9.472/1997, teria afrontado o conteúdo da Súmula Vinculante 10, bem como deixado de observar a decisão desta Corte proferida na ADPF 324.

Requereu-se, liminarmente e no mérito, a cassação da decisão reclamada.

Em 18.3.2020, deferi a medida liminar para determinar a suspensão da decisão reclamada até a decisão final da presente Reclamação (eDOC 15).

A parte beneficiária, devidamente citada, não contestou (eDOC 20).

Deixei solicitar informações à autoridade reclamada, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da República por entender que o processo está devidamente instruído e em condições de julgamento e ante a existência de pareceres em processos a versarem a mesma matéria.

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, *l*, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; *(Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; *(Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. *(Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)*

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação".

Importa ressaltar que o esgotamento das instâncias ordinárias é requisito cuja observância é imposta nas hipótese de reclamação exclusivamente fundada em paradigma resultante do julgamento de recurso extraordinário apreciado sob a sistemática da repercussão geral (art. 988, § 5º, II, do CPC), o que não é a hipótese dos autos.

Consigno também que a "*jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é necessário que a decisão dita violada tenha sido proferida em momento anterior à decisão reclamada, já que não se pode dizer que houve ofensa ao paradigma se ele sequer existia à época*" (Rcl 24845 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 17.9.2018).

No entanto, se faz necessária distinção em relação às reclamações ajuizadas para garantir a autoridade das decisões proferidas pelo Supremo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade (art. 102, I, *l*, CRFB, c/c art. 988, III, parte final, do CPC).

A esses casos entendo possível afastar a exigência de que o paradigma seja anterior à decisão reclamada.

Trata-se, afinal, de uma consequência inerente à teoria da nulidade da norma inconstitucional, que impõe, em regra, a retroatividade das decisões em controle concentrado.

Serve, assim, a reclamação, ao menos enquanto não transitada em julgado a decisão reclamada, à uniformização da jurisprudência sobre a questão constitucional decidida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, com efeitos *ex tunc* e vinculantes, além de eficácia *erga omnes* (art. 102, § 2º, CRFB).

Preserva-se, a partir de tal compreensão sistêmica, a necessária isonomia.

Ademais, a presente ação também possui fundamento em alegada ofensa à Súmula Vinculante 10 deste Tribunal, aprovada em 18.6.2008 e publicada no DJe e DOU de 27.6.2008.

Na espécie, ao apreciar a questão, a autoridade reclamada assim consignou (eDOC 5, p. 1):

"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. ILICITUDE. CONFIGURAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. Contratar, por meio de empresa interposta, mão de obra para o desempenho de funções intrinsecamente ligadas à atividade-fim da empresa contraria o escopo da terceirização legalizada, conduzindo ao manifesto desequilíbrio entre capital e trabalho, deve ser repudiado por esta Justiça Especializada. Nesse contexto, a medida que se impõe é reconhecer o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços"

Depreende-se do acórdão que a autoridade reclamada, afastando a aplicação da norma do inc. II do art. 94 da Lei 9.472/1997, assentou a ilicitude da terceirização ao fundamento de que os serviços terceirizados se inserem no âmbito das atividades-fim da tomadora.

Ao deferir a medida liminar, consignei que a questão jurídica ora posta identifica-se exatamente com o decidido pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Rcl 10.132, relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DJe de 1.8.2018, cuja ementa transcrevo:

"Agravo regimental na reclamação. 2. Recurso interposto por assistente simples. Possibilidade 3. Terceirização da atividade-fim. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. 4. Ofensa à Súmula Vinculante 10. 5. Temas 725 e 739 da sistemática da repercussão geral. 6. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 7. Agravo regimental desprovido." (Rcl 10132 AgR, Rel. Min. Gilmar Medes, Segunda Turma, DJe 18.3.2019)

Na ocasião, acompanhei o relator, que entendeu que o julgado proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao afastar a aplicação do art. 25, §1º, da Lei 8.987/95, teria afrontado o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 desta Corte, por não lhe ter declarado expressamente a inconstitucionalidade, em reserva de plenário, com base nos seguintes fundamentos:

"... a questão posta nos autos diz respeito à observância da Súmula Vinculante 10 desta Corte pela decisão do Tribunal Superior do Trabalho que procedeu ao afastamento da incidência do art. 94, II, da Lei 9.472/1997, em relação às atividades Call Center da empresa reclamante.

O voto condutor do acórdão reclamado expressamente assentou o seguinte:

"(…) Portanto, ao contrário do que sustenta a Parte, a atividade de atendimento telefônico prestado aos consumidores (sistema call center) está ligada à sua atividade-fim, sendo vedada a terceirização, sob pena de se permitir que empresa do ramo de telecomunicações funcione sem a presença de empregados, mas apenas prestadores de serviços, implicando em evidente precarização dos direitos dos trabalhadores, em confronto com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da busca do pleno emprego, previstos nos arts. 1º, III e 170, VIII, da Carta Magna, respectivamente, e com o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza e a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, insculpido no item III do art. 3º da Constituição Federal".

Entendeu o TST que as concessionárias de telefonia, não obstante a previsão do art. 94, II, da Lei 9.472/97, não poderiam contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades-fim, já que tal exegese confrontaria com o texto da Súmula 331/TST, sob pena de incorrer em terceirização ilícita.

Conforme extenuado na decisão agravada, entendo que o julgado proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho violou a Súmula Vinculante 10.

Isso porque, o Tribunal de origem, ao considerar ilícita a terceirização, afastou a aplicação do § 1º do art. 25 da Lei 8.987/95, que tem a seguinte redação:

"§1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados".

Nesses termos, verifico que a autoridade reclamada conferiu interpretação que resulta no esvaziamento da eficácia do citado dispositivo, sem declaração de sua inconstitucionalidade, por meio de seu órgão fracionário. Assim, vislumbra-se a violação ao artigo 97 da Constituição Federal, cuja proteção é reforçada pela Súmula Vinculante 10 do STF, que assim dispõe:

"Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte".

No mesmo sentido, confiram-se ainda os seguintes acórdãos de ambas as Turmas desta Corte:

"Ementa: AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA EMPRESA CONTRATANTE. AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. OCORRÊNCIA. AFASTAMENTO, PELO ÓRGÃO FRACIONÁRIO RECLAMADO, DO COMANDO LEGAL QUE PERMITE A TERCEIRIZAÇÃO PELAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, DAS ATIVIDADES INERENTES AO SERVIÇO CONCEDIDO. ARTIGO 25, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.987/1995. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO RECLAMADA SE MANTERIA POR OUTROS FUNDAMENTOS. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO RECLAMADO PARA APLICAR AO CASO CONCRETO O CONTEÚDO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 992 DO CPC. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (Rcl 34.032 ED-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 1º.10.2020)

"Ementa: Direito do Trabalho e Administrativo. Agravo Interno em Reclamação. Terceirização da atividade-fim. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Súmula Vinculante nº 10. 1. De acordo com a Súmula Vinculante nº 10, o afastamento da incidência de lei, mesmo sem declaração expressa de inconstitucionalidade, exige a observância da cláusula de reserva de plenário. Essa regra não é observada quando a decisão do órgão fracionário, sob o fundamento de interpretar dispositivo legal, não deixa qualquer espaço para que ele seja aplicado. 2. Viola a Súmula Vinculante nº 10 a decisão que, invocando o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, afasta genericamente o comando que permite a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido. 3. Agravo interno a que se nega provimento. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015." (Rcl 27169 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 25.6.2018)

"EMENTA Reclamação constitucional. Súmula Vinculante nº 10. Contrato de terceirização de serviços relacionados com a atividade-fim de concessionária de serviço público. Compreensão da expressão "atividades inerentes" prevista na Lei nº 9.472/97 (art. 94, II) e na Lei nº 8.987/95 (art. 25, § 1º). Necessidade de observância da cláusula de reserva de plenário (CF/88, art. 97). Matéria submetida à sistemática da repercussão geral (ARE nº 791.932/DF). Esgotamento da cognição no STF de feitos com fundamento em idêntica controvérsia. Reclamação parcialmente procedente, tão somente para determinar que se observe, na solução do caso concreto, a norma de interpretação constitucional a ser fixada pelo STF no Tema 739 de repercussão geral. 1. Há tendência de objetivação da análise pelo STF do recurso extraordinário veiculador de matéria dotada de repercussão geral, trazendo, por consequência, o esgotamento da cognição na Suprema Corte de feitos com fundamento em idêntica controvérsia e recomendar todos os processos, principais ou acessórios, à respectiva origem, a fim de aguardarem pronunciamento do STF, e, após, serem submetidos à concretização da norma de interpretação exarada do precedente. 2. Ante a necessidade de racionalização e estabilização da prestação jurisdicional, a solução da reclamatória orienta-se pelos efeitos da submissão da matéria constitucional ora controvertida à sistemática da repercussão geral no ARE nº 791.932/DF. 3. Reclamação julgada parcialmente procedente, tão somente para determinar que se observe, na solução do caso concreto, a norma de interpretação constitucional a ser fixada pelo STF no Tema 739 da repercussão geral." (Rcl 27.163, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe 15.10.2018)

Na espécie, verifica-se que a questão jurídica ora posta identifica-se exatamente com o decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADC 57, DJe 5.12.2019, da ADC 26, DJe 9.9.2019, ambos de minha relatoria, e do ARE 791.932 (Tema 739), Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 6.3.2019, cuja ementa transcrevo:

"Ementa: CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. NULIDADE DO ACÓRDÃO RECORRIDO POR DESRESPEITO A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97 E SV 10). NEGATIVA PARCIAL DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA AO INCISO II, DO ART. 94 DA LEI 9.472/1997 (LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES) POR ÓRGÃO FRACIONÁRIO COM BASE NA SÚMULA 331/TST. IMPOSSIBILIDADE. LICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO DE TODA E QUALQUER ATIVIDADE, MEIO OU FIM, NÃO SE CONFIGURANDO RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE A CONTRATANTE E O EMPREGADO DA CONTRATADA (ADPF 324 E RE 958.252). AGRAVO CONHECIDO. RECURSO PROVIDO. 1. A inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta da totalidade dos membros do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal. 2. A cláusula de reserva de plenário atua como condição de eficácia jurídica da própria declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público, aplicando-se para todos os tribunais, via difusa, e para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, também no controle concentrado (CF, art. 97 e SV 10). 3. É nula a decisão de órgão fracionário que, ao negar a aplicação do inciso II, do art. 94 da Lei 9.472/1997, com base na Súmula 331/

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

TST, e declarar ilícita a terceirização e atividade-fim, reconhece a existência de vínculo trabalhista entre a contratante e o empregado da contratada, pois exerceu controle difuso de constitucionalidade, declarando a parcial nulidade sem redução de texto do referido dispositivo sem observar a cláusula de reserva de Plenário. AGRAVO PROVIDO. 4. O PLENÁRIO DA CORTE declarou parcialmente inconstitucional a SÚMULA 331/TST e proclamou a licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim; para afirmar a inexistência de relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. 5. Agravo conhecido e recurso extraordinário provido para restabelecer a sentença de primeiro grau, com a fixação da seguinte tese no TEMA 739: 'É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC.'"

Como consta dessa ementa, esta Corte, ao apreciar a ADPF 324, reconhecera a inconstitucionalidade do critério de distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude ou ilicitude da terceirização, afastando a incidência da interpretação conferida pelo TST à Súmula 331 daquele Tribunal.

De igual forma, quando do julgamento do RE 958.252-RG (Tema 725), o qual alegava como violados os artigos 5º, II, LIV e LV, e 97 da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese:

"É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante."

Verifica-se, assim, que a jurisprudência recente deste Supremo Tribunal orientou-se no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, superando, inclusive, a distinção entre atividade-meio e atividade-fim para fins de definição da licitude da terceirização, afastando-se a incidência da Súmula 331 do TST.

Assim, com a ressalva do entendimento que adotei nos precedentes firmados, entendo que a decisão reclamada vai de encontro à autoridade das decisões do STF, devendo a questão ser definitiva e igualitariamente uniformizada.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para, cassando-se o ato reclamado, determinar que outro seja proferido em seu lugar com a observância da Súmula Vinculante 10, bem como do que decidido por esta Corte na ADPF 324.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.926 **(884)**

ORIGEM	: 39926 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S)	: AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: WAGNER NUNES CÂNDIDO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CONSTRUTORA REMO LTDA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSECUÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. ARTIGO 25, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.987/1995. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10 E AO QUE DECIDIDO POR ESTA CORTE NA ADPF 324. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO QUE SE JULGA PROCEDENTE.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada pela CEMIG Distribuição S/A contra acórdão proferido pela 6ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região nos autos da Reclamação Trabalhista 0011555-79.2014.5.03.0142, por suposta afronta à Súmula Vinculante 10 e à autoridade da decisão proferida por esta Corte na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 324.

Eis a ementa da decisão ora reclamada, in verbis:

"TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. ISONOMIA SALARIAL. OJ 383 DA SBDII DO TST. TESE PREVALECENTE Nº 05 DESTE REGIONAL. Comprovado nos autos que o reclamante exercia função de eletricista, relacionada à atividade-fim da Cemig, revela-se ilícita a terceirização de serviços perpetrada, impondo-se a condenação ao pagamento de diferenças salariais, com base no princípio da isonomia, diante da impossibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com a tomadora e da fraude evidenciada. Aplicação da OJ 383 da SBDI-I do C. TST e da Tese Prevalecente nº 05 deste Regiona"

Narra a parte reclamante que se trata, na origem, de reclamação trabalhista proposta por Wagner Nunes Cândido em seu desfavor e da empresa Construtora Remo Ltda, em que pleiteia tratamento isonômico com os empregados da Cemig, em razão de suposta ilicitude da terceirização realizada entre as empresas.

Afirma que a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região manteve decisão que declarou ilícita a terceirização realizada pela ora reclamante e condenou a mesma ao pagamento das verbas trabalhistas em decorrência da isonomia, determinando sua responsabilidade subsidiária.

Alega que a decisão reclamada, "*ao acolher a tese obreira de ilicitude da terceirização, desconsidera a autoridade das decisões da Suprema Corte, que firmou entendimento cristalino sobre a matéria no julgamento da ADPF nº 324, nos seguintes termos: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada "*.

Sustenta, ademais, que *"ao entender pela ocorrência de terceirização ilícita da atividade-fim e condenar a ora Reclamante ao pagamento de verbas trabalhistas, a decisão do Regional Trabalhista negou vigência ao §1º do artigo 25 da Lei 8.987/95 sem, contudo, declarar a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo, contrariando, dessa forma, a Súmula Vinculante nº 10 do STF".*

Pugna, ao final, pela procedência do pedido para cassar a *"decisão proferida pela 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região na Ação Trabalhista nº 0011555-79.2014.5.03.0142, que não observou a decisão proferida por essa Suprema Corte no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 324 e o enunciado da Súmula Vinculante nº 10".*

Devidamente citado, na forma do inciso III do art. 989 do CPC, o beneficiário da decisão reclamada deixou de apresentar contestação (Doc. 18).

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e a garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do artigo 102, inciso I, alínea l, além de salvaguardar a estrita observância de preceito constante em enunciado de Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A propósito, a jurisprudência desta Suprema Corte fixou diversas condições para a utilização da via reclamatória, de sorte a evitar o desvirtuamento do referido instrumento processual. Disso resulta: *i)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição; *ii)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida em rol *numerus clausu* ; e *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado e o conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma.

A matéria também veio disciplinada pelo novo Código de Processo Civil, que, no artigo 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I - proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II - proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação."

Fixadas tais premissas, saliento que, quanto à alegada ofensa ao teor da Súmula Vinculante 10, é preciso esclarecer o que ela dispõe:

"*Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.*"

Nesse contexto, ao realizar a leitura do *decisum* ora reclamado, verifico que houve afronta ao conteúdo da súmula vinculante em apreço, na medida em que se considerou ilícita a terceirização realizada pela reclamante, conforme se observa do seguinte excerto:

"*In casu, o reclamante foi admitido pela 1ª reclamada para prestar*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

serviços de eletricista e oficial de rede, conforme se infere do teor da defesa da empregadora (Id babc4c6, p. 05), bem como dos documentos juntados aos autos (p. ex. ficha de registro - Id a01ef52 e contrato individual de trabalho - Id b52dc64).

***E pela análise dos depoimentos colhidos, constata-se que o autor desempenhava atividades de caráter permanente, relativas à atividade-fim da Cemig**, conforme se infere dos excertos abaixo transcritos, verbis:*

[…]

***Assim, é inegável que os misteres por ele desempenhados não se inseriam na atividade-meio da 2ª ré, mas sim no seu ordinário processo produtivo, não podendo ser terceirizados através de interposta empresa**, como indicado no contrato firmado entre as rés (p. ex. Id a2e1556).*

Insta salientar que a inserção do autor no processo produtivo da 2ª reclamada caracteriza subordinação jurídica objetiva ou estrutural, não se podendo conceber que a Cemig terceirize a execução de serviços essenciais, ligados à sua atividade-fim, como ocorreu aqui.

Maurício Godinho Delgado, a esse respeito, preleciona que: "(...) a contratação terceirizada de trabalhadores não pode, juridicamente, propiciar tratamento discriminatório entre o trabalhador terceirizado e o trabalhador exercente de função equivalente na empresa tomadora de serviços. Pelo parâmetro constitucional seria devido, em tais situações, o chamado salário equitativo, hábil a assegurar a equivalência jurídica entre os respectivos profissionais" (in Curso de Direito do Trabalho, LTr, 5ª edição, p. 786).

*Ora, tendo a 2ª reclamada como objetivo o fornecimento de energia elétrica (objeto social da CEMIG - Id a8104a4, p. 01), não se pode dizer que as tarefas desempenhadas pelo autor estivessem relacionadas com a atividade meio ou de suporte da tomadora de serviço. **A hipótese, portanto, é de terceirização ilícita, nos termos do item I da Súmula nº 331 do TST.***

Importante ressaltar que a contratação irregular do trabalhador, através de empresa interposta, não gera qualquer vínculo de emprego com a 2ª reclamada, na medida em que o inciso II, do art. 37, da CR/88 veda expressamente a investidura em cargo ou emprego público sem a prévia aprovação em concurso público.

Tratando-se de terceirização ilícita, com evidentes prejuízos ao trabalhador, e considerando-se os limites impostos pelo inciso II do art. 37 da CR/88, seria o caso de se declarar a responsabilidade solidária da tomadora de serviço, nos exatos termos do art. 942, segunda parte, do CCB. Contudo, exatamente por não se poder declarar, na espécie, o vínculo direto com a tomadora, também não lhe pode ser imposta a responsabilidade solidária, prevalecendo, portanto, somente a subsidiária, conforme fixado na sentença." (Grifei)

Com efeito, dispõe o artigo 25, § 1º, da Lei 8.987/1995:

"*Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.*

*§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, **a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido**, bem como a implementação de projetos associados."* (Grifei)

Dessa forma, verifica-se que, ao invocar a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o órgão fracionário afastou integralmente os comandos legais que permitem a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido, em afronta à Súmula Vinculante 10, uma vez que destituiu "*a norma de qualquer carga de eficácia jurídica, esvaziando por completo a pretensão originária do legislador, seja ela qual tenha sido*" (Reclamação 25.508, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 22/8/2017).

No mesmo sentido cito as seguintes decisões monocráticas: Reclamações 10.132, rel. min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/5/2014; 23.024, rel. min. Roberto Barroso, *DJe* de 13/11/2017; e 25.508, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 22/08/2017.

Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** a presente reclamação, para cassar o acórdão proferido pela 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região nos autos da Reclamação Trabalhista 0011555-79.2014.5.03.0142, e determinar que outro seja proferido, observando-se o que dispõe o artigo 97 da Constituição da República.

Comunique-se o teor desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e ao Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 39.946 **(885)**

ORIGEM	: 39946 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S)	: ALCIDES WRAASE
ADV.(A/S)	: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN (32845/PR, 189680/RJ, 109546A/RS, 17339/SC, 299126/SP)
RECLDO.(A/S)	: TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

DECISÃO

RECLAMAÇÃO – EXTINÇÃO.

1. Em 14 de abril de 2020, proferi despacho com o seguinte teor:

RECLAMAÇÃO – AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PEÇAS.

1. Noto a ausência de juntada do pronunciamento reclamado, do acórdão do Supremo dito inobservado, bem assim da procuração outorgada à responsável pelo protocolo eletrônico.

2. Providencie o reclamante as citadas peças, além de outras que reputar pertinentes, sob pena de indeferimento da inicial.

3. Publiquem.

A Secretaria Judiciária certificou que reclamante, embora devidamente intimado, não se manifestou.

Reiterado o despacho, em 14 de maio de 2020, manteve-se inerte.

2. Ante o quadro, extingo o processo, sem resolução do mérito, fazendo-o a partir do disposto nos artigos 321, parágrafo único, e 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil.

3. Arquivem.

4. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 40.433 **(886)**

ORIGEM	: 40433 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
RECLTE.(S)	: ANTONIA ODETE DA COSTA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIZ MALUF DE ARAUJO (5133/MS)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Decisão: Trata-se de reclamação constitucional ajuizada por ANTÔNIA ODETH DA COSTA FRAULOB e outros contra acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul nos autos do Processo 0826978-80.2014.8.12.0001.

Os reclamantes narram que, em síntese, a autoridade reclamada não realizou o juízo de retratação após decisão do Supremo Tribunal Federal no ARE 1.202.043/MS de adequar-se à tese 439 da sistemática de repercussão geral (RE 606.199, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 27.05.2011).

Sustentam contrariedade ao acórdão do Plenário da Suprema Corte no que tange ao *"direito dos reclamantes (todos aposentados antes da emenda 41/2003, conforme sedimentado pelo próprio TJMS) à paridade e à isonomia quanto a questão do tempo de serviço pelo qual se aposentaram, e a titulação quando isto aconteceu, únicos critérios nos quais os reclamantes podem concorrer com os servidores ativos, devendo estes critérios serem levados em conta para fins de reenquadramento, o que não aconteceu, conforme quadros e tabelas apresentados, e que estes critérios sejam respeitados no futuro"* (eDOC 1, p. 5).

Pugnam pela *"procedência da presente RECLAMAÇÃO e, por conseguinte, do pedido formulado, a fim de declarar e reconhecer o direito dos reclamantes (todos aposentados antes da emenda 41/2003) em serem reenquadrados (reclassificados) de forma a se respeitar o cargo, a classe e o nível salarial em que foram aposentados, visto o tempo de serviço e titulação com que se aposentaram visto que estes são os únicos critérios objetivos que possuem, pois que os demais apenas os que tiverem na atividade, respeitando-se assim o precedente fixado no RE 606199/PR"* (eDOC 1, p. 9).

A autoridade reclamada prestou informações, dando conta que, *"Tendo em vista o acórdão supracitado, cópia foi juntada aos autos do AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO, sendo determinado o retorno à Suprema Corte, para análise da matéria, na data de 02/06/2020"* (eDOC 28, p. 4).

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul e às informações prestadas (eDOC 28), verifico que foi determinado o encaminhamento do Agravo em Recurso Extraordinário para nova apreciação por esta Suprema Corte, uma vez que a autoridade reclamada não realizou o juízo de retratação por mim determinado nos autos do ARE 1.202.043.

Assim, em 5.6.2020, foi publicado ato da Vice Presidência do Tribunal reclamado dispondo o que segue:

"Publicado em 05/06/2020 Número do Diário Eletrônico: 4509 Teor do ato: Desse modo, encaminhem-se os autos ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em cumprimento ao disposto no art. 1.041, do Código de Processo Civil e no art. 328-A, § 2º, do Regimento Interno da Suprema Corte."

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Tendo em vista a restrição do pedido dos autos à declaração do direito dos reclamantes, em razão da eventual discordância entre o ato reclamado e o entendimento firmado no RE 606.199, e a determinação de subida do ARE 1.202.043 para novo juízo, não mais subsiste interesse jurídico legítimo a ser amparado na presente via.

Ante o exposto, julgo prejudicada a presente reclamação, em razão da perda superveniente de seu objeto (RISTF, art. 21, IX).

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 40.561 **(887)**

ORIGEM	: 40561 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: FABIO ZIMMER
ADV.(A/S)	: LISIANE BEATRIZ FROHLICH (115880/RS)
RECLDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRÊS COROAS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

DECISÃO: Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de medida liminar, proposta por Fabio Zimmer, cidadão três-coroense, em face de ato do presidente da comissão processante do expediente de cassação do mandato do prefeito da cidade, processo administrativo 01/2020 da Câmara Municipal de vereadores de Três Coroas, que indeferiu o pedido de suspensão do procedimento em face da prevenção no combate à propagação do coronavírus e determinou o prosseguimento do expediente por meio de sessões *"a portas fechadas"*, impedindo a participação do ora reclamante, bem como da população, em especial, da população três-coroense, criando uma *"modalidade de Sessão que não está prevista em Lei"*, violando, assim, a Súmula Vinculante 46 do STF (eDOC 1, p. 8).

Em 11.5.2020, deferi a medida liminar, assentando que (eDOC 15):

"Na espécie, ao indeferir o pedido de suspensão do procedimento administrativo, a Comissão Processante determinou o prosseguimento do feito em solenidade de *"maneira interna"*, com fornecimento de materiais de proteção e prevenção à COVID-19 aos participantes.

No entanto, no referido ato, esclarece-se que, nos termos do que decido por aquela Casa Legislativa, as sessões internas ocorrem *"sem a presença de público"*, respeitando as recomendações do Ministério da Saúde em razão da grave situação que assola o País e o mundo.

A legislação de regência do procedimento para a cassação dos Prefeitos, arts. 4º e 5º do Decreto-Lei 201/1967, não prevê a realização de *"sessões"* sem a presença de público.

Desse modo, ao prever a realização de sessões no processo de cassação do Prefeito de *"maneira interna"*, sem qualquer previsão de participação popular, ainda que virtualmente, a Comissão Processante aparenta ter ultrapassado os limites do legislador federal quanto ao estabelecimento de normas de processo e julgamento para o crime de responsabilidade, ferindo a Súmula Vinculante 46, que assentou, para a hipótese, a competência privativa da União.

Ademais, o *caput* do art. 37 da Constituição Federal assegura a observância por quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos princípio da publicidade.

(…)

Assim, em juízo de cognição sumária, entendo que a restrição ao público imposta pela Comissão Processante ultrapassa os limites contidos na legislação federal de regência, revelando possível ofensa ao citado verbete vinculante.

Presente o *fumus boni iuris*, o pequeno prazo estipulado pela legislação para a realização do procedimento de cassação do Prefeito, por sua vez, é suficiente a evidenciar o *periculum in mora*.

Ante o exposto, nos termos do art. 989, II, do CPC, defiro a medida liminar para suspender os efeito do ato reclamado, bem como determinar a suspensão das audiências aprazadas para os dias 12, 14 e 15 de maio de 2020, até a decisão final desta Reclamação, ou até que seja assegurada a observância do princípio da publicidade, ainda que de maneira virtual, quando da realização das referidas audiências.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, para indicar o nome e qualificação do interessado.

Requisitem-se informações à autoridade (CPC, art. 989, I).

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República (CPC, art. 991)."

Solicitadas as informações, veio aos autos a Petição 31.696/2020, pela qual a Presidente da Comissão Parlamentar Processante da Câmara de Vereadores de Três Coroas informa que (eDOC 21):

"… visando a preservação da publicidade dos atos praticados, a Comissão Processante contratou a empresa VERDE-TV para a realização da transmissão ao vivo das solenidades aprazadas.

Assim sendo, já havia sido verificada a viabilidade técnica de transmissão ao vivo das audiências de instrução junto à equipe técnica, e todas as audiências serão transmitidas pelo canal de televisão local que costumeiramente transmite as sessões ordinárias da casa legislativa Verde TV, bem como por meio da rede social Facebook, tanto na página da Verde TV quanto na página da Câmara de Vereadores de Três Coroas, garantindo a publicidade requerida por meio da reclamação constitucional.

(…)

Logo, buscando assegurar o direito de todo cidadão de ter acesso aos atos da administração - sem desconsiderar a saúde da população, em razão da pandemia -, a Câmara Municipal tratou, de maneira prévia ao protocolo da presente Reclamação Constitucional, garantir a transmissão ao vivo das audiências aprazadas, visando, sobretudo, a proteção ao princípio da publicidade, ora em discussão.

Mais que isso, a Comissão Processante abrirá as portas da casa legislativa para as audiências de instrução vindouras, respeitando o distanciamento imposto pelo Art.12, Inc. IV, do Decreto Estadual nº 55.240/2020, *in verbis*:

Art. 12 São medidas sanitárias permanentes, de adoção obrigatória por todos, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19, dentre outras:

(…)

IV - a observância do distanciamento interpessoal mínimo de dois metros, evitando-se a formação de aglomerações de pessoas nos recintos ou nas áreas internas e externas de circulação ou de espera, bem como nas calçadas, portarias e entradas dos prédios e estabelecimentos, públicos ou privados.

No mesmo sentido:

Art. 13 São de cumprimento obrigatório, em todo o território estadual, independentemente da Bandeira Final de cada Região, por todo e qualquer estabelecimento destinado a utilização simultânea por várias pessoas, de natureza pública ou privada, comercial ou industrial, fechado ou aberto, com atendimento a público amplo ou restrito, devendo o responsável cumpri-las e, quando for o caso, exigir o seu cumprimento pelos empregados, clientes ou usuários, as seguintes medidas permanentes de prevenção à epidemia de COVID-19:

(...)

IX – diminuir o número de mesas ou estações de trabalho ocupadas no estabelecimento de forma a aumentar a separação entre elas, diminuindo o número de pessoas no local e garantindo o distanciamento interpessoal de, no mínimo, dois metros;

Assim, a casa legislativa será aberta para a recepção dos cidadãos que desejam participar das audiências de instrução, respeitando a limitação supra, mediante o bloqueio de cadeiras.

Portanto, nota-se que a Comissão Processante, ao dar prosseguimento ao expediente de cassação na forma supra está (i) em conformidade com o Decreto Estadual nº 55.240/2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e (ii) em conformidade com o princípio da publicidade, vez que as solenidades serão transmitidas ao vivo para o público, de maneira virtual, bem como será permitida a participação do público, ainda que de forma restritiva.

Assim ante a inexistência de qualquer ofensa ao princípio da publicidade ao longo de toda a instrução do Processo Administrativo n.º 01/2020 será dado andamento, com o reagendamento das oitivas a partir da data de 18/05/2020, e com a devida intimação do denunciado e sua defesa constituída.

Face ao exposto, requer o recebimento da presente manifestação, considerando o atendimento da publicidade reclamada, possibilitando o regular andamento do Processo Administrativo n.º 01/2020."

A parte reclamante, por meio da Petição 32.414/2020, referindo-se às informações prestadas pela autoridade reclamada, manifesta-se asseverando, em síntese, que (eDOC 26):

"'Data venia', a Petição exterioriza a forma autoritária com a qual é conduzido o Expediente de Cassação, precipuamente quando, no seu penúltimo parágrafo, assevera que "[...] será dado andamento, com o reagendamento das oitivas a partir da data de 18/05/2020 [...]".

Desconsidera, a ilustre Vereadora Presidente da Comissão Processante, a existência de Decisão de lavra de Vossa Excelência determinando a suspensão das audiências. Logo, com o devido respeito, não cabe a ela determinar o prosseguimento, mas a uma nova ordem judicial advinda desse MM. Juízo.

(…)

O prosseguimento do expediente, sem que esta E. Corte revogue a liminar concedida, configura flagrante descumprimento de ordem judicial.

(…)

Quanto a transmissão, cabe mencionar que a "Verde TV" nada mais é do que uma página no Facebook, ou seja, está limitada aquelas pessoas que têm conta de Facebook, e mais, que possuem acesso à internet. A realidade das grandes cidades não é a mesma que de uma cidade do interior, com péssima qualidade de internet, seja 3G, o que diria 4G. Portanto, longe está de ser um Canal de TV para dar publicidade a Municipalidade, conforme comprova a imagem a seguir e o arquivo anexo, ambos retirados do site da "Verde TV" (https://www.averdetv.com/).

(…)

Ademais, a afirmação constante na Petição do Evento 21 de que

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

"todas as audiências serão transmitidas pelo canal de televisão local" não passa de uma tremenda invenção, "data venia"!

Não passa de uma tentativa desleal de induzir esse MM. Juízo em erro, até porque NÃO EXISTE CANAL DE TELEVISÃO LOCAL!

(…)

E, aqui, cabe ressaltar que, em caso de votações importantes da Câmara de Vereadores, são, de costume, colocadas cadeiras extras e ainda permitida a permanência de munícipes em pé. Tudo para que comunidade possa participar ativamente dos assuntos do Município. O que a Comissão Processante está claramente tentando fazer com que não ocorra no presente caso.

Em verdade, excetuando-se as Partes envolvidas no Expediente, a publicidade, nos termos dispostos na petição retro, dar-se-á de modo limitadíssimo, ou seja, colidindo frontalmente com o princípio constitucional da publicidade. A importância do aludido princípio é explicitada em obra de José Afonso da Silva, ao referir que:

(…)

Ainda, chama a atenção, que a ilustríssima Senhora Vereadora Presidente da Comissão Processante parece não conhecer a realidade trêscoroense. Ora, grande parte das famílias são beneficiárias de cestas básicas, o que dirá ter dinheiro para acessar a internet a fim de acompanhar a página do Facebook "VerdeTV".

(…)

Diante do exposto, Requer que seja mantida a liminar deferida até que a publicidade das sessões do Expediente de Cassação se dê por meios oficiais e, sobretudo, isentos e não através de "live" na rede social Facebook, por intermédio da contratação da empresa "VERDE-TV" que, repita-se, tem como um dos seus patrocinadores a empresa de um dos membros da Comissão Processante."

A autoridade reclamada aditou às informações anteriormente prestadas, apresentando fotos da sala de reuniões onde ocorrerão as sessões e esclarecendo que (eDOC 34):

"Como se vê, em virtude da pandemia estão bloqueados os assentos do meio em cada uma das fileiras de três cadeiras, respeitando o distanciamento imposto pela norma estadual.

Assim, será permitido o acesso ao público, dentro das limitações necessárias, protegendo a saúde de todos.

Já em relação à transmissão ao vivo das audiências, importante retificar a informação anteriormente prestada, pois o referido canal de televisão é, na verdade, um veículo de comunicação que transmite exclusivamente por meio da rede social Facebook, tendo um alcance elevado no município, conforme se vê na publicação do mesmo ao buscar anúncios:

(…)

Face ao exposto, requer o recebimento da presente manifestação, que demonstra mais uma vez o atendimento da publicidade reclamada, possibilitando o regular andamento do Processo Administrativo nº 01/2020."

Inconformada, a parte reclamante peticiona (Petição 32739/2020), sustentando que "*A situação apresentada não se presta para atender ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal.*" e requer "*a declaração de nulidades dos atos instrutórios praticados sem a autorização e chancela deste MM. Juízo, com a conseguinte aplicação da litigância de má-fé*", bem como a *"imediata intervenção do Ministério Público, frente às ilegalidades ora cometidas pela Reclamada"* (eDOC 37, p. 3/4).

Em nova petição (Petição 33937/2020), reitera as razões pelas quais entente descumprida a medida liminar deferida e requer *"sejam suspensos os trabalhos da Comissão Processante até o julgamento do mérito da presente Reclamação"* (eDOC 39).

É o relatório. Decido.

Ao deferir a liminar condicionei a suspensão dos efeitos do ato reclamado, bem como das audiências aprazadas para os dias 12, 14 e 15 de maio de 2020, até a decisão final desta Reclamação, ou até que fosse assegurada a observância do princípio da publicidade, ainda que de maneira virtual, quando da realização das referidas audiências.

A autoridade reclamada informa que *"a Comissão Processante abrirá as portas da casa legislativa para as audiências de instrução vindouras, respeitando o distanciamento imposto pelo Art.12, Inc. IV, do Decreto Estadual nº 55.240/2020"* (eDOC 21, p. 4)

Diante disso, ainda em juízo de delibação, verifico que a garantia da presença da população local às audiências em que serão realizados os trabalhos da Comissão Processante, observadas as restrições impostas pelo Decreto Estadual 55.240/2020, por si só, atendem ao requisito de publicidade exigido para a prática do ato, de modo que a transmissão ao vivo das reuniões em veículo de mídia revela-se procedimento não essencial ao atendimento da exigência constitucional.

Sendo assim, não mais subsiste *fumus boni iuris* suficiente à manutenção da medida constritiva, razão pela qual indefiro o que requerido pela parte reclamante e suspendo os efeitos da decisão liminar por mim deferida nestes autos.

Cite-se o interessado Orlando Teixeira dos Santos Sobrinho (eDOC 26, p. 6).

Aguarde-se a manifestação da Procuradoria-Geral da Republica.

Comunique-se. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**

Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 40.656 **(888)**

ORIGEM	: 40656 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECLTE.(S)	: ECM S/A - PROJETOS INDUSTRIAIS
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HUMBERTO MONTEIRO (98993/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: EVANDO JOSE DA FONSECA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO NA APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO CONFIGURADA. SEGUIMENTO NEGADO.

Vistos etc.

1. Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de medida liminar, fundada no art. 102, I, *l*, da Constituição Federal e no art. 156 do RISTF, ajuizada por ECM Projetos Industriais Ltda., contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos do Processo n° TST-Ag-ED-ED-RR-1386-56.2014.5.03.0005.

2. Como causa de pedir desta reclamação, a reclamante aponta a má aplicação da sistemática de repercussão geral quanto aos precedentes AI 791.292 QO-RG (Tema 339) e ARE 748.371 (Tema 660).

3. Relata interposto recurso extraordinário perante o Juízo reclamado à alegação de (i) negativa de prestação jurisdicional, (ii) cerceamento de defesa e (iii) restrição à liberdade de contratar. Quanto as duas primeiras arguições, afirma, foram aplicados os Temas de Repercussão Geral n. 339 e 660 do STF. Já a tese de restrição à liberdade de contratar foi barrada mediante aplicação da Súmula 636 do STF.

Narra interposto o agravo interno contra a aplicação da repercussão geral, bem com veiculado agravo em recurso extraordinário para questionar a aplicação da Súmula 636/STF.

Anota que o Tribunal Superior do Trabalho, ao julgar o agravo interno, confirmou a negativa de seguimento do Recurso Extraordinário.

Argumenta que os precedentes não se aplicam à hipótese dos autos, pois apenas uma das teses do agravo de instrumento em recurso de revista teria sido enfrentada, "*tendo todas as demais sido deliberadamente ignoradas pela 6ª Turma e pelo Órgão Especial do TST*", o que justificaria a alegação de negativa de prestação jurisdicional e a não aplicação ao caso do Tema 339 do STF.

Sustenta, ainda, que a verificação da alegação de cerceamento de defesa não depende de investigação da legislação infraconstitucional, como defendido no despacho de admissibilidade e no acórdão reclamado, motivo pelo qual também não se poderia aplicar o Tema de Repercussão Geral nº 660 do STF.

Requer a concessão de medida liminar, para que seja suspensa a remessa do agravo em recurso extraordinário esta Suprema Corte até decisão de mérito na presente reclamação. Ao fim, postula a procedência da reclamação, a fim de que o Juízo reclamado realize "*novo exame de admissibilidade do recurso extraordinário no que tange às teses de violação ao art. 5º, XXXV, LIV E LV e art. 93, IX, da CF/88 (negativa de prestação jurisdicional) e ao art. 5º, LIV e LV, da CF/88 (cerceamento de defesa)*".

6. Deixo de determinar tanto o pedido de informações à autoridade reclamada quanto a citação da parte beneficiária do ato judicial reclamado, em decorrência da manifesta inviabilidade da reclamação. Igualmente, dispenso a intimação do Procurador-Geral da República, em razão do caráter repetitivo do litígio.

É o relatório.

Decido.

1. A reclamação prevista nos arts. 102, I, l e 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal, é cabível nos casos de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, desobediência à súmula vinculante ou descumprimento de autoridade de decisão proferida no exercício de controle abstrato de constitucionalidade ou em controle difuso, desde que, neste último caso, se cuide da mesma relação jurídica e das mesmas partes.

2. O art. 988 do CPC/2015, em vigor desde 18.3.2016, assim disciplina o instituto:

"Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

(…)

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

II proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

(…)"

3. A questão jurídica controvertida na presente reclamação constitucional consiste na suposta usurpação de competência desta Suprema Corte em razão da má aplicação da sistemática da repercussão geral.

4. Ao exame dos autos, verifico que o TST negou provimento a agravo interno interposto contra decisão da Vice-Presidência que negou seguimento a recurso extraordinário com base nos Temas 339 e 660 da Repercussão Geral, *verbis*:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DOS LIMITES DA COISA JULGADA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL Trata-se de agravo interno interposto em face de decisão da Vice-Presidência do TST pela qual fora denegado seguimento ao recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral. A Suprema Corte, ao decidir Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 791.292/PE, em relação à negativa de prestação jurisdicional, firmou o entendimento de que "o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão" (Tema 339). Na hipótese, considerando a adequada fundamentação do acórdão recorrido, afasta-se a preliminar de negativa de prestação jurisdicional. Ademais, a Suprema Corte rejeitou a repercussão geral da suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal quando o julgamento da causa depende de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais (ARE 748371/MT, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe-148 divulgado 31-07-2013, publicado 01-08-2013) (Tema 660). Nesse contexto, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta improcedência do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa."

5. Não diviso a existência de equívoco na aplicação dos precedentes invocados pela Corte de origem, tendo em vista a adequada fundamentação do acórdão recorrido, bem como a necessidade de exame da legislação infraconstitucional para o exame do alegado cerceamento de defesa em razão da não oitiva de testemunha. Dessa forma, a autoridade reclamada agiu de acordo com as balizas constitucionais e processuais que determinam sua competência. A elucidar essa compreensão, colaciono, *inter plures*:

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. AI 791.292 (TEMA 339). ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOCORRÊNCIA. ATUAÇÃO DA CORTE A QUO DENTRO DOS LIMITES DE SUA COMPETÊNCIA. ARTIGO 1.030, I, ALÍNEA A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SEMELHANÇA ENTRE O PRECEDENTE INVOCADO PELO TRIBUNAL A QUO E O CASO CONCRETO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."(Rcl 39155 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 07.04.2020)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ALEGAÇÃO DE MÁ APLICAÇÃO DE TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A aplicação da sistemática da repercussão geral é atribuição das Cortes ordinárias nos termos do art. 1.030 do Código de Processo Civil. 2. As premissas fáticas postas na decisão reclamada inferem a correta aplicação dos Temas 181 e 660, firmados sob a égide da sistemática da repercussão geral. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (Rcl 31171 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, julgado em 11/10/2019, DJe 06.11.2019).

6. Ante o exposto, forte no no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento** à presente reclamação, prejudicado o exame do pedido liminar.

Brasília, 08 de junho de 2020.

Publique-se.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECLAMAÇÃO 40.690 **(889)**

ORIGEM	: 40690 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S)	: ELAINE MIRANDA DA SILVA
ADV.(A/S)	: ALEXANDRO DO NASCIMENTO (148226/RJ)
RECLDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

Trata-se de reclamação com pedido de liminar proposta por Elaine Miranda da Silva contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (pág. 1 do documento eletrônico 1).

Informa a reclamante que:

"A reclamação tem como referencia o processo nº. **0079830-46.2019.8.19.0001** junto à **21º VARA CIVEL DA CAOMARCA DA CAPITAL** [...]" (pág. 2 do documento eletrônico 1, grifos no original).

Narra, em resumo, que ajuizou ação "com o intuito de suspender negativação ilegal em seu nome" (pág. 2 do documento eletrônico 1) e requereu a concessão da gratuidade da justiça. O Juízo de origem determinou a juntada do último comprovante de rendimento, bem como das três últimas declarações do imposto de renda, sob pena de indeferimento do pedido. E acrescentou que, caso não declarasse imposto de renda, deveria anexar a movimentação bancária dos últimos dois meses.

Aduz que:

"[*SIC*] Às fls. 43, este patrono adunou declaração de imposto de renda da Reclamante, haja vista, que é dona de casa.

Em ato continuo através de ato ordinatório foi descrito o seguinte: ***Cumpra-se, adequadamente, a determinação de fls. 35 ("... Caso não declare imposto de renda, deverá anexar movimentação bancária dos últimos dois meses.").***

Porém, tão decisão tem como base a sumula 39 TJRJ a mesma foi revogada pela nova Lei, qual seja o novo Código de Processo Civil no artigo 99 que assim diz: […].

Neste passo apesar do CPC, ser claro novamente {às fls., 67 insiste em um erro grotesco e por sua vez burocracia desnecessária em nosso tempos, posto que, cabe ao demandado suscitar eventual dúvida sobre a hipossufiencia, o Magistrado não pode ser servi de cobrador fiscal do Tribunal: […].

Outrossim, os elemento que podem comprovar a hipossufiencia é o fato que a agravante é professora do município, fato informado no processo e não comentado, haja vista, que temos a sistema da falta de observação" (págs. 3-5 do documento eletrônico 1, grifos no original).

Informa, ainda, que:

"Por sua vez foi realizada uma reclamação junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sendo negada o seu prosseguimento, haja vista, que entendeu que não seguia o seu regimento interno.

Em ato continuo foi acionado o Superior Tribunal de Justiça houve a alegação que o Reclamante não adunou nenhuma decisão como paradigma, casou estranheza, posto que o Tribunal tem que lembrar de suas decisões no tocante a Gratuidade de Justiça.

E por fim vem junto a esta nobre Corte que sempre respeitou as Lei e a guardiã da Constituição" (pág. 5 do documento eletrônico 1).

Nesse contexto, argumenta o seguinte:

"**Pedido formulado por pessoa física goza da presunção *juris tantum* de necessidade do benefício.** Quando o pedido é formulado por pessoa natural, basta a simples alegação de hipossuficiência econômica, havendo, no caso, presunção *juris tantum* de que a parte não pode arcar com as despesas processuais. [...]" (pág. 14 do documento eletrônico 1, grifos no original).

Requer, ao final,

"**a)** Em sede de liminar, seja lhe atribuído a presente efeito suspensivo, **ao processo número 0079830-46.2019.8.19.0001, até o julgamento final desta Reclamação**. […]

e) Com relação ao mérito, seja cassada reconhecida irregularidade nos autos [...]" (pág. 19 do documento eletrônico 1, grifos no original).

Em 22/5/2020, intimei a reclamante para que, emendando a petição inicial, apresentasse a cópia do ato reclamado, indicasse o paradigma vinculante que teria sido violado, bem como o valor da causa e o(s) beneficiário(s) do ato impugnado (documento eletrônico 10).

A reclamante expôs sucintamente os fatos e concluiu:

"Diante de todo o exposto a Reclamante aduna a decisão Reclamada oriunda do STJ, e por sua vez aduna decisão desta corte como paradigma.

E por fim requer a emenda da exordial para que conste como valor da causa R$ 1.000,00 (um mil reais), como mero valor fiscal" (pág. 2 do documento eletrônico 11).

É o relatório necessário. Decido.

Observa-se que a reclamante emendou parcialmente a petição inicial, uma vez que, intimada, deixou de indicar o(s) beneficiário(s) do ato impugnado, bem como os dados necessários para a devida citação.

Conforme preceitua o parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, a petição inicial deve ser indeferida:

"Art. 321. O juiz, **ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320** ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, **determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado**.

Parágrafo único. **Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial**" (grifei).

Em igual sentido, esta Suprema Corte já decidiu que:

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À ADI 3.772. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS COM BASE NO ART. 321 DO CPC/2015. ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO NÃO SE RESUMEM À SALA DE AULA. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS PODEM SER RECONHECIDAS COMO DE MAGISTÉRIO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

1. O descumprimento da diligência prevista no art. 321, *caput*, do CPC/2015 conduz ao indeferimento da petição inicial conforme leitura do parágrafo único do mencionado dispositivo.

2. As atividades de magistério, como ressaltado na ADI 3.772, não se resumem à sala de aula. Certas atividades administrativas podem ser reconhecidas como de magistério.

3. Agravo interno desprovido" (Rcl 24165-AgR/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma - grifei).

Ademais, destaco que no julgamento do AI 759.421-RG/RJ, Relator o Ministro Cezar Peluso, Tema 188 da Repercussão Geral, juntado como paradigma (documento eletrônico 14), os Ministros desta Corte decidiram pela inexistência de repercussão geral por se tratar de matéria infraconstitucional, firmando a seguinte tese:

"A questão sobre o preenchimento dos requisitos para assistência jurídica gratuita às pessoas naturais quanto à comprovação do estado de hipossuficiência tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE n. 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009."

Assim, verifica-se, de plano, que o parâmetro de controle invocado pela reclamante é completamente inservível para o fim a que se pretende, isso porque o acórdão proferido por esta Suprema Corte no julgamento AI 759.421-RG/RJ, Tema 188, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, possui efeitos, tão somente, *inter partes*, uma vez que não foi reconhecida a repercussão geral, e não consta dos autos que a reclamante tenha sido parte e nem terceira interessada nas relações processuais no paradigma citado e supostamente contrariado.

A jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, exige para o ajuizamento de reclamação que o paradigma seja revestido de efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, apenas admitindo paradigma de ordem subjetiva, se invocado pelas mesmas partes litigantes no processo subjetivo no qual proferida a decisão paradigma. Neste sentido, cito os seguintes precedentes:

"RECLAMAÇÃO - ALEGADO DESRESPEITO A DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM PROCESSOS DE ÍNDOLE SUBJETIVA, VERSANDO CASOS CONCRETOS NOS QUAIS A PARTE RECLAMANTE NÃO FIGUROU COMO SUJEITO PROCESSUAL - INADMISSIBILIDADE - INADEQUAÇÃO DO EMPREGO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE AÇÃO RESCISÓRIA, DE RECURSOS OU DE AÇÕES JUDICIAIS EM GERAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO - PRECEDENTES - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- Não se revela admissível a reclamação quando invocado, como paradigma, julgamento do Supremo Tribunal Federal proferido em processo de índole subjetiva que versou caso concreto no qual a parte reclamante sequer figurou como sujeito processual. Precedentes.

- Não cabe reclamação quando utilizada com o objetivo de fazer prevalecer a jurisprudência desta Suprema Corte, em situações nas quais os julgamentos do Supremo Tribunal Federal não se revistam de eficácia vinculante, exceto se se tratar de decisão que o STF tenha proferido em processo subjetivo no qual haja intervindo, como sujeito processual, a própria parte reclamante.

- O remédio constitucional da reclamação não pode ser utilizado como um (inadmissível) atalho processual destinado a permitir, por razões de caráter meramente pragmático, a submissão imediata do litígio ao exame direto do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

- A reclamação, constitucionalmente vocacionada a cumprir a dupla função a que alude o art. 102, I, "l", da Carta Política (RTJ 134/1033), não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual. Precedentes" (RCL 4.381-AgR/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno).

"Agravo regimental em reclamação. Paradigma extraído de processo de caráter subjetivo. Eficácia vinculante restrita às partes nele relacionadas. Precedentes. Ilegitimidade ativa configurada. Reclamação manejada como sucedâneo de recurso. Inadmissibilidade. Precedentes. Agravo regimental não provido.

1. Por atribuição constitucional, presta-se a reclamação para preservar a competência da Corte e garantir a autoridade de suas decisões (art. 102, inciso I, alínea l, CF/88), bem como para resguardar a correta aplicação das Súmulas Vinculantes (art. 103-A, § 3º, CF/88).

2. Nesse contexto, para que seja admitido o seu manejo, a decisão da Suprema Corte cuja autoridade venha a estar comprometida deve ser revestida de efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, o que não é o caso.

3. O reclamante não figura na relação processual do paradigma apontado, que é de índole subjetiva, revestindo-se de eficácia vinculante restrita somente às partes nele relacionadas.

4. É inegável que o interesse da parte foi manejar a reclamação como sucedâneo de recurso, o que é vedado, segundo a jurisprudência da Corte.

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (RCL 11.566-AgR/SP, Rel. Min.Dias Toffoli, Tribunal Pleno).

Desta forma, observo que o AI 759.421-RG/RJ não pode ser usado como paradigma de controle para a reclamação proposta, posto se tratar de decisão sem caráter vinculante proferida em processo de natureza eminentemente subjetiva.

Isso posto, nego seguimento a esta reclamação (art. 21, § 1°, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.134 **(890)**

ORIGEM	: 41134 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECLTE.(S)	: ELTON HENRIQUE TEIXEIRA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 9ª RAJ DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

DECISÃO:

Ementa: DIREITO PENAL. RECLAMAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE 56. ALEGADO CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME MAIS GRAVOSO.

1. O art. 103-A, *caput* e § 3º, da Constituição Federal prevê o cabimento de reclamação quando houver contrariedade a súmula vinculante ou sua aplicação indevida, em processo subjetivo no qual o reclamante figurou como parte.

2. A Súmula Vinculante 56 teve por objetivo evitar que o condenado cumprisse pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença ou do que o autorizado por lei.

3. No presente caso, o reclamante demonstrou que o juiz concedeu a progressão de regime, mas não comprovou que, uma vez descumprida a ordem, tenha feito requerimento ao juiz da execução para que determinasse o cumprimento de sua ordem.

4. Reclamação a que se nega seguimento.

1. Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada pela Defensoria Pública de São Paulo, em face de decisão proferida nos autos n. 0000318-48.2018.8.26.0520, que supostamente teria descumprido decisão concessiva de progressão de regime de cumprimento de pena.

2. O autor alega que foi concedida sua progressão para o regime semiaberto em 14.02.2020 (doc. 2), mas que continua no regime fechado, o que violaria a Súmula Vinculante 56. Requer o deferimento de liminar *para o envio imediato do reclamante, beneficiado com a progressão de regime semiaberto e que está em regime fechado, para PRISÃO DOMICILIAR ou REGIME ABERTO domiciliar, com a destinação da fixação e controle das devidas condições pelo juízo coator.*

3. É o relatório. **Decido.**

4.Dispenso as informações, tendo em vista a suficiente instrução do feito, e a manifestação da Procuradoria-Geral da República, diante do caráter reiterado da matéria (RI/STF, art. 52, parágrafo único).

5.Na presente reclamação, o autor alega violação à Súmula Vinculante 56 por não ter sido efetivada sua progressão para o regime semiaberto. Para fundamentar a sua pretensão, juntamente com a decisão que promoveu a referida progressão, junta aos autos ato administrativo expedido pelo Secretário Executivo da Secretaria de Administração Penitenciária, no qual há informação de que devido à pandemia de COVID-19 e às orientações de isolamento determinadas em Decreto pelo Governador de São Paulo, temporariamente estão sendo realizadas somente remoções em situação emergencial ou com decisão judicial.

6.A reclamação dirigida a esta Corte só é cabível quando se sustenta usurpação de sua competência, ofensa à autoridade de suas decisões ou contrariedade a Súmula Vinculante (CRFB/1988, arts. 102, I, *l*, e 103-A, § 3º).

7.Conforme relatado, a presente reclamação foi ajuizada contra ato administrativo praticado pelo Secretário Executivo da Secretaria de Administração Penitenciária. O art. 103-A, *caput* e § 3º, da Constituição Federal prevê o cabimento de reclamação quando houver contrariedade, por parte de ato administrativo ou decisão judicial, a súmula vinculante ou sua aplicação indevida, em processo subjetivo no qual o reclamante figurou como parte. Confira-se o teor do dispositivo:

"Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso."

8.Da análise dos documentos acostados aos autos, nota-se que o ato administrativo em questão foi emitido em relação a Alisson Felipe Ramos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Santiago, parte diversa do autor, de modo que, nesse ponto, a presente reclamação é inviável por não ter sido o autor parte no ato reclamado.

9.Ademais, quanto à dita violação à SV 56, não há nos autos qualquer decisão que negue a efetivação da progressão que lhe foi concedida, especialmente fundamentada na ausência de vagas no regime menos gravoso. A única decisão judicial juntada aos autos é a de concessão da progressão de regime para o semiaberto. Ademais, a pesquisa, no sítio eletrônico no TJSP, dos atos processuais posteriores ao ato reclamado, demonstra justamente o contrário, que há despacho nos autos por meio da qual se buscam informações acerca da efetiva progressão concedida.

10. Assim, não há demonstração de descumprimento, por parte do juízo da execução, da Súmula Vinculante 56. Pelo contrário, aparentemente a autoridade judicial está colhendo informações para efetivar a medida de progressão de regime.

11.Diante do exposto, é incabível a utilização da reclamação como substituto da ação ordinária do Juízo da execução que busca cumprir o entendimento desta Suprema Corte. Somente se o Juízo da execução se negar a cumprir a súmula vinculante é que surgirá causa para ajuizamento de reclamação.

12.Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do Regimento Interno do STF, **nego seguimento** à reclamação, ficando prejudicado o exame do pedido liminar.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
RELATOR

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.293 **(891)**

ORIGEM	: 41293 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECLTE.(S)	: RENATO CARLOS WALTER
ADV.(A/S)	: RAFAEL LOPES ARIZA (71221/RS)
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO Nº 5004829-86.2020.4.04.0000 DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

DECISÃO: **Trata-se** de reclamação, *com pedido de medida liminar*, **na qual se sustenta** que o ato ora questionado **teria desrespeitado** o enunciado constante **da Súmula Vinculante nº 14/STF**, que possui o seguinte teor:

"***É direito do defensor**, no interesse do representado, **ter acesso amplo** aos elementos de prova que, **já documentados** em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, **digam respeito** ao exercício do direito de defesa.*" (**grifei**)

Sendo esse o contexto, **passo ao exame** do pedido **formulado** nesta sede reclamatória. **E**, *ao fazê-lo*, **verifico a ocorrência**, *na espécie*, de hipótese configuradora de perda **superveniente** de objeto da reclamação.

Com efeito, o eminente Relator do **Processo** nº 5004829--86.2020.4.04.0000/RS, em curso no E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, **ao prestar** informações, **esclareceu que** "*Desde a data de 04/06/2020, **a habilitação e acesso aos autos pela defesa dos investigados estão autorizados**.*" (**grifei**)

Vê-se, *daí*, **que a ocorrência** desse fato **assume** relevo processual, **eis que faz instaurar**, *no caso*, **situação de prejudicialidade**, apta a gerar a extinção **desta** ação reclamatória, **em virtude** *da superveniente perda* de seu objeto.

Enfatize-se, *por oportuno*, que esse entendimento **encontra apoio** na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (**Rcl 7.404/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **Rcl 8.294/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **Rcl 9.274/AM**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **Rcl 10.043/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **Rcl 10.242/RJ**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **Rcl 11.083/SP**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **Rcl 13.681/RJ**, Rel. Min. ROSA WEBER – **Rcl 15.644/MS**, Rel. Min. LUIZ FUX – **Rcl 15.810/RS**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **Rcl 15.816/MG**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **Rcl 16.906/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES, *v.g.*), **cabendo destacar** julgamentos desta Corte **a propósito** *do tema ora em exame* consubstanciados em acórdãos **assim ementados**:

"*Agravo regimental em reclamação. **2. Decisão monocrática de prejudicialidade**. **3**. Suposto descumprimento **da Súmula Vinculante n. 14**. Informações prestadas que noticiam o **deferimento de acesso a elementos de prova de procedimento investigatório**. **Prejudicialidade mantida**. **4**. Agravo regimental a que se **nega provimento**.*"

(**Rcl 18.721-AgR/SC**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **grifei**)

"***AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. SÚMULA VINCULANTE 14. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO**.*

***I** – **Não mais existente** a negativa de acesso aos autos investigatórios, **fica prejudicada a reclamação por perda superveniente de seu objeto**.*

***II** – Agravo regimental a que se **nega provimento**.*"

(**Rcl 25.214-AgR/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **grifei**)

É importante assinalar, ainda, *neste ponto*, que as informações oficiais **prestadas** por autoridades públicas, **mesmo** em sede de reclamação, **revestem-se** de presunção "*juris tantum*" de veracidade.

E a razão é uma só: **precisamente** porque constantes de documento subscrito por agente estatal, **tais informações devem prevalecer**, pois, como se sabe, **as declarações** emanadas de agentes públicos **gozam**, quanto ao seu conteúdo, **da presunção de veracidade**, **consoante assinala** o magistério da doutrina (CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, "**Curso de Direito Administrativo**", p. 373, item n. 59, 13ª ed., 2001, Malheiros; MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, "**Direito Administrativo**", p. 182/184, item n. 7.6.1, 20ª ed., 2007, Atlas; DIOGENES GASPARINI, "**Direito Administrativo**", p. 63, item n. 7.1, 1989, Saraiva; JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "**Direito Administrativo Brasileiro**", p. 54, item n. 43, 1999, Forense; JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, "**Manual de Direito Administrativo**", p. 116, item n. 2, 12ª ed., 2005, Lumen Juris).

Esse entendimento – que põe em evidência **o atributo de veracidade** inerente aos atos **emanados** do Poder Público **e** de seus agentes – **é perfilhado**, *igualmente*, **pela jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal (**RTJ** 133/1235-1236 – **RTJ** 161/572-573, *v.g.*), **notadamente** quando tais declarações **compuserem e instruírem**, *como na espécie*, **as informações** prestadas **pela própria** autoridade apontada como reclamada:

"– ***As informações** prestadas em mandado de segurança pela autoridade apontada como coatora **gozam da presunção** 'juris tantum' **de veracidade**.*"

(**MS 20.882/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Tive o ensejo de acentuar, em decisão **proferida**, nesta Corte Suprema, *em processo de reclamação*, a alta relevância **das informações** prestadas por autoridades estatais *apontadas como reclamadas*, **enfatizando**, *então*, **no tema**, que "***declarações emanadas** de agentes públicos, **quando prestadas**, como no caso, **em razão** do ofício que exercem, **qualificam-se pela nota da veracidade**, **prevalecendo eficazes até que sobrevenha** prova idônea e inequívoca **em sentido contrário**, **não lhes sendo oponíveis meras alegações discordantes**.*" (**Rcl 1.473/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Sendo assim, *e tendo em consideração as razões expostas*, **julgo prejudicada** a presente reclamação, **em virtude da perda superveniente** de seu objeto, **inviabilizando-se**, *em consequência*, **a apreciação** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se estes autos.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECLAMAÇÃO 41.343 **(892)**

ORIGEM	: 41343 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECLTE.(S)	: ERNESTO LAFACE FILHO
ADV.(A/S)	: MARCELO PEREIRA LOBO (12325/SC, 310312/SP)
RECLDO.(A/S)	: SEGUNDO VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 1.042 DO CPC. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO NA ORIGEM QUE SE AMOLDA AOS PRECEDENTES DESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

Vistos etc.

1. Trata-se de Reclamação, com pedido de liminar, proposta pelo Ernesto Laface Filho, com fundamento no artigo 102, inciso I, alínea "*l*", da Constituição Federal, nos artigos 988 e seguintes do Código de Processo Civil e nos artigos 156 e seguintes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, contra decisão da Câmara de Recursos Delegados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo n ° 0901927-86.2018.8.24.0038/50002, à alegação de usurpação de competência desta Suprema Corte em razão do não encaminhamento de agravo em recurso extraordinário para este Supremo Tribunal Federal.

2. O reclamante afirma, em síntese, usurpada a competência deste Supremo Tribunal Federal para realizar o juízo de admissibilidade do apelo extremo.

3. Argumenta que *"a) não cabe ao E. TJSC a análise da admissibilidade de recurso direcionado a Instância Superior, e b) não se trata de erro grosseiro a interposição de um agravo pelo outro, podendo ser aplicada ao caso a fungibilidade recursal."*

4. Deixo de determinar a intimação da autoridade reclamada, bem como da Procuradora-Geral da República, em razão do caráter reiterado da

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

matéria versada nesta demanda. Acresço que os documentos juntados pelo reclamante são suficientes para a adequada análise do feito.

É o relatório.

Decido.

1. Ao exame dos autos, verifico que a Câmara de Recursos Delegados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina confirmou a negativa de seguimento proferida pela 2ª Vice-Presidência ao recurso extraordinário do reclamante com fundamento no art. 1.030, I, "a", do CPC/2015, mediante aplicação do entendimento firmado em sede de repercussão geral – Tema 937: *"Constitucionalidade do crime previsto no art. 2º, inc. II da Lei n. 8.137/1990"*.

2. Analisado o quadro fático e decisório do processo de origem, bem como do ato judicial reclamado, não diviso a existência da alegada usurpação da competência desta Suprema Corte.

3. No julgamento da Questão de Ordem no AI 760.358, bem como nas Reclamações 7.569 e 7.547, este Pretório Excelso rejeitou o cabimento do agravo de instrumento previsto no art. 544 do CPC/73 interposto contra decisão do Tribunal de origem que indefere o processamento do apelo extremo com base em tese proferida em repercussão geral. Nesse caso, admite-se apenas agravo regimental no âmbito do próprio Tribunal *a quo.* Confira-se:

"Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental. 1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral. 2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação. 3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida. 4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem" (AI 760358 QO/SE, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 19.2.2010)

"RECLAMAÇÃO. SUPOSTA APLICAÇÃO INDEVIDA PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM DO INSTITUTO DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO PROFERIDA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 576.336-RG/RO. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DE AFRONTA À SÚMULA STF 727. INOCORRÊNCIA. 1. Se não houve juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, não é cabível a interposição do agravo de instrumento previsto no art. 544 do Código de Processo Civil, razão pela qual não há que falar em afronta à Súmula STF 727. 2. O Plenário desta Corte decidiu, no julgamento da Ação Cautelar 2.177-MC-QO/PE, que a jurisdição do Supremo Tribunal Federal somente se inicia com a manutenção, pelo Tribunal de origem, de decisão contrária ao entendimento firmado no julgamento da repercussão geral, nos termos do § 4º do art. 543-B do Código de Processo Civil. 3. Fora dessa específica hipótese não há previsão legal de cabimento de recurso ou de outro remédio processual para o Supremo Tribunal Federal. 4. Inteligência dos arts. 543-B do Código de Processo Civil e 328-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. 5. Possibilidade de a parte que considerar equivocada a aplicação da repercussão geral interpor agravo interno perante o Tribunal de origem. 6. Oportunidade de correção, no próprio âmbito do Tribunal de origem, seja em juízo de retratação, seja por decisão colegiada, do eventual equívoco. 7. Não-conhecimento da presente reclamação e cassação da liminar anteriormente deferida. 8. Determinação de envio dos autos ao Tribunal de origem para seu processamento como agravo interno. 9. Autorização concedida à Secretaria desta Suprema Corte para proceder à baixa imediata desta Reclamação" (Rcl 7569/SP, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJe 11.12.2009).

4. Na linha da jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, o art. 1.042 do CPC/2015 veda o cabimento do agravo interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário com base na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral. Nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, a hipótese requer agravo interno.

5. Nessas circunstâncias, a decisão reclamada harmoniza-se com a orientação jurídica definida por esta Corte Suprema no sentido de não ser cabível o agravo previsto no art. 1.042 do CPC/15, quando o Tribunal *a quo* aplica o instituto da repercussão geral, não havendo falar, portanto, em usurpação de competência.

6. Nesse sentido cito os seguintes precedentes em decisão monocrática: Rcl 27104/SC, Relator Ministro Celso de Mello, DJe 15.8.2017; Rcl 27783/MG, Relator Ministro Dias Toffoli, DJe 08.8.2017; Rcl 24142/DF, Relator Ministro Luiz Fux, DJe 01.5.2017; Rcl 23847/DF, Relator Ministro Roberto Barroso, DJe 17.5.2016; Rcl 23044/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJe 18/2/2016.

7. Ante o exposto, forte no no art. 21, § 1º, do RISTF, **nego seguimento** à presente reclamação, restando prejudicado o exame do pedido liminar.

Publique-se.

Brasília, 04 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECLAMAÇÃO 41.350 **(893)**

ORIGEM	: 41350 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECLTE.(S)	: JOSE GERALDO DA SILVA FILHO
ADV.(A/S)	: GIOVANNI GARCEZ DA CUNHA (18667/PE) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ FEDERAL DA 29ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. AFRONTA À ADI Nº 5.090/DF. DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL DE PROCESSOS QUE TRATEM DA RENTABILIDADE DO FGTS. PRECEDENTES. JUÍZO DE PROCEDÊNCIA.

Vistos etc.

1. Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de liminar, ajuizada por José Geraldo da Silva Filho, com fundamento nos arts. 102, I, "*l*", da Constituição da República e 988, III, do Código de Processo Civil, contra sentença proferida pela 29ª Vara Federal do Juizado Especial Federal de Jaboatão dos Guararapes-PE, nos autos do Processo nº 0501517-02.2020.4.05.8311, à alegação de violação do que decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.090-MC/DF, na qual determinado sobrestamento de todos os feitos que versem sobre a possibilidade de a TR ser substituída como índice de correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS.

Relata o reclamante que o Juízo de 1ª instância, além de indeferir o pedido de sobrestamento do feito, o qual versa sobre a substituição da TR como índice de correção do FGTS, julgou improcedentes os pedidos veiculados na inicial, em afronta à decisão proferida na ADI 5.090.

2. Requer concessão de medida liminar para suspender a sentença proferida pelo Juízo da 29ª Vara Federal do Juizado Especial Federal de Jaboatão dos Guararapes-PE, nos autos do Processo nº 0501517-02.2020.4.05.8311, e determinar o sobrestamento do feito até o julgamento da ADI nº 5090/DF pelo Supremo Tribunal Federal. No mérito, busca a procedência desta reclamação para cassar a sentença reclamada.

É o relatório.

Decido.

1. De início, à luz dos arts. 98 e 99, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, tenho que o direito das pessoas físicas à gratuidade de justiça se dá mediante simples afirmação da insuficiência de recursos para pagar as custas e as despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família. Reproduzo os dispositivos em comento:

"Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(…)

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural."

2. A dicção do Código de Processo Civil abraçou a jurisprudência firmada por esta Suprema Corte segundo a qual, observado o cenário processual, há presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos das pessoas físicas, bastando-lhes a mera declaração da ausência de condições econômicas para arcar com os gastos do processo judicial para obtenção do benefício, ressalvada, todavia, eventual responsabilidade civil e criminal pela inverdade das alegações. Confira-se a jurisprudência desta Casa:

"Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO DA DECISÃO EMBARGADA QUANTO AO PEDIDO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. OCORRÊNCIA. ARTIGOS 98 E 99, §§ 2º e 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCIDÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS APENAS PARA, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS, FIXAR A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA À PARTE ORA EMBARGANTE" (Rcl 31713 AgR-ED-ED, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 10.6.2019).

"ALEGAÇÃO DE INCAPACIDADE FINANCEIRA E CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE. O acesso ao benefício da gratuidade, com todas as conseqüências jurídicas dele decorrentes, resulta da simples afirmação, pela parte (pessoa física ou natural), de que não dispõe de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

capacidade para suportar os encargos financeiros inerentes ao processo judicial, mostrando-se desnecessária a comprovação, pela parte necessitada, da alegada insuficiência de recursos para prover, sem prejuízo próprio ou de sua família, as despesas processuais. Precedentes. Se o órgão judiciário competente deixar de apreciar o pedido de concessão do benefício da gratuidade, reputar-se-á tacitamente deferida tal postulação, eis que incumbe, à parte contrária, o ônus de provar, mediante impugnação fundamentada, que não se configura, concretamente, o estado de incapacidade financeira afirmado pela pessoa que invoca situação de necessidade. Precedentes" (RE 245.646-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 13.02.2009).

"CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO.

I - É pacífico o entendimento da Corte de que para a obtenção de assistência jurídica gratuita, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que sua situação econômica não lhe permite ir a Juízo sem prejudicar sua manutenção ou de sua família. Precedentes. II - Agravo regimental improvido" (AI 649.283-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ de 19.9.2008).

3. Nestes termos, tendo a parte reclamante afirmado a inviabilidade de custear as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, concedo-lhe o benefício da gratuidade de justiça (arts. 98 e 99, § 3º do CPC/2015 e art. 21, XIX, do RISTF).

4. A reclamação prevista nos arts. 102, I, "*l*", e 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal, é cabível nos casos de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, desobediência à súmula vinculante ou descumprimento de autoridade de decisão proferida no exercício de controle abstrato de constitucionalidade ou em controle difuso, desde que, neste último caso, se cuide da mesma relação jurídica e das mesmas partes.

5. A questão jurídica controvertida na presente reclamação constitucional consiste na suposta violação à decisão em que determinada a suspensão de todos os processos que discutam a rentabilidade do FGTS, proferida em sede de cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.090/DF.

6. Neste paradigma, em 10.9.2019, o Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, deferiu medida cautelar para determinar a imediata suspensão de todos os feitos que envolvam a correção dos depósitos nas contas vinculadas ao FGTS pela taxa referencial (TR). Na oportunidade, assentou o seguinte:

"Considerando: (a) a pendência da presente ADI 5090, que sinaliza que a discussão sobre a rentabilidade do FGTS ainda será apreciada pelo Supremo e, portanto, não está julgada em caráter definitivo, estando sujeita a alteração (plausibilidade jurídica); (b) o julgamento do tema pelo STJ e o não reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo, o que poderá ensejar o trânsito em julgado das decisões já proferidas sobre o tema (perigo na demora); (c) os múltiplos requerimentos de cautelar nestes autos; e (d) a inclusão do feito em pauta para 12/12/2019, defiro a cautelar, para determinar a suspensão de todos os feitos que versem sobre a matéria, até julgamento do mérito pelo Supremo Tribunal Federal" (DJe 9.9.2019).

7. Colaciono a decisão reclamada, na fração de interesse:

"[...] 1. Trata-se de demanda que visa à **correção de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de outro indexador, em substituição ao índice previsto em lei para essa finalidade (Taxa Referencial).**

Decido.

2. Sobrestamento dos processo – repercussão geral

Não é caso de suspensão do processo, a qual fica indeferida porque esta providência não tem aplicação aos processos que se encontram em primeiro grau.

[…]

4. Questões de mérito

A demanda veicula pedidos de correção dos depósitos fundiários conforme o indexador que reputa mais vantajoso, sob o argumento, em síntese, de que a Taxa Referencial não constitui verdadeiro indexador, e, também, não corresponde aos percentuais reais de atualização monetária de valores.

Quando do julgamento sobre a questão da incidência dos expurgos inflacionários dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, o Supremo Tribunal Federal firmou a interpretação de que o "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao contrário do que sucede com as cadernetas de poupança, não tem natureza contratual, mas, sim, estatutária, por decorrer da Lei e por ela ser disciplinado" (Pleno, RE nº 226855, Rel. Moreira Alves, j. 31/08/2000, DJ 13/10/2000).

Por outro lado, o art. 13 da Lei nº 8.036/90 prevê que os "depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização juros de (três) por cento ao ano", do que resultou, a partir de maio de 1993, por força do art. 7º, caput, e § 1º, da Lei n.º 8.660/93, que fixou como índice de remuneração básica dos depósitos de poupança a "Taxa Referencial – TR", na utilização desta para fins de correção monetária dos depósitos em contas do FGTS.

Deve-se ter bem presente, em primeiro lugar, que a decisão emitida na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade – ADIN nº 493-0/DF em nada alterou a incidência da Taxa Referencial quanto às obrigações do FGTS e do SFH, uma vez que o Supremo Tribunal Federal apenas ressaltou que a lei não poderia retroagir atingindo o ato jurídico perfeito.

Em outras palavras: não há nenhum impedimento à incidente da Taxa Referencial quanto às obrigações constituídas posteriormente à vigência da lei.

Sob outro aspecto, a decisão proferida na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade – ADIN nº 4.357 (Rel. Luix Fux, j. 14.03.2013), também não alterou a interpretação quanto ao índice de atualização dos depósitos fundiários.

Em primeiro lugar, porque a declaração resultante daquela demanda e no que diz respeito à atualização monetária dos débitos inscritos em precatório, utilizou-se de fundamentos constitucionais restritos, isto é, a "afronta à garantia da coisa julgada e, reflexamente, ao postulado da separação dos Poderes", os quais são aplicáveis estritamente aos créditos decorrentes de condenação judicial, e não de forma genérica, a todo e qualquer crédito de outra natureza.

Em segundo lugar, pois a premissa anterior é corroborada pela circunstância de que o efeito de arrastamento da inconstitucionalidade parcial do § 12º, do art. 100, da Constituição da República, foi fixado, também, de modo estrito, exclusivamente quanto ao art. 5º da Lei nº 11.960/2009, vale dizer, à correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, e não de maneira ampla e genérica, para quaisquer preceitos normativos em vigor que preveem a Taxa Referencial como indexador (Cadernetas de poupança, depósitos do Fundo de Garantia, saldos do Sistema Financeiro de Habitação etc.).

Desta forma, por não haver nenhuma modificação da interpretação dominante quanto à incidência da Taxa Referencial como indexador de obrigações legais ou contratuais de natureza diversa daquelas resultantes de condenações judiciais, deve continuar a prevalecer a jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça que admite a sua incidência, quando houver previsão legal, como, por exemplo, em relação ao saldo devedor do Sistema Financeiro de Habitação (Súmula nº 454), bem como aos débitos dos depósitos fundiários recolhidos pelo empregador e não repassados ao referido fundo (Súmula nº 459).

É necessário ponderar, também, que há uma distinção relevante entre os créditos resultantes de condenação judicial, sobre quais a decisão emitida na ADIN nº 4.357 declarou a existência de um direito constitucional à incidência de atualização monetária para preservação de seu "valor econômico real", consoante os índices de inflação metodologicamente adequados, e os depósitos em aplicações de natureza financeira facultativa (Caderneta de poupança) e obrigatória (FGTS e PIS/PASEP).

De efeito, quanto a estes compete à lei a previsão de qual o índice de remuneração devido, segundo as variáveis econômicas correlatas, dentre as quais a inflação é apenas uma delas, porquanto existam várias outras, que são relativas aos efeitos sobre a economia e decorrentes da utilização desses valores para finalidades legalmente vinculadas, como, por exemplo, os financiamentos habitacionais e de outras espécies.

Nesta linha, se a remuneração devida àqueles depósitos for majorada ou potencializada, não há dúvida de que o custo desses financiamentos deverá acompanhá-la também, sob o grave risco de gerar um déficit que conduza o sistema à bancarrota, o qual terá que ser saldado em algum momento, como já se verificou recentemente no que diz respeito aos expurgos inflacionários do FGTS, mediante a instituição do adicional da alíquota de contribuição, com a finalidade de cobrir o grande déficit resultante do pagamento desses mesmos expurgos (Lei Complementar nº 110/2011).

Sendo assim, a interpretação legal não deve apenas visar a uma indexação inflacionária que garanta a preservação de seu valor real, porque, em verdade, deve realizar a adoção de índices de remuneração que considerem todos os demais fatores econômicos a eles vinculados, dentre os quais se inscreve, por exemplo, o custo de uso para outras finalidades dos valores captados, de maneira que não se submetam exclusivamente à interpretação que privilegie somente a indexação econômico-inflacionária, para preservar o "valor real da moeda".

Neste aspecto cabe outra observação, ou seja, a vedação à atuação dos órgãos do Poder Judiciário como legisladores positivos, quando não há autorização constitucional. Em outras palavras, uma vez que existem normas legais expressas que preveem os reajustes dos depósitos fundiários (art. 13 da Lei nº 8.036/90; art. 15 da Lei n.º 8.177/91; art. 12 da Lei nº 8.177/91; art.2º da Lei n.º 8.660/93), os quais não se revelavam desproporcionais, nem incompatíveis com a ordem constitucional, é imperioso observar os critérios e índices por elas veiculados, pois aos órgãos jurisdicionais é vedado substituir o legislador, sob a argumentação de que existe outro indicador econômico mais apropriado ou consentâneo com a realidade. [...]"

8. Da análise dos autos, constato a existência de identidade material entre o ato impugnado e o paradigma de repercussão geral tido por violado. Por esse motivo, a decisão reclamada, ao julgar improcedente a ação sem observar a determinação de suspensão do feito, afronta a decisão proferida na ADI nº 5.090-MC/DF. Nesse sentido, cito, *inter plures*: Rcl 38321, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Dje 16.12.2019, Rcl 38373, Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje 17.12.2019, Rcl 38351, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Dje 13.12.2019, Rcl 38318, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Dje 11.12.2019, Rcl 38264, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Dje 10.12.2019.

9. Ante o exposto, julgo **procedente o pedido** para **cassar** a decisão reclamada e determinar o **sobrestamento** do Processo nº

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

0501517-02.2020.4.05.8311, em trâmite na 29ª Vara Federal do Juizado Especial Federal de Jaboatão dos Guararapes-PE, até o **pronunciamento** definitivo desta Corte na ADI 5.090.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber

Relatora

RECLAMAÇÃO 41.372 **(894)**

ORIGEM : 41372 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECLTE.(S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : FABIO ROGERIO RIBEIRO BRANDAO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO:

1.Trata-se de reclamação, com pedido de tutela provisória, ajuizada pelo Estado da Bahia contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos Autos nº AIRR-10421-54.2013.5.05.0026, que negou seguimento a recurso extraordinário, com base no Tema 246 da repercussão geral, mantendo o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da parte reclamante, por obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, com fundamento em sua culpa ao fiscalizar o contrato de terceirização de mão de obra.

2.A parte reclamante alega: (i) usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal; (ii) violação à autoridade das decisões proferidas na ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso, e no RE 760.931, Redator p/o acórdão o Ministro Luiz Fux, paradigma do Tema 246 da repercussão geral; e (iii) desrespeito à Súmula Vinculante 10, uma vez que o TST, "*por via oblíqua, declarou a inconstitucionalidade do §1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, sem a observância do artigo 97 da Constituição Federal, a exemplo do que o fizera o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região*".

3. **É o relatório. Decido.**

4. Dispenso as informações, devido à suficiente instrução do feito, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da República, diante do caráter reiterado da matéria (RI/STF, art. 52, parágrafo único). Deixo, ademais, de determinar a citação da parte beneficiária da decisão reclamada, em face da manifesta inviabilidade do pedido.

I – ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF

5.De início, anoto que compete aos órgãos jurisdicionais de origem o exame preliminar da viabilidade de recurso extraordinário. Nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, o agravo interno é recurso próprio à impugnação de decisão que aplica entendimento firmado em regime de repercussão geral. Nesse sentido, veja-se a ementa da Rcl 32405-AgR, julgada sob a relatoria da Ministra Rosa Weber:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. OBSERVÂNCIA DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL NA ORIGEM. CABIMENTO DO AGRAVO INTERNO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

A reclamação versa alegada usurpação da competência desta Suprema Corte por decisão denegatória do seguimento de recurso extraordinário em que se discute requisito de admissibilidade de recuso de revista previsto no art. 896, § 1º, A, I, da CLT por inexistente repercussão geral (Tema 181). Contra decisão em que negado seguimento a recurso extraordinário com fundamento na sistemática da repercussão geral cabível agravo interno a teor do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015. Usurpação da competência desta Suprema Corte não demonstrada.

Agravo regimental conhecido e desprovido."

6. Observe-se que esta sistemática de impugnação das decisões que aplicam precedente da repercussão geral já vigia no regime processual do CPC/73, desde o julgamento pelo STF da Questão de Ordem no AI 760.358-QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, em 19.11.2009, data a partir da qual não mais se admite a conversão de recurso diverso em agravo interno.

7. Assim, não há que se falar, por ora, em usurpação da competência do STF, tendo em vista que está sendo observado o sistema da repercussão geral, uma vez que, exercido o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário pelo Vice-Presidente do TST, fora interposto, na origem, o agravo interno, o qual se encontra pendente de julgamento (*cf.* consulta ao andamento do processo de origem na página eletrônica do Tribunal Superior do Trabalho).

II – ALEGAÇÃO DE AFRONTA À ADC 16 E TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL

8. No julgamento da ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. O dispositivo legal assim prevê: "*A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis*".

9. Naquela oportunidade, porém, esclareceu o relator que "*isto não significa que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não gere responsabilidade. É outra matéria*". A partir daí, passou-se a admitir a condenação subsidiária do ente público ao pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas por suas contratadas, desde que caracterizada a culpa *in vigilando* ou *in eligendo* da Administração.

10. Assim, alguns precedentes do STF negaram seguimento a reclamações ajuizadas contra decisões da Justiça do Trabalho reconhecendo a responsabilidade subsidiária da Administração, desde que fundamentada em evidências de ausência de fiscalização do contrato. Essa linha foi observada em diversas reclamações sobre o tema: Rcl 23.282-AgR, Rel. Min. Luiz Fux; Rcl 13.739-AgR, Relª. Minª. Rosa Weber; Rcl 12.050-AgR, Rel. Min. Celso de Mello; e Rcl 24.545-AgR, sob a minha relatoria, assim ementada:

"DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. PODER PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA VINCULANTE 10.

1. Decisão reclamada que afirma a responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas de suas contratadas, quando reconhecida a omissão da contratante na fiscalização da execução do contrato (culpa *in eligendo* ou *in vigilando*).

2. Inexistência de violação à autoridade da decisão proferida na ADC 16.

3. Inexistência de violação à súmula vinculante nº10, devido ao órgão reclamado não efetuar análise de constitucionalidade.

4. Em reclamação, é inviável reexaminar o material fático-probatório dos autos, a fim de rever a caracterização da omissão do Poder Público.

5. Agravo regimental ao qual se nega provimento."

11. Na prática, contudo, diversas reclamações ajuizadas nesta Corte indicaram que, diante da decisão proferida nos autos da ADC 16, parte importante dos órgãos da Justiça do Trabalho apenas alterou a fundamentação das suas decisões, mas manteve a postura de condenar automaticamente o Poder Público. Tais decisões invocavam o acórdão proferido na ADC 16 para afirmar que a responsabilidade da Administração não é automática, mas condenavam o ente público por culpa *in vigilando* sem sequer aferirem, em concreto, se a Administração praticou ou não atos fiscalizatórios. A alusão genérica à *culpa in vigilando*, em tais termos, constituía mero recurso retórico por meio do qual, na prática, se continuou a condenar automaticamente a Administração. Nesse sentido: Rcl 20.701, Rcl 20.933 e Rcl 21.284, todas sob a minha relatoria.

12. Em outros casos, a Administração Pública é responsabilizada automaticamente, sempre que há inadimplência de obrigações trabalhistas pelas contratadas, a pretexto de que, havendo inadimplência, ou o Poder Público não fiscalizou a contento ou, tendo fiscalizado e tomado ciência da ocorrência de infração à legislação trabalhista, não tomou as providências necessárias a impor a correção, de modo que haveria *culpa in vigilando.* Em todas essas hipóteses, há evidente violação ao precedente proferido na ADC 16.

13. Em razão disso, no julgamento do RE 760.931, redator p/o acórdão o Ministro Luiz Fux, propus a seguinte tese de julgamento:

"1. Em caso de terceirização, a Administração Pública responde subsidiariamente pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas da empresa contratada, no que respeita aos profissionais que tenham atuado em seu benefício, se restar comprovada falha do Poder Público em seu dever de fiscalizá-la (culpa *in vigilando*) ou em adotar as medidas cabíveis em relação ao inadimplemento. Precedente: ADC 16, rel. Min. Cezar Peluso.

2. Compete à Administração comprovar que houve adequada fiscalização.

3. O dever de fiscalização da Administração acerca do cumprimento de obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas constitui obrigação de meio, e não de resultado, e pode ser realizado através de fiscalização por amostragem, estruturada pelo próprio ente público, com apoio técnico de órgão de controle externo, caso em que gozará de presunção *juris tantum* de razoabilidade.

4. Constatada, pelo Poder Público, a ocorrência de inadimplemento trabalhista pela contratada, as seguintes providências devem ser tomadas: (i) notificar a empresa contratada, assinando-lhe prazo para sanar a irregularidade; (ii) em caso de não atendimento, ingressar com ação judicial para promover o depósito, a liquidação do valor e o pagamento em juízo das importâncias devidas, abatendo tais importâncias do valor devido à contratada.

5. Não é válida a responsabilização subsidiária da Administração Pública: (i) com afirmação genérica de culpa *in vigilando*, sem indicar, com rigor e precisão, os fatos e as circunstâncias que configuram a sua culpa *in vigilando* ou (ii) se for comprovada, pela Administração, a realização de fiscalização por amostragem e a adoção das medidas mitigadoras antes indicadas."

14. Esse entendimento, todavia, embora tenha obtido 5 (cinco) votos, não prevaleceu. Com efeito, em 26.04.2017, o STF concluiu o julgamento do RE 760.931, paradigma do Tema 246 da repercussão geral. Naquela decisão, afastou-se a condenação subsidiária da União pelas dívidas decorrentes de contrato de terceirização, embora, segundo o TST, não tenha havido o exercício adequado do poder-dever de fiscalização. Ao final, fixou-se a seguinte tese:

"O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93."

15. A superveniência do julgamento do RE 760.931 implica dizer que a tese firmada na ADC 16, quanto à sua eficácia vinculante, foi plenamente substituída pela tese do Tema 246 da repercussão geral. Desta forma, as reclamações ajuizadas a partir de 02.05.2017, data da publicação da ata do referido julgamento, devem tomar como paradigma o RE 760.931, que reinterpretou o julgado proferido na ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso.

16. Por conseguinte, eventual má aplicação da nova tese acerca da responsabilidade subsidiária da Administração Pública na hipótese de terceirização deve ser impugnada, inicialmente, por meio de recursos. Isso porque, nos termos do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015, a inobservância da tese firmada em repercussão geral somente enseja o ajuizamento da reclamação quando "*esgotadas as instâncias ordinárias*".

17. Nesses casos, a interpretação correta parece ser aquela que exige o correto percurso de todo o *iter* processual, ultimado na interposição de agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I e § 2º, do CPC/2015. Ou seja, é imprescindível que a parte tenha interposto todos os recursos cabíveis, até a última via processual que lhe é aberta. Nesse sentido, veja-se a Rcl 24.686-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PROPOSTA PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Em se tratando de reclamação para o STF, a interpretação do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 deve ser fundamentalmente teleológica, e não estritamente literal. O esgotamento da instância ordinária, em tais casos, significa o percurso de todo o íter recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte. Ou seja, se a decisão reclamada ainda comportar reforma por via de recurso a algum tribunal, inclusive a tribunal superior, não se permitirá acesso à Suprema Corte por via de reclamação.

2. Agravo regimental não provido."

18. Pontuo que entender em sentido contrário seria permitir o acesso direto ao Supremo Tribunal Federal, por alegação, ainda que transversa, de afronta a tese firmada em repercussão geral, sem o cumprimento do pressuposto legal.

19. No caso em análise, conforme já assinalado, ainda está pendente de julgamento agravo interno interposto contra o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário. Assim, não foram exauridas as instâncias ordinárias, de modo que a reclamação não pode prosseguir.

III - ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10

20. Quanto à alegação de violação à Súmula Vinculante 10, destaco que o entendimento nela consubstanciado tem por fundamento o art. 97 da Constituição, que veda a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por órgão fracionário de Tribunal.

21.No entanto, observo que a decisão reclamada não formulou um juízo de inconstitucionalidade, ostensivo ou oculto, mas, tão somente, aplicou a sistemática da repercussão geral, negando seguimento ao recurso extraordinário com base no Tema 246 da repercussão geral. A ausência de juízo de inconstitucionalidade, portanto, afasta a obrigatoriedade do quórum qualificado previsto no art. 97 da Constituição. Por conseguinte, não há que se falar em ofensa à Súmula Vinculante 10.

22. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, **nego seguimento à reclamação,** prejudicada a análise do pedido cautelar. Sem honorários, porquanto não citada a parte interessada.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.387 **(895)**

ORIGEM	: 41387 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S)	: MURILO DOMINGOS CASTOLDI CARRARA
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO (154958/SP)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CASA BRANCA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: RENATO BARALDI ROMANO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Trata-se de reclamação em favor de Murilo Domingos Castoldi Carrara contra ato do Juíz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Casa Branca/SP, que teria negado vigência à Súmula Vinculante 14.

O reclamante relata que

"[...]

No expediente investigatório número 0000933-76.2020.8.26.0129 em trâmite perante a Egrégia Primeira Vara Criminal de Casa Branca, SP., investiga-se, no que interessa, a ocorrência do crime de coação no curso do processo, tráfico e associação para o tráfico, envolvendo até então o advogado RENATO BARALDI ROMANO, que representava processual e legalmente ao menos dois investigados formalmente, já presos temporariamente naquele expediente (Carlos Augusto da Silva Lisboa e Raphael Augusto Alves Pimenta).

Sob a alegação de que testemunha estaria sendo coagida pelo advogado citado, a autoridade policial representou pelo decreto da prisão temporária do advogado, bem como busca e apreensão em seu escritório, nos seguintes termos:

[…]

Embora diretamente não se tratasse a busca judicial de direitos em sentido lato do constituinte do reclamante, havia e há limitação para a busca, no Estatuto da Advocacia (Lei Federal 8.906, de 04 de julho de 1994) que regulamenta o exercício da advocacia, cujo artigo 2.º, § 3º, e artigo 7.º, inciso II, preveem de forma expressa e taxativa a inviolabilidade profissional pelos atos e manifestações do advogado.

[...]

Não teve a autoridade RECLAMADA e muito menos a autoridade policial, mas cuja ação foi convalidada pela omissão (até a presente data) da autoridade judicial, cautela para cumprimento do mandado, observando-se as exceções legais.

[…]."

Requer, ao final

"Por todo o exposto é que o RECLAMANTE, respeitosamente, clama a essa Colenda Corte Suprema faça valer com todo o vigor a Súmula Vinculante 14, que vedou ilegalmente o acesso deste reclamante aos autos digitais 1500239-33.2020.8.26.0129, declarando nulos todos os atos praticados com a inobservância da Súmula em questão, a partir de 29 de abril de 2020, bem como a prisão temporária e a busca domiciliar decretadas na medida cautelar 1500295-66.2020.8.26.0129, contra o constituinte do RECLAMANTE, Murilo Domingos Castoldi Carrara, após o encontro fortuito de provas em escritório de advocacia, envolvendo pessoa até então não suspeita e não investigada. E, por força do descumprimento ora reclamado, que seja expedido alvará de soltura em prol do paciente, violado em seu direito de liberdade e locomoção por ilegalidade manifesta e provada." (pág. 14 da petição inicial – doc. eletrônico 1).

Colho do ato reclamado:

"Trata-se de representação de prisão temporária e de busca domiciliar formulado às fls. 01/05 pela autoridade policial em desfavor de Murilo Domingos Castoldi Carrara, o 'Lão', qualificado nos autos.

O Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido (fls. 52/54).

[…]

Ressumbra dos autos, outrossim, que no dia 24 de fevereiro de 2020, João Gabriel Franco Tonioli André e Luiz Gustavo Savazzi Rodrigues Landim, vulgo 'Guga', foram presos em flagrante delito por tráfico de drogas, fatos apurados nos autos do Proc. nº 1500091-25.2020.8.26.0613 em trâmite perante este Juízo, ocasião em que foram apreendidos seus telefones celulares. Na posse do aparelho celular de Luiz Gustavo Savazzi Rodrigues Landim e, com autorização judicial, a Polícia Civil apurou diversas conversas pretensamente alusivaa ao tráfico de drogas, que demonstram que Luiz Gustavo, o 'Guga', estaria supostamente associado para o tráfico de drogas com o investigado Raul Paiva Merli, o popular 'Raul Merli'.

Ademais, a evolução das investigações também acabaram culminando com a decretação temporária prisão do advogado Renato Baraldi Romano, o 'Renatinho Romano' (Proc. nº 0000933-76.2020.8.26.0129, em trâmite perante este Juízo), sob a suspeita de ter pretensamente constrangido testemunha por meio de ameaças, a fim de, supostamente, favorecer interesse do núcleo criminoso.

Mediante análise do aparelho celular e notebook do agora investigado Renato Baraldi Romano e apreendidos nos autos do Proc. Nº 0000933-76.2020.8.26.0129, a polícia judiciária apurou elementos que, em tese, sinalizam o possível envolvimento de Murilo Domingos Castoldi Carrara, vulgo 'Lão', no comércio de drogas ilícitas, bem como que, há tempos, estes dois estariam, em tese, envolvidos na atividade ilícita, já que, mais recentemente, por conta da operação policial ora em comento, e ainda sem a suspeita recaindo sobre Murilo, o advogado Renato, valendo-se da sua condição de profissional da advocacia e com acesso aos autos da investigação em curso, enviou, por e-mail, cópia de todo o procedimento investigatório da chamada 'Operação Lavoisier', remetendo ao ora representado cópia dos autos de investigação, os quais, diga-se de passagem, correm sob sigilo. Assim teria agido o causídico, hipoteticamente, pelo que se infere, com o escopo de alertá-lo acerca das investigações. Ao propósito disso, o investigado constituiu advogado para acompanhar o andamento dos feitos, além de ter amplo acesso ao material probatório.

[…]

Destarte, os informes coligidos apontam, em cognição sumária, para o sedizente envolvimento do ora representado num possível nefasto esquema mercancia ilícita de substâncias estupefacientes (fls. 01/40).

Diante disso, o Delegado de Polícia que preside as investigações, encampando pelo Promotor de Justiça oficiante, pugna pela decretação da prisão temporária, ante a necessidade de produção de novas provas, como apreensão de drogas, oitiva de testemunhas, identificação de todos os autores, realização de perícia, interrogatório etc.

[…]

Em *summaria cognitio*, as peças que instruem a representação, em

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

especial aquelas extraídas do relatório policial, demonstram a existência de fundadas razões para que se atribua ao representado a autoria do fato delituoso, particularmente grave, por envolver a prática de crime tipificado como equiparado a hediondo.

Os indícios da autoria encontram suporte nos elementos informativos trazidos pela autoridade policial descortinando o possível, em juízo rarefeito, envolvimento do suspeito na prática do delito de tráfico.

Em sendo assim, ou seja, em cognição inexauriente, existindo fortes indícios da autoria, além da comprovada necessidade para a instrução do procedimento inquisitorial, é imperioso o agasalhamento da representação.

[…]

As medidas postuladas pela autoridade policial, dada a existência de indícios razoáveis, merecem deferimento, por se cuidar de providências de extrema importância para maior elucidação dos fatos.

As diligências até o momento empreendidas pela autoridade policial demonstram, em cognição rarefeita, a necessidade da prisão temporária, imprescindível para as investigações do inquérito policial e consequente elucidação do crime, mormente pela oportunidade de interrogatório, completa qualificação, formal indiciamento e submissão a exames, etc..

Daí resulta a imprescindibilidade das medidas alvitradas para a escorreita apuração do ocorrido.

[…]

Em sendo assim, ou seja, existindo fortes indícios da autoria, além da comprovada necessidade para a instrução do procedimento inquisitorial, é imperioso o acatamento da representação com a consequente decretação da prisão provisória.

Pelos mesmos motivos, com fulcro no artigo 240 do Código de Processo Penal, defiro a expedição do competente mandado de busca e apreensão, observando-se, porém, as garantias constitucionais estampadas no artigo 5º da Constituição Federal. As informações, lastreadas em investigações levadas a cabo pela Polícia Civil, conduzem, com grande probabilidade, à possível prática de crime. Nesse contexto, dada a existência de indícios razoáveis, a busca domiciliar merece deferimento, por se cuidar de providência cautelar de extrema importância para a elucidação dos fatos.

Adoto, no mais, como razão complementar de decidir, à guisa de motivação aditiva, os termos da representação da autoridade policial e do parecer do *Parquet* oficiante.

[…]

Diante do exposto, decreto a prisão temporária de Murilo Domingos Castoldi Carrara, o 'Lão', pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais o deve ser posto imediatamente em liberdade, devendo qualquer pedido de prorrogação ser apresentado antes do término deste prazo, com respaldo no art. 1º, I da Lei 7.960/89 e parágrafo 4º do art. 2º da Lei 8.072/90. Ademais, defiro a expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar para a residência indicada às fls. 05, já que o quadro probatório acima apontado é mais do que suficiente para caracterizar causa provável a justificar a realização de busca e apreensão no endereço do investigados, observado o artigo 243 do CPP.

[…]

Decorrido o prazo da detenção temporária, deverá o indiciado ser imediatamente posto em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso.

[…]."

É o relatório. Decido.

Anoto, inicialmente, que o art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal faculta ao Relator julgar a reclamação quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada na Suprema Corte, como se dá na espécie vertente.

Bem examinados os autos, tenho que a pretensão não comporta acolhimento.

Destaco, de início, que a reclamação perante este Supremo Tribunal Federal será sempre cabível para: (i) preservar a competência do Tribunal; (ii) garantir a autoridade de suas decisões e (iii) garantir a observância de enunciado de Súmula Vinculante e de decisão desta Corte em controle concentrado de constitucionalidade, nos termos do art. 988 do Código de Processo Civil de 2015.

Pois bem. O direto de acesso pelas partes ao que se contém nos processos judiciais ou administrativos deflui diretamente do princípio democrático da publicidade, que deve nortear a ação da administração pública e também dos valores que integram amplo catálogo de direitos fundamentais da Constituição da República.

Todavia, faz-se necessário assentar que uma súmula vinculante não é lei, sendo possível à autoridade não aplicá-la, desde que o faça de modo fundamentado, em face do caso concreto, quando o interesse público assim o exigir.

Nesse sentido, no julgamento pelo Plenário da Proposta de Súmula Vinculante 1/DF, o Ministro Cezar Peluso consignou em seu voto que

"[...] duas coisas devem ser distinguidas nos inquéritos policiais: uma coisa são os elementos de provas já documentados. Quanto a estes elementos de prova já documentados, não encontro modo de restringir o direito dos advogados em defesa dos interesses do cliente envolvido nas investigações. Outra coisa são todos os demais movimentos, atos, ações e diligências da autoridade policial que também compõem o inquérito. A autoridade policial pode, por exemplo, proferir despacho que determine certas diligências cujo conhecimento pode frustrá-las; a esses despachos, a essas diligências, o advogado não tem direito de acesso prévio, porque seria concorrer com a autoridade policial na investigação e, evidentemente, inviabilizá-la. Por isso, da ementa consta textualmente: 'ter acesso amplo aos elementos que, já documentados'. Isto é, elementos de prova. Por isso, tal ementa, a meu ver, resguarda os interesses da investigação criminal, não apenas das diligências em andamento, mas ainda das diligências que estão em fase de deliberação. A autoridade policial fica autorizada a não dar ciência prévia desses dados ao advogado, a qual poderia comprometer o resultado final da investigação. O que não se quer é retirar dos advogados, na defesa dos clientes envolvidos nas investigações, o acesso aos elementos de prova que já tenham sido documentados".

Posteriormente, sua Excelência complementou sua explanação dizendo que,

"[...] se o Tribunal deixar absolutamente claro, na aprovação da súmula, qual é o seu alcance em relação a esses termos, não haverá dúvida nenhuma. Isto é, as autoridades policiais continuarão autorizadas a estabelecer seu programa de investigação sem que os advogados lhe tenham acesso. O que não poderão evitar é apenas isso, e que me parece fundamental na súmula: os elementos de prova já coligidos, mas que não apontem para outras diligências, que não impliquem conhecimento do programa de investigação da autoridade policial, enfim que não cerceiem de nenhum modo o Estado no procedimento de investigação, esses não podem ser subtraídos do advogado. Então, ele terá acesso, mas evidentemente a autoridade policial estará autorizada a separar os elementos de inquérito. Por isso não me pareceu adequada a redação que faz remissão a autos de inquérito, até porque autos não andam, são mero papel; o que anda é o inquérito.

Em segundo lugar, a afirmação do poder de acesso 'aos autos de inquérito' significaria tudo aquilo que a autoridade policial está elaborando e que, de algum modo, está por escrito compondo o inquérito. Aí, sim, ficaria inviabilizada toda a possibilidade de investigação, que, evidentemente, não se faz em termos de contraditório, em que a polícia atue conjuntamente com os advogados! Não é nada disso.

E, mais, o *leading case*, do qual participei, era de uma investigação que estava em andamento há não sei quantos anos e havia velhos elementos lá que ficaram conhecidos, do interessado, pela imprensa. Então, havia algum dado que já havia sido recolhido há anos e aos quais o interessado não teve acesso. O que ficou assegurado é que tivesse acesso àquilo que já tinha sido colhido eventualmente contra ele naquele caso; não que opusesse impedimento à autoridade de prosseguir nas investigações como entendesse de direito.

É nesses termos, Senhor Presidente, que voto em favor da proposta do eminente Ministro Menezes Direito, porque ela deixa claro exatamente isso: não é acesso aos autos do inquérito, é acesso aos elementos de prova já documentados. Apenas isso".

Naquela oportunidade, aderi integralmente a essa formulação.

Feitos esses registros, transcrevo o teor da Súmula Vinculante 14, que estabelece o seguinte:

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

Como visto, o enunciado da Súmula Vinculante 14 assegura ao defensor regularmente constituído, no interesse do representado, "acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa", o que não representa a hipótese dos autos, que retrata a instauração de inquérito e suposta violação de sigilo profissional.

Desse modo, verifica-se não existir aderência estrita entre a matéria objeto da presente reclamação e a Súmula Vinculante 14.

A estrita aderência entre o objeto do ato reclamado e o paradigma que se reputa violado constitui requisito de admissibilidade da reclamação. Nesse sentido:

"Agravo regimental na reclamação. Súmula Vinculante nº 10. Norma anterior à Constituição Federal de 1988. Juízo de não recepção. Debate acerca da eficácia da norma da Constituição estadual. Ausência de identidade de temas. Agravo regimental não provido.

1. A aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmas é requisito de admissibilidade da reclamação constitucional. 2. A edição de enunciado com força vinculante pela Suprema Corte acerca de sua jurisprudência pressupõe reiteradas decisões sobre matéria constitucional (art. 103-B, caput, da CF/88), razão pela qual a compreensão do paradigma perpassa pelo conteúdo dos atos decisórios anteriores da Suprema Corte acerca do tema. 3. Não há no STF reiteradas decisões sobre a obrigatoriedade de os tribunais respeitarem o art. 97 da CF/88 para declarar a não recepção de norma editada anteriormente à vigência da Constituição Federal de 1988 pelo novo ordenamento constitucional, matéria, ademais, pendente de julgamento pela sistemática da repercussão geral. 4. Os efeitos do reconhecimento da sistemática da repercussão geral ocorrem em sede recursal própria da Suprema Corte, nos termos do § 3º do art. 102 da CF/88 e dos arts. 543-A e 543-B do CPC. 5. O debate acerca da possibilidade de integração do art. 76 da Constituição do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Estado de São Paulo por normas que dispõem sobre o Ministério Público ou por dispositivo inscrito em diploma normativo de caráter infralegal (art. 13, I, K, do regimento Interno do TJ/SP), a fim de que produza eficácia plena para estabelecer foro por prerrogativa de função a membro da magistratura, ainda que proposto com fundamentos extraídos da Constituição Federal, não possui identidade com o enunciado editado a fim de fazer prevalecer a chamada cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF/88), que deve ser respeitada pelos tribunais quando, no exercício da jurisdição, precisem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. 6. Agravo regimental não provido." (Rcl 22.608-AgR, Segunda Turma, rel. min. Dias Toffoli, DJe de 22/4/2016).

Isso posto, julgo improcedente a presente reclamação, ficando prejudicado o pedido liminar (art. 161, parágrafo único, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.391 **(896)**

ORIGEM : 41391 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : MARCELO DA SILVA ALMEIDA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S) : JUÍZA DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 4ª RAJ DA COMARCA DE CAMPINAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

Decisão: Trata-se de reclamação com pedido de medida liminar, ajuizada em favor de **Marcelo da Silva Almeida**, apontando como autoridade reclamada o Juízo de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM -4º RAJ (Comarca de Campinas), por alegada violação da Súmula Vinculante 56 do STF.

Afirma que o reclamante obteve decisão concessiva de progressão ao regime semiaberto, mas permaneceu em regime fechado, em razão da ausência de vagas no regime intermediário.

Requer o "*envio imediato do reclamante, beneficiado com a progressão de regime semiaberto e que está em regime fechado, para PRISÃO DOMICILIAR ou REGIME ABERTO domiciliar, com a destinação da fixação e controle das devidas condições pelo juízo coator.*" (eDOC 1, p. 15)

Devidamente intimada, a autoridade reclamada apresentou informações. (eDOC 9)

Passo a decidir.

Conforme se extrai das informações acostadas aos autos (Petição 43124/2020, foi determinada a transferência do apenado ao regime semiaberto. Assim restou assentado:

"...

Contudo, causou surpresa a alegação recursal de fls. 218/232 afirmando que o reclamante beneficiado com a progressão ao regime semiaberto desde janeiro p.p., ainda está custodiado em estabelecimento de regime fechado, devendo ser observado que nos autos da execução deste PEC n. 0009395-34.2016.8.26.0041,até esse momento não havia nenhuma informação de que ele ainda estaria segregado no regime mais gravoso, tampouco havendo pedido de providências da Defesa nesse sentido em favor do reclamante perante este Juízo.

De qualquer modo, nesta data, determinei que a SAP providencie a transferência do reclamante para estabelecimento penal adequado ao cumprimento de pena no regime semiaberto em cinco dias, conforme decisão que segue em anexo." (eDOC 9)

Assim, tenho que não mais subsiste interesse jurídico legítimo do reclamante a ser amparado na presente via.

Adicionalmente, requer-se atenção do Departamento de Administração Prisional e do TJ/SP para a data próxima de progressão do apenado ao regime aberto, qual seja, 22.07.2020. (eDOC 9, p. 2). Sendo assim, deverá o reclamante ser redirecionado ao regime aberto nesta data, abrindo vaga no regime semiaberto para outro apenado.

Ante o exposto, **julgo prejudicada** a presente reclamação, por perda superveniente do objeto, nos termos do artigo 21, inciso IX, do RI/STF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.403 **(897)**

ORIGEM : 41403 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECLTE.(S) : MUNICIPIO DE IUIU
ADV.(A/S) : FHAD ZULIANI COSTA CASTRO (53151/BA, 88610/MG)
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : ERLILANE DA SILVA GONÇALVES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: **Trata-se de reclamação**, *com pedido de medida liminar*, formulada **com o objetivo** *de fazer preservar* a autoridade de decisão que, **referendada pelo Plenário** do Supremo Tribunal Federal (**ADI 3.395-MC/DF**, Rel. Min. CEZAR PELUSO), **suspendeu**, cautelarmente, **qualquer** interpretação **do art. 114**, **I**, da Constituição Federal (**na redação** dada pela EC nº 45/2004) "*(...)* ***que inclua****, na competência da Justiça do Trabalho,* ***a*** *'(...)* ***apreciação*** *(...)* ***de causas*** *que (...) sejam instauradas* ***entre*** *o Poder Público* ***e*** *seus servidores,* ***a ele vinculados*** *por típica relação de ordem estatutária* ***ou*** *de caráter jurídico-administrativo"* (**grifei**).

A parte ora reclamante **alega** que a autoridade judiciária reclamada (**Processo** nº 0000169-14.2018.5.05.0641) – **ao reconhecer-se** *competente para apreciar litígios* **alcançados** pelos efeitos da providência cautelar **emanada** desta Suprema Corte – **teria desrespeitado** a eficácia vinculante **que é inerente** aos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal **em sede** de fiscalização normativa abstrata (**ADI** 3.395-MC/DF), **comprometendo**, *desse modo*, **a integridade** de tal ato decisório.

O Supremo Tribunal Federal **tem enfatizado**, *em sucessivas decisões*, **que a reclamação** reveste-se de *idoneidade jurídico-processual*, **quando** utilizada, *como na espécie*, com o objetivo **de fazer prevalecer** a autoridade decisória dos julgamentos emanados desta Corte, **notadamente** se impregnados de eficácia vinculante, **como sucede** com aqueles **que deferem** provimentos cautelares **em sede** de fiscalização normativa abstrata (**RTJ** 169/383-384 – **RTJ** 183/1173-1174, *v.g.*):

"***O DESRESPEITO À EFICÁCIA VINCULANTE, DERIVADA DE DECISÃO EMANADA DO PLENÁRIO DA SUPREMA CORTE, AUTORIZA O USO DA RECLAMAÇÃO***

*– **O descumprimento**, por **quaisquer** juízes **ou** Tribunais, de decisões proferidas **com efeito vinculante**, pelo **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **em sede** de ação direta de inconstitucionalidade **ou** de ação declaratória de constitucionalidade, **autoriza** a utilização da via reclamatória, **também** vocacionada, em sua **específica** função processual, a resguardar **e** a fazer prevalecer, **no que concerne** à Suprema Corte, a **integridade**, a **autoridade** e a **eficácia subordinante** dos comandos que emergem de seus atos decisórios. **Precedente**: **Rcl 1.722/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO (**Pleno**).*"

(**RTJ 187/151**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Cabe examinar, *de outro lado*, **se** terceiros – **que não intervieram** no processo objetivo de controle normativo abstrato – **dispõem**, *ou não*, de **legitimidade ativa** para o ajuizamento de reclamação **perante** o Supremo Tribunal Federal, **quando** promovida com o objetivo de fazer restaurar o "*imperium*" **inerente** às decisões emanadas desta Corte **proferidas** em sede de ação direta de inconstitucionalidade **ou** de ação declaratória de constitucionalidade.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** de tal questão, **ao analisar** o alcance da norma inscrita **no art. 28** da Lei nº 9.868/99 (**Rcl 1.880-AgR/SP**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA), **firmou** orientação **que reconhece** *a terceiros* **qualidade para agir**, *em sede reclamatória*, **quando se torne necessário** assegurar o **efetivo** respeito aos julgamentos desta Suprema Corte **proferidos** no âmbito de *processos de controle normativo abstrato*:

"*(...)* ***LEGITIMIDADE ATIVA PARA A RECLAMAÇÃO NA HIPÓTESE DE INOBSERVÂNCIA DO EFEITO VINCULANTE****.*

*– **Assiste** plena legitimidade ativa, **em sede** de reclamação, **àquele** – particular **ou** não – **que venha** a ser afetado, em sua esfera jurídica, **por decisões** de **outros** magistrados ou Tribunais que se revelem **contrárias** ao entendimento fixado, **em caráter vinculante**, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos processos objetivos de controle normativo abstrato **instaurados** mediante ajuizamento **quer** de ação direta de inconstitucionalidade, **quer** de ação declaratória de constitucionalidade. **Precedente**. (…).*"

(**RTJ 187/151**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Vê-se, *portanto*, **que assiste** à parte ora reclamante **plena legitimidade ativa** "*ad causam*" para fazer instaurar **este** processo reclamatório.

Cumpre verificar, *agora*, **se** a situação exposta **na presente** reclamação **pode traduzir**, *ou não*, **hipótese de ofensa à autoridade do julgamento** que o Supremo Tribunal Federal **proferiu**, com eficácia vinculante, **em sede** de fiscalização normativa abstrata, **não obstante** o acórdão invocado como paradigma (**ADI** 3.395-MC/DF) **consubstancie** decisão **concessiva** de provimento cautelar.

Ao proceder a tal indagação, **devo registrar** que **o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **ao apreciar a Rcl 4.069-MC-AgR/PI**, Red. p/ o acórdão Min. DIAS TOFFOLI, **acolheu** pretensão reclamatória **semelhante** à ora em exame, **fixando**, *naquele caso*, a competência da Justiça comum estadual **para analisar** questões **referentes** à relação jurídico-administrativa entre o Poder Público **e** servidores temporários **ou** contratados sem concurso público:

"***Agravo regimental na medida cautelar na reclamação – Administrativo e Processual Civil – Ação civil pública – Vínculo entre***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

servidor e o poder público – Contratação temporária – ADI nº 3.395/DF-MC – Cabimento da reclamação – Incompetência da Justiça do Trabalho.

1. A reclamação é meio hábil para conservar a autoridade do Supremo Tribunal Federal e a eficácia de suas decisões e súmulas vinculantes*. Não se reveste de caráter primário ou se transforma em sucedâneo recursal quando é utilizada para confrontar decisões de juízos e tribunais que afrontam o conteúdo do acórdão do STF **na ADI nº 3.395/DF-MC**.*

2. Compete à Justiça comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia *das relações* ***entre*** *servidores* ***e*** *o poder público* ***fundadas em vínculo jurídico-administrativo****.* ***É irrelevante a argumentação de que o contrato é temporário ou precário****, ainda que haja sido extrapolado seu prazo inicial,* ***bem assim se*** *o liame decorre de ocupação de cargo comissionado* ***ou*** *função gratificada.*

3. Não descaracteriza a competência da Justiça comum*, em tais dissídios,* ***o fato de requererem-se verbas rescisórias, FGTS e outros encargos de natureza símile, dada a prevalência da questão de fundo, que diz respeito à própria natureza da relação jurídico-administrativa****, posto que desvirtuada ou submetida a vícios de origem, como fraude, simulação ou ausência de concurso público. Nesse último caso, ultrapassa o limite da competência do STF a investigação sobre o conteúdo dessa causa de pedir específica.*

4. Agravo regimental provido e*, por efeito da instrumentalidade de formas e da economia processual,* ***reclamação julgada procedente, declarando-se a competência da Justiça comum****."*

(**Rcl 4.069-MC-AgR/PI**, Red. p/ o acórdão Min. DIAS TOFFOLI – **grifei**)

Esse entendimento tem sido reiterado em **sucessivas** decisões monocráticas proferidas no âmbito desta Suprema Corte (**Rcl 19.069/MA**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **Rcl 19.110/MA**, Rel. Min. LUIZ FUX – **Rcl 19.223/MA**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **Rcl 22.151/MA**, Rel. Min. LUIZ FUX – **Rcl 22.989/MA**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **Rcl 22.991/MA**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*).

Não foi outro o motivo que levou o saudoso Ministro TEORI ZAVASCKI **a julgar procedente a Rcl** 18.681/MA, **fazendo-o** em decisão **da qual destaco** o seguinte fragmento:

"*(…) a despeito da conclusão da decisão reclamada de que* ***a parte autora da reclamação trabalhista*** *faz 'jus' aos pedidos* ***por ter sido contratada sem concurso público****, configura-se ofensa* ***à ADI 3.395-MC****, porquanto esta Corte* ***firmou jurisprudência*** *no sentido de que, mesmo nas hipóteses de eventual* ***desvirtuamento na contratação****,* ***a competência*** *para julgamento de ações que envolvam o Poder Público e seus profissionais* ***é da Justiça Comum*** *(…).*" (**grifei**)

Sendo assim, *em face das razões expostas* **e** em juízo *de estrita* delibação, **defiro** o pedido de medida liminar, **em ordem a suspender**, *cautelarmente*, **até final julgamento** da presente reclamação, **a eficácia** da decisão ora questionada **e**, *ainda*, **a tramitação do Processo** nº 0000169--14.2018.5.05.0641 (**CPC**, art. 989, II).

Comunique-se, *com urgência*, **transmitindo-se cópia** desta decisão ao E. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (**Processo** nº 0000169--14.2018.5.05.0641) **e** ao Juízo da Vara do Trabalho de Guanambi/BA (**Processo** nº 0000169-14.2018.5.05.0641).

2. **Cite-se** a parte **beneficiária** da decisão ora impugnada (Erlilane da Silva Gonçalves), **para**, *querendo*, **contestar** a presente reclamação **no prazo** de 15 (quinze) dias (**CPC**, art. 989, III), **dando ciência**, *ainda*, ao Advogado por ela constituído **nos autos do Processo** nº 0000169- -14.2018.5.05.0641.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECLAMAÇÃO 41.418 **(898)**

ORIGEM	: 41418 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO RJ
ADV.(A/S)	: CARLOS RODRIGO DE MORAES LAMEGO (138473/RJ)
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA DO TRABALHO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ITAPERUNA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: JONAS MORAES LIMA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação proposta pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO, contra ato judicial proferido pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Itaperuna, que teria violado a autoridade das decisões desta SUPREMA CORTE nas ADPF 437 (Rel. Min. ROSA WEBER) e ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES).

Na inicial, a parte autora apresenta as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 17/18):

A EMATER RIO tem como principal acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro, titular de 99,8475% de seu capital, além desse capital ser integralizado exclusivamente por entes estatais, bem como executa serviço público, inobstante sua constituição de pessoa jurídica de direito privado, componente da Administração Indireta.

Diante do Exposto, deve ser reconhecido à reclamante as prerrogativas de Fazenda Pública, no tocante à impenhorabilidade de bens e valores e aplicação do regime de precatórios.

O ato reclamado do Juízo da 1ª VARA DO TRABALHO DE ITAPERUNA-RJ em indeferir o pedido de submissão da execução à sistemática de precatórios É ABSURDO e desafia toda sistemática criada pelo STF em casos idênticos.

Cumpre esclarecer que a reclamante ingressou com Exceção de Pré-Eexcutividade, sustentando a sua condição de estatal dependente. Buscou-se, com o incidente em análise, demonstrar que a reclamante presta, exclusivamente, o serviço público gratuito de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro. Como a reclamante não exerce atividade econômica, não almeja lucros, nem possui natureza concorrencial, o pagamento de seus débitos deveria ser processado por meio de precatório judicial, nos termos da jurisprudência pacifica do STF, externada nas ADPF`s 387, 437 e 530 e no Recurso Extraordinário nº 599.628, com repercussão geral, tema nº 253, tendo suas ementas reproduzidas na petição.

No entanto, segundo a decisão reclamada, o benefício de execução atribuído à Fazenda Pública não é extensível à reclamante, posto que deve ser tratada como um devedor privado, tal como determina o art. 173, §1º, II, da Constituição Federal. Além disso, determinou a inclusão da reclamante no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Ou seja, a decisão judicial viola toda a sistemática criada pelo STF em casos idênticos, no que tange à submissão da execução à sistemática de precatórios e impenhorabilidade de bens de empresa pública prestadora de serviço público essencial e exclusivo de assistência técnica e extensão rural.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender os efeitos da execução judicial e, no mérito, *a cassação da decisão reclamada e que seja determinada a estrita obediência às decisões do Supremo Tribunal Federal nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental ns. 387 e 437, no tocante a impenhorabilidade dos bens da EMATER-RIO e o regime de pagamento de suas dívidas por meio de precatórios e RPV.* (fl. 38).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem o art. 102, I, l, e o art. 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 3/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a decisão ora impugnada foi publicada em 1º de junho de 2020, encontrando o processo, portanto, dentro da prazo recursal.

Na presente hipótese, o juízo reclamado, fazendo referência à natureza jurídica da reclamante, afastou as prerrogativas inerentes à Fazenda Pública, conforme demonstrado, no ponto de interesse, a seguir transcrito (doc. 35, fl. 3):

Quanto à alegada impenhorabilidade de seus bens, não tem razão a excipiente, uma vez que não estão eles inseridos no restrito rol do art. 833, IX, do CPC.

A inclusão no BNDT é fato decorrente da inadimplência da executada, inexistindo qualquer exceção à regra geral a ser aplicada nestes autos,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

considerando a natureza jurídica da ré, ou seja, de pessoa jurídica de direito privado.

Por fim, não passa ao largo do conhecimento do juízo os relevantes serviços prestados pela executada aos cidadãos do Estado do Rio de Janeiro, dentro de sua área de atuação, embora não seja este fato argumento jurídico capaz de impedir a execução sobre o patrimônio da devedora, como já restou decidido nestes autos.

Ocorre, porém, que o Juízo executório utilizou-se de premissa equivocada, pois a ora reclamante é empresa pública prestadora de serviço público essencial, cuja finalidade é a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural gratuitas, a benefício dos pequenos e médios produtores, aos trabalhadores rurais, suas famílias e suas organizações – o que atrai a submissão à sistemática de execução aplicável à Fazenda Pública.

Essa linha de raciocínio, conduz, inevitavelmente, à conclusão de que, na presente hipótese, houve violação ao decidido nas ADPF 437 (Rel. Min. ROSA WEBER) e ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES), em virtude da prevalência do entendimento de que é aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, conforme traduzido na ementa do julgado a seguir transcrita:

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2. Ato lesivo fundado em decisões de primeiro e de segundo graus do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região que determinaram bloqueio, penhora e liberação de valores oriundos da conta única do Estado do Piauí, para pagamento de verbas trabalhistas de empregados da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A (EMGERPI). 3. Conversão da análise do pedido de medida cautelar em julgamento de mérito. Ação devidamente instruída. Possibilidade. Precedentes. 4. É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial. Precedentes. 5. Ofensa aos princípios constitucionais do sistema financeiro e orçamentário, em especial ao da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), aos princípios da independência e da harmonia entre os Poderes (art. 2º da CF) e ao regime constitucional dos precatórios (art. 100 da CF). 6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente. (ADPF 387, Rel. Min. GILMAR MENDES)

Ora, conforme consignei em meu voto, na ocasião do julgamento da ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES), se nem ao próprio Poder Executivo é dado remanejar receitas públicas ao seu livre arbítrio, quanto mais se mostra temerário que o Poder Judiciário o faça, pois lhe falta possibilidade institucional para avaliar os impactos desses bloqueios e sequestros de verbas sobre a atividade administrativa e a programação financeira do ente. Dessa forma, a decisão impugnada na presente reclamação, também, afigura-se lesiva ao preceito da separação funcional de poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III, CF), ao princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, CF) e ao princípio da continuidade dos serviços públicos (art. 175).

Nessas circunstâncias, em que o juízo reclamado determinou à empresa pública a constrição patrimonial, há evidente ofensa à autoridade da jurisprudência vinculante desta CORTE sobre o ponto.

Destaca-se, na mesma direção, as seguintes decisões monocráticas, envolvendo a EMATER-RIO: RCL 40.549, Rel. Min. LUIX FUX, DJe de 4/6/2020, RCL 40.707 MC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 29/5/2020; RCL 40.941 MC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 29/5/2020; RCL 40.406 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 5/5/2020; RCL 40.494 MC, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 14/5/2020.

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma seja cassado o ato reclamado para que a reclamante seja submetida à sistemática de execução aplicável à Fazenda Pública.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.424 **(899)**

ORIGEM	: 41424 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECLTE.(S)	: TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A
ADV.(A/S)	: SERGIO CARNEIRO ROSI (27165/ES, 55287/GO, 71639/MG, 20971-A/MS, 22346/A/MT, 69162/PR, 184164/RJ, 312471/SP, 8548-A/TO)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: REGINALDO ROCHA PEREIRA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. ADPF Nº 324. ANTERIORIDADE DA DECISÃO RECLAMADA. AUSÊNCIA DE PARÂMETRO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10. ART. 94, II, DA LEI 9.472/1997. PRECEDENTES. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. PROCEDÊNCIA.

Vistos etc.

1. Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de medida liminar, ajuizada por Telemont engenharia de telecomunicações s/a, com fulcro no art. 102, I, "*l*", da Constituição Federal, no art. 988 e seguintes do Código de Processo Civil e no artigo 156 do RISTF, em face de acórdão proferido pela 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região nos autos do processo nº 0001256-67.2013.5.03.0016.

2. A parte reclamante sustenta que a Corte reclamada, ao entender pela ocorrência de terceirização ilícita da atividade-fim, reconheceu o vínculo diretamente com a tomadora de serviços. Dessa forma, articula que, ao aplicar o enunciado da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a autoridade reclamada negou vigência ao art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997, sem, contudo, declarar a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo, vulnerando, dessa forma, a Súmula Vinculante nº 10 do STF.

3. Argumenta que na ADPF nº 324, esta Suprema Corte entendeu que "*É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada*".

4. Requer a concessão de medida cautelar, a fim de que seja determinada a suspensão da eficácia da decisão reclamada, nos termos do art. 989, II, do CPC/2015. Quanto aos requisitos para a tutela de urgência, argumenta:

a) a plausibilidade do direito reside na orientação consolidada no âmbito deste STF quanto à questão em discussão, que confirma a interpretação do direito a ser adotada; e

b) o perigo da demora na prestação jurisdicional constata-se da possibilidade de execução provisória do julgado, uma vez que pende de julgamento apenas recurso sem efeito suspensivo.

5. No mérito, requer a procedência da reclamação para cassar a decisão reclamada.

6. Dispenso a intimação do Procurador-Geral da República, em decorrência do caráter repetitivo do litígio.

É o relatório.

Decido.

1. De início, incabível suscitar como parâmetro da reclamação a ADPF nº 324, julgada em 30.8.2018, com ata de julgamento publicada em 03.9.2018, uma vez que o ato reclamado foi prolatado antes do julgamento do paradigma invocado.

2. Esta Suprema Corte entende inviável a reclamação quando a decisão do Supremo Tribunal Federal cuja autoridade se pretende preservar é posterior ao ato reclamado. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

"EMENTA: RECLAMAÇÃO. INSTAURAÇÃO DE AÇÃO PENAL PARA APURAR EVENTUAL CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.571/DF. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO SUCEDÂNEO DE RECURSAL. **ATO RECLAMADO ANTERIOR À DECISÃO PARADIGMA. PRECEDENTES**. RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE". (Rcl 3.076, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, Dje 18.08.2011)

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE 22 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO RECLAMADA anterior ao paradigma INVOCADO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A reclamação é incabível por alegação de afronta à autoridade de decisão ou de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal proferida ou editada posteriormente ao ato reclamado. 2. In casu, o ato apontado como reclamado reafirmou a competência da justiça comum estadual para o julgamento da ação de reparação de danos decorrente de acidente de trabalho, em decisão proferida e acobertada pelo trânsito em julgado em momento anterior à da edição da Súmula Vinculante 22. 3. Agravo regimental desprovido" (Rcl 18920 AgR/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 11.3.2015).

3. No que diz com a alegada violação da Súmula Vinculante nº 10, a controvérsia objeto da reclamação consiste em aferir se o Juízo reclamado, ao reconhecer a ilicitude de contrato de terceirização de serviços relacionados à atividade-fim de empresa tomadora de serviços, teria afastado o inciso II do art. 94 da Lei nº 9.472/1997 com fundamento extraído da Constituição Federal.

4. O comando do aludido verbete vinculante obriga que, na análise a respeito de possível ofensa ao seu conteúdo, esta Corte investigue se o afastamento de norma no caso concreto se deu em função de declaração explícita ou implícita de inconstitucionalidade. Assim, não é o mero ato de afastar a aplicabilidade do comando legal que implica contrariedade à súmula, mas fazê-lo com esteio em incompatibilidade com o texto constitucional, mesmo que de forma não declarada.

5. O art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995 preceitua que (grifei):

"Art. 25. [...] § 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, **a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados".

6. Por sua vez, o art. 94, II, da Lei nº 9.472/97 assim dispõe (grifei):

"Art. 94. [...] II - **contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados**."

7. Reproduzo, na fração de interesse, a decisão reclamada (destaquei):

"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO - ATIVIDADEFIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS - ILICITUDE. CONFIGURAÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO - Evidenciado, nos autos, que o reclamante prestava serviços diretamente relacionados à atividade-fim da tomadora, tem-se claro que a pretensão da terceirização foi desvirtuar a relação de emprego efetivamente desenvolvida, o que atrai a incidência do artigo 9º da CLT e da Súmula n. 331, I, do col. TST.

[...]

Na sentença, foi reconhecida a fraude na terceirização denunciada nos autos, sob o fundamento de que os serviços prestados pelo reclamante se atrelam à atividade-fim da tomadora, motivo pelo qual foi declarado o vínculo de emprego entre o autor e a segunda reclamada, sendo-lhe deferidos, por via de consequência, os direitos daí decorrentes. [...]

A regra inserta no artigo 94, II, da Lei 9.472/97, que diz respeito à possibilidade conferida à concessionária de serviços de telefonia de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividade inerente, acessória ou complementar dos seus serviços, não impede que o Judiciário examine eventual fraude trabalhista na terceirização, na forma do artigo 9º da CLT.

Conforme cediço, o Direito do Trabalho reconhece a legalidade da terceirização de parte das atividades da empresa, como necessidade da própria dinâmica empresarial hodierna, porém, restringe sua abrangência ao limite do ordenamento jurídico positivo.

O artigo 9º da CLT declara a nulidade de qualquer ato que vise a afastar a responsabilidade decorrente da relação de emprego, na forma dos artigos 2º e 3º da CLT.

Ademais, não resulta da aplicação destes dispositivos da legislação ordinária a violação de preceitos constitucionais, porque a norma infraconstitucional apenas delimita e estabelece, para qualquer das partes contratantes, a natureza jurídica do vínculo, inclusive de forma imperativa.

A jurisprudência (Súmula n. 331 do col. TST), aliás, nada mais fez que dar orientação e informação para a aplicação dessas normas (constitucionais e ordinárias) ao caso concreto.

Desta feita, não seria sequer o caso de se declarar a inconstitucionalidade do artigo 94, II, da Lei n. 9.472/97 ou negar-lhe vigência, conforme fazem crer as recorrentes, mas de se fazer uma leitura adequada, posto que referido dispositivo legal não se presta a encobrir burla à legislação do trabalho.

Na situação em tela, as atividades realizadas pelo reclamante e a forma como se deu a terceirização atraem a incidência do artigo 9º da CLT.

Ora, é incontroverso nos autos que o autor exerceu as funções de emendador de cabos telefônicos (contrato individual de trabalho - f. 143), em prol exclusivo da Telemar, concessionária dos serviços de telecomunicações.

Como se vê, as funções desempenhadas pelo obreiro, a toda evidência, atrelam-se à atividade-fim da tomadora, já que, sem os serviços por ele prestados, a unidade produtiva não teria êxito.

Isso porque os serviços ligados à instalação e reparação de cabos telefônicos não são serviços acessórios, pelo contrário, são atividades ínsitas às metas empresariais da Telemar.

Trata-se, portanto, de atividade integrada à dinâmica empresarial da tomadora de serviços, que sempre foi a destinatária principal dos serviços prestados, caracterizando o que a doutrina moderna denomina de subordinação estrutural.

Assim, independentemente do fato de ter havido ou não subordinação jurídica direta do autor em relação à tomadora de serviços, há de ser reconhecida a ilegalidade da terceirização firmada entre as reclamadas. [...]

Vale destacar, mais uma vez, que não se está aqui a reconhecer a impossibilidade de a segunda ré terceirizar serviços nos moldes da Lei 9.472/97, mas sim declarar que, no caso específico dos autos, a terceirização não atendeu aos ditames legais.

No que diz respeito à liminar concedida pelo E. STF, no julgamento da Reclamação n. 10.132 PR, o que também envolve a discussão acerca da Súmula Vinculante n. 10 e da cláusula de reserva de plenário (art. 97/CR), cabe esclarecer o seguinte: nas Reclamações direcionadas ao Excelso STF foi determinada a prolação de novas decisões, com estrita observância à eficácia vinculante de que se reveste a ADC 16/DF que confirmou a constitucionalidade do art. 71, §1º, Lei n. 8666/93 e à Súmula Vinculante n. 10, para excluir a responsabilidade subsidiária das tomadoras de serviços, mas somente nos casos de terceirização lícita de serviços e quando se tratar de entidade pública.

Todavia, não é esse o caso dos autos, pois restou reconhecida a ilicitude da terceirização havida entre as rés e a existência de vínculo empregatício diretamente com a TELEMAR. E esta, por óbvio, não pertence à Administração Pública.

Ademais, a referida liminar não autoriza a terceirização das atividades de telecomunicação de forma desregrada, com fulcro na Lei n. 9.472/97, a qual, sempre, deverá ser analisada sistematicamente com outros diplomas legais e constitucionais, a fim de resguardar, caso a caso, os direitos do trabalhador.

Destarte, pelas razões expostas, correta a sentença, que declarou a ilicitude da terceirização denunciada nos autos e reconheceu o vínculo de emprego do reclamante diretamente com a segunda reclamada Telemar Norte Leste S.A, devendo ser também mantida, via de consequência, a determinação judicial de retificação da CTPS do reclamante para que conste o vínculo com a 2ª ré.

A responsabilidade solidária das reclamadas permanece, em decorrência da configuração da fraude, que atrai a obrigação de indenizar, já que lesiva a um interesse patrimonial (artigo 942 do Código Civil).

Mantenho."

8. Entendo não haver, na decisão reclamada, declaração explícita ou implícita de inconstitucionalidade a ensejar violação do Princípio da Reserva de Plenário previsto no art. 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante 10, tendo em vista a atuação meramente interpretativa do Juízo reclamado acerca do art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997, no que diz com a possibilidade de terceirização das atividades no setor de telecomunicações à luz das normas e princípios do Direito do Trabalho.

9. Registro, porém, que a 1ª Turma desta Suprema Corte, por maioria - vencida esta Relatora -, concluiu, em reiterados julgamentos, pelo descumprimento do aludido verbete vinculante em casos como o presente. Refiro-me, *inter plures*, aos seguintes precedentes:

"Ementa: DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO. ALEGADA OFENSA À SÚMULA VINCULANTE Nº 10. 1. De acordo com a Súmula Vinculante nº 10, o afastamento da incidência de lei, mesmo sem declaração expressa de inconstitucionalidade, exige a observância da cláusula de reserva de plenário. Essa regra não é observada quando a decisão do órgão fracionário, sob o fundamento de interpretar dispositivo legal, não deixa qualquer espaço para que ele seja aplicado. 2. Viola a Súmula Vinculante nº 10 a decisão que, invocando o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, afasta genericamente o comando que permite a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido. 3. Agravo regimental a que se dá provimento, para julgar procedente a reclamação." (Rcl 27.173 AgR/MG, Rel. Min. Rosa Weber, Redator(a) p/ Acórdão: Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 19.6.2018).

"Ementa: Direito do Trabalho e Administrativo. Agravo Interno em Reclamação. Terceirização da atividade-fim. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Súmula Vinculante nº 10. 1. De acordo com a Súmula Vinculante nº 10, o afastamento da incidência de lei, mesmo sem declaração expressa de inconstitucionalidade, exige a observância da cláusula de reserva de plenário. Essa regra não é observada quando a decisão do órgão fracionário, sob o fundamento de interpretar dispositivo legal, não deixa qualquer espaço para que ele seja aplicado. 2. Viola a Súmula Vinculante nº 10 a decisão que, invocando o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, afasta genericamente o comando que permite a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido. 3. Agravo interno a que se nega provimento. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015." (Rcl 27.169 AgR/MG, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 25.6.2018).

"Ementa: Direito do Trabalho e Administrativo. Agravo interno em reclamação. Terceirização. Concessionária de serviço público. Art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995. Súmula Vinculante nº 10. 1. De acordo com a Súmula Vinculante nº 10, o afastamento da incidência de lei, mesmo sem declaração expressa de inconstitucionalidade, exige a observância da cláusula de reserva de plenário. Essa regra não é observada quando a decisão do órgão fracionário, sob o fundamento de interpretar dispositivo legal, não deixa qualquer espaço para que ele seja aplicado. 2. Viola a Súmula Vinculante nº 10 a decisão que, invocando o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, afasta genericamente o comando que permite a terceirização, pelas concessionárias de serviço público, de atividades inerentes ao serviço concedido. 3. Agravo interno a que se dá provimento, para julgar procedente a reclamação." (Rcl 22.882 AgR/MA, Rel. Min. Rosa Weber, Redator p/ Acórdão: Min. Roberto Barroso, 1ªTurma, DJe 12.6.2018)

10. Idêntica linha de fundamentação extraio dos seguintes julgados singulares: Rcl 34773, Rel. Min. Luiz Fux, Dje 14.10.2019, Rcl 36952 ED, Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje 14.10.2019, Rcl 35728, Rel. Min. Luiz Fux, Dje 27.9.2019, Rcl 36576, Rel. Min. Cármen Lúcia, Dje 09.10.2019, Rcl 37204, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Dje 07.10.2019, Rcl 33833, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Dje 1º.4.2019, Rcl 33431, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Dje 28.3.2019, Rcl 33839 MC, Rel. Min. Luiz Fux, Dje 27.3.2019, Rcl 33671 MC, Rel. Min. Celso de Mello,Dje 25.3.2019, Rcl 33775, Rel. Min. Cármen Lúcia, Dje 27.3.2019, Rcl 33720 MC, Rel. Min. Gilmar Mendes, Dje 21.3.2019, Rcl 33624 MC, Rel. Min. Roberto Barroso, Dje 18.3.2019, Rcl 33626 MC, Rel. Min. Luiz Fux, Dje 15.3.2019.

11. Nesse contexto, entendo prudente, em atenção ao princípio da colegialidade e da uniformidade das decisões judiciais, acatar a compreensão majoritária deste Supremo Tribunal Federal, no sentido de reconhecer a existência de afronta à Súmula Vinculante 10 na hipótese em apreço,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ressalvado, reitero, meu entendimento pessoal em sentido contrário.

12. Diante do exposto, com esteio nos fundamentos acima esposados e forte no art. 161, parágrafo único, do RISTF, **julgo procedente** o pedido deduzido na presente reclamação para cassar a decisão reclamada e determinar que outra seja proferida, em obediência à Súmula Vinculante nº 10/STF, prejudicado o exame do pedido liminar.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECLAMAÇÃO 41.428 **(900)**

ORIGEM : 41428 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECLTE.(S) : CRISTIANA DE BRITO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 4ª RAJ DA COMARCA DE CAMPINAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em favor de **Cristiana de Brito**, apontando como autoridade reclamada o Juiz de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM-4º RAJ, Comarca de Campinas, por alegada violação à Súmula Vinculante 56, do STF.

Consta dos autos e o sítio eletrônico do TJ/SP que a reclamante cumpre pena privativa de liberdade de 6 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, em regime fechado, em razão do cometimento do crime disposto no artigo 33, *caput,* da Lei n.º 11.343/06, em concurso material com o artigo 180, *caput,* do Código Penal (Processo n. 1500241-05.2019.8.26.0366). (eDOC 3, p. 34).

A defesa argumenta que a reclamante obteve decisão concessiva de progressão ao regime semiaberto e que a decisão não foi cumprida pela autoridade coatora, persistindo recolhido em unidade de regime fechado, qual seja, no Centro de Detenção Provisória.

Afirma que *"a reclamante se encontra em cumprimento de pena imposta por delito cometido sem violência ou grave ameaça e é mãe de uma criança de nove anos (certidão de nascimento a fl. 59), que dela depende. Obteve em 11/05/20 decisão concessiva de progressão ao regime semiaberto (fls. 83/84 dos documentos em anexo). Ocorre que a decisão não foi cumprida pelo Juízo da Execução Criminal (DEECRIM 4ª RAJ- CAMPINAS/SP), persistindo recolhida em m regime fechado."* (eDOC 1, p. 2)

Informa, ainda, que "*o sistema prisional de São Paulo registrou a primeira morte decorrente do COVID-19 no dia 03/04/2020: um agente penitenciário. Ademais, há suspeita em relação a casos de outros agentes 5, COM CONFIMAÇÃO DE UM AGENTE EM POTIM. Conforme informações atuais do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) o estado de São Paulo já conta com 10 mortes de detentos confirmadas por COVID-19, 39 casos confirmados e outros 65 casos suspeitos (6*)". (eDOC 1, p. 6)

A defesa requer, portanto, o envio imediato da reclamante, beneficiado com a progressão de regime semiaberto e que está em regime fechado, para prisão domiciliar ou regime aberto, com a destinação da fixação e controle das devidas condições pelo juízo coator . (eDOC 1)

Devidamente intimada, a autoridade reclamada apresentou informações. (eDOC 9)

É o breve relatório.

Por entender que o processo já possui condições de julgamento, dispenso a vista à Procuradoria-Geral da República, nos termos do artigo 52, parágrafo único, do RISTF.

Passo a decidir.

No caso, alega-se, em síntese, que a apenada encontra-se em estabelecimento prisional mais gravoso do que aquele estipulado, em violação à Súmula Vinculante 56**,** cujo teor é o seguinte: "*A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS"*.

Verifica-se que o precedente paradigma da citada súmula vinculante foi o tema 423 da repercussão geral, cuja tese firmada restou assim ementada:

"I - A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso;

II - Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como colônia agrícola, industrial (regime semiaberto) ou casa de albergado ou estabelecimento adequado (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas b e c);

III - Havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão **domiciliar** por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado".

O STF reconheceu a ilegitimidade do cumprimento de pena em regime mais grave que o imposto na sentença, em razão da ausência de vaga em estabelecimento prisional adequado a seu regime.

Entretanto, estipulou uma série de medidas a serem observadas antes do deferimento da prisão domiciliar ao sentenciado, devendo esta ser a última opção a ser adotada.

No caso dos autos, extrai-se das informações prestadas pela autoridade coatora que a reclamante foi progredida do regime fechado ao semiaberto em 11.5.2020, mas que "*teve a progressão de regime semiaberto deferida há um mês, e considerando que as medidas administrativas necessárias a qualquer transferência levam algum tempo, sobretudo no Estado que concentra mais de 50% da população carcerária do país, pois necessária a localização de vaga considerando o perfil do prezo, a aproximação familiar, sem olvidar da mobilização de escolta, bem assim o respeito à ordem cronológica para as remoções, tenho que o decurso de até 60 dias não configura excesso de execução, mas sim prazo razoável à efetivação segura e adequada da transferência.*(eDOC 9)

Adicionalmente, informa a autoridade coatora que:

"(...) De todo modo, este Juízo não desconhece a situação de superlotação de boa parte das unidades prisionais de São Paulo e a escassez de vagas no sistema. Trata-se de questão que desassossega o Poder Judiciário estadual que não se omite, tampouco chancela situações de constrangimento ilegal decorrentes de excesso de execução, em afronta ao precedente invocado pela Defensoria.

Obtempero, no entanto, que no caso em análise, o juízo decidiu atento às circunstâncias do atual estado da pandemia, não cedendo a pedido oportunista,r esguardando, assim, além da integridade e saúde da custodiada, que, refriso, não apresenta comorbidades, tampouco está em unidade com surto de COVID-19, mas também a segurança pública, porquanto não concedeu benefício a quem que a ele não fazia jus.

Anoto, para conhecimento de Vossa Excelência, que este juízo está ciente das condições sanitárias das 28 unidades sob a corregedoria da DEECRIM da 4º RAJ, conforme procedimento de nº 0003900-42.2020.8.26.0502, tendo tomado conhecimento, ainda, **que na próxima semana, à vista do número reduzido de casos confirmados, serão retomadas as remoções pela Administração."** (eDOC 9)

Da leitura dos excertos acima, verifica-se que o Tribunal atesta a dificuldade de transferência de presos para o regime adequado, em especial no momento da pandemia do Covid-19. Por outro lado, informa que, em razão do número reduzido de casos confirmados de Covid-19, as transferências dos presos serão retomadas na próxima semana.

O Recurso Extraordinário 641.320, esclarece que não deverá haver presos do regime fechado no mesmo alojamento dos presos do regime intermediário, conforme se verifica no seguinte trecho da ementa:

"3. Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como 'colônia agrícola, industrial' (regime semiaberto) ou 'casa de albergado ou estabelecimento adequado' (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas 'b' e 'c'). **No entanto, não deverá haver alojamento conjunto de presos dos regimes semiaberto e aberto com presos do regime fechado**". (RE 641.320)

Desse modo, a despeito de compreender os argumentos do Tribunal sobre as dificuldades de transferências de presos e sobre os prazos para o deslocamento, verifico violação ao contexto específico da Súmula Vinculante 56, nos termos da ementa ora colacionada.

Ademais, **constata-se que a reclamante é primária e que o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça**.

Não obstante, considerando que a progressão da apenada para o regime semiaberto ocorreu recentemente (maio de 2020), consigno que o prazo de 20 (vinte) dias é um período razoável para a transferência ao regime intermediário.

Ante o exposto, com base no artigo 161, parágrafo único, do RI/STF, **julgo procedente a reclamação** para determinar ao Juízo de Primeiro Grau, ao Juízo da Execução Penal e ao Secretário de Justiça do Estado que, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias seguidos**, insiram a reclamante no regime semiaberto e, **na sua falta, no regime aberto** (sem prejuízo de uso de monitoração eletrônica, em caso de disponibilidade), sob pena de responsabilidade da autoridade penitenciária responsável.

Oficie-se, **com urgência**, ao Departamento de Administração Prisional e comunique-se ao TJ/SP.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.438 **(901)**

ORIGEM : 41438 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECLTE.(S) : EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO RJ
ADV.(A/S) : CARLOS RODRIGO DE MORAES LAMEGO (138473/RJ)
RECLDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA 8ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : SÉRGIO JOSÉ FERREIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação proposta pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO, contra ato judicial proferido pelo Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Niterói, que teria violado a autoridade das decisões desta SUPREMA CORTE nas ADPF 437 (Rel. Min. ROSA WEBER) e ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES).

Na inicial, a parte autora apresenta as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 17/19):

A EMATER RIO tem como principal acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro, titular de 99,8475% de seu capital, além desse capital ser integralizado exclusivamente por entes estatais, bem como executa serviço público, inobstante sua constituição de pessoa jurídica de direito privado, componente da Administração Indireta.

Diante do Exposto, deve ser reconhecido à reclamante as prerrogativas de Fazenda Pública, no tocante à impenhorabilidade de bens e valores e aplicação do regime de precatórios.

O ato reclamado do Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Niterói-RJ envolve a expedição de MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de bem imóvel de propriedade da reclamante para pagamento do débito trabalhista constante dos autos. Ou seja, a decisão judicial viola toda a sistemática criada pelo STF em casos idênticos, no que tange à submissão da execução à sistemática de precatórios e impenhorabilidade de bens de empresa pública prestadora de serviço público essencial e exclusivo de assistência técnica e extensão rural.

Alegou a 8ª Vara do Trabalho de Niterói, em sentença, que o art. 173, § 1º, II, da Constituição determina a sujeição das empresas públicas e das sociedades de economia mista ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas.

Como a reclamante não exerce atividade econômica, não almeja lucros, nem possui natureza concorrencial, o pagamento de seus débitos deveria ser processado por meio de precatório judicial, nos termos da jurisprudência pacifica do STF, externada nas ADPF`s 387, 437 e 530 e no Recurso Extraordinário nº 599.628, com repercussão geral, tema nº 253.

A jurisprudência do Pretório Excelso está sendo flagrantemente descumprida, não restando alternativa à Reclamante, considerando a realização de sucessivos bloqueios judiciais em suas contas bancárias bem como a expedição de MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO de bem imóvel de sua propriedade, senão o ajuizamento da presente Reclamação, objetivando a preservação de entendimento já pacificado por esta Egrégia Corte Constitucional.

Com isso, a reclamante ingressou com exceção de pré-executividade, que se constitui defesa que se exerce no processo de execução independentemente da oposição de embargos e da prévia segurança do juízo, sendo pacificamente aceita pelos Tribunais Pátrios.

No presente incidente, sustentou a reclamante a sua condição de estatal dependente. Buscou-se, com o incidente em análise, demonstrar que a reclamante presta, exclusivamente, o serviço público gratuito de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro. Como a reclamante não exerce atividade econômica, não almeja lucros, nem possui natureza concorrencial, o pagamento de seus débitos deveria ser processado por meio de precatório judicial, nos termos da jurisprudência pacifica do STF, externada nas ADPF`s 387, 437 e 530 e no Recurso Extraordinário nº 599.628, com repercussão geral, tema nº 253, tendo suas ementas reproduzidas na petição.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender os efeitos da execução judicial e, no mérito, *a cassação da decisão reclamada e que seja determinada a estrita obediência às decisões do Supremo Tribunal Federal nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental ns. 387 e 437, no tocante a impenhorabilidade dos bens da EMATER-RIO e o regime de pagamento de suas dívidas por meio de precatórios e RPV.* (fl. 40).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem o art. 102, I, l, e o art. 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 3/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, o processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, encontra-se aguardando manifestação do autor sobre a exceção de pré executividade.

Na presente hipótese, o juízo reclamado determinou a expedição do mandado de penhora sobre imóvel de propriedade da EMATER-RIO (DOC. 35), por considerar a natureza jurídica da reclamante, ou seja, de pessoa jurídica de direito privado.

Ocorre, porém, que o juízo reclamado utilizou-se de premissa equivocada, pois a ora reclamante é empresa pública prestadora de serviço público essencial, cuja finalidade é a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural gratuitas, a benefício dos pequenos e médios produtores, aos trabalhadores rurais, suas famílias e suas organizações – o que atrai a submissão à sistemática de execução aplicável à Fazenda Pública.

Essa linha de raciocínio, conduz, inevitavelmente, à conclusão de que, na presente hipótese, houve violação ao decidido nas ADPF 437 (Rel. Min. ROSA WEBER) e ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES), em virtude da prevalência do entendimento de que é aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, conforme traduzido na ementa do julgado a seguir transcrita:

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2. Ato lesivo fundado em decisões de primeiro e de segundo graus do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região que determinaram bloqueio, penhora e liberação de valores oriundos da conta única do Estado do Piauí, para pagamento de verbas trabalhistas de empregados da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A (EMGERPI). 3. Conversão da análise do pedido de medida cautelar em julgamento de mérito. Ação devidamente instruída. Possibilidade. Precedentes. 4. É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial. Precedentes. 5. Ofensa aos princípios constitucionais do sistema financeiro e orçamentário, em especial ao da legalidade orçamentária (art. 167, VI, da CF), aos princípios da independência e da harmonia entre os Poderes (art. 2º da CF) e ao regime constitucional dos precatórios (art. 100 da CF). 6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente. (ADPF 387, Rel. Min. GILMAR MENDES)

Ora, conforme consignei em meu voto, na ocasião do julgamento da ADPF 387 (Rel. Min. GILMAR MENDES), se nem ao próprio Poder Executivo é dado remanejar receitas públicas ao seu livre arbítrio, quanto mais se mostra temerário que o Poder Judiciário o faça, pois lhe falta possibilidade institucional para avaliar os impactos desses bloqueios e sequestros de verbas sobre a atividade administrativa e a programação financeira do ente. Dessa forma, a decisão impugnada na presente reclamação, também, afigura-se lesiva ao preceito da separação funcional de poderes (art. 2º c/c art. 60, § 4º, III, CF), ao princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, caput, CF) e ao princípio da continuidade dos serviços públicos (art. 175).

Nessas circunstâncias, em que o juízo reclamado determinou à empresa pública a constrição patrimonial, há evidente ofensa à autoridade da jurisprudência vinculante desta CORTE sobre o ponto.

Destaca-se, na mesma direção, as seguintes decisões monocráticas, envolvendo a EMATER-RIO: RCL 40.549, Rel. Min. LUIX FUX, DJe de 4/6/2020, RCL 40.707 MC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 29/5/2020; RCL 40.941 MC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 29/5/2020; RCL 40.406 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 5/5/2020; RCL 40.494 MC, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 14/5/2020.

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma seja cassado o ato reclamado para que a reclamante seja submetida à sistemática de execução aplicável à Fazenda Pública.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.440 **(902)**

ORIGEM	: 41400 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ALESSANDRA OLIVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos autos da Ação Trabalhista 0010254-31.2019.5.18.0231, o qual teria violado o enunciado da Súmula Vinculante 10, bem como o decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011).

Na inicial, a parte autora expõe o seguinte contexto fático (fls. 2/3):

ALESSANDRA OLIVEIRA DA SILVA aduziu na petição inicial da RTOrd 0010254-31.2019.5.18.0231 que foi contratada pela empresa Gentleman Serviços (Eireli), que por sua vez celebrou contrato de terceirização com Estado de Goiás tendo por objeto a prestação de serviços de limpeza e manutenção em órgão público da administração pública estadual. Pediu o reconhecimento da responsabilidade subsidiária do Estado de Goiás pelo mero inadimplemento de obrigações por parte de seu empregador.

Na contestação, o ente público invocou o art. 71, §1.º, da Lei n. 8.666/93, o art. 374, IV, do CPC, Sumula Vinculante nº 10, e as decisões proferidas na ADC nº 16 e RE 760.931, Tema 246 da sistemática da repercussão geral, diante da ausência de caracterização de culpa.

O juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido de condenação subsidiária do ente público.

Inconformado, o Estado de Goiás interpôs Recurso Ordinário, cujo julgamento manteve a condenação imposta.

Na sequência, apresenta as seguintes alegações de direito (fls. 9/12):

O autor da ação trabalhista não produziu prova da suposta culpa *in vigilando* da Fazenda Pública, sendo que esta Corte Constitucional já decidiu que cabe ao reclamante a prova acerca da omissão do Ente Público.

(...)

A decisão reclamada, ao atribuir à Administração Pública o ônus de provar a legitimidade e veracidade de seus próprios atos, ou seja, de que fiscalizou a execução do contrato administrativo, afastou a incidência do art. 374, IV, do CPC, sem observar a cláusula de reserva de plenário, violando, assim, a Súmula Vinculante 10 do STF.

(…)

Com a devida vênia, não foi comprovada a conduta omissiva da Fazenda Pública, sendo que a decisão não indicou qual seria a prova da relação de causa e efeito entre uma suposta conduta comissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo obreiro, requisitos indispensáveis à imputação de responsabilidade subjetiva ao Estado, nos termos do art. 71, §1º, da Lei n. 8.666/93, por força do que foi decidido na ADC 16 e no RE 760.931.

Trata-se, então, de condenação automática, com base em mera presunção de culpa, que afastou a incidência do art. 71, §1º, da CF/88, sem observar a cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF/88), em franca violação à Súmula Vinculante 10 do STF.

Ao final, requer a concessão da liminar para suspender o trâmite da reclamação trabalhista, e no mérito, pede que *seja julgado procedente o pedido formulado na presente Reclamação, cassando o acórdão reclamado em razão de sua nulidade absoluta, e, consequentemente, a invalidação dos demais atos decisórios, porventura proferidos, posteriormente, no feito.* (fl. 17).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem os arts. 102, I, l e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 3/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a decisão ora impugnada, foi publicada em 3/6/2020, encontrado-se, o processo, portanto, dentro do prazo recursal.

A hipótese presente envolve a autoridade do decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011), que declarou constitucional o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Em virtude de aplicações interpretativas diversas dos reflexos da matéria decidida em controle concentrado, esse tema foi revolvido por esta Corte, no julgamento do RE 760.931 (Rel. Min, ROSA WEBER, Dje de 2/5/2017), cuja tese de repercussão geral foi editada: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*

Na ocasião, o Plenário, por maioria, afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, e, conforme declarei em meu voto, *ante a ausência de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador, a dizer, que se tenha comprovado peremptoriamente no processo tal circunstância, subsiste o ato administrativo e a Administração Pública exime-se da responsabilidade por obrigações trabalhistas em relação àqueles que não compõem seus quadros.*

No mesmo julgamento, também consignei, em meu voto, que:

O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADC 16, que a mera inadimplência não pode converter a Administração Pública em responsável por verbas trabalhistas, decidindo que não é todo e qualquer episódio de atraso na quitação de verbas trabalhistas que pode ser imputado subsidiariamente ao Poder Público, mas só aqueles que tenham se reiterado com a conivência comissiva ou omissiva do Estado. Não me parece que seja automaticamente dedutível, da conclusão deste julgamento, um dever estatal de fiscalização do pagamento de toda e qualquer parcela, rubrica por rubrica, verba por verba, devida aos trabalhadores. O que pode induzir à responsabilização do Poder Público é a comprovação de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados; ou seja, a necessidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador. Se não houver essa fixação expressa, clara e taxativa por esta Corte, estaremos possibilitando, novamente, outras interpretações que acabem por afastar o entendimento definitivo sobre a responsabilização da Administração Pública nas terceirizações, com a possibilidade de novas condenações do Estado por mero inadimplemento e, consequentemente a manutenção do desrespeito à decisão desta Corte na ADC 16.

No caso concreto, o ato reclamado imputou responsabilidade subsidiária ao ente público, valendo-se dos seguintes fundamentos (doc. 5, fls. 55):

A responsabilidade subsidiária do ente da Administração Pública não decorre do mero inadimplemento pela empresa prestadora dos serviços, mas da conduta culposa do tomador relacionada à fiscalização do cumprimento das obrigações legais e contratuais daquela.

(...)

No caso, extrai-se do conjunto probatório dos autos que o(a) segundo(a) Reclamado(a) não fiscalizou de forma efetiva e eficiente o cumprimento das obrigações assumidas pelo(a) primeiro(a) Reclamado(a) com seus trabalhadores.

A ausência de recolhimento do FGTS nos meses de 12/2013; 02 a 06/2015; 09 a 12/2015; 01 a 04/2016; 06/2016; 09 a 12/2016; 01 a 04/2017; e 02 a 11/2018 (Id. cdd3aa0 - 202) ratifica tal conclusão.

(...)

Registre-se ainda que o contrato celebrado pelos Reclamados previa expressamente (parágrafos 6º e 7º, cláusula quarta) que os pagamentos à contratada seriam precedidos da apresentação dos documentos relativos à regularidade cadastral CRRC, dentre esses cópias autenticadas das guias de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias. (Id. 00Edf3d – 63)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Portanto, indubitável a culpa do(a) segundo(in vigilando a) Reclamado(a), e, por consequente, a sua responsabilização de forma subsidiária pela totalidade dos créditos trabalhistas inadimplidos pelo(a) segundo(a) Reclamado(a)

(...)

Com efeito, reconheço a responsabilidade subsidiária do(a) segundo(a) Reclamado(a) pelo pagamento das parcelas deferidas na presente ação."

Com efeito, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da ora reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

Essa linha por mim defendida, recentemente, passou a prevalecer na 1ª Turma desta Corte, em caso essencialmente idêntico ao presente, em julgado cuja ementa transcrevo:

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO MUNICÍPIO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA VIOLAÇÃO À ADC 16. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador. 2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente do agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade do reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16. 3. Recurso de agravo a que se dá provimento. (Rcl 28.459 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/11/2019; Rcl 36.836 EDAgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/2/2020).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma seja cassado o acórdão reclamado, na parte em que atribui responsabilidade subsidiária ao reclamante (0010254-31.2019.5.18.0231).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.456 **(903)**

ORIGEM	: 41456 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: BRASIM BRASILEIRA DE IMOVEIS LTDA
ADV.(A/S)	: OSEIAS DE CARVALHO (17005/PR)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NILTON DA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: AGLAIS APARECIDA GANZ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de reclamação ajuizada em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos autos do Processo 1638469-3, que, ao acatar o pedido de reconvenção e julgar improcedente a ação de despejo por falta de pagamento, teria desrespeitado o que decidido por esta Corte no RE 75.056.

Dispenso, nesse momento, a solicitação de informações à autoridade reclamada, bem como a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República, ante a existência de pareceres em processos a versarem a mesma matéria.

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, *l*, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

Nos termos da jurisprudência desta Corte, somente se revela legítima a reclamação fundada em ofensa à autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em julgamento com efeitos subjetivos quanto a parte reclamante tiver composto a relação processual indicada como paradigma.

Uma vez que o acórdão supostamente vulnerado é desprovido de eficácia *erga omnes*, não há que se falar em vulneração da autoridade da decisão desta Corte relativamente a terceiro que não fez parte da relação processual, motivo pelo qual a sua invocação não se amolda ao previsto no art. 102, I, "l", da Constituição Federal.

Destaco o que consignado pelo Ministro Celso de Mello na Rcl 27.099 AgR, Segunda Turma, DJe 3.2.2020:

"Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal tem advertido não caber reclamação, quando utilizada, como no caso, para fazer prevalecer a jurisprudência desta Corte (ou para impor-lhe a observância) em situações na quais os julgamentos do Tribunal não se revistam de eficácia vinculante, exceto se se tratar de decisão que o Supremo Tribunal Federal tenha proferido em processo subjetivo no qual haja intervindo, como sujeito processual, a própria parte reclamante, hipótese inocorrente na espécie."

Nesse sentido, confiram-se os seguintes acórdãos:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PARADIGMA SEM EFICÁCIA ERGA OMNES. INVIABILIDADE DA RECLAMAÇÃO. ART. 102, I, "L", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. A medida liminar deferida em reclamação apontada como paradigma foi decisão tomada em processo de índole subjetiva, desprovido de efeitos vinculantes e eficácia *erga omnes*, no qual não figurou a Agravante como parte, motivo pelo qual a sua invocação não se amolda ao previsto no art. 102, I, "l", da Constituição da República. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Rcl 23.283 AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 13.6.2016)

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA A DECISÕES PROFERIDAS EM PROCESSOS SUBJETIVOS. EFEITOS INTER PARTES. AUSÊNCIA DE EFEITO VINCULANTE E ERGA OMNES A VIABILIZAR A RECLAMAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 102, INC. I, AL. L, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (Rcl 22.252 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 7.12.2015)

Na espécie, a parte reclamante aponta como desrespeitada a decisão da Segunda Turma, proferida no RE 75.056, Rel. Min. Bilac Pinto, DJ 30.3.1973, na qual não integrou a relação processual.

Ante o exposto, nego seguimento à presente reclamação, por ser manifestamente incabível, nos termos do arts 21, § 1º, e 161, parágrafo único do CPC.

Por oportuno, registre-se que a parte reclamante não cumpriu integralmente os requisitos da petição inicial, deixando acostar aos autos o inteiro teor do ato reclamado. Nada obstante, ante o indeferimento da inicial, deixa-se de determinar sua emenda, nos termos do art. 321 do CPC.

Caso haja interposição de recurso desta decisão, observe-se que o conhecimento recursal fica condicionado ao saneamento do defeito processual (art. 292, §3º, CPC).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.459 **(904)**

ORIGEM	: 41459 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: BANCO BMG SA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PAULO DIMAS DE ARAUJO (55420/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MARIA INÊS ANTUNES SANTOS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, o qual teria violado a decisão desta CORTE na ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), bem como o Enunciado Vinculante 10.

Na inicial, as reclamantes apresentam o seguinte contexto fático (fls. 2/3):

Tratam os autos de origem de ação trabalhista ajuizada por Maria Inês Antunes Santos em face de Atento Brasil S/A; Banco BMG S/A; BCV – Banco de Crédito e Varejo S/A e Banco Cifra S/A, processo de nº 0000211-76.2015.5.03.0139, que tramitou perante 39ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, na qual a obreira requereu a declaração de ilicitude da terceirização de serviços efetuada entre as empresas que figuraram no polo passivo da reclamatória, para fins de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das verbas descritas na petição inicial, com base em normas coletivas dos bancários.

A r. sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela Sra. Maria Inês Antunes Santos para declarar a nulidade da contratação efetivada através da primeira reclamada, reconhecer a formação do vínculo de emprego direto com o segundo réu, Banco Cifra

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

S.A, condenando as empresas, sendo as ora reclamantes reconhecidas como partes do mesmo grupo econômico, a pagarem à Sra. Maria Inês, de forma solidária, diferenças salariais decorrentes da aplicação do piso salarial dos bancários e reflexos; auxílio-refeição, auxílio cesta alimentação, e 13ª cesta alimentação, da admissão até a extinção do contrato; PLR e parcela adicional de 2014, 2015 e 2016 e horas extras e intervalares e reflexos.

A Atento Brasil S/A apresentou Recurso Ordinário e os Bancos ora reclamantes não o fizeram em virtude de nítida nulidade processual que acomete o julgado.

Referido apelo da Atento Brasil foi provido parcialmente apenas para determinar a aplicação do divisor 180 quando do cálculo das horas extras, mantendo-se a decisão primeva nos demais termos.

Sendo assim, por se tratarem os Bancos de partes no processo que foram condenadas de forma solidária ao pagamento das parcelas deferidas à Sra. Maria Inês, têm inquestionável interesse na distribuição da presente Reclamação, ante a possibilidade de se iniciar execução provisória do julgado e que poderá acarretar prejuízos diretos aos mesmos.

As partes interpuseram Recursos de Revista aos quais foi denegado seguimento, fato que culminou na interposição de agravo de instrumento e, posteriormente Recurso Extraordinário, estando pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos pela Atento Brasil e o agravo em extraordinário interposto pelos Bancos

Na sequência, apresentam as seguintes alegações de direito (fls. 3/4):

No caso em análise, foi proferida decisão pela 8ª Turma do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, nos autos de nº0000211-76.2015.5.03.0139, que declarou a ilicitude da terceirização praticada pelas instituições financeiras reclamantes, e reconheceu o vínculo de emprego da Sra. Maria Inês Antunes Santos com o Banco Cifra S/A.

Ocorre que, ao manifestar tal posicionamento, referida Turma desobedeceu ao teor da Súmula Vinculante nº 10 do STF, em razão de ter afastado a aplicação, no caso concreto, da disposição contida no §1º do art. 25 da Lei nº 8.987/95, sem a prévia remessa do tema para apreciação e julgamento pelo Órgão Pleno do Tribunal, descumprindo o princípio constitucional da cláusula de reserva de plenário previsto no art. 97 da CR/88.

Neste mesmo sentido, conforme será amplamente demonstrado, o acórdão atacado, ao acolher a tese de ilicitude da terceirização e confirmar o vínculo empregatício com o Banco Cifra S/A, desconsidera a autoridade das decisões da Suprema Corte, que firmou entendimento cristalino sobre a matéria no julgamento da ADPF nº 324, nos seguintes termos: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Requerem a concessão de medida liminar para suspender os efeitos do ato impugnado e, ao final, *a procedência da presente reclamação, com a consequente cassação da decisão proferida pela 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, na reclamatória trabalhista nº0000211-76.2015.5.03.0139, que violou a Súmula Vinculante nº 10 do STF e a decisão proferida pelo STF, em controle concentrado de constitucionalidade, na ADPF nº 324;* (doc. 1, fl. 12).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem os arts. 102, I, l e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 4/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, os autos do processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, encontram-se conclusos para análise de recurso interposto.

O parâmetro invocado é o decidido no julgamento da ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Na presente hipótese, tem razão a reclamante. A autoridade reclamada confirmou decisão do TRT da 3ª Região, que considerou ilícita a terceirização das atividades desenvolvidas, sob os seguintes fundamentos (doc. 17, fls. 126/132):

A contratação da prestação de serviços por empresa terceirizada tem por finalidade suprir necessidade das empresas tomadoras em setores periféricos, desvinculados da atividade-fim do empreendimento, de modo a possibilitar ao tomador dos serviços concentrar sua expertise na consecução dos fins sociais.

Assim, o trabalho terceirizado deve ser prestado por empresas especializadas em setores atinentes à atividade-meio, de suporte do tomador dos serviços, sendo que tal prestação de serviços deve ocorrer sem ingerência da tomadora, não podendo servir tão-somente para intermediação de mão de obra, em situação de fraude aos direitos trabalhistas dos empregados.

Assente nessas premissas, o Colendo TST sedimentou na Súmula 331 entendimento no sentido de que a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, não havendo formação do vínculo apenas para a contratação de serviços de vigilância (Lei n° 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

Neste mesmo sentido, este Tribunal Regional pacificou entendimento na súmula 49 de que "o serviço de telemarketing prestado por empresa interposta configura terceirização ilícita, pois se insere na atividade fim de instituição bancária (art. 17 da Lei n. 4.595/64)."

No caso dos autos, a prova oral demonstrou que a autora prestava serviços em favor do 2° réu.

(...)

Assim, com amparo na jurisprudência sumulada do E. Regional, considero nula a terceirização, porquanto realizada na atividade-fim da empresa tomadora (art. 9° da CLT), e reconheço o vínculo de emprego da autora diretamente com o tomador, 2º réu BANCO CIFRA S.A., porquanto presentes os pressupostos da relação de emprego, com admissão em 12.03.2014 e rescisão em 15.02.2016.

Como se vê, a decisão recorrida, valendo-se do teor da Súmula 331 do TST, considerou ilegítima a terceirização dos serviços, pois concluiu que a prestação de serviços da reclamante estava compreendida na atividade-fim dos reclamantes.

Ocorre, porém, que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos autos da ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), declarou a inconstitucionalidade da Súmula 331/TST, por violação aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, assentando, ao final, a constitucionalidade da terceirização de atividade-fim ou meio, com a fixação da seguinte TESE: *1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.* Na ocasião, consignei, em meu voto, que:

A empresa tomadora contrata a prestadora para, em tempo determinado, realizar atividade específica que contribui com seu fluxo de produção, mas jamais substitui em inteireza sua atividade, com abuso e prejuízo aos trabalhadores.

É ultrapassada a manutenção dessa dicotomia entre atividade-fim e atividade-meio, para fins de terceirização, e errônea a confusão de identidade entre terceirização com intermediação ilícita de mão de obra.

Por partir da errônea confusão entre terceirização e intermediação de mão de obra, chega-se à errônea conclusão de precarização do trabalho, violação da dignidade do trabalhador ou desrespeito a direitos previdenciários.

Em nenhum momento a opção da terceirização como modelo organizacional por determinada empresa permitirá, seja a empresa tomadora, seja a empresa prestadora de serviços, desrespeitar os direitos sociais, previdenciários ou a dignidade do trabalhador.

A garantia de proteção ao trabalho não engloba somente o trabalhador subordinado mediante o tradicional contrato de trabalho, mas também o autônomo e o terceirizado, e, além disso, como salienta PAOLO BARILE, alcança o próprio empregador, enquanto empreendedor do crescimento do país, que tem, na correta interpretação dos valores sociais do trabalho, a necessária segurança jurídica.

Caso isso ocorra, seja na relação contratual trabalhista tradicional, seja na hipótese de terceirização, haverá um desvio ilegal na execução de uma das legítimas opções de organização empresarial, que deverá ser fiscalizado, combatido e penalizado.

Da mesma maneira, caso a prática de ilícita intermediação de mão de obra, com afronta aos direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores, se

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

esconda formalmente em uma fraudulenta terceirização, por meio de contrato de prestação serviços, nada impedirá a efetiva fiscalização e responsabilização, pois o Direito não vive de rótulos, mas sim da análise da real natureza jurídica dos contratos.

Assim como no julgamento do Tema 739 (ARE 791.932, de minha relatoria), aqui a conclusão adotada pelo acórdão reclamado fundou-se na Súmula 331/TST, acabando por contrariar os resultados produzidos nos RE 958.252 (Rel. Min. LUIZ FUX) e ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), a sugerir, consequentemente, o restabelecimento da autoridade desta CORTE quanto ao ponto.

Diante do exposto, com base no art. 161, *parágrafo único*, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido de forma que seja cassado o acórdão impugnado e, DETERMINO que a autoridade reclamada observe o entendimento fixado no Tema 725 da Repercussão Geral (RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX) e ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), uma vez que esta CORTE já se posicionou pela declaração de inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.460 **(905)**

ORIGEM	: 41460 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE GUAXUPÉ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra decisão do Juízo da 1ª Vara Cível de Guaxupé/MG, que teria desrespeitado as decisões desta CORTE nos julgamentos das ADIs 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431, todas de relatoria do Ministro ROBERTO BARROSO.

Na inicial, a parte autora expõe, em síntese, as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 6/7):

O MPMG, pela Curadoria dos Direitos Humanos, na comarca de Guaxupé(que abrange os Municípios de São Pedro da União/MG e de Guaxupé/MG), promoveu uma série de Recomendações ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, todas de caráter científico internacional e nacional, visando o retorno ao isolamento social horizontal, em face da flexibilização completa (Decreto Municipal 2212/2020, que alterou o Decreto 2210 que estabelecia o isolamento social horizontal, ressalvados apenas os serviços essenciais) e depois flexibilização parcial (segundas, quartas e sextas – Decreto Municipal 2222/2020, frise-se, após a intervenção da CURADORIA DOS DIREITOS HUMANOS).

(...)

O Município de São Pedro da União, pertencente à comarca de Guaxupé/MG, acolheu as recomendações do MPMG e refez o Decreto Municipal para retornar ao isolamento social horizontal e retirar flexibilizações, conforme provamos no Ofício 79/2020 e Decreto 45/2020, provando que apenas o Município de Guaxupé/MG não acolheu a recomendação ministerial e por isto foi ajuizada ACP alhures juntada.

Porém, ao ser ajuizada e ir concluso ao respeitável juiz da 1ª Vara Cível de Guaxupé/MG, o mesmo teve duas conclusões, inclusive uma retornando ao MPMG para manifestar sobre novo decreto municipal (2222/2020) no curso da ação, tema já alertado na ACP caso ocorresse, além de não decidir sobre a tutela de urgência, "CONDICIONANDO" a decisão à contestação do Município em 15 dias, o que somará, com tudo isso, desde a primeira conclusão, quase 1 mês para decidir uma TUTELA DE URGÊNCIA E PIOR: decidir se o MPMG pode ou não ter legitimidade para uma ação de reparação de danos morais coletivos e individuais homogêneos, além do direito difuso preventivo de retorno ao isolamento social horizontal, QUANDO O STF, EM JULGAMENTO NO DIA 25 DE MAIO DE 2020, RELATOR MINISTRO BARROSO, JULGOU 7 ADIS(6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431) sobre o tema, fixando ser possível a responsabilidade por ERRO GROSSEIRO dos gestores públicos no combate a um vírus letal.

Ao final, requer a concessão de medida liminar *determinando ao Exmo. Sr. Prefeito local o retorno ao isolamento social horizontal até que a curva de transmissão de contágio tenha decréscimo no Brasil, pelos cientistas nacionais e internacionais ou até decisão de mérito da Reclamação, comunicando com urgência a decisão ao Poder Público e ao juiz da 1ª Vara Cível de Guaxupé-MG* (fl. 107) e, no mérito, *a procedência da presente reclamação para consagrar a responsabilização civil de Prefeitos por ERRO GROSSEIRO, conforme ADIS 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 E 6431, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, nos termos da liminar* (fl. 108).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõe o art. 102, I, l, e o art. 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 3/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a decisão impugnada foi publicada em 2/6/2020, atualmente, aguardando manifestação do município de Guaxupé.

Os paradigmas de confronto invocados são as decisões desta SUPREMA CORTE nas ADIs 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431, todas de relatoria do Ministro ROBERTO BARROSO. No julgamento conjunto das referidas ações, em sede de medida liminar, esta CORTE decidiu:

"1. Configura erro grosseiro o ato administrativo que ensejar violação ao direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, por inobservância: (i) de normas e critérios científicos e técnicos; ou (ii) dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção. 2. A autoridade a quem compete decidir deve exigir que as opiniões técnicas em que baseará sua decisão tratem expressamente: (i) das normas e critérios científicos e técnicos aplicáveis à matéria, tal como estabelecidos por organizações e entidades internacional e nacionalmente reconhecidas; e (ii) da observância dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, sob pena de se tornarem corresponsáveis por eventuais violações a direitos". Tudo nos termos do voto do Relator. Ficaram vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, que concediam a medida cautelar em maior extensão, e o Ministro Marco Aurélio, que a concedia para suspender a eficácia da Medida Provisória até o julgamento final do feito. (DJe de 2/6/2020).

Na presente hipótese, a reclamação é manifestamente incabível, pois o ato impugnado não se ajusta ao contexto dos parâmetros de controle acima descritos.

A decisão impugnada refere-se ao despacho do Juízo da 1ª Vara Cível de Guaxupé, segundo o qual "a teor do § 7º do art. 17 da Lei nº 8.429/92, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/01, notifiquem os requeridos para, caso queiram, ofereçam manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 dias. Observo que o referido prazo de 15 dias é comum e não será considerado em dobro. Fica diferida para após a manifestação a apreciação dos pedidos de antecipação de tutela, bem como, se caso, a ação será ou não recebida" (doc. 23, fl. 3).

Observa-se, portanto, que, no ato reclamado, não houve debate ou qualquer juízo a respeito do objeto de discussão nas referidas ações diretas de inconstitucionalidade, o que torna impossível o cotejo com os paradigmas de confrontos tidos como violados.

Nessas circunstâncias, em que não estão presentes o contexto das ADIs 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), não há estrita aderência entre o ato impugnado e os paradigmas invocados, condição essencial para a viabilidade da via reclamatória.

Dessa forma, a postulação não passa de simples pedido de revisão do entendimento aplicado na origem, o que confirma a inviabilidade desta ação. Esta CORTE já teve a oportunidade de afirmar que a reclamação tem

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

escopo bastante específico, não se prestando ao papel de simples substituto de recursos de natureza ordinária ou extraordinária (Rcl 6.880-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Plenário, DJe de 22/2/2013).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.463 **(906)**

ORIGEM	: 41463 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
ADV.(A/S)	: AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: FRANCISCO DE MIRANDA NETO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação proposta contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos autos da Ação Trabalhista 0001907-58.2011.5.03.0020, o qual teria violado o conteúdo da Súmula Vinculante 10, bem como o decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011).

Na inicial, a parte autora expõe o seguinte contexto fático (fls. 5/6):

A presente ação é imprescindível para cassar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho proferida nos autos de Ação Trabalhista ajuizada 0001907-58.2011.5.03.0020 , em face da prestadora de serviços (e da ora Reclamante, na qual pleiteia a responsabilidade subsidiária da Cemig no pagamento das verbas trabalhistas, argumentando para tanto a existência de culpa na fiscalização do contrato de empreitada para prestação de serviços entabulado entre Reclamadas. A referida ação trabalhista foi julgada parcialmente procedente na origem e a decisão foi mantida pelo E. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O acórdão reclamado, ao acolher a tese sindical de responsabilizar o ente público pelas verbas deferidas, observado tão somente o mero inadimplemento e atribuindo o ônus de prova inteiramente à Administração Pública, desconsidera a autoridade das decisões da Suprema Corte, que firmou entendimento cristalino sobre a matéria no julgamento da ADC 16.

In casu, o TRT3, à revelia da declaração de constitucionalidade proferida na ADC 16 e da tese firmada em sede de repercussão geral, desproveu o Recurso Ordinário da ora Reclamante e condenou a Cemig, de forma subsidiária, no pagamento das verbas trabalhistas decorrentes de contrato de prestação de serviços de forma automática, ou seja, sem comprovação cabal e inequívoca de ocorrência de falha na fiscalização.

Ao final, requer *a procedência da presente Reclamação com a consequente cassação da decisão proferida pela 8ª Turma do Egrégio TRT 3ª Região, nos autos do Processo de nº 0001907-58.2011.5.03.0020, que impôs à Cemig, de forma automática, a responsabilidade subsidiária no pagamento das verbas trabalhistas* (fl. 19).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem os arts. 102, I, *l*, e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 4/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho, os autos do processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, encontram-se pendentes de análise de recurso interposto pela parte autora.

A hipótese presente envolve a autoridade do decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011), que declarou constitucional o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Em virtude de aplicações interpretativas diversas dos reflexos da matéria decidida em controle concentrado, esse tema foi revolvido por esta CORTE, no julgamento do RE 760.931 (Rel. Min, ROSA WEBER, DJe de 2/5/2017), cuja tese de repercussão geral foi editada: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*

Na ocasião, o Plenário, por maioria, afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, e, conforme declarei em meu voto, *ante a ausência de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador, a dizer, que se tenha comprovado peremptoriamente no processo tal circunstância, subsiste o ato administrativo e a Administração Pública exime-se da responsabilidade por obrigações trabalhistas em relação àqueles que não compõem seus quadros.*

No mesmo julgamento, também consignei, em meu voto, que:

O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADC 16, que a mera inadimplência não pode converter a Administração Pública em responsável por verbas trabalhistas, decidindo que não é todo e qualquer episódio de atraso na quitação de verbas trabalhistas que pode ser imputado subsidiariamente ao Poder Público, mas só aqueles que tenham se reiterado com a conivência comissiva ou omissiva do Estado. Não me parece que seja automaticamente dedutível, da conclusão deste julgamento, um dever estatal de fiscalização do pagamento de toda e qualquer parcela, rubrica por rubrica, verba por verba, devida aos trabalhadores. O que pode induzir à responsabilização do Poder Público é a comprovação de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados; ou seja, a necessidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador. Se não houver essa fixação expressa, clara e taxativa por esta Corte, estaremos possibilitando, novamente, outras interpretações que acabem por afastar o entendimento definitivo sobre a responsabilização da Administração Pública nas terceirizações, com a possibilidade de novas condenações do Estado por mero inadimplemento e, consequentemente a manutenção do desrespeito à decisão desta Corte na ADC 16.

No caso concreto, o ato reclamado imputou responsabilidade subsidiária à Sociedade de Economia Mista, valendo-se dos seguintes fundamentos (doc. 12, fl. 9):

Portanto, restando incontroverso o fato de que a segunda Ré se beneficiou diretamente dos serviços prestados pelo Reclamante, bem como evidenciado que foi omissa na fiscalização das obrigações trabalhistas incumbidas à primeira Demandada, deixando que as mesmas fossem inadimplidas, impõe-se a sua responsabilização, de forma subsidiária, nos termos da Súmula n 2 331, V, TST.

Admitir-se o contrário seria menosprezar todo um arcabouço jurídico de proteção aos empregados e, mais do que isso, olvidar que a Administração Pública deva pautar seus atos não apenas atenta aos princípios da legalidade e da impessoalidade, mas, sobretudo, ao da moralidade pública. Assim, não se pode aceitar, num contexto de evidente omissã, geradora de prejuízos a terceiros; que a Recorrente possa passar ao largo de qualquer responsabilidade pelo ato administrativo que pratica, não havendo como se alegar, -no caso sub judice, em prevalência do interesse público sobre o privado.

Destarte, a possibilidade de condenação subsidiária da tomadora de serviços, que figurou na relação processual trabalhista, decorre, principalmente, da primordial necessidade de 'se promover a satisfação do crédito alimentar do empregado hipossuficiente, o qual teve os seus direitos básicos de trabalhador lesados, sendo' infundados, pois, de plano, os argumentos recursais 'embasados no que dispõe, no aspecto, o § 1 2 do artigo 71 da Lei 8.666/93' (que é constitucional, mas cuida da responsabilidade direta e não da subsidiária); sabendo-se que a proteção conferida ao trabalho e aos trabalhadores foi elevada ao nível constitucional, também por meio das garantias previstas no artigo 72 da Lei Maior.

Face todo o explicitado, não se há falar em ofensa a quaisquer dos dispositivos constitucionais e infra constitucionais invocados.

Com efeito, não houve a comprovação real de um comportamento

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

sistematicamente negligente em relação aos terceirizados, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da ora reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

Essa linha por mim defendida prevaleceu na 1ª Turma desta CORTE, em caso essencialmente idêntico ao presente, em julgado cuja ementa transcrevo:

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO MUNICÍPIO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA VIOLAÇÃO À ADC 16. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador. 2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente do agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade do reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16. 3. Recurso de agravo a que se dá provimento. (Rcl 28.459 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/11/2019; Rcl 36.836 EDAgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/2/2020).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma que seja cassado o acórdão reclamado, na parte em que atribui responsabilidade subsidiária à reclamante (0001907-58.2011.5.03.0020).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.466 **(907)**

ORIGEM	: 41466 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA CAMPOS
ADV.(A/S)	: MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA FEDERAL DA 23ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de liminar, contra decisão proferida pelo Juízo da 23ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (Processo 0037260-67.2019.4.01.3400), que teria desrespeitado a autoridade desta CORTE, ao deixar de sobrestar o processo, conforme determinação proferida nos autos da ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Na inicial, a parte autora expõe as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 2/3):

Em 12 de novembro de 2019, a Reclamante ajuizou Ação Judicial para Correção dos Saldos do FGTS em face da Caixa Econômica Federal, perante o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com intuito de afastar a aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização dos saldos das contas vinculadas do FGTS .

A ora Reclamante informou na inicial a existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 5090) em curso no Supremo Tribunal Federal, na qual há pedido expresso para declarar "inconstitucionais, com caráter vinculante, erga omnes e efeitos *ex tunc* a expressão 'com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança' do caput do art. 13 da Lei Federal nº 8.036/1990 e o caput do art. 17 da Lei Federal nº 8.177/1991 – dispositivos os quais impõe a correção dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS pela Taxa Referencial (TR)".

Demonstrou-se, ainda, que houve pedido de cautelar requerendo a suspensão dos feitos em trâmite sobre a matéria, haja vista que algumas ações estavam sendo julgadas improcedentes antes da manifestação dessa Suprema Corte. A cautelar foi deferida pelo Ministro Relator Roberto Barroso em 06/09/2019, sendo publicada em 10/09/2019.

(...)

Com base na decisão supra transcrita, foi requerido o recebimento da ação e sua imediata suspensão, devendo ser aguardado o julgamento da ADI nº 5090 a fim de evitar julgamentos conflitantes. Contudo, em flagrante descumprimento da decisão judicial proferida por esse E. Tribunal, a 23ª Vara do Juizado Especial Federal de Brasília proferiu Sentença julgando liminarmente improcedente a ação, como faz prova a cópia da sentença anexa.

Mesmo após a parte apresentar embargos de declaração informando da omissão quanto a cautelar concedida na ADI nº 5090, a I. magistrada entendeu por bem manter a sentença de improcedência (Doc. anexo), sob argumento sem qualquer plausibilidade jurídica!

Importante destacar que a ADI nº 5090 e o processo nº 0037260-67.2019.4.01.3400 tratam de mesma situação fática, porém com solução jurídica diversa.

Ao final, requer a concessão de medida liminar, a ser confirmada no mérito, para *cassar a sentença reclamada e determinar a suspensão da ação judicial nº 0037260-67.2019.4.01.3400 até o julgamento definitivo da ADI 5.090/DF* (fl. 8).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem os arts. 102, I, l e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 5/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico da Justiça Federal do Distrito Federal, o processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, aguarda cumprimento de mandado de intimação.

O parâmetro de confronto invocado é o decidido na ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), em que deferiu-se, em decisão publicada em 10/9/2019, medida cautelar para determinar a imediata suspensão de todos os processos que envolvam a discussão sobre índice de correção dos depósitos na contas vinculados ao FGTS.

Na presente hipótese, assiste razão ao reclamante. Os documentos demonstram que a presente demanda versa sobre ação revisional questionando a aplicação da TR como índice de correção do FGTS, tema diretamente relacionado ao objeto da ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Posteriormente ao decidido na ADI 5090 MC, e a despeito da determinação de suspensão todos os processos que versem sobre essa matéria, a autoridade reclamada negou provimento ao recurso da parte autora em que pretendia suspender a tramitação do processo, com base no decidido na ADI 5090 MC (doc. 5), em inconteste afronta à determinação de sobrestamento de todos os processos que versem sobre a controvérsia.

Consta, no sítio eletrônico do Tribunal de origem, que o processo originário encontra-se ativo, seguindo a sua tramitação junto ao Juízo reclamado. Portanto, nessas circunstâncias, em que a matéria em discussão é alcançada pelo objeto do paradigma de controle indicado, somada à ausência de sobrestamento do andamento da demanda originária, há manifesta ofensa ao decidido na ADI 5090 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma seja cassado o ato reclamado e DETERMINO, por consequência, a suspensão do andamento do Processo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

0037260-67.2019.4.01.3400, até posterior pronunciamento na ADI 5090 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.477 **(908)**

ORIGEM	: 41477 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: ANTONIO MARCUS ERMIDA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ANTONIO MARCUS ERMIDA (097983/RJ)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VALENÇA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ODINÉA CORREA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação proposta contra decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Valença, a qual teria violado o Enunciado Vinculante 47.

Na inicial, os reclamantes expõem as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 2/3):

Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte principal ODINÉA CORREA SILVA e seus advogados, estes ora Reclamantes, buscam a satisfação de crédito estabelecido em sentença transitada em julgado;

Como se observa pelas peças em anexo, e que poderão ser confirmadas no próprio processo eletrônico em referência, o MM. Juiz Reclamado autorizou a expedição de RPV em favor dos advogados no valor de R$28.345,94 (vinte e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) (honorários contratuais), mas depois de opostos embargos de declaração por parte do Estado do Rio de Janeiro, o MM. Juiz Reclamado entendeu ter havido erro material, e determinou a expedição de Precatório, contrariando assim, frontalmente, a Súmula vinculante 47 desta Suprema Corte;

(...)

Neste caso, a violação é clara, porque a Súmula prevê duas situações distintas, quais sejam, honorários de sucumbência ou destacados do montante principal. Ora Exa., que significado poderia ter a expressão "destacados do montante principal", senão os honorários contratuais?

(...)

Como já mencionado, é inegável que a Súmula prevê também os honorários contratuais, repita-se, porque outra não pode ser a interpretação da segunda parte da referida súmula. No entanto, de fato, alguns Ministros dessa Suprema Corte, insatisfeitos com o resultado do julgamento que levou a edição da Súmula, começaram a proferir decisões em evidente contrariedade à mesma, abrindo nova divergência sobre o tema;

No entanto, enquanto este Tribunal não editar nova súmula, tratando a matéria de modo diverso, até mesmo os Ministros desta Corte devem obediência a Súmula Vinculante, sob pena, de se consubstanciar em verdadeiro descumprimento de ordem judicial cogente, atentando assim contra o Estado Democrático de Direito;

Ao final, requerem a procedência da presente reclamação *e faça prevalecer o entendimento da Súmula Vinculante 47, cassando a decisão que afastou a sua aplicação aos honorários contratuais, determinando que a Autoridade Reclamada cumpra integralmente a referida Súmula* (fl. 6).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem os arts. 102, I, "l", e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 5/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio do Janeiro, os autos do processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, aguardam juntada de comprovante de recebimento de documento enviado eletronicamente em 1/6/2020.

O parâmetro invocado é a Súmula vinculante 47, cujo teor é o seguinte:

Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

Importante ressaltar que o precedente paradigma da Súmula Vinculante acima transcrita foi o Tema 18 da Repercussão Geral, cuja tese firmada é idêntica ao teor do enunciado vinculante. O recurso extraordinário piloto do Tema (RE 564.132 – Rel. Min. EROS GRAU) foi assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGADO FRACIONAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DE ESTADO-MEMBRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR, A QUAL NÃO SE CONFUNDE COM O DÉBITO PRINCIPAL. AUSÊNCIA DE CARÁTER ACESSÓRIO. TITULARES DIVERSOS. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO AUTÔNOMO. REQUERIMENTO DESVINCULADO DA EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO REQUISITÓRIO PRINCIPAL. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL DE REPARTIÇÃO DE EXECUÇÃO PARA FRAUDAR O PAGAMENTO POR PRECATÓRIO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 100, § 8º (ORIGINARIAMENTE § 4º), DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO" (RE 564.132, Rel. Min. EROS GRAU, Rel. p/ Acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 30/10/2014, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 publicado em 10/2/2015).

Como se vê, o paradigma tido por violado alcança exclusivamente as questões envolvendo **honorários advocatícios sucumbenciais** devidos pela Fazenda Pública e a possibilidade de seu desmembramento do montante principal executado pela parte, ante a natureza alimentar da verba honorária.

No caso, a Reclamação é manifestamente incabível, pois não se ajusta ao contexto do parâmetro de controle acima transcrito. Verifico, conforme o ato impugnado, que a controvérsia não envolve honorários sucumbenciais, mas sim os honorários contratuais, tema não abarcado pelo teor do Enunciado Vinculante 47, de acordo com jurisprudência assente desta CORTE:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. SÚMULA VINCULANTE 47. CONTRARIEDADE INEXISTENTE. PRECEDENTES. IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que a decisão do juízo singular que impede a expedição de RPV em separado para pagamento de honorários contratuais não viola a Súmula Vinculante 47. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, §4º, do CPC (RE 968.116 AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 14/10/2016).

CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EM SEPARADO. PEDIDO INDEFERIDO PELO JUÍZO RECLAMADO. CONTRARIEDADE À SÚMULA VINCULANTE 47. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO (Rcl 22.187 AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 12/4/2016).

Nessas circunstâncias, em que não se tem presente o contexto específico do Enunciado Vinculante 47, não há estrita aderência entre o ato impugnado e o ato paradigma invocado. É, portanto, inviável a presente Reclamação.

Dessa forma, a postulação não passa de simples pedido de revisão do entendimento aplicado na origem, o que confirma a inviabilidade desta ação. Esta CORTE já teve a oportunidade de afirmar que a reclamação tem escopo bastante específico, não se prestando ao papel de simples substituto de recursos de natureza ordinária ou extraordinária (Rcl 6.880-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Plenário, DJe de 22/2/2013).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Publique-se.
Brasília, 10 de junho de 2020.
Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.485 **(909)**

ORIGEM	: 41485 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: JANIELI MARIA DA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ERJ ADMINISTRACAO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nos autos do processo 1000496-91.2017.5.02.0468, o qual teria violado o conteúdo da Súmula Vinculante 10, bem como o decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011).

Na inicial, o município de São Bernardo do Campo expõe as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 2/8):

Em sua origem, trata-se de reclamação trabalhista proposta por ex-empregado de empesa contratada pelo Município para prestação serviço.

O MM. Juiz "a quo", em sua r. sentença condenou subsidiariamente o Municipalidade no pagamento verbas trabalhistas reclamadas.

Em sede de recurso ordinário, foi mantida a r. sentença para afastar a aplicação do parágrafo 1º do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 (que exclui expressamente a responsabilidade da Fazenda Pública em caso de inadimplemento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho por parte do contratado).

Tal como se demonstrará, o TRT-2, ao confirmar a aplicação da responsabilidade subsidiária prevista no inciso IV, da Súmula 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho, sem a declaração de inconstitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, afrontou a Súmula vinculante nº 10, deste C. Supremo Tribunal Federal, desprezando a chamada cláusula de reserva de Plenário, estampada no art. 97 da Constituição Federal, bem como a r. decisão proferida no bojo da ADC 16.

(...)

O Plenário deste Excelso Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do artigo 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, por entender que a inadimplência de empresa contratada pelo Poder Público em relação a encargos trabalhistas, fiscais ou comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Referida decisão foi tomada no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC-16, ajuizada pelo governador do Distrito Federal em face da Súmula 331 do C. TST a qual, contrariando disposto no parágrafo 1º do mencionado artigo 71, como já dito, responsabiliza subsidiariamente a Administração Pública, direta e indireta, em relação aos débitos trabalhistas, quando atuar como contratante de qualquer serviço de terceiro especializado.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender o trâmite do processo e, no mérito, *seja julgado procedente o pedido formulado na presente Reclamação, para o fim de afastar a condenação subsidiária trazida no bojo da decisão proferida pelo eminente Desembargador do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, preservando-se, assim, a competência e a garantia da autoridade das decisões deste Colendo Supremo Tribunal Federal.* (fl. 9).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem os arts. 102, I, *l*, e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 5/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, o acórdão denegatório do recurso de revista foi publicado em 5/6/2020, encontrando-se dentro do prazo recursal.

A hipótese presente envolve a autoridade do decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011), que declarou constitucional o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Em virtude de aplicações interpretativas diversas dos reflexos da matéria decidida em controle concentrado, esse tema foi revolvido por esta CORTE, no julgamento do RE 760.931 (Rel. Min, ROSA WEBER, DJe de 2/5/2017), cuja tese de repercussão geral foi editada: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93*.

Na ocasião, o Plenário, por maioria, afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, e, conforme declarei em meu voto, *ante a ausência de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador, a dizer, que se tenha comprovado peremptoriamente no processo tal circunstância, subsiste o ato administrativo e a Administração Pública exime-se da responsabilidade por obrigações trabalhistas em relação àqueles que não compõem seus quadros*.

No mesmo julgamento, também consignei, em meu voto, que:

O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADC 16, que a mera inadimplência não pode converter a Administração Pública em responsável por verbas trabalhistas, decidindo que não é todo e qualquer episódio de atraso na quitação de verbas trabalhistas que pode ser imputado subsidiariamente ao Poder Público, mas só aqueles que tenham se reiterado com a conivência comissiva ou omissiva do Estado. Não me parece que seja automaticamente dedutível, da conclusão deste julgamento, um dever estatal de fiscalização do pagamento de toda e qualquer parcela, rubrica por rubrica, verba por verba, devida aos trabalhadores. O que pode induzir à responsabilização do Poder Público é a comprovação de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados; ou seja, a necessidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador. Se não houver essa fixação expressa, clara e taxativa por esta Corte, estaremos possibilitando, novamente, outras interpretações que acabem por afastar o entendimento definitivo sobre a responsabilização da Administração Pública nas terceirizações, com a possibilidade de novas condenações do Estado por mero inadimplemento e, consequentemente a manutenção do desrespeito à decisão desta Corte na ADC 16.

No caso concreto, o ato reclamado imputou responsabilidade à Administração Pública, valendo-se dos seguintes fundamentos (doc. 4, fls. 5/7):

O debate sobre a existência ou não de fraude na contratação é irrelevante na resolução do feito, mormente porque para a configuração da responsabilidade subsidiária é necessário, tão-somente, o inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo prestador de serviços e bem assim, que o tomador tenha participado+ da relação processual. E em se tratando da administração pública, sob todas as suas formas, a nova redação sumular, acrescenta a necessidade de prova da falta de cumprimento das condições e procedimentos fiscalizatórios prescritos em lei.

É verdade que o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o o disposto no art. 71 da Lei n.º 8.666/93 na ADC n.º 16, o que, todavia, não afasta a apuração da eventual responsabilidade da administração pública nos casos de terceirização de serviços,quando improvada a efetiva fiscalização dos serviços. Tal decorre do fato de que a Carta Magna somente admite a contratação de trabalhadores pela administração pública através de concurso público de provas ou provas e títulos, nomeação para cargo em comissão e contratação por tempo determinado para suprir necessidade temporária.

Com efeito, a questão aqui tratada não diz respeito à inconstitucionalidade da lei e, sim, cuida-se da responsabilidade subsidiária da recorrente, que à luz da análise probatória dos autos, decorre:

1) da circunstância de que o dispositivo legal em tela (art. 71 da Lei das Licitações), não isenta a tomadora, quanto ao error *in eligendo* ou *in vigilando*, mormente se a omissão na fiscalização concorreu para o inadimplemento das obrigações trabalhistas, como a qui se constata;

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

2) a falta de idoneidade da empresa contratada, se revela pelo inescusável descumprimento de obrigações legais;

3) sob o ponto de vista técnico processual, é do ente público tomador dos serviços o ônus de prova de que procedeu à fiscalização da execução integral do contrato, in casu, inclusive quanto às condições do ambiente laboral, por se tratar de fato impeditivo/extintivo do pedido de responsabilização subsidiária formulado pela autora (arts. 818, CLT, e 333, II, CPC). Outrossim, não não poderia se exigir da reclamante/recorrida, diante do princípio da aptidão das provas, que comprovasse a fiscalização eventualmente feita pelo ente público, mas, na hipótese, a reclamante logrou êxito inclusive nesta produção de prova.

4) embora fosse do tomador o ônus de prova, ele não trouxe nenhum elemento de convicção a demonstrar que cumpriu totalmente o padrão legal de fiscalização contratual, que "impõe à Administração Pública o dever de fiscalizar o cumprimento de direitos trabalhistas pelas empresas contratadas, desde a seleção da empresa no procedimento de licitação, passando pela previsão das responsabilidades trabalhistas da empresa na formalização do contrato e pela vigilância diária do cumprimento daqueles direitos no curso da execução contratual até atingir os momentos finais do contrato, quando incumbe à Administração adotar medidas destinadas a preservar o pagamento dos direitos rescisórios dos trabalhadores envolvidos no contrato, ou assegurar-se de que tais trabalhadores venham a ser alocados em outros contratos firmados pela empresa contratada".

Com efeito, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da ora reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

Essa linha por mim defendida prevaleceu na 1ª Turma desta CORTE, em caso essencialmente idêntico ao presente, em julgado cuja ementa transcrevo:

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO MUNICÍPIO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA VIOLAÇÃO À ADC 16. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador. 2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente do agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade do reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16. 3. Recurso de agravo a que se dá provimento. (Rcl 28.459 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/11/2019; Rcl 36.836 EDAgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/2/2020).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma que seja cassado o acórdão reclamado, na parte em que atribui responsabilidade subsidiária ao reclamante (1000496-91.2017.5.02.0468).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.506 **(910)**

ORIGEM	: 41506 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECLTE.(S)	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE GAYS, LESBICAS E TRANSGENEROS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
RECLDO.(A/S)	: MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S)	: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

DESPACHO

A Aliança Nacional LGBTI+ prestou relevantes informações nestes autos - as quais não haviam sido noticiadas pelos reclamantes - no sentido que "a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde expediu o Oficio Circular nº 39/2020/CGSH/DAET/SAES/MS, no qual informou aos gestores dos SISTEMAS ESTADUAIS DE SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS que o critério de inaptidão referente a homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos últimos 12 (doze) meses não deve ser mais aplicado".

Desta forma, intimem-se os reclamantes para que informem se persiste o interesse no feito.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.523 **(911)**

ORIGEM	: 41523 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS SANTA RITA LIMITADA - EPP
ADV.(A/S)	: OSMAR VAZ DE MELLO DA FONSECA NETO (44655/BA, 135093/MG) E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUARI
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, ajuizada em face de decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Araguari que, nos autos do nº 5001981-70.2019.8.13.0035, teria violado o decidido por esta Corte quando do julgamento do RE 970.821, processo paradigma do Tema 517 da repercussão geral, de minha relatoria.

Na origem, cuida-se de execução fiscal proposta pelo Estado de Minas Gerais com a finalidade de cobrar diferencial de alíquota do ICMS da contribuinte, ora reclamante.

Alega-se, contudo, que não obstante ter requerido a suspensão do processo em virtude de decisão por mim proferida, determinando a suspensão nacional de todos os processos cuja discussão envolva a aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo Simples Nacional, o juízo reclamado se negou a suspender o andamento dos autos, bem como deferiu o bloqueio, via BACEN-JUD, de quantia vultosa na conta da empresa.

Com amparo nesses argumentos, pleiteia a concessão de medida liminar para cassar o acórdão reclamado e sobrestar a tramitação dos autos.

No mérito, requer a procedência da ação com a finalidade da manutenção e preservação da competência do Supremo, ante acórdão a ser proferido no caso líder.

Dispenso o pedido de informações, bem como remessa à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RI/STF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

De início, observe-se que a pretensão final da reclamante se confunde com o pleito liminar pois consiste na cassação de ato cujo deferimento esgota o pedido final da ação. Eis o motivo pelo qual julgo, de imediato, o mérito desta reclamação.

Dessa forma, consigno que a reclamação se caracteriza como uma demanda de fundamentação vinculada, vale dizer, cabível somente quando se fizer presente alguma das hipóteses para ela estritamente previstas.

Partindo de construção jurisprudencial a instrumento com expresso assento constitucional, trata-se de ação vocacionada, precipuamente, a duas diferentes finalidades.

De um lado, visa a reclamação à (i) tutela da autoridade das decisões proferidas por esta Corte e das súmulas vinculantes por ela editadas. De outro, à (ii) proteção do importante rol de competências atribuídas ao Supremo Tribunal Federal. É o que se vê nos artigos 102, I, *l*, e 103-A, §3º, da Constituição da República.

A presente reclamação cinge-se à primeira hipótese, sustentando a reclamante que a decisão prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Araguari descumpre decisão proferida no julgamento do RE 970.821 desta Corte.

Adentrando ao caso concreto, verifica-se que apesar do pedido de suspensão da execução fiscal, o juízo reclamado sentenciou nos autos (eDOC 14, p. 8):

"Insurge-se a executada contra a execução fiscal, por meio de exceção de pré-executividade, alegando a inexequibilidade do título executivo, diante da inconstitucionalidade da legislação estadual que permite a cobrança antecipada de ICMS em operações estaduais, ao argumento de que é optante do Simples Nacional.

Inicialmente, impõe-se ressaltar que o cabimento da exceção de pré-executividade é questão pacífica na doutrina e jurisprudência, sendo admitida nos casos em que haja prova pré-constituída e em que a matéria possa ser conhecida de ofício.

(...)

Assim, as questões suscitadas pelo excipiente devem ser dirimidas por meio de embargos, após a garantia do Juízo, ou em ação autônoma, se

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

adequada, e não pela via estreita da exceção de pré-executividade.

Por fim, cumpre ressaltar que a determinação de suspensão nacional de processos determinada pelo STF nos autos do RE 970821/RS atinge tão apenas os processos de conhecimento em que a questão esteja em debate, não suspendendo o curso das execuções fiscais em tramitação.

Ante o exposto e fundamentado, REJEITO a presente exceção de pré-executividade , determinando o prosseguimento da execução em seus ulteriores termos.

Intime-se o exequente para dar regular andamento ao feito, indicando bens de propriedade da executada passíveis de penhora ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção."

Constata-se estar o referido pronunciamento em confronto com a autoridade da decisão proferida no processo paradigma que, ao determinar a suspensão nacional dos processos em trâmite, observou:

"Reconhecida a repercussão geral, impende a suspensão do processamento dos feitos pendentes que versem sobre a presente questão e tramitem no território nacional, por força do art. 1.035, §5º, do CPC.

À Secretaria para as providências cabíveis, sobretudo a cientificação dos órgãos do sistema judicial pátrio."

Diante do exposto, julgo procedente esta reclamação para determinar a suspensão do Processo nº 5001981-70.2019.8.13.0035, até nova decisão nos autos do processo paradigma.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.533 **(912)**

ORIGEM	: 41533 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE CONCEICAO DO ALMEIDA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 560-81.2017.5.05.0421 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: AURELICE LIMA ALVES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho que, ao reconhecer a competência da Justiça Especializada para o julgamento da demanda (Processo 0000560-81.2017.5.05.0421), movida por agente comunitário de saúde, teria desrespeitado a decisão desta CORTE, proferida no julgamento das ADI 2.135 MC (Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, Relatora p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE) e ADI 3.395-MC (Rel. Min. CEZAR PELUSO).

Na inicial, o município de Conceição do Almeida apresenta as seguintes alegações de fato e de direito:

A presente demanda, de origem trabalhista, versa sobre o adimplemento de créditos que a servidora pública municipal entende ser-lhe devidos, proveniente de sua relação laboral com o Poder Público Municipal.

Contudo, entendendo que a Justiça do Trabalho não é competente para dirimir a controvérsia, o Município pugnou pela incompetência absoluta da Justiça do Trabalho, em todas as fases do processo, inclusive junto ao e. TST.

Não obstante, não logrando êxito, alegando aquela especializada que "a reclamante já havia sido admitida sob o regime celetista, e que a Lei Municipal nº 381/2006 apenas confirmou a submissão a este regime, em consonância com a EC nº 51/2006, não há que se falar em transmudação de regime".

Desconheceu, assim, a instituição do Regime Jurídico Único naquele Município, em anexo, bem como a vedação de que haja, no mesmo município, dois regimes jurídicos únicos por força do comando contido no art. 39 da CF/88.

Por sua vez, esse E. STF, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395/DF, suspendeu toda e qualquer interpretação dada ao inciso I do art. 114 da CF/98 que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas que sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender o processo e, ao final, *que julgue procedente a reclamação tornando a liminar como provimento final, anulando-se, desta forma, o r. ato atacado, para que seja fielmente observado o quanto determinado na ADI 3395 MC/DF, declarando a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as Reclamações Trabalhistas propostas entre os Agentes Comunitários de Saúde de Conceição do Almeida/BA e seus similares, e o Município de Conceição do Almeida/BA, inclusive cassando eventuais decisões e atos eventualmente proferidos, bem como cessando os efeitos da condenação para pagamento de qualquer valor* (fl. 12).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõe os art. 102, I, l e art. 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 9/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, a decisão denegatória do recurso de revista foi publicada em 2/6/2020, encontrando-se, portanto, dentro do prazo recursa.

O ato reclamado refere-se à decisão do TST que confirmou a competência da Justiça Laboral para apreciar a controvérsia, da qual destaco, no ponto de interesse, os seguintes trechos (doc. 26, fl. 7):

Registre-se que, ao contrário do quanto sustentado pelo Demandado, o caso concreto não se enquadra nos casos alcançados pela decisão do STF na ADI 3.395DF. Isso porque, o vínculo dos agentes comunitários de saúde e de combate às epidemias encontra-se disciplinado pelo art.198 da CF/88, pelo art.2º da Emenda Constitucional nº51/ 2006 e pela Lei Federal nº 11.350/2006. Tais dispositivos legais estabelecem que a admissão de tais profissionais seja precedida de processo público seletivo para o cargo, sendo que o parágrafo único da Emenda Constitucional supracitada dispensa a submissão a novo processo seletivo dos profissionais que, à época de sua promulgação, já desempenhavam tais atividades, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública. De outro turno, ao dispor sobre o regime jurídico de tais agentes, a CF/88 remete expressamente a matéria para a legislação ordinária, sendo que a Lei Federal nº 11.350/2006 estabelece, em seu art.8º, o regime jurídico celetista para os mesmos, salvo se Lei local dispuser de forma diversa. Posto isso, e analisando o caso concreto, têm-se que incontroverso no feito é o fato da parte Autora ter se submetido a processo público seletivo anterior à sua contratação, tendo em vista que não negado pelo Demandado. É também incontroverso no feito o fato da mesma ter sido nomeada para o cargo efetivo de agente comunitário de saúde após a publicação da Lei Municipal nº381/06 de 13/12/2006, que criou tal cargo efetivo nos quadros do Município reclamado, estabelecendo o regime celetista para tais profissionais. Não há, pois, quaisquer dúvidas no feito de que, a partir da publicação da referida Lei local, que criou o cargo público de agente comunitário de saúde, estes passaram a ser regidos pelas normas da CLT (§ 1º do art. 1º da Lei 381/06,) estando, portanto, afastada a tese de incompetência da Justiça do Trabalho a partir da posse da parte Autora para o cargo em questão.

O paradigma de confronto invocado é o decidido na ADI 3.395-MC (Rel. Min. CEZAR PELUSO), que reconheceu a incompetência da Justiça Trabalhista para o julgamento das causas envolvendo o Poder Público e seus servidores, vinculados por relação estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, realizando interpretação conforme para restringir o alcance do inciso I do art. 114 da Constituição Federal, com redação dada pela EC 45/2004.

Aponta como parâmetro, também, a ADI 2.135 MC (Rel. Min. CÁRMEM LÚCIA), na qual o PLENÁRIO desta CORTE suspendeu a eficácia do *caput* art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela emenda 19/1998, mantendo-se, assim, a redação original que determina a instituição do regime jurídico único aos servidores da administração direta, das autarquias e fundações públicas, porém, ressalvou que, *em decorrência dos efeitos ex nunc da decisão, a subsistência, até o julgamento definitivo da ação, da validade dos atos anteriormente praticados com base em legislações eventualmente editadas durante a vigência do dispositivo ora suspenso*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(Tribunal Pleno, julgado em 2/8/2007, DJe de 7/3/2008).

Na presente hipótese, a reclamação é manifestamente improcedente, pois o ato impugnado não se ajusta ao contexto de nenhum dos dois parâmetros invocados. Isso porque envolve, conforme demonstra o ato reclamado, demanda ajuizada por Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias em desfavor do município de Conceição do Almeida, decorrente de vínculo jurídico formado com base na Lei Federal 11.350/2006, que regulamenta o art. 198, §§ 4º e 5º da Constituição Federal; o que, por consequência lógica, reflete contexto diverso daquele alcançado pela medida liminar deferida na ADI 2.135 (Rel. Min. CÁRMEM LÚCIA), na qual o PLENÁRIO desta CORTE suspendeu a eficácia do *caput* art. 39 da Constituição Federal, com a redação dada pela emenda 19/1998.

Igualmente, quanto ao decidido na ADI 3.395-MC (Rel. Min. CEZAR PELUSO), é manifestamente improcedente o pedido. Enquanto o paradigma mencionado trata exclusivamente das causas envolvendo o Poder Público e seus servidores vinculados por relação estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, a presente controvérsia, diversamente, gira em torno de vínculo formado pelo regime celetista, conforme previsto no art. 8º, da Lei 11.350/2006.

O mesmo raciocínio orientou a conclusão adotada por ambas as Turmas desta CORTE, em casos análogos, cujas ementas seguem reproduzidas:

EMENTA Agravo regimental na reclamação. ADI nº 3.395/DF-MC. Vínculo de trabalho regido pela CLT. Competência da Justiça do Trabalho. ADI nº 2.135/DF-MC. Lei anterior à edição da EC nº 19/98. Ausência de identidade de temas entre o ato reclamado e os paradigmas da Corte. Agravo regimental não provido. 1. É competente a Justiça do Trabalho para julgar ação que envolve vínculo de natureza celetista. 2. É necessário haver aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmas para que seja admitido o manejo da reclamatória constitucional. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (Rcl 16893 AgR, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 16/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-198 DIVULG 09-10-2014 PUBLIC 10-10-2014)

EMENTA Agravo regimental na reclamação. ADI nº 3.395/DF-MC. Vínculo de trabalho regido pela CLT. Competência da Justiça do Trabalho. ADI nº 2.135/DF-MC. Regime jurídico único. Efeito ex nunc da decisão cautelar. Ausência de aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo dos paradigmas da Corte. Agravo regimental não provido. 1. É necessário haver aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo das decisões paradigmas para que seja admitido o manejo da reclamatória constitucional. 2. A decisão cautelar na ADI nº 3.395/DF estancou dúvida em torno da ampliação da competência da Justiça do Trabalho para alcançar causas envolvendo servidores que, até a alteração de redação do art. 114 da CF/88 pela EC nº 45/2004, estavam submetidos à jurisdição no âmbito da Justiça comum, dúvida essa decorrente da supressão do acréscimo aprovado pelo Senado Federal na redação do inciso I do art. 114 da CF/88 quando da publicação da EC nº 45/2004. 3. A ADI nº 3.395/DF-MC não alcança as causas envolvendo vínculo de trabalho não temporário com o Poder Público regido pela CLT, cuja competência para a apreciação pelo Poder Judiciário recaía, conforme jurisprudência da Suprema Corte, sobre a Justiça especializada, por força do art. 114 da CF/88, em sua redação originária. 4. Na ADI nº 2.135/DF-MC, em sede de juízo liminar, o STF assentou a plausibilidade jurídica da tese de inconstitucionalidade formal da norma e deferiu provimento cautelar, após os Ministros da Suprema Corte ponderarem que a alteração da redação do dispositivo pela EC nº 19/98 teria possibilitado, no âmbito do mesmo ente federativo, a instituição de regimes jurídicos distintos (não único, como previsto na redação original) para seus trabalhadores. 5. A decisão liminar na ADI nº 2.135/DF, portanto, não teve o condão i) de declarar inconstitucional os diplomas normativos que tiverem instituído as regras da CLT para a regência do vínculo entre a Administração Pública e seus servidores, tampouco, ii) de declarar a inconstitucionalidade de leis editadas antes da vigência da EC nº 19/98. 6. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (Rcl 19837 AgR, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 05/04/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-082 DIVULG 27-04-2016 PUBLIC 28-04-2016)

Nessas circunstâncias, em que não se tem presente os contextos específicos das ADI 2.135 MC e ADI 3.395 MC, não há estrita aderência entre o ato impugnado e os paradigmas invocados. É, portanto, inviável a presente reclamação.

Dessa forma, a postulação não passa de simples pedido de revisão do entendimento aplicado na origem, o que confirma a inviabilidade desta ação. Esta CORTE já teve a oportunidade de afirmar que a reclamação tem escopo bastante específico, não se prestando ao papel de simples substituto de recursos de natureza ordinária ou extraordinária (Rcl 6.880-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Plenário, DJe de 22/2/2013).

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO.

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.539 **(913)**

ORIGEM	: 41539 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 1182-79.2017.5.10.0015 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CICERO NETO DA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO: Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada em face de acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho que, dada a irrecorribilidade da decisão que nega a transcendência ao agravo de instrumento em recurso de revista, negou-lhe provimento.

Articula com usurpação de competência desta Corte no RE 760.931, paradigma do Tema 246 da repercussão geral, uma vez que se debate questão que transcende os interesses subjetivos da causa no que diz respeito a aspectos relevantes do ponto de vista econômico, político, social e e também jurídico já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Dispenso a remessa à Procuradoria-Geral da República (art. 52, parágrafo único, do RISTF), por entender que o processo está suficientemente instruído e em condições de julgamento.

É o relatório. Decido.

O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, l, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

Observo que a decisão reclamada consignou (eDOC 8, p. 7):

"Na minuta do agravo de instrumento, a parte defende o processamento do recurso de revista.

Publicado o acórdão regional na vigência da Lei 13.467/2017, incide o disposto no art. 896-A da CLT, que exige, como pressuposto ao exame do recurso de revista, a transcendência econômica, política, social ou jurídica (§1º, incisos I, II, III e IV).

No caso, o recurso de revista a que se visa destrancar não versa sobre questão nova nesta Corte Superior, não revela desrespeito a sua jurisprudência dominante ou a do Supremo Tribunal Federal, tampouco os valores objeto da controvérsia do recurso, individualmente considerados em seus temas, representam relevância econômica a justificar a atuação desta Corte Superior.

Em síntese, o recurso de revista não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, impondo-se a rejeição do agravo de instrumento, (…)."

Como se vê, em princípio, a decisão reclamada não trata da matéria objeto da tese e implicaria a extinção por falta de aderência estrita, uma vez que a análise dos requisitos recursais refere-se ao exercício de competência própria do Tribunal Reclamado (Rcl 33.04-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 12.06.2019; Rcl 32.648-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 31.05.2019).

Ainda que assim não fosse, melhor sorte não socorreria a reclamante.

No julgamento do mérito do RE 760.931 (paradigma do Tema 246 da repercussão geral) fixou-se a seguinte tese: "*O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*"

No julgamento dos Embargos de Declaração, um dos quais interposto pela União, para o qual restei relator, rejeitou-se a imputação do ônus da prova.

A decisão reclamada, ao confirmar a decisão proferida pela Corte Regional, reconheceu a responsabilidade subsidiária da reclamante por débitos trabalhistas com base na culpa *in vigilando* da Administração, ao faltar com o dever de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da devedora principal, consoante consta dos fundamentos do voto do relator no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (eDOC 4, p.8):

"No caso dos autos, foi verificada a inadimplência da prestados de serviços no que tange ao pagamento do FGTS, auxílio alimentação, vale-transporte e verbas rescisórias à reclamante.

Neste diapasão, cabia à Advocacia-Geral da União-TO demonstrar nos autos o regular exercício do poder fiscalizatório, encargo do qual não se desincumbiu, não resultando, assim a responsabilidade subsidiária imposta pelo mero inadimplemento das verbas trabalhistas, mas efetivos danos sofridos pelo reclamante em razão desta omissão.

Assim, deveria ter a tomadora de serviço fiscalizado o efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas, como previsto no contrato celebrado entre as partes, mas não o fez. Ao contrário, continuou utilizando-se dos serviços da primeira reclamada, sem verificar o real cumprimento contratual, embora fosse obrigação do contratante efetuar o pagamento da

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

fatura somente após a apresentação dos comprovantes dos pagamentos dos empregados referentes ao mês anterior ao vencido, bem como dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas.

Registra-se, ainda, que a simples rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços quando detectada alguma irregularidade na sua execução, por si só, não é suficiente para eximir o benefício da mão de obra da sua responsabilidade subsidiária pelos direitos do trabalhador. Se assim fosse, não seria razoável impor ao empregado que executou os serviços contratados o ônus da má ou mesmo da ausência de fiscalização do contrato.

Portanto, foi comprovada nos autos a conduta culposa do tomador dos serviços pela fiscalização ineficaz das obrigações contratuais e dos seus efeitos sobre o contrato de trabalho, reconhecendo-se a culpa *in vigilando* para imputar a responsabilidade subsidiária."

Não houve, na espécie, transferência automática de responsabilidade.

Não à toa, em situações como a presente, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende não haver violação da autoridade da decisão proferida na ADC 16, entendimento reiterado no RE 760.931. Confira-se:

"AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. DEVERES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À DECISÃO PROFERIDA NA ADC 16. PRECEDENTES. 1. O registro da omissão da Administração Pública quanto ao poder-dever de fiscalizar o adimplemento, pela contratada, das obrigações legais que lhe incumbiam a caracterizar a culpa *in vigilando*, ou da falta de prova acerca do cumprimento dos deveres de fiscalização de observância obrigatória, não caracteriza afronta à ADC 16. 2. Inviável o uso da reclamação para reexame de conjunto probatório. Precedentes. 3. Agravo interno conhecido e não provido." (Rcl 25.385 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 19.12.2017) (grifou-se)

"DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. PODER PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA VINCULANTE 10. 1. Decisão reclamada que afirma a responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas de suas contratadas, quando reconhecida a omissão da contratante na fiscalização da execução do contrato (culpa *in eligendo* ou *in vigilando*). 2. Inexistência de violação à autoridade da decisão proferida na ADC 16. 3. Inexistência de violação à súmula vinculante nº 10, devido ao órgão reclamado não efetuar análise de constitucionalidade. 4. Em reclamação, é inviável reexaminar o material fático-probatório dos autos, a fim de rever a caracterização da omissão do Poder Público. 5. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (Rcl 24.545 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 10.11.2016)

Por fim, ressalto a impossibilidade de se reverter o entendimento constante do ato reclamado sobre a existência de culpa no caso concreto, porque, nos termos da jurisprudência desta Corte, não é cabível o manejo de reclamação para se obter o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, tampouco decidir sobre a inversão do ônus probatório nesta via, já que desborda do conteúdo dos parâmetros de controle invocados.

A reclamação, explicita-se, não constitui via adequada para debater premissas fáticas da decisão, como pretende o reclamante quando alega que os documentos e provas produzidos nos autos originários conduzem à conclusão sobre a existência de fiscalização por parte da administração.

Inviável, portanto, o manejo da reclamação.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 21, § 1º, e 161, parágrafo único, do RISTF, nego seguimento à reclamação.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.546 **(914)**

ORIGEM	: 41546 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. CÁRMEN LÚCIA**
RECLTE.(S)	: CLEBER STEVENS GERAGE
ADV.(A/S)	: CLEBER STEVENS GERAGE (355105/SP)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ATIBAIA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: FACEBOOK DO BRASIL S.A
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE PARADIGMA VIABILIZADOR DA RECLAMAÇÃO. ALEGADA MÁ APLICAÇÃO AO ENUNCIADO N. 70 DO FOJESP E CONTRARIEDADE A TESES FIRMADAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INADMISSIBILIDADE. USO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO: IMPOSSIBILIDADE. RECLAMAÇÃO À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Reclamação, com requerimento de medida liminar, ajuizada por Cleber Stevens Gerage, em 9.6.2020, contra sentença proferida pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Atibaia, no Processo n. 1003012-60.2020.8.26.0048, pela qual, ao julgar extinto o processo sem resolução do mérito, teria mal aplicado o Enunciado n. 70 do Fojesp e contrariado teses do Superior Tribunal de Justiça. Confira:

"*O Enunciado n.º 08 do FONAJE dispõe o seguinte: ENUNCIADO 8 As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.*

No mesmo sentido o Enunciado n.º 17 do FOJESP: As ações cautelares e as sujeitas a procedimentos especiais, entre elas as monitórias, não são admissíveis nos Juizados.

Os procedimentos especiais não o são gratuitamente. Vale mencionar as palavras de ANTÔNIO CARLOS MARCATO: (…)

O espírito da lei é o de reservar ao Juizado causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da lei 9099/95), e a admissão de outras de maior especialidade prejudicaria o objetivo de dar maior celeridade às chamadas pequenas causas.

O artigo 3º, em seu rol taxativo, prevê nos três primeiros incisos causas de procedimento comum, seja ordinário ou sumário (quanto ao inciso III, veja o artigo 59 da Lei 8245/91).

O único caso de procedimento especial é o do inciso IV, relativo às possessórias de imóveis, cujo valor não exceda ao fixado no inciso I, desse mesmo dispositivo legal.

Tal situação justifica o entendimento firmado no enunciado já lembrado, sendo que nenhum outro procedimento especial é admitido no sistema dos Juizados Especiais, dada sua flagrante incompatibilidade.

Na presente demanda resta evidente que busca a parte autora a obter dados de identificação para utilização futura, em outra demanda, notadamente os dados de qualificação do responsável pelo perfil indicado na inicial.

Tal procedimento não se coaduna com o trazido pela Lei n.º 9.099/95, não sendo ele expressamente previsto, nem mesmo respeitando seus critérios orientadores. (…)

Contudo, ainda que tenha ocorrido a alteração do procedimento comum acerca da exibição de documentos e produção antecipada de provas, certo é que tais tutelas não são admitidas nesta vara especializada, conforme o Enunciado n.º 70, do FOJESP.

Os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. 303 a 310 do CPC/2015, são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais.]Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei n.º 9.099/95" (fls. 21-24, doc. 4).

2. Contra essa decisão Cleber Stevens Gerage ajuíza a presente reclamação.

Alega que, ao contrário do que afirmado no ato reclamado, "*a ação judicial promovida pelo reclamante na origem, dmv, é sim cabível no rol de demandas estabelecidas pelo rido da Lei nº 9099/95*" e que "*no caso, não se tratar de ação judicial de produção exclusiva de provas, mas sim, de ação judicial que visa obter informações documentais de determinada pessoa, cujas informações e documentos somente poderão ser fornecidos pela empresa detentora dessas informações*" (fl. 3).

Argumenta não ser possível ter o ato reclamado aplicado o "*Enunciado nº 70, do FOJESP, vez que o procedimento comum restou alterado acerca da exibição de documentos e produção antecipada de provas, ainda mais, quando o procedimento judicial escolhido pelo reclamante é totalmente diverso do apontado pelo d. Juízo reclamado*" (fl. 3).

Sustenta ter a decisão reclamada atentado "*contra duas teses consolidadas do Superior Tribunal de Justiça, cujo material está disponível na edição 89 de Jurisprudência em Teses do STJ, a saber das teses 1 e 3: 1) O processamento da ação perante o juizado especial estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça comum. 3) A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos juizados especiais"* (fls. 3-4).

Requer a "*suspensão liminar do processo ou do ato impugnado, da origem, para evitar dano irreparável ao reclamante*" (fl. 4).

No mérito, pede a procedência da reclamação para "*cassar a decisão exorbitante de seu julgado ou determinar medida adequada à solução da controvérsia, o que se espera por ser medida de Direito e Justiça"* (fl.4).

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO.**

3. No parágrafo único do art. 161 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispõe-se que "*o Relator poderá julgar a reclamação quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal*", como se dá na espécie.

4. Põe-se em foco na presente reclamação se a autoridade reclamada, ao extinguir o processo sem resolução do mérito, ao fundamento de que "*os procedimentos de tutela de urgência requeridos em caráter antecedente, na forma prevista nos arts. 303 a 310 do CPC/2015, são incompatíveis com o Sistema dos Juizados Especiais*", teria mal aplicado o Enunciado n. 70 do Fojesp e contrariado teses do Superior Tribunal de Justiça.

5. A reclamação é instrumento constitucional processual posto no sistema como dupla garantia formal da jurisdição: primeiro, para o jurisdicionado que tenha recebido resposta a pleito formulado judicialmente e

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

veja a decisão proferida afrontada, fragilizada e despojada de vigor e eficácia; segundo, para o Supremo Tribunal Federal (al. *l* do inc. I do art. 102 da Constituição da República) ou para o Superior Tribunal de Justiça (al. *f* do inc. I do art. 105 da Constituição), que podem ter suas competências enfrentadas e menosprezadas por outros órgãos do Poder Judiciário e a autoridade das decisões proferidas mitigada diante de atos reclamados.

Busca-se, pela reclamação, fazer com que a prestação jurisdicional mantenha-se dotada de vigor jurídico ou que a competência do órgão judicial de instância superior seja resguardada.

6. O objetivo da reclamação é a preservação da competência e a garantia da autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo cabível como atalho processual impróprio para se percorrerem vias recursais com supressão de instâncias e descumprimento de procedimentos e fases legalmente definidas.

Na espécie em exame, o reclamante não apontou paradigma hábil a autorizar o ajuizamento da presente reclamação nem contrariedade a julgado deste Supremo Tribunal ou a Súmula Vinculante. A pretensão do reclamante é a revisão da sentença proferida pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Atibaia, no Processo n. 1003012-60.2020.8.26.0048, valendo-se da reclamação como se recurso fosse, o que não é admitido pelo Supremo Tribunal Federal.

A reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, sendo instrumento inidôneo para o reexame do conteúdo do ato reclamado. Assim, por exemplo:

"*O remédio constitucional da reclamação não pode ser utilizado como um (inadmissível) atalho processual destinado a permitir, por razões de caráter meramente pragmático, a submissão imediata do litígio ao exame direto do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. - A reclamação, constitucionalmente vocacionada a cumprir a dupla função a que alude o art. 102, I, l, da Carta Política (RTJ 134/1033), não se qualifica como sucedâneo recursal nem configura instrumento viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado, eis que tal finalidade revela-se estranha à destinação constitucional subjacente à instituição dessa medida processual. Precedentes"* (Rcl n. 4.381-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, Plenário, DJe 5.8.2011).

"*AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REGIME DA LEI 8.038/90 E CPC/73. PEDIDO FUNDADO EM JURISPRUDÊNCIA NÃO VINCULANTE E DIREITO OBJETIVO. 1. A reclamação dirigida a esta Corte só é cabível quando se sustenta usurpação de sua competência, ofensa à autoridade de suas decisões ou contrariedade a súmula vinculante (CRFB/1988, arts. 102, I, l, e 103-A, § 3º). No segundo caso, exige-se que o pronunciamento tenha efeito vinculante ou, ao menos, que tenha sido proferido em processo subjetivo no qual o reclamante figurou como parte, hipóteses não configuradas nos autos. Também não se admite alegação de afronta a direito objetivo. 2. Agravo interno desprovido*" (Rcl n. 14.745-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 10.2.2017).

"*Ausentes os pressupostos legitimadores da reclamação, este remédio constitucional não pode ser utilizado como um atalho processual destinado à submissão imediata do litígio ao exame direto desta Suprema Corte, nem tampouco como sucedâneo recursal viabilizador do reexame do conteúdo do ato reclamado*" (Rcl n. 10.036-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Plenário, DJe 1º.2.2012).

"*O instituto da Reclamação não se presta para substituir recurso específico que a legislação tenha posto à disposição do jurisdicionado irresignado com a decisão judicial proferida pelo juízo a quo. 2. Inaplicabilidade da teoria da transcendência dos motivos determinantes*" (Rcl n. 5.703-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 16.10.2009).

7. Pelo exposto, **nego seguimento à reclamação** (§ 1º do art. 21 e parágrafo único do art. 161 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

RECLAMAÇÃO 41.547 **(915)**

ORIGEM	: 41547 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: JOAO BOSCO RAMOS DE ARRUDA
ADV.(A/S)	: ADRIANO ROBERTO COSTA (233286/SP)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 6ª RAJ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, proposta contra ato do Juiz de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECRIM 6ª RAJ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na inicial, o reclamante alega, em linhas gerais, que o Juízo reclamado não apresentou fundamentação idônea para determinar a realização de exame criminológico no processo de execução n. 0007015-60.2018.8.26.0796.

Em razão disso, requer "*seja deferida liminar para determinar ao R. Juízo do DEECRIM que analise a progressão do reclamante sem a realização do exame criminológico, comunicando-se*.".

Requer, ainda, "*seja ao final, conhecida e no mérito julgada procedente a presente reclamação para reconhecer a ilegalidade da decisão e determinar ao MM. Juiz reclamado a análise da progressão do regime do reclamante sem a realização do exame criminológico, comunicando-se*.".

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem o art. 102, I, "l", e o art. 103-A, *caput* e §3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

[...]

§3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I – preservar a competência do tribunal;

II – garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

O parâmetro invocado é a Súmula Vinculante n. 26, cujo teor é o seguinte:

Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.

Como se observa, o paradigma tido como violado legitima a realização de exame criminológico para efeito de progressão de regime, desde que a sua determinação seja adequadamente fundamentada.

São relevantes os fundamentos da autoridade reclamada, até porque o reclamante João Bosco Ramos de Arruda (processo de execução n. 0007015-60.2018.8.26.0796) se viu condenado à pena de 09 (nove) anos e 03 (três) meses de reclusão, regime fechado, além de 635 (seiscentos e trinta e cinco) dias-multa, no mínimo legal, pela prática dos crimes previstos no art. 33, "caput", da Lei n. 11.343/06 e no art. 16, "caput", da Lei n. 10.826/03, na forma do art. 69, "caput", do Código Penal. No caso concreto, para o reclamante, a autoridade reclamada assim registrou:

VISTOS.

Imprescindível a submissão do sentenciado a exame criminológico, com o escopo de verificar se se encontra satisfeito, na espécie, o requisito subjetivo legalmente exigido para a concessão de benefício.

Tal aferição psicológica revela-se indispensável no caso em comento em razão da gravidade do delito cometido pelo condenado, concretamente considerada (deveras prejudicial à sociedade), bem assim da personalidade criminosa por ele revelada. De consignar-se, ao propósito, que o sentenciado fora condenado porque guardava, sem autorização legal, para fornecimento a consumo alheio, considerável quantidade de "droga", a indicar que faz dessa nefasta atividade criminosa o seu modo de vida, o que, por si só, legitima a providência acima alvitrada.

Necessário, então, diante desse contexto, constatar se, atualmente, dispõe o sentenciado de condições mérito para obter benefício, sem novos abalos à paz social.

Em outros termos: o interesse público exige, no caso em apreço, a realização da avaliação supracitada, porquanto não se pode admitir que a sociedade seja laboratório de criminosos.

Tal providência, ademais, encontra amparo no entendimento consolidado do Egrégio Supremo Tribunal Federal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se, ao propósito, a súmula vinculante n. 26, nestes termos:

[...]

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, editou, a respeito, a súmula n. 439, *in verbis*:

"Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada".

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Posto isso, DETERMINO que o condenado JOÃO BOSCO RAMOS DE ARRUDA, CPF: 033.871.398-02, MTR: 1092209-4, RG: 15784155, RGC: 16.032.694, RJI: 182013190-98, CNPJ: 51.174.001/0001-93, OAB: 999999/DP, RJI: 192688131-40, Centro de Detenção Provisória de Taiuva, seja submetido a exame criminológico, a ser realizado por equipe profissional psicológico e assistente social que atua no presídio onde ele se encontra.

Desde logo este juízo formula os seguintes quesitos:

[...]

Intimem-se as partes.

Nota-se que o ato impugnado está devidamente justificado, razão pela qual deve incidir, na hipótese, a jurisprudência pacífica desta CORTE no sentido de que é inviável a Reclamação Constitucional, ajuizada sob a alegação de ofensa à Súmula Vinculante n. 26, quando a determinação da realização do exame criminológico for adequadamente fundamentada nas peculiaridades do caso concreto. Nessa linha de raciocínio, confiram-se precedentes das duas Turmas deste SUPREMO TRIBUNAL:

RECLAMAÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. SÚMULA VINCULANTE Nº 26. EXAME CRIMINOLÓGICO. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.

1. A jurisprudência desta Suprema Corte, consolidada no enunciado da Súmula Vinculante nº 26, reputa viável a realização do exame criminológico nas situações em que o Juiz da Execução, forte no exercício do poder geral de cautela, considerar necessário para a formação do seu convencimento.

2. O magistrado de primeiro grau, ao considerar a situação concreta do apenado, determinou, mediante decisão fundamentada, a realização de exame criminológico.

3. Inexistente, na hipótese, qualquer ato praticado pela autoridade reclamada capaz de afrontar o enunciado da Súmula Vinculante nº 26. Precedentes.

4. Reclamação improcedente.

[Rcl 22.685/SP, Rel. Min. EDSON FACHIN (Redatora para o acórdão, Min. ROSA WEBER), Primeira Turma, DJe de 16/9/2016];

RECLAMAÇÃO – ALEGADO DESRESPEITO AO ENUNCIADO CONSTANTE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 26/STF – INOCORRÊNCIA – PROGRESSÃO DE REGIME – RECONHECIMENTO DA POSSIBILIDADE DE O JUÍZO DA EXECUÇÃO CRIMINAL ORDENAR, MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA, A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO – IMPORTÂNCIA DO MENCIONADO EXAME NA AFERIÇÃO DA PERSONALIDADE E DO GRAU DE PERICULOSIDADE DO SENTENCIADO – EDIÇÃO DA LEI Nº 10.792/2003, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 112 DA LEP – DIPLOMA LEGISLATIVO QUE, EMBORA OMITINDO QUALQUER REFERÊNCIA AO EXAME CRIMINOLÓGICO, NÃO LHE VEDA A REALIZAÇÃO, SEMPRE QUE JULGADA NECESSÁRIA PELO MAGISTRADO COMPETENTE – CONSEQUENTE LEGITIMIDADE JURÍDICA DA DETERMINAÇÃO, PELO PODER JUDICIÁRIO, DO EXAME CRIMINOLÓGICO – PRECEDENTES – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELA IMPROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

(Rcl 18.734 AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 27/2/2015).

Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NEGO SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.559 **(916)**

ORIGEM	: 41559 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PRISCILA DE PAULA CABRAL (106540/RJ)
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 101298-56.2016.5.01.0055 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: SIDINEI DA SILVA MARINHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra acórdão prolatado pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do processo 0101298-56.2016.5.01.0055, o qual teria violado a tese fixada no tema 246, RE 760.931 (Rel. Min. ROSA WEBER).

Na inicial, a Universidade do estado do Rio de Janeiro expõe o seguinte contexto fático (fls. 1/2):

Cuida-se, na origem, de reclamação trabalhista em que são postuladas verbas resilitórias, em virtude de extinção de vínculo laboral. Diante da terceirização da atividade prestada pelo autor, houve pleito de condenação subsidiária da UNIVERSIDADE, fundação autárquica.

Após regular processamento do feito, os pedidos constantes da inicial foram julgados procedentes, inclusive quanto à condenação subsidiária da tomadora do serviço.

Irresignada, a UNIVERSIDADE RÉ interpôs Recurso Ordinário, suscitando precedentes vinculantes do E. Supremo Tribunal Federal que afastariam a condenação subsidiária na hipótese.

Não obstante ao pedido, a condenação foi mantida, o que levou ao manejo de Recurso de Revista, o qual foi inadmitido pelo Tribunal de origem.

Diante disso, a fim de promover o esgotamento de todas as instâncias ordinárias, foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento. Dessa feita, o E. Tribunal Superior do Trabalho manteve o juízo de inadmissibilidade recursal, por compreender inexistir transcendência no recurso de revista em quaisquer das suas modalidades.

A seguir, apresenta as seguintes alegações de direito (fls. 8/9):

A bem da verdade, a decisão recorrida esbarra no que dispõe o artigo 71 da lei federal nº 8.666/93, que veda a transferência de responsabilidade pelo não pagamento de encargos trabalhistas à Administração Pública.

Assim, ainda que tivesse havido culpa in elegendo ou in vigilando, tal fato não seria suficiente para transferir à Fazenda Pública a responsabilidade por seus atos, especialmente quando há norma expressa nesse sentido. Aliás, não fosse isso o bastante, a Suprema Corte, nos autos da ADC nº 16, reconheceu a constitucionalidade do supracitado dispositivo de lei federal.

Todavia, o E. TST, ao editar o item V da Súmula nº 331 do TST, legislou sobre o tema e previu a possibilidade de responsabilizar o tomador de serviços quando fosse supostamente possível enxergar uma falha na fiscalização do contrato.

Diante disso, o E. Supremo Tribunal Federal foi chamado a revisitar a questão nos autos do Recurso Extraordinário nº 760.931, com repercussão geral, em que fixou a seguinte tese: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Dessa feita, a Suprema Corte destacou que o ônus da prova quanto à falha na fiscalização por parte do ente público seria exclusivamente do reclamante, não podendo ser imputado à Fazenda Pública.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender o trâmite do processo e, no mérito, *seja julgada procedente a reclamação, a fim de que a decisão de mérito proferida nos autos de origem seja cassada, com a subsequente declaração da inexistência de responsabilidade subsidiária da Universidade na hipótese*. (fl. 14).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem os arts. 102, I, *l*, e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 9/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, os autos do processo foram remetidos *para Coordenadoria de Recursos para processar o Recurso Extraordinário*.

A hipótese presente envolve a autoridade do decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011), que declarou constitucional o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Em virtude de aplicações interpretativas diversas dos reflexos da matéria decidida em controle concentrado, esse tema

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

foi revolvido por esta CORTE, no julgamento do RE 760.931 (Rel. Min, ROSA WEBER, DJe de 2/5/2017), cuja tese de repercussão geral foi editada: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*

Na ocasião, o Plenário, por maioria, afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, e, conforme declarei em meu voto, *ante a ausência de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador, a dizer, que se tenha comprovado peremptoriamente no processo tal circunstância, subsiste o ato administrativo e a Administração Pública exime-se da responsabilidade por obrigações trabalhistas em relação àqueles que não compõem seus quadros.*

No mesmo julgamento, também consignei, em meu voto, que:

O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADC 16, que a mera inadimplência não pode converter a Administração Pública em responsável por verbas trabalhistas, decidindo que não é todo e qualquer episódio de atraso na quitação de verbas trabalhistas que pode ser imputado subsidiariamente ao Poder Público, mas só aqueles que tenham se reiterado com a conivência comissiva ou omissiva do Estado. Não me parece que seja automaticamente dedutível, da conclusão deste julgamento, um dever estatal de fiscalização do pagamento de toda e qualquer parcela, rubrica por rubrica, verba por verba, devida aos trabalhadores. O que pode induzir à responsabilização do Poder Público é a comprovação de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados; ou seja, a necessidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador. Se não houver essa fixação expressa, clara e taxativa por esta Corte, estaremos possibilitando, novamente, outras interpretações que acabem por afastar o entendimento definitivo sobre a responsabilização da Administração Pública nas terceirizações, com a possibilidade de novas condenações do Estado por mero inadimplemento e, consequentemente a manutenção do desrespeito à decisão desta Corte na ADC 16.

No caso concreto, o ato reclamado imputou responsabilidade à Administração Pública, valendo-se dos seguintes fundamentos (doc. 3, fls. 92/94):

É óbvio que a responsabilidade pelo efetivo adimplemento das verbas trabalhistas é da empresa privada contratada para a prestação do serviço, esta é a dicção legal, aplicada e válida entre as partes contratantes.

Por este motivo, constatada a não fiscalização e decretada a responsabilidade subsidiária, assegura-se ao ente público a ação regressiva em face da contratada, caso venha a ser efetivamente responsabilizada pelos débitos trabalhistas, o que só ocorrerá em sede de execução e acaso não se logre êxito em executar a responsável principal.

(...)

No caso em apreço, embora não conste dos autos o contrato de prestaçãode serviços firmado entre as rés, restou demonstrado nos autos que a segunda ré, UERJ, foi a tomadora dos serviços da autora, diante dos termos da contestação da primeira ré, CONSTRUIR ARQUITETURA SERVICOS LTDA, segundo o qual, foi firmado contrato de prestação de serviços com a segunda ré, UERJ, tendo sido esta a tomadora dos serviços da autora.

Além disso, a reclamante comprovou a prestação de serviços em favor da segunda reclamada, UERJ, uma vez que na folha de frequência de ID 213077a consta como local de trabalho "H.U.P.E." (Hospital Universitário Pedro Ernesto), pertencente à UERJ.

Não há prova de que foi verificada a capacidade da primeira reclamada, e de estar em dia com suas obrigações trabalhistas, dando azo assim a sua escolha para prestadora de serviços à segunda reclamada, o que configura, sem dúvidas, a culpa *in eligendo* da UERJ.

Não veio aos autos prova de ter a UERJ exercido seu dever de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista pela primeira reclamada.

Ademais, a segunda reclamada, UERJ, disse entender que não é de sua competência fiscalizar os contratos de trabalho entre a primeira reclamada e seus funcionários.

Demonstrada a prestação de serviços da reclamante em favor da UERJ, cumpre a esta, como beneficiária da energia despendida pela obreira, responder pela condenação.

Com efeito, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da ora reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

Essa linha por mim defendida prevaleceu na 1ª Turma desta CORTE, em caso essencialmente idêntico ao presente, em julgado cuja ementa transcrevo:

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO MUNICÍPIO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA VIOLAÇÃO À ADC 16. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador. 2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente do agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade do reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16. 3. Recurso de agravo a que se dá provimento. (Rcl 28.459 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/11/2019; Rcl 36.836 EDAgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/2/2020).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma que seja cassado o acórdão reclamado, na parte em que atribui responsabilidade subsidiária ao reclamante (0101298-56.2016.5.01.0055).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.561 **(917)**

ORIGEM	: 41561 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: EDUARDO ABONISSIO
ADV.(A/S)	: EDER PEREIRA BAHIA (287830/SP)
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL - DEECRIM 4ª RAJ DA COMARCA DE CAMPINAS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação, com pedido liminar, proposta contra decisão do Juiz de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal - DEECRIM 4ª RAJ da Comarca de Campinas, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consistente na negativa de vigência da Súmula Vinculante n. 56, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Na inicial, o reclamante alega que "*encontra-se preso Centro de Ressocialização de Sumaré/SP, cumprindo pena em regime semiaberto. Conforme cálculo de penas o reclamante atinge o lapso para progredir para o regime aberto em 11/09/2020.*".

Numa síntese, sustenta que "*é acometido de síndrome do pânico, lesão hepática crônica, com evolução para insuficiência hepática e cirrose. Tudo devidamente comprovado pelo relatório médico da unidade, paciente figura no grupo de risco do Covid.*".

Sustenta, também, que "*diante das orientações do CNJ, que recomendou aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, concedesse a antecipação de benefícios as pessoas que figuram no grupo de risco o paciente postulou ao M.M. Juiz a quo a concessão antecipada do regime aberto ou ainda a concessão de regime aberto domiciliar. O pedido se fundamentou ainda, na evidente violação a Súmula 56 deste E. Tribunal, pois, manter o reclamante preso em regime semiaberto quando as unidades prisionais interromperam as atividades que são próprias daquele regime (trabalho externo, estudo, saídas temporárias, visitas), torna o sistema prisional inadequado, violando a determinação da suscitada Súmula 56 deste Pretório Excelso, prejudicando a ressocialização do reclamante. Ocorre que o nobre magistrado de piso, houve por bem indeferir o pedido do reclamante sem observar o enunciado da Súmula Vincula nº. 56* [...]".

Assim, requer "*a imediata distribuição da Reclamação ao Ilustre Ministro Presidente deste Egrégio Supremo Tribunal Federal, pleiteando-se liminarmente seja ordenado que o M.M. Juiz de Direito do DEECRIM da 4ª RAJ Campinas/SP, a colocação do reclamante em regime menos gravoso até a decisão final de mérito.*". No mérito, "*não sendo este o entendimento, requer após requisitadas as devidas informações da autoridade judiciária de primeira instância (Art. 157 RISTF), dê-se vistas ao Procurador Geral (Art. 160 RISTF) e o encaminhamento da presente Reclamação ao Plenário ou Turma (ART 161 RISTF), para que seja julgada procedente para tornar definitiva a liminar, a fim de que seja concedida a progressão antecipada para o regime aberto.*".

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem o art. 102, I, "l", e o art. 103-A, *caput* e §3º,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

[...]

§3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I – preservar a competência do tribunal;

II – garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

O parâmetro invocado é a Súmula Vinculante n. 56, cujo teor é o seguinte:

A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

Importante ressaltar que o precedente paradigma da Súmula Vinculante acima transcrita foi o Tema 423 da Repercussão Geral, cuja tese firmada restou assim ementada:

I - A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso;

II - Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como "colônia agrícola, industrial" (regime semiaberto) ou "casa de albergado ou estabelecimento adequado" (regime aberto) (art. 33, §1º, alíneas "b" e "c");

III - Havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.

Como se observa, de fato, o paradigma tido como violado consigna a ilegitimidade do cumprimento de pena em regime mais grave do que o imposto na sentença, em razão da ausência de vaga em estabelecimento prisional adequado a seu regime. Contudo, não se decidiu, no ato reclamado, acerca das condições do estabelecimento prisional no qual o reclamante cumpre, regularmente, a sua pena, no adequado regime prisional, apenas a sua permanência no mesmo estabelecimento prisional, a despeito da crise de saúde pública.

No caso concreto, o Juiz de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal - DEECRIM 4ª RAJ da Comarca de Campinas, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, indeferiu o requerimento do reclamante nos seguintes termos:

Vistos.

Trata-se de requerimento formulado em favor de Eduardo Abonissio para concessão de prisão domiciliar ou progressão antecipada de regime prisional.

O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido.

DECIDO.

O cumprimento da pena em regime domiciliar, de acordo com o art. 117 da LEP, somente será concedido aos sentenciados que foram beneficiados com o regime prisional aberto e desde que sejam maior de 70 anos ou estejam, comprovadamente, acometidos de doença grave.

Excepcionalmente, porém, tem-se admitido que, mesmo na hipótese de fixação de regime prisional diverso do aberto para o cumprimento da reprimenda, é possível o deferimento da prisão domiciliar, quando demonstrada, de plano, a necessidade de especial tratamento de saúde, que não possa ser suprido no local onde o condenado ou acautelado se encontra preso.

Inegável que a sociedade está passando por um momento de aflição, temerosa com as consequências da expansão das infecções pelo vírus COVID-19, inclusive os Governos Federal e Estaduais têm adotado medidas restritivas de locomoção, trabalho e orientado isolamento domiciliar dos cidadãos, justamente para impedir que a doença se espalhe de forma desordenada e gere um colapso no sistema de saúde e, consequentemente, muitos dos doentes não possam receber os cuidados necessários e venham a falecer.

Nesse cenário, temos a Recomendação nº 62, de 17/03/2020 do CNJ, que recomenda aos magistrados com competência sobre a execução penal algumas medidas com vistas à redução dos riscos epidemiológicos, contudo, não se trata de determinação que deve ser cumprida sem a análise do caso concreto, ou seja, que deva ser adotada de forma coletiva e indiscriminada, até sob pena de colocarmos também a segurança pública em risco.

A recomendação, a toda evidência, não equivale à ordem imediata de soltura ou concessão de outro benefício, mas à realização de análise, caso a caso, levando em consideração toda a complexidade gerada pelo *status libertatis* no qual se encontra a parte interessada e o problema de saúde pública enfrentado pela sociedade.

Outrossim, não obstante a maioria dos estabelecimentos penais da região sabidamente esteja em situação de superlotação, no caso dos autos, nenhuma notícia há no sentido que a condição de saúde do executado esteja comprometida ou que o ambiente carcerário específico esteja em piores condições que o externo.

Anoto, porque de relevo, que nenhuma unidade que compõe o DEECRIM 4ª RAJ, conforme procedimento que tramita perante a Corregedoria dos Presídios (n. 0003900-42.2020.8.26.0502), anunciou qualquer caso, nem mesmo suspeito, de COVID-19, estando em termos os procedimentos sanitários mínimos com vista à não introdução/contenção do novo Coronavirus no ambiente carcerário. Observa-se, ainda, que o sentenciado não possui lapso próximo para obtenção de benefício e que ele está sendo devidamente atendido na unidade prisional (fls. 70/71).

Assim, INDEFIRO os pedidos.

Int.

Conforme se verifica, o reclamado não manteve ou regrediu o reclamante ao regime fechado, tampouco lhe restringiu os benefícios do regime semiaberto. O juízo reclamado indeferiu os pedidos de prisão domiciliar ou progressão antecipada para o regime prisional aberto fundado na Lei de Execução Penal. Ainda, constou que o reclamante não possui lapso próximo para a obtenção do benefício.

Esses fundamentos não se subsumem à hipótese de incidência da Súmula Vinculante n. 56. O reclamante encontra-se em estabelecimento prisional adequado ao regime semiaberto, ao qual faz jus no momento.

Assim, por serem estranhos às hipóteses de cabimento da Reclamação, os pedidos formulados pelo reclamante não poderão ser conhecidos na via reclamatória, consoante entendimento reiterado desta SUPREMA CORTE (Rcl 30.343/SP, Min. GILMAR MENDES, DJe de 14/06/2018; Rcl 28.178 AgR/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 12/06/2018 e Rcl 29.956/PE, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 30/05/2018).

Logo, ausente a **estrita aderência entre o ato impugnado** e o **paradigma invocado**, consoante entendimento reiterado desta CORTE (Rcl 29.590/SP, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 19/06/2018; Rcl 27.890/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 21/09/2017; Rcl 18.946/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 05/11/2014 e Rcl 17.108 AgR/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 01/07/2014), inviável a análise desta Reclamação.

Não há, portanto, qualquer ilegalidade a ser amparada por meio da via reclamatória.

Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NEGO SEGUIMENTO À RECLAMAÇÃO.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.562 **(918)**

ORIGEM	: 41562 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SHEILA DE LIMA GRYNSZPAN (153259/RJ)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CLAUDIA MARIA LAGE MEDEIROS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de medida liminar, proposta contra acórdão prolatado pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do processo 0100968.04.2016.5.01.0041, o qual teria violado a tese fixada no tema 246, RE 760.931 (Rel. Min. ROSA WEBER).

Na inicial, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro expõe o seguinte contexto fático (fls. 1/2):

Cuida-se, na origem, de reclamação trabalhista em que são postuladas verbas resilitórias, em virtude de extinção de vínculo laboral. Diante da terceirização da atividade prestada pelo autor, houve pleito de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

condenação subsidiária da UNIVERSIDADE, fundação autárquica.

Após regular processamento do feito, os pedidos constantes da inicial foram julgados procedentes, inclusive quanto à condenação subsidiária da tomadora do serviço.

Irresignada, a UNIVERSIDADE RÉ interpôs Recurso Ordinário, suscitando precedentes vinculantes do E. Supremo Tribunal Federal que afastariam a condenação subsidiária na hipótese.

Não obstante ao pedido, a condenação foi mantida, o que levou ao manejo de Recurso de Revista, o qual foi inadmitido pelo Tribunal de origem.

Diante disso, a fim de promover o esgotamento de todas as instâncias ordinárias, foi interposto o recurso de Agravo. Dessa feita, a Terceira Turma do E. Tribunal Superior do Trabalho, negou provimento ao agravo de instrumento.

A seguir, apresenta as seguintes alegações de direito (fls. 6/7):

A bem da verdade, a decisão recorrida esbarra no que dispõe o artigo 71 da lei federal nº 8.666/93, que veda a transferência de responsabilidade pelo não pagamento de encargos trabalhistas à Administração Pública.

Assim, ainda que tivesse havido culpa in elegendo ou in vigilando, tal fato não seria suficiente para transferir à Fazenda Pública a responsabilidade por seus atos, especialmente quando há norma expressa nesse sentido. Aliás, não fosse isso o bastante, a Suprema Corte, nos autos da ADC nº 16, reconheceu a constitucionalidade do supracitado dispositivo de lei federal.

Todavia, o E. TST, ao editar o item V da Súmula nº 331 do TST, legislou sobre o tema e previu a possibilidade de responsabilizar o tomador de serviços quando fosse supostamente possível enxergar uma falha na fiscalização do contrato.

Diante disso, o E. Supremo Tribunal Federal foi chamado a revisitar a questão nos autos do Recurso Extraordinário nº 760.931, com repercussão geral, em que fixou a seguinte tese: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Dessa feita, a Suprema Corte destacou que o ônus da prova quanto à falha na fiscalização por parte do ente público seria exclusivamente do reclamante, não podendo ser imputado à Fazenda Pública.

Ao final, requer a concessão de medida liminar para suspender o trâmite do processo e, no mérito, *seja julgada procedente a reclamação, a fim de que a decisão de mérito proferida nos autos de origem seja cassada, com a subsequente declaração da inexistência de responsabilidade subsidiária da Universidade na hipótese*. (fl. 14).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da Reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõem os arts. 102, I, *l*, e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 9/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, os autos do processo estão conclusos para apreciação de recurso extraordinário interposto em 5/6/2020.

A hipótese presente envolve a autoridade do decidido na ADC 16 (Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 9/9/2011), que declarou constitucional o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Em virtude de aplicações interpretativas diversas dos reflexos da matéria decidida em controle concentrado, esse tema foi revolvido por esta CORTE, no julgamento do RE 760.931 (Rel. Min, ROSA WEBER, DJe de 2/5/2017), cuja tese de repercussão geral foi editada: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93*.

Na ocasião, o Plenário, por maioria, afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador, e, conforme declarei em meu voto, *ante a ausência de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador, a dizer, que se tenha comprovado peremptoriamente no processo tal circunstância, subsiste o ato administrativo e a Administração Pública exime-se da responsabilidade por obrigações trabalhistas em relação àqueles que não compõem seus quadros*.

No mesmo julgamento, também consignei, em meu voto, que:

O Supremo Tribunal Federal fixou, na ADC 16, que a mera inadimplência não pode converter a Administração Pública em responsável por verbas trabalhistas, decidindo que não é todo e qualquer episódio de atraso na quitação de verbas trabalhistas que pode ser imputado subsidiariamente ao Poder Público, mas só aqueles que tenham se reiterado com a conivência comissiva ou omissiva do Estado. Não me parece que seja automaticamente dedutível, da conclusão deste julgamento, um dever estatal de fiscalização do pagamento de toda e qualquer parcela, rubrica por rubrica, verba por verba, devida aos trabalhadores. O que pode induzir à responsabilização do Poder Público é a comprovação de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados; ou seja, a necessidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador. Se não houver essa fixação expressa, clara e taxativa por esta Corte, estaremos possibilitando, novamente, outras interpretações que acabem por afastar o entendimento definitivo sobre a responsabilização da Administração Pública nas terceirizações, com a possibilidade de novas condenações do Estado por mero inadimplemento e, consequentemente a manutenção do desrespeito à decisão desta Corte na ADC 16.

No caso concreto, o ato reclamado imputou responsabilidade à Administração Pública, valendo-se dos seguintes fundamentos (doc. 8, fls. 2):

Em razão de tudo quanto dito, retomo a compreensão anterior acerca da matéria, no sentido de que o poder-dever constitucional de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, inclusive aqueles relativos a contratos e convênios de prestação de serviços, recai sobre a Administração Pública e não sobre o particular (arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993). Assim, é o Ente Público que possui recursos probatórios (documentos, processos administrativos etc) capazes de demonstrar a eficiente fiscalização da execução do contrato administrativo, sendo que não há razão para a recusa à apresentação desses elementos probatórios em juízo. De outra face, é evidente que o cidadão-trabalhador não tem em sua posse os processos administrativos relativos à licitação (ou sua dispensa), às multas administrativas eventualmente aplicadas ou aos procedimentos de retenção de créditos e garantias (art. 80, III e IV, da Lei n° 8.666/1993).

Portanto, a inércia ou recusa deliberada do Ente Público em demonstrar documentalmente o cumprimento de dever que a Lei lhe impõe – o de fiscalizar a correta execução do contrato administrativo – não pode servir como obstáculo ao direito pleiteado pela parte adversa, uma vez que, ao litigar com o particular, é dever da Administração Pública "expor os fatos em juízo conforme a verdade" (art. 77, I, do CPC).

Assim, quando revelada pelo TRT, de forma inequívoca, a conduta culposa do Ente Público, cabível sua condenação, de forma subsidiária, pelas parcelas devidas ao trabalhador.

(...)

Do quadro fático narrado no acórdão regional, depreende-se que restou demonstrada, de forma inequívoca, a conduta culposa da Administração Pública, o que, na visão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE-760.931/DF, permite sua responsabilização subsidiária pelas parcelas devidas ao trabalhador.

Destaque-se que a adoção de compreensão diversa demandaria o revolvimento de fatos e provas, procedimento infenso em sede extraordinária, o que impede a aferição de ofensa aos preceitos da Constituição e de Lei evocados e de contrariedade ao verbete sumular indicado (Súmula 126/TST).

Com efeito, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente em relação aos terceirizados, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade da ora reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16.

Essa linha por mim defendida prevaleceu na 1ª Turma desta CORTE, em caso essencialmente idêntico ao presente, em julgado cuja ementa transcrevo:

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE ATRIBUIU RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AO MUNICÍPIO SEM A DEMONSTRAÇÃO DE COMPORTAMENTO SISTEMATICAMENTE NEGLIGENTE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO PODER PÚBLICO E O DANO SOFRIDO PELO TRABALHADOR. ALEGADA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

VIOLAÇÃO À ADC 16. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. 1. Por ocasião do julgamento do RE 760.931, sob a sistemática da Repercussão Geral, o Plenário desta SUPREMA CORTE afirmou que inexiste responsabilidade do Estado por débitos trabalhistas de terceiros, alavancada pela premissa da inversão do ônus da prova em favor do trabalhador. 2. No caso sob exame, não houve a comprovação real de um comportamento sistematicamente negligente do agravante, tampouco há prova do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva do Poder Público e o dano sofrido pelo trabalhador, a revelar presunção de responsabilidade do reclamante, conclusão não admitida por esta CORTE quando do julgamento da ADC 16. 3. Recurso de agravo a que se dá provimento. (Rcl 28.459 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/11/2019; Rcl 36.836 EDAgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 14/2/2020).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma que seja cassado o acórdão reclamado, na parte em que atribui responsabilidade subsidiária ao reclamante (100968-04.2016.5.01.0041).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.563 **(919)**

ORIGEM	: 41563 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S)	: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: PRISCILA DE PAULA CABRAL (106540/RJ)
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 100945-03.2016.5.01.0027 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (NOME NOS AUTOS)
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MAX LUIZ RODRIGUES GOMES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Trata-se de reclamação constitucional ajuizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro contra decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, a qual negou seguimento a agravo de instrumento que tinha por finalidade destrancar recurso de revista nos autos do Processo 0100945-03.2016.5.01.0027.

A reclamante sustenta, em suma, violação da decisão deste Supremo Tribunal ao julgar o RE 760.931/DF (Tema 246 da Repercussão Geral).

Narra o seguinte:

"Cuida-se, na origem, de reclamação trabalhista em que são postuladas verbas resilitórias, em virtude de extinção de vínculo laboral. Diante da terceirização da atividade prestada pelo autor, houve pleito de condenação subsidiária da UNIVERSIDADE, fundação autárquica.

2. Após regular processamento do feito, os pedidos constantes da inicial foram julgados procedentes, inclusive quanto à condenação subsidiária da tomadora do serviço.

3. Irresignada, a UNIVERSIDADE RÉ interpôs Recurso Ordinário, suscitando precedentes vinculantes do E. Supremo Tribunal Federal que afastariam a condenação subsidiária na hipótese. [...]

[...]

4. Não obstante ao pedido, a condenação foi mantida, o que levou ao manejo de Recurso de Revista, o qual foi inadmitido pelo Tribunal de origem.

5. Diante disso, a fim de promover o esgotamento de todas as instâncias ordinárias, foi interposto o recurso de Agravo de Instrumento. Dessa feita, o E. Tribunal Superior do Trabalho manteve o juízo de inadmissibilidade recursal, por compreender inexistir transcendência no recurso de revista em quaisquer das suas modalidades" (págs. 1-2 do documento eletrônico 1).

Ao final, requer liminarmente a suspensão do feito na origem e, no mérito,

"[...] seja julgada procedente a reclamação, a fim de que a decisão de mérito proferida nos autos de origem seja cassada, com a subsequente declaração da inexistência de responsabilidade subsidiária da Universidade na hipótese, consoante o artigo 487, inciso I, e 992 do Código de Processo Civil […] " (pág. 14 do documento eletrônico 1).

É o relatório necessário. Decido.

Bem examinados os autos, verifico que a reclamação é manifestamente inadmissível.

O art. 988 do Código de Processo Civil dispõe que caberá reclamação para:

"[...]

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência".

Ademais, o § 5° do mesmo art., no inciso II, informa que a reclamação não será admitida quando

"proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, **quando não esgotadas as instâncias ordinárias**" (grifei).

Com efeito, antes da entrada em vigor do CPC/2015, a jurisprudência desta Suprema Corte era pacífica quanto ao descabimento de reclamações que apontassem como paradigma um *leading case* de repercussão geral. Veja-se:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. SUCEDÂNEO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE DO PARÂMETRO DE CONTROLE.

1. A reclamação não é sucedâneo recursal. Precedentes.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme em considerar incabível a reclamação que indique como paradigma recurso extraordinário julgado segundo a sistemática da repercussão geral.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (Rcl 15.378-AgR/SP, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma).

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO DE DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DE MÉRITO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. INADMISSIBILIDADE DO USO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO" (Rcl 18.368-AgR/MS, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma).

Entretanto, após a entrada em vigor do CPC/2015, passou a ser cabível a reclamação na qual se indique como parâmetro de controle um *leading case* de repercussão geral, desde que esgotadas as instâncias ordinárias (art. 988, § 5°, II, do CPC/2015).

O Supremo Tribunal Federal tem interpretado o novo requisito do esgotamento das instâncias ordinárias, previsto no art. 988, § 5°, II, do CPC/2015, como a necessidade de exaurimento de todos os recursos cabíveis. Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PROPOSTA PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Em se tratando de reclamação para o STF, **a interpretação do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 deve ser fundamentalmente teleológica, e não estritamente literal. O esgotamento da instância ordinária, em tais casos, significa o percurso de todo o iter recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte.** Ou seja, se a decisão reclamada ainda comportar reforma por via de recurso a algum tribunal, inclusive a tribunal superior, não se permitirá acesso à Suprema Corte por via de reclamação.

2. Agravo regimental não provido" (Rcl 24.686-ED-AgR/RJ, Rel. Min. Teori Zavascki - grifei).

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 368. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

1. O CPC/2015 prevê como requisito para o ajuizamento de reclamação por alegação de afronta a tese firmada em repercussão geral o esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015). **A interpretação correta a respeito de quando haveria tal esgotamento das instâncias ordinárias é aquela que exige o correto percurso de todo o iter processual, ultimado na interposição de agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I e § 2°, do CPC/2015. Ou seja, é imprescindível que a parte tenha interposto todos os recursos cabíveis, até a última via processual que lhe é aberta.** Nesse sentido, veja-se a Rcl 24.686-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki.

2. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de decisão unânime" (Rcl 32.277-AgR/RS, Rel. Min. Roberto Barroso - grifei).

"Agravo regimental em reclamação.

2. Alegado descumprimento de decisão proferida por esta Corte (tema 339 da sistemática da repercussão geral).

3. Não esgotamento das instâncias ordinárias.

4. Reclamação como sucedâneo recursal. Inadmissibilidade.

5. Negativa de provimento ao agravo regimental" (Rcl 32.193-ED-AgRMT, Rel. Min. Gilmar Mendes - grifei).

No caso, verifico que o ato impugnado é a decisão monocrática do relator do agravo de instrumento ajuizado no TST para destrancar o recurso de revista (págs. 74-75 do documento eletrônico 9).

Dessa decisão ainda cabe recurso, tanto que, na origem, houve o ajuizamento de recurso extraordinário em 9/6/2020, como é possível aferir em

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

consulta processual no sítio eletrônico do TST.

Assim, constato que não houve o necessário exaurimento das instâncias recursais ordinárias.

Desse modo, não vislumbro nenhuma das hipóteses de cabimento da reclamação, que devem ser aferidas nos estritos limites das normas de regência, pretendendo a reclamante, em verdade, a reanálise da decisão.

Ressalto, ademais, que a reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo do recurso cabível, conforme jurisprudência pacífica desta Corte.

Nesse sentido, faço menção às seguintes decisões monocráticas: Rcl 33.031/SC, Rel. Min. Edson Fachin; Rcl 32.674/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes; Rcl 36.171/SC, Rel. Min. Marco Aurélio; e Rcl 31.458/RS, Rel. Min. Roberto Barroso.

Isso posto, nego seguimento à reclamação (art. 21, § 1°, do RISTF). Fica, por conseguinte, prejudicado o pedido de liminar.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.573 **(920)**

ORIGEM	: 41573 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO
ADV.(A/S)	: TIAGO SIMOES MARTINS PADILHA (270807/SP)
RECLDO.(A/S)	: COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: VALDELENA BASSO BATISTA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Em 12/06/2020, determinei a citação da beneficiária da decisão ora reclamada, para que, caso queira, conteste o pedido inicial. Ocorre, todavia, que o endereço da beneficiária Valdelena Basso Batista não consta dos autos (doc. 10).

Ex positis, intime-se o reclamante para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe novo endereço da referida beneficiária, a fim de que sua citação possa ser concretizada, na forma do artigo 989, inciso III, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.586 **(921)**

ORIGEM	: 41586 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECLTE.(S)	: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
ADV.(A/S)	: ALEX CAMPOS BARCELOS (42336/DF, 117084/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MOACIR FRANCISCO SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CONSTRUTORA OMS LTDA.
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO:

1.Trata-se de reclamação ajuizada pela CEMIG em face de acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, proferido nos Autos nº 0000914-28.2013.5.03.0090, que reconheceu a responsabilidade subsidiária de concessionária de serviço público, ora reclamante, por obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, com fundamento em sua culpa ao fiscalizar o contrato de terceirização de mão de obra.

2.A reclamante alega: (i) violação à autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADC 16, rel. Min. Cezar Peluso, e no RE 760.931, Redator p/o acórdão o Min. Luiz Fux, paradigma do Tema 246 da repercussão geral; e (ii) desrespeito à Súmula Vinculante 10, por inobservância da cláusula de reserva de plenário (art. 97 da Constituição), uma vez que a incidência do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 teria sido afastada da regência do caso concreto, por órgão fracionário.

3. **É o relatório. Decido.**

4. Dispenso as informações, devido à suficiente instrução do feito, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da República, diante do caráter reiterado da matéria (RI/STF, art. 52, parágrafo único). Deixo, ademais, de determinar a citação da parte beneficiária da decisão reclamada, em face da manifesta inviabilidade do pedido.

I – ALEGAÇÃO DE AFRONTA À ADC 16 E TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL

5. No julgamento da ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. O dispositivo legal assim prevê: "*A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis*".

6. Naquela oportunidade, porém, esclareceu o relator que "*isto não significa que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não gere responsabilidade. É outra matéria*". A partir daí, passou-se a admitir a condenação subsidiária do ente público ao pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas por suas contratadas, desde que caracterizada a culpa *in vigilando* ou *in eligendo* da Administração.

7. Assim, alguns precedentes desta Corte negaram seguimento a reclamações ajuizadas contra decisões da Justiça do Trabalho reconhecendo a responsabilidade subsidiária da Administração, desde que fundamentada em evidências de ausência de fiscalização do contrato. Esta linha foi observada em diversas reclamações sobre o tema: Rcl 23.282-AgR, Rel. Min. Luiz Fux; Rcl 13.739-AgR, Relª. Minª. Rosa Weber; Rcl 12.050-gR, Rel. Min. Celso de Mello; e Rcl 24.545-AgR, sob a minha relatoria, assim ementada:

"DIREITO DO TRABALHO E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. PODER PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA VINCULANTE 10.

1. Decisão reclamada que afirma a responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas de suas contratadas, quando reconhecida a omissão da contratante na fiscalização da execução do contrato (culpa *in eligendo* ou *in vigilando*).

2. Inexistência de violação à autoridade da decisão proferida na ADC 16.

3. Inexistência de violação à súmula vinculante nº10, devido ao órgão reclamado não efetuar análise de constitucionalidade.

4. Em reclamação, é inviável reexaminar o material fático-probatório dos autos, a fim de rever a caracterização da omissão do Poder Público.

5. Agravo regimental ao qual se nega provimento."

8. Na prática, contudo, diversas reclamações ajuizadas nesta Corte indicaram que, diante da decisão proferida nos autos da ADC 16, parte importante dos órgãos da Justiça do Trabalho apenas alterou a fundamentação das suas decisões, mas manteve a postura de condenar automaticamente o Poder Público. Tais decisões invocavam o acórdão proferido na ADC 16 para afirmar que a responsabilidade da Administração não é automática, mas condenavam o ente público por culpa *in vigilando* sem sequer aferirem, em concreto, se a Administração praticou ou não atos fiscalizatórios. A alusão genérica à *culpa in vigilando*, em tais termos, constituía mero recurso retórico por meio do qual, na prática, se continuou a condenar automaticamente a Administração. Nesse sentido: Rcl 20.701, Rcl 20.933 e Rcl 21.284, todas sob a minha relatoria.

9. Em outros casos, a Administração Pública é responsabilizada automaticamente, sempre que há inadimplência de obrigações trabalhistas pelas contratadas, a pretexto de que, havendo inadimplência, ou o Poder Público não fiscalizou a contento ou, tendo fiscalizado e tomado ciência da ocorrência de infração à legislação trabalhista, não tomou as providências necessárias a impor a correção, de modo que haveria *culpa in vigilando.* Em todas essas hipóteses, há evidente violação ao precedente proferido na ADC 16.

10. Em razão disso, no julgamento do RE 760.931, Redator p/o acórdão o Min. Luiz Fux, propus a seguinte tese de julgamento:

"1. Em caso de terceirização, a Administração Pública responde subsidiariamente pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas da empresa contratada, no que respeita aos profissionais que tenham atuado em seu benefício, se restar comprovada falha do Poder Público em seu dever de fiscalizá-la (culpa *in vigilando*) ou em adotar as medidas cabíveis em relação ao inadimplemento. Precedente: ADC 16, rel. Min. Cezar Peluso.

2. Compete à Administração comprovar que houve adequada fiscalização.

3. O dever de fiscalização da Administração acerca do cumprimento de obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas constitui obrigação de meio, e não de resultado, e pode ser realizado através de fiscalização por amostragem, estruturada pelo próprio ente público, com apoio técnico de órgão de controle externo, caso em que gozará de presunção *juris tantum* de razoabilidade.

4. Constatada, pelo Poder Público, a ocorrência de inadimplemento trabalhista pela contratada, as seguintes providências devem ser tomadas: (i) notificar a empresa contratada, assinando-lhe prazo para sanar a irregularidade; (ii) em caso de não atendimento, ingressar com ação judicial para promover o depósito, a liquidação do valor e o pagamento em juízo das importâncias devidas, abatendo tais importâncias do valor devido à contratada.

5. Não é válida a responsabilização subsidiária da Administração Pública: (i) com afirmação genérica de culpa *in vigilando*, sem indicar, com rigor e precisão, os fatos e as circunstâncias que configuram a sua culpa *in vigilando* ou (ii) se for comprovada, pela Administração, a realização de fiscalização por amostragem e a adoção das medidas mitigadoras antes indicadas."

11. Esse entendimento, todavia, embora tenha obtido 5 (cinco) votos, não prevaleceu. Com efeito, em 26.04.2017, o STF concluiu o julgamento do RE 760.931, paradigma do Tema 246 da repercussão geral. Naquela decisão, afastou-se a condenação subsidiária da União pelas dívidas decorrentes de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

contrato de terceirização, embora, segundo o TST, não tenha havido o exercício adequado do poder-dever de fiscalização. Ao final, fixou-se a seguinte tese:

"O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93."

12. A superveniência do julgamento do RE 760.931 implica dizer que a tese firmada na ADC 16, no que toca à sua eficácia vinculante, foi plenamente substituída pela tese do Tema 246 da repercussão geral. Dessa forma, as reclamações ajuizadas a partir de 02.05.2017, data da publicação da ata do referido julgamento, devem tomar como paradigma o RE 760.931, que reinterpretou o julgado proferido na ADC 16, Rel. Min. Cezar Peluso.

13. Por conseguinte, eventual má aplicação da nova tese acerca da responsabilidade subsidiária da Administração Pública na hipótese de terceirização deve ser impugnada, inicialmente, por meio de recursos. Isso porque, nos termos do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015, a inobservância da tese firmada em repercussão geral somente enseja o ajuizamento da reclamação quando "*esgotadas as instâncias ordinárias*".

14. Nesses casos, a interpretação correta parece ser aquela que exige o correto percurso de todo o *iter* processual, ultimado na interposição de agravo interno contra a decisão que nega seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I e § 2º, do CPC/2015. Ou seja, é imprescindível que a parte tenha interposto todos os recursos cabíveis, até a última via processual que lhe é aberta. Nesse sentido, veja-se a Rcl 24.686-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PROPOSTA PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Em se tratando de reclamação para o STF, a interpretação do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 deve ser fundamentalmente teleológica, e não estritamente literal. O esgotamento da instância ordinária, em tais casos, significa o percurso de todo o íter recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte. Ou seja, se a decisão reclamada ainda comportar reforma por via de recurso a algum tribunal, inclusive a tribunal superior, não se permitirá acesso à Suprema Corte por via de reclamação.

2. Agravo regimental não provido."

15. Ressalto que entender em sentido contrário seria permitir o acesso direto ao Supremo Tribunal Federal, por alegação, ainda que transversa, de afronta a tese firmada em repercussão geral, sem o cumprimento do pressuposto legal.

16. No caso em análise, em consulta ao andamento do processo de origem, na página eletrônica do Tribunal Superior do Trabalho, verifica-se que, após a revogação do sobrestamento dos autos pelo Vice-Presidente do TST, o órgão fracionário prolator da decisão recorrida manifestou-se, em 08/06/2020, no sentido de não exercer eventual juízo de retratação, previsto no art. 1.030, II, do CPC. Na ocasião, determinou-se a devolução dos autos à Vice-Presidência daquele Tribunal. Assim, não foram exauridas as instâncias ordinárias, de modo que a reclamação não pode prosseguir.

II - ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10

17. Quanto à alegação de violação à Súmula Vinculante 10, destaco que o entendimento nela consubstanciado tem por fundamento o art. 97 da Constituição, que veda a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por órgão fracionário de Tribunal. O objetivo da norma é preservar a presunção de constitucionalidade dos atos do Poder Público, cuja superação é considerada tão grave que depende de decisão tomada pela maioria absoluta dos membros da Corte ou de seu Órgão Especial. Naturalmente, ainda mais ofensiva que a simples declaração de invalidade seria o afastamento dissimulado da lei por invocação da Carta. Por isso, a Súmula Vinculante10 considera igualmente nulo o acórdão "*que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte*".

18. Tal entendimento não significa que os órgãos fracionários estejam proibidos de interpretar a legislação ordinária, com ou sem referência à Constituição. A aplicação do direito pressupõe a definição do seu sentido e alcance. Essa é a atividade cotidiana dos Tribunais e de seus órgãos fracionários. O que não se admite é o afastamento do ato, por força de norma constitucional, sem observância da reserva de plenário. A diferença entre as duas hipóteses nem sempre será clara, mas há uma zona de certeza positiva quanto à incidência do art. 97 da Constituição: se o Tribunal de origem esvaziar a lei ou o ato normativo, *i.e.*, se não restar qualquer espaço para a aplicação do diploma, não haverá dúvida de que o que ocorreu foi um afastamento, não uma simples interpretação.

19. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que não há desrespeito à Súmula Vinculante 10 se houve mera interpretação do texto infraconstitucional, sem o esvaziamento de seu sentido. Confiram-se, nessa linha, a Rcl 24.316 AgR, Rel. Min. Edson Fachin; a Rcl 24.368 AgR, Rel. Min. Luiz Fux; e a Rcl 24.317 AgR, sob a minha relatoria, cuja ementa transcrevo:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. ALEGADA OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 10. TERCEIRIZAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DA LEI.

1. Não viola a reserva de plenário decisão que realiza interpretação sistemática da legislação infraconstitucional sem esvaziá-la.

2. Agravo regimental desprovido, com aplicação de multa prevista no art. 1.021, § §4º e 5º, do CPC/2015."

20. No caso em análise, o órgão reclamado entendeu, com fundamento no contexto probatório dos autos, que as circunstâncias fáticas apresentadas não se enquadravam na moldura normativa, sem, no entanto, torná-la letra morta. A ausência de juízo de inconstitucionalidade, portanto, afasta a obrigatoriedade do quórum qualificado previsto no art. 97 da Constituição. Por conseguinte, não há que se falar em ofensa à Súmula Vinculante 10.

21. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, **nego seguimento à reclamação**. Sem honorários, porquanto não citada a parte interessada.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.587 **(922)**

ORIGEM	: 41587 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECLTE.(S)	: CEMIG DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S)	: ALEX CAMPOS BARCELOS (42336/DF, 117084/MG)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MAYCON VINÍCIUS DA SILVA NUNES
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: CRISTAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO

RECLAMAÇÃO – AUSÊNCIA DE JUNTADA DE PEÇAS.

1. Noto a ausência de juntada dos acórdãos do Supremo ditos inobservados. Providencie a reclamante as citadas peças, sob pena de indeferimento da inicial.

2. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECLAMAÇÃO 41.605 **(923)**

ORIGEM	: 41605 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARAÍBA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECLTE.(S)	: MUNICÍPIO DE INGÁ
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE INGÁ
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 589-16.2019.5.13.0009 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: RITA BEZERRA DA SILVA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Trata-se de reclamação com pedido de liminar proposta pelo Município de Ingá/PB, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da Reclamação Trabalhista 589-16.2019.5.13.0020, na qual se alega o desrespeito às decisões proferidas nas ADIs 3.395-MC/DF, 1.150-2/RS e 2.135-MC/DF.

Informa o reclamante que a servidora contratada sem concurso teve seus pedidos negados pelo Juízo monocrático e pelo Tribunal regional, com base no argumento de incompetência absoluta.

Desta decisão, a parte prejudicada impetrou recurso de revista, ao qual inicialmente foi negado seguimento, e também agravo de instrumento, que determinou a apreciação do recurso inicial e a condenação do ente público, nos seguintes termos:

"[t]endo em vista os fundamentos antes apresentados, ora reiterados, **conheço** do recurso de revista por violação do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.

No mérito, **dou-lhe provimento** para condenar o ente público reclamado ao pagamento do FGTS do período não fulminado pela prescrição trintenária, conforme se apurar em liquidação de sentença.

Ante o exposto, com base nos artigos 118, item X, e 255, inciso III, alínea "c", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho:

I - dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista; **II - conheço** do recurso de revista por violação do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e, no mérito, **dou-lhe provimento** para, julgando procedente a ação, condenar o ente público reclamado ao pagamento do FGTS do período não fulminado pela prescrição trintenária, conforme se apurar em liquidação de sentença, observada a dedução dos valores eventualmente pagos a esse título; e I**II – determino** a reautuação do feito como Recurso de Revista. Inverte-se o ônus da sucumbência. Custas pelo reclamado, dos quais fica isento, nos termos da legislação. Devido o pagamento de honorários advocatícios no montante equivalente a 10% do valor da condenação, que ora se arbitra em R$ 20.000,00 (vinte mil reais). (pág. 5 do documento eletrônico 1- grifei). " (pág. 20 do documento eletrônico 15; grifos no original).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Requer, dessa forma, a concessão de liminar para suspender os efeitos do ato reclamado. No mérito, pede a procedência do pedido formulado para cassar a decisão reclamada.

É o relatório necessário. Decido.

Preliminarmente, deixo de enviar o feito à Procuradoria-Geral da República, por entender que o processo já está em condições de julgamento (arts. 52, parágrafo único, e 161, parágrafo único, ambos do RISTF).

Bem examinados os autos, vê-se que a pretensão merece acolhida.

Esta Suprema Corte, por meio de diversas decisões, tem asseverado que o processamento na Justiça do trabalho de litígios envolvendo discussão acerca do vínculo estabelecido entre servidores e o Poder Público afronta a decisão do Plenário desta Corte proferida na ADI 3.395-MC/DF, de relatoria do Ministro Cezar Peluso, cujo acórdão está assim ementado:

"INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Competência. Justiça do Trabalho. Incompetência reconhecida. Causas entre o Poder Público e seus servidores estatutários. Ações que não se reputam oriundas de relação de trabalho. Conceito estrito desta relação. Feitos da competência da Justiça Comum. Interpretação do art. 114, inc. I, da CF, introduzido pela EC 45/2004. Precedentes. Liminar deferida para excluir outra interpretação. O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária".

Nessa linha, cito a Rcl 4.990 MC-AgR/PB, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, cuja ementa foi assim lavrada:

"AGRAVOS REGIMENTAIS EM RECLAMAÇÃO. ADI-MC 3.395/DF. CONTRATO TEMPORÁRIO. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. 2. No julgamento da medida cautelar na ADI n° 3.395/DF, entendeu o Tribunal que **o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária**, **entendida esta como a relação de cunho jurídico-administrativo**. **Os contratos temporários firmados pelo Poder Público com base no estatuto jurídico de seus servidores submetem-se ao regime jurídico-administrativo**. 3. Não compete ao Tribunal, no âmbito estreito de cognição próprio da reclamação constitucional, analisar a regularidade constitucional e legal das contratações temporárias realizadas pelo Poder Público. 4. Agravos regimentais desprovidos, à unanimidade, nos termos do voto do Relator" (grifei).

Por oportuno, colaciono outro trecho de apontamento feito pelo Ministro Gilmar Mendes no julgamento da referida reclamação:

"Ressalto, quanto ao tema da contratação temporária realizada pelo Poder Público, a recente decisão proferida na RCL n° 4.762, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 23.3.2007, cuja ementa possui o seguinte teor:

EMENTA: RECLAMAÇÃO. CONTRATO TEMPORÁRIO. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 3.395. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Contrato firmado entre a Anatel e a Interessada tem natureza jurídica temporária e submete-se ao regime jurídico administrativo, nos moldes da Lei n. 8.745/93; do inc. XXIII do art. 19 da Lei n. 9.472/97 e do Decreto n. 2.424/97. 2. Incompetência da Justiça Trabalhista para o processamento e o julgamento das causas que envolvam o Poder Público e servidores que lhe sejam vinculados por relação jurídico-administrativa. Precedentes. 3. Reclamação julgada procedente.

Com efeito, na decisão cautelar na ADI 3.395/DF, o Tribunal assentou que 'o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária'.

Sobre o significado da expressão relação estatutária ou de natureza jurídico-administrativa, o Ministro Cezar Peluso, Relator, deixou claro que ela remonta ao voto proferido pelo Ministro Celso de Mello na ADI n° 492, no qual a expressão relação jurídico-administrativa foi utilizada como sinônimo de relação estatutária.

Dessa forma, entendeu o Tribunal que o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária, entendida esta como a relação de cunho jurídico-administrativo.

Os contratos temporários firmados pelo Poder Público com base no estatuto jurídico de seus servidores submetem-se ao regime jurídico-administrativo" (grifei).

Ressalto, ademais, que a existência de eventuais nulidades no vínculo firmado pelo ente público reclamante na admissão de pessoal não afasta a competência da Justiça comum, conforme observou o Plenário desta Corte, entre outros, no julgamento da Rcl 4.069-MC-AgR/PI, Redator para o acórdão Ministro Dias Toffoli, cuja ementa possui o seguinte teor:

"Agravo regimental na medida cautelar na reclamação – Administrativo e Processual Civil – Ação civil pública – **Vínculo entre servidor e o poder público** – Contratação temporária - ADI nº 3.395/DF-MC – Cabimento da reclamação – **Incompetência da Justiça do Trabalho**.

1. A reclamação é meio hábil para conservar a autoridade do Supremo Tribunal Federal e a eficácia de suas decisões e súmulas vinculantes. Não se reveste de caráter primário ou se transforma em sucedâneo recursal quando é utilizada para confrontar decisões de juízos e tribunais que afrontam o conteúdo do acórdão do STF na ADI nº 3.395/DF-MC.

2. **Compete à Justiça comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público fundadas em vínculo jurídico-administrativo**. É irrelevante a argumentação de que o contrato é temporário ou precário, ainda que haja sido extrapolado seu prazo inicial, bem assim se o liame decorre de ocupação de cargo comissionado ou função gratificada.

3. **Não descaracteriza a competência da Justiça comum, em tais dissídios, o fato de se requerer verbas rescisórias, FGTS e outros encargos de natureza símile, dada a prevalência da questão de fundo, que diz respeito à própria natureza da relação jurídico-administrativa, posto que desvirtuada ou submetida a vícios de origem, como fraude, simulação ou ausência de concurso público. Nesse último caso, ultrapassa o limite da competência do STF a investigação sobre o conteúdo dessa causa de pedir específica.**

4. Agravo regimental provido e, por efeito da instrumentalidade de formas e da economia processual, **reclamação julgada procedente**, declarando-se a competência da Justiça comum" (grifei).

Em decisões recentes, ambas as Turmas desta Corte confirmaram esse entendimento, conforme se lê das seguintes ementas:

"Agravo regimental em reclamação.

2. Professora admitida sem concurso público para emprego no município de Timon/MA, pelo período de 1º.3.2004 a 31.1.2013, imotivadamente desligada. Pretensão ao recebimento de verbas salariais, indenizatórias e depósitos do FGTS relativos ao período.

3. Decisão reclamada que assentou a competência da Justiça Trabalhista para julgamento do feito.

4. Ofensa à autoridade de decisão proferida por esta Suprema Corte no julgamento da ADI 3.395. Competência da Justiça Comum para o julgamento de causas instauradas entre o Poder Público e servidor a ele vinculado por relação jurídico-administrativa. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se dá provimento para julgar procedente a reclamação" (Rcl 30.673-AgR/MA, Relator para o acórdão Ministro Gilmar Mendes – Segunda Turma).

"Direito Administrativo e do Trabalho. Agravo interno em reclamação. Alegação de violação à autoridade da decisão proferida na ADI 3.395 MC.

1. Ao julgar a ADI 3.395-MC, Rel. Min. Cezar Peluso, o Supremo Tribunal Federal deferiu medida cautelar para suspender toda e qualquer interpretação dada ao art. 114, I, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas que sejam instauradas entre o poder público e os servidores a ele vinculados por relação estatutária.

2. A existência de lei municipal que discipline o vínculo havido entre as partes implica dizer que a relação tem caráter jurídico-administrativo. Assim, eventual nulidade desse vínculo e suas consequências devem ser apreciadas pela Justiça comum.

3. Agravo interno a que se dá provimento, para julgar procedente a reclamação (Rcl 28.724-AgR/BA, Relator para o acórdão Ministro Roberto Barroso – Primeira Turma).

Isso posto, julgo procedente o pedido formulado nesta reclamação para cassar o ato decisório proferido e reconhecer a competência da Justiça comum estadual para o exame da demanda.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECLAMAÇÃO 41.606 **(924)**

ORIGEM	: 41606 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECLTE.(S)	: WILLIAN DE SOUZA OLIVEIRA RODRIGUES
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DEECRIM 1ª RAJ DA COMARCA DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: NÃO INDICADO

Decisão:

1. Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra decisão proferida pelo Juiz de Direito Departamento Estadual de Execução Criminal - 1ª Região Administrativa Judiciária do Estado de São Paulo.

O reclamante alega, em síntese, que *"o reclamante está condenado ao regime semiaberto, no entanto, desde o dia 15.05.2020, aguarda sua remoção para estabelecimento adequado à sua condição processual".*

À vista do narrado postula "*declarada a ofensa à Súmula Vinculante nº 56, determinando-se a remoção do reclamante a estabelecimento adequado à sua condição pessoal ou colocação em regime aberto até o surgimento da vaga, como imperativo de Justiça."*

É o relatório. **Decido**.

2. O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, l, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

Portanto, a função precípua da reclamação constitucional reside na proteção da autoridade das decisões de efeito vinculante proferidas pela Corte Constitucional e no impedimento de usurpação da competência que lhe foi atribuída constitucionalmente. **A reclamação não se destina,** destarte, a funcionar como **sucedâneo recursal** ou **incidente dirigido à observância de entendimento jurisprudencial sem força vinculante.**

No caso dos autos, o apontado desrespeito ao comando da Súmula Vinculante 56 **pode** ser aferido de pronto.

De início, enfatizo que o Plenário da Corte, no RE 641.320/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, reconheceu a impossibilidade de excesso de execução penal, oportunidade em que se assentou que medidas alternativas devem ser adotadas de acordo com as particularidades verificadas pelo Estado-Juiz.

Com efeito, nas hipóteses de ausência de vagas para implementação da progressão de regime, algumas medidas possíveis são cogitadas, como a progressão, ainda que provisória, para o regime aberto, a concessão de prisão domiciliar e até mesmo a antecipação de benefícios executórios em favor de outros condenados que já se encontram em regime semiaberto.

A implementação de tais medidas, do que se depreende da narrativa e dos documentos acostados pelo reclamante, parece não ter sido concretizada em sua integralidade pelo Juízo singular, pois embora tenha determinado a progressão de regime do apenado, ao ser comunicado da não transferência do apenado, mesmo após cerca de 1 (um) mês da prolação da decisão, não procedeu, *in continenti*, à adoção das medidas diversas previstas na SV 56, aplicáveis quando a alteração de regime resulte inexitosa.

Ao meu sentir, tais hipóteses são razoáveis, na medida em que não transferem ao condenado gravame decorrente da ineficiência do Estado quanto à realização da progressiva Execução Penal.

Efetivamente, o que não se admite é que o condenado aguarde indefinidamente em regime mais gravoso que o estabelecido pelo título condenatório ou pelo próprio Juízo da Execução, tal como se verifica no caso presente, em que o paciente segue custodiado em regime fechado. Tal proceder configura evidente excesso executivo que, a um só tempo, viola a legalidade, a coisa julgada e a individualização da pena, e, portanto, merece reparo.

3. Diante do exposto, **julgo procedente a reclamação, nos termos do artigo 21, §1° e 161, parágrafo único, ambos do RISTF, para o fim de determinar a inclusão do paciente no regime semiaberto, incumbindo ao Juízo da Execução Penal as medidas que lhe tocam quanto à gestão das vagas existentes, inclusive com possibilidade, se for o caso, de concessão de progressão antecipada em favor de outros condenados que já se encontrem em regime semiaberto, ressalvada, por evidente, a hipótese de que esteja o reclamante cumprindo pena por outro(s) delito(s) em regime mais gravoso.** Se referida implantação não for possível, o reclamante deverá aguardar o surgimento de vaga em situação menos gravosa, a critério do Juiz da Execução.

Comunique-se, com urgência e pela via mais expedita, inclusive mediante utilização de *fax* , se necessário, ao Juiz de primeiro grau responsável pela execução do reclamante.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.617 **(925)**

ORIGEM	: 41617 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECLTE.(S)	: AMELIA DA COSTA PEREIRA
ADV.(A/S)	: MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP)
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA FEDERAL DA 23ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão

Trata-se de Reclamação, com pedido de liminar, contra decisão proferida pelo Juízo da 23ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (Processo 0037383-65.2019.4.01.3400), que teria desrespeitado a autoridade desta CORTE, ao deixar de sobrestar o processo, conforme determinação proferida nos autos da ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Na inicial, a parte autora expõe as seguintes alegações de fato e de direito (fls. 2/3):

Em 12 de novembro de 2019, a Reclamante ajuizou Ação Judicial para Correção dos Saldos do FGTS em face da Caixa Econômica Federal, perante o Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com intuito de afastar a aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de atualização dos saldos das contas vinculadas do FGTS .

A ora Reclamante informou na inicial a existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 5090) em curso no Supremo Tribunal Federal, na qual há pedido expresso para declarar "inconstitucionais, com caráter vinculante, erga omnes e efeitos *ex tunc* a expressão 'com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança' do caput do art. 13 da Lei Federal nº 8.036/1990 e o caput do art. 17 da Lei Federal nº 8.177/1991 – dispositivos os quais impõe a correção dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS pela Taxa Referencial (TR)".

Demonstrou-se, ainda, que houve pedido de cautelar requerendo a suspensão dos feitos em trâmite sobre a matéria, haja vista que algumas ações estavam sendo julgadas improcedentes antes da manifestação dessa Suprema Corte. A cautelar foi deferida pelo Ministro Relator Roberto Barroso em 06/09/2019, sendo publicada em 10/09/2019.

(...)

Com base na decisão supra transcrita, foi requerido o recebimento da ação e sua imediata suspensão, devendo ser aguardado o julgamento da ADI nº 5090 a fim de evitar julgamentos conflitantes. Contudo, em flagrante descumprimento da decisão judicial proferida por esse E. Tribunal, a 23ª Vara do Juizado Especial Federal de Brasília proferiu Sentença julgando liminarmente improcedente a ação, como faz prova a cópia da sentença anexa.

Mesmo após a parte apresentar embargos de declaração informando da omissão quanto a cautelar concedida na ADI nº 5090, a I. magistrada entendeu por bem manter a sentença de improcedência (Doc. anexo), sob argumento sem qualquer plausibilidade jurídica!

Importante destacar que a ADI nº 5090 e o processo nº 0037383-65.2019.4.01.3400 tratam de mesma situação fática, porém com solução jurídica diversa.

Ao final, requer a concessão de medida liminar, a ser confirmada no mérito, para *cassar a sentença reclamada e determinar a suspensão da ação judicial nº 0037383-65.2019.4.01.3400 até o julgamento definitivo da ADI 5.090/DF* (fl. 8).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o Supremo Tribunal Federal, dispõem os arts. 102, I, l e 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Inicialmente, registro que a presente Reclamação foi protocolada nesta CORTE, em 12/6/2020. Desse modo, é inaplicável, ao caso sob exame, o art. 988, § 5º, inciso I, do CPC, assimilação, pelo novo código processual, de antigo entendimento do STF, enunciado na Súmula 734 (Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal), uma vez que, segundo informações obtidas no sítio eletrônico da Justiça Federal do Distrito Federal, o processo, no qual foi proferida a decisão ora impugnada, aguarda cumprimento de mandado de intimação.

O parâmetro de confronto invocado é o decidido na ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), em que deferiu-se, em decisão publicada em 10/9/2019, medida cautelar para determinar a imediata suspensão de todos os processos que envolvam a discussão sobre índice de correção dos depósitos na contas vinculados ao FGTS.

Na presente hipótese, assiste razão à reclamante. Os documentos demonstram que a presente demanda versa sobre ação revisional questionando a aplicação da TR como índice de correção do FGTS, tema diretamente relacionado ao objeto da ADI 5090 MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Posteriormente ao decidido na ADI 5090 MC, e a despeito da determinação de suspensão todos os processos que versem sobre essa matéria, a autoridade reclamada negou provimento ao recurso da parte autora

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

em que pretendia suspender a tramitação do processo, com base no decidido na ADI 5090 MC (doc. 6), em inconteste afronta à determinação de sobrestamento de todos os processos que versem sobre a controvérsia.

Consta, no sítio eletrônico do Tribunal de origem, que o processo originário encontra-se ativo, seguindo a sua tramitação junto ao Juízo reclamado. Portanto, nessas circunstâncias, em que a matéria em discussão é alcançada pelo objeto do paradigma de controle indicado, somada à ausência de sobrestamento do andamento da demanda originária, há manifesta ofensa ao decidido na ADI 5090 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido, de forma seja cassado o ato reclamado e DETERMINO, por consequência, a suspensão do andamento do Processo 0037383-65.2019.4.01.3400, até posterior pronunciamento na ADI 5090 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO).

Por fim, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, dispenso a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.626 **(926)**

ORIGEM	: 41626 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: ZILMA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: DENNIS NUNES (48728/BA, 28760/PE)
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DA APELAÇÃO N° 0020550-23.2016.8.17.2001 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: BANCO DO BRASIL SA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. SUSPENSÃO DO FEITO DE ORIGEM. OBSERVÂNCIA DA ORDEM DE SUSPENSÃO NACIONAL PROFERIDA NO RE 1.101.937/SP – TEMA 1.075 DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO. INOCORRÊNCIA. SUSPENSÃO QUE ABRANGE PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Decisão: Trata-se de reclamação proposta por Zilma Cavalcanti de Albuquerque contra decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, proferida nos autos do processo 0020550-23.2016.8.17.2001, que determinou o sobrestamento do feito com fundamento na ordem de suspensão nacional de processos determinada pelo Eminente Ministro Alexandre de Moraes, nos autos do RE 1.101.937/SP – Tema 1.075 da sistemática da repercussão geral.

Em breve síntese, sustenta o desacerto da decisão reclamada, haja vista que, segundo alega, já teria havido trânsito em julgado da questão de fundo.

Salienta que, em decisão em embargos de declaração opostos no âmbito do RE 1.101.937/SP, o Eminente Ministro Alexandre de Moraes esclareceu que sua determinação não abrangeria decisões em que a questão da aplicação do art. 16 da Lei 7.347/85 esteja definitivamente resolvida, o que seria o caso.

Requer a concessão de tutela provisória de urgência, a fim de que seja suspensa a decisão reclamada e, no mérito, a procedência da reclamação, para a definitiva cassação da mesma.

É o relatório. **DECIDO**.

Ab initio, consigno que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do artigo 102, inciso I, alínea *l*, além de salvaguardar o estrito cumprimento das súmulas vinculantes, nos termos do artigo 103-A, § 3º, da Constituição da República, incluído pela Emenda Constitucional 45/2004.

A matéria também veio disciplinada pelo novo Código de Processo Civil, que, no artigo 988, prevê as hipóteses de seu cabimento. Embora tenha sistematizado a disciplina jurídica da reclamação e ampliado em alguma medida seu âmbito de aplicação, o novo diploma processual não alterou a natureza eminentemente excepcional dessa ação.

Desta sorte, o exercício regular e funcional do direito de demandar pela via processual da reclamação pressupõe: *i)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida pela Constituição Federal em rol *numerus clausus* ; *ii)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição ou outros instrumentos processuais adequados; *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado ao conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte ou súmulas vinculantes apontados como paradigma; *iv)* a inexistência de trânsito em julgado do ato jurisdicional reclamado; *v)* o não revolvimento da moldura fática delineada nos autos em que proferida a decisão objurgada, devendo a reclamação se ater à prova documental (artigo 988, § 2º, do CPC), sob pena de se instaurar nova instrução processual, paralela à da demanda de origem.

Pois bem. *In casu*, sustenta a reclamante que a decisão que determinou o sobrestamento do feito de origem estaria em descompasso com a decisão de suspensão determinada pelo Eminente Ministro Alexandre de Moraes no RE 1.101.937/SP, pois ela não se aplicaria aos feitos acobertados pela coisa julgada e aos processos em fase de execução.

Sem a razão a reclamante.

No julgamento dos embargos declaratórios opostos no processo paradigma, o Eminente Ministro Relator fez constar expressamente a possibilidade de suspensão de processos de execução e em face do cumprimento de sentença, como é o caso dos autos. É o que se verifica do inteiro teor da decisão referida:

"Decisão

Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão que decretou a suspensão do processamento de todas as demandas pendentes que tratem da questão em tramitação no território nacional .

Sustenta a embargante que há omissão no decisum, haja vista que não está claramente definido o alcance do sobrestamento.

As Petições 24.802 e 26.049/2020 trazem questionamentos semelhantes.

É o relatório. Decido.

A Petição 26.049/2020 foi apresentada por parte estranha aos autos. Não estando presentes os requisitos para sua admissão como terceira interessada, a postulação não merece ser conhecida.

Quanto aos embargos declaratórios, a decisão embargada não apresenta nenhum dos vícios passíveis de correção por meio de embargos de declaração, a saber, omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

A respeito dos pontos agitados pelo embargante, convém esclarecer: serão suspensos os processos nos quais esteja pendente de deliberação a aplicação do art. 16 da Lei 7.347/1985.

***A diretriz vale para processos em qualquer grau de jurisdição; seja qual for a fase em que estejam (conhecimento, cumprimento de sentença, ou execução); independentemente da matéria em discussão; individuais ou coletivos**.*

Agora, uma observação se faz necessária: os processos em que tal questão não tenha sido invocada, ou sobre a qual já exista decisão preclusa, evidentemente não devem ser paralisados.

Reitere-se: a ordem de suspensão também alcança processos em fase de cumprimento de sentença, ou de execução, além de ações rescisórias – DESDE QUE, NESSES ESPECÍFICOS PROCEDIMENTOS, TENHA SIDO SUSCITADA A APLICAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 7.347/1985, E

QUE ESTA QUESTÃO AINDA NÃO ESTEJA DEFINITIVAMENTE RESOLVIDA.

Finalmente, é permitido aos órgãos julgadores decidir a incidência do art. 16 da Lei 7.347/1985, desde que a fundamentação seja alheia aos argumentos colocados em jogo neste leading case. Exemplificativamente: a alegação é intempestiva, ou preclusa.

Excetuadas estas motivações, absolutamente estranhas ao que se discute neste RE com repercussão geral, cabe enfatizar, pela última vez: não deve prosseguir qualquer processo em que tenha sido aventada a aplicabilidade, ou não, do art. 16 da Lei 7.347/1985, se tal ponto estiver na expectativa de solução definitiva.

Por todo o exposto, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM EFEITOS INFRINGENTES, APENAS PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.

Indefiro a Petição 26.049/2020. Prejudicada a Petição 24.802/2020.

Publique-se. (...)" (grifei)

Destarte, o simples fato de o processo de origem estra em fase de execução não afasta a necessidade de sua suspensão, nos termos da ordem determinada no recurso extraordinário paradigma.

No ponto, saliento que a reclamante não trouxe aos autos quaisquer elementos que demonstrem que seu processo de origem se encaixa nas exceções à suspensão consignadas pelo Eminente Ministro Relator.

Por fim, pontuo que a pretensão da reclamante deve ser exercida na via recursal adequada, não podendo ser veiculada na via estreita da reclamação constitucional, que não se presta ao papel de sucedâneo recursal. Neste sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL E TRABALHISTA. ALEGADO DESCUMPRIMENTO DE SUSPENSÃO NACIONAL. TEMA 1.022 DA REPERCUSSÃO GERAL. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (Rcl 38.496 ED-AgR/SP, Rel. Min. Carmén Lúcia, Segunda Turma, *DJe* 22/05/2020).

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** à reclamação, nos termos dos artigos 932, VIII, do CPC e 161, parágrafo único, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.631 **(927)**

ORIGEM	: 41631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERACAO CRM
ADV.(A/S)	: JOSE CLAUDIO DE CARVALHO CHAVES (10155/RS)
ADV.(A/S)	: MARCIO PONZI SELIGMAN (82294/RS)
ADV.(A/S)	: LUCIANA MUNHOS GONCALVES (85695/RS)
RECLDO.(A/S)	: JUÍZA DO TRABALHO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINERAIS DE CANDIOTA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO DO QUANTO DECIDIDO NO JULGAMENTO DO RE 590.415 – TEMA 152 DA REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA VIAS RECURSAIS. CARÁTER EMINENTEMENTE EXCEPCIONAL DA VIA RECLAMATÓRIA. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada por Companhia Riograndense de Mineração – CRM, contra decisão proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Bagé/RS, nos autos do processo nº 0020633-63.2015.5.04.0812), por suposta ofensa à tese vinculante fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do 590.415 – Tema 152 da sistemática da repercussão geral.

Em breve síntese, narra a reclamante que sindicato mencionado ajuizou ação que foi julgada procedente, com a determinação de que a empresa autora aplicasse aos seus empregados promoções previstas em plano de cargos e salários.

Relata que, na fase de cumprimento da mencionada sentença, apresentou documentos que comprovariam que determinados empregados teriam aderido a Plano de Dispensa Incentivada, razão pela qual, nos termos do Tema-RG 152, não teriam valores a receber.

Informa que havia a previsão de quitação plena no acordo coletivo de trabalho, chancelado pelo sindicato representativo da categoria funcional, que instituiu o PDI e que, nada obstante, "*a magistrada de origem, mesmo diante da robusta prova carreada aos autos, mesmo com a incontestável eficácia da decisão desse E. Tribunal, de Repercussão Geral, decidiu pela sua inclusão no cálculo de liquidação da sentença*".

Sustenta que referida decisão estaria em clara afronta ao Tema-RG 152 e, com este fundamento, requer a concessão de tutela provisória de urgência, para que sejam excluídas do cálculo da liquidação as parcelas já quitadas, e, no mérito, a procedência da reclamação, com a confirmação da liminar.

É o relatório. **DECIDO**.

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do artigo 102, inciso I, alínea *l* , além de salvaguardar o estrito cumprimento das súmulas vinculantes, nos termos do artigo 103-A, § 3º, da Constituição da República, incluído pela EC 45/2004.

A matéria também veio disciplinada pelo novo Código de Processo Civil, que, no artigo 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis* :

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I - proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II - proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

§ 6º A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.

Embora tenha sistematizado a disciplina jurídica da reclamação e ampliado em alguma medida seu âmbito de aplicação, o novo diploma processual não alterou a natureza eminentemente excepcional dessa ação. De fato, a excepcionalidade no manejo da reclamação é depreendida a todo tempo da redação do novo CPC, seja quando ele limita sua incidência às hipóteses listadas, *numerus clausus,* no artigo 988, seja quando condiciona seu cabimento ao prévio esgotamento das instâncias ordinárias.

Desta sorte, o exercício regular e funcional do direito de demandar pela via processual da reclamação pressupõe: *i)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida pela Constituição Federal em rol *numerus clausus* ; *ii)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição ou outros instrumentos processuais adequados; *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado ao conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma; *iv)* a inexistência de trânsito em julgado do ato jurisdicional reclamado; *v)* o não revolvimento da moldura fática delineada nos autos em que proferida a decisão objurgada, devendo a reclamação se ater à prova documental (artigo 988, § 2º, do CPC), sob pena de se instaurar nova instrução processual, paralela à da demanda de origem.

Essa singularidade da reclamação, que a torna residual e restrita, apenas, à ausência de outros instrumentos jurídicos aptos a gerar o mesmo resultado almejado, decorre de pelo menos dois motivos distintos.

Em primeiro lugar, a reclamação é excepcional para que não venha a subverter a toda a lógica do encadeamento processual.

Sendo o Direito um sistema, sua interpretação há que considerar a totalidade do ordenamento e não apenas normas isoladas. Como bem explicitado pelo Min. Eros Grau, "*não se interpreta o direito em tiras, aos pedaços. A interpretação de qualquer texto de direito impõe ao intérprete, sempre, em qualquer circunstância, o caminhar pelo percurso que se projeta a partir dele do texto até a Constituição. Um texto de direito isolado, destacado, desprendido do sistema jurídico, não expressa significado algum"* (GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 34).

Sob essa ótica, a interpretação quanto ao cabimento da reclamação não pode se desvincular da leitura da integralidade do CPC e, em especial, dos artigos 966, § 5º, e 1.030 desse diploma.

Em razão disso, impossível interpretar-se a regra contida no artigo 988, § 5º, inciso II, como autorizativa de que o STF reexamine toda e qualquer decisão que aplique tese firmada segundo a sistemática da repercussão geral, desde que esgotadas as vias ordinárias de impugnação. Tal leitura do dispositivo não se coaduna com o *iter* processual consagrado pelo novo CPC, pois esvaziaria sobremodo tanto as hipóteses de cabimento de ação rescisória fundada em *distinguishing* contida no artigo 966, § 5º, quanto a própria utilidade do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário realizado pelo Tribunal *a quo* .

Não pode ser essa, pois, a exegese mais adequada da norma em tela, face ao sistema no qual se insere. Úteis, nesse sentido, as lições de Juarez Freitas, para quem "*a interpretação sistemática deve ser concebida como uma operação que consiste em atribuir, topicamente, a melhor significação, dentre várias possíveis, aos princípios, às normas estritas (ou regras) e aos valores jurídicos, hierarquizando-os num todo aberto, fixando-lhes o alcance e superando as antinomias em sentido amplo, tendo em vista bem solucionar os casos sob apreciação"* (FREITAS, Juarez. *A interpretação sistemática do Direito* . São Paulo: Malheiros, 2010, p. 276).

Impende consignar o dever das instâncias julgadoras superiores de prestigiarem o sistema jurisdicional estabelecido pelo Poder Constituinte, de modo que deve ser preservada a atuação dos demais órgãos do Poder Judiciário que, de igual forma, ostentam competências de envergadura constitucional, sob pena de se estimular a propositura de reclamações constitucionais manifestamente inadmissíveis. Aliás, essa competência que se estabelece entre os diversos graus de jurisdição pelos quais deve tramitar um processo é de caráter funcional, fazendo-se presente a advertência de Chiovenda de que a competência funcional é sempre absoluta e improrrogável, e isto constitui a sua característica e importância prática dessa categoria (CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil* . Campinas: Bookseller, 4ª Edição, 2009, tradução de Paolo Capitano, p. 718).

Em segundo lugar, a exegese do artigo 988, § 5º, inciso II, tampouco pode passar ao largo de considerações de cunho consequencialista, ou seja, da avaliação dos possíveis resultados *pro futuro* decorrentes da interpretação maximalista do cabimento da reclamação constitucional.

A consideração quanto aos possíveis efeitos sistêmicos negativos da aplicação ampliativa da norma em exame, de fato, corrobora a conclusão de que não se pode alargar indevidamente o âmbito de incidência do mencionado dispositivo.

Além de enfraquecer a lógica processual consagrada pelo legislador no novo CPC, essa interpretação demasiadamente ampliativa conflitaria com a missão institucional do STF, ao viabilizar a propositura de um sem-número de novas ações que, potencialmente, obstaculizariam a própria atuação da Corte. Ao invés de simplificar e otimizar o *iter* processual, o novo Código, interpretado dessa forma, acabaria por criar ainda mais percalços para as partes, em detrimento do desempenho, pelo STF, de seus misteres enquanto

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Corte Constitucional.

Trata-se de preocupação já externada pelo Ministro Edson Fachin no bojo da Reclamação 24.262:

"De início consigno que a Reclamação se caracteriza como uma demanda de fundamentação vinculada, vale dizer, cabível somente quando se fizer presente alguma das hipóteses para ela estritamente previstas. Partindo de construção jurisprudencial a instrumento com expresso assento constitucional, trata-se de ação vocacionada, precipuamente, a duas diferentes finalidades.

De um lado, visa a Reclamação à (i) tutela da autoridade das decisões proferidas por esta Corte e das súmulas vinculantes por ela editadas. De outro, à (ii) proteção do importante rol de competências atribuídas ao Supremo Tribunal Federal. É o que se vê nos artigos 102, I, l, e 103-A, § 3º, da Constituição da República.

[...]

Nada obstante, a previsão de cabimento da reclamação pela novel legislação processual não significa o afastar da relevante função a ser desempenhada pelas instâncias ordinárias no respeito à cultura dos precedentes, permitindo um acesso per saltum *à Corte Suprema.*

[...]

Não por outra razão, Marinoni, Arenhart e Mitidiero esclarecem que: (...) não faz sentido introduzir e propor filtros recursais para o conhecimento do recurso extraordinário e do recurso especial com a finalidade de que essas cortes trabalhem menos para que trabalhem melhor, de um lado, se, de outro, outorga-se à reclamação amplo espectro de abrangência, porque aí certamente o número de reclamações provavelmente suplantará o número de recursos, obrigando esses tribunais a conviverem com uma carga de trabalho incompatível com suas funções constitucionais. Em um sistema ideal, portanto, os precedentes constitucionais (…) devem ser naturalmente respeitados por todo o sistema de Administração da Justiça Civil. Contudo, enquanto essa cultura de precedentes não é assimilada entre nós, é necessário prever mecanismos que garantam a sua eficácia. (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil - Volume 2: Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum. 2ª Edição. São Paulo: RT, 2016, p. 635-636;)". (DJe de 1º/02/2017).

Por esses motivos, a norma contida no artigo 988, § 5º, inciso II, do Código de Processo Civil merece interpretação restritiva quanto ao cabimento da reclamação para hipóteses em que se discute aplicação de tese em repercussão geral reconhecida. Imperioso o balizamento claro quanto ao seu conteúdo.

Por conseguinte, a jurisprudência desta Corte tem se encarregado de traçar critérios para o cabimento da reclamação constitucional. São eles, em suma: *(i)* o prévio esgotamento dos meios recursais; e *(ii)* a demonstração da teratologia da decisão reclamada.

Em relação ao primeiro dos critérios acima delineados, o STF já sedimentou o entendimento segundo o qual o esgotamento das vias de impugnação a que se refere o artigo 988, § 5º, inciso II, do CPC deve ser lido de modo a englobar o percurso de todo o *iter* recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte. Trata-se, justamente, de uma forma de prestigiar e resguardar as competências dos Tribunais *a quo*. Nesse sentido, cito os seguintes julgados proferidos por ambas as Turmas desta Suprema Corte:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO PROPOSTA PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CPC/2015, ART. 988, § 5º, II. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Em se tratando de reclamação para o STF, a interpretação do art. 988, § 5º, II, do CPC/2015 deve ser fundamentalmente teleológica , e não estritamente literal. O esgotamento da instância ordinária, em tais casos, significa o percurso de todo o iter *recursal cabível antes do acesso à Suprema Corte. Ou seja, se a decisão reclamada ainda comportar reforma por via de recurso a algum tribunal, inclusive a tribunal superior, não se permitirá acesso à Suprema Corte por via de reclamação. 2. Agravo regimental não provido".* (Reclamação 24.686-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe de 11/04/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. PRETENSÃO DE OBSERVÂNCIA DE PRECEDENTE FIRMADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL . RE 632.853 (TEMA 485). INADMISSIBILIDADE DA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. UTILIZAÇÃO DA RECLAMAÇÃO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU OUTRAS AÇÕES CABÍVEIS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, ex vi *do artigo 102, I, l, da CF além de salvaguardar o estrito cumprimento dos enunciados da Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º, da Constituição, incluído pela EC n. 45/2004. Neste particular, a jurisprudência desta Suprema Corte estabeleceu diversas condicionantes para a utilização da via reclamatória, de sorte a evitar o uso promíscuo do referido instrumento processual.*

2. A reclamação é impassível de ser manejada como sucedâneo de recurso ou ação rescisória, bem como é inadmissível a sua utilização em substituição a outras ações cabíveis. Incidência do princípio da não-reclamação contra o recorrível ou da irreclamabilidade contra a decisão de que ainda cabe recurso (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil . Tomo V, Arts. 444-475. Rio de Janeiro: Forense, 2ª Edição, p. 390 e 394).

3. O ajuizamento de reclamação contra decisão da qual cabe recurso contraria o sistema jurídico-processual e revela-se disfuncional, caracterizando hipótese de abuso do direito de ação. Necessidade das instâncias julgadoras superiores de prestigiarem o sistema jurisdicional estabelecido pelo Poder Constituinte, de modo a preservar a atuação dos demais órgãos do Poder Judiciário que, de igual forma, ostentam competências de envergadura constitucional.

4. O exaurimento da jurisdição ordinária antes do manejo da reclamação constitucional de competência do Supremo Tribunal Federal deve ser observado, sob pena de se estimular a propositura per saltum da via eleita. Precedentes: Rcl 25.596-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1/8/2017; e Rcl 18.020-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 18/4/2016.

5. In casu, não foram esgotadas as instâncias ordinárias . A presente reclamação foi ajuizada na pendência do julgamento do agravo em recurso especial interposto pela reclamante na demanda originária, claramente suprimindo instâncias recursais estabelecidas pelo sistema normativo processual e subvertendo, dessa forma, a destinação constitucional do instituto da reclamação, que não deve, portanto, ser admitida na hipótese em tela.

6. O Supremo Tribunal Federal deixa claro que o prévio exaurimento das instâncias ordinárias apenas se concretiza após o julgamento do agravo interno interposto contra decisão da Corte de origem que nega seguimento a recurso extraordinário .

7. Agravo regimental desprovido. (Reclamação 27.843-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 27/09/2018 – grifei).

Pois bem. *In casu,* sobressai da narrativa do reclamante e do acompanhamento processual da demanda de origem que não houve o devido esgotamento das instâncias recursais, na forma preconizada pela jurisprudência do STF.

Isto porque contra a decisão que inadmitiu o recurso de revista interposto em agravo de petição não interpôs a reclamante recurso extraordinário, com vistas à aplicação do Tema-RG 152. Destarte, não se pode considerar exauridas as vias recursais cabíveis, nos termos da jurisprudência do STF.

A admissão de reclamação que tem como fundamento o descumprimento de tese fixada sob a sistemática da repercussão geral quando cabível recurso extraordinário com o mesmo objeto implicaria em deturpação do caráter eminentemente excepcional da via estreita da reclamação constitucional, o que não se admite.

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** à reclamação, com fundamento nos artigos 932, VIII e 161 do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.648 **(928)**

ORIGEM	: 41648 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECLDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 100313-56.2017.5.01.0054 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ANDRE DE MORA NASCIMENTO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ENCARGOS INADIMPLIDOS PELA PRESTADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO IMPUGNADA QUE INADMITE RECURSO DE REVISTA POR AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. ART. 896-A, CLT. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA POR ESTA CORTE NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 760.931 – TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada pela União, contra acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos do processo 100313-56.2017.5.01.0054 que, em agravo de instrumento, negou seguimento a recurso de revista, por não vislumbrar transcendência da matéria controvertida.

Narra a reclamante que trata-se, na origem, *"de reclamação trabalhista ajuizada por André de Mora Nascimento em face da empresa HBS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA e, da Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (União), objetivando o pagamento de verbas trabalhistas devidas por sociedade empresária terceirizada, fornecedora de mão de obra".*

Relata que o Tribunal *a quo* reconheceu sua responsabilidade subsidiária pelos débitos trabalhistas inadimplidos pela empresa prestadora

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de serviço, por suposta *culpa in vigilando*.

Discorre que interpôs agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu seu recurso de revista, o qual foi inadmitido pelo TST ao argumento de que a causa não ofereceria a transcendência exigida pelo artigo 896-A da CLT.

Argumenta que a transcendência da causa é evidente diante do reconhecimento de repercussão geral da matéria controvertida nos autos (tema 246). Aduz que o Tribunal *a quo*, ao entender como inexistente a transcendência em um caso com repercussão geral já reconhecida, estaria usurpando a competência desta Corte.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão impugnada e, no mérito, a confirmação da liminar para a anulação do acórdão reclamado.

É o relatório. **Decido**.

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do art. 102, I, alínea *l*, além de salvaguardar o estrito cumprimento das súmulas vinculantes, nos termos do art. 103-A, § 3º, da Constituição da República, incluído pela EC nº 45/2004.

A matéria também veio disciplinada pelo Novo Código de Processo Civil, que, no art. 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis*:

"*Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:*

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

§ 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

§ 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam. (...)."

In casu, o cerne da questão reside em verificar se as razões estampadas pela parte reclamante no recurso de revista interposto ofereceriam transcendência apta a caracterizar o destoamento da fundamentação para a inadmissibilidade do recurso, bem como se guardariam correlação com o Tema 246 da repercussão geral, alegadamente violado.

Destarte, neste juízo precário, parece assistir razão à parte reclamante. Isso porque, a decisão recorrida, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, com fundamento na ausência de transcendência da controvérsia discutida na causa, dissociou-se, aparentemente, daquilo que decidido por esta Corte nos autos do RE 760.931.

Com efeito, em 26/4/2017, esta Corte concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário 760.931, Tema 246 da repercussão geral, em que se complementou o debate acerca da legitimidade da imputação de responsabilidade subsidiária ao Poder Público por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço. Naquela ocasião, firmou-se a seguinte tese:

"*O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*" (RE 760.931-RG, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, Plenário, DJe de 02/05/2017)

Eis a ementa do julgado:

"*RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA COM REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA 331, IV E V, DO TST. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TERCEIRIZAÇÃO COMO MECANISMO ESSENCIAL PARA A PRESERVAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS CIDADÃOS. HISTÓRICO CIENTÍFICO. LITERATURA: ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO. RESPEITO ÀS ESCOLHAS LEGÍTIMAS DO LEGISLADOR. PRECEDENTE: ADC 16. EFEITOS VINCULANTES. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO EM CASOS SEMELHANTES.*

[...]

2. A cisão de atividades entre pessoas jurídicas distintas não revela qualquer intuito fraudulento, consubstanciando estratégia, garantida pelos artigos 1º, IV, e 170 da Constituição brasileira, de configuração das empresas, incorporada à Administração Pública por imperativo de eficiência (art. 37, caput*, CRFB), para fazer frente às exigências dos consumidores e cidadãos em geral, justamente porque a perda de eficiência representa ameaça à sobrevivência da empresa e ao emprego dos trabalhadores.*

[...]

6. A Administração Pública, pautada pelo dever de eficiência (art. 37, caput*, da Constituição), deve empregar as soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente quando demonstrado, pela teoria e pela prática internacional, que a terceirização não importa precarização às condições dos trabalhadores.*

7. O art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ao definir que a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, representa legítima escolha do legislador, máxime porque a Lei nº 9.032/95 incluiu no dispositivo exceção à regra de não responsabilização com referência a encargos trabalhistas.

[...]

9. Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte admitida, julgado procedente para fixar a seguinte tese para casos semelhantes: 'O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93'."

No caso *sub examine*, discute-se a responsabilidade subsidiária da União, pelo inadimplemento de encargos trabalhistas por parte de empresa terceirizada prestadora de serviços. Verifica-se, portanto, que a tese firmada no RE 760.931 abarca o caso dos autos.

Contudo, ao analisar o agravo de instrumento em recurso de revista manejado pela reclamante, a decisão impugnada entendeu pela ausência de transcendência da questão jurídica posta em debate, em potencial usurpação de competência desta Corte, haja vista tratar-se de controvérsia com repercussão geral já reconhecida.

Destarte, demonstrada, ao menos nesse juízo prévio, a não aplicação da tese jurídica firmada em repercussão geral pelo Tribunal *a quo*, revelam-se presentes os requisitos que autorizam a concessão da medida liminar requerida.

Ex positis, com fundamento no inciso II artigo 989 do Código de Processo Civil, **DEFIRO** o pedido de **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**, para suspender os efeitos da decisão ora reclamada e a tramitação do Processo 100313-56.2017.5.01.0054, em curso no Tribunal Superior do Trabalho, até julgamento final desta reclamação.

Solicitem-se informações e comunique-se a autoridade reclamada acerca do teor desta decisão, em especial no que concerne ao deferimento do pedido de medida liminar (artigo 989, inciso I, do CPC).

Cite-se o beneficiário do *decisum* ora impugnado, para a apresentação de contestação (artigo 989, inciso III, do CPC).

Nos termos do artigo 52, parágrafo único, do RISTF, dispenso o parecer da Procuradoria-Geral da República, por entender que se cuida de matéria de caráter reiterado.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.649 **(929)**

ORIGEM	: 41649 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: GOIÁS
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: MARIA LIMA SANTIAGO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 71, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.666/1993. ALEGAÇÃO DE AFRONTA À SÚMULA VINCULANTE 10 E À TESE VINCULAMTE FIRMADA NO JULGAMENTO DO RE 760.931 – TEMA 246 DA SISTEMÁTICA DE REPERCUSSÃO GERAL. *FUMUS BONI IURIS*. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DEFERIDA.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada pelo Estado de Goiás contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos autos da ação trabalhista 010006-58.2019.5.18.0007, por suposta afronta à Súmula Vinculante 10 e à autoridade da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 760.931 (Tema 246 da repercussão geral).

Eis a ementa da decisão reclamada, *in verbis*:

"*ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Caracterizado o inadimplemento de obrigações decorrentes de contrato de trabalho celebrado por empresa prestadora de serviços, e comprovada a culpa in vigilando do ente público contratante, é lícito o reconhecimento da sua responsabilidade subsidiária no tocante ao cumprimento das obrigações trabalhistas. Recurso a que se nega provimento.* "

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Narra o reclamante ter sido demandado em processo no qual se discute a responsabilização subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas, em ação proposta por Maria Lima Santiago.

Afirma que ao oferecer contestação *"o ente público invocou o art. 71, §1.º, da Lei n. 8.666/93, o art. 374, IV, do CPC, Sumula Vinculante nº 10, e as decisões proferidas na ADC nº 16 e RE 760.931, Tema 246 da sistemática da repercussão geral, diante da ausência de caracterização de culpa*".

Relata que o juízo reclamado declarou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas em virtude do mero inadimplemento por parte da empresa contratante e, portanto, sem observar o que decidido no Recurso Extraordinário 760.931 (Tema 246 da repercussão geral), no qual vedou-se a responsabilização automática da Administração Pública em situações como a discutida nestes autos, somente cabendo sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

Aduz quem no caso dos autos, *"não houve comprovação da inobservância do dever fiscalizatório por parte do ente público, mas, ao revés mera presunção da ineficiência da fiscalização pelo fato de que algumas competências de recolhimentos fundiários não foram realizadas pelo empregador prestador de serviços, bem como descumprimento às normas de Instrução Normativa EDITADA pela União".*

Sustenta, assim, que a decisão questionada, ao determinar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelas verbas deferidas, ainda que implicitamente, negou vigência ao artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/1993, sem que o Órgão Especial respectivo houvesse declarado a inconstitucionalidade do dispositivo de lei, descumprindo, desta forma, a Súmula Vinculante 10.

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão impugnada e, no mérito, postula a procedência da reclamação, *"cassando o acórdão reclamado em razão de sua nulidade absoluta, e, consequentemente, a invalidação dos demais atos decisórios, porventura proferidos, posteriormente, no feito".*

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e a garantir a autoridade de suas decisões, ex vi do artigo 102, inciso I, alínea l, além de salvaguardar a estrita observância de preceito constante em enunciado de Súmula Vinculante, nos termos do artigo 103-A, § 3º, ambos da Constituição Federal.

No presente caso concreto, sustenta o reclamante a ocorrência de ofensa ao conteúdo da Súmula Vinculante 10 e à tese vinculante fixada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 760.931 (Tema 246 da repercussão geral), que têm o seguinte teor:

SV 10. "*Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.*"

TEMA-RG 246. *"O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".*

In casu, o cotejo analítico não exauriente entre a decisão reclamada e o paradigma sumular invocado, revela ter havido aparente afronta aos paradigmas invocados, uma vez que o juízo reclamado não fundamentou a condenação subsidiária do reclamante na existência de prova taxativa de *culpa in vigilando*, mas antes no mero inadimplemento, conforme se observa do seguinte excerto da decisão reclamada:

"É incontroverso que o recorrente foi beneficiado pelo labor da reclamante, que foi admitida pela primeira reclamada, Gentleman Serviços Eireli, para prestar serviços de copeira na Secretaria da Fazenda, relacionados ao contrato de terceirização firmado entre os reclamados.

Tampouco há controvérsia a respeito do fato de que a reclamante encontrava-se com salários em atraso e sem a quitação de diversas outras parcelas que deveriam ter sido quitadas durante o vínculo laboral, que perdurou de 19/09/2016 a 04/12/2018, inclusive os salários dos meses de julho a novembro de 2018, o auxílio-alimentação e os vales-transporte, além dos depósitos fundiários, que não foram integralmente recolhidos.

A verificação da falta de cumprimento de obrigações essenciais ao contrato de trabalho, relativas ao pagamento de salários e depósitos de FGTS, não demandava uma fiscalização profunda e detalhada, pois seria suficiente que o gestor nomeado para fiscalizar o contrato exigisse os comprovantes mensais de pagamento e certificados de regularidade do FGTS, conforme diretrizes constantes da Instrução Normativa 5/2017, editada pelo Ministério do Planejamento (Anexo IV, item 2.3), vigente à época dos fatos.

Todavia, ***não há nos autos nenhum elemento a indicar que o segundo reclamado tenha diligenciado no sentido de exigir da primeira ré o cumprimento das obrigações trabalhistas básicas relativas ao contrato de trabalho.***

Assim, ***tenho como demonstrado nos autos que o segundo reclamado não observou corretamente e com eficiência o seu dever de fiscalizar a efetiva execução do contrato.****"* (Grifei)

Dessa forma, entendo, neste juízo provisório, que o órgão fracionário afastou integralmente o comando legal que afasta a responsabilização automática da Administração Pública por encargos trabalhistas decorrentes da contratação de serviços por intermédio de empresa terceirizada, em afronta à Súmula Vinculante 10, uma vez que destituiu "*a norma de qualquer carga de eficácia jurídica, esvaziando por completo a pretensão originária do legislador, seja ela qual tenha sido*" (Reclamação 25.508, rel. min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 22/8/2017). Neste sentido: Rcl 31.631-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe de 29/10/2018; e Rcl 22.384-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 21/06/2018).

Ex positis, por entender que os argumentos da parte reclamante são plausíveis, **DEFIRO** a **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**, com fundamento no inciso II do artigo 989 do Código de Processo Civil, para suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos autos do Processo 010006-58.2019.5.18.0007, exclusivamente no que respeita à responsabilidade subsidiária do ora reclamante, até o julgamento final desta reclamação.

Solicitem-se informações (artigo 989, inciso I, do CPC) e comunique-se o teor desta decisão à autoridade reclamada.

Cite-se o beneficiário do *decisum* impugnado para a apresentação de contestação (artigo 989, inciso III, do CPC).

Nos termos do artigo 52, parágrafo único, do RISTF, dispenso o parecer da Procuradoria-Geral da República, por cuidar-se de matéria de caráter reiterado.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECLAMAÇÃO 41.656 **(930)**

ORIGEM	: 41656 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECLTE.(S)	: DILEAN SALVIANO DE FARIAS ARAUJO
ADV.(A/S)	: MUZIO SCEVOLA MOURA CAFEZEIRO (16761/BA)
ADV.(A/S)	: GIORGINEI TROJAN REPISO (12225/DF)
RECLDO.(A/S)	: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: HIGITERC - HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. TRABALHISTA. TERCEIRIZAÇÃO. AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DO QUANTO DECIDIDO NO RE 960.931 - TEMA-RG 246. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO BASEADO EM ASPECTOS FÁTICOS. INVIABILIDADE DO REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Decisão: Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, proposta por Dilean Silvano de Farias, contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho, proferida nos autos do processo TST-RR-594-31.2010.5.10.0011, sob a alegação de desrespeito à tese vinculante fixada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 960.931 – Tema 246 da sistemática da repercussão geral.

Narra o reclamante que foi empregado de empresa terceirizada que prestava serviços para a Fundação Universidade de Brasília e que ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa empregadora e do ente público prestador.

Informa que, nada obstante tenha obtido sucesso nas instâncias ordinárias, o TST deu provimento a recurso de revista para afastar a responsabilidade subsidiária da FUB. Eis a ementa da decisão reclamada:

"(...) RECURSO DE REVISTA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇOS. APLICAÇÃO DO TEMA 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. EFEITO VINCULANTE. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADC nº 16/DF, decidiu que o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 é constitucional. Todavia, entendeu que não há impedimento para o reconhecimento da responsabilidade da Administração Pública, desde que comprovada a omissão do tomador de serviços na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora em relação a seus empregados. Por sua vez, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931/DF, com repercussão geral reconhecida (tema 246 da Tabela de Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal firmou as seguintes teses sobre a controvérsia em exame: (a) não é possível a transferência automática da responsabilidade do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora dos serviços, sendo necessária a comprovação do nexo de causalidade entre o inadimplemento das obrigações trabalhistas e a conduta negligente dos integrantes da Administração Pública na fiscalização da prestadora de serviços, (b) a eficiência da fiscalização não é fator relevante para a responsabilização da Administração Pública, que se isenta de culpa com a fiscalização ainda que por amostragem, e (c) é do empregado o ônus de provar a conduta culposa da Administração Pública na fiscalização das empresas contratadas na forma da Lei nº 8.666/93. II. ***No presente caso, a***

Corte Regional reconheceu a responsabilidade subsidiária sem que fosse especificamente demonstrado o nexo de causalidade entre o dano ao empregado terceirizado e a conduta negligente do ente público no tocante à fiscalização da empresa prestadora de serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas*. Sob esse enfoque, impõe-se o conhecimento e o provimento do recurso. III. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento".* (grifei)

Em breve síntese, sustenta que referida decisão, a pretexto de aplicar o Tema-RG 246, o desrespeitou, afastando indevidamente a responsabilidade subsidiária da Administração no caso concreto.

Alega que a produzida nos autos de origem "*evidenciou claramente que a conduta negligente do ente público (Fundação Universidade de Brasília) ao não fiscalizar a empresa contratada*", razão pela qual a observância da tese vinculante imporia a responsabilização da FUB.

Requer seja julgada procedente a presente reclamação, para que seja cassado o acórdão reclamado.

É o relatório. **DECIDO**.

Ab initio, pontuo que a reclamação, por expressa determinação constitucional, destina-se a preservar a competência desta Suprema Corte e garantir a autoridade de suas decisões, *ex vi* do artigo 102, inciso I, alínea *l* , além de salvaguardar o estrito cumprimento das súmulas vinculantes, nos termos do artigo 103-A, § 3º, da Constituição da República, incluído pela EC 45/2004.

A matéria também veio disciplinada pelo novo Código de Processo Civil, que, no artigo 988, prevê as hipóteses de seu cabimento, *in verbis* :

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência. (...)

Embora tenha sistematizado a disciplina jurídica da reclamação e ampliado em alguma medida seu âmbito de aplicação, o novo diploma processual não alterou a natureza eminentemente excepcional dessa ação. De fato, a excepcionalidade no manejo da reclamação é depreendida a todo tempo da redação do novo CPC, seja quando ele limita sua incidência às hipóteses listadas, *numerus clausus,* no artigo 988, seja quando condiciona seu cabimento ao prévio esgotamento das instâncias ordinárias.

Desta sorte, o exercício regular e funcional do direito de demandar pela via processual da reclamação pressupõe: *i)* a impossibilidade de se proceder a um elastério hermenêutico da competência desta Corte, por estar definida pela Constituição Federal em rol *numerus clausus* ; *ii)* a impossibilidade de utilização *per saltum* da reclamação, suprimindo graus de jurisdição ou outros instrumentos processuais adequados; *iii)* a observância da estrita aderência da controvérsia contida no ato reclamado ao conteúdo dos acórdãos desta Suprema Corte apontados como paradigma; *iv)* a inexistência de trânsito em julgado do ato jurisdicional reclamado; *v)* o não revolvimento da moldura fática delineada nos autos em que proferida a decisão objurgada, devendo a reclamação se ater à prova documental (artigo 988, § 2º, do CPC), sob pena de se instaurar nova instrução processual, paralela à da demanda de origem.

Pois bem. *In casu*, sustenta o reclamante que a decisão reclamada, ao afastar a responsabilidade da Administração Pública, teria contrariado a prova dos autos, segundo a qual teria havido negligência da Fundação Universidade de Brasília.

Cumpre pontuar, inicialmente, que o recurso de revista é recurso de competência exclusiva do Tribunal Superior do Trabalho, de modo que compete àquela Corte Superior verificar seu cabimento. Este Supremo Tribunal Federal já assentou o entendimento que questões relativa ao cabimento de recursos de competência de outros tribunais não têm natureza constitucional. É neste sentido a tese vinculante fixada no julgamento do RE 598.365 (Tema-RG 181), *in verbis*: *"A questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE n. 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009".*

Isto posto, consigno que a decisão reclamada, de provimento do recurso de revista, pontuou expressamente que não restou provado nos autos de origem "*o nexo de causalidade entre o dano ao empregado terceirizado e a conduta negligente do ente público no tocante à fiscalização da empresa prestadora de serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas".*

A meu sentir, tendo a decisão reclamada se fundamentado sobretudo em aspectos fáticos para afastar a responsabilidade da Administração, o conhecimento e a procedência da presente reclamação demandaria, necessariamente, a análise das provas produzidas nos autos de origem.

Saliente-se, no ponto, que a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que a via processual da reclamação não se presta ao revolvimento do conjunto fático probatório do processo de origem. Neste sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. ESTRITA ADERÊNCIA ENTRE O ATO RECLAMADO E O PARADIGMA DE CONTROLE. INEXISTÊNCIA. REVOLVIMENTO FÁTICO E PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. 1. A jurisprudência desta Suprema Corte veda o revolvimento fático e probatório dos autos originários pela via reclamatória (Rcl 18.354-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe-197 de 1.9.2017) e exige estrita aderência entre o objeto do ato reclamado e o conteúdo do paradigma de controle (Rcl 4.487-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe-230 de 5.12.2011). 2. A incursão sobre o elemento subjetivo do agente, para infirmar ou confirmar o caráter fraudulento dos contratos por ele firmados com entidades do terceiro setor, demanda incursão em matéria fática e probatória incompatível com a estreita via da reclamação constitucional. 3. O acórdão proferido na ADI 1.923/DF conferiu às Lei 9.637/1998 e 8.666/1993 interpretação conforme à Constituição, definindo questões administrativas atinentes às relações entre as organizações sociais e o Estado, não tendo tratado dos efeitos penais de condutas que importem eventual desvio dos parâmetros ali previstos, seja para definir a incidência da norma penal, seja para afastar sua tipificação. 4. Agravo regimental conhecido e não provido". (Rcl 25.934 AgR/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* 03/09/2019).

Não tendo a reclamante demonstrado, assim, a inobservância do Tema-RG 246 – inclusive porque referida demonstração demandaria a reanálise de aspectos fáticos do processo de origem -, não há como se conhecer a presente reclamação.

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** à reclamação, com fundamento nos artigos 932, VIII e 161 do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 168.753 **(931)**

ORIGEM	: 168753 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: L.F.N.
RECTE.(S)	: J.C.S.
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: Trata-se de recurso ordinário em "*habeas corpus*" **interposto** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

"'***HABEAS CORPUS' SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ECA. ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AOS DELITOS DE PORTE DE ENTORPECENTE PARA USO PRÓPRIO E POSSE IRREGULAR DE USO DE ARMA DE FOGO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. ART. 122, INCISO II, DA LEI N. 8.069/90. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 'HABEAS CORPUS' NÃO CONHECIDO.***

1. Diante da hipótese de 'habeas corpus' substitutivo de recurso próprio*, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial,* ***razoável a análise do feito*** *para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

2. O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação somente nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves *ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.*

'In casu', observa-se que a imposição da internação por prazo indeterminado deveu-se ao fato das condições pessoais dos pacientes serem desfavoráveis*, haja vista que ambos possuem passagens anteriores na Vara de Infância e Juventude, sendo que o paciente L. F. N. possui passagens por atos infracionais equiparados aos delitos de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo e o paciente J. C. S. já teve contra si imposição de medida socioeducativa de internação, em decorrência de anterior representação julgada procedente pela prática de ato infracional equiparado ao crime de homicídio. Dessa forma, conclui-se que a imposição da internação por prazo indeterminado foi devidamente fundamentada de acordo com o disposto no art. 122, inciso II, da Lei n. 8.069/90. Precedentes.*

3. 'Habeas corpus' não conhecido."

(**HC 428.668/ES**, Rel. Min. JOEL ILAN PACIORNIK – **grifei**)

Sustenta-se, em suma, *nesta sede processual*, que os recorrentes, *menores inimputáveis*, **estão sofrendo** injusto constrangimento **em razão da inocorrência**, *no caso ora em exame*, **dos pressupostos legitimadores** da

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

medida socioeducativa de internação que lhes foi imposta.

Eis o trecho da decisão **proferida** pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Aracruz/ES, que, *não obstante* **haver desclassificado** parte dos atos infracionais **imputados** aos ora recorrentes *para porte de drogas para consumo próprio*, **impôs-lhes**, mesmo assim, *a medida socioeducativa de internação*:

"***Isto posto**, JULGO PROCEDENTE a representação apresentada, para:*

***a) reconhecer a autoria do ato infracional análogo ao crime do art. 28 da Lei 11.343/06 e art. 14 da Lei 10.826/03 em relação ao representado L. F. N.**, e para **aplicar-lhe a medida socioeducativa de INTERNAÇÃO, na forma do art. 122, II, do Ecriad**, pelo prazo de até 03 anos, em estabelecimento socioeducativo no Estado do Espírito Santo.*

***b) reconhecer a autoria do ato infracional análogo ao crime do art. 28 da Lei 11.343/06 em relação ao representado J. C. S.**, e para aplicar-lhe a **medida socioeducativa de INTERNAÇÃO**, na forma do art. 122, II, do Ecriad, pelo prazo de até 03 anos, em estabelecimento socioeducativo no Estado do Espírito Santo, absolvendo-o quanto ao ato análogo ao crime do art. 14 da Lei 10.826/03.*" (**grifei**)

O Ministério Público Federal, **em pronunciamento** da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **opinou** *pelo não provimento* deste recurso ordinário em "*habeas corpus*".

Sendo esse o contexto, **passo a examinar** a postulação **formulada** na presente sede recursal.

Todos sabemos que a criança **e** o adolescente **recebem** *especial amparo* que lhes é dispensado *pela própria* Constituição da República, cujo texto **consagra**, *como diretriz fundamental* **e** *vetor condicionante* da atuação da família, da sociedade e do Estado (**CF**, art. 227), *o princípio da proteção integral*.

Nesse contexto, **as medidas socioeducativas** orientam-se, **nos casos** de atos infracionais **cometidos** *pelo adolescente*, **no sentido** de neutralizar a situação de perigo (**ou** de risco) em que esse mesmo adolescente encontre-se, **quando**, *por ação ou omissão*, coloque-se *em estado de conflito com o ordenamento positivo*, **buscando-se**, *sempre*, **não obstante** *o caráter excepcional* daquelas medidas, **a adoção de providências** que, **respeitando** o estágio de desenvolvimento **e** a capacidade de compreensão do menor inimputável, **viabilizem** a sua reintegração ao convívio social e, *notadamente*, à vida familiar.

Na realidade, o sistema de direito positivo, **ao dispor** sobre o menor adolescente *em situação de conflito com a lei*, **nas hipóteses** em que venha ele a cometer ato infracional – **a cuja prática** *estende-se o princípio da insignificância* (**HC 102.655/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*) –, **objetiva implementar** programas e planos de atendimento socioeducativo **mediante** ações articuladas **nas áreas** de educação, saúde, assistência social, capacitação para o trabalho, cultura e esporte, **visando conferir** efetividade **e** dar concreção **aos fins** a que se destinam as medidas socioeducativas, **cuja precípua função** *está assim definida* no art. 1º, **§ 2º**, da Lei nº 12.594/2012:

(**a**) **responsabilizar** o adolescente quanto às consequências lesivas dos atos infracionais por ele cometidos **e nele estimular** a reparação dos danos causados à vítima;

(**b**) **promover-lhe** a integração social, **garantindo-lhe** a integridade de seus direitos individuais e sociais, **mediante** execução de plano individual de atendimento;

(**c**) **revelar-lhe** a desaprovação de sua conduta infracional, **tornando efetivos** os parâmetros **delineados** na sentença que lhe houver aplicado a privação da liberdade **ou** a restrição de direitos.

Daí a observação de GUILHERME DE SOUZA NUCCI ("**Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**", p. 395/396, item n. 55, 2014, Forense):

"***O que se defende, lastreado no superior interesse da criança ou adolescente, é a 'justa sanção'**, caracterizada **pela moderação, pela brandura, pelo equilíbrio** e, mais importante, sem qualquer ranço de vindita. **Está-se trabalhando** com a personalidade em formação do futuro adulto, motivo pelo qual todo cuidado é pouco para que a prática do ato infracional não se transforme num degrau consistente para a degeneração de seus valores morais por completo. **Quanto mais violenta for a reação estatal nessa faixa etária**, menor pode ser o resultado positivo para efeito educacional.*" (**grifei**)

Cumpre ressaltar, *neste ponto*, por relevante, **que a proteção** aos direitos da criança e do adolescente **qualifica-se** como um dos direitos **mais** expressivos contemplados em nosso sistema constitucional, **que impõe** ao Estado (**e**, *igualmente*, à sociedade e à família) **o dever** de criar *condições objetivas* **que viabilizem**, em favor **dessas mesmas** crianças **e** adolescentes, "*(...)* ***com absoluta prioridade**, **o direito** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade* **e** *à convivência familiar e comunitária, **além de colocá-los** a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*" (**CF**, art. 227, "*caput*" – **grifei**).

Para BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO ("**O Bloco de Constitucionalidade e a Proteção à Criança**", "*in*" **Revista de Informação Legislativa** nº 123/259-266, **263/264**, 1994, Senado Federal), **a proteção integral** da criança e do adolescente **exprime**, *de um lado*, **no plano** *do sistema jurídico-normativo*, **a exigência** de solidariedade social **e pressupõe**, *de outro*, **a asserção** de que a dignidade humana, **enquanto** valor impregnado de centralidade em nosso ordenamento político, **só se afirmará** com a expansão das liberdades públicas, **quaisquer** que sejam as dimensões em que elas se projetem:

"***Neste ponto é que entra a função do Estado**, que, **conceituando a proteção à criança** como um direito social **e colocando** como um de seus princípios a justiça social, **deve impedir** que estas pessoas, na correta colocação de Dallari, **sejam oprimidas** por outras. **É necessário** que seja abolida esta discriminação e que todo 'menor' seja tratado como criança – **sujeito de direitos que deve gozar da proteção especial** estatuída na Constituição Federal e também nas Constituições Estaduais.*" (**grifei**)

O alto significado social **e o irrecusável** valor constitucional **de que se reveste** o direito à proteção da criança e do adolescente – **ainda** mais se considerado em face **do dever** que incumbe, *ao Poder Público*, **de torná-lo real**, mediante **concreta efetivação** *da garantia de assistência integral à criança e ao adolescente* (**CF**, art. 227) – **não podem ser menosprezados** pelo Estado, **sob pena** *de grave* **e** *injusta frustração* **de um inafastável** compromisso constitucional, **que tem** *no aparelho estatal* **um de seus precípuos destinatários**.

Presente esse contexto **e assentadas** essas premissas, **torna-se importante assinalar** *que o art. 28 da Lei nº 11.343/2006*, *que pune* a posse, *para consumo próprio*, de drogas **que provoquem** *dependência física* **e/ou** *psíquica*, **não autoriza** *a privação da liberdade* do autor desse ilícito penal, **não obstante cometido** *por pessoa plenamente imputável*. **Em outras palavras**, **se** o adolescente **ostentasse** situação *de plena imputabilidade penal* – com 18 anos **ou** mais –, **mesmo assim** *ele jamais seria submetido* a uma medida **privativa** de liberdade, **porque aquela regra** inscrita na Lei de Drogas, **cuja constitucionalidade** está sendo questionada nesta Corte (**RE 635.659/SP**, Rel. Min. GILMAR MENDES), **somente comina**, *para tal delito*, penas *meramente restritivas* de direitos.

Logo, *não se mostra razoável* a imposição *da medida excepcional de internação*, **que envolve** *privação da liberdade individual, a menor inimputável* (**adolescente**) que se encontre em situação na qual o **ato infracional** *a ele atribuído* **corresponda** *à descrição típica* **constante** do art. 28 da Lei de Drogas, **que** – *repita-se* – **não** prevê **nem** autoriza a prisão do agente, *mesmo sendo este plenamente imputável*.

Em suma: **revela-se contrário** ao sistema jurídico, **por subverter** *o princípio da proteção integral* do menor inimputável, **impor** *a medida extraordinária de internação* ao adolescente que *eventualmente* pratique ato infracional **consistente** em possuir drogas *para consumo próprio*, **pois**, *como precedentemente se verificou*, **nem mesmo** a pessoa **maior** de dezoito anos de idade, *imputável*, **pode sofrer** *a privação da liberdade* **por efeito** de transgressão **ao art. 28** da Lei nº 11.343/2006.

Essa orientação tem sido adotada por *ambas as Turmas* desta Suprema Corte no exame *de idêntica matéria*:

"***'HABEAS CORPUS'. SÚMULA 691/STF. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE USO DE DROGAS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Não compete** ao Supremo Tribunal Federal examinar questão de direito não apreciada definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 691/STF), **salvo nas hipóteses** de manifesta ilegalidade **ou** abuso de poder, **bem como nos casos** de decisões **manifestamente** contrárias à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou de decisões teratológicas. **2. É vedada a submissão de adolescente a tratamento mais gravoso do que aquele conferido ao adulto. 3. Em se tratando da criminalização do uso de entorpecentes, não se admite a imposição ao condenado de pena restritiva de liberdade, nem mesmo em caso de reiteração ou de descumprimento** de medidas anteriormente aplicadas. **Não sendo possível**, por ato infracional **análogo** ao delito do art. 28 da Lei de drogas, **a internação ou a restrição parcial da liberdade de adolescentes. 4.** 'Habeas corpus' não conhecido. **Ordem concedida de ofício**.*"

(**HC 119.160/SP**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **grifei**)

"*'**HABEAS CORPUS**' – **IMPETRAÇÃO** DEDUZIDA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR DA UNIÃO – **HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE** DO 'WRIT' CONSTITUCIONAL – **DIRETRIZ JURISPRUDENCIAL** FIRMADA POR AMBAS AS TURMAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – **RESSALVA DA POSIÇÃO PESSOAL** DO RELATOR **DESTA** CAUSA, **QUE ENTENDE CABÍVEL** O 'WRIT' **CONTRA** DECISÕES MONOCRÁTICAS – **CONFIGURAÇÃO**, ENTRETANTO, DE **EVIDENTE SITUAÇÃO DE INJUSTO CONSTRANGIMENTO** AO 'STATUS LIBERTATIS' DO PACIENTE – **IMPOSIÇÃO** DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO A ADOLESCENTE **QUE PRATICOU** ATO INFRACIONAL **EQUIPARADO** AO DELITO PREVISTO **NO ART. 28** DA LEI Nº 11.343/2006, **PARA O QUAL NÃO SE COMINA** PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, **MAS**, TÃO SÓ, PENA **MERAMENTE RESTRITIVA** DE DIREITOS – SITUAÇÃO **DE INJUSTO** CONSTRANGIMENTO CONFIGURADA – '**HABEAS CORPUS**' **NÃO CONHECIDO** – ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*– A criança **e** o adolescente **recebem** especial amparo que lhes é dispensado pela própria Constituição da República, cujo texto **consagra**, como diretriz fundamental **e** vetor condicionante da atuação da família, da sociedade e do Estado (**CF**, art. 227), o princípio da proteção integral.*

*– O sistema de direito positivo, **ao dispor** sobre o menor adolescente em situação de conflito com a lei, **nas hipóteses** em que venha ele a cometer*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

*ato infracional – **a cuja prática** estende-se o princípio da insignificância (**HC 102.655/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.) –, **objetiva implementar** programas e planos de atendimento socioeducativo, **cuja precípua função** – entre aquelas **definidas** na Lei nº 12.594/2012 – **consiste** em promover a integração social do adolescente, garantindo-lhe a integridade de seus direitos, **mediante** execução de plano individual de atendimento, **respeitados**, sempre, o estágio de desenvolvimento e a capacidade de compreensão do menor inimputável.*

*– **Revela-se contrário** ao sistema jurídico, **por subverter** o princípio da proteção integral do menor inimputável, **impor** ao adolescente que eventualmente pratique ato infracional **consistente** em possuir drogas para consumo próprio **a medida extraordinária** de internação, **pois nem mesmo** a pessoa **maior** de dezoito anos de idade, imputável, **pode sofrer** a privação da liberdade **por efeito** de transgressão **ao art. 28** da Lei nº 11.343/2006. **Precedente**.*"

(**HC 124.682/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Observo, *de outro lado*, no que concerne à imposição da medida socioeducativa de internação ao recorrente L. F. N. (**ECA**, art. 122, II), **em razão da reiteração** na prática de ato infracional, *desta vez* **equiparado** ao delito tipificado no art. 14 da Lei nº 10.826/2003, **que não restou demonstrada**, *nesse específico aspecto*, a existência de situação de flagrante ilegalidade, **pois** os fundamentos que dão suporte à decisão questionada **ajustam-se**, no ponto, *com integral fidelidade*, **à diretriz jurisprudencial** firmada pelo Supremo Tribunal Federal a propósito da matéria em análise (**HC 84.218/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **HC 93.900/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO – **HC 106.509/PE**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **HC 112.248/PE**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, *v.g.*):

"***PROCESSUAL PENAL. 'HABEAS CORPUS'. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. CARÁTER EXTREMO. ART. 122 DO ECA. ROL TAXATIVO. ATO INFRACIONAL NÃO COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA A PESSOA. GRAVIDADE DO ATO E GARANTIA DA INTEGRIDADE FÍSICA DO MENOR. FUNDAMENTOS NÃO IDÔNEOS PARA A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. REITERAÇÃO NA PRÁTICA DELITUOSA. FUNDAMENTO QUE AUTORIZA A INTERNAÇÃO (ART. 122, II, DO ECA). NÚMERO MÍNIMO DE DELITOS ANTERIORMENTE COMETIDOS PARA CARACTERIZAÇÃO DA REINCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ORDEM INDEFERIDA.***

***1. A internação, entre todas as medidas sócio-educativas, constitui a mais severa**, porquanto implica na privação da liberdade do menor.*

***2. O ECA reconhece o caráter extremo da medida, ao condicioná-la aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento** (artigo 121) e prever sua subsidiariedade, determinando que 'Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada' (artigo 122, § 2º).*

***3. Deveras, em razão deste caráter extremo, a internação justifica-se nas hipóteses taxativamente elencadas no artigo 122 da Lei n. 8.069/90** (Precedentes: **HC n. 88.748/SP**, 1ª Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 29.9.06, e **HC n. 89.326/SP**, 2ª Turma, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 6.11.06), porquanto até mesmo a prisão de indivíduos penalmente imputáveis com respaldo na gravidade em abstrato do crime é inadmissível (**Precedentes: HC n. 96.618/SP**, 2ª Turma, Relator o Ministro Eros Grau, DJ de 24.6.10; **HC n. 95.886/RJ**, 2ª Turma, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 3.12.09; **HC n. 92.299/SP**, 1ª Turma, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 19.9.08; **HC n. 86.142/PA**, 1ª Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia).*

***4. A internação do paciente justifica-se em razão da reincidência no cometimento de ato infracional grave. A aplicação da medida de internação na hipótese de reiteração na prática criminosa é constitucional, tendo em vista a previsão expressa do inciso II do artigo 122 do ECA** (Precedentes: HC n. 99.175/DF, 1ª Turma, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 28.5.10, e HC n. 84.218/SP, 1ª Turma, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 18.4.08).*

***5. O inciso II do artigo 122 do ECA não prevê número mínimo de delitos anteriormente cometidos para fins de caracterização da reiteração na prática criminosa** (Precedente: **HC n. 84.218/SP**, 1ª Turma, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ de 18.4.08).*

***6. 'In casu'**, o paciente cumpriu anteriormente medida de internação pela prática de ato infracional equiparado a roubo qualificado.*

***7. Ordem indeferida**.*"

(**HC 94.447/SP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **grifei**)

"*'HABEAS CORPUS' SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. 'WRIT' NÃO CONHECIDO. 1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido da inadmissibilidade do uso da ação de 'habeas corpus' em substituição ao recurso ordinário previsto na Constituição Federal. 2. **Estando a medida 'socioeducativa' fundamentada no descumprimento de outra medida menos gravosa e na reiteração delitiva do ora paciente, inexiste ilegalidade flagrante capaz de justificar a concessão da ordem de ofício**. 3. 'Writ' não conhecido.*"

(**HC 121.761/MG**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **grifei**)

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **dou parcial provimento** ao presente recurso ordinário, **apenas para invalidar** a imposição, *ao recorrente J. C. S.*, **da medida socioeducativa** *de internação* que lhe foi aplicada **por sentença** do Juízo de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Aracruz/ES (Processo nº 0007150-93.2015.8.08.0006), **sem prejuízo** da imposição *de qualquer outra* das medidas **previstas** no art. 112 da Lei nº 8.069/90 (**ECA**), **contanto que não resulte privação**, *ainda que parcial*, **da liberdade de locomoção física** do adolescente em questão.

Comunique-se, *com urgência*, transmitindo-se cópia desta decisão ao E. Superior Tribunal de Justiça (**HC** 428.668/ES), ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (**Apelação** 0007150-93.2015.8.08.0006) **e** ao Juízo de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca de Aracruz/ES (**Processo** nº 0007150-93.2015.8.08.0006).

2. **Devolvam-se** estes autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 170.057 **(932)**

ORIGEM	: 170057 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S)	: JOHNNY KOCH
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: Trata-se de recurso ordinário em "*habeas corpus*" **interposto** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

"***'HABEAS CORPUS' SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. RECEPTAÇÃO (ART. 180, 'CAPUT', DO CP). INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. AGENTE SURPREENDIDO NA POSSE DE MOTOCICLETA DE ORIGEM ILÍCITA. ART. 156 DO CPP. CONJUNTO PROBATÓRIO FIRME A INDICAR O CONHECIMENTO DA ORIGEM ESPÚRIA DO BEM. PLEITO DE ANULAÇÃO COM VISTAS À ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 'HABEAS CORPUS' NÃO CONHECIDO.***

***1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe 'habeas corpus' substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração**, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.*

***2. A conclusão das instâncias ordinárias está em sintonia com a jurisprudência consolidada desta Corte**, segundo a qual, no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova acerca da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, sem que se possa falar em inversão do ônus da prova. Precedentes.*

***3. O pleito defensivo concernente à absolvição do crime de receptação**, previsto no art. 180, 'caput', do CP, **não comporta análise na presente via**, de cognição sumária, **na qual não se permite dilação fático-probatória**, ainda mais no caso em tela, em que o acórdão recorrido **fundamentou adequadamente** a condenação, com lastro nas provas produzidas em contraditório judicial.*

***4. 'Habeas corpus' não conhecido**.*"

(**HC 483.297/SC**, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA – **grifei**)

Busca-se, *em síntese*, nesta sede processual, "*(...) a concessão de ordem de 'habeas corpus' para absolver o paciente da acusação de prática do crime de receptação, uma vez que a acusação não demonstrou que agiu dolosamente, não podendo a culpa ser presumida a partir da inversão do ônus da prova, que incumbe ao acusador*", **ou**, subsidiariamente, "*(...) a concessão parcial de ordem de 'habeas corpus' para desclassificar a conduta do paciente para o delito de receptação culposa, na forma do § 3º do art. 180 do CP (...)*".

O Ministério Público Federal, **em pronunciamento** da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **opinou contrariamente** à pretensão formulada pela parte recorrente, **em parecer** assim ementado:

"***PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'. RECEPTAÇÃO. PRETENSÃO À ABSOLVIÇÃO OU À DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O DELITO DE RECEPTAÇÃO CULPOSA. DESCABIMENTO. QUESTÃO ATINENTE À DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO NÃO ANALISADA PELA CORTE DE***

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUESTÕES, ADEMAIS, QUE DEMANDAM REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. JURISPRUDÊNCIA DO STF. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO." (**grifei**)

Sendo esse o contexto, **passo a examinar** o pleito em causa. **E**, *ao fazê-lo*, **entendo assistir plena razão** à douta Procuradoria-Geral da República, **eis** que os fundamentos **que dão suporte** ao seu parecer **ajustam-se**, *com integral fidelidade*, à orientação jurisprudencial **firmada** por esta Suprema Corte **nas matérias** em análise.

Verifico, *desde logo*, **no que concerne** à pretendida **desclassificação** da conduta do recorrente *para a modalidade culposa*, que a decisão ora impugnada *sequer examinou* os fundamentos **nos quais se apoia**, *quanto a esse específico aspecto*, este recurso.

Inexiste, *portanto*, coincidência temática **entre** as razões invocadas no presente recurso ordinário em "*habeas corpus*" em face da situação jurídico-processual *que venho de referir* **e aquelas que dão apoio** à decisão **objeto** de impugnação **nesta** sede processual.

A circunstância *que venho de mencionar* (ocorrência *de incoincidência temática*) **faz incidir**, *na espécie*, **em relação** a este recurso constitucional, **a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**, **que assim se tem pronunciado** nos casos em que os fundamentos apresentados pelo impetrante **não guardam pertinência** com aqueles **que dão suporte** à decisão impugnada (**RTJ 182/243-244**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – **HC 73.390/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **HC 81.115/SP**, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, *v.g.*):

"***IMPETRAÇÃO DE 'HABEAS CORPUS' COM APOIO EM FUNDAMENTO NÃO EXAMINADO PELO TRIBUNAL APONTADO COMO COATOR: HIPÓTESE DE INCOGNOSCIBILIDADE DO 'WRIT' CONSTITUCIONAL.***

*– **Revela-se insuscetível de conhecimento**, pelo Supremo Tribunal Federal, **o remédio constitucional** do 'habeas corpus', **quando impetrado com suporte em fundamento que não foi apreciado** pelo Tribunal apontado como coator.*

***Se se revelasse lícito** ao impetrante agir 'per saltum', **registrar-se-ia indevida supressão** de instância, **com evidente subversão** de princípios básicos de ordem processual. **Precedentes**.*"

(**RTJ 192/233-234**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"*Em '**habeas corpus**' substitutivo de recurso ordinário, a inconformidade deve ser com o acórdão proferido pelo STJ, e não contra o julgado do Tribunal de Justiça.*

*O STF só é competente para julgar '**habeas corpus**' contra decisões provenientes de Tribunais Superiores.*

Os temas objeto do 'habeas corpus' devem ter sido examinados pelo STJ.

.....

Caso contrário, caracterizaria supressão de instância.

*'**Habeas Corpus**' **não conhecido**.*"

(**HC 79.551/SP**, Rel. Min. NELSON JOBIM – **grifei**)

Disso tudo resulta que, quanto à alegação da parte recorrente *ora sob análise*, **para ser conhecida** pelo Supremo Tribunal Federal **em sede** de recurso ordinário em "*habeas corpus*", **precisa** constituir objeto *de prévio exame* por parte do E. Superior Tribunal de Justiça, **sob pena** de configurar-se, *como precedentemente já acentuado*, **inadmissível** *supressão de instância*, **consoante tem advertido** o magistério jurisprudencial desta Suprema Corte:

"***EXECUÇÃO PENAL. 'HABEAS CORPUS'. PROGRESSÃO DE REGIME. CUMPRIMENTO DE UM SEXTO DA PENA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL 'A QUO'. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. PRECEDENTES. 'WRIT' NÃO CONHECIDO.***

***1. A presente impetração** visa ao reconhecimento do direito do paciente em progredir de regime prisional em razão do cumprimento de um sexto da pena.*

***2. A questão suscitada pelo impetrante no presente 'habeas corpus' não foi sequer apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça**, já que não tinha sido submetida anteriormente ao crivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.*

***3. Desse modo**, o conhecimento da matéria, neste momento, pelo Supremo Tribunal Federal acarretaria inadmissível supressão de instâncias.*

***4. A jurisprudência dessa Suprema Corte é firme** no sentido de que 'não se conhece de 'habeas corpus' cujas questões não foram apreciadas pela decisão contra a qual é impetrado' (**HC 93.904/RS**, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 094).*

***5. 'Writ' não conhecido**.*"

(**HC 97.761/RJ**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **grifei**)

Entendo, *de outro lado*, **no que se refere** à pretendida absolvição do recorrente, **assistir razão**, *também nesse ponto*, ao substancioso **e** fundamentado pronunciamento do Ministério Público Federal.

É que a verificação da procedência, **ou não**, das alegações deduzidas no presente recurso, sobre a apreciação dos fatos subjacentes à própria imputação penal, **demandaria** necessário reexame de fatos, **o que não se admite** nesta sede excepcional.

Impõe-se observar, *por relevante*, **que eventuais divergências** no exame do conjunto probatório produzido no âmbito do processo penal de conhecimento **não se mostram suscetíveis** de apreciação na esfera deste recurso ordinário em "*habeas corpus*".

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – *desde que ausente situação de certeza objetiva quanto aos fatos* – **tem assinalado não se revelar compatível** com o âmbito estreito do "*habeas corpus*" **a apreciação jurisdicional** que importe em indagação probatória, **ou** em análise aprofundada de matéria fática, **ou**, *ainda*, em exame valorativo dos elementos de prova (**RTJ 165/877-878**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 168/863-865**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Com efeito, a pretensão do recorrente, *tal como deduzida*, **implicaria** irrecusável análise da prova **e importaria** em aprofundada investigação dos fatos **subjacentes** à acusação penal, **o que se revela inadmissível** – *como anteriormente assinalado – na via angusta e sumaríssima* do "*habeas corpus*" (**RTJ 140/893**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 66.381/SP**, Rel. Min. DJACI FALCÃO – **HC 65.887/SP**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **HC 96.820/SP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **HC 117.438/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*):

"'***HABEAS CORPUS' – PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO** DO DELITO DE HOMICÍDIO, EM SUA MODALIDADE TENTADA, **PARA O CRIME** DE LESÃO CORPORAL DE NATUREZA LEVE – CONTROVÉRSIA **QUE IMPLICA** EXAME APROFUNDADO DE FATOS E PROVAS – **INVIABILIDADE** DESSA ANÁLISE **NA VIA SUMARÍSSIMA** DO 'HABEAS CORPUS' – **ALEGADA NULIDADE** DA DECISÃO DE PRONÚNCIA – **EXCESSO DE LINGUAGEM** DO MAGISTRADO PRONUNCIANTE – **INOCORRÊNCIA** – **PEDIDO INDEFERIDO**.*"

(**HC 72.222/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

"'***HABEAS CORPUS'. PACIENTES PRONUNCIADOS POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, EM CONCURSO DE PESSOAS (INCISO IV DO § 2º DO ART. 121, COMBINADO COM OS ARTS. 29 E 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA DE PRONÚNCIA CONFIRMADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL (ART. 129 DO CP) E, ALTERNATIVAMENTE, DE RECONHECIMENTO DA DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E DO ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP). INVIABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS.***

***1. O 'habeas corpus' é garantia constitucional** que pressupõe, para o seu adequado manejo, uma ilegalidade ou um abuso de poder tão flagrante que se revele de plano; isto é, **sem a necessidade de minucioso exame** das provas contidas nos autos (inciso LXVIII do art. 5º da CF/88).*

***2. Impossibilidade de reexame das provas produzidas na origem** (interrogatório dos acusados; laudos periciais; prova testemunhal; entre outras) para dar pela **desclassificação do crime** de tentativa de homicídio para o crime de lesão corporal. **Inviável**, em sede da ação constitucional do 'habeas corpus', o pedido de reconhecimento da desistência voluntária, **bem assim** do alegado arrependimento eficaz. **Precedentes**: HCs 90.017, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski; e 86.205, da minha relatoria.*

***3. 'Habeas corpus' indeferido**.*"

(**HC 100.067/SP**, Rel. Min. AYRES BRITTO – **grifei**)

"***RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'. MOEDA FALSA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA ESTELIONATO, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE A FALSIFICAÇÃO SERIA GROSSEIRA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA AÇÃO PENAL, PORQUE NÃO OUVIDAS AS TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO PROVIMENTO.***

***A alegação de que o crime de moeda falsa deveria ser desclassificado para estelionato** e, por conseguinte, ser julgado pela Justiça estadual, sob o argumento de que a falsificação do papel moeda seria grosseira, **demanda o reexame** de fatos e provas, **o que é inviável** no âmbito da via eleita.*

.....

***Recurso ordinário em 'habeas corpus' não provido**.*"

(**RHC 99.388/SC**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **grifei**)

"***RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'. PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE DOLOSO PARA CULPOSO. DEBATE ACERCA DO ELEMENTO VOLITIVO DO AGENTE. CULPA CONSCIENTE X DOLO EVENTUAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. CIRCUNSTÂNCIA QUE OBSTA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO. REEXAME DE PROVA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.***

***I – O órgão constitucionalmente competente para julgar os crimes contra a vida** e, portanto, apreciar as questões atinentes ao elemento subjetivo da conduta do agente aqui suscitadas é o Tribunal do Júri, vedada a esta Corte avocar tal competência.*

II – A jurisprudência do STF está assentada no sentido de que o pleito de desclassificação de crime não tem lugar na estreita via do 'habeas corpus', por demandar aprofundado exame do conjunto fático-probatório da causa, e não mera revaloração. Precedentes.

***III – Recurso ordinário não provido**.*"

(**RHC 120.417/AL**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **grifei**)

Como se sabe, **a ocorrência de iliquidez** quanto aos fatos **alegados** na impetração **basta**, *por si só*, **para inviabilizar** a utilização adequada da ação de "*habeas corpus*", **que constitui** remédio processual **que não admite** qualquer dilação probatória (**RTJ** 110/555 – **RTJ** 129/1199 – **RTJ** 163/650-651 – **RTJ** 186/237, *v.g.*):

"***A ação de 'habeas corpus' constitui** remédio processual*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

*inadequado, **quando** ajuizada com objetivo (**a**) **de promover a análise** da prova penal, (**b**) **de efetuar o reexame** do conjunto probatório **regularmente** produzido, (**c**) **de provocar a reapreciação** da matéria de fato **e** (**d**) **de proceder à revalorização** dos elementos instrutórios coligidos no processo penal de conhecimento. **Precedentes**."*

(**RTJ 195/486**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

A análise da controvérsia, **na perspectiva** sugerida pela parte recorrente, **tornaria necessária** a interpretação do conjunto probatório **emergente** do processo penal de conhecimento, o que constitui matéria **pré-excluída** da via **estreita** do "*habeas corpus*" (**RTJ** 136/1221 – **RTJ** 137/198, *v.g.*).

Sendo assim, *em face das razões expostas*, **e acolhendo**, *quanto ao mérito*, **os fundamentos** do parecer da douta Procuradoria-Geral da República, **conheço**, *em parte*, do presente recurso ordinário em "*habeas corpus*" **e**, *na parte conhecida*, **nego-lhe provimento**.

2. **Devolvam-se** estes autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 184.160 **(933)**

ORIGEM	: 184160 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S)	: ROGÉRIO COSTA DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: LUCIO COSME FERREIRA PACHECO (205136/RJ)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE VAGA. FATOS E PROVAS. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus,* com pedido liminar, interposto contra acórdão unânime da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ESPECIAL. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. REGIME ABERTO. AUSÊNCIA DE VAGA NO ALBERGUE NÃO COMPROVADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sedimentado de que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - É uníssono o entendimento de que configura constrangimento ilegal submeter o apenado a regime mais rigoroso do que aquele que lhe foi determinado ou para o qual obteve progressão, quando não houver vaga em local adequado, conforme inteligência da Súmula Vinculante n. 56 do col. Supremo Tribunal Federal.

III - No presente caso, verifica-se que o eg. Tribunal a quo entendeu que não ficou comprovada a inexistência de vagas no sistema prisional local para atender ao paciente, assim como salientou que, "no Estado do Rio de Janeiro há unidades prisionais para o cumprimento da prisão-albergue, devendo imperar na execução da pena, a prevalência do interesse público", inclusive próximo ao endereço fornecido pelo ora paciente como local pretenso ao cumprimento da prisão-albergue domiciliar.

IV - Desta forma, não há nos autos situação excepcional que justifique a concessão da prisão domiciliar para o resgate da reprimenda, inexistindo qualquer ilegalidade no v. acórdão combatido.

V - Importante destacar que a discussão acerca das condições de recolhimento dos apenados no sistema prisional local, tidas por inadequadas ao regime de cumprimento de pena em comento, demanda amplo revolvimento de matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a estreita via do *writ.*

Agravo regimental desprovido."

2.Extrai-se dos autos que o Juízo das execuções deferiu ao paciente progressão ao regime aberto, com prisão domiciliar. Inconformado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução, ao qual o Tribunal estadual deu provimento.

3.Na sequência o paciente impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, ao analisar o HC 548.229, indeferiu a liminar e, posteriormente, não conheceu do *writ*. Interposto agravo regimental, a Quinta Turma do STJ desproveu o recurso.

4.Neste recurso ordinário, a defesa afirma que:

(i) *"a concessão de Prisão Albergue Domiciliar para cumprimento da pena aos presos que progridem para o regime aberto na Comarca do Rio de janeiro vem sendo adotada em razão da existência de apenas uma unidade prisional (Casa de Albergado) localizada no Bairro de Benfica e superlotada, se destinando a presos que não possuem domicílio comprovado por serem originários de outros estados e aos beneficiados por trabalho extramuros";*

(ii) *"entendimento nos Tribunais em favor da legalidade e adequação dessa medida é pacífico ao considerar que o rol do art. 117 da Lei 7210/84 não é taxativo, visto que não se pode manter um apenado em regime penal mais gravo injustamente em decorrência da omissão estatal, o que configuraria flagrante constrangimento ilegal";*

(iii) *"no caso em tela o RECORRENTE, que se encontra monitorado eletronicamente, sem nenhum descumprimento que justifique a revogação do seu benefício, encontra-se totalmente reintegrado a sociedade, tem trabalho lícito com vínculo empregatício na mesma empresa desde 2014 e a r. decisão originalmente atacada (TJRJ) que revoga o seu benefício o coloca em condição desigual aos demais, impõe custos financeiros que afetam a sua subsistência e o coloca em risco até mesmo o cumprimento da media".*

5.A defesa requer *"seja o Presente Recurso conhecido e provido com a concessão da medida em caráter liminar, para manter o benefício Prisão Albergue Domiciliar do RECORRENTE".*

6.**Decido.**

7. O recurso ordinário não deve ser provido.

8.A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que a *"falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320"* (Súmula vinculante n. 56). Contudo, no julgamento referido (RE 641.320, Rel. Min. Gilmar Mendes), o Tribunal decidiu que os *"juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como 'colônia agrícola, industrial' (regime semiaberto) ou 'casa de albergado ou estabelecimento adequado' (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas 'b' e 'c'). No entanto, não deverá haver alojamento conjunto de presos dos regimes semiaberto e aberto com presos do regime fechado"* (RE 641.320, Rel. Min. Gilmar Mendes).

9.Na hipótese de que se trata, o fato é que, tal como assentou a decisão impetrada, *"não ficou comprovado a inexistência de vagas no sistema prisional local para atender ao paciente".* Transcrevo, nesse sentido, as seguintes passagens do voto condutor do acórdão proferido pelo STJ:

"[...]

O agravo, contudo, não comporta provimento.

Em que pesem os argumentos da Defesa, quanto à concessão da prisão domiciliar para o resgate da reprimenda, ao alegar a suposta ausência de vaga na casa de albergado da capital fluminense, tal pleito não merece prosperar.

Ressalte-se, inicialmente, que diante do reconhecimento uníssono de que configura constrangimento ilegal submeter o apenado a regime mais rigoroso do que aquele que lhe foi determinado ou para o qual obteve progressão, quando não houver vaga em local adequado, o col. Supremo Tribunal Federal editou a **Súmula Vinculante n. 56** com a seguinte redação: "A falta de vagas em estabelecimento prisional não autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros do Recurso Extraordinário 641.320".

O **RE n. 641.320/RS** estabeleceu os seguintes parâmetros: *"havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto".*

[...]

No presente caso, verifica-se que o eg. Tribunal **a quo** deixou claro que *"a prisão-albergue deverá ser concedida **nos casos em que não existam unidades prisionais de regime aberto, ou quando insuficientes as vagas das mesmas"*** (fl.14), o que demonstra que não ficou comprovado a inexistência de vagas no sistema prisional local para atender ao paciente, assim como salientou que *"no Estado do Rio de Janeiro **há unidades prisionais para o cumprimento da prisão-albergue**, devendo imperar na execução da pena, a prevalência do interesse público",* bem como que *"o apenado forneceu como endereço residencial, onde cumprirá pena na modalidade prisão-albergue domiciliar, a Estrada Linha Verde, nº 18, Casa 1, Fundos, Pavuna/RJ, ou seja, em bairro **próximo aonde existe a Casa de Albergado Crispim Ventino**, localizada no bairro de Benfica, podendo, portanto, cumprir a pena nesse local" (fl. 14).*

Desta forma, não há nos autos situação excepcional que justifique a concessão da prisão domiciliar para o resgate da reprimenda, inexistindo qualquer ilegalidade no v. acórdão combatido.

Importante destacar que a discussão acerca das condições de recolhimento dos apenados no sistema prisional local, tidas por inadequadas ao regime de cumprimento de pena em comento, demanda amplo revolvimento de matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a estreita via do **writ.**

[...]".

10.Para chegar a conclusão diversa do acordão recorrido acerca da existência, ou não, de vagas no sistema prisional para atender o pleito do recorrente, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável em *habeas corpus*.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

11.Diante do exposto, com base no art. 192, c/c o art. 312, ambos do RI/STF, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.508 **(934)**

ORIGEM	: 185508 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S)	: ISAC SILVA
ADV.(A/S)	: ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA (02372/A/DF, 131677/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DESCLASSIFICAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA, ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.

1.Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto contra acórdão da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

"*HABEAS CORPUS*. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADES. HABEAS CORPUS IMPETRADO NA ORIGEM DE FORMA CONTEMPORÂNEA À APELAÇÃO, AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO. MESMO OBJETO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. COGNIÇÃO MAIS AMPLA E PROFUNDA DA APELAÇÃO. RACIONALIDADE DO SISTEMA RECURSAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A existência de um complexo sistema recursal no processo penal brasileiro permite à parte prejudicada por decisão judicial submeter ao órgão colegiado competente a revisão do ato jurisdicional, na forma e no prazo previsto em lei. Eventual manejo de habeas corpus, ação constitucional voltada à proteção da liberdade humana, constitui estratégia defensiva válida, sopesadas as vantagens e também os ônus de tal opção.

2. A tutela constitucional e legal da liberdade humana justifica algum temperamento aos rigores formais inerentes aos recursos em geral, mas não dispensa a racionalidade no uso dos instrumentos postos à disposição do acusado ao longo da persecução penal, dada a necessidade de também preservar a funcionalidade do sistema de justiça criminal, cujo poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta, permeado pelas limitações materiais e humanas dos órgãos de jurisdição, se vê comprometido – em prejuízo da sociedade e dos jurisdicionados em geral – com o concomitante emprego de dois meios de impugnação com igual pretensão.

3. Sob essa perspectiva, a interposição do recurso cabível contra o ato impugnado e a contemporânea impetração de habeas corpus para igual pretensão somente permitirá o exame do *writ* se for este destinado à tutela direta da liberdade de locomoção ou se traduzir pedido diverso em relação ao que é objeto do recurso próprio e que reflita mediatamente na liberdade do paciente. Nas demais hipóteses, o habeas corpus não deve ser admitido e o exame das questões idênticas deve ser reservado ao recurso previsto para a hipótese, ainda que a matéria discutida resvale, por via transversa, na liberdade individual.

4. A solução deriva da percepção de que o recurso de apelação detém efeito devolutivo amplo e graus de cognição - horizontal e vertical - mais amplo e aprofundado, de modo a permitir que o tribunal a quem se dirige a impugnação examinar, mais acuradamente, todos os aspectos relevantes que subjazem à ação penal. Assim, em princípio, a apelação é a via processual mais adequada para a impugnação de sentença condenatória recorrível, pois é esse o recurso que devolve ao tribunal o conhecimento amplo de toda a matéria versada nos autos, permitindo a reapreciação de fatos e de provas, com todas as suas nuanças, sem a limitação cognitiva da via mandamental. Igual raciocínio, *mutatis mutandis*, há de valer para a interposição de habeas corpus juntamente com o manejo de agravo em execução, recurso em sentido estrito, recurso especial e revisão criminal.

5. Quando o recurso de apelação, por qualquer motivo, não for conhecido, a utilização de habeas corpus, de caráter subsidiário, somente será possível depois de proferido o juízo negativo de admissibilidade da apelação pelo Tribunal ad quem, porquanto é indevida a subversão do sistema recursal e a avaliação, enquanto não exaurida a prestação jurisdicional pela instância de origem, de tese defensiva na via estreita do habeas corpus.

6. Na espécie, houve, por esta Corte Superior de Justiça, anterior concessão de habeas corpus em favor do paciente, para o fim de substituir a custódia preventiva por medidas cautelares alternativas à prisão, de sorte que remanesce a discussão - a desenvolver-se perante o órgão colegiado da instância de origem - somente em relação à pretendida desclassificação da conduta imputada ao acusado, tema que coincide com o pedido formulado no *writ*.

7. Embora fosse, em tese, possível a análise, em habeas corpus, das matérias aventadas no *writ* originário e aqui reiteradas – almejada desclassificação da conduta imputada ao paciente para o crime descrito no art. 93 da Lei n. 8.666/1993 (falsidade no curso de procedimento licitatório), com a consequente extinção da sua punibilidade –, mostram-se corretas as ponderações feitas pela Corte de origem, de que a apreciação dessas questões implica considerações que, em razão da sua amplitude, devem ser examinadas em apelação (já interposta).

8. Uma vez que a pretendida desclassificação da conduta imputada ao réu ainda não foi analisada pelo Tribunal de origem, fica impossibilitada a apreciação dessa matéria diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, se o fizer, suprimir a instância ordinária.

9. Não há, no ato impugnado neste writ, manifesta ilegalidade que justifique a concessão, *ex officio*, da ordem de habeas corpus, sobretudo porque, à primeira vista, o Juiz sentenciante teria analisado todas as questões processuais e materiais necessárias para a solução da lide.

10. Habeas corpus não conhecido."

2.Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 288 e 299 do Código Penal, em concurso material. Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação e, concomitantemente, impetrou *habeas corpus* no Tribunal de estadual, que denegou a ordem em relação ao pedido de anulação da sentença condenatória e não conheceu da impetração quanto ao pleito de extinção da punibilidade no que se refere ao crime de falsidade ideológica. Segundo consta na decisão proferida pelo STJ, a apelação ainda está pendente de julgamento.

3.Na sequência o paciente impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. O Ministro Rogerio Schietti Cruz, ao analisar o HC 482.549, indeferiu a liminar e, posteriormente, a Terceira Seção do STJ não conheceu do *writ*.

4.Neste recurso ordinário, a defesa afirma que:

(i) *"a desclassificação da conduta imputada ao Recorrente redundará na extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, questão de ordem pública, cognoscível, excepcionalmente, pela via estreita do habeas corpus, não havendo qualquer desvirtuamento do seu fim precípuo de combater constrangimento ilegal".*

(ii) *"a prescrição da pretensão punitiva é matéria de ordem pública, cognoscível de ofício, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, de modo que o trancamento da ação penal amparado em causa extintiva da punibilidade é plenamente possível pela via estreita de habeas corpus".*

5.**Decido.**

6. O recurso ordinário não deve ser provido.

7.De início, anoto que a matéria ora em discussão não foi analisada pelo Tribunal de origem, nem pelo STJ, o que impede o imediato exame da matéria pelo STF, sob pena de dupla supressão de instâncias. Nessa linha, veja-se o HC 182.700-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes.

8.E mais: não verifico situação de teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que autorize que autorize a concessão da ordem de ofício. Dou especial relevância aos seguintes trechos do voto condutor do acórdão proferido pelo STJ:

"[...]

Remanesce a discussão, portanto, em segundo grau, somente em relação à almejada **desclassificação da conduta** imputada ao acusado. Não se discute que o eventual reconhecimento de nulidade da sentença condenatória – por ausência de análise, pelo Juiz sentenciante, de tese defensiva deduzida em alegações finais que, se acolhida, eventualmente resultaria no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal – poderá ocasionar reflexos imediatos na própria constituição da sentença condenatória proferida em desfavor do ora paciente.

No entanto, embora fosse possível a análise, em habeas corpus, das matérias aventadas no writ originário – e, aqui, reiteradas –, mostram-se corretas as ponderações feitas pela Corte de origem de que a apreciação dessas questões implica considerações que, **em razão da sua amplitude,** merecem ser mais bem examinadas em **apelação (já interposta, frise-se).**

Vale dizer, não obstante fosse possível a impetração de habeas corpus para tratar de matéria distinta da versada na apelação, reitero que, no caso, o remédio heroico contém o **mesmo objeto** do referido recurso e eventual discussão no *writ* acerca de possível ofensa direta ou iminente à liberdade de locomoção do acusado já está superada, haja vista a concessão de habeas corpus por esta Corte Superior de Justiça (HC n. 449.670/SP).

Portanto, uma vez que a pretendida desclassificação da conduta imputada ao paciente para o crime descrito no art. 93 da Lei n. 8.666/1993 (falsidade no curso de procedimento licitatório) – com a consequente extinção da sua punibilidade – **ainda não foi analisada pelo Tribunal de origem,** fica impossibilitada a apreciação dessa matéria diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida supressão de instância.

Da mesma forma, não há como se determinar ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que analise o mérito do habeas corpus lá impetrado, pois, **de forma correta e devidamente fundamentada,** reservou a apreciação da matéria para o momento em que será julgado o recurso de apelação, mormente porque se mostra, de forma evidente, o meio mais adequado para o deslinde da controvérsia.

Ademais, nem sequer seria devida a análise da almejada desclassificação da conduta, diretamente por este Superior Tribunal, mediante a concessão de habeas corpus de ofício. Isso porque **não há**, no ato aqui impugnado, manifesta ilegalidade a justificar a concessão, *ex officio*, da ordem, sobretudo porque, **à primeira vista,** constato que o Juiz sentenciante, aparentemente, analisou t**odas** as questões processuais e materiais

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

necessárias para a solução da lide, com o destaque de que 'a denúncia narra a prática do crime de falsidade ideológica, não havendo imputação específica de fatos descritos no preceito primário do tipo previsto no artigo 93, da Lei nº 8.666/1993' (fl. 238).

Também a Corte estadual, por ocasião do julgamento do habeas corpus lá impetrado, salientou que 'as questões suscitadas pelos nobres defensores não merecem acolhimento, isto porque não se vislumbrou qualquer vício na r. decisão atacada, tendo em vista que o **MM. Juiz prolator da decisão apreciou todas as teses defensivas presentes nos autos**, fundamentando, de forma exaustiva, as razões que o levaram a proferir a sentença condenatória' (fl. 1.076).

Assim, embora o poder-dever da concessão de habeas corpus de ofício permita – **quando manifesta a ilegalidade da matéria que o tribunal coator tenha, indevidamente, se recusado a examinar** – que seja superada a ortodoxia da não supressão de instância, não se pode olvidar que a análise, diretamente por este Superior Tribunal, da tese de que a imputação do crime de falsidade ideológica de documento público se amolda, na verdade, à conduta descrita no art. 93 da Lei n. 8.666/1993, **enquanto pendente de julgamento o recurso de apelação** pelo Tribunal de origem, implica, efetivamente, ostensiva e inadmissível supressão de instância, justamente porque não caracterizada, na decisão impugnada, a ocorrência de flagrante ilegalidade ou de teratologia jurídica cerceadora do direito de locomoção.

[...]".

9.Diante do exposto, com base no art. 192, c/c o art. 312, ambos do RI/STF, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.560 **(935)**

ORIGEM	: 185560 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: BRUNO DA SILVA AUGUSTO
ADV.(A/S)	: OTACILIO GUIMARAES DE PAULA (183188/SP)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Bruno da Silva Augusto contra decisão proferida pelos Ministros integrantes da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ que negaram provimento ao AgRg no HC 543.343/SP (págs. 67-73 do documento eletrônico 3).

O recorrente alega, em síntese, que,

"[no] caso concreto, a Colenda Sexta Turma do STJ acabou por ratificar um erro grotesco existente no processo penal que impôs injustas reprimendas em desfavor do paciente, que atualmente se encontra preso em regime semiaberto, senão vejamos:

7.a.1) Por se tratar de furto bi-qualificado, sendo que o próprio Tribunal apontado coator reconheceu que uma das qualificadoras deveria ter sido utilizada para qualificar o furto simples, por força do previsto no § 4º do art. 155 do CP, é evidente que esta qualificadora jamais poderia ser utilizada novamente nas demais fase da dosimetria da pena, art. 59 do CP;

7.a.2) Neste diapasão, pressupõe-se que a pena base inicial foi fixada 02 dois anos, levando-se em conta que a primeira qualificadora dobrou a pena de 01 ano prevista para o furto simples, *caput* do art. 155 do CP;

7.a.3) Desta maneira, somente restou mais 01 (UMA) qualificadora, porém, o Juízo usou o critério da gravidade de aplicar 02 anos de aumento da pena base para cada qualificadora, assim ele ficou: 02 anos de pena base, 02 anos para a 1ª qualificadora e mais 02 anos para a 2ª qualificadora, situação que evidencia *bis in idem*;

7.a.4) Isto posto, a partir do momento que a Colenda Sexta Turma do STJ, no caso concreto, reconheceu que: 'De acordo com o entendimento consolidado desta Corte Superior, existindo pluralidade de qualificadoras, uma pode ser utilizada para qualificar o delito e a outra para exasperar a pena-base'.

7.a.5) *Data maxima venia*, está patente que os aumentos impostos pelo Juízo Monocrático configuram flagrante ilegalidade na dosimetria das penas do paciente, situação que autoriza o conhecimento de Ordem de *Habeas Corpus* até mesmo de ofício por Vossas Excelências" (págs. 79-80 do documento eletrônico 3).

Ao final, requer:

"8.a) No caso concreto está presente o *fumus boni juris*, pois há ilegalidades nas penas impostas ao paciente, que sendo primário não teve nenhuma qualificadora para justificar o aumento da pena base do furto simples, por outro lado, seguindo o entendimento do STJ no julgamento do Agravo, caso fosse usada uma das qualificadoras na primeira fase para aumentar a pena base do furto simples, somente restaria mais uma qualificadora, porém, mesmo com os critérios absurdos aplicados em primeiro grau, dobrando a pena base para cada qualificadora, a pena base que então seria de 02 anos somente poderia ser aumentada de mais 02 anos, o que totalizaria 04 anos de pena final, assim, por ser primário e preencher todos os requisitos formais do artigo 33 e 44 do CP, o paciente faz jus ao regime inicial aberto e a substituição da pena corporal pela restritiva de direitos, a ser fixada pelo R. Juízo das Execuções Penais;

8.b) No mesmo jaez, é flagrante o *pericullun in mora*, eis que o paciente se encontra no cárcere há meses, situação que demonstra a urgência na expedição de alvará de soltura.

8.c) COLENDA TURMA JULGADORA DO STF, por todo o exposto, após o R. Parecer do Ministério Público, como *Custus Legis*, É QUE SE REQUER A PROCEDENCIA TOTAL RECURSAL, a fim de ser reconhecida a afronta a aplicação do artigos 33, 44 e 59 do Código Penal, à Súmula Vinculante n. 11 do STF, a fim de reconhecer até mesmo de ofício as ilegalidades apontadas, pois o edito condenatório aumentou a pena base do furto em litigio sem usar nenhuma das qualificadoras, além do que usou um critério absurdo de impor 02 anos de reclusão para cada qualificadora, o que configura flagrante coação ilegal

8.d) No mesmo jaez, a Colenda Sexta Turma do STJ manteve ilegalmente uma reprimenda de 06 anos em regime inicial semiaberto, obstando a substitutiva legal, reconhecendo que uma das qualificadoras deveria ser usada na primeira fase para qualificar o furto simples, com isso a outra qualificadora restante jamais poderia justificar o aumento de 02 para 06 anos, situação que enseja liminarmente a concessão de Ordem de habeas Corpus até mesmo de ofício, tudo como forma da mais Lídima Justiça e Direito.

9. Por fim, ESTA DEFENSORIA DEIXA CLARO QUE PRETENTE SUSTENTAR ORALMENTE OS DIREITOS DO RECORRENTE/PACIENTE, aguardando-se intimação oficial para tal, com tempo hábil, ressaltando que perante o Colendo STJ, por força regimental, eis que o *Habeas Corpus* foi julgado monocraticamente pelo relator, tal direito de defesa foi cerceado" (págs. 80-81 do documento eletrônico 3).

É o relatório necessário. Decido.

Anoto, de início, que o art. 192, *caput*, c/c art. 312, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, facultam ao Relator do recurso ordinário em *habeas corpus*, denegar ou conceder a ordem, monocraticamente, ainda que de ofício, quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada neste Supremo Tribunal.

Nesse sentido, indico os seguintes precedentes: RHC 138.843/MG, Rel. Min. Dias Toffoli; RHC 138.939/BA, Min. Roberto Barroso; RHC 136.727/SP, Rel. Min. Edson Fachin; RHC 135.985/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes; e RHC 135.824/SP, de minha relatoria; entre outros.

Por esse motivo, passo ao exame do mérito recursal.

A jurisprudência desta Suprema Corte é firme no sentido de que "[ocorrendo] pluralidade de qualificadoras previstas no mesmo tipo penal, cabe aplicar uma só, devendo ser consideradas as demais como circunstâncias judiciais de agravamento da pena" (HC 69.371/SP, Min. Celso de Mello, Primeira Turma).

Nesse mesmo sentido:

"DOSIMETRIA DA PENA. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. CONCORRÊNCIA DE QUALIFICADORAS. 1. Na hipótese de concorrência de qualificadoras num mesmo tipo penal, uma delas deve ser utilizada para qualificar o crime e as demais serão consideradas como circunstâncias agravantes. Precedentes (HC 80.771, HC 65.825 e HC 79.538). 2. *Habeas Corpus* indeferido" (HC 85.414, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma).

Feitos esses registros, transcrevo agora, por oportuno, a ementa da decisão combatida:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO. UTILIZAÇÃO DE QUALIFICADORAS SOBEJANTES PARA EXASPERAR A PENA-BASE. POSSIBILIDADE. REPRIMENDA APLICADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS MANTIDA. FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. INVIABILIDADE. *WRIT* DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. De acordo com o entendimento consolidado desta Corte Superior, existindo pluralidade de qualificadoras, uma pode ser utilizada para qualificar o delito e a outra para exasperar a pena-base. 2. Mantida a pena de 6 anos de reclusão fixada pelas instâncias ordinárias, resta inviabilizada a pretensão defensiva de fixação do regime inicial aberto, e de substituição da pena corporal por restritiva de direitos, nos termos do art. 33, § 2º, alíneas 'b' e 'c' do Código Penal. 3. Agravo regimental improvido" (pág. 67 do documento eletrônico 3).

Conforme se verifica, o entendimento externado pelos Ministros integrantes da Sexta Turma do STJ está em harmonia com a referida orientação jurisprudencial desta Suprema Corte.

Isso posto, nego provimento a este recurso ordinário (art. 192, *caput*, c/c art. 312, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.564 **(936)**

ORIGEM	: 185564 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECTE.(S) : CLAUDEVAN LIMA DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : JOAO VITOR BARROS MARTINS DE SOUZA (405964/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

***HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME. REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO AFASTADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.**

- Seguimento negado, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Decisão: Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que negou provimento ao agravo regimental no *habeas corpus* lá impetrado, HC 545.429, *in verbis*:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO. EXAME CRIMINOLÓGICO DESFAVORÁVEL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

1. Na hipótese vertente, a progressão de regime foi indeferida por falta de requisito subjetivo, com base em exame criminológico desfavorável, portanto, de forma fundamentada. Ausência do preenchimento do requisito subjetivo pelo sentenciado.

2. Agravo regimental não provido".

Colhe-se dos autos que o paciente formulou pedido de progressão para o regime semiaberto. Contudo, o juízo da execução indeferiu o pleito.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, cujo provimento foi negado pelo Tribunal de origem.

Contra esse *decisum*, foi manejado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que negou seguimento ao *writ*.

Ato contínuo, foi interposto agravo regimental, o qual restou desprovido, nos termos da ementa supratranscrita.

Sobreveio a presente impetração, na qual se aponta constrangimento ilegal consubstanciado na negativa do pleito de progressão de regime.

Alega que "*não houve decisão fundamentada, tampouco motivação idônea, a fim de justificar a realização de exame criminológico para fins de progressão ao regime intermediário, isto é, a unidade prisional realizou o exame criminológico de ofício, sem amparo em determinação judicial*".

Argumenta a defesa que "*o malgrado exame criminológico resultou desfavorável, em manifesta contradição aos relatórios do centro de disciplina, trabalho e educação, social e psicológico, eis que todos foram favoráveis à prognose do paciente*".

Aponta que deve o juiz "*indicar elementos dentro da execução penal que justifiquem o requerimento de exame*".

Ao final, formula pedido, nos seguintes termos:

"*Ante o exposto, requer-se seja conhecido e provido o presente recurso ordinário constitucional para o fim de ser concedida a ordem de habeas corpus postulada, a fim de que o paciente possa ser progredido ao regime semiaberto, eis que preenchidos estão os requisitos legais*".

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo desprovimento do recurso.

É o relatório, **DECIDO.**

In casu, inexiste situação que permita a concessão da ordem de ofício ante a ausência de teratologia, flagrante ilegalidade ou abuso de poder na decisão atacada. Por oportuno, transcrevo a fundamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça, naquilo que interessa, *in verbis*:

"O presente agravo não apresenta qualquer argumento capaz de desconstituir os motivos sobre os quais se baseou o decisum ora impugnado, que merece ser integralmente mantido.

Vejamos:

'Observa-se, inicialmente, que o presente habeas corpus foi impetrado em substituição ao recurso próprio.

Sobre esse aspecto, cumpre ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, como forma de racionalizar o emprego do habeas corpus e prestigiar o sistema recursal, não admite a impetração em substituição ao recurso próprio – seja apelação, agravo em execução, recurso especial, recurso ordinário em habeas corpus ou mesmo revisão criminal –, salvo nos casos de flagrante ilegalidade que exija a concessão da ordem de ofício.

Contudo, a despeito de o impetrante não ter escolhido a via processual adequada, para evitar eventuais prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal, passo à análise das questões formuladas na inicial e à verificação de constrangimento ilegal que enseje a concessão da ordem de ofício.

No caso dos autos, o Juízo das Execuções Criminais indeferiu o pedido de progressão de regime formulado em benefício do paciente, consignando, in verbis (e-STJ fl. 45):

A pretensão do sentenciado é improcedente. Com efeito, infere-se dos autos que o reeducando não preenche o requisito de ordem subjetiva, conforme exame criminológico contrário acostado às fls. 232/247. Ademais, tratando-se de prática de roubo (crime praticado com violência ou grave ameaça), possuindo considerável pena por cumprir, há de absorver a terapia penal e revelar seu merecimento à progressão para regime mais brando. [...]

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento ao agravo lá interposto, consignando, no voto condutor do acórdão prolatado in verbis (e-STJ fls. 89/94):

[...]

O juiz da execução penal é livre para formar o seu convencimento e, embora não adstrito somente aos laudos periciais, continua podendo, por exemplo, quando entender necessário, determinar a realização de exame criminológico para avaliar o mérito do condenado e a conveniência da progressão.

Assim, inexiste ilegalidade no fato de o Magistrado ter se utilizado da conclusão negativa do exame criminológico para indeferir a progressão de regime. A Lei n° 10.792/03 apenas suprimiu a obrigatoriedade da prova pericial. Nada impede o MM. Juiz de Direito de buscar mais informações que o auxiliem na formação do seu convencimento, utilizando-se dos meios disponíveis.

[...]

Portanto, não seria plausível que não fosse considerado o resultado da perícia técnica na apreciação do pedido. Sendo a prova lícita e válida, o Julgador pode e deve valorá-la, atendendo ao princípio da individualização da pena, previsto no artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal.

Ademais, a conclusão do exame criminológico é inequívoca: "DESFAVORÁVEL AO PEDIDO PARA FINS DE PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO do sentenciado CLAUDEVAN LIMA DE ALMEIDA, matrícula 245.500-4" (págs. 32/39).

Desse modo, correto o posicionamento do Magistrado a quo, pois a perícia foi contrária à progressão de regime.

Em conclusão, nenhum reparo merece a decisão do MM. Juiz de Direito da Unidade Regional do Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM 5ª RAJ, da Comarca de Presidente Prudente – SP.

[...] (grifei)

Na hipótese, a progressão de regime foi indeferida por falta de requisito subjetivo, com base em exame criminológico desfavorável, portanto, de forma fundamentada. Daí o motivo pelo qual não há constrangimento ilegal. Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos:

(…)

Registre-se, por oportuno, que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Incide, na espécie, a seguinte diretriz jurisprudencial, in verbis:

(…)

Assim, não configurado, na espécie, constrangimento ilegal, a justificar a concessão do writ de ofício. Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao presente habeas corpus.'

Impende registrar, por oportuno, que, conforme já decidido por este Tribunal em caso similar ao que ora se cuida, já realizado o exame criminológico, a despeito da alegada ausência de fundamentação do decisório que determinou sua confecção, não há como afastar a conclusão da perícia, sobretudo quando resultou ela desfavorável ao deferimento da progressão prisional, tendo sido prolatada, em 1º Grau, nova decisão indeferitória da progressão de regime, agora com fundamento no exame criminológico desfavorável ao paciente.

Confira-se, a propósito, o seguinte aresto (sem grifos no original):

(…)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental".

Deveras, verifico que o *decisum* objurgado não diverge da orientação sufragada por este Supremo Tribunal Federal no sentido da possibilidade de se exigir exame criminológico para fins de progressão de regime. Nesse sentido:

"*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL AO CONHECIMENTO DO WRIT. PRECEDENTES. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. POSSIBILIDADE. SÚMULA VINCULANTE 26. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REQUISITO SUBJETIVO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VEDAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STF. WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.I – Constitui ônus processual do impetrante do habeas corpus produzir elementos documentais consistentes e pré-constituídos, destinados a comprovar as alegações veiculadas no writ, o qual possui rito sumaríssimo e não comporta, portanto, maior dilação probatória. II – No habeas corpus, assim como no mandado de segurança, hão de ser apresentadas provas pré-constituídas do constrangimento ilegal imposto ao paciente. Não cabe ao magistrado proceder à regular instrução do processo, a não ser que, da leitura da documentação juntada com a impetração, resulte dúvida fundada, a justificar a realização de diligência. Precedentes. III – Prevalece nesta Corte o entendimento no sentido de que a alteração do artigo 112 da LEP pela Lei 10.792/2003 não vedou a realização do exame criminológico, quando necessário para a avaliação do sentenciado, tampouco proibiu a sua utilização para a formação do convencimento do*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

magistrado sobre o direito de promoção para regime mais brando. IV – O entendimento deste Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula Vinculante 26, é de que, "para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2.º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização do exame criminológico". V – No caso dos autos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo está em consonância com a jurisprudência desta Corte, pois ao concluir pela necessidade de realização do exame criminológico apresentou fundamentação idônea. VI – A análise quanto ao preenchimento ou não do requisito subjetivo previsto no art. 112 da LEP demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em habeas corpus. VII – Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem". (HC 137.315, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 13/02/2017)

"*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. SUBSTITUTIVO DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 102, II, a . EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DO REGIME. EXIGÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO.1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte.2. O Supremo Tribunal Federal, por jurisprudência pacífica, admite que pode ser exigido fundamentadamente o exame criminológico pelo juiz para avaliar pedido de progressão de regime de cumprimento de pena. Trata-se de entendimento que refletiu na Súmula vinculante 26: "Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2.º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização do exame criminológico". Decisão atacada de acordo com a jurisprudência desta Corte.3. Habeas corpus extinto sem resolução do mérito*". (HC 111.830, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 18/02/2013)

Outrossim, vale ressaltar que esta Corte sufraga o entendimento de ser inviável concluir de forma contrária às instâncias ordinárias no que diz respeito ao descumprimento, por parte do reeducando, dos pressupostos subjetivos para a progressão de regime, mercê de o *habeas corpus* ser ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"Agravo regimental em habeas corpus. Execução penal. Progressão de regime prisional. Ausência de requisito subjetivo. Reexame do cotejo fático-probatório. Inadmissibilidade. Precedentes. Regimental não provido. 1. Concluir de forma contrária à decisão em que se entendeu que o paciente não teria atendido aos pressupostos subjetivos necessários à progressão demandaria o reexame do cotejo fático-probatório dos autos, inviável na via estreita do habeas corpus. 2. Agravo regimental não provido." (HC 156.894-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 5/9/2018)

"Agravo regimental no recurso ordinário em habeas corpus. 2. Pretendida progressão de regime prisional. 3. Decisão do juízo de execuções criminais que expressamente motivou o histórico carcerário negativo do recorrente. Legítimo indeferimento da progressão do regime prisional decorrente do não atendimento do requisito subjetivo, com base nas peculiaridades do caso concreto devidamente demonstradas. 4. Manutenção da decisão agravada diante da ausência de argumentos suficientes a infirmar o decisum. 5. Agravo regimental a que se nega provimento." (RHC 143.817-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 8/11/2017)

"*"HABEAS CORPUS' – EXECUÇÃO PENAL – PRETENDIDA PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO – ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE ÍNDOLE SUBJETIVA – SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ QUANTO AOS FATOS SUBJACENTES AO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL – CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA ESSENCIALMENTE PROBATÓRIA – INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO "HABEAS CORPUS" – PRECEDENTES – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO."* (HC 148.845-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 23/4/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR E PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. MATÉRIA A SER ANALISADA PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAIS. 1. Nos termos do artigo 105 da Lei 7.210/1984, transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução. Dessa forma, a pena a ser executada observará os termos estabelecidos no decreto condenatório, sem prejuízo de que o Juízo da Execução examine a possível aplicação de benefícios executórios. 2. Portanto, as questões suscitadas nesta impetração deverão ser submetidas, por primeiro, ao Juízo das Execuções Penais, nos termos do artigo 66, III, "c", da Lei 7.210/84. Qualquer juízo desta CORTE a respeito da matéria implicaria supressão de instância e contrariedade à repartição constitucional de competências, o que não é admitido pela jurisprudência do STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 163.092-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes, *DJe* de 19/2/2019)

Ademais, segundo posição perfilhada por este Supremo Tribunal Federal, a longa pena a cumprir, bem como o histórico de prática de faltas graves e a gravidade do delito cometido são elementos indicativos do não preenchimento do requisito subjetivo, o qual se revela imprescindível à progressão de regime. Nesse sentido, menciono, à guisa de exemplo:

"HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO NÃO ATENDIDO. LONGA PENA A CUMPRIR. HISTÓRICO DE FALTA GRAVE COMETIDA PELO PACIENTE. ORDEM DENEGADA. 1. As decisões proferidas nas instâncias antecedentes harmonizam-se com a jurisprudência deste Supremo Tribunal, segundo a qual a longa pena a cumprir e o histórico de falta grave, consistente em evasão, como se tem na espécie, são fundamentos idôneos para não concessão do benefício de progressão de regime, evidenciando o não preenchimento do requisito subjetivo. Precedentes. 2. Para acolher a alegação da Impetrante de reabilitação do Paciente pelo longo tempo que teria decorrido da prática da falta grave, seria imprescindível o reexame dos fatos e das provas dos autos, ao que não se presta o habeas corpus. 3. Ordem denegada." (HC 134.249, Segunda Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 3/6/2016)

"HABEAS CORPUS. PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. OCORRÊNCIA DE FALTAS GRAVES E GRAVIDADE DO DELITO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ORDEM DENEGADA. I – O não preenchimento dos requisitos subjetivos impede a progressão do regime de cumprimento da pena, ainda que cumprido o lapso temporal definido em lei. Inteligência do art. 112 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). II – O cometimento de faltas graves e a gravidade do delito são fundamentos idôneos para avaliação dos requisitos subjetivos. III – O habeas corpus não é a via adequada para o reexame de fatos e provas, de modo a aferir o preenchimento dos requisitos subjetivos. Precedentes. IV – Ordem denegada." (HC 135.748, Segunda Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 13/2/2017)

Por fim, ante a pertinência de suas alegações, cumpre transcrever trecho do parecer elaborado pelo Ministério Público Federal:

"*6. As alterações introduzidas pela Lei 10.792/2003 suprimiram a exigência do exame criminológico como condição à progressão de regime, mas não impediram o Magistrado de determiná-lo, desde que considere necessário o estudo à boa reinserção social do apenado.*

7. Na espécie, o acórdão recorrido apontou que a progressão de regime foi indeferida por falta de requisito subjetivo, com base em exame criminológico desfavorável, portanto, de forma fundamentada. Ausência do preenchimento do requisito subjetivo pelo sentenciado.

8. O tribunal de origem apontou que 'a conclusão do exame criminológico é inequívoca: 'DESFAVORÁVEL AO PEDIDO PARA FINS DE PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO do sentenciado CLAUDEVAN LIMA DE ALMEIDA, matrícula 245.500-4".

9. Assim, baseado em laudo de exame criminológico com resultado contrário à concessão do benefício, inexiste ilegalidade no indeferimento do pedido de progressão de regime.

10. Ademais, na esteira da jurisprudência desta Suprema Corte, a análise do preenchimento, ou não, do requisito subjetivo implica a verificação do merecimento por parte do condenado, que demanda o revolvimento da matéria fático-probatória, inviável em sede de habeas corpus".

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao *habeas corpus,* com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame da medida liminar.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.089 **(937)**

ORIGEM	: 186089 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: JOSIMAR DE PROENCA
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto pela

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Defensoria Pública da União – DPU em favor de Josimar de Proença contra decisão proferida pelos ministros integrantes da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ que proveram os EDcl no HC 529.379/SC (págs. 113-117 do documento eletrônico 5).

O recorrente alega, em síntese, que

"[trata-se] de *Habeas Corpus* impetrado pela defesa (e-STJ fls 03-11) contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina que antecipou o cumprimento das penas restritivas de direito e não sanou o excesso na fixação do valor da prestação pecuniária, a qual foi arbitrada em 2 salários mínimos como substitutiva da pena privativa de liberdade.

Em decisão monocrática o Exmo. Min. Relator Nefi Cordeiro, concedeu a ordem, fixando a pena de prestação pecuniária a um salário mínimo vigente à época do delito (e-STJ fls 408-411).

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, apresentou embargos de declaração, que foi recebido como Agravo Regimental, alegando que a utilização do salário mínimo vigente à época dos fatos não está em consonância com o entendimento do próprio STJ para a fixação da sanção pecuniária alternativa.

Destarte, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, deu provimento ao agravo regimental para reformar a decisão monocrática e fixar a pena de prestação pecuniária em um salário mínimo vigente à época do pagamento" (pág. 125 do documento eletrônico 5).

Ao final, requer:

"a) Seja dado provimento ao presente recurso, a fim de que pena substitutiva imposta ao Requerente, seja a pena pecuniária correspondente ao valor do salário mínimo vigente à época dos fatos;

b) A intimação da Defensoria Pública da União de todos os atos processuais e a contagem em dobro de todos os prazos, conforme inciso I do art. 44 da LC nº 80/94.

c) Por fim, que sejam observadas as prerrogativas conferidas aos membros da Defensoria Púbica da União de intimação pessoal, inclusive para ser informado sobre o interesse de realização de sustentação oral no dia do julgamento e de contagem em dobro de todos os seus prazos (art. 44, incisos I e VI, da Lei Complementar 80/94)" (págs. 127-128 do documento eletrônico 5).

Em 25/5/2020 estes autos foram remetidos com vista ao Procurador-Geral da República (documento eletrônico 7).

Posteriormente, o Subprocurador-Geral da República Alcides Martins opinou pelo não conhecimento deste recurso. A ementa dessa manifestação é a seguinte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* CONTRA ACÓRDÃO QUE RECEBEU EMBARGOS DECLARATÓRIOS COMO AGRAVO REGIMENTAL OPOSTOS PERANTE O STJ. AUSÊNCIA DE DECISÃO DENEGATÓRIA DA ORDEM A JUSTIFICAR A INTERPOSIÇÃO DE RHC. ART. 102, II, 'A', DA CF. INOBSERVÂNCIA. INCOMPETÊNCIA DO STF PARA ANÁLISE DO PRESENTE RECURSO. PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*" (pág. 1 do documento eletrônico 8).

É o relatório necessário. Decido.

Questiona-se nesta via mandamental "o excesso na fixação do valor da prestação pecuniária, a qual foi arbitrada em 2 [dois] salários mínimos como substitutiva da pena privativa de liberdade" (pág. 125 do documento eletrônico 5).

Todavia, "[não] cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada" (Súmula 693 do Supremo Tribunal Federal).

Nesse sentido:

"'HABEAS CORPUS' - RÉU CONDENADO, EXCLUSIVAMENTE, À PENA DE MULTA - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER SITUAÇÃO DE DANO EFETIVO OU DE RISCO POTENCIAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO FÍSICA DO PACIENTE - DOUTRINA BRASILEIRA DO 'HABEAS CORPUS' - CESSAÇÃO (REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926) - IMPOSSIBILIDADE DE OFENSA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO FÍSICA - DESCABIMENTO DA AÇÃO DE 'HABEAS CORPUS' - PEDIDO NÃO CONHECIDO. A FUNÇÃO CLÁSSICA DO 'HABEAS CORPUS' RESTRINGE-SE À ESTREITA TUTELA DA IMEDIATA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO FÍSICA DAS PESSOAS. - A ação de 'habeas corpus' - desde que inexistente qualquer situação de dano efetivo ou de risco potencial ao '*jus manendi, ambulandi, eundi ultro citroque*' - não se revela cabível, mesmo quando ajuizada para discutir eventual nulidade do processo penal em que proferida condenação à pena de multa. Súmula 693/STF. Esse entendimento decorre da circunstância histórica de a Reforma Constitucional de 1926 - que importou na cessação da doutrina brasileira do 'habeas corpus' - haver restaurado a função clássica desse extraordinário remédio processual, destinando-o, quanto à sua finalidade, à específica tutela jurisdicional da imediata liberdade de locomoção física das pessoas. Precedentes. - Considerações em torno da formulação, pelo Supremo Tribunal Federal, sob a égide da Constituição de 1891, da doutrina brasileira do 'habeas corpus': a participação decisiva, nesse processo de construção jurisprudencial, dos Ministros PEDRO LESSA e ENÉAS GALVÃO e, também, do Advogado RUI BARBOSA. INVIABILIDADE DA CONVERSÃO DA PENA DE MULTA EM SANÇÃO PRIVATIVA DE LIBERDADE. Com a edição da Lei nº 9.268/96, não mais subsiste a possibilidade de conversão, em pena privativa de liberdade, da multa a que se refere a legislação penal. Precedentes" (HC 83.238/AC. Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma).

Isso posto, nego seguimento a este recurso ordinário (art. 21, § 1°, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.447 **(938)**

ORIGEM	: 186447 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: MARCEL EDUARDO SILVA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina/SC em favor de Marcel Eduardo Silva contra decisão proferida pelos ministros integrantes da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que desproveram o AgRg no HC 548.934/SC (págs. 100-115 do documento eletrônico 7).

O recorrente alega, sem síntese, que

"[a] impugnação ora posta à apreciação deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL visa a reformar o acórdão do STJ para desconstituir os acórdãos ilegais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que, ao julgar a apelação criminal, os aclaratórios e os embargos infringentes, (a) deixou de analisar a tese defensiva de ilicitude do reconhecimento pessoal por voz por violação ao *nemo tenetur se detegere*, prolatando acordão *citra petita* e, portanto, nulo de pleno direito; (b) deixou de declarar a nulidade do processo desde as alegações finais por cerceamento de defesa decorrente de erro do Poder Judiciário em não intimar pessoalmente o PACIENTE para exercer a liberdade de escolhe pessoal do advogado de sua confiança e, por fim, (c) deixou de reconhecer a nulidade absoluta da condenação baseada em prova ilícita, ou seja, baseada no reconhecimento por voz do PACIENTE realizado com violação às garantias fundamentais ao silencio e à não produção de prova contra si mesmo" (pág. 122 do documento eletrônico 7).

Ao final, requer:

"a) Liminarmente, CONCEDA-SE a ordem para que, reconhecendo-se a ilegalidade do acórdão prolatado pelo TJSC e confirmado pelo STJ, suspenda todos os efeitos da condenação, com efeitos imediatos no cumprimento da pena, até julgamento final do *writ*;

b) Ao final, concedida ou não a liminar, seja RECONHECIDA a ilegalidade do acórdão impugnado para o fim de:

b.1) ANULAR o acórdão *citra petita*, determinando-se ao TJSC a realização de novo julgamento, agora com o devido enfrentamento da tese defensiva de ilicitude do reconhecimento pessoal por voz por violação ao *nemo tenetur se detegere*;

b.2) ANULAR o processo desde as alegações finais por cerceamento de defesa, determinando-se a intimação do PACIENTE para exercer seu direito de escolha de advogado de sua confiança;

b.3) ABSOLVER o PACIENTE do crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas (CP, art. 157, § 2.º, II, c/c art. 70), por ausência de provas válidas;

b.4) subsidiariamente, ANULAR o processo, desde a sentença, em razão da ilicitude do reconhecimento por voz realizado com violação ao *nemo tenetur se detegere*, determinando-se ao Juízo de origem a prolação de nova sentença após desentranhadas dos autos da prova ilícita e das provas derivadas da ilícita.

Subsidiariamente, caso não seja conhecido o *habeas corpus*, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade (CRFB/88, art. 5.º, LXVIII; CPP, art. 654, § 2º)" (págs. 13-14 do documento eletrônico 8).

É o relatório necessário. Decido.

Anoto, de início, que o art. 192, *caput*, c/c art. 312, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, facultam ao Relator do recurso ordinário em *habeas corpus*, denegar ou conceder a ordem, monocraticamente, ainda que de ofício, quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada neste Supremo Tribunal.

Nesse sentido, indico os seguintes precedentes: RHC 138.843/MG, Rel. Min. Dias Toffoli; RHC 138.939/BA, Min. Roberto Barroso; RHC 136.727/SP, Rel. Min. Edson Fachin; RHC 135.985/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes; e RHC 135.824/SP, de minha relatoria; entre outros.

Por esse motivo, passo ao exame do mérito recursal.

A jurisprudência desta Suprema Corte é assente no sentido de que "[o] processo de 'habeas corpus', que tem caráter essencialmente documental, não se mostra juridicamente adequado quando utilizado com o objetivo (a) de promover a análise da prova penal, (b) de efetuar o reexame do conjunto probatório regularmente produzido, (c) de provocar a reapreciação da matéria de fato e (d) de proceder à revalorização dos elementos instrutórios coligidos no processo penal de conhecimento" (RHC

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

138.119-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma).

Feito esse registro, transcrevo, por oportuno, a ementa de decisão combatida:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. CONDENAÇÃO POR ROUBO MAJORADO. NULIDADES. INEXISTÊNCIA. PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO POR VOZ. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO PARA CONSTITUIR ADVOGADO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - Com efeito, contrariamente ao alegado pelo ora agravante, conforme se depreende dos v. arestos proferidos pela eg. Corte de origem em sede de apelação e de embargos declaratórios, em análise minuciosa e enfrentando o tema por duas vezes, concluiu-se pela inexistência das nulidades aventadas pela Defesa, porquanto, no que concerne ao procedimento de reconhecimento por voz, as ofendidas, durante a ação penal, sob crivo do contraditório e da ampla defesa, 'ratificaram judicialmente o reconhecimento dos réus como sendo os autores do delito que se apura nos autos', bem como se entendeu que, 'ainda que fosse o caso de inutilizar o reconhecimento pessoal do acusado como meio de prova, os demais elementos produzidos nos autos demonstraram, sem sombra de dúvidas, a autoria delitiva'. II - Ademais, no que diz respeito à tese de nulidade decorrente do cerceamento de defesa, o eg. Tribunal estadual entendeu, motivadamente, que o d. Juízo de 1º Grau bem atentou para os corolários da ampla defesa e do contraditório, porquanto, uma vez frustrada a tentativa de intimação do acusado para apresentação de alegações finais por edital, realizou a remessa pessoal dos autos à Defensoria Pública Estadual, a qual, inclusive, apresentou as derradeiras alegações do então embargante, ocasião em que não foi suscitada qualquer mácula processual. III - De mais a mais, para além das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias, afasta-se qualquer nulidade, porquanto não restou comprovado nenhum prejuízo ao paciente. Nesse aspecto, vale destacar que a via estreita do habeas corpus (ou de seu recurso ordinário), não permite o aprofundado exame do acervo fático-probatório, única providência cabível para se concluir pela configuração das nulidades aduzidas, haja vista que não foi apontada, de plano, qual motivação teria sido concreta e efetivamente apta a evitar a condenação do paciente, e que não foi apresentada em virtude do cerceamento de defesa apontado ou da eiva a supostamente macular o procedimento de reconhecimento pessoal por voz, os quais, repisa-se, não ocorreram na hipótese. IV - Por fim, o agravante não aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão agravada, razão pela qual é negativa a resposta ao agravo regimental. Agravo regimental desprovido" (págs. 77-78 do documento eletrônico 7).

Conforme se verifica, quanto às questões trazidas na espécie, decidir de modo diverso demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que, como visto, é inviável na estreita via do *habeas corpus*.

Isso posto, nego provimento a este recurso ordinário (art. 192*, caput*, c/c art. 312, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Prejudicado o pleito cautelar.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

MEDIDA CAUTELAR NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 187.028 **(939)**

ORIGEM : 187028 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : J.A.P.
ADV.(A/S) : ALTAIR GILIO (414107/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: Trata-se de recurso ordinário em "*habeas corpus*", com pedido de medida liminar, **interposto** *contra decisão monocrática* **emanada** de eminente Ministro do E. Superior Tribunal de Justiça (**HC** 562.070/SP).

Sendo esse o quadro, **passo a apreciar a admissibilidade** do presente recurso ordinário. **E**, *ao fazê-lo*, **devo observar** *que ambas as Turmas* do Supremo Tribunal Federal **firmaram** orientação *no sentido da incognoscibilidade* desse incidente processual, **quando interposto**, *como no caso em análise*, contra decisão monocrática **proferida por Ministro** de Tribunal Superior da União (**RHC 111.935/DF**, Rel. Min. LUIZ FUX – **RHC 114.961/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **RHC 115.492- -ED/PE**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **RHC 116.544/SP**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RHC 121.495/SP**, Rel. Min. ROSA WEBER – **RHC 121.834/SP**, Rel. Min. ROSA WEBER – **RHC 121.999-AgR/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **RHC 122.642/BA**, Rel. Min. ROSA WEBER – **RHC 122.683/RN**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RHC 122.961/SP**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **RHC 123.846/DF**, Rel. Min. ROSA WEBER, *v.g.*):

"***PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'. RHC INTERPOSTO CONTRA ATO DE MINISTRO DE TRIBUNAL SUPERIOR. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. CRIMES PRATICADOS NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ARTS. 306 E 303 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA EM SEDE DE 'HABEAS CORPUS'. VEDAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.***

….....

3. A competência desta Corte para a apreciação de recurso ordinário em 'habeas corpus' contra ato do Superior Tribunal de Justiça *(CRFB, artigo 102, inciso II, alínea 'a')* ***somente se inaugura com a prolação de decisão do colegiado****, salvo as hipóteses de exceção à Súmula nº 691 do STF, sendo descabida a flexibilização desta norma, máxime por tratar-se de matéria de direito estrito, que não pode ser ampliada via interpretação para alcançar autoridades – no caso, membros de Tribunais Superiores – cujos atos não estão submetidos à apreciação do Supremo.*

4. 'In casu', o recurso ordinário em 'habeas corpus' foi interposto contra decisão monocrática de Relator do STJ *que indeferiu liminarmente a impetração lá formalizada.*

5. Inexiste*, 'in casu',* ***excepcionalidade*** *que justifique a concessão da ordem 'ex officio'.*

6. Agravo regimental a que se nega provimento."

(**RHC 118.100-AgR/DF**, Rel. Min. LUIZ FUX – **grifei**)

"***RECURSO ORDINÁRIO EM 'HABEAS CORPUS'****. CRIMES DE CORRUPÇÃO PASSIVA, PECULATO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.* ***DESCABIMENTO DE IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA****: SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE DELEGADO DE POLÍCIA E NULIDADE DAS PROVAS: IMPROCEDÊNCIA, INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO.* ***RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.***

1. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o não exaurimento da jurisdição nas instâncias antecedentes, configurada pela não interposição de agravo regimental da decisão monocrática pela qual se negou seguimento ao 'habeas corpus', configura óbice ao conhecimento das ações e recursos posteriores, por inobservância ao princípio da colegialidade. Precedentes.

….....

4. Recurso ordinário desprovido."

(**RHC 131.450/DF**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **grifei**)

Esta Suprema Corte, *como se vê dos precedentes acima referidos*, **compreende** que a cognoscibilidade do recurso ordinário em "*habeas corpus*" **supõe**, *em contexto idêntico ao ora em exame*, **a existência** *de julgamento colegiado* **proferido** pela Corte Superior de cuja decisão recorre-se, **situação inocorrente na espécie**.

Sendo assim, *e em face das razões expostas*, **não conheço** do presente recurso ordinário em "*habeas corpus*", **restando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** do pedido de medida liminar.

2. **Devolvam-se** estes autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 187.031 **(940)**

ORIGEM : 187031 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : JOSE QUIRINO LEMOS DA SILVA
ADV.(A/S) : WILLAMY ALVES DOS SANTOS (60847/DF, 12082-A/MA, 2011/PI)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, II E IV, DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA NULIDADE DA PRONÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA, ABUSO DE PODER OU FLAGRANTE ILEGALIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA.

- Seguimento negado, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido de liminar.

Decisão: Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça nos autos do *Habeas Corpus* 531.751, *in verbis*:

"*PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS. PLEITO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

2. A tarefa do julgador, ao motivar as decisões relacionadas ao Tribunal do Júri, revela-se trabalhosa, uma vez que deve buscar o equilíbrio, a fim de evitar o excesso de linguagem sem se descurar da necessidade de fundamentação adequada, conforme preceitua o art. 93, IX, da Constituição Federal.

3. No caso dos autos, não se verifica a alegada ausência de fundamentação das qualificadoras, porquanto, embora sucinta não se verificou o apontado constrangimento ilegal, porquanto o decisum encerra simples juízo da admissibilidade da acusação, e o Juízo processante manteve postura absolutamente imparcial quanto aos fatos, apontando, com cautela e cuidado, os elementos que justificaram a decisão de pronúncia, para que seja o paciente submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para dirimir as dúvidas e resolver a controvérsia, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, "d", da CF/88.

4. Por outro lado, a exclusão de qualificadora constante na denúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

5. Habeas corpus não conhecido".

Colhe-se dos autos a informação de que o paciente foi pronunciado como incurso no crime previsto no artigo 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, o qual foi julgado improcedente pelo Tribunal de origem.

Contra esse *decisum*, foi impetrado *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do *writ*, nos termos da ementa supratranscrita.

Irresignada, a defesa opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos apenas para determinar a juntada das notas taquigráficas da sessão de julgamento daquele *habeas corpus*.

Sobreveio o presente recurso ordinário em *habeas corpus*, no qual a defesa sustenta, em síntese, a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação para a inclusão das qualificadoras na sentença de pronúncia.

A defesa sustenta a ocorrência de nulidade absoluta na pronúncia, porquanto "*não houve fundamentação alguma das qualificadoras porque, pura e simplesmente, o juízo de primeiro grau entendeu que não lhe cabia fazê-lo, uma vez que tal apreciação deveria ser feita, segundo o magistrado, pelo Tribunal do Júri, o que configura a nulidade absoluta da sentença de pronúncia*".

Argumenta que "*o simples fato de conter na denúncia expressões que denotam a presença de circunstâncias qualificadoras previstas*", não atrai, por si só, a competência do Tribunal do Júri para apreciação, "*sendo indispensável que a sentença de pronúncia fundamente essas citadas qualificadoras, sob pena de afronta ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal*".

Destaca, ainda, que "*não se pleiteou no recurso em sentido estrito nem no presente habeas corpus, o afastamento das qualificadoras, desclassificando o delito do art. 121, do Código Penal para homicídio simples, mas, efetivamente, se alegou e está mais que patente a nulidade absoluta da sentença de pronúncia, por ausência e não apenas deficiência de fundamentação das mencionadas qualificadoras*".

Ao final, formula pedido nos seguintes termos, *in verbis:*

"*Com as considerações acima, presentes como se acham os requisitos legais do fumus boni júris e do periculum in mora, requerse, liminarmente, a concessão de medida cautelar, para determinar a suspensão do andamento da ação penal, objeto do Processo nº 43-63.1995.8.17.0130, originária da Comarca de Agrestina/PE, atualmente em grau de Recurso de Apelação perante a 1ª CÂMARA REGIONAL DE CARUARU - 2ª TURMA, órgão fracionário do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, ficando suspensos, ainda, os efeitos da sentença penal condenatória e quaisquer atos de execução provisória, até o julgamento do Recurso Ordinário.*

Requer-se o conhecimento e provimento do Recurso Ordinário, reformando o acórdão recorrido e concedendo a ordem, para decretar a anulação do processo, a partir da sentença de pronúncia, ante a afronta ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, determinando que outra seja proferida, com observância da referida norma constitucional, fundamentando às qualificadoras dos incisos II (motivo fútil) e IV (emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima), do § 2º, do art. 121, do Código Penal".

É o relatório, **DECIDO.**

In casu, inexiste situação que autorize a concessão da ordem ante a ausência de flagrante ilegalidade ou abuso de poder na decisão atacada. Na hipótese *sub examine,* o acórdão do Superior Tribunal de Justiça restou assim fundamentado, *verbis:*

"*Inicialmente, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, pela sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer. Nesse sentido, destaco os seguintes julgados: STF - (HC 104045, Relatora Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 21/08/2012, acórdão eletrônico DJe-176, divulgado em 05/09/2012, publicado em 06/09/2012); e STJ - (HC 239550/RJ, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 18/09/2012, DJe 26/09/2012).

Assim, em princípio, incabível o presente habeas corpus substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Num primeiro momento, esclareço que a tarefa do julgador, ao motivar as decisões relacionadas ao Tribunal do Júri, revela-se trabalhosa, uma vez que deve buscar o equilíbrio, a fim de evitar o excesso de linguagem sem se descurar da necessidade de fundamentação adequada, conforme preceitua o art. 93, IX, da Constituição Federal.

Na espécie, foi assim fundamentada a sentença de pronúncia pelo Juízo processante (e-STJ fls. 78/80):

'O representante do Ministério Público, com assento nesta comarca ofereceu denúncia em face de JOSÉ QUIRINO LEMOS DA SILVA, devidamente qualificado no bojo da peça preambular, apondo-o como incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2.°, incisos II e IV do Código Penal.

Consta da peça vestibular que em data de 26/05/95 por volta das 16:00h., à margens da PE-120, Km 02, neste município, utilizando-se de uma arma de fogo, o acusado teria matado AMARO MANOEL DA SILVA.

Auto de exame tanastocópico, às fls. 12.

Instrução criminal satisfeita, com a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação, já que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, não havendo indicação de testemunhas de defesa, entretanto tudo se processou na mais perfeita observância das normas e preceitos legais.

Alegações finais pelo Ministério Público às fls 80 usque 81, pugnando pela pronúncia do réu.

Razões finais pela defesa às fls. 83 usque 84 requerendo a desclassificação do fato delituoso, o enquadrando no que dispõe o art. 121 caput do C.P.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Importa salientar, inicialmente, que a sentença de pronuncia e de conteúdo declaratório, tendo assim por objeto primacial o juízo de admissibilidade da acusação perante o soberano Tribunal do Júri. Em assim sendo, exige-se, apenas, a convicção sobre a existência do crime e indícios da autoria. Feitas tais considerações passo a analisar em concreto proferido a decisão que se segue.

DA MATERIALIDADE:

Das provas que aos autos foram carreadas não restam duvidas quanto a materialidade do fato, haja vista o que se consubstancia no auto de exame tanastocópico, às fls. 12 dos autos.

DA AUTORIA:

No que diz respeito a autoria, esta se acha evidenciada ante o que se infere do depoimento da esposa da vítima consignado às fls. 56/56v., haja vista que esta foi a única pessoa que presenciou a ocorrência do crime, e somando-se ao fato de que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa sem deixar paradeiro, sinto-me convencida de forma suficiente, para indicar o denunciado como o autor do fato.

A douta defesa, em sua inspirada peça de alegações finais, busca a desclassificação imputando ao réu o crime de homicídio simples, sustentando que as provas conduzidas aos autos dão conta da ocorrência do fato, entretanto não da forma como se indica na peça vestibular, entretanto não fez demonstrar, pelas provas carreadas aos autos, o fundamento para o seu entendimento.

Reconhecendo que a qualificadora sustentada pela acusação, envolve matéria de fato e que deverá merecer apreciação pelos juizes de fato, que integraram o Egrégio Tribunal Popular do Júri desta comarca, a colho nesta fase, rechaçando o pleito da defesa quanto a desclassificação pretendida.

Ante todo o exposto e de tudo mais que dos autos se apresentam entendo por bem PRONUNCIAR o denunciado JOSÉ QUIRINO LEMOS DA SILVA, devidamente qualificado como infrator do art. 121, parágrafo 2.°, incisos II e IV do Código Penal em vigor, pelo que determino que seja o mesmo submetido a julgamento perante o competente Tribunal do Júri de Agrestina-PE. '

Na Corte de origem, o Relator do recurso em sentido estrito, ao confirmar a sentença de pronúncia, disse o seguinte (e-STJ fls. 83/90):

'Cuida-se de Recurso em Sentido Estrito em que o recorrente José Quirino Lemos da Silva, inconformado com a sentença que o pronunciou como incurso nas penas do artigo 121, § 2 o , incisos II e IV, do Código Penal, pugna, preliminarmente, pela nulidade da decisão, ao argumento de ausência de fundamentação quanto às qualificadoras, e, no mérito, por impronúncia, sob a alegação de ausência de provas suficientes da autoria a ele imputada.

Deixo para apreciar ao final, após a análise do pleito de impronúncia do acusado ora recorrente, a alegação de falta de fundamentação do decisium ora combatido quanto às qualificadoras mantidas.

No tocante à pretensão de impronúncia, o recorrente argumenta, notadamente, que (fl. 161): '(...) Na espécie, a sentença de pronúncia reconhece cabalmente que a única prova colhida em juízo que aponta a autoria é a oitiva da esposa da vítima, o que não é suficiente para satisfazer

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

as exigências contidas no art. 413, do CPP. (...)'

Atento aos limites da presente via recursal, vejamos as provas colhidas nos autos.

A materialidade do crime se encontra evidenciada no boletim de registro de entrada de vítimas em hospital de lis. 5/5v e na perícia tanatoscópica de fls. 8/8v.

Quanto à autoria delitiva, para que o recorrente seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, é suficiente a existência tão somente de indícios.

Na hipótese vertente, verifica-se que as provas testemunhais trazidas aos autos não descartam a possibilidade de o recorrente ter sido o autor do crime, o que é suficiente para submetê-lo a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Consta dos autos que o ora recorrente foragiu logo após a ocorrência do fato delituoso em tela passando mais de 17 (dezessete) anos em lugar incerto e não sabido, ou seja, fora do distrito da culpa. Beijamim Barbosa Xavier, proprietário da fazenda onde ocorreu o fato delituoso, perante a autoridade policial, afirmou (fls. 13/14):

(....) que na chegada de Agrestina, foi abordado por JOINHA, o qual lhe dera a notícia do crime, que ao chegar na Fazenda local do crime, a vítima já teria sido socorrida inicialmente ao Hospital desta cidade, em seguida, removida para Caruaru, onde veio a falecer; que a vitima foi atingida pelo indivíduo José Quirino, por arma de fogo não sabendo precisar se foram dois ou três tiros fatais; que indagado o depoente respondeu que ao chegar na fazenda, o autor já tinha evadido-se e que tomou conhecimento que o motivo do crime teria sido em razão de uma ave (galo) pertencente ao próprio acusado, e que sem que houvesse motivo justificável atirou contra a vítima; (...)'

Na mesma linha, são os depoimentos de José Roberto de Araújo Silva (fls. 15/16) e de José Roberto Alves da Silva (fls. 16/17).

Ouvida perante a autoridade policial, Mariluce Isaura da Silva, esposa da vítima, relatou (fls. 18/18v): '(...) que sem a menor explicação, o acusado sacou o revólver e efetuou dois tiros contra o galo (ave), no terreiro da casa; que a vítima pediu ao acusado que não atirasse no terreiro para não acordar o seu filho (...) que nessa altura a vítima já se encontrava no lado de fora, ia sentando na pedra quando recebeu o primeiro tiro de costas; que ao receber o tiro, a vítima caiu e o acusado novamente usou o revólver e detonou por mais três vezes; isto praticamente de perto; que a declarante observando que o acusado mataria o seu esposo, pediu a ele que não fizesse isso; (...)'

Em juízo, Mariluce Isaura da Silva e José Roberto de Araújo Silva confirmaram as declarações feitas perante a autoridade policial (fls. 56/56v).

O conjunto probatório dos autos, pois, dá conta da probabilidade da autoria ao ora recorrente imputada, não havendo que se falar que a decisão se baseou tão somente no depoimento da esposa da vítima.

Demais disso, considerando que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária a certeza absoluta da autoria que deve embasar as decisões condenatórias, mas, tão somente, a existência de indícios suficientes de ter o réu participado do evento delituoso, o que, até o presente momento processual, resta demonstrado nos autos, é de ser mantida a decisão combatida.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:

(…)

No tocante ao pleito de nulidade da sentença de pronúncia por ausência de fundamentação da decisão relativamente às qualificadoras, vejamos o que considerou o togado monocrático (fl. 655):

'(...) Reconhecendo que a qualificadora sustentada pela acusação, envolve matéria de fato e que deverá merecer apreciação pelos juizes de fato, que integram o Egrégio Tribunal Popular do Juri desta Comarca, acolho nesta fase, rechaçando o pleito da defesa quanto a desclassificação pretendida. (...)'

In casu, a magistrada processante, ainda que de forma sucinta, considerou que naquele momento processual não lhe cabia o exame acurado da incidência das qualificadoras contidas na denúncia, agindo, desse modo, com acerto, haja vista que, de fato, não cabe a ela, na sentença de pronúncia, análise aprofundada do conjunto probatório dos autos de modo a assegurar a incidência, ou não, das qualificadoras, as quais só devem ser rechaçadas se absolutamente impertinentes, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Tribunal Popular, o que não é o caso dos autos.

A propósito, trago à colação julgado do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

(…)

Ante o expendido, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao recurso interposto pelo pronunciado José Quirino Lemos da Silva, pelo que mantenho a sentença de pronúncia a fim de submetê-lo a julgamento pelo Tribunal do Júri.'

No caso dos autos, não se verifica a alegada ausência de fundamentação das qualificadoras, porquanto, embora sucinta não se verificou o apontado constrangimento ilegal, porquanto o decisum encerra simples juízo da admissibilidade da acusação, e o Juízo processante manteve postura absolutamente imparcial quanto aos fatos, apontando, com cautela e cuidado, os elementos que justificaram a decisão de pronúncia, para que seja o paciente submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para dirimir as dúvidas e resolver a controvérsia, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, "d", da CF/88.

Por outro lado, firmou-se nesta Corte o entendimento de que a exclusão de qualificadoras constantes na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

A conduta descrita na denúncia – "a vítima pedira ao acusado, que estava efetuando disparos com um revólver em um galo(...) que não fizesse aquilo, pois seu filho menor estava dormindo e poderia acordar como barulho" – e confirmada pelos depoimentos testemunhais colhidos são suficientes para determinar que o Conselho de Sentença se manifeste a respeito da incidência ou não das referidas qualificadoras – motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima –, impedindo, ao menos nesta fase, o seu afastamento.

A propósito do tema, vale destacar os seguintes precedentes desta Eg. Corte:

(…)

Ante o exposto, não conheço do presente habeas corpus".

Deveras, no que tange à alegada ausência de fundamentação para a manutenção das qualificadoras na sentença de pronúncia, verifico que o Tribunal *a quo* assentou que "*o decisum encerra simples juízo da admissibilidade da acusação, e o Juízo processante manteve postura absolutamente imparcial quanto aos fatos, apontando, com cautela e cuidado, os elementos que justificaram a decisão de pronúncia, para que seja o paciente submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri*". Destarte, serviu a decisão aos fins exigidos, cuidando, na oportunidade, para não incorrer em excesso de linguagem.

Com efeito, cumpre ressaltar que o juízo de pronúncia reflete apenas o convencimento do magistrado acerca da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo ser resguardada a competência Tribunal do Júri, órgão jurisdicional competente para realizar o exame da pretensão defensiva. Nessa linha, *in verbis*:

"PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO CONSUMADO E TENTADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL ACUSATÓRIA. IMPUTAÇÃO ALTERNATIVA. FALTA DE DESCRIÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 14, II, DO CÓDIGO PENAL. INCOMPATIBILIDADE ENTRE DOLO EVENTUAL E TENTATIVA. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a extinção da ação penal, de forma prematura, pela via do habeas corpus, somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais seja patente (a) a atipicidade da conduta; (b) a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas; ou (c) a presença de alguma causa extintiva da punibilidade. 2. A inicial acusatória indica os elementos indiciários mínimos aptos a tornar plausível a acusação e, por consequência, suficientes para dar início à persecução penal, além de permitir ao paciente o pleno exercício do seu direito de defesa, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal. 3. Não se reputa alternativa a denúncia que descreve conduta certa e determinada, em imputação de tipo penal doloso, tanto o dolo direto quanto o eventual, porque cingidos naquela norma incriminadora. 4. Constatada a higidez da denúncia, não há como avançar nas questões que compõem típicas teses defensivas, sob pena de afronta ao modelo constitucional de competência. Caberá ao juízo natural da instrução criminal, com observância do princípio do contraditório, proceder ao exame do ora alegado e, porventura, conferir definição jurídica diversa para os fatos. 5. Ordem denegada." (HC 114.223, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 12/11/2015)

Outrossim, não há que se falar em violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal. O referido dispositivo resta incólume quando o Tribunal prolator da decisão impugnada, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, máxime quando o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, quando já tiver fundamentado sua decisão de maneira suficiente e fornecido a prestação jurisdicional nos limites da lide proposta. Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Alegada violação do art. 93, IX, da CF/88. Não ocorrência. Ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada. Súmula nº 287/STF. 1. O art. 93, IX, da Constituição Federal não determina que o órgão judicante se manifeste sobre todos os argumentos de defesa apresentados, mas, sim, que ele explicite as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento. 2. A jurisprudência de ambas as Turmas deste Tribunal é no sentido de que se deve negar provimento ao agravo quando, como no caso, não são impugnados todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula nº 287 da Corte. 3. Agravo regimental não provido". (AI 783.503-AgR, rel. min. Dias Toffoli, Primeira Turma, *DJe* 16/9/2014)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. 1. ALEGADA CONTRARIEDADE AO ART. 93, INC. IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA AINDA QUE NÃO ANALISADOS TODOS OS ARGUMENTOS DA PARTE. PRECEDENTES. 2. MILITAR. PROVENTOS DO GRAU HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. ANÁLISE PRÉVIA DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. 3. RECURSO INCABÍVEL PELAS ALINEAS C E D DO INC. III DO ART. 102 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DAS CIRCUNSTÂNCIAS NECESSÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (RE 724.151-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* 28/10/2013)

Demais disso, a decisão ora impugnada não divergiu do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

entendimento sufragado por esta Corte, no sentido de que a exclusão de circunstância qualificadora em sede de pronúncia somente se sustenta quando se mostrar manifestamente improcedente. Nesse sentido, *in verbis*:

"*HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL – ADEQUAÇÃO. O habeas corpus é adequado em se tratando de impugnação a ato de colegiado ou individual. PRONÚNCIA – LINGUAGEM – EXCESSO – AUSÊNCIA. Não há falar-se em excesso quando, verificado o comedimento da linguagem, sob o ângulo dos termos da pronúncia, o Juízo limita-se à análise dos elementos colhidos na fase instrutória, sem veicular manifestação de certeza sobre a imputação. PRONÚNCIA – QUALIFICADORAS – ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL – ARTIGO 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Ausente manifesta improcedência das figuras qualificadas do crime de homicídio, alusivas ao motivo torpe e emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, tem-se válido juízo de admissibilidade da acusação, considerado o disposto no artigo 413 do Código de Processo Penal, no que reservado ao Conselho de Sentença a valoração definitiva.DESAFORAMENTO – ARTIGO 427 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – INCIDÊNCIA. Presente clima contrário à almejada isenção dos jurados, cabível é a incidência do artigo 427 do Código de Processo Penal, no que o Estado-juiz deve buscar a imparcialidade atinente aos julgamentos*". (HC 160.698, Primeira Turma, rel. min. Marco Aurélio, *DJe* de 15/8/2019)

"*Processual Penal. Habeas Corpus originário. Homicídio triplamente qualificado e Lesão corporal. Prisão preventiva. Nulidades processuais. Exclusão das qualificadoras reconhecidas na pronúncia. Ausência de ilegalidade ou abuso de poder.1. A gravidade concreta do delito, a envolver violência doméstica contra a mulher (esposa e filha do paciente), e o risco de reiteração delitiva evidenciam a real necessidade de manutenção da prisão preventiva, notadamente pelo fato de que o paciente responde a outro processo por homicídio doloso.2. O Supremo Tribunal Federal tem uma jurisprudência consolidada, no sentido de que não se proclama nulidade sem a concreta demonstração de prejuízo. Jurisprudência assim consolidada pela Súmula 523 do STF: 'No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só anulará se houver prova de prejuízo para o réu'. Ausência de ilegalidade ou abuso de poder que justifique a anulação do processo-crime. Ademais, a exclusão das qualificadoras reconhecidas na pronúncia demandaria o revolvimento de matéria fática, inviável em sede de habeas corpus.3. Ordem denegada, revogada a liminar*". (HC 143.337, Primeira Turma, rel. min. Roberto Barroso, *DJe* de 26/2/2018).

"*Habeas corpus. 2. Homicídio qualificado. Utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima. 3. Pretensão de afastamento da qualificadora admitida na pronúncia. 4. Impossibilidade. Decisão fundamentada. 5. As qualificadoras do crime de homicídio só podem ser afastadas pela sentença de pronúncia quando totalmente divorciadas do conjunto fático-probatório dos autos, sob pena de usurpar-se a competência do juiz natural da causa, ou seja, o Tribunal do Júri. Precedentes. 6. Ordem denegada*". (HC 125.433, Segunda Turma, rel. min. Gilmar Mendes, *DJe* de 26/3/2015)

Desta sorte, reconhecer a procedência das alegações defensivas demandaria um indevido incursionamento na moldura fática delineada nos autos. Assim, cumpre ressaltar que o *habeas corpus* é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS . PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA JULGAR HABEAS CORPUS: CRFB/88, ART. 102, I, D E I . HIPÓTESE QUE NÃO SE AMOLDA AO ROL TAXATIVO DE COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CARACTERIZADA. CUSTÓDIA PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*" (HC 130.439, rel. min. Luiz Fux, Primeira Turma, *DJe* de 12/5/2016).

Sendo esse o contexto, diante da inexistência de teratologia ou flagrante ilegalidade no julgamento realizado, não se cuida de hipótese de concessão da ordem.

Ex positis, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso ordinário em *habeas corpus,* com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Prejudicado o exame do pedido de liminar.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.287 **(941)**

ORIGEM	: ADI - 88076 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	: ALEC - ASSOCIAÇÃO DOS LOCADORES DE EQUIPAMENTOS A CONSTRUÇÃO CIVIL
ADV.(A/S)	: LUIZ OTAVIO PINHEIRO BITTENCOURT (0147224/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
INTDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

JULGAMENTO VIRTUAL – EXCEPCIONALIDADE.

1. A crise é aguda. Sem qualquer previsão de o Tribunal voltar às sessões presenciais, há de viabilizar-se, em ambiente colegiado, a jurisdição.

2. Aciono, em caráter excepcional, o sistema virtual e passo a liberar, considerado o fator tempo, os processos.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 274 **(942)**

ORIGEM	: ADI - 274 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
AGDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE

Despacho: Idêntico ao de nº 941

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.080 **(943)**

ORIGEM	: 37080 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: MAURICIO NUCCI
ADV.(A/S)	: MAURICIO NUCCI (189310/SP)
AGDO.(A/S)	: RELATOR DO RE Nº RE 964.159 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 941

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 25.456 **(944)**

ORIGEM	: PROC - 00043186820155040000 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JUÍZES CLASSISTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAJUCLA
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRAO (09378/DF, 18322/GO, 150062/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 941

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.806 **(945)**

ORIGEM	: 36806 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
ADV.(A/S)	: VITOR PIAZZAROLLO LOUREIRO (426166/SP)
AGDO.(A/S)	: JOAO ANTONIO COSTA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: RELATOR DO AIRR Nº 11576-40.2017.5.03.0016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 941

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.530 **(946)**

ORIGEM	: 39530 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: BRA LOGISTICA DE TRANSPORTES LTDA - ME
ADV.(A/S)	: MARCELO SENA SANTOS (30007/BA, 22504-A/MS)
ADV.(A/S)	: LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA (27586/BA, 31883/ES, 103952/MG)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : MURILO GOMES DE SOUZA E SILVA (34533/BA)
AGDO.(A/S) : SERGIO LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE EUNÁPOLIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.171 **(947)**
ORIGEM : 36171 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : TEXTIL FARBE LTDA
ADV.(A/S) : SHIRLEY HENN (17829/SC, 365182/SP)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 150.953 **(948)**
ORIGEM : 1672018 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : LEONARDO RAMOS DE CASTRO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 160.861 **(949)**
ORIGEM : 160861 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : APHITSARA SATTARAM
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 167.710 **(950)**
ORIGEM : 167710 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : DIEGO AMARO CÂNDIDO SANTOS
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 168.153 **(951)**
ORIGEM : 168153 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : FABRYCIO BRITO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
EMBDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 171.022 **(952)**
ORIGEM : 171022 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : PEDRO CAVALCANTE DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RENATA FELIX MARTINEZ (226737/SP)
ADV.(A/S) : WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS (190813/SP)
EMBDO.(A/S) : RELATOR DO HC Nº 496.749 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 133.529 **(953)**
ORIGEM : AI - 1298358 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : IDELSON MARTINS DOS SANTOS
IMPTE.(S) : HUMBERTO LEME HURTADO (191975/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 141.007 **(954)**
ORIGEM : 880184 - JUIZ DE DIREITO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOSÉ DI BENE NETO
IMPTE.(S) : JOSÉ DI BENE NETO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 143.268 **(955)**
ORIGEM : 386116 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RODRIGO DOS REIS SILVA
IMPTE.(S) : CLEITON MONTEIRO URBIETA (18380/MS)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 147.010 **(956)**
ORIGEM : 410997 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONI JÚNIOR DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO CORTEZ ABBONDANZA (69524/PR)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 410.997 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 147.178 **(957)**
ORIGEM : 412049 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ALINE DIEL
IMPTE.(S) : MIGUEL ANTONIO RUAS LUBI (24850/SC)
IMPTE.(S) : DANIEL DECESARO (47956/SC)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 412.049 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 159.639 **(958)**
ORIGEM : 159639 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOÃO VICTOR DOS SANTOS
IMPTE.(S) : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 436.416 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 164.817 **(959)**
ORIGEM : 164817 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 105.065 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ABIMAEL MENDES DE SOUZA
INTDO.(A/S) : JOSÉ FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA
ADV.(A/S) : FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES PEREIRA (13076/CE)
INTDO.(A/S) : ANTONIO GILLIARD OLIVEIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (30537/CE)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 168.216 **(960)**
ORIGEM : 168216 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ELIAS MORAIS GOMES
IMPTE.(S) : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES (331639/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 491.618 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 169.358 **(961)**
ORIGEM : 169358 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUCAS PENA DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR (70042/MG, 18514-A/PA) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 497.816 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 170.394 **(962)**
ORIGEM : 170394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : REGINALDO VITALINO DA SILVA
PACTE.(S) : VICENTE SEVERINO COSTA FILHO
PACTE.(S) : JHONATAN COSTA DE OLIVEIRA
PACTE.(S) : ROSIEL EVANGELISTA SILVA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 170.735 **(963)**
ORIGEM : 170735 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : AVELINE MACHADO DE FREITAS
IMPTE.(S) : JOAO FRANCISCO NETO (147291/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 172.424 **(964)**
ORIGEM : 172424 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUIZ EDUARDO PINHEIRO CORREA
IMPTE.(S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
ADV.(A/S) : JOSIMARY ROCHA DE VILHENA (1039/AP, 334889/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 172.642 **(965)**
ORIGEM : 172642 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : HELTON PIRES DE OLIVEIRA
IMPTE.(S) : GUSTAVO HENRIQUE SILVA (390601/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 498.771 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 176.977 **(966)**
ORIGEM : 176977 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ELCIO ALVES COSTA
IMPTE.(S) : HUGO BENICIO BONFIM DAS VIRGENS (9287/MS)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 538.349 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 177.082 **(967)**
ORIGEM : 177082 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DENIZE XAVIER DA SILVA
IMPTE.(S) : MARLON CHARLES BERTOL (10693/SC, 326082/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA TP Nº 2.354 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 177.429 **(968)**
ORIGEM : 177429 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FLAVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA
IMPTE.(S) : FABRICIO DE OLIVEIRA CAMPOS GIORI (10328/ES) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 540.932 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ANDRE LUIZ CRUZ NOGUEIRA
ADV.(A/S) : MARCELO GOMES DA SILVA (29858/ES)
INTDO.(A/S) : ALMIR BRAGA ROSA
ADV.(A/S) : ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES (1465A/DF)
ADV.(A/S) : CAROLINA ABREU (18074/DF)
ADV.(A/S) : ALEXANDRE CAPUA MARTIGNAGO (DF020574/)
INTDO.(A/S) : JOSE CARLOS GRATZ
ADV.(A/S) : CARLOS GUILHERME MACEDO PAGIOLA CORDEIRO (16203/ES)
INTDO.(A/S) : CEZAR AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA
ADV.(A/S) : TATIANA COSTA JARDIM (12040/ES)
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FERNANDES (22885/ES)
INTDO.(A/S) : JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA LIMA
ADV.(A/S) : LEONARDO GAGNO (10805/ES)
INTDO.(A/S) : RENATA PEIXOTO SILVA
ADV.(A/S) : RIVELINO AMARAL (8963/ES)
ADV.(A/S) : MARCIO AZEVEDO SCHNEIDER (16291/ES)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 178.241 **(969)**
ORIGEM : 178241 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : TIAGO SOUZA MELO
IMPTE.(S) : ADELIO NOGUEIRA DA GAMA NETO (127783/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 116.371 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 178.393 **(970)**
ORIGEM : 178393 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DIOGNER LUIZ CRIVELARI
IMPTE.(S) : GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA MARTINEZ (428121/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 542.757 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 178.687 **(971)**
ORIGEM : 178687 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JEFFERSON LUCAS
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
ADV.(A/S) : VANILDO JOSE DA COSTA JUNIOR (106780/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 486.424 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 179.085 **(972)**
ORIGEM : 179085 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LEONARDO OLIVEIRA GRESPAN
IMPTE.(S) : EDER PEREIRA BAHIA (287830/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 512.113 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 179.449 **(973)**
ORIGEM : 179449 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARIANA DE ALMEIDA BREVIGLIERI
PACTE.(S) : SHEILA SANTOS LIMA
IMPTE.(S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(320762/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 550.130 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 180.156 **(974)**
ORIGEM : 180156 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOSÉ RENATO GRANADO FERREIRA
IMPTE.(S) : ALEXIS LEMOS COSTA (22986/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº º 549.981 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 180.363 **(975)**
ORIGEM : 180363 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : DANILO AFONSO PECHIN
IMPTE.(S) : EDUARDO BRUNO AVELLAR MILHOMENS (100603/MG, 280676/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DA TP Nº 2.479 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : WILSON DECARIA JUNIOR
ADV.(A/S) : MAURO OTAVIO NACIF (23477/SP)
INTDO.(A/S) : ANDERSON DA SILVA SOARES
ADV.(A/S) : CLEITON CESAR SILVA SANTOS (286951/SP)
INTDO.(A/S) : CARLOS EDUARDO SOARES FONTES
ADV.(A/S) : VINICIUS ALVARENGA FREIRE JUNIOR (176480/SP)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 181.158 **(976)**
ORIGEM : 181158 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ISRAEL HERCILIO BENTO
IMPTE.(S) : CESAR CASTELLUCCI LIMA (22369/SC) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 559.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 181.502 **(977)**
ORIGEM : 181502 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONALDO PEREIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO COELHO AVELAR (58427/DF, 22325/GO) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 181.503 **(978)**
ORIGEM : 181503 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FRANKLIN DOS SANTOS SILVA
IMPTE.(S) : CRISTIANO VIVAS DE OLIVEIRA (13614/ES)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 560.195 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 182.257 **(979)**
ORIGEM : 182257 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CRISTIANO GIL ROBERTO DOS SANTOS
IMPTE.(S) : LEONARDO PONTES DE BRITO (158242/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 564.118 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 182.438 **(980)**
ORIGEM : 182438 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JAQUELINE CRISTINA DOS REIS
IMPTE.(S) : DOUGLAS TEODORO FONTES (222732/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 543.728 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 182.439 **(981)**
ORIGEM : 182439 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : PAULO HENRIQUE DE JESUS GOMES
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.404 **(982)**
ORIGEM : 183404 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EVERTON ALEXANDRE FORCEL
IMPTE.(S) : GUILHERME GIBERTONI ANSELMO (239075/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 560.819 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.526 **(983)**
ORIGEM : 183526 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RICARDO JOSE FIGUEIREDO JUNIOR
IMPTE.(S) : DANIELE ROCHA NOVAES (147003/RJ)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.614 **(984)**
ORIGEM : 183614 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MARIANA DE ALMEIDA BREVIGLIERI
PACTE.(S) : SHEILA SANTOS LIMA
IMPTE.(S) : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 568.939 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.631 **(985)**
ORIGEM : 183631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : NELSON ANTONIO MIGUEL
IMPTE.(S) : GUSTAVO VIRGILIO ROCHA PEREIRA (132347/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.665 **(986)**
ORIGEM : 183665 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ONIVALDO ALVES DE MATOS
IMPTE.(S) : LEOPOLDO LUIS LIMA OLIVEIRA (203522/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.707 **(987)**
ORIGEM : 183707 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : FERNANDO HENRIQUE SALLES DE ALMEIDA
IMPTE.(S) : CONRADO DE SOUZA FRANCO (247620/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.726 **(988)**
ORIGEM : 183726 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : UEIDER PEDRO MENDES
IMPTE.(S) : ADRIANO COSTA SANTIAGO (125816/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 570.150 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.912 **(989)**
ORIGEM : 183912 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : GERALDO FERREIRA CHAVES
IMPTE.(S) : LUIZ GUSTAVO DA LUZ (105523/MG)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.942 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 183.964 **(990)**
ORIGEM : 183964 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : NILSON DA MOTTA RODRIGUES
IMPTE.(S) : RONALDO JOSE DOS SANTOS (141496/RJ) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 570.496 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.223 **(991)**
ORIGEM : 184223 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JOÃO PAULO VIANA ROCHA
IMPTE.(S) : SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS (19207/CE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO RHC Nº 123.786 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.349 **(992)**
ORIGEM : 184349 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ADENIR DE CELLES FERREIRA
IMPTE.(S) : FERNANDO GABRIEL NAMI FILHO (209080/SP)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.522 **(993)**
ORIGEM : 184522 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : EDMUNDO ROCHA GORINI
IMPTE.(S) : MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 569.915 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.798 **(994)**
ORIGEM : 184798 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : RONALDO FERNANDO DE ALMEIDA
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 575.056 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.821 **(995)**
ORIGEM : 184821 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : WELLINGTON LINHARES FURTADO
IMPTE.(S) : KENNEDY SARAIVA DE OLIVEIRA (21622/CE)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 538.839 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.825 **(996)**
ORIGEM : 184825 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : MATEUS ARACI ALMEIDA SOARES
IMPTE.(S) : ANTONIO CARLOS FERREIRA FILHO (55387/GO)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 574.521 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 184.937 **(997)**
ORIGEM : 184937 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JADILSON VIEIRA DOS SANTOS
IMPTE.(S) : KARINA NUNES DE VINCENTI DOMINGUES (234572/SP) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 185.237 **(998)**
ORIGEM : 185237 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ADIEL BATISTA VIEIRA NETO
IMPTE.(S) : MARUZAN ALVES DE MACEDO (41134/MG) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 575.686 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 185.321 **(999)**
ORIGEM : 185321 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : VENICIO BACELLAR COSTA
IMPTE.(S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF) E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTDO.(A/S) : ANDRÉ LUIS BACELLAR DE FRANCA
ADV.(A/S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDÃO E OUTRO(S)
ADV.(A/S) : ALINE CRISTINE ARAUJO ARGOLO (64302/BA)
ADV.(A/S) : ANA LUISA GONCALVES ROCHA (64379/DF)
INTDO.(A/S) : IKARO DA COSTA SANTOS
ADV.(A/S) : ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF)
ADV.(A/S) : ANA LUISA GONCALVES ROCHA (64379/DF)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 185.533 **(1000)**
ORIGEM : 185533 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : JULIO CESAR FRETES GARCIA
IMPTE.(S) : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO (130672/MG)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 185.598 **(1001)**
ORIGEM : 185598 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CARLOS ALAN FELIX MACIEL
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 185.753 **(1002)**
ORIGEM : 185753 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : LUCAS ROCHA PEREIRA
IMPTE.(S) : TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 185.902 **(1003)**
ORIGEM : 185902 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : ANA CLAUDIA SIMÕES SILVA
IMPTE.(S) : LUIZ FABIANO PEREIRA (373573/SP)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 545.866 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

HABEAS CORPUS 186.299 **(1004)**
ORIGEM : 186299 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : CLEUNEDE ARMSTRONG DE SOUSA
IMPTE.(S) : LEONARDO COUTO VILELA (39971/GO)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 580.768 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECLAMAÇÃO 19.010 **(1005)**
ORIGEM : AI - 20140714834 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECLDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : MUNICIPIO DE CELSO RAMOS
ADV.(A/S) : JOÃO GUILHERME BISCARO (28375/SC)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECLAMAÇÃO 31.316 **(1006)**
ORIGEM : 31316 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DE SÃO JORGE D'OESTE
BENEF.(A/S) : MARIA APARECIDA GAIO PAIXAO
ADV.(A/S) : CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY (031143/PR)
ADV.(A/S) : POLLYANE CELI GUSSO (60933/PR)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECLAMAÇÃO 33.116 **(1007)**
ORIGEM : 33116 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
BENEF.(A/S) : HILTON SANTIN ROVEDA
BENEF.(A/S) : ANA CLAUDIA LANCARIN PORTES ROVEDA
ADV.(A/S) : FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (20738/PR, 43381-A/SC) E OUTRO(A/S)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECLAMAÇÃO 36.482 **(1008)**
ORIGEM : 36482 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECLTE.(S) : VIGILANTES DA GESTAO PUBLICA
ADV.(A/S) : RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
RECLDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
BENEF.(A/S) : ZENAIDE SALETE GALLAS WERLE
ADV.(A/S) : GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI (17507/PR, 17940/SC)
ADV.(A/S) : RAUL JOSE PROLO (05360/PR)

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.356 **(1009)**
ORIGEM : 36356 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : FABIO DOMINGUES CASULARI DA MOTTA
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.232 **(1010)**
ORIGEM : HC - 194855 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : CARLOS ANDRE PEREIRA DA SILVA
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 171.620 **(1011)**
ORIGEM : 171620 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : JORGELINA ESCOBAR
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.980 **(1012)**
ORIGEM : 182980 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LEONARDO JOSE DE FREITAS SANTOS
ADV.(A/S) : MARCOS ROBERTO AZEVEDO (269917/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Despacho: Idêntico ao de nº 941

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. ROBERTO BARROSO

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.538 **(1013)**
ORIGEM : 40538 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : DORACIR MACHADO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCIO CAMILO DE OLIVEIRA JUNIOR (217992/SP)
AGDO.(A/S) : SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : COLÉGIO RECURSAL DE ITAPETININGA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

DECISÃO:

1.No mês passado, proferi decisão monocrática pela qual neguei seguimento à presente reclamação. Opostos embargos de declaração, recebi o recurso como agravo interno e determinei que a parte complementasse as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, no prazo previsto no art. 1.024, § 3º, do CPC/2015.

2.Em resposta ao último despacho, no entanto, a parte agravante pleiteou a desistência da presente reclamação.

3.Nos termos do art. 485, § 5º, do CPC/15, a desistência simples do processo, com pretensão de extingui-lo sem resolução do mérito, somente pode ser apresentada até o julgamento do pedido principal, ato já realizado no presente feito. Não obstante, recebo a manifestação como desistência do recurso interposto, tendo em vista a concordância da parte com os fundamentos da decisão recorrida (arts. 501 e 503, parágrafo único, do CPC).

4.À Secretaria, para que certifique o trânsito em julgado e proceda à baixa dos autos ao arquivo. Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.639 **(1014)**

ORIGEM : 40639 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : MAURO LOPES DE ABREU JUNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARCIO CAMILO DE OLIVEIRA JUNIOR (217992/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S) : SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : COLÉGIO RECURSAL DA COMARCA DE ITAPETININGA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Despacho: Idêntico ao de nº 1013

RECURSOS

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.025.694 **(1015)**

ORIGEM : 00535404820068190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : RODRIGO RODRIGUES MOTA
ADV.(A/S) : ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA MIRANDA NOGUEIRA (82449/RJ)
ADV.(A/S) : CARLOS EDUARDO MOTA FERRAZ (175848/RJ)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ERIC ALESSANDRO VALEIKO
ADV.(A/S) : RICARDO CARVALHO BRAGA DOS SANTOS (143420/RJ)
ADV.(A/S) : ANDREA GONCALVES FERRY (099451/RJ)
INTDO.(A/S) : SERGIO LUIZ DE AMORIM
ADV.(A/S) : PIETRO LUIGI PIETROBON DE MORAES VARGAS (145051/RJ)

Despacho: Preliminarmente, conforme determinado no eDOC 78, p. 1, dê-se vista dos autos ao **Ministério Público Federal** para que se manifeste a respeito do presente agravo regimental (eDOC 37, p. 1-12), na condição de *custos legis*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 476.655 **(1016)**

ORIGEM : 199961000196304 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S) : UNIMED SEGURADORA S/A
ADV.(A/S) : GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO (12996/RJ, 99113/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO SILVA LUSTOSA (131081/RJ, 241716/SP)
ADV.(A/S) : PAULA LAS HERAS ANDRADE (159871/RJ)
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS MARQUES SIMÕES (16887/RJ)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Ref. Petição 26.929/2020-STF.

Miguez de Mello Advogados informa a rescisão contratual de prestação de serviços firmados entre as empresas do Grupo Seguros Unimed e a mencionada sociedade de advogados e, ainda, que "outorgou instrumento de substabelecimento, sem reservas, aos novos patronos da causa" (pág. 88 do documento eletrônico 36).

Assim, requer a reserva dos honorários sucumbenciais na proporção de sua atuação na presente causa, até 6/1/2020, bem como

"a manutenção dos integrantes do Escritório Miguez de Mello Advogados na autação do presente processo (GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO, OAB/SP 99.113-A, OAB/RJ 12.996), bem como nas futuras intimações, em razão da pretensão ora deduzida, no que se refere ao recebimento proporcional de eventuais honorários de sucumbência" (pág. 89 do doc. eletrônico 36).

É o relatório necessário.

Decido.

As questões relativas à repartição proporcional dos honorários sucumbenciais, bem como sua execução, deverão ser decididas pelo Juízo de origem, uma vez que fogem ao âmbito do recurso extraordinário.

Ademais, o pedido de manutenção do nome do integrante do escritório Miguez de Mello Advogados na autuação do presente processo deve ser indeferido, uma vez que os procuradores desse escritório substabeleceram, sem reservas, os poderes que lhes foram outorgados pela agravante (pág. 90 do doc. eletrônico 36).

Isso posto, indefiro os pedidos.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.249.269 **(1017)**

ORIGEM : 10000180093437000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : PREFEITO DE UBERABA
ADV.(A/S) : WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA (54245/DF, 60300A/GO, 102533/MG)
AGDO.(A/S) : CAMARA MUNICIPAL DE UBERABA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PREJUÍZO DO AGRAVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. LEI 12.599/2017 DO MUNICÍPIO DE UBERABA – MG. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. NÃO USURPA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO LEI QUE, EMBORA CRIE DESPESA PARA A ADMINISTRAÇÃO, NÃO TRATA DA SUA ESTRUTURA OU DA ATRIBUIÇÃO DE SEUS ÓRGÃOS NEM DO REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS. TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. AÇÕES DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE PERANTE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS SOMENTE ADMITEM RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE TENHA POR PARÂMETRO NORMAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA. TEMA 484 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO.

DECISÃO: Trata-se de agravo interno interposto pelo Prefeito de Uberaba – MG contra decisão monocrática de minha lavra, cuja ementa transcrevo:

"*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 12.599/2017 DO MUNICÍPIO DE UBERABA – MG. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO PELO PREFEITO. PETIÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO PREFEITO. PETIÇÃO SUBSCRITA POR PROCURADOR JURÍDICO. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.*" (Doc. 42)

O agravante sustenta, em síntese, que juntou termo de ratificação dando poderes aos advogados para a propositura do recurso perante esta Corte (Doc. 43).

É assente nesta Corte que a legitimidade recursal no controle concentrado é paralela à legitimidade ativa *ad causam*, de forma que os entes federativos e as respectivas procuradorias não possuem a prerrogativa de recorrer das decisões tomadas pelos Tribunais em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Nesse sentido: ADI 4.420-ED-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 28/5/2018; ADPF 205-AgR-segundo, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 1º/8/2017; ADPF 317-AgR-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 8/6/2016; ADI 1.663-AgR-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 5/8/2013; ADI 3.702-ED, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 26/9/2011; RE 934.913-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, *DJe* de 8/11/2017; RE 868.639-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 10/8/2017.

Nada obstante, ao apreciar o RE 1.068.600-AgR-ED-EDv, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 4/6/2020, o Plenário desta Corte firmou

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

orientação no sentido de que a outorga de procuração com poderes específicos pelo Chefe do Poder Executivo aos procuradores públicos ou advogados contratados pelo ente público, para o fim de ajuizamento da ação de controle concentrado e interposição dos respectivos recursos, torna desnecessária a subscrição das petições pelo legitimado constitucional.

In casu, há nos autos procuração com poderes específicos outorgada pelo Prefeito de Uberaba – MG aos advogados subscritores do recurso extraordinário (Doc. 2).

Destarte, **RECONSIDERO** a decisão ora agravada (Doc. 42), tornando-a sem efeito, e passo ao reexame do recurso extraordinário.

Trata-se de recurso extraordinário manejado, com arrimo nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

"*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL - INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - MATÉRIA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - VÍCIO DE INICIATIVA NÃO VERIFICADO - COMPETÊNCIA CONCORRENTE - ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL - STF - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.*" (Doc. 21).

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (Doc. 27).

Nas razões do apelo extremo, o recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 2º, 21, XII, *b*, 22, IV, e 175 da Constituição Federal. Argumenta que Lei 12.599/2017 do Município de Uberaba – MG, de origem parlamentar, a qual determina que os postes que dão sustentação às redes aéreas de distribuição de energia elétrica sejam preferencialmente colocados nas divisas dos lotes de terrenos e obriga a remoção, sem custos, de postes que estejam causando transtorno ou impedimentos a particulares, teria usurpado a iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo municipal e invadido a competência material e legislativa da União sobre energia elétrica, porquanto cria obrigações tanto para a municipalidade quanto para as concessionárias do serviço público federal (Doc. 31).

A recorrida deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar contrarrazões ao recurso extraordinário (Doc. 35).

O Tribunal *a quo* proferiu juízo positivo de admissibilidade do recurso (Doc. 36).

É o relatório. **DECIDO**.

O recurso extraordinário não merece prosperar.

Ab initio, consigno que as ações de controle normativo abstrato de constitucionalidade perante os Tribunais de Justiça têm por parâmetro as respectivas Constituições estaduais, de forma que o confronto de leis municipais com a Constituição Federal somente é admitido em face de normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros. No julgamento do RE 650.898, Redator p/ o acórdão o Min. Roberto Barroso, *DJe* de 24/8/2017, Tema 484 da Repercussão Geral, o Plenário desta Corte fixou a seguinte tese:

"*Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.*"

Por conseguinte, a ação direta de inconstitucionalidade estadual somente admite recurso extraordinário por ofensa a normas da Constituição Federal de reprodução obrigatória. Nesse sentido:

"*EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO.* ***TRIBUNAL ESTADUAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA PELA CARTA ESTADUAL. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.*** *AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS.*

1. ***É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que, em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade da competência de Tribunal de Justiça, somente se admite o recurso extraordinário quando o parâmetro de controle for norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória pela Carta Estadual.*** *Precedentes.*

2. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

3. A parte Embargante busca rediscutir a matéria, com objetivo de obter excepcionais efeitos infringentes.

4. Embargos de declaração rejeitados. Fixação de multa em 2% do valor atualizado da causa, constatado o manifesto intuito protelatório. Art. 1.026, § 2º, do CPC." (RE 795.359-AgR-ED, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, *DJe* de 25/11/2019, grifei)

"***Agravo regimental no recurso extraordinário. Representação de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 390/04 do Município de Jundiaí em face da Constituição Bandeirante. Ausência de norma de reprodução obrigatória.*** *Necessidade de análise da legislação local. Incidência da Súmula nº 280/STF. Insuscetibilidade de modificação do acórdão recorrido nesse ponto. Fundamento suficiente à manutenção da conclusão adotada pela Corte de origem. Incidência da Súmula nº 283/STF. Precedentes.*

1. ***Para que seja admissível recurso extraordinário de ação direta de inconstitucionalidade processada no âmbito do Tribunal local é imprescindível que o parâmetro de controle normativo local corresponda à norma de repetição obrigatória da Constituição Federal.***

2. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação local. Incidência da Súmula nº 280 do Supremo Tribunal Federal.

3. Existência de fundamento suficiente à manutenção do acórdão recorrido, insuscetível de análise no presente recurso extraordinário. Orientação da Súmula nº 283/STF.

4. Agravo regimental ao qual se nega provimento." (RE 846.088-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 14/8/2017, grifei)

Destarte, *in casu*, não pode ser examinada a alegada contrariedade da lei municipal em relação aos artigos 21, XII, *b*, 22, IV, e 175 da Constituição Federal, vez que não é dado à Constituição estadual dispor sobre competências da União, nem disciplinar contratos de concessão de serviços públicos federais.

Quanto à alegada ofensa ao artigo 2º da Constituição Federal, por suposta usurpação da iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo municipal, melhor sorte não assiste ao recorrente, porquanto o Plenário desta Suprema Corte, no julgamento do ARE 878.911, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 11/10/2016, Tema 917 da Repercussão Geral, fixou a seguinte tese:

"*Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal).*"

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido, vez que a Lei municipal objurgada, ao dispor sobre a localização dos postes que dão sustentação às redes aéreas de distribuição de energia elétrica, não versou estrutura ou atribuições de órgãos do Poder Executivo local, nem tampouco regime jurídico de servidores públicos.

No mesmo sentido, à guisa de exemplo, foi o seguinte julgado:

"*AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF.*

1. O entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é firme no sentido de que 'não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos' (ARE 878.911 RG, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 11/10/2016).

2. Agravo interno a que se nega provimento." (RE 871.658-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 24/8/2018)

Ex positis, *(i)* **RECONSIDERO** a decisão agravada (Doc. 42), *(ii)* julgo **PREJUDICADO** o agravo interno (Doc. 43) e *(iii)* **DESPROVEJO** o recurso extraordinário (Doc. 31).

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **LUIZ FUX**
Relator
Documento assinado digitalmente

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.230.095 **(1018)**

ORIGEM	: 00029963420148260663 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
AGTE.(S)	: FERNANDO CAVALHEIRO MARTINS
ADV.(A/S)	: GENESIO DOS SANTOS FILHO (254527/SP)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho: Preliminarmente, dê-se vista dos autos ao **Ministério Público Federal**, na condição de *custos legis*, para manifestação, inclusive a respeito do pedido deduzido no eDOC 10, p. 1-3.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente.

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.880 **(1019)**

ORIGEM	: 14146464 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
AGTE.(S)	: ANDERSON GASPAR
ADV.(A/S)	: ANDERSON GASPAR (36541/PR)
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Despacho: Preliminarmente, dê-se vista dos autos ao **Ministério Público Federal**, na condição de *custos legis*, para manifestação, sobretudo a respeito do "*exame de concessão de ordem de ofício incidental de habeas corpus*" (eDOC 28, p. 1-46).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 868.411 **(1020)**

ORIGEM : 10024061913349001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS IPSM
ADV.(A/S) : VINICIUS GODINHO SILVEIRA (100484/MG)
ADV.(A/S) : ARILDO RICARDO (26482/MG)
AGDO.(A/S) : JUSTINO CARLOS PERPETUO
ADV.(A/S) : WAGNER ANDRADE VIEIRA DUTRA (102636/MG)
ADV.(A/S) : ADRIANA NICOMEDES LOPES GONCALVES (102966/MG)

DECISÃO:

Trata-se de agravo de instrumento cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"PROCESSO CIVIL/PREVIDENCIÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – CONTRIBUIÇÃO INCIDENTE SOBRE PROVENTOS DE MILITARES – ILEGITIMIDADE ANTE AS REGRAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES ATÉ AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EC 41/03."

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral alusiva à matéria no RE 596.701 (Tema 160), em acórdão assim ementado:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR INATIVO. REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RELEVÂNCIA JURÍDICA E ECONÔMICA DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL." (RE 596.701-RG, Rel. Min. Ricardo Lewandowski)

Diante do exposto, com base no art. 328, parágrafo único, do RI/STF, determino o retorno dos autos à origem, a fim de que seja aplicada a sistemática de repercussão geral.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 260.576 **(1021)**

ORIGEM : PROC - 9604638416 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S) : FAHDO THOME
ADV.(A/S) : DALTON LUIZ DALLAZEM (20604/PR)
EMBDO.(A/S) : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

DESPACHO:

Requeiro a redistribuição do feito, nos termos do art. 145, § 1º, do CPC/2015 e do art. 277, caput, do RI/STF. Encaminhem-se os autos à Secretaria Judiciária, em conformidade com o art. 67, § 3º, do RI/STF. Publique-se.

Brasília, 08 de junho de 2.020.

Ministro **Luís Roberto Barroso**
Relator

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.211.782 **(1022)**

ORIGEM : 00890752220164025101 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : CIDÉLIA CORRÊA GEDIÃO SANTOS
ADV.(A/S) : ROGÉRIO VINHAES ASSUMPÇÃO (59400/RJ)
EMBDO.(A/S) : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ
ADV.(A/S) : LUIS EDUARDO DE ATHAYDE VIEIRA (103763/RJ)

Decisão: Cuida-se de embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática em que neguei provimento ao recurso, nos seguintes termos (eDOC 21):

"Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu do recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (eDOC 6, p. 43-44):

'ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. REGIME JURÍDICO. ART. 39 DA CF/88 - REDAÇÃO DA EC 19/98. ADI 2.135 -MC. EFEITOS EX NUNC. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA COMUM EM ESTATUTÁRIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A autora, ora apelante, ajuizou a presente ação de conhecimento em face do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA EAGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ com o objetivo de que seja reconhecida sua relação funcional com a mencionada Autarquia, nos termos da Lei n° 8.112/90, de modo que a sua aposentadoria paga pelo INSS seja convertida em aposentadoria estatutária com o pagamento de proventos integrais do cargo.

2. A doutrina e a jurisprudência, atualmente, firmaram consenso de que os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza jurídica de Autarquias, tendo, inclusive, o STF declarado a inconstitucionalidade do artigo 58 e o §2°, da Lei n° 9.649/98 (ADIN n° 1.717- 6/DF Relator: Ministro Sydney Sanches. Órgão julgador: Tribunal Pleno. DJ 28/03/2003).

3. A Constituição Federal, no artigo 39, instituiu o Regime Jurídico único, sendo certo que a referida norma constitucional foi regulamentada pela Lei n° 8.112/90, cujo artigo 243 determinou a incidência de suas disposições para os servidores das Autarquias, inclusive as de regime especial, transformando em cargos públicos os empregos ocupados pelos servidores.

4. A Emenda Constitucional n° 19/98, que alterou o artigo 39 da CF/88, extinguiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único, o que levou à contratação de empregados pelos Conselhos Profissionais pelo regime trabalhista, por força do disposto no §3° do artigo 58 da Lei n° 9.649/98.

5. O STF, no julgamento da ADIN n° I.717-6/DF reafirmou a natureza jurídica de direito público dos Conselhos de Fiscalização Profissional, declarando a inconstitucionalidade do caput e parágrafos do artigo 58, salvo quanto ao §3° - instituidor do regime celetista -, cujo exame ficou prejudicado pela vigência, naquele momento (novembro/2002), da EC n° 19/98, que se presumia constitucional.

6. Em agosto de 2007, entretanto, sobreveio nova decisão do STF, que, nos autos da ADIN n° 2.135 MC/DF, concedeu liminarpara suspender, com efeitos ex nunc, a redação do artigo 39, caput, da CF/88, dada pela EC n ° 19/98.

7. O STJ tem o entendimento de que o regime jurídico dos funcionários dos conselhos de fiscalização será determinado a partir da análise da data de ruptura do vínculo empregatício, sendo necessário perquirir se ocorreu antes ou após a concessão da liminar nos autos da ADIN n° 2.135/DF (STJ - REsp n° 1145265/RI, Relatora: Ministra MARIA THEREZA DEASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 21/03/2012).

8. In casa, a autora foi admitida no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA/RJ em 1°11.1971, quando vigorava o sistema de contratação pelo regime celetista. A sua aposentadoria se deu em 25.11.1999, data em que, de igual modo, vigorava o regime celetista, não tendo, portanto, direito à conversão de sua aposentadoria comum em estatutária.

9. Apelação desprovida.'

Contra esse acórdão foram opostos embargos de declaração, rejeitados (eDOC 7, p. 29 e seguintes).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, a, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao artigo e 39 da Constituição Federal.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, o direito da agravante de se aposentar pelas regras do regime estatutário, uma vez que "foi admitida em 1971, contando com mais de 17 anos de serviço público ininterruptos quando da promulgação da Carta Magna de 1988, que previu, no artigo 39, em sua redação original, a implantação de um Regime Jurídico único para os servidores das autarquias, inclusive as em regime especial", como os conselhos de fiscalização profissional (eDOC 10, p. 11).

Aduz-se, em seguida, que o contrato de trabalho "já havia sido transformado em cargo, expressamente, pelo §1°, do art. 243, da Lei n° 8112/90" (eDOC 10, p. 15).

A Vice-Presidência do TRF da 2ª Região inadmitiu o recurso extraordinário em face do óbice da Súmula 279 do STF e do entendimento de que eventual ofensa ao texto constitucional seria reflexa (eDOC 11, p. 30-32).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se que o Tribunal de origem, quando do julgamento do recurso, assim asseverou (eDOC 6, p. 31-40):

'Contudo, não é pelo fato de o CREA possuir natureza de entidade de direito público que o vínculo empregatício com o conselho profissional estaria submetido, por si só, ao Regime Jurídico Único da Lei n° 8.112/90 e não à CLT - Consolidação das Leis Para tanto, também se faz necessário tecer considerações acerca das alterações legislativas, bem como da jurisprudência, acerca do tema.

(...)

Da leitura do voto condutor do acórdão recorrido, depreende-se que eventual divergência ao entendimento adotado pelo juízo a quo demandaria o reexame de fatos e provas e o da legislação infraconstitucional pertinente, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

'CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL.

ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA OU INDIRETA. CITAÇÃO DE PRECEDENTE DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO PELO RELATOR DE MATÉRIA IDÊNTICA. ART. 557 DO CPC. 1. Reiteração das razões apresentadas no recurso extraordinário, no que pertine à necessidade de apreciação de legislação infraconstitucional, mantém inviabilizado o seguimento do recurso extraordinário. 2. Decisão agravada que se fundamenta em matéria julgada pelo Plenário desta Corte, possibilita ao relator julgá-la monocraticamente, nos termos do art. 557 do CPC e da jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.' (RE 567451 AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 01.03.2011).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, a, do CPC e 21, § 1º, do RISTF.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro em ¼ (um quarto) os honorários advocatícios fixados anteriormente, devendo ser observados os limites dos §§ 2º, 3º do mesmo dispositivo".

Sustenta-se, em suma, a ocorrência de omissão na decisão embargada, visto que, embora tenha se afirmado que o exame do recurso demandaria a apreciação de fatos, provas e matéria infraconstitucional, olvidou-se que toda a matéria fática já foi esgotada pelo Regional de origem.

Reitera-se, em seguida, a inconstitucionalidade da decisão recorrida, que violou expressamente a redação original do artigo 39 da CRFB/88 e as decisões proferidas pelo Plenário desta Corte.

O Embargado, devidamente intimado, não apresentou manifestação (eDOC 25).

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.024, §2º, do CPC/15, '*Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente*.'

Sem razão a parte Embargante.

Registre-se, inicialmente, que, conforme o artigo 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão da decisão impugnada, bem como para corrigir eventual erro material. Na hipótese, não se constata qualquer dos referidos vícios na decisão impugnada.

In casu, consignei que para se chegar a entendimento diverso daquele adotado pelo juízo a quo necessário seria o reexame de fatos e provas e da legislação infraconstitucional pertinente, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. Transcrevo, por oportuno o que assentou o Tribunal de origem (eDOC 6, p. 31-40):

"(...)

Da narrativa acima exposta, conclui-se que:

1. Entre o Decreto -Lei n° 968, de 13.10.1969, até 11.12.1990, os Conselhos de Fiscalização Profissional contratavam seu pessoal pelo regime celetista;

2. Entre 12.12.1990, data da publicação da Lei n° 8.112, até 03.04.1998, vigorou o Regime Jurídico Único para contratações pela Administração Pública Direta, pelas Autarquias e pelas Fundações Públicas;

3. Entre 04.06.1998, data da publicação da EC n° 19/98, que deu nova redação ao artigo 39, caput, da CF/88 e extinguiu a exigência do Regime Jurídico Único, até 06.03.2008, vigorou o regime celetista para contratação de pessoal dos Conselhos de Fiscalização Profissional;

4. Após 07.03.2008, data da publicação do acórdão da medida cautelar na ADIN nº 2.135/DF, voltou a vigorar o Regime Jurídico Único.

A esse respeito, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que o regime jurídico dos funcionários dos conselhos de fiscalização será determinado a partir da análise da data da ruptura do vínculo empregatício, sendo necessário perquirir se ocorreu antes ou após a concessão de medida liminar nos autos da ADIN nº 2.135/DF.

(…)

Assim, no que tange à possibilidade de concessão de aposentadoria estatutária à autora, necessário perquirir em que momento a mesma foi admitida no CREA/RJ e a data da ruptura do seu vínculo empregatício, ou seja, em que momento se deu a sua aposentadoria.

III – Da análise do caso concreto.

In casu, a autora foi admitida no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – CREA/RJ em 1º. 11.1971, quando vigorava o sistema de contratação pelo regime celetista. A sua aposentadoria se deu em 25.11.1999, data em que, de igual modo, vigorava o regime celetista, não tendo, portanto, direito à conversão de sua aposentadoria comum em estatutária".

Verifica-se que o acórdão recorrido concluiu pela inexistência do direito à conversão da aposentadoria comum em estatutária a partir da apreciação da legislação infraconstitucional que rege o vínculo empregatício, bem como dos fatos e provas da causa. Diante desse quadro, nenhuma omissão se observa na decisão que entendeu pela inviabilidade do recurso extraordinário em face do óbice da Súmula 279 do STF, bem como da ofensa indireta ao texto constitucional.

Assim, observa-se, na verdade, nítido caráter infringente nas alegações do presente recurso, porquanto se busca a revisão da decisão embargada para que, com fundamento em quadro fático diverso, se possa atribuir efeito modificativo na espécie.

Ressalto que o Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante. Nesse sentido: RE 959.274-AgR-ED, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 21.05.2018; ARE 1.082.082-AgR-ED, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 24.05.2018 e RE 677.773-AgR-segundo-ED, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 27.08.2018.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração**, nos termos dos arts. 1.024, § 2º, do CPC e 21, §1º, do RISTF. Ademais, aplico multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, com base no art. 1.026, § 2º, do CPC. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro em ¼ (um quarto) os honorários advocatícios fixados anteriormente, devendo ser observados os limites dos §§ 2º, 3º do mesmo dispositivo.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.797 **(1023)**

ORIGEM	: 00017014420148240007 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: ROSIMAR DOS SANTOS SCHMIDT DE SOUZA
ADV.(A/S)	: ANDRE KINCHESCKI (19725/SC)
ADV.(A/S)	: FRANCIELE KARINE HUINKA (45692/SC)
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	: JOSANIAS JOAO DE SOUZA

Decisão: Cuida-se de embargos de declaração opostos em face de decisão em que não conheci dos agravos, nestes termos (eDOC 246):

Trata-se de dois agravos cujos objetos são as decisões que inadmitiram recursos extraordinários interpostos em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementada (eDOC 195, pp. 6-10):

APELAÇÕES CRIMINAIS - DELITOS DE FURTO TRIPLAMENTE QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA, MEDIANTE FRAUDE E EM CONCURSO DE AGENTES (CP, ART. 155, § 4° II E IV) PELA RÉ R. DOS S. S. DE S., FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO MEDIANTE FRAUDE E EM CONCURSO DE AGENTES (CP, ART. 155, § 4° II E IV) PELO ACUSADO J. J. DE S., AMBOS POR 124 VEZES, E FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA E MEDIANTE FRAUDE (CP, ART. 155, § 4° II) PELA DENUNCIADA R., POR 1.776 VEZES - SENTENÇA CONDENATÓRIA.

INSURGÊNCIAS DEFENSIVAS.

PREJUDICIAL DE MÉRITO - RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO NA SUA FORMA RETROATIVA - PENA EM CONCRETO - FATOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 12.234/10 - LAPSO PRESCRICIONAL DE 8 ANOS TRANSCORRIDO ENTRE OS FATOS OCORRIDOS DE JANEIRO A MAIO DE 2007 E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

Se entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia transcorrer lapso superior a 8 anos, conforme a redação anterior à Lei n. 12.234/10, há falar em prescrição punitiva na modalidade retroativa.

PRELIMINARES.

INÉPCIA DA DENÚNCIA - NÃO OCORRÊNCIA - CONDUTA SUFICIENTEMENTE DESCRITA - EXORDIAL ELABORADA DENTRO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS.

"Não há como reconhecer a inépcia da denúncia se a descrição da pretensa conduta delituosa foi feita de forma suficiente ao exercício do direito de defesa, com a narrativa de todas as circunstâncias relevantes, permitindo a leitura da peça acusatória a compreensão da acusação, com base no artigo 41 do Código de Processo Penar (STJ, Min. Maria Thereza de Assis Moura).

CERCEAMENTO DE DEFESA - INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS - CONVENIÊNCIA E NECESSIDADE DA PRODUÇÃO DA PROVA - LIVRE APRECIAÇÃO DO JUIZ - ADEMAIS, REIVINDICAÇÕES IRRELEVANTES PARA O DESLINDE DOS FATOS E PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - AFASTAMENTO.

"O Magistrado condutor da ação penal pode indeferir, desde que em decisão devidamente fundamentada, as diligências que entender protelatórias ou desnecessárias, dentro de um juízo de conveniência, que é próprio do seu regular poder discricionário" (STJ, Min. Laurita Vaz).

MÉRITO.

PLEITO ABSOLUTÓRIO - ALEGADA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - INVIABILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL DANDO CONTA DE QUE R., NA CONDIÇÃO DE FUNCIONÁRIA DA EMPRESA VÍTIMA E, APROVEITANDO-SE DO VÍNCULO DE CONFIANÇA QUE POSSUÍA COM SEUS EMPREGADORES, MEDIANTE FRAUDE, FALSIFICA EXTRATOS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

BANCÁRIOS, DESVIANDO MAIS DE TRÊS MILHÕES DE REAIS DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS DA ACUSADA E DO CORRÉU J., SEU ESPOSO, BEM COMO UTILIZADOS PARA PAGAR DUPLICATAS E TÍTULOS REFERENTES A EMPRESAS PERTENCENTES À PRÓPRIA APELANTE, COMO TAMBÉM A TERCEIROS - CONDENAÇÃO MANTIDA.

Não há falar em insuficiência de provas quando existente nos autos vasto conjunto de provas seguras, documental e testemunhal, a amparar a condenação.

PEDIDO DE AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS.

ABUSO DE CONFIANÇA - I. ACUSADA QUE SE VALE DA CONFIANÇA NELA DEPOSITADA PELA VÍTIMA, QUE LHE CONFIA A SENHA DO SISTEMA HOME BANKING DA EMPRESA, PARA SUBTRAIR VALORES DA CONTA DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL - IMPROCEDÊNCIA - II. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO QUANTO AO RÉU J. - QUALIFICADORA RECONHECIDA SOMENTE EM RELAÇÃO À DENUNCIADA R.

I. Para que incida a qualificadora, é preciso demonstrar a "traição, por parte do agente, da confiança que, resultante de certas relações intercedentes entre ele e o proprietário, faz com que a coisa (objeto do furto) tenha sido deixada ou ficasse exposta ao seu fácil alcance" (Nelson Hungria).

II. Inexiste interesse recursal quando ausentes a utilidade e necessidade da pretensão deduzida.

CONCURSO DE PESSOAS - COMUNHÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS DENUNCIADOS - QUALIFICADORA EVIDENCIADA - J. QUE RECEBE DEPÓSITOS/TRANSFERÊNCIAS EM SUAS CONTAS EXCLUSIVAS, ALÉM DE BENEFICIAR-SE COM PAGAMENTOS DE DUPLICATAS E OUTROS TÍTULOS, PELA EMPRESA VÍTIMA, EM FAVOR DE SUA IGREJA.

Configura-se o concurso de agentes quando o furto é praticado por dois ou mais sujeitos, em comunhão de vontades e unidade de desígnios, até mesmo quando nem todos praticam a subtração em si, mas sim outros atos executórios.

DOSIMETRIA.

PENA -BASE.

CIRCUNSTÂNCIAS - I. MAIS DE UMA QUALIFICADORA - MIGRAÇÃO DAS DEMAIS PARA A PRIMEIRA ETAPA- POSSIBILIDADE - II. SUBTRAÇÃO DE VULTOSO VALOR NO PERÍODO DE CINCO ANOS - DANO ANORMAL E EXORBITANTE, QUE FOGE DAQUELES INSITOS À ESPÉCIE.

I. "Em caso de existência de duas circunstâncias qualificadoras, uma delas por ser utilizada para qualificar o delito e a outra para exasperar a pena -base" (STJ, Min. Antonio Saldanha Palheiro).

II. No caso, o valor exorbitante subtraído, em um período de cinco anos, é suficiente para a elevação da pena -base acima do mínimo legal, pois o dano se revela anormal e exorbitante, desbordando dos ínsitos à espécie.

CONSEQUÊNCIAS - EMPRESA QUE, APÓS OS FURTOS, QUASE DECRETA FALÊNCIA - FUNDAMENTO NÃO INERENTE AO TIPO.

"É certo que o simples fato de não haver sido restituída a res furtiva à vítima não tem o condão de justificar, por si só, o aumento da pena, por constituir, em regra, fator comum à espécie, enquanto delito patrimonial. Todavia, quando a lesão se mostrar expressiva, como na espécie, desborda do prejuízo inerente ao delito praticado, configurando motivação plenamente válida, apta a justificar, portanto, o aumento da pena -base" (STJ, Min. Nefi Cordeiro).

SEGUNDA FASE - PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA "ATENUANTE DA PRIMARIEDADE" - NÃO ACOLHIMENTO - CIRCUNSTÂNCIA NÃO PREVISTA NO ROL DO ART. 65 DO CP.

A primariedade não constitui circunstância atenuante de pena, pois não prevista no rol do art. 65 do CP.

PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO OU DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA - IMPOSSIBILIDADE - REPRIMENDA SUPERIOR A 4 ANOS - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS (CP, ARTS. 44, I, E 77, CAPUT).

Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou a concessão do sursis, porquanto os réus não preenchem os requisitos previstos nos arts. 44, I, e 77, caput, ambos do CP, respectivamente.

DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - SENTENÇA QUE NÃO DETERMINA A PRISÃO DOS RÉUS, OS QUAIS PERMANECERAM SOLTOS DURANTE TODO O FEITO.

Não se conhece do recurso quando ausente o interesse processual da parte. Pretensão já deferida na decisão atacada. Binômio "necessidade/utilidade" do recurso inexistente.

DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS - INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE FALS I F I CAÇÃO.

Inexistindo indícios mínimos de que os documentos juntados pelo assistente de acusação tenham sido forjados, não há razão para desentranhá-los dos autos.

INSURGÊNCIA COM RELAÇÃO À REPARAÇÃO DE DANOS (CPP, ART. 387, IV) - PEDIDO DE AFASTAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DE ELEMENTOS PARA O ARBITRAMENTO NA SEARA PENAL.

O arbitramento de verba indenizatória à vítima é legalmente imposto e depende apenas da formulação de pedido no limiar da ação, pois, desse modo, já se garante o regular exercício do contraditório e da ampla defesa.

RECURSOS PARCIALMENTE CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Os embargos de declaração de Josanias João de Souza foram parcialmente providos para corrigir erro material (eDOC 201, pp. 31-32), enquanto os aclaratórios de Rosimar dos Santos Schmidt de Souza foram desprovidos (eDOC 205, p. 14).

Nos recursos extraordinários (eDOC 215, pp. 12-28 e eDOC 216, p. 39 - eDOC 217, p. 11), interpostos com base no art. 102, III, “a”, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 5º, *caput*, XLVI, LIV, LV e LVII, e 93, IX, todos da Constituição Federal, bem como à Súmula 413 do STF. Sustenta-se, em suma, que: a) não foi publicada a inclusão dos embargos de declaração na pauta de julgamento; b) o acórdão recorrido não analisou as teses defensivas; c) o indeferimento da produção de provas defensivas resultou em cerceamento de defesa; d) houve excessos na fixação da pena-base e na aplicação das qualificadoras.

Negou-se seguimento aos apelos extremos na origem com aplicação dos temas 339 e 660 da Repercussão Geral; no mais, inadmitiram-se os recursos por inadequação da via eleita, por tratarem de ofensa reflexa ao Texto Constitucional, e por incidirem no óbice da Súmula 279 do STF (eDOC 216, pp. 5-10 e eDOC 217, p. 30 – eDOC 218, p. 2).

É o relatório. Decido.

1. Consoante a orientação firmada por esta Corte, não é cabível recurso ao Supremo Tribunal Federal da decisão do Tribunal de origem que aplica entendimento da Suprema Corte em questão de repercussão geral. Nesse sentido:

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Telefonia. Cobrança de pulsos além da franquia. Matéria infraconstitucional. 3. Jurisprudência pacificada na Corte. Repercussão Geral. Aplicabilidade. 4. Questão de Ordem acolhida para reconhecer a inexistência de repercussão geral da matéria, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, não conhecer o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 2º, do Código de Processo Civil.” (AI 777749 QO-RG, Relator Ministro Gilmar Mendes, Pleno, DJe 26.04.2011).

“Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental. 1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral. 2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação. 3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida. 4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem.” (AI 760.358 QO, Relator Gilmar Mendes, Pleno, DJe 19.02.2010).

Dessa forma, considerando que o Tribunal de origem negou seguimento aos recursos quanto aos Temas 339 e 660 da Repercussão Geral, não conheço dos agravos relativamente ao ponto.

2. Quanto às demais matérias aventadas, anoto que a admissibilidade dos recursos é aferida tanto na origem quanto no destino. O agravo destinado ao Tribunal *ad quem* permite garantir o juízo de dupla admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Registre-se, contudo, que o agravo, enquanto recurso, também está sujeito à decisão de admissibilidade.

Feitas essas observações, verifico que, *in casu*, os agravos sequer têm preenchido os pressupostos processuais.

De plano, verifica-se que a negativa de seguimento dos apelos extremos fundou-se na inadequação da via eleita, em razão de os recursos tratarem apenas da ocorrência de ofensa reflexa à Constituição, e na Súmula 279 desta Corte. Ressalto, no entanto, que os agravantes não se manifestaram acerca do primeiro de tais fundamentos.

Os agravos, portanto, não atacam todos os fundamentos das decisões que inadmitiram os recursos extraordinários. Sendo assim, torna-se inviável seu conhecimento, nos termos da Súmula 287 do STF.

3. Ante o exposto, **não conheço dos agravos,** nos termos do art. 21, § 1º, RISTF.

Nas razões recursais (eDOC 250), sustenta-se a existência de omissão na decisão impugnada, porquanto não houve pronunciamento a respeito da alegada nulidade do acórdão recorrido, decorrente de ausência de publicação da pauta de julgamento em prazo mínimo de 48 horas, o que teria prejudicado a ora recorrente, visto que seu patrono deixou de comparecer à sessão de julgamento.

É o relatório. Decido.

Sem razão o embargante.

Registro, inicialmente, que os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

quando houver no acórdão omissão, dúvida, contradição ou obscuridade, conforme dispõem os arts. 337 do RISTF e 619 do CPP, o que não ocorre no presente caso.

Com efeito, a decisão embargada expôs, ainda que sucintamente, as razões pelas quais se impunha a negativa de seguimento ao recurso extraordinário com agravo.

Ressalto, a esse respeito, que o fato de a decisão monocrática ora objurgada não examinar a questão guindada pela parte em razão de não ter sido preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo em recurso extraordinário não a torna omissa. Confira-se, a esse respeito, o seguinte julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU AMBIGUIDADE. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. MANIFESTO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. ABUSO DO DIREITO DE RECORRER. 1. Não se ressente dos vícios da omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, o decisum no qual se assenta a inviabilidade de exame da matéria, à míngua do preenchimento dos pressupostos recursais de admissibilidade. 2. Inocorrente hipótese autorizadora da oposição dos embargos de declaração, evidenciados, ainda, o intuito protelatório e o abuso do direito de recorrer. Precedentes. 3. Embargos de declaração rejeitados, com determinação de imediata certificação do trânsito em julgado e de devolução dos autos à origem.

(ARE 837803 AgR-EDv-AgR-ED, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 06/02/2017)

Não há, portanto, qualquer vício na decisão embargada, razão pela qual são incabíveis os presentes embargos. Nesse sentido: AI 738.257 ED, Relator Teori Zavascki, DJe 24.02.2016; ARE 960.529 ED, Relator Gilmar Mendes, DJe 08.08.2016; ARE 956.569 ED, Relator Luiz Fux, DJe 03.06.2016; RE 916.492 ED, Relatora Rosa Weber, DJe 07.11.2017; RE 1.023.889 ED, Relator Celso de Mello, DJe 05.06.2017.

Ante o exposto, inexistentes os pressupostos de embargabilidade previstos nos arts. 337 do RISTF e 619 do CPP, rejeito os embargos de declaração com fulcro nos arts. 620, § 2º, do CPP e 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.610 **(1024)**

ORIGEM	: 00000110420168260120 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	: FERNANDO ELIAS ASSUNCAO DE CARVALHO
ADV.(A/S)	: FERNANDO ELIAS ASSUNCAO DE CARVALHO (102578/SP)
EMBDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Cuida-se de embargos de declaração opostos em face de decisão em que não conheci do agravo nestes termos (eDOC 16):

Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (eDOC 9, p. 26):

APELAÇÃO CRIMINAL. Estelionato. Sentença condenatória. Apela a defesa, pretendendo, em preliminar, o reconhecimento de nulidade em razão: (i) da inépcia da denúncia, por ter o Ministério Público servido de instrumento de cobrança de dívidas de empresários do ramo hoteleiro; da imoderada busca e apreensão realizada em sua residência; de não constituir o fato narrado crime; de não ter sido indicado como vítima o proprietário do hotel; (ii) da incompetência do juízo "a quo"; (iii) da ofensa ao princípio da verdade real, ante o indeferimento de diligências da defesa. No mérito, pugna pela a absolvição e, subsidiariamente, pleiteia a fixação da penabase no mínimo legal, afastando seus maus antecedentes, e a imposição do regime inicial aberto, com a consequente substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por fim, que não sejam expedidos ofícios à Ordem dos Advogados do Brasil. Preliminares rejeitadas. Denúncia apta. Preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. Juízo a quo competente. Inocorrência de ofensa ao princípio da verdade real. Diligência requerida pela defesa foi deferida. No mérito, incabível a absolvição. Delito configurado. "Emendatio libelli" operada para a adequada tipificação do delito. Subsunção da conduta ao tipo penal previsto no art. 171, caput, do CP. Dosimetria comporta reparo. Afastamento dos maus antecedentes datados de 1996 e 1999, sob pena de tornar perpétua a valoração negativa dos antecedentes. Retorno da base ao mínimo legal. Fixação de regime inicial aberto. Possibilidade. Substituição da pena corporal por restritiva de direitos. Dá-se parcial provimento ao recurso defensivo, nos termos do v. acórdão.

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, "a", do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 5º, LIV, LV e LXIII; e 93, IX, da Constituição Federal. Busca-se, em suma, a absolvição do recorrente (eDOC 10, pp. 19-51).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso com base nos Temas 339 e 660 da repercussão geral, e inadmitiu-o por conter alegações de ofensa reflexa ao texto constitucional, bem como nas Súmulas 279, 282 e 284 do STF (eDOC 13, pp. 5-7).

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não merece prosperar.

Consoante a orientação firmada por esta Corte, não é cabível recurso ao Supremo Tribunal Federal da decisão do Tribunal de origem que aplica entendimento da Suprema Corte em questão de repercussão geral. Nesse sentido:

"Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Telefonia. Cobrança de pulsos além da franquia. Matéria infraconstitucional. 3. Jurisprudência pacificada na Corte. Repercussão Geral. Aplicabilidade. 4. Questão de Ordem acolhida para reconhecer a inexistência de repercussão geral da matéria, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, não conhecer o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 2º, do Código de Processo Civil." (AI 777749 QO-RG, Relator Ministro Gilmar Mendes, Pleno, DJe 26.04.2011).

"Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental. 1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral. 2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação. 3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida. 4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem." (AI 760.358 QO, Relator Gilmar Mendes, Pleno, DJe 19.02.2010).

Dessa forma, considerando que o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso com base nos Temas 339 e 660 da repercussão geral, não conheço do agravo relativamente ao ponto.

Ademais, consabido, a admissibilidade dos recursos é aferida tanto na origem quanto no destino. O agravo destinado ao Tribunal *ad quem* permite garantir o juízo de dupla admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Registre-se, contudo, que o agravo, enquanto recurso, também está sujeito à decisão de admissibilidade.

Feitas essas observações, verifico que, *in casu*, o agravo sequer tem preenchidos os pressupostos processuais.

Verifica-se que a negativa de seguimento do apelo extremo também fundou-se na constatação do óbice da Súmula 279 do STF. Entretanto, o agravante deixou de impugnar esse fundamento.

O agravo, portanto, não ataca todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário. Sendo assim, torna-se inviável o seu conhecimento, nos termos da Súmula 287 do STF.

Ante o exposto, não conheço do agravo, nos termos do art. 21, § 1º, RISTF.

Nas razões recursais (eDOC 20), alega-se, em síntese, que a decisão embargada padece de omissão, quanto à aplicação de normas federais e constitucionais, referentes à prescrição, dosimetria e à natureza da ação penal para persecução do crime de estelionato.

É o relatório. Decido.

Sem razão o embargante.

Registro, inicialmente, que os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, dúvida, contradição ou obscuridade, conforme dispõem os arts. 337 do RISTF e 619 do CPP, o que não ocorre no presente caso.

Com efeito, a decisão embargada expôs, ainda que sucintamente, as razões pelas quais se impunha a negativa de seguimento ao recurso extraordinário com agravo.

Ressalto, a esse respeito, que o fato de a decisão monocrática ora objurgada não examinar a questão guindada pela parte em razão de não terem sido preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo em recurso extraordinário não a torna omissa. Confira-se, a esse respeito, o seguinte julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU AMBIGUIDADE. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO. MANIFESTO CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. ABUSO DO DIREITO DE RECORRER. 1. Não se ressente dos vícios da omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, o decisum no qual se assenta a inviabilidade de exame da matéria, à míngua do preenchimento dos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

pressupostos recursais de admissibilidade. 2. Inocorrente hipótese autorizadora da oposição dos embargos de declaração, evidenciados, ainda, o intuito protelatório e o abuso do direito de recorrer. Precedentes. 3. Embargos de declaração rejeitados, com determinação de imediata certificação do trânsito em julgado e de devolução dos autos à origem.

(ARE 837803 AgR-EDv-AgR-ED, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 06/02/2017)

Não há, portanto, qualquer vício na decisão embargada, razão pela qual são incabíveis os presentes embargos. Nesse sentido: AI 738.257 ED, Relator Teori Zavascki, DJe 24.02.2016; ARE 960.529 ED, Relator Gilmar Mendes, DJe 08.08.2016; ARE 956.569 ED, Relator Luiz Fux, DJe 03.06.2016; RE 916.492 ED, Relatora Rosa Weber, DJe 07.11.2017; RE 1.023.889 ED, Relator Celso de Mello, DJe 05.06.2017.

Ante o exposto, inexistentes os pressupostos de embargabilidade previstos nos arts. 337 do RISTF e 619 do CPP, rejeito os embargos de declaração com fulcro nos arts. 620, § 2º, do CPP e 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.148.845 **(1025)**

ORIGEM : 01031284220154025101 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : MIRELLA PACE GIUSTI
ADV.(A/S) : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA (148792/RJ)
EMBDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Despacho: Abra-se vista à parte Embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos de divergência, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 866.391 **(1026)**

ORIGEM : AC - 00138549720144049999 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S) : EVILASIDO SANTOS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (34904/PR) E OUTRO(A/S)

DESPACHO: A parte ora recorrente, **ao deduzir** o presente recurso extraordinário, **sustentou** que o acórdão **proferido** pelo Tribunal "*a quo*" **teria transgredido** preceitos inscritos na Constituição.

Cabe observar, *desde logo*, que **o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, **após reconhecer** a existência de repercussão geral da questão constitucional **igualmente** versada **na presente** causa, **julgou o RE 870.947/SE**, Rel. Min. LUIZ FUX, **Tema nº 810/RG**, nele **fixando tese** assim consubstanciada:

"*1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, 'caput'); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.*"

Cabe salientar, *por oportuno*, que os eminentes Ministros desta Suprema Corte **têm determinado a incidência** *da sistemática da repercussão geral*, **inclusive quando houver** julgamento sobre o *mérito da matéria* cuja transcendência foi reconhecida (**ARE 855.723-AgR-segundo-ED/RJ**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **RE 606.915/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **RE 607.501/SE**, Rel. Min. LUIZ FUX – **RE 907.942/RS**, Rel. Min. EDSON FACHIN – **RE 1.029.168/PR**, Rel. Min. GILMAR MENDES, *v.g.*).

Isso significa que se impõe, *quanto ao* **Tema nº 810/RG**, **nos termos** do art. 328 do RISTF, **na redação** dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, **a devolução** dos presentes autos ao Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília, 08 de junho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 970.343 **(1027)**

ORIGEM : 32519 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : PRAIAMAR INDUSTRIA COMERCIO & DISTRIBUICAO LTDA
ADV.(A/S) : FLÁVIO PIGATTO MONTEIRO (37880/PR)
ADV.(A/S) : ROGÉRIO SCHUSTER JÚNIOR (PR040191/)
RECDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Trata-se de recurso extraordinário interposto por Praiamar Indústria, Comércio e Distribuição Ltda., com fundamento no art. 102, III, **a** e **c**, da Constituição da República, contra decisão proferida pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 32.519/PR.

A recorrente argumenta, em apertada síntese, que o poder de liberação da dívida tributária - de que fala o art. 78, § 2º, do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) - não exclui expressamente precatórios que têm natureza alimentar, sendo possível, por consequência, cogitar de direito à compensação.

Em 3/10/2008, este Supremo Tribunal reconheceu a repercussão geral dessa questão constitucional no julgamento do Recurso Extraordinário 566.349/MG, da relatoria da Ministra Cármen Lúcia.

Ademais, verifico que foi julgado prejudicado o mencionado recurso por perda superveniente do objeto. E, na data de 28/6/2016, a então Relatora determinou a substituição do RE 566.349/MG pelo presente recurso, a fim de constar o Recurso Extraordinário 970.343/PR como paradigma do Tema 111 da Repercussão Geral (e-doc 16).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou manifestação, opinando pelo sobrestamento do feito. Confira-se a ementa:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TEMA 111. REPERCUSSÃO GERAL. COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM PRECATÓRIOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA. ART. 78–§2.º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS FEDERAL. GRAU DE EFICÁCIA DA NORMA E APLICAÇÃO POR ISONOMIA. ADI 2.356 e ADI 2.362. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. PREJUDICIALIDADE. SOBRESTAMENTO.

1. Recurso Extraordinário *leading case* do tema 111 da sistemática da repercussão geral: Aplicabilidade imediata do art. 78–§2.º do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.

2. A análise da eficácia da cláusula que anuncia o poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora ao fim do prazo de liquidação das prestações anuais de que fala o art. 78 do ADCT de 1988 pressupõe que o parcelamento venha a ser executado. A hipótese, no entanto, é inviável desde o deferimento de medida cautelar nas ADIs 2.356 e 2.362.

3. Enquanto suspensos os efeitos do art. 78 do ADCT, não há parcelamento de precatórios comuns, tampouco razão para cogitar de falta de isonomia com relação ao pagamento de precatórios de natureza alimentícia.

4. O exame do grau de eficácia do art. 78–§2.º, para saber de sua autoaplicabilidade ou não, também tem relação de prejudicialidade com o desfecho das ADIs 2.356 e 2.362, que aferem a constitucionalidade do dispositivo.

– Parecer pelo sobrestamento do processo, no aguardo do julgamento definitivo das ADIs 2.362 e 2.356." (e-doc 23).

É o relatório. Decido.

A questão central no presente recurso consiste em verificar a possibilidade de aplicação imediata do art. 78, § 2.º, do ADCT – introduzido pela Emenda Constitucional 30/2000 -, para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.

Trago à colação o dispositivo constitucional sob exame:

"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

[...]

§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora."

Ocorre que o dispositivo constitucional sob exame está compreendido, em maior extensão, nas Ações Diretas de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Inconstitucionalidade 2.356/DF e 2.362/DF, que têm por objeto de questionamento a integralidade do art. 78 do ADCT, e não apenas o seu § 2º e, portanto, mais abrangente que o presente tema de repercussão geral.

Registro, ainda, que esta Suprema Corte deferiu medida cautelar nas referidas ADIs, a fim de suspender os efeitos do referido dispositivo, conforme ementa que segue:

"MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2.º DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ACRESCENTOU O ART. 78 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. PARCELAMENTO DA LIQUIDAÇÃO DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA.

1. O precatório de que trata o artigo 100 da Constituição consiste em prerrogativa processual do Poder Público. Possibilidade de pagar os seus débitos não à vista, mas num prazo que se estende até dezoito meses. Prerrogativa compensada, no entanto, pelo rigor dispensado aos responsáveis pelo cumprimento das ordens judiciais, cujo desrespeito constitui, primeiro, pressuposto de intervenção federal (inciso VI do art. 34 e inciso V do art. 35, da CF) e, segundo, crime de responsabilidade (inciso VII do art. 85 da CF).

2. O sistema de precatórios é garantia constitucional do cumprimento de decisão judicial contra a Fazenda Pública, que se define em regras de natureza processual conducentes à efetividade da sentença condenatória trânsita em julgado por quantia certa contra entidades de direito público. Além de homenagear o direito de propriedade (inciso XXII do art. 5.º da CF), prestigia o acesso à jurisdição e a coisa julgada (incisos XXXV e XXXVI do art. 5.º da CF).

3. A eficácia das regras jurídicas produzidas pelo poder constituinte (redundantemente chamado de "originário") não está sujeita a nenhuma limitação normativa, seja de ordem material, seja formal, porque provém do exercício de um poder de fato ou suprapositivo. Já as normas produzidas pelo poder reformador, essas têm sua validez e eficácia condicionadas à legitimação que recebam da ordem constitucional. Daí a necessária obediência das emendas constitucionais às chamadas cláusulas pétreas.

4. O art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 30/2000, ao admitir a liquidação "em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos" dos "precatórios pendentes na data de promulgação" da emenda, violou o direito adquirido do beneficiário do precatório, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Atentou ainda contra a independência do Poder Judiciário, cuja autoridade é insuscetível de ser negada, máxime no concernente ao exercício do poder de julgar os litígios que lhe são submetidos e fazer cumpridas as suas decisões, inclusive contra a Fazenda Pública, na forma prevista na Constituição e na lei. Pelo que a alteração constitucional pretendida encontra óbice nos incisos III e IV do §4.º do art. 60 da Constituição, pois afronta "a separação dos Poderes" e "os direitos e garantias individuais".

5. Quanto aos precatórios "que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999", sua liquidação parcelada não se compatibiliza com o caput do art. 5.º da Constituição Federal. Não respeita o princípio da igualdade a admissão de que um certo número de precatórios, oriundos de ações ajuizadas até 31.12.1999, fique sujeito ao regime especial do art. 78 do ADCT, com o pagamento a ser efetuado em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, enquanto os demais créditos sejam beneficiados com o tratamento mais favorável do §1.º do art. 100 da Constituição.

6. Medida cautelar deferida para suspender a eficácia do art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 30/2000, que introduziu o art. 78 no ADCT da Constituição de 1988 (ADI 2.356 MC e ADI 2.362 MC, Relator p/ Acórdão: Ministro Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJe 18 maio 2011).

Diante desse cenário, verifico que, enquanto suspensa a eficácia integral do art. 78 da ADCT, descabe, no momento, a análise da pretensa falta de isonomia entre precatórios de natureza alimentícia e os demais precatórios previstos no dispositivo em análise.

Bem por isso, a melhor compreensão hermenêutica, por força da unidade e integração do sistema constitucional, autoriza concluir que que o julgamento do presente recurso extraordinário pressupõe a conclusão de julgamento das aludidas ações diretas, pois a cautelar deferida naquela ação, repiso, impede a aplicação do § 2º do art. 78 do ADCT no caso em apreço.

Isso posto, acolhendo a manifestação da Procuradoria-Geral da República, com fundamento no art. 313, V, **a,** do Código de Processo Civil, **suspendo a tramitação** do presente recurso, devendo os autos permanecerem na Secretaria desta Corte até final do julgamento das ADIs 2.356/DF e 2.362/DF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.124.753 **(1028)**

ORIGEM : REsp - 50178762520154047107 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS
ADV.(A/S) : PAULO DE MELLO ALEIXO (4639B/RS)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. PIS. COFINS. LEI Nº 11.196/2005. 'LEI DO BEM'. PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL. PRODUTOS DE INFORMÁTICA. ALÍQUOTA ZERO. MP Nº 690/2015. AUMENTO ALÍQUOTA. LEGALIDADE.

A Medida Provisória 690/2015, convertida na Lei nº 13.241/2015, não está revogando uma isenção concedida por prazo certo e sob determinadas condições, mas simplesmente diante do aumento de uma alíquota que obedeceu a todos os critérios constitucionais exigidos, sendo, pois, inaplicável o disposto no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Não há confundir isenção fiscal com alíquota zero. Embora do ponto de vista prático gerem o mesmo resultado econômico, ou seja, o não recolhimento ou a não exigência da exação, do ponto de vista teórico-conceitual, são instituto absolutamente distintos" (pág. 178 do documento eletrônico 3).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição Federal, alega-se, em suma, a violação do art. 5°, XXXVI, da mesma Carta, ao argumento de que

"os contribuintes do PIS e da COFINS, a partir da data em que passou a vigorar a Lei n.º 11.196/2005, até o término dessa vigência, em 31.12.2018, adquiriram direito de beneficiarem-se da alíquota zero nas vendas a varejo de bens de tecnologia, informática e comunicações. A extinção extemporânea desse benefício, ditada pela MP n.º 690/2015, redunda em flagrante ofensa ao princípio constitucional do direito adquirido.

Quanto a postulados como o da segurança jurídica e da proteção da confiança, embora não expressos na Constituição, estes ganham conformação a partir da análise de princípios explícitos, como os da coisa julgada, do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da irretroatividade das leis.

Daí porque o dever estatal de garantia e proteção da confiança e da segurança jurídica dos contribuintes que, como a recorrente, foram beneficiados com a desoneração tributária prevista nos artigos 28 a 30 da Lei n.º 11.196/2005, princípios que foram violados com a revogação da alíquota zero do PIS e da COFINS pelo art. 9.º da MP n.º 690/2015 " (págs. 25-26 do documento eletrônico 4).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Isso porque a recorrente, apesar de afirmar a existência de repercussão geral no recurso extraordinário, não demonstrou as razões pelas quais entende que a questão constitucional aqui versada seria relevante, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e que ultrapassaria os interesses subjetivos da causa. De fato, a recorrente cingiu-se a desenvolver argumentos genéricos sobre a repercussão geral, sendo que não particularizou a matéria em exame nestes autos, nem explicitou de que modo o tema tratado seria relevante.

Assim, a mera alegação de existência do requisito, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 1.035, § 2º, do CPC. Nesse sentido, destaco o ARE 882.864-AgR/DF, da relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, cuja ementa segue transcrita:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA. REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF.

1. Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

4. A argumentação do recurso extraordinário traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que seu acolhimento passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta Corte (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário). 5. Agravo interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem" (grifei).

No mesmo sentido, cito precedente da Segunda Turma deste Tribunal:

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 8.3.2019. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO.

1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe à parte recorrente demonstrar fundamentadamente a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, mediante o desenvolvimento de argumentação que, de maneira explícita e clara, revele o ponto em que a matéria veiculada no recurso transcende os limites subjetivos do caso concreto do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico.

2. **Revela-se deficiente a fundamentação da existência de repercussão geral de recurso extraordinário que se restringe a alegar de forma genérica que a questão em debate tem repercussão geral.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 1.164.479-AgR/DF, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma – grifei).

Além disso, ainda que superado esse óbice, o recurso não prosperaria. No caso, o Tribunal de origem, a partir da interpretação da Lei 11.196/2005 e da Medida Provisória 690/2015, convertida na Lei 13.241/2015, concluiu que a revogação do benefício fiscal tratado nos autos atendeu às exigências legais, conforme se observa do seguinte trecho da decisão impugnada:

"A Medida Provisória 690/2015, convertida na Lei nº 13.241/2015, não está revogando uma isenção concedida por prazo certo e sob determinadas condições. Trata-se, ao contrário, de aumento de alíquota que obedeceu a todos os critérios constitucionais exigidos, sendo, pois, inaplicável o disposto no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Com efeito, seguindo entendimento desta 2ª Turma, entendo que não se pode confundir 'isenção fiscal' com 'alíquota zero'. Ainda que do ponto de vista prático ambos os institutos jurídicos gerem o mesmo resultado econômico, qual seja, o não recolhimento ou a não exigência da exação, do ponto de vista teórico-conceitual, são absolutamente distintos.

De fato, a desoneração tributária pode ser alcançada mediante técnicas diversas.

[...]

Destarte, em se tratando de técnicas de desoneração que, embora possuam os mesmos resultados no plano fático, mas que possuem conformação jurídica própria, o princípio da legalidade estrita em matéria tributária impede que o Poder Judiciário se substitua ao legislador em sua opção por uma ou outra técnica.

Ao estabelecer no texto legal, de forma expressa, que as alíquotas ficam reduzidas a zero, não se há que cogitar de expectativas de direito ou direitos adquiridos do contribuinte em razão do resultado prático da norma, se de antemão já era possível deduzir que a técnica da alíquota zero permite sua revisão, desde que preenchidos os demais requisitos legais para seu aumento.

De fato, nestes termos, não é lícito do Judiciário exercer, em lugar do ente tributante, opção de política tributária que, em determinado momento, diante de circunstâncias econômicas específicas, pode decidir por incentivar determinado ramo da economia.

[...]

Considerando a distinção entre os dois institutos, a modificação introduzida pelo art. 9º da Medida Provisória nº 690/2015 não malferiu os princípios da confiança e da segurança jurídica. De fato, tratando-se o PIS e a COFINS de contribuições sociais, a edição da mencionada medida provisória obedeceu ao princípio da anterioridade nonagesimal do art. 195, §6º da CF/88, de sorte que não se justifica a 'surpresa' da impetrante com a extinção do benefício fiscal temporário e o restabelecimento da tributação das exações nas bases anteriores.

Frise-se que uma vez revogada lei especial que previa a alíquota zero, os efeitos da regra geral - incidência dessas contribuições sobre o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica - voltam a surtir, não se cogitando em caso de repristinação tácita, tendo em vista que a norma matriz não foi extirpada do ordenamento jurídico.

Assim, tenho por plenamente válidas as disposições da Lei nº 13.241/2015, que alterou a Lei nº 11.196/2005, restabelecendo a cobrança do PIS e da COFINS sobre os produtos eletrônicos que especifica." (págs. 174-176 do documento eletrônico 3).

Desse modo, para dissentir do acórdão impugnado e verificar a procedência dos argumentos consignados no apelo extremo, seria necessário o reexame da legislação infraconstitucional aplicável ao caso, sendo certo que eventual ofensa à Constituição seria apenas indireta. Nesse sentido, destaco a ementa do ARE 997.816-AgR/SP, de minha relatoria:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PIS. COFINS. OFENSA REFLEXA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. MULTA APLICADA.

I – O recurso pretende a aplicação de alíquota zero ao cálculo do PIS e da COFINS incidentes sobre a receita de medicamentos do hospital recorrente. Alegação de ofensa indireta ou reflexa à Constituição, inviável de ser analisada em recurso extraordinário, por demandar a interpretação de legislação infraconstitucional para aferir sua ocorrência (Lei 10.147/2000, Lei 10.833/2003, Código Tributário Nacional e ADI-SRF 26/2004).

II – Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa (art. 1.021, § 4°, do CPC)".

Com idêntico entendimento sobre a questão ora em exame, menciono as seguintes decisões: RE 1.250.662/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 1.188.307/RS, Rel. Min. Edson Fachin; RE 1.224.213/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia; e RE 1.087.447/SC, Rel. Min. Roberto Barroso.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1°, do RISTF). Sem honorários (Súmula 512/STF). Prejudicados os pedidos de ingresso como *amicus curiae*.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.236.346 **(1029)**

ORIGEM	: 00616510520148240000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MARIO MARTINELLI
ADV.(A/S)	: JULIANE CRISTINA MARTINES MARTINES POLEZA (21044/SC)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AFASTADA. MÉRITO. NEGATIVA DE PEDIDO DE ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO. EXEGESE DA LEI N.° 4.771/1965 (ANTIGO CÓDIGO FLORESTAL). APLICAÇÃO DESTA À ZONAS RURAIS. IMÓVEL SITUADO EM ZONA URBANA CONSOLIDADA. INCIDÊNCIA DO ART. 93, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.° 29/96. OBEDIÊNCIA AOS PRINCIPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. TERRENO LOCALIZADO EM ÁREA SEM RESTRIÇÕES. SEGURANÇA CONCEDIDA. RECLAMO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA OFICIAL" (pág. 78 do documento eletrônico 2).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (págs. 100-103 do documento eletrônico 2).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **d**, da Constituição Federal, alega-se que o Tribunal de origem julgou válida lei local (Lei Complementar Municipal 29/1996) contestada em face de lei federal (Lei 6.766/1979). O Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC sustenta, em síntese, que:

"A manutenção da aplicação de lei local (art. 93, III, da Lei Complementar Municipal n. 29/96) em detrimento de lei federal (art. 4º, III, da Lei Federal n. 6.766/79), desrespeita o sistema de repartição de competências, possibilitando que os Municípios extrapolem a sua competência legislativa suplementar em matéria ambiental, regulando diversamente assuntos já estabelecidos por lei federal" (pág. 127 do documento eletrônico 2).

Em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Wagner Natal Batista, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do recurso extraordinário (documento eletrônico 6).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Isso porque a admissão do recurso extraordinário pela alínea **d** do inciso III do art. 102 da Constituição pressupõe a ocorrência de conflito de competência legislativa entre os entes da Federação. Dessa forma, é incabível o apelo extremo, fundado no aludido dispositivo, interposto unicamente para provocar o reexame da interpretação de norma infraconstitucional conferida pelo Juízo de origem. Nesse sentido, cito o julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 132.755/SP, Relator para o acórdão o Ministro Dias Toffoli, ocasião em que o Ministro Marco Aurélio esclareceu:

"Na alínea **d**, Presidente, não está essa explicitação e, então, em visão primeira, admitir-se-ia recurso extraordinário desde que contestada lei local em face de lei federal, inclusive quanto ao mérito em si. Foi quando imaginamos que o alcance desse preceito não é outro senão submeter ao Supremo a competência legiferante, ou seja, apenas quando em discussão - na Corte de origem e formalizado o acórdão impugnado mediante o extraordinário -, em termos de competência, se cabe ao Poder Legislativo local ou federal disciplinar a matéria, é que se abre a porta para chegar ao Supremo. Fora isso, o Supremo ficará inviabilizado se admitirmos todo e qualquer conflito entre a lei local e a federal".

No mesmo sentido, menciono os seguintes julgados, entre outros: AI

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

717.978-AgR/SP, AI 807.291-AgR/SP e RE 633.421-AgR/MS, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI 641.178/SP, Rel. Min. Dias Toffoli; ARE 1.070.735-AgR/PR, Rel. Min. Roberto Barroso; RE 879.540/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes; ARE 1.011.126-AgR/ES, Rel. Min. Luiz Fux; ARE 1.128.561-AgR/SP e ARE 1.124.849/SP, de minha relatoria.

Com idêntico entendimento, sobre a mesma questão ora em exame, destaco, por oportuno, o julgamento do RE 1.206.818-AgR/SC, de relatoria do Ministro Edson Fachin, cuja ementa transcrevo a seguir:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO EM 25.07.2019. MANDADO DE SEGURANÇA. ÁREA URBANA. CÓDIGO FLORESTAL. LEI DE PARCELAMENTO DE SOLO URBANO. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RECUO DE 30 (TRINTA) METROS DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL. CONCESSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. LEIS FEDERAIS 6.766/1979 E 12.651/2012 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 29/1996. APELO EXTREMO. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA '**D**' DO INCISO III DO ART. 102 DA CF. HIPÓTESE NÃO VERIFICADA NO CASO CONCRETO. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PERTINENTES. NÃO CABIMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte possui entendimento consolidado no sentido de que o enquadramento do recurso extraordinário na hipótese da alínea **d** do inciso III do art. 102 da Constituição Federal exige a demonstração de que o acórdão recorrido, ao julgar válida lei local contestada em face de lei federal, tenha ofendido ao sistema de repartição de competências legislativas.

2. A mera pretensão de revisão da interpretação dada à legislação infraconstitucional pelo Tribunal de origem que realizou juízo de ponderação entre direitos fundamentais (moradia, propriedade e meio ambiente protegido), não é suficiente a autorizar o conhecimento de recurso extraordinário com fundamento em referida alínea do permissivo constitucional.

3. É inviável o processamento do apelo extremo quando sua análise demandar o reexame de fatos e provas constantes dos autos. Óbice da Súmula 279 do STF.

7. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Sem honorários, por se tratar de mandado de segurança (Súmula 512/STF e art. 25 da Lei 12.016/2009)".

Com essa mesma orientação, indico as seguintes decisões específicas envolvendo recursos também interpostos pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ora recorrente: RE 879.540/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 1.093.497/SC, Rel. Min. Dias Toffoli; e RE 1.167.250/SC, de minha relatoria.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1°, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.239.366 **(1030)**

ORIGEM	: 00427193620108240023 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: ENIO ANDRADE BRANCO
ADV.(A/S)	: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC)
RECDO.(A/S)	: ESPERIDIAO AMIN HELOU FILHO
RECDO.(A/S)	: AMARO LUCIO DA SILVA
ADV.(A/S)	: GLEY FERNANDO SAGAZ (3147/SC)
RECDO.(A/S)	: EDUARDO AUGUSTO TEODORO SANT ANNA
ADV.(A/S)	: TULLO CAVALLAZZI FILHO (9212/SC)
RECDO.(A/S)	: JAIME GARGIONI
ADV.(A/S)	: ALAO ROBSON CAVALCANTI DE PAIVA (8239/SC)
RECDO.(A/S)	: CLAUDIO JOSE DUTRA
ADV.(A/S)	: TONIA ANDREA HORBATIUK DUTRA (8278/SC)
INTDO.(A/S)	: CELESC DISTRIBUICAO S.A
ADV.(A/S)	: LYCURGO LEITE NETO (01530/A/DF, 56455/GO, 19216-A/MA, 018268/RJ)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"Constitucional e administrativo. Apelação em ação civil pública. Concessão de patrocínio desportivo pela CELESC. Ordem de pagamento advinda do Governo do Estado de Santa Catarina. Alegação de ausência de previsão legal que autorize o ato, de inadequação da patronagem ao objeto social da paraestatal e de inexistência de procedimento administrativo que garanta a lisura da liberação da verba pública. Circunstâncias que redundaram em prejuízo ao erário. Sentença que rejeitou a pretensão autoral.

Arguições de ilegitimidade passiva e de prescrição da pretensão ressarcitória formuladas em sede de contrarrazões por Cláudio José Dutra e Ênio Andrade Branco. Matérias de ordem pública, conhecíveis de ofício. Teses, contudo, rejeitadas. Apelado Cláudio José Dutra que, na condição de administrador público, responde pelos danos que causar ao erário, inclusive os decorrentes de atos omissivos. Inteligência do art. 37, § 6°, da Constituição Federal de 1988. Pretensão ressarcitória imprescritível, conforme dispõe o art. 37, § 5°, da CF/1988. Pleitos conhecidos e desprovidos.

Recurso ministerial. Pleito de declaração de nulidade do ato que concedeu o patrocínio e de condenação dos recorridos ao ressarcimento pelos alegados prejuízos causados aos cofres públicos. Inviabilidade. Ato de publicidade indireta e fomento à atividade desportiva. Cumprimento dos norteadores de responsabilidade social empresarial e da função social da sociedade de economia mista. Interesse público. Exegese dos arts. 170, III e 217, ambos da CF/1988, bem como do art. 116, parágrafo único, da Lei n. 6.404/1976. Observância ao princípio da legalidade administrativa. Ausência de prova, ademais, de que a conduta dos recorridos possa ter gerado o alegado dano ao erário. Art. 333, I, do Código de Processo Civil de 1973 c/c art. 19 da Lei n. 7.347/1985. Sentença mantida. Recurso do Ministério Público conhecido e desprovido" (pág. 284 do documento eletrônico 3).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (págs. 319-326 do documento eletrônico 3).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a,** da Constituição Federal, alega-se ofensa aos arts. 37, *caput;* 170, III; e 217, *caput*, da mesma Carta.

Em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela negativa de seguimento do recurso extraordinário (documento eletrônico 7).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Verifico que o Tribunal de origem, apoiado no acervo probatório dos autos e na legislação infraconstitucional aplicável, entendeu que:

"[...] muito embora a prática de publicidade por sociedade de economia mista prestadora de serviço público se dê por meio de prévio procedimento licitatório (art. 1°, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), há que se atentar para a peculiaridade da entidade e a excepcionalidade trazida à baila pelo Decreto Executivo Estadual n. 357, de 14-7-1999 (atualmente revogado e substituído pelo DEC n. 217, de 6-5-2011), que, à época dos fatos, disciplinava a execução da licitação e da contratação de serviços de publicidade e propaganda de interesse da administração pública estadual direta e indireta do Estado de Santa Catarina, preconizando, em seu art. 3°, *caput* e parágrafo único, que:

[...]

Nada obstante a inexistência de previsão legal específica no Estatuto Social da CELESC vigente à época dos fatos, para a promoção de patrocínios dos tipo (art. 3° - fls. 121-122 e 136-137), entende-se que está a se falar de ato de publicidade indireta, que não envolve a participação de agência de propaganda e, por isso, não exige licitação (Lei n. 12.232/2010), isto em conjunto com a promoção da responsabilidade social da empresa no seio da comunidade em que atua, nos termos alhures referidos.

Quanto à Constatação n. 5 do parecer emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (fls. 233-235), verifica-se que, em verdade, trata-se de mero exercício de fiscalização, que não concluiu pela existência de irregularidade, apenas questionando a coerência dos patrocínios concedidos pela CELESC em um momento financeiro inoportuno.

E ainda que o Ministério Púbico mencione um prejuízo calculado em milhões de reais (fl. 14), ateve-se a impugnar, na presente demanda, um incentivo financeiro no limitado importe de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) valor que, a priori, não afeta de maneira substancial o patrimônio da paraestatal e tampouco fere o seu crescimento econômico.

Ainda que o fizesse, não logrou o autor em demonstrar a gravidade do ato e o impacto financeiro respectivo nas finanças da empresa, o que lhe incumbia, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil c/c art. 19 da Lei n. 7.347/1985.

[...]

No mais, em relação à suposta conduta dolosa e/ou omissiva dos agentes públicos envolvidos nos atos deliberativos que culminaram na concessão do patrocínio ao profissional do esporte, cumpre dizer que, embora seja simples o procedimento adotado para liberação da verba (fls. 349-417), não restou demonstrada nos autos mácula que justifique a pecha de ato ilegal e conduta desviada por parte dos recorridos e tampouco prejuízo aos cofres públicos, ônus probante que incumbia ao autor, nos termos do art. 333, I, do Código de Processo Civil de 1973, c/c art 19 da Lei 7.347/1985" (págs. 298-300 do documento eletrônico 3).

Desse modo, para dissentir da conclusão adotada pela Tribunal de origem e verificar a procedência dos argumentos consignados no apelo extremo, seria necessária a reinterpretação das normas infraconstitucionais pertinentes (Lei 6.404/1976, Decreto Estadual 357/1999 e Lei 12.232/2010), sendo certo que eventual ofensa à Constituição seria apenas indireta, bem como o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279/STF. Com essa mesma orientação, cito, ainda, as seguintes decisões: RE 1.223.394/SC, Rel. Min. Roberto Barroso; RE 1.224.077/SC, Rel. Min. Marco Aurélio; e RE 1.211.205/SC, Rel. Min. Cármen Lúcia.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1°, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.241.581 **(1031)**

ORIGEM : 00964098420108190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECDO.(A/S) : CLARO S.A.
ADV.(A/S) : PATRICIA DE SOUZA GONCALVES (162423/RJ, 342635/SP)

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. TELEFONIA MÓVEL. ALIENAÇÃO DE CARTÕES PRÉ-PAGOS. INCONSTITUCIONALIDADE DO §5º, DO ARTIGO 3º, DA LEI ESTADUAL Nº 2.657/96 DECLARADA POR UNANIMIDADE PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTE TRIBUNAL NA ARGUIÇÃO Nº 42/05. VIOLAÇÃO DO ART.146, III, 'a' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O ARTIGO 12, VII, §1º, DA LEI COMPLEMENTAR N.º87/96 DETERMINA QUE O FATO GERADOR DO IMPOSTO SOMENTE SE VERIFICA POR OCASIÃO DO FORNECIMENTO DOS CARTÕES AO USUÁRIO. AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR PELA LEI ESTADUAL Nº 2.657/96. INCIDÊNCIA A PARTIR DO FORNECIMENTO DAS FICHAS OU CARTÕES AO INTERMEDIÁRIO. CONFLITO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96 QUE LIMITA A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CORRETAMENTE FIXADOS. ISENÇÃO DO PAGAMENTOS DAS DESPESAS PROCESSUAIS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO" (pág. 194 do documento eletrônico 12).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (págs. 7-13 do documento eletrônico 14).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a,** da Constituição Federal, alega-se ofensa aos arts. 155, § 2º, XII ; 146 e 150, § 7º, da mesma Carta.

O Estado do Rio de Janeiro sustenta, em síntese, que

"[...] a análise correta da hipótese consubstanciada nos autos revela que não há nova definição de fato gerador do ICMS, ocorre apenas a adequação à complexidade de fiscalizar cada distribuidor, lançando-se mão do instituto de substituição tributária, pois a inclusão do simples termo 'intermediário' denota a simples antecipação do momento da arrecadação, visando atender a eficiência tributária, e não denota a ampliação do fato gerador, uma vez que, no fim da sistemática, o tributo será pago pelo consumidor de fato, apenas ocorrerá uma facilitação, que beneficia também os intermediários, no momento da arrecadação" (pág. 59 do documento eletrônico 14).

Em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pela negativa de seguimento do recurso extraordinário (documento eletrônico 27).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Verifico que o Tribunal de origem, apoiado no acervo probatório dos autos, asseverou que:

O laudo pericial (pasta nº 461) atestou a veracidade das alegações autorais, em resposta ao Quesito n° 01 da apelada:

'a existência de Centro de Distribuição é inconteste, da mesma forma resta evidente que o Centro de Distribuição não efetuava venda direta ao consumidor, mas sim promovia a transferência dos cartões de telefonia pré-pago para as lojas (filiais) da empresa, para então serem comercializados ao consumidor final'.

Nesse sentido, a prova pericial asseverou a transferência não onerosa dos cartões telefônicos pré-pagos do centro de distribuição para as filiais da empresa recorrida.

Desse modo, para dissentir da conclusão adotada pelo Tribunal de origem e verificar a procedência dos argumentos consignados no apelo extremo, no sentido de que a legislação estadual instituiu hipótese de substituição tributária, seria necessária a reinterpretação das normas infraconstitucionais pertinentes (Lei Complementar 87/1996, Lei Estadual 2.657/1996 e Convênio ICMS 126/1998), sendo certo que eventual ofensa à Constituição seria apenas indireta, bem como o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279/STF. Com essa mesma orientação, cito os seguintes precedentes:

"DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUPOSTA VIOLAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 87/1996 (LEGALIDADE E NORMA GERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA). DECRETOS NºS 2.870/2001 E 1.790/1997, DO ESTADO DE SANTA CATARINA. VIGÊNCIA À ÉPOCA DO FATO GERADOR. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 279/STF. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência da Corte, não há repercussão constitucional imediata da controvérsia quando o parâmetro de controle do direto alegado desvio é a Lei Complementar nº 87/1996 e a Lei estadual nº 10.297/1996, o que revela a ausência de questão constitucional a ser examinada por esta Corte.

2. Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

3. Para firmar entendimento diverso do acórdão recorrido quanto à outros pontos aduzidos pela parte recorrente, tais como quanto à nulidade das inscrições em dívida ativa por impossibilidade de cumulação de cobranças de valores de exercícios diversos, a higidez da CDA, seria indispensável o reexame da legislação infraconstitucional e do acervo fático e probatório, providências vedadas em sede de recurso extraordinário. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência das Súmulas 279 e 280/STF.

4. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015" (RE 959.120-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma).

"Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Tributário. Pagamento de ICMS. Substituição Tributária. Possibilidade. 3. Matéria infraconstitucional. Fatos e provas. Súmulas 279 e 280 desta Corte. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 965.132-AgR/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma).

"DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ICMS. CONVÊNIO CONFAZ Nº 69/04. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. OFENSA REFLEXA. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência da Corte, não há repercussão constitucional imediata da controvérsia sobre a avaliação dos requisitos de validade do regime de substituição tributária determinados pela LC nº 86/1997 em cotejo com a legislação local.

2. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC/1973" (ARE 665.329-AgR/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma).

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF). Com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro em 10% (cinco por cento) os honorários anteriormente fixados pelo Juízo de origem, observados os limites legais.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.525 **(1032)**

ORIGEM : 20070100569758 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S) : JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO (17525/DF)
ADV.(A/S) : MARCELA PORTELA NUNES BRAGA (29929/DF)
RECDO.(A/S) : ALEXANDRE FIGUEIREDO LOPES DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIS CARLOS BARRETO DE OLIVEIRA ALCOFORADO (7202/DF, 139677/RJ, 811-A/RN)
RECDO.(A/S) : FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADV.(A/S) : LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO (00750/A/DF, 7736-A/MA, 24281/RJ, 214046/SP)

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (eDOC 4, p. 79):

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPLEMENTAÇAO DE APOSENTADORIA. FUNDAÇAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF. CAIXA ECONOMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

I- Amparando-se a controvérsia, como no caso, em circunstância fática (abono e planos de cargos e salários concedidos pela Caixa Econômica Federal ao pessoal da ativa), cuja desconstituição também se insere no rol do pedido inicial, afigura-se manifesta a legitimidade passiva ad causam da referida empresa pública federal, mormente em face dos encargos financeiros decorrentes da eventual procedência da demanda, que serão suportados pelo Fundo de Pensão, do qual também é instituidora e mantenedora a referida empresa, a fixar-se no caso, a competência da Justiça Federal, para resolução da lide, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

II - Agravo de instrumento provido. Decisão reformada. "

Os embargos de declaração foram rejeitados (eDOC 4, p. 101).

No recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, III, *a*, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 109, 114 e 125, da Constituição da República.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que " *no presente caso, a competência da Justiça Estadual está sendo usurpada pela Justiça federal. Isso porque a CAIXA é parte manifestamente ilegítima para figurar no polo passivo da lide"* (eDOC 5, p. 106).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Quando do julgamento da apelação, o Tribunal de origem asseverou (eDOC 4 , p. 74-75):

"No mais, em que pesem os fundamentos deduzidos pela Caixa Econômica Federal, não prospera a pretensão por ela postulada, em face da circunstância fática em que se ampara o pedido formulado nos autos de origem, consistente na adequação da suplementação das aposentadorias dos filiados da autora da demanda, em decorrência da implementação de abono e planos de cargos e salários concedidos pela referida empresa ao pessoal da ativa, sendo que, eventual procedência do referido pleito, importará em encargos financeiros, a serem suportados pelo FUNCEF, que é patrocinado com recursos da Caixa Econômica Federal e dos seus filiados, a caracterizar, na espécie, a sua manifesta legitimidade passiva *ad causam*, na linha, inclusive, da jurisprudência já firmada no âmbito deste egrégio Tribunal, no sentido de que a "*demanda aforada por filado da Fundação dos Economiários Federais com' o fim de rever valor de suplementação de aposentadoria. Sendo a CEF a instituidora e mantenedora da FUNCEF, além de encarregada do repasse dos recursos destinados ao custeio dos benefícios da entidade de previdência privada, é inafastável seu interesse juridico e econômico na lide e, portanto, sua legitimidade para a causa"* (AC n° 91.01.12640-7/DF - Rel. Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian - Segunda Turma - DJU de 20/02/2002)."

Como se depreende desses fundamentos, eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo*, no que tange à legitimidade passiva *ad causam* da Caixa Econômica Federal, demandaria o reexame de fatos e provas constantes dos autos, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida na Súmula 279 do STF.

Nesse sentido, em casos semelhantes, confiram-se os seguintes precedentes:

"EMENTA DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. A controvérsia, nos termos do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional, a reelaboração da moldura fática, bem como o reexame da interpretação conferida a cláusulas contratuais, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte 2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Agravo interno conhecido e não provido. (RE 1243322-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 30.03.2020)

"Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Direito do Trabalho 3. Complementação de aposentadoria. Legitimidade passiva. 4. Necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e de cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa. 5. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 6. Agravo regimental a que se nega provimento" (RE 1184794-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 17.05.2019).

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. CONTROVÉRSIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DE PROVAS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 454 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (AI 587112 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 04.06.2010).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *a*, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.463 **(1033)**

ORIGEM : 01243199620048190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
RECTE.(S) : IONE GARCIA DE SOUZA SA
ADV.(A/S) : RAFAEL OLIVEIRA DE SA (137618/RJ)
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"ATO ADMINISTRATIVO. PERDA DA DELEGAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. MOTIVOS DETERMINANTES. 1- Na medida em que se permite o acompanhamento de todos os seus atos, com possibilidade de peticionar, arrolar testemunhas e recorrer, assegura-se o exercício dos direitos de defesa e do contraditório como pressupostos à validade e eficácia do processo disciplinar. 2- Nesse aspecto afigura-se válido e eficaz o ato administrativo que determina a perda da delegação, cujos motivos determinantes harmonizam-se com aqueles apurados em processo administrativo em que se assegurou a ampla defesa" (pág. 1 do documento eletrônico 8).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, alega-se violação aos arts. 5º, XXXVII, LIII e LV; 93, IX; e 236 da mesma Carta.

A recorrente requer, em síntese, o reconhecimento

"a) A de nulidade de (i) todos os atos praticados no presente processo após a atuação do e. Desembargador Antônio Saldanha, tendo em vista que o próprio reconheceu o impedimento suscitado pela ora RECORRENTE, em virtude de ter atuado, no processo administrativo disciplinar que por meio da presente demanda pretende-se anular, está amparada na afronta ao Constitucional direito ao Juiz Natural, à Ampla Defesa e ao Devido Processo Legal; e, subsidiariamente, da (ii) r. Sentença, também por cerceamento do Direito de Defesa da ora RECORRENTE, tendo em vista que o d. Juízo de piso indeferiu a produção de prova testemunhal que é fundamental ao adequado deslinde da controvérsia.

b) Inaplicabilidade do regime jurídico invocado no ato administrativo que cassou a delegação da ora RECORRENTE, acarretando, assim, em vício de motivação insuperável em virtude da aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, está [*sic*] fulcrada no art. 236 da Constituição" (pág. 21 do documento eletrônico 14).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Isso porque a recorrente, apesar de afirmar a existência de repercussão geral no recurso extraordinário, não demonstrou as razões pelas quais entende que a questão constitucional aqui versada seria relevante, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e ultrapassaria os interesses subjetivos do processo. A mera alegação de existência do requisito, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 1.035, § 2°, do CPC. Nesse sentido, destaco o ARE 882.864-AgR/DF, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, cuja ementa segue transcrita:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA. REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. 1. **Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares. 2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo**. 3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente. 4. A argumentação do recurso extraordinário traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que seu acolhimento passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta Corte (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário). 5. Agravo interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem" (grifei).

Além disso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está assentada no sentido de ser inadmissível a interposição de recurso extraordinário para discutir matéria relacionada à ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório nos casos de indeferimento

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de pedido de produção de provas requeridos no âmbito do processo judicial, por não configurar situação de ofensa direta ao texto constitucional. Esse entendimento foi reafirmado no julgamento do ARE 639.228-RG/RJ (Tema 424), de relatoria do Ministro Presidente, cuja ementa segue transcrita:

"RECURSO. Agravo convertido em Extraordinário. Inadmissibilidade deste. Produção de provas. Processo judicial. Indeferimento. Contraditório e ampla defesa. Tema infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido. Não apresenta repercussão geral recurso extraordinário que, tendo por objeto a obrigatoriedade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, nos casos de indeferimento de pedido de produção de provas em processo judicial, versa sobre tema infraconstitucional".

Quanto à alegada nulidade do processo em razão do impedimento do Desembargador relator do agravo de instrumento que questionava o indeferimento da produção de prova oral, o Tribunal *a quo*, por ocasião da apelação, reapreciou a questão, entendendo que a produção da prova oral seria desnecessária para a formação do convencimento dos magistrados sobre os fatos relevantes da causa. Assim, não há que se falar em prejuízo para a recorrente.

Ademais, para dissentir da conclusão adotada pela Tribunal de origem e verificar a procedência dos argumentos consignados no apelo extremo, seria necessária a análise das normas infraconstitucionais pertinentes (Lei 8.935/1994, Lei Estadual 2.085-A/1972 e Decreto-Lei Estadual 220/1975), sendo certo que eventual ofensa à Constituição seria apenas indireta, bem como o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279/STF. Com esse entendimento, menciono os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL. PERDA DE DELEGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (AI 819.096-AgR/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma).

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. NULIDADE DE ATO DE EXONERAÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não viola o princípio da separação de Poderes o exame, pelo Poder Judiciário, de ato administrativo tido por ilegal ou abusivo. Precedentes.

2. Dissentir do entendimento firmado pelo Tribunal de origem demandaria o reexame de fatos e provas constantes dos autos, procedimento vedado neste momento processual nos termos da Súmula 279/STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC/1973" (RE 580.043-AgR/ES, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma).

No mesmo sentido, cito as seguintes decisões: RE 1.137.536/PR, Rel Min. Alexandre de Moraes e RE 738.897/SP, Rel. Min. Luiz Fux.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1°, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.515 **(1034)**

ORIGEM	: 00003284120004036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: ABERCIO FREIRE MARMORA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: HOMAR CAIS (16650/SP)
ADV.(A/S)	: CLEIDE PREVITALLI CAIS (28943/SP)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL E ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. LICENÇA- PRÊMIO POR ASSIDUIDADE MP N° 1.522/96 CONVERTIDA LEI N° 9.527/97. MATÉRIA QUE NÃO É EXCLUSIVA DE LEI COMPLEMENTAR. CONSTITUCIONALIDADE DE MUDANÇA POR LEI ORDINÁRIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. 1. O vínculo entre o servidor e a Administração é de natureza estatutária, definido em lei, que pode ser alterado ulteriormente, sem que possa se invocar a proteção do direito adquirido para tornar imutável o regime jurídico que disciplina os direitos e vantagens de determinada carreira profissional. Apenas os direitos cujas as condições para concessão já haviam sido atendidas no momento alteração legal podem ser protegidos pelo princípio do direito adquirido. 2. A Lei Complementar n. 73/93 trata especialmente da organização institucional da advocacia pública, dispondo sobre a organização institucional e funcionamento da Advocacia -Geral da União (que compreende Advogado-Geral da União, a Procuradoria-Geral da União e a da Fazenda Nacional, entre outros). No que toca aos direitos e deveres dos membros dessas carreiras, não há prescrição expressa nessa lei, visto que não se tratava de matéria peculiar a esse diploma legislativo. Há apenas alusão no artigo 26 de que *os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e nesta lei complementar* (grifo nosso). Em suma, em matéria de direito e deveres, não foi conferido o status de lei complementar a essa questão. Houve tão-só a garantia de que os direitos dos servidores públicos em geral previsto na Lei 8.112/90 seriam passíveis gozo pelos membros da advocacia pública. 3. Tendo sido regularmente modificada a licença-prêmio por assiduidade para licença capacitação para o conjunto dos servidores públicos tal modificação também alcança os membros da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Advocacia Geral da União, visto que tal vantagem não constitui matéria restrita à lei complementar tampouco foi expressamente tratada na Lei Complementar 73/93 que apenas diz que os membros da advocacia pública têm os direitos assegurado pela Lei 8.112/90 ao conjunto dos servidores públicos. 4. Inversão da verba honorária. 5. Recurso conhecido e provido" (págs. 28-29 do documento eletrônico 4; grifos no original).

Os embargos de declaração que se seguiram foram rejeitados (págs. 46-53 do documento eletrônico 4).

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, alega-se a violação dos arts. 69 e 131 da mesma Carta.

Os recorrentes sustentam, em síntese, que,

"[n]a medida em que o art. 26 da Lei Complementar nº 73/1993 assegurou aos Recorrentes a licença prêmio, tal como prevista originariamente no art. 87 da Lei nº 8.112/1990, aquele benefício foi incorporado aos membros da Advocacia Geral da União por força de Lei Complementar que se reportou à lei ordinária. Nesse tópico, a alteração procedida pelo art. 7º da Lei 9.5227/1997 é manifestamente inconstitucional" (pág. 104 do documento eletrônico 4).

Em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não provimento do recurso extraordinário (documento eletrônico 9).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Verifico que o Tribunal de origem, apoiado no acervo probatório dos autos, assentou

"[...] a inexistência de direito adquirido à licença a título de prêmio por assiduidade, eis que, quando da primeira edição da Medida Provisória n. 1.522, de 12/11/96, as apelantes não comprovam que contavam com 5 (cinco) anos de exercício, requisito indispensável para a obtenção do beneficio nos moldes da redação original do artigo 87 da Lei n.° 8.112/90" (pág. 25 do documento eletrônico 4).

Desse modo, para dissentir da conclusão adotada pelo Tribunal de origem e verificar a procedência dos argumentos consignados no apelo extremo, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279/STF.

Ademais, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência dessa Corte, que não exige lei complementar para disciplinar os direitos e deveres dos membros da advocacia pública federal, não havendo que se falar em ofensa ao art. 131 da Constituição Federal, o qual estabelece a necessidade de lei complementar apenas para dispor sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União. Nesse sentido, transcrevo as seguintes ementas:

"Recurso Extraordinário. 2. Questões funcionais referentes à carreira da Procuradoria da Fazenda Nacional. Período de férias. Lei ordinária. Possibilidade. 3. Exigência de lei complementar apenas para dispor sobre sua organização e funcionamento (art. 131 da CF). 4. Recurso Extraordinário a que se nega provimento" (RE 539.370/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma).

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 11 E PARÁGRAFOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 25.06.2002, CONVERTIDA NA LEI Nº 10.549 , DE 13.11.2002. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE JURÍDICO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM CARGOS DE ADVOGADO DA UNIÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 131, CAPUT; 62, § 1º, III; 37, II E 131, § 2º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam" afastada por tratar-se a Associação requerente de uma entidade representativa de uma categoria cujas atribuições receberam um tratamento constitucional específico, elevadas à qualidade de essenciais à Justiça. Precedentes: ADI nº 159, Rel. Min. Octavio Gallotti e ADI nº 809, Rel. Min. Marco Aurélio.

Presente, de igual modo, o requisito da pertinência temática, porquanto claramente perceptível a direta repercussão da norma impugnada no campo de interesse dos associados representados pela autora, dada a previsão de ampliação do Quadro a que pertencem e dos efeitos daí decorrentes.

Não encontra guarida, na doutrina e na jurisprudência, a pretensão da requerente de violação ao art. 131, caput da Carta Magna, uma vez que os preceitos impugnados não afrontam a reserva de lei complementar exigida no disciplinamento da organização e do funcionamento da Advocacia-Geral da União. Precedente: ADI nº 449, Rel. Min. Carlos Velloso.

Rejeição, ademais, da alegação de violação ao princípio do concurso público (CF, arts. 37, II e 131, § 2º). É que a análise do regime normativo das

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

carreiras da AGU em exame apontam para uma racionalização, no âmbito da AGU, do desempenho de seu papel constitucional por meio de uma completa identidade substancial entre os cargos em exame, verificada a compatibilidade funcional e remuneratória, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso. Precedente: ADI nº 1.591, Rel. Min. Octavio Gallotti.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente" (ADI 2713/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno; grifei).

No mesmo sentido, menciono as seguintes decisões: RE 954.968/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 1.135.612/SP, Rel Min. Alexandre de Moraes; e RMS 30.610/DF, Rel. Min. Roberto Barroso.

Isso posto, nego seguimento ao recurso (art. 21, § 1°, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.207 **(1035)**

ORIGEM	: 21331502420158260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: MUNICIPIO DE MACAUBAL
ADV.(A/S)	: ANA CLAUDIA POLIZELI (326116/SP)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo ajuizou Ação Direta de inconstitucionalidade, postulando a declaração de inconstitucionalidade das expressões "Advogado, Assessor de Gabinete, Assessor Jurídico, Chefe de Gabinete, Diretor Odontológico, Diretor de Escola, Diretor de Fiscalização Geral, Diretor de Obras, Diretor de Planejamento e Finanças, Diretor Municipal de Saúde, Médico Chefe, constantes do Anexo III, da Lei 10, de 31 de janeiro de 2001, do Município de Macaubal. Para tanto, afirmou que:

(a) a norma impugnada cria cargos de provimento em comissão que não retratam atribuições de assessoramento, chefia e direção, tratando-se de funções técnicas, burocráticas, operacionais e profissionais a serem preenchidas por servidores públicos investidos em cargos de provimento efetivo; e

(b) quanto aos cargos em comissão de "Advogado" e "Assessor Jurídico", considerando tratar-se de atividades de advocacia pública, as suas respectivas chefias deverão ser reservadas a profissionais investidos em cargos públicos, mediante prévia aprovação em concurso público.

Ao final, requereu a declaração de inconstitucionalidade do Anexo III, da Lei 10, de 31 de janeiro de 2001, do Município de Macaubal

O Ministério Público do Estado de São Paulo, aponta, ainda, a existência de erro material na norma questionada, aduzindo que o "Anexo III" foi erroneamente nomeado "Anexo II".

Eis o teor da norma impugnada, na parte que interessa:

LEI COMPLEMENTAR N. 10, DE 31 DE JANEIRO DE 2001, DO MUNICÍPIO DE MACAUBAL

(…)

Art. 8°. Fica aprovado, conforme Anexo III, que é parte integrante desta Lei, o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, de acordo com as respectivas quantidades e referências de vencimentos constantes do mencionado anexo.

Parágrafo I°. Os cargos relacionados pelo Anexo III e que não tenham sido especificamente criados por leis anteriores, passam a integrar os quadros de pessoal da Prefeitura, ficando aprovados nos termos deste artigo.

Parágrafo 2°. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo.

(...)

Anexo III – Lei nº 10/2001

Cargos de Provimento em Comissão

Cargo	Quantidade	Referência
Advogado	1	27
Assessor de Gabinete	2	21
Assessor Jurídico	1	21
Chefe de Gabinete	1	29
Diretor Odontológico	1	30
Diretor de Escola	1	26
Diretor de Fiscalização Geral	1	27
Diretor de Obras	1	25
Diretor de Planejamento e Finanças	1	28
Diretor Municipal de Saúde	1	30
Médico Chefe	1	30

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do Anexo III, da Lei 10, de 31 de janeiro de 2001, do Município de Macaubal.

Todavia, modulou os efeitos da decisão, para assentar a aplicação do acórdão após o decurso do prazo de 120 dias, contados da data de sua publicação.

Eis a ementa do julgado (fls. 31, Vol. 3):

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI EDITADA PELO MUNICÍPIO DE MACAUBAL - CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO - CARGOS QUE NÃO SE DESTINAM À DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO - INADMISSIBILIDADE - FUNÇÕES MERAMENTE TÉCNICAS, BUROCRÁTICAS OU OPERACIONAIS QUE NÃO EXIGEM VÍNCULO DE CONFIANÇA E, PORTANTO, NECESSITAM SER PREENCHIDOS POR CONCURSO PÚBLICO - AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - DESCRIÇÃO QUE DEVE SER VEICULADA NA PRÓPRIA LEI - INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA POR AFRONTA AOS ARTIGOS 115, II E V, 111, COMBINADOS COM O ARTIGO 144, TODOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AÇÃO PROCEDENTE, COM MODULAÇÃO DOS EFEITOS."

Irresignado com o prazo concedido em modulação dos efeitos da decisão, o Município de Macaubal formulou "Pedido de Nova Modulação dos Efeitos" (fl. 8, Vol. 4). Postulou, em síntese, que a lei em questão continue sendo aplicada "até que os assuntos 'cargos comissionados' e 'advocacia pública municipal' sejam regulamentados pela Câmara Municipal de Macaubal/SP" (fl. 13, Vol. 4). Ainda, requereu a concessão "de prazo razoável para o início do devido processo legislativo pelo Prefeito Municipal de Macaubal/SP, com apresentação de novos Projetos de Leis Complementares à Câmara Municipal de Macaubal/SP" (fl. 18, Vol. 4).

Indeferido o pedido (fl. 5, Vol. 6), o Município interpôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados (fl. 25, Vol. 6).

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal (fl. 10, Vol. 7), o Município de Macaubal sustenta que o acórdão recorrido violou os artigos 93, IX; 102, I, "a"; e 125, § 2º, da Constituição Federal, pois:

(a) a despeito da oposição dos Embargos de Declaração, não foram sanadas as omissões apontadas;

(b) embora o Prefeito do Município e Macaubal tenha iniciado o devido processo legislativo visando sanar as inconstitucionalidades constatadas na presente ação direta, "em todas as oportunidades, a Câmara Municipal de Macaubal/SP rejeitou, por unanimidade, os Projetos de Leis Complementares de autoria do Prefeito do Município de Macaubal/SP" (fl. 23, Vol. 7);

(c) no caso, faz-se necessária uma nova modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de origem, determinando que a lei impugnada e declarada inconstitucional "continue sendo aplicada até que os assuntos 'cargos comissionados' e 'advocacia pública municipal' sejam regulamentados pela Câmara Municipal de Macaubal/SP" (fl. 24, Vol. 7).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Extraordinário, "para o fim de anular e/ou reformar o acórdão proferido, realizando-se o controle de constitucionalidade e, via de consequência, realizando nova modulação dos efeitos do acórdão que julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade estadual" (fl. 29, Vol. 7).

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, no tocante à suscitada ofensa ao art. 93, IX, da Carta Magna, o Juízo de origem não destoou do entendimento firmado por esta CORTE no julgamento do AI 791.292-QO-RG/PE (Rel. Min. GILMAR

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

MENDES, Tema 339).

Nessa oportunidade, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL assentou que o inciso IX do art. 93 da Constituição Federal de 1988 "exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão".

No caso em apreço, a fundamentação do acórdão recorrido alinha-se às diretrizes desse precedente.

Por fim, o recorrente se insurge quanto ao prazo fixado pelo Tribunal de origem em modulação dos efeitos do acórdão, nos seguintes termos a seguir citados (fl. 42, Vol. 3):

"Necessário, ainda, modular os efeitos da presente declaração de inconstitucionalidade, com fundamento no artigo 27 da Lei n° 9.868/99, que regulamentou o artigo 102, I, "a", da Constituição Federal, como forma de conferir à Administração Municipal tempo razoável para que reorganize, reestruturando seu quadro de pessoal, com a exoneração dos atuais ocupantes dos cargos em comissão, e a contratação de servidores que serão devidamente selecionados por meio do respectivo concurso público de provas, ou de provas e títulos. Por força dessa modulação, a proclamação de inconstitucionalidade somente terá eficácia após o decurso de 120 dias, contados desta decisão."

A argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão. Com efeito, analisar se o prazo concedido pela instância de origem seria ou não razoável para a contratação de novos servidores por meio de concurso público demanda, necessariamente, a revisão de fatos da causa.

Incide, no caso, o óbice da Súmula 279 desta CORTE: *Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.*

Nesse sentido, citem-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUÍZADA CONTRA LEI MUNICIPAL: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO."(RE 1161658-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 4/6/2020)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 27.08.2018. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES. INCORPORAÇÃO. LEI ESTADUAL 6.613/09. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. REVISÃO. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS E DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 280 DO STF. PRECEDENTES. 1. Para divergir do entendimento adotado pelo juízo a quo sobre a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei 6.613/09 e a respeito do preenchimento de pressuposto previsto em referida lei para a incorporação das gratificações em referência, seria necessário o reexame dos fatos e provas dos autos e de legislação local, o que impede o trânsito do apelo extremo. Incidência das Súmulas 279 e 280 do STF. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC. Inaplicável o artigo 85, § 11, CPC, porquanto não houve condenação do Recorrente em honorários na instância de origem." (ARE 1.130.563-AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 1º/2/2019)

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. 1. Dissentir da conclusão do Tribunal de origem quanto à modulação dos efeitos da decisão incidental de declaração de inconstitucionalidade demandaria o reexame dos fatos e do material probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279/STF. Precedentes. 2. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não é cabível, na hipótese, condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 512/STF). 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015." (RE 1164544-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 15/3/2019).

Do mesmo modo, quanto à razoabilidade dos prazos concedidos na instância de origem, a pretensão do recorrente esbarra no reexame das provas dos autos. Nesse sentido:

"Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. Concurso público. Militar. 3. Razoabilidade de prazo para matrícula em curso de formação. Necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório e da interpretação dada às cláusulas editalícias. Princípio da legalidade. Súmulas 279, 454 e 636. 4. Princípio da isonomia. Matrícula efetuada exclusivamente pela Internet. Fundamento autônomo não impugnado que inviabiliza o provimento recursal. Súmula 283. 5. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 868.446-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 1/6/2015)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. OFENSA REFLEXA AO TEXTO CONSTITUCIONAL. ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. PRECENDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. I - A alegada violação aos postulados constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, em regra, configura ofensa reflexa ao texto constitucional. II - A exigência do art. 93, IX, da Constituição, não impõe seja a decisão exaustivamente fundamentada, bastando que o julgador informe, de forma clara e concisa, as razões de seu convencimento, tal como ocorreu no caso em tela. III - Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, mormente no que diz respeito ao que seria um prazo razoável para a concessão do benefício discutido, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF. IV - Agravo regimental improvido." (AI 688.466-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe de 13/6/2008)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.124 **(1036)**

ORIGEM	: 20180610055715 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: EVERTON REIS DOS SANTOS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com amparo no art. 102, III, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ARTIGO 157, § 2º, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. EXCLUSÃO DA MAJORANTE NO ROUBO COM ARMA BRANCA. GARRAFA DE VIDRO. INVIABILIDADE. PREVISÃO LEGAL. DOSIMETRIA. PRIMEIRA FASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. PERÍDODO NOTURNO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO SEM ALTERAÇÃO DA PENA.

1. Declarada, incidentalmente, a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei nº 13.654/2018, houve o efeito repristinatório, mantendo-se vigente o art. 157, § 2º, I, do Código Penal, que estabelece como causa de aumento de pena para o crime de roubo o emprego de arma.

2. O art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal abrange também as armas impróprias, tais como faca, chave de fenda, pedaço de pau ou de vidro, garrafas de vidro e outras, que são artefatos capazes de causar dano à integridade física.

3. A prática de roubo no período noturno é circunstância que, por si só, não releva maior reprovabilidade da conduta.

4. Recurso parcialmente provido."

Em suas razões, a parte recorrente sustenta que o acórdão recorrido viola dispositivos constitucionais, pois, em suma, não seria o caso de declarar a inconstitucionalidade formal do art. 4º da Lei 13.654/18, decorrente de erro de publicação no diário interno do Senado Federal, uma vez que esta SUPREMA CORTE somente autoriza o controle judicial de regularidade do processo legislativo com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com a Constituição Federal no termos que esta disciplina o processo legislativo.

Por sua vez, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em suas contrarrazões, requer o desprovimento do presente recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Como se vê, baseada nos supracitados argumentos, a decisão recorrida reconheceu a ***inconstitucionalidade da Lei Federal 13.654/2018*** , de maneira que cabível a interposição do apelo extraordinário com base no art. 102, III, "b", da CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, c/c o art. 1.035, § 3º, III, do Código de Processo Civil.

Amparado no incidente de inconstitucionalidade 2018.00.2.005802-5, o TJDFT declarou a inconstitucionalidade formal da Lei 13.654/2018 na parte em que revogou o art. 157, § 2º, I, do Código Penal, por vício de tramitação do projeto de lei no Senado Federal.

In casu, o TJDFT detectou vício formal de inconstitucionalidade em temáticas estranhas ao procedimento legislativo constitucionalmente previsto na Seção VIII (arts. 59 a 69) da CARTA MAGNA, circunstância em que estaria

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

o Poder Judiciário legitimado para examinar a lisura jurídico-constitucional de seu trâmite pelas Casas Legislativas, sendo tal assertiva pautada no seguinte trecho do aresto impugnado:

"[...]

O eminente Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Relator da APR 2017.07.1.010160-6, arguiu a inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei 13.654/18, afirmando ser a referida questão prejudicial ao exame da apelação criminal interposta.

O incidente de inconstitucionalidade suscitado, de ofício, pelo eminente Relator da apelação criminal, foi acolhido pela Segunda Turma Criminal, tendo a arguição de inconstitucionalidade sido submetida ao Conselho Especial, com fundamento no artigo 97 da Constituição Federal, na Súmula Vinculante nº 10 e nos artigos 287 e 288, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

Ao apreciar o pedido, formulado no bojo da ARI n. 20180020058025ARI, a eminente Desembargadora Relatora VERA ANDRIGHI, asseverou que durante a tramitação do projeto de lei que deu origem à Lei 13.654/18 houve vício procedimental no Senado Federal, especificamente quanto ao erro na publicação do texto final do PLS nº 149/15 aprovado pela CCJC, que não permitiu o conhecimento da matéria pelos demais Senadores e a eventual interposição de recurso para apreciação do Plenário.

Afirmou, portanto, que uma fase do processo legislativo foi suprimida, em clara violação aos artigos 58, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e 91 do RISF. Ressaltou, ainda, que o vício identificado no processo legislativo é insanável e, por isso, não há convalidação por meio da sanção presidencial, conforme se vê da ADI 1050 (Relator (a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 27-08-2018 PUBLIC 28-08-2018).

Nessa senda, declarou a inconstitucionalidade incidental do artigo 4º da Lei 13.654/18, que revogou o inciso I do § 2º do artigo 157 do Código Penal, com efeitos 'ex nunc' (a partir da publicação do acórdão) e 'inter pars' (entre as partes).

[...]

Assim, diante da tese firmada pelo Conselho Especial em controle difuso (acórdão n. 1134967), não há mais o óbice da cláusula de reserva de Plenário para que este órgão fracionário também reconheça a inconstitucionalidade da Lei n. 13.654/2018 e deixe de aplicá-la no presente caso concreto, em especial diante do afastamento da modulação dos efeitos da declaração (acórdão n. 1165383), uma vez que, ao ser declarada a inconstitucionalidade de uma lei, está se reconhecendo um vício já existente 'ab initio', motivo pelo qual, como regra, não há falar em efeitos prospectivos.

Portanto, acolhida a tese de inconstitucionalidade da lei revogadora fica restabelecida a vigência da lei revogada, o que é conhecido por efeito repristinatório. Sendo assim, não há que se falar em inconstitucionalidade a ser considerada, devendo permanecer a possibilidade de configuração da majorante quando há utilização de arma branca.

Feitas estas considerações, no caso concreto, conforme consta da denúncia, o artefato utilizado foi uma garrafa de vidro. Tratando-se de instrumento capaz de causar dano a integridade física, deve ser considerado arma imprópria."

Ora, a rigor, essas particularidades versam sobre temáticas *interna corporis* , mais precisamente sobre normas regimentais intrínsecas ao âmbito de atuação de cada uma das respectivas Casas Legislativas. Imunes estão, portanto, do crivo judicial, pois não concernentes ao processo legislativo estatuído na CONSTITUIÇÃO FEDERAL, o que permitiria ao Poder Judiciário revisar os todos os atos praticados pelo Parlamento com base em seus próprios normativos; ocorre que esse expediente é repelido pela jurisprudência desta CORTE (MS 2588-AgR, Rel. Min. MENEZES DE DIREITO, DJe de 8/5/2009; MS 23388, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, PLENO, DJ de 20/4/2001; ARE 1219094, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 6/8/2019).

Nessa ordem, manifestei-me no MS 36.662-AgR, cuja ementa transcreve-se:

"CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE ATRIBUÍDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. INOCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. IMPOSSIBILIDADE. ASSUNTO INTERNA CORPORIS. SEPARAÇÃO DOS PODERES. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo. 2. É pacífica a orientação jurisprudencial desta SUPREMA CORTE no sentido de que, a proteção ao princípio fundamental inserido no art. 2º da CF/1988, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, afasta a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário nas questões de conflitos de interpretação, aplicação e alcance de normas meramente regimentais. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento." (MS 36.662 AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 7/11/2019).

Nesse julgado, conforme já afirmara anteriormente, não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto *interna corporis*, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo (*Direito constitucional*. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 763).

Efetivamente, trata-se de posicionamento pacificado no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que, em proteção ao princípio fundamental inserido no artigo 2º da CONSTITUIÇÃO, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, afasta a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário nas questões de conflitos de interpretação, aplicação e alcance de normas meramente regimentais (MS 33.558 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJe de 21/3/2016; MS 34578, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe-073, 10/04/2017; MS 26.062 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2008; MS 30.672 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Pleno, DJe de 17/10/2011; MS 26074, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ 13/9/2006; MS 34406, Rel. Min. EDSON FACHIN, Dje-139, 26/6/2017; MS 21.374, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, DJ de 2/10/1992).

Sublinhe-se ainda que, até que se declare a inconstitucionalidade de determinado lei editada pelo Poder Legislativo pátrio de modo devidamente fundamentado, o ato normativo goza de presunção de constitucionalidade quando inserto no nosso ordenamento jurídico (Cf, dentre outros precedentes: ADI 4758, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 6/3/2020; RE 626717-AgR-ED-ED, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 20/9/2019; RE 116622-AgR; e ADI 4143, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 6/9/2019).

À vista disso, esta SUPREMA CORTE vem chancelando a aplicação pelas instâncias jurisdicionais ordinárias do preceito federal ora em exame aos casos em que indicada a incidência da *novatio legis in mellius* , para os fins de exclusão da causa de aumento de pena constante do art. 157, § 2º , I, do Código Penal, revogado pela Lei 13.654/2018. Nesse sentido: RHC 181889, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 12/3/2020; RHC 176362, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 6/2/2020; RHC 179668, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe 14/2/2020.

A propósito, no RHC 179.668 salientei que, com a edição da Lei 13.654/18, *não mais se considera como causa de aumento o emprego de arma branca no crime de roubo*, sendo possível valorar essa circunstância na primeira fase da dosimetria da pena, haja vista não se tratar de um indiferente penal. Desse modo, considerei, naquela oportunidade, que, ao proceder à aplicação da Lei n. 13.654/18, o Juízo realizou a readequação das circunstâncias já descritas na sentença transitada em julgado, de modo a adequar a dosimetria realizada à nova legislação.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO para CASSAR o aresto recorrido, a fim de que o Juízo *a quo* redimensione, nos termos desta fundamentação, a dosimetria penal imposta ao recorrente, à luz da Lei nº 13.654/2018.**

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.268.932 **(1037)**

ORIGEM	: 10181949220148260405 - TJSP - COLÉGIO RECURSAL - 04ª CJ - OSASCO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S)	: DAIANE DE LIMA SANTANA
ADV.(A/S)	: ELIANA LINS GRIGORIO (314597/SP)

Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão no qual se condenou o Estado de São Paulo ao pagamento de verbas trabalhistas e sociais ao autor em relação ao período em que trabalhou como soldado temporário, nos termos da Lei federal 10.029/2000 e da Lei estadual 11.064/2002.

Neste RE, fundado no art. 102, III, **a**, da Constituição, alega-se, em suma, violação aos arts. 2°; 5°, II; 37, *caput*, II e IX; e 100, § 12, da mesma Carta, sob o argumento de que o recorrido não faz jus a direitos inerentes ao regime celetista, visto que fora contratado, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Ademais, sustenta-se a validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos na Lei 11.960/2009.

A pretensão recursal merece acolhida.

Isso porque, ao apreciar a ADI 4.173/DF, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, esta Corte julgou constitucional o dispositivo da Lei 10.029/2000 que autoriza o serviço militar voluntário sem o reconhecimento de vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, conforme se verifica da ementa do acórdão:

"FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI FEDERAL 10.029/2000. COMPETÊNCIA DA UNIÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PARA NORMAS GERAIS NA PREVISÃO DE PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR (CF, ARTS. 22, INCISO XXI E 144, §7º). CONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DE LIMITES DE IDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. A própria Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do Princípio da Predominância do Interesse, estabeleceu, *a priori* , diversas competências para cada um dos entes federativos e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e nos Municípios (CF, arts. 24 e 30, I).

2. **A Lei Federal 10.029/2000, que estabeleceu os parâmetros de organização de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, possui caráter nacional e foi editada dentro dos limites da competência da União (arts. 22, XXI, e 144, § 7º, da CF). Precedentes.**

3. É incompatível com a Constituição a limitação máxima de idade para a prestação de quaisquer serviços voluntários na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar. Inconstitucionalidade material da expressão e menores de vinte e três anos, constante do inciso I do art. 3º da Lei Federal 10.029/2000, por ausência de razoabilidade.

4. **Ao dispor que os voluntários por ela disciplinados terão direito ao recebimento de auxílio mensal de natureza indenizatória destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere essa lei (art. 6º), sem a configuração de vínculo empregatício ou de obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, em decorrência da relação jurídica constituída (art. 6º, § 2º), a Lei Federal 10.029/2000 não viola o artigo 37, I, II e IX, da Constituição Federal, dada a diversidade da natureza dos vínculos jurídicos estabelecidos.**

5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente" (grifei).

Verifico que o acórdão de origem destoa de tal entendimento ao condenar o ente federativo ao pagamento de verbas de natureza trabalhista, bem como averbar o respectivo tempo de serviço.

Destaco, ademais, julgados de ambas as Turmas deste Tribunal que já aplicaram o entendimento do precedente a casos semelhantes:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU DE OBRIGAÇÃO DE NATUREZA TRABALHISTA. LEI 10.029/2000. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADI 4.173/DF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (RE 1.178.917-AgR/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma).

"Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. 3. Serviço militar voluntário. Lei Federal 10.029/2000. Declaração de constitucionalidade pelo STF. ADI 4.173. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Negativa de provimento ao agravo regimental" (RE 1.178.492-AgR/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI FEDERAL N. 10.029/2000. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. VERBA HONORÁRIA MAJORADA EM 1%, PERCENTUAL QUE SE SOMA AO FIXADO NA ORIGEM, OBEDECIDOS OS LIMITES DOS §§ 2º, 3º E 11 DO ART. 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (ARE 1.197.268-ED/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma).

Isso posto, dou provimento ao recurso extraordinário para julgar improcedentes os pedidos na ação movida contra o Estado de São Paulo (art. 21, § 2°, do RISTF). Sem custas e honorários (art. 55 da Lei 9.099/1995).

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.007 **(1038)**

ORIGEM	: 08002970820154058201 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED.	: PARAÍBA
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S)	: INSTITUTO AOCP
ADV.(A/S)	: FABIO RICARDO MORELLI (64831/BA, 32877/ES, 167134/MG, 43575/PE, 31310/PR, 224503/RJ)
RECDO.(A/S)	: ANA RITA FALCAO DE LIMA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO DE ENFERMAGEM. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA. DECLARAÇÃO COM DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES. EXIGÊNCIA DESARRAZOADA. DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA CANDIDATA QUE SE PRESTAM À COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EXIGIDA.

1. Apelação interposta pelo AOCP, em face da sentença que julgou procedente o pedido, para que fosse considerada suficiente a documentação apresentada pela autora, com vistas à comprovação de experiência profissional em seleção para o cargo de Técnico de Enfermagem do Hospital Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba - HULW-UFPB.

2. A exigência da apelante de que a declaração apresentada pela candidata com vistas à comprovação de sua experiência profissional descreva as atividades desempenhadas mostra-se desarrazoada, tendo em vista que atuando como técnica de enfermagem, presume-se que a autora desempenha todas as atividades inerentes aos diplomados na citada profissão, conforme prevê o art. 10 do Decreto-Lei nº 94.406/1987.

3. Com o fim de comprovar a experiência profissional na atividade laboral de técnica em enfermagem, a apelada juntou: (a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, na qual consta que a autora desempenhou a atividade de técnica de enfermagem, no período de 01/06/1998 a 11/08/2005, no Hospital Antônio Targino em Campina Grande - PB; (b) declaração emitida pelo Hospital Antônio Targino, na qual consta que a autora desempenhou a função de técnica de enfermagem naquele hospital durante o período de 01/06/1998 a 11/08/2005; (c) declaração expedida pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, na qual consta a informação de que a autora exerceu a atividade de técnica em enfermagem durante o período de 08/2005 a 11/2012, no Hospital Jesus Nazareno.

4. Os documentos acostados pela Autora/Apelada prestam-se cabalmente à comprovação da experiência profissional exigida na seleção para o cargo de Técnico de Enfermagem . Apelação improvida".

O recurso extraordinário busca fundamento no art. 102, III, ***a***, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 2º; 5º, *caput,* e 37, *caput*, da CF.

O recurso não deve ser provido, tendo em vista que o acórdão recorrido fundamentou sua decisão na legislação infraconstitucional, no material fático-probatório dos autos e nas cláusulas do edital. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência das Súmulas 279 e 454/STF. Veja-se, nessa linha, o seguinte precedente, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 12.09.2018. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DISCUSSÃO SOBRE OBSERVÂNCIA DE REQUISITO PREVISTO NO EDITAL DO CERTAME. SÚMULAS 279 E 454 DO STF. PRECEDENTES.

1. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, seria necessário o reexame dos fatos e provas dos autos e das regras editalícias nas quais se baseou o Tribunal a quo. Incidência das Súmulas 279 e 454 do STF.

2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, CPC. Inaplicável a norma do artigo 85, § 11, CPC, em face da Súmula 512 do STF" (ARE 1.148.845-AgR, Rel. Min. Edson Fachin).

Diante do exposto, com base no art. 932, IV e VII, c/c o art. 1.042, § 5º, do CPC/2015, e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego provimento ao recurso. Existindo nos autos prévia fixação de honorários advocatícios, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, bem como eventual deferimento da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.350 **(1039)**

ORIGEM	: PROC - 50750125920194047100 - TRF4 - RS - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S)	: SHEILA RODRIGUES DE CARVALHO
ADV.(A/S)	: ANDRE LUIS BRILHANTE CASTANHEIRA (80416/RS)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, em que manteve a sentença que julgou o feito extinto sem resolução de mérito, tendo em vista que a autora não comprovou ter realizado pedido de prorrogação do benefício cujo restabelecimento é postulado, nem mesmo ter realizado novo pedido de concessão (eDOC 29, p. 1).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, aponta-se violações à Constituição da República.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que (eDOC 33, p. 7-8):

"Na hipótese em apreço, a matéria fática (incapacidade) era por demais conhecida pelo INSS (tanto que pagou à parte autora auxílio-doença

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

de 01/04/2016 a 09/05/2016 - NB 31 / 617.575.972-2) quando da cessação do benefício (ou, pelo menos, deveria a autarquia previdenciária ter adotado providências para certificar-se de que o quadro incapacitante não havia cessado), não se enquadrando na exceção assentada pelo Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o STF, não há necessidade de formulação de novo requerimento administrativo, porquanto o que se pretende não é o deferimento de um benefício por incapacidade ab initio, mas, sim, a manutenção de um benefício por incapacidade que já existia, em virtude da continuidade do quadro incapacitante."

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

A matéria discutida nestes autos já foi objeto de análise por esta Corte.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 631240-RG, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 10.11.2014, no qual se discutiu a necessidade do prévio requerimento administrativo como condição para acesso ao Judiciário com vistas à concessão de benefício previdenciário, Tema 350 da sistemática da repercussão geral, dentre outras, fixou a seguinte tese:

"A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas."

Na espécie, ao apreciar o recurso inominado, o Colegiado de origem asseverou que (eDOC 29, p. 1-2):

"Após a implantação do regime de alta programada pela MP nº 739/2016, mantida pela que a sucedeu, MP nº 767/2017, na atualidade convertida na Lei nº 13.457 (DOU 27/06/2017), a data de cessação do benefício passou a ser parte integrante do ato concessório. Assim, quando ausente prova de que requerida a prorrogação do benefício, presume-se a concordância do segurado com a data pré-fixada, pois não é possível exigir que a autarquia previdenciária pressuponha a permanência da incapacidade e mantenha ou conceda benefícios sem qualquer tipo de controle.

Nesse sentido, o Plenário do Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento de que a configuração do interesse de agir depende do prévio conhecimento da Administração acerca da matéria fática da qual depende a análise do pedido postulado na esfera judicial. Confira-se:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E ***INTERESSE EM AGIR****. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de* ***interesse*** *em* ***agir****, é preciso haver necessidade de ir a juízo.* ***2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise.*** *É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado.* ***4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão.*** *5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.(...) (RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11- 2014)(Grifei)* (Grifo no original)

No caso, ao deixar de realizar o pedido de prorrogação na esfera administrativa, a autora não levou ao conhecimento do INSS a alegada permanência do quadro incapacitante - matéria fática essencial à análise do pleito de restabelecimento do auxílio-doença. Nesse contexto, não vejo outra conclusão senão reconhecer a ausência de interesse de agir do demandante quanto ao ponto, nos termos do entendimento sedimentado pelo STF."

Sendo esses os fundamentos que embasam o acórdão, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem revela-se em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *b*, do Código de Processo Civil. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC, majoro em ¼ (um quarto) os honorários fixados anteriormente, devendo ser observados os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo e a suspensão da exigibilidade por ser a parte beneficiária da justiça gratuita.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.354 **(1040)**

ORIGEM	: PROC - 00014086920105040024 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S)	: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A
ADV.(A/S)	: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (3801/AC, 7566A/AL, A671/AM, 2215-A/AP, 17769/BA, 20015/DF, 12289/ES, 30476/GO, 8882-A/MA, 93271/MG, 15384-A/MS, 15103/A/MT, 15410-A/PA, 20283-A/PB, 808-A/PE, 5725/PI, 55288/PR, 020283/RJ, 517-A/RN, 5015/RO, 415-A/RR, 56888A/RS, 30029/SC, 392A/SE, 169709/SP, 5425/TO)
RECDO.(A/S)	: AIRES PERES SCHUERNER
ADV.(A/S)	: CRISTIANE ROSA DA SILVA (82849/RS)

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, assim ementado (eDOC 68, p. 1-4):

"ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/14. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS CRÉDITOS TRABALHISTAS. TAXA REFERENCIAL (TR). MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO STF. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCAE) SOMENTE APÓS 25/3/2015. No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4357 e 4372, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão "índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do artigo 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 62/09, fixando naquela oportunidade que os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por se entender que o Índice de Remuneração da Caderneta de Poupança (Taxa TR) se revela como meio inidôneo para promover a recomposição das perdas inflacionárias. 2. Nos autos da ArgInc 479- 60.2011.5.04.0231, de relatoria do Sr. Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sessão plenária do dia 4/8/2015, esta eg. Corte Superior, estendendo a mesma ratio decidendi adotada no RE 870.947/SE, até então, declarou a inconstitucionalidade por arrastamento da expressão "equivalentes à TRD", inserida no artigo 39 da Lei nº 8.177/91, que define a correção monetária dos débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias e, com base na técnica de interpretação conforme a Constituição para o texto remanescente do referido dispositivo, decidiu pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) à tabela de atualização monetária dos débitos trabalhistas. 3. O Supremo Tribunal Federal, em 14/10/2015, por meio de decisão monocrática da lavra do Ministro Dias Toffoli, nos autos da Reclamação n° 22.012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos, deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida por esta Corte na Arguição de Inconstitucionalidade n° TSTArgInc-479-60.2011.5.04.0231, bem como da tabela única editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Entendeu a Suprema Corte que a decisão do TST extrapolou o entendimento do STF no julgamento das ADINs supramencionadas, pois a posição adotada por esta Corte Superior usurpou a competência do Supremo para decidir, como última instância, controvérsia com fundamento na Constituição Federal, mormente porque o artigo 39 da Lei n° 8.177/91 não fora apreciado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade, nem submetido à sistemática da repercussão geral. 4. Na sessão de julgamento dos embargos de declaração contra o acórdão de julgamento da ArgInc 479- 60.2011.5.04.0231, em 20/3/2017, opostos pelo Município de Gravataí, pela União, pelo Conselho Federal da OAB, pelo Sindienergia, pela Fieac e pela CNI, publicado em 30/6/2017, modularam-se os efeitos da referida decisão para fixar como fator de correção dos débitos trabalhistas a Taxa TR (índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança), até 24/3/2015, e o IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir de 25/3/2015, na forma deliberada pelo c. Supremo Tribunal Federal. 5. Na esteira do princípio da isonomia e, resguardando o direito fundamental de propriedade, a Suprema Corte decidiu em 20/9/2017, nos autos do RE 870.947/SE, pela inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídicotributária, afastando em definitivo a aplicação da TR como índice de atualização monetária das dívidas da Fazenda Pública, fixando o IPCA-E como índice aplicável à hipótese. 6. A eg. Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão de julgamento do dia 5/12/2017, prevalecendo a divergência aberta pelo ministro Ricardo Lewandowski, julgou improcedente a Reclamação (RCL 22012) ajuizada pela Fenaban contra decisão do c. TST, que fixou a aplicação do IPCA-E como fator para a correção monetária dos débitos trabalhistas. Naquela assentada, concluiu que a decisão do c. TST, nos autos da ArgInc-479- 60.2011.5.04.0231, proferida no legítimo exercício de sua competência para o controle difuso de constitucionalidade, não afronta a competência do Supremo Tribunal Federal para julgamento das ADIs 2.418/DF e 3.740/DF. 7. Dessa forma, decisão do Tribunal Regional pela aplicação do IPCA-e como índice de correção

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

monetária aos débitos oriundos da presente reclamação a partir de 26/3/2015, está em conformidade com a jurisprudência atual desta Corte. Incólumes, portanto, os dispositivos legais e Constitucionais invocados. Agravo de instrumento conhecido e desprovido."

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, *a,* do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 5º, XXII; 100, §12 e 102, § 2º, da Constituição da República. Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que não se aplica, ao caso dos autos, o índice IPCA-E, uma vez que:

"*O E. STF não declarou a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 39 da Lei 8.177/91, e nem poderia fazê-lo, em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, pois as normas em questão disciplinam questões totalmente distintas, sem correlação ou interdependência*" (eDOC 73, p. 9).

Aduz-se, também, que a competência para eventual julgamento de inconstitucionalidade da Lei 8.177/91 seria do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade (eDOC 73, p. 9-10). Alega-se, ainda, que *"a legislação vigente, qual seja a Consolidação das Leis do Trabalho, prevê expressamente em seu art. 879 §7º que o índice de correção monetária para atualização é a Taxa Referencial"* (eDOC 73, p. 10).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se que o Tribunal de origem, quando do julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, asseverou (eDOC 68, p. 5-6):

"No julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4357 e 4372, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão "índice oficial da remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 62/09, fixando naquela oportunidade que os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), por se entender que o Índice de Remuneração da Caderneta de Poupança (Taxa TR) se revela como meio inidôneo para promover a recomposição das perdas inflacionárias.

O Tribunal Pleno desta eg. Corte Superior, em sessão plenária do dia 4/8/2015, nos autos do Processo ArgInc 479- 60.2011.5.04.0231, da relatoria do Sr. Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, publicada no DEJT 14/08/2015, estendendo a mesma "ratio decidendi" adotada pelo c. STF nos autos do RE 870.947/SE, até então, declarou a inconstitucionalidade por arrastamento da expressão "equivalentes à TRD", inserida no art. 39 da Lei nº 8.177/91, que define a correção monetária dos débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias, e, com base na técnica de interpretação conforme a Constituição para o texto remanescente do referido dispositivo, decidiu pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) à tabela de atualização monetária dos débitos trabalhistas."

Constata-se que eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo,* em relação ao índice de correção monetária aplicável à espécie, demandaria o reexame da legislação infraconstitucional pertinente (Lei 8.177/1991), de modo que possível ofensa à Constituição Federal, se existente, somente se verificaria de modo indireto ou reflexo, o que inviabiliza o processamento do recurso extraordinário.

Nesse mesmo sentido, confiram-se os seguintes julgados de ambas as Turmas desta Corte:

"EMENTA: DIREITO DO TRABALHO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE CRÉDITOS TRABALHISTAS. TEMA 660 DA RG. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. RECURSO PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu pela inexistência de repercussão geral da controvérsia relativa à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal (Tema 660 - ARE 748.371-RG, julgado sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes). 2. O acórdão recorrido examinou caso em que débitos trabalhistas foram atribuídos a pessoa jurídica de direito privado. Com efeito, para dissentir do acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação infraconstitucional aplicada, procedimento inviável neste momento processual. Precedentes. 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve fixação de honorários advocatícios. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 1248225-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 06.04.2020)

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO DO TRABALHO. APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA A DÉBITOS TRABALHISTAS: AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (ARE 1244888-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe 05.05.2020)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *b,* do CPC e art. 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.447 **(1041)**

ORIGEM : 00531393320168070001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : PRO-TCU PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S) : JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO (13802/DF, 60254/GO, 60254A/GO)
RECDO.(A/S) : AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.
ADV.(A/S) : RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS (44412/DF, 145814/MG)

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (eDOC 3, p. 126):

"APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E CIVIL. PLANO DE SAÚDE. INCLUSÃO DE PROGENITORES. HIPÓTESE NÃO PREVISTA EM REGULAMENTO DO PRO-TCU. EQUIPARAÇÃO DE PROGENITORES A GENITORES. POSSIBILIDADE. ANALOGIA. PARTICULARIDADE DO CASO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. SENTENÇA MANTIDA.

1. A existência de incontroversa paternidade socioafetiva entre progenitores e neta após o falecimento dos pais biológicos permite a equiparação como genitores, por analogia, para fins de inclusão como dependentes em plano de saúde.

2. Apelação conhecida e não provida. "

Os embargos de declaração foram rejeitados (eDOC 3, p. 164).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, *a*, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 5º, II; 8º, VI e 227, § 6º, da Constituição da República.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que não existe norma legal que obrigue a inclusão dos avós como dependentes no plano de saúde. Além disso, o Regulamento Geral do Pró-TCU possui um rol taxativos de pessoas que poderão usufrui do benefício, e, como não prevê a inclusão dos avós, há afronta a autonomia de vontade das partes (eDOC 3, p. 203).

Aduz-se, ainda, que não se pode obrigar a associação a adequar-se à realidade própria de cada associado, porquanto é direito deste desfiliar-se quando não se encontrar satisfeito com as condições ofertadas (eDOC 3, p. 203).

Argumenta-se, por fim, que a paternidade socioafetiva abrangida pela Constituição Federal é *"aquela havida entre pais e filhos biológicos ou adotados. A aplicação da referida norma ao caso caracterizaria em verdadeira alteração do dispositivo constitucional"* (eDOC 3, p. 205).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, destaco o seguinte trecho da sentença (eDOC 3, p. 31):

"Registre-se que no contrato firmado entre o PRÓ-TCU e a AMIL, é considerado como usuário dependente ou agregado "a pessoa que faça parte do grupo familiar do Usuário Titular, observando-se as disposições do Estatuto e do Regulamento Geral do Pro-TCU" - fl. 126v.

Ademais, compete à operadora de plano de saúde contratada incluir os beneficiários titulares e dependentes relacionados pelo Pró-TCU (itens 13.3 e 13.5).

A interpretação extensiva, tendo em vista a situação concreta em que se encontram os autores, deve ser privilegiada, não havendo justificativa para negativa de inclusão dos segundo e terceiro autores como beneficiários -dependentes. "

Quando do julgamento da apelação, o Tribunal de origem assim asseverou (eDOC 3, p. 132-133):

"Isso porque, embora a pretensão autoral seja de inclusão de progenitores - e não de genitores -, situação realmente não prevista no referido regulamento, o vínculo afetivo estabelecido entre a neta e seus avós - que a criaram desde a morte de seus pais, quando contava com quatro anos de idade (fato incontroverso), equipara-se à da paternidade socioafetiva. Destarte, necessário proceder à interpretação da norma e isso nada tem a ver com a alteração de cláusula.

(…)

A simples literalidade do citado art. 3°, VI, do regulamento arrostado revela uma escolha lexical deficiente, pois a palavra genitor, que significa aquele que gera, refere-se tão somente à paternidade biológica, relegando ao desamparo as relações decorrentes de paternidade socioafetiva, em nítida dissonância ao disposto no art. 227, § 6°, da Carta Magna. "

Na espécie, verifico que o Tribunal de origem apreciou a matéria à luz do conjunto fático probatórios dos autos e do Estatuto e do Regulamento Geral do Pro-TCU, o que inviabiliza o processamento do extraordinário ante a incidência dos óbices das Súmulas 279 e 454 do STF. Possível ofensa aos dispositivos constitucionais evocados, se existente, somente se viabilizaria de modo indireto o reflexo, tornando oblíqua eventual ofensa à Constituição Federal, o que não é suficiente a habilitar a via do recurso extraordinário.

Outrossim, observo que o acórdão recorrido, ao entender tratar-se, o caso dos autos, de relação de paternidade socioafetiva, alinhou-se à orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, a qual estima pela *"superação de óbices impostos por arranjos legais ao pleno desenvolvimento dos formatos de família construídos pelos próprios indivíduos em suas*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

relações afetivas interpessoais" (RE 898060, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 24.08.2017).

Nesse sentido, ressalto o julgado do Recurso Extraordinário 898.060, que assentou a relevância da dimensão jurídica da socioafetividade, ante a ausência de hierarquização entre as diferentes espécies de filiação, ampliando, assim, a tutela jurídica a todas as formas de manifestação da parentalidade. Reproduzo do voto condutor do acórdão mencionado o seguinte trecho:

"Se o conceito de família não pode ser reduzido a modelos padronizados, nem é lícita a hierarquização entre as diversas formas de filiação, afigura-se necessário contemplar sob o âmbito jurídico todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar, a saber: (i) pela presunção decorrente do casamento ou outras hipóteses legais (como a fecundação artificial homóloga ou a inseminação artificial heteróloga – art. 1.597, III a V do Código Civil de 2002); (ii) pela descendência biológica; ou (iii) pela afetividade."

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos dos arts. 932, IV, *a* e *b*, do CPC e 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.550 **(1042)**

ORIGEM	: 11011951320198130000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: JOSE AGLIDES FONSECA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RAFAEL BORGES PINHEIRO (93975/MG)
RECDO.(A/S)	: JANICE GOMES ZUMBA
ADV.(A/S)	: HENRIQUE SANTANA BORGES (112495/MG)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 4, Doc. 6):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – INPENHORABILIDADE BEM DE FAMÍLIA – INAPLICABILIDADE – DÍVIDA DE LOCAÇÃO – IMÓVEL DE FIADOR DE CONTRATO DE LOCAÇÃO – EXCEÇÃO A REGRA DA IMPENHORABILIDADE PREVISTA NO ART. 3º, VII, DA LEI 8.009/90 – MATÉRIA OBJETO DE SÚMULA 549 DO STJ. 1. Conforme preceitua o art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº. 8.009/90, o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelo executado. 2. Entretanto, a referida legislação trouxe as hipóteses de exceção à regra da impenhorabilidade do imóvel de família, entre elas, a dívida por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação (art.3º, VII, da Lei 8.009/90). 3. Nessa linha, a exceção a regra da impenhorabilidade restou sumulada pelo STJ nº 549. 4. Recurso conhecido e não provido. (Relatora) V.V. AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DÍVIDA FUNDADA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL – BEM DE FAMÍLIA DE FIADOR – PENHORA – IMPOSSIBILIDADE. Consoante recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, não se admite a penhorabilidade de bem de família do fiador de contrato de locação comercial, em respeito à dignidade da pessoa humana e à proteção à família. (1º vogal)

No apelo extremo, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente alega violação a dispositivos constitucionais. Sustenta, em suma, que "a decisão recorrida, ao julgar válida a penhora de imóvel residencial dos fiadores em contrato de locação comercial – locação essa que não se presta à promoção do próprio direito fundamental à moradia –, contrariou o disposto nos artigos 1º, III (dignidade da pessoa humana), e 6º (direito à moradia) da Constituição da República, motivo pelo qual há de ser reformada" (fl. 8, Doc. 9).

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

De outro lado, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento do RE 612.360-RG (Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tema 295), fixou a seguinte tese:

"*É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3°, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6° da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000.*"

Veja-se a ementa do referido julgado:

"CONSTITUCIONALIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR. RATIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA POR ESTA SUPREMA CORTE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL." (Tribunal Pleno, DJe de 03/09/2010)

O acórdão recorrido não divergiu desse entendimento, razão pela qual merece ser mantido.

Quanto ao recente julgado proferido pela Primeira Turma do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no RE 605.709/SP (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Rel. para Acórdão Min. ROSA WEBER, DJe de 18/2/2019), em que foi afastada a penhorabilidade do bem de família de fiador em contrato de locação comercial, tratando-se de posição isolada desta CORTE, não se sobrepõe ao precedente formado pelo Tribunal Pleno sob a sistemática da repercussão geral.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.882 **(1043)**

ORIGEM	: 50010195520174047131 - TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S)	: MARIZA DE MORAES
ADV.(A/S)	: MARIVONE HARDT BETIOLLO (37831/RS)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao Recurso Inominado do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS apenas para afastar a DIP fixada na sentença. No mais, confirmou a sentença na parte em que reconheceu o exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período de 1º/1/1980 a 31/12/1983 e admitiu o seu cômputo para fins de carência, concedendo a aposentadoria por idade híbrida a contar da DER (22/2/2017).

Opostos Embargos de Declaração por ambas as partes (Docs. 11 e 13), foram rejeitados (Doc. 15).

No apelo extremo (Doc. 19), interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente alega violação aos arts. 2º; 97; 195, §5°; e 201, da Constituição Federal, pois (a) "a instituição do benefício de aposentadoria por idade híbrida foi implementada tendo por público-alvo os trabalhadores rurais, conforme se observa da univocidade do artigo 48, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ou seja, aqueles trabalhadores rurais atuais (e não do passado) que tenham exercido algum labor urbano no decorrer da vida" (fl. 6, Doc. 19); (b) "o acórdão recorrido, ao decidir por estender o referido benefício também aos trabalhadores urbanos, com fundamento na isonomia e na equivalência entre urbanos e rurais, e a despeito de contribuições vertidas ao sistema, acabou por violar o princípio da prévia fonte de custeio" (fl. 6, Doc. 19); (c) "a extensão de benefício com base na isonomia encontra empecilho na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, consoante se observa do teor da Súmula Vinculante 37; (d) o Poder Judiciário atuou, no caso, como legislador positivo, violando o princípio da separação dos poderes; e (e) "ao possibilitar o reconhecimento, para fins de carência, do tempo rural anterior à vigência da Lei 8.213/1991, acabou por afastar a aplicação do artigo 55, § 2º, da Lei nº 8.213/91", violando, assim, a cláusula de reserva do plenário, bem como a Súmula Vinculante 10/STF (fl. 9,Vol. 15).

O Recurso Extraordinário foi admitido, e os autos foram remetidos a esta SUPREMA CORTE (Doc. 23).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Quanto à alegação de violação ao art. 97 da Constituição Federal, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no ARE 868.457-RG (Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tema 805), ao examinar a existência de repercussão geral das questões debatidas, asseverou que "o princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88) que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial". Nesse sentido, veja-se a ementa do julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. JUIZADOS ESPECIAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO (ART. 97 DA CF/88). ALEGAÇÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. O princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88), que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial. 2. A manifesta improcedência da alegação de ofensa ao art. 97 da Carta Magna pela Turma Recursal de Juizados Especiais demonstra a ausência da repercussão geral da matéria, ensejando a incidência do art. 543-A do CPC. 3. É de natureza infraconstitucional a controvérsia relativa à legitimidade da retroação dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário, nas hipóteses em que o segurado preencheu, na data de entrada do requerimento administrativo, os requisitos para a concessão de prestação mais vantajosa. 4. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 5. Ausência de repercussão geral das questões suscitadas, nos termos do art. 543-A do CPC." (ARE 868.457 RG, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 27/4/2015)

Além disso, o Juízo de origem, com base na legislação ordinária de regência (Lei 8.213/1991), na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no conteúdo fático-probatório constante dos autos, manteve a sentença de parcial procedência do pedido, mediante os seguintes fundamentos (fls. 2-4, Doc. 9):

"No dia 04.09.2019, foram publicados acórdãos do STJ em atenção ao julgamento relativo ao Tema nº 1.007 (REsp nº 1.674.221 e REsp nº 1.788.404), firmando-se a seguinte tese:

"O tempo de serviço rural, ainda que remoto e descontínuo, anterior ao advento da Lei 8.213/1991, pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições, nos termos do art. 48, § 3o. da Lei 8.213/1991, seja qual for a predominância do labor misto exercido no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo".

[…]

Com efeito, em atenção à tese assentada em 04.09.2019, para fins de concessão de aposentadoria por idade híbrida, o tempo de serviço rural anterior ao advento da Lei nº 8.213/1991 pode ser computado como tempo de carência:

1) ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições, nos termos do art. 48, § 3º da Lei nº 8.213/1991;

2) seja qual for a predominância do labor misto exercido no período de carência;

3) seja qual for o tipo de trabalho (rural ou urbano) exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo.

Assim sendo, no caso, o tempo de serviço rural já reconhecido, que é anterior ao advento da Lei nº 8.213/1991, pode ser computado como tempo de carência para fins de concessão da pretendida aposentadoria por idade híbrida, motivo pelo qual o voto é no sentido de negar provimento ao recurso do INSS no particular."

Trata-se de matéria situada no contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

Mesmo que fosse possível superar todos esses graves óbices, a argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que o acolhimento do recurso passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta CORTE: *Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.*

No mesmo sentido, veja-se recente precedente do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Previdenciário. Atividade rural. Contagem para fins de aposentadoria. Requisitos. Matéria infraconstitucional. Prova do trabalho rural. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame da legislação infraconstitucional nem dos fatos ou das provas constantes dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 2. Agravo regimental não provido. 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita." (ARE 1.205.572-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – Presidente, Tribunal Pleno, DJe de 9/8/2019)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.884 **(1044)**

ORIGEM	: 50047177920154047118 - TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S)	: SANTA SCHERER
ADV.(A/S)	: ELISANGELA DOS SANTOS FRANCOIS (75441/RS)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que, em juízo de retratação em decorrência do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1007, deu provimento ao Recurso Inominado da parte autora para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a conceder-lhe aposentadoria por idade híbrida a contar de 9/7/2015 (Doc. 14).

Os Embargos de Declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS foram rejeitados (Doc. 18).

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, alega-se violação aos arts. 2º; 97; 195, §5°; e 201, da Constituição, pois (a) "a instituição do benefício de aposentadoria por idade híbrida foi implementada tendo por público-alvo os trabalhadores rurais, conforme se observa da univocidade do artigo 48, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ou seja, aqueles trabalhadores rurais atuais (e não do passado) que tenham exercido algum labor urbano no decorrer da vida" (fl. 6, Doc. 22); (b) "o acórdão recorrido, ao decidir por estender o referido benefício também aos trabalhadores urbanos, com fundamento na isonomia e na equivalência entre urbanos e rurais, e a despeito de contribuições vertidas ao sistema, acabou por violar o princípio da prévia fonte de custeio" (fl. 6, Doc. 22); (c) a extensão de benefício com base na isonomia encontra empecilho na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, consoante se observa do teor da Súmula Vinculante nº 37; (d) o Poder Judiciário atuou, no caso, como legislador positivo, violando o princípio da separação dos poderes; e (e) ao afastar a aplicação do artigo 55, § 2º, da Lei 8.213/91, violou a cláusula de reserva do plenário, bem como a Súmula Vinculante 10/STF.

Posteriormente, o o Recurso Extraordinário foi admitido e os autos remetidos a esta SUPREMA CORTE (Doc. 26).

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Quanto à alegação de violação ao art. 97 da Constituição Federal, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no ARE 868.457-RG (Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tema 805), ao examinar a existência de repercussão geral das questões debatidas, asseverou que "o princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88) que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial". Nesse sentido, veja-se a ementa do julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. JUIZADOS ESPECIAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO (ART. 97 DA CF/88). ALEGAÇÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. O princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88), que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial. 2. A manifesta improcedência da alegação de ofensa ao art. 97 da Carta Magna pela Turma Recursal de Juizados Especiais demonstra a ausência da repercussão geral da matéria, ensejando a incidência do art. 543-A do CPC. 3. É de natureza infraconstitucional a controvérsia relativa à legitimidade da retroação dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário, nas hipóteses em que o segurado preencheu, na data de entrada do requerimento administrativo, os requisitos para a concessão de prestação mais vantajosa. 4. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 5. Ausência de repercussão geral das questões suscitadas, nos termos do art. 543-A do CPC." (ARE 868.457 RG, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 27/4/2015)

Além disso, o Juízo de origem, com base na legislação ordinária de regência (Lei 8.213/91), na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no conteúdo fático-probatório constante dos autos, deu provimento ao Recurso Inominado da parte autora, mediante os seguintes fundamentos (fls. 1-2, Doc. 14):

"Retornam os autos, por determinação da Presidência das Turmas Recursais, para a manutenção ou adequação do julgado tendo em vista o entendimento firmado pelo STJ no julgamento do Tema 1007 (Evento 75):

Tema STJ 1007 - Possibilidade de concessão de aposentadoria híbrida, prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, mediante o cômputo de período de trabalho rural remoto, exercido antes de 1991, sem necessidade de recolhimentos, ainda que não haja comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.

Tese firmada: O tempo de serviço rural, ainda que remoto e descontínuo, anterior ao advento da Lei 8.213/1991, pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições, nos termos do art. 48, § 3º. da Lei 8.213/1991, seja qual for a predominância do labor misto exercido no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo.

Decido.

No acórdão de Evento 31, esta 2ª Turma Recursal negou, por maioria, a possibilidade de concessão de aposentadoria por idade híbrida mediante cômputo de período de labor rural remoto, de 01/01/1971 a 31/12/1982, interregno que já havia sido reconhecido na via administrativa.

Tendo em vista que o óbice quanto à possibilidade de contagem de tempo rural remoto para fins de carência restou superado no julgamento do Tema 1007 pelo STJ, tenho que é caso de, com efeito, modificar o acórdão em sede de juízo de retratação.

Observo que o INSS reconheceu que a autora havia recolhido 74 contribuições previdenciárias até a DER (09/07/2015 - Evento 1 - PROCADM5, p. 49). Além disso, reconheceu também o exercício de labor rural na condição de segurada especial no período de 01/01/1971 a 31/12/1982. Nessas circunstâncias, considerando que o tempo de labor rural reputado comprovado é suficiente para completar os 126 meses restantes para o preenchimento do requisito de carência, forçoso reconhecer o direito da autora ao benefício de aposentadoria por idade híbrida desde a DER.

Assim, o voto é por, em sede de juízo de retração, dar provimento ao recurso da parte autora, para condenar o INSS a conceder aposentadoria por idade híbrida em seu favor, a contar de 09/07/2015."

Trata-se de matéria situada no contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

Além disso, mesmo que fosse possível superar todos esses graves óbices, a argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que o acolhimento do recurso passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta CORTE: *Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.*

No mesmo sentido, veja-se recente precedente do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Previdenciário. Atividade rural. Contagem para fins de aposentadoria. Requisitos. Matéria infraconstitucional. Prova do trabalho rural. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame da legislação infraconstitucional nem dos fatos ou das provas constantes dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 2. Agravo regimental não provido. 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita." (ARE 1.205.572-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – Presidente, Tribunal Pleno, DJe de 9/8/2019)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.885 **(1045)**

ORIGEM	: PROC - 50047169420154047118 - TRF4 - RS - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S)	: EVA JUDIT DREY
ADV.(A/S)	: ELISANGELA DOS SANTOS FRANCOIS (75441/RS)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que, em juízo de retratação ao entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema 1007, anulou a sentença e determinou a reabertura da instrução processual, a fim de que fosse analisado o pedido de reconhecimento de tempo rural. (Doc. 20).

Os Embargos de Declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS foram rejeitados (Doc. 24).

No apelo extremo (Doc. 28), interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, alega-se violação aos arts. 2º; 97; 195, §5°; e 201, da Constituição, pois (a) "a instituição do benefício de aposentadoria por idade híbrida foi implementada tendo por público-alvo os trabalhadores rurais, conforme se observa da univocidade do artigo 48, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ou seja, aqueles trabalhadores rurais atuais (e não do passado) que tenham exercido algum labor urbano no decorrer da vida" (fl. 6, Doc. 28); (b) "o acórdão recorrido, ao decidir por estender o referido benefício também aos trabalhadores urbanos, com fundamento na isonomia e na equivalência entre urbanos e rurais, e a despeito de contribuições vertidas ao sistema, acabou por violar o princípio da prévia fonte de custeio" (fl. 6, Doc. 28); (c) a extensão de benefício com base na isonomia encontra empecilho na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, consoante se observa do teor da Súmula Vinculante 37; (d) o Poder Judiciário atuou, no caso, como legislador positivo, violando o princípio da separação dos poderes; e (e) ao afastar a aplicação do artigo 55, § 2º, da Lei 8.213/1991, o acórdão recorrido violou a cláusula de reserva do plenário, bem como a Súmula Vinculante 10/STF.

O Recurso Extraordinário foi admitido, e os autos foram remetidos a esta SUPREMA CORTE (Doc. 32).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Quanto à alegação de violação ao art. 97 da Constituição Federal, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no ARE 868.457-RG (Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tema 805), ao examinar a existência de repercussão geral das questões debatidas, asseverou que "o princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88) que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial". Nesse sentido, veja-se a ementa do julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. JUIZADOS ESPECIAIS. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO (ART. 97 DA CF/88). ALEGAÇÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. O princípio da reserva de plenário não se aplica no âmbito dos juizados de pequenas causas (art. 24, X, da Constituição Federal) e dos juizados especiais em geral (art. 98, I, da CF/88), que, pela configuração atribuída pelo legislador, não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial. 2. A manifesta improcedência da alegação de ofensa ao art. 97 da Carta Magna pela Turma Recursal de Juizados Especiais demonstra a ausência da repercussão geral da matéria, ensejando a incidência do art. 543-A do CPC. 3. É de natureza infraconstitucional a controvérsia relativa à legitimidade da retroação dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário, nas hipóteses em que o segurado preencheu, na data de entrada do requerimento administrativo, os requisitos para a concessão de prestação mais vantajosa. 4. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 5. Ausência de repercussão geral das questões suscitadas, nos termos do art. 543-A do CPC." (ARE 868.457 RG, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 27/4/2015)

Além disso, o Juízo de origem, com base na legislação ordinária de regência (Lei 8.213/1991), na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no conteúdo fático-probatório constante dos autos, deu provimento ao Recurso Inominado da parte autora, mediante os seguintes fundamentos (fls. 7-8, Doc. 20):

"Na hipótese específica dos autos, estando suprido o requisito etário - a parte autora completou 60 anos de idade em 2014 -, resta aferir se cumpriu a carência prevista para a espécie em julgamento, ou seja, 180 meses (art. 142 da Lei nº 8.213/1991).

Pois bem, a parte autora pretende comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período entre 12/11/1965 a 12/09/1975. No entanto, embora tenha apresentado início de prova material da atividade rural, não foi produzida prova testemunhal para confirmar o tempo rural postulado.

Sendo assim, buscando evitar supressão de instância, impõe-se a anulação da sentença e a reabertura da instrução processual, a fim de que seja analisado o pedido de reconhecimento de tempo rural no período supramencionado.

Ante o exposto, voto por, adequando a decisão anteriormente proferida, anular a sentença, em juízo de retratação. "

A argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que o acolhimento do recurso passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta CORTE: *Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.*

Por fim, trata-se de matéria situada no contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

No mesmo sentido, veja-se recente precedente do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Previdenciário. Atividade rural. Contagem para fins de aposentadoria. Requisitos. Matéria infraconstitucional. Prova do trabalho rural. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame da legislação infraconstitucional nem dos fatos ou das provas constantes dos autos. Incidência da Súmula nº 279/STF. 2. Agravo regimental não provido. 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita." (ARE 1.205.572-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – Presidente, Tribunal Pleno, DJe de 9/8/2019)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.196 **(1046)**

ORIGEM	: 10011685120198260132 - TJSP - COLÉGIO RECURSAL - 15ª CJ - CATANDUVA
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S)	: GERALDO CELLI
ADV.(A/S)	: FLAVIA FRANCIELLY BRAGHINI (362172/SP)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 2, Doc. 7):

"RECURSO INOMINADO. Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. Art. 46 da Lei nº 9.099/1995. SERVIDOR PÚBLICO. Contribuição previdenciária. Isenção parcial. Doença incapacitante. Recurso improvido."

Opostos Embargos de Declaração (Doc. 9), foram rejeitados (Doc. 10).

No apelo extremo (Doc. 12), interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente alega ter o acórdão recorrido violado dispositivos constitucionais. Em suma, defende que a imunidade previdenciária parcial, prevista no § 21 do art. 40 da Constituição Federal, aplica-se tão somente aos servidores civis, não podendo ser estendida aos militares.

Em contrarrazões (Doc. 14), a recorrida postula, em síntese, a manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

A matéria discutida no acórdão tem caráter constitucional e foi prequestionada, tendo, inclusive, recebido o selo da repercussão geral pelo Pleno deste Tribunal, conforme se exporá a seguir.

Assiste razão ao recorrente.

No caso, o Tribunal de origem manteve a sentença que concluiu ser aplicável ao ora recorrido, militar aposentado, o art. 40, § 21, da CF/1988 que prevê a "imunidade parcial de contribuição previdenciária, (...) tanto para os servidores civis quanto para os militares, portadores de doenças incapacitantes" (fl. 3, Doc. 7).

Todavia, esse entendimento diverge da orientação firmada pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na análise do RE 570.177 (Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tema 15), julgado pela sistemática da repercussão geral, em que se assentou que aos militares não se aplica o regime jurídico dos servidores civis. Confira-se:

"CONSTITUCIONAL. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO. SOLDO. VALOR INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1º, III, 5º, *CAPUT*, E 7º, IV, DA CF. INOCORRÊNCIA. RE DESPROVIDO. I - A Constituição Federal não estendeu aos militares a garantia de remuneração não inferior ao salário mínimo, como o fez para outras categorias de trabalhadores. II - **O regime a que submetem os militares não se confunde com aquele aplicável aos servidores civis, visto que têm direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos próprios.** III - Os cidadãos que prestam serviço militar obrigatório exercem um múnus público relacionado com a defesa da soberania da pátria. IV - A obrigação do Estado quanto aos conscritos limita-se a fornecer-lhes as condições materiais para a adequada

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

prestação do serviço militar obrigatório nas Forças Armadas. V - Recurso extraordinário desprovido. (grifo nosso)

No mesmo sentido, vejam-se as seguintes decisões: ARE 1.149.867/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 28/8/2018; ARE 1.112.910/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 15/8/2018; e ARE 1076718/SP, de minha relatoria, DJe de 7/12/2017.

Diante do exposto, com base no art. 21, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, para julgar improcedente o pedido inicial.

Invertam-se os ônus sucumbenciais.

Ficam AMBAS AS PARTES advertidas de que:

- a interposição de recursos manifestamente inadmissíveis ou improcedentes, ou meramente protelatórios, acarretará a imposição das sanções cabíveis;

- decorridos 15 (quinze) dias úteis da intimação de cada parte sem a apresentação de recursos, será certificado o trânsito em julgado e dada baixa dos autos ao Juízo de origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.296 **(1047)**

ORIGEM	: 50032899320184047203 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: TRANSSECCHI TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA - EPP
ADV.(A/S)	: RUDIMAR ROBERTO BORTOLOTTO (198447/MG, 70326/PR, 79441A/RS, 7910/SC)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 155, Doc. 3):

"CONTRIBUIÇÃO AO PIS E COFINS. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DOS VALORES ATINENTES À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA (CPRB). DESCABIMENTO. Não tem o contribuinte o direito excluir os valores atinentes à Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS."

No apelo extremo (fls. 185-201, Doc. 3), interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, alega-se violação aos artigos 5º, LIV; 195, I, "b"; e 145, § 1º, da Carta Magna. Em síntese, a recorrente se insurge em relação ao entendimento formulado pelo Tribunal de origem no sentido de que o contribuinte não tem direito de excluir os valores atinentes à Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS. Para tanto, alegou que (a) "os valores recolhidos a título de CPRB não pertencem à empresa, mas sim à União. O contribuinte apenas cobra essa quantia por ser uma obrigação, mas logo após já repassa esse valor para os cofres públicos, não sendo o titular desse percentual" (fl. 195, Vol. 3); (b) "há nítida inconstitucionalidade na inclusão da CPRB nas bases de cálculo das contribuições sociais, porque esses valores não agregam ao patrimônio da companhia, permanecendo transitoriamente nos cofres da empresa para, posteriormente, serem repassados ao Ente Tributante. Então, não estão incluídos no conceito de faturamento" (fl. 196, Doc. 3); (c) o entendimento firmado por esta CORTE no RE 574.706 (Tema 69) deve ser aplicado, por analogia, à hipótese dos autos.

Ao final, requer a reforma do acórdão recorrido a fim de que seja determinada a exclusão da contribuição previdenciária da receita bruta - CPRB da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como reconhecido o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Quanto à alegação de afronta ao art. 5º, LIV, da Constituição, o apelo extraordinário não tem chances de êxito, pois esta CORTE, no julgamento do ARE 748.371-RG/MT (Rel. Min. GILMAR MENDES, Tema 660), rejeitou a repercussão geral da alegada violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada ou aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, quando se mostrar imprescindível o exame de normas de natureza infraconstitucional.

Além disso, o Juízo de origem, com base na legislação ordinária pertinente e na jurisprudência do STJ, afastou a aplicação do Tema 69 à hipótese dos autos aos seguintes fundamentos (fls. 156-157, Doc. 3):

"A impetrante pretende ver excluídos os valores atinentes à Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, e o faz com fundamento na conclusão do Supremo Tribunal Federal a respeito da não inclusão dos valores referentes ao ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS.

Ocorre que a redação do art. 3º, caput, da Lei nº 9.718, de 1998 (inclusive de forma expressa a partir da redação dada pela Lei nº 12.973, de 2014), em tese autoriza a inclusão dos valores referentes à Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB) no conceito de receita bruta, e não caberia afastar da base de cálculo do tributo esses valores porque essa exclusão não é prevista na lei de regência.

Por outro lado, não cabe aplicar ao caso a conclusão jurídica obtida com relação ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (v.g. STF, RE nº 240.785, Tribunal Pleno, julgado em 08-10-2014), porque se trata aqui de outra situação, e não é dado aplicar-se a analogia em matéria tributária, seja para cobrar tributos, seja para desonerar o contribuinte de pagá-los. Tanto é assim que o Supremo Tribunal Federal tem se preocupado em firmar, nos seus julgamentos atinentes a matéria tributária submetidos a repercussão geral, teses restritivas, como no caso do "TEMA nº 69" - RE 574.706/PR - ("O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS"), justamente para que as instâncias ordinárias não as apliquem - indevidamente - por analogia ou extensão.

Daí que não é possível estender a orientação do Supremo Tribunal Federal ("O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS") para excluir da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS os valores referentes à Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta (CPRB)."

Trata-se de matéria situada no contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

Ficam AMBAS AS PARTES advertidas de que:

- a interposição de recursos manifestamente inadmissíveis ou improcedentes, ou meramente protelatórios, acarretará a imposição das sanções cabíveis;

- decorridos 15 (quinze) dias úteis da intimação de cada parte sem a apresentação de recursos, será certificado o trânsito em julgado e dada baixa dos autos ao Juízo de origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.465 **(1048)**

ORIGEM	: 08032217420154058400 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S)	: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
ADV.(A/S)	: FREDERICO AUGUSTO BORBA DE SOUZA (916-A/RN)
RECDO.(A/S)	: EUCLIDES ALVES DA SILVA NETO
ADV.(A/S)	: ANTONIO ALEXANDRE DE LIMA CASTRO (8725/AL)

Vistos etc.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Aparelhado o recurso na afronta ao art. 37, I e II, da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Não prosperam as alegações de ofensa ao texto constitucional, porquanto compreensão diversa do entendimento adotado pelo Tribunal de origem demandaria a análise prévia da legislação infraconstitucional aplicável, bem como o revolvimento da moldura fática delineada no acórdão recorrido, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Aplicação da Súmula nº 279/STF.

Na esteira da Súmula nº 636/STF: *"Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".*

Dessarte, desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal. Colho precedentes:

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Concurso público. Sistema de cotas. Autodeclaração falsa. Fatos e provas. Edital. Reexame. Impossibilidade. Legislação local. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. Inviável, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos, bem como da legislação local e das cláusulas que regem o concurso público. Incidência das Súmulas nºs 279, 280 e 454/STF. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita" (ARE 1239290-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Presidente, Tribunal Pleno, DJe 03.02.2020).

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA NAS VAGAS DESTINADAS AOS NEGROS E PARDOS. SISTEMA DE COTAS. CRITÉRIOS DA AUTODECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO E DE CLÁUSULAS DO EDITAL: SÚMULAS NS. 279 E 454 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (ARE 1200804-AgR-segundo, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª Turma, DJe 25.11.2019).

Por conseguinte, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.512 **(1049)**

ORIGEM	: 50092102720184047205 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: ZEN S.A. INDUSTRIA METALURGICA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO PACHER (19040/SC)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 129, Vol. 1):

"TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. LEI 13.670/2018. LEI 9.430/1996. A alteração introduzida pelo artigo 6º da Lei 13.670/2018, que incluiu o inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, não confronta princípios constitucionais ou legais. Precedentes dos Tribunais Superiores e deste Tribunal."

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente sustenta que o acórdão recorrido violou o art. 150, II e III, da Constituição, pois a modificação introduzida pela Lei 13.670/2018, além de inconstitucional, somente poderia ser válida (à luz do princípio da irretroatividade) a partir de 2019, e não a contar de sua publicação.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar, formal e motivadamente, a repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 327, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, foram os seguintes os fundamentos do acórdão recorrido para manter a sentença que denegou a segurança (fls. 130-132, Vol. 1):

"Em relação à possibilidade de compensação de débitos/créditos, dispõe a L 9.430/1996:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

[...]

§ 3º Além das hipóteses previstas nas leis específicas de cada tributo ou contribuição, ***não poderão ser objeto de compensação*** *mediante entrega, pela sujeito passivo, da declaração referida no § 1º:*

[...] (nosso grifo)

O art. 6º da L 13.670/2018 incluiu, além de outras alterações, o seguinte dispositivo na L 9.430/1996:

IX - os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) apurados na forma do art. 2º desta Lei.

Vale transcrever o mencionado art. 2º:

Art. 2º A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pela pagamento do imposto, em cada mês, determinado sobre base de cálculo estimada, mediante a aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta definida pela art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, auferida mensalmente, deduzida das devoluções, vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 e nos arts. 30, 32, 34 e 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Assim, a norma que permitia ao contribuinte a compensação de valores não constitui direito adquirido, posto não haver direito a regime jurídico instituído por lei, conforme a iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF, Segunda Turma, AgR 706240, rel. Ricardo Lewandowski, DJe 15 ago.2014; STF, Tribunal Pleno, RE 344994, rel p/acórdão Eros Grau, DJe 28ago.2009; STF, Primeira Turma, AgR 511024, rel. Eros Grau, DJ 5ago.2005).

Também não se enquadra como ato jurídico perfeito qualquer situação como a presente, especialmente considerando ser o benefício de natureza temporária decorrente de política tributária (inc. XXXVI do art. 5º da Constituição).

A irretratabilidade prevista no art. 3º da L 9.430/1996 é restrição destinada ao contribuinte e ao Fisco em sua face administrativa, mas não à face de Poder Legislativo do Estado. Ainda no ponto, o Superior Tribunal de Justiça, na análise dos arts. 170 e 170-A do Código Tributário Nacional, consolidou a jurisprudência no seguinte sentido: *"3. É certo que o suporte fático que dá ensejo à compensação tributária é a efetiva existência de débitos e créditos recíprocos entre o contribuinte e a Fazenda, a significar que, inexistindo um desses pilares, não nasce o direito de compensar. Daí* ***a acertada conclusão de que a lei que regula a compensação é a vigente à data do "encontro de contas", entre os recíprocos débito e crédito****, como reconhece a jurisprudência do STJ .."* (STJ, Primeira Seção, excerto do voto condutor do acórdão no RE 1164452, rel. Teori Albino Zavascki, DJe 2set.2010 - tema 345 - nosso grifo). Logo, não há neste sentido violação ao princípio da segurança jurídica.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Não há afronta ao princípio da anterioridade, posto que não há criação, alteração ou majoração de tributo (inc. III do art. 150 e § 6º do art. 195 da Constituição).

Também não há violação ao princípio da isonomia, posto que a forma de tributação, sistema de apuração do lucro, não configura tratamento desigual dos contribuintes (inc. II do art. 150 da Constituição).

Não há afronta ao princípio da anterioridade, posto que não há criação, alteração ou majoração de tributo (inc. III do art. 150 e § 6º do art. 195 da Constituição).

Também não há violação ao princípio da isonomia, posto que a forma de tributação, sistema de apuração do lucro, não configura tratamento desigual dos contribuintes (inc. II do art. 150 da Constituição).

(...)"

Verifica-se, desse modo, que a análise da pretensão recursal demandaria a incursão em legislação infraconstitucional (Leis 9.430/1999 e 13.670/2018), de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

Mesmo que fosse possível superar todos esses graves óbices, a argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que o acolhimento do recurso passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 desta CORTE: *Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.*

Nesse sentido, vejam-se as recentes decisões monocráticas: RE 1.261.480/SC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe de 5/5/2020; RE 1239613/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 23/4/2020; RE 1.260.059/RS, de minha relatoria, DJe de 20/3/2020; e RE 1.250.296/SC, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 27/5/2020.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

Ficam AMBAS AS PARTES advertidas de que:

- a interposição de recursos manifestamente inadmissíveis ou improcedentes, ou meramente protelatórios, acarretará a imposição das sanções cabíveis;

- decorridos 15 (quinze) dias úteis da intimação de cada parte sem a apresentação de recursos, será certificado o trânsito em julgado e dada baixa dos autos ao Juízo de origem.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.585 **(1050)**

ORIGEM	: 00054951320174013800 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
RECTE.(S)	: D.A.G.
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. CRIME PRATICADO POR BRASILEIRO NO EXTERIOR. TRIPLO HOMICÍDIO COMETIDO EM PORTUGAL CONTRA VÍTIMAS BRASILEIRAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. QUALIFICADORAS DO CRIME DE HOMICÍDIO. ANÁLISE PELO TRIBUNAL DO JÚRI. MOTIVO TORPE E FEMINICÍDIO. COMPATIBILIDADE. AUSÊNCIA DE "BIS IN IDEM". QUALIFICADORA DE FEMINICÍDIO OCORRÊNCIA. CONCURSO COM CRIME DE ROUBO OCORRÊNCIA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA MANTIDA.

1. O crime praticado por brasileiro no exterior sujeita-se ao princípio da extra territorialidade condicionada ou territorialidade mitigada, desde que observados os requisitos do art. 7°, § 2°, do Código Penal. No caso em análise, o apontado autor dos homicídios é brasileiro e se encontra no país,` atualmente recolhido ao Presídio Nelson Hungria, em Minas Gerais; o crime de homicídio é punível em Portugal; a lei brasileira autoriza a extradição por esse crime, nos termos tanto do revogado Estatuto do Estrangeiro como da atual Lei de Migração (Lei n.° 6.815/80 e Lei 13.445/2017); e o agente não foi absolvido no exterior nem teve eventual pena extinta.

2. Nem todo crime praticado e executado no exterior por brasileiro deva ser julgado pela Justiça Federal. Tal entendimento resultaria em transforMar a Justiça Federal em juízo universal do cidadão brasileiro no exterior, atraindo a competência federal indistintamente em todas as hipóteses em que presentes os requisitos da extraterritorialidade condicionada, previstos no art. 7°, II, da nossa lei penal codificada. Certamente que não foi esse o objetivo nem do legislador constituinte e tampouco o legislador ordinário, que incorporou o princípio da nacionalidade, embora em caráter mitigado, à nossa legislação penal. Por esse princípio, também conhecido como da personalidade, a lei penal segue o nacional para que ele cumpra a lei do seu país, mesmo estando no estrangeiro.

3. A tônica do artigo 109 da Constituição Federal, ao fixar a competência da Justiça Federal, foi a presença do interesse do ente federativo maior, qual seja, a União, em trazer para a sua esfera as questões, de qualquer natureza, que extrapolassem os interesses locais dos demais entes federados, para repercutir em todo o território nacional.

4. O interesse da União é patente quando se trata da utilização de mecanismos de cooperação jurídica internacional. A divisão de competência entre os órgãos jurisdicionais obedece a mesma tônica, em face da repercussão das relações da União com estados estrangeiros e o cumprimento dos tratados internacionais firmados.

5. O Decreto n. 1.325/1994, que incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro o Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, no qual estabelece, na impossibilidade de extradição por ser nacional a parte requerida, a obrigação de "submeter o infrator a julgamento pelo Tribunal competente e, em conformidade com a sua lei, pelos fatos que fundamentaram, ou poderiam ter fundamentado, o pedido de extradição" (art. IV, 1, do Tratado de Extradição).

6. Compete à Justiça Federal o processo e o julgamento da ação penal que versa sobre crime praticado por brasileiro no exterior, o qual tenha sido transferida para a jurisdição brasileira, por negativa de extradição, aplicável o art. 109, IV, da CF. Consagra-se, assim, o princípio de direito internacional, conhecido pelas máximas latinas de que "aut dedere aut indicare", ou "extraditare vel iudicare", onde se busca evitar a ausência de punição aos indivíduos que cometerem crimes fora do país da sua nacionalidade. Por ele, os Países que recusarem a extradição de um réu devem, ao menos, comprometer-se a julgar os crimes por ele cometidos fora do seu território.

7. O novo CPC, aplicável por analogia ao CPP, trouxe um regramento mais abrangente e mais consentâneo com a atual questão da cooperação jurídica internacional, estabelecendo a competência do Juiz Federal para apreciar o pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

8. O Superior Tribunal de Justiça já sumulou o entendimento de que é à Justiça Federal quem cabe decidir sobre a presença do interesse da União no feito (súmula n. 105 do STJ). Se é assim no cível, o mesmo entendimento se aplica, por correspondência, ao juízo penal.

9. Caso em que as investigações correram paralelas, entre Brasil e Portugal, por suas respectivas polícias, tendo a autoridade brasileira prosseguido nas investigações após a identificação do possível culpado, que se encontra atualmente preso no Brasil, por ordem de autoridade judiciária brasileira.

10. No caso de crime cometido por brasileiro no estrangeiro, em que não seja cabível a extradição, a competência da Justiça Federal decorre da conjugação dos incisos III e IV do art. 109 da CF, em face do interesse da União manifestado na utilização de mecanismos de cooperação jurídica entre os países previstos em tratados ou convenções internacionais e na transferência da jurisdição para a justiça brasileira em face da negativa de extradição.

11. A sentença de pronúncia pode afastar as qualificadoras, desde que se sejam totalmente estranhas ao caso concreto. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

12. Compatibilidade da qualificadora do motivo torpe e feminicídio. As duas qualificadoras possuem premissas e finalidades distintas: enquanto a torpeza está relacionada com a motivação (subjetiva) do autor do crime, o feminicídio diz respeito à constatação objetiva da ocorrência de violência de gênero contra a mulher. Por essa razão, assiste razão ao Ministério Público Federal quando argumenta nas razões de recurso em sentido estrito que "antes da Lei n. 13. 104/201.5, nunca se cogitou, como fez a sentença recorrida, de se vislumbrar bis in idem entre a qualificadora do motivo torpe com a agravante prevista no artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, que agrava a pena quando o crime é praticado com violência conta a mulher.

13. O feminicídio envolve um contexto de discriminação baseada no gênero decorrente de uma situação estrutural de um modelo deturpado de sociedade que estereotipa a mulher como subserviente o homem e possível objeto de condutas violentas, o que se agrava no contexto das relações domésticas e afetivas, como comprovam milhares de casos que ocorrem diariamente em nossa sociedade.

14. O feminicídio é qualificadora de constatação objetiva e não se confunde com o homicídio de mulheres ou com outras circunstâncias qualificadoras. Incide situações nas quais o homicídio tem por vítima uma mulher por ser mulher, isto é, por questão de gênero, pela própria condição do sexo feminino, cuidando-se por isso de elemento normativo do tipo penal.

15. Negado provimento ao recurso do réu. Recurso do Ministério Público Federal provido."

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, alínea "a" da Constituição Federal, o recorrente sustenta que o acórdão violou o art. 109, III e IV, da CF/88, aos argumentos de que **(a)** a competência da Justiça Federal não é universal para todos os crimes cometidos por brasileiro no estrangeiro. Pelo contrário, a premissa é de que o simples fato de o delito ter

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

sido cometido por brasileiro no exterior não atrai, por si só, a competência da Justiça Federal; **(b)** o presente caso evidentemente não se enquadra na competência criminal geral da Justiça Federal, estabelecida pelo art. 109, IV, da CF, pois não se trata de infração penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas; **(c)** no caso, não há interesse da União a justificar a atração da competência da Justiça Federal; e **(d)** em que pese a fase investigativa ter tramitado perante a Justiça Federal em razão da prática de atos de Cooperação Jurídica internacional entre o Estado Brasileiro e o Estado Português, nos termos do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal internalizado por meio do Decreto 1.320/94, isto não torna a Justiça Federal competente para processamento e julgamento da ação penal.

Por fim, requer seja reconhecida a incompetência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito, devendo ser declarada a nulidade dos atos praticados pelo juízo incompetente, determinando-se a remessa dos autos para a Justiça Estadual.

É o relatório. Decido.

O acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região encontra-se em harmonia com o disposto no art. 109, III, da Constituição Federal, haja vista revelar hipótese de necessária atuação da União no cumprimento de Tratados e Acordos Internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

No caso, trata-se de imputação da prática dos crimes de homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e roubo, praticados por brasileiro em território português. Conforme assinalado pelo Tribunal de origem, *"as investigações correram paralelas, entre Brasil e Portugal, por suas respectivas polícias, tendo a autoridade brasileira prosseguido nas investigações após a identificação do possível culpado, que se encontra atualmente preso no Brasil, por ordem de autoridade judiciária brasileira".*

Diante desse cenário, faz-se imperiosa a incidência do art. 5º, 1, da Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, promulgada pelo Decreto 7.935/2013. Referido dispositivo dispõe que:

"1. Quando a extradição não puder ter lugar ou for recusada por se verificar algum dos fundamentos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 3º ou nas alíneas a) e b) do artigo 4º , **o Estado requerido deverá, caso o Estado requerente o solicite e as leis do Estado requerido o permitam, submeter o caso às autoridades competentes para que providenciem pelo procedimento criminal contra essa pessoa por todos ou alguns dos crimes que deram lugar ao pedido de extradição."**

Assim, em se tratando de cooperação internacional em que o Estado Brasileiro se compromete a promover o julgamento criminal de indivíduo cuja extradição é inviável em função de sua nacionalidade, exsurge a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da ação penal, conforme preceitua o art. 109, III, da Constituição Federal.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO.**

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.675 **(1051)**

ORIGEM	: 50040860920124047000 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: PARANÁ
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: JUARI DE OLIVEIRA BARTOLOMEI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (49789/DF, 23510/PR)
ADV.(A/S)	: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (111180/MG, 19095/PR, 330617/SP)
RECDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA FÁTICA E LEGAL – SEGUIMENTO – NEGATIVA.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, modificando o entendimento do Juízo, extinguiu o processo em razão de ilegitimidade ativa. No extraordinário, os recorrentes apontam a violação dos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV, 8º, inciso III, e 37, inciso VI, da Constituição Federal. Afirmam obscuridade e negativa de prestação jurisdicional. Alegam a extensão da decisão coletiva a todos os servidores federais da área da saúde, do trabalho, da previdência, da seguridade e da ação social do Estado do Paraná, considerado a legitimidade do sindicato autor da demanda. Sustentam contrariado o direito à livre associação. Aludem a precedentes do Supremo.

2. Eis a síntese do acórdão recorrido:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PROCURADOR FEDERAL. CATEGORIA ESPECÍFICA. SINDICATO PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE.

- Os servidores que pertencem a categoria específica que optou por constituir sindicato próprio que melhor represente e atenda aos seus interesses específicos deixam de ser representados por quaisquer outros sindicatos. Vige a regra da unicidade sindical: somente um sindicato pode representar determinada categoria. Consequentemente, a liberdade associativa se restringe à possibilidade de se filiar ou não ao único sindicato que representa a sua categoria, não havendo a alternativa de filiar-se a outro.

- Reconhecida a ilegitimidade ativa da parte exequente para executar título executivo oriundo de ação coletiva ajuizada por sindicato que não representa a categoria específica a que pertence.

- Invertida a sucumbência, resta à parte embargada arcar com o pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa.

A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

O acórdão impugnado mediante o extraordinário revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

No mais, o Tribunal, no recurso extraordinário com agravo nº 748.371/MT, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes, consignando a natureza infraconstitucional da matéria, entendeu não ter repercussão geral o tema relativo ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa) quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais.

3. Nego seguimento ao extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.698 **(1052)**

ORIGEM	: 08003085120174058303 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED.	: PERNAMBUCO
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S)	: ANTONIO VALADARES DE SOUZA FILHO
ADV.(A/S)	: JÉSSICA MARIA MENDONÇA DE LIMA MELO (36670/PE)
ADV.(A/S)	: WALBER DE MOURA AGRA (00757/PE)

Vistos etc.

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, a União. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 71, II e VII, e 93, IX, da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Verifica-se não demonstrada, de forma efetiva, a repercussão geral da controvérsia nas razões do apelo extremo.

Este Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não bastam alegações genéricas, ou a mera descrição do instituto em tela, nem a simples referência a precedente recursal. Cabe à parte recorrente a demonstração formal e fundamentada da existência de repercussão geral da matéria, indicando especificamente as razões que evidenciem a relevância econômica, social, política ou jurídica, ainda que tal repercussão já tenha sido presumida ou declarada em outro processo. Desatendida a mencionada preliminar, inadmissível o recurso extraordinário. Colho precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 543-A, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C.C. ARTIGO 327, § 1º, DO RISTF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (ARE 834.512-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 27.4.2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. REGULARIDADE DO VÍNCULO. NECESSIDADE DE REEXAME DO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DESTA CORTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – A mera alegação, nas razões do recurso extraordinário, de existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 543-A, § 2º, do CPC, introduzido pela Lei 11.418/2006, e no art. 327, § 1º, do RISTF. II – Ausência de prequestionamento das questões constitucionais suscitadas. Incidência da Súmula 282 do STF. Ademais, se os embargos declaratórios não foram opostos com a finalidade de suprir essa omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF. III – Inviável em recurso extraordinário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279 do STF. IV – Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 820.902-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 28.8.2014).

"QUESTÃO DE ORDEM. RECONHECIMENTO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DA PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL EM DETERMINADO PROCESSO. PRELIMINAR FORMAL E FUNDAMENTADA DE REPERCUSSÃO GERAL NOS OUTROS RECURSOS QUE TRATEM DO MESMO TEMA. EXIGIBILIDADE. 1. Questão de ordem resolvida no sentido de que o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da presença da repercussão geral da questão constitucional em determinado processo não exime os demais recorrentes do dever constitucional e processual de apresentar a preliminar devidamente fundamentada sobre a presença da repercussão geral (§ 3º do art. 102 da Constituição Republicana e § 2º do art. 543-A do CPC). 2. Agravo regimental desprovido" (ARE 663.637-AgR-QO, Rel. Min. Ayres Britto – Presidente -, Pleno, DJe, 06.5.2013).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO EM 27.2.2017. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. 1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe à parte recorrente demonstrar fundamentadamente a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, mediante o desenvolvimento de argumentação que, de maneira explícita e clara, revele o ponto em que a matéria veiculada no recurso transcende os limites subjetivos do caso concreto do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico. 2. Revela-se deficiente a fundamentação da existência de repercussão geral de recurso extraordinário que se restringe a alegar de forma genérica que a questão em debate tem repercussão geral. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Nos termos do artigo 85, § 11, CPC, majoro em ¼ (um quarto) a verba honorária fixada anteriormente, devendo ser observados os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo" (RE 930.889-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, 2ª Turma, DJe 02.5.2017).

Ainda que não se ressentisse o recurso quanto ao pressuposto, melhor sorte não colheria, porquanto compreensão diversa do entendimento adotado pelo Tribunal de origem demandaria a análise prévia da legislação infraconstitucional aplicável, bem como o revolvimento da moldura fática delineada no acórdão recorrido, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Aplicação da Súmula 279/STF.

Dessarte, desatendida a exigência do art. 102, III, "*a*", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência deste egrégio Supremo Tribunal Federal. Colho precedentes:

"Agravo regimental nos embargos de declaração no recurso extraordinário com agravo. Direito Processual Civil. Decisão do tribunal de contas estadual. Imputação de débito e multa a administrador. Violação do princípio da prestação jurisdicional. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está consolidada no sentido de que a afronta aos princípios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa ou do contraditório, dos limites da coisa julgada ou da prestação jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da análise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal, o que não enseja reexame da questão em recurso extraordinário. 2. É inviável, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos (Súmula nº 279/STF) e a análise da legislação infraconstitucional. 3. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 4. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita" (ARE 1233610-AgR-ED, Rel. Min. Dias Toffoli, Presidente, Tribunal Pleno, DJe 27.3.2020).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. AGENTE POLÍTICO. PREFEITO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESAPROVAÇÃO. NULIDADE DECLARADA PELO PODER JUDICIÁRIO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INOCORRÊNCIA. ATO COMPLEXO. TRIBUNAL DE CONTAS E CÂMARA MUNICIPAL. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (ARE 1106524-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 13.9.2019).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 279/STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. I - Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido quanto à caracterização do dano moral, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279/STF. II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC" (ARE 1047014-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 03.9.2018).

Ressalto, por fim, o entendimento jurisprudencial reafirmado, em sede de repercussão geral, pelo Plenário desta Suprema Corte, considerado o preceito constitucional do art. 93, IX, *verbis*:

"Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral" (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, DJe 13.8.2010).

Por conseguinte, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.100 **(1053)**

ORIGEM	: 00031547720198040000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCED.	: AMAZONAS
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S)	: ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
RECDO.(A/S)	: JONES JHONE BATISTA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (9812/AM)

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – AUSÊNCIA DE ENQUADRAMENTO NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL – SEGUIMENTO – NEGATIVA.

1. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em ação rescisória, julgou procedente o pedido para, afastando o acórdão rescindendo, manter o ora recorrido nos quadros de praças da polícia militar. No extraordinário, o recorrente alega a violação dos artigos 5º, 37, 39 e 142, § 3º, inciso X, da Constituição Federal. Aponta a previsão em lei e no edital da estatura mínima para ingresso nos quadros da Polícia Militar.

2. Colho do acórdão recorrido o seguinte trecho:

Para a referida ponderação, disciplina o CPC a necessidade da justificativa quanto ao objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, pelo que repiso que o conflito aparente se encontra na regra outrora presente do requisito mínimo de altura (1,65 m), em confronto com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia.

[…]

Ressalta-se que o candidato já integra os quadros da Polícia Militar do Estado do Amazonas, conforme documentos apresentados às fls. 208/230 dos autos.

A miúdos, a medida seria inadequada por não demonstrar qualquer resultado vantajoso para a Administração, nem atingir de forma positiva nenhum dos fins almejados pelo Estado.

Ainda, sua desnecessidade deriva do prejuízo Estatal quanto à diminuição do efetivo atuante na segurança pública, bem como das dificuldades inerentes ao candidato, ora questionado, em ser retirado da corporação da qual extrai seus vencimentos.

Por fim, vê-se a atuação bipolar Estatal em demandar a retirada do militar, em atividade, dos quadros da PM por não atingir os 1,65 m e, com a referida necessidade de serviço em vista da vacância do cargo, ter posteriormente a Administração de admitir novo candidato com o requisito de altura agora de 1,60 m.

At last but not least, o fato de que a Administração, a posteriori, ter reduzido os requisitos de ingresso ao cargo, transparece não só a desnecessidade de tal altura além dos 1,60m para o exercício da função, mas

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

também a evidente quebra de isonomia na forma de ingresso da carreira policial frente à sua atuação diária, visto que a nova Lei Estadual não restringe, mas sim amplia a possibilidade de ingresso na Corporação.

Assim, atuar de forma a retirar o ora autor do cargo seria violar os princípios da isonomia, com a Administração agindo de forma diferente para dois casos idênticos, em que os atuais e futuros aprovados, abaixo de 1,65 e acima/igual 1,60 exerçam exatamente as mesmas funções, a despeito de toda a lógica na realização do serviço público de segurança estatal.

[…]

Nesse sentido, há que se observar que o Exército Brasileiro, ao qual a Polícia Militar é órgão auxiliar, nos termos do art. 144, § 6° da Constituição de 1988, estabeleceu estatura mínima para o ingresso de combatente do sexo masculino no patamar de 1,60 (um metro e sessenta centímetros) ou, se do sexo feminino, a altura mínima de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) - Art. 2°, XIII, da Lei n. 12.705, de 08 de Agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército.

Em consoante, da feita que o agente militar que se prepara para efetivo combate de guerra tem regulada sua investidura em patamar abaixo do estipulado pela impugnada lei estadual, totalmente desarrazoada a mencionada exigência de que os candidatos homens (amazônidas) deveriam ter estatura superior ao definido pelas Força Armadas para concorrer no certame.

Nem com um grande empenho, envolvido interesse próprio, é dado assentar a infringência à Constituição Federal. Ao contrário, o que decidido pelo Tribunal de origem presta homenagem ao Diploma Maior. Coaduna-se com a razoabilidade a glosa da exigência de altura mínima, tendo em vista irrisória defasagem. Além dos princípios explícitos, a Carta da República abrange também os implícitos, entre os quais estão o da razoabilidade, o da proporcionalidade, aplicáveis ao caso concreto.

3. Ante o quadro, nego seguimento ao extraordinário.

4. Publiquem.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.104 **(1054)**

ORIGEM	: 50013507320164047001 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: PARANÁ
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
RECDO.(A/S)	: LEAO ENERGIA INDUSTRIA DE GERADORES LTDA
ADV.(A/S)	: VANESSA ALINE SCANDALO ROCHA MARDEGAN (16893/A/MT, 54412/PR)
ADV.(A/S)	: VICTOR HUGO SCANDALO ROCHA (74761/PR)
ADV.(A/S)	: CIRO ROCHA (69011/PR)

Vistos etc.

Contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, maneja recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Lei Maior, a União. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 5º, LIV e LV, 7º, XXV, 93, IX, 97, 103-A, 150, § 6º, 194, 195, I, "*a*", 201, *caput*, § 11, 208, § 4º, 211, § 2º, e 225, todos da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos adotados pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do apelo veiculado na instância ordinária, em confronto com as razões veiculadas no extraordinário, concluo que nada colhe o recurso.

Transcrevo o inteiro teor do tópico destinado às alegações de existência de repercussão geral da matéria na petição do extraordinário:

"III – A REPERCUSSÃO GERAL

Desde logo, é importante frisar, para que não pairem quaisquer dúvidas a respeito, que o assunto discutido neste recurso extraordinário possui repercussão geral, visto que são ultrapassados os interesses subjetivos postos em causa.

Com efeito, a discussão versada nos autos repercute em todas as ações judiciais relativas à incidência das contribuições.

Por fim, ainda é de ser reconhecida a repercussão geral ante a afronta clara ao disposto no artigo 5º, LIV e LV, e no art. 93, IX, da CRFB, decorrente da rejeição dos embargos de declaração devidamente opostos pela União, sonegando à ora recorrente o devido processo legal, o contraditório e descumprindo o dever de real fundamentação das decisões judiciais. Assim, o assunto discutido neste recurso extraordinário envolve a interpretação do alcance do artigo 5º, LIV e LV, e no art. 93, IX, da CRFB, no que diz respeito, possuindo, também por esse ângulo, repercussão geral, por ultrapassar os interesses subjetivos postos em causa."

Relativamente às alegações de cerceamento de defesa e ausência de fundamentação (arts. 5º, LIV, LV, e 93, IX), destaco o entendimento jurisprudencial reafirmado, em sede de repercussão geral, pelo Plenário desta Suprema Corte, *verbis*:

"Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral" (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, DJe 13.8.2010).

"Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral" (ARE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 01.8.2013).

No que remanesce, verifica-se não demonstrada, de forma efetiva, a repercussão geral da controvérsia nas razões do apelo extremo.

Este Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não bastam alegações genéricas, ou a mera descrição do instituto em tela, nem a simples referência a precedente recursal. Cabe à parte recorrente a demonstração formal e fundamentada da existência de repercussão geral da matéria, indicando especificamente as razões que evidenciem a relevância econômica, social, política ou jurídica, ainda que tal repercussão já tenha sido presumida ou declarada em outro processo. Desatendida a mencionada preliminar, inadmissível o recurso extraordinário. Colho precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 543-A, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C.C. ARTIGO 327, § 1º, DO RISTF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (ARE 834.512-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 27.4.2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. REGULARIDADE DO VÍNCULO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DESTA CORTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – A mera alegação, nas razões do recurso extraordinário, de existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 543-A, § 2º, do CPC, introduzido pela Lei 11.418/2006, e no art. 327, § 1º, do RISTF. II – Ausência de prequestionamento das questões constitucionais suscitadas. Incidência da Súmula 282 do STF. Ademais, se os embargos declaratórios não foram opostos com a finalidade de suprir essa omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF. III – Inviável em recurso extraordinário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279 do STF. IV – Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 820.902-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 28.8.2014).

"QUESTÃO DE ORDEM. RECONHECIMENTO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DA PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL EM DETERMINADO PROCESSO. PRELIMINAR FORMAL E FUNDAMENTADA DE REPERCUSSÃO GERAL NOS OUTROS RECURSOS QUE TRATEM DO MESMO TEMA. EXIGIBILIDADE. 1. Questão de ordem resolvida no sentido de que o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da presença da repercussão geral da questão constitucional em determinado processo não exime os demais recorrentes do dever constitucional e processual de apresentar a preliminar devidamente fundamentada sobre a presença da repercussão geral (§ 3º do art. 102 da Constituição Republicana e § 2º do art. 543-A do CPC). 2. Agravo regimental desprovido" (ARE 663.637-AgR-QO, Rel. Min. Ayres Britto (Presidente), Pleno, DJe, 06.5.2013).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO EM 27.2.2017. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. 1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe à parte recorrente demonstrar fundamentadamente a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, mediante o desenvolvimento de argumentação que, de maneira explícita e clara, revele o ponto em que a matéria veiculada no recurso transcende os limites subjetivos do caso concreto do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico. 2. Revela-se deficiente a fundamentação da existência de repercussão geral de recurso extraordinário que se restringe a alegar de forma genérica que a questão em debate tem repercussão geral. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Nos termos do artigo 85, § 11, CPC, majoro em ¼ (um quarto) a verba honorária fixada anteriormente, devendo ser observados os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo" (RE 930.889-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, 2ª Turma, DJe 02.5.2017).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Por conseguinte, não merece seguimento o recurso extraordinário, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.740 **(1055)**

ORIGEM	: 09001788820148060001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROCED.	: CEARÁ
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO CEARA - ASSEMPECE
ADV.(A/S)	: MARCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (12359/CE)
RECDO.(A/S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Manifeste-se o Procurador Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.272.564 **(1056)**

ORIGEM	: 50034100620134047104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
RECDO.(A/S)	: GUILHERME BACALTCHUK E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EDUARDO BEUX (47191/RS)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CIVIL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. FAIXA DE FRONTEIRA. TERRAS DEVOLUTAS. CONTROVÉRSIA QUANTO À INDISPENSABILIDADE DA ÁREA USUCAPIENDA À DEFESA DAS FRONTEIRAS E QUANTO À SUA TITULARIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"*ADMINISTRATIVO. USUCAPIÃO. TERRA DEVOLUTA. FAIXA DE FRONTEIRA. NÃO-COMPROVAÇÃO. ÔNUS* PROBANDI *DE QUEM ALEGA. POSSE MANSA, PACÍFICA E ININTERRUPTA. LAPSO TEMPORAL. CUMPRIMENTO.*

1. O imóvel estar situado em faixa de fronteira não inviabiliza, por si só, os efeitos da prescrição aquisitiva, porquanto a proteção constitucional (art. 20, § 2º) limita-se à ocupação e à utilização do território para os fins de 'defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental'.

2. Nesse sentido, não se outorga caráter público imprescritível a qualquer imóvel que se encontra nessa faixa, sendo ônus do Poder Público comprovar, como de seu domínio, a área aí localizada.

3. Preenchido o requisito temporal para a aquisição originária do imóvel por meio da usucapião e não restando configurada a propriedade do Poder Público sobre o imóvel, deve ser reconhecida a aquisição pleiteada." (Doc. 2, p. 232)

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente providos apenas para fins de prequestionamento (Doc. 2, p. 277-278).

Nas razões do apelo extremo, a parte recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 20, II e § 2º, 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal, bem como violação às Súmulas 340 e 477 do STF (Doc. 2, p. 314-326).

Guilherme Bacaltchuk e outros apresentaram contrarrazões ao recurso extraordinário, requerendo que lhe seja negado seguimento com base nas Súmulas 279, 282, 283 e 284 do STF (Doc. 2, p. 378-393).

O Tribunal *a quo* proferiu juízo positivo de admissibilidade do recurso (Doc. 2, p. 397).

É o relatório. **DECIDO**.

O recurso não merece prosperar.

In casu, o acórdão ora recorrido consignou:

"*Conforme se observa do Evento 2 - PET62,* ***a União*** *ainda* ***informou que a área usucapienda não lhe pertence****, acostando aos autos, inclusive, ofício emitido pela Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul, que atestou o que segue na fl. 2:*

'(...)

Senhor Advogado,

Em atendimento à solicitação no ofício de referência, informamos após análise nesta Divisão de Identificação e Fiscalização, que o imóvel referido no processo de nº 200.71.04.005766-0, 2ª Vara Federal de Passo Fundo, requerido em Usucapião por JACOB SCHMANN e MARCOS KIVES, situado na área rural do município de Três Palmeiras, não interfere com nenhum imóvel da União sob responsabilidade administrativa desta GRPU/RS. (g.n.)'

Não bastasse isso, a ***Fundação Nacional do Índio - FUNAI*** *apensou aos autos no Evento 2 - PET66 uma* ***manifestação no sentido de que a área em questão não se encontra localizada em terra indígena.***

Do mesmo modo, ***o Estado do Rio Grande do Sul, instado para comprovar documentalmente que a área em comento está registrada no seu acervo patrimonial como terra devoluta*** *(Evento 2 - PET89), nos termos do art. 26, inciso IV, da Constituição Federal de 1988,* ***limitou-se a requerer que****, uma vez proferida a decisão de procedência,* ***fossem ressalvados os recolhimentos dos tributos junto ao Fisco Federal, Estadual e Municipal, a fim de regularizar a aquisição originária e o consequente domínio dos autores sobre o imóvel rural****.*

Não sendo, portanto, terra devoluta indispensável à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, nos termos do art. 20, inciso II, primeira parte, da Constituição Federal de 1988*, bem como* ***restando demonstrado que não há interesse ou comprovação de titularidade por parte do Poder Público sobre a área em comento, nada obsta que ela possa ser usucapida por particulares****.*" (Doc. 2, p. 230, grifei)

Assim, acolher a pretensão da parte ora recorrente e divergir do entendimento firmado pelo Tribunal de origem quanto ao preenchimento dos requisitos necessários para configuração da usucapião extraordinária e à indispensabilidade da área usucapienda à defesa das fronteiras demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo a incursão no contexto fático-probatório presente nos autos.

Com efeito, essa pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe a discussão eminentemente de direito, em face do óbice imposto pela Súmula 279 do STF.

Sob esse enfoque, ressoa inequívoca a vocação para o insucesso do apelo extremo, por força do óbice intransponível do referido verbete sumular, que veda a esta Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, sindicar matéria fática. Nesse sentido, à guisa de exemplo, foram os seguintes julgados:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. USUCAPIÃO. FAIXA DE FRONTEIRA. TERRA INDÍGENA. PREENCHIMENTO DE REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DO REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*" (RE 607.681-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, *DJe* de 22/2/2011)

"*Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Terras públicas. Usucapião. Reexame de provas. Impossibilidade. Precedentes.*

1. A Corte de origem assentou que não ficou comprovado que as terras objeto da ação de usucapião seriam devolutas.

2. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência da Súmula nº 279 da Corte.

3. Agravo regimental não provido." (ARE 681.735-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 30/3/2016)

Por oportuno, vale destacar lição de Roberto Rosas sobre a Súmula 279 do STF:

"*Chiovenda nos dá os limites da distinção entre questão de fato e questão de direito. A questão de fato consiste em verificar se existem as circunstâncias com base nas quais deve o juiz, de acordo com a lei, considerar existentes determinados fatos concretos.*

A questão de direito consiste na focalização, primeiro, se a norma, a que o autor se refere, existe, como norma abstrata (Instituições de Direito Processual, 2ª ed., v. I/175).

Não é estranha a qualificação jurídica dos fatos dados como provados (RT 275/884 e 226/583). Já se refere a matéria de fato quando a decisão assenta no processo de livre convencimento do julgador (RE 64.051, Rel. Min. Djaci Falcão, RTJ 47/276); não cabe o recurso extraordinário quando o acórdão recorrido deu determinada qualificação jurídica a fatos delituosos e se pretende atribuir aos mesmos fatos outra configuração, quando essa pretensão exige reexame de provas (ERE 58.714, Relator para o acórdão o Min. Amaral Santos, RTJ 46/821). No processo penal, a verificação entre a qualificação de motivo fútil ou estado de embriaguez para a apenação importa matéria de fato, insuscetível de reexame no recurso extraordinário (RE 63.226, Rel. Min. Eloy da Rocha, RTJ 46/666).

A Súmula 279 é peremptória: 'Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário'. Não se vislumbraria a existência da questão federal motivadora do recurso extraordinário. O juiz dá a valoração mais conveniente aos elementos probatórios, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Não se confunda com o critério legal da valorização da prova (RTJ 37/480, 56/65)(Pestana de Aguiar, Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed., v. VI/40, Ed. RT; Castro Nunes, Teoria e Prática do Poder Judiciário, 1943, p. 383). V. Súmula STJ-7." (*Direito Sumular*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 137-138)

Por fim, ressalto que o presente recurso foi interposto sob a égide do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Código de Processo Civil de 1973, razão pela qual não se lhe aplica o disposto no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Ex positis, **DESPROVEJO** o recurso, com fundamento no artigo 932, VIII, do Código de Processo Civil/2015 c/c o artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do STF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.764 **(1057)**

ORIGEM	: PROC - 03296003920108190001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S)	: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: JOÃO CARNEIRO LEITE
ADV.(A/S)	: ANTONIA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA (111224/RJ)

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (eDOC 14, p. 1):

"AGRAVO INTERNO. PREVIDENCIÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA PROLATADA EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO POR INVALIDEZ. PRETENSÃO DE REVISÃO DE PROVENTOS E DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANO MORAL. LEGITIMIDADE DO RIOPREVIDÊNCIA PARA RESPONDER À AÇÃO REVISIONAL. DIREIRO DO EX-SERVIDOR, PORTADOR DE DOENÇA GRAVE, AO RECEBIMENTO DE PROVENTOS INTEGRAIS, NOS TERMOS DO ART. 40, § 1º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FIXAÇÃO DE PRAZO E DE MULTA PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER FIXADA NA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO VALOR DA PENALIDADE, QUE SE DESTINA A ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA APENAS QUANTO À NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 111 DA SÚMULA DO STJ. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO."

Os embargos de declaração foram recebidos, mas não apreciados, "*uma vez que a intimação pessoal para cumprimento da obrigação de fazer já foi efetivada (...)"* (eDOC 20).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, "a", do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao art. 2º da Emenda Constitucional 70/2012.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que (eDOC 2, p. 8/9):

"a EC 70/2012 veio a beneficiar o autor, concedendo-lhe o direito à integralidade e paridade, eis que, aposentado por invalidez, preencheu os requisitos do art. 6º-A da EC 41/2003 (acrescentado por aquela Emenda).

Porém, cumpre observar que, não obstante faça jus aos benefícios da Emenda, o termo inicial de pagamento dos atrasados deverá ser a data de vigência da EC n° 70/12, que preconiza em seu artigo 2º que os efeitos financeiros daquela Emenda somente se darão a contar da data de sua promulgação, in verbis:

(...)

Portanto, repise-se, deverá ser observada a data da promulgação da EC n° 70/12, ou seja, 30 de março de 2012, a fim da correta fixação do termo inicial dos efeitos financeiros ulteriores, por ser medida de Direito."

O Tribunal de origem inadmitiu o extraordinário mediante aplicação das Súmulas 279 e 284 do STF (eDOC 4).

Encaminhados os autos ao Supremo Tribunal Federal e distribuídos à minha relatoria, determinei a remessa do feito à origem, a fim de que fosse observado o quanto decido no ARE 791.475 (Tema 754), submetido ao rito da sistemática da repercussão geral (eDOC 22).

A Sétima Câmara Cível do TJ/RJ, em juízo de retratação, reformou o acórdão recorrido e promoveu sua adequação ao entendimento de repercussão geral desta Corte, em julgado assim sintetizado (eDOC 25, p. 8):

"MULTIPLICIDADE DE RECURSOS. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO POR INVALIDEZ NA VIGÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/03. DIREITO À REVISÃO DOS PROVENTOS COM BASE NA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO RECONHECIDO POR SENTENÇA. DIREITO ASSEGURADO PELA EMENDA Nº 70/2012. ENTENDIMENTO MAIS RECENTE DO STF, EXARADO EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL, NO SENTIDO DA IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA DA ENTRADA EM VIGOR DESSA NORMA. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO TEMPORAL DO PLEITO REVISIONAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO FUNDADO NO ART. 1.040, II, DO CPC. REFORMA PARCIAL DO JULGADO."

Ato contínuo, o Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA interpôs novo agravo em recurso extraordinário (eDOC 25, p. 18-24).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, quando da reforma do acórdão recorrido, asseverou que (eDOC 25, p. 10/11):

"O acórdão prolatado por este Órgão Julgador em sede de agravo interno (indexador 000330) deve ser parcialmente revisto.

Isso porque, apesar de a inclusão do artigo 6º-A na Emenda Constitucional nº 41/03, pela Emenda Constitucional nº 70/2012, ter deixado claro o direito do autor, ora agravado, ao recebimento de proventos no valor da remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, os efeitos financeiros dessa última Emenda não podem retroagir ao período anterior à sua entrada em vigor.

Com efeito, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 656.860/RJ, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese: "Os efeitos financeiros das revisões de aposentadoria concedidas com base no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, somente se produzirão a partir da data de sua promulgação (30.3.2012)."

Sendo assim, **em nome dos princípios da razoável duração do processo, da celeridade e da economia processual, deve ser provido o agravo interno também no que se refere à limitação temporal da revisão do benefício previdenciário pleiteada pelo autor, que somente pode produzir efeitos financeiros a partir da data da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 70/2012.**

Nesses termos, em sede de juízo de retratação, dá-se provimento parcial ao agravo interno, para, além do já determinado no acórdão lançado no indexador 000330, **limitar os efeitos financeiros da revisão do benefício do autor ao período posterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 70/2012."** (grifos meus)

Verifica-se, portanto, que o pleito do recorrente, no sentido de que os efeitos financeiros do benefício previdenciário do autor somente poderão ser produzidos a partir da data de promulgação da EC 70/2012, foi devidamente analisado pelo Tema 754 do STF e, por conseguinte, está albergado nas razões de decidir do Tribunal de origem, quando da reforma do acórdão recorrido, conforme a fundamentação supracitada.

Ademais, verifica-se que contra a decisão de readequação do Tribunal de origem foi interposto agravo, tal como previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil. Entretanto, ante decisão da origem que aplica a sistemática da repercussão geral, seria cabível o agravo interno para o órgão colegiado competente.

Desse modo, impende registrar que não se admite a fungibilidade do recurso em agravo interno no caso de erro grosseiro, o que ocorre na espécie. Nesse sentido, veja-se a ementa do seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DECISÃO DO TRIBUNAL A QUO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B DO CPC). DESCABIMENTO DO AGRAVO PREVISTO NO ART. 544 DO CPC. CABIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL (OU INTERNO) PARA A ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO APÓS 19.11.2009. É pacífico o entendimento desta Corte de que, por não se cuidar de juízo negativo de admissibilidade de recurso extraordinário, não é cabível o agravo previsto no art. 544 do Código de Processo Civil, para atacar decisão de Presidente de Tribunal ou Turma Recursal de origem que aplique a sistemática da repercussão geral. A parte que queira impugnar decisão monocrática de Presidente de Tribunal ou de Turma Recursal de origem, proferida nos termos do art. 543-B do CPC, deve fazê-lo por meio de agravo regimental (ou interno). Inaplicável a conversão do presente recurso em agravo regimental a ser apreciado pela origem, já que a jurisprudência desta Corte já fixou entendimento de que após 19.11.2009, data em que julgado o AI 760.358-QO, a interposição do agravo previsto no art. 544 do CPC configura erro grosseiro. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 761.661 AgR, Rel. Min. PRESIDENTE, Plenário, DJe 29.4.2014 – Grifos originais)

Ante o exposto, não conheço do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC, e 21, §1º, RISTF, por ser manifestamente incabível.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.196.943 **(1058)**

ORIGEM	: 00153393220084036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RAQUEL CRISTINA RIBEIRO NOVAIS (1250/A/DF, 117881/MG, 002306-A/RJ, 77143A/RS, 76649/SP)
ADV.(A/S)	: DANIELLA ZAGARI GONCALVES (28473/BA, 181728/RJ, 77140A/RS, 116343/SP)
ADV.(A/S)	: CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ (29323/BA, 01503/A/DF, 103868/MG, 223511/RJ, 123771/SP)
ADV.(A/S)	: MARCELO PAULO FORTES DE CERQUEIRA (29633/BA, 24362/DF, 106175/MG, 182474/RJ, 75129A/RS, 144994/SP)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. CSLL. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. CONSTITUCIONALIDADE DA ALÍQUOTA DIFERENCIADA PREVISTA NOS ARTIGOS 17 E 41, II, DA LEI Nº 11.727/2008 E LEI 13.169/2015. POSSIBILIDADE DE GRADUAÇÃO DA ALÍQUOTA CONFORME A ATIVIDADE ECONÔMICA. PECULIARIDADES SEGMENTO FINANCEIRO. ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMA EFICIÊNCIA ALOCATIVA DA TRIBUTAÇÃO. ADI 4.101. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. MATÉRIAS COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 748.371. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário, manejado com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou, *in verbis*:

"*TRIBUTÁRIO - CSLL - MP n° 413/08 - Lei n° 11.727/08 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - SUJEITO PASSIVO - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - VIOLAÇÃO - NÃO CONFIGURADA. 1. A CSLL, como as demais contribuições sociais, deve observância aos princípios que fundamentam o Sistema Tributário Nacional. 2. Ao pretender a justa participação dos contribuintes, deve a norma tributária utilizar-se de critérios objetivos e pertinentes, privilegiando os disponibilizados pelo Legislador constituinte. 3. São sujeitos passivos da contribuição em epígrafe, com alíquota de 15% (quinze por cento), as pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1° do art. 1° da Lei Complementar n° 105/01, ou seja, as instituições vinculadas ao Sistema Financeiro Nacional. 4. Resguardado o princípio da isonomia com o tratamento diferenciado dispensado às instituições financeiras. O fator de* descrimin *da atividade econômica encontra respaldo no artigo 195, § 9° da CF. 5. A cobrança da CSLL com alíquota de 15%, de acordo com a Lei n° 11.727/08 atende ao preceito constitucional inserto no art. 195, parágrafo 6° da Constituição Federal, já que decorridos mais de noventa dias, contados da data da edição da medida provisória, não ocorrendo, destarte, violação aos princípio da anterioridade e da irretroatividade. 6. A MP n° 413/08, convertida na Lei n° 11.727/08 não regulamentou o inciso I do art. 195, alterado pela Emenda Constitucional n° 20/98, tão-somente promoveu modificações na alíquota da CSLL, o que não caracteriza regulação da matéria, não se configurando a ilegalidade apontada e consequentemente não se aplica a vedação do artigo 246 da CF. 7. Encontra-se vencida a discussão relacionada à possibilidade de medida provisória tratar de matéria tributária. A apreciação da "urgência" e "relevância" tiveram reconhecido seu caráter político entregue ao discricionarismo do Executivo e do Congresso Nacional. 8. Referibilidade das contribuições sociais incidentes sobre o faturamento e lucro está presente no beneficio geral a toda a sociedade. Aplicação do princípio da solidariedade social e interpretação do artigo 195, I da CF.* " (Doc. 1, p. 310-311).

Nas razões do apelo extremo, o recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 5º, *caput* e XXXV, LIV e LV, 93, IX, 145, § 1º, 150, II, *a* e *c*, 194, I, II e V, e 195, I, II e III, § 5º e 9º, da Constituição Federal.

Para tanto, alega a inconstitucionalidade da instituição, majorada, de alíquotas diferenciadas da CSLL incidente sobre as instituições financeiras e equiparadas em razão da natureza da atividade econômica que exercem.

É o relatório. **DECIDO**.

O recurso não merece prosperar.

Ab initio, verifica-se que o § 5º, do artigo 195 da Constituição Federal, que a parte recorrente considera violado, não foi debatido no acórdão recorrido. Além disso, os embargos de declaração opostos não sanaram tal omissão, faltando, ao caso, o necessário prequestionamento da matéria constitucional, o que inviabiliza a pretensão de exame do recurso extraordinário. Incidem, portanto, os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*" e "*o ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*".

A respeito da aplicação das aludidas súmulas, assim discorre Roberto Rosas:

"*A Constituição de 1891, no art. 59, III, a, dizia: 'quando se questionar sobre a validade de leis ou aplicação de tratados e leis federais, e a decisão for contra ela'.*

De forma idêntica dispôs a Constituição de 1934, no art. 76, III, a: 'quando a decisão for contra literal disposição de tratado ou lei federal, sobre cuja aplicação se haja questionado'.

Essas Constituições eram mais explícitas a respeito do âmbito do recurso extraordinário. Limita-se este às questões apreciadas na decisão recorrida. Se foi omissa em relação a determinado ponto, a parte deve opor embargos declaratórios. Caso não o faça, não poderá invocar essa questão não apreciada na decisão recorrida. (RTJ 56/70; v. Súmula 356 do STF e Súmula 211 do STJ; Nelson Luiz Pinto, Manual dos Recursos Cíveis, Malheiros Editores, 1999, p. 234; Carlos Mário Velloso, Temas de Direito Público, p. 236).

(...)

Os embargos declaratórios visam a pedir ao juiz ou juízes prolatores da decisão que espanquem dúvidas, supram omissões ou eliminem contradições. Se esse possível ponto omisso não foi aventado, nada há que se alegar posteriormente no recurso extraordinário. Falta o prequestionamento da matéria.

A parte não considerou a existência de omissão, por isso não opôs os embargos declaratórios no devido tempo, por não existir matéria a discutir no recurso extraordinário sobre essa questão (RE 77.128, RTJ 79/162; v. Súmula 282).

O STF interpretou o teor da Súmula no sentido da desnecessidade de nova provocação, se a parte opôs os embargos, e o tribunal se recusou a suprir a omissão (RE 176.626, RTJ 168/305; v. Súmula 211 do STJ)." (*Direito Sumular*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 139-140 e 175-176)

Saliente-se que os princípios da ampla defesa, do contraditório (artigo 5º, LV), do devido processo legal (artigo 5º, LIV) e os limites da coisa julgada (artigo 5º, XXXVI), quando debatidos sob a ótica infraconstitucional, não revelam repercussão geral apta a tornar o apelo extremo admissível, consoante decidido pelo Plenário Virtual do STF na análise do ARE 748.371, da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, *DJe* de 1º/8/2013, Tema 660:

"*Ante o exposto, manifesto-me pela rejeição da repercussão geral do tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal, quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais.*"

Relativamente à alegada violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de que a decisão judicial tem que ser fundamentada, ainda que sucintamente, sendo prescindível que o *decisum* se funde na tese suscitada pela parte. Nesse sentido: AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, *DJe* de 13/8/2010.

O Tribunal de origem decidiu pela constitucionalidade da incidência de alíquota diferenciada na apuração da CSLL incidente sobre atividade das instituições financeiras, como prevista nos arts. 17 e 41, II, da Lei 11.727/2008, com redação alterada pelo artigo 1º da Lei 13.169/2015. Neste contexto, observo que o acórdão recorrido está em harmonia com o entendimento do Pleno do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria, conforme unanimidade estabelecida na apreciação da ADI 4.101, na sessão do Plenário Virtual encerrada em 15/6/2020, concluindo que as alíquotas diferenciadas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL para instituições financeiras e entidades assemelhadas estabelecidas pela Lei federal 11.727/2008, fruto de conversão da Medida Provisória 413/2007, modificada pela Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei federal 13.169/2015 não ofendem o Texto Constitucional.

A sindicabilidade quanto ao preenchimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência exigidos pelo artigo 62, *caput*, da CRFB é excepcional e pressupõe a flagrante abusividade do poder normativo conferido ao Executivo. Precedentes: ADI 5.018, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, j. em 13/6/2018, *DJe* de 11/9/2018; RE 592.377, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ o acórdão Min. Teori Zavascki, Plenário, j. em 4/2/2015, *DJe* de 20/3/2015.

A alteração da alíquota da CSLL por Medida Provisória não equivale à regulamentação do § 9º, do artigo 195 da CRFB, incluído pela EC 20/1998, razão pela qual não há violação ao artigo 246 da Constituição. Precedentes desta Suprema Corte: RE 659.534-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, *DJe* de 4/10/2017; ARE 1.175.895-AgR-Segundo, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, *DJe* de 6/8/2019; ARE 1.103.059-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 6/6/2018.

As normas impugnadas não promoveram a tributação da lucratividade das instituições financeiras, mas fizeram incidir a exigência sobre a grandeza econômica que representa a atividade daquele segmento. A calibragem diferenciada das alíquotas, calcada em fundamentos razoáveis, representa a maximação da efetividade da tributação. O Supremo Tribunal Federal possui diversos julgados em que se declara a constitucionalidade de alíquotas diferenciadas para instituições financeiras. Confira-se os seguintes julgados: ARE 1.113.061-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 15/6/2018; ARE 949.005-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, *DJe* de 28/9/2016; ADI 2.898, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 3/12/2018.

Por fim, observo que o presente agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual. Nada obstante, por se tratar de mandado de segurança, não há falar em majoração de honorários advocatícios (Súmula 512 do STF).

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 932, VIII, do Código de Processo Civil/2015 c/c os artigos 21, § 1º, e 21-B, do Regimento Interno do STF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.232.342 **(1059)**

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ORIGEM : 00002757220088160025 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : JAIR GODOY
ADV.(A/S) : WALMIR DE OLIVEIRA LIMA TEIXEIRA (39167/PR, 221513/SP)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : VANESSA KNAUER PAZINI
INTDO.(A/S) : JEANNE MARIA KNAUER PAZINI
ADV.(A/S) : YGOR NASSER SALAH SALMEN (75151/PR)

Decisão: Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário (eDOC 28, p. 1-4), tendo em vista a decisão do STF no julgamento do AI 791.292 QO-RG/PE (Tema 339 da repercussão geral).

Nas razões recursais, o agravante alega que o Tribunal de origem violou o art. 93, IX, da Constituição Federal, conquanto não fundamentou suficientemente a negativa de seguimento do apelo extremo (eDOC 28, p. 19-29).

É o relatório. **Decido**.

A irresignação não merece prosperar.

Consoante a orientação firmada por esta Suprema Corte, não cabe agravo da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento ao disposto no art. 1.030, I, "a", do CPC, aplica entendimento do STF em questão de repercussão geral. Confira-se ementa do julgado:

"Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental. 1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral. 2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação. 3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida. 4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem." (AI 760.358 QO, Relator Gilmar Mendes, Pleno, DJe 19.02.2010).

No caso, o STF já decidiu o mérito da questão no recurso-paradigma.

Dessa forma, demais recursos com idêntica matéria devem ser analisados pelo Tribunal de origem, sob pena de se inutilizar o próprio instituto da repercussão geral.

Ante o exposto, **não conheço do agravo**, nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF, por ser manifestamente incabível.

Determino a certificação do trânsito em julgado desta decisão nesta data, bem como a baixa imediata destes autos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.452 **(1060)**
ORIGEM : 00628263420168070001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : NOROESTE COMERCIAL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADV.(A/S) : AFONSO HENRIQUE ARANTES DE PAULA (22868/DF)
ADV.(A/S) : PATRICIA JUNQUEIRA SANTIAGO (23592/DF)
RECDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. IPTU. BASE DE CÁLCULO. DELEGAÇÃO À AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. IMÓVEL NÃO PREVISTO NA LEI QUE APROVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES. VALOR VENAL. PARCELAMENTO URBANO CONSTITUÍDO EM MOMENTO POSTERIOR. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 1.084. ARE 1.245.097. DEVOLUÇÃO DO FEITO À ORIGEM (ARTIGO 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISTF).

Decisão: A matéria versada no recurso extraordinário foi submetida por esta Corte ao regime da repercussão geral (Tema 1.084, ARE 1.245.097, Rel. Min. Dias Toffoli).

Destaque-se que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, já entendeu que a mesma situação de fato se amolda ao tema em questão nos autos do ARE 1181843 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado no Plenário Virtual de 29/05/2020 a 05/06/2020.

Ex positis, com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do RISTF (na redação da Emenda Regimental 21/2007), determino a **DEVOLUÇÃO** do feito à origem.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.080 **(1061)**
ORIGEM : 21753438320178260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : ARMINDA CALDAS DA FONSECA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (19449/SP)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (eDOC 18, p. 3):

JUÍZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO ORDINÁRIA. Decisão da E. Presidência desta Seção de Direito Público determinando a devolução dos autos à Turma Julgadora, para eventual juízo de retratação (CPC, art. 1.030, II). De rigor a observância da decisão que modulou o julgamento das ADI 4.357 e 4.425, pelo STF, em 25/03/2015. Modulação que solucionou a questão para a segunda fase do processo de execução, ou seja, para os processos em que os precatórios já haviam sido expedidos ou pagos, como no caso dos autos, mantendo-se os precatórios expedidos ou pagos até essa data, não obstante a decisão que já havia julgado inconstitucional a incidência da TR como índice de correção monetária para casos congêneres, confirmada pelo Plenário no julgamento do RE 870.947 (Tema 810), cuja tese teria aplicação tão somente aos casos em que o precatório ou requisitório ainda não tivessem sido expedidos ou pagos. Portanto, em juízo de retratação, não há qualquer razão para se modificar os termos do v. acórdão, mantendo-os tal como proferidos por seus próprios fundamentos. Recurso provido.

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, *a*, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição da República.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que o acórdão recorrido determinou a aplicação da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária nos depósitos das requisições de pequeno valor (RPV) efetuados. No entanto, o Tribunal de origem não considerou que, no presente processo, há duas RPVs, sendo uma delas expedida e paga após 25.03.2015, nesse caso, portanto, alega que deve ser aplicado o índice IPCA-E, nos termos da modulação da ADI 4357 e Tema 810 recentemente julgado (eDOC 7, p. 12).

A Presidência da Seção de Direito Público do TJSP inadmitiu o recurso extraordinário ressaltando estar o acórdão recorrido em conformidade com decidido por esta Corte na ADI 4357 (eDOC 22).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, verifica-se que a decisão da Corte de origem está em harmonia com a orientação traçada pela Suprema Corte ao apreciar e modular os efeitos das ADIs 4.425 e 4.357.

Eis os fundamentos utilizados pelo Tribunal *a quo* para aplicação da Taxa Referencial como índice de atualização monetária do débito questionado (eDOC 20, p. 15/18):

"No caso dos autos, considerando-se o teor da r. decisão combatida, constata-se que não havia sido observada a modulação levada a efeito pelo C. STF em relação aos consectários das questões relacionadas à inconstitucionalidade da Lei nº 11.960, de 2009, extensiva, inclusive, aos requisitórios de pequeno valor, segundo decidido por esta E. Corte:

"Agravo de instrumento. Execução de sentença. Decisão que considera correta a aplicação da Lei 11.960 a Requisição de Pequeno Valor expedida antes de 25/03/15. Aplicação da TR no cálculo da correção monetária. Decisão que deve ser mantida. Ofício requisitório de pequeno valor expedido no período de vigência da Lei Federal nº 11.960/09. O termo 'requisitórios' tem acepção ampla na redação do art. 100, §12 da CF. Referindo-se tanto ao precatório como o requisitório de pequeno valor. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de parte do artigo 5º da Lei Federal nº 11.960/09 pelo STF, determinando a incidência da TR nos precatórios e requisitórios expedidos até 25.03.15. Decisão mantida. Recurso desprovido." (Agravo de Instrumento nº 2208555-32.2016.8.26.0000; Rel. Rubens Rihl; 1ª Câmara de Direito Público; julgamento: 08.11.2016).

Ademais, para os processos, tal como o caso dos autos, que estivessem na segunda fase, já com a expedição ou o pagamento de precatório ou requisição de pequeno valor, o C. STF, na modulação de efeitos, manteve "válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data [25.03.2015]", a despeito da decisão que já havia julgado

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

inconstitucional a incidência da TR como índice de correção monetária para casos congêneres.

Esse posicionamento foi confirmado pelo Plenário da Suprema Corte, justamente no julgamento do Recurso Extraordinário nº 870.947 (Tema 810).

Com efeito, o produto da resolução do mérito acerca do Tema nº 810 pelo STF teria aplicação tão somente aos casos em que o precatório, ou requisitório, no caso, ainda não tivessem sido expedidos ou pagos.

Na hipótese, eram mesmo válidos os termos tal como proferidos pela modulação das citadas ADI.

Assim, e conforme as decisões supracitadas do C. Supremo Tribunal Federal e do C. Superior Tribunal de Justiça, os precatórios ou requisitórios de pequeno valor, independentemente da data de propositura da ação, deveriam mesmo ser corrigidos de acordo com o enunciado do artigo 1º-F da Lei nº 9.494, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei nº 11.960, até 25/03/2015, devendo, após essa data, de fato, incidir na correção o IPCA-E, por tratar-se de relação jurídica não tributária, tanto em relação aos expedidos ou pagos anteriormente, quanto aos expedidos ou pagos posteriormente."

Como se depreende desses fundamentos e de outros que constam do voto condutor do acórdão recorrido, eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo,* em relação a expedição ou pagamento das requisições de pequeno valor em data anterior à 25.03.2015, demandaria o reexame de fatos e provas, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida na Súmula 279 do STF. Nesse sentido, confiram-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. Os Recursos Extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares. 2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo. 3. A reversão do acórdão passa necessariamente pela revisão das provas. Incide, portanto, o óbice da Súmula 279 (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) desta CORTE. 4. O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 5. Agravo Interno a que se nega provimento." (ARE 1169234-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe 06.02.2019).

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Requisição de pequeno valor. Fracionamento. Parcelas vincendas. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não se presta o recurso extraordinário para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos, nem para a análise da legislação infraconstitucional pertinente. Incidência das Súmulas nº 279 e 636 do Supremo Tribunal Federal. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita." (ARE 1155728-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 04.12. 2018)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, com fundamento no art. 932, IV, *a* e *b*, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.986 (1062)

ORIGEM : 10162166420178260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : ESTADO DE SAO PAULO E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : JULIO CEZAR VALDECIOLI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WELLINGTON NEGRI DA SILVA (237006/SP)
ADV.(A/S) : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI (229720/SP)

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (eDOC 9, p. 2):

"POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Prescrição afastada. Ação proposta por policiais militares inativos e da ativa. Ilegitimidade passiva de São Paulo Previdência, que não respondia pelos encargos das aposentadorias dos autores no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Recurso parcialmente provido para, extinguindo o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência, afastar a prescrição e julgar procedente a demanda somente em relação ao Estado."

Não foram opostos embargos de declaração.

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, "*a*", do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 1°; 5º, XXI, e 100, §12, da Constituição Federal.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que *"a Carta Magna, ao assim dispor, exigiu que, nas ações coletivas propostas por entidades de classe, os substituídos processuais fossem a ela filiados antes da propositura da demanda, sendo imprescindível, ainda, a autorização expressa dos mesmos, sendo que independentemente do instrumento processual utilizado - mandado de segurança ou ação pelo rito ordinário - o bem jurídico da Segurança somente resta observado com o atendimento do mencionado comando normativo constitucional."* (eDOC 12, p. 7).

A Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou seguimento ao recurso quanto ao Tema 810 da repercussão geral e inadmitiu o apelo extremo quanto às demais questões, por entender que "o posicionamento alcançado pelos doutos Julgadores, embora contrário às pretensões das recorrentes, não traduz desrespeito à legislação enfocada a ponto de permitir seja o presente alçado à instância superior." (eDOC 25, p. 1).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Consoante a orientação firmada por esta Corte, não é cabível recurso ao Supremo Tribunal Federal da decisão do Tribunal de origem que aplica entendimento da Suprema Corte em questão de repercussão geral. Nesse sentido:

"Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Telefonia. Cobrança de pulsos além da franquia. Matéria infraconstitucional. 3. Jurisprudência pacificada na Corte. Repercussão Geral. Aplicabilidade. 4. Questão de Ordem acolhida para reconhecer a inexistência de repercussão geral da matéria, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, não conhecer o recurso, autorizar a devolução aos tribunais de origem dos recursos extraordinários e agravos de instrumento que versem sobre o mesmo tema e autorizar as instâncias de origem à adoção dos procedimentos do art. 543-B, § 2º, do Código de Processo Civil". (AI 777749 QO-RG, Relator Ministro Gilmar Mendes, Pleno, DJe 26.04.2011).

"Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental. 1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral. 2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

retratação. 3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida. 4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem". (AI 760.358 QO, Relator Gilmar Mendes, Pleno, DJe 19.02.2010).

Dessa forma, considerando que o Tribunal de origem aplicou o Tema 810, da sistemática de repercussão geral, não conheço do recurso nesta parte.

No mais, o Tribunal de origem, quando do julgamento da apelação, asseverou que (eDOC 9, pp. 6-18):

"(...)

No que diz respeito à prescrição, ressalvado entendimento em sentido contrário, adota-se a orientação do Superior Tribunal de Justiça pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo: (...)

Ademais, como a pretensão de pagamento de valores pretéritos não pode ser veiculada no mandado de segurança coletivo, mas por meio de ação específica, não se justifica aguardar por tempo indefinido o resultado final da ação coletiva, também porque nenhuma lesão de direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário.

Não obstante, no mandado de segurança coletivo foi efetivamente reconhecido o direito à incidência dos quinquênios e da sexta-parte sobre as vantagens permanentes dos associados e, pendente o julgamento de recursos extremos, não há notícia de excepcional atribuição de efeito suspensivo, de modo que a petição inicial preenche os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil atual, não havendo qualquer causa de inépcia.

Quanto à legitimidade ativa, o entendimento do plenário do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 573.232-1/SC, em que foi reconhecida a existência de repercussão geral, decisão veiculada pelo DJe de 06-06-2008, deixou expresso que não abrangia as hipóteses de mandado de segurança coletivo: *Ressalta-se que não se trata, no presente caso, de ação ajuizada por sindicato (sujeito à disciplina do art. 8ª, III, da Constituição, nos termos do julgamento proferido no RE 193.503/SP, Rel. para o acórdão o Min. Joaquim Barbosa), nem de mandado de segurança coletivo, a incidir a regra do art. 5º, LXX, b, da CF (cujo alcance foi definido por esta Corte no julgamento do RE 193.382/SP, Rel. Min. Carlos Velloso) (...) Relativamente à jurisprudência do Supremo a respeito do tema, consigno que, em relação ao mandado de segurança coletivo, ante a redação do inciso LXX do artigo 5º da Carta de 1988, ocorre o fenômeno da substituição processual, sendo dispensada a autorização específica.*

Ou seja, a associação impetrou o mandado de segurança coletivo na qualidade de legitimada extraordinária, hipótese de substituição, legitimação extraordinária, não de representação processual, por isso não se exigindo autorização expressa dos associados, tampouco comprovação do momento da filiação e apresentação de rol de associados, tendo decidido o Superior Tribunal de Justiça que toda a categoria é beneficiada, independente desses aspectos: (...)

Como não ocorreu o trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo, a prescrição está limitada às prestações vencidas mais de cinco anos antes do seu ajuizamento, não se verificando as hipóteses de prescrição suscitadas pelos réus, tampouco aquela reconhecida pela sentença.

(...)

Efeito do mandado de segurança coletivo de interrupção da prescrição para o período anterior em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que também estende os seus efeitos a toda a categoria, não se restringindo aos associados da impetrante, com dispensa de autorização para o ajuizamento da ação coletiva. A associação só necessita de autorização dos filiados quando os "representa", não quando "substitui a categoria", como já explanado e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal. O precedente do Supremo Tribunal Federal que exige a autorização expressa dos associados se restringe ao momento de execução do título judicial, com individualização dos créditos patrimoniais de cada membro, então se tratando, não mais de substituição, mas de representação, não afetando a substituição processual da fase de conhecimento e menos ainda a cobrança individual do período pretérito.

(...)."

Na espécie, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que as associações, quando impetram mandado de segurança coletivo em favor de seus filiados, atuam como substitutos processuais, não dependendo, para legitimar sua atuação em Juízo, de autorização expressa de seus associados, nem de que a relação nominal desses acompanhe a inicial do *mandamus*. Nesse sentido:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. OBJETO DA AÇÃO. ACÓRDÃO 845/2012. ATO DE EFEITOS CONCRETOS. CABIMENTO DO WRIT. ALTERAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CARGO PÚBLICO POR MEIO DE RESOLUÇÃO. INOCORRÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a impetração de mandado de segurança coletivo por associação em favor dos associados independe da autorização destes. Súmula 629/STF. 2. Cabe mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que, como ato concreto, aprecia requerimento de alteração de resolução normativa. 3. Não extrapola dos limites de seu poder regulamentar ato do Tribunal de Contas da União que atribui ao cargo de técnico de controle externo, área de controle externo, atividades de natureza administrativa. 4. Segurança denegada. (MS 31.336, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 10.5.2017).

Agravo regimental no recurso extraordinário. Constitucional. Mandado de segurança coletivo. Associação. Legitimidade ativa. Autorização expressa dos associados. Relação nominal. Desnecessidade. Precedentes. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que as associações, quando impetram mandado de segurança coletivo em favor de seus filiados, atuam como substitutos processuais, não dependendo, para legitimar sua atuação em Juízo, de autorização expressa de seus associados, nem de que a relação nominal desses acompanhe a inicial do *mandamus*, consoante firmado no julgamento do MS nº 23.769/BA, Tribunal Pleno, Relatora a Ministra Ellen Gracie. 2. Agravo regimental não provido. (RE 501.953-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 26.4. 2012).

Ante o exposto, não conheço do recurso no que concerne aos juros e correção monetária, e, quanto ao mais, nego provimento, nos termos do art. 932, IV, *"a"* e *"b"*, do Código de Processo Civil.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do CPC, tendo em vista que não houve prévia fixação de honorários na origem.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.719 **(1063)**

ORIGEM	: 00266640620168110041 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO
PROCED.	: MATO GROSSO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é o recurso extraordinário interposto em face de acórdão da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado (eDOC 31, pp. 9/10):

"RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – INOBSERVÂNCIA – RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA – PREJUDICIAL DE MÉRITO – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA – REJEITADAS –PAS DE NULLITE SANS GRIEF – RECONHECIMENTO DA NULIDADE DO REENQUADRAMENTO COM OBSERVÂNCIA AO PRINCIPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO, INTERESSE RECURSAL E UTILIDADE PRÁTICA DO PROVIMENTO JURISDICIONAL - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA EM REEXAME RETIFICADA EM PARTE. 1 - Nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida. Recurso conhecido em parte. 2 - Os institutos da prescrição e da decadência não se aplicam em situações que afrontam diretamente a Constituição Federal. Desse modo, o decurso do tempo não possui o condão de convalidar atos administrativos que afrontem princípios constitucionais. 3 - A reforma da decisão exige prova do efetivo prejuízo, o que não ocorreu, considerando o decreto de nulidade do ato de reenquadramento com a ressalva de observância ao princípio de irredutibilidade de vencimentos, carecendo o Recorrente do interesse recursal face a ausência de utilidade prática do provimento jurisdicional. 4 - Descabido o redirecionamento da multa diária ao agente público, pois não participou do processo."

Não foram opostos embargos de declaração.

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, "*a*", do permissivo constitucional, alega-se violação ao art. 1º, III; 2º; e 37, § 5º, da Constituição Federal de 1988.

Nas razões recursais pertinentes à demonstração de existência de repercussão geral, sustenta-se (eDOC 31, pp. 43/44):

"Requisito específico do recurso extraordinário é a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, §3°, da CF/88), a qual está presente, porque o tema alcança relevância econômica, política e jurídica que ultrapassa os interesses subjetivos da causa, versando sobre a constitucionalidade e/ou consolidação do vínculo do servidor público, alcançando diversos servidores públicos em situação idêntica."

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

É o relatório. Decido.

A competência recursal do Supremo Tribunal Federal, fixada nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, foi objeto de relevante alteração constitucional. A reforma promovida pela Emenda Constitucional 45/2004 incluiu o § 3º no art. 102 do texto, estabelecendo, como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais debatidas no caso, *in verbis*:

"No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros".

A remissão feita à regulamentação legal permitiu ao Poder Legislativo, por meio da Lei 11.418/2006, alterar o então vigente Código de Processo Civil para disciplinar a preliminar. Nos termos de seu art. 543-A, § 1º, a repercussão geral foi definida como a demonstração de que há em determinado processo questões que "ultrapassem os interesses subjetivos da causa".

A definição legal do instituto introduz, no ordenamento positivo nacional, um conceito que, na experiência comparada, tem sido destinado para a definição funcional de precedentes:

"As decisões podem ser precedentes apenas na medida em que elas são concebidas para se firmarem sobre bases de justificação; porque essas bases de justificação, de acordo com um modelo racional e discursivo de justificação, não podem ficar confinadas a um caso particular. Elas devem ficar disponíveis para aplicação analógica em casos análogos, seja por um simples salto intuitivo de raciocínio analógico ou (de forma mais plausível) por um processo mais reflexivo que universaliza as bases de justificação e as testa em face de fatos similares em casos posteriores."

(MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert S. *Interpreting precedents: a comparative study.* London: Dartmouth, 1997, p. 543, tradução livre).

Com a mesma compreensão, Luiz Guilherme Marinoni, em pioneira obra sobre o tema, sustentou que a decisão desta Corte nos casos de repercussão geral "espraia-se para além do caso concreto, constituindo a sua *ratio decidendi*, motivo de vinculação tanto para o próprio Supremo Tribunal Federal (vinculação horizontal) como, potencialmente, para os demais órgãos jurisdicionais (vinculação vertical)" (MARINONI, Luiz Guilherme. *Repercussão geral no recurso extraordinário.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 79).

As alterações processuais promovidas pelo novo Código de Processo Civil mantiveram os contornos da repercussão geral já delineados pela Lei 11.418/2006. O novo diploma legal, no entanto, ao explicitar a compreensão da definição de precedentes, fixou balizas relevantes para examinar os argumentos que permitam ultrapassar os interesses subjetivos da causa.

O art. 927 do Código de Processo Civil dispõe que serão observados os enunciados de súmulas vinculantes, as decisões desta Corte em controle concentrado de constitucionalidade, os acórdãos em julgamento de recursos extraordinários repetitivos e os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal.

Poder-se-ia aduzir, em interpretação literal, que a observância obrigatória das decisões desta Corte não se estende aos recursos extraordinários que fogem do regime do art. 1.036 do CPC. No entanto, a interpretação sistemática do Código exige que se leve em conta que, caso tenha a repercussão geral reconhecida, o efeito consequente é a suspensão de todos os processos pendentes e em trâmite em todo o território nacional (art. 1.035, § 5º, do diploma processual). Ademais, a contrariedade com súmula ou jurisprudência dominante implica presunção de repercussão geral (art. 1.035, § 3º, do CPC). Se a repercussão geral visa uniformizar a compreensão do direito, obrigação que atinge a todo o Poder Judiciário (art. 926 do CPC), então a estabilização, a integridade e a coerência, que têm na repercussão geral presumida importante garantia de uniformidade, devem, necessariamente, também atingir as decisões proferidas nos demais recursos extraordinários.

Por isso, é possível afirmar que, na missão institucional definida pelo constituinte e pelo legislador ao Supremo Tribunal Federal, compete-lhe, no âmbito de sua competência recursal, promover "a unidade do Direito brasileiro tanto de maneira retrospectiva quanto prospectivamente" (MARINONI, Luiz Guilherme. *Repercussão geral no recurso extraordinário.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 79).

Tal unidade impõe, como o exige o Código, a juízes e tribunais o dever de observar as decisões do Supremo Tribunal Federal. Isso porque positivou o Código de Processo Civil verdadeiro sistema obrigatório de precedentes que naturalmente decorreria da hierarquização do Judiciário e da função da Corte Suprema. Observe-se, no entanto, que essa obrigatoriedade não se traduz por vinculação obrigatória. Juízes e tribunais, ainda que decidam com base na jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, têm o dever de motivação, conforme exige o disposto no art. 489, § 1º, do CPC. Dessa forma, devem demonstrar por que o precedente invocado é aplicável ao caso concreto, ou, inversamente, por que se deve realizar uma distinção ou superação do precedente neste mesmo caso concreto. Noutras palavras, o sistema de precedentes explicitado pelo Código de Processo Civil apenas impôs relevante ônus argumentativo a juízes e tribunais quando julgam os casos que assomam a seus órgãos.

Esse ônus argumentativo impõe a este Supremo Tribunal Federal um dever de cautela a fim de permitir efetivo diálogo exigido pelo sistema de precedentes. Esse diálogo está na base do sistema de precedentes e é, precisamente, o que permite uniformizar a jurisprudência nacional. Não se pode confundir a mera decisão em sede recursal com o conceito uniformizador do precedente. Há, por isso, um elemento crítico na decisão que se torna precedente. Como afirmou Geoffrey Marshall, "a perspectiva crítica sobre um precedente sugere que o que o torna vinculante é a regra exigida de uma adequada avaliação do direito e dos fatos" (MARSHALL, Georffrey. *What is binding in a precedent.* In: MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert S. *Interpreting precedents: a comparative study.* London: Dartmouth, 1997, p. 503-504, tradução livre).

É precisamente essa a função cumprida pelo instituto da repercussão geral, isto é, viabilizar o adequado juízo sobre os fatos examinados no caso concreto e a interpretação do direito dada pelas instâncias inferiores, de forma a permitir replicar, por analogia, aos casos que lhe forem análogos, a solução jurídica acolhida pelo Supremo Tribunal Federal.

Frise-se que, ante a inércia do Poder Judiciário, a viabilização do juízo crítico em sede de repercussão geral é promovida pelas partes. Trata-se, com efeito, de etapa do recurso que impõe às partes o dever de fundamentação específica. Na linha de diversos precedentes desta Corte a ausência dessa arguição (AI-QO 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ 6.9.2007) ou sua inadequada fundamentação (ARE 858.726-AgR, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 16.03.2015; RE 762.114-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 10.08.2015) inviabiliza o conhecimento do recurso interposto perante o Supremo Tribunal Federal.

No que tange ao conteúdo de tal demonstração, deve-se reconhecer no sistema de precedentes positivado pelo Código indeclinável diretriz interpretativa, a partir da teleologia do instituto. Tal perspectiva funcionalista permite reconhecer, de antemão, que dificilmente supre a exigência de fundamentação a mera asserção sobre erro no exame das premissas fáticas ou a aplicação indevida de norma jurídica nitidamente redigida.

Tampouco devem ser admitidas como razões suficientes para o exame da repercussão geral normas que possam ser depreendidas analogamente de casos análogos já julgados pelo Tribunal, sem que em face deles seja feita a devida distinção ou superação, a permitir que o Tribunal possa examinar a conveniência de realização de audiências públicas ou de autorizar a participação de terceiros para rediscutir a tese (art. 927, § 2º, do CPC). Encontraria dificuldades, outrossim, a repercussão suscitada a partir de lei local sem que se demonstre sua transcendência, especialmente a todo o território nacional.

Em vista dos parâmetros fixados pelo art. 1.035, § 1º, do Código de Processo Civil, é possível assentar, ainda, que dificilmente ostentaria repercussão geral a questão econômica que não apresente dados suficientes para estimar a relação de causalidade entre a decisão requerida e o impacto econômico ou financeiro potencialmente causado. Afigura-se improvável, também, o conhecimento de questão social que sequer apresente titularidade difusa ou coletiva. No que tange à questão político-institucional, tem poucas chances de atender ao ônus de fundamentação a arguição de repercussão geral que deixe de demonstrar pertinência relativamente aos órgãos que integram a alta organização do Estado ou das pessoas jurídicas de direito público que compõem a Federação. Finalmente, dificilmente daria margem ao exame da repercussão geral a questão jurídica arguida que não faça o cotejamento entre a decisão recorrida e a interpretação dada por outros órgãos jurisdicionais ou que não saliente possíveis consequências advindas da adoção pelo Supremo Tribunal Federal do entendimento postulado em sede recursal nos demais órgãos integrantes do Poder Judiciário. Alternativamente, também dificilmente atenderia ao ônus de fundamentação jurídica a arguição que não condiga com uma insuficiente proteção normativa ou interpretativa de um direito fundamental.

Registre-se, por fim, que o dever de fundamentação vinculada é ônus que incumbe às partes e somente a elas. "Pode o Supremo admitir recurso extraordinário entendendo relevante e transcendente a questão debatida por fundamento constitucional diverso daquele alvitrado pelo recorrente" (MARINONI, Luiz Guilherme. *Repercussão geral no recurso extraordinário.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 42). Essa faculdade, em verdade um poder-dever pelo qual a Corte cumpre sua função constitucional, depende, no entanto, para que seja adequadamente exercida, que as partes demonstrem minudentemente as razões pelas quais o Supremo Tribunal Federal deve criar um precedente daquele determinado caso concreto.

Não cabe, aqui, invocar o dever de colaboração para exigir da Corte a explicitação das razões pelas quais as partes em casos concretos deixaram de cumprir o ônus da fundamentação da repercussão geral. Em casos tais, o que se estaria a postular era que o próprio Relator suprisse o vício processual. Em decorrência do sistema de precedentes, recém-positivado pelo Código de Processo Civil, é necessário que o Supremo Tribunal Federal, no desempenho de sua competência recursal, aja com prudência, a fim de estabilizar, de forma íntegra e coerente, a jurisprudência constitucional.

Por não ter se desvencilhado do ônus de fundamentar necessária e suficientemente a repercussão geral da matéria em debate, com fulcro no art. 102, § 3º, da Constituição Federal e no art. 932, III, do CPC, deixo de conhecer do recurso extraordinário com agravo.

Sem honorários, por se tratar de ação civil pública (art. 18 da Lei 7.347/1985).

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Publique-se.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.051 **(1064)**

ORIGEM : 10117101620158260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : ESTADO DE SAO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : JOAO CARDOSO
ADV.(A/S) : RONALDO TOVANI (62100/SP)

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (eDOC 9, p. 2):

"EMBARGOS À EXECUÇÃO - Execução individual de sentença proferida em Mandado de Segurança Coletivo - Direito dos associados da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo ao recebimento da GAP - Questão da autorização assemblear que já foi decidida no processo originário - Inaplicabilidade do Recurso Extraordinário nº 573.232-1/SC - Sentença mantida - Recurso não provido."

Os embargos de declaração foram rejeitados (eDOC 13).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, inciso III, *a*, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao art. 5º, inc. XXI, da Constituição da República.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, a ilegitimidade do exequente, ora agravado, por falta de autorização expressa do associado quando do ajuizamento da ação coletiva promovida pela Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo (eDOC 16, p. 4).

Argumenta, a parte agravante, que o requisito é indispensável para a propositura da execução individual da sentença coletiva, fundamentado expressamente pela CRFB e pelo entendimento consolidado por esta Corte em sede de julgamento de Repercussão Geral (Tema 82 e Tema 499)(eDOC 16, p. 7).

Aduz, ainda, que o processo coletivo (autos nº 0026076-68.2001.8.26.0053) que deu origem à presente execução individual de sentença coletiva tem natureza jurídica de Ação Ordinária Coletiva e não Mandado de Segurança Coletivo (eDOC 16, p. 4-5).

A Presidência da Seção de Direito Público do TJSP inadmitiu o extraordinário por não vislumbrar afronta ao art. 5º, XXI, da CRFB, tampouco seria hipótese de subsunção aos Temas 82 e 499 do STF, por pressupor se tratar de título executivo originário de mandado de segurança coletivo (eDOC 19).

É o relatório. Decido.

Após detida análise dos autos e diante dos fundamentos apresentados no recurso, verifica-se que o título executivo decorre de ação coletiva sob o procedimento ordinário ajuizada pela Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Ação Ordinária 0026076-68.2001.8.26.0053). O Tribunal de origem, no entanto, cuidou da matéria como execução individual de sentença proferida em mandado de segurança coletivo (eDOC 9), em evidente erro material.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre os temas discutidos nestes autos.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o recurso-paradigma RE-RG 612.043, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, *DJe* de 6.10.2017 (Tema 499), proferiu a seguinte tese: *A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.*

Ademais, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 573.232-RG, Relator para o acórdão o Ministro Marco Aurélio, DJe 19.9.2014 (tema 82), reconheceu a existência de repercussão geral da matéria e concluiu que os associados que apresentarem, na data da propositura da ação de conhecimento, autorizações individuais expressas à associação podem executar título judicial proferido em ação coletiva. Reproduzo a ementa desse julgado:

REPRESENTAÇÃO ASSOCIADOS ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE. O disposto no artigo 5º, inciso XXI, da Carta da República encerra representação específica, não alcançando previsão genérica do estatuto da associação a revelar a defesa dos interesses dos associados. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ASSOCIAÇÃO BENEFICIÁRIOS. As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial.

Ante o exposto, em vista dos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal acerca dos temas suscitados neste recurso extraordinário com agravo, determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para adequação ao disposto no artigo 328 do RISTF.

Publique-se.
Brasília, 15 de junho de 2020.
Ministro **EDSON FACHIN**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.848 **(1065)**

ORIGEM : 00105958120144036100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : SILVIA REGINA JASMIN UEDA
ADV.(A/S) : JOSE ROBERTO TIMOTEO DA SILVA (254772/SP)

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (eDOC 1, p. 227):

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. ARTIGOS 152 C/C 167, DA LEI 8.212/90. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRAZO LEGAL EXCEDIDO. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. ARTIGO 172, DA LEI 8.112/90. ÓBICE AFASTADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No caso dos autos, restou demonstrado que não foi respeitado o prazo máximo de 140 (cento e quarenta) dias para a conclusão e julgamento do processo administrativo disciplinar, nos termos dos artigos 152 c/c 167, da Lei 8.212/90, urna vez que o processo administrativo foi instaurado contra a impetrante em 04/03/2013 (fl. 37) e, até o presente momento, não há notícias de que teria sido concluído, ressaltando-se que a última manifestação da apelante nos autos deu-se em 19/05/2015, sem qualquer informação sobre o eventual desfecho do referido processo.

2. A jurisprudência deste Tribunal Regional Federal da Terceira Região é uníssona no sentido de que a demora excessiva da administração para a conclusão de procedimento administrativo não pode resultar em prejuízo ao servidor investigado

3. A morosidade do procedimento administrativo disciplinar não deve servir de óbice à concessão da aposentadoria voluntária.

4. Inexistindo fundamentos hábeis a alterar a decisão monocrática, nega-se provimento ao agravo legal."

Os embargos de declaração foram rejeitados (eDOC 1, p. 244-249).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, *a*, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa aos arts. 97 e 103-A da Constituição Federal.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que *"O v. acórdão recorrido, ao manter a r. sentença de fls. que concluiu pela possibilidade de restabelecer a tramitação do processo de concessão de aposentadoria, sem que o processo administrativo disciplinar constitua óbice para tanto, afastando portanto o disposto no art. 172 da Lei n° 8.112/90, sob o fundamento de que o processo administrativo havia excedido o prazo disposto em lei, violou expressamente o art. 97 da CF e a Súmula Vinculante n° 10 do STF."* (eDOC 1, p. 275).

O Tribunal de origem inadmitiu o extraordinário mediante aplicação da Súmula 279 do STF (eDOC 1, p. 301-303).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, quando do julgamento do agravo interno, assim asseverou (eDOC 1, p. 215-219):

"Com efeito, no caso dos autos, restou demonstrado que não foi respeitado o prazo máximo de 140 (cento e quarenta) dias para a conclusão e julgamento do processo administrativo disciplinar, nos termos dos artigos 152 c/c 167, da Lei 8.212/90, unia vez que o processo administrativo foi instaurado contra a impetrante em 04/03/2013 (fl. 37) e, até o presente momento, não há notícias de que teria sido concluído, ressaltando-se que a última manifestação da apelante nos autos deu-se em 19/05/2015, sem qualquer informação sobre o eventual desfecho do referido processo.

Com efeito, das informações prestadas peia autoridade coatora em 31/07/2014 (fls. 59/62), consta que, segundo a Segunda Comissão Permanente de Disciplina, o processo administrativo disciplinar em questão estaria em fase final de instrução, aguardando-se apenas a juntada de prova emprestada oriunda de processo em trâmite perante o MM. Juízo Federal da 3ª Vara Criminal de São Paulo/SP, para que tivesse início o interrogatório da servidora.

Vale ressaltar que a própria autoridade coatora reconhece o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo, como se vê do seguinte pedido, encaminhado pelo Delegado Diretor de Gestão de Pessoal, em 13/05/2014, ao Superintendente Regional no Estado de São Paulo (fl. 38):

(...)

Como se observa, a decisão agravada foi fartamente motivada, com exame de aspectos fálicos do caso concreto e aplicação da legislação específica, sendo que os agravos apenas reiteraram o que já havia sido antes deduzido e já enfrentado e vencido no julgamento monocrático, não restando, portanto, espaço para as reformas postuladas."

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Sendo essas as razões de decidir, constata-se que o Tribunal de origem não declarou explicitamente a inconstitucionalidade da norma do art. 172 da Lei 8.112/1990, tampouco afastou a sua aplicação com fundamento na incompatibilidade entre a norma legal e a Constituição Federal. No caso, mediante ponderação entre os valores contidos na legislação de regência e nos princípios constitucionais evocados, o juízo *a quo* interpretou e aplicou ao caso concreto a norma infraconstitucional, o que não configura violação à norma do art. 97 da Constituição Federal. Nesse sentido:

"Agravo regimental no recurso extraordinário. Previdenciário. Devolução de valores recebidos indevidamente por segurado do Regime Geral da Previdência Social. 1. O art. 115 da lei n. 8.213/91 não foi declarado inconstitucional, tampouco teve afastada sua aplicação pela Corte de origem. Não ocorrência, destarte, de violação do princípio da reserva de plenário. 2. Má aplicação de norma de caráter infraconstitucional configura ofensa meramente reflexa à Constituição, insuscetível de apreciação em recurso extraordinário. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido." (RE 596.212 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 21.5.2012)

Ademais, como se depreende dos fundamentos do acórdão recorrido, eventual divergência em relação ao entendimento adotado pelo juízo *a quo* demandaria o reexame de fatos e provas constantes dos autos, e o exame da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei Federal 8.112/1990), o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a ofensa reflexa à Constituição Federal, além da vedação contida na Súmulas 279 do STF. Nesse sentido:

"EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Administrativo. Processo administrativo disciplinar. Demissão. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos, bem como da legislação infraconstitucional. Incidência das Súmulas nºs 279 e 280/STF. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Havendo prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, seu valor monetário será majorado em 10% (dez por cento) em desfavor da parte recorrente, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do referido artigo e a eventual concessão de justiça gratuita." (ARE 1165650-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, DJe 1º.2.2019).

"Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. 3. Servidor público. Demissão. Legalidade do processo administrativo disciplinar. 4. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa à Constituição Federal. Necessidade de reexame do acervo probatório. Súmulas 279 e 280 do STF. Precedentes. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Negativa de provimento ao agravo regimental." (ARE 1148248-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe 23.11.2018).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *a*, do CPC.

Sem honorários, por se tratar de mandado de segurança (Súmula 512/STF e art. 25 da Lei 12.016/2009).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.885 (1066)

ORIGEM	: 00057376320068190003 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
RECTE.(S)	: CARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI
ADV.(A/S)	: FABIO HELMOLD REIS (119700/RJ)
ADV.(A/S)	: BRUNO SILVA RODRIGUES (117609/RJ)
RECDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Trata-se de agravo cujo objeto é a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (eDOC 5, p. 3-4):

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO IRREGULAR DE DECK SOBRE ESPELHO D'ÁGUA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA CONFIGURAÇÃO DO DANO. SENTENÇA NO SENTIDO DA PROCEDÊNCIA PARCIAL DOS PEDIDOS, DETERMINANDO A DEMOLIÇÃO DA CONSTRUÇÃO E O RESSARCIMENTO CORRESPONDENTE AO DANO AMBIENTAL CAUSADO, VERIFICADO NO LAUDO. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO RÉU. JUNTADA POSTERIOR DE NOVO LAUDO TECNICO N° 006/2011, DE VALORAÇÃO AMBIENTAL, ELABORADO PEIA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO, SEGUIDO DE "ACORDO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL" FIRMADO ENTRE AS PARTES, SEM - ANUÊNCIA-DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE DISPOSIÇÃO DE INTERESSE DIFUSO CONCERNENTE AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E JÁ APONTADO EM LAUDO ANTERIOR DA MESMA SECRETARIA DE N° 003/2008, DE FLS. 180/209, CONCLUSIVO NO SENTIDO DA NECESSIDADE DA DEMOLIÇÃO DO DECK. DIREITO MATERIAL DE TITULARIDADE DA PRÓPRIA COLETIVIDADE, E, PORTANTO, INDISPONÍVEL POR EXCLUSIVA CONVENÇÃO DAS PARTES. QUESTÃO PREJUDICIAL, PORTANTO, SUPERADA EM FACE DE SEU DESACOLHIMENTO. APRECIAÇÃO E DESPROVIMENTO DE TRÊS AGRAVOS - RETIDOS, TODOS RELATIVOS À FASE INSTRUTÓRIA, NO SENTIDO DO INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL; DE QUESITOS PORQUE NÃO ATINENTES À PERÍCIA; E, FINALMENTE, QUANTO Á OPORTUNIZAÇÃO À PARTE AUTORA DE SE MANIFESTAR EM PROVAS. PRELIMINAR DE APELAÇÃO NO RECURSO DA RÉ, QUANTO À INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUIZO, QUE ORA SE AFASTA, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO NO FEITO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PLENAMENTE ASSEGURADOS DURANTE TODO O TRANSCORRER DO PROCESSO JUDICIAL, NÃO CABENDO A ANÁLISE DE EVENTUAIS VÍCIOS OCORRIDOS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, CUJA REGULARIDADE NÃO SE QUESTIONA NA PRESENTE LIDE, SEQUER ESTANDO INSTRUÍDA COM OS ELEMENTOS DAQUELA FASE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE QUE A OBRA PODERIA OU ESTARIA SENDO REGULARIZADA, NÃO MERECENDO IGUALMENTE ACOLHIDA O PLEITO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ A ANÁLISE FINAL DO PROCEDIMENTO PELO INEA, VEZ QUE, A DECISÃO JUDICIAL SE SUBSTITUI À ADMINISTRATIVA. INÉRCIA DO INTERESSADO QUE NÃO PODE SE PERPETUAR, A PONTO DE TORNAR PERMANENTE O DANO -AUSÊNCIA DE PEDIDO AUTORAL- NO QUE PERTINE À INDENIZAÇÃO -- POR DANO AMBIENTAL. SENTENÇA EXTRA PETITA REFORMA DE OFICIO. OBSERVÂNCIA AO PRINCIPIO PROCESSUAL DA CONGRUÊNCIA/ CORRELAÇÃO. ARTS. 128 E 460 DO CPC. DANOS AMBIENTAIS APURADOS QUE REPRESENTAM LESIVIDADE MÍNIMA . A0 ECOSSISTEMA LOCAL, SENDO POSSÍVEL A REVERSÃO A0 STATUS QUO ANTERIOR, CONSOANTE LAUDO PERICIAL JÁ MENCIONADO ACIMA. DANO MORAL COLETIVO QUE, TAMBÉM, NÃO SE DEMONSTROU, POR SE TRATAR DE VIOLAÇÃO AO PATRIMÔNIO VALORATIVO DA COMUNIDADE LOCAL. RECURSOS CONHECIDOS, MODIFICADA A SENTENÇA, DE OFÍCIO, NO QUE PERTINE INDENIZAÇÃO MATERIAL, QUE NÃO FORA OBJETO DA FORMULAÇÃO INAUGURAL. APLICAÇÃO DE MULTA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DE DEMOLIÇÃO DA CONSTRUÇÃO, NO PRAZO ESTABELECIDO OU DE REINCIDÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS, DESPROVENDO-SE PRIMEIRO APELO, PREJUDICADO O SEGUNDO."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (eDOC 5, p. 44).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, a, do permissivo constitucional, aponta-se ofensa ao art. 109, I; da Constituição da República.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, que a ação visa tutelar bens e interesses nitidamente federais, uma vez que se trata de terreno de marinha, bem da União. Requer, portanto, que seja declarada a nulidade absoluta de todos os atos praticados pela Justiça Estadual, retornando-se os autos à Justiça Federal (eDOC 6, p. 17-29).

A Terceira Vice-Presidência do TJRJ inadmitiu o recurso extraordinário por óbice da Súmula 279 do STF (eDOC 7, p. 12).

É o relatório. Decido.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, assim asseverou (eDOC 5, pp. 11-12):

"No que concerne à questão preliminar de incompetência absoluta do juízo, trazida no recurso do réu, cumpre ressaltar que o dano ambiental apontado é localizado no Município de Angra dos Reis, não se estendendo no âmbito interestadual e, em que pese cuidar-se de terreno de marinha, não se vislumbra, na hipótese, o interesse da União, conforme evidenciado pela própria manifestação de fls. 419 v°.

Nesse sentido é a orientação deste E. TJRJ, a saber:

0033705-38.2010.8.19.0000- AÇÃO RESCISÓRIA DES. CLP,UDIO DELL ORTO - Julgamento: 140612011 - DÉCIMA OITAVA CÂMARA CiVEL EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AÇÃO RESCISÓRIA Sentença definitiva em ação civil pública proposta pelo Município de Angra dos Reis. - Dano ambiental. Deck erigido sobre espelho d'água. - Precedentes do STJ e do TJRJ. - Competência da Justiça Estadual Improcedência do pedido rescisório. - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. - Intenção nnodificativa e pré-questionadora do embargante, que não aponta real contradição, omissão ou obscuridade,- apenas configura pretexto para reabrir o exame - de-matéria analisada e resolvida, segundo o entendimento já pacificado neste Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro de que é da justiça estadual a competência para processar e julgar as ações civis públicas por danos ambientais, mesmo quando a ofensa ocorrer na área de beira mar, também, denominada de "terrenos de marinha" foreiros da União Federal. - Reedição da lide, incabível em sede meramente declaratória. - EMBARGOS DECLARATÓRIOS DESPROVIDOS.

Logo, a preliminar de incompetência da Justiça Comum Estadual

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

arguida não merece prosperar, sendo esta plenamente competente para o conhecimento e julgamento da causa."

Portanto, observa-se que o entendimento do juízo *a quo* não diverge da jurisprudência desta Corte que é firme no sentido de que a mera alegação de existência de interesse de um dos entes enumerados no artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, não enseja o deslocamento da competência para a Justiça Federal. Nesse sentido:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA UNIÃO, DE AUTARQUIA OU DE EMPRESA PÚBLICA PARA INTEGRAR A LIDE. MERA ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE INTERESSE DE UM DESSES ENTES. INSUFICIÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (ARE nº 757.952/PR-AgR, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 28/10/13).

Ante o exposto nego provimento ao recurso, nos termos do art. 932, IV, *b*, do Código de Processo Civil, c/c art. 21, §1º do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Edson Fachin**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.329 **(1067)**

ORIGEM : 00113014220108190210 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : ELISABETE VIEIRA LIMA
ADV.(A/S) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (00000/DF)
RECDO.(A/S) : BANCO BRADESCO SA
ADV.(A/S) : RAFAEL MARQUES DE OLIVEIRA (152284/RJ)

Decisão

Trata-se de Agravo contra decisão que inadmitiu Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 1, Doc. 7):

"Agravo interno em Apelação Cível. Ação revisional de contrato de c/c declaração de nulidade de cláusulas contratuais. Utilização do limite do cheque especial. Sentença de improcedência. Cláusulas livremente avençadas pela Autora, ciente dos encargos incidentes. Entendimento já pacificado pelo STF e STJ no sentido de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33). Súmula n.º 596 do STF. Possibilidade de capitalização mensal de juros com periodicidade inferior à anual. Súmula nº 539 do STJ. A estipulação de juros moratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não configura abusividade. Reiteração dos mesmos argumentos em sede de agravo interno. Manutenção da decisão recorrida. Desprovimento do recurso."

Opostos embargos de declaração (Doc. 9), foram rejeitados (Doc. 11).

No apelo extremo, interposto com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente alega ter o acórdão recorrido violado os arts. 5º, XXXII; e art. 170, V, da Constituição, pois "os juros cobrados no período de atraso são juros de forma capitalizada, que extrapolam os limites da boa-fé, configurando verdadeira desvantagem exagerada ao consumidor" (fl. 9, Doc. 14).

O Recurso Extraordinário foi inadmitido na origem, ao argumento de que a pretensão recursal demanda o reexame e nova valoração do contexto fático-probatório presente nos autos, o que atrai o óbice da Súmula 279/STF (Doc. 16).

No Agravo, a parte agravante defende a inaplicabilidade do óbice sumular acima referido (Doc. 20).

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, o Juízo de origem, com base na legislação ordinária de regência, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no conteúdo fático-probatório constante dos autos, manteve a sentença de improcedência do pedido, ante os seguintes fundamentos (fls. 3-5, Doc. 7):

"Como se pode observar, o presente recurso pretende novo julgamento pelo Colegiado, reiterando os argumentos que foram apreciados e rejeitados na decisão monocrática.

Destarte, não há qualquer motivo para alterar o conteúdo da decisão agravada.

Para evitar dúvidas, transcrevo trecho da decisão agravada, que ora se ratifica:

"O cerne da lide consiste em saber se no contrato, objeto do litígio, foram cobradas taxas de juros e tarifas ilegais, a justificar a revisão contratual.

Não assiste razão à Apelante.

Com efeito, a despeito das razões elencadas em sede recursal, tenho que o recurso não merece prosperar. Isso porque o entendimento já pacificado pelo Superior Tribunal Federal é no sentido de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), conforme Súmula 596, in verbis:

Súmula 596 do STF - As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.

Outrossim a questão foi encerrada com a promulgação da Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003, que alterou o artigo 192 da Constituição Federal, revogando expressamente, dentre outros, seu §3°, que tratava especificamente do limite constitucional da taxa de juros.

Por outro lado, a capitalização mensal dos juros, segundo posicionamento mais recente do Superior Tribunal de Justiça, sedimentado quando do julgamento do REsp 973.827/RS (recurso representativo da controvérsia - art.543-C do CPC), é no sentido da possibilidade de sua prática, conforme verbetes nº 539 e nº 541 da Súmula do STJ:

Súmula 539 do STJ – É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170- 36/2001), desde que expressamente pactuada.

Súmula 541 do STJ – A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Portanto, inexiste na hipótese a alegada abusividade. Na verdade, o que pretende a Apelante é a revisão do contrato e a redução dos juros cobrados, a fim de que se adequem ao seu orçamento, embora tivesse ciência desde a sua celebração acerca do valor a ser pago mensalmente e as consequências decorrentes do pagamento extemporâneo e parcial.

Ressalto, por fim, que apesar da alegação da inaplicabilidade das tarifas bancárias, o próprio laudo pericial apontou para o fato de que a conta possuía movimentação, ainda que diminuta. "

Ante o exposto, pelos mesmos fundamentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso e confirmar a decisão ora impugnada."

Trata-se de matéria situada no contexto normativo infraconstitucional, de forma que as alegadas ofensas à Constituição seriam meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido apelo.

Mesmo que fosse possível superar todos esses graves óbices, a argumentação recursal traz versão dos fatos diversa da exposta no acórdão, de modo que o acolhimento do recurso passa necessariamente pela revisão das provas e de cláusulas do contrato firmado entre as partes. Incidem, portanto, os óbices das Súmulas 279 (*Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário)* e 454 *(Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário*) desta CORTE.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Fixam-se honorários advocatícios adicionais equivalentes a 10% (dez por cento) do valor a esse título arbitrado nas instâncias ordinárias (Código de Processo Civil de 2015, art. 85, § 11).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.408 **(1068)**

ORIGEM : 10232514120188260053 - TJSP - 1º COLÉGIO

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECURSAL - CENTRAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECDO.(A/S) : VITORIA PEREIRA DOS SANTOS
ADV.(A/S) : FELIPE ALLAN DOS SANTOS (350420/SP)

Decisão

Trata-se de Agravo contra decisão que inadmitiu Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 2, Doc. 12):

"RECURSO INOMINADO. AGENTE DE SEGURANÇA PENINTENCIÁRIA. PROVENTOS. CLASSE. Servidora que recebe proventos integrais e com paridade calculados com base em classe remuneratória anterior (classe V; fl. 70) àquela na qual se encontrava enquanto em atividade (classe VI; vide fl. 68). PRELIMINAR. Prescrição da pretensão autoral não reconhecida (aposentadoria em 19/11/2015). MÉRITO RECURSAL. Direito à integralidade e paridade de vencimentos/proventos preenchidos pela servidora. Reconhecimento do direito da recorrente-autora ao recálculo e seus proventos, a serem pagos de acordo com a remuneração devida pela classe VI de seu cargo, apostilando-se tal direito, bem como ao pagamento das diferenças remuneratórias pretéritas apuradas, observada a prescrição quinquenal. Inteligência do artigo 40, § 1º, III, da Constituição Federal e artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/03: tempo mínimo de 5 anos no cargo efetivo, e não classe ou nível, em que se dará a aposentadoria. VALOR DA CONDENAÇÃO: valores pleiteados em planilha de fls. 99/100 que estão corretos. Diferença remuneratória entre a classe V e VI, bem como correlatos reflexos que deverão ser apurados em sede de execução. Sentença de Improcedência. Recurso provido em parte."

No apelo extremo (Doc. 15), interposto com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente alega ter o acórdão recorrido violado o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003, pois, "quando se fala em cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria, estando os cargos da carreira dispostos em níveis, como no caso em tela, o funcionário deverá (…) ter cinco anos de efetivo exercício no nível em que se der a aposentação" (fl. 6, Doc. 15).

O Recurso Extraordinário foi inadmitido na origem, ao argumento de que a decisão recorrida encontra-se em conformidade com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Doc. 18).

No Agravo, a parte agravante sustenta que o Tribunal de origem adentrou o mérito da questão recursal, usurpando a competência desta SUPREMA CORTE. Ainda, defende a constitucionalidade da questão posta a debate, aduzindo, por fim, que os precedentes citados na decisão agravada não têm caráter vinculante (Doc. 21).

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente de apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral que demonstre, sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional, legal e regimental (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015), não se confunde com meras invocações, desacompanhadas de sólidos fundamentos e de demonstração dos requisitos no caso concreto, de que (a) o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico; (b) a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide; ou, ainda, de que (c) a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras alegações de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE 696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do Recurso Extraordinário.

Além disso, o Juízo de origem decidiu que, para fins de aposentadoria, o prazo de 5 anos estabelecido no art. 40, § 1º, III, da Constituição, se refere ao tempo em que o servidor se encontra no cargo efetivo, ainda que a carreira seja organizada em classes, de modo que o cálculo dos proventos deve ter por base a remuneração percebida na mesma classe ocupada quando da aposentadoria.

Esse entendimento encontra-se em conformidade com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A propósito, veja-se o seguinte julgado:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROMOÇÃO NO MESMO CARGO PARA CLASSE DISTINTA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO AO ART. 40, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se orienta no sentido de que a promoção por acesso de servidor constitui forma de provimento derivado e não representa ascensão a cargo diferente daquele em que já estava efetivado (AI 768.895, Rel.ª Min.ª Cármen Lúcia). Desse modo, a aposentadoria de servidor público promovido no mesmo cargo, mas em classe distinta, não está condicionada ao prazo de 5 anos estabelecido no art. 40, § 1º, III, da Constituição. Precedentes. 2. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 3. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015." (ARE 1.231.543- AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 25/11/2019)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. CARREIRA PÚBLICA ESCALONADA EM CLASSES. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 40, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NÃO OCORRE VIOLAÇÃO. CONSONÂNCIA DA DECISÃO RECORRIDA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA. PROCEDIMENTO VEDADO NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. O entendimento assinalado na decisão agravada não diverge da jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Para a aposentadoria voluntária de servidor público, o prazo mínimo de cinco anos de exercício a que alude o art. 40, § 1º, III, da Constituição Federal, refere-se ao cargo efetivo ocupado pelo servidor, não à classe na carreira alcançada mediante promoção. Precedentes. Compreensão diversa demandaria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido." (ARE 1.216.575-AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 1º/10/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA DE SERVIDOR PÚBLICO. PROMOÇÃO NO MESMO CARGO PARA CLASSE DISTINTA. INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO INC. III DO § 1º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PREENCHIMENTO DE REQUISITOS. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MULTA APLICADA NO PERCENTUAL DE 1%, CONFORME O § 4º DO ART. 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 1.183.847-AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 1º/8/2019)

O Tribunal de origem não divergiu desse entendimento.

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Alexandre de Moraes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.426 **(1069)**
ORIGEM : 01063655520134025101 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ANA PAULA BRAGA SAUNDERS
ADV.(A/S) : CATARINA DE LIMA E SILVA BORZINO (59612/DF, 134228/RJ, 386543/SP)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Decisão: Trata-se de agravo contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ementado nos seguintes termos:

"AGRAVO INTERNO. IMPOSTO RENDA. DESPESAS COM EDUCAÇÃO. LIMITES. IMPOSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. 1. A jurisprudência consolidada pelo STF é firme ao assentar que o Poder Judiciário não possui função legislativa, razão pela qual não pode estabelecer isenções tributárias, redução de impostos ou alterar limites de deduções previstos em lei. 2. Agravo Interno interposto por ANA PAULA BRAGA SAUNDERS ao qual se nega provimento". (eDOC 7, p. 35)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, aponta-se violação aos arts. 6º; 145, § 1º; 153, III; e 205 do texto constitucional.

Nas razões recursais, alega-se que não se pode exigir as diferenças de IRPF referentes à dedução integral das despesas relativas à educação, sem observar o limite quantitativo, previsto na legislação pertinente. Argumenta-se que essa diferença não pode ser considerada acréscimo patrimonial para compor a base de cálculo do imposto de renda.

Sustenta-se que a imposição de limites para a dedução do valor integral das despesas com educação afronta o princípio da capacidade contributiva, na medida em que faz incidir a tributação sobre gastos necessários para a própria subsistência do cidadão.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

Na hipótese, verifico que o acórdão recorrido vai ao encontro do entendimento desta Corte no sentido de que o Poder Judiciário não pode atuar como legislador positivo estabelecendo isenções tributárias, redução de impostos ou deduções não previstas em lei. Dessa forma, não cabe ao Poder Judiciário ampliar os limites para a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física quando não previsto em lei. Confiram-se, a propósito, os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LIMITAÇÃO COM GASTOS EM EDUCAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Não cabe ao Poder Judiciário ampliar os limites estabelecidos em lei para a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, de gastos com educação. Ao Judiciário não é permitido estabelecer isenções tributárias, redução de impostos ou deduções não previstas em lei, ante a impossibilidade de atuar como legislador positivo. 2. Agravo interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem." (RE 984.427-AgR, rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe de 17.5.2018)

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO – TRIBUTÁRIO – IMPOSTO DE RENDA – LIMITES À DEDUÇÃO DE GASTOS COM EDUCAÇÃO – LEI Nº 9.250/95 – POSSIBILIDADE – DECISÃO QUE SE AJUSTA À JURISPRUDÊNCIA PREVALECENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – CONSEQUENTE INVIABILIDADE DO RECURSO QUE A IMPUGNA – SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS QUE DÃO SUPORTE À DECISÃO RECORRIDA – SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ JULGAMENTO DA ADI 4.927/DF – DESNECESSIDADE – POSSIBILIDADE DE O RELATOR JULGAR RECURSO CUJA CONTROVÉRSIA NELE SUSCITADA É OBJETO DE PACÍFICO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NESTA SUPREMA CORTE – SUCUMBÊNCIA RECURSAL (CPC, ART. 85, § 11) – NÃO DECRETAÇÃO, NO CASO, ANTE A INADMISSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA, POR TRATAR-SE DE PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA (SÚMULA 512/STF E LEI Nº 12.016/2009, ART. 25) – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO". (RE 1.123.745 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 9.10.2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. LEI N. 9.250/95. AMPLIAÇÃO DO LIMITE PARA DEDUÇÕES DE GASTOS COM EDUCAÇÃO PELO JUDICIÁRIO: IMPOSSIBILIDADE DE ATUAR COMO LEGISLADOR POSITIVO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO". (RE 1.000.726 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe- 26.9.2019)

"AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LIMITAÇÃO COM GASTOS EM EDUCAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Não cabe ao Poder Judiciário ampliar os limites estabelecidos em lei para a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, de gastos com educação. Ao Judiciário não é permitido estabelecer isenções tributárias, redução de impostos ou deduções não previstas em lei, ante a impossibilidade de atuar como legislador positivo. 2. Agravo interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem." (RE 984.427-AgR, rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe de 17.5.2018)

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (artigo 932, VIII, do CPC, c/c art. 21, §1º, do RISTF) e, tendo em vista tratar-se de mandado de segurança na origem, deixo de aplicar o disposto no § 11 do art. 85 do CPC, em virtude do art. 25 da Lei 12.016/2009.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.459 **(1070)**

ORIGEM : 03115016720178240023 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : BELEZA.COM COMERCIO DE PRODUTOS DE BELEZA E SERVICOS DE CABELEIREIROS S.A. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : JULIO CESAR GOULART LANES (9340A/AL, 22398/BA, 21994-A/CE, 29745/DF, 17664/ES, 30401/GO, 119130/MG, 13449-A/MS, 13329/A/MT, 46648-A/PB, 01088/PE, 43861/PR, 156273/RJ, 712-A/RN, 4365/RO, 46648/RS, 24166/SC, 519A/SE, 285224/SP)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: Verifico que o assunto versado no recurso extraordinário corresponde ao tema 1.093 da sistemática da repercussão geral, cujo paradigma é o RE-RG 1.237.351, Rel. Min. Marco Aurélio. Assim, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que observe o disposto no art. 1.036 do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Gilmar Mendes**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.734 **(1071)**

ORIGEM : 50089317020154047003 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : ODAIR MARTINS DOS SANTOS
ADV.(A/S) : RUBENS PEREIRA DE CARVALHO (16794/PR)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, I E II, DA LEI 8.137/1990. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTEMPESTIVO. AGRAVO DESPROVIDO.

DECISÃO: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma da decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"*PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I E II, DA LEI Nº 8.137/90. LIMITE DE 15 DIAS PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. PRAZO IMPRÓPRIO. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. INOCORRÊNCIA. VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA SEM COMPROVAÇÃO DA ORIGEM. RENDA PRESUMIDA. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. ENUNCIADO SUMULAR 231 DO STJ. CRIME CONTINUADO. MULTA MANTIDA. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.*

1. Exige o crime de sonegação tributária conduta ativa ou de relevante omissão para a consciente supressão - total ou parcial - de tributos. Verifica-se perfeitamente a subsunção do comportamento à norma incriminadora, afrontando o bem jurídico protegido pelo tipo legal.

2. O oferecimento da denúncia após o transcurso dos 15 dias previstos no art. 46 do Código de Processo Penal não ocasiona preclusão temporal, pois se trata de prazo impróprio.

3. O termo inicial da prescrição da ação dos crimes materiais previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 é a data da consumação do delito, que, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, corresponde à data da constituição definitiva do crédito tributário (Súmula Vinculante nº 24 do STF).

4. Considerando que o crédito tributário restou definitivamente constituído em 23/05/2011, a denúncia foi recebida em 16/10/2015 e a sentença penal condenatória foi publicada em 29-11-2017, não há falar em ausência de justa causa, em face da prescrição da pretensão punitiva do Estado.

5. A presunção contida no art. 42 da Lei nº 9.430/96 mostra-se legítima, porquanto o réu não se desincumbiu de demonstrar a origem dos valores depositados na conta bancária a fim de descaracterizar qualquer conduta ilícita.

6. No delito previsto no artigo 1º da Lei nº 8.137/1990, o dolo é genérico. Sendo prescindível um especial fim de agir, o elemento subjetivo decorre da intenção de suprimir o pagamento de tributos, o que restou, à evidência da materialidade e da autoria delitivas, demonstrado na espécie.

7. Comprovados a materialidade, a autoria e o dolo, e ausentes causas excludentes da ilicitude ou da antijuridicidade, impõe-se a manutenção da condenação do réu pela prática do delito previsto no artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/90.

8. Incabível a fixação da pena aquém do patamar mínimo cominado ao tipo penal na segunda fase da dosimetria, nos termos do enunciado sumular 231 do STJ.

9. O aumento decorrente da continuidade delitiva, nos crimes contra a ordem tributária (artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/90) relativos à supressão de imposto de renda da pessoa física e tributação reflexa, deve considerar os

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

exercícios financeiros.

10. A pena de multa deve guardar proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, levando-se em consideração as variantes das três etapas da dosimetria, atentando-se à situação econômica na fixação do valor de cada dia-multa. Pena de multa mantida.

11. Mostrando-se adequada e proporcional a pena restritiva de direito de prestação pecuniária, à vista das circunstâncias do caso concreto, não há razões que justifiquem a redução do valor determinado na sentença.

12. Encerrada a jurisdição criminal de segundo grau, deve ter início a execução da pena imposta, independentemente da eventual interposição de recurso especial ou extraordinário." (Doc. 6, p. 75-76)

Os embargos de declaração opostos pela defesa não foram conhecidos, nos termos da seguinte ementa:

"*PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS. STF. JULGAMENTO DAS ADCS NÚMEROS 43, 44 E 54. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM PARA INICIO DA EXECUÇÃO QUANDO ESGOTADA A JURISDIÇÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL. IMPERTINÊNCIA. SEGURANÇA JURÍDICA A ENSEJAR EFICÁCIA AO RESULTADO DO NOTÓRIO E SUPERVENIENTE JULGAMENTO.*

1. De acordo com o disposto no art. 619 do CPP: Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 (dois) dias contado da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

2. Considerando que a intimação eletrônica do embargante foi realizada automaticamente pelo sistema eletrônico no dia 19/10/2019 (sábado) e que o prazo para a interposição de recursos começou a fluir a partir do dia 22/10/2019 (terça-feira), são manifestamente intempestivos os embargos de declaração opostos em 28/10/2019.

3. O notório e superveniente julgamento, pelo STF, das Ações Declaratórias de Constitucionalidade números 43, 44 e 54, implica alijamento de referência, no voto, em sua motivação e no dispositivo; na ementa e no acórdão, sobre a possibilidade ou determinação de comunicação ao juízo de origem, acerca da execução provisória da pena quando esgotada a jurisdição ordinária do Tribunal, ao menos forte na atual letra do artigo 283 da lei penal adjetiva. Solução a conferir eficácia ao postulado da segurança jurídica.

4. Embargos de declaração não conhecidos, com retificação de ofício quanto à execução provisória da pena." (Doc. 6, p. 117)

Nas razões do apelo extremo, o recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação aos artigos 5º, *caput,* II, X, XII, XXXV e XXXIX, 37, 127 e 129 da Constituição Federal. (Doc. 6, p. 150-173)

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao apelo extremo por entender que "*operada a preclusão, mostra-se prejudicada toda a cadeia recursal subsequente*". (Doc. 6, p. 198)

É o relatório. **DECIDO**.

O agravo não merece prosperar.

Verifica-se que a intimação do acórdão embargado ocorreu no dia 19/10/2019 (doc. 6, p. 99) e o prazo recursal começou a fluir a partir do dia 22/10/2019. A petição dos embargos de declaração somente foi recebida pelo protocolo do Tribunal de origem no dia 28/10/2019 (doc. 6, p. 100), após decorrido o prazo de 2 (dois) dias previsto no artigo 619 do Código de Processo Penal.

Dessa forma, constato que a petição de recurso extraordinário foi recebida pelo protocolo do Tribunal de origem no dia 12/12/2019 (doc. 6 p. 132), quando já decorrido o prazo para a sua interposição.

Insta salientar que a interposição de recurso manifestamente incabível ou intempestivo não suspende o decurso do prazo recursal. Nesse sentido, AI 695.942-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, AI 499.340-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, AI 563.548-AgR-ED-ED, Rel. Min. Cezar Peluso, e o AI 653.421-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, *DJe* de 19/9/2008, assim ementado:

"*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INTERPOSTO POR MEIO DE FAC-SÍMILE. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS. CINCO DIAS IMPRORROGÁVEIS E CONTÍNUOS.* ***EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS NÃO INTERROMPEM OU SUSPENDEM PRAZO RECURSAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTEMPESTIVO.*** *AGRAVO IMPROVIDO. I - Os originais do recurso devem ser entregues em Juízo até cinco dias da data do término do prazo recursal. II - Esse prazo é improrrogável e contínuo, ainda que se trate de dia sem expediente forense. III - Embargos declaratórios que não foram conhecidos por serem intempestivos, não suspendem nem interrompem o prazo para a interposição de outro recurso. IV - Agravo regimental improvido.*" (Grifei)

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **LUIZ FUX**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.757 **(1072)**

ORIGEM : 00132916820178190066 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : D.W.S.M.
ADV.(A/S) : EMERSON JOSE DA SILVA (178546/RJ)
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE AMEAÇA E DE LESÕES CORPORAIS EM ÂMBITO DOMÉSTICO. ARTIGOS 147 E 129, *CAPUT* E § 9º DO CÓDIGO PENAL. ADEQUAÇÃO TÍPICA. MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE ACÓRDÃO PENAL CONDENATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PLENÁRIO. ADCs 43, 44 E 54. AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE.

DECISÃO: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL E AMEAÇA, EM CONCURSO MATERIAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. ARTIGO 129, PARÁGRAFO 9°,129, CAPUT *E 147, NA FORMA DO ARTIGO 69, TODOS DO CÓDIGO PENAL. APELO DEFENSIVO. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVA E LEGÍTIMA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO DESTACANDO LESÃO COMPATÍVEL COM O NARRADO PELA PROVA ORAL. AS AGRESSÕES CONTRA DANILA FORAM PRESENCIADAS POR RAILA, QUE TAMBÉM FOI AGREDIDA PELO RÉU. PARA A CARACTERIZAÇÃO DA REFERIDA EXCLUDENTE DE ILICITUDE EXIGE-SE PROVA ESTREME DE DÚVIDAS E UM AGIR USANDO MODERADAMENTE OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA REPELIR A INJUSTA AGRESSÃO. NO CASO EM EXAME, A REAÇÃO DO RÉU EXCEDEU EM MUITO O RAZOÁVEL, PRINCIPALMENTE CONSIDERANDO O RESULTADO DAS LESÕES PERPETRADAS CONTRA AS VÍTIMAS. QUANTO AO DELITO DE AMEAÇA, RESTOU DEMONSTRADO NOS AUTOS QUE A VÍTIMA RAILA, DIANTE DOS FATOS, SE SENTIU ATEMORIZADA PELAS EXPRESSÕES DE CONTEÚDO AMEAÇADOR PROFERIDAS PELO ACUSADO. PROVA TESTEMUNHAL SEGURA. PLEITO SUBSIDIÁRIO. FIXAÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. INADMISSIBILIDADE. O DOUTO JUÍZO DE PISO AGIU COM ACERTO AO DISTANCIAR A PENA BASILAR DO MÍNIMO LEGAL, TENDO EM VISTA O INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DA VÍTIMA, POR MAIS DE UMA HORA, SENDO NECESSÁRIA A INTERVENÇÃO DE VÁRIAS PESSOAS E, AINDA ASSIM, NÃO CESSARAM AS AGRESSÕES. PORTANTO, A INTENSIDADE E A FORMA COMO SE DERAM AS AGRESSÕES, EXCEDERAM A NORMAL DO TIPO, JUSTIFICANDO, PORTANTO, A MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA, COM O CONSEQUENTE INCREMENTO DA PENA BASE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR RESTRITIVA DE DIREITOS. INVIABILIDADE. CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA CONTRA PESSOA. VEDAÇÃO EXPRESSA DO ARTIGO 44, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VERBETE SUMULAR N°588. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. IMPROCEDÊNCIA. NÃO MERECE PROSPERAR O PLEITO DIANTE DO* QUANTUM *DA PENA FINAL, QUE RESTOU FIXADO EM DOIS ANOS E QUATRO MESES DE DETENÇÃO. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ARTIGO 65, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. INADMISSIBILIDADE. RESTA PREJUDICADO O PEDIDO, EIS QUE O ACUSADO CONTAVA COM 39 ANOS DE IDADE NA DATA DOS FATOS. PREQUESTIONAMENTO. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS. RECURSO DESPROVIDO".* (Doc. 5, p. 86)

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo, o recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação ao artigo 5º, LVII, da Constituição Federal. (Doc. 7, p 18-23, doc. 8, p. 1-5)

Argumenta, em síntese, que "*o juízo de Piso tenta equivocadamente dizer que se trata de Lesão Corporal em âmbito Doméstico, mas não o é, haja vista todos fatos terem ocorridos em via pública*". (Doc. 7, p. 20)

Aduz que "*ainda não houve o esgotamento das instâncias ordinárias, e assim o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro estará contrariando o Art. 5º, LVII, da CF*". (Doc. 8, p. 2)

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário por entender que a controvérsia encontra óbice na Súmula 636 do STF. (Doc. 9, p. 1-9)

É o relatório. **Decido.**

O agravo merece prosperar parcialmente.

Ab initio, ressalto que a resolução da controvérsia atinente à adequação típica e à materialidade penal, por demandar a análise aprofundada do conjunto fático-probatório dos autos, não pode ser revista pela Suprema Corte, em face da incidência da Súmula 279 do STF, que

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

dispõe: "*Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário*".

Não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo a incursão no contexto fático-probatório presente nos autos. Com efeito, essa pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe a discussão eminentemente de direito, em face do óbice imposto pela Súmula 279 do STF. Nesse sentido, confira-se:

"Habeas corpus. *Ação penal. Associação criminosa, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, crime contra a economia popular, cartel e exploração do jogo do bicho (arts. 288, parágrafo único, e 299, ambos do Código Penal; art. 1º da Lei nº 9.613/98; art. 2º, IX, da Lei nº 1.521/51; art. 4º da Lei nº 8.137/90 e art. 58 do Decreto Lei nº 6.259/44). Trancamento. Denúncia. Inépcia. Não ocorrência. Descrição mínima dos fatos e de suas circunstâncias. Inexistência de ilegalidade flagrante. Ordem denegada.*

1. O trancamento da ação penal em habeas corpus é medida excepcional, a ser aplicada somente quando constatada, de plano e manifestamente: i) a inépcia da denúncia; ii) a atipicidade da conduta; iii) a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas; ou iv) a presença de alguma causa extintiva da punibilidade.

2. Na espécie, a denúncia não se mostra inequivocamente inepta, uma vez que, embora não tenha primado pela melhor técnica, descreveu minimamente os fatos imputados aos pacientes e suas circunstâncias (art. 41, CPP), de modo a possibilitar a compreensão da acusação e, consequentemente, o exercício da ampla defesa.

3. No tocante à ***correta tipificação das condutas imputadas aos pacientes, caberá ao juiz da causa proceder ao exame dos elementos probatórios dos autos e, observado o princípio do contraditório, conferir a definição jurídica adequada para os fatos narrados na denúncia****. Antecipar-se ao pronunciamento das instâncias ordinárias acerca da adequação legal do narrado na inicial implicaria evidente distorção do modelo constitucional de competências (HC nº 127.774/MS, Segunda Turma, Relator o Ministro Teori Zavascki , DJe de 1º/2/16).*

4. Ordem denegada." (*HC* 129.225, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 28/9/2016, grifei)

"*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PENAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO E ALEGADO ERRO DE PROIBIÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*" (ARE 743.123-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* de 30/9/2013)

"*AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 279/STF. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.*

Alegações de dificuldade financeira enfrentada pela empresa a caracterizar inexigibilidade de conduta diversa e ausência de demonstração de dolo específico.

Para se chegar à conclusão diversa daquela a que chegou o acórdão recorrido, seria necessário ***reexaminar os fatos e as provas*** *da causa, o que* ***é vedado na esfera do recurso extraordinário, de acordo com a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal****.*

Constitui hipótese de ofensa indireta ao texto constitucional a alegação de ofensa do art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, por se tratar de matéria cuja suposta violação demandaria o exame prévio da legislação infraconstitucional.

Agravo regimental a que se nega provimento." (AI 680.504-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJe* de 26/3/2010, grifei)

"*AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA. REAPRECIAÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. 1. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo. 2. Apelo defensivo desprovido para manter a sentença condenatória da recorrente pela prática do delito previsto no artigo 331 do Código Penal. A necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório impede o acolhimento do recurso extraordinário, uma vez que incide o óbice da Súmula 279 desta CORTE. 3. A tese de que o delito de desacato não foi recepcionado pela legislação brasileira, tem em vista a incompatibilidade do tipo com o artigo 13 da CADH, não pode ser acolhida por esta via recursal, pois eventuais ofensas ocorreriam de forma reflexa. 4. Agravo interno a que se nega provimento.*" (ARE 1.005.564-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 6/3/2018)

Sob esse enfoque, ressoa inequívoca a vocação para o insucesso do apelo extremo, por força do óbice intransponível do referido verbete sumular, que veda a esta Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, sindicar matéria fática.

Por oportuno, vale destacar lição de Roberto Rosas acerca da Súmula 279 do STF:

"Chiovenda nos dá os limites da distinção entre questão de fato e questão de direito. A questão de fato consiste em verificar se existem as circunstâncias com base nas quais deve o juiz, de acordo com a lei, considerar existentes determinados fatos concretos.

A questão de direito consiste na focalização, primeiro, se a norma, a que o autor se refere, existe, como norma abstrata (Instituições de Direito Processual, 2ª ed., v. I/175).

Não é estranha a qualificação jurídica dos fatos dados como provados (RT 275/884 e 226/583). Já se refere a matéria de fato quando a decisão assenta no processo de livre convencimento do julgador (RE 64.051, Rel. Min. Djaci Falcão, RTJ 47/276); não cabe o recurso extraordinário quando o acórdão recorrido deu determinada qualificação jurídica a fatos delituosos e se pretende atribuir aos mesmos fatos outra configuração, quando essa pretensão exige reexame de provas (ERE 58.714, Relator para o acórdão o Min. Amaral Santos, RTJ 46/821). No processo penal, a verificação entre a qualificação de motivo fútil ou estado de embriaguez para a apenação importa matéria de fato, insuscetível de reexame no recurso extraordinário (RE 63.226, Rel. Min. Eloy da Rocha, RTJ 46/666).

A Súmula 279 é peremptória: 'Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário'. Não se vislumbraria a existência da questão federal motivadora do recurso extraordinário. O juiz dá a valoração mais conveniente aos elementos probatórios, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Não se confunda com o critério legal da valorização da prova (RTJ 37/480, 56/65)(Pestana de Aguiar, Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed., v. VI/40, Ed. RT; Castro Nunes, Teoria e Prática do Poder Judiciário, 1943, p. 383). V. Súmula STJ-7." (Direito Sumular. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 137-138)

Noutro giro, quanto ao imediato cumprimento da pena, ressalvado posicionamento individual em sentido diverso, verifico que o acórdão recorrido diverge da nova orientação firmada pelo Plenário desta Suprema Corte no julgamento das ADCs 43, 44 e 54, Rel. Min. Marco Aurélio, proferido na data de 7/11/2019.

Ex positis, PROVEJO PARCIALMENTE o agravo, com fundamento no disposto no artigo 21, § 2º, do RISTF, para determinar que o Tribunal *a quo*, observando o julgamento das ADCs 43, 44 e 54, aguarde o trânsito em julgado para o início de cumprimento da pena.

Publique-se

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.137 **(1073)**

ORIGEM	: 22107459420188260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA
ADV.(A/S)	: KELLY DO NASCIMENTO (308474/SP)
RECDO.(A/S)	: CLEMENTINA MORAN RUSCHIONI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ALAN GUIMARAES DIAS (92775/SP)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EXECUÇÃO PELO REGIME DE PRECATÓRIO. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. RE 599.628. TEMA 253. DEVOLUÇÃO DO FEITO À ORIGEM (ARTIGO 328, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RISTF).

Decisão: A matéria versada no recurso extraordinário foi submetida por esta Corte ao regime da repercussão geral (Tema 253, RE 599.628, Redator p/ o acórdão Min. Joaquim Barbosa).

Ex positis, com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do RISTF (na redação da Emenda Regimental 21/2007), determino a **DEVOLUÇÃO** do feito à origem.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.289 **(1074)**

ORIGEM	: 70079587671 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S)	: CESAR AUGUSTO MARTINS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

No RE, interposto com base no art. 102, III, **a**, da Constituição Federal, alegou-se violação do art. 5°, XXXIX, XL, XLVI e LIV, da mesma Carta.

O recorrente sustenta que

"[...] o acórdão recorrido contrariou o disposto no art. 5°, incisos XL, XXXIX. XLVI e LIV, da Constituição Federal, afrontando os princípios processuais penais da legalidade, da retroatividade da lei penal mais benéfica, do devido processo legal, da individualização da pena, da fragmentariedade e da proporcionalidade, eis que, com o advento dos Decretos n.° 9.785, de 07 de maio de 2019 e n.° 9.844, de 25 de junho de 2019, necessário que se reconheça a ocorrência de *novatio legis in mellius*, bem como a necessidade de reinterpretação da Lei n.° 10.826/03 frente a nova política criminal em relação à posse e porte de arma de fogo pela população.

[…]" (págs. 154-155 do documento eletrônico 2).

Ao final, requer

"[...] seja recebido no efeito suspensivo e admitido o presente Recurso Extraordinário, visto que presentes seus requisitos, com fundamento no permissivo constitucional previsto no artigo 102, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal e, ao final, seja dado provimento, afastando a condenação do recorrente, em razão da atipicidade do fato pelo qual condenado, abrangido pela *abolitio criminis* ou em razão da manifesta desproporcionalidade da punição ante a modificação do conceito de arma e munição de uso permitido, caracterizada a decisão exarada no acórdão recorrido a contrariedade ao art. 5°, incisos XL, XXXIX, XLVI e LIV, e art. 93, IX, da Constituição Federal.

[…]" (págs. 160-161 do documento eletrônico 2).

A pretensão recursal não merece acolhida.

Transcrevo, por oportuno, a ementa do acórdão recorrido:

"APELAÇÃO-CRIME. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ART. 14, DA LEI Nº 10.826/03. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. DEPOIMENTO DO POLICIAL. PROVA VÁLIDA E IDÔNEA. AUSÊNCIA DE DOLO. NÃO CONFIGURADO. CONDUTA TÍPICA. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA RECLUSIVA E DE MULTA REDUZIDAS.

I - Materialidade e autoria delitivas consubstanciadas no registro de ocorrência, auto de apreensão, laudo pericial, bem como na prova oral. O depoimento do policial militar é válido como prova, colhido sob o crivo do contraditório e do devido processo legal, corroborando os relatos dos policiais na fase administrativa, e suficiente para a condenação.

II - Não prospera a tese de ausência de dolo no porte de arma de fogo. Para a tipificação penal basta que o agente porte o artefato sem autorização legal, o que restou comprovado.

III - No crime de perigo abstrato, a comprovação acerca do mero cometimento da conduta é suficiente para ensejar a tipicidade do crime, independendo de resultado naturalístico, porquanto a lesividade é presumida pelo tipo.

IV- Vetoriais negativas afastadas, ante a falta de elementos suficientes para urna avaliação além daquela prevista no tipo.

V - Inviável o afastamento da pena de multa, pois cumulativa e integrativa ao próprio tipo penal, não podendo ser afastada, pena de violação ao princípio da legalidade. Contudo, impositiva a sua redução.

VI - Não estão presentes os requisitos do art. 44, do CP, razão pela qual o réu não faz *jus* à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.

APELO PARCIALMENTE PROVIDO." (pág. 115 do documento eletrônico 2).

Conforme tem consignado este Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido.

Ademais, a tardia alegação de ofensa ao texto constitucional, apenas deduzida em embargos de declaração, não supre o prequestionamento. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AÇÃO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOVAÇÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO TARDIO DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – Como tem consignado este Tribunal, por meio da Súmula 282, é inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, a tardia alegação de ofensa ao texto constitucional, apenas deduzida em embargos de declaração, não supre o prequestionamento.

II – Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido faz-se necessário o exame prévio das normas infraconstitucionais aplicáveis à espécie, o que inviabiliza o extraordinário.

III – Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 988.489-AgR/PR, de minha relatoria).

Isso posto, nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2020.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.348 **(1075)**

ORIGEM : 00012621220188160170 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : MUNICIPIO DE TOLEDO
ADV.(A/S) : FABIANE GRANDO (41408/PR)
RECDO.(A/S) : SOILE MARILETE ROSA FERNANDES DE MATTOS
ADV.(A/S) : SUZAINE APARECIDA ROSA FERNANDES DE MATTOS (23395/PR)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. PROFESSORA MUNICIPAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. ARTIGO 1.035, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 C/C ARTIGO 327, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"*APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA E INTEGRAL DE PROFESSOR COM TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. SENTENÇA QUE DENEGOU A SEGURANÇA. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO CONJUNTA DO DISPOSTO NO ART. 40, § 1°, INCISO III, ALÍNEA A, E § 5°, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, QUE PREVÊ REQUISITOS PRÓPRIOS PARA A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA E INTEGRAL DOS PROFESSORES QUE EXERCEM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, E DO ART. 3°, INCISO III, DA EMENDA CONSTITUCIONAL 47/2005, COM A PREVISÃO DE REDUÇÃO DE UM ANO DE IDADE PARA CADA ANO DE CONTRIBUIÇÃO QUE EXCEDER O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA PARA AQUELES QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ 16/12/98 – ACOLHIMENTO – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA E INTEGRAL NO CASO CONCRETO – SERVIDORA QUE INGRESSOU NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL EM 01/03/87 SOB O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) E NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) EM 12/04/91, OCUPANDO O CARGO DE PROFESSOR ESPECIAL DE MAGISTÉRIO ATÉ O ENSINO MÉDIO, COM MAIS DE 30 (TRINTA) ANOS DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COM 48 (QUARENTA E OITO) ANOS DE IDADE NA DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – INCIDÊNCIA DA REGRA INSCULPIDA NO ART. 3º, INCISO III, DA EMENDA CONSTITUCIONAL 47/2005 PARA CONSIDERAR O EXCEDENTE DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, CUJO SOMATÓRIO ULTRAPASSA OS 50 (CINQUENTA) ANOS EXIGIDOS PARA O REQUISITO DA IDADE MÍNIMA – REFORMA DA SENTENÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA APENAS PARA CONDENAR OS APELADOS AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS – AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ATENTANDO PARA O PREVISTO NO ART. 25 DA LEI 12.016/2009, BEM COMO PARA A SÚMULA 512 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SÚMULA 105 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO PROVIDO.*" (Doc. 12, p. 1-2)

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo, a parte recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação ao artigo 2º da Constituição Federal, aos princípios da legalidade e da isonomia, bem como ao artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005 (Doc. 16).

A parte recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso extraordinário.

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário por entender que o acórdão recorrido estaria em harmonia com a jurisprudência do STF (Doc. 20).

É o relatório. **DECIDO.**

O agravo não merece prosperar.

A preliminar de repercussão geral apresenta fundamentação deficiente. Não basta a simples afirmação genérica de que o tema tem repercussão geral; faz-se necessária a fundamentação adequada que supra as exigências do disposto no artigo 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil e no artigo 327, § 1º, do Regimento Interno do STF.

In casu, a parte recorrente não demonstrou a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, ao asseverar apenas o

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

seguinte:

"*Em observância ao art. 102, § 3º da CF, regulamentado pelo art. 1.035, § 1º do CPC, resta atendido o requisito da repercussão geral, pois a demanda em análise envolve questões relevantes do ponto de vista político, econômico, jurídico e social, que ultrapassam os interesses subjetivos das partes, ou seja, a matéria não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, haja vista que envolve questão de relevância para todos os municípios do país, podendo certamente, com seu conhecimento, se tornar precedente para vários outros casos análogos de todo o país.*

Com efeito, envolve matéria relativa à aposentadoria de professor no âmbito da Administração Pública Direta de forma diferente da prevista na CF. Logo, a relevância social do tema é clara, pois envolve a oneração indevida do patrimônio público, matéria afeta a toda a coletividade." (Doc. 16, p. 3)

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Questão de Ordem no Agravo de Instrumento 664.567, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 6/9/2007, fixou o seguinte entendimento:

"*I. Questão de ordem. Recurso extraordinário, em matéria criminal e a exigência constitucional da repercussão geral.*

(...)

II. Recurso extraordinário: repercussão geral: juízo de admissibilidade: competência.

1. Inclui-se no âmbito do juízo de admissibilidade - seja na origem, seja no Supremo Tribunal - verificar se o recorrente, em preliminar do recurso extraordinário, desenvolveu fundamentação especificamente voltada para a demonstração, no caso concreto, da existência de repercussão geral (C.Pr.Civil, art. 543-A, § 2º; RISTF, art. 327).

2. Cuida-se de requisito formal, ônus do recorrente, que, se dele não se desincumbir, impede a análise da efetiva existência da repercussão geral, esta sim sujeita 'à apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal' (Art. 543-A, § 2º).

III. Recurso extraordinário: exigência de demonstração, na petição do RE, da repercussão geral da questão constitucional: termo inicial.

(...)

4. Assim sendo, a exigência da demonstração formal e fundamentada, no recurso extraordinário, da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007."

Insta ressaltar que a intimação do acórdão ora recorrido deu-se, no caso *sub examine*, em data posterior à fixada no citado julgamento.

Demais disso, cabe salientar que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que é exigível a apresentação da preliminar de repercussão geral, formal e devidamente fundamentada, mesmo na hipótese da existência de repercussão geral presumida. Nesse sentido:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE PRELIMINAR. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

I - Nos termos do art. 327, caput, *do Regimento Interno do STF, com a redação dada pela Emenda Regimental 21/2007, os recursos que não apresentem preliminar de repercussão geral serão recusados. Exigência que também se aplica às hipóteses de repercussão geral presumida ou já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes.*

II - Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 791.424-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, *DJe* de 18/11/2014)

Por fim, observo que o presente agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual. Nada obstante, por se tratar de mandado de segurança, não há falar em majoração de honorários advocatícios (Súmula 512 do STF).

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 932, VIII, do CPC/2015 c/c o artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do STF.

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.415 **(1076)**

ORIGEM	: 01091200906203007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
PROCED.	: MINAS GERAIS
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE REYBMM DE MENEZES (23534/BA)
RECDO.(A/S)	: SAVIO FRANCISCO DOS PASSOS
ADV.(A/S)	: MARIA LETICIA SOUZA COSTA (45087/MG)
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO EUSTAQUIO DE SOUZA COSTA (54519/MG)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. EMPREGADO PÚBLICO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT. DISPENSA IMOTIVADA. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DE PRECEDENTE DESTA CORTE PROFERIDO NA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 131. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO. DESCABIMENTO. AGRAVO NÃO CONHECIDO NESSA PARTE. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA NULIDADE DA DISPENSA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA PARTE, DESPROVIDO.

Decisão: A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho assentou:

"*AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ECT – DISPENSA IMOTIVADA – REINTEGRAÇÃO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.*

Nega-se provimento a agravo de instrumento que visa liberar recurso despido dos pressupostos de cabimento.

Agravo desprovido." (Doc. 30, p. 1)

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 37, *caput*, 41, *caput*, e 173, § 1º, II, da Constituição Federal (Doc. 32).

A parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso extraordinário (Doc. 35).

A Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho determinou o sobrestamento do feito com base no RE 589.998, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tema 131 da Repercussão Geral, por vislumbrar identidade entre a matéria posta nos autos e aquela tratada no recurso paradigma (Doc. 38).

Após o julgamento de mérito do RE 589.998, a Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho julgou prejudicado o recurso extraordinário e determinou a baixa dos autos à origem (Doc. 41).

Irresignada, a ora agravante interpôs agravo (Doc. 43), o que levou a Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho a determinar novo sobrestamento do feito até a decisão em embargos de declaração no paradigma da repercussão geral (Doc. 46).

Posteriormente, a Vice-Presidência do TST proferiu novo juízo de admissibilidade do RE, nos seguintes termos:

"*Logo, versando o acórdão recorrido sobre questão atinente a tema cuja repercussão geral foi reconhecida, com a consequente consagração de tese jurídica semelhante à albergada por esta Corte Superior, resta inviabilizada a admissibilidade de recurso extraordinário para reexame deste ponto da decisão, a teor do que dispõe o art. 1.030, I, 'a', do atual CPC.*

Do exposto, determino o dessobrestamento e nego seguimento ao recurso extraordinário e determino a baixa dos autos à origem após o transcurso in albis *do prazo para interposição de recurso.*" (Doc. 49, p. 13-14)

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos opôs embargos de declaração (Doc. 51), que foram providos para prestar esclarecimentos, sem atribuição de efeitos modificativos (Doc. 55).

Interposto agravo interno (Doc. 57), a Vice-Presidência do TST proferiu novo juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, em decisão que assentou, *in verbis*:

"*Logo, versando o acórdão recorrido sobre questão atinente a tema cuja repercussão geral foi reconhecida, com a consequente consagração de tese jurídica semelhante à albergada por esta Corte Superior, resta inviabilizada a admissibilidade de recurso extraordinário para reexame deste ponto da decisão, a teor do que dispõe o art. 1.030, I, 'a', do atual CPC.*

De outra parte, quanto à questão alusiva às consequências jurídicas da nulidade da dispensa (reintegração/readmissão), verifica-se que a matéria revela índole infraconstitucional, conforme já decidiu o STF ao examinar os embargos de declaração opostos no RE/PI 589.998.

Do exposto, com fundamento no artigo 1.021, § 2º, do CPC, exerço juízo de retratação em relação ao despacho que denegou seguimento ao recurso extraordinário. Ato contínuo, determino o dessobrestamento dos autos e nego seguimento ao recurso extraordinário, determinando a baixa dos autos à origem após o transcurso in albis *do prazo para interposição de recurso.* " (Doc. 65, p. 11-12)

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT interpôs, então, agravo, com fundamento no artigo 1.042 do Código de Processo Civil (Doc. 67).

É o relatório. **DECIDO**.

O agravo não merece prosperar.

Ab initio, ressalte-se que o recurso de agravo é inadmissível contra decisão que aplica a sistemática da repercussão geral. Nesse sentido:

"*Questão de Ordem. Repercussão Geral. Inadmissibilidade de agravo de instrumento ou reclamação da decisão que aplica entendimento desta Corte aos processos múltiplos. Competência do Tribunal de origem. Conversão do agravo de instrumento em agravo regimental.*

1. Não é cabível agravo de instrumento da decisão do tribunal de origem que, em cumprimento do disposto no § 3º do art. 543-B, do CPC, aplica decisão de mérito do STF em questão de repercussão geral.

2. Ao decretar o prejuízo de recurso ou exercer o juízo de retratação no processo em que interposto o recurso extraordinário, o tribunal de origem não está exercendo competência do STF, mas atribuição própria, de forma que a remessa dos autos individualmente ao STF apenas se justificará, nos termos da lei, na hipótese em que houver expressa negativa de retratação.

3. A maior ou menor aplicabilidade aos processos múltiplos do quanto

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

assentado pela Suprema Corte ao julgar o mérito das matérias com repercussão geral dependerá da abrangência da questão constitucional decidida.

4. Agravo de instrumento que se converte em agravo regimental, a ser decidido pelo tribunal de origem." (AI 760.358-QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, *DJe* de 19/2/2010)

"*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DECISÃO DO TRIBUNAL* A QUO *QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B DO CPC). DESCABIMENTO DO AGRAVO PREVISTO NO ART. 544 DO CPC. CABIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL (OU INTERNO) PARA A ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO APÓS 19.11.2009.*

É pacífico o entendimento desta Corte de que, por não se cuidar de juízo negativo de admissibilidade de recurso extraordinário, não é cabível o agravo previsto no art. 544 do Código de Processo Civil, para atacar decisão de Presidente de Tribunal ou Turma Recursal de origem que aplique a sistemática da repercussão geral.

A parte que queira impugnar decisão monocrática de Presidente de Tribunal ou de Turma Recursal de origem, proferida nos termos do art. 543-B do CPC, deve fazê-lo por meio de agravo regimental (ou interno).

Inaplicável a conversão do presente recurso em agravo regimental a ser apreciado pela origem, já que a jurisprudência desta Corte já fixou entendimento de que após 19.11.2009, data em que julgado o AI 760.358-QO, a interposição do agravo previsto no art. 544 do CPC configura erro grosseiro.

Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 761.661-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, *DJe* de 28/4/2014)

Destaque-se que, após o exame pelo Supremo Tribunal Federal da existência de repercussão geral da matéria versada no recurso extraordinário, compete às cortes de origem a aplicação da decisão aos demais casos. Nesse sentido, ARE 823.651, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 16/9/2014; AI 846.808-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, *DJe* de 10/11/2014; Rcl 11.940, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 14/2/2014; Rcl 12.395-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 6/11/2013; Rcl 15.080-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 18/2/2014; e Rcl 16.915-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* de 13/3/2014, com a seguinte ementa:

"*AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE CABIMENTO DE RECURSO OU DE OUTRA AÇÃO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*"

Assim, **não conheço** do agravo neste ponto específico (Tema 131 da Repercussão Geral).

Quanto às consequências jurídicas da nulidade da dispensa em questão, verifica-se que não foram debatidas no acórdão recorrido. Além disso, não foram opostos embargos de declaração para sanar tal omissão, faltando, ao caso, o necessário prequestionamento da matéria constitucional, o que inviabiliza a pretensão de exame do recurso extraordinário. Incidem, portanto, os óbices das Súmulas 282 e 356 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*" e "*o ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*".

A respeito da aplicação das aludidas súmulas, assim discorre Roberto Rosas:

"*A Constituição de 1891, no art. 59, III, a, dizia: 'quando se questionar sobre a validade de leis ou aplicação de tratados e leis federais, e a decisão for contra ela'.*

De forma idêntica dispôs a Constituição de 1934, no art. 76, III, a: 'quando a decisão for contra literal disposição de tratado ou lei federal, sobre cuja aplicação se haja questionado'.

Essas Constituições eram mais explícitas a respeito do âmbito do recurso extraordinário. Limita-se este às questões apreciadas na decisão recorrida. Se foi omissa em relação a determinado ponto, a parte deve opor embargos declaratórios. Caso não o faça, não poderá invocar essa questão não apreciada na decisão recorrida. (RTJ 56/70; v. Súmula 356 do STF e Súmula 211 do STJ; Nelson Luiz Pinto, Manual dos Recursos Cíveis, Malheiros Editores, 1999, p. 234; Carlos Mário Velloso, Temas de Direito Público, p. 236).

(...)

Os embargos declaratórios visam a pedir ao juiz ou juízes prolatores da decisão que espanquem dúvidas, supram omissões ou eliminem contradições. Se esse possível ponto omisso não foi aventado, nada há que se alegar posteriormente no recurso extraordinário. Falta o prequestionamento da matéria.

A parte não considerou a existência de omissão, por isso não opôs os embargos declaratórios no devido tempo, por não existir matéria a discutir no recurso extraordinário sobre essa questão (RE 77.128, RTJ 79/162; v. Súmula 282).

O STF interpretou o teor da Súmula no sentido da desnecessidade de nova provocação, se a parte opôs os embargos, e o tribunal se recusou a suprir a omissão (RE 176.626, RTJ 168/305; v. Súmula 211 do STJ)." (*Direito Sumular*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 139-140 e 175-176)

Nesse sentido, AI 738.029-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 25/6/2013; e ARE 737.360-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, *DJe* de 24/6/2013, assim ementado:

"*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.*

I – É inadmissível o recurso extraordinário se a questão constitucional suscitada não tiver sido apreciada no acórdão recorrido. Ademais, não opostos embargos declaratórios para suprir a omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF.

II – Agravo regimental improvido."

Por fim, observo que o agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual, o que impõe a aplicação de sucumbência recursal.

Ex positis, **CONHEÇO** parcialmente do agravo, com fundamento no artigo 932, III, do Código de Processo Civil/2015, e, nesta parte, **DESPROVEJO-O**, com fundamento no artigo 932, VIII, do Código de Processo Civil/2015 c/c o artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, e **CONDENO** a parte sucumbente nesta instância recursal ao pagamento de honorários advocatícios majorados ao máximo legal (artigo 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.417 **(1077)**

ORIGEM	: 1305200705415003 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S)	: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ADV.(A/S)	: JOHN CORDEIRO DA SILVA JUNIOR (17279/DF)
ADV.(A/S)	: EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA (07460/DF)
RECDO.(A/S)	: IVANETE VANIA DE FREITAS LIMA
ADV.(A/S)	: NILZA DIAS PEREIRA HESPANHOLO (117860/SP)
ADV.(A/S)	: JORGE MARCOS SOUZA (60496/SP)

Vistos etc.

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 37, *caput*, e 173, § 1º II, da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

Intimada da decisão agravada em 15.8.2019 (quinta-feira), a parte somente manejou o agravo em 21.11.2019 (quinta-feira), quando já esgotado o prazo processual de 30 (trinta) dias úteis para interposição do recurso (26.9.2019).

No intervalo, opostos embargos de declaração contra a primeira decisão que inadmitiu o apelo extremo, restaram aqueles acolhidos pelo Tribunal de origem tão somente para prestar esclarecimentos, mantida incólume a decisão embargada.

Sinalo que esta Suprema Corte firmou entendimento no sentido de que são incabíveis embargos de declaração contra decisão de inadmissibilidade do recurso extraordinário e, nessa condição, não se verifica a interrupção ou a suspensão do prazo legal para a interposição do agravo, restando configurada sua intempestividade.

Nesse sentido, colho precedentes:

"DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONTRA O PRIMEIRO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO. PRECEDENTES. 1. Nos termos da jurisprudência da Corte, os embargos declaratórios, quando manifestamente incabíveis, não interrompem ou suspendem o prazo para a interposição de outros recursos. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento" (ARE 964.742-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 28.10.2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO INCABÍVEL. AGRAVO INTEMPESTIVO. **1.** A tempestividade constitui requisito recursal de admissibilidade indispensável, razão pela qual o recorrente deve

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

obedecer aos prazos previstos no Código de Processo Civil. **2.** *In casu*, a parte agravante interpôs o agravo após o transcurso do prazo recursal de 10 dias, previsto no artigo 544, *caput*, do CPC, o que torna forçoso o não conhecimento do agravo em recurso extraordinário. **3.** Os embargos de declaração são incabíveis contra decisão de admissibilidade do recurso extraordinário. Precedente: ARE 728.395-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, DJe 19/8/2013. 4. Agravo regimental DESPROVIDO" (ARE 704.792-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 16.10.2013).

"Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso contra decisão que determina a subida do RE para melhor exame. 3. Agravo de instrumento intempestivo. Inocorrência. 4. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 644.834-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 11.4.2008).

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Recurso extraordinário intempestivo. Precedentes. 1. Não foi observado o prazo de 15 dias para a interposição do recurso extraordinário na origem, conforme estabelece o art. 508 do Código de Processo Civil. 2. Agravo regimental não provido"(ARE 883.042, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe 04.9.2015).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA NACIONAL DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS INCABÍVEIS. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA AFASTAR A INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL PORÉM SE NEGA PROVIMENTO. I – A ausência de intimação pessoal da Fazenda Nacional impede seja decretada a intempestividade do agravo regimental. II – O agravo interposto da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário é intempestivo, porquanto prevalece nesta Corte o entendimento de que os embargos de declaração opostos da decisão que, na origem, nega seguimento a recurso extraordinário, por serem manifestamente incabíveis, não suspendem ou interrompem o prazo para a interposição de recurso. III – Embargos de declaração acolhidos para afastar a intempestividade do agravo regimental da União (Fazenda Nacional), ao qual, porém, se nega provimento" (AI 768.107-AgR-ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Presidente), Pleno, DJe 03.11.2014).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INCABÍVEIS. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO. INTEMPESTIVIDADE. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ART. 544 DO CPC. NÃO CABIMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. CABIMENTO SOMENTE PARA OS RECURSOS INTERPOSTOS ANTES DE 19/11/2009. AGRAVO IMPROVIDO. I - A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a oposição de embargos de declaração contra a decisão do Presidente do Tribunal de origem que não admitiu o recurso extraordinário, por serem incabíveis, não suspende ou interrompe o prazo para a interposição do agravo de instrumento. Precedentes. II – Não é cabível agravo para a correção de suposto equívoco na aplicação da repercussão geral, consoante firmado no julgamento do AI 760.358-QO/SE, Rel. Min. Gilmar Mendes. III- A aplicação do princípio da fungibilidade recursal, com a devolução dos autos para julgamento pelo Tribunal de origem como agravo regimental, só é cabível nos processos interpostos antes de 19/11/2009. IV - Agravo regimental improvido" (ARE 903.247-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowscki, Presidente, Pleno, DJe 09.11.2015).

Por conseguinte, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.477 (1078)

ORIGEM	: 10022848120198260168 - TJSP - COLÉGIO RECURSAL - 29ª CJ - DRACENA
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: AMANDA BARBOSA PARRA
ADV.(A/S)	: MARCOS JOSE RODRIGUES (141916/SP)
RECDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE DRACENA
ADV.(A/S)	: MARCELO ORPHEU CABRAL (165032/SP)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AGENTE DE CONTROLE DE VETORES/ZOONOSES. REGIME ESTATUTÁRIO. PISO SALARIAL NACIONAL. LEI FEDERAL 12.994/2014. PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS ATÉ O ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR 420/2015 DO MUNICÍPIO DE DRACENA – SP. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"*Recurso inominado. Servidora Pública Municipal. Agente de Controle de Vetores. Estatutária. Pretensão ao recebimento das diferenças salariais a partir do advento da Lei Federal nº 12.994/14. Pagamento do piso salarial que foi estabelecido tão somente em janeiro/2015. Diferenças devidas desde a vigência da Lei Federal nº 12.994/14 até a edição da Lei Complementar Municipal nº 420/15, que implementou o piso nacional no âmbito municipal. Entendimento desta Turma Recursal no sentido de que a Lei Federal é aplicável somente aos celetistas. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido.*" (Doc. 10, p. 2)

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo, a parte recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação ao artigo 198, § 5º, da Constituição Federal. Argumenta que a Lei Federal 12.994/2014 instituiu piso salarial nacional em *quantum* superior ao por ela percebido, na qualidade de agente de controle de zoonoses vinculada ao quadro de servidores estatutários do Município de Dracena/SP, entre junho/2014 a dezembro/2014 (Doc. 12).

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso extraordinário.

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao apelo extremo por ausência da preliminar de repercussão geral e de prequestionamento, bem como por entender que a pretensão recursal encontraria óbice na Súmula 279 do STF (Doc. 14).

É o relatório. **DECIDO**.

O agravo não merece prosperar.

In casu, ao assentar que o piso salarial nacional apenas seria aplicável aos agentes submetidos ao vínculo jurídico celetista, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na legislação infraconstitucional (Lei Federal 12.994/2014 e Lei Complementar 420/2015 do Município de Dracena/SP), cuja análise se revela inviável em sede de recurso extraordinário, por configurar ofensa indireta à Constituição Federal. Nesse sentido impende destacar trecho do *decisum* proferido no ARE 1.204.692, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 27/5/2019, caso análogo ao presente:

"*O Tribunal de origem, ao examinar a legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei 12.994/2014 e Lei Municipal 1.428/1991), consignou que o piso nacional não seria aplicável aos agentes que possuem vínculo jurídico estatutário, como no caso.*

(…)

Assim, verifica-se que a matéria debatida no acórdão recorrido restringe-se ao âmbito infraconstitucional, de modo que a ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do presente recurso."

Demais disso, divergir do entendimento do Tribunal *a quo* demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo a incursão no contexto fático-probatório presente nos autos. Com efeito, essa pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe a discussão eminentemente de direito, em face do óbice imposto pela Súmula 279 do STF.

Sob esse enfoque, ressoa inequívoca a vocação para o insucesso do apelo extremo, por força do óbice intransponível do referido verbete sumular, que veda a esta Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, sindicar matéria fática.

Por oportuno, vale destacar lição de Roberto Rosas sobre a Súmula 279 do STF:

"*Chiovenda nos dá os limites da distinção entre questão de fato e questão de direito. A questão de fato consiste em verificar se existem as circunstâncias com base nas quais deve o juiz, de acordo com a lei, considerar existentes determinados fatos concretos.*

A questão de direito consiste na focalização, primeiro, se a norma, a que o autor se refere, existe, como norma abstrata (Instituições de Direito Processual, 2ª ed., v. I/175).

Não é estranha a qualificação jurídica dos fatos dados como provados (RT 275/884 e 226/583). Já se refere a matéria de fato quando a decisão assenta no processo de livre convencimento do julgador (RE 64.051, Rel. Min. Djaci Falcão, RTJ 47/276); não cabe o recurso extraordinário quando o acórdão recorrido deu determinada qualificação jurídica a fatos delituosos e se pretende atribuir aos mesmos fatos outra configuração, quando essa pretensão exige reexame de provas (ERE 58.714, Relator para o acórdão o Min. Amaral Santos, RTJ 46/821). No processo penal, a verificação entre a qualificação de motivo fútil ou estado de embriaguez para a apenação importa matéria de fato, insuscetível de reexame no recurso extraordinário (RE 63.226, Rel. Min. Eloy da Rocha, RTJ 46/666).

A Súmula 279 é peremptória: 'Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário'. Não se vislumbraria a existência da questão federal motivadora do recurso extraordinário. O juiz dá a valoração mais

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

conveniente aos elementos probatórios, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Não se confunda com o critério legal da valorização da prova (RTJ 37/480, 56/65)(Pestana de Aguiar, Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed., v. VI/40, Ed. RT; Castro Nunes, Teoria e Prática do Poder Judiciário, 1943, p. 383). V. Súmula STJ-7." (*Direito Sumular*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 137-138)

Por fim, observo que o agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual, o que impõe a aplicação de sucumbência recursal.

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 932, VIII, do Código de Processo Civil/2015 c/c o artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, e **CONDENO** a parte sucumbente nesta instância recursal ao pagamento de honorários advocatícios majorados ao máximo legal (artigo 85, § 11, do CPC/2015), ficando suspensa sua exigibilidade, nos termos do artigo 98, § 3º, do referido código.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.693 **(1079)**

ORIGEM	: 00223781920164025101 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: ONIVALDO VIEIRA DE ARAUJO
ADV.(A/S)	: WELINGTON DUTRA SANTOS (155434/RJ)
RECDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POLICIAL MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL – VPE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO PELA ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO – AME/RJ. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. CONTROVÉRSIA QUANTO À LEGITIMIDADE ATIVA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VERIFICAÇÃO NO CASO CONCRETO. OFENSA REFLEXA. LIMITES DA COISA JULGADA. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 748.371. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. IMPLANTAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DA EXEQUENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.*

- Trata-se de apelação cível interposta contra a sentença que julgou procedentes os embargos à execução individual de sentença coletiva, proferida nos autos do MS n° 2005.5101.016159-0, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do exequente.

- Não se desconhece que as associações, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, têm legitimidade, como substituto processual, para defender, na via do mandado de segurança coletivo, os interesses de seus associados, a teor do disposto no artigo 5°, inciso LXX, 'b', da Constituição Federal, sendo, pois, dispensável a autorização expressa e a relação nominal dos associados na instrução do mandado de segurança coletivo, em razão do regime de substituição processual, conforme dicção da Súmula 629, do Eg. STF. Logo, na fase de cumprimento de sentença, a princípio, não poderia se exigir da parte exequente a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da propositura da ação.

- No caso vertente, todavia, a situação não se amolda ao referido julgado, pois, consoante se infere dos autos, quando da impetração do Mandado de Segurança Coletivo, a Associação Impetrante restringiu o alcance da demanda, postulando 'a procedência do pedido com a concessão em definitivo da segurança para determinar a extensão da Vantagem Pecuniária Especial - VPE instituída pelo art. 1° da lei 11.134/05 aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal - Policiais e Bombeiros Militares, associados da impetrante, cuja lista segue anexa'.

- Ademais, importa considerar que o título judicial formado no bojo do referido Mandado de Segurança Coletivo, que ora se pretende executar, também delimitou seus efeitos aos associados constantes da lista anexada à inicial.

- Cumpre ressaltar, ainda, o entendimento que vem sendo adotado nesta Eg. Oitava Turma Especializada, conforme julgamento do Agravo de Instrumento n° 0002366-24.2017.4.02.0000, de relatoria do Eminente Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, no sentido de que 'o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente. No caso da Associação, a coisa julgada alcança os associados e não os 'associáveis'. Associação não representa a categoria porque isso foge do espírito associativista. Hoje, conforme pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal descabe autorização para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, como exigido na decisão agravada, mas, por outro lado, só são alcançados pela coisa julgada formada na ação coletiva os associados, e como há a limitação, eles precisam ser enumerados na petição inicial de tal ação coletiva'

- Logo, o exequente não detém legitimidade ativa na presente execução individual, uma vez que não restou comprovado que seu nome constava da lista dos associados elencadas na inicial do mandamus.

- No que tange à verba honorária, deve ser prestigiada a decisão singular que condenou o embargado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados nos percentuais mínimos da novel Lei Processual Civil sobre o valor atualizado da causa (R$ 311.669,50), pois observados os critérios objetivos previstos no art. 85, §§ 3° e 4° do Novo Código de Processo Civil.

- Em relação ao pedido de gratuidade, em que pese o alegado nas razões de apelação, no caso vertente, a documentação constante dos autos não corrobora a alegada hipossuficiência financeira, indicando, ao revés, condições de arcar com os custos inerentes ao processo.

- Recurso desprovido." (Doc. 9, p. 28-29)

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos (Doc. 10, p. 18-25).

Nas razões do apelo extremo, a parte recorrente sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 5º, XXXVI e LXX, *b*, da Constituição Federal e ao que decidido por esta Corte no Tema 499 da Repercussão Geral (Doc. 13, p. 16-28 e Doc. 14, p. 1-2).

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário por entender que encontraria óbice nas Súmulas 279 e 282 do STF, e que a ofensa à Constituição, caso existente, seria indireta (Doc. 15, p. 26-29).

É o relatório. **DECIDO**.

O agravo não merece prosperar.

In casu, o acórdão ora recorrido consignou, *in litteris*:

"*(...)*

- No caso vertente, todavia, a situação não se amolda ao referido julgado, pois, ***consoante se infere dos autos, quando da impetração do Mandado de Segurança Coletivo, a Associação Impetrante restringiu o alcance da demanda, postulando 'a procedência do pedido*** *com a concessão em definitivo da segurança para determinar a extensão da Vantagem Pecuniária Especial - VPE instituída pelo art. 1° da lei 11.134/05* ***aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal - Policiais e Bombeiros Militares, associados da impetrante, cuja lista segue anexa****'.*

- Ademais, importa considerar que ***o título judicial formado no bojo do referido Mandado de Segurança Coletivo, que ora se pretende executar, também delimitou seus efeitos aos associados constantes da lista anexada à inicial****.*

(...)

- Logo, ***o exequente não detém legitimidade ativa na presente execução individual, uma vez que não restou comprovado que seu nome constava da lista dos associados elencadas na inicial do*** **mandamus**.

(...)" (Doc. 9, p. 28-29, grifei)

No que se refere à alegada violação ao artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, a jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, quando objetos de verificação em cada caso concreto quanto à ocorrência ou não de violação, não desafiam a instância extraordinária, por implicarem análise de matéria infraconstitucional. Nesse sentido:

"*DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA INAFASTABILIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, DA PROTEÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO, AO ATO JURÍDICO PERFEITO E À COISA JULGADA, BEM COMO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. INTERPRETAÇÃO DE CONTRATO. ÓBICE DA SÚMULA 454/STF. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 3.10.2007. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XXXV, XXXVI e LV, da Constituição Federal, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal. Inexiste violação do artigo 93, IX, da CF/88. O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à análise de normas infraconstitucionais e cláusulas contratuais, a inviabilizar o trânsito do recurso*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

extraordinário. A pretensão da recorrente de obter decisão em sentido diverso encontra óbice na Súmula 454/STF: 'Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário'. Agravo regimental conhecido e não provido." (AI 741.038-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 21/8/2013)

"*Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito Civil. Vagas de garagem. Demarcação. Direito de propriedade. Alegação de violação do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Prequestionamento. Ausência. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.*

1. Não se admite o recurso extraordinário quando o dispositivo constitucional que nele se alega violado não está devidamente prequestionado. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356/STF.

2. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o conceito dos institutos do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada não se encontra na Constituição Federal, senão na legislação ordinária.

3. Não se presta o recurso extraordinário para a análise do conjunto fático-probatório da causa ou da legislação infraconstitucional. Incidência das Súmulas nºs 279 e 636/STF.

4. Agravo regimental não provido." (ARE 936.459-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 25/4/2016)

Saliente-se, ainda, que os limites da coisa julgada, quando debatidos sob a ótica infraconstitucional, não revelam repercussão geral apta a tornar o apelo extremo admissível, consoante decidido pelo Plenário Virtual do STF na análise do ARE 748.371, da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DJe de 1º/8/2013, Tema 660:

"*Ante o exposto, manifesto-me pela rejeição da repercussão geral do tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal, quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais.*"

Demais disso, divergir do entendimento do Tribunal *a quo* a respeito da legitimidade ativa da parte ora agravante para a execução individual do título executivo em questão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo a incursão no contexto fático-probatório presente nos autos. Com efeito, essa pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo se restringe a discussão eminentemente de direito, em face do óbice imposto pela Súmula 279 do STF.

Sob esse enfoque, ressoa inequívoca a vocação para o insucesso do apelo extremo, por força do óbice intransponível do referido verbete sumular, que veda a esta Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário, sindicar matéria fática.

Por oportuno, vale destacar lição de Roberto Rosas sobre a Súmula 279 do STF:

"*Chiovenda nos dá os limites da distinção entre questão de fato e questão de direito. A questão de fato consiste em verificar se existem as circunstâncias com base nas quais deve o juiz, de acordo com a lei, considerar existentes determinados fatos concretos.*

A questão de direito consiste na focalização, primeiro, se a norma, a que o autor se refere, existe, como norma abstrata (Instituições de Direito Processual, 2ª ed., v. I/175).

Não é estranha a qualificação jurídica dos fatos dados como provados (RT 275/884 e 226/583). Já se refere a matéria de fato quando a decisão assenta no processo de livre convencimento do julgador (RE 64.051, Rel. Min. Djaci Falcão, RTJ 47/276); não cabe o recurso extraordinário quando o acórdão recorrido deu determinada qualificação jurídica a fatos delituosos e se pretende atribuir aos mesmos fatos outra configuração, quando essa pretensão exige reexame de provas (ERE 58.714, Relator para o acórdão o Min. Amaral Santos, RTJ 46/821). No processo penal, a verificação entre a qualificação de motivo fútil ou estado de embriaguez para a apenação importa matéria de fato, insuscetível de reexame no recurso extraordinário (RE 63.226, Rel. Min. Eloy da Rocha, RTJ 46/666).

A Súmula 279 é peremptória: 'Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário'. Não se vislumbraria a existência da questão federal motivadora do recurso extraordinário. O juiz dá a valoração mais conveniente aos elementos probatórios, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes. Não se confunda com o critério legal da valorização da prova (RTJ 37/480, 56/65)(Pestana de Aguiar, Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed., v. VI/40, Ed. RT; Castro Nunes, Teoria e Prática do Poder Judiciário, 1943, p. 383). V. Súmula STJ-7." (*Direito Sumular.* 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 137-138)

Por fim, observo que o agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual, o que impõe a aplicação de sucumbência recursal.

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 932, VIII, do Código de Processo Civil de 2015 c/c o artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, e **CONDENO** a parte sucumbente nesta instância recursal ao pagamento de honorários advocatícios majorados ao máximo legal (artigo 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília, 16 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**

Relator

Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.775 **(1080)**

ORIGEM	: 70081656852 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCED.	: RIO GRANDE DO SUL
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
RECTE.(S)	: R.B. E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: EZEQUIEL VETORETTI (64616/RS)
ADV.(A/S)	: ROGER CENCI ZAQUIA (96774/RS)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Vistos etc.

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na afronta aos arts. 1º, III, e 5º, XXV, e XL, da Constituição Federal.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

Deixou a parte agravante de impugnar os óbices opostos pela Presidência da Corte de origem ao trânsito do recurso extraordinário, relativos à incidência das Súmulas nºs 282 e 356, em desalinho com a exigência contida no inciso III do art. 932 do CPC/2015, *verbis*:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou **que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida**" (destaquei).

Aplicável, na hipótese, o entendimento jurisprudencial vertido na Súmula nº 287/STF: *"Nega-se provimento ao agravo, quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia"*. Nesse sentido: ARE 645.366-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 12.4.2012; ARE 665.547-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 06.3.2012; AI 805.701-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 23.4.2012; RMS 30.366-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe 16.8.2016; e ARE 974.823-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª Turma, DJe 08.9.2016, cuja ementa transcrevo:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INADMISSÃO DO APELO EXTREMO PELA ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. 1. A decisão do Juízo a quo que obsta a subida de recurso extraordinário pode ser atacada por agravo (art. 1.042 do CPC/2015), o qual deve impugnar especificamente, de forma individualizada, todos os argumentos por si sós suficientes para manter a inadmissão, sob pena de não conhecimento (art. 932, III, do CPC/2015). 2. Agravo regimental a que se nega provimento."

Verifica-se, ainda, não demonstrada de forma efetiva a repercussão geral da controvérsia nas razões do apelo extremo.

Este Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que não bastam alegações genéricas, ou a mera descrição do instituto em tela, nem a simples referência a precedente recursal. Cabe à parte recorrente a demonstração formal e fundamentada da existência de repercussão geral da matéria, indicando especificamente as razões que evidenciem a relevância econômica, social, política ou jurídica, ainda que tal repercussão já tenha sido presumida ou declarada em outro processo. Desatendida a mencionada preliminar, inadmissível o recurso extraordinário. Colho precedentes:

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 543-A, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C.C. ARTIGO 327, § 1º, DO RISTF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (ARE 834.512-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 27.4.2016).

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA. REGULARIDADE DO VÍNCULO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DESTA CORTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – A mera alegação, nas razões do recurso extraordinário, de existência de repercussão geral das questões constitucionais discutidas, desprovida de fundamentação adequada que demonstre seu efetivo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

preenchimento, não satisfaz a exigência prevista no art. 543-A, § 2º, do CPC, introduzido pela Lei 11.418/2006, e no art. 327, § 1º, do RISTF.

II – Ausência de prequestionamento das questões constitucionais suscitadas. Incidência da Súmula 282 do STF. Ademais, se os embargos declaratórios não foram opostos com a finalidade de suprir essa omissão, é inviável o recurso, nos termos da Súmula 356 do STF.

III – Inviável em recurso extraordinário o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos. Incidência da Súmula 279 do STF.

IV – Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 820.902-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe 28.8.2014).

"QUESTÃO DE ORDEM. RECONHECIMENTO, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DA PRESENÇA DA REPERCUSSÃO GERAL EM DETERMINADO PROCESSO. PRELIMINAR FORMAL E FUNDAMENTADA DE REPERCUSSÃO GERAL NOS OUTROS RECURSOS QUE TRATEM DO MESMO TEMA. EXIGIBILIDADE.

1. Questão de ordem resolvida no sentido de que o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da presença da repercussão geral da questão constitucional em determinado processo não exime os demais recorrentes do dever constitucional e processual de apresentar a preliminar devidamente fundamentada sobre a presença da repercussão geral (§ 3º do art. 102 da Constituição Republicana e § 2º do art. 543-A do CPC).

2. Agravo regimental desprovido" (ARE 663.637-AgR-QO, Rel. Min. Ayres Britto – Presidente -, Pleno, DJe, 06.5.2013).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO EM 27.2.2017. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO.

1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe à parte recorrente demonstrar fundamentadamente a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, mediante o desenvolvimento de argumentação que, de maneira explícita e clara, revele o ponto em que a matéria veiculada no recurso transcende os limites subjetivos do caso concreto do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico.

2. Revela-se deficiente a fundamentação da existência de repercussão geral de recurso extraordinário que se restringe a alegar de forma genérica que a questão em debate tem repercussão geral.

3. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC. Nos termos do artigo 85, § 11, CPC, majoro em ¼ (um quarto) a verba honorária fixada anteriormente, devendo ser observados os §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo" (RE 930.889-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, 2ª Turma, DJe 02.5.2017).

De mais a mais, as razões do recurso não se mostram aptas a infirmar os fundamentos do acórdão recorrido quanto à ocorrência dos fatos na vigência da Lei nº 12.015/2009, bem como o citado entendimento com base no HC 123971/STF, ensejando o entendimento jurisprudencial vertido na Súmula nº 283/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".*

Ainda que não se ressentisse o recurso quanto aos óbices apontados, melhor sorte não colheria, porquanto o Tribunal de origem não divergiu do entendimento firmado no âmbito desta Suprema Corte. Cito: HC 125360, Rel. p/Acórdão Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, DJe 06.4.2018, HC 144824, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 26.4.2018, e o HC 123971, Rel. p/Acórdão Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe 15.6.2016, que possui a seguinte ementa:

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR CONTRA MENOR. 1. Não podem prevalecer decisões contraditórias do Poder Judiciário cuja consequência seja a negativa de acesso à Justiça e o esvaziamento da proteção integral da criança, prevista constitucionalmente (art. 227). 2. O art. 225 do Código Penal, na sua redação original, previa que em crimes como o dos presentes autos somente se procedia mediante queixa, salvo se a vítima fosse pobre ou tivesse ocorrido abuso do pátrio poder. O dispositivo vigeu por décadas sem que fosse pronunciada a sua inconstitucionalidade ou não recepção. 3. A Lei nº 12.015, de 07.08.2009, modificou o tratamento da matéria, passando a prever ação pública incondicionada no caso de violência sexual contra menor. 4. Na situação concreta aqui versada, o Poder Judiciário considerou, por decisão transitada em julgado, descabido o oferecimento de queixa-crime pelo pai da vítima, entendendo tratar-se de crime de ação penal pública. Se o STF vier a considerar, no presente habeas corpus, que não é admissível a ação penal pública, a consequência seria a total desproteção da menor e a impunidade do crime. 5. À vista da excepcionalidade do caso concreto, o art. 227 da CF/88 paralisa a incidência do art. 225 do Código Penal, na redação originária, e legitima a propositura da ação penal pública. Aplicação do princípio da proibição de proteção deficiente. Precedente. 6. Ordem denegada."

Por conseguinte, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministra Rosa Weber

Relatora

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.474 **(1081)**

ORIGEM	: 00072346220168240023 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
RECTE.(S)	: ELSON JOSE PORTO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RECURSO EXRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGO 2º, §§ 2º, 3º E 4º, I E IV, DA LEI 12.850/2013. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DOSIMETRIA DA PENA. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO AI 742.460. TEMA 182. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ESPECIALIZAÇÃO DE VARA JUDICIAL POR MEIO DE RESOLUÇÃO EDITADA PELO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

Decisão: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

"APELAÇÃO CRIMINAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI 12.850/13, ART. 2°, CAPUT *E SEUS §§ 2°, 3°, e 4°, INCS. I e IV). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA IMPUTAÇÃO. RECURSO DO ACUSADO. 1. PRELIMINARES. 1.1. INCONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS NORMATIVOS CRIADORES DA UNIDADE DE APURAÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DA CAPITAL. IMPROCEDÊNCIA. UNIDADE JURISDICIONAL INSTITUÍDA PARA COOPERAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. ESTRATÉGIA ELEITA E ADOTADA COM BASE EM POLÍTICA JUDICIÁRIA. 1.2. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRERROGATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL DE INTIMAÇÃO COM ENTREGA DOS AUTOS. BENEFÍCIO RESPEITADO. INTIMAÇÕES ENCAMINHADAS POR MEIO DE PORTAL ELETRÔNICO. 1.3. NULIDADE DO FEITO POR SUPOSTA ACUSAÇÃO AMPLA E ABSTRATA. INEXISTÊNCIA DE MENÇÃO NA DENÚNCIA DA DATA DA PRÁTICA DO CRIME IMPUTADO AO ACUSADO. CONDUTA PERMANENTE. REFERÊNCIA TEMPORAL QUE PERMITE A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS. PREFACIAIS RECHAÇADAS. 2. MÉRITO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA CRIADA NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL (PGC). ELEMENTOS DEFINIDORES. PLURALIDADE DE AGENTES. ESTRUTURA ORDENADA, AINDA QUE INFORMALMENTE. FINALIDADE DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM DE QUALQUER NATUREZA MEDIANTE A PRÁTICA DE INFRAÇÕES PENAIS GRAVES. PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS. ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA. ELEMENTARES IMPLÍCITAS. CONFIGURAÇÃO. 3. DOSIMETRIA. 3.1. PENA-BASE. DIRETRIZES DESFAVORÁVEIS. ATUAÇÃO DA FACÇÃO CRIMINOSA COMO UM ESTADO PARALELO AO DE DIREITO. EXPRESSIVO NÚMERO DE INTEGRANTES. CAOS SOCIAL IMPLEMENTADO EM ONDAS DE VIOLÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. 3.2. ANTECEDENTES CRIMINAIS E REINCIDÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES. 3.3. AGRAVANTE DE LIDERANÇA. ACUSADO QUE INTEGRA ÓRGÃO DE CÚPULA (SEGUNDO MINISTÉRIO) E É LOCUTOR DAS COMUNICAÇÕES ENCAMINHADAS PELO COMANDO AOS DEMAIS FILIADOS. 3.4. CAUSAS DE AUMENTO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PREVISÃO NO ESTATUTO DA ORGANIZAÇÃO DE MALFEITORES COMPROVADA NOS ATENTADOS PROMOVIDOS CONTRA O ESTADO. EMPODERAMENTO BÉLICO VISADO PELA CORPORAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE. PROGRAMA DE CAPTAÇÃO DE INFANTES PARA PRÁTICAS CRIMINOSAS. CONEXÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES DELINQUENTES. ALIANÇAS PARA INCREMENTAR O COMÉRCIO DE DROGAS, ARMAS DE FOGO E COMBATER DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE GRUPOS ILÍCITOS. 3.5. CRITÉRIOS DE ACRÉSCIMO DA PENA. READEQUAÇÃO. PATAMARES INICIAIS EXCESSIVOS. PATAMARES INICIAIS EXCESSIVOS.*

1.1. Como a Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Região Metropolitana não consiste em Vara autônoma, mas em unidade especializada de cooperação, na qual atua um Juiz de Direito designado de forma impessoal e com a função de colaborar na apreciação de processos-crime relativos às organizações criminosas, inexiste inconstitucionalidade a ser proclamada, afinal, trata-se de política judiciária com vistas a uma eficaz prestação jurisdicional em tão delicada área.

1.2. Nos processos virtuais, a prerrogativa de intimação pessoal conferida à Defensoria Pública Estadual aperfeiçoa-se com a publicação por

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

meio do portal eletrônico específico, sendo despicienda a remessa e entrega dos eventuais objetos apreendidos e vinculados ao processo.

1.3. 'Não é inepta a denúncia que, embora não indique a data exata dos fatos, oferta inequívoca condição para o exercício do contraditório e da ampla defesa' (STF, HC 92695, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 20.5.08), como a delimitação dos meses e anos em que a prática do crime permanente de 'integrar' organização criminosa foi perpetrada.

2. Evidenciado no processo-crime tratar-se de grupo criminoso fundado em 2003, estruturado hierarquicamente com Ministérios e Disciplinas, dotado de ordenamento próprio (estatuto) e voltado à prática de infrações penais, a condenação de um de seus integrantes deve ser mantida, nos termos da Lei 12.850/13.

3.1. Legítima é a majoração da pena-base quando devidamente motivada em fatos concretos, como a sofisticação e periculosidade de grupo numeroso, o qual foi o causador de sérios danos à coletividade, em especial ao transporte público.

3.2. A circunstância judicial dos antecedentes criminais, assim como a agravante da reincidência mostram-se em harmonia com a Constituição Federal de 1988 e, longe de configurarem bis in idem*, representam institutos que possibilitam a individualização da pena, com a valoração negativa da escolha do agente que resolve voltar a delinquir, não consistindo em nova punição por delito pretérito.*

3.3. Se o Acusado atua no órgão de cúpula da organização criminosa (Segundo Ministério), o qual delibera o que deve ser seguido por todo o agrupamento delinquente, imperiosa é a manutenção da agravante de comando e liderança inserida no § 3° do art. 2° da Lei 12.850/13.

3.4. Comprovado pela prova testemunhal, pelos atos cometidos pela agremiação e pelo seu estatuto, que ela financia o crime e possui armamento que é cedido aos seus membros mediante pagamento de parte do resultado do delito, e que instituiu programa de captação de adolescentes para desempenhar trabalho a mando deles, aliando-se, outrossim, a outras facções, o que a fortalece e coloca ainda mais em risco a paz pública, devida é a elevação da pena na última etapa, como operado fundamentadamente na sentença resistida.

3.5. Embora inexista regra quanto aos patamares de acréscimo a serem empreendidos na primeira e segunda fase dosimétrica, deve-se atentar ao critério de 1/6 tradicionalmente adotado por esta Corte de Justiça, tanto quanto ao relevo da atenuante da confissão espontânea.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA REDUZIR O QUANTUM *SANCIONATÓRIO*". (Doc. 21, p. 1-3)

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo, a parte agravante sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 5º, XXXV, XXXVII, LIII, LIV e LV, e 96, I, *d*, da Constituição Federal. (Doc. 36, p. 1-11)

Registra, inicialmente, que o objeto do recurso é "*a inconstitucionalidade das Resoluções n. 1/2013-CM e n. 12/2013-TJ, que criaram e regulamentaram, em regime de exceção, a Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Região Metropolitana de Florianópolis, bem como da Resolução 37/2013-GP, que regulamentou a designação de magistrado responsável pela Unidade*". (Doc. 36, p. 5)

Afirma, ainda, que "*a circunstância dos maus antecedentes, bem como a reincidência levada a efeito na segunda fase da dosimetria é inconstitucional, pelo que jamais poderia ser levada em consideração para a exasperação da pena".* (Doc. 36, p. 7)

O Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso extraordinário, por entender que as alegações encontrariam óbice nas Súmulas 284 e 286 do STF. (Doc. 40, p. 1-4)

É o relatório. **DECIDO**.

O agravo não merece prosperar.

Ab initio, ressalto que a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que a verificação de ofensa aos princípios da legalidade, do livre acesso à justiça, do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da motivação das decisões judiciais, bem como aos limites da coisa julgada, quando dependente do reexame prévio de normas infraconstitucionais, revela ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal, o que, por si só, não desafia a instância extraordinária. Seguindo esse entendimento, transcrevo julgados de ambas as Turmas desta Corte:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE, DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 279/STF. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO AGRAVADA. CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA CRISTALIZADA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973.

*1. Cristalizada a jurisprudência desta Suprema Corte, a teor das Súmulas 282 e 356/STF: '*Inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'*, bem como '*O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento*'.*

2. O entendimento consignado na decisão agravada reproduz a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. Obstada a análise da suposta afronta aos incisos II, LIV e LV do art. 5º da Carta Magna, porquanto dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, procedimento que refoge à competência jurisdicional extraordinária desta Corte Suprema, a teor do art. 102 da Magna Carta.

3. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

4. Agravo regimental conhecido e não provido". (ARE 773.355-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 25/8/2017)

"*RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – MATÉRIA PENAL – ALEGADA VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS INSCRITOS NO ART. 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA – TRANSGRESSÃO AO ART. 93, IX, DA CARTA MAGNA – INOCORRÊNCIA – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO*". (ARE 1.177.197-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, *DJe* de 29/4/2019)

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CRIME DE ESTUPRO. EXAME DE CORPO DE DELITO. NECESSIDADE. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E NO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. 1. O Supremo Tribunal Federal, por ausência de questão constitucional, rejeitou preliminar de repercussão geral relativa à controvérsia sobre suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal (ARE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes - Tema 660). 2. A parte recorrente se limita a postular a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos, o que não é possível nesta fase processual. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência da Súmula 279/STF. Precedente. 3. A decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante.4. Agravo interno a que se nega provimento". (ARE 1.194.010-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, *DJe* de 15/5/2019)

Demais disso, a resolução da controvérsia atinente à dosimetria penal demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Lei 12.850/2013 e Código Penal), cuja análise se revela inviável em sede de recurso extraordinário, por configurar ofensa indireta à Constituição Federal. É o que se verifica dos seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. DOSIMETRIA DA PENA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ACÓRDÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (RE 1.239.775-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, *DJe* de 14/5/2020)

"*Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Matéria criminal. Ausência de prequestionamento. Ofensa reflexa. Revaloração de provas testemunhais. Incidência da Súmula nº 279/STF. Ausência de violação do art. 93, IX, da Constituição. Agravo regimental não provido.*

1.Os dispositivos constitucionais tido como violados carecem do necessário prequestionamento. Incidência das Súmulas nºs 282 e 256 da Corte.

2. A Corte já se pronunciou reiteradamente a respeito da não admissão da tese do chamado prequestionamento implícito. Precedentes.

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal é pacífica no sentido de que ***questões relativas à individualização da pena configuram ofensa reflexa ao texto constitucional, por demandar exame prévio da legislação infraconstitucional.***

4. A pretensão do agravante de rediscutir a prova testemunhal esbarra no óbice da Súmula nº 279/STF.

5. Ausência de violação ao art. 93, inciso IX, sendo desnecessário que o órgão judicante se manifeste minudentemente sobre todos os argumentos de defesa apresentados, devendo ele, no entanto, explicitar as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento.

6. Recurso não provido." (ARE 825.060-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 25/9/2015, grifei)

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, XLVI E LIV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO QUE NÃO MERECE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA SÚMULA VINCULANTE Nº 10. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. O entendimento adotado na decisão agravada reproduz a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, XLVI e LIV, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, bem como do revolvimento do quadro fático delineado na origem, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta.

2. A alegada violação do art. 97 da Constituição Federal e da Súmula Vinculante nº 10 não foi arguida nas razões do recurso extraordinário, sendo vedado ao agravante inovar no agravo interno.

3. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

4. Agravo interno conhecido e não provido." (ARE 1.089.098-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, *DJe* de 21/2/2018)

Ressalte-se, que o Plenário deste Tribunal, instado a se manifestar sobre a questão relativa à valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, concluiu pela ausência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. A manifestação registrada no Plenário Virtual restou assim ementada:

"Recurso Extraordinário. Inadmissibilidade. Circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Fixação da pena-base. Fundamentação. Questão da ofensa aos princípios constitucionais da individualização da pena e da fundamentação das decisões judiciais. Inocorrência. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. Agravo de instrumento não conhecido. Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional." (AI 742.460, Rel. Min. Cezar Peluso, Tema 182 do Plenário Virtual, *DJe* de 25/9/2009)

Quanto à alegação de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, melhor sorte não assiste à parte recorrente, tendo em vista que da análise dos autos é possível observar que a parte se valeu dos meios recursais cabíveis e teve a jurisdição devidamente prestada por decisões fundamentadas, embora contrárias aos seus interesses. Assim, não resta caracterizada a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido, ARE 740.877-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, *DJe* de 4/6/2013, o qual possui a seguinte ementa:

"*Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Administrativo. 3. Alegação de ausência de prestação jurisdicional. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Precedente: AI-QO-RG 791.292 de minha relatoria, DJe 13.8.2010. 4. Afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, se dependente do reexame prévio de normas infraconstitucionais, configura ofensa reflexa à Constituição Federal, o que inviabiliza o processamento do recurso extraordinário. 5. Alegação de ofensa ao princípio da legalidade. Enunciado 636 da Súmula desta Corte. 6. Ausência de argumentos suficientes para infirmar a decisão recorrida. 7. Agravo regimental a que se nega provimento.*"

Ainda que superados todos esses óbices, destaco que, conforme já preconizado por este Supremo Tribunal, o Poder Judiciário detém competência para especializar varas judiciais mediante resolução. O tema passou pelo crivo do Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do *HC* 91.509/RN, Rel. Min. Eros Grau, *DJe* de 11/2/2010; *HC* 85.553-AgR/MG, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJ* de 17/2/2006; *HC* 96.104/MS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, *DJe* de 6/8/2010; *HC* 94.146/MS, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJe* de 7/11/2008, todos no sentido de que a especialização de varas judiciais por resolução administrativa do tribunal, baixada com base em lei de organização judiciária, não afronta o princípio do juiz natural. No ponto, é importante transcrever a ementa do acórdão proferido no *Habeas Corpus* 85.060/PR, Rel. Min. Eros Grau, *DJe* de 13/2/2009:

"Habeas corpus. *Penal. Processual penal e constitucional. Formação de quadrilha e gestão fraudulenta de instituição financeira. Competência.* ***Especialização de vara por resolução do Poder Judiciário. Ofensa ao princípio do juiz natural e à reserva de lei (Constituição do Brasil, artigos 5º, incisos XXXVII e LIII; 22, I; 24, XI, 68, § 1º, I e 96, II, alíneas a e d). Inocorrência****. Princípio da legalidade e princípios da reserva da lei e da reserva da norma. Função legislativa e função normativa. Lei, regulamento e regimento.* ***Ausência delegação de função legislativa.*** *Separação dos poderes (Constituição do Brasil, artigo 2º).*

(…)

3. Especialização, por Resolução do Tribunal Regional da Quarta Região, da Segunda Vara Federal de Curitiba/PR para o julgamento de crimes financeiros.

4. Remessa dos autos ao Juízo competente.

5. Ofensa ao princípio do juiz natural (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII da Constituição do Brasil) e à reserva de lei. Inocorrência.

6. Especializar varas e atribuir competência por natureza de feitos não é matéria alcançada pela reserva da lei em sentido estrito, porém apenas pelo princípio da legalidade afirmado no artigo 5º, II da Constituição do Brasil, ou seja, pela reserva da norma. No enunciado do preceito --- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei --- há visível distinção entre as seguintes situações: [i] vinculação às definições da lei e [ii] vinculação às definições decorrentes --- isto é, fixadas em virtude dela --- de lei. No primeiro caso estamos diante da reserva da lei; no segundo, em face da reserva da norma [norma que pode ser tanto legal quanto regulamentar u regimental]. Na segunda situação, ainda quando as definições em pauta se operem em atos normativos não da espécie legislativa - mas decorrentes de previsão implícita ou explícita em lei - o princípio estará sendo devidamente acatado.

7. No caso concreto, o princípio da legalidade expressa reserva de lei em termos relativos [= reserva da norma] não impede a atribuição, explícita ou implícita, ao Executivo e ao Judiciário para, no exercício da função normativa, definir obrigação de fazer ou não fazer que se imponha aos particulares --- e os vincule.

8. Se há matérias que não podem ser reguladas senão pela lei --- v.g.: não haverá crime ou pena, nem tributo, nem exigência de órgão público para o exercício de atividade econômica sem lei, aqui entendida como tipo específico de ato legislativo, que os estabeleça das excluídas a essa exigência podem tratar, sobre elas dispondo, o Poder Executivo e o Judiciário, em regulamentos e regimentos. Quanto à definição do que está incluído nas matérias de reserva de lei, há de ser colhida no texto constitucional; quanto a essas matérias não cabem regulamentos e regimentos. Inconcebíveis a admissão de que o texto constitucional contivesse disposição despiciente - verba cum effectu sunt accipienda. *A legalidade da Resolução n. 20, do Presidente do TRF da 4ª Região, é evidente.*

9. ***Não há delegação de competência legislativa na hipótese e, pois, inconstitucionalidade. Quando o Executivo e o Judiciário expedem atos normativos de caráter não legislativo*** *--- regulamentos e regimentos, respectivamente ---* ***não o fazem no exercício da função legislativa, mas no desenvolvimento de função normativa.*** *O exercício da função regulamentar e da função regimental não decorrem de delegação de função legislativa; não envolvem, portanto, derrogação do princípio da divisão dos poderes".* (Grifei)

Especificamente sobre as Resoluções 1/2013-CM, 12/2013-TJ e 37/2013-GP, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cito o ARE 1.183.510/SC, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* de 25/2/2019 e o ARE 1.231.683/SC, Rel. Min. Roberto Barroso, *DJe* de 23/9/2019.

Confiram-se, ainda, no mesmo sentido, os seguintes precedentes: RE 830.851-AgR/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, *DJe* de 15/10/2014, e *HC* 113.102/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, *DJe* de 18/2/2013.

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo, com fundamento no artigo 21, §1º, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro **Luiz Fux**
Relator
Documento assinado digitalmente

Processos com Despachos Idênticos:
RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO

AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.209 **(1082)**

ORIGEM	: 04090284619928260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: SCHWING EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
ADV.(A/S)	: CELIA MARISA SANTOS CANUTO (51621/SP)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
JULGAMENTO VIRTUAL – EXCEPCIONALIDADE.

1. A crise é aguda. Sem qualquer previsão de o Tribunal voltar às sessões presenciais, há de viabilizar-se, em ambiente colegiado, a jurisdição.

2. Aciono, em caráter excepcional, o sistema virtual e passo a liberar, considerado o fator tempo, os processos.

3. Publiquem.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.245.240 **(1083)**

ORIGEM	: 20705935920198260000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: CAMARA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA
ADV.(A/S)	: MARCIO BOSSOLAN (210662/SP)
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE ARACOIABA DA SERRA
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA DA SERRA

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.262.700 **(1084)**

ORIGEM	: 08190350819878260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED.	: SÃO PAULO
RELATOR	**: MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S)	: LE MOULIN EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS LTDA
AGDO.(A/S)	: RESTAURANTE LEÃO DE OURO LTDA
ADV.(A/S)	: MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA (83747/SP)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.840 **(1085)**
ORIGEM : PROC - 50172283720184047108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : LUIZ FUGA INDUSTRIA DE COURO LTDA.
ADV.(A/S) : LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES (47231/RS)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.189.435 **(1086)**
ORIGEM : 00010356020134025104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA
ADV.(A/S) : GERALDO VALENTIM NETO (201420/RJ, 196258/SP)
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.225.897 **(1087)**
ORIGEM : 10105903620178260224 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : VIG VEICULOS LTDA
AGTE.(S) : FELICIO VIGORITO & FILHOS LTDA
AGTE.(S) : KIN VEICULOS LTDA
ADV.(A/S) : JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA (103745/SP)
ADV.(A/S) : LUIS FELIPE BALIEIRO LIMA (142981/SP)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.236.207 **(1088)**
ORIGEM : 10341861420168260053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : GERALDO APARECIDO JULIANO
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME (34934/DF, 136359/MG, 42843/PE, 71086/PR, 172953/RJ, 195805/SP)
AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : FLAVIO LUIZ DE FREITAS LEONEL (212960/SP)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.181.348 **(1089)**
ORIGEM : AREsp1091032 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : C.J.M.
ADV.(A/S) : EUNICE DAMARIS ALVES PEREIRA (130235/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.442 **(1090)**
ORIGEM : EAREsp - 1336987 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : J.V.C.
ADV.(A/S) : GILBERTO ANTONIO LUIZ (13880/AL, 13880-A/MS, 76663/SP)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 975.172 **(1091)**
ORIGEM : 20070020025801REE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : J.H.S.A.
EMBTE.(S) : R.C.S.A.
ADV.(A/S) : VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (19680/DF, 72922/MG)
ADV.(A/S) : JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL (379/DF)
ADV.(A/S) : RAIMUNDA CEARÁ SERRA AZUL (3633/DF)
EMBDO.(A/S) : J.D.A.R.
ADV.(A/S) : LUIS MAURÍCIO DAOU LINDOSO (6136/DF)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.898 **(1092)**
ORIGEM : 00179893920148220002 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : E.M.S.
ADV.(A/S) : THIAGO SENNA LEONIDAS GOMES (34269/DF)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.538 **(1093)**
ORIGEM : 10027120109734001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ELISEU XAVIER DIAS
ADV.(A/S) : ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA (108768/MG)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : EVANDRO EVANGELISTA MAIA
ADV.(A/S) : LEONARDO CRISTIANO DINIZ (121243/MG)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.561 **(1094)**
ORIGEM : 17285053 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : ITAMAR DOMINGUES DOS SANTOS
ADV.(A/S) : GUILHERME RODRIGUES CARVALHO BARCELOS (56724/DF, 85529/RS) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ALCIR GHIDINI
ADV.(A/S) : ALVARO CESAR SABBI (40658/PR)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.032 **(1095)**
ORIGEM : 10065723320168260506 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
EMBTE.(S) : DAZIO VASCONCELOS
ADV.(A/S) : DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO (67277/SP) E OUTRO(A/S)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EMBDO.(A/S) : RUBEM MAYNARDES ARAUJO JUNIOR
ADV.(A/S) : CARLOS SIMAO NIMER (104052/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 576.967 **(1096)**
ORIGEM : AMS - 200670000199374 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
RECTE.(S) : HOSPITAL VITA BATEL S/A
ADV.(A/S) : RENATO GUILHERME MACHADO NUNES (162694/SP) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DE HOTEIS - ABIH
ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI)
ADV.(A/S) : DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES (BA027283/)
ADV.(A/S) : MATTHEUS REIS E MONTENEGRO (166994/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - HOSPITAIS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS (CNS)
ADV.(A/S) : BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (224120/SP)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 770.149 **(1097)**
ORIGEM : PROC - 20090500070816601 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE
ADV.(A/S) : LEONARDO AZEVEDO SARAIVA (24034/PE, 024034D/PE)
ADV.(A/S) : WILLIAMS RODRIGUES FERREIRA (38498/PE)
ADV.(A/S) : EVELLYN CASÉ DE ARAÚJO (40725/PE)
ADV.(A/S) : ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (PE018558/) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
INTDO.(A/S) : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 796.376 **(1098)**
ORIGEM : AMS - 062100031694 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LUSFRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
ADV.(A/S) : TIAGO MENDONÇA (31119/SC) E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA
ADV.(A/S) : CARLOS SIMAS ROCHA (18895B/SC)
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.025.986 **(1099)**
ORIGEM : AREsp - 214819200 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : LOCALIZA RENT A CAR SA
ADV.(A/S) : CHISTIANO PIRES GUERRA XAVIER (MG083083/)
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO (20118/DF, 9007/MG, 112794/RJ, 249347/SP)
ADV.(A/S) : TIAGO CONDE TEIXEIRA (24259/DF, 126457/MG, 164996/RJ, 304475/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE NERY MASSARA (128362/MG)
RECDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIDORAS DE VEÍCULOS - FENABRAVE
ADV.(A/S) : EDUARDO PEREZ SALUSSE (48095/DF, 002630-A/RJ, 117614/SP)
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE VANO BAENA (206354/SP)
INTDO.(A/S) : ASSOCIACAO NACIONAL DE EMPRESAS DE ALUGUEL DE VEICULOS E GESTAO DE FROTAS
ADV.(A/S) : DANIEL MONTEIRO PEIXOTO (238434/SP)

Despacho: Idêntico ao de nº 1082

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ATOS ORDINATÓRIOS

Intimações para manifestação

AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 863.563 **(1100)**

ORIGEM : AC - 200834000370103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO AMAZONENSE DE MUNICÍPIOS - AAM
ADV.(A/S) : GERMANO CÉSAR DE OLIVEIRA CARDOSO (28493/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.858 **(1101)**

ORIGEM : 37858 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : BRUNO DINIZ ANTONINI
ADV.(A/S) : JOAO GABRIEL CAMPOS SILVA (151368/MG)
ADV.(A/S) : JENNIFER FRUTUOSO GUIMARAES (179924/MG)
AGDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.241.751 **(1102)**

ORIGEM : PROC - 50102208020164047107 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : CREDEAL MANUFATURA DE PAPEIS LTDA
ADV.(A/S) : MAURICIO LEVENZON UNIKOWSKI (64211/RS)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.252.153 **(1103)**

ORIGEM : 00615260720168190000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : CAMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.264.122 **(1104)**

ORIGEM : REsp - 200451010162723 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
AGDO.(A/S) : LEILA SOBRAL MADEIRA
ADV.(A/S) : LUCAS MELO CORDEIRO (182418/RJ)
ADV.(A/S) : MÁRCIO GOMES LEAL (84801/RJ)

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.265.597 **(1105)**

ORIGEM : 08019505820168150001 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S) : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AGDO.(A/S) : ARTUR JOSE DE SOUZA MEDEIROS
ADV.(A/S) : CASSIO NUNES DE LIRA BRAGA (22817/PB, 49322/PE)

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.266.362 **(1106)**

ORIGEM : 00180834020098050000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ERNESTO GERALDI JUNIOR E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANTÔNIO BOAVENTURA REIS DE PINHO (10926/BA)
AGDO.(A/S) : HARRI KLAIS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : EDSON MONTEIRO SALOMÃO (13458/BA)

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.135 **(1107)**

ORIGEM : 50057575620184036104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIAO
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S) : EWS FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
ADV.(A/S) : PATRICIA FUDO (183190/SP)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.201.267 **(1108)**

ORIGEM : 05047954920174058300 - TRF5 - PE - 1ª TURMA RECURSAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
AGTE.(S) : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGDO.(A/S) : SAUANY VITORIA DA SILVA REPRESENTADA ELIZANGELA ANGELA DA PAZ
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.236 **(1109)**

ORIGEM : 50023253220114047208 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : SANTA CATARINA

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
AGTE.(S) : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
AGDO.(A/S) : ESPÓLIO DE VANDIR WEIDLE
ADV.(A/S) : CARLOS ARAUZ FILHO (32959/ES, 16194-A/MS, 27171/PR, 215259/RJ, 110529A/RS, 43380/SC, 404279/SP)
ADV.(A/S) : DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS (57151/PR)
ADV.(A/S) : CAROLINA PINTO COELHO (38430/PR)
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Nos termos do art. 1º, inciso XI, da Resolução 478/2011, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte agravada, na forma do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.203.188 **(1110)**
ORIGEM : 00070592720098190064 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE
ADV.(A/S) : LEONARDO FERREIRA LOFFLER (148445/RJ)
ADV.(A/S) : FELIPE GAMA DE CARVALHO (163915/RJ)
EMBDO.(A/S) : ADERLY DE OLIVEIRA VALENTE
ADV.(A/S) : FRANCISCO DE PAULA DOS REIS LIMA (088293/RJ)
INTDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE VALENÇA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.237.516 **(1111)**
ORIGEM : 00023066320148120026 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE.(S) : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA.
ADV.(A/S) : MARCIO LUIZ BLAZIUS (31478/PR, 356106/SP)
ADV.(A/S) : CERINO LORENZETTI (39974/PR, 356096/SP)
ADV.(A/S) : LUANA LORA BLAZIUS (70740/PR, 422368/SP)
ADV.(A/S) : FABIANA CHINA LORENZETTI (69752/PR, 411087/SP)
ADV.(A/S) : RENATA GONCALVES PIMENTEL (11980/MS)
EMBDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.766 **(1112)**
ORIGEM : PROC - 50163640220184047107 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
EMBDO.(A/S) : BRV - MOVEIS LTDA.
ADV.(A/S) : FRANK GIULIANI KRAS BORGES (48084/RS)

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.188 **(1113)**
ORIGEM : 00022264320014013600 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
EMBTE.(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
EMBDO.(A/S) : THOMAGRAN AGROPECUARIA LIMITADA - EPP
ADV.(A/S) : DIAMANTINO SILVA FILHO (01602/A/DF, 10869/MG, 119162/SP)
EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.460 **(1114)**
ORIGEM : 00005787720118180073 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCED. : PIAUÍ
RELATORA : **MIN. CÁRMEN LÚCIA**
EMBTE.(S) : FUNDACAO PIAUI PREVIDENCIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
EMBDO.(A/S) : TERESA RODRIGUES BELO
ADV.(A/S) : ALEXANDRO DA SILVA MACEDO (4771/PI)

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

EMB.DECL. NA QUESTÃO DE ORDEM NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 665.134 **(1115)**
ORIGEM : AC - 10701072059044002 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : **MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S) : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBDO.(A/S) : FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA.
ADV.(A/S) : LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA (130824/SP)
ADV.(A/S) : ANDRE TORRES DOS SANTOS (0035161/DF)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De ordem, a Secretaria Judiciária abre vista para manifestação da parte embargada, na forma do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil.
Brasília, 16 de junho de 2020.
Secretaria Judiciária

ATOS ORDINATÓRIOS

Processos convertidos para o meio eletrônico

Certifico que os presentes autos físicos foram convertidos para o meio eletrônico nos termos da Resolução 574/2016-STF:

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 750 **(1116)**
ORIGEM : ACO - 103287 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
AUTOR(A/S)(ES) : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
RÉU(É)(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.596 **(1117)**
ORIGEM : PROC - 00753387520188130433 - TJMG - TURMA RECURSAL DE MONTES CLAROS - 2ª TURMA
PROCED. : MINAS GERAIS
REGISTRADO : **MINISTRO PRESIDENTE**
RECTE.(S) : JO FASHION - EIRELI - EPP
ADV.(A/S) : JAQUELINE PUGA ABES (152275/SP)
RECDO.(A/S) : MD MODAS E ACESSORIOS LTDA - ME

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ADV.(A/S) : LAIZZA MARIA SILVA REIS (184434/MG)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.261.079 **(1118)**
ORIGEM : proc - 00449112220164013800 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S) : MARIA ANTONIETA RIBEIRO DO PRADO
ADV.(A/S) : JOAO RODOLPHO DE ARAUJO MATTOS (22511/ES, 138673/MG, 26342-A/PA, 33026/SC)
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.916 **(1119)**
ORIGEM : 00018018120168080004 - TJES - TURMA RECURSAL - REGIÃO SUL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
REGISTRADO : MINISTRO PRESIDENTE
RECTE.(S) : MUNICIPIO DE ANCHIETA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA
RECDO.(A/S) : ERIC PEDROSA DE ALMEIDA
ADV.(A/S) : LEO ROMARIO VETTORACI (13164/ES)

Brasília, 16 de junho de 2020.
Fabiano de Azevedo Moreira
Coordenador de Processamento Final

ÍNDICE DE PESQUISA

(RISTF, art. 82 e seu § 5º)

NOME DO ADVOGADO (OU PARTE, QUANDO NÃO HOUVER ADVOGADO)

JOSÉ GERALDO DE SANTANA OLIVEIRA (14090/GO) (232)
RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA (11589/PB) (865)
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (453)
YURI OLIVEIRA ARLEO (43522/BA) (338)
A.E. (13)
A.M.A.S. (799)
A.S.R.
(16) (806)
ABIMAEL MENDES DE SOUZA
(392) (959)
ADELCIO MAGNO MALAQUIAS DE ARAUJO (117429/MG)
(176) (177)
ADELIO NOGUEIRA DA GAMA NETO (127783/MG)
(403) (969)
ADEMIR BATISTA BRAGA (116120/SP) (210)
ADEMIR JUNIOR FRANCISCO
(797) (797)
ADEMIR ZANANDREA (11)
ADENIR DE CELLES FERREIRA
(427) (992)
ADEVALDO DE SOUZA ALMEIDA (878)
ADIEL BATISTA VIEIRA NETO
(433) (998)
ADILIO FERREIRA DA SILVA (789)
ADRIANA NICOMEDES LOPES GONCALVES (102966/MG)
(8) (1020)
ADRIANO ALVES PEREIRA (71)
ADRIANO CARDOSO DA SILVA (98540/MG) (661)
ADRIANO COSTA SANTIAGO (125816/MG) E OUTRO(A/S)
(423) (988)
ADRIANO NARDI DA SILVA (81507/RS) (206)
ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA (188301/SP) (795)
ADRIANO ROBERTO COSTA (233286/SP)
(93) (915)
ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
(4) (4) (5) (5) (6) (7) (82) (82) (82) (83)
(83) (83) (84) (125) (155) (162) (163) (164) (166) (168)
(170) (171) (171) (184) (184) (186) (216) (221) (221) (232)
(240) (241) (249) (259) (268) (283) (283) (283) (287) (305)
(307) (308) (309) (323) (323) (324) (334) (341) (353) (354)
(355) (362) (382) (444) (455) (531) (532) (532) (533) (534)
(536) (579) (582) (585) (591) (612) (647) (661) (668) (714)
(714) (715) (715) (716) (716) (717) (717) (740) (741) (744)
(744) (745) (745) (746) (746) (747) (747) (748) (748) (749)
(749) (750) (752) (752) (765) (772) (772) (780) (866) (866)
(867) (868) (910) (913) (928) (941) (944) (947) (1009) (1025)
(1034) (1052) (1065) (1079) (1086) (1100) (1109) (1113) (1116)
ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
(83) (172) (234) (236) (282) (340) (592) (670) (743) (911)
(1097) (1101) (1115)
AFONSO HENRIQUE ARANTES DE PAULA (22868/DF) (1060)
AGILBERTO SERODIO (10675/DF) (306)
AGNALDO RIBEIRO ALVES (130509/SP) (777)
AGNALIO NERI FERREIRA FILHO (325011/SP) (684)
AGOSTINHO TOFOLI (49389/SP) E OUTRO(A/S) (551)
AHMAD LAKIS NETO (294971/SP) E OUTRO(A/S) (623)
AISHA ALLI FATHI AKRABI (831)
ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO (206320/SP) (375)
ALAN DOS SANTOS BARBOSA (4373/AC)
(471) (799)
ALAN GUIMARAES DIAS (92775/SP) (1073)
ALAN WILLIAN ALBINO (796)
ALAO ROBSON CAVALCANTI DE PAIVA (8239/SC) (1030)
ALBERTO GOSSON JORGE JUNIOR (0132969/SP) (170)
ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
(166) (750)
ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF) (304)
ALBERTO ZACHARIAS TORON (40063/DF, 65371/SP) (103)
ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTRO(S) (SP065371/) (170)
ALCIRLEY CANEDO DA SILVA (34904/PR) E OUTRO(A/S) (1026)
ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI (320762/SP)
(407) (419) (519) (520) (973) (984)
ALESSANDRA STRAMBI DE ALMEIDA MITRE (80779/MG) E OUTRO(A/S) (282)
ALEX CAMPOS BARCELOS (42336/DF, 117084/MG)
(921) (922)
ALEX CAMPOS BARCELOS (42336/DF, 117084/MG) E OUTRO(A/S) (326)
ALEX SANDRO DA SILVA MORAES (601)
ALEX SANDRO DE SOUZA ALVES (42)
ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP) (690)
ALEX SANDRO OCHSENDORF (162430/SP) E OUTRO(A/S)
(16) (458) (806)
ALEXANDRE ALVES DOS SANTOS (878)
ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (A972/AM, 24127/BA, 22697/GO, 96442/MG, 11325-A/MS, 10368/A/MT, 13253-A/PA, 140741-A/PB, 01677/PE, 59572/PR, 883-A/RN, 32682/SC, 140741/SP, 3407-A/TO) (298)
ALEXANDRE AUGUSTO GUALAZZI (41802/SP) (194)
ALEXANDRE AUGUSTO SCHIAVUZZO GUALAZZI (332931/SP) (194)
ALEXANDRE CAPUA MARTIGNAGO (DF020574/)
(401) (968)
ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (15814/PA) (80)
ALEXANDRE CELIOTO CONTIN (176428/MG) (845)
ALEXANDRE DE MENDONCA WALD (01505/A/DF, 1242A/MG, 057808/RJ, 107872/SP) (348)
ALEXANDRE LANGARO (44270/DF, 18716/A/MT, 32836/RS) E OUTRO(A/S) (756)
ALEXANDRE MARANGON PINCERATO (186512/SP)
(261) (262)
ALEXANDRE PACHECO BASTOS (52682/DF) (672)
ALEXANDRE PERALTA COLLARES (13870/DF) (501)
ALEXANDRE REYBMM DE MENEZES (23534/BA) (1076)
ALEXANDRE SINIGALLIA CAMILO PINTO (26957-A/PA, 131587/SP) E OUTRO(A/S) (711)
ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO (794)
ALEXANDRO AMARAL (49)
ALEXANDRO DA SILVA MACEDO (4771/PI) (1114)
ALEXANDRO DO NASCIMENTO (148226/RJ) (889)
ALEXIS LEMOS COSTA (22986/DF) E OUTRO(A/S)
(408) (974)
ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF)
(434) (999)
ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDAO (04624/DF) E OUTRO(A/S)
(434) (999)
ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDÃO E OUTRO(S)
(434) (999)
ALI TAWFEIQ (60909/PR) (38)
ALINE CRISTINE ARAUJO ARGOLO (64302/BA)
(434) (999)
ALINE DA CRUZ DE MELLO PEREIRA (43290/DF) (772)
ALINE DIEL
(390) (957)
ALINE MARA LEANDRO ARAÚJO (834)
ALINE MARTINS LIMA (15923/DF) (279)
ALINE REBELLO DOS SANTOS (14967/O/MT) (585)
ALTAIR BRAGA JUNIOR (316383/SP) (459)
ALTAIR GILIO (414107/SP) E OUTRO(A/S) (939)
ALTAMIR FRANCA (21986/SC) (517)
ALVARO CESAR SABBI (40658/PR)
(371) (1094)
ALVARO GUILHERME DE OLIVEIRA CHAVES (DF044588/) (457)
ALVARO MEDINA LOUZADA (181302/RJ) (567)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ALYSSON SOUSA MOURAO (18977/DF)
(342) (724)
AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (305)
AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S) (306)
AMANDA VICTORIA PRADO LAGES (54923/DF) (584)
AMANDA VILARINO ESPINDOLA SCHWANKE (106751/MG)
(106) (766) (768) (778) (884) (906)
AMARILDO PEREIRA DA SILVA (9812/AM) (1053)
AMARO GONZAGA PINTO FILHO (5616/PB) (132)
ANA AMELIA PIUCO (28064-A/PB, 71763/PR, 48122/RS) (253)
ANA BEATRIZ NUNES GUERRA (093338/RJ, 327025/SP) (212)
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA (234928/SP) (375)
ANA CAROLINA RIBEIRO DE ANDRADE (274810/SP) (753)
ANA CLARA GARCIA DE LIMA AGUIAR (7622/RN) (779)
ANA CLAUDIA POLIZELI (326116/SP) (1035)
ANA CLAUDIA SIMÕES SILVA
(438) (1003)
ANA LETICIA LEITE DA SILVA BEZERRA (22998/CE) E OUTRO(A/S) (702)
ANA LUCIA VIANNA DE OLIVEIRA (154798/RJ) (752)
ANA LUISA GONCALVES ROCHA (64379/DF)
(434) (434) (999) (999)
ANA LUIZA PAUXIS ROCHA COSTA (2757/AP, 114649A/RS) (288)
ANA MARIA RIBAS MAGNO (01224/DF) (306)
ANA PAULA DE HOLANDA (324851/SP) (12)
ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES (221336/SP) (175)
ANDERSON GASPAR (36541/PR) (1019)
ANDERSON REMBOWSKI (65512/RS) (554)
ANDRE ALVINO PEREIRA SANTOS (406694/SP) (488)
ANDRE ANTONIO DA SILVA (824)
ANDRÉ CESAR DO NASCIMENTO (856)
ANDRE DE ABREU MOTA (847)
ANDRE DIAS RIBEIRO (71544/RS) (200)
ANDRE EDUARDO HEINIG (28532/SC)
(71) (72)
ANDRE FINI TERCAROLLI (253556/SP) (58)
ANDRE KINCHESCKI (19725/SC) (1023)
ANDRE LUIS BRILHANTE CASTANHEIRA (80416/RS) (1039)
ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA (225178/SP) (152)
ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA (225178/SP) E OUTRO(A/S)
(625) (864)
ANDRE LUIZ BORGES NETO (62141/DF, 5788/MS) E OUTRO(A/S) (184)
ANDRE LUIZ MALUF DE ARAUJO (5133/MS) (886)
ANDRE LUIZ PRIETO (19163-A/MS, 7360/B/MT) (69)
ANDRE MACEDO DE OLIVEIRA (15014/DF, 196186/RJ, 357031/SP) (216)
ANDRE MARTINS PEREIRA NETO (16180/PB) (654)
ANDRE RICARDO DE LIMA (285379/SP) E OUTRO(A/S)
(502) (599)
ANDRE TORRES DOS SANTOS (0035161/DF) (1115)
ANDRÉA ANGERAMI CORREA DA SILVA (98391/SP) E OUTRO(A/S) (280)
ANDREA CAROLINA LEITE BATISTA (56594/PR) (660)
ANDREA DE ANDRADE MATOS (88812/SE) (204)
ANDREA GONCALVES FERRY (099451/RJ) (1015)
ANDREA LAZZARINI SALAZAR (142206/SP) (280)
ANDREA RASCOVSKI ICKOWICZ (130317/SP) E OUTRO(A/S) (542)
ANDRÉA SALGADO ESPÍNDOLA (92600/RJ) (162)
ANDREI ZENKNER SCHMIDT (51319/RS, 298844/SP) E OUTRO(A/S) (565)
ANDREIA APARECIDA DA SILVA (860)
ANDRESSA ANDRADE LIRIO (125225/MG) (819)
ANDREZA DE CAMPOS (694)
ANGELA MARIA GAIA (58690/SP) E OUTRO(A/S) (306)
ANGELINO DA SILVA MASCARENHAS (083141/RJ) (847)
ANGELO DONIZETI BERTI MARINO (106467/SP) (230)
ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS (6811/DF) E OUTRO(A/S) (551)
ANNA PAULA MARCELA DOS SANTOS CARNEIRO (13837/PI) (647)
ANSELMO JOSE DA COSTA PAES (2659/AP, 53260/DF, 105566A/RS) (288)
ANTENOR MADRUGA (25930/DF) E OUTRO(A/S) (216)
ANTONIA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA (111224/RJ) (1057)
ANTONIO ALEXANDRE DE LIMA CASTRO (8725/AL)
(126) (1048)
ANTONIO BITINCOF (0313680/SP) E OUTRO(A/S) (551)
ANTÔNIO BOAVENTURA REIS DE PINHO (10926/BA) (1106)
ANTONIO CARLOS FERREIRA FILHO (55387/GO)
(431) (996)
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (133291/MG) (277)
ANTONIO CELSO GALDINO FRAGA (02372/A/DF, 131677/SP) E OUTRO(A/S) (934)
ANTÔNIO CLETO GOMES (5864/CE) (270)
ANTONIO DONATO (45278/SP) (632)
ANTONIO FERNANDES GATTO (00019291/RJ) (551)
ANTÔNIO FILHO ALVES PEREIRA (479)
ANTÔNIO GERALDO DE ÁVILA ALVES (878)
ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA (108768/MG)
(367) (1093)
ANTONIO JOSE BOLDRIN (118385/SP) (257)
ANTONIO JOSE CARVALHO SILVEIRA (92285/SP)
(43) (811)
ANTONIO JOSE DANTAS CORREA RABELLO (05870/PE)
(593) (722)
ANTONIO LAGO JUNIOR (16833/BA) (181)
ANTONIO MARCOS PEREIRA DA SILVA (370696/SP) E OUTRO(A/S) (523)
ANTONIO MARCUS ERMIDA (097983/RJ) (908)
ANTONIO MARIANO DE SOUSA (144797/SP) (210)
ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES (1109/AL, 01465/A/DF, 102152/PR, 2251-A/RJ) (281)
ANTONIO NABOR AREIAS BULHÕES (1465A/DF)
(401) (968)
ANTONIO RAMOS CAIADO NETO (3948/GO) (350)
ANTONIO RICARDO DA CUNHA (96544/MG)
(605) (703)
ARAO DOS SANTOS (26613/PR, 213438/RJ, 9760/SC) (384)
ARIANE COSTA GUIMARAES (29766/DF, 226490/RJ, 430298/SP)
(746) (747)
ARILDO RICARDO (26482/MG)
(8) (1020)
ARISTELLA INGLEZDOLFE DE MELLO CASTRO (28818/DF) (363)
ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) (771)
ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG) E OUTRO(A/S)
(170) (448) (448)
ARLINDO FELIPE CUNHA (115827/SP) (666)
ARMANDO DE OLIVEIRA COSTA NETO (329718/SP) E OUTRO(A/S) (790)
ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA (21809/DF) (543)
ARNOLDO WALD (1474-A/DF, 6582/RJ, 46560/SP) (348)
ARNOLDO WALD (46560A/SP) E OUTRO(A/S)
(167) (280)
ART DA COSTA TOURINHO (450)
ARTUR BARROS FREITAS OSTI (18335/O/MT) (99)
ARY BICUDO DE PAULA JUNIOR (51619/SP) (783)
ARY CHAVES PIRES CAMARGO NETO (138277/SP) (753)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO (742)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA (161)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (167)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(219) (242)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (169)
ASSEMBLÉIA LEGISLTATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA (243)
AUGUSTO CESAR MENDES ARAUJO (249573/SP)
(154) (214)
AUGUSTO DE AZEVEDO TELESCA MOTA (94176/RS) E OUTRO(A/S) (645)
AUGUSTO FAUVEL DE MORAES (202052/SP) (224)
AURELIO SAFFI JUNIOR (139944/SP) (882)
AVELINE MACHADO DE FREITAS
(396) (963)
AVELINO GOULARTE GHISI (602)
BANCO DO BRASIL S/A (181)
BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA (0015315/DF) (672)
BELTRAN FORTUNATO PRIETO NOGUEIRA (801)
BENITON TEIXEIRA (271692/SP) (211)
BENTO MENDES CARDOSO (784)
BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ (87253/MG) (325)
BERNARDO MENICUCCI GROSSI (97774/MG) (880)
BEVERLI TERESINHA JORDÃO (SP085269/) (666)
BIANCA DE MORAIS FARIA (170022/MG) (486)
BORIS MARQUES DA TRINDADE (2032-A/PB, 02032/PE, 994-A/RN) E OUTRO(A/S) (491)
BRASIL POVO DE DEUS (596)
BRENDA CONCEICAO DANTAS REIS (853)
BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (224120/SP) (1096)
BRUNA AMORIM DA SILVA (42)
BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA (55744/DF, 33670/GO) (764)
BRUNO BARROS MENDES (376553/SP) (761)
BRUNO BITTAR (0016512/DF) E OUTRO(A/S) (450)
BRUNO FELIX DE PAULA (375946/SP) E OUTRO(A/S)
(57) (639)
BRUNO FILIPE DE OLIVEIRA RIBEIRO (187086/RJ) (284)
BRUNO GUILHERME DA SILVA OLIVEIRA (8064-A/MA, 3788/TO) E OUTRO(A/S) (636)
BRUNO LOPES DE ARAÚJO (7588A/PB) (865)
BRUNO MARTINS VALE (33877/DF) E OUTRO(A/S) (873)
BRUNO PIRES DE OLIVEIRA (102263/MG) (738)
BRUNO RODRIGUES (02042/A/DF, 084559/RJ) E OUTRO(A/S) (732)
BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO (3458/AC, 3726A/AL, 840A/BA,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

16012-A/CE, 20013/DF, 97276/MG, 11338-A/PB, 11338/PE, 18838/PI, 002483/RJ, 66120A/RS, 311A/SE, 161899/SP)
(285) (581)
BRUNO SILVA RODRIGUES (117609/RJ) (1066)
C.A.S.S. (739)
C.C.B. (793)
C.C.C. (739)
C.I.C. (739)
C.R.C. (739)
C.V.U. (215)
CAIO CESAR ARANTES (182128/SP)
(804) (805)
CÂMARA DOS DEPUTADOS (170)
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (160)
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
(173) (942)
CAMILA DE SOUZA CORREA (89609/RS) (554)
CARLA LUCIANA DOS SANTOS (48290/RS) (200)
CARLA PADUA ANDRADE CHAVES CRUZ (09698/DF)
(304) (304)
CARLOS ALAN FELIX MACIEL
(436) (1001)
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS (864)
CARLOS ALBERTO PEREIRA (116253/SP) (453)
CARLOS ANTONIO ALVES MONTEIRO DE ARAUJO (0002674/PE) (332)
CARLOS ANTONIO BORGES DA SILVA (829)
CARLOS ARAUZ FILHO (32959/ES, 16194-A/MS, 27171/PR, 215259/RJ, 110529A/RS, 43380/SC, 404279/SP) (1109)
CARLOS DANIEL DA SILVA CORTES SOARES (861)
CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS (02462/DF) (672)
CARLOS EDUARDO CAVALLARO (62908/SP)
(617) (618)
CARLOS EDUARDO DELMONDI (165200/SP) (507)
CARLOS EDUARDO FERREIRA SANTOS (279725/SP) (13)
CARLOS EDUARDO MOTA FERRAZ (175848/RJ) (1015)
CARLOS GUILHERME MACEDO PAGIOLA CORDEIRO (16203/ES)
(401) (968)
CARLOS HENRIQUE DE LIMA ALVES VITA (232496/SP) (729)
CARLOS HENRIQUE MOREIRA (66)
CARLOS MAGNO KNEIP ROSA (6960/O/MT) (673)
CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO (23750/DF, 7725/MG) E OUTRO(A/S) (157)
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (3801/AC, 7566A/AL, A671/AM, 2215-A/AP, 17769/BA, 20015/DF, 12289/ES, 30476/GO, 8882-A/MA, 93271/MG, 15384-A/MS, 15103/A/MT, 15410-A/PA, 20283-A/PB, 808-A/PE, 5725/PI, 55288/PR, 020283/RJ, 517-A/RN, 5015/RO, 415-A/RR, 56888A/RS, 30029/SC, 392A/SE, 169709/SP, 5425/TO)
(200) (1040)
CARLOS RODRIGO DE MORAES LAMEGO (138473/RJ)
(898) (901)
CARLOS SIMAO NIMER (104052/SP)
(372) (1095)
CARLOS SIMAS ROCHA (18895B/SC)
(237) (1098)
CARLOS VENICIUS FERREIRA RIBEIRO JUNIOR (3851/AC) (17)
CAROLAINE DE FATIMA FRANCISCO DOS SANTOS (78)
CAROLINA ABREU (18074/DF)
(401) (968)
CAROLINA LUIZA DE LACERDA ABREU (18074/DF) E OUTRO(A/S) (770)
CAROLINA PEDERNEIRAS LOPES (131899/RJ) (373)
CAROLINA PINTO COELHO (38430/PR) (1109)
CASSIA JULIANA VARGAS DORNELLES (94817/RS) (133)
CASSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA (50660/RS) (187)
CASSIO NUNES DE LIRA BRAGA (22817/PB, 49322/PE) (1105)
CATARINA DE LIMA E SILVA BORZINO (59612/DF, 134228/RJ, 386543/SP) (1069)
CELIA MARISA SANTOS CANUTO (51621/SP)
(313) (1082)
CELIO AVELINO DE ANDRADE (02726/PE) E OUTRO(A/S)
(498) (518)
CELSO BARROS COELHO NETO (9356-A/MA, 2688/PI) E OUTRO(A/S) (868)
CELSON RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (15470/BA, 44408/DF) (160)
CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS DA BAHIA - CRA/BA (160)
CERINO LORENZETTI (39974/PR, 356096/SP) (1111)
CESAR AUGUSTO MOREIRA (129373/SP) (490)
CESAR CASTELLUCCI LIMA (22369/SC) E OUTRO(A/S)
(411) (976)
CESAR JOSE ROSA FILHO (263348/SP) E OUTRO(A/S) (483)
CESAR MORENO (26622/DF, 165075/SP) (199)
CESAR RODOLFO SASSO LIGNELLI (207804/SP) E OUTRO(A/S) (455)
CESAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA (44720/PR, 148292/RJ, 28947/RS) (200)
CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S) (551)
CEZAR ROBERTO BITENCOURT (20151/DF, 103836/PR, 218023/RJ, 11483/RS, 9311-A/TO) (553)
CHISTIANO PIRES GUERRA XAVIER (MG083083/)
(238) (1099)
CICERO BARROS SOBRINHO (466)
CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN (319219/SP) E OUTRO(A/S)
(26) (32) (33) (391) (958)
CICERO TROGLIO (148627/RJ, 24537/RS) (200)
CID AUGUSTO DA ESCOSSIA ROSADO (10178/RN) (150)
CINTIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA (858)
CIRO ROCHA (69011/PR) (1054)
CLARISSE MENDES D AVILA (83422/SP) (264)
CLAUDIA APARECIDA GALI (643)
CLAUDIA LIBRON FIDOMANZO (212726/SP) (223)
CLAUDINEY ANTÔNIO LOPES (818)
CLAUDIO AUGUSTO FIGUEIREDO NOGUEIRA (63605/MG) (778)
CLAUDIO BITARELLO PERISSE (126342/MG) (730)
CLAUDIO CESAR BARBOSA PEREIRA FILHO (14193/AL) (802)
CLÁUDIO OTÁVIO MELCHIADES XAVIER (13253/RS) E OUTRO(A/S) (234)
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (22356/RS) E OUTRO(A/S) (306)
CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG (14005/DF, 214341/RJ, 389410/SP)
(300) (748)
CLAUDIO ROBERTO DE FREITAS GOLGO (53262/RS, 55624/SC, 241715/SP) (124)
CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF) E OUTRO(A/S)
(306) (306) (306)
CLEBER LOPES DE OLIVEIRA (15068/DF, 50206/GO) E OUTRO(A/S) (619)
CLEBER STEVENS GERAGE (355105/SP)
(92) (95) (914)
CLEIDE PREVITALLI CAIS (28943/SP) (1034)
CLEITON CESAR SILVA SANTOS (286951/SP)
(409) (975)
CLEITON MONTEIRO URBIETA (18380/MS)
(388) (955)
CLEMERSON MERLIN CLEVE (9361/PR) (164)
CLEOMAR DE BARROS LOYOLA (403/GO) (304)
CLEUNEDE ARMSTRONG DE SOUSA
(439) (1004)
CLIVISON VICENTE DA SILVA (790)
CLOVIS ALBERTO VOLPE FILHO (56882A/GO, 225076/RJ, 225214/SP) E OUTRO(A/S) (494)
CLOVIS FRANCISCO CARDOZO (274014/SP) (694)
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI (306)
CONGRESSO NACIONAL
(162) (163) (164) (166) (241) (306) (941)
CONRADO DE SOUZA FRANCO (247620/SP)
(422) (987)
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (165)
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (165)
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (216)
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (216)
CRISTIAN ROBERTO PERIN (59027/RS) E OUTRO(A/S) (49)
CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO (06930/DF, 22294/GO, 301919/SP) (202)
CRISTIANE ARAUJO MENDES (233619/SP) E OUTRO(A/S) (710)
CRISTIANE DE FREITAS BAPTISTON (138070/SP) (653)
CRISTIANE PAGNONCELLI DE GODOY (031143/PR)
(441) (1006)
CRISTIANE ROMANO FARHAT FERRAZ (29323/BA, 01503/A/DF, 103868/MG, 223511/RJ, 123771/SP) (1058)
CRISTIANE ROSA DA SILVA (82849/RS) (1040)
CRISTIANO CAMINADA (40820/PE) (853)
CRISTIANO COUTO MACHADO (77797/MG)
(178) (179)
CRISTIANO DE JESUS DA SILVA (304882/SP) (153)
CRISTIANO GIL ROBERTO DOS SANTOS
(414) (979)
CRISTIANO RODRIGO DEL DEBBIO (29021/DF, 173605/SP) (265)
CRISTIANO VIVAS DE OLIVEIRA (13614/ES)
(413) (978)
CRISTIANO ZANIN MARTINS (32190/DF, 96503/PR, 153599/RJ, 172730/SP) E OUTRO(A/S) (630)
CRISTINA MOREIRA SAMPAIO DA SILVA (846)
CRODOALDO SILVA DE ARAUJO (662)
D.V. (844)
DAIANA APARECIDA ROSA (265864/SP) (210)
DAISSON FLACH (36.768/RS) (273)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

DALCI FILIPETTO (756)
DALTON LUIZ DALLAZEM (20604/PR) (1021)
DALTON SOUSA CARVALHO (692)
DANIEL ANTONIO DE MORAES SARMENTO (63551/DF, 73032/RJ) E OUTRO(A/S) (239)
DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (42391/DF, 128887/MG, 385575/SP) (374)
DANIEL DECESARO (47956/SC)
(390) (957)
DANIEL MARTINS E AVELAR (132704/MG) (661)
DANIEL MICHELAN MEDEIROS (172328/SP) (561)
DANIEL MONTEIRO PEIXOTO (238434/SP)
(238) (1099)
DANIEL OLIVEIRA MATOS (106346A/RS, 47202/SC, 315236/SP) (82)
DANIEL RESENDE MACIEL (129769/MG) (589)
DANIEL ROBERTO DE SOUZA (289297/SP) (681)
DANIELA FICHINO (166574/RJ) (239)
DANIELA FURQUIM CAMARGO (24)
DANIELA LIMA DE ANDRADE BORGES (BA027283/) (1096)
DANIELA MARINHO SCABBIA CURY (238821/SP) (688)
DANIELE ROCHA NOVAES (147003/RJ)
(418) (983)
DANIELLA ZAGARI GONCALVES (28473/BA, 181728/RJ, 77140A/RS, 116343/SP) (1058)
DANIELLE WARDOWSKI CINTRA MARTINS (57151/PR) (1109)
DANILO AFONSO PECHIN
(409) (975)
DANILO SIQUEIRA DE REZENDE (21926/GO) (548)
DANILO VOGADO DA ROCHA (423834/SP) (843)
DANTE ROSSI (3161/RS) (680)
DARCI GONÇALVES PEREIRA (605)
DARLISSON DA CONCEIÇÃO SANTOS (787)
DATIVO - IDELI DE MELLO (166169/SP) (135)
DAVI ANGELO LEITE DA SILVA (36499/PE) (537)
DAVI DO NASCIMENTO (796)
DAVI IVA MARTINS DA SILVA (1648-A/AP, 32762/DF, 50.870/RS) (288)
DAVID DE CASTRO (360170/SP) (836)
DAVID SOMBRA PEIXOTO (4775/AC, 14673A/AL, A1175/AM, 3503-A/AP, 39585/BA, 16477/CE, 52043/DF, 31885/ES, 43245/GO, 10661-A/MA, 195596/MG, 24595-A/MS, 26982/A/MT, 24346-A/PA, 16477-A/PB, 02038/PE, 7847/PI, 185026/RJ, 807-A/RN, 8222/RO, 524-A/RR, 858A/SE, 388253/SP, 9777-A/TO) (203)
DAVID TEIXEIRA DE AZEVEDO (67277/SP) E OUTRO(A/S)
(372) (1095)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
(143) (544) (545) (547) (549) (550) (1036)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS (475)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
(149) (851)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
(446) (563) (570) (614) (1011)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
(528) (833)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(148) (938) (1081)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
(48) (79) (81) (98) (101) (120) (134) (436) (445) (489)
(509) (587) (637) (640) (642) (650) (651) (656) (659) (682)
(763) (798) (855) (859) (863) (890) (896) (900) (924) (1001)
(1010)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS (146)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (931)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ (665)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (00000/DF)
(142) (239) (827) (1067)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(139) (140) (141) (658) (1074)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS (263)
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
(30) (53) (325) (361) (377) (378) (379) (380) (387) (395)
(416) (468) (478) (479) (480) (481) (482) (484) (485) (487)
(496) (497) (500) (508) (554) (573) (597) (600) (624) (626)
(631) (713) (736) (737) (781) (782) (784) (787) (810) (831)
(932) (948) (949) (950) (951) (954) (962) (981) (1038) (1050)
(1108)
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
(792) (937)
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (166)
DEILTON GABRIEL DE OLIVEIRA (183189/MG) E OUTRO(A/S) (603)
DELAIDE ALVES MIRANDA ARANTES (5094/GO) E OUTRO(A/S) (306)
DELANO SANTOS CAMARA (7747/ES) E OUTRO(A/S) (646)
DELMAR MULLER (606)
DENISE BERNARDES COSTA FARIAS (527)
DENISE MARTINS AGOSTINI (02028/A/DF, 17344/PR) (269)
DENIZE XAVIER DA SILVA
(400) (967)
DENNIS NUNES (48728/BA, 28760/PE) (926)
DIAMANTINO SILVA FILHO (01602/A/DF, 10869/MG, 119162/SP) (1113)
DIB ANTONIO ASSAD (13631/SP) (276)
DIEGO CAZE ALVES DE OLIVEIRA (23690/PB) (865)
DIEGO ENEAS GARCIA (344196/SP) (66)
DIEGO LEITE PEREIRA (452)
DIEGO LEONARDO BORGES (783)
DIEGO POHLMANN GARCIA (80061/RS) (680)
DIEGO ROSSI MORETTI (54505/SC) E OUTRO(A/S) (320)
DINO ARAUJO DE ANDRADE (36799/BA, 20182/DF) (648)
DIOGENES DOS SANTOS SAMARITANO (59)
DIOGNER LUIZ CRIVELARI
(404) (970)
DIRCEU JOSE WOZNIAK (662)
DIXMER VALLINI NETTO (17845/DF) (216)
DJAVAN SANTOS DA CONCEICAO (823)
DONNE PINHEIRO MACEDO PISCO (22812/DF) (677)
DORIVAL DE PAULA JUNIOR (159408/SP) (331)
DOUGLAS CONCEIÇÃO DA CRUZ (321)
DOUGLAS LUIZ ABREU SOTELO (232969/SP) (607)
DOUGLAS TEODORO FONTES (222732/SP) E OUTRO(A/S)
(415) (980)
DOUGLLAS JONATHAN SANTIAGO DE SOUZA (3132/AC) (691)
DROGARIA BASILEIA LTDA - ME (701)
E.G. (739)
E.P. (739)
E.R.S.E. (739)
EDBERTO RODRIGO AFONSO SMITH JUNIOR (3828/RN, 1189A/SE) (823)
EDER ANTUNES SILVEIRA (56009/DF) (516)
EDER INACIO DA SILVA (20133/MS) (849)
EDER PEREIRA BAHIA (287830/SP)
(107) (406) (917) (972)
EDERSON LEITE BRAGA (7862/PI) (561)
EDGLEY MARCIO ALVES DA SILVA (44827/PE) (504)
EDINA TOTOLI DUARTE (394290/SP) (858)
EDINALDO HENRIQUE DA SILVA (37)
EDMUNDO FONSECA DA CRUZ (833)
EDMUNDO ROCHA GORINI
(428) (993)
EDNILSON SIQUEIRA PAIVA (9757/PB) (848)
EDNO DA SILVA PEREIRA (80)
EDNO DAMASCENA DE FARIAS (11134/O/MT) (629)
EDSON JUNIOR LOPES DA SILVA (597)
EDSON LUIZ DOMINGUES (98370/SP) (301)
EDSON MENDONCA JUNQUEIRA (83761/SP) (588)
EDSON MONTEIRO SALOMÃO (13458/BA) (1106)
EDSON SIQUEIRA NOBRE (802)
EDUARDO ANTONIO DOS SANTOS (337777/SP) (562)
EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRAO (09378/DF, 18322/GO, 150062/RJ) E OUTRO(A/S)
(324) (944)
EDUARDO BEUX (47191/RS) (1056)
EDUARDO BRUNO AVELLAR MILHOMENS (100603/MG, 280676/SP) E OUTRO(A/S)
(409) (975)
EDUARDO CANTELLI ROCCA (237805/SP) (190)
EDUARDO DE ARAUJO CAVALCANTI (8392/PB, 01892/PE) (865)
EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES (21688/DF, 335887/SP) (202)
EDUARDO LIMA FREITAS HOLETZ (63767/RS) (554)
EDUARDO PEREZ SALUSSE (48095/DF, 002630-A/RJ, 117614/SP)
(238) (1099)
EDUARDO SAMOEL FONSECA (34953/DF, 297154/SP) E OUTRO(A/S) (844)
EDUARDO SILVA LUSTOSA (131081/RJ, 241716/SP) (1016)
EDUARDO SIMOES FLEURY (273434/SP) (226)
EDUARDO UBALDO BARBOSA (47242/DF) (189)
EDVALDO FERREIRA DA SILVA (5671/DF) (543)
EDWAR BARBOSA FELIX (9056/ES) (217)
EIGI NAKAMURA (662)
ELCIO ALVES COSTA
(399) (966)
ELIANA LINS GRIGORIO (314597/SP) (1037)
ELIAS MORAIS GOMES
(393) (960)
ELIDIO FERREIRA DA SILVA (106303/MG) E OUTRO(A/S) (74)
ELIEZER PEREIRA MARTINS (168735/SP) (769)
ELIMARA APARECIDA ASSAD SALLUM (74970/SP) E OUTRO(A/S) (774)
ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA (33954/PR, 32323/SC) (716)
ELISANGELA DOS SANTOS FRANCOIS (75441/RS)
(1044) (1045)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

ELISSANDRO JOSE (56)
ELPIDIO DONIZETTI NUNES (45290/MG) (374)
ELZA SIQUEIRA SANTOS CUNHA (352)
EMANUEL ELIAS GOMES SOUZA BOMFIM DOS SANTOS (62486/BA) E OUTRO(A/S) (530)
EMANUEL JONAS COUTINHO (81)
EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (15499/CE) (303) (702) (731)
EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN (32845/PR, 189680/RJ, 109546A/RS, 17339/SC, 299126/SP) (885)
EMERSON JOSE DA SILVA (178546/RJ) (1072)
EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA (199856/MG, 367641/SP) (14)
ÉMILE MARIA DE SOUZA GONDIM (17)
EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA (07460/DF) (264) (1077)
EMILIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS SILVA (07460/DF) E OUTRO(A/S) (255)
ENEIAS RODRIGUES DE CASTRO (346938/SP) (463)
ERES FIGUEIRA DA SILVA JUNIOR (19929/MS) (801)
ERIC ANTUNES PEREIRA DOS SANTOS (191792/SP) (674) (675)
ERICA RODRIGUES RAMOS (8103/MS) (245)
ERICA SCHIAVUZZO GUALAZZI SIGUIN (286994/SP) (194)
ERICK MAX RAMOS DE ALMEIDA (654)
ERICKA PATRICIA LOBATO TORRINHA (2199/AP, 106675A/RS) (288)
ERICO LUIS BARROSO MARTINS (23)
ERIKA RODRIGUES CARVALHO VASCONCELOS (18027/DF) (279)
ERIVELTO DINIZ CORVINO (229802/SP) (841) (842)
ERLI EDUARDO DO NASCIMENTO (53)
ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI (232-B/ES) (254)
ESPERIDIAO AMIN HELOU FILHO (1030)
ESTADO DO PIAUÍ (725)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (218)
ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS (11694/DF, 785-A/RN, 414489/SP) (273)
ESTELA BUJATO (313284/SP) (230)
ESTELINA MARIA DE ARAUJO COSTA (098161/RJ) E OUTRO(A/S) (94)
ESTEVAO FERREIRA DE MELO (39225/DF, 96241/MG) E OUTRO(A/S) (638)
EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI (223745/RJ, 127964/SP) E OUTRO(A/S) (35) (44)
EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP) (86) (794)
EUNICE DAMARIS ALVES PEREIRA (130235/SP) (356) (1089)
EVALDO CICERO BUENO (44219/PR) (122)
EVALDO DA SILVA BRITO NETO (20005/PB) E OUTRO(A/S) (31)
EVANDRO LUIZ ALVAREZ FERNANDES (453)
EVANDRO OLIVETTI (365427/SP) (319)
EVELIN DIAS CARVALHO DE MAGALHAES (18624/BA) (352)
EVELLYN CASÉ DE ARAÚJO (40725/PE) (236) (1097)
EVERALDO CECILIO (299143/SP) (685) (757)
EVERTON ALEXANDRE FORCEL (417) (982)
EWERTHON GOMES CAMPOS (203125/RJ) (754)
EZEQUIEL VETORETTI (64616/RS) (145) (1080)
FABIANA CAMARGO MILIACHILI (878)
FABIANA CHINA LORENZETTI (69752/PR, 411087/SP) (1111)
FABIANA CUNHA GONCALVES DE ALMEIDA (139209/MG) (83)
FABIANA SANTOS SCHALCH (393243/SP) (727)
FABIANE GRANDO (41408/PR) (1075)
FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA (31440/DF) E OUTRO(A/S) (590)
FABIANO BARRETO DA SILVA (57761/RS) (708)
FABIANO CASTILHOS DE MATTOS (60168/RS) (200)
FABIANO CONTARATO (31672/ES) (158)
FABIANO DE HOLANDA HADDAD (840)
FABIANO RICARDO DE CARVALHO MANICARDI (194390/SP) E OUTRO(A/S) (19)
FABIO ANDRE GISCH (71942/RS) (668)
FABIO DE CAMPOS LILLA (35870/DF, 25284/SP) (193)
FABIO DUTRA BERTOLIN (171788/SP) (262)
FABIO GAMA LEITE (85224/MG) (796)
FABIO HELMOLD REIS (119700/RJ) (1066)
FABIO KORENBLUM (68743/PR, 130697/RJ, 92135A/RS, 38662/SC) (200)
FABIO LUIZ DOS SANTOS (826)
FABIO NADAL PEDRO (131522/SP) (657)
FABIO RICARDO MORELLI (64831/BA, 32877/ES, 167134/MG, 43575/PE, 31310/PR, 224503/RJ) (1038)
FÁBIO RONAN MIRANDA ALVES (33891/DF) E OUTRO(A/S) (280)
FABIO TOFIC SIMANTOB (220540/SP) (583)
FABRICIO DE OLIVEIRA CAMPOS GIORI (10328/ES) E OUTRO(A/S) (401) (968)
FABRICIO MOREIRA GIMENEZ (199635/SP) (610)
FABRIZIO BOMPAN (271120/SP) (276)
FELICIO VIGORITO & FILHOS LTDA (343) (1087)
FELIPE ALLAN DOS SANTOS (350420/SP) (1068)
FELIPE FERNANDES DE CARVALHO (00044869/DF) (865)
FELIPE FERNANDES DE CARVALHO (44869/DF) (710)
FELIPE GAMA DE CARVALHO (163915/RJ) (1110)
FELIPE LOCKE CAVALCANTI (93501/SP) (877)
FELIPE NANINI NOGUEIRA (356679/SP) (64) (65)
FELIPE PEDROSA TAVARES THEOFILO MACHADO (17086/PB) E OUTRO(A/S) (829)
FELIPE SIMONETTO APOLLONIO (206494/SP) (196)
FELIPE TEIXEIRA VIEIRA (31718/DF, 27809/A/MT, 214342/RJ, 389419/SP) (300) (748)
FERNANDA PAULA SOUSA CRUZ (400678/SP) E OUTRO(A/S) (595)
FERNANDA PETIZ MELO BUENO (329214/SP) (727)
FERNANDA TRAJANO DE CRISTO SOARES (46826/RS) E OUTRO(A/S) (467)
FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES (33007/DF, 108329/RJ, 271947/SP) E OUTRO(A/S) (73) (815)
FERNANDO BOBERG (28212/PR) (213)
FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (20738/PR, 43381-A/SC) E OUTRO(A/S) (442) (1007)
FERNANDO DA FONSECA E CASTRO (836)
FERNANDO DE JESUS LIMA (55)
FERNANDO ELIAS ASSUNCAO DE CARVALHO (102578/SP) (1024)
FERNANDO ERICK QUEIROZ DE CARVALHO (20189/PB) (865) (865)
FERNANDO GABRIEL NAMI FILHO (209080/SP) (427) (992)
FERNANDO HENRIQUE SALLES DE ALMEIDA (422) (987)
FERNANDO JOSE DA COSTA (198212/MG, 155943/SP) (739)
FERNANDO LOPES HARGREAVES (93177/PR, 100157/RJ, 384046/SP) (231)
FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF) E OUTRO(A/S) (749)
FERNANDO PEREIRA MACHADO (48)
FERNANDO PINHEIRO CAVALCANTI (30) (810)
FERNANDO PIRES ABRÃO (162163/SP) (306)
FHAD ZULIANI COSTA CASTRO (53151/BA, 88610/MG) (897)
FILIPE DA ROCHA KUGNHARSKI (38)
FILIPE OTONIEL PAULINO DOS REIS (33)
FILIPE TORRI DA ROSA (35538/DF) (771)
FLAVIA ANDREA DE CASTRO ROCHA (28248/BA) (247)
FLAVIA FRANCIELLY BRAGHINI (362172/SP) (1046)
FLAVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA (401) (968)
FLÁVIO COURI (29504/DF) (241)
FLAVIO GALEGO MORALES JUNIOR (676)
FLAVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (131364/SP) (739)
FLAVIO LUIS ALGARVE (25733/RS) (347)
FLAVIO LUIZ DE FREITAS LEONEL (212960/SP) (344) (1088)
FLAVIO MANOEL DIAS JUNIOR (51460/SC) (76) (820)
FLAVIO MODENA CARLOS (20234-A/MS, 57574/PR) (575)
FLÁVIO PIGATTO MONTEIRO (37880/PR) (1027)
FLAVIO RICARDO COMUNELLO (220722/RJ, 52311/RS, 29162/SC) (200)
FLAVIO SOARES CRELIER (130892/RJ) (526) (529)
FLAVIO VIEIRA DOMINGUES (99276/MG) (28)
FORUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TIPICAS DE ESTADO - FONACATE (746) (747)
FRANCIELE KARINE HUINKA (45692/SC) (1023)
FRANCIS DANIEL PIO (342569/SP) (60)
FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (5255/CE) E OUTRO(A/S) (822)
FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUSA PÔRTO (2450/DF) (246)
FRANCISCO CARLOS DE SOUSA (27845-B/CE) (492)
FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES PEREIRA (13076/CE) (392) (959)
FRANCISCO DE PAULA DOS REIS LIMA (088293/RJ) (1110)
FRANCISCO JOSE FERREIRA DE SOUZA ROCHA DA SILVA (148972/MG, 182432/SP) (277)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

FRANCISCO LEANDRO SOBRINHO (369)
FRANCISCO PREHN ZAVASCKI (58888/RS) E OUTRO(A/S) (233)
FRANCO GUSTAVO PILAN MERANCA (167611/SP) (261)
FRANK GIULIANI KRAS BORGES (48084/RS) (1112)
FRANKLIN DOS SANTOS SILVA
(413) (978)
FRANKLIN JOSE DE ASSIS (27269/SC) E OUTRO(A/S) (456)
FREDERICO AUGUSTO BORBA DE SOUZA (916-A/RN)
(126) (1048)
FREDERICO THADEU DE TORRES FERREIRA PEIXOTO (128312/MG) E OUTRO(A/S) (514)
G.F.V.F. (64)
GABRIEL DA SILVA PENHA (792)
GABRIEL DE CASTRO GUEDES (331359/SP) (252)
GABRIEL DUTRA PIETRICOVSKY DE OLIVEIRA (53924/DF) (84)
GABRIEL FREIRE TALARICO (62947/DF) E OUTRO(A/S) (51)
GABRIEL GOIS OLIVEIRA SILVA (832)
GABRIEL GRIGOLETTO MARTINS DE SOUZA (387581/SP) (223)
GABRIEL HERRERO THOMPSON DE CARVALHO (376352/SP) (349)
GABRIEL MARTINS FURQUIM (331009/SP) (524)
GABRIEL MIRANDA MOREIRA DOS SANTOS (188801/RJ) E OUTRO(A/S) (714)
GABRIEL PEREIRA (22409/MG) (670)
GABRIELA DO PRADO WERNECK (284585/SP) (726)
GABRIELA DOURADO NUNES DE LIMA (106800/MG) (374)
GABRIELA ROGERIO BORELLA (51153/PE) E OUTRO(A/S)
(27) (809)
GABRIELA SILVA DE LEMOS (52224/DF, 211711/RJ, 208452/SP)
(746) (747)
GABRIELA VALENCIO DE SOUZA (284785/SP) (182)
GABRIELLE KACZALOVSKI MARIN (66510/PR) (137)
GALENO LIBORIO DOS SANTOS (22880/BA) (875)
GALTIERE DE OLIVEIRA CARNEIRO (24023/BA) (717)
GAMIL FÖPPEL (17828/BA) E OUTRO(A/S) (611)
GENERVAL APARECIDO PECORAL (662)
GENESIO DOS SANTOS FILHO (254527/SP)
(694) (1018)
GEONIR EDVARD FONSECA VINCENSI (17507/PR, 17940/SC)
(443) (1008)
GEORGIO DA COSTA E SILVA (380469/SP) (861)
GERALDO FERREIRA CHAVES
(424) (989)
GERALDO VALENTIM NETO (201420/RJ, 196258/SP)
(341) (1086)
GERMANO CÉSAR DE OLIVEIRA CARDOSO (28493/DF) E OUTRO(A/S) (1100)
GÉRSON LUÍS BAÚ DANIEL (46784/RS) (708)
GERSON TEODORO MIRANDA (14)
GIANLUCA SA MANTUANO (34064/BA) E OUTRO(A/S) (635)
GILBERTO ANTONIO LUIZ (13880/AL, 13880-A/MS, 76663/SP)
(147) (359) (1090)
GILSON FERREIRA MARTINS (39)
GILVAN DANTAS DO NASCIMENTO (24635/DF) (376)
GIORGINEI TROJAN REPISO (12225/DF) (930)
GIOVANI ACOSTA DA LUZ (17635/SC, 402576/SP) (664)
GIOVANI BORTOLINI (58747/RS) (249)
GIOVANNA CARDOSO GAZOLA (63180/DF, 194742/SP) (727)
GIOVANNI GARCEZ DA CUNHA (18667/PE) E OUTRO(A/S) (893)
GIOVANNI SIMAO DA SILVA (19401/DF) (363)
GISLAINE DE OLIVEIRA (172064/SP) (24)
GIULIANI GRAZYELLA MARQUES SILVA (97582/PR) (652)
GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI (253642/SP) (569)
GLEISON MACHADO SCHUTZ (62206/RS, 420243/SP)
(180) (228) (267)
GLEY FERNANDO SAGAZ (3147/SC) (1030)
GLEYDSON ALVES PONTES (012347/PA) (655)
GLICIA LAILA GOMES OLIVEIRA (6899/RO) E OUTRO(A/S) (846)
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO (742)
GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (169)
GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (242)
GOVERNO DA ARGENTINA (737)
GOVERNO DA ITÁLIA (736)
GREGORIO BAZAN CANIDO (573)
GUILHERME AUGUSTO BECKER (51716/PR) (594)
GUILHERME BARCELLOS BLUMBERG (116316/RS) (680)
GUILHERME BRENNER LUCCHESI (50580/PR) (560)
GUILHERME CREMONESI CAURIN (272098/SP) (739)
GUILHERME DE JESUS FANTE (453)
GUILHERME DOS SANTOS DO COUTO (837)
GUILHERME GIBERTONI ANSELMO (239075/SP) E OUTRO(A/S)
(417) (982)
GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA MARTINEZ (428121/SP)
(404) (970)
GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO (366341/SP)
(22) (808)
GUILHERME PINHEIRO AMARAL (329761/SP) (711)
GUILHERME RODRIGUES CARVALHO BARCELOS (56724/DF, 85529/RS) E OUTRO(A/S)
(371) (1094)
GUILHERME RODRIGUES DA SILVA (309807/SP) (375)
GUILHERMO PARANAGUA E CUNHA (37358/PR) (662)
GUSTAVO ABU DHEIBA DE SAMPAIO (110622/RS) (133)
GUSTAVO ADOLPHO DANTAS SOUTO (14717/DF) E OUTRO(A/S) (738)
GUSTAVO ADRIANO FONTANA (84972/PR) (751)
GUSTAVO ALEF SCHMITZ (786)
GUSTAVO BOTTO BARROS FELIX (11593/PB) (865)
GUSTAVO BRITTA SCANDELARI (62294/DF, 40675/PR) (720)
GUSTAVO DE GODOY LEFONE (325505/SP) (300)
GUSTAVO HENRIQUE DE AGUIAR SABLEWSKI (208769/SP) E OUTRO(A/S) (672)
GUSTAVO HENRIQUE SILVA (390601/SP) E OUTRO(A/S)
(398) (965)
GUSTAVO HUMBERTO MONTEIRO (98993/MG) (888)
GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (34832-A/CE, 21243/DF, 31622/GO) (229)
GUSTAVO MIGUEZ DE MELLO (12996/RJ, 99113/SP) (1016)
GUSTAVO PACHER (19040/SC) (1049)
GUSTAVO VIRGILIO ROCHA PEREIRA (132347/MG) E OUTRO(A/S)
(420) (985)
HARLEYSON FERNANDO SOBREIRA MARINHO (9382A/AL, 22660/PE) E OUTRO(A/S) (495)
HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO (130672/MG)
(402) (410) (435) (1000)
HELDER FERREIRA DA SILVA (424496/SP) (835)
HELEN GOULART VEGA (65874/RS) (679)
HELINZBENDER DOS SANTOS NASCIMENTO (34183/BA) (70)
HELOÍSA SCARPELLI SOLER MARQUES (166101/SP) (280)
HELTON PIRES DE OLIVEIRA
(398) (965)
HEMERSON TEIXEIRA (554)
HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO (7447/CE) E OUTRO(A/S) (310)
HENRIQUE GUILHERME REZENDE FERREIRA (155040/MG) E OUTRO(A/S) (115)
HENRIQUE OSVALDO POETA ROENICK (73028/RS) (555)
HENRIQUE PEREIRA PINTO (676)
HENRIQUE SANTANA BORGES (112495/MG) (1042)
HENRIQUE SOUZA QUEIROZ DI DONATO (194)
HENRIQUE ZIGART PEREIRA (386652/SP) (524)
HERACLITO ANTONIO MOSSIN (29689/SP) (211)
HERALDO AUGUSTO JESUS DA SILVA (788)
HERBERT MILHOMENS DE VASCONCELOS (29585/DF)
(254) (255) (264)
HERMENEGILDO COSSI NETO (66645/SP) (739)
HERMES ALEXANDRE ROCKENBACH (57568/DF, 112215A/RS) E OUTRO(A/S) (800)
HILARIO CHIAMOLERA (7681/SC) (205)
HILTON SANTIN ROVEDA
(442) (1007)
HOMAR CAIS (16650/SP) (1034)
HOSIANE FERREIRA DO NASCIMENTO (218389/RJ) (477)
HUGO ANDRADE COSSI (131768/MG, 110521/SP) (689)
HUGO BENICIO BONFIM DAS VIRGENS (9287/MS)
(399) (966)
HUMBERTO LEME HURTADO (191975/SP) E OUTRO(A/S)
(386) (953)
IDELSON MARTINS DOS SANTOS
(386) (953)
IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (64873/BA, 33645/ES, 55669A/GO, 199855/MG, 16521-A/MS, 22582/A/MT, 32909/SP) (204)
IGOR NASCIMENTO DE SOUZA (36441/DF, 173167/SP) (198)
IGOR SANT ANNA TAMASAUSKAS (25399/DF, 173163/SP) (77)
IGOR TAMASAUSKAS E OUTRO(S) (SP173163/) (170)
ILMAR NASCIMENTO GALVÃO (19153/DF) (280)
ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
(744) (745)
INDALÉCIO GOMES NETO (23465/PR) E OUTRO(A/S) (578)
ISABELLA MARIA BANDEIRA TEIXEIRA
(27) (809)
ISADORA PEREIRA FURTADO PINTO (32292/CE) (369)
ISMAEL ALVES FREITAS (115881/SP) (551)
ISRAEL HERCILIO BENTO
(411) (976)
ISRAEL SALVADOR FREIRE (22886/BA) (875)
ITACI VICENTE MURLIKI OLIVEIRA (35935/RS) (554)
ITAGUACI JOSE MEIRELLES CORREA (17287/RS) E OUTRO(A/S) (576)
IVAN CANDIDO DA SILVA DE FRANCO (52737/DF) (710)
IVAN ERBSON FERREIRA DOS SANTOS (57)
IVAN NAVARRO ZONTA (58184/PR) (560)
IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE (49773/DF, 33626/PE)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(37) (850)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (11178/SP) (653)
IVONIR LUIZ MAESTRI (8872/SC) (205)
J.D.L.G. (739)
J.F.A. (803)
J.G.C.S. (20)
J.G.P.S. (739)
J.H.S.A.
(364) (1091)
J.L.D. (60)
JACEGUAY FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS (45439/PE, 04395/PR) (122)
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO (08862/PR, 394655/SP) E OUTRO(A/S) (755)
JACKSON JOSE SCHNEIDER SEILONSKI (50048/SC)
(46) (812)
JADILSON VIEIRA DOS SANTOS
(432) (997)
JAILSON LUIS DE SOUZA (662)
JAIME ANGELO NONATO FUSCO (109456/RJ) E OUTRO(A/S) (825)
JAIME GRABOIS MOURA ROCHA (195967/RJ, 433229/SP) (225)
JAIR RODRIGUES MENDES (70738/RS) (837)
JAMERSON NEVES DE SIQUEIRA (10026/PB) (201)
JANAINA REGIS DA FONSECA (298600/SP) (198)
JANAINA SOCCIO PEREIRA DE BRITO (322792/SP) (465)
JANIA MARIA DE SOUZA (067758/RJ) (667)
JANICE INFANTI RIBEIRO ESPALLARGAS (97385/SP) (695)
JANIFFER INAMARA SILVA LOUREIRO
(46) (812)
JAQUELINE CRISTINA DOS REIS
(415) (980)
JAQUELINE MARIATH DUTRA (17758/RS) (591)
JAQUELINE PUGA ABES (152275/SP) (1117)
JAQUELINE QUINTELA DE LIMA FIRMO FRANCA (111413/RJ) E OUTRO(A/S) (821)
JEAN CARLOS DA COSTA (599)
JEAN E SILVA DIAS (928/AP)
(292) (293) (299)
JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI (34557/SC) (499)
JEAN HENRIQUE DA SILVA BENTO (420949/SP) (834)
JEFFERSON DAMIN MONTEIRO (26790/SC) (602)
JEFFERSON LUCAS
(405) (971)
JENNER SILVERIO JACULI (157983/MG) E OUTRO(A/S) (608)
JENNIFER FRUTUOSO GUIMARAES (179924/MG) (1101)
JERONIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA (20541/BA) (338)
JESSE DE OLIVEIRA (785)
JÉSSICA MARIA MENDONÇA DE LIMA MELO (36670/PE) (1052)
JESSICA SANTOS SOUZA (70)
JEVERTON ALEX DE OLIVEIRA LIMA (45412/RS) (679)
JHEINY VALENTIM NOGUEIRA (19)
JHONATAN ARMANDO LOPES (166632/MG) (796)
JHONATAN COSTA DE OLIVEIRA
(395) (962)
JHONNATAS WILLIAM RODRIGUES FERNANDES (825)
JHULIANNE CRISTIAN DA SILVA FEITOSA (52682/GO) (350)
JOALLYSON GUEDES RESENDE (16427/PB) (627)
JOANIR FERNANDO RIGO (41715/SC) (189)
JOAO AUGUSTO MAZZONI MASSARI (417770/SP) (824)
JOAO BATISTA COSTA SARAIVA (86735/RS) (225)
JOAO BOSCO DA NOBREGA CUNHA (222760/SP) (541)
JOAO BRAULIO FARIA DE VILHENA (55446/MG) (778)
JOAO BYRON DE FIGUEIREDO FROTA (692)
JOAO CARLOS CAMPANINI (258168/SP)
(215) (521) (676) (686)
JOAO CARLOS DE JESUS NOGUEIRA (376092/SP) (758)
JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM (64676/BA, 01941/A/DF, 17670/ES, 19415-A/MA, 822A/MG, 14530-A/MS, 51049/PE, 25467/PR, 002056-A/RJ, 15076/SC, 76921/SP) (197)
JOAO FRANCISCO (25599-A/MS, 335081/SP) (453)
JOAO FRANCISCO NETO (147291/RJ)
(396) (963)
JOAO GABRIEL CAMPOS SILVA (151368/MG) (1101)
JOÃO GUILHERME BISCARO (28375/SC)
(440) (1005)
JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL (379/DF)
(364) (1091)
JOAO JOAQUIM MARTINELLI (5578/AC, 17600A/AL, A1383/AM, 4609-A/AP, 64225/BA, 43608-A/CE, 01805/A/DF, 31218/ES, 58806A/GO, 21615-A/MA, 1796A/MG, 15429-A/MS, 27764/A/MT, 28342-A/PA, 01723/PE, 18961/PI, 25430/PR, 139475/RJ, 1489 - A/RN, 10665/RO, 611-A/RR, 45.071A/RS, 3210/SC, 1211A/SE, 175215/SP, 10.119-A/TO) (721)
JOAO LIMA ARANTES (183315/RJ) (452)
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA (49789/DF, 23510/PR)
(128) (1051)
JOAO LUIZ JUNTOLLI (69339/MG, 20550-A/PB, 419935/SP)
(361) (776)
JOAO PAULO BENICIO DE MELO (451)
JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO (0005291/RN) (309)
JOAO PAULO DOS SANTOS MELO (29542-A/CE, 51965/DF, 41578/GO, 16468-A/MA, 5291-A/PB, 7852/PI, 5291/RN) (259)
JOÃO PAULO MORELLO (112569/SP) E OUTRO(A/S) (742)
JOÃO PAULO VIANA ROCHA
(426) (991)
JOAO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS (DF001663/) E OUTRO(A/S) (306)
JOAO RODOLPHO DE ARAUJO MATTOS (22511/ES, 138673/MG, 26342-A/PA, 33026/SC) (1118)
JOAO ROMERIO BATISTA DE ARAUJO SILVA (33561/PE)
(357) (357) (358) (358) (369)
JOÃO VICTOR DOS SANTOS
(391) (958)
JOAO VITOR BARROS MARTINS DE SOUZA (405964/SP) (936)
JOAO WELLDER BARBOSA LIMA ARAUJO (497)
JOAQUIM PEDRO DE MEDEIROS RODRIGUES (24638/DF) (677)
JOHN CORDEIRO DA SILVA JUNIOR (17279/DF) (1077)
JOHNSON GONÇALVES DE ABRANTES (1663/PB) (865)
JONACI SILVA HEREDIA (454)
JONAS SOUSA DE MELO (322171/SP) (786)
JONATAS CESAR CARNEVALLI LOPES (334208/SP) (818)
JORDANIO ALVES RIBEIRO (828)
JORGE ALBERTO DOS REIS GARCIA (830)
JORGE HENRIQUE DA COSTA NUNES (821)
JORGE MARCOS SOUZA (60496/SP) (1077)
JORGE MIGUEL FERREIRA (453)
JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO (23437/DF) (280)
JORGE SANTORO FILHO (024412/RJ) E OUTRO(A/S) (110)
JORGE VICTOR OLIVEIRA MELO (50)
JOSANIAS JOAO DE SOUZA (1023)
JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL (00513/DF, 197854/MG)
(693) (881)
JOSE ALBINO NETO (275310/SP) (322)
JOSE ANIBAL BENTO CARVALHO (202624/SP) (816)
JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA (103745/SP)
(192) (343) (1087)
JOSE AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR (34619/PE)
(36) (37)
JOSE BARBOSA HISSA (2035/CE) (692)
JOSE BELGA ASSIS TRAD (10790/MS, 418795/SP) (156)
JOSE BENEDITO ANTUNES (230359/SP) (68)
JOSÉ BERNARDINO DE MOURA
(804) (805)
JOSÉ CAMPOS (576/GO) (304)
JOSE CARLOS CAPOSSI JUNIOR (318658/SP)
(314) (316) (615)
JOSE CARLOS DOS SANTOS ALVES (51)
JOSE CARLOS FARIA DE LIMA (662)
JOSE CARLOS LEITAO ISAIAS (095056/RJ) (633)
JOSE CLAUDIO DE CARVALHO CHAVES (10155/RS) (927)
JOSE CLAUDIO MARCIO SILVA SANTOS (852)
JOSE DE ARIMATEIA DE FARIAS AIRES (570-A/AP) (286)
JOSÉ DI BENE NETO
(387) (954)
JOSE EDUARDO DUARTE SAAD (165709/MG, 36634/SP)
(176) (177) (178) (179) (277)
JOSÉ EDUARDO IOP (065174/RS) (706)
JOSE EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (02977/DF) (584)
JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS (9219/ES) (188)
JOSE EUSTAQUIO ROSA CARDOSO (5661/GO) (350)
JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP) (330)
JOSE FAGUNDES MAIA NETO (15)
JOSE FERREIRA (06963/DF) (376)
JOSE FRANCISCO VAZ (3999/GO) (304)
JOSÉ HENRIQUE PREVATTO (600)
JOSE HENRIQUE QUIROS BELLO (296805/SP) (40)
JOSE HORACIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP) (771)
JOSE KENEY PAES DE ARRUDA FILHO (34626/PE, 17587/PI) (609)
JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO (8242/DF) (160)
JOSÉ LEONARDO RODRIGUES FLORENCIO (453)
JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA (63185/DF, 225737/RJ, 107106/SP) (375)
JOSE LUIZ DE ARAUJO AYMAY (83849/RS) (187)
JOSE MARCOS DOS SANTOS (854)
JOSE MIGUEL DA SILVA JUNIOR (237340/SP) E OUTRO(A/S) (506)
JOSE NARULENO RAMOS (1202/SE)
(203) (204)
JOSE PATRIARCA BRANDAO SOUZA (23569/CE) (692)
JOSE PEDRO SAID JUNIOR (125337/SP) (524)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

JOSÉ RENATO GRANADO FERREIRA
(408) (974)
JOSE RIBEIRO BANDEIRA (863)
JOSE RICARDO CERQUEIRA LOPES (046626/RJ)
(144) (705)
JOSE ROBERTO DA SILVA (849)
JOSE ROBERTO DE SOUZA (840)
JOSE ROBERTO TIMOTEO DA SILVA (254772/SP) (1065)
JOSÉ ROBSON DOS SANTOS (859)
JOSÉ RUBENS BATTAZZA IASBECH (39539/DF) (449)
JOSE SEBASTIAO DA SILVA (15861/PB, 01291/PE) (649)
JOSE SOUSA DE LIMA (58166/DF) (454)
JOSÉ TEIXEIRA DE ARAUJO (53)
JOSE TORRES DAS NEVES (00943/DF) (306)
JOSE WILSON PORTO (14763/DF) (543)
JOSIMARY ROCHA DE VILHENA (1039/AP, 334889/SP)
(397) (964)
JOSIVAN BARBOSA DE OLIVEIRA (36)
JUIZ CORREGEDOR DA 1ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE MACAPÁ - AP (216)
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARUERI (502)
JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE SÃO PAULO
(30) (810)
JUIZ DE DIREITO DA VARA DE PLANTÃO DA COMARCA DE SANTARÉM (80)
JUIZ DE DIREITO DA VARA PLANTÃO DA COMARCA DE ITAPETININGA (78)
JUIZ DE DIREITO DO DEECRIM 5ª RAJ DA COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
(18) (807)
JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LEME (843)
JULIANA ELISA MELLEM (595)
JULIANA VARELLA BARCA DE MIRANDA PORTO (17525/DF) (1032)
JULIANE CRISTINA MARTINES MARTINES POLEZA (21044/SC) (1029)
JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA
(75) (817)
JULIANE VANJA BARCELOS NOGUEIRA (11061/GO)
(75) (817)
JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO (13802/DF, 60254/GO, 60254A/GO) (1041)
JULIANO ROTOLI OKAWA (64002/DF, 179231/SP) (198)
JULIO CESAR BRASSANINI (662)
JÚLIO CÉSAR CORDEIRO FERNANDES (22885/ES)
(401) (968)
JULIO CESAR DE OLIVEIRA GUIMARAES MOSSIN (254921/SP) (211)
JÚLIO CESAR DEOLINDO DA SILVA (690)
JULIO CESAR FRETES GARCIA
(402) (410) (435) (1000)
JULIO CESAR GOULART LANES (9340A/AL, 22398/BA, 21994-A/CE, 29745/DF, 17664/ES, 30401/GO, 119130/MG, 13449-A/MS, 13329/A/MT, 46648-A/PB, 01088/PE, 43861/PR, 156273/RJ, 712-A/RN, 4365/RO, 46648/RS, 24166/SC, 519A/SE, 285224/SP)
(351) (1070)
JULIO FIRMINO DA ROCHA FILHO (96648/MG) (735)
JUVENAL EVARISTO CORREIA JUNIOR (229554/SP) (803)
JUVENAL FERREIRA PERESTRELO (186097/RJ, 31199/SP) (469)
KAIO DE ARAUJO FLEXA (3257/AP) (292)
KAMILA RODRIGUES ROSENDA (32792/DF) (771)
KARINA DE FATIMA CAMPOS (101154/MG) (776)
KARINA IANCOVICH NICOLICHI (34)
KARINA NUNES DE VINCENTI DOMINGUES (234572/SP) E OUTRO(A/S)
(432) (997)
KATIA APARECIDA MANGONE (241798/SP) (561)
KATIUSCIA MACHADO DA SILVA (57334/RS)
(554) (554)
KELLY DO NASCIMENTO (308474/SP) (1073)
KENNEDY SARAIVA DE OLIVEIRA (21622/CE)
(430) (995)
KEVIN ROBERTO DOS SANTOS SILVA (47)
KLEBER ALBERTO DOS SANTOS SILVA (47)
L.A.O. (65)
L.C.L. (739)
L.F.N. (931)
L.M. (67)
L.M.V. (696)
LAERCIO DOALCEI HENNING (20992/SC) (138)
LAIZZA MARIA SILVA REIS (184434/MG) (1117)
LARA CORREA SABINO BRESCIANI (24162/DF, 188430/RJ, 94601A/RS, 281148/SP) E OUTRO(A/S) (280)
LAURA AGRIFOGLIO VIANNA (99017/PR, 215866/RJ, 18668/RS) E OUTRO(A/S) (88)
LE MOULIN EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS LTDA
(336) (1084)
LEANDRO DUARTE VASQUES (10698/CE) E OUTRO(A/S) (870)
LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA (27586/BA, 31883/ES, 103952/MG)
(329) (946)
LEANDRO HENRIQUES GONCALVES (117061/MG, 21603-A/MS, 403058/SP) (879)
LEANDRO LOURENCO DE CAMARGO (213736/SP)
(571) (572)
LEANDRO LUIZ FERNANDES DE LACERDA MESSERE (28769/DF) (376)
LEANDRO MENDES (53535/PR) (137)
LEANDRO PEREIRA DA SILVA (32821/GO) (522)
LEILSON LIMA TAVARES DA SILVA (31)
LEIZER PEREIRA SILVA (8437/GO) (91)
LEO CRISTIAN ALVES BOM (268276/SP) (860)
LEO LAWALL (104050/RS) (209)
LEO ROMARIO VETTORACI (13164/ES) (1119)
LEONARDO AZEVEDO SARAIVA (24034/PE, 024034D/PE)
(236) (1097)
LEONARDO COELHO AVELAR (58427/DF, 22325/GO) E OUTRO(A/S)
(412) (977)
LEONARDO CORTEZ ABBONDANZA (69524/PR)
(389) (956)
LEONARDO COUTO VILELA (39971/GO)
(439) (1004)
LEONARDO CRISTIANO DINIZ (121243/MG)
(367) (1093)
LEONARDO DA ROCHA DE SOUZA (14589/ES) E OUTRO(A/S) (789)
LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA (148792/RJ)
(287) (1025)
LEONARDO DIAS DA SILVA TELLES (10898/BA, 433445/SP) E OUTRO(A/S) (539)
LEONARDO FERRARO DE SOUZA (114057/RJ) (764)
LEONARDO FERREIRA LOFFLER (148445/RJ) (1110)
LEONARDO GAGNO (10805/ES)
(401) (968)
LEONARDO HENKES THOMPSON FLORES (24718/DF, 32013/GO) (383)
LEONARDO LEMES DA COSTA (34073/GO) (302)
LEONARDO OLIVEIRA GRESPAN
(406) (972)
LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA (12002/DF) (449)
LEONARDO PONTES DE BRITO (158242/MG)
(414) (979)
LEONARDO RAMOS GONÇALVES (28428/DF) E OUTRO(A/S) (233)
LEONARDO SOUSA FARIAS (38848-A/CE, 26682/ES, 23894-A/PB, 205769/RJ, 87452/RS) (129)
LEOPOLDO LUIS LIMA OLIVEIRA (203522/SP)
(421) (986)
LESSANDRO PITANGA ARAUJO DA ANNUNCIACAO (181988/RJ) (601)
LETICIA GIRIBELO GOMES DO NASCIMENTO (328222/SP) (474)
LETICIA RANGEL SERRAO CHIEPPE (19789/DF, 10673/ES) (197)
LEUCES TEIXEIRA DE ARAUJO (62346/MG)
(374) (703)
LEVY AUGUSTO MELO DA SILVA (497)
LÍCIO BASTOS SILVA NETO (17392/BA) E OUTRO(A/S) (552)
LILIAN CLAUDIA JORGE (190256/SP) (211)
LINCOLN DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO (235857/SP) E OUTRO(A/S) (470)
LINDICE CORREA NOGUEIRA (276806/SP)
(473) (476)
LISIANE BEATRIZ FROHLICH (115880/RS) (887)
LOUSIVAL QUARTEZANI (53)
LUAN BENVENUTTI NOGUES MOYANO (370353/SP) E OUTRO(A/S) (501)
LUANA LORA BLAZIUS (70740/PR, 422368/SP) (1111)
LUANDERSON DA SILVA BEZERRA (781)
LUCAS DA SILVA MENDES (835)
LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF) (5)
LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF) E OUTRO(A/S) (3)
LUCAS HECK (104124/PR, 67671/RS)
(180) (267)
LUCAS MELO CORDEIRO (182418/RJ) (1104)
LUCAS MOISES GARCIA FERREIRA (266955/SP) (707)
LUCAS PENA DE OLIVEIRA
(394) (961)
LUCAS ROCHA PEREIRA
(41) (437) (1002)
LUCAS TREVISAN FONSECA (407728/SP) E OUTRO(A/S) (839)
LUCAS VICENTE ROMERO RODRIGUES FRIAS DOS SANTOS (374156/SP) (739)
LUCIA ANCONA LOPEZ DE MAGALHAES DIAS (209216/SP) (265)
LUCIANA CAIXETA GANIM (22353/DF) E OUTRO(A/S) (449)
LUCIANA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA (335471/SP) (540)
LUCIANA MUNHOS GONCALVES (85695/RS) (927)
LUCIANA VIANA DA ROCHA (197458/RJ) (715)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

LUCIANO DE ARAUJO FERRAZ (64572/MG) (661)
LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES (47231/RS)
(337) (339) (1085)
LUCIMARA SEGALA (163929/SP) (274)
LUCIO COSME FERREIRA PACHECO (205136/RJ) (933)
LUCIO MAURO SANTANA (56)
LUDMILA MELO FARIA (181495/MG) (271)
LUIS CARLOS BARRETO DE OLIVEIRA ALCOFORADO (7202/DF, 139677/RJ, 811-A/RN) (1032)
LUIS CARLOS CREMA (20287/DF, 52500/GO, 168134/MG, 15692-A/MS, 49904/PR, 85319A/RS, 27104/SC, 319510/SP) (250)
LUIS CLEI ROSA (27714/SC) (734)
LUIS EDUARDO DE ATHAYDE VIEIRA (103763/RJ) (1022)
LUIS FELIPE BALIEIRO LIMA (142981/SP)
(343) (1087)
LUIS FERNANDES (69)
LUIS FERNANDO CABRAL DE MEDEIROS (304514/SP) (55)
LUIS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO (0028512/DF) E OUTRO(A/S) (865)
LUIS MARCOS DOS SANTOS (28448/BA) (874)
LUIS MAURÍCIO DAOU LINDOSO (6136/DF)
(364) (1091)
LUIS OTAVIO SALES DA SILVA JUNIOR (62144/DF, 45531/PR, 35834/SC) (720)
LUIZ ANTONIO BETTIOL (06558/DF, 237748/SP) (593)
LUIZ ANTONIO E SILVA (286639/SP) (42)
LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO (00750/A/DF, 7736-A/MA, 24281/RJ, 214046/SP) (1032)
LUIZ ANTONIO SANTOS (346533/SP) (553)
LUIZ CARLOS DA SILVA NETO (58804/DF, 071111/RJ) (564)
LUIZ CARLOS DE SOUZA (109718/SP) (666)
LUIZ CARLOS MARQUES SIMÕES (16887/RJ) (1016)
LUIZ CARLOS PRESTES DE LEON (14348/RS) (554)
LUIZ CARLOS SILVA LEITE (103686/SP) (562)
LUIZ EDUARDO PINHEIRO CORREA
(397) (964)
LUIZ FABIANO PEREIRA (373573/SP)
(438) (1003)
LUIZ FELIPE BRAGA BASTOS (100938/MG) (778)
LUIZ FELIPE LIMA DE MENEZES (58439/DF) (37)
LUIZ FERNANDO BARBOSA (404506/SP) (61)
LUIZ FERNANDO DE MELO LOURES (98517/MG) (34)
LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME (34934/DF, 136359/MG, 42843/PE, 71086/PR, 172953/RJ, 195805/SP)
(344) (1088)
LUIZ FERNANDO FREITAS FAUVEL (112460/SP) (726)
LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA (242824/SP) (318)
LUIZ FERNANDO PEREIRA (336324/SP) E OUTRO(A/S) (280)
LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA (47254/MG) (733)
LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS (56258/DF, 53731/RS) (556)
LUIZ FLAVIO BORGES D URSO (83933/PR, 69991/SP) (151)
LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (21445/DF) (678)
LUIZ GUSTAVO DA LUZ (105523/MG)
(424) (989)
LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (28328/DF, 137677/RJ) (771)
LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA DA COSTA (604)
LUIZ HENRIQUE NERY MASSARA (128362/MG)
(238) (271) (1099)
LUIZ HENRIQUE VANO BAENA (206354/SP)
(238) (1099)
LUIZ MÁRIO SEGANFREDDO PADÃO (33602/RS) (535)
LUIZ OTAVIO PINHEIRO BITTENCOURT (0147224/SP)
(163) (941)
LUIZ OTAVIO PINHEIRO BITTENCOURT (147224/SP) (212)
LUIZ RAMOS DE MOURA (58)
LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA (28980/CE)
(557) (628)
LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA (130824/SP) (1115)
LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA (21360/DF, 21659/ES, 129738/RJ, 130824/SP) (266)
LUIZ VICTOR ALMEIDA DE ARAUJO (20955/PA) (59)
LUIZ VIRGILIO PIMENTA PENTEADO MANENTE (02324/A/DF, 199746/MG, 180676/RJ, 90404A/RS, 104160/SP) E OUTRO(A/S) (535)
LUIZA FAVARO BATISTA (373985/SP) (301)
LUZIA CORREA RABELLO (211334/SP) (593)
LYCURGO LEITE NETO (01530/A/DF, 56455/GO, 19216-A/MA, 018268/RJ) (1030)
M.C.C. (739)
MAICON PITER DE ANDRADE TADEU (45)
MAICON RODRIGO SCHUSTER (368)
MANOEL AGUIMON PEREIRA ROCHA (27230/DF) (738)
MANOEL ARANHA DOS REIS (527/GO) (304)
MANOEL DE OLIVEIRA MOTA (2626/GO) (548)
MANOEL JOSE DE SOUZA FILHO
(842) (842)
MARCEL LODETTI FABRIS (37255/SC) E OUTRO(A/S) (613)
MARCELA CUNHA GUIMARÃES (84177/MG) (592)
MARCELA LEMOS CARVALHO (188211/MG) (290)
MARCELA PORTELA NUNES BRAGA (29929/DF)
(875) (1032)
MARCELA VIEIRA DA SILVA (406910/SP) (711)
MARCELLO RAMALHO DA SILVA (141050/RJ) E OUTRO(A/S) (586)
MARCELLO TERTO E SILVA (GO021959/)
(172) (743)
MARCELO APARECIDO ZAMBIANCHO (143449/SP) (4)
MARCELO BAYEH (270889/SP) (221)
MARCELO CARLET FERREIRA (60406/RS) (620)
MARCELO COELHO DE SOUZA (122210/RJ) (460)
MARCELO COELHO SILVA (652)
MARCELO CORREIA MILLAN (100424/SP) (153)
MARCELO DA SILVA TROVAO (96532/RJ) (525)
MARCELO FELLER (296848/SP) (349)
MARCELO GOMES DA SILVA (29858/ES)
(401) (968)
MARCELO HENRIQUE BRABO MAGALHAES (4577/AL, 01626/PE) (87)
MARCELO KNOEPFELMACHER (169050/SP) (877)
MARCELO LIENDRO DA SILVA AMARAL (20474/PA) (510)
MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA (12330/DF, 1565A/MG) E OUTRO(A/S) (360)
MARCELO MARUN DE HOLANDA HADDAD (141567/SP) (840)
MARCELO MONTALVÃO MACHADO (34391/DF) (346)
MARCELO MONTALVAO MACHADO (34391/DF, 4187/SE, 357553/SP) (701)
MARCELO MUSSOLINI (782)
MARCELO OLIVEIRA ROCHA (1047A/BA, 33541-A/CE, 24361/DF, 44131/GO, 98729/MG, 15113-A/MS, 00811/PE, 002683-A/RJ, 1153-A/RN, 56381A/RS, 49115/SC, 113887/SP)
(617) (618)
MARCELO ORPHEU CABRAL (165032/SP) (1078)
MARCELO PAULO FORTES DE CERQUEIRA (29633/BA, 24362/DF, 106175/MG, 182474/RJ, 75129A/RS, 144994/SP) (1058)
MARCELO PEREIRA DA SILVA (603)
MARCELO PEREIRA LOBO (12325/SC, 310312/SP) (892)
MARCELO SENA SANTOS (30007/BA, 22504-A/MS)
(329) (946)
MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA (111180/MG, 19095/PR, 330617/SP)
(128) (1051)
MARCELO VIEIRA ARMENTANO SILVA
(43) (811)
MARCIA ANTONIA CIA RIBEIRO SANTOS (344543/SP) (171)
MARCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (12359/CE) (1055)
MARCIO AZEVEDO SCHNEIDER (16291/ES)
(401) (968)
MARCIO BOSSOLAN (210662/SP)
(333) (1083)
MARCIO CAMILO DE OLIVEIRA JUNIOR (217992/SP)
(1013) (1014)
MÁRCIO GOMES LEAL (84801/RJ) (1104)
MARCIO LIMA DA COSTA JUNIOR (39973/SC) (131)
MARCIO LUIZ BLAZIUS (31478/PR, 356106/SP) (1111)
MARCIO PONZI SELIGMAN (82294/RS) (927)
MARCO ANTONIO AYUB BEYRUTH JUNIOR (271797/SP) (342)
MARCO ANTONIO DO AMARAL FILHO (239535/SP) E OUTRO(A/S) (598)
MARCO AURELIO GOMES DE ALMEIDA (222938/SP) (513)
MARCO AURELIO MARRAFON (37805/DF, 7364/A/MT, 40092/PR)
(744) (745)
MARCO TÚLIO DE ALVIM COSTA (46855/MG) (306)
MARCOS ALVES DE SOUZA (152825/SP) (159)
MARCOS CÉZAR NAJJARIAN BATISTA (127352/SP) E OUTRO(A/S) (616)
MARCOS FERREIRA BAPTISTA (21)
MARCOS JOSE RODRIGUES (141916/SP) (1078)
MARCOS MESSIAS DE SOUZA (204538/SP) (641)
MARCOS PAULO BARBOSA DA SILVA
(392) (959)
MARCOS ROBERTO AZEVEDO (269917/SP) E OUTRO(A/S)
(447) (1012)
MARCOS ROBERTO DA SILVA (209766/SP) (596)
MARCOS TUDELA NETO (795)
MARCOS TULIO ARAUJO DE ALENCAR BARRETO (00942/PE, 112707/RJ)
(357) (358)
MARCOS VICENTE DIEGUES RODRIGUES (89320/SP) (280)
MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA (130730/RJ, 415825/SP) E OUTRO(A/S)
(451) (472)
MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO (0065342/RJ) (280)
MARCUS BECHARA SANCHEZ (26888/PR, 149849/SP) (660)
MARCUS DOS SANTOS VIEIRA (7600/TO) (263)
MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA (013418/DF) E OUTRO(A/S) (551)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (002525/PI) E OUTRO(A/S) (280)
MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) (1096)
MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S) (742)
MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI) E OUTRO(A/S)
(164) (165)
MARGARET DE OLIVEIRA BERALDO MAGALHÃES (79658/RJ) (551)
MARGO CAMARGO DOS SANTOS (52150/RS) (186)
MARIA BEATRIZ CAPOCCHI PENETTA (140724/SP) (167)
MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP)
(558) (674) (675) (739)
MARIA CLAUDIA DE SEIXAS (56786A/GO, 88552/SP) E OUTRO(A/S)
(428) (993)
MARIA CRISTINA LAPENTA (86711/SP) (182)
MARIA DE FATIMA GONCALVES DOS SANTOS MAIA (15)
MARIA FERNANDA CASTANHEIRA SAAB (346025/SP) (265)
MARIA FERNANDA DI DONATO ROSIN (195581/SP) (541)
MARIA JAMILE JOSE (257047/SP) (583)
MARIA LETICIA SOUZA COSTA (45087/MG) (1076)
MARIA LUCIA MORENO LOPES (162321/SP) (775)
MARIANA DE ALMEIDA BREVIGLIERI
(407) (419) (973) (984)
MARIANA TAVARES ANTUNES (002669-A/RJ, 154639/SP) (348)
MARIANNA DE BRITO MARTINS (182033/MG) (271)
MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33954/DF, 90211/MG) E OUTRO(A/S) (222)
MARINA GAENSLY BLATTNER (108831/RJ, 229618/SP) (348)
MARIO AUGUSTO GARCIA AZUAGA (17313/MS) (671)
MÁRIO DAVID PRADO SÁ (6286/PA) (183)
MÁRIO MARQUES DE OLIVEIRA (55836/MG, 55836/MG) (733)
MARION SILVEIRA REGO (22769/BA, 156123/RJ, 91116A/RS, 9960/SC, 307042/SP) (127)
MARIVONE HARDT BETIOLLO (37831/RS) (1043)
MARK GIULIANI KRAS BORGES (50889/RS)
(208) (258)
MARLENE DE MELO (142466/SP) (272)
MARLON CHARLES BERTOL (10693/SC, 326082/SP) (664)
MARLON CHARLES BERTOL (10693/SC, 326082/SP) E OUTRO(A/S)
(400) (967)
MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP) (925)
MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP) E OUTRO(A/S) (907)
MARTA LILIANE SILVEIRA DA SILVA (70157/RS) (668)
MARUZAN ALVES DE MACEDO (41134/MG) E OUTRO(A/S)
(50) (433) (998)
MATEUS ARACI ALMEIDA SOARES
(431) (996)
MATHEUS GONCALVES DOS SANTOS TRINDADE (101928/RS) E OUTRO(A/S) (644)
MATHEUS HENRIQUE DE PAULA MACHADO (819)
MATHEUS PIOVATTO LINDO (371125/SP) (100)
MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA (83747/SP)
(336) (1084)
MATTHEUS EDUARDO LEAL URBANEK (54625/SC) (606)
MATTHEUS REIS E MONTENEGRO (166994/RJ) (1096)
MAURÍCIO AMORIM DE ARAÚJO
(54) (813)
MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA (55433/BA, 21934/DF, 109016/RJ) (200)
MAURICIO FARID DE SOUZA BORGES
(18) (807)
MAURICIO GARCIA PALLARES ZOCKUN (55420/BA, 156594/SP) (216)
MAURICIO LEVENZON UNIKOWSKI (64211/RS)
(335) (1102)
MAURICIO MONTEIRO FERRARESI (179863/SP) (223)
MAURICIO NUCCI (189310/SP)
(185) (943)
MAURICIO PEREIRA DA SILVA (14435/PR) E OUTRO(A/S) (116)
MAURÍCIO SILVA LEITE (SP164483/) (711)
MAURO ANTONIO BUENO CORSI (287890/SP) (862)
MAURO ATUI NETO (266971/SP)
(21) (23) (54) (813)
MAURO OTAVIO NACIF (23477/SP)
(409) (975)
MAURO RAFAELI MUNIZ FILHO (24590/SC) (130)
MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS (54394/PR) E OUTRO(A/S) (604)
MAYARA GIL FONSECA (364786/SP) (690)
MAYK VINICIUS DAMIM (72)
MAYRIESLEN BEATRIZ MIRANDA DIAS (25)
MELISSA AGUIAR BATTISTI PORTO (39676/SC) (709)
MICHAEL KONONENKO
(9) (9)
MICHEL JACKSON DA SILVA AMANTE (690)
MIGUEL ANTONIO RUAS LUBI (24850/SC)
(390) (957)
MILTON FERNANDO TALZI (205033/SP) (493)
MINERVINO DE CASTRO NETO (8162/CE) (270)
MISAEL PEREIRA DA SILVA (70)
MISAQUE MOURA DE BARROS (341890/SP) (117)
MIZAEL ANTÔNIO DE CAMARGO (26)
MOACIR ALOIR DE MORAES (662)
MOACIR BELCHIOR (221/DF) (304)
MOACIR LEVI CORREIA (816)
MOSAI DOS SANTOS (290883/SP) (686)
MOYSES BARJUD MARQUES (13496/CE) (207)
MURILLO DOS SANTOS NUCCI (24022/DF, 199213/RJ, 415760/SP) (723)
MURILO ABRAHAO SORDI (201085/SP) (274)
MURILO DETOGNE SANTOS (838)
MURILO GOMES DE SOUZA E SILVA (34533/BA)
(329) (946)
MUZIO SCEVOLA MOURA CAFEZEIRO (16761/BA) (930)
MYRON DE MOURA MARANHAO (11631/BA)
(247) (875)
NAIGUEL CRISTIAN GOMES (184810/MG) E OUTRO(A/S) (621)
NÃO INDICADO
(87) (90) (93) (97) (98) (99) (101) (103) (107) (110)
(120) (540) (609) (650) (651) (877) (889) (890) (891) (896)
(900) (910) (915) (917) (924)
NARCISO FUSER (91824/SP) (47)
NATALIE KAZUMI IKAWA (783)
NATHALIA CESAR DA COSTA (104898/RJ) (121)
NATHALIA POETA (40441/SC) (832)
NATHALIE CANCELA CRONEMBERGER CAMPELO (9191-A/MA, 2953/PI) (725)
NEI CALDERON (1059A/BA, 33485-A/CE, 24363/DF, 44132/GO, 98730/MG, 15115-A/MS, 00812/PE, 12379/PI, 002693-A/RJ, 1162-A/RN, 905A/SE, 114904/SP) (181)
NELLY BERTA BRUSQUE DE ABREU E SILVA (555)
NELSON ANTONIO MIGUEL
(420) (985)
NELSON PAZ DOS SANTOS (800)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO)
(200) (203)
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO) E OUTRO(A/S) (1096)
NERIVALDO LIRA ALVES (23974/DF, 111386/RJ, 245957/SP) (144)
NERY ROQUE DA CUNHA (23350/RS) E OUTRO(A/S) (830)
NEUSA PATRÍCIO MAGALHÃES (878)
NEY FAYET DE SOUZA JUNIOR (25581/RS, 412465/SP) (669)
NEYARLA DE SOUZA PEREIRA BARROS (3502/AC) (691)
NICOLLE COSTA DO ESPIRITO SANTO (365799/SP) (690)
NILSON DA MOTTA RODRIGUES
(425) (990)
NILZA DIAS PEREIRA HESPANHOLO (117860/SP) (1077)
NOEMIA PEREIRA LORENZO (878)
NORMANDO DELGADO DOS SANTOS (9701/PB) (254)
NOVO TEMPO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA (310)
OFICIALA SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MACAPÁ - AP (216)
OFICIALA SUBSTITUTA DO CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE GUARAPARI - ES (216)
ONIVALDO ALVES DE MATOS
(421) (986)
ORLANDO AMARAL MIRAS (22316/PR) (622)
ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO (887)
OSEIAS DE CARVALHO (17005/PR) (903)
OSMAR JATOBA JUNIOR (686)
OSMAR VAZ DE MELLO DA FONSECA NETO (44655/BA, 135093/MG) E OUTRO(A/S) (911)
OSVALDO JOSÉ DUNCKE (34143/SC)
(696) (697) (697) (698) (698)
OSVALDO PEREIRA (12)
OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF) (553)
OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
(166) (170)
OTACILIO GUIMARAES DE PAULA (183188/SP) (935)
P.S.J. (739)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

PAOLA MARTINS FORZENIGO (330827/SP) (711)
PARAGUACU SOARES NEVES JUNIOR (68373/RS) (634)
PATRICIA BARBIERI DIEZEL (209547/SP) (666)
PATRICIA DE SOUZA GONCALVES (162423/RJ, 342635/SP) (1031)
PATRICIA EMILIA GOMES RIBAS (72910/PR) (122)
PATRICIA FUDO (183190/SP) (1107)
PATRICIA GRASSANO PEDALINO (16932/PR, 224960/RJ, 366765/SP) E OUTRO(A/S) (323)
PATRÍCIA HENRIQUES RIBEIRO (065610/MG) (291)
PATRICIA HENRIQUES RIBEIRO (65610/MG) (290)
PATRICIA JUNQUEIRA SANTIAGO (23592/DF) (1060)
PAULA LAS HERAS ANDRADE (159871/RJ) (1016)
PAULA PEREIRA DUARTE (87336/RS) (668)
PAULA SARNO BRAGA (18670/BA) (181)
PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA (33940/RS) E OUTRO(A/S) (233)
PAULO ANTONIO SAID (146938/SP) (524)
PAULO AUGUSTO ROSA GOMES (117750/SP) (719)
PAULO CAMARGO TEDESCO (51970/DF, 58951A/GO, 200596/MG, 79463/PR, 207177/RJ, 119036A/RS, 234916/SP)
(746) (747)
PAULO CESAR APARECIDO FERREIRA
(10) (10)
PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (9165/CE) (136)
PAULO CESAR MARTINS (643)
PAULO CEZAR LAUXEN (29160/RS) (679)
PAULO DE BARROS CARVALHO (30214/DF, 122874/SP) (162)
PAULO DE MELLO ALEIXO (4639B/RS) (1028)
PAULO DE OLIVEIRA
(29) (29)
PAULO DIMAS DE ARAUJO (55420/MG) (904)
PAULO DOMINGOS DOS SANTOS (361851/SP) (684)
PAULO EMILIO CATTA PRETA DE GODOY (13520/DF) E OUTRO(A/S) (15)
PAULO EMILIO RIBEIRO DE VILHENA NETO (162630/MG) (778)
PAULO FERNANDO CHADU RIBEIRO BORGES (22447/GO) E OUTRO(A/S) (462)
PAULO HENRIQUE DE JESUS GOMES
(416) (981)
PAULO HENRIQUE DE MORAES SARMENTO (154958/SP) (895)
PAULO JOSE NALON DE ANDRADE (112716/MG) (290)
PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO E OUTRO(A/S) (310)
PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO (45650/SC) (857)
PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP) (910)
PAULO ROGERIO TEIXEIRA PIMENTA (163390/SP) (771)
PAULO SERGIO DA SILVA (246212/SP) (56)
PAULO SERGIO HERNANDO (36546/GO) (869)
PAULO TORMINN BORGES (379/GO)
(304) (304)
PEDRO FRANCISCO DE LIMA FILHO (73465/RJ) (155)
PEDRO HENRIQUE DE SOUZA (157525/MG) (291)
PEDRO HENRIQUE FLEURY NASCIMENTO (36217/GO) (350)
PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO (26544/DF, 48566A/GO, 327460/SP) E OUTRO(A/S) (248)
PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC) E OUTRO(A/S) (165)
PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC) (1030)
PEDRO PAULO ALVES CORREA DOS PASSOS (64481/DF) (97)
PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS (0031036/DF) (166)
PEDRO ROSSI LOPES (378874/SP) (272)
PÉRICLES HERMÍNIO COELHO DA SILVA (299137/SP) E OUTRO(A/S) (171)
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI (25350/DF, 163657/SP) (77)
PIETRO LUIGI PIETROBON DE MORAES VARGAS (145051/RJ) (1015)
PITAGORAS CUSTODIO MARINHO (4700/RO)
(89) (96) (767)
POLLYANE CELI GUSSO (60933/PR)
(441) (1006)
PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE
(173) (942)
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
(168) (596) (797)
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL (596)
PRESIDENTE DO SUPERIOR TRBUNAL DE JUSTIÇA
(19) (78)
PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(28) (31) (38) (40) (42) (80) (410) (412) (420) (422)
(435) (436) (437) (460) (471) (476) (477) (515) (519) (523)
(527) (530) (603) (608) (788) (789) (840) (843) (847) (851)
(852) (853) (861) (977) (985) (987) (1000) (1001) (1002)
PRISCILA ARECO MOURA DA SILVA (241068/SP) (113)
PRISCILA DE PAULA CABRAL (106540/RJ)
(105) (109) (916) (919)
PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO (1063)
PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA (1017)
PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (1103)
PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (00000/DF)
(124) (180) (188) (195) (196) (199) (209) (235) (236) (266)
(267) (271) (335) (337) (339) (373) (384) (593) (660) (678)
(721) (722) (1016) (1028) (1047) (1049) (1054) (1058) (1069) (1071)
(1085) (1096) (1097) (1102) (1107) (1112)
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
(1) (2) (7) (132) (137) (150) (156) (157) (169) (173)
(174) (211) (220) (242) (271) (282) (315) (334) (341) (342)
(348) (356) (357) (358) (369) (445) (446) (447) (448) (459)
(549) (554) (556) (560) (563) (565) (566) (569) (570) (571)
(572) (573) (574) (575) (576) (578) (584) (586) (590) (610)
(611) (613) (614) (621) (656) (658) (659) (681) (682) (683)
(688) (693) (696) (697) (698) (703) (705) (706) (707) (713)
(720) (732) (734) (736) (738) (739) (770) (797) (865) (873)
(879) (931) (932) (933) (934) (935) (937) (938) (939) (940)
(942) (1010) (1011) (1012) (1035) (1050) (1071) (1086) (1089) (1109)
(1113)
PROCURADOR-GERAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(105) (916)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
(143) (543) (544) (545) (547) (549) (550) (1036)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
(149) (728)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
(673) (1063)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
(446) (614) (671) (683) (1011)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
(367) (374) (730) (735) (905) (1093)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
(365) (1092)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(131) (138) (148) (440) (613) (664) (696) (697) (698) (892)
(932) (937) (938) (1005) (1023) (1029) (1030) (1081)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(100) (134) (135) (147) (152) (154) (159) (175) (211) (214)
(215) (252) (301) (349) (356) (359) (372) (375) (541) (542)
(557) (558) (562) (564) (571) (583) (656) (657) (659) (674)
(675) (676) (681) (682) (684) (685) (689) (690) (694) (699)
(700) (710) (727) (872) (877) (935) (936) (939) (1018) (1024)
(1089) (1090) (1095)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
(146) (663)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
(136) (303) (702) (731)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(559) (931)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
(151) (213) (371) (575) (1019) (1059) (1094)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(7) (142) (144) (231) (312) (567) (568) (705) (933) (1015)
(1066) (1072)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (687)
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(88) (133) (139) (140) (141) (145) (347) (368) (565) (576)
(658) (669) (1074) (1080)
PROCURADOR-GERAL DE SÃO JORGE D'OESTE
(441) (1006)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL (205)
PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
(280) (661) (1021)
PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
(168) (234) (236) (543) (723) (724) (1060) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
(172) (236) (352) (450) (740) (743) (894) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
(172) (201) (236) (546) (654) (743) (1097) (1105)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
(172) (227) (236) (256) (289) (294) (295) (297) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
(172) (226) (234) (236) (260) (302) (548) (743) (878) (902)
(929) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
(99) (172) (236) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(172) (236) (743) (886) (1097) (1111) (1115)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(172) (172) (236) (238) (332) (741) (743) (743) (1097) (1099) (1108)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
(172) (236) (243) (308) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
(172) (234) (236) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(130) (172) (234) (236) (709) (743) (1070) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
(182) (192) (223) (224) (231) (236) (257) (285) (300) (313) (314) (316) (336) (343) (359) (581) (615) (617) (618) (686) (695) (719) (726) (729) (742) (769) (1013) (1014) (1037) (1046) (1061) (1062) (1064) (1068) (1082) (1084) (1087) (1090) (1097) (1115)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
(172) (234) (236) (743) (1097) (1116)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS
(172) (743)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
(172) (236) (345) (691) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
(161) (172) (236) (286) (288) (292) (293) (296) (299) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
(172) (234) (236) (743) (1053) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
(172) (207) (234) (236) (743) (1055) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(172) (234) (236) (743) (876) (1097) (1115)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
(172) (234) (236) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
(172) (183) (234) (236) (370) (655) (665) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
(172) (234) (236) (265) (594) (662) (743) (1027) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
(172) (234) (236) (366) (725) (743) (1097) (1114)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(7) (121) (123) (172) (234) (236) (239) (240) (743) (1031) (1033) (1097) (1110)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTRO(A/S) (1057)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(172) (218) (219) (234) (236) (307) (687) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(104) (172) (208) (228) (233) (234) (235) (236) (253) (258) (351) (555) (679) (743) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
(3) (234) (236) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA (1119)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS (1066)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA DA SERRA
(333) (1083)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS (193)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA (609)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ASSU (111)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA (882)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (233)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO BURICÁ (708)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU (198)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU (537)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA (912)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO (677)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO (278)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO (118)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA (538)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS (90)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO (328)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
(290) (291)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ (905)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE INGÁ (923)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (657)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO TOCANTINS (263)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS (663)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATRINCHÃ (548)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MAUÉS (385)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA (194)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO
(443) (1008)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS (733)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (275)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS (117)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO (191)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALES OLIVEIRA (274)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR
(112) (160) (338) (552)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
(666) (775)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (909)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA (718)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE
(236) (1097)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
(102) (114)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (751)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(162) (190) (233) (542) (561) (872)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
(442) (1007)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE VALENÇA (1110)
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
(162) (163) (667) (672) (941) (1103) (1104)
PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)
(122) (127) (128) (129) (160) (160) (189) (206) (209) (212) (246) (298) (311) (616) (649) (885) (910) (1026) (1039) (1043) (1044) (1045) (1051) (1056) (1109) (1113) (1118)
PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
(172) (743)
R.L.G. (720)
RAFAEL ANTUNES FREDERICO (55571/GO, 110076/MG, 21604-A/MS) (879)
RAFAEL ARAUJO VIEIRA (29481/DF)
(254) (269)
RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF) (164)
RAFAEL BORGES PINHEIRO (93975/MG) (1042)
RAFAEL DA CAS MAFFINI (25953/DF, 44404/RS, 446744/SP) (170)
RAFAEL DOS SANTOS CORREIA (878)
RAFAEL JOSE SANCHES (289595/SP) (512)
RAFAEL KHALIL COLTRO (424062/SP) (828)
RAFAEL LOPES ARIZA (71221/RS) (891)
RAFAEL MARQUES DE OLIVEIRA (152284/RJ) (1067)
RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES (15182/DF) (580)
RAFAEL OLIVEIRA DE SA (137618/RJ) (1033)
RAFAEL TADEU SIMÕES (360)
RAFFAELE ARISCI (598)
RAIMUNDA CEARÁ SERRA AZUL (3633/DF)
(364) (1091)
RAIMUNDO ANTONIO PALMEIRA DE ARAUJO (1954/AL) E OUTRO(A/S) (712)
RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE) E OUTRO(A/S)
(172) (743)
RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE, 439314/SP) E OUTRO(A/S)
(165) (505)
RAIMUNDO EUSTAQUIO DE SOUZA COSTA (54519/MG) (1076)
RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (30537/CE)
(392) (959)
RAPHAEL CAPELLETI VITAGLIANO (164360/RJ) (312)
RAPHAEL HENRIQUE DUTRA RIGUEIRA (136725/MG) (20)
RAPHAEL MARCONDES KARAN (30375/PR, 370447/SP)
(441) (442) (443) (1006) (1007) (1008)
RAPHAEL RICARDO TISSI (45052/PR) (643)
RAQUEL CRISTINA RIBEIRO NOVAIS (1250/A/DF, 117881/MG, 002306-A/RJ, 77143A/RS, 76649/SP) (1058)
RAUL ABRAMO ARIANO (373996/SP) (727)
RAUL JOSE PROLO (05360/PR)
(443) (1008)
REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA (25480/DF, 199077/RJ, 415764/SP) (723)
REGINALDO JOSE DO PRADO (88557/MG) (527)
REGINALDO VITALINO DA SILVA
(395) (962)
REGIS ELENO FONTANA (A654/AM, 29199/DF, 58441/PR, 27389/RS, 25014/SC, 266450/SP) (273)
RELATOR DA AC Nº 4.388 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (248)
RELATOR DA AÇÃO PENAL Nº 957 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (794)
RELATOR DA TP Nº 2.354 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(400) (967)
RELATOR DA TP Nº 2.479 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(409) (975)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR DO ARE Nº 1.259.957 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (632)
RELATOR DO ARE Nº 918.843 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (821)
RELATOR DO ARESP Nº 1.635.015 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (759)
RELATOR DO ARESP Nº 746.463 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (44)
RELATOR DO ARESP Nº 967.766 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (621)
RELATOR DO HC Nº 581.162 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (321)
RELATOR DO HC N° 432.637 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (595)
RELATOR DO HC N° 580.654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (800)
RELATOR DO HC Nº 1.664.063 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (641)
RELATOR DO HC Nº 178.529 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (799)
RELATOR DO HC Nº 185.677 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (793)
RELATOR DO HC Nº 185.877 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (795)
RELATOR DO HC Nº 2123268-62.2020.8.26.0000 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (843)
RELATOR DO HC Nº 229.113 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (513)
RELATOR DO HC Nº 346.425 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (782)
RELATOR DO HC Nº 390.533 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (588)
RELATOR DO HC Nº 410.997 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (389) (956)
RELATOR DO HC Nº 412.049 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (390) (957)
RELATOR DO HC Nº 436.416 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (391) (958)
RELATOR DO HC Nº 445.881 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (456)
RELATOR DO HC Nº 461.709 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (458)
RELATOR DO HC Nº 465.419 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (599)
RELATOR DO HC Nº 469.801 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (482)
RELATOR DO HC Nº 480.574 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (29)
RELATOR DO HC Nº 486.424 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (405) (971)
RELATOR DO HC Nº 491.618 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (393) (960)
RELATOR DO HC Nº 492.859 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (461)
RELATOR DO HC Nº 496.749 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (381) (952)
RELATOR DO HC Nº 497.816 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (394) (961)
RELATOR DO HC Nº 498.246 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (474)
RELATOR DO HC Nº 498.771 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (398) (965)
RELATOR DO HC Nº 512.113 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (406) (972)
RELATOR DO HC Nº 512.449 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (465)
RELATOR DO HC Nº 512.714 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (463)
RELATOR DO HC Nº 513.262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (522)
RELATOR DO HC Nº 515.392 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (839)
RELATOR DO HC Nº 519.654 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (837)
RELATOR DO HC Nº 524.605 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (620)
RELATOR DO HC Nº 534.599 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (459)
RELATOR DO HC Nº 535.114 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (509)
RELATOR DO HC Nº 537.653 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (320)
RELATOR DO HC Nº 538.349 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (399) (966)
RELATOR DO HC Nº 538.839 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (430) (995)
RELATOR DO HC Nº 540.612 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (402)
RELATOR DO HC Nº 540.932 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (401) (968)
RELATOR DO HC Nº 541.452 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (826)
RELATOR DO HC Nº 542.757 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (404) (970)
RELATOR DO HC Nº 542.857 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (454)
RELATOR DO HC Nº 543.728 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (415) (980)
RELATOR DO HC Nº 543.964 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (470)
RELATOR DO HC Nº 544.852 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (495)
RELATOR DO HC Nº 545.261 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (505)
RELATOR DO HC Nº 545.866 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (438) (1003)
RELATOR DO HC Nº 546.334 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (489)
RELATOR DO HC Nº 548.532 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (606)
RELATOR DO HC Nº 550.130 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (407) (973)
RELATOR DO HC Nº 550.741 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (469)
RELATOR DO HC Nº 551.291 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (763)
RELATOR DO HC Nº 551.880 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (602)
RELATOR DO HC Nº 557.769 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (589)
RELATOR DO HC Nº 558.031 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (842)
RELATOR DO HC Nº 558.329 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (34)
RELATOR DO HC Nº 558.674 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (848)
RELATOR DO HC Nº 559.000 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (16) (806)
RELATOR DO HC Nº 559.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (411) (976)
RELATOR DO HC Nº 559.660 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (525)
RELATOR DO HC Nº 559.756 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (633)
RELATOR DO HC Nº 560.195 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (413) (978)
RELATOR DO HC Nº 560.819 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (417) (982)
RELATOR DO HC Nº 561.128 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (605)
RELATOR DO HC Nº 562.108 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (625)
RELATOR DO HC Nº 563.203 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (503)
RELATOR DO HC Nº 563.262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (76) (820)
RELATOR DO HC Nº 564.118 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (414) (979)
RELATOR DO HC Nº 565.057 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (518)
RELATOR DO HC Nº 566.211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (762)
RELATOR DO HC Nº 566.548 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (79)
RELATOR DO HC Nº 566.871 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (819)
RELATOR DO HC Nº 566.960 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (796)
RELATOR DO HC Nº 566.967 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (511)
RELATOR DO HC Nº 567.073 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (627)
RELATOR DO HC Nº 567.170 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (27) (809)
RELATOR DO HC Nº 567.694 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (818)
RELATOR DO HC Nº 568.603 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (510)
RELATOR DO HC Nº 568.939 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (419) (984)
RELATOR DO HC Nº 569.084 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (757)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR DO HC Nº 569.339 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (56)
RELATOR DO HC Nº 569.724 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (521)
RELATOR DO HC Nº 569.784 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (9)
RELATOR DO HC Nº 569.836 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (629)
RELATOR DO HC Nº 569.896 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (10)
RELATOR DO HC Nº 569.915 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (428) (993)
RELATOR DO HC Nº 569.942 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (424) (989)
RELATOR DO HC Nº 570.135 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (516)
RELATOR DO HC Nº 570.150 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (423) (988)
RELATOR DO HC Nº 570.390 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (786)
RELATOR DO HC Nº 570.496 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (425) (990)
RELATOR DO HC Nº 571.491 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (37)
RELATOR DO HC Nº 571.822 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (54) (813)
RELATOR DO HC Nº 572.364 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (528)
RELATOR DO HC Nº 573.149 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (61)
RELATOR DO HC Nº 573.444 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (835)
RELATOR DO HC Nº 573.943 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (860)
RELATOR DO HC Nº 574.521 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (431) (996)
RELATOR DO HC Nº 574.794 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (630)
RELATOR DO HC Nº 574.973 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (859)
RELATOR DO HC Nº 575.056 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (429) (994)
RELATOR DO HC Nº 575.355 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (319)
RELATOR DO HC Nº 575.686 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (433) (998)
RELATOR DO HC Nº 575395 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (760)
RELATOR DO HC Nº 576.406 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (81)
RELATOR DO HC Nº 576.813 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (830)
RELATOR DO HC Nº 577.474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (18) (807)
RELATOR DO HC Nº 577.662 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (67)
RELATOR DO HC Nº 578.903 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (856)
RELATOR DO HC Nº 578.955 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (824)
RELATOR DO HC Nº 578.956 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (69)
RELATOR DO HC Nº 579.335 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (804) (805)
RELATOR DO HC Nº 579.396 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (12)
RELATOR DO HC Nº 579.398 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (829)
RELATOR DO HC Nº 580.512 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (64)
RELATOR DO HC Nº 580.685 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (77)
RELATOR DO HC Nº 580.768 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (439) (1004)
RELATOR DO HC Nº 582.519 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (638)
RELATOR DO HC Nº 583.081 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (802)
RELATOR DO HC Nº 583.165 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (849)
RELATOR DO HC Nº 583.352 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (49)
RELATOR DO HC Nº 583.599 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (71)
RELATOR DO HC Nº 583.619 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (72)
RELATOR DO HC Nº 583.808 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (832)
RELATOR DO HC Nº 584.101 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (864)
RELATOR DO HC Nº 584.189 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (833)
RELATOR DO HC Nº 584.412 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (73) (815)
RELATOR DO HC Nº 584.844 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (14)
RELATOR DO HC Nº 584.970 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (59)
RELATOR DO HC Nº 585.228 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (26)
RELATOR DO HC Nº 585.255 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (32)
RELATOR DO HC Nº 585.284 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (41)
RELATOR DO HC Nº 585.285 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (51)
RELATOR DO HC Nº 585.290 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (47)
RELATOR DO HC Nº 585.445 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (845)
RELATOR DO HC Nº 585.454 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (17)
RELATOR DO HC Nº 585.552 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (863)
RELATOR DO HC Nº 585.616 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (52)
RELATOR DO HC Nº 585.680 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (45)
RELATOR DO HC Nº 585.908 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (858)
RELATOR DO HC Nº 585.920 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (60)
RELATOR DO HC Nº 585.969 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (58)
RELATOR DO HC Nº 586.206 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (846)
RELATOR DO HC Nº 586.232 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (65)
RELATOR DO HC Nº 586.322 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (834)
RELATOR DO HC Nº 586.577 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (854)
RELATOR DO HC Nº 586.595 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (850)
RELATOR DO HC Nº º 549.981 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTÇA (408) (974)
RELATOR DO INQ Nº 4.781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (75) (817)
RELATOR DO INQ Nº 4781 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (62) (63) (814) (838)
RELATOR DO RESP Nº 1.813.398 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (23)
RELATOR DO RESP Nº 1.842.935 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (20)
RELATOR DO RHC Nº 105.065 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (392) (959)
RELATOR DO RHC Nº 110.604 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (628)
RELATOR DO RHC Nº 111.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (622)
RELATOR DO RHC Nº 116.371 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (403) (969)
RELATOR DO RHC Nº 121.226 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (13)
RELATOR DO RHC Nº 122.709 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (841)
RELATOR DO RHC Nº 123.786 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (426) (991)
RELATOR DO RHC Nº 124.145 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (46) (812)
RELATOR DO RHC Nº 124.278 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (36)
RELATOR DO RHC Nº 124.643 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (529)
RELATOR DO RHC Nº 124.900 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (322)
RELATOR DO RHC Nº 85.569 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (754)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RELATOR DOS HC'S Nº 576.724 E Nº 580.751 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (822)
RELATORA DO HC N° 583.249 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (642)
RELATORA DO HC Nº 184.907 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (791)
RELATORA DO HC Nº 505.697 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (798)
RELATORA DO HC Nº 538.247 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (25)
RELATORA DO HC Nº 543.240 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (783)
RELATORA DO HC Nº 555.539 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (785)
RELATORA DO HC Nº 560.702 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (486)
RELATORA DO HC Nº 569.858 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (758)
RELATORA DO HC Nº 577.813 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (635)
RELATORA DO HC Nº 583.082 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (70)
RELATORA DO HC Nº 584.857 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (33)
RELATORA DO HC Nº 585.186 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(43) (811)
RENAN BRUNO BARROS GUMIERI RIBEIRO (307169/SP) (753)
RENAN DE LIMA CLARO (442753/SP) (690)
RENAN DE OLIVEIRA WERNER (129099/MG) (291)
RENATA FELIX MARTINEZ (226737/SP)
(381) (952)
RENATA GONCALVES PIMENTEL (11980/MS) (1111)
RENATA LÚCIA GUIMARÃES RISSO (360)
RENATA POLIANE VICTOR (55940/PR) E OUTRO(A/S) (382)
RENATA RIBEIRO DA SILVA (822)
RENATA ROJAS (218011/SP) (838)
RENATO GUILHERME MACHADO NUNES (162694/SP) E OUTRO(A/S) (1096)
RENATO NARDINI MAZETO (237666/SP) (210)
RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF) E OUTRO(A/S) (306)
RICARDO ALESSI DELFIM (136346/SP) (612)
RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
(162) (233) (236) (237) (1097) (1098)
RICARDO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ (31417/BA, 182634/SP) (151)
RICARDO BARROS CANTALICE (49579/RS, 292505/SP) (680)
RICARDO CARVALHO BRAGA DOS SANTOS (143420/RJ) (1015)
RICARDO DE MEDEIROS MORES (662)
RICARDO DO NASCIMENTO (186169/RJ, 130218/SP) (212)
RICARDO HUMBERTO CEZE (20221/DF) (229)
RICARDO JOSE FIGUEIREDO JUNIOR
(418) (983)
RICARDO MAURICIO CHUCRE DIAS JUNIOR (141336/MG) (340)
RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS (44412/DF, 145814/MG) (1041)
RICARDO SARAIVA AMBROSIO (269667/SP) (67)
RICARDO ZENERE FERREIRA (87039/RS) (273)
RILDEMAR BARBOSA DA CAMARA JUNIOR
(76) (820)
RITA DE CASSIA FRANZIN (194)
RIVELINO AMARAL (8963/ES)
(401) (968)
ROBERTA ROUSIE FREITAS LOPES (117605/MG) (778)
ROBERTA TOLEDO CAMPOS (87347/MG) (503)
ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (18970/BA, 05939/DF, 385604/SP) (353)
ROBERTO DOS SANTOS REZENDE (79)
ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (PE018558/) E OUTRO(A/S)
(236) (1097)
ROBERTO MEDAGLIA MARRONI NETO (50942/RS) (235)
ROBERTO SARDINHA JUNIOR (177421/MG, 66540/RJ, 310322/SP) (355)
ROBINSON MANFRIN (839)
ROBSON BRANDÃO CASCIANO (827)
ROBSON CUNHA DO NASCIMENTO JUNIOR (24692/GO) (350)
ROBSON THOMAS MOREIRA (223547/SP) (301)
ROBSON XAVIER GOMES (35)
RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI (184479/SP) (280)
RODRIGO DE BITENCOURT MUDROVITSCH (26966/DF) (865)
RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO (235177/SP) (226)
RODRIGO ANDRADE MARTINI (351667/SP) (321)
RODRIGO ANTONIO SERAFIM (245252/SP) E OUTRO(A/S) (375)
RODRIGO BIAGIONI (209989/SP) (25)
RODRIGO CASTOR DE MATTOS (36994/PR, 35502/SC) (643)
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH (4708/AC, 26966/DF, 18407/A/MT, 56927/PR, 212740/RJ, 5536/RO, 396605/SP) (738)
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH (4708/AC, 26966/DF, 200706/MG, 18407/A/MT, 56927/PR, 212740/RJ, 5536/RO, 396605/SP) (710)
RODRIGO DE SALAZAR E FERNANDES (19095/PE) (593)
RODRIGO DOS REIS SILVA
(388) (955)
RODRIGO FREITAS DE NATALE (178344/SP) (195)
RODRIGO MARINHO DE OLIVEIRA (324326/SP) (871)
RODRIGO MULLER JORGE (34)
RODRIGO NASCIMENTO DA SILVA (9571/MS) (683)
RODRIGO TORRES (51761/RS) (368)
RODRIGO VIEIRA KOMOCHENA (77)
ROGER CENCI ZAQUIA (96774/RS)
(145) (1080)
ROGERIO BATISTA GABBELINI (176163/SP) (566)
ROGERIO BONFIM DE ALMEIDA (608)
ROGERIO LUIS ADOLFO CURY (5004/AC, 34252/DF, 186605/SP) (688)
ROGERIO LUIS ADOLFO CURY (5004/AC, 34252/DF, 186605/SP) E OUTRO(A/S) (511)
ROGERIO NERES DE SOUSA (203548/SP) (699)
ROGÉRIO SCHUSTER JÚNIOR (PR040191/) (1027)
ROGÉRIO VINHAES ASSUMPÇÃO (59400/RJ) (1022)
ROMULO GONÇALVES (385A/DF) (304)
ROMULO RHEMO PALITOT BRAGA (8635/PB) (865)
RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGAO (123723/SP) E OUTRO(A/S) (739)
RONALDO FERNANDO DE ALMEIDA
(429) (994)
RONALDO JOSE DOS SANTOS (141496/RJ) E OUTRO(A/S)
(425) (990)
RONALDO PEREIRA DOS SANTOS
(412) (977)
RONALDO SALLES VIEIRA (85061/SP) (657)
RONALDO SANTOS DA SILVA (626)
RONALDO TOVANI (62100/SP)
(729) (1064)
RONI JÚNIOR DOS SANTOS
(389) (956)
RONNIE PREUSS DUARTE (64349/DF, 16528/PE) (582)
ROOSEVELT ARRAES (34724/PR) E OUTRO(A/S) (315)
ROSA MARIA NEVES ABADE (109664/SP) (699)
ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS
(62) (63) (814)
ROSALDA DE BRITTO WANDERLEY GOMES CALDAS (330354/SP)
(62) (63) (814)
ROSAMARIA BORGES VIEIRA FERACIN (27780/PR) (677)
ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA MIRANDA NOGUEIRA (82449/RJ) (1015)
ROSANA HARUMI TUHA (131041/SP) (666)
ROSANGELA APARECIDA DO NASCIMENTO (88008/SP) (191)
ROSELITO EVERALDO DE LINS (23873/SC) (278)
ROSIANE LUZIA FRANCA (370141/SP) (346)
ROSIEL EVANGELISTA SILVA
(395) (962)
ROSILENO ARIMATEA MARRA (71595/MG) (730)
ROSSANNA ALVES MOURE (15835/PR) (780)
ROSSINI ALVES DIAS (74)
RUBENS DOS SANTOS JUNIOR (350011/SP) E OUTRO(A/S) (856)
RUBENS PEREIRA DE CARVALHO (16794/PR) (1071)
RUBENS RODRIGUES FRANCISCO (58665/DF, 189859/RJ, 347767/SP) (793)
RUDI MEIRA CASSEL (165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS)
(531) (532)
RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF) (455)
RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF) E OUTRO(A/S) (242)
RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)
(283) (370) (444) (533) (534) (1009)
RUDIMAR ROBERTO BORTOLOTTO (198447/MG, 70326/PR, 79441A/RS, 7910/SC) (1047)
RUSTENIA MYRIA SOUZA DE OLIVEIRA (848)
SACHA CALMON NAVARRO COELHO (20118/DF, 9007/MG, 112794/RJ, 249347/SP)
(238) (1099)
SAMARA MARIA MORAIS DO COUTO (3982/RN) (150)
SAMUEL DA SILVA ANTUNES (21795/DF) E OUTRO(A/S) (171)
SANDERSON ALMECI DE JESUS (857)
SANDOVAL APARECIDO SIMAS (144708/SP) (159)
SANDOVAL FRANCISCO DOS SANTOS (19207/CE)
(426) (991)
SANDRA MACEDO PAIVA (93166/SP) (666)
SANDRO DE ABREU SANTOS (28253/GO)
(260) (302)
SANDRO GUARAGNI (78594/RS) (52)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

SANDRO NUNES DE JESUS (798)
SANDRO WELTER DA SILVA (576)
SANTIAGO PASQUETTE PERES (408136/SP) (762)
SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL (66905/SP) E OUTRO(A/S) (704)
SEGUNDA TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (756)
SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
(1) (2) (3) (7) (83) (83) (85) (85) (86) (87)
(88) (88) (88) (89) (89) (90) (91) (91) (92) (92)
(93) (94) (94) (95) (95) (96) (96) (97) (98) (100)
(101) (102) (102) (103) (104) (104) (104) (105) (105) (106)
(106) (106) (107) (108) (108) (108) (109) (109) (109) (110)
(111) (111) (112) (112) (112) (113) (113) (114) (114) (115)
(115) (116) (116) (117) (118) (118) (119) (119) (120) (158)
(172) (174) (174) (185) (220) (220) (222) (222) (231) (244)
(245) (250) (250) (250) (251) (284) (300) (300) (304) (309)
(310) (311) (312) (323) (323) (324) (325) (326) (326) (326)
(327) (327) (328) (328) (329) (329) (330) (330) (331) (331)
(331) (346) (361) (362) (363) (383) (383) (440) (449) (450)
(455) (535) (535) (536) (536) (537) (538) (538) (539) (539)
(541) (546) (577) (578) (579) (580) (580) (581) (648) (648)
(648) (649) (652) (701) (715) (718) (718) (739) (743) (749)
(752) (753) (753) (764) (765) (765) (766) (766) (766) (767)
(767) (768) (768) (769) (771) (773) (773) (774) (774) (775)
(776) (777) (778) (778) (779) (779) (865) (869) (869) (871)
(873) (874) (874) (874) (875) (876) (876) (876) (878) (879)
(880) (880) (880) (881) (881) (882) (883) (883) (884) (884)
(884) (885) (886) (887) (888) (888) (889) (890) (891) (892)
(893) (893) (894) (894) (895) (895) (896) (897) (897) (898)
(898) (899) (899) (899) (900) (901) (901) (902) (902) (903)
(903) (903) (904) (904) (905) (906) (906) (907) (907) (908)
(908) (909) (909) (909) (911) (912) (912) (913) (913) (914)
(914) (915) (916) (916) (917) (918) (918) (918) (919) (919)
(919) (920) (920) (921) (921) (921) (922) (922) (922) (923)
(923) (924) (925) (925) (926) (926) (927) (927) (928) (928)
(929) (929) (930) (930) (930) (943) (944) (945) (945) (946)
(946) (947) (1005) (1013) (1013) (1014) (1014) (1101)
SENADO FEDERAL (170)
SENEZIO MODESTO DE OLIVEIRA (114967/MG) (461)
SERGIO ANTONIO DE JESUS CATALDO (178742/RJ) (268)
SERGIO BATALHA MENDES (0062857/RJ) E OUTRO(A/S) (551)
SERGIO BENINCA
(73) (815)
SERGIO BERMUDES (02192/A/DF, 10039/ES, 177465/MG, 17587/RJ, 64236A/RS, 33031/SP) (334)
SERGIO CARNEIRO ROSI (27165/ES, 55287/GO, 71639/MG, 20971-A/MS, 22346/A/MT, 69162/PR, 184164/RJ, 312471/SP, 8548-A/TO)
(881) (883) (899)
SERGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (17772-B/PA) (370)
SERGIO DE CARVALHO SAMEK (66063/SP) (464)
SERGIO EMILIO SCHLANG ALVES (450)
SERGIO FRANCO DE LIMA FILHO (216437/SP) (191)
SERGIO GUIMARAES RIERA (93068/RJ) E OUTRO(A/S) (568)
SERGIO LUDMER (8910A/AL, 21485/PE)
(227) (256) (289) (294) (295) (297)
SERGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO (74389/SP) (152)
SERGIO MACHADO CEZIMBRA (48538/DF, 71765/PR, 48091/RS, 373686/SP)
(253) (275)
SERGIO NOCCE (686)
SERGIO RIBEIRO CAVALCANTE (89166/SP)
(230) (577)
SERGIO RICARDO DE CARVALHO REIS (1802/PI) (366)
SHEILA DE LIMA GRYNSZPAN (153259/RJ)
(108) (918)
SHEILA SANTOS LIMA
(407) (419) (973) (984)
SHIRLEY HENN (17829/SC, 365182/SP)
(362) (947)
SID HARTA RIEDEL DE FIGUEIREDO (1509-A/DF, 11497/SP) (306)
SIDERLEY GODOY JUNIOR (14423/AL, 14423-A/MS, 133107/SP) E OUTRO(A/S) (317)
SIDNEY EDUARDO STAHL (101295/SP) (190)
SIGFRIDO MAUS (12578/SC) (709)
SILDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO (5806/RN) (760)
SILVIO MARINHO DO NASCIMENTO (6304/O/MT) (693)
SILVIO VALENTIM VALENTE (17208/SP) (666)
SIMARA MOREIRA (31566/DF) (543)
SIMCHA SCHAUBERT (862)
SOMER IDEA (60821/RS) E OUTRO(A/S) (11)
SONIA MARIA DA SILVA FRANCA (450)
SONIA MARIA SOARES POEIRAS (99343/MG) (244)
SOSTHENES MARINHO COSTA (4886/PB) (255)
SUELEM NERIS SANDI (81927/PR) (251)
SUELY IVANISE DA SILVA LIMA (850)
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
(457) (508)
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(11) (15) (21) (22) (24) (35) (39) (48) (50) (53)
(55) (57) (66) (68) (74) (317) (318) (360) (377) (378)
(379) (380) (386) (388) (395) (396) (397) (416) (418) (421)
(427) (432) (434) (451) (452) (462) (464) (466) (467) (472)
(473) (475) (478) (479) (480) (481) (483) (485) (487) (488)
(490) (491) (492) (493) (494) (498) (499) (500) (501) (502)
(504) (506) (507) (512) (514) (517) (520) (524) (526) (587)
(597) (598) (600) (601) (604) (607) (619) (623) (624) (626)
(631) (634) (636) (637) (639) (640) (643) (644) (645) (646)
(711) (712) (713) (755) (761) (784) (790) (791) (799) (801)
(803) (808) (823) (825) (827) (828) (831) (836) (844) (855)
(857) (862) (948) (949) (950) (951) (953) (955) (962) (963)
(964) (981) (983) (986) (992) (997) (999)
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
(468) (484) (496) (497) (781) (787)
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
(792) (816)
SUZAINE APARECIDA ROSA FERNANDES DE MATTOS (23395/PR) (1075)
TADEU BASTOS RORIZ E SILVA (22793/GO) (728)
TALES DAVID MACEDO (20227/DF) (738)
TALLYS AUGUSTO DE LIMA MAIA (32824/PE) (867)
TARCISIO DE MEDEIROS (17563/SC) (125)
TATIANA COSTA JARDIM (12040/ES)
(401) (968)
TATIANA ZUCONI VIANA MAIA (00015539/DF) E OUTRO(A/S) (579)
TAYLA NILESSA DE LIMA (435189/SP)
(18) (807)
THAIS PIRES DE CAMARGO REGO MONTEIRO (205657/SP) (301)
THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (35670/PR) (280)
THIAGO ARAÚJO LOUREIRO (28724/DF) (269)
THIAGO CECCHINI BRUNETTO (51519/RS) (311)
THIAGO DA CRUZ SILVA (34556/BA) (791)
THIAGO FELICIO DE OLIVEIRA LIMA (400794/SP) (152)
THIAGO PINHEIRO SILVA (10065/SE) (854)
THIAGO PINHEIRO SILVA (10065/SE) E OUTRO(A/S) (852)
THIAGO SANDOVAL FURTADO (237408/SP) (234)
THIAGO SANDOVAL FURTADO (43956/DF, 237408/SP) (593)
THIAGO SENNA LEONIDAS GOMES (34269/DF)
(365) (1092)
THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER (154860/SP) E OUTRO(A/S) (704)
TIAGO ASSIS DA SILVA (115870/MG, 67074/PR) (785)
TIAGO CEDRAZ LEITE OLIVEIRA (23167/DF) (342)
TIAGO CONDE TEIXEIRA (24259/DF, 126457/MG, 164996/RJ, 304475/SP)
(238) (1099)
TIAGO LEARDINI BELLUCCI (333564/SP)
(41) (429) (437) (994) (1002)
TIAGO LIMA GAVIAO (67956/RS) (669)
TIAGO MENDONÇA (31119/SC) E OUTRO(A/S)
(237) (1098)
TIAGO SIMOES MARTINS PADILHA (270807/SP)
(119) (920)
TIAGO SOUZA MELO
(403) (969)
TIAGO STAUDT WAGNER (1234-A/AP, 44651/DF, 93821/PR) (288)
TITULAR DO 8º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL (216)
TONIA ANDREA HORBATIUK DUTRA (8278/SC) (1030)
TONY LUIZ RAMOS (15007/SC) (280)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (502)
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (PROCESSO Nº 200833000033058) (160)
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (232)
TÚLIO CÉSAR COSTA PIERONI (MG132971/) (271)
TULIO FIGUEIREDO DUARTE (121019/MG) (374)
TULLO CAVALLAZZI FILHO (9212/SC) (1030)
UBIRACY TORRES CUOCO (510/PA) (306)
UEIDER PEDRO MENDES
(423) (988)
UILDO ALVES RODRIGUES (74)
ULISSES CORREIA DE ARAUJO JUNIOR (68)
ULISSES RIEDEL DE RESENDE (968/DF) (724)
ULLY CRISTINA MARCONDES (607)
UNIÃO (750)
VALBERTO ALVES DE AZEVEDO FILHO (11477/PB) (865)
VALDEIR APARECIDO DA SILVA (16978/MS) (849)
VALDINEI LOPES (53)
VALDIR PALMIERI (246394/SP) (777)
VALÉRIO CATUREBA CONCEIÇÃO (791)
VANESSA ALINE SCANDALO ROCHA MARDEGAN (16893/A/MT, 54412/PR) (1054)
VANESSA KNAUER PAZINI (1059)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

VANESSA MARTINIANO NUNES DOS SANTOS (164802/RJ) E OUTRO(A/S) (551)
VANILDO JOSE DA COSTA JUNIOR (106780/RJ)
(405) (971)
VENICIO BACELLAR COSTA
(434) (999)
VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (11505/PA) (574)
VERIDIANA CAROLINA COUTO DE OLIVEIRA (111858/MG) (271)
VERLANO DE QUEIROZ MEDEIROS (3812/RN) (866)
VICENTE AMENDOLA (430692/SP) E OUTRO(A/S) (826)
VICENTE DE PAULO DE MOURA VIANA (34318/DF, 8595/PI) (584)
VICENTE SEVERINO COSTA FILHO
(395) (962)
VICENZO BIZZOTTO (845)
VICTOR DAHER (032754/DF) (167)
VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES (331639/SP) E OUTRO(A/S)
(393) (960)
VICTOR HUGO SCANDALO ROCHA (74761/PR) (1054)
VICTOR IENDIS DA SILVA CAMARGO (32)
VICTOR OLIMPIO CITRO BARBOSA (40)
VICTOR PORTO FLORES NETO (148509/MG) (271)
VIG VEICULOS LTDA
(343) (1087)
VINICIUS ADRIANO CASSAMASIMO RAMOS (356869/SP) (78)
VINICIUS ALVARENGA FREIRE JUNIOR (176480/SP)
(409) (975)
VINICIUS DE LIMA SILVA (28)
VINICIUS DE SOUZA (61)
VINICIUS FONSECA LIMA (160978/MG) (527)
VINICIUS GODINHO SILVEIRA (100484/MG)
(8) (1020)
VINICIUS MACHADO VILAR (411228/SP) (788)
VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (19680/DF, 72922/MG)
(364) (1091)
VINICIUS RODRIGUES DE FREITAS (238344/SP) (159)
VINICYUS LOSS DIAS DA SILVA (15721/ES) (559)
VIRGINIA AFONSO DE OLIVEIRA MORAIS DA ROCHA (58964/DF, 96187/MG) (290)
VITOR CARLOS DELEO (239314/SP) (685)
VITOR HUGO LORETO SAYDELLES (22985/RS, 299357/SP) (680)
VITOR PIAZZAROLLO LOUREIRO (426166/SP)
(327) (945)
VITOR PIRES RODRIGUES JUNIOR
(22) (808)
VITOR RICARDI SIQUEIRA (425524/SP) (710)
VIVIANE BARCI DE MORAES (SP166465/) (354)
VLADIMIR DE AMORIM SILVEIRA (75834/RS) (45)
WAGNER ALVARES DE SOUZA (3930/AC, A813/AM/AM, 4514/RO) (345)
WAGNER ANDRADE VIEIRA DUTRA (102636/MG)
(8) (1020)
WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO (1617325/SP) (453)
WAGNER PAULO DA COSTA FRANCISCO (161735/SP) E OUTRO(A/S)
(453) (759)
WALBER DE MOURA AGRA (00757/PE)
(6) (1052)
WALBER LUIZ DE SOUZA DIAS (282/AP) (296)
WALDIR LUIZ BRAGA (01397/A/DF, 31399/ES, 181694/RJ, 6831/SC, 51184/SP) (199)
WALLACE DE ALMEIDA CORBO (186442/RJ) (239)
WALMIR DE OLIVEIRA LIMA TEIXEIRA (39167/PR, 221513/SP) (1059)
WALMYR FRANCISCO PERETO (44)
WALTER JOSE FAIAD DE MOURA (17390/DF) (280)
WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA (17390/DF) E OUTRO(A/S) (280)
WANDER DA SILVA SARAIVA RABELO (197530/SP) (233)
WANDERLEY REBELLO DE OLIVEIRA FILHO (037470/RJ) (764)
WANDERSON DE SOUSA DE ANDRADE (851)
WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS (190813/SP)
(381) (952)
WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA (54245/DF, 60300A/GO, 102533/MG) (1017)
WELINGTON DUTRA SANTOS (155434/RJ) (1079)
WELLINGTON CARLOS VASCONCELOS DE SOUZA E OUTRO(S) (MG107094/) (466)
WELLINGTON CORREA DA COSTA JUNIOR (93311/RJ) E OUTRO(A/S) (39)
WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI (229720/SP) (1062)
WELLINGTON LINHARES FURTADO
(430) (995)
WELLINGTON NEGRI DA SILVA (237006/SP) (1062)
WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (A422/AM, 1519/RO) (385)
WESLEY DE SOUZA NASCIMENTO (843)
WILKER MACEDO LIMA (22542/CE) E OUTRO(A/S) (870)
WILLAMY ALVES DOS SANTOS (60847/DF, 12082-A/MA, 2011/PI) (940)
WILLIAM DE QUADROS DA SILVA (84803/RS) E OUTRO(A/S) (515)
WILLIAM FERNANDES CHAVES (236257/SP) (700)
WILLIAM LINO GOMES (787)
WILLIAM SILVEIRA DE OLIVEIRA (91053/RS) (553)
WILLIAMS RODRIGUES FERREIRA (38498/PE)
(236) (1097)
WILLIAN FERREIRA DE SOUZA
(841) (841)
WILLIAN MONTEIRO FERREIRA (855)
WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS (52)
WILLIAN RAFAEL GIMENEZ (356592/SP) (739)
WILSON LUIS DE SOUSA FOZ (19449/SP) (1061)
YGOR NASSER SALAH SALMEN (75151/PR) (1059)
ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR (70042/MG, 18514-A/PA) E OUTRO(A/S)
(394) (961)
ZILDA MARIA BELTRAME FRANCA (13417/O/MT) (773)
ZULEIK CARVALHO OLIVEIRA (450)
ZULMAR DE OLIVEIRA PIMENTEL (122895/RJ) (123)

PETIÇÃO AVULSA/PROTOCOLO/CLASSE E NÚMERO DO PROCESSO

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 747 (240)
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 750 (1116)
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.321 (740)
AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.406 (741)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 861 (161)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.142 (162)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.242 (241)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.287
(163) (941)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.392 (305)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.423 (306)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.782 (242)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.840 (243)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.068 (164)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.219 (165)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.398 (166)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.454 (167)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.507 (168)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.551 (169)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.599 (742)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.768 (170)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.625 (171)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.163
(172) (743)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.453 (1)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.457 (5)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.456 (4)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.455 (3)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.454 (2)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.459 (7)
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.458 (6)
AÇÃO ORIGINÁRIA 2.024 (750)
AÇÃO PENAL 1.002 (738)
AÇÃO RESCISÓRIA 2.710 (751)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 31.244 (531)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.108 (323)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.225 (647)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.270 (184)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.744 (533)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.816 (250)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.869 (534)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.075 (251)
AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.080
(185) (943)
AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.940 (307)
AG.REG. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.949 (308)
AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 274
(173) (942)
AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 349 (174)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 25.456
(324) (944)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 29.637 (449)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 31.346 (450)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 33.119 (325)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 34.426 (326)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.396 (648)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.806
(327) (945)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.135 (535)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.320 (536)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.462 (537)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 37.858 (1101)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.341 (328)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.571 (764)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.663 (765)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.501 (538)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.530
(329) (946)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.788 (539)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.841 (330)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.886 (766)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.037 (540)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.063 (541)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.252 (649)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.538 (1013)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.639 (1014)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.682 (331)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.731 (767)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.770 (650)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.781 (651)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 40.993 (652)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 41.011 (768)
AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 41.074 (769)
AG.REG. NA RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS 150.278 (754)
AG.REG. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.818 (752)
AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.101.748 (612)
AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.221.329 (613)
AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 165.024 (614)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 162.285 (248)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 166.526 (619)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 170.404 (456)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 171.797 (457)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 174.120 (620)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 174.649 (755)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 175.688 (458)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.305 (459)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.524 (460)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.672 (461)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.827 (462)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 176.912 (463)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.100 (464)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.202 (465)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 177.489 (466)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.592 (467)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.716 (621)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 178.791 (468)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 179.771 (469)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 179.987 (470)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.007 (622)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.511 (471)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.539 (472)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.671 (473)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.827 (474)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.860 (475)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.882 (476)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.895 (477)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.995 (478)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.156 (623)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.247 (479)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.520 (480)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.521 (481)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.695 (482)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.771 (483)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.783 (484)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.805 (485)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.807 (486)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.832 (487)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.833 (488)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.846 (489)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.919 (491)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.915 (490)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.976 (492)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.017 (493)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.021 (624)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.036 (494)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.053 (495)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.088 (496)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.255 (497)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.290 (498)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.325 (499)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.361 (625)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.387 (500)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.391 (501)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.409 (626)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.425 (502)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.456 (503)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.788 (504)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.830 (505)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 182.944 (506)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.103 (507)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.104 (508)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.114 (627)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.274 (628)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.318 (509)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.338 (510)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.357 (511)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.359 (512)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.370 (513)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.394 (514)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.477 (515)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.513 (629)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.763 (516)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.810 (517)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.815 (518)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.875 (519)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.924 (520)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.956 (521)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.000 (522)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.019 (523)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.299 (524)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.377 (526)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.372 (525)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.395 (527)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.427 (528)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.496 (630)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.610 (529)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.636 (530)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.817 (756)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.959 (757)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 184.992 (758)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.054 (759)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.188 (760)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.238 (631)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.325 (761)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.448 (762)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.460 (763)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.682 (632)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.681 (317)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.691 (633)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.835 (318)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.892 (634)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 185.895 (635)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.166 (319)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.220 (636)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.360 (320)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.373 (637)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.393 (638)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.394 (639)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.409 (321)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.427 (640)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.455 (641)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.472 (642)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.487 (322)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.491 (643)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.597 (644)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.609 (645)
AG.REG. NO HABEAS CORPUS 186.697 (646)
AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.550 (249)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.689 (542)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 476.655 (1016)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 626.415 (653)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.061.966 (654)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.181.279 (655)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.185.829 (656)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.188.853 (657)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.193.895 (658)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.203.534 (659)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.223.370 (739)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.237.120 (660)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.237.758 (661)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.239.632 (544)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.241.751 (1102)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.243.782 (545)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.243.855 (662)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.244.456 (663)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.245.240

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(333) (1083)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.245.428 (664)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.248.100 (665)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.249.252 (546)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.249.269 (1017)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.252.153 (1103)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.211 (666)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.312 (548)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.254.886 (667)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.255.453 (334)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.182 (549)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.010 (668)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.265 (550)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.259.151 (335)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.100 (669)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.262.700
(336) (1084)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.262.912 (670)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.840
(337) (1085)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.264.122 (1104)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.265.597 (1105)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.266.362 (1106)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.135 (1107)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.052 (671)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.349 (339)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 849.769 (551)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 872.053 (552)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.032.990 (673)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.082.402 (340)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.519 (675)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.859 (676)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.147.407 (677)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.175.092 (553)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.176.501 (679)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.189.435
(341) (1086)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.190.410 (680)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.202.651 (186)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.210.567 (554)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.213.204 (681)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.214.469 (555)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.216.980 (682)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.225.195 (683)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.225.897
(343) (1087)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.228.896 (187)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.230.095 (1018)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.232.798 (684)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.064 (685)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.236.773 (687)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.238.915 (188)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.239.344 (189)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.240.017 (190)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.439 (688)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.694 (689)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.141 (690)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.147 (191)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.370 (692)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.156 (694)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.949 (556)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.250.048 (557)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.250.097 (192)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.139 (193)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.509 (194)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.993 (695)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 (698)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.949 (558)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.968 (253)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.399 (346)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.413 (699)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.528 (700)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.070 (254)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.071 (255)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.986 (256)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.257.206 (347)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.085 (195)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.576 (559)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.641 (560)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.762 (257)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.233 (258)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.511 (561)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.840 (349)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.880 (1019)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.120 (259)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.181 (260)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.266 (196)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.564 (197)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.745 (261)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.790 (262)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.929 (263)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.112 (264)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.283 (265)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.406 (266)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.521 (350)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.799 (267)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.261.809 (268)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.102 (269)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.243 (198)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.272 (270)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.592 (271)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.133 (702)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.166 (272)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.221 (562)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.236 (1109)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.313 (273)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.666 (274)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.806 (703)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.125 (275)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.487 (199)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.567 (200)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.619 (201)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.838 (276)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.264.842 (277)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.057 (278)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.068 (202)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.102 (279)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.389 (203)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.399 (204)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.409 (351)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.459 (205)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.535 (206)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.907 (207)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.967 (208)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.006 (209)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.033 (352)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.210 (210)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.486 (211)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.655 (212)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.730 (213)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.764 (214)
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.766 (215)
AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 26.435 (353)
AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 34.426 (354)
AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.032 (704)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 145.598 (563)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 166.328 (564)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 171.698 (565)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 174.290 (566)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 174.857 (567)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 175.629 (568)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 176.032 (569)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 181.896 (705)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.081 (570)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.242 (571)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.319 (770)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.574 (706)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.647 (572)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.958 (574)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.953 (573)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 183.076 (575)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 183.097 (576)
AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.086 (707)
AG.REG. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.923 (244)
AG.REG. NOS EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.965 (245)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 16.329 (310)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 24.941 (311)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 32.931 (753)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 39.475 (312)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 29.149 (309)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.227.836 (175)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 984.504 (616)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.209 (313) (1082)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.154 (314)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.701 (315)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.356 (618)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.353 (617)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.025.694 (1015)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.170 (316)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.792 (246)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.253.189 (247)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.024 (180)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.143 (181)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 28.403 (455)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.197.268 (615)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.911 (176)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.979 (177)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.166.869 (178)
AG.REG. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DIV. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.166.884 (179)
AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 863.563 (1100)
AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.223.742 (183)
AGRAVO DE INSTRUMENTO 868.411
(8) (1020)
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 194 (216)
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 572 (771)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.674 (219)
EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 29.065 (382)
EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.895 (591)
EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.914 (217)
EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.921 (281)
EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.267 (282)
EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.475 (220)
EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 276 (232)
EMB.DECL. NA QUESTÃO DE ORDEM NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 665.134 (1115)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 35.754 (775)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 38.860 (776)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 39.669 (777)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 40.319 (778)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 40.448 (779)
EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 41.019 (383)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.798 (772)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.863 (714)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.876 (716)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.872 (715)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.912 (717)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.937 (284)
EMB.DECL. NO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.938 (577)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.027 (221)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.206 (222)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO RESCISÓRIA 2.690 (355)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 15.724 (578)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 24.810 (579)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 34.652 (361)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.171 (362) (947)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.264 (773)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 36.628 (363)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 38.190 (580)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.201 (581)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 39.467 (718)
EMB.DECL. NO AG.REG. NA SUSPENSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA 102 (231)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.181.348 (356) (1089)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 159.444 (711)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 180.309 (360)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 181.495 (712)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 183.358 (713)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 7.029 (283)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 975.172 (364) (1091)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.101.195 (719)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.185.506 (720)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.230.446 (582)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.240.898 (365) (1092)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.248.722 (721)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.446 (722)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.258.720 (366)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.127.544 (723)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.156.652 (724)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.185.674 (725)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.190.804 (225)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.203.188 (1110)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.212.994 (726)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.231.937 (226)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.233.160 (583)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.237.458 (727)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.240.240 (285)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.538 (367) (1093)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.636 (286)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.766 (1112)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.241.873 (287)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.625 (368)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.623 (728)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.242.734 (288)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.430 (289)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 (369)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.255 (290)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.285 (291)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.878 (292)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.916 (293)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.188 (1113)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.584 (227)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.854 (370)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.245.997 (294)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.191 (228)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.303 (295)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.063 (296)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.614 (297)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.358 (298)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.249.830 (299)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.448 (229)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.478 (729)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.579 (584)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.561 (371) (1094)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.032 (372) (1095)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.460 (1114)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.879 (730)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.259.948 (230)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.659 (731)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.544 (585)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 160.840 (732)
EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 176.738 (586)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 956.322 (708)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.220.543 (709)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO (223)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.234.190
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 (358)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.442
(359) (1090)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.302 (710)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.167.829 (224)
EMB.DECL. NO AG.REG. NOS SEGUNDOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.243.821 (357)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 150.953
(377) (948)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 160.861
(378) (949)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 167.710
(379) (950)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 168.153
(380) (951)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 171.022
(381) (952)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 176.323 (587)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 179.647 (588)
EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 183.691 (589)
EMB.DECL. NO INQUÉRITO 4.418 (590)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 741.901 (592)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.590 (384)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.211.782 (1022)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.227.082 (735)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.247.797 (1023)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.610 (1024)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.256.985 (385)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.262.350 (593)
EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.263.014 (594)
EMB.DECL. NO SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.237.516 (1111)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NA RECLAMAÇÃO 34.586 (774)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 554 (300)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA MEDIDA CAUTELAR NA PETIÇÃO 8.662 (373)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 505.639 (733)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.251.873 (375)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.237 (734)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.114.148 (301)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.218.333 (302)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 260.576 (1021)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.183.314 (303)
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.174.611 (376)
EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.148.845 (1025)
EMB.INFR. NA AÇÃO RESCISÓRIA 1.056 (304)
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.726 (780)
EXTRADIÇÃO 1.437 (736)
EXTRADIÇÃO 1.607 (737)
HABEAS CORPUS 133.529
(386) (953)
HABEAS CORPUS 141.007
(387) (954)
HABEAS CORPUS 143.268
(388) (955)
HABEAS CORPUS 147.010
(389) (956)
HABEAS CORPUS 147.178
(390) (957)
HABEAS CORPUS 147.584 (451)
HABEAS CORPUS 153.594 (595)
HABEAS CORPUS 154.225 (596)
HABEAS CORPUS 154.508 (452)
HABEAS CORPUS 159.024 (597)
HABEAS CORPUS 159.639
(391) (958)
HABEAS CORPUS 160.071 (598)
HABEAS CORPUS 161.417 (599)
HABEAS CORPUS 161.658 (453)
HABEAS CORPUS 164.817
(392) (959)
HABEAS CORPUS 168.216
(393) (960)
HABEAS CORPUS 169.358
(394) (961)
HABEAS CORPUS 170.394
(395) (962)
HABEAS CORPUS 170.735
(396) (963)
HABEAS CORPUS 172.424
(397) (964)
HABEAS CORPUS 172.642
(398) (965)
HABEAS CORPUS 176.977
(399) (966)
HABEAS CORPUS 177.082
(400) (967)
HABEAS CORPUS 177.429
(401) (968)
HABEAS CORPUS 177.453 (402)
HABEAS CORPUS 178.241
(403) (969)
HABEAS CORPUS 178.252 (454)
HABEAS CORPUS 178.393
(404) (970)
HABEAS CORPUS 178.687
(405) (971)
HABEAS CORPUS 179.085
(406) (972)
HABEAS CORPUS 179.449
(407) (973)
HABEAS CORPUS 179.977 (600)
HABEAS CORPUS 180.156
(408) (974)
HABEAS CORPUS 180.291 (601)
HABEAS CORPUS 180.363
(409) (975)
HABEAS CORPUS 180.461 (602)
HABEAS CORPUS 180.560 (603)
HABEAS CORPUS 180.719 (604)
HABEAS CORPUS 180.732 (784)
HABEAS CORPUS 180.976 (410)
HABEAS CORPUS 181.158
(411) (976)
HABEAS CORPUS 181.508 (785)
HABEAS CORPUS 181.503
(413) (978)
HABEAS CORPUS 181.502
(412) (977)
HABEAS CORPUS 181.532 (605)
HABEAS CORPUS 182.257
(414) (979)
HABEAS CORPUS 182.439
(416) (981)
HABEAS CORPUS 182.438
(415) (980)
HABEAS CORPUS 182.481 (606)
HABEAS CORPUS 182.622 (607)
HABEAS CORPUS 182.812 (608)
HABEAS CORPUS 183.404
(417) (982)
HABEAS CORPUS 183.526
(418) (983)
HABEAS CORPUS 183.614
(419) (984)
HABEAS CORPUS 183.631
(420) (985)
HABEAS CORPUS 183.665
(421) (986)
HABEAS CORPUS 183.707
(422) (987)
HABEAS CORPUS 183.726

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

(423) (988)
HABEAS CORPUS 183.912
(424) (989)
HABEAS CORPUS 183.964
(425) (990)
HABEAS CORPUS 183.976 (786)
HABEAS CORPUS 184.223
(426) (991)
HABEAS CORPUS 184.349
(427) (992)
HABEAS CORPUS 184.522
(428) (993)
HABEAS CORPUS 184.798
(429) (994)
HABEAS CORPUS 184.825
(431) (996)
HABEAS CORPUS 184.821
(430) (995)
HABEAS CORPUS 184.937
(432) (997)
HABEAS CORPUS 185.220 (788)
HABEAS CORPUS 185.237
(433) (998)
HABEAS CORPUS 185.254 (789)
HABEAS CORPUS 185.321
(434) (999)
HABEAS CORPUS 185.352 (790)
HABEAS CORPUS 185.533
(435) (1000)
HABEAS CORPUS 185.598
(436) (1001)
HABEAS CORPUS 185.753
(437) (1002)
HABEAS CORPUS 185.822 (791)
HABEAS CORPUS 185.830 (792)
HABEAS CORPUS 185.902
(438) (1003)
HABEAS CORPUS 186.006 (793)
HABEAS CORPUS 186.299
(439) (1004)
HABEAS CORPUS 186.377 (795)
HABEAS CORPUS 186.478 (796)
HABEAS CORPUS 186.532 (797)
HABEAS CORPUS 186.668 (798)
HABEAS CORPUS 186.757 (9)
HABEAS CORPUS 186.790 (10)
HABEAS CORPUS 186.807 (799)
HABEAS CORPUS 186.815 (12)
HABEAS CORPUS 186.810 (11)
HABEAS CORPUS 186.827 (800)
HABEAS CORPUS 186.828 (801)
HABEAS CORPUS 186.832 (802)
HABEAS CORPUS 186.833 (803)
HABEAS CORPUS 186.841 (805)
HABEAS CORPUS 186.840 (804)
HABEAS CORPUS 186.864 (13)
HABEAS CORPUS 186.868 (14)
HABEAS CORPUS 186.869 (15)
HABEAS CORPUS 186.875 (21)
HABEAS CORPUS 186.874 (20)
HABEAS CORPUS 186.879 (23)
HABEAS CORPUS 186.878
(22) (808)
HABEAS CORPUS 186.872
(18) (807)
HABEAS CORPUS 186.873 (19)
HABEAS CORPUS 186.870
(16) (806)
HABEAS CORPUS 186.871 (17)
HABEAS CORPUS 186.885
(27) (809)
HABEAS CORPUS 186.886 (28)
HABEAS CORPUS 186.888 (29)
HABEAS CORPUS 186.882 (26)
HABEAS CORPUS 186.881 (25)
HABEAS CORPUS 186.880 (24)
HABEAS CORPUS 186.898 (37)
HABEAS CORPUS 186.899 (38)
HABEAS CORPUS 186.896 (35)
HABEAS CORPUS 186.897 (36)
HABEAS CORPUS 186.895 (34)
HABEAS CORPUS 186.894 (33)
HABEAS CORPUS 186.893 (32)
HABEAS CORPUS 186.892 (31)
HABEAS CORPUS 186.890 (30)
HABEAS CORPUS 186.907 (46)
HABEAS CORPUS 186.906 (45)
HABEAS CORPUS 186.905 (44)
HABEAS CORPUS 186.904
(43) (811)
HABEAS CORPUS 186.909 (48)
HABEAS CORPUS 186.908 (47)
HABEAS CORPUS 186.903 (42)
HABEAS CORPUS 186.902 (41)
HABEAS CORPUS 186.901 (40)
HABEAS CORPUS 186.900 (39)
HABEAS CORPUS 186.916 (55)
HABEAS CORPUS 186.915
(54) (813)
HABEAS CORPUS 186.918 (57)
HABEAS CORPUS 186.917 (56)
HABEAS CORPUS 186.919 (58)
HABEAS CORPUS 186.910 (49)
HABEAS CORPUS 186.912 (51)
HABEAS CORPUS 186.911 (50)
HABEAS CORPUS 186.914 (53)
HABEAS CORPUS 186.913 (52)
HABEAS CORPUS 186.924 (63)
HABEAS CORPUS 186.925 (64)
HABEAS CORPUS 186.922 (61)
HABEAS CORPUS 186.923
(62) (814)
HABEAS CORPUS 186.920 (59)
HABEAS CORPUS 186.921 (60)
HABEAS CORPUS 186.928 (67)
HABEAS CORPUS 186.929 (68)
HABEAS CORPUS 186.926 (65)
HABEAS CORPUS 186.927 (66)
HABEAS CORPUS 186.933 (71)
HABEAS CORPUS 186.934 (72)
HABEAS CORPUS 186.936
(73) (815)
HABEAS CORPUS 186.930 (69)
HABEAS CORPUS 186.932 (70)
HABEAS CORPUS 186.937 (74)
HABEAS CORPUS 186.938 (816)
HABEAS CORPUS 186.939
(75) (817)
HABEAS CORPUS 186.942 (819)
HABEAS CORPUS 186.943
(76) (820)
HABEAS CORPUS 186.941 (818)
HABEAS CORPUS 186.944 (821)
HABEAS CORPUS 186.945 (77)
HABEAS CORPUS 186.949 (78)
HABEAS CORPUS 186.950 (822)
HABEAS CORPUS 186.951 (823)
HABEAS CORPUS 186.953 (79)
HABEAS CORPUS 186.955 (80)
HABEAS CORPUS 186.956 (81)
HABEAS CORPUS 186.959 (824)
HABEAS CORPUS 186.965 (826)
HABEAS CORPUS 186.960 (825)
HABEAS CORPUS 186.970 (827)
HABEAS CORPUS 186.982 (829)
HABEAS CORPUS 186.999 (830)
HABEAS CORPUS 187.008 (832)
HABEAS CORPUS 187.003 (831)
HABEAS CORPUS 187.019 (836)
HABEAS CORPUS 187.010 (833)
HABEAS CORPUS 187.014 (835)
HABEAS CORPUS 187.012 (834)
HABEAS CORPUS 187.021 (837)
HABEAS CORPUS 187.036 (839)
HABEAS CORPUS 187.034 (838)
HABEAS CORPUS 187.048 (842)
HABEAS CORPUS 187.046 (840)
HABEAS CORPUS 187.050 (843)
HABEAS CORPUS 187.067 (844)
HABEAS CORPUS 187.068 (845)
HABEAS CORPUS 187.070 (846)
HABEAS CORPUS 187.087 (847)
HABEAS CORPUS 187.095 (850)
HABEAS CORPUS 187.090 (848)
HABEAS CORPUS 187.091 (849)
HABEAS CORPUS 187.102 (851)
HABEAS CORPUS 187.106 (852)
HABEAS CORPUS 187.109 (854)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

HABEAS CORPUS 187.107 (853)
HABEAS CORPUS 187.110 (855)
HABEAS CORPUS 187.111 (856)
HABEAS CORPUS 187.114 (857)
HABEAS CORPUS 187.118 (858)
HABEAS CORPUS 187.124 (859)
HABEAS CORPUS 187.141 (861)
HABEAS CORPUS 187.149 (862)
HABEAS CORPUS 187.188 (864)
HABEAS CORPUS 187.183 (863)
INQUÉRITO 4.800 (865)
MANDADO DE INJUNÇÃO 7.313 (82)
MANDADO DE INJUNÇÃO 7.314 (83)
MANDADO DE SEGURANÇA 36.274 (866)
MANDADO DE SEGURANÇA 36.940 (867)
MANDADO DE SEGURANÇA 37.180 (869)
MANDADO DE SEGURANÇA 37.181 (84)
MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.168 (868)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 38.696 (877)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 40.561 (887)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.293 (891)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.403 (897)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.649 (929)
MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 41.648 (928)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 141.325 (781)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 142.054 (782)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 178.255 (783)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 184.901 (787)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.335 (794)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.890 (810)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.907 (812)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 186.980 (828)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 187.047 (841)
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 187.132 (860)
MEDIDA CAUTELAR NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 187.028 (939)
PETIÇÃO 7.639 (870)
PETIÇÃO 8.835 (158)
PETIÇÃO 8.902 (871)
PETIÇÃO 8.921 (872)
PETIÇÃO 8.923 (85)
PETIÇÃO 8.927 (86)
RECLAMAÇÃO 19.010
(440) (1005)
RECLAMAÇÃO 31.316
(441) (1006)
RECLAMAÇÃO 32.927 (873)
RECLAMAÇÃO 33.116
(442) (1007)
RECLAMAÇÃO 34.100 (874)
RECLAMAÇÃO 34.258 (875)
RECLAMAÇÃO 36.482
(443) (1008)
RECLAMAÇÃO 37.302 (876)
RECLAMAÇÃO 39.088 (878)
RECLAMAÇÃO 39.219 (879)
RECLAMAÇÃO 39.246 (880)
RECLAMAÇÃO 39.450 (881)
RECLAMAÇÃO 39.520 (882)
RECLAMAÇÃO 39.570 (609)
RECLAMAÇÃO 39.654 (883)
RECLAMAÇÃO 39.926 (884)
RECLAMAÇÃO 39.946 (885)
RECLAMAÇÃO 40.433 (886)
RECLAMAÇÃO 40.656 (888)
RECLAMAÇÃO 40.690 (889)
RECLAMAÇÃO 41.134 (890)
RECLAMAÇÃO 41.343 (892)
RECLAMAÇÃO 41.350 (893)
RECLAMAÇÃO 41.372 (894)
RECLAMAÇÃO 41.387 (895)
RECLAMAÇÃO 41.391 (896)
RECLAMAÇÃO 41.418 (898)
RECLAMAÇÃO 41.424 (899)
RECLAMAÇÃO 41.428 (900)
RECLAMAÇÃO 41.438 (901)
RECLAMAÇÃO 41.440 (902)
RECLAMAÇÃO 41.459 (904)
RECLAMAÇÃO 41.456 (903)
RECLAMAÇÃO 41.460 (905)
RECLAMAÇÃO 41.463 (906)
RECLAMAÇÃO 41.466 (907)
RECLAMAÇÃO 41.477 (908)
RECLAMAÇÃO 41.485 (909)
RECLAMAÇÃO 41.506 (910)
RECLAMAÇÃO 41.505 (87)
RECLAMAÇÃO 41.523 (911)
RECLAMAÇÃO 41.533 (912)
RECLAMAÇÃO 41.539 (913)
RECLAMAÇÃO 41.542 (88)
RECLAMAÇÃO 41.543 (89)
RECLAMAÇÃO 41.544 (90)
RECLAMAÇÃO 41.545 (91)
RECLAMAÇÃO 41.546
(92) (914)
RECLAMAÇÃO 41.547
(93) (915)
RECLAMAÇÃO 41.548 (94)
RECLAMAÇÃO 41.549 (95)
RECLAMAÇÃO 41.551 (97)
RECLAMAÇÃO 41.552 (98)
RECLAMAÇÃO 41.550 (96)
RECLAMAÇÃO 41.555 (101)
RECLAMAÇÃO 41.556 (102)
RECLAMAÇÃO 41.553 (99)
RECLAMAÇÃO 41.554 (100)
RECLAMAÇÃO 41.559
(105) (916)
RECLAMAÇÃO 41.557 (103)
RECLAMAÇÃO 41.558 (104)
RECLAMAÇÃO 41.569 (115)
RECLAMAÇÃO 41.568 (114)
RECLAMAÇÃO 41.565 (111)
RECLAMAÇÃO 41.564 (110)
RECLAMAÇÃO 41.567 (113)
RECLAMAÇÃO 41.566 (112)
RECLAMAÇÃO 41.561
(107) (917)
RECLAMAÇÃO 41.560 (106)
RECLAMAÇÃO 41.563
(109) (919)
RECLAMAÇÃO 41.562
(108) (918)
RECLAMAÇÃO 41.574 (120)
RECLAMAÇÃO 41.573
(119) (920)
RECLAMAÇÃO 41.572 (118)
RECLAMAÇÃO 41.571 (117)
RECLAMAÇÃO 41.570 (116)
RECLAMAÇÃO 41.587 (922)
RECLAMAÇÃO 41.586 (921)
RECLAMAÇÃO 41.606 (924)
RECLAMAÇÃO 41.605 (923)
RECLAMAÇÃO 41.617 (925)
RECLAMAÇÃO 41.626 (926)
RECLAMAÇÃO 41.631 (927)
RECLAMAÇÃO 41.656 (930)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 576.967 (1096)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 605.552 (233)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 748.543 (234)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 754.917 (235)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 770.149
(236) (1097)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 796.376
(237) (1098)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 866.391 (1026)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 970.343 (1027)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.025.986
(238) (1099)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.124.753 (1028)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.236.346 (1029)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.239.366 (1030)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.241.581 (1031)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.253.525 (1032)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.257.463 (1033)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.515 (1034)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.260.596 (1117)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.261.079 (1118)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.263.207 (1035)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.267.124 (1036)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.268.932 (1037)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.007 (1038)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.354 (1040)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.350 (1039)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.447 (1041)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.530 (121)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.550 (1042)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.698 (122)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.791 (123)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.792 (124)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.793 (125)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.882 (1043)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.885 (1045)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.269.884 (1044)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.196 (1046)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.296 (1047)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.465
(126) (1048)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.512 (1049)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.561 (127)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.585 (1050)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.675
(128) (1051)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.270.698 (1052)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.104 (1054)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.100 (1053)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.730 (129)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.271.740 (1055)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.272.564 (1056)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.764 (1057)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.196.943 (1058)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.232.342 (1059)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.452 (1060)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.080 (1061)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.986 (1062)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.719 (1063)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.260.916 (1119)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.265.119 (130)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.051 (1064)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.848 (1065)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.266.885 (1066)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.329 (1067)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.346 (131)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.408 (1068)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.426 (1069)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.459 (1070)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.734 (1071)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.757 (1072)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.763 (132)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.776 (133)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.267.907 (134)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.032 (135)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.073 (136)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.137 (1073)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.181 (137)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.215 (138)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.271 (139)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.288 (140)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.289
(141) (1074)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.330 (142)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.348 (1075)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.415 (1076)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.417 (1077)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.477 (1078)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.659 (143)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.674 (144)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.693 (1079)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.775
(145) (1080)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.268.812 (159)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.255 (146)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.319 (147)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.474
(148) (1081)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.669 (149)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.269.728 (150)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.108 (151)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.111 (152)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.247 (153)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.273.484 (154)
RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 36.356
(444) (1009)
RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.179 (155)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.232
(445) (1010)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 149.698 (610)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 168.753 (931)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 170.057 (932)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 171.620
(446) (1011)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 182.980
(447) (1012)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 184.160 (933)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.508 (934)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.564 (936)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 185.560 (935)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.089 (937)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.447 (938)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.883 (156)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 186.884 (157)
RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 187.031 (940)
REFERENDO EM TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 635 (239)
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.258
(746) (747)
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.254
(744) (745)
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.271 (748)
REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.367 (749)
SEGUNDO NAACORDO NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 165 (280)
SEGUNDO AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 31.244 (532)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 555.511 (332)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.224.396 (543)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.250.041 (547)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.264.117 (338)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 764.029 (672)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.107.519 (674)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.163.932 (678)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.201.267 (1108)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.202.809 (342)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.235.073 (686)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.236.207
(344) (1088)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.244.521 (252)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.246.221 (691)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.248.738 (693)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 (697)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.255.309 (345)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.257.026 (701)
SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.258.737 (348)
SEGUNDO AG.REG. NOS EMB.DIV. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.119.383 (182)
SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.674 (218)
SEGUNDOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.231.550 (374)
SEXTO AG.REG. NA AÇÃO PENAL 1.030 (611)
SEXTO AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 (448)
SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA 286 (160)
TERCEIRO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.254.741 (696)

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 0D9C-B103-0F56-EC2E e senha D37C-C9F1-4E93-8CBF